

CARLOS NELSON COUTINHO E A PRIMEIRA FASE DA DIFUSÃO DE GRAMSCI NO BRASIL: DO MARXISMO-LENINISMO AO EUROCOMUNISMO¹

Marcello Felisberto Morais de Assunção
E-mail: marcellofma@gmail.com
Universidade Federal de Goiás
Bacharel e mestrando em História (UFG)
Bolsista REUNI

Resumo


Neste artigo buscaremos demonstrar o processo inicial de difusão de Gramsci no Brasil, confrontando a visão oficializante que o próprio Coutinho construiu em seus textos do processo. Além disto, também evidenciaremos como esta mesma difusão inicial, em seu processo de tradução e interpretação, trouxe uma visão Gramsci togliatiana de Gramsci: o Gramsci teórico da cultura e não o revolucionário socialista pensador das revoluções no ocidente e oriente. Este processo será analisado através da própria trajetória de Coutinho mas não confundido com esta.

Palavras-chaves: Marxismo, Gramsci, Carlos Nelson Coutinho.

Abstract

This article will seek to demonstrate the initial diffusion of Gramsci in Brazil, confronting the vision oficializante that Coutinho built in their own texts of the process. In addition also will highlight how this same initial diffusion, in the process of translation and interpretation, brought a togliatiana vision of Gramsci, in other words: the Gramsci theoretical of culture and not the socialist revolutionary thinker of western and oriental revolutions. This process will be analyzed through the trajectory of Coutinho but not confused with this.

Keywords: Marxism, Gramsci, Carlos Nelson Coutinho

¹Este texto foi resultado das discussões realizadas a partir da disciplina “Estado e capitalismo no Brasil: processos e interpretações” ministrada pelo professor dr. David Maciel. 

I

A história da introdução e recepção de Gramsci no Brasil tem um dos seus capítulos marcados pela presença de Carlos Nelson Coutinho² e da sua geração (Michael Lowy, Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira entre outros), que em termos da divulgação do italiano e associada por Coutinho, direta ou indiretamente, pela ala renovadora do PCB (COUTINHO, 1999: 293).

No entanto, ao contrário do que Coutinho em seus escritos costuma a admitir, a história de Gramsci no Brasil se insere em um quadro interno muito mais amplo. Se por um lado a ala renovadora do PCB (aquilo que Coutinho chamou de “operação Gramsci”) fez um grande esforço pela divulgação de Gramsci no Brasil, por outro lado houve um terreno que já estava preparado para a recepção do autor, a partir do momento que o mesmo já era uma referência citada por setores da esquerda brasileira desde a década de 40 e com mais frequência na década de 50 (SECCO, 2002: 24).

Esta introdução foi fundada inicialmente na imagem de Gramsci como o homem do partido, um humanista teórico da cultura e o “mártir do socialismo italiano” (SECCO, 2002: 14). Em um primeiro momento esta divulgação não contou com a participação do PCB mas foi realizada através dos “trotskistas e os intelectuais independentes” (SECCO, 2002: 16). É somente em um segundo momento (e, fundamentalmente nos anos 60) e que:

(...) Gramsci passou a ser monopolizado pela visão do PCB, mostrando o predominantemente como homem de partido, em oposição ao trotskismo é a cultura liberal. Além disso, ele reapareceu nesse segundo momento pela exclusiva mediação do Partido

² Apesar desse texto não enfatizar a produção Lukacsiana de Coutinho é fundamental, pois, Lukács não desaparece da sua obra, mas é integrada a sua interpretação gramsciana, ver: COUTINHO (1967; 1968). Com relação a uma dimensão global da introdução de Lukács no Brasil, realizada por Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e outros, ver: FREDERICO (1995).

Comunista Italiano e de seu secretário geral: Palmiro Togliatti (SECCO, 2002: 16-17).

A presença hegemônica de um Gramsci togliattiano não é somente exclusiva do Brasil, mas também, no resto da América Latina (e na própria Itália), para Juan Carlos Portantiero:

Existe (...) un Gramsci precursor del “togliatismo”, esto es, de la política prudente del comunismo italiano en la segunda posguerra (...) Ésta es la versión más difundida, mas estable, apuntulada por un enorme aparato partidario que la ha colocado en el plano más alto de su santoral (PORTANTIERO, 1983: 67).

Portanto, ao contrário da tese de Coutinho (1999), houve todo um humus intelectual que já havia sendo preparado pela complexificação da cultura marxista no Brasil já nos anos 50 – como nos mostra Lincoln Secco a partir de uma produção cultural sobre Gramsci, no olhar togliattiano, na revista brasiliense e em outros espaços, além dos diálogos com Hector Agosti e com Palmiro Togliatti como exemplos desta presença (SECCO, 2002: 24) –, sendo, portanto, nos anos 50 e 60 o momento de generalização dos referenciais marxistas. Período que não só no Brasil mas em todo mundo representou um aprofundamento no horizonte problematizador do marxismo, seja através da crise do stalinismo e na desvinculação massiva de intelectuais de instituições vinculadas ao Partido Comunista Russo (KALLSCHEUER, 1989: 18).

Esta complexificação desemboca em uma tímida abertura intelectual do PCB para a entrada de uma renovação estritamente cultural, e não política. Para Coutinho – ao analisar retrospectivamente a introdução de Gramsci no Brasil nos anos 60 e início de 70 (e que como já foi evidenciado, tem um histórico muito mais amplo do que essa

conjuntura e o PCB) – esta renovação parcial no PCB conciliava de forma contraditória “(...) marxismo ocidental na cultura e marxismo-leninismo na política” (COUTINHO, 1999: 285).

A abertura embora não tenha sido promovida pelo PCB, não foi obstaculizada, pois estes pareciam “(...) ter compreendido que a renovação do marxismo era uma condição para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia” (COUTINHO, 1999: 282). Processo que contou com uma expansão editorial (a partir do apoio da editora Civilização Brasileira) para além do próprio Gramsci para autores como Lucien Goldmann, Jean Paul Sartre, Adam Schaff e outros. Autores que propunham, em geral, uma leitura humanista e historicista do marxismo, que supera a vulgata soviética (COUTINHO, 1999: 283).

No entanto, este combate se restringia a um âmbito cultural o que reforçou – segundo Coutinho ao fazer em uma entrevista uma auto-crítica do Gramsci divulgado no período por sua geração (COUTINHO, 2006: 118) – a imagem do mesmo como teórico da cultura explicitando que foi um erro tanto teórico como estratégico, já que legitimou a divisão do trabalho no interior do PCB entre ação cultural e ação política, que se refletia em uma leitura de um Gramsci despolitizado.

Para Coutinho:

Este Gramsci não é o agudo teórico do Estado “ampliado” e da revolução socialista no “Ocidente”, nem mesmo o pesquisador das formas “nao-clássicas” (a revolução passiva) de transição para a modernidade capitalista, mas sim o “filosofo da práxis”, o proponente de uma leitura humanista e historicista do marxismo (...) (COUTINHO, 1999: 283).

Este mesmo Gramsci despolitizado, “teórico da cultura”, não é só presente no Brasil, mas é regra na América Latina, para Juan Carlos Portantiero:

“Un Gramsci despolitizado, con una biografía que no atravesaba las tensiones internas al movimiento comunista de su tiempo; un Gramsci ejemplarmente antifascista (hasta el límite de sacrificar su vida), pero además “culto” amplio en sus horizontes para juzgar la literatura y la estética (...) Encerrados en esos límites estrechos, jamás utilizados para un desarrollo político de sus premisas, vistos como la obra de un “humanista”, los libros de Gramsci dejaron esa sahuella en el debate político latinoamericano rebajando el significado histórico de un revolucionario a la altura de los más grandes” (PORTANTIERO, 1983: 69-70).

As primeiras traduções de Gramsci entre 66-68³ no Brasil (no qual Carlos Nelson Coutinho teve participação) também reforçam este mesmo Gramsci filósofo e crítico literário, a partir do momento em que se publica o mesmo seguindo o modelo editorial dos cadernos construído por Togliatti. Para Edmundo Fernandes Dias a edição das obras de Gramsci no Brasil:

“(...) reproduz a interpretação oficial do “PCI togliattiano”: era um filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha peso secundário (...) Todo o processo de edição da obra gramsciana foi uma maquiagem redutora (...) Togliatti já tinha feito outra maquiagem com a obra de Gramsci. Ao apresentá-lo como discípulo direto de Lenin, legitimava a si mesmo. Criava uma tradição: Marx-Engels-Lenin-Gramsci-Togliatti. Como responsável pela edição italiana, ele publicou as obras do cárcere primeiro e... só no fim as obras pré-cárcere (estas sequer se cogitou de publicar no Brasil)” (DIAS, 1996: 185)

Podemos concordar aqui com o argumento de Edmundo F. Dias (1996), que esta edição reforçava uma perspectiva gramsciana deturpada, a partir do momento em que

³As seguintes obras de Gramsci foram publicadas neste período: “Concepção Dialética da História”, “Intelectuais e a organização da cultura” e “Literatura e vida nacional”.

subdividia os cadernos, ao longo dessas edições, em áreas conhecimento como se o interesse de Gramsci fosse estritamente cultural. Processo que foi análogo na Argentina. Segundo Juan Carlos Portantiero a edição dos cadernos organizada por Togliatti, desvincula as reflexões de Gramsci de sua historicidade, explicitando que:

“En lugar de publicarlos siguiendo el orden cronológico de su confección (un elemento importantísimo para reconstruir las ligazones entre su pensamiento y el mundo externo) (...) Son estos Cuadernos del Cárcel, ordenados de forma ahistorical, lo que conoce de Gramsci el lector latinoamericano. Así presentados que transmiten esos textos? Una vision fragmentaria, sin hilo conductor, sin solduras entre trozos aislados de reflex, sin tiempo, un discurso inteligente pero a menudo critico” (PORTANTIERO, 1983: 111).

Entretanto, é preciso compreender as contingências que estão em torno destas mesmas publicações, a partir do momento em que nem na Itália se tinha publicado ainda uma edição crítica que organizasse não segundo um critério temático (como é o caso das edições Togliatti), mas, cronológico (evidenciando a evolução e a perspectiva política do autor em sua historicidade, marcadamente revolucionária, anti-reformista e anti-stalinista)⁴. Esta perspectiva foi fundada nas interpretações de Palmiro Togliatti que tentou ao longo de sua trajetória coexistir stalinismo e a perspectiva gramsciana, como reitera Otto Kellscheuer ao explicitar que Togliatti “(...) buscou por muito tempo manter nas sombras as diferenças políticas fundamentais de Gramsci em relação ao stalinismo, não obstante estar bem consciente da profunda diversidade cultural da “filosofia da praxis” em face do marxismo stalinista” (1989: 28).

Como também afirma Togliatti ao vincular Gramsci ao marxismo-leninismo:

⁴ Como ocorre somente a partir da edição gerratana, sobre os cadernos e suas edições ver: COUTINHO (2011).

“Estes escritos de Gramsci não podem ser compreendidos e avaliados, em seu justo significado, se não se derem por adquiridos os progressos realizados pela concepção marxista nas primeiras três décadas deste século graças à atividade teórica e prática de Lenin e Stalim. O marxismo de Gramsci é marxismo-leninismo” (TOGLIATTI Apud COUTINHO, 2012: 92-93)⁵.

O próprio Coutinho alguns anos depois faz uma meia culpa ao explicitar que esta mesma edição de fato estava sobre uma leitura “oficial” por orientar o leitor a uma interpretação do mesmo como crítico da cultura e como um leninista⁶, sendo uma leitura que é tributária do olhar toglíattiano sobre Gramsci (COUTINHO, 2011: 92).

Em síntese podemos dizer que este primeiro momento da divulgação (dos anos 60 até o processo de reabertura em meados de 74) e interpretação de Gramsci por Coutinho, resultou em algumas desventuras ligadas, tanto, a interpretação do mesmo enquanto teórico da cultura, e fundada nessa primeira, na forma como estas traduções dos cadernos foram concretizadas, pois, como já foi reiterado, estas estiveram mediadas pela interpretação toglíattiana. Apesar de todos os problemas ligados a esta publicação dos cadernos nos anos 60, estas dão um grande contributo a divulgação do pensamento de Gramsci no Brasil.

II

Nos anos 70 (e, fundamentalmente a partir de 74) Gramsci transita de uma vez por todas de uma figura moral da luta antifascista para o teórico da política e da revolução no ocidente, superando, portanto, a sua imagem despolitizada como filósofo e teórico da cultura dos anos 60. Presença que em meados dos anos 70 se expande para

⁵ Para aprofundar mais sobre as apropriações de Gramsci por Palmiro Togliatti, ver: (SPRIANO, 1987).

⁶ Como se percebe na leitura da nota de Coutinho e Leandro Konder na edição de “Concepção Dialética da História”, ver: GRAMSCI (1978).

diversos setores da sociedade civil (universidades, partidos [o PT, PMDB], setores da Igreja Católica [teologia da libertação], etc.), havendo a partir de 75-76 uma maior socialização das ideias de Gramsci que “(...) transbordarão as fronteiras universitárias e passaram a integrar o corpo conceptual com que comunistas, liberais e cristãos começaram a interpretar a realidade do país” (NOGUEIRA, 1988: 130).

Essa presença de Gramsci nos setores da esquerda no Brasil, e no mundo, cria uma gama muito grande de apropriações sobre o italiano. O que gerara conflitos no âmbito simbólico e político pelo monopólio da leitura legítima do legado de Gramsci entre liberais (Norberto Bobbio e outros), eurocomunistas (a política do PCI consubstanciada no pensamento e ação de seus dirigentes Palmiro Togliatti, Enrico Berlinguer, Pietro Ingrao entre outros) e marxistas ortodoxos (stalinistas e leninistas que se fundam no Gramsci como homem do partido e da revolução) e heterodoxos (com o foco no Gramsci revolucionário dos conselhos de fábrica, “O outro Gramsci”). Combate que não é exclusivo do Brasil, mas é recorrente na história das apropriações de Gramsci⁷.

É neste contexto e que Coutinho faz algumas viagens a Itália, período que o mesmo considera como o seu “doutorado”, pois é nesta viagem que este tem contato com os eurocomunistas e com a política da via nacional para o socialismo do Partido Comunista Italiano (COUTINHO, 2006: 174). Neste momento, Coutinho (como o mesmo comenta em uma entrevista) supera os vícios daquilo que ele denomina como marxismo-leninismo (sinônimo de stalinismo) e torna-se um eurocomunista (COUTINHO, 2006: 175). Com o retorno ao Brasil em 78 este volta-se para a escrita do ensaio “Democracia como valor universal”, que é a obra inaugural de sua nova fase, marcadamente eurocomunista e sobre grande influência da política do PCI.

Se em um âmbito teórico este ensaio é uma expressão de sua nova fase (que analisaremos detalhadamente em conjunto a outras obras desta fase mais adiante), em

⁷ Para entender como ocorre esse processo na América Latina em geral, ver: ARICO (1998); PORTANTIERO (1983). E na Europa, ver: KALLSCHEUER (1989); SPRIANO (1987).

uma dimensão política isto se desdobra em um maior enfrentamento com relação a política do PCB, ainda, segundo Coutinho, sobre os vícios do marxismo-leninismo. Em razão da continuidade destes mesmos vícios – a partir do momento que a divisão do trabalho continuava estrita a ação cultural, sem qualquer possibilidade de intervenção e abertura democrática com relação a política da direção – e que Carlos Nelson Coutinho, e a ala gramsciana do PCB, irão emigrar para o PMDB e PT (COUTINHO, 1999: 296).

Esta diáspora foi para Carlos Nelson Coutinho uma das grandes responsáveis pela expansão de Gramsci no Brasil, pois: “(...) o fato de que tenham optado por diferentes partidos, sobretudo (num primeiro momento) o PMDB e (mais recentemente) o PT, contribuiu para dar à influencia gramsciana um caráter talvez menos nítido, porem certamente mais amplo e polimorfo” (COUTINHO, 1999: 296). Entretanto, esta versão dos fatos narrada por Coutinho tende a ocultar que para além dos gramscianos pcbistas (emergidos sobre a leitura eurocomunista) houveram outras leituras que contribuíram para a expansão de Gramsci no Brasil. Para Lincoln Secco “(...) não houve um sujeito da recepção de Gramsci no Brasil, mas uma pluralidade de sujeitos” (2002: 68).

Um outro cancro nesta mesma reconstrução de Coutinho, explicita neste mesmo texto (COUTINHO 1999), é a tentativa (a despeito da crítica de Coutinho ao sectarismo da interpretação semicolonial e do diagnostico da revolução democrático-burguesa como a suposta antecâmara da revolução socialista) de conciliar a tática de acumulação de forças (“o arco de forças”) do PCB com a tática da guerra de posição gramsciana, por conter uma posição gradualista da revolução socialista (COUTINHO, 1999: 292).

Para Edmundo F. Dias, em crítica a esta postura de Coutinho, e impossível conciliar a tática gradualista do PCB com a guerra de posição gramsciana, pois, a primeira e fundada na hegemonia da burguesia (considerada “avançada”, quer dizer, os setores da suposta burguesia nacional) sobre as classes subalternas e a segunda e fundada na hegemonia das classes subalternas (DIAS, 1996: 185). Como também reitera Lincoln Secco:

“Ora uma prática inspirada nos moldes do “etapismo stalinista” jamais, poderia infundir uma prática gramsciana de guerra de posições, pois esta constitui uma política de acumulação de forças sob hegemonia da classe trabalhadora com o objeto estratégico de se atingir o socialismo, completamente distinta da estratégia stalinista de revolução em dois tempos, com uma etapa inicial burguesa” (SECCO, 2002: 64).

Em suma, nesta fase Gramsci é difundido no Brasil através de uma perspectiva que limitou o mesmo como um teórico da cultura, foi somente, como reiteremos aqui, em meados dos anos 70 que este começou a ser visto como o autêntico revolucionário, a partir de sua teoria da revolução e do estado. Entretanto, nessa nova fase houve novamente um processo de deformação do mesmo, que não é exclusiva do Brasil mas um fenômeno geral da difusão de Gramsci: a transformação do mesmo como um teórico que reitera os argumentos reformistas dos do eurocomunismo e dos dirigentes do PCI (e, fundamentalmente Palmiro).

Coutinho foi fundamental neste processo de transformação, pois, de um lado ele trouxe a tona uma série de reflexões que ampliaram o conhecimento de Gramsci no Brasil por outro este trará nessa nova conjuntura (tanto nas traduções⁸, seus escritos historiográficos como teóricos), a partir de sua experiência na Itália, um Gramsci reformista, mesmo que em seu discurso enuncie tal reformismo como “revolucionário”. No entanto, este não é o objeto deste artigo que se prende a esta primeira fase, mas que será objeto de análises posteriores⁹.

⁸ Além do que foi dito sobre a participação de Coutinho na introdução de Gramsci no Brasil, podemos acrescentar também aquilo que ele fez de mais importante (além e claro de seus textos teóricos e sua imagem gramsciana do Brasil que não analisaremos aqui) até o fim de sua vida: o processo de tradução dos cadernos (1999-2005). Seguindo não estritamente o modelo Togliattiano, mas, fazendo uma síntese entre esta edição (temática) com a edição dos cadernos realizado por Valentino Gerratana (cronológica) e acrescentando alguns elementos da crítica de Gianni Francioni (a divisão dos cadernos miscelâneos e especiais), intento que segundo Coutinho, busca sanar os problemas da antiga edição dos cadernos (COUTINHO, 2011: 102).

⁹ Em outras análises pretendemos ampliar a reflexão sobre a Gramsci de Coutinho confrontando com uma historiografia que vê o Gramsci não como um teórico do “reformismo revolucionário” como explicita Coutinho, mas como um revolucionário. Destes podemos citar os trabalhos de FONTES (2010); OLIVEIRA (2003); FERNANDES (2005); LUCIANA (2009); DIAS (1996; 2000);

REFERENCIAS

ARICO, José. *O itinerário de Gramsci na América Latina. Estudos de Sociologia*, v.3, n. 5, 1998. Trad. Alberto Aggio.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

_____. *Georg Lukács: Marxismo e Teoria da Literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas no Brasil*: DP&A, 2000.

_____. *Intervenções: O marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Marxismo e política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. *Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2008b.

_____. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A democracia como valor universal. In: LOWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma ontologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurelio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci no Brasil: o rabo preso do diabo. In: DIAS, Edmundo Fernandes et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xama, 1996.

_____. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.



FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.

FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: MORAES, Jose Quartim (org.). *Historia do marxismo no Brasil*. Vol. II: Os influxos teóricos. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.

FONTES, Virginia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KALLSCHEUER, Otto. Marxismo e teoria do conhecimento. In: HOBBSAWM, Eric et al. *Historia do Marxismo: O marxismo Hoje (segunda parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, pgs 12-102.

LUCIANA, Carla. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____. *De Sarney a Collor: Reformas políticas democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurelio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurelio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pgs. 129-152.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

SPRIANO, Paolo. Marxismo e historicismo em Togliatti. In: HOBBSAWM, Eric et al. *Historia do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: de Gramsci a crise do stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol X., pgs 251-306.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista; O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. Buenos Aires: Folios, 1983.

PERCURSOS DA MODERNIDADE NO BRASIL: O SURGIMENTO DA NOVA CAPITAL DE GOIÁS

Márcia Metran de Mello
metranmarcia@gmail.com
UFG
Doutora

Resumo

Este artigo refere-se ao começo da modernidade no Brasil, em Goiás e às condicionantes da mudança da capital do estado. No Brasil, a modernidade vinculou-se à transferência da corte portuguesa e, no âmbito cultural, à vinda da missão francesa. O período inicial do processo de modernização do Estado de Goiás foi marcado pelas transformações econômicas e políticas que propiciaram o surgimento da nova capital que desenvolveu-se, preliminarmente, no primeiro fluxo desenvolvimentista de Goiânia (1933 a 1950).

Palavras-chave: modernidade, Brasil, Goiás

Abstract

This article refers to the beginning of modernity in Brazil, in Goiás and determinants of change of the state capital. In Brazil, modernity linked to the transfer of the Portuguese court, and in the cultural sphere, the coming of the French mission. The initial period of the process of modernization of the state of Goiás was marked by economic and political changes that led to the appearance of the new capital which was developed, initially, in the first flush of development of Goiânia (1933 to 1950).

Keywords: modernity, Brazil, Goiás

Modernidade no Brasil e em Goiás

Pode-se considerar que o primeiro sopro da modernidade no Brasil veio com a transferência, causada pelas ameaças napoleônicas, de D. João VI e da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808.

A "abertura dos portos às nações amigas", decretada pelo Príncipe Regente, significava a garantia de um mercado ultramarino para a Inglaterra. Dessa forma, trazia-

se a penetração da Revolução Industrial inglesa no Brasil, importando-se toda sorte de produtos ingleses, via porto do Rio de Janeiro.

A corte, entre fidalgos e serviçais, compunha-se de 10 mil pessoas a serem instaladas em um Rio de Janeiro, de 50 ou 60 mil habitantes. A acomodação de tantas pessoas exigiu grandes sacrifícios da população local, submetida freqüentemente a abusos, tais como ceder, compulsoriamente, suas moradias aos recém chegados portugueses. (SANTOS, 1981,p.43)

A nova face comercial e política que a cidade do Rio de Janeiro adquirira não coincidia com suas precárias estruturas. D. João VI tinha urgência em transformar o Rio de Janeiro em sede digna do Império Português e "modernizar" todo o País.

A partir da vinda da corte portuguesa para o Brasil, atividades novas surgiram e com elas a necessidade de novos quadros profissionais. A convite de D. João VI, um grupo de artistas franceses instalou-se no Brasil em 1816 para formar o corpo docente da Academia Imperial de Belas Artes. Chefiada por Joaquim Lebreton, tinha como expoentes o arquiteto Grandjean de Montigny e Jean Baptista Debret, pintor.

Questiona-se a versão oficial de que os artistas franceses foram convidados pela corte portuguesa, pois depois da queda de Napoleão, os bonapartistas foram perseguidos na França. Segundo Lilia Moritz Schwarcz (2008, p.182):

Com esse tipo de ambiente, era de se esperar que bonapartistas tradicionais, como Lebreton, os Taunay e os Grandjean de Montigny, que até então se filiavam às atividades artísticas da corte da família Bonaparte, pensassem em partir. Por isso também, Lebreton endereça uma série de cartas ao representante português em Paris, todas com a intenção de garantir a vinda de um grupo de especialistas franceses que auxiliariam nas artes e nas indústrias locais.

A missão, principalmente devido a Gradjean de Montigny, foi a implantadora do neoclássico no Brasil. Sobre Grandjean, Alberto Sousa (1994,p.113) apresenta um outro ponto de vista:

Montigny não foi o pai nem o autor maior da arquitetura classista que se produziu no Brasil dos anos 1810 aos anos 1880 (aí incluídas as fases de transição e do Segundo Reinado). De formação nitidamente neoclássica, não conseguiu fazer com que o estilo que ele praticava

vingasse no Brasil, que elaborou uma linguagem própria, diferente da neoclássica. Seus principais projetos construídos tinham qualidade apenas mediana e seus desenhos não executados, mais refinados, eram composições neoclássicas convencionais e alienígenas. Foi mais mestre que arquiteto, porém seu ensino não conseguiu fazer com que sua visão de arquitetura viesse a manifestar-se, materializada, nas obras que seus discípulos nos legaram.

O fato mais importante, porém, a ser notado, é que a transferência da corte portuguesa trouxe para nós, pela primeira vez, um sentido de desenvolvimento e progresso. Embora inicialmente restrito à cidade do Rio de Janeiro e ainda tênue para as carências brasileiras da época, esse sentido foi um primeiro rompimento com o destino de fonte de exploração, legado ao Brasil desde o seu descobrimento. A modernidade dava, então, o seu primeiro passo.

A modernidade, que aos poucos foi abarcando todo o País, demorou muito tempo para alcançar o solo goiano. Durante 150 anos, após o declínio da mineração, Goiás viveu no compasso lento dos carros de bois, perdidos pelos ermos dos sertões. Legado a um plano secundário na economia nacional, o Estado viu a valorização de seu potencial econômico apenas no início deste século, quando as terras goianas foram vislumbradas como alternativa para a produção de gêneros alimentícios. Uma situação definida pela superocupação das terras do centro-sul do País, com as tão lucrativas lavouras de café.

O novo impulso econômico criou novas necessidades políticas e sociais que deram corpo a uma onda desenvolvimentista, geradora da construção de Goiânia. Pode-se considerar que esse foi o primeiro fluxo desenvolvimentista do Estado. Em seu bojo, estava o primeiro sopro da modernidade em Goiás.

Sobre esta primeira fase (1933 a 1950), Sérgio Moraes (1991,p.32) comenta:

Constitui a fase de criação do lugar, aqui entendido como um espaço ocupado por uma função social. O Estado utiliza a mudança da capital, a construção da Cidade, como plataforma política de progresso, desenvolvimento, estratégia de afirmação do poder e criação de um centro de decisões.

Goiânia, criada sob esse primeiro fluxo desenvolvimentista, viu-o estender-se em impulso por mais duas décadas.

Condicionantes da mudança da capital

Segundo estudos do professor e pesquisador Nestor Goulart Reis Filho (1990), o surgimento das cidades brasileiras, no período de 1500 a 1750, pode ser dividido em

dois grupos, ou melhor, dois momentos. Os parágrafos seguintes, baseados no pensamento de Reis Filho, dedicam-se a explicitá-los.

O primeiro momento corresponde ao período em que o território e a sociedade brasileira funcionaram como retaguarda do mercado urbano europeu. As cidades de então nasceram para garantir a posse e a defesa do território. A atividade agrícola era a principal fonte de riqueza e a vida urbana não era ponto de interesse, apresentando-se, portanto, precária e tímida. Esse primeiro momento pode ser subdividido em três outros: descobrimento (1500 a 1580), período Filipino (1580 a 1640) e período da Restauração Portuguesa (1640 a 1700).

O segundo momento refere-se ao período de início da intensificação da vida urbana correspondeu à interiorização, advinda da exploração do ouro e diamantes. Leia-se aqui um enfoque diferente, um princípio de autonomia e vida própria nas cidades.

Nos primeiros 30 anos após o descobrimento, foram fundadas apenas modestas feitorias, na costa, com a função de mobilizar indígenas, para o corte de madeira e tinturaria. No início dos anos 30, o Brasil viu-se ameaçado por navegadores franceses que já dominavam parte da costa. Foi adotada, então, uma política mais efetiva de controle: as capitanias. Os donatários das capitanias podiam fundar vilas e conceder terras, sob o regime foreiro. O desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar, em latifúndios, e o trabalho escravo pressupunham uma vida basicamente rural. Mesmo assim, mais em função de controle e posse, duas cidades surgiram: Salvador da Bahia de Todos os Santos, sede do Governo Geral, e Rio de Janeiro, além de algumas vilas. O principal traço urbano desse período foi a instalação dos núcleos no alto das colinas dominando abaixo as vias de acesso marítimas e fluviais.

O período Filipino (1580 a 1640) correspondeu aos anos em que a Coroa de Portugal esteve unida à Espanha. Ainda em defesa do território contra a invasão francesa, foi esse um momento de ocupação e colonização dos territórios da costa norte em direção à Amazônia. Completar o domínio, em espaços semidespovoados, era uma forma de defesa. Entre outros núcleos urbanos, foram fundadas: Filipinas de Nossa Senhora de Paraíba, Natal, São Luis e Belém.

A Restauração Portuguesa (1640 a 1700) depositou no Brasil suas esperanças de reconstrução da economia metropolitana. Para fazer valer o seu domínio, implantou

uma forte política centralista, incorporando progressivamente as velhas capitanias e tirando a autonomia dos municípios. O ponto básico desse período era a necessidade de se estabelecer os limites com a América hispânica, principalmente ao sul e no interior. O surgimento de Paranaguá, São Francisco, Iguape e Colônia do Sacramento, hoje no Uruguai, foi consequência dessa política que, no altiplano, manifestou-se com a fundação de Sorocaba e Curitiba.

As expedições mineiras, em direção aos territórios do interior, foram estimuladas pelo governo português desde 1650, mas os primeiros veios só foram encontrados em 1692. Portanto, entende-se como segundo momento de surgimento das cidades brasileiras o período de 1700 a 1750.

O descobrimento de ouro no Brasil deu uma nova conotação a Portugal diante dos outros países europeus. Para garantir sua nova posição, Portugal centralizou ainda mais sua política. Por motivos estratégicos, devido à interiorização da população e para obter maior controle centralizador, a capital foi transferida para o Rio de Janeiro em 1763.

Os novos núcleos mineiros mudaram as relações urbano-rurais, no Brasil. Pela primeira vez em nossa história, detectou-se regiões com populações basicamente urbanas. Surgidas a partir da incorporação de núcleos e acampamentos mineiros, articulados de um lugar de administração comum, as cidades apresentavam a princípio um traçado irregular.

Nasceram, nesse período, as primeiras cidades goianas. Vila Boa de Goiás, capital do futuro Estado de Goiás, foi fundada em 1725.

O bandeirismo surgiu, ainda no período Filipino, como um processo de penetração pelo interior da região de São Paulo, para caça e aprisionamento de indígenas. Isso deveu-se à crise de importação de mão-de-obra escrava. Esta penetração chegou à Goiás, mas o povoamento da região só ocorreu com a mineração.

O ouro em Goiás foi efêmero. Com o fim da mineração, a região conheceu um período de pobreza e decadência, passando a sobreviver de atividades agro-pecuárias de subsistência. "A época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos verificou-se a decadência rápida e completa da mineração. Por outro lado, só se explorou o ouro de aluvião e a técnica empregada foi rudimentar." (PALACÍN; MORAES, 1989 p.15)

Esse clima de decadência e atraso permaneceu, sem grandes alterações, até o início deste século, as cidades encontravam-se em condições semelhantes, ou até piores que na época da mineração. Novos núcleos urbanos surgiram no sudoeste e norte goiano, nas três primeiras décadas do séc. XIX devido à pecuária. Mas em relação à área total do Estado, esse crescimento não foi significativo, a população rural distribuía-se em largas extensões de terras: os sertões goianos. O sertão era a paisagem característica do Estado.

As três primeiras décadas do século XX não modificaram substancialmente a situação a que Goiás regredira como consequência da decadência da mineração no fim do século XVIII. Continuava sendo um Estado isolado, pouco povoado, quase integralmente rural, com uma economia de subsistência. (PALACÍN; MORAES, 1989 p.90)

Embora não causando mudanças substanciais a princípio, o cenário econômico do Estado começou a alterar-se no início dos anos de 1910. Populações migrantes e imigrantes, dirigiram-se para o sul e sudoeste goiano em busca de terras férteis para a agricultura em consequência das transformações econômicas do Centro-Sul do Brasil.

No início do século XX - por volta de 1915 - à medida que se escasseavam progressivamente as terras de cultivo no Centro-Sul do País, devido à grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e da reorientação que a lavoura cafeeira imprimiu na economia nacional, novas regiões de cultivo no centro-sul de Goiás passaram a exercer atrativos sobre aqueles que para ali se aventuravam. Por outro lado, a fertilidade das terras goianas e os baixos custos das glebas eram um perfeito ímã para atrair os trabalhadores à nova e promissora área. Com a expansão da lavoura cafeeira nota-se também um aumento na procura de produtos agropecuários. (CHAUL, 1988, p.21)

[...] a referida ocupação das terras do Centro-Oeste, além de seus atrativos, fez parte de um processo global, ou seja, da ocupação capitalista que dinamicamente se processava de norte a sul do País, uma vez que a economia internacional, devido à Primeira Guerra Mundial, incentivava a acumulação de capital e os investimentos industriais. (CHAUL, 1988, p.22)

A chegada dos trilhos da estrada de ferro nos anos de 1910 ao sul e sudoeste goiano garantiram, junto às estradas de rodagem, o transporte de produtos agro-

pecuários para outras partes do País, dinamizando o comércio e permitindo o crescimento econômico da região.

Cabe ressaltar que toda essa onda de euforia econômica vinha dinamizar basicamente as regiões sul e sudoeste, por onde as comunicações - estrada de ferro e rodagem - interligavam as regiões ao mercado nacional. Assim todo um conjunto de estradas de rodagem veio a se somar às estradas de ferro inserindo, cada vez mais, Goiás na economia de mercado. (CHAUL, 1988, p.26)

O trabalho das frentes migrantes e imigrantes, somado à facilidade dos meios de transporte, trouxe um grande desenvolvimento para o sul e sudoeste¹ goiano, o mesmo não ocorrendo com as demais regiões do Estado. Esse fato gerou uma grande dicotomia: o poder econômico, adquirido por essas regiões, não coincidia com o poder político. Isso é, politicamente o sul e sudoeste goiano não tinham representatividade, não podendo participar das decisões.

O controle político do Estado era feito pelos Caiados, família goiana de "coronéis". O centro político e ideológico dessa oligarquia era Vila Boa, capital de Goiás. Os Caiados eram, também, apoiados em Morrinhos, um pequeno centro comercial e em Porto Nacional, que se encontrava sob o domínio da família Aires.

Em 1930 houve a possibilidade de alternância de poder em Goiás. O sul e sudoeste goiano eram representados por Pedro Ludovico Teixeira, nascido em Vila Boa de Goiás, mas radicado em Rio Verde. Médico, com idéias liberais e progressistas para a época, Pedro Ludovico acenava para a possibilidade de inserir a região na Nação, ou seja, de efetivar e expandir o progresso econômico do Estado integrando-o à economia do País.

Pedro Ludovico, nomeado interventor, subiu ao poder após a Revolução de 1930. No período de 1930 a 1934 foi interventor, eleito governador por vias indiretas em 1934, e novamente nomeado interventor do Estado em 1937.

[...] a eclosão do movimento de 30 em Goiás teve a relevante e, por que não dizer, básica participação da coluna mineira que, literalmente, proclamou a Revolução de 30 em Goiás. Por um lado Pedro Ludovico

¹As principais cidades do Sul e Sudoeste do Estado eram: Itumbiara, Catalão, Jataí, Rio Verde, Mineiros e Anápolis.

- líder político ligado ao sudoeste e partidário da Aliança Liberal - tinha sido derrotado pelos comandados dos Caiados, oligarquia dominante, nas proximidades de Rio Verde, tendo sido trazido preso em direção à cidade de Goiás, o que atesta a fragilidade dos opositores à velha ordem ainda vigente. A situação ganhou novos contornos apenas com a intervenção das tropas mineiras lideradas por Quintino Vargas.

Vitorioso o movimento, Pedro Ludovico passou a representante de uma "nova" ordem política no Estado. O que importa acentuar é que os novos donos do poder representavam a transição entre as idéias e práticas oligárquicas aos ideais e concretizações de um processo de acumulação capitalista. O novo governo representava as aspirações político-econômicas dos grupos oligárquicos dissidentes, identificados com o poder central, abrindo espaço para a participação político-social das classes médias. (CHAUL, 1988, p.49)

A transferência da capital passou a ser uma bandeira para Pedro Ludovico, um projeto político para sua sustentação no poder. Duas idéias principais davam suporte para esse projeto. A primeira preconizava a nova capital como um novo centro econômico, capaz de trazer novos investimentos, valorização das terras, melhoria de transportes, enfim, um novo pólo de desenvolvimento para o Estado. A segunda, defendia a mudança do eixo político do Estado, já que Vila Boa de Goiás era a sede do antigo governo e o principal reduto da oposição ao grupo que apoiava Pedro Ludovico.

Um outro argumento, que corroborava as idéias citadas, era de ordem sanitária. Vila Boa de Goiás, ou Cidade de Goiás, era considerada como foco de doenças devido à suas condições físicas precárias, tornando-se, então, símbolo de insalubridade. Em 1890, a situação da cidade foi descrita em um ofício, enviado pelo presidente da Assembléia Estadual, Rodolfo Gustavo da Paixão, ao Ministro da Justiça da República, Cesário Alvim:²

Situada em meio a uma bacia, conquanto terreno acidentado, cercada em altos montes que a comprimem em diminuto âmbito, embaraçando-lhe a regular ventilação, estreitando-lhe demais, o horizonte visual; castigada por excessiva temperatura graças à sua baixa latitude de quasi 16 graus S [...] [...] materiais fecais sem escoamento entram em rápida decomposição e exalam deleterios miasmas e absorvidas pelo sub-sólo, bastante

²Este documento foi anexado ao relatório enviado a Getúlio Vargas por Pedro Ludovico em 1933. Neste relatório Pedro Ludovico expôs os motivos da mudança da capital.

permeavel, comunicam-se com os poços de serventia, de ordinario abertos nas proximidades daqueles fôcos de infecção, a decadente Vila Boa hospéda em seu seio poderócos agentes de destruição, que não de, em breve, transformá-la em vasta Necrópole, onde a morte campeie com todo o seu cortejo de horrores.(MONTEIRO, 1938, p.5)

Na década de 30, a situação parecia não ter evoluído como atestou Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro:

Um viajante aéreo que se desnortasse no espaço e viesse, por acaso, como nos filmes comicos, descer na velha capital goiana, em 1933, poderia reconhece-la imediatamente, mesmo que nunca tivesse pisado o território goiano. Bastaria que guardasse na memória a remota descrição em apreço, feita em 1890. (MONTEIRO, 1938, p.5)

O citado ofício, de 1890, trazia uma contundente comparação entre a situação da Cidade de Goiás e a do Rio de Janeiro:

Proporcionalmente, o obituário do Rio de Janeiro, cuja população permanente e adventícia é superior seiscentas mil almas ou sessenta vezes maior, devêra acusar 489 falecimentos em igual divisão de tempo!³

Não me consta, entretanto, que tal tenha acontecido na formosa, rica e muito caluniada capital da República nem mesmo quando a febre amarela lhe faz intensas e demorada visita. (MONTEIRO, 1938, p.5)

É interessante lembrar que foram tomadas medidas sanitaristas na remodelação da cidade do Rio de Janeiro em 1902, no governo do presidente Rodrigues Alves e do prefeito do então Distrito Federal, Pereira Passos (REIS FILHO, 1987, p.379). Essa remodelação foi um marco da passagem do Império para a República. A República queria atrair para si a imagem de progresso, necessitando de uma nova fachada para suas cidades, principalmente a capital, que pudesse refletir a nova face do País. A capital precisava abrigar novas relações econômicas e políticas.

O médico Osvaldo Cruz foi nomeado para elaborar o plano de saneamento da cidade. As reformas urbanas foram executadas por uma comissão dirigida pelo engenheiro Paulo Frontim.

³A comparação referia-se aos 8 óbitos ocorridos por dia na cidade de Goiás na época da febre palustre.

Saneamento e progresso, na alternância do poder, são conceitos que parecem irmanarem-se, acarretando transformações nas cidades. O que pôde ser verificado no Rio de Janeiro, e até mesmo na construção da nova capital de Goiás.

A idéia de mudança da capital do Estado, porém, é bem antiga. Data do século XVIII. O governador Conde dos Arcos, em 1754, sugeriu a mudança da capital para Meia Ponte, hoje Pirenópolis. (PALACÍN, 1976, p.12)

Em 1830, o segundo governador de Goiás durante o Império, Miguel Lino de Moraes, propôs, sem êxito, a transferência da capital para Água Quente, a região mais povoada e de comércio mais intenso.

Couto de Magalhães, também governador da província de Goiás, em 1863, retomou a idéia da mudança, em seu livro "Primeira Viagem ao Araguaia":

Temos decaído desde que a industria do ouro desapareceu. Ora, a situação de Goiaz era bem escolhida quando a provincia era aurifera. Hoje, porem, que está demonstrado que a criação de gado e a agricultura valem mais do que quanta mina de ouro ha pela Provincia, continuar a capital aqui é condenarmos a morrer de inanição, assim como morreu a industria que indicou a escolha deste lugar. (MONTEIRO, 1938, p.13)

Em 1818, a própria Constituição Estadual previa: "A cidade de Goiás continuará a ser capital, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso." (MONTEIRO, 1938, p.4)

A efetivação da mudança da capital, apesar de ser uma idéia antiga, e a construção de uma nova cidade, para abrigar a sede do governo do Estado, só foi possível devido às coincidências de intenções políticas e econômicas, em nível nacional e estadual, surgidas na década de 1930. Pode-se dizer que isto deveu-se, mais especificamente, à política do presidente Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, intensificada ainda mais com o advento do Estado Novo, em 1937.

O Estado Novo trouxe mudanças irreversíveis às instituições da vida política e da administração pública. Mais importante ainda, Vargas transformou as relações entre o poder federal e estadual e, com isso, aproximou muito mais o Brasil de um governo verdadeiramente nacional.

O processo pelo qual o governo federal era constantemente fortalecido, às expensas dos governos estaduais e municipais,

começou em novembro de 1930 e foi acelerado depois de 1937. Havia um aspecto político e outro administrativo nesse processo, se bem que os dois estivessem intimamente relacionados. (SKIDMORE, 1992, p.55)

Pedro Ludovico, como interventor de Getúlio Vargas, em Goiás, correspondia perfeitamente aos anseios políticos e administrativos do então presidente.

Tanto antes quanto depois de 1937, Vargas fez uso frequente dos "interventores". Esse era o título, como foi dito anteriormente, dado a um governador de nomeação federal e que era também investido de poderes legislativos. Quando os Estados se rebelavam, Vargas recorria a militares como interventores. Se bem que o seu poder fôsse limitado pela própria capacidade de obter a cooperação dos poderes locais, alguns dos interventores mostraram-se representantes muitíssimo bem sucedidos da autoridade federal. (SKIDMORE, 1992, p.60)

O presidente Getúlio Vargas adotou uma política de cunho nacionalista e desenvolvimentista. Nesse sentido uma de suas orientações era a denominada "Marcha para o Oeste", um projeto de desenvolvimento e penetração para o interior do País, rumo à Amazônia.

Destaca-se nos anos trinta o crescente interesse do Governo Federal na ocupação capitalista da Amazônia, dentro da chamada "Marcha para o Oeste", da qual Goiânia seria o símbolo do Brasil "grande", do "novo", do "progresso", que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político-econômico, além de representar o "novo tempo" que se estruturava nos horizontes nacionais.(CHAUL, 1995, p.6)

A nova capital de Goiás estava no roteiro geográfico, político e ideológico dessa "Marcha". O Estado e a Nação foram unificados por um símbolo: Goiânia. A capital nasceu de maneira inusitada em relação as outras cidades do Estado. Foi intenção, plano político, símbolo materializado em ruas e edifícios. Não seria exato dizer que Goiânia "surgiu", como surgiram as outras cidades, advindas da mineração, da pecuária ou da agricultura. Goiânia não "surgiu", foi plantada. Sua construção pode ser considerada como o primeiro marco desenvolvimentista do Estado, gerado nos anos 10 nos trilhos da estrada de ferro, no trabalho agrícola das frentes migrantes e imigrantes e favorecido pelas condicionantes históricas. A pedra fundamental da cidade foi lançada em 24 de outubro de 1933. Mais que uma pedra, configurou-se como um novo eixo.



REFERÊNCIAS

- CHAUL, N. Fayad. *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.
- _____. *Goiânia: a Utopia do Progresso na Marcha para o Oeste*. Recife, Congresso da Associação Nacional dos Professores de História, 1995.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica dos Tribunais, 1938.
- MORAES, Sérgio. *O Empreendedor Imobiliário e o Estado: O Processo de Expansão de Goiânia em Direção Sul (1975-1985)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 1991. (mimeografado)
- PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás*. 5.ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1989.
- PALACÍN, Luís. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- REIS FILHO, Nestor Goulart . La Ciudad Barroca: analisis regionales 1573/1750. In: SOLANO, Francisco (coord.). (Org.). *História Urbana de Iberoamerica*. 1 ed. Madri: Ed. Consejo Superior de Los Colegios de Arquitectos, 1990, v. 1, p. 516-543.
- _____. *Urbanização no Brasil - séc. XIX a XX*. In: ALOMAR, Gabriel (coord.). (Org.). *De Teotihuacán a Brasília - Estudios de história urbana iberoamericana y filipina*. 1 ed. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987, v. 1, p. 371-386.
- SANTOS, Paulo F. *Quatro Séculos de Arquitetura*. Rio De Janeiro: IAB, 1981.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- SOUSA, Alberto. *Arquitetura Neoclássica: um reexame*. São Paulo: Pini, 1994.

HISTÓRIA DA ARTE E DAS MÍDIAS E SEUS PROCESSOS SENSORIO- PERCEPTUAIS E DE CRIAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO: DESAFIOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS AO HISTORIADOR

Marcio Pizarro Noronha

marcio.pizarro@hotmail.com

pizarronoronha@gmail.com

Universidade Federal de Goiás PPGH / FEF

Doutor

Líder GP CNPQ UFG Interartes processos e sistemas interartísticos e estudos de
performance

Coord. da Rede Goiana de Pesquisa em Interartes- processos e sistemas interartísticos
intertextualidade, interculturalidade e estudos de performance- Fapag GO

Resumo

Este texto tem como objeto refletir sobre os desenvolvimentos da História da Arte enquanto disciplina do campo historiográfico em comunicação com os estudos psicológicos e psicanalíticos, ressaltando assim um tripé relacional: a dimensão da arte e sua história enquanto saber disciplinar, a forte presença neste campo de estudos das relações entre indivíduo e sociedade e as concepções de arte e imagem como modo de interlocução e tensão entre as concepções de sensação-percepção e de representação. Assim, dá-se a ultrapassagem dos modelos formalista e iconográfico na história da arte e revela-se a importância do estudo dos processos imaginativos, criativos e de subjetivação.

Palavras-Chave: Teoria e Estudos da Sensação-Percepção; Historiografia da História da Arte e da Imagem; Teoria da Subjetivação (Subjetividade e Individualidade).

Abstract

This paper aims to reflect on the developments of art history as a discipline in the field of historiography in communication with the psychological and psychoanalytic studies, thus highlighting a tripod relational: the dimension of art and its history as disciplinary knowledge, a strong presence in this field of studies of the relationship between individual and society and conceptions of art and image as a way of dialogue and tension between conceptions of sense-perception and representation. Thus, there is

exceeding the formalistic and iconographic models in art history and reveals the importance of the study of the imaginative, creative and subjectivity process.

KEYWORDS: Sensation And Perception Studies; Historiography Of The Art And Image History; Theory Of Subjectivity (Subjectivity And Individuality).

I. INTRODUÇÃO

Início este texto no domínio particular de um desafio autoimposto, o de articular História da Arte, Mídia e Processos de Subjetivação (memória, identificação, narração, invenção de si, invenção do Outro, processos psíquicos e formulações em torno dos temas do sujeito e do objeto).

Uma das questões que tem sido recorrente no campo da História da Arte é a afinidade entre arte e psicanálise, tanto na constituição epistêmica dos seus objetos, no tratamento da subjetivação no processo criativo, quanto na presença e transferência de conceitos de um sistema de pensamento a outro. É também importante ressaltar, como tenho observado, nos estudos atuais, a afinidade na formação das duas disciplinas, a constituição dos seus campos de atuação e, no momento recente, um forte apelo por parte dos historiadores teóricos da arte em trazer a si o universo conceitual psicanalítico.

Neste caso particular, farei referência a estas relações a partir do binômio Freud – Lacan, deixando para outros momentos articulações sugeridas em relação à psicanálise de vertente inglesa e os estudos de autores do leste europeu.

Nestes termos, as artes e sua história e a psicanálise freudiana e lacaniana se enfrentaram com o mal-estar nas relações sujeito objeto e com o problema da invenção do objeto nos processos de subjetivação, seja como vida tomada como obra, seja como obra e processo de criação artística propriamente dita.

Em desacordo com muitas das correntes epistêmicas do XIX e do XX estes saberes incorporaram a marca do sujeito e da subjetividade nos processos de cognição e de produção da realidade.

No domínio da historicidade e, mais particularmente, da História da Arte, uma das muitas questões que assume as problemáticas das postas pela arte e pela psicanálise diz respeito à temporalidade e ao problema da narratividade em sua relação com a imagem.

Existem muitos outros temas e tópicos que poderiam ser aqui tratados, mas vamos privilegiar estes dois itens, considerando aqui se trata de um encontro de História e um simpósio que intenta estabelecer estudos e relações no campo das imagens, da memória, da representação e da identidade. Estes são conceitos e conteúdos caros ao campo da História, especialmente da denominada História Cultural, e, portanto, impõem-se como desafios a uma historiografia em sua articulação com conceitos advindos de outros campos que não os dos estudos da cultura, de viés histórico-antropológico, fazendo presentes suas afinidades aos termos da arte e da psicanálise.

No tratamento do tempo, a perspectiva ampla de um conceito de tempo subjetivado, muitas vezes apresentado nas tradições filosóficas e tomado nos processos e produção artística bem como no pensamento psicanalítico freudiano, demanda uma compreensão dos momentos da teorização do trauma em Freud. A temporalidade do trauma enuncia uma fratura e uma recombinação posterior entre passado e presente. Assim, Freud indica que o tempo é uma via de mão dupla entre a exterioridade e a interioridade, entre a objetividade e a subjetividade, entre o que é inatual e o que se atualiza, entre o fluxo contínuo dos acontecimentos e o regresso do passado no presente. Neste procedimento freudiano o que deve ser reconhecido é que não é possível aceder a uma origem, a um fato original, mas, apenas, à invenção-reinvenção do originário (fantasia do originário e da origem).

Entre acontecimento, memória, rememoração e seus efeitos no Real há lacunas. O que chamamos de mundo dos fatos tornados acontecimentos são a forma como o Real é apresentado sob a égide de uma ficção – o fator testemunhal – num primeiro plano de

tradutibilidade. As representações apresentadas como memórias são elas mesmas um procedimento narrativo subjetivado.

Por vezes, as disciplinas históricas, no seu viés hermenêutico, estiveram próximas deste lugar freudiano, mas, diversamente de Freud, em sua maioria, sustentam uma concepção de sujeito embasada na recordação ativa, o passado é reapresentado no presente como lembrança, o que implica numa consciência do passado e sua presença na história presente do sujeito e no modo como este se torna o ponto fulcral da narrativa.

No caso de Freud, a lembrança é uma ficção da origem ou uma forma de encobrimento.

Para Freud, os fatos – as ocorrências – são registrados no aparelho de memória como traços – marcas pulsionais. Daí, o sujeito, num momento posterior, revive a inatualidade do traço na atualidade de um novo acontecimento, a atualização do afeto como traço numa nova cena, na apresentação-representação.

Eis o que podemos identificar com um acesso oblíquo ao passado. A memória é ela própria atravessada pela representação e pelo fantasma, pela encenação e pela imaginarização.

Isto é o que se costuma denominar o passado presente no presente, mas não como lembrança do passado e sim como presentificação e, ao mesmo tempo, modificação/alteração do passado pelo presente. O passado inatual só é feito atual por sua dimensão de fluxo e de afetualidade. O passado é causa e é causado pelo presente.

Assim, a psicanálise fez anunciar muitas variações no domínio do objeto.

No campo da história dos objetos estéticos e cognitivos identifica-se o modo como os objetos só existem em variação em relação ao sujeito e em variação em relação à diferença entre passado e presente. Portanto, o objeto varia espacial e topologicamente, na paralaxe do sujeito-objeto, e, varia temporalmente, na inclusão do trauma, do modo como o antigo atualizado é um diferido em relação ao traço do passado e a memória é uma ficção da lembrança.

Costuma-se denominar na psicanálise lacaniana este objeto de objeto a, objeto causa de desejo e objeto do mais-gozar. A dinâmica objetual inclui variabilidade dos

objetos e fixação temporária num objeto, num regime que iremos enunciar como sendo o fantasmático.

Eis aqui o momento em que esta dimensão temporal na constituição dos objetos se liga a uma teoria da imagem em Freud e uma teoria do fantasma em Jacques Lacan.

Em História da Arte denominamos este momento de formalização e figuração, o momento em que uma determinada “bacia de significação” se reduz numa forma representacional de cunho alegorizante. O fantasma, tal qual uma alegoria, consiste na estabilização entre imagem-forma e imagem-conteúdo. Esta orientação do fantasma serve ao sujeito para garantir sua presença e repetição no conjunto do fluxo dos objetos. Assim, formações fantasmáticas configuram um recurso de enquadramento dos objetos passantes que são modalizados de acordo com a ordem traumática do sujeito. Fantasmas são sombras que povoam as imagens como um todo, marcas visuais imaginárias. As imagens flutuantes e reveladas ocultam a ordem dos fantasmas. O fantasma vela e fixa uma idéia na imagem – princípio da alegorização.

Diz a psicanálise que isto trata de uma fixação com a função de nomear o gozo.

Um fantasma é um regime de alegorização e também pode se encontrar na forma estilística da arte, como figura de estilo e marca autoral. Nas marcas autorais e de estilo, reconhece-se a presença do fantasma, a tentativa do fim da errância no teatro subjetivo das pulsões.

Assim, no regime das imagens, têm-se um jogo regulado entre memória-lembrança (a imagem remetida ao traço de memória) e fantasia-fantasma (da lembrança como ficção e encobrimento e da instalação do fantasma, na modulação entre significantes e suas fixações).

Um fantasma é um espelho modelador que fixa a presença de uma ausência – do objeto a e do seu remetimento e rebatimento na origem inatingível, no Das Ding (Freud/Lacan). Ele remete para uma imagerie da origem do desejo e para seu fim no gozo mortífero, na perspectiva de que todo objeto é substituível e se põe no lugar e em face da Morte.

Como elemento que tenta barrar com a imagem o vazio, ele também enuncia a sua dimensão alucinatória, uma suspensão temporária causada pela imagem e que deve, ao mesmo tempo, encarnar a nossa perda.

II. HISTÓRIA DA ARTE, IMAGEM-FANTASMA, ALEGORIA: GEORGES DIDI-HUBERMAN E HAL FOSTER.

A História da Arte sempre esteve envolvida com a história das configurações simbólicas. Estas foram remetidas a regimes distintos de entendimento pela via da história formal da arte e pela via da história iconológica da arte.

Nas suas relações com uma antropologia da arte e do simbólico, a arte foi remetida ao funcionamento dos grandes sistemas simbólicos. Vê-se aqui as extensas elaborações lévi-straussianas e as relações arte, cultura e simbolismo.

Nas suas relações com a história cultural, a arte foi subsumida ao regime imaginário social e cultural, numa flexibilização do entendimento da relação da arte com o simbolismo e a apreensão das dinâmicas culturais e interpretativas associadas às significações no campo visual.

Na atualidade, uma teoria do fantasma demonstra um novo modo de tratamento das imagens na História da Arte. Para a arte, as relações com a ordem imaginária não seriam capazes de cobrir o entendimento do conceito de imaginário psicanalítico.

Diversamente da concepção histórica de imaginário, a concepção psicanalítica de imaginário diz respeito ao anteparo e ao espelho da identificação. Nas teses clássicas lacanianas (na produção até a década de 1960) a identificação imaginária era remetida ao plano do simbólico e a lei da linguagem. A partir da década de 1970, com o segundo tempo da clínica laciana – clínica do Real e do Gozo – ocorre a desinflação do domínio simbólico e a expansão e sedimentação das relações entre Imaginário e Real e, disso, entre a Imagem e o Corpo, com a tomada de importância do Fantasma.

Isto diz respeito a um momento da psicanálise e da arte nas sociedades ocidentais, nas quais se observa um movimento de pouca sustentação simbólica para o campo do social e uma transição para uma sociedade que substitui o simbólico por um fantasma.

Considera-se que a imaginação social tem-se fixado em fantasmagorias e substituído a configuração simbólica por uma conjunção de alegorias, onde as imagens se fixam formando um vocabulário visual e, deste dicionário, a presença de uma imagem fantasmática.

Assim, este é um tema da reconfiguração da psicanálise nas sociedades pós anos 1970 que atinge a formação disciplinar da História da Arte, na preocupação do entendimento de um novo modo de relação da imagem com a realidade (construída imaginariamente) e com o Real, através dos seus efeitos do Real.

A imagem alegórica fantasmática fixa a imagem no lugar do símbolo. Mas tampouco garante o poder fantasmal, pois o giro alucinatório das imagens na contemporaneidade demonstra que o poder protetor e maléfico contido nos fantasmas reabre a fenda do Real, do que se denomina o “deserto do Real”, na ausência e plenitude do não-sentido e da insignificância.

Os fantasmas tratam, portanto, de duas potencialidades no entendimento da imagem, do lugar de retorno do recalcado, algo que havia sido apreendido como formação da ordem simbólica e que agora se vê passível de acesso na ordem imaginária, e, de lugar de encontro com o Real.

Como se trata de um artigo, apontaremos apenas para duas produções historiográficas que são desafiadas por estas relações entre imagem, fantasma, Real e corpo, nos termos das leituras de Freud e Lacan.

Do lado da historiografia da arte francesa opto por Georges Didi-Huberman.

Do lado da historiografia de língua inglesa, a produção do norte-americano Hal Foster.

Georges Didi-Huberman inaugura o problema da imagem como anteparo da morte e segue refletindo sobre o tema da imagem-fantasma como aquela que recobre o campo de formação disciplinar na História da Arte, quando em A imagem sobrevivente,

retrata a problemática da não-incorporação e do retorno do fantasma de Aby Warburg como fantasma da origem da História da Arte.

Warburg excluído não volta na forma do retorno do recalcado, mas também como figura temporal traumática, pois testemunha uma origem consentida e renegada em simultaneidade. Ele deve ser lido não como algo que foi recalcado e permaneceu recluso no interior da ordem simbólica ou como traço da memória. Ele, excluído, se torna imagem e fantasia-fantasma, pois a sua presença ausente alucina a História da Arte e demonstra o trabalho dos historiadores para promover o seu afastamento e seu retorno como um prometido. É o caso exemplar de E. Gombrich que faz retornar Warburg tal qual um fantasma do pai de Hamlet, retornando iluminado e alucinado, desordenado e descontextualizado. A imagem se expande e toma a posição de uma posterioridade que atinge a anterioridade por seus efeitos. Ou seja, excluído – forcluído – ele volta como imagem-fantasma.

Na história da arte moderna e contemporânea, o caso de Hal Foster é outra exemplaridade. Partindo de uma relação de Lacan com a teoria crítica, com a teoria e a antropologia da arte e a história cultural (e micro-história), o autor elucida este Lacan materialista para um entendimento do que é forcluído e que retorna fantasmaticamente no corpo da disciplina da História da Arte.

Num determinado momento, podemos confrontar uma exemplaridade propugnada pela historiografia cultural representada por Carlo Ginzburg e o tratamento dado ao mesmo problema por Hal Foster.

Ginzburg, em *Relações de Força*, trata do procedimento apropriativo do modernismo em relação aos modelos figurativos não ocidentais. Para ele, os artistas modernos fizeram o trabalho do decifrador dos códigos culturais e estéticos que se fizeram presentes na produção visual deste período, sustentando um ato inaugural e de unificação entre culturas distintas no domínio das artes.

O culturalismo de Ginzburg pode ser tomado de outro modo.

Foster procura elucidar o que se oculta na história estilística da arte moderna. A invenção modernista se sustenta a partir de uma posição fantasmática. É o fantasma do

primitivismo que dá sustentação para as perlaborações teóricas dos artistas, críticos e teóricos do modernismo.

O fantasma incide no seu lugar mesmo de imagem-tampão que unifica no moderno e fornece uma origem e uma finalidade nas conjunções entre culturas não-ocidentais, imagens da produção infantil e dos doentes mentais. Os primitivos se encontram no passado e no presente, na nossa origem e ao nosso lado.

Tal como Foster com Lacan e Lacan com Freud, voltemos a Freud e a teorização do trauma e da temporalidade traumática. Tal como enunciamos no início deste texto, o tempo fraturado freudiano é uma via de mão dupla entre a exterioridade e a interioridade, entre a objetividade e a subjetividade, entre o que é inatual e o que se atualiza, entre o fluxo contínuo dos acontecimentos e o regresso do passado no presente.

Toda origem é invenção e fabulação do sujeito que pode consistir em uma narração ou em uma fantasia de origem e do originário, na imagem fantasma.

Neste texto não vou tratar da dimensão narrativa e dos acontecimentos narrativos.

Vou permanecer concentrado na abordagem da imagem fantasma.

A atenção da História da Arte se volta para o momento em que imagens se transformam em fantasmas para a arte e como fantasmas funcionam como norteadoras das ações do campo disciplinar.

A imagem-fantasma é uma imagem tampão e se transforma no fato artístico, como a imagem que opera por extração de um conjunto variante de imagens.

Nesta perspectiva surgem duas questões de relevância.

A primeira diz respeito à imagem e memória. E a segunda é a questão do fantasma.

No primeiro domínio não trabalharemos extensivamente, pois este seria o tema de um texto e de uma reflexão específica.

O que teria dito Freud enuncia uma articulação explícita de que a memória como puro traço, – posteriormente nomeada de inscrição e escritura (Jacques Derrida) – fazem do lugar da memória esta inscrição da pulsão e sua fratura e atualização numa posterioridade, numa cena outra e no conjunto das imagens. Mas Lacan discorda desta

concepção de aparelho de memória e afirma que a memória é apenas uma formalização e não um arquivo. Portanto, ao final, Lacan postula que o central na memória não se encontra na escritura e na inscrição dos traços no aparelho, pois é do jogo entre causa material (traço) do significante e o jogo dos significantes que poderia cair numa conexão neuronal em última instância. Enfim, o traço poderia se tornar não apenas a letra, mas a letra biopsíquica. Para Lacan, o palimpsesto freudiano (do “Bloco Mágico”) deveria ser invertido. Não é das inscrições que o material do presente e o futuro se inscrevem e se escrevem. Como se trata de um formalismo, o registro é puramente formal e dele o que deve advir são os seus efeitos. Não há valor da inscrição por não haver uma substância ou uma ontologia dos significantes. O materialismo radical de Lacan afirma que só podemos valor pelo uso, pela troca, pelo mais-valor e o circuito dos efeitos. Os efeitos estão na dependência da constante rearticulação entre os elementos simbólicos, imaginários e o Real (nos efeitos do Real).

No caso da arte, os efeitos são sentidos não como inscrições acumuladas do passado rumo ao presente. A cadeia dos significantes e suas imaginizações apontada em uma história linear-causal das imagens é por esta metodologia ignorada. O que se põe para a arte como desafio dos seus efeitos está associado a sua capacidade de firmar o enlace entre simbólico, imaginário e Real.

Nos seus efeitos, a arte é uma provocação do presente para seus múltiplos passados, sua capacidade de tramar a imagem na ordem simbólica, dando-lhe o mesmo aspecto e potência dos testemunhos.

Neste âmbito, na contemporaneidade, com a desinflação do simbólico na ordem social, este lugar passou a ser ocupado pela imagem-fantasma, funcionando como o elemento de identificação traumática, do modo, no dizer de Foster, como temos uma saída no intervalo entre a estabilização cultural dos referentes (imagens em sua leitura iconográfica) e a perspectiva da arte como jogo puramente auto-referencial (cultura da imagem, simulações). As imagens seriam um ponto fulcral para o estabelecimento de uma projeção, superfície destinada a fazer vir à tona um sujeito do trauma, histórico, social, subjetivo.

As imagens evadem para o Real.

O modelo contemplativo da estética do século XVIII é recortado pelo fantasma. Um procedimento repetitivo da imagem impõe a força do suporte tornado agora a mídia. Não é do conteúdo da imagem que pode e se quer falar na arte contemporânea. O problema da repetição diz respeito ao ato e à encenação e visa uma amostragem do vazio dos anteparos e um entendimento do funcionamento dos mecanismos que passam a sustentar na modernidade a função escópica – a objetiva, a tela branca de projeção, os subjétil na pintura etc.

A leitura de Foster – na esteira do pensamento de Lacan - demonstra como a cultura pop e o hiper-realismo norte-americano são modos de estabelecer na disjunção entre linguagem e imagem uma crítica às instituições artísticas e, mais especialmente, à história e a museificação da arte, revelando uma fissura e uma descontinuidade entre as imagens – no seu destino contemplativo – e relatando o modo como, do lugar traumático, do presente, o passado está sendo atualizado e reelaborado, reescrito, reimaginarizado.

Às formalizações em continuidade, sustentadas num jogo entre o detalhe e o todo, sejam elas destinadas a leitura morfológica ou a leitura iconológica, contrapõe-se um sistema de leitura em collage (surrealista) ou bricolage (estruturalista), como a maneira de fazer o presente operando no passado, reinventando-o. A arte tal como o trauma opera com o passado dado como sendo o inatual, e, atualizando-o, numa provocação e numa descontinuidade-transgressão entre passado e presente.

Toda a operação de continuidade estaria destinada a operar com fantasmas (Didi-Huberman, Foster), tanto na historiografia, como fantasmas da origem, como na produção imagética visual, como fantasias originárias / fantasmagorias.

Estas reflexões afetam de modo particular algumas outras reflexões que incidem em nossa disciplina nos últimos anos, como o problema da pesquisa do detalhe no formalismo e na iconologia e a ascensão da pesquisa do fragmento. O fragmento do tempo traumático freudiano revela como a origem e inatingível e, portanto, a totalidade é um horizonte inalcançável. Uma História da Arte reescrita como ela própria operação de colagem demonstra que a operação do historiador é a de reunir – justapor -
fragmentos vindos de tempos e lugares distintos, próximos e ou distantes, numa colcha



de retalhos, num palimpsesto, fazendo fulgurar instantes de inteligibilidade entre eles, pelo valor de diferença e não pelo valor de continuidade simbólica e perspectiva de comparação.

III. DO FANTASMA E DO REAL COMO FORMAS DA ARTE NA CARNE E NO SABER.

“A pintura não deve reproduzir o visível, mas tornar visível.” (Paul Klee)

Assim, as leituras no campo da teoria, metodologia e história da Arte que conduziram para um lugar da reflexão teórica que enfatiza uma cronologia e uma articulação simbólica e comparativa entre as imagens e suas histórias, pode ser pensada de outro modo por historiadores da modernidade e da contemporaneidade em seus desafios.

O problema das relações e hierarquias entre as linguagens e formas artísticas – pode ser articulado e pensado na transposição de sua problemática para uma concepção ampliada de mídias - e para a constituição do objeto artístico, pensado em seu viés ético, poético e estético – o que implica uma reflexão acerca do descompasso sensorial-perceptual na produção das imagens ou nos efeitos provocados de falhas e diluições entre a Imagem e o Real (Foster).

Um historiador da arte que se enfrenta com uma história formal da arte, com seus regimes de funcionamento e, nesta acepção da historiografia da arte, do modo como a história formal clássica se transformou na história modernista das linguagens e na história pós-modernista das mídias, pode também pensar nas relações entre imagem e produção, como modos de fazer operar o choque, na seriação dos objetos (modelo benjaminiano) e no trauma enunciado pela subjetivação e enfrentamento do vazio (Freud-Lacan).

Muitas questões advém neste momento da História e da produção em arte.

O avanço do Real – e daí do corpo – implicam numa concepção de que tudo retornaria sem a mediação simbólica e se tornaria para o sujeito e para a obra-ação artística um desafio de enfrentamento não apenas com tudo aquilo que retorna (do recalque e como fantasmagoria), mas do que não tendo sido sublimado continua apontando para os estertores do trabalho do jogo do prazer-desprazer, do enfrentamento da morte, da decrepitude.

Por um lado isto se revela como uma arte altamente sensorializável, palpável na sua carnalidade, sem revelação como linguagem simbólica.

Por outro, pode aparecer sob a forma da contaminação dos signos por hipercomunicação, por excesso do saber, fazendo da arte um além do simbólico, um império da codificação e um fascínio da tecnoestética.

De todo modo, o que impera é um amplo e generalizado processo de deslizamentos que acaba por identificar o jogo dos significantes como jogo dos efeitos da circulação, impossível de ser apreendido numa lógica econômica (e simbólica) dos signos. Na fuga dos signos o alvorecer do corpo tem sido enunciado pela psicanálise desde Lacan. Uma cultura das sensações e imersiva deriva entre imersões cibernautas e universos virtuais e as imersões carnalizadas.

A via do mundo ciber convoca as infovias e aos excessos da informação. Somos saturados e hiper-realizamos o gozo no imperativo do saber, um mundo de mais saber, o que destina tudo a hiper-conceituação, mesmo quando estamos diante de miríades de experimentações eletrônicas, por detrás delas encontra-se a formulação e a síntese conceitual.

Do outro lado, a imersão no mundo da carne convoca o aquém do simbólico, na sua falência mesma, na ordem das adições ao corpo, das mutilações e subtrações do corpo, na lesão impactante.

Assim, uma arte sensorial se aproxima mais dos fenômenos psicossomáticos do que da ordem sintomal psíquica. O que as artes têm pretendido ao dar corpo e tornar o corpo lugar e conceito das artes é provocar uma lesão real, uma espécie de ascensão dos restos daquilo que teria sido o processo significativo. Talvez seja deste impacto do não

sentido a que temos sido submetidos e subsumidos que poderemos alcançar finalmente nossos lugares fulgurantes de objetos de nós mesmos.

Este é um tópico que tem sido alvo particular das pesquisas do grupo Interartes (GRUPO CNPQ UFG INTERARTES PROCESSOS E SISTEMAS INTERARTÍSTICOS E ESTUDOS DE PERFORMANCE E REDE GOIANIA DE PESQUISA INTERARTES FAPEG GO). A carnalidade na arte contemporânea tem se manifestado na teoria e nos estudos de performance e na Body Art.

A performance como fenômeno da arte das adições e subtrações do corpo se dirige para os aspectos que inflacionam a cultura do mais além do gozo, numa ultrapassagem dos sistemas simbólicos do mundo da arte e numa fixação no aspecto particular do gozo e dos seus impedimentos e impasses. É deste modo que artistas contemporâneos têm estado deveras interessados em definir seus objetos não a partir de critérios artísticos, mas de critérios de ascensão dos elementos do Real, da carne, do existente, inflacionando a tematização da intimidade, dos dados autobiográficos e da transformação da assinatura (como marca da obra) em autografias.

A perspectiva da diferença entre reprodução e repetição tal como enunciada por Lacan na leitura de Freud também tem sido sustentada no modo como as ações físicas e a presença do corpo se misturam aos sistemas de pensamento e ultrapassam as condições da ordenação simbólica.

Trabalhos de performance e body art são quase sempre uma forma de insistir em modelos da presença e dos estados afectuais a ela associados. Não se trata de promover representações a partir do corpo mas de fazer do soma o lugar da obra de arte, como já afirmou Henry Pierre Jeudy.

Os desafios destinados ao historiador e ao historiador da arte estão em encontrar modos de apreensão desta carnalidade e ao desencontro do simbólico que permitia o enlace entre a ciência da história e o estudo da arte e sua história. Nesta carência dos símbolos, estudar uma história como ordem fantasmática é o que parece tem sido a aposta de alguns experimentos particulares neste campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS BRETON, André. **Manifestos do surrealismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, Isabel Cristina M.. **Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica**. Horizontes Antropológicos. Vol. 9, nº 19. Porto Alegre: 2013.

CUNHA, Maria Teresa. **Do Baú ao Arquivo: escritas de si, escritas do outro**. Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP. Vol.3, nº 1, São Paulo: 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo. Historia del arte y anacronismo de las imágenes**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2000.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A imagem sobrevivente: História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FRANÇA, Oswaldo. **Freud e a sublimação**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

FRAYZE-PEREIRA, João A. **Arte, Dor: inquietudes entre estética e psicanálise**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, volumes VII. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996. (texto original de 1905)

FOSTER, Hal. **The return of the real**. Cambridge: MIT Press, 1996.

GALLE, Helmut Paul Erich. **Elementos para uma Nova Abordagem da Escrita Autobiográfica**. Matraca: Rio de Janeiro, v. 18, p. 64-91, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 7: a ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. (texto original de 1959-1960)

LACAN, Jaques. **O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. (texto original de 1964)

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 10: a angústia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (texto original de 1962-1963)

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20: “mais, ainda”.** 2.a edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. (texto original 1972-1973)

LIMA, Henrique Espada. **Narrar, Pensar o Detalhe: à margem de um projeto de Carlo Ginzburg.** ArtCultura. Vol. 9, nº 15, p. 99-111, Uberlândia, jul.-dez., 2007

MACHADO, Roberto. **Deleuze, a Arte e a Filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MALATIAN, Teresa Maria. **A Biografia e a História.** Cadernos Cedem. Vol. 1, nº 1. 2008.

MILLER, Jacques-Alain. **Los signos del goce.** Buenos Aires: Paidós, 1998.

MILNER, Jean-Claude. **A Obra Clara? Lacan, a ciência, a filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PELBART, Peter Pal. **Imagens.** In: PELBART, Peter Pal. O Tempo não Reconciliado. São Paulo: Perspectiva, 1998.

REGNAULT, François. **Em torno do vazio: a arte à luz da psicanálise.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História e o Esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. **Testemunho e a Política da Memória: O Tempo Depois das Catástrofes.** São Paulo: Projeto História, 2005. Disponível em: [www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-\(Marcio\).pdf](http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/volume30/04-Artg-(Marcio).pdf). Acesso em 02 de setembro de 2013.

SOUZA, Elizeu Clementino. **(Auto) Biografia, Identidade e Alteridade: Modos de Narração, Escritas de Si e Práticas de Formação da Pós-Graduação.** Dossiê Fórum, POSGRA/UFS, Ano 2, Volume 4, 2008. Disponível em: [www.posgrap.ufs.br/...identidades/.../DOSSIE FORUM Pg 37 50.pdf](http://www.posgrap.ufs.br/...identidades/.../DOSSIE_FORUM Pg 37 50.pdf). Acesso em 02 de setembro de 2013.

**RAÍZES DO SERTÃO MINEIRO: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA RE
/ELABORAÇÃO DAS PERFORMANCES ARTÍSTICAS DOS
PARTICIPANTES DA FOLIAS DE REIS DE JOÃO PINHEIRO (MG)**

Maria Célia da Silva Gonçalves

Doutora em Sociologia e Mestre em História pela Universidade de Brasília -
UnB.

Membro Laboratório Transdisciplinar de Estudos da Performance (TRANSE)
SOL/UnB.

E-mail: mceliasg@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar os significados da performance para os foliões participantes de grupos de Folia de Reis do município de João Pinheiro-MG, partindo-se do princípio de que atores e instituições tornam-se visíveis em uma sociedade por intermédio de suas performances. É por meio do exercício da performance que as identidades dos foliões são (re)definidas; na e para a performance suas auto-imagens são (re)construídas. A performance é um espaço de transformação; estar no palco possibilita ao folião um exercício único de alteridade. Na metodologia, empregou-se a etnografia, acompanhada de entrevistas gravadas e registros fotográficos.

Palavras chaves: Folias de Reis. Performances. Memória. Identidade. Ritual.

Abstract

This paper aims to analyze the meanings of the performance to the merry-makers that participate to the Folia de Reis groups (a kind of catholic kings and merry-makers party) in the municipal district of João Pinheiro-MG, from the principle that actors and institutions become visible in a society by their performances. By the exercises of a performance that the identity of the merry-makers are (re)defined, in and for the performance their own images are constructed. The performance is a transformation space; being in the stage makes possible to the merry-makers an unique exercise of alterity. In the methodology, the ethnography was used, joined by recorded interviews and photographic registers.

Keywords: Folia de Reis. Performances. Memory. Identity. Ritual.

Introdução

Este artigo tem por objetivo investigar como a Teatralidade e a Performance Ritual da Folia de Reis escrevem as memórias ligadas à religiosidade dos foliões do município de João Pinheiro-MG. O referencial teórico que informou a presente pesquisa veio do âmbito da teoria da Performance.

Teixeira (2004:08) alerta que:

Performance é um conceito – em – progresso, ou seja, em construção, que assume várias nuances e focos, conforme as circunstâncias, visando ajudar a esclarecer objetos tanto específicos quanto variados, seja em perspectiva histórica ou transcultural. [...]ele se coloca como mecanismo eficiente para pensarmos as interações entre ciência e arte, situando-se, por exemplo, na fronteira entre ciências sociais e as manifestações artísticas num sentido mais lato.

Embora seja o conceito de Performance elástico e em construção, até mesmo pelo seu pequeno tempo de vida no Brasil, ele vem se tornando um conceito extremamente relevante para investigar manifestações culturais que são feitas por artistas do povo, como é o caso da Folias de Reis, porque:

... no estudo da performance, os valores e os objetivos da cultura são vistos e percebidos em ação, oferecendo a possibilidade de questionamentos críticos na compreensão de práticas sociais, com os aspectos da vida cotidiana e até mesmo da complexa rede de movimento social da pós-modernidade”. (GUILARDUCI, 2003:162-163)

O que é Performance?

Uma peça teatral? Dançarinos dançando? Um concerto musical? O que você vê na TV? Circo e carnaval? Uma entrevista coletiva de um presidente da República? As imagens do papa, do modo como ele é retratado pela mídia – ou as constantes repetições do instante em que Lee Harvey Oswald era baleado? E esses eventos têm alguma coisa a ver com ritual, [...]ou danças com máscaras como aquelas de Peliatan, em Bali? Performance não é mais um termo fácil de se definir: seu conceito e estrutura se expandiram por toda parte. Performance é étnica e intercultural, histórica e atemporal, estética e ritual, sociológica e política. Performance é um modo de comportamento, um tipo de abordagem à experiência humana; performance é o exercício lúdico, esporte, estética, entretenimento popular, teatro experimental e muito mais[...] (TURNER, 1982:11)

O trabalho com a teoria da Performance se justifica por ser ela um campo de estudo que exige interdisciplinaridade. Para estudar uma manifestação artística/religiosa/cultural como a Folia de Reis, faz-se necessário a imersão no domínio de outras ciências sociais, uma vez que: o estudo da Performance combina antropologia, artes performáticas e estudos culturais, usando lentes interdisciplinares para examinar um conjunto de atos sociais: rituais, festivais, teatro, dança, esporte e outros eventos ao vivo (LIGIÉRO, 2004:90).

Ao estudar as Folias de Reis pinheirenses sob a luz da teoria da Performance, é possível perceber que a Performance empresta insights valiosos para a formação e identidade, permitindo um espaço para entendimento intercultural e através da performance, os significados centrais, valores e objetivos da cultura são visto em ação. (LIGIÉRO, Op. Cit.: 90). Partindo deste pressuposto, pode-se inferir que a performance é uma forma de comportamento, uma maneira de agir e pensar sobre as atividades humanas.

Por meio da Performance, os grupos de Folia de Reis de João Pinheiro vão criando/(re)criando uma identidade muito peculiar, vão marcando o seu lugar social

através da teatralidade de suas apresentações. Nesse trabalho, a teatralidade¹ é pensada como o jogo dos atores que potencializa o universo performático, ocupando uma função primordialmente: a de ser visto, notado e, dessa maneira, eternizado enquanto memória. A Festa de Reis ocupa, nessa situação, uma posição de evidência, devido à grande sociabilidade que propõem e oferece ao conjunto da sociedade pinheirense, possibilitando aos envolvidos inúmeros e entrecruzados olhares.

A teatralidade, como elemento da performance do ator, refere-se ao seu desempenho na interpretação de uma obra. Portanto, é um modo de realização que não implica na autoria da obra em sua totalidade. (STELZER, 2007:130). Pensando dessa maneira, o folião é ator de um teatro popular, a Folia de Reis. Ele interpreta uma história tão antiga quanto a Bíblia, mas ao mesmo tempo se renova a cada encenação.

João Pinheiro é o maior município em extensão territorial do estado de Minas Gerais; de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são 10.717 quilômetros quadrados e uma população de 43.229 habitantes (IBGE, 2007). O município insere-se na microrregião do Vale do Rio Paracatu², localizada na mesorregião Noroeste³ do estado, distante 330 quilômetros de Brasília e 400 quilômetros de Belo Horizonte. Sua economia é baseada fundamentalmente na agropecuária, sendo, atualmente, pautada nos agronegócios.

A cidade guarda, até o início do século XXI, características do mundo rural no tocante aos seus costumes e tradições. Nascida numa região de transição dos

¹ A noção de *teatralidade* é complexa, a despeito de sua aparente simplicidade em se constituir como um substantivo urdido a partir do adjetivo *teatral*. Em sua acepção comum e mais divulgada, a teatralidade designa algo levemente ostentatório ou arbitrariamente empreendido para gerar um *efeito*. (MOSTAÇO, 2007)

² A microrregião do Vale do Rio Paracatu é uma das microrregiões do estado brasileiro de Minas Gerais pertencente à mesorregião Noroeste de Minas. Sua população foi estimada em 2006, pelo IBGE, em 210.480 habitantes e está dividida em dez municípios. Possui uma área total de 34.997,251 km².

³ A mesorregião do Noroeste de Minas é uma das doze mesorregiões do estado brasileiro de Minas Gerais. É formada pela união de dezenove municípios agrupados em duas microrregiões.

bandeirantes que, em suas viagens interioranas, buscavam ouro nos estados de Goiás e de Mato Grosso. Durante muito tempo o município serviu de hospedagem a estes transeuntes, antes que seguissem caminho em direção às novas minas.

Fundada oficialmente em 1911, a cidade permaneceu relativamente isolada do restante de Minas e do Brasil devido à sua localização geográfica e à falta de estradas, fato que se manteve inalterado até a inauguração da rodovia BR-040, que foi construída no início da década de 60, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, momento em que o município estabeleceu um contato maior com a capital mineira e o Distrito Federal, adquirindo, assim, ares da modernidade.

Como todas as cidades do interior mineiro, mais pontualmente do Noroeste de Minas, a sociedade se formou sob os auspícios da religião católica e, ainda hoje, mantém os seus ritos e festas. Durante o ano são celebradas as festas em homenagem aos santos devocionais, destacando-se, dentre elas, as festas em homenagem aos Santos Reis. Podem ser divididas em duas categorias: as festas de tempo, ou seja, aquelas que ocorrem no período de 24 de dezembro a 06 de janeiro, e as festas de votos (temporãs), que são realizadas em qualquer época do ano, em agradecimentos a uma graça (milagre) alcançada.

Embora seja um município essencialmente católico, a religiosidade que aqui se estabeleceu foi dirigida principalmente por leigos. Por esse motivo, permitiam-se que fossem mesclados costumes e tradições das outras matrizes culturais dos povos que habitaram essa região, dando origem a performances muito especiais nas Folias de Reis locais.

A socióloga Pereira Queiroz (1968) sustenta a ideia da existência de sete tipos de catolicismo: catolicismo oficial; cultural; popular; catolicismo misturado com magias e crenças indígenas; catolicismo associado aos cultos africanos; catolicismo reunido ao espiritismo, e catolicismo em sincretismo com o espiritismo e cultos africanos.

Dentre as classificações elaboradas por Queiróz (1968), o conceito mais usado é o de *catolicismo rústico*, constituído em comunidades rurais dispersas por vastas extensões territoriais, vivendo numa economia de subsistência, com um senso de comunidade muito forte. Esse tipo se traduziria pela devoção comum a santos padroeiros locais, no qual a capela do santo ocuparia lugar de destaque na comunidade. Um catolicismo que reforçaria a solidariedade desses grupos, muitas vezes canalizando a rebelião onde a opressão foi grande.

As festas de Reis realizadas no município de João Pinheiro apontam para um prosseguimento de elementos culturais de acordo com as tradições rurais e conseqüentemente do então conhecido catolicismo rústico, sinalizando para a possibilidade de dialogar com certos aspectos das culturas urbanas.

Nesse sentido, faz-se imperativo expor que, de maneira diferente do que as pesquisas de Pereira de Queiroz, nos anos 1960 e 1970, apontavam os elementos fundamentais do *catolicismo rústico*⁴ estariam fadados ao desaparecimento em função dos processos de modernização e industrialização das cidades –, a Festa de Reis, em João Pinheiro, conserva características de um contorno tradicional de religiosidade e não está fechada, nem vulnerável às mudanças que decorrem de um mundo urbanizado. As Festas de Reis em João Pinheiro são tradicionais porque são dinâmicas, mudam para acompanhar a sociedade, se fossem congeladas não seriam uma forma de expressão viva da cultura local. Como observou Suzel Reily: Ao se apropriarem de temas cristãos, os foliões têm sido seletivos, silenciando alguns elementos, enfatizando outros, interpretando o material de modo a integrá-lo em suas experiências de vida como membros das classes populares (REILY, 2002:160).⁵

⁴ Para Queiroz (1968), o catolicismo rústico é uma das formas de religiosidade populares católicas que normalmente se manifestam por meio das festas coletivas, danças, rezas, romarias que se realizam, tradicionalmente, sem a interferência direta de padres ou representantes oficiais da Igreja. Esse catolicismo se assenta no culto aos santos, que acontece normalmente durante as festas de padroeiro.

⁵ Tradução livre da autora.

Essa dinâmica da religiosidade das Folias de Reis de João Pinheiro fica evidenciada na entrevista de Geraldo Martins da Mota, 43 anos de idade, conhecido como Preguinho, padre e capitão de folia:

Há dez anos eu escutava isto: Folia de Reis vai acabar, porque não tem mais gente nova. A apresentação que nós tivemos em João Pinheiro, com vários meninos rapazinhos, meninas, está até um pouco com a mentalidade de igualdade de gênero. Nós estamos vendo agora que tem folia feminina, tem mulher cantando junto dos homens, quer dizer, a folia não é coisa do passado e ela entende que isso é coisa do presente e até mais do que outras coisas. Está acolhendo mulheres como capitãs, mulher como ajudante, coisa que no passado não podia, hoje é normal. Então, a folia está entendendo uma dinâmica muito mais forte do que a própria Igreja, que ainda restringe ao homens a sua oficialidade. Na folia tem mulher capitã, tem mulher que está lá no meio dos homens. Então, isto, para mim, é um avanço muito grande, é sinal de que a folia, no fundo, está entendendo essa mensagem de passar. E outra: que folia, ela é boa porque é festa de povão, mas ela é festa de família; não tem penetra em folia, é o grupo, né? É igualzinho festa de casamento, vai o pessoal ligado, a folia é isso também. Você vê um cara, aí diz: “Vamos na festa de folia, chega lá!”. O cara de outro lugar pode até achar bonito ou besteira, “O que é isto? O povo dançando, cantando?”. Aí, não entendo nada, “o que é isto?”. Agora, você vai conversar com alguém que é envolvido do grupo ali, nossa! A hora que o capitão começa a cantar há um silêncio, né? Uma veneração. A folia tem tudo, ela tem cerimonial, tem rito, tem folguedo, então, há os momentos fortes, nos quais há reza, folguedo, comida e tem tudo, nas folias você vai para namorar.

No município de João Pinheiro, há 52 grupos⁶ de Folias de Reis, sendo que alguns deles possuem mais de 40 anos de existência. Esses grupos são formados por homens e, em alguns casos, existem mulheres simples, em sua maioria agricultores que deixaram a zona rural na década de 70, época em que houve, no município, a entrada de grandes empresas multinacionais dedicadas ao reflorestamento. Com a chegada dessas

⁶ Também denominados Ternos de Reis, companhias de Santos Reis.

empresas, esses pequenos produtores deixaram suas terras e dirigiram-se para a cidade em busca de novas formas de trabalho. Esse movimento migratório fez surgir os bairros da cidade que são hoje *locus* por excelência das manifestações das Folias de Reis, folguedos que funcionam como espaço de reelaboração da identidade abalada pela mudança. De acordo com Stuart Hall (1999), as “crises de identidade” procedem das grandes mudanças provocadas pelas novas estruturas sociais que instigam uma reestruturação ou mesmo reinvenção da identidade cultural. A transmigração do homem do campo para a cidade não rompe com os seus valores, tradições, costumes e religiosidades, mas certamente esse processo provoca transformações devido às adaptações necessárias para a manutenção das práticas culturais de outrora.

Em João Pinheiro, esse fator não foi diferente. A cidade, formada em sua maioria por pessoas oriundas do campo, acolheu os foliões e ofereceu-lhes oportunidades de adaptar suas práticas aos novos tempos. Esse acolhimento fica explícito na constante atuação das Folias de Reis no município. Enquanto em outras regiões do Brasil a Folia de Reis é um folguedo com data marcada, ocorrendo especificamente de 24 de dezembro a 06 de janeiro, em João Pinheiro a mesma se faz presente durante o ano todo. Um mergulho pontual na pesquisa do universo desta prática religiosa permitiu à pesquisadora verificar a existência de Festas de Reis na cidade praticamente todos os finais de semana.

Essas Folias exercem importante influência cultural e religiosa na sociedade pinheirense. Essas práticas são as responsáveis pelo importante papel de guardião de um saber muito especial, a invocação dos Santos para as curas e a solução de problemas materiais e espirituais. Não raras vezes é possível ouvir de alguém que: *Santos Reis curou a filha, retirou o filho do mundo dos jogos, da cachaça...* Diante desse fato, observa-se que as Folias (re)elaboram identidades, incluem pessoas ignoradas pela sociedade, fazendo com que as práticas performáticas destes atores sociais sejam elaboradas cautelosamente.

Manuel Castells (1999: 22-23) relaciona o conceito de identidade a atores sociais e afirma que ela é: o processo de construção de significado com base em um atributo

cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais interrelacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Assim, os atores sociais são os foliões e, ainda segundo o próprio autor, para eles pode haver identidades múltiplas: No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição, tanto na autorrepresentação quanto na ação social”. Isto porque a identidade constitui fonte de significado para os próprios autores, por eles originada, e construída por meio de um processo de individualização, ou seja, ela é autoconstruída, pois

... ritos, rotinas, rituais e espetáculos são performances da vida individual e coletiva, são a forma sensorial e perceptível pela qual as experiências e expressões se reúnem, são jogos que se fazem com a alteridade, em todos os sentidos, com todos os sentidos, são comunicação (BIÃO, 1996:15).

Neste sentido:

As identidades somente assumem tal condição quando e se os atores sociais se internalizam, construindo seu significado com base nessa internalização [...] Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados. [...] as comunidades, construídas por meio da ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidades (CASTELLS, Op.Cit.:23).

Diante dessa constatação, nasceram alguns questionamentos importantes sobre a atuação, a performance e a memória e identidade dos foliões de João Pinheiro. Tratam-se de inquietações, tais como: Por que a existência de tantos grupos de Folia de Reis? Quem são estes foliões? De onde vieram? Qual a importância das Falias em suas vidas? Participar de uma Folia de Reis cria uma maior visibilidade social? Como a comunidade percebe a atuação desses foliões? Pertencer a um grupo de Folia de Reis em João Pinheiro é fator de inclusão social? Como é realizada a aprendizagem da arte de foliar? O texto pretende responder a essas questões.

Schechner assim caracteriza o que a performance pode fazer: entreter; fazer alguma coisa que é bela; marcar ou mudar a identidade; fazer ou estimular uma comunidade; curar; ensinar persuadir ou convencer; lidar com o sagrado e com o demoníaco (SCHECHNER, 2003: 45).

De acordo como teórico Richard Schechner: , o ritual é uma das diversas atividades relacionadas ao teatro. As outras são brincadeiras, jogos, esportes, dança e música... Juntas, essas atividades representam o conjunto de atividades performáticas dos seres humanos, sendo primordiais e estando presentes em todas as sociedades (SCHECHNER, 1988: 06).

Para compreender os simbolismos do ritual⁷ das Folias de Reis, é necessário viver, conviver, participar do universo pesquisado; para tanto, a metodologia utilizada ancorou-se na etnografia, porque, ao discutir sobre as performances, Turner (1982) ressaltou que estas ocorrem em momentos marcadamente simbólicos e esclareceu o caráter polissêmico e evocativo dos seus símbolos. Olhando nessa direção, o autor considera que: o símbolo é a menor unidade do ritual que ainda mantém as propriedades específicas do comportamento ritual (TURNER, 2005:49).

Afirma o autor que:

Os símbolos possuem as propriedades de condensação, unificação de referentes díspares e polarização de significado. Um único símbolo, de fato, representa muitas coisas ao mesmo tempo, é multívoco e não unívoco [...] os referentes tendem a aglutinar-se em torno de pólos semânticos opostos. Num pólo, os referentes são feitos a fatos sociais e morais, no outro, a fatos fisiológicos (TURNER, 1982: 71)⁸.

⁷ Este trabalho pensa ritual como quer (Turner, 2005:49) “[...] comportamento formal prescrito para ocasiões não devotadas à rotina tecnológica, tendo como referência a crença em seres ou poderes míticos.”

⁸ Tradução livre da autora.

Percebe-se que os símbolos tendem a se caracterizar pelo seu potencial polissêmico. Para Turner (2005), a pesquisa etnográfica consiste na análise da junção da trama dramática das relações simbólicas performáticas, com o jogo das relações sociais na vida cotidiana. Para entender o simbolismo dos gestos, a sociabilidade da festa, o ato de compartilhar, a doação, a aprendizagem feita ao acaso, a dramaticidade do canto, a importância da bandeira, não basta visitar os foliões, é necessário vivenciar de perto a magia da festa e do ritual. Por que:

O ritual constitui um momento privilegiado para manifestar aquilo que se deseja perene numa sociedade, ele surge como uma área crítica para se penetrar na ideologia e valores de uma determinada formação social, [ele é] importante não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parte e acabamento desses valores. (DA MATTA, 1997:31).

O ritual das Folias de Reis pinheirenses torna-se, portanto, *locus* privilegiado de transmissão da memória coletiva do grupo de foliões, assim como instrumento de reprodução de valores do grupo.

Um pouco da história das Folias de Reis

As Folias de Reis são grupos de artistas populares, cantores e tocadores⁹, que saem em peregrinação, normalmente em época do Natal, anunciando a chegada do Menino Deus. Essa é uma manifestação religiosa/artística presente em boa parte do interior do Brasil. O ritual é complexo e guarda ligações (muitas vezes tênues) com a tradição europeia de Reis e com o teatro, música e dança herdados da cultura portuguesa:

⁹ Em João Pinheiro, as Folias são compostas por uma maioria de homens, as vezes algumas poucas mulheres que ocupam a função de Aferes, personagem encarregado de conduzir a Bandeira.



Pelo seu caráter deambulatório e precatório, atribuiu-se as origens da Folia a costumes medievais: mestres, estudantes, boêmios, mendigando e se divertindo percorreram por três séculos, do XII ao XIV, toda a Europa. Em outra versão, os ciganos são apontados como possíveis raízes dessa prática cultural, não só pelo seu nomadismo, mas também pelos instrumentos, estandartes, fitas e flores coloridas que os caracterizam. França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, entre outros, festejavam os três Reis Magos na época de Natal. O Presépio e os Autos Natalinos já eram conhecidos desde o século XIV em Portugal, mas as primeiras notícias da Folia, tal como a conhecemos hoje, remontam ao século XVI (MACHADO, 1988: 213-214).

Os Reis Magos fazem-se presentes no Brasil desde o início de sua colonização. Uma prova desta presença é o fato de o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), ter sido fundado em 06 de janeiro de 1598, marcando a introdução do culto aos Santos Reis ainda no século XVI.

Certamente a catequização dos índios pelos jesuítas alcançava melhores resultados quando estes utilizavam os recursos da imagem para explicar aos índios o nascimento do Menino Deus. A utilização do presépio era mais didática e melhor compreensível e nele está implícita a figura dos Reis Magos. Nessa direção, observou Sebastião Rios (2006: 67):

A Folia, como a música e o drama, foi usada pelos jesuítas para a catequese. Os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta usavam as Folias e outras danças nas procissões e nos autos, muitos escritos na língua geral. Com a consolidação da colonização, os rituais usados na catequese do índio disseminaram-se entre colonos portugueses, negros escravos e mestiços de toda sorte e foram incorporados às festas dos padroeiros.

Com o nome de Folia, existe no Brasil um grande número de grupos devocionais dos santos católicos: São Sebastião, São Benedito, São José, Divino Espírito Santo e Santos Reis. Em Portugal, segundo Câmara Cascudo (1998), Folia era uma dança rápida ao som do pandeiro ou adufe. As Folias brasileiras têm suas origens

nas matrizes ibéricas, mas com o passar do tempo foram se modificando e na atualidade possuem características próprias.

Câmara Cascudo define Folia como:

[...] um grupo de homens, usando símbolos devocionais, acompanhando com cantos o ciclo [...] festejando-lhe às vésperas e participando do dia votivo [...] não tem em Portugal o aspecto precatório da folia brasileira, mineira e paulista [...] é uma espécie de confraria, meio sagrada, meio profana, instituída para implorar a proteção divina contra pragas malinas que às vezes infestam os campos [...] Há o rei, o pajem, o alferes, dois mordomos e seis fidalgos. (CASCUDO, 1998: 402).

Nessa definição é possível observar a presença dos símbolos, do sagrado e profano e, principalmente, a existência de uma resignificação da Folia vinda de Portugal. Não é possível pensar em uma tradição cultural de Folia de Reis em João Pinheiro-MG tal qual existia em Portugal, nem mesmo iguais às de outras partes do Brasil. Os grupos de foliões do município guardam muitas especificidades que apontam para influências das culturas africanas da época da escravidão. Como a performance dos palhaços, faz-se o uso de instrumentos de percussão, muita cor e alegria no ritual.

O Sr. João Rodrigues de Paiva¹⁰, 76 anos de idade, folião há 70 anos, demonstra preocupação como os palhaços da Folias de Reis de João Pinheiro:

Os palhaços mais velhos foram morrendo e os novos não têm influência com isto, né? É que o palhaço é o pastorinho, o palhaço tem que ser sabido. Nossa Senhora! O palhaço, para entrar numa farda, pôr a máscara ali na cara, e pôr uma coroa na cabeça, precisa saber mais que o capitão. Ele tem que ser sabido, porque ele é o palhaço, é os três pastorinhos. Quem visitou Jesus primeiro foram os

¹⁰ Entrevista realizada em 12/10/2007

três pastorinhos. Eles chegaram, olharam ele lá na caminha, viraram caladinhos e foram embora, então são os palhaços. Por isso, são três palhaços, são os três pastorinhos de Oliveira. Foram os três pastorinhos quem fizeram a visita primeiro, então eles andam na frente e o Rei Herodes não gosta. Pela regra, o palhaço não pode deixar ninguém ver o rosto dele. Ele chega aqui, nós vamos cantar na casa de vocês, se tiver uma pessoa aqui, ele tem que chegar aqui com o rosto tampado, se ele quiser tomar um copo d'água, ele sai lá para fora, um dos foliões leva lá e ele dá as costas para o povo e toma.

Sobre a função dos palhaços, Padre Preguinho afirma que:

O palhaço é da cultura dos ciganos. É a mesma coisa do circo, só que o palhaço tem uma função muito importante na folia, porque os Magos, quando chegaram em Herodes, ele pediu: “olha, vocês vão lá ver o menino, depois voltam para me avisar que eu também quero ir adorar”. Como existia uma mentalidade de não aceitar outro rei, na verdade toda indagação de Herodes era para matar, inclusive depois até houve uma lei para matar toda criança macho que nascesse dentro de dois anos. Então, os Magos eles eram da tradição cigana, sabiam fazer muita acrobacia e descobriram que Herodes gostava disso. Então, vestiu-se de palhaço e enquanto na volta fez acrobacia os Reis passaram e não foram indagados, né? Porque ou eles contavam, ou eles morriam, se contassem o menino morria. Então, o palhaço significa na Folia a proteção do Menino, por isso é que o palhaço anda junto com a bandeira, aí toda pessoa que vê na rua, ele faz graça para descontrair, pro Menino passar. Então, até hoje as folias que têm um palhaço, têm essa mesma perspectiva.

Tudo é simbolicamente usado para retratar a história seguida pela fé cristã: objetos, personagens, campos, roupas e cores [...] acreditando no caráter religioso atribuído popularmente aos três Reis Magos, protetores das famílias, das criações, das lavouras e dos bens terrestres (TIRAPELI, 2003: 40).

Da festa ao festar: as folias de João Pinheiro entram em cena

As Folias de Reis em João Pinheiro fazem parte da tradição local, constituindo-se como patrimônio cultural do município. Segundo narrativas dos foliões, vêm de longa data, havendo, no entanto, imprecisão no tempo, não sendo possível estabelecer uma data para o início da referida prática cultural/religiosa.

Na Folia de Reis, a apresentação é concebida como o ponto máximo de demonstração do valor do saber e da fé do folião, *locus* de exibição do que foi aprendido, ensaiado e incorporado, muitas vezes durante uma vida. É a oportunidade do folião de mostrar para a comunidade sua arte, sua religiosidade, sua fé e, principalmente, demarcar o seu lugar na sociedade, que muitas vezes o ignora por ser pessoa de pouca escolaridade e de baixa renda.

Em João Pinheiro, os 52 grupos de Folias de Reis executam uma variedade de rituais que se mantêm ao longo do tempo e estão sendo constantemente reinventados de acordo com as múltiplas necessidades sociais dos grupos que interagem na festa máxima, o encontro anual, planejado e executado pela Associação dos Foliões de Santos de Reis.

As festas, como a elaboração da identidade sociocultural dos grupos populares que as produzem, historicamente constituídas e reproduzidas nos contextos das sociabilidades rurais, passaram e continuam passando por transformações e acréscimos de novos significados, na medida em que foram incorporadas ao processo de urbanização.

As transformações dos costumes dos foliões, no que tange ao giro¹¹, denotam mudança necessária para a adaptação ao mundo urbano. Isso fica evidenciado no depoimento do senhor Antônio Vieira dos Santos, folião de 67 anos de idade:

¹¹ Giro é o nome atribuído à jornada realizada pelos foliões. Nessa jornada, eles visitam as residências em busca de donativos para a realização da festa. No passado, o giro em João Pinheiro era feito do dia 25/12 até o dia 05/01, quando acontecia a festa.

Etâ! As folias... as festas, tanto que eram animadas, sá! Porque naquele tempo era muito diferente de hoje. A diferença é que o povo cantava melhor, era tudo! Era menos gente, mas tinha aquela atenção com a folias, dava no tempo, nós foliávamos 7/8 dias, giro todo para nós na roça. Saia andando primeiramente a pé, de casa em casa, sabe? Pousava e visitava aquelas casas tudo, tudo. Tudo a pé ou a cavalo, eu mesmo já girei demais a cavalo, mas foi anos a cavalo. Agora, hoje lá na Taquara, nós foliamos de carro, uns 2 ou 3 dias, de carro, caminhão carrega o povo. Hoje é mais rápido, naquele tempo era muito importante. Rasava um terço nas casas, na folia, no giro, tudo, tudo, esperava e girava, tinha gente. Hoje o povo mudou tudo das roças [...]¹².

Ou como salienta o Sr. Sebastião Pereira da Silva, 60 anos de idade, outro narrador dessa pesquisa:

De primeiro, se saia de quarta pra quinta, ai rodava direto, é dia e noite, não parava não. Saia, andava a noite inteira, descansava um tiquinho e almoçava direto, direto. Podia estar chovendo, estar estiado, dum jeitinho só, não parava não. Todo mundo embrulhado com capa, embrulhava os instrumentos, mas que não parava, não parava não! Era até chegar o dia de entregar, num parava igual hoje não. Não sei se é por que o povo de primeiro é mais sadio que o povo de hoje. Hoje, o povo quase tudo doente, os foliões tudo já de idade, né? Eu penso que é isto, eu mesmo sou um deles, não vou falar os outros não, eu sou o principal, estou no alferes e não aguento, começa a doer as pernas. Não sei se é falta de fé ou saúde, uma das coisas acontece.¹³

Com a transferência dos grupos de foliões para a cidade, o giro passou ser feito apenas em uma noite, visitando várias casas no mesmo bairro.

¹² O Sr. Antônio é um folião atuante no município há mais de 50 anos; hoje possui um caminhão utilizado para fazer pequenos carretos e ganhar a vida. É um dos depoentes da pesquisa.

¹³ Aposentado por problemas de saúde, é portador do mal de Chagas, era lavrador, morava na zona rural de João Pinheiro, depois da aposentadoria mudou-se para a cidade (Bairro Água Limpa) e hoje trabalha em casa como barbeiro.

Partindo-se das análises de Turner (1982), o ritual ganha uma dimensão importante no funcionamento das sociedades conhecidas como arcaicas. O autor enfatiza que esses rituais são importantes para a transformação radical das estruturas humanas, tanto sociais quanto psíquicas. Sua importância adquire outros significados na medida em que diz respeito à estrutura da sociedade em questão, percebendo-se, assim, a intrincada e complexa rede de relações simbólicas entre posições sociais cotidianas e a disseminação de poderes hierárquicos nelas inseridos.

[...] o símbolo ritual transforma-se em fator de ação social, em uma força positiva no campo de atividade. O símbolo vem a associar-se com os interesses, propósitos, fins e meios humanos, quer sejam estes explicitamente formulados, quer tenham de ser inferidos a partir de comportamentos observados.(TURNER, 2005:50)

Os ritos estão presentes nas mudanças, nas posições, nos estados, status, idade dos indivíduos; porém, paradoxalmente, mantêm estruturas cotidianas funcionando e sendo reproduzidas. Como observa Bourdieu (1996: 106): Os ritos conseguem fazer crer aos indivíduos consagrados que eles possuem uma justificação para existir, ou melhor, que sua existência serve para alguma coisa. Fazer parte do ritual das Folias de Reis é sair da invisibilidade social, é passar a fazer parte de um grupo que tem prestígio, por exercer uma função social de auxílio à manutenção de outras pessoas menos abastadas, tornando, na visão de Bourdieu, um “porta-voz autorizado”. Para este autor, esse porta-voz autorizado necessita ser reconhecido como legítimo. Legitimidade esta que a festa acaba por conferir aos foliões pinheirenses, como evidenciado na fala do Sr. Sebastião:

O alferes é o responsável por avisar, ele que tá como o retrato da imagem dos Três Santos é como o alferes, folião nenhum não pode passar na frete dele. Ele é o responsável por tudo, ele vai na frente. As

esmolos que o santo ganha é passado, tudo nas mãos do alferes. Das minhas mãos é que passa para eles.

O encontro anual de Folia de Reis em João Pinheiro coloca essas pessoas no centro das atenções, elas se tornam alvos dos olhares, sua música ocupa a programação diária da emissora de rádio, tornam-se foco para algumas máquinas fotográficas e/ou filmadoras e, como um golpe de sorte, podem aparecer em um programa da televisão local. É a data máxima para os foliões. No encontro do ano de 2008, ocorrido nos dias dois e três de fevereiro, apresentaram-se 28 ternos de Folia de Reis, sendo 26 do município e dois visitantes. A chuva que caía torrencialmente impediu dois grupos da zona rural inscritos previamente de chegarem até a cidade; outro grupo não conseguiu transporte. No entanto, os capitães vieram para justificar a ausência do grupo e para fazer as doações. Percebe-se que o momento da doação é muito importante para os foliões. É um momento de afirmação social, sendo possível perceber certa disputa entre os grupos quanto ao montante de suas doações.

Esse encontro acontece oficialmente há 29 anos. No ano de 2008, foi a edição de número 28 e representou um momento muito especial para os foliões de João Pinheiro, pois ocorreu a inauguração da sede da Associação dos Foliões de Reis. Houve, nesses dias, um planejamento cauteloso: as mulheres dos foliões decoraram a associação; foi designada uma equipe de cozinha, para que os alimentos fossem servidos em abundância e gratuitamente; e os foliões buscaram patrocínio entre comerciantes e fazendeiros locais, obtendo doações de mantimentos.

A partir do mês de novembro de 2007, era possível verificar ternos de Folias de Reis por todos os bairros da cidade, fazendo o giro e angariando as doações¹⁴, que foram entregues no encontro em fevereiro de 2008. Essas doações são destinadas há mais de 30 anos para a manutenção do Abrigo de Sant'Ana, ligado à Conferência de

¹⁴ As famílias visitadas pelos grupos de Folias de Reis doam alimentos, dinheiro, material de limpeza, quando as visitas acontecem na zona rural é comum ganharem porcos, galinhas e vacas.

São Vicente de Paula, que acolhe 106 internos, oferecendo-lhes moradia, alimentação e assistência médica. No início da década de 80, a entidade passava por verdadeiras privações devido aos poucos recursos materiais. Um grupo de foliões, que também fazia parte da Conferência de São Vicente de Paula, articulou o primeiro encontro de Folias de Reis do município com o intuito de angariar rendas para o abrigo. Tal fato foi relatado por um folião, o senhor Antônio Vieira dos Santos:

Foi lá pelos anos 80, sei não... 81, 82, o asilo tava passando muita falta, fazia dó, minha filha, aquele tanto de gente necessitada, e tinha dia que só tinha arroz pra eles comer... Foi aí que o compadre Manezinho Barbeiro mandou um portador lá em casa. Eu fui... aí ele falou: “compadre é pro sinhô ir na roça buscar seu pai e reunir todo mundo para nós fazer um giro e tirar renda para a vila vicentina”... Era assim mês de Julho, aí eu falei: “mas, compadre, num é época de Festa de Reis e se povo desfeitear nós?”. Ele respondeu: “desfeiteia não! Se desfeitear, nós sai calado e vai cantar noutra lugar!”. Assim nós fez! Menina, daí a 20 dias a festa foi na casa do Altamiro, aquele das bicicletas! Cê sabe? Nós chegou assim de tardezinha, mas tinha tanta gente reunida, parecia uma festa mesmo. Aí, nós fizemos a entrega da Folia, depois foi a janta, aí o povo dançou a noite inteirinha, de manhã cedo ainda tinha gente querendo dançar mais! Menina, e nós ganhou tanta vaca, porco, mantimento para o Asilo... daí a rádio, a União procurou nós e organizou o encontro, porque o dono era muito religioso, ele queria ajudar também os pobres. De lá pra cá, nós nunca mais parou de fazer o encontro pra ajudar a conferência.

Nesse período, assiste-se a uma verdadeira efervescência dos “Ternos de Reis”. Os finais de semana dos foliões são sempre dedicados à folia. Nos últimos cinco anos a pesquisadora teve a oportunidade de participar de diversos giros das Folias de Reis do município. Um deles ocorreu em um assentamento rural entre o dia 24 de dezembro de 2007 e o dia 06 de janeiro de 2008, percorrendo 105 residências, outro foi realizado no Bairro Água Limpa, no dia 12 de janeiro de 2008. Neste giro, foram visitadas 14 residências durante uma noite. Impressionaram a fé, a alegria e o dinamismo do grupo.

Em cada casa eram cantados versos e pedia-se ao morador que abrisse a porta e recebesse Santos Reis. A bandeira era entregue ao morador (Figura 01) que, após beijá-la, levava-a por toda casa para que esta fosse abençoada. Em seguida, a bandeira era devolvida ao alferes e o terno cantava outro conjunto de versos em agradecimento “à esmola”.



Figura 01: Terno de Folia de Reis da Água Limpa no giro pelo bairro.

Fotos feitas pela pesquisadora em 12/01/2008.

Na fotografia anterior percebe-se a hierarquia do grupo: sempre na frente o alferes, seguido imediatamente do capitão da folia. Existe uma performance que dispensa orientação; é como se a memória estivesse gravada no corpo, cada membro ocupa o seu lugar e em poucos segundos o grupo está posicionado e pronto para a sua apresentação.

O grupo de cantadores e instrumentistas que compõem uma folia de Reis é variado de região para região ou de um grupo para outro. A de Folia do Bairro Água Limpa é composta por um “capitão”, que canta primeiro, em voz solo e é o responsável pela organização da folia; em seguida, vem a primeira, segunda, terceira, quarta, quinta e sexta vozes. Os instrumentistas são compostos geralmente por um sanfoneiro, um

pandeirista, dois ou três violinistas, um caixeiro e o tocador de cavaquinho. Ainda como parte integrante da folia está o alferes, pessoa que conduz a bandeira e arrecada os donativos que são oferecidos. É ele quem caminha à frente da folia, com todos os foliões à sua retaguarda e ao chegar próximo à porta do morador, a bandeira é aberta para ser saudada pelo dono da casa. Logo após o alferes com a bandeira, vêm os palhaços, em número de dois, que também são chamados de “Bastião, Guarda-mor e Bastiana”. É o alferes que faz a apresentação da Folia ao dono da casa, com a seguinte frase, usada pelo Sr. Sebastião, de 60 anos, folião desde criança e alferes há 20 anos:

*Ô de casa, mora ô num mora?
Então sai cá fora
Que eu vô te conta uma história*

*Aqui tá essa nobre fulia
Os três Reis magos do Oriente
E nossa senhora na guia
Vem te fazer uma visita
Você cum sua famia.*

*Sabeno que o senhor
É um homem religioso,
Católico devoto do lugá
Aqui tá o desenho
Pro sinhô adora.*

Na letra da música pode-se perceber a significação do papel ocupado pelo folião dentro do cortejo da Folia de Reis. É notável como o Sr. Sebastião se sente importante em exercer uma função que para ele é de extrema relevância, o alferes. Função esta que vem acompanhada de todo um simbolismo: o primeiro contato com o dono da casa, a permissão para adentrar na casa do devoto, a condução da bandeira. Nas suas palavras *ninguém pode andar na frente do alferes... porque é assim! O alferes é que vai na frente!*.

Após ser concedida pelo dono da casa a permissão para entrar, continua o Sr. Sebastião, que canta:

Então dá licença,

*Vamos entrada meus fio de um a um, de dois a dois de três a três até
entra todos de uma vez.*

A folia adentra a casa e os foliões saúdam os moradores cantando versos apropriados de acordo com as pessoas que se encontram presentes:

*Deus vos salve nobre família
Que viemos visitar
Os três Reis Magos do Oriente
É de vos abençoar*

Nessa jornada, a folia cumpre mais uma missão, até culminar com a chegada à casa do festeiro, onde se procede à entrega da Folia. O festeiro denominado Rei é aquele que por “voto” ou devoção recebe a coroa para cuidar dos preparativos da festa.



Figura 02: Rei e Rainha

Fotos feitas pela pesquisadora, respectivamente em festas no Bairro Papagaio no dia 05/01/2009 e no dia 23/05/2009.

Na ocasião, a casa do festeiro recebe uma preparação especial, a partir do preparo das comidas, feitas com abundância para servir a todos que se fizeram presentes; a ornamentação do percurso por onde irá passar os foliões com arcos de bambu, representando a entrada da gruta de Belém e ao fundo uma réplica do quadro da adoração dos Reis Magos ao Menino Jesus, onde os foliões encerram a cantoria. (Figuras 03 e 04)



Figuras 03 e 04: Arco e presépio

Fotos feitas pela pesquisadora respectivamente

05/01/2007 e 06/01/2008

A família como guardiã da memória das folias pinheirenses

A memória coletiva é uma das bases da identidade e que se pode traduzir em consciência histórica da própria cultura, não só em termos abstratos, mas também como cultura material:

A memória colectiva não é só chamamento à permanência de conteúdos factuais ou existenciais [...]. Ela está também escrita nos gestos, nos hábitos, e nos costumes dos grupos. Como as tradições orais, também as tradições materiais são memória (CORNNERTON, 1993:45).

Assim, a memória vai construindo a tradição e a cultura imaterial pinheirense, no que tange à manutenção da Folias de Reis.

Uma das grandes preocupações dos foliões de João Pinheiro é o desinteresse dos jovens em aprender os ofícios das Folias de Reis. Essa preocupação, de forma diferente, apareceu em todas as entrevistas gravadas. O Sr. José Carroceiro, folião pertencente ao grupo da Água Limpa, 57 anos de idade, evidencia esta preocupação em sua fala: *...menina, eu já fiz tudo pra ensinar um jovem deste tocar rabeca, mas ninguém quer! Eles acham muito difícil... hora que eu morrer num tem ninguém pra tocar a rabeca aqui, na Água Limpa....*

Tocar rabeca é um diferencial da performance do grupo de Folia de Reis do Bairro Água Limpa, entre todos os grupos do município de João Pinheiro apenas ele inclui em sua apresentação tal instrumento.

Outro folião que deixou claro a sua preocupação como o futuro das Folias de Reis é o Sr. Chico da Viola:

Professora, a dança da catira em João Pinheiro vai acabar! Nós, mais véio, num dá conta de dançar mais e os mais novo num quer aprender... Quem sabe agora com esse trabalho da senhora eles vê que nossas folias são importante e resolve a aprender... Quem sabe a senhora serve de incentivo pros jovens valorizar?

A catira é uma dança na qual, durante sua performance, os dançantes lançam mão de um grande número de passos e gestos, além da música . Em João Pinheiro,

existe apenas um grupo de folia que pratica a catira, o Terno de Reis do Ribeirão dos Órfãos, sendo um grupo composto basicamente por idosos.

Uma observação importante é que apesar de todos os foliões demonstrarem grande preocupação com o futuro das Foliias de Reis, é possível perceber a presença de crianças e jovens, com grande intensidade nos ternos de Foliias locais:

Neste mundo religioso não se penetra por acaso. O folião se forma por tradição. É nas experiências concretas da vida, no núcleo da família e da vizinhança que se aprende a ser devoto, a gostar. Participar requer dom, competência. Mas antes de tudo é preciso crer que foi escolhido pelas contingências divinas. O aprendizado é longo. Desde criança acompanha-se o ritual. (MACHADO, 1998: 217)

Para ser um folião, são necessários muitos anos de aprendizagem, mas também um “dom especial”; todos os entrevistados afirmaram que aprenderam a tocar, cantar, dançar por inspiração divina; é o caso do Sr. Antônio: ... *quando eu era menino eu ficava observando os folião tocando viola, sanfona, cavaquinho, a gente era muito pobre, meu pai num podia comprar uma viola, então eu fiz a minha primeira viola de paia de buriti, foi assim que eu aprendi, sem ninguém me ensinar... foi por graça dos Três Reis Santos.*

Outro folião afirma ter aprendido sozinho sua performance: trata-se do palhaço Bastião da Folia Fazenda Facão. Deleon tem 20 anos de idade, dança catira e lundu e encanta a todos da plateia, tamanha é a sua disposição e alegria; ele afirma “ninguém me ensinou a ser palhaço, desde pequeno eu ficava observando o meu tio que era palhaço, um dia eu tava parado pensando e aquilo veio na minha ideia, acho que foi os Três Reis que me mandou um sinal, então eu fui para a Folia”.

Na dança de Deleon é possível observar a materialização do conceito de performance, pois ele vai improvisando os passos, os versos e vai se inteirando com a

plateia, assim o original é o que está acontecendo naquele momento. Ele encara a sua brincadeira como uma devoção; durante a sua apresentação, ele solicita donativos da plateia, que são destinados para o asilo. (ver Figura 5)



Figura 5: Bastião e Bastiana, palhaços da Folia de Reis

da Fazenda Facão.

Fotos feitas pela pesquisadora em 23/02/2009.

Embora praticamente todos os foliões acreditem em uma inspiração divina para o aprendizado da arte de foliar, nas suas entrevistas sempre aparece a família como condutora do mesmo. Assim como todas as manifestações de origem rural, a Folia de Reis em João Pinheiro também é repassada oralmente, sendo a família a principal responsável pela formação do novo folião, como observou o capitão de folia, José Geraldo:

Olha, a gente aprende até mais pela fé, né? Eu até aprendi mais pelo meu pai. Ele era alferes da Folia de Reis, e até foi passando por geração. Meu avô era alferes, passou pro meu pai, aí meu pai ficou doente, passou pro meu tio e eu sempre acompanhava. Tinha um capitão aqui em João Pinheiro, o sr. Zé Lobo, eu acompanhava ele, eu era menino que ficava assuntando o que ele tava cantando, e meu tio também chamava Zé Maria [...]ele foi capitão lá em Bonifácio, minha família do lado da minha mãe veio de lá ... desse povo de Couto, então a gente fica através de família, mas hoje cantando mesmo tem mais eu, meu irmão e um sobrinho meu.

Brandão (1989: 18) afirma que a aprendizagem adquirida na Folia de Reis não tem nenhuma relação com saber escolar, nem com saber não escolar, mas, sim, com *processos sociais de aprendizagem*, assim definido por ele:

As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende. Mesmo quando os adultos encorajam e guiam os momentos e situações de aprender de crianças e adolescentes, são raros os tempos especialmente reservados apenas para o ato de ensinar.

Assim, é possível perceber o papel da oralidade e da memória, assim como a atuação das famílias e da comunidade enquanto guardiã do saber da arte de foliar em João Pinheiro.

Considerações Finais

Sem sombra de dúvida, é possível afirmar que João Pinheiro constitui-se atualmente em um dos maiores contingentes de grupos Folia de Reis do Brasil. A existência de 52 grupos de Folia de Reis no município pode ser explicada por ser essa uma região que até 1960 manteve-se relativamente isolada do restante do país, facilitando, assim, a manutenção das tradições rurais. A distância dos grandes centros, a economia agrária e as grandes dimensões territoriais do município dificultaram a atuação do clero da Igreja Católica Oficial, abrindo caminho para a atuação dos leigos, no caso, os foliões.

Os foliões pinheirenses são, em sua maioria, homens oriundos da zona rural do município, que se deslocaram para a cidade a partir da década de 70, trazendo consigo a tradição da Foliás de Reis e adaptando as suas performances à realidade da zona urbana.

Observa-se uma grande importância atribuída às Foliás por parte desses atores sociais; os foliões percebem a folia como um “desígnio de Deus” e não medem esforços para cumprirem as suas obrigações dentro das mesmas. Outro ponto a ser destacado é o fato de um folião trazer respeito e admiração por parte da sociedade local; portanto, participar de um grupo de Folia de Reis é sair do anonimato da multidão é tornar-se conhecido na sociedade. A comunidade pinheirese valoriza os grupos de foliões e considera muito importante o seu trabalho em prol da manutenção do Abrigo de Sant’Ana.

Nas Folias pinheirenses, o papel da família e da comunidade é extremamente importante para o aprendizado. Não existe na Folia um momento específico para ensinar alguém a foliar; no entanto, é possível observar o aprendizado acontecendo na forma da imitação e da participação de crianças e jovens. A oralidade é o veículo que conduz os saberes dos velhos para os novos foliões.

Pode-se afirmar que João Pinheiro constitui um reduto da manifestação das Folias de Reis, ainda construída/reconstruída pelos homens simples do campo ou da periferia da cidade. Dos grupos locais, apenas um tem CD gravado e participa do encontro de Folias de Reis de Brasília, a maioria apenas tem contato com a mídia no dia do encontro anual, constituindo um manancial de fonte para os estudos culturais.

REFERÊNCIAS

BRANTES, Eloísa. A espetacularidade da performance ritual no Reisado do Mulungu (Chapada Diamantina - Bahia). *Relig. soc.* [online]. 2007, vol.27, n.1, pp. 24-47. ISSN 0100-8587.

BIÃO, Armindo. *Estética Perfomática e Cotidiano.* In: TEIXEIRA, João Gabriel L. C. (Org.). *Performáticos, performance e sociedade.* Brasília: Editora da UNB: Transe, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas.* São Paulo: Edusp, 1986.

BRANDÃO, C.R. *O que é educação.* 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRANDÃO, C.R. *Sacerdotes de viola.* Petrópolis: Vozes, 1981.

CASCUDO ,Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro.* 10.ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O poder da Identidade.* Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNERTON, Paul. *Como as Sociedades se Recordam.* Oeiras: Celta Editora, 1993.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro. **Rio de Janeiro: Rocco, 1997.**

DARNTON, R. O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução. **São Paulo: Cia das Letras, 1990.**

GINZBURG, C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. **São Paulo: Companhia das Letras, 1989.**

GUILARDUCI, Cláudio. A performance da morte no bloco carnavalesco os caveiras. **In: O Percevejo. Revista de Teatro Crítica e Estética. Estudos da Performance. Ano 11, nº. 12, 2003.**

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. **Rio de Janeiro: DP&A, 2005.** **MARCHI, Lia, SAENGER, Juliana e CORRÊA, Roberto, (orgs.) Os Tocadores. Curitiba: Olaria, 2002.**

MACHADO, Maria Clara T. Cultura Popular e Desenvolvimentismo em MG: caminhos cruzados de um mesmo tempo. **Tese de doutorado. São Paulo: USP.1998.**

MOSTAÇO, Edécio. Considerações sobre o conceito de teatralidade. **Disponível em : http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume2/numero2/cenicas/Edelcio.pdf. Acessado em 01/06/2009.**

QUEIRÓZ, Maria Isaura P. de. O Catolicismo Rústico no Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.* **São Paulo: Universidade, 1968.**

SILVA, Rubens Alves da. Performances congadeiras e atualização das tradições afro-brasileiras em Minas Gerais. **Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2005.**

RIOS, Sebastião. Os cantos da festa do reinado da Nossa Senhora do Rosário e da Folia de Reis. **Sociedade e Cultura, janeiro-junho, ano/volume 09, número 001, Universidade Federal de Goiás: Goiânia: 2006.**

SCHECHNER, Richard. O que é Performance? **In: O Percevejo. Revista de Teatro Crítica e Estética. Estudos da Performance. Ano 11, nº. 12, 2003.**

SCHECHNER, Richard. Performance Theory. **New York: Routledge, 1988.**

STELZER, Andréa. A performance do ator como teatralidade no cinema. **In: ouvirouver n.3 2007. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/ouvirouver/article/view/431/423> Acesso em 01/06/2009.**

TEIXEIRA, J.G.L.C. & Gusmão, R. **Performance, tecnologia e sociedade.** In: Teixeira, J.G.L.C. & Gusmão, R. (eds.) Performance, cultura e espetacularidade. Brasília: Editora UnB, 2000.

TIRAPELI, Persival. **Festas da fé: Brasil.** São Paulo: Metalivros, 2003.

TURNER, Victor. **Florestas de símbolos- aspectos do ritual ndembu.** Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

TURNER, Victor. **From ritual to Theatre.** New York: PAJ Publications, 1982.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura.** Petrópolis: Vozes, 1974.

BEST-SELLERS: A LITERATURA POPULAR CONTEMPORÂNEA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Maria das Graças Alves de Jesus
(Licenciada pela UFMT – Campus de Rondonópolis)
maria.gracinha.9@gmail.com

Resumo:

Neste artigo apresento aspectos da leitura de alunos do nono ano de uma Escola Municipal na cidade de Rondonópolis-MT. A intenção é saber o que eles estão lendo de literatura popular contemporânea e como o professor de História pode se apropriar dos enredos desses livros da chamada literatura de massa para auxiliar no ensino de História. Segundo Sodré (1985), a crítica literária costuma passar ao largo das obras de grande consumo por parte das classes populares. O *best-seller*, o folhetim faz parte da chamada literatura de massa e são excluídos do universo crítico, deixando de entrar como textos válidos nas instituições de ensino.

Palavras chaves: Literatura popular; Ensino de História; Conhecimento histórico.

Abstract:

This article presents aspects of reading the ninth year students of the Municipal School in the city of Rondonópolis-MT. The intentions to know what they are reading contemporary popular literature and how the history teacher can take ownership of plots of these books call mass literature to assist in the teaching of history. According Sodré (1985) literary criticism tends to pass off the works of great consumption by the working classes. The Best-seller, the serial part of the call literature and mass are excluded from critical universe, leaving to enter valid as texts in educational institutions.

Key words: Popular literature; History Education; Historical knowledge.

Introdução

Quem gosta de trabalhar com História e Literatura na sala de aula, provavelmente já realizou pelo menos uma aula de história utilizando livros da considerada literatura culta como, por exemplo, o livro de Machado de Assis, Isaú e Jacó (1904). O penúltimo livro de Machado de Assis tem como enredo a inimizade de dois gêmeos Pedro e Paulo. Um romance aparentemente simples, dois homens jovens ricos disputando o amor de uma mulher, Flora. Entretanto, quando realizamos uma leitura mais intensa revela-nos ser um dos livros mais complexo de Machado de Assis.

Segundo a Revista eletrônica Charlezine, Machado de Assis é o escritor mais citado em teses de doutorado. Isso é o que revelou uma pesquisa da doutoranda da Universidade de Brasília (UnB) Laeticia Jensen Eble, que mapeou os escritores nacionais mais citados nos trabalhos de doutores em literatura brasileira no país. A pesquisa teve como base os currículos disponibilizados na plataforma Lattes. Foram observados os trabalhos de 2.176 pesquisadores. Machado de Assis lidera a lista com 122 citações, depois dele aparece Guimarães Rosa com 100 citações, Clarice Lispector com 63, Graciliano Ramos com 54 e Mário de Andrade com 44. Entre os autores vivos, Milton Hatoum é o mais citado, com 22 menções, Rubem Fonseca com 20, Manoel de Barros com 18 e Chico Buarque com 13.

Observa-se a quantidade de teses defendida sobre livros ou autores da considerada literatura culta¹. Mas e a literatura de massa! Cadê as teses? As dissertações? As monografias? Segundo Joachim (2010), ultimamente surgiram associações de paraliteratura² em países da Europa, Canadá e no Brasil as Universidades

¹ Segundo Sodré (1985, p. 75) Literatura culta é o conjunto de obras reconhecidas como de qualidade superior ou pertencentes à “cultura elevada” por instituições (aparelhos ideológicos) direta ou indiretamente vinculado ao Estado (escolas, academias, círculos especializados, etc.).

² Podemos encontrar essas definições: Paraliteratura (literatura periférica, marginal, em posição inferior numa comunidade); infraliteratura e subliteratura (textos desprestigiados sem valor reconhecido); a literatura de consumo (textos de entretenimento trivial, ligeiros, desprovidos de grandes juízos estéticos socioculturais semelhantes e se grande formação específica); a literatura popular (que pode ser entendida no sentido romântico da mitificação do povo ou num sentido mais restrito de um público sem formação significativa, que procurava um texto lúdico, ou de informação sem preocupações de rigor ou avaliação

(USP, UFRGS, UFF, UFBA, UFPB) também pesquisam sobre paraliteratura. Das pesquisas disponíveis na internet, encontram-se diversos artigos que discuti como surgiu o romance folhetinesco na Europa até chegar ao modelo das telenovelas brasileiras. Mas nada relacionado diretamente ao Ensino de História ou o uso da literatura de massa como ferramenta na sala de aula.

Segundo Sodré (1985), a crítica literária costuma passar ao largo das obras de grande consumo por parte das classes populares. O Best-seller, o folhetim faz parte da chamada literatura de massa e são excluídos do universo crítico, deixando de entrar como textos válidos nas instituições de ensino. Os Best-sellers são livros que fazem parte da leitura de muitos brasileiros e brasileiras e de alunos em idade escolar das redes pública e privada, e, cabe aos professores aprender a fazer uso dessas obras populares como instrumento metodológico nas discussões das aulas de História.

Neste artigo apresento aspectos da leitura de alunos do Nono ano da Escola Municipal Rosalino Antônio da Silva na cidade de Rondonópolis-MT. Interava saber o que esses alunos estão lendo de literatura popular contemporânea, para que o professor de História pode se apropriar dos enredos desses livros para auxiliar no ensino de História.

O objetivo deste trabalho é estudar a literatura de massa como um fenômeno sociocultural. Vendo na literatura popular contemporânea um instrumento para o ensino de História. “O fascínio duradouro dessa literatura indica que não se pode estudá-la com uma visão simplista e redutora, limitando-a ao campo de efeitos de estratégias mercadológicas ou dos subprodutos da literatura culta” (SODRÉ, 1985 p. 71).

Consideração Metodológica

Sempre gostei de ler os livros da considerada literatura de massa. Ao ingressar na acadêmica percebi que ao falar que gostava de ler esse tipo de literatura era como se

estético-literária), a literatura marginal (que se afasta nitidamente do núcleo central e sagrado das grandes obras) e a literatura “Kistsc” (hábeis textos de temática variada, mas leve, frívola e vazia).

eu estivesse cometendo um crime. No entanto, ao ler um livro de Muniz Sodré, “Best-Seller: a literatura de mercado (1985)” vi ali a possibilidade de trabalhar com a literatura de massa e principalmente nas aulas de História.

A concepção de literatura de massa veio de outro livro de Sodré intitulado “Teoria da literatura de massa (1978)”, em que o autor nos diz que:

A expressão *literatura de massa* designará a totalidade do discurso romanesco tradicionalmente considerado como diferente e opositivo ao discurso literário culto, consagrado pela instituição escolar e suas expansões acadêmicas. Incluem-se, assim, no universo da literatura de massa, o romance policial, de ficção científica, de aventuras, sentimental, de terror, a história em quadrinhos, o telegrama, etc. (SODRÉ, 1978, p. 15-16).

A expressão literatura popular contemporânea usada ao longo desse trabalho vem da concepção de contemporâneo de Ferreira (1999) que descreve que contemporâneo “é do mesmo tempo, que vive na mesma época (particularmente na época em que vivemos) (FERREIRA, 1999, p. 539)”. Trata-se aqui dos Best-sellers contemporâneos, de 1970 até o ano de 2013. Todavia, Bosi nos diz que “somos hoje contemporâneos de uma realidade econômica, social, política e cultural que se estruturou depois de 1930” (BOSI, 1983, p. 409).

Quando se tratou de discutir sobre a indústria cultural na sociedade contemporânea utilizei os teóricos Loureiro e Fontes (2003). Os autores refletem sobre os desafios enfrentados pela educação escolar inserida na lógica da indústria cultural, a produção imagética acaba por transmitir valores vinculados ao consumo; Higuchi (2008), que se propõe a discutir as relações entre literatura, comunicação e educação a partir da análise de uma obra literária – A Rainha dos Cárceres da Grécia de Osman Lins – que traz, além de trechos jornalísticos, outras referências midiáticas e culturais como elementos constituintes de sua estrutura interna.

Darnton (1992) (2010) (2011) é um pesquisador pioneiro no campo da história do livro e da História Cultural. O autor em diversos textos oferece uma análise em profundidade do fenômeno do livro desde seus primórdios até seu formato digital.

Para as abordagens teóricas e metodológicas no estudo da História e das novas abordagens no ensino de História, e que tomam como pressupostos a História Cultural. Utilizei de Burke (2010) que explica como se dá historicamente a origem dos conceitos, entre eles de história cultural. O livro traz um estudo do movimento dos *Annales*, desde a década de 20, até as gerações posteriores.

Quando se trata da discussão sobre a incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de História. Fonseca (2003) nos apresentou reflexões sobre a didática, as opções metodológicas que amplia o olhar do professor de História.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2012) fornece respostas originais, sobre as funções e o funcionamento social dos sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas, e sobre as relações que mantêm os diferentes grupos na sociedade capitalista. Bourdieu explica que os alunos que tem um capital cultural (uma herança intelectual) conseguem ter um melhor desempenho nas disciplinas escolares do que aqueles alunos que os pais não transmitiram um patrimônio cultural. O autor explica o quanto à presença dos pais na educação dos filhos é importante na sua formação intelectual e futuro desempenho na escola. Dessa forma, não tinha como não pergunta no questionário se os pais das crianças liam.

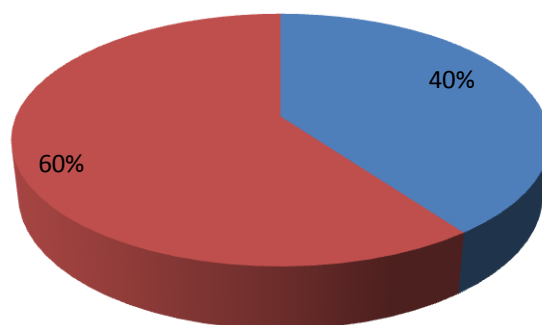
Além do referencial teórico, utilizei do modelo de questionário auto-aplicativo (os respondentes leem as perguntas e eles mesmo respondem) sociocultural que foi distribuído aos alunos da 3º fase do 3º ciclo (Nono ano) da Escola Municipal Rosalino Antônio da Silva, na cidade de Rondonópolis-MT. O questionário tinha como objetivo saber como estava à preferência dos alunos pela leitura. Quanto tempo eles dedicavam a leitura? O que gostavam de ler? Se os pais costumavam ler? Quanto tempo eles ficavam em frente à televisão?

Os sujeitos da pesquisa

A turma escolhida tinha idade entre 14 e 16 anos, sendo 12 meninas e 8 meninos.

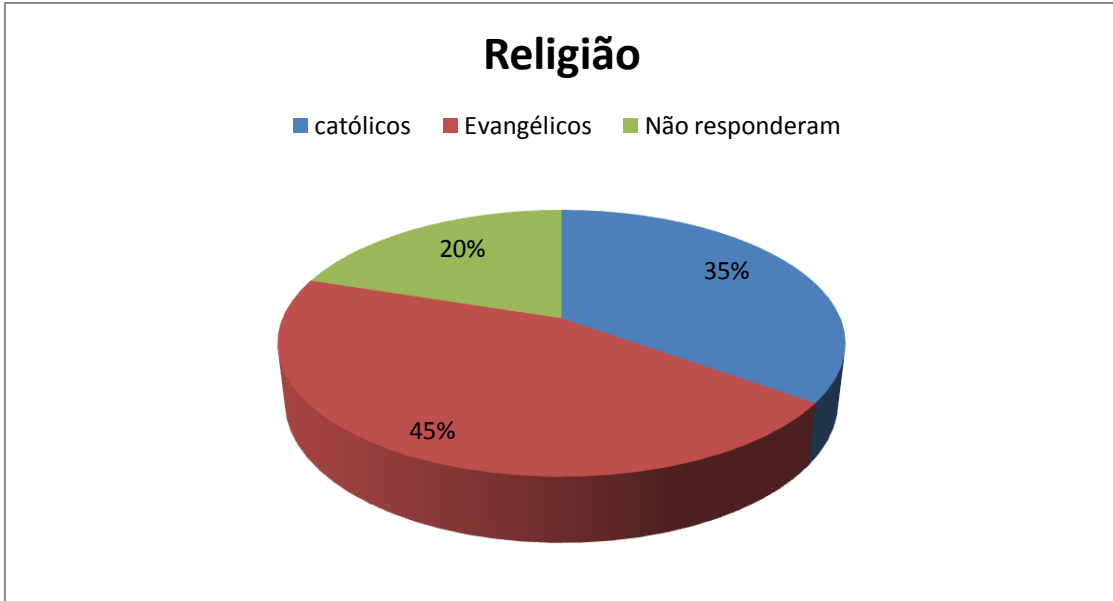
Os respondentes

■ Meninos ■ Meninas

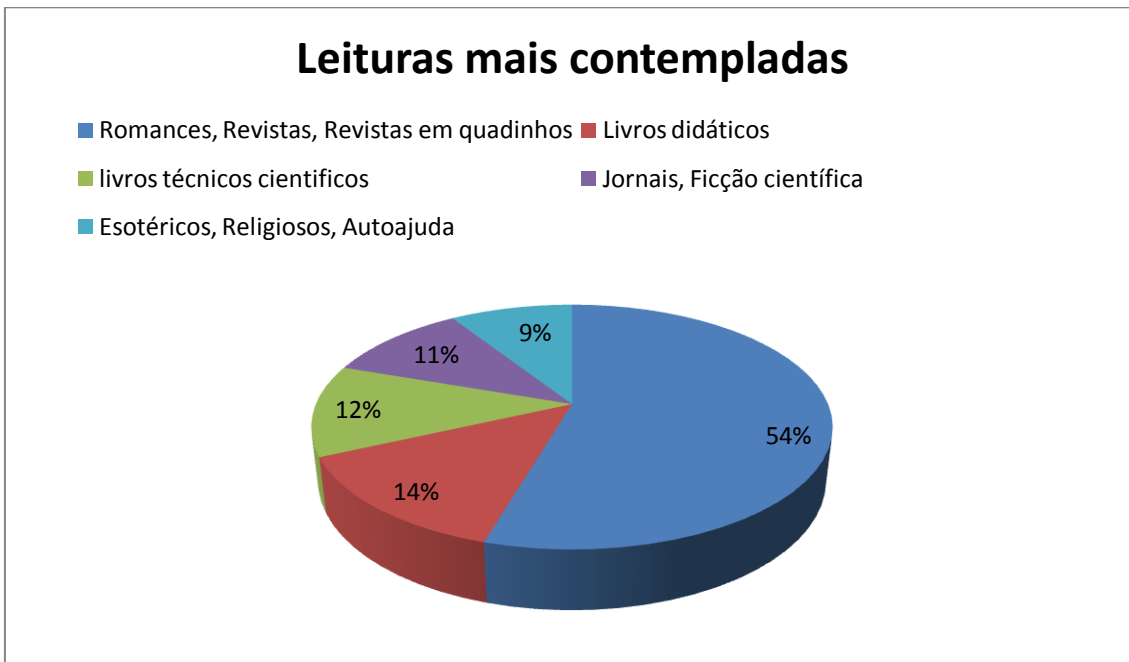


O questionário seguiu um padrão de acordo com o objetivo do trabalho e o tipo de respondentes. A escolha pelo questionário com perguntas abertas e fechadas, binária (sim e não), múltipla escolha, escalonada (indica o posicionamento do indivíduo em escala), teve a intenção de deixar os respondentes mais a vontade para responder ou não as perguntas.

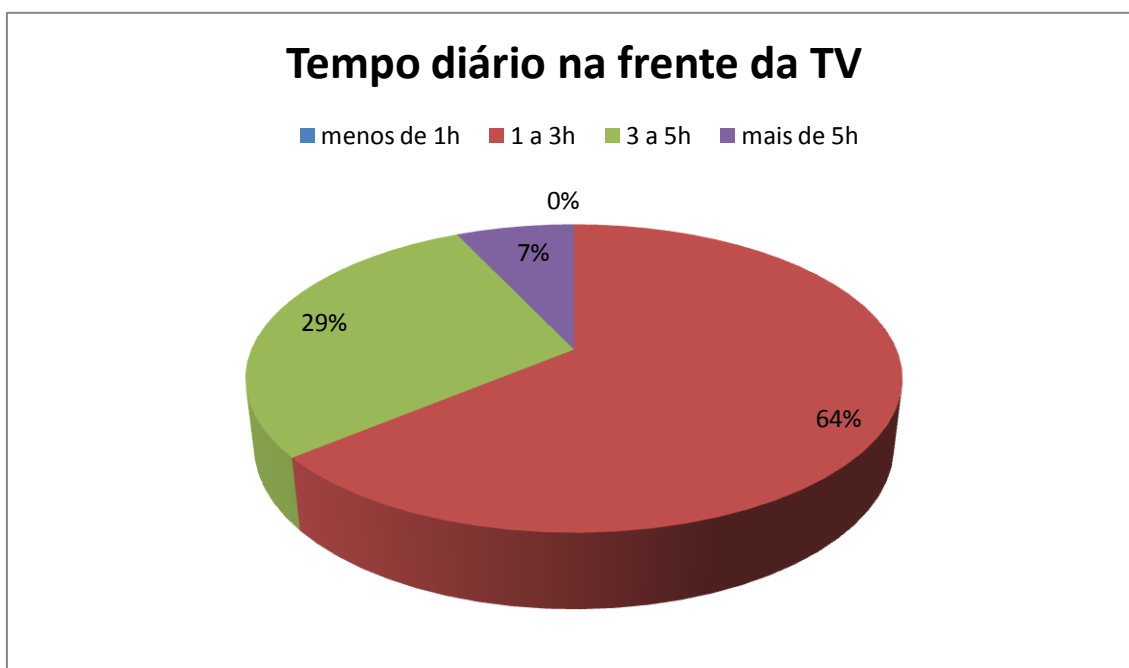
O questionário foi aplicado em classe, dia letivo e as dúvidas que surgiram no momento do preenchimento foram respondidas com a ajuda do professor de língua portuguesa/inglesa responsável pela turma. Houve uma resistência entre os meninos em responder todas as perguntas, sendo que, dos 8 (oito) respondentes 4 (quatro) não respondeu todo o questionário e dos 20 alunos só um informou que trabalhava em serviço remunerado.



As leituras dos alunos evangélicos não diferenciam dos alunos católicos e dos que não souberam responder qual era sua religião. As leituras de ambos a preferência é por romances, revistas e revistas em quadrinhos.



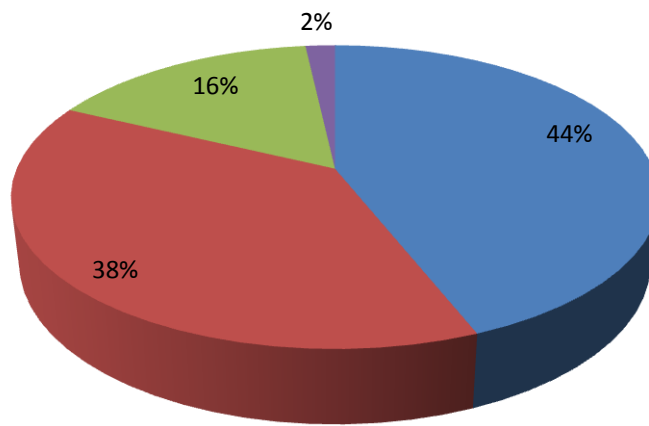
Quando perguntados quanto tempo eles gastavam por dia assistindo televisão. Constata que 64% passam de 1 hora a 3 horas em frente à televisão e não tem muita diferença entre meninos e meninas.



Sobre os programas que mais gostam de assistir: 44% gostam de programas esportivos e de assistir filmes em casa e no cinema. As telenovelas, humorísticos e documentários ficam em segundo lugar com 38%.

Programas de TV mais assistidos

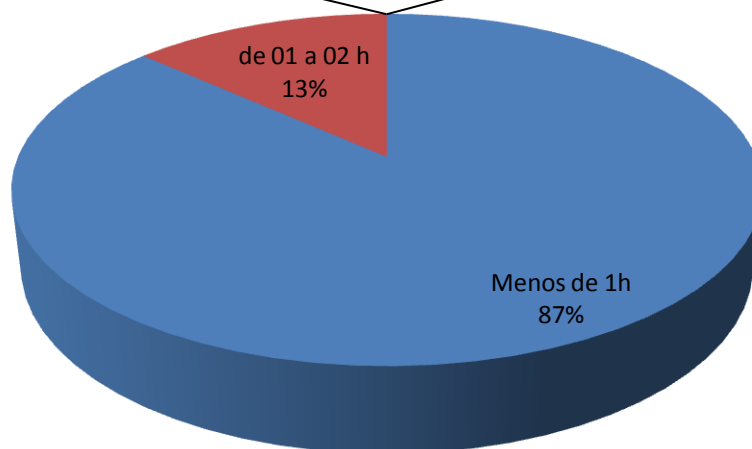
- Esportivos, Filmes
- Telenovelas, Humorísticos, Documentários
- Programas de auditórios
- Clipes e Shows



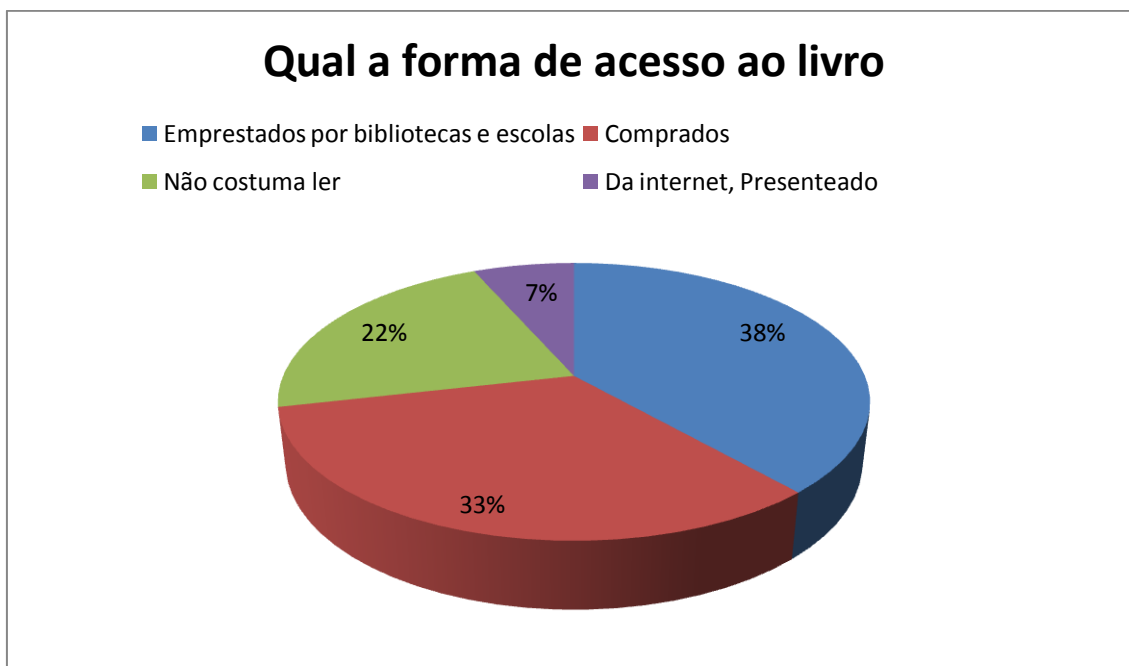
Observe que 64% dos alunos passam de 1 hora a 3 horas em frente à televisão, mas quando se trata do tempo dedicado a leitura 87% dedicam menos de 1 hora; 13% dedicam de 1 a 2 horas.

Tempo dedicado a leitura

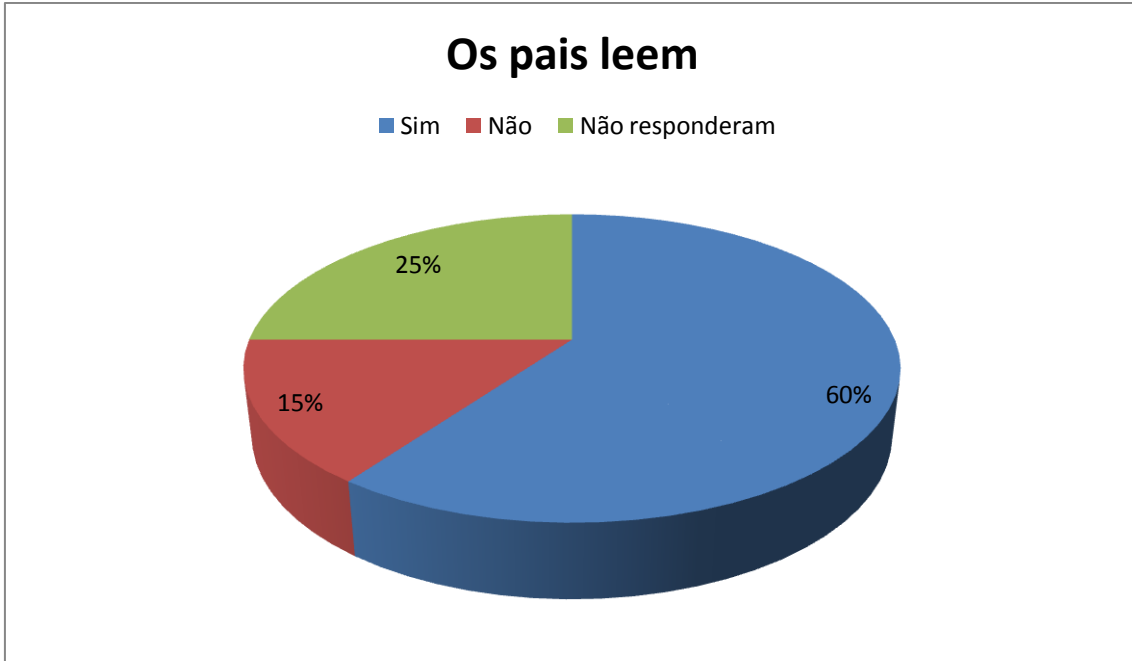
- de 02 a 03 h 0%
- Mais de 04 h 0%



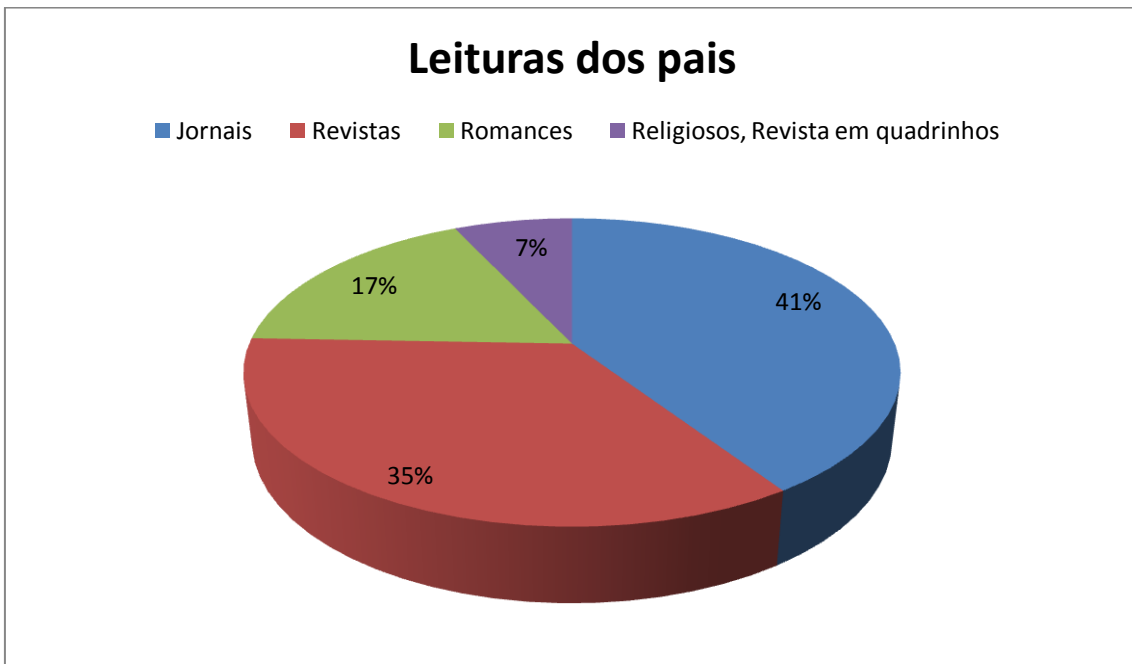
As principais formas de acesso ao livro são por empréstimos de bibliotecas e escolas 38%; compra 33%; da internet e presenteado 7%. O que chamou a atenção foi 22% dizer que não ler nenhum tipo de livro, nem os didáticos.



Ao serem perguntados se os pais liam: 60% disseram que sim; 15% não e 25% não responderam.



A leitura dos pais: 41% leem jornais; 35% revistas; 17% romances e 7% são leituras religiosas e revistas em quadrinhos.



A terceira pesquisa Retratos da leitura no Brasil confirmou que a mãe que lê para os filhos exerce influência fundamental no futuro leitor. É sabido que a escola é

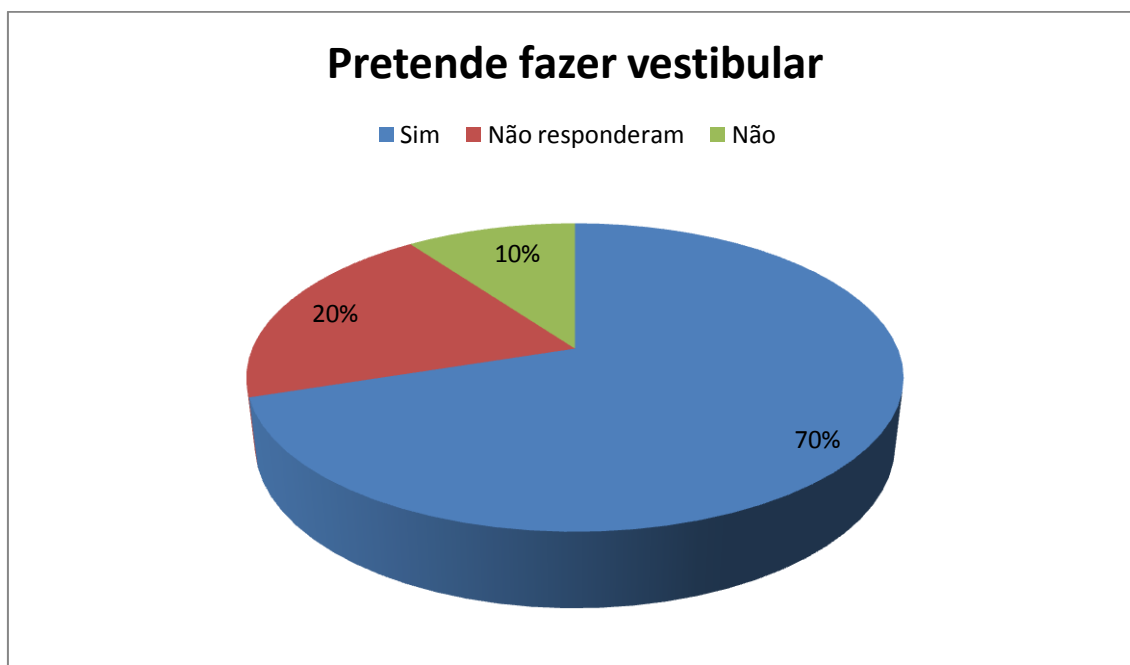


centro de formação de leitores, com o respaldo do professor, de sua atuação e métodos de estímulo. Mas o gosto pela leitura faz parte do que Pierre Bourdieu (2012) chamou de capital cultural.

Capital cultural é uma metáfora criada por Bourdieu para explicar como a cultura em uma sociedade dividida em classe se transforma numa espécie de moeda que as classes dominantes utilizam para acentuar as diferenças.

Os desfavorecidos são justamente aqueles alunos que não tiveram contato através da família com o capital cultural seja na forma de livros, de coisas concretas, seja por não ter tido acesso a lugares e informações facilmente acessíveis aos estudantes mais ricos. Retrato da leitura no Brasil constatou que aqueles que pertencem às classes sociais privilegiadas leem mais e transmitem para seus filhos um capital cultural.

70% dos alunos pretendem entrar para uma Universidade e os cursos mais desejados por eles é medicina, engenharia civil, direito e arquitetura.



Literatura popular nada tem haver com o conceito de cultura popular que induzem a pensar na existência de uma cultura de elite. A literatura popular esta intimamente ligada à indústria cultural, que afirma a existência de uma cultura homogênea que pode ser classificada como de elite ou popular, mas que passa por redefinições em virtude das revoluções tecnológicas.

A partir da década de 1970, houve mudanças tecnológicas, culturais, políticas e econômicas. Essa década é:

Marcante para a recomposição hegemônica do capitalismo na roupagem neoliberal. Tal recomposição garantiu um solo fértil para a disseminação de posturas pós-modernas. É também nesse contexto que se intensifica o desenvolvimento tecnológico e, conseqüentemente, o avanço dos meios de comunicação de massa. Aprender facetas desse processo histórico torna-se relevante para se compreender como a mídia passou a ocupar um lugar significativo nos processos formativos do ser humano contemporâneo. (LOUREIRO e FONTE, 2003, p. 29).

A literatura popular ou literatura de massa faz parte da chamada indústria cultural que ganhou força a partir da década de 1970. Entretanto, a literatura de massa, o romance-folhetinesco surgiu há mais de dois séculos em Paris, França. Essa nova literatura popular tinha um baixo custo para a população, diferente dos livros em volume. Sodré diz que:

A expressão (*Roman-feuilleton*) origina-se no jornal *La Presse*, de Émile de Girardin, por volta de 1836. O *La Presse* simboliza a imprensa industrializada francesa do século XIX, pelo uso mais nacional da publicidade e de técnicas avançadas de impressão. A essa imprensa de grande tiragem, germe da moderna indústria cultural, nasce atrelado o folhetim – aquilo que Flaubert chamaria (em *Bouvard et Pécuchet*) de “literatura industrial”. Trata-se, na verdade – vale acrescentar -, de uma literatura não legitimada pela escola ou por instituições acadêmicas, mas pelo próprio jogo de mercado. (SODRÉ, 1985 p. 10-11).

Segundo Meyer, o sucesso da empreitada foi tanto que “praticamente todos os romances passam a ser publicados nos jornais ou revistas em folhetim, ou seja, em fatias seriadas” (MEYER, 1996, p. 59).

A fórmula *continua amanhã* ou *continua num próximo número* que a ficção em série proporcionava ao folhetim alimentava paulatinamente o apetite e a curiosidade do leitor diário do jornal e, obviamente, como resposta, fazia aumentar a procura por ele, proporcionando-lhe maior tiragem e, conseqüentemente, barateando os seus custos. O jornal democratizava-se junto à burguesia e saía do círculo restrito dos assinantes ricos. (NADAF, 2009, p. 120).

Esses romances eram/são estritamente ligados à diversão e ao entretenimento, que segundo Sodré *entretenimento* era o que público urbano buscava no seu dia-a-dia projetando-se como heróis de aventuras insólitas. Esses romances geralmente retratavam a sociedade da época, inclusive os costumes burgueses, os interesses políticos e principalmente as mulheres.

Ao longo dos séculos houve mudanças significativas. Antes essas literaturas populares eram divulgadas em jornais, folhetins, agora com a indústria cultural são divulgados na internet, nas redes sociais e na televisão.

Mas quem eram os leitores dessas narrativas romanescas? Segundo Bossi eram “moças e moços provindos das classes altas e, excepcionalmente médias; eram os profissionais liberais da Corte ou dispersos pela província. Era o tipo de leitor em busca de entretenimento”. (BOSI, p. 141-2).

A característica da literatura de massa é a sua estreita relação com o consumo, sem ligar-se a nenhuma escola literária.

Os textos que estamos habituados a considerar como cultos ou de grande alcance simbólico assim são institucionalmente reconhecidos (por escolas ou qualquer outro mecanismo institucional), e os efeitos desse reconhecimento realimentam a produção. A literatura de massa, ao contrário, não tem nenhum suporte escolar ou acadêmico: seus estímulos de produção e consumo partem do jogo econômico da oferta e procura, isto é, do mercado. A diferença das regras de produção e consumo faz com que cada uma dessas literaturas gere efeitos ideológicos diferentes. (SODRÉ, 1985 p. 6).

Segundo a professora Maria Imaculada Cavalcante com o surgimento do romance folhetim, surgem diferentes abordagens críticas da produção literária, o que vem a se caracterizar em “literatura culta” e “literatura de massa”. Mas esse não é o foco do trabalho, e sim, o uso dessa literatura de massa na sala de aula.

A literatura popular contemporânea nas aulas de História

Fonseca (2003, p. 163) diz que no decorrer dos últimos 20 anos uma das principais discussões, na área da metodologia do ensino de história, têm sido o uso de diferentes linguagens e fontes no estudo dessa disciplina. E que,

O professor, no exercício cotidiano de seu ofício, incorpora noções, representações, linguagens do mundo vivido fora da escola, na família, no trabalho, nos espaços de lazer, na mídia etc. A formação do aluno/cidadão se inicia e se processa ao longo de sua vida nos diversos espaços de vivência. Logo, todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem com a produção/difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento, tais como os meios de comunicação de massa – rádio, TV, imprensa em geral -, literatura, cinema, tradição oral, monumentos, museus etc [...] (FONSECA, 2003, p.164).

A literatura de massa esta presente no dia-a-dia dos alunos, pais dos alunos, dos professores, etc. Observemos a vitrine da livraria que fica localizada dentro do Rondon Plaza Shopping³. O que vemos é inúmeros títulos de livros todos com temática voltada para a literatura de massa. Os clássicos agora não são mais exibidos na vitrine, esses quando encontrados ficam nas prateleiras e os livros com temáticas específicas de História só através de encomenda.

Ao sairmos da livraria andamos mais um pouco e chegamos à frente das salas de cinema. Os filmes mais procurados são aqueles adaptados da literatura para o cinema como, por exemplo, os filmes da Saga Crepúsculo. Amanhecer parte 2 bateu recorde de público com seções sempre lotadas. Viam-se pessoas de todas as idades e classes sociais comprando ingressos para assistir as seções e muitas escolas públicas e privadas levavam seus alunos para assistir o filme.

A literatura de massa ganhou o mercado e muitas sagas e trilogias conquistaram legião de seguidores que ficam ansiosos esperando o próximo livro ao mercado (livraria, loja de departamento, etc.) e depois ao cinema. A literatura de massa

³ Shopping Center localizado na cidade de Rondonópolis-MT, local da pesquisa.

esta presente em nossas vidas, de uma forma ou de outra, e não tem mais como ignorá-la. O que nos resta como historiadores e professores são estudá-las como um fenômeno social e cultural.

Outra questão é se podemos utilizar a literatura de massa nas nossas aulas de História? Alguns críticos literários irão dizer que não. Que a literatura de massa não tem qualidade, que não tem estética, que são banais e sem originalidade, que não proporciona reflexão alguma nas pessoas, muito menos que serviria como ferramenta na sala de aula.

“Na literatura culta não cabe ao leitor ser somente um consumidor, mas também um produtor do texto, reconhecendo as sutilezas, os lirismos e a metafísica (SODRÉ, 1985, P. 15)”. Para o leitor da literatura de massa não esta em primeiro plano a questão da língua ou da reflexão sobre a técnica romanesca, mas os enredos fabulosos.

Mas seja como for, a obra literária seja ela “cultura” ou de “massa” não tem o compromisso, nem a preocupação de explicar o real, nem tampouco de comprovar os fatos. Então, por que não usar a literatura de massa que tenha um enredo histórico nas aulas de História.

Ao serem perguntados sobre os Best-sellers contemporâneos que haviam lido. O mais citado foi o Código Da Vinci de Dan Brown; o segundo livro mais citado foi As crônicas de Nárnia, a Saga Crepúsculo em terceiro e O senhor dos anéis em quarto. Pensando na possibilidade de trabalhar com um desses Best-sellers nas aulas de História. Comecei a investigar o livro mais lido e conhecido entre os alunos, O Código Da Vinci de Dan Brown, lançado em 2003 nos EUA pela editora Random House e no Brasil pela editora Sextante. O livro vendeu mais de 80 milhões de cópias no mundo todo.

A Revista História Viva lançou uma reportagem sobre o livro de Brown e sua chegada ao cinema em 2006. A reportagem trazia a seguinte pergunta: Como explicar o sucesso mundial de O Código Da Vinci? Brown traz na trama elementos da simbologia tradicionalmente integrados a cultura europeia, e adiciona uma boa dose de suspense e

ação que deixa o público preso ao livro sem querer mais parar de ler até descobri o próximo passo de Robert Langdon, personagem principal.

O Código da Vinci causou polêmica ao questionar a divindade de Jesus Cristo. Mas até onde vai a verdade na obra de Dan Brown? E o que dela pode ser levada para as aulas de História? O livro recebeu diversas críticas de religiosos, argumentando que houve distorções dos fatos históricos.

As obras de arte analisadas por Langdon são todas reais, incluindo os lugares e a arquitetura. O afresco da “A Última Ceia” (1498), de Leonardo Da Vinci encontra-se no Convento de Santa Maria Delle Grazie, em Milão, Itália. Na obra de Brown o apóstolo João seria a figura de Maria Madalena, mulher de Jesus Cristo. Essa teoria foi exposta durante toda a trama do livro. Mas isso seria verdade? Segundo o texto publicado em História 699, intitulado “Contra-inquérito da História” do jornalista francês Jacques Duquesne diz que Brown retornou numa tese antiga dessa suposta relação de Jesus com Madalena.

Seria essa antiga tese responsável por fazer o público acreditar que Dan Brown dizia a “verdade” ao descrever que Maria Madalena e Jesus Cristo foram amantes? Brown utilizou-se de elementos da ficção, mas também de elementos históricos e alegóricos da idade média. No entanto, essa obra requer uma análise mais profunda e será feita em um estudo posterior.

Consideração final

Procurei nesse primeiro momento da pesquisa levantar uma discussão sobre o que os alunos do Nono ano da Escola Municipal Rosalino Antônio da Silva estavam lendo de literatura contemporânea. Interava saber o que esses alunos estavam lendo para que o professor de História pudesse se apropriar dos enredos desses livros para auxiliar no ensino de História.

O livro mais citado pelos alunos foi O Código Da Vinci de Dan Brown. Esse livro apesar de ser considerado de literatura de massa, traz consigo reflexões sobre a

possível relação de Jesus Cristo com Maria Madalena, e que essa tese levantada por Brown é antiga.

Dan Brown não é qualquer autor, ele é herdeiro de um capital cultural. Sua mãe Constance foi uma musicista profissional e seu pai Richard ensinava matemática na escola. Brown sempre teve contato com os livros e com as artes.

Fazendo uma leitura mais crítica em cima da literatura de massa e dialogando com materiais de historiadores podemos extrair boas histórias para discutir com nossos alunos. A literatura de massa esta há muito tempo no mercado e com um público de leitores cada vez maior. É um dever olharmos para essa literatura com outros olhos, sabendo aproveitar seu sucesso com o público e fazer de nossas aulas um sucesso também.

REFERÊNCIAS

ABBAGNAMO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BITTENCOURT, Circe M. Fonseca. Documentos não escritos na sala de aula. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (org.). 13. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 2010.

CAVALCANTE, Maria Imaculada. **Do romance folhetinesco às telenovelas**. OPSIS – Revista do NIESC, Vol. 5, 2005.

CHARTIER, R. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. Tradução Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua portuguesa**. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, Selva Guimarães. A incorporação de diferentes fontes e linguagens no ensino de história. In: **Didática e prática do ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

HIGUCHI, Kazuko Kojima. **Literatura, comunicação e educação: um romance em diálogo com a mídia**. Coleção aprender e ensinar com textos; vol. 14, São Paulo: Cortez, 2008.

JOACHIM, Sébastien (org.). **Aspectos da leitura**. Coleção & Letras, Recife, PPGL-UFPE, 2010.

LOUREIRO, Robson; FONTE, Sandra Soares Della. **Indústria cultural e educação em “tempos pós-moderno”**. Campinas, São Paulo, editora Papirus, 2003.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

NADAF, Yasmin Jamil. **O romance-folhetim Francês no Brasil: um percurso histórico**. Letras, Santa Maria, v. 19, n. 2, p. 119-138, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r39/artigo39_008.pdf>. Acesso em 26/09/2013.

Revista Charlezine <<http://charlezine.com.br/machado-assis-autor-brasileiro-mais-citado-teses-doutorado/>> Acesso em 24/09/2013.

Revista Veja. <http://veja.abril.com.br/livros_mais_vendidos>. Acesso 23/09/2013.

ROYOT, Daniel. **A literatura americana**. Revisão técnica Marcos César de Paula Soares; tradução Maria Helena Vieira de Araújo. São Paulo: Ática, 2009.

RUIZ, Rafael. Novas formas de abordar o ensino de História In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar história/ Maria Auxiliadora Schmidt, Marlene Cainelli**. - São Paulo: Scipione, 2004 - (Pensamento e ação no magistério).

SODRÉ, Muniz. **Best-seller: A literatura de mercado**. São Paulo: Ática, 1985.

_____. **Teoria da Literatura de Massa**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1978.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

RIOS DO CERRADO: VESTÍGIOS DE UMA MEMÓRIA (1914-2014)

Maria de Fátima Oliveira¹
proffatima@hotmail.com
Universidade Estadual de
Goiás (UEG)
Doutora História/UFG

Resumo

Esta comunicação é parte de uma pesquisa maior intitulada *Caminhos Fluviais do Cerrado: imagens dos rios do Século XVIII ao XXI*, que tem por finalidade analisar o importante papel que os rios desempenharam no processo de conquista e ocupação do interior do Brasil e os impactos ambientais decorrentes da ação antrópica. Os vestígios de uma memória aos quais nos referimos, encontram-se no diário de viagem do Juiz Manoel Buarque _ juntamente com sua família _ em um percurso de barco de Belém (PA) à Conceição do Araguaia (PA) pelo Rio Tocantins e Araguaia no ano de 1914. Através deste diário é possível perceber o cotidiano das viagens _ com as dificuldades e perigos de uma navegação incipiente _ a natureza do rio e suas margens e a cultura das populações ribeirinhas.

Palavras-chave: Região; Rios; Memória

Abstract

This communication is part of a larger research entitled *The Cerrado watercourse: images of rivers from the 18th to the 21st century*, which aims to analyze the important role that rivers played in the conquest and occupation of the interior of Brazil and the environmental impacts caused by human activity. The memory remnants which we refer to are found in the travel log of the judge Manoel Buarque. He sailed the Tocantins and Araguaia rivers from Belém (PA) to Conceição (PA) in 1914. Through this travel log it is possible to get to know the daily life of people during the trips, notice the difficulties and dangers of an incipient navigation, and observe the river nature, its margins and the culture of the riverside population.

Key words: Region; Rivers; Memory

¹Professora na Unidade Universitária de Ciências Sócio Econômicas e Humanas (UnUCSEH) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente no programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado.

Sem contestação alguma, o maior dos sacrifícios que um homem pode fazer, é realizar com a família uma viagem de Belém à Conceição do Araguaia.

(Buarque, 1919)

Introdução

Desde o início da colonização os rios foram os caminhos naturais para o conhecimento do interior, tanto no Brasil como em outros países. No Brasil, utilizados como “caminhos” na penetração do território, contribuíram de forma significativa para a expansão da fronteira no período colonial, servindo-se deles tanto os religiosos em busca de povos indígenas (para a catequese), quanto os bandeirantes, também no aprisionamento de indígenas (para escravidão) e na procura por metais preciosos. Muitas foram as bandeiras que visitaram a região central do Brasil desde o século XVI, principalmente por meio dos rios Tocantins e seu afluente, o Araguaia. A década de 20 do século XVIII vai proporcionar mudanças radicais com a descoberta do metal precioso, iniciando a fase denominada de *corrida do ouro*, tão bem descrita tanto por André João Antonil como por Luis Palacin.

Desse modo, é possível destacar cinco momentos desde as primeiras bandeiras até a ocupação de parte das vastas margens do rio Tocantins e Araguaia: a) um período de penetração (bandeiras) que vai do final do século XVI, intensificando-se no XVII; b) época de proibição da navegação, século XVIII, com o alvará de 27 de outubro de 1733 que vigorou até 1782); c) do século XIX às primeiras décadas do XX, com incentivos ao desenvolvimento da navegação por meio de levantamentos, estudos e relatórios técnicos, mas sem resultados efetivos; d) a maior parte do século XX, período de abandono de projetos de navegação e prioridade para as rodovias; e) por último, a

construção de barragens e projetos de hidrovias e eclusas, que vai da segunda metade do século XX até a época atual.

O rio Tocantins e seus afluentes já eram conhecidos e navegados por bandeirantes e jesuítas desde o século XVI, mas a ocupação de suas margens por povos não-indígenas só aconteceu a partir do século XVIII, em decorrência da descoberta de ouro no antigo norte de Goiás. Com a descoberta de metais preciosos na região, os conflitos entre colonizadores – na tentativa de *desinfestar* a área – e povos indígenas se intensificaram, sendo comuns os ataques tanto por parte dos índios quanto dos colonizadores. As tentativas de aldeamentos desde o século XVIII vão continuar pelo XIX, principalmente na antiga região norte de Goiás, mas seu insucesso pode ser atribuído principalmente pela falta de recursos para sua manutenção (GIRALDIN, 2002, p. 117).

O rio Tocantins recebe esta denominação a partir da confluência dos rios Maranhão e Paranã, no Brasil Central, com um percurso de cerca de 2.400 km até sua foz. Os afluentes que o formam têm, portanto, suas nascentes no planalto de Goiás, região de Brasília, e segundo os geógrafos Horieste Gomes e Teixeira Neto (1993, p.113), “O Rio Tocantins começa nas imediações do quadrilátero Cruls (porção setentrional do Distrito Federal), a mais de 1.000 metros de altitude, resgatando a sua total identidade a partir da confluência do Rio Paranã com o rio Maranhão”. São reconhecidos três trechos distintos: o Alto Tocantins, que vai das nascentes até a cachoeira do Lajeado (local onde se encontra hoje a Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães), medindo 1.050 km; o Médio Tocantins, da cachoeira do Lajeado à cachoeira de Itaboca (local onde se construiu a hidrelétrica de Tucuruí), com 980 km; e o Baixo Tocantins, de Tucuruí até a foz, com aproximadamente 370 km. (OLIVEIRA, 2010, p. 27).

Se num primeiro momento, o Rio Tocantins foi útil à conquista do interior do país, partindo do litoral para o sertão, ou seja, sertão adentro, em seguida, no auge da mineração (Século XVIII) se torna um perigo ao contrabando, no século XIX _ quando

acontece o esgotamento da mineração e o conseqüente desenvolvimento de outras atividades na região central do Império _ torna-se necessário encontrar uma saída mais viável de comunicação entre o interior e o litoral. Nesse período, há uma proliferação de discursos em defesa da necessidade de se aproveitar essa via natural de comunicação, principalmente por parte dos Presidentes da Província, pois esta seria a solução para o atraso em que se encontrava a Província de Goiás.

Nos discursos, os principais problemas apresentados para a plena utilização de tal via de comunicação iam desde os obstáculos naturais e a fragilidade econômica das províncias banhadas pelo Rio Tocantins, ao vazio demográfico às margens do rio e a falta de medidas concretas dos governos para solucioná-los. No decorrer do século XIX e parte do XX muitos estudos foram feitos, e algumas providências tomadas, com o intuito de melhor aproveitamento do rio e de povoar as suas margens, como por exemplo, a concessão de sesmarias nas proximidades dos rios aos sócios de companhias de navegação, isenção do serviço militar a quem se dedicasse à navegação, permissão de utilização de índios hostis como mão-de-obra e a criação de presídios militares e aldeamentos indígenas nas margens dos rios. Na década de 1940, após mais de um século de discursos, relatórios e debates sobre a necessidade de melhor aproveitamento dessa via fluvial, ainda são encontrados estudos das possibilidades de desenvolvê-la. De acordo com o governador de Goiás na época, Jerônimo Coimbra Bueno,

[...] foi promovida a criação da Comissão de Estudos e obras do rio Tocantins, mantida com verbas federais e estaduais, cabendo-lhe a execução de uma enorme tarefa, com os trabalhos iniciados em julho de 1948 sob a chefia de abalizado técnico na matéria. A comissão tem sua sede na cidade goiana de Porto Nacional (BUENO, 1949, p.33).

Apesar dos muitos incentivos e dos constantes discursos dos Presidentes da Província em prol de seu aproveitamento, os resultados não foram satisfatórios e a região banhada pelo Rio Tocantins continuou deficitária de meios de comunicação até a segunda metade do século XX com a abertura da rodovia Belém-Brasília.

Embora no início do século XX, Jerônimo Moraes Jardim dava como encerrada a necessidade de se discutir sobre a conveniência de se fazer aproveitar os rios como meio de comunicação _ pois no seu modo de ver, as opiniões deveriam ser unânimes sobre o assunto _ constatamos que um século depois, a questão ainda suscita discussões, estudos e opiniões discordantes. Se nos séculos passados o problema do aproveitamento da navegação esbarrava mais em objeções de ordem econômica, hoje a questão que se impõe com mais ênfase nas discussões, é a que se refere aos impactos ambientais decorrentes de intervenções no leito e margens do rio.

Portanto, os rios que cortam a grande região do cerrado ainda carecem de um estudo aprofundado no que diz respeito à sua importância enquanto via de comunicação, seu papel na conquista e fixação de populações em suas margens e principalmente sobre os impactos causados à natureza e aos povos ribeirinhos devido às intervenções realizadas por meio de grandes projetos em seus leitos. De modo bastante geral, alguns historiadores como Doles (1973), Leonardi (1999), Unger (2001), Machado (2002) Carvalho (2009), Gandara (2010) e Oliveira (2010) têm se dedicado ao estudo de diversos rios brasileiros, mas no que diz respeito aos rios que nascem e/ou cortam o cerrado goiano e tocantinense, os estudos ainda são limitados, principalmente se considerada a sua importância econômica, política, cultural e ambiental. É nesta perspectiva que procuramos explorar as fontes históricas que tratam destes rios, como é o caso do diário de viagem escrito pelo juiz Manoel Buarque² no ano de 1914, resultante do percurso que fez de Belém à cidade de Conceição do Araguaia, no sul do Pará, divisa com Goiás.

Vestígios da memória de uma viagem em 1914

² Quase nada se sabe sobre a vida do Juiz de Direito Manuel Buarque. Pretende-se com a continuidade da pesquisa visitar os arquivos das cidades de Conceição do Araguaia e de Belém (Pará) para investigação minuciosa sobre o autor de tão importante relato.

Os rios que cortam o cerrado brasileiro podem ser vistos e estudados das mais variadas maneiras, ora como meio de transporte, como lugar de sobrevivência, de convivência e de disputas. Eles podem ser vistos também como lugar de riquezas naturais, elemento de fixação populacional, lugar de encontros e desencontros entre culturas diferentes e como lugar de memórias e identidades. Por meio do estudo do diário de Manuel Buarque é possível perceber uma diversidade de sentidos dados ao rio Tocantins e seu afluente, o Araguaia.

A viagem que Manuel Buarque empreendeu, subindo o rio³ Tocantins/Araguaia em um bote⁴ no ano de 1914, saindo da cidade de Belém com destino à Conceição do Araguaia no sul do Pará, para onde foi designado para assumir o cargo de juiz, teve início em 09 de abril de 1914⁵ e terminou em 23 de julho do mesmo ano. Suas memórias foram publicadas no ano de 1919 em Belém, por uma tipografia oficial do Estado.

Em seu diário de viagem com o título *Tocantins e Araguaia*, Manoel Buarque relata com minúcias todo o percurso. Ele descreve os acidentes geográficos, o clima, a vegetação, as embarcações, mercadorias transportadas, os povoados e moradores das margens dos rios com seus, costumes, dificuldades, doenças, e modo de vida em geral; emite opinião sobre economia, política, educação e religião, dentre outras observações.

Logo na introdução do diário, o autor esclarece a razão de ter se dedicado ao trabalho de tornar público o que vivenciou em sua viagem.

...o fim único que tive, ao escrevê-lo, foi dizer a verdade à Nação Brasileira, sobre o estado de desprezo em que se acham estas regiões

³ A expressão “subir o rio”, bem entendida das populações beira rios, é a navegação feita rio acima, ou seja, remando contra as águas, da foz em direção à nascente. Embora num mesmo rio, as diferenças entre a navegação rio acima e rio abaixo nos barcos a remo, eram enormes, com variações do tempo gasto, das mercadorias transportadas e da força despendida. Para se ter uma rápida idéia dessas diferenças, tomando como exemplo uma viagem do interior para o litoral, rio abaixo (de Porto Nacional à Belém), gastava-se em torno de um mês, e na viagem de volta, de 4 a 5 meses.

⁴ Botes são barcos de pequeno calado, com capacidade que variava entre 15 a 20 mil quilos, acionados a braços humanos. Fonte: Ortêncio (1983). Entretanto há outros autores que afirmam que estes botes transportavam até 40 toneladas de carga, como Silva (1972).

⁵ A viagem ocorreu em 1914 e as anotações também foram escritas nesta data, assim, em 2014 as memórias de Manoel Buarque completam 100 anos e nossa pretensão é fazer uma reedição comemorativa.

do Norte. As nações, como os indivíduos, têm necessidade da verdade. É pela idéia que uma nação sobe, ou desce, anda direito, ou desvia-se, vive ou morre. As nações não morrem pelos choques dos exércitos; mas, pelos erros sociais que aceitam. O Brasil precisa da verdade, e nós a diremos sobre o Tocantins e o Araguaia, porque a verdade é que salva as nações (BUARQUE, 1919, p.30).

A sua narrativa é repleta de afirmações sobre a solidão, a demora e as dificuldades enfrentadas na viagem: “Oh, que noite incômoda! Quem não viaja, não sabe o que é sofrimento”. E mais adiante, reforça: “Que noite de perplexidade passamos com a família, ouvindo somente o murmúrio das águas e o canto lúgubre das aves noturnas, na amplidão das matas” [...] “O nosso barco ficou amarrado ao tronco de uma goiabeira brava, dentro de uma terrível corredeira, [...] vindo-nos a idéia, a cada momento, arrebentarem-se as amarras e sermos precipitados de encontro aos pedrais transpostos” (BUARQUE, 1919, p.8-12).

Segundo Buarque, “Quatro coisas são imprescindíveis para fazer estas viagens do Tocantins e Araguaia: coragem, paciência, resignação e dinheiro.” Mais adiante, fala da técnica utilizada pela tripulação: “... além de gancho e forquilha usavam os tripulantes de varas, e às vezes com as próprias mãos segurar as árvores, faziam o bote seguir avante. É tudo isso feito à luz meridiana do século XX.” (BUARQUE, 1919, p.15-16). Interessante a comparação que faz sobre a sensação que teve ao sair do barco, após horas de viagem: “... tivemos a sensação que poderia experimentar um homem que fosse desenterrado vivo da sepultura ou, para melhor exprimir a idéia, de um homem desencaixotado de bordo de um bote do Araguaia” (BUARQUE, 1919, p.65).

Como dito anteriormente, as viagens de ida e volta do alto Tocantins e Araguaia para Belém, levavam em torno de seis meses, e como bem afirma Buarque, “Quem viaja no Tocantins ou no Araguaia, não pode precisar o tempo em que chegará a tal ou qual lugar. Nestas viagens, o homem deve, por completo, atirar-se às mãos da Providência” (BUARQUE, 1919, p.77). E conclui dizendo que, “Sem contestação alguma, o maior dos sacrifícios que um homem pode fazer, é realizar com a família uma viagem de

Belém à Conceição do Araguaia”. Em sua viagem foram gastos 128 dias de Belém à Conceição do Araguaia.

Quando descreve os povoados ribeirinhos, percebe-se, desde as primeiras horas de viagem, após a saída de Belém, uma visão bastante negativa. Os adjetivos “decadência”, “sem vida”, “sem comércio” “ruínas”, “casas deterioradas”, “ruas cheias de grama e as casas cobertas de lodo” permeavam seu relato (BUARQUE, 1919, p.4).

Sobre os barqueiros, ora seu discurso é de admiração, ora de depreciação. Se em um momento os vê como homens que “vivem e morrem, como verdadeiros animais de carga... as autoridades marítimas, os poderes navais da República deveriam lançar seus olhares protetores para os barqueiros...”, “... não há burro em terra que trabalhe mais do que um barqueiro que cumpre com seus deveres.” Em outro, desabafa: “Mas, por que será que estes homens só trabalham gritando? É porque são máquinas; e máquina só trabalha com barulho” (BUARQUE, 1919, p.18).

Em suas anotações são encontrados com frequência casos de deserção, de embriaguês e fugas dos tripulantes. No primeiro caso, segundo Buarque seria necessário haver “uma lei obrigando os barqueiros a cumprir com os seus deveres...” (BUARQUE, 1919, p.26). No segundo, seria preciso não fornecer bebida alcoólica aos tripulantes (o que seria impossível), pois em Marabá, “a praia estava coalhada de barqueiros embriagados...” e por último, afirma que, “... fomos despertados por uma grande algazarra de barqueiros: dois tripulantes fugiram” (BUARQUE, 1919, p.68).

Embora sem pormenores, faz anotações sobre diversos casos de doenças entre a tripulação e nas margens do rio. “Pequenina era, agora, a nossa tripulação, porque os barqueiros continuavam a adoecer...”. E sobre a febre, diz ser ela constante, tornando-se o bote, “um verdadeiro hospital flutuante; uma febre intensa acompanhada de disenteria ataca a maior parte dos tripulantes...”. (BUARQUE, 1919, p.28-58). Confirma também a presença de casos de lepra. Mas, por outro lado, afirma que “... muita febre de barqueiro é *preguiça recolhida*, à frente dos travessões; e a presença do patrão é melhor do que bisulfato de quinino, para curá-los” (BUARQUE, 1919, p.36).

Semelhante a outros viajantes que navegaram por estes rios, Buarque destaca o incômodo causado pelos mosquitos: “ao caírem as trevas da noite, sustentamos uma defensiva heróica, contra as carapanãs, que nos queriam devorar. Recolhemo-nos aos mosquiteiros, donde ouvimos os estranhos acordes da música dos mosquitos...” (BUARQUE, 1919, p. 35).

Sua fala é bastante enfática em defesa de uma política voltada para melhorias na região e de críticas sobre o abandono em que estas populações estão entregues, como por exemplo, a ausência de escolas: “Parece que os nossos governos insistem em fazer os tocantinos, convencerem-se de que só nasceram para tripular canoas e carregar borracha” (BUARQUE, 1919, p.24).

Sua indignação é perceptível também no que se refere ao descaso para com as populações indígenas. Para ele, o governo “[...] deveria consignar, anualmente, em sua lei orçamentária, uma verba destinada à catequese indígena, porque só assim a Ordem e Progresso, estampada no nosso estandarte nacional, se transformaria em realidade...” (BUARQUE, 1919, p.37). Toca no problema da violência física contra os mesmos, afirmando que quando os aventureiros brancos saem em busca de caucho, se o encontram, tomam suas terras e assassinam seus legítimos posseiros.

Matar-se um índio, tomar-se a sua propriedade, não é crime, é praticar-se uma *ação meritória*! Em nome do direito, em nome da fraternidade humana, os altos poderes da República e do Estado devem lançar seus olhares protetores para os infelizes Apinagés, que são trucidados pelo simples fato de habitarem onde viceja uma seringueira. (BUARQUE, 1919, p.74).

Vejamos a sua preocupação sobre questões do meio ambiente. O método como é extraída a borracha aparece como uma preocupação em seu diário, pois “... o caucho é extraído, pela derrubada da árvore, [e, se] continuar estas constantes devastações de cauchais, daqui a poucos anos, desaparecerá completamente, essa fonte de riqueza

pública” (BUARQUE, 1919, p.14). Pode-se dizer que beira ao exagero sua defesa do meio ambiente, como mostra o seguinte trecho:

Uma coisa doeu-nos, hoje, muito em nossa alma: foi ouvir um homem dizer-nos que ia derribar umas castanheiras, para fazer uma barraca.... Deveria haver uma lei muito severa, estabelecida contra esses defraudadores das nossas rendas públicas, que não preocupam com o futuro da Pátria, porque, do contrário, quando tivermos facilidade de transportes, nossas terras estarão devastadas, empobrecidas (BUARQUE, 1919, p.15-16).

O juiz se sente indignado também com as queimadas que assolava a vegetação, segundo ele, um ato de selvageria em uma terra que se diz civilizada: “Que perversidade estas queimadas de pastos, que matam as sementes e arruínam os campos, enchendo-os de plantas agrestes! Uma lei existe que pune tais atentados, mas de que servem leis que não são cumpridas?” (BUARQUE, 1919, p.117).

Também como a maioria dos relatos de viajantes, é constante sua admiração para com a natureza. “Mas, como é admirável a flora tocantina, que íamos contemplando, ao deslizar moroso do nosso bote! O cravo, a baunilha, a salsa, o cumaru, o açaí, a bacaba, a castanha, a seringueira, de par com as madeiras de lei, como o cedro, o marupá, a itauba, o amarelo, o acapú, etc. encontram-se por toda parte” (BUARQUE, 1919, p.19).

Entretanto, o tema que mais recebe atenção é a navegação. Desde a descrição das dificuldades enfrentadas pela tripulação, “Íamos constantemente batendo nas pedras e os barqueiros puxando o nosso bote: não era navegação, era uma contínua arrastação que estávamos fazendo” (BUARQUE, 1919, p.80), dos obstáculos naturais, da rotina a bordo, à falta de incentivos ou ao abandono em que o governo a relega.

Os instrumentos da navegação são: varas, remos, cabos, ganchos e forquilhas. Cristóvão Colombo e Vasco da Gama não se atreveriam a afrontar as fúrias do elemento aquoreo, em semelhantes navios. Para navegação tão primitiva de nada valem os grandes e importantes aparelhos náuticos, descobertos pela inteligência humana: aqui só precisa da força bruta dos barqueiros (BUARQUE, 1919, p.9).

No que se refere à problemática da navegação, sua indignação é uma constante no diário. Faz comparações com outros países, dá sugestões de qual seria o meio mais eficaz para solucionar a questão, clama por atenção e medidas para tornar os rios Tocantins e Araguaia navegáveis, concluindo que “Na navegação tocantina o verdadeiro piloto é Deus!”.

Ah! Quem dera que um desses grandes jornalistas cariocas percorresse a via dolorosa que estamos percorrendo, para fazer uma propaganda nacional, em prol da navegação a vapor do Tocantins e do Araguaia, idéia que, levada a efeito, salvaria o futuro do norte do Brasil, em grande parte dependente da solução deste problema. Rasga-se o Canal de Suez, roubando-se três mil léguas ao espaço, corta-se o istmo de Panamá, fazendo unir-se o Atlântico ao Pacífico, e não se pensa no Brasil em abrir-se o Tocantins e o Araguaia à navegação a vapor! Mas, será possível que não haja um patriota, um filho digno da Terra de Santa Cruz, que não se esforce em realizar a idéia, resolver o problema da navegação a vapor nos dois grandes rios? (BUARQUE, 1919, p.18-25).

Sobre os trabalhos de construção da estrada de ferro nas proximidades da cidade de Alcobaça, Buarque mostra-se indignado com a situação de descaso com este empreendimento, afirmando que “Há mais de vinte anos que se fala na Estrada de Ferro de Alcobaça, e entretanto ela não existe! E quando existirá? [...] Ah! Quanto dói no coração e na alma, ver-se tanto dinheiro empregado em tão grande quantidade de ferros, estragados pela ferrugem!”(BUARQUE, 1919 p.7). Segundo ele, todos os trabalhos da estrada estavam paralisados e a Companhia se esforçava para conseguir um empréstimo na Europa. Buarque ainda defende que o plano de construção de uma estrada de ferro às margens dos dois rios era uma falta de previdência no futuro, principalmente porque suas margens estavam sempre sujeitas a inundações que impediria o tráfego e além do que se construísse tal estrada, o projeto de melhoria da navegação seria totalmente esquecido.

O Rio Tocantins e seus afluentes, “caminhos que andam”, tiveram significativa importância para a penetração e povoamento do interior do Brasil desde a colonização, sendo por longo período o meio de transporte mais usado para a comunicação entre o litoral e o sertão. Nesse lento processo de desenvolvimento que atingiria as populações da região da bacia do Tocantins, as mudanças foram lentas, principalmente no que se refere aos meios de transporte. Se no início do século XX o meio de transporte predominante no Alto Tocantins ainda eram os botes movidos a remos, a partir da década de 1920 vão aparecendo as lanchas a vapor e os barcos a motor, mas o problema da difícil navegação vai persistir, pois tanto os barcos à força humana quanto para os movidos a motor, teriam que enfrentar os obstáculos naturais do rio, como as cachoeiras e corredeiras.

Nas últimas décadas, as muitas transformações que vêm ocorrendo no leito e margens do Rio Tocantins e seus afluentes têm provocado efeitos para o meio ambiente e para as populações ribeirinhas, e desse modo, exigido a atenção de profissionais das diversas áreas do conhecimento humano. Reconstituir a sua história, a partir dos fragmentos dos diversos lugares da memória, ajuda a compreender a natureza de tais mudanças e seus desdobramentos nos diferentes contextos históricos.

Evidenciou-se no diário do Juiz Manuel Buarque uma escrita carregada de clamor de justiça e indignação com os poderes públicos, quanto à situação de miséria e falta de assistência à região e seus moradores, quanto às tentativas de melhorias da navegabilidade dos rios para o desenvolvimento da região, quanto à morosidade e dificuldades das viagens, às penosas condições de trabalho dos tripulantes dos botes; às questões do meio ambiente, dos povos indígenas, das condições precárias das populações ribeirinhas, das doenças, e sobre a inviabilidade da estrada de ferro marginal ao rio. Ao final de seu relato ele conclui: “Era o 23 de julho quando terminamos esta viagem, tão simples, e, ao mesmo tempo, tão cheia de ensinamentos para aqueles que

procuram interessar-se pela felicidade da pátria, pela prosperidade da República!”
(Buarque, 1919, p. 117).

REFERÊNCIAS

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1982.

ARRUDA, Gilmar. História de rios: ¿História ambiental? In: *Signos Históricos*, n.16, julho-diciembre, 2006.

BERTRAN, Paulo. *Uma Introdução à História do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: CODEPLAN, 1988.

BUARQUE, Manoel. *Tocantins e Araguaya*. Belém: Typografia da Imprensa Oficial do Estado, 1919.

DOLES, Dalísia E. Martins. *As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no Século XIX*. Goiânia: Oriente, 1973.

GOMES, Horiestes e TEIXEIRA NETO, Antônio. *Geografia: Goiás/Tocantins*. Goiânia: UFG, 1993.

JARDIM, Jerônimo R. de Moraes. *Linha Férrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya e a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil (antiga Companhia Viação Férrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya)*. Memória. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1911.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. *Portos do Sertão: cidades ribeirinhas do Rio Tocantins*. Goiânia: PUC, 2010.

SILVA, Francisco Ayres da. *Caminhos de Outrora – Diário de Viagem*. Goiânia: Oriente/Gráfica do livro Goiano, 1972.

MODERNIZAÇÃO, MODERNIDADE, MODERNISMO: IMAGENS DA CIDADE NA ARGENTINA E NO BRASIL NA PASSAGEM DO XIX PARA O XX

Maria Fernanda Degan Bocafoli
mfdegan@yahoo.com.br

PROLAM/ Universidade de São Paulo
Mestranda em Integração da América Latina

Resumo

A questão da Modernidade e seus desdobramentos tem ocupado muitos intelectuais de diferentes épocas. De modo geral, muitos a trataram como um certo modelo determinado de ação e pensamento nascido na Europa a partir do século XVI e que, ao longo do tempo teria alcançado os Estados Unidos e, mais tarde, a América Latina. Abundam visões de que esta teria recepcionado a chamada “Modernidade” europeia como “espelho”: nós haveríamos meramente aceitado e copiado irrestritamente um novo modelo de pensar e agir, sem refletir ou até mesmo sem ter consciência do que se estava dando. Este artigo parte da crítica dessa visão e argumenta que na Am. Latina e na Europa, o “projeto da Modernidade”, embora hegemônico, não era integralmente coeso e possuía brechas inerentes a ele próprio; bem como houve muitas vozes dissonantes no modo principal como a “Modernidade” se apresentou aqui: as metrópoles.

Palavras-chave: Modernidade, Brasil, Argentina.

Abstract

The question of modernity and its developments has occupied many intellectuals from different periods. In general, many of them treated it as a given model of right action and thinking born in Europe from the sixteenth century and that over time have reached the United States and, later, Latin America. Visions abound that here in Latin America we would have approved the so called European "modernity" as a "mirror": we would have merely accepted, and more, copied a new model of thinking and acting without thinking or even unaware of this process. This article criticizes this view and argues that in Latin America and in Europe, the "project of modernity", although hegemonic, was not entirely cohesive and had inherent loopholes; and that there were many dissenting voices about the main mode that "Modernity" has been presented here: the metropolis.

Key-words: Modernity, Brazil, Argentina.

Desde a remodelação de Tenochtitlan, logo depois de sua destruição por Hernán Cortés em 1521, até a inauguração, em 1960, do mais fabuloso sonho de urbe de que foram capazes os americanos, a Brasília, de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a cidade latino-americana veio sendo basicamente um parto da inteligência, pois ficou inscrita em um ciclo da cultura universal em que a cidade passava a ser um sonho de uma ordem e encontrou, nas terras do Novo Continente, o único lugar propício para encarnar.

(Angél Rama, A cidade das letras)

Introdução:

É inegável, mesmo para o indivíduo mais incauto, que mudanças muito profundas e inflexões extremamente radicais aconteceram na América Latina, em todos os âmbitos, na passagem do século XIX para o XX. É-nos comumente apresentado como fato inquestionável que é neste período que a América Latina passaria a adentrar um novo momento histórico: a Modernidade. Mas, antes de que possamos utilizar este termo sem maiores reservas, é necessário refletir um pouco sobre uma questão que já mobilizou e vem ocupando inúmeros pensadores há bastante tempo: o que é a Modernidade? É possível defini-la? Ela é um projeto inteiriço, coeso, unânime?

Malcolm Bradbury e James McFarlane, em uma obra já considerada clássica dentro das Ciências Sociais, intitulada “Modernismo: guia geral – 1890-1930” (1989), procuram delinear três palavras que são usadas de maneira fluída e quase indistintamente por alguns autores. São elas: Modernidade, Modernismo e Modernização. Segundo Bradbury e McFarlane, o termo “Modernidade” está ligado à introdução da Razão no pensamento comum e à ascensão da Filosofia das Luzes. Está aqui involucrada, claramente, uma idéia de “progresso” humano racional que tem muita relação com as questões políticas e das idéias em voga na Europa neste momento. Manuel Antônio de Castro (2012), afirma que as três problemáticas principais que fundam a Modernidade estão colocadas na filosofia do alemão Immanuel Kant e seriam: 1) a questão dos valores metafísicos; 2) a questão da ciência/ técnica; e 3) a questão da

identidade/ representação. Ainda sobre a definição da Modernidade, há uma vasta plêiade de autores que concentrarão esforços para tanto, como veremos adiante.

Voltando à Bradbury e McFarlane, há ainda um segundo termo, o “Modernismo”, que carece de uma delimitação mais precisa. Os autores afirmam que esta palavra relaciona-se aos campos das artes e da literatura e que possui uma periodização fechada: o(s) movimento(s) modernista(s) se haveriam dado entre os anos 1880 e 1939. E, por fim, quando fazemos referência à palavra “Modernização”, escrevem os autores, queremos com isso remontar a um processo de industrialização, tecnologização e urbanização que teria início com a Revolução Industrial na Inglaterra, em fins do século XVIII e com a afirmação e consolidação do capitalismo como sistema econômico e social vigente, primeiro em termos continentais na Europa e, depois, globalmente, como tão bem nos demonstram, por exemplo, as teorias do “sistema-mundo”, de Immanuel Wallerstein ou da “economia-mundo” de Fernand Braudel.

Há ainda, não de maneira oposta, mas quase simétrica à de Bradbury e McFarlane, a definição que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman oferece ao problema da “Modernidade”. Bauman (1999) afirma que a “Modernidade” se caracteriza por ser um momento em que os homens atribuem-se a si mesmos tarefas impossíveis de realizar. Dentre estas tarefas, sobressair-se-ia a da ordem, esta pensada em oposição ao “caos” – a Modernidade, assim, escreve o autor, seria um momento histórico que se apresentaria como uma bifurcação decisiva entre “ordem” e “caos”. Os princípios que balizavam o mundo medieval, pré-moderno, não estavam alocados *neste* mundo, mas eram de ordem metafísica – por isso é que se diz que o homem pré-moderno não se preocupava com o “como viver”, mas apenas vivia. A Modernidade surge, escreve Bauman, no momento em que o homem impõe-se a tarefa de organizar o mundo – quando o homem pensa sobre si mesmo, sobre a natureza e a sociedade e procura encontrar maneiras de administrar estes três elementos e suas interrelações da melhor maneira possível, é que nasce a Modernidade. Ainda, afirma Friedrich Nietzsche, quando nasce a Modernidade, Deus morre. Se antes, em uma Europa medieval, a Filosofia por excelência era representada por Tomás de Aquino, no século XII, com a “Suma Teológica” que concebia a verdade como dada de antemão pela revelação divina; na “Modernidade” européia, já não é mais Deus quem ocupa o centro das

elaborações sobre o mundo. Surge com força total, neste novo momento tão radicalmente distinto do anterior, a racionalidade cartesiana do *cogito*, que põe o indivíduo no foco do palco que se está descortinando. A Escola de Frankfurt, com Adorno e Horkheimer, já denunciara, décadas antes de Bauman, que o mundo pré-moderno instrumentalizara a religião para fins políticos, mas é interessante nesse contexto notar como no seio da Modernidade pudemos vivenciar uma experiência política tal qual o nazismo alemão, que instrumentaliza a “ordem” e a “racionalidade” - elementos-chave de um novo período histórico moderno, e que se pretende justamente, em oposição ao anterior, “ordenado” e “racional” – para legitimar violência e dominação.

Mas por quê, segundo Bauman, a tarefa da Modernidade é impossível? Para responder a este questionamento, o autor utilizará o mecanismo de funcionamento da linguagem e traçará uma analogia entre esta e o funcionamento da tarefa ordenatória moderna. A operação de colocar ordem nas coisas traz necessariamente imbricadas “arestas de caos”, e, quanto mais se procura ordenar as coisas, mais arestas vão surgindo. Ora, este sistema inclui/ exclui é próprio da linguagem e não é uma patologia nem consiste em falha no processo de classificar e nomear as coisas; antes, faz parte do próprio processo regular de nomeação e classificação. À classificação *direito*, por exemplo, escapam os crimes; à *ciência* escapam a religião e o mito... Na ânsia de uma maior precisão classificatória, surgem mais e mais casos de refugio. A este processo permanente e incontornável de criação de refugos ou restos, Bauman dá o nome de “ambivalência”. A linguagem, explica Bauman, funciona de maneira análoga aos processos da Modernidade e esta, diz o autor, não se apercebeu em momento algum da impossibilidade de sua tarefa e da incontornabilidade de seu caráter ambivalente.

As definições fornecidas por Bauman, Bradbury e McFarlane são bastante adequadas e úteis para aclarar as idéias em um quadro mais geral, mas não nos devemos esquecer – inclusive para prestar tributo - da verdadeira obra-prima engendrada pelo norte-americano Marshall Berman, “Tudo que é sólido desmancha no ar” (1986). Se Bauman já havia demonstrado, através da apropriação, para fins explicativos, do funcionamento inerentemente ambivalente da linguagem, Berman vai mais longe e nos dá exemplos dos “horrores, ambiguidades e ironias” da vida moderna. Ambos os

autores são importantes porque, por um caminho ou por outro, trazem à tona a idéia de que a “Modernidade”, que se queria e ainda se quer, por muitos autores, um projeto íntegro, coeso, uno, universalizante... está permeada por brechas, aberturas, fissuras, ambiguidades. Berman escreve:

Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. Designarei esse conjunto de experiências como “modernidade”. Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar. (BERMAN, 1986, p. 15)

Em sua obra, o autor procura demonstrar que o progresso é a religião dos tempos modernos e, nesse sentido, identifica “Modernidade” e capitalismo quase como duas faces de uma mesma moeda, é na primeira que o segundo encontra terreno propício para se realizar, instalar e afirmar. Há, em Berman, pelo menos uma contradição fundamental que se encontra na Modernidade: aquilo que ele designou por “autodestruição inovadora”:

(...) tudo o que a sociedade burguesa constrói é construído para ser posto abaixo. “Tudo que é sólido” – das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que os exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído, na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas. (IDEM, ps. 113 e 114)

Esse é o *pathos* da sociedade burguesa; e Marx já havia escrito que a vida moderna é radicalmente contraditória em sua própria base.

Além de Karl Marx, Berman considera como outro célebre pensador moderno o francês Charles Baudelaire. Este último ele próprio verifica que a vida moderna está repleta de ambiguidades e contradições e critica com veemência principalmente a idéia de progresso: “Existe ainda outro erro muito atraente, que eu anseio por evitar, como ao próprio demônio. Refiro-me à idéia de “progresso”. Esse obscuro sinaleiro, invenção da filosofância hodierna (...). Essa idéia grotesca que floresceu no solo da fatuidade moderna, desobrigou a cada homem de seus deveres (...). Tal observação é sintoma de uma já bem visível decadência.” (BAUDELAIRE, apud BERMAN, 1986, ps. 158 e 159)

Uma das mais fundamentais questões da Modernidade reside no surgimento e crescimento vertiginoso das cidades-metrópole. Baudelaire trata deste tema de maneira quase poética, afirmando que na metrópole – Paris – surgia uma nova figura, dotada de algumas possibilidades até então impossíveis ou inimaginadas. Esta nova figura é o *flanêur*, e suas possibilidades são a de “desposar a multidão” (“épouser la foule”), ou simplesmente errar pela metrópole que despontava. Sobre o *flanêur*, figura que surge a partir da constituição da “apoteose das massas”, da metrópole nascente e crescente – Paris – Baudelaire escreve:

Para o perfeito *flanêur*, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espíritos independentes, apaixonados imparciais, que a linguagem não pode definir senão toscamente. O observador é um príncipe que frui por toda parte do fato de estar incógnito. (...) Assim o apaixonado pela vida universal entra na multidão como isso lhe aparecesse como um reservatório de eletricidade. (BAUDELAIRE, 1996, ps. 18 e 19)

Mas não nos esqueçamos de que Baudelaire não foi o único autor que vivenciou o surgimento de uma cidade-metrópole, tal como Paris – a qual considera “degradada” - que muda completamente de configuração a partir da segunda metade do século XVIII para dar lugar ao que alguns chamaram de “monstro da multidão” ou de “monstro sem

face”. O escritor de horror Edgar Allan Poe, no conto “O homem da multidão” (1844), narra a experiência de um homem em Londres, Inglaterra, berço da Revolução Industrial e, portanto, marcada já, assim como Paris, pelas transformações da industrialização e pelas consequências da revolução taylorista nas formas de reprodução do capital. A personagem principal do conto pode, segundo Sérgio Roberto Massagli, ser considerada a versão londrina do *flanêur* parisiense de Baudelaire – o homem caminha por Londres contemplando a multidão em suas atividades cotidianas. Muitos autores, principalmente Walter Benjamin, irão tratar da questão da *flanêurie* em Baudelaire e sobre o tema mais amplo da Modernidade e das transformações profundas por que passava a Europa, mais especificamente França e Inglaterra, principalmente por conta da questão do surgimento do “monstro sem face” (a multidão). Sobre Londres, Blake condena sua incipiente indústria, taxando-a de “dark satanic mills”, uma vez as fábricas se assemelhavam a moinhos que cobririam Londres com sujeira, poluição e fuligem.

Assim, em termos gerais esperamos poder ter apresentado um limitado porém, para nosso propósito, suficiente panorama de algumas mudanças que passam a ocorrer na Europa a partir do fim da Idade Média, mas, principalmente, com a Revolução Industrial inglesa. Procurou-se demonstrar que o “projeto da Modernidade”, se é o que o havia de maneira estruturada, não era algo integralmente coeso ou unânime: desde o princípio deste momento – e até hoje - que se veio a designar Modernidade, e de seus desdobramentos, houve sempre vozes dissonantes, dispostas a apontar falhas, brechas e fissuras em um certo pensamento que propugnava uma racionalização do mais absoluto grau e o progresso histórico do homem, aliado ao progresso concomitante das técnicas, fazeres e saberes. É nesse sentido que esse artigo procurará, nos parágrafos subsequentes, demonstrar que se sequer na Europa havia uma unicidade de discursos “pró-modernos”, embora estes fossem hegemônicos, não se poderia esperar que na América Latina a recepção deste novo processo se desse de maneira positivamente irrefletida ou que houvesse uma aceitação totalmente irrestrita deste novo modo de pensar o mundo e de nele agir, que inclui um ritmo acelerado de vida, relações impessoais, ruídos, barulho e um sentimento de solidão em meio aos semelhantes. Procuraremos também demonstrar que as vozes dissonantes que se levantam na

América Latina, mais especificamente na Argentina e no Brasil, voltam suas armas não unicamente, mas maiormente, contra a forma principal que a Modernidade adquire aqui: as metrópoles¹ e a lógica própria que estas desenvolvem.

Brasil e Argentina: Reações

No ano de 1973, o crítico britânico Raymond Williams publica uma obra intitulada “O campo e a cidade na história da literatura”. Neste livro, segundo o autor as imagens contrastantes entre campo e cidade foram construídas desde a Antiguidade; de forma que o campo esteve sempre associado à uma “virtude simples”, porém também ao atraso e à ignorância e a cidade sempre esteve atrelada à imagem de grandes realizações e saberes, num ambiente, contudo, dominado por muito barulho, ruídos e ambição. Williams analisa tais representações a partir de textos literários ingleses, procura explicar o significado das imagens de campo e de cidade a partir do contexto da segunda metade do século XIX, de um êxodo rural massivo acontecido na Inglaterra e que criou cidades desordenadas em situação catastrófica de miséria e insalubridade (como Londres², por exemplo).

Williams percebe que normalmente o universo rural, ainda que seja retratado como lugar do passado e do atraso, é tido como essencialmente harmônico; enquanto que as cidades, representadas como lugar do futuro, ensejavam a modernização e a presença de multidões que anulariam o indivíduo³. Há também inúmeras referências à degeneração da moral e dos costumes. Então, o autor conclui: mesmo depois de o urbano tornar-se modelo, a literatura inglesa continua apresentando o rural como mito de pensamento social moderno, sempre de maneira nostálgica.

¹ Lembremo-nos de que para o sociólogo alemão Georg Simmel, as duas formas do moderno por excelência, isto é que só puderam emergir com o advento da Modernidade, são o dinheiro e a metrópole. Um dos fundadores da chamada Sociologia Urbana, Simmel escreve que “Metrópole e vida mental”, de 1903, que assim como o dinheiro, “deus da modernidade”, a vida nas metrópoles é outro traço fundamental dos tempos modernos.

² Os filmes do diretor Charles Chaplin mostram com excelência a nova situação que se descortinava na Inglaterra, principalmente a mais célebre de suas películas, chamada “Tempos Modernos”, de 1936.

³ Não nos esqueçamos de que a preocupação com a “anulação do indivíduo” era uma constante, principalmente em termos criminológicos. A figura do vagabundo, do criminoso que comete delitos e depois some em meio à multidão existia e era temida. É neste momento que surgem, por exemplo, a impressão digital e o documento com foto, que são uma tentativa de reconhecer o indivíduo na multidão.

Na América Latina também as metrópoles são sinônimo de modernização; há um aumento demográfico muito forte a partir de 1880 e estas pessoas estão principalmente nas cidades. Aqui, não nos podemos esquecer de um tema muito caro à América Latina até os dias atuais: o contraste entre centro e periferia. As consequências desse crescimento populacional vertiginoso a partir do final do século XIX criam um verdadeiro abismo, na cidade, entre um centro dotado de saneamento básico, decorado com praças e entretido com parques; e uma periferia submetida a condições de moradia precárias, à falta de energia elétrica e numerosas dificuldades com transporte.

Entre os autores argentinos que demonstrarão uma incrível lucidez histórica já no momento do calor dos acontecimentos, está o poeta e ensaísta Ezequiel Martínez Estrada⁴, que na obra “Radiografia do Pampa” escreve que a cidade Buenos Aires era um caso muito específico na passagem do século XIX para o XX. Era uma cidade-porto e mantinha um vínculo bastante estreito com a Inglaterra e não com o resto do país. Martínez Estrada escreve: “Buenos Aires se alimenta da miséria do interior. Erguemos uma grande cidade porque não soubemos como erguer uma grande nação.”⁵ Ainda em “Radiografia do Pampa”, o autor afirma que Buenos Aires é um instrumento de uma fábrica de “falsas representações sobre o progresso”. É importante aqui trazer à tona a própria história de vida de Martínez Estrada para que possamos compreender pelo menos parcialmente a origem desta visão que irá desenvolver ao longo de sua vida e que resultará em um Prêmio Nobel de Literatura no ano de 1937. O pai de Ezequiel, um espanhol de Navarra veio para a Argentina em busca de uma quimérica “Trapalanda”, visão mítica de região da Patagônia, no sul da Argentina, a qual havia sido vista, desde o final do século XVI, como um lugar absolutamente maravilhoso: o “Reino da Trapalanda”. Era vista como uma espécie de El Dorado, o mesmo tão procurado pelos conquistadores espanhóis; uma terra fantasticamente rica em que todas as construções das cidades, as ruas e casas eram de ouro maciço e pura prata. Segundo Martínez Estrada este mito de uma pátria cheia de tesouros ocultos, à espera de quem os quisesse encontrar, nunca teria abandonado seus conterrâneos argentinos e nem sequer os

⁴ Recebeu duas vezes o Prêmio Nacional de Literatura, em 1933 por sua obra poética e em 1937 pelo ensaio "Radiografia do Pampa". Foi presidente da [Sociedade Argentina de Escritores](#) (SADE) de 1933 a 1934 e de 1942 a 1946.

⁵ Tradução da autora.

imigrantes europeus que chegam em abundância ao país na segunda metade da XIX. O que nunca se contou, escreve o autor, é que a decepção dos imigrantes era imediata. O pampa era um espaço vazio, agreste, sem viv'alma, em que nada havia no horizonte e não se podia distinguir “onde acabava a terra e onde começava o céu”. A desilusão, escreve Martínez Estrada, era inevitável, e os filhos dos primeiros imigrantes herdavam o malogro dos pais e rumavam à Buenos Aires, a qual se transformou rapidamente num “depósito de frustrados e fracassados”. O autor chega a designar a capital argentina como um “polípero monstruoso”.

Mas os espanhóis, embora hajam emigrado em grande número, não foram os principais imigrantes a desembarcar em Buenos Aires no período. Entre 1880 e 1930, mais de dois milhões de italianos chegam ao país, muito atraídos pela visão das elites argentinas de que a imigração europeia seria um fator essencial para a formação de um país “moderno” e “civilizado”. Assim, a república argentina, para Martínez Estrada, não era mais do que uma cidade poderosa que estava permanentemente tentando superar a grande solidão em que seus habitantes se encontravam em um longínquo mundo sul-americano; e que imitou Paris, copiando tudo, desde o traçado urbano, as largas avenidas, os cafés. Importou todos os costumes europeus à época: a ópera, a psicanálise⁶, e inclusive o tango, cujos primeiros acordes, é digno de nota, ouvem-se no bairro dos imigrantes, La Boca. Tivemos até mesmo, escreve o autor, um “Homero”: o poeta Jorge Luis Borges, que Martínez Estrada chama de “cego”. Exageros à parte, o autor critica inclusive a ação da intelectual argentina Victoria Ocampo, fundadora da Revista SUR, em 1931, pois a acusava de “render-se” à intelectualidade europeia e de trazê-la em primeira mão para a Argentina. Um estudo mais detido sobre a trajetória de Victoria Ocampo nos demonstrará que há um momento de ruptura clara com a intelectualidade europeia – em uma viagem à Europa, ela busca ansiosamente encontrar-se com Virginia Woolf, a quem admira de modo irrestrito, e é esnobada pela célebre escritora britânica, justamente por ser latino-americana. A partir deste momento, Ocampo carregará perenemente um profundo sentimento de indignação e frustração.

⁶ É importante acrescentar que Sigmund Freud tem uma ampla recepção aqui na América Latina por conta de que muito de seu trabalho focou-se justamente na reflexão sobre esta novidade que eram as metrópoles e o modo como a vida se desenvolvia nelas.

Martínez-Estrada, porém, não chega a tratar deste tema e apelida Ocampo de “cabeça de Golias”. Escreve que, para Buenos Aires, a felicidade e a civilização “vieram de fora” e defende a idéia de que a importação de idéias e do modelo europeu eram responsáveis pela inautenticidade e artificialidade do progresso das metrópoles latino-americanas, principalmente a de Buenos Aires. Nós haveríamos importado a visão gananciosa, ambiciosa e utilitarista do mundo, trazida pelos imigrantes europeus.

Sobre o tema da imigração européia para o Brasil e Argentina, que se dá massivamente a partir da metade do século XIX, há escritores que chegarão a afirmar que os imigrantes “desumanizaram” a América Latina e que destruíram uma certa idéia de “nacionalidade harmônica” que reinava na região. Um destes autores é o também argentino Eduardo Mallea. Segundo ele, os contingentes de imigrantes europeus que a América Latina recebe trazem consigo uma visão de mundo dominada pelo manejo das técnicas de forma reprodutiva, incapaz de gerar cultura. Mallea escreve que os imigrantes vindos do Velho Mundo moderno e decadente eram moralmente degenerados; portanto, assim como em Martínez Estrada, faz-se aqui uma leitura crítica da modernização e das idéias burguesas importadas da Europa.

A crítica literária argentina Beatriz Sarlo coloca, em sua obra “Una modernidad periférica”, que a variedade de reações à chegada e à implantação do modelo modernizador europeu, trazido principalmente pelos imigrantes italianos e espanhóis, é típica de uma “modernidade periférica”, tal qual seria a da Argentina. Ao mesmo tempo em que houve, e muitos, entusiastas desta nova realidade, houve também, como estamos mostrando, detratores deste processo de cópia e imitação de um “velho mundo moderno e degenerado pelo domínio das técnicas reprodutivas”. Isto, é claro, sem mencionar uma já superada questão, que trata de acusar estes mesmos imigrantes de promover uma mescla racial que haveria destruído as “raízes nacionais argentinas” (fossem elas quais fossem). Por toda a América Latina, a questão das “raízes”, aliás, esteve relacionada à debates sobre a questão nacional dos países da região. No Brasil, por exemplo, não foi diferente.

O escritor Monteiro Lobato, natural da cidade de Taubaté, no estado de São Paulo, esteve durante toda a sua vida, preocupado com a questão de um “saber universal”, proveniente em maior escala da Europa, que deveria, sim, ser preservado (a



literatura de Miguel de Cervantes, apresentada em “O sítio do Picapau Amarelo” pelas histórias narradas por Dona Benta, seria um exemplo), mas que não poderia suprimir um certo “saber local” ou “tradicional”⁷, representado pelo folclore. Lobato desempenhou um papel extremamente lúcido ao seu tempo pois logrou vislumbrar as portas que se abriam: viveu a efervescência da Modernidade paulistana ao fundar editoras e dirigir a Revista do Brasil, por exemplo. Contudo, não se identifica de forma alguma com as vanguardas europeias, e mais, via-as com desconfiança por julgar que os modernistas brasileiros, os idealizadores da Semana de 1922⁸, apenas reproduziam o que se fazia, em termos artísticos, na Europa (deve-se frisar, entretanto, que o próprio Monteiro Lobato, em um texto de 1926 chamado “Nosso dualismo”, explicita a admiração que sente por Oswald de Andrade, designando-o “turista integral” e afirmando ser ele possuidor de um “cérebro arejado”).

No Brasil, diferentemente da Argentina, a discussão sobre urbanidade não passou pelo problema de uma “cidade Império”, como era a Buenos Aires à época porque, muito embora a capital, Rio de Janeiro, concentrasse as atividades culturais e as elites, São Paulo e Recife eram também já cidades grandes. A questão urbana no Brasil estava involucrada por um outro assunto: o de uma suposta vocação do Brasil a ser um país agrário. Oliveira Viana, para citar apenas um de uma tradição no pensamento social brasileiro que propala essa mesma concepção, escreve, em 1933: “(...) desde os primeiros dias de nossa história, temos sido um povo de agricultores e pastores. O urbanismo é condição moderníssima de nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que e forma a raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização.” (VIANA, apud OLIVEN, 2001). Segundo Murari (2011), Oliveira Viana tratava de “redirecionar as atenções da intelectualidade para a busca da idiossincrasia nacional, que se escondia nos espaços interiores, incontaminados pela modernidade homogeneizadora”. Vejamos: “Daí o traço fundamental da nossa psicologia nacional. Isto é, pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição mais íntima do seu caráter,

⁷ A mesma preocupação com o local, com o “original” aparece, em outra chave, nos escritos de José de Alencar, por exemplo.

⁸ Lobato chama a Semana Modernista de 1922 de “brincadeira de crianças inteligentes”.

o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga. O instinto urbano não está na sua índole; nem as maneiras e os hábitos urbanos.” (VIANA, apud MURARI, 2011). Então, de acordo com esta visão, cidade e indústria eram definidas como fontes de descaracterização, cosmopolitização e ruptura com a tradição e com a vocação nacionais.

Na obra “Os bestializados”, José Murilo de Carvalho escreve que antes da virada do século XIX já havia autores que criticavam a então capital da República, o Rio de Janeiro, mostrando-a como lugar onde reinavam a desordem e o desrespeito com as leis. Artur Azevedo, em 1891, publica na Revista “O Tribofê” uma ácida e irônica observação: “Ah, minha amiga, nesta boa terra os mandamentos da lei de Deus são como as posturas municipais... Ninguém respeita!”. (AZEVEDO, apud CARVALHO, 1987). O próprio termo “tribofê” era utilizado para designar pilhéria, trapaça em todos os domínios do comportamento; e o Rio de Janeiro estava dominado por “tribofês” e “bilontras”, “espertalhões, velhacos, gozadores”. José Murilo de Carvalho afirma que o Rio de Janeiro era a cidade onde conviviam relações que faziam a política e a República desmoralizar-se pouco a pouco. Dessa forma, a chegada dos imigrantes europeus, massivamente vindos da Itália aliada à convivência com os escravos recém-libertos, mais a predominância forte da população masculina em detrimento da feminina, no Rio de Janeiro, tornavam difícil, por exemplo, entre outras coisas, a formação de famílias regulares, dentro dos moldes da lei. Reinava uma duplicidade de mundos, a qual Carvalho afirma poder ter contribuído para a formação dessa mentalidade galhofeira do “tribofê”, que caracterizaria a cidade do Rio de Janeiro republicana. Segundo o autor, “Havia consciência clara de que o real se escondia sob o formal. Neste caso, os que se guiavam pela aparência do formal estavam fora da realidade, eram ingênuos. (...) O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. (...) A política era tribofê.” (CARVALHO, 1987).

Considerações finais

A Modernidade que nasce na Europa a partir do século XVI e que se tecniciza e industrializa a partir do fim do XVIII com a Revolução Industrial inglesa não era um

projeto inteiriço, coeso, unânime, homogêneo. Muito embora o pensamento filosófico racional da emancipação do indivíduo e do progresso das técnicas e saberes, aliado ao desenvolvimento da capacidade reprodutiva do homem e da máquina fossem hegemônicos, houve sempre vozes dissonantes que se levantaram para denunciar brechas, fissuras, falhas e pechas inerentes a esse novo período histórico. Aqui na América Latina – mais especificamente no Brasil e na Argentina - a maior parte destas vozes focou suas críticas na forma principal com que essa Modernidade se apresentou na região: as metrópoles.

Na Argentina, as armas dos críticos muniram-se principalmente da constatação de que a poderosa cidade de Buenos Aires imitava irrefletidamente tudo o que era europeu e moderno – a música, a arquitetura, os gostos gastronômicos – às custas do resto do país, em que nenhuma raia dessa modernidade chegava.

No Brasil, a questão deu-se a partir de uma chave diferente: emerge aqui uma tradição do pensamento social que verifica no país uma vocação para a agricultura – o urbano seria apenas uma distorção moderna e homogeneizadora de nosso espírito pastoral. Ainda, apresenta-se aqui uma outra problemática que relaciona-se com o modo como a capital de nosso país vivenciou a proclamação da República e suas consequências. A cidade do Rio de Janeiro desenvolve, com a chegada massiva de imigrantes europeus quase concomitante à abolição da escravatura, um modo de viver “duplo”, dúbio, no qual ambulava com frequência o tipo “tribofe” ou “bilontra”, denunciando que a República, forma política da cidade moderna, não era para valer e nem era tomada em sério.

É importante retomar essas vozes dissonantes, por mais que hoje pareçam ou já estejam talvez definitivamente superadas para que vejamos que um processo histórico nunca se dá de forma unânime ou homogênea, pelo menos do ponto de vista dos atores nele envolvidos ou por ele afetados direta ou indiretamente; principalmente em uma região como a América Latina, a qual foi sempre acusada de não possuir pensamento próprio ou de não ser capaz de criar elaborações críticas sobre seu passado, mas, principalmente, e talvez mais importante ainda, acerca de seu presente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. São Paulo: Ed. Zahar, 2011.
- ARMUS, Diego. *Mundo urbano y cultura popular*. Estudios de Historia Social – Argentina, Buenos Aires. Buenos Aires: Sudamericana, 1990.
- AZEVEDO, C. L. et al. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora Senac, 2007.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia Das Letras, 1986.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III*. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. *Modernismo: guia geral – 1890-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- CASTRO, Manuel Antonio de. “Machado de Assis e a Modernidade”. Artigo não publicado, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia Das Letras, 2003.
- FONSECA, Cristina (org.). *O pensamento vivo de Jorge Luis Borges*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 1987.
- GAY, Peter. *Modernism: the lure of heresy from Baudelaire to Beckett and beyond*. New York: W W Norton & Company, 2008.
- MARTÍNEZ ESTRADA, Ezequiel. (1933). *Radiografía de la pampa*. Colección Archivos-Unesco, Buenos Aires, 1991.

- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- MOCELLIM, Alan. “Simmel e Bauman: modernidade e individualização”. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 04, n. 01, ago – dez/2007.
- MURARI, Luciana. “As artes da ficção: Oliveira Viana e a imaginação literária regionalista de Godofredo Rangel e Afonso Arinos”. Revista Várias Histórias, Belo Horizonte, v. 27. N. 45, Jun/2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752011000100013. Acessado em 27/09/2013.
- OLIVEN, Ruben George. “Cultura e Modernidade no Brasil”. Revista Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, Abr/2001.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- ROMERO, José Luis. *América Latina: a cidade e as idéias*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.
- SCHWARTZ, Jorge. *Fervor das vanguardas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.
- _____. *Las vanguardias latino-americanas*. México: FCE, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Cia Das Letras, 2003.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia Das Letras, 1988.
- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: Otávio Guilherme Velho (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- _____. “O dinheiro na cultura moderna”. In: SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold (orgs.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora UnB, 1998.
- TEIXEIRA, Eliane Marta et al. *Lendo e escrevendo Lobato*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1999.
- VÁZQUEZ- RIAL, Horacio (org.). *Buenos Aires 1880-1930: la capital de un império imaginario*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. *El moderno sistema mundial* - volume 03. Madri: Editora Siglo XXI, 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.

UMA CIDADE, MUITOS PATRIMÔNIOS: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE ARAGUARI-MG. APONTAMENTOS DA PESQUISA.*

Maria Gisele Peres
mariagiseleperes@gmail.com
Universidade Federal de Uberlândia
Doutoranda em História

Resumo

Nesta comunicação proponho apresentar a pesquisa que venho realizando e que tem como objetivo refletir sobre a memória enquanto um campo de lutas e não apenas de preservação. Para isso, por meio de fontes de diferentes naturezas como jornais, dossiês de tombamentos, fotografias, mapas e narrativas orais, busco memórias de práticas sociais de trabalhadores que, no processo de seleção de bens e/ou espaços considerados como patrimônio histórico-cultural empreendido na cidade de Araguari-MG a partir da década de 1990, foram incorporadas, reinterpretadas e ainda obscurecidas ou excluídas. Ao tensionar este processo vem sendo possível desvelar também como as disputas pelo passado são disputas pela própria cidade e que estão diretamente articuladas à materialidade de suas formas, expressão da dinâmica do viver esta cidade.

Palavras-chave: Cidade – Memórias - Culturas

Abstract

In this communication I propose to present the research I have been doing and it reflects on the memory as a field of battle, and not just preservation. For this purpose, by means of sources of different natures such as newspapers, files of protected units, photographs, maps and oral narratives, I seek memories practices social of workers who have, in the selection process of goods and/or spaces considered as historical and cultural heritage undertaken in the city of Araguari-MG from 1990s, have been incorporated, reinterpreted and still obscured or deleted.

When this process has been tensioned it's also possible to unveil how disputes the past are disputes by the city itself and are directly articulated to materiality of its forms, the living expression of this dynamic city.

Keywords: City – Memories - Cultures

* Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa. Dra. Célia Rocha Calvo, coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História, Trabalho e Cidade

Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Ítalo Calvino.

O propósito deste texto é apresentar algumas das reflexões que venho desenvolvendo ao longo do curso de doutorado do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

A proposta inicial foi delineada a partir dos estudos realizados ao longo do curso de Mestrado em História sobre as experiências de trabalhadores latino-americanos (não-brasileiros) na cidade de Uberlândia e suas andanças pela América Latina e Europa¹. As discussões as quais cheguei com a dissertação abriram um novo horizonte de reflexão que redirecionaram minhas preocupações, permitindo vislumbrar outras possibilidades para pensar as questões ligadas à história social, cidades, memórias e culturas.

Ao indagar sobre as práticas de trabalhadores que vivem suas vidas de modo itinerante em busca de melhores condições de vida e trabalho, comecei a perceber as disputas que envolvem o procedimento de difusão, incorporação e expropriação no qual a cultura é vista como recurso e transformada em mercadoria, principalmente por meio das grandes indústrias transnacionais e de turismo.

Esta percepção foi conduzindo meu olhar sobre o social de modo a compreender que existe em nossa sociedade certo silenciamento sobre as memórias, as ações e produções de alguns grupos sociais que acabam tendo seus modos de viver obscurecidos.

Nessa direção, o projeto de doutorado surgiu com o propósito de refletir sobre a preservação do patrimônio cultural como uma das maneiras pelas quais seria possível

¹ “Para além das fronteiras: Culturas e Experiências de Trabalhadores Latino-americanos. Uberlândia, 1990-2007”, dissertação orientada pela Profa. Dra. Célia Rocha Calvo, no Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Uberlândia, defendida em 26 de junho de 2008.

problematizar a concepção de cultura enquanto recurso, além de oportunizar sondar vivências e memórias constituídas na cidade.

A intenção não é apenas analisar as ações do poder público em relação aos processos de tombamento e as políticas de preservação, mas principalmente compreender o porquê das escolhas, quais sujeitos se relacionam com esses espaços escolhidos como significativos, além de buscar outros espaços que compõe a cidade, mas que não entraram na lista do que vale a pena lembrar como parte de sua história.

Posto isto, importa falar sobre os motivos que me levaram à escolha de Araguari e do tema pesquisado. Poderia fundamentar minha escolha por esta cidade partindo da ideia de que sempre me despertou interesse a forma como sua história era (e ainda hoje é) apresentada. Estudei toda a etapa da educação básica nessa cidade e por isso ainda ressoa em minhas lembranças diversas comemorações e aulas sobre o que era considerada sua história. Além disso, há um forte apelo à proteção ao patrimônio histórico-cultural, existindo nela diversos bens tombados por leis municipais e estaduais, o que chama a atenção uma vez que isso já a fez ficar algumas vezes na lista do IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - entre as principais cidades mineiras que promovem ações pela proteção e divulgação de sua história.

Porém, esses não são os únicos, nem os principais motivos. Minha história de vida também está profundamente relacionada a essa escolha. Sou filha de uma das muitas famílias de pequenos agricultores que, nas décadas de 1970 e 1980, escolheram Araguari não apenas como uma saída para sobrevivência, mas principalmente para a construção de uma vida. Desta forma, esta cidade em minha vida relaciona-se à experiência da mudança, da idade escolar e da constituição de um círculo de amigos que congregavam práticas sociais próximas à realidade da minha família.

Assim, esta escolha não se restringe apenas às minhas posições políticas e teóricas, mas tem a ver também com laços afetivos que ligam minhas próprias vivências à história dessa cidade.

Nessa direção, um dos incômodos que me impulsionaram a esta pesquisa está na forma como a história que se instituiu sobre a cidade aparecia deslocada da historicidade das referências presentes nas memórias da minha infância.

Tendo como ponto de partida este incômodo, iniciei a elaboração do projeto de pesquisa buscando referências sobre os espaços que ganharam visibilidade como marcos de constituição histórica da cidade e que são considerados patrimônio cultural o que me conduziu aos acervos que se tornaram suportes da memória que foi organizada e preservada. Tanto o Arquivo Histórico Municipal e Museu “Dr. Calil Porto”, quanto a Divisão de Patrimônio Histórico de Araguari possui um rico acervo documental que é organizado como testemunho da história da cidade. Em contato com estes materiais percebi que neles era acentuada a valorização de memórias ligadas aos desbravadores, às famílias consideradas de prestígio, ferrovias, jornais, praças, ruas, escolas, pessoas públicas e influentes na cidade, comércio e indústria, mas deixavam de fora praticamente tudo o que eu conheceria até ali.

Essa percepção me inquietava, porém, apenas consegui traçar um caminho capaz de expressá-la no momento em que iniciei o processo de materializar em texto tudo aquilo que havia pesquisado. Este tem sido o momento mais difícil, cheio de idas e vindas, no qual muitas escolhas têm sido feitas transformando a proposta inicial que se fechava sobre a preservação do patrimônio cultural e a constituição de memórias hegemônicas na cidade. Embora esta proposta fosse interessante, ficava restrita aos patrimônios instituídos, bens e espaços tombados por meio de leis municipais e/ou estaduais e não conseguia chegar a outras memórias que não aquelas consagradas e oficializadas como história da cidade. Ao pensar apenas o institucionalizado ficava presa às políticas culturais, leis e ações técnicas que permeavam as práticas de preservação. Assim, a reflexão se restringia à crítica ao tombamento, não avançando na discussão que permitiria trazer à tona a vida nesta cidade. Permanecer presa aos patrimônios institucionalizados apenas levaria à reprodução desta versão de cidade e impediria vislumbrar a riqueza da multiplicidade de vivências que a constitui.

Compreendendo estes limites, um passo importante na pesquisa foi dado no momento em que consegui redimensionar as questões propostas colocando como foco a

preservação do patrimônio cultural enquanto prática social. Para isso passei a refletir sobre esta problemática a partir dos espaços eleitos como significativos para a história da cidade. Desta forma, o centro da pesquisa deixou de ser os bens em si e passou a ser os espaços da cidade que fazem parte de bens tombados e de outros que, embora não sejam tombados, apareciam como referência de memória em jornais, fotografias, livros e entre seus moradores. Assim, ao não restringir a pesquisa à análise das ações do poder público em relação aos processos de tombamento e as políticas de preservação, começaram a surgir outras vivências que compõem a cidade, mas que não estavam na lista do que vale a pena lembrar como parte de sua história.

Nesse processo de amadurecimento das questões colocadas percebi também que não bastava indicar outros espaços e memórias que compõem a cidade em oposição àqueles eleitos como dignos de serem preservados ou referenciados, como se fosse possível isolar as relações que se constituem no social.

Assim, para dar conta das questões que surgiram e que orientaram meu olhar e trazer para a tese a cidade enquanto uma construção humana e, portanto, permeada de desejos, sonhos, valores e comportamentos que entram em conflito nas relações que se constituem nas diferentes maneiras de vivê-la², optei por buscar nas relações a trama do vivido por meio da qual foi sendo construída uma imagem sobre Araguari pautada em práticas e valores classistas que reafirmam a manutenção do *status quo* de alguns grupos em detrimento de outros. Para isso busquei nos mesmos suportes que foram por diversas vezes utilizados para consagrar uma versão da história de Araguari brechas para encontrar neles também as memórias que foram silenciadas e obscurecidas.

Nessa direção, a tese que venho produzindo diz respeito às memórias sobre a cidade enquanto um campo de tensão; memórias que se cristalizaram e outras que foram silenciadas ou ainda incorporadas num processo que buscou anular seus sentidos

² Busco nas reflexões que venho elaborando ao longo desta pesquisa me aproximar das proposições colocadas por Déa Ribeiro Fenelon dentre as quais a cidade é entendida como “uma construção de homens e portanto nunca pode ser apenas estritamente racional. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é característica das cidades, mas estas mudanças tem história, personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos” (FENELON, 1999, p. 7).

políticos ao expropriar os significados sociais de vida coletiva expressos nos patrimônios escolhidos e na história que se instituiu como significativa.

Nos materiais pesquisados – especialmente jornais, fotografias, dossiês de tombamento, livros sobre a cidade – surge uma teia de produções e relações sociais que vão compondo uma história que é apresentada de forma homogênea, fundando marcos de memória ligada a grupos dominantes, especialmente, latifundiários, comerciantes, industriais, enfim, pessoas que detém o poder econômico ou de reconhecida influência na cidade, além de selecionar e instituir alguns espaços como lugares de memória. Concordando com a perspectiva apontada por Maria Célia Paoli, acredito que:

Ao esconder e silenciar as outras narrativas dos acontecimentos passados e presentes, essa história se torna oficial: a história necessária e documentável, em referência à qual o valor de outros projetos e de outras presenças – quando aparecem – são medidos e julgados. A política do patrimônio que daí deriva conserva esta significação ao preservar apenas estes testemunhos. Pouco importa se neles não tenha restado nem um traço das servidões que custaram, nem dos conflitos neles inscritos. Afasta-se o sentido da história do da memória social ou, em outros termos, aposta-se que não há memória popular e/ou alternativa à do poder que seja suficientemente valiosa (ou documentada) para poder ser recriada. (PAOLI, 1991, P.26)

Essa história oficializada obscureceu as vivências sociais de muitos trabalhadores constituídas nas referências culturais de suas “chegadas” – do trabalho, das relações de vizinhança, nas escolas, nos bairros afastados, nas feiras – e me instigava a indagar: por que o Patrimônio Cultural ou as memórias que marcam a história da cidade não são referenciadas também nesses lugares? Por que a “política cultural” não reconhece os espaços vivenciados por esses trabalhadores, seus modos de viver e de se reconhecer na história da cidade como também história da cidade? Qual o sentido histórico dominante que permanece nessas ações que se iniciam na década de 1980, mas que continuam ainda hoje?

Estas inquietações orientaram meu olhar a sondar nesses mesmos suportes de memória diferentes vivências constituídas na cidade para além daquelas que ganharam visibilidade por meio dessas instituições. A partir deles busco não apenas narrar fatos ou

marcos consagrados como história da cidade, mas, sobretudo dialogar com diferentes experiências que compõe seu viver.

A leitura a contrapelo - lançando novas questões aos mesmos suportes de memórias que foram utilizados como meios de oficializar a história de Araguari - possibilitou novos olhares sobre ela, abriu ainda a oportunidade de acompanhar diferentes dimensões da vida na cidade e a recorrente busca por projetar a imagem de uma cidade desenvolvida. Por meio deles se fez possível dar inteligibilidade aos marcos edificadas que foram tombados como patrimônios de Araguari, para além da justificativa de uma história evolutiva, desnaturalizando assim uma cidade que foi transformada em cenário de grupos dominantes pela ação de técnicos e de discursos autorizados, reimprimindo nela o sentido da ação humana.

Trabalhar nessa direção tem significado assumir uma concepção de cultura que se faz nas relações e, portanto, que não está separada da vida como algo abstrato e excepcional³. Significa também não aceitar facilmente conteúdos que lhes são atribuídos a partir de valores que a enquadra na esfera do extraordinário e memorável. Tal opção faz ver com desconfiança sua apropriação e reapresentação como algo uniforme e coerente, uma vez que, este tipo de prática dilui suas contradições, os diferentes sentidos e formas de vivê-la, percebê-la e mesmo de recriá-la. Nessa direção, faz-se cada vez mais presente a necessidade de problematizar conceitos e desconfiar de explicações que se apresentem como universais. Isso possibilita a compreensão de que nenhum conceito deve ser tomado como auto-explicativo, assim como, nenhuma escolha está isenta de valores e que esses valores são forjados a partir do lugar social no qual o sujeito se encontra e nas relações por ele vividas.

Essas formulações tornaram-se possível a partir do diálogo com autores que trazem esta forma de compreender a cultura. Assim, Richard Hoggart, em sua obra *As*

³ Nesse sentido, me aproximo das proposições de Fenelon, segundo as quais cultura é mais do que belas artes: “É memória, é política, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião etc. Ali onde os seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura”. FENELON, Déa Ribeiro. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania** [resoluções do Congresso "O direito à memória"]. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

utilizações da cultura, possibilita refletir sobre a cultura a partir de uma perspectiva na qual ela é constituída por meio de clivagens nas relações entre as classes sociais sem que haja uma separação clara entre o que faz parte unicamente da cultura do povo e da cultura da classe dominante. Sua obra focaliza as classes trabalhadoras inglesas e traz para o centro das discussões a impossibilidade de aceitar uma cultura pura e original, assim como problematiza a possível alienação dessa classe frente à massificação de suas maneiras de viver. Sem ser condescendente, mostra os avanços e retrocessos da tentativa de combater e reformular as tradições da classe trabalhadora impondo outros valores.

Neste horizonte de reflexões cabe explicitar que considero provocadora a forma como, nesta mesma direção, Stuart Hall no texto *Notas sobre a desconstrução do popular* propõe pensar o termo cultura de forma relacional, levando sempre em consideração que nenhuma cultura existe de modo isolado de outras instâncias da vida ou mesmo das relações sociais estabelecidas. Desta forma, busco dialogar com Hall no sentido que:

Não existem 'culturas' inteiramente isoladas e paradigmaticamente fixadas, numa relação de determinismo histórico, a classes 'inteiras' – embora existam formações culturais de classe bem distintas e variáveis. As culturas de classe tendem a se entrecruzar e a se sobrepor num mesmo campo de luta. (HALL, 2006, p. 245)

Compartilhando dessa concepção, inspiro-me em suas proposições buscando compreender a cultura em suas múltiplas dimensões.

Partindo desses supostos teóricos é que coloco como desafio refletir sobre Araguari sem perder de vista as relações classistas, objetivando compreender a partir dessas relações o viver a cidade naquilo que indica processo, contradições, rupturas e continuidades. Em fim, refletir sobre o passado não como acabado, mas buscá-lo “enquanto uma experiência inegável do presente” (WILLIAMS, 1979, P.130), por isso, cheio de anseios, expectativas e tensões que não podem ser reduzidas a formas fixas. Assim, ao olhar a cidade procuro em sua pluralidade as marcas de homens e mulheres que, a partir de seus sonhos, necessidades e projetos constituíram seus espaços.

Para isso tem sido fundamental o trabalho com narrativas orais produzidas com moradores/trabalhadores de Araguari. Por meio delas vem sendo possível perscrutar disputas pelo direito à cidade num processo social marcado por experiências de desigualdade e estratificação social que emergiram do diálogo construído no momento da entrevista orientada principalmente pelas perguntas colocadas por mim e pelo lugar social ocupado por cada sujeito.

As narrativas orais dizem respeito às memórias do entrevistado afloradas no diálogo com o entrevistador. Elas falam de um processo, por isso não são um depósito de dados. Um processo que não é individual, pois ocorre em um meio social dinâmico e compartilhado, desta forma embora as memórias de duas pessoas nunca sejam iguais, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. (PORTELLI, 1997, p.13-33)

Nessa perspectiva, busquei dialogar com as proposições colocadas por Yara Aun Khoury quando, ao falar sobre o trabalho com fontes orais, apresenta uma proposta de abordagem que as vê como “atos interpretativos, processo constantes de atribuição de significados, expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida”. (KHOURY, 2000, p. 123).

Alessandro Portelli também indica alguns caminhos nesse sentido ao problematizar a relação entre o tempo e a narração, levando a refletir sobre o momento em que o narrador está vivendo como fator crucial para a elaboração de sua narrativa. Segundo Portelli, “as versões das pessoas sobre seus passados mudam quando elas próprias mudam”, por isso, “nenhuma estória será contada duas vezes de forma idêntica. Cada história que ouvimos é única” (PORTELLI, 2000, p. 298). Mais do que fatos, isso me fez buscar nas narrativas as interpretações das experiências vividas e as possibilidades compartilhadas no social como evidências de um processo de disputas pela cidade, por modos de viver e pela própria memória.

Assim, entrevistas como a que produzi com o senhor Wilson Borges, marceneiro aposentado que conheci na FAEC – Fundação Aragarina de Educação e Cultura - fazendo o controle do patrimônio da Prefeitura, radialista e presidente da associação do bairro Santa Helena, evidenciam vivências que o processo de preservação obscureceu.

Durante a entrevista o senhor Wilson trouxe para nosso diálogo, certamente por saber que estava interessada em falar sobre a ferrovia, o fato de que iria colocar em seu programa uma gravação da sirene que tocava na sede da Estrada de Ferro Goiás. Pergunto-lhe então qual lembrança esta sirene lhe traz e o diálogo segue da seguinte forma:

“A lembrança porque meu pai foi charreteiro ali quando ele veio da roça... Aí eu vim pra cidade com oito anos. Eu me lembro que ele era charreteiro. E lembro das oficinas também lá, né? Assim, eu fiquei conhecendo mais depois que o batalhão veio pra cá que ali foi uma grande oficina profissionalizante.

P: Isso, o senhor era pequeno nessa época, mas o que que o senhor lembra do trabalho do seu pai?

[...] Ah, eu lembro que ele, ele puxava gente pra ganhar o pão, né? Chegava o, os, como é que fala os P, chamava de P, né? Que é o passageiro... Quando chegava, vinha de Goiás, da Mogiana lá vem de cá de Ribeirão Preto, né? Fazia baldeação não sei se é em Campinas, aí vinha de São Paulo, maria-fumaça, aí chegava aqui e meu pai ficava lá pra pegar uma, um carre..., um, é frete, então, nós vivíamos disso”.⁴

As memórias de Wilson sobre o tempo do trabalho de seu pai movido pelo tempo do trabalho da ferrovia indicam modos de viver de trabalhadores. Modos de viver que as políticas culturais e as práticas de tombamento e restauração negaram a eles.

Suas memórias permitem inferir que a cidade não é feita por marcos, mas pelas relações nela construídas. Nessa direção, as narrativas com esses sujeitos evidenciam, nesses processos que foram tensionados por esses trabalhadores no não reconhecimento dos sentidos que foram atribuídos a esses espaços, um esvaziamento dos sentidos políticos de suas memórias.

Ao trazer para a tese as fontes orais minha intenção não é descobrir o que realmente aconteceu, utilizando as narrativas produzidas como testemunhos, mas sim refletir sobre a cidade de Araguari como um espaço saturado por uma pluralidade de memórias que oferecem diferentes versões sobre o passado a partir do ponto de vista e das experiências de seu narrador. Assim, aos poucos a cidade vai “ganhando vida”.

⁴ Entrevista gravada com o Senhor Wilson Borges, 65 anos, na cidade de Araguari, no dia 14 de abril de 2011.

REFERÊNCIAS:

BENJAMIN, Walter. **Pequena história da fotografia; Experiência e Pobreza; O narrado; Sobre o conceito de história.** In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **O flâneur.** In: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas, volume 3. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Infância em Berlim por volta de 1900.** In: Obras Escolhidas II (Rua de Mão Única). São Paulo: Editora Brasiliense, 1997, p. 71-142.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural.** O direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Simulacro e Poder.** Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Cultura e Democracia.** O discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FENELON, Déa Ribeiro (org.) Cidades. **Pesquisa em História.** (Introdução). São Paulo: Olho D'água; Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC-SP, n. 1, 1999.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: **Da diáspora.** Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 231-247.

HARVEY, David. Espaços de utopia. In: **Espaços de Esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 181-238.

HOBBSAWM. Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM. Eric. O sentido do passado. In: **Sobre História.** São Paulo: Editora Schwarcs, 2005, p. 22-35.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1 e 2**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, MACIEL, ALMEIDA, KHOURY (organizadores). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania [resoluções do Congresso "O direito à memória"]. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania** [resoluções do Congresso "O direito à memória"]. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1991, p. 26.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ, número 15, abril de 1997, pp. 13-33.

PORTELLI, Alessandro. O momento de minha vida. Funções do tempo na História Oral. In: FENELON, D (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2000.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: a construção dos territórios urbanos. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1999. n 18 maio.p. 135-154.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: **Enciclopédia Einaudi**. Região. Volume 8. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 396-487.

SARLO, Beatriz. Um olhar político. In: **Paisagens Imaginárias: arte e meios de comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 55-64.

SILVA, Marcos A. da. Patrimônios históricos. In: **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 39-60.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: **Miséria da Teoria ou um planetário de erros**; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. Folclore, Antropologia e Historia Social. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

WILLIAMS, Raymond. Tradições, Instituições e formações. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 118-123.

_____. Cultura. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 17-26

_____. Língua. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 27-49.

_____. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 43-68.

_____. Meios de comunicação como meios de produção. In: **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 69-86.

_____. **O campo e a cidade**. Na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

O JUIZ ORDINÁRIO FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADE E SUAS RELAÇÕES NAS MINAS SETECENTISTAS

Mariane Alves Simões
marianehist@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda em História
FAPEMIG

Resumo

O objetivo do trabalho é refletir sobre o cargo de juiz ordinário através da trajetória do português Francisco Ribeiro de Andrade, que assumiu esse cargo na Vila do Carmo, Minas Gerais no princípio do século XVIII. O cargo de juiz ordinário fazia parte da estrutura judicial em primeira instância. Na região esse juiz ordinário foi substituído pelo juiz de fora no ano de 1732. O estudo dessa justiça local lança olhares sobre a justiça medieval local portuguesa, no qual existem muitas aproximações. Assim, o estudo da justiça colonial contribui para um melhor entendimento da justiça e administração no Império Português.

Palavras-chaves: justiça, judge, Minas.

Abstract

The objective of the work is reflect on the post of judge ordinary through the trajectory of Francisco Ribeiro de Andrade, who assumed this position in Vila do Carmo, Minas Gerais on the principle century XVIII. The post of judge ordinary was part of judicial structure at first instance. In the region this ordinary judge was replaced by judge regal in the year 1732. The study of this local justice launches glances about Portuguese medieval local justice, in which there are many approximations. Thus, the study of colonial justice contributes to a better understanding of justice and administration in Empire Portuguese.

Key Words: justice, judge, Minas.

“Um ponto que, na literatura corrente sobre o tema, merece, a nosso ver, revisão é o dos padrões de julgamento dos juizes locais”
Antonio Manuel Hespanha

Na última década do século XVII a descoberta do ouro nos sertões da América portuguesa gerou um rápido crescimento demográfico e o reforço do sistema escravista colonial. Muitos portugueses e estrangeiros deixaram seu país de origem para se aventurar pelo caminho das Minas, confirmando uma tendência migratória já suficientemente explorada pela historiografia, e que era oriunda principalmente da região Norte de Portugal¹.

O português Francisco Ribeiro de Andrade deve ter sido motivado por essa nova possibilidade de enriquecimento quando deixou para trás seus pais e a cidade do Porto² no início do século XVIII.

De acordo com Carla Almeida muitos emigrantes portugueses vieram para as Minas em busca de enriquecimento fácil e com meta de voltar à terra natal, porém, o que os seus estudos demonstram é que houve uma forte fixação desses homens na região³. Esse parece ter sido o caso de Andrade.

Francisco Ribeiro de Andrade era filho legítimo de Manoel Ribeiro e de sua mulher Maria Fernandes. Andrade era casado com a também portuguesa Anna Pinto de Almeida, filha legítima de Antonio Vaz Pinto e sua mulher Inocência Ribeiro⁴. Francisco e Anna tiveram uma única filha, por nome Mariana Ribeiro de Andrade, ambas acompanharam o português em seu destino à América portuguesa. Essas relações familiares tinham um peso importante nessa sociedade, pois o casamento entre a elite branca era incentivado para formar uma elite fiel ao governo e à cultura católica.

¹ Iraci del Nero, ao levantar dados sobre a população portuguesa radicada em Vila Rica, constatou que 68,1% provinha do Norte de Portugal. Carla Almeida ao analisar a população inventariada em Minas entre 1750 e 1779, descobriu que 89% dos homens portugueses eram naturais das províncias do norte.

² O inventário post mortem e o testamento de Francisco Ribeiro de Andrade encontra-se disponível na Casa Setecentista de Mariana, Minas Gerais e também disponível digitalizado em <http://www.lampeh.ufv.br/acervosmg/>.

³ ALMEIDA, Carla. Trajetórias individuais: imigração e modelo de reprodução social das elites em Minas Gerais.

⁴ Inventário post mortem e testamento –Arquivo da Casa Setecentista de Mariana: Cartório do Primeiro Ofício. Códice: 088 Auto: 1854.

O aumento demográfico gerado pela descoberta do ouro fez com que se iniciasse um processo de institucionalização nas regiões mineradoras. Assim, a Coroa “visando aumentar à área de mando as áreas mineradoras elevou vários arraiais à vila, disseminando, desta forma uma máquina administrativa exercendo um maior controle sobre Minas Gerais”. (ANASTASIA, 2005: 34)

Por consequência também foram instituídas suas Câmaras, e entre elas a de Vila do Carmo, criada no ano de 1711. Segundo Regina Araujo⁵ foi a partir desse momento que as elites passaram a ter um espaço institucionalizado de atuação e de condução dos interesses que representavam. Segundo a autora “as câmaras eram o órgão do governo local dentro da estrutura do poder português, com funções executivas, legislativas e judiciárias no âmbito do seu termo”. (ARAUJO, 2012: 4)

As autoridades do centro vão regular o ingresso a esses postos camarários, não permitindo, por exemplo, que homens solteiros ocupassem esses cargos⁶. Além de se argumentar acerca da descendência familiar, “a pureza de sangue”, não ofício mecânico e o casamento com pessoas do mesmo status. Segundo Fernanda Bicalho⁷ as elites das conquistas buscavam distinção e privilégios através do controle das instituições locais, assim os cargos camarários eram alvo de disputas entre diferentes grupos das localidades, sendo espaço de distinção dos colonos de negociação com a Coroa.

Foi nesse momento de reivindicação de poder pelas autoridades centrais e das edificações das câmaras que vai ser montado o aparato judicial na região de Vila do Carmo, região que já contava com uma população suficientemente numerosa no início do século XVIII. As palavras do rei Dom João V, a respeito da Vila do Carmo, expressam claramente esse escopo:

Erigir em Vila o arraial de Nossa Senhora do Carmo e enviar na mesma, lugar de juiz de fora por assim ser conveniente ao meu real

⁵ ARAUJO, Regina. Atuação dos Homens bons nas Câmaras de Vila do Carmo, 1711-1735. Anais do XVIII Encontro regional (ANPUH-MG), Mariana, 2012.

⁶ CAZELATTO, Débora de Souza. Administração e poder local: a Câmara de Mariana e seus juízes de fora (1730-1777). Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Mariana, 2011.

⁷ BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. In: Revista Brasileira de História, vol. 18, nº 36. São Paulo: ANPUH / FAPESP / Humanitas, 1998.

serviço e para boa administração da justiça⁸ (AHU_ACL_CU_011, CX. 1, D 23).

No fim do período colonial o sistema judiciário se apresentava em três instâncias. A primeira instância se baseava em três juízes: o juiz de vintena, o juiz ordinário e o juiz de fora. A segunda era dividida em dois tribunais recursais: a Relação da Bahia e a Relação da Bahia. Já a terceira instância era dividida em três instâncias superiores: a Casa da Suplicação, Mesa da Consciência e Ordens e a Mesa da Consciência e Ordens.

Os juízes locais existiam em Portugal desde o medievo português, e eram figuras cimeiras da orgânica municipal, com importantes funções de gestão pública, econômica, financeira e de representação. O português Francisco Ribeiro de Andrade, mesmo sem conhecimento em leis, assumiu o cargo de juiz ordinário no ano de 1712, cargo que merece ser mais bem detalhado nesse artigo. Andrade alcançou também o cargo de capitão mor, que correspondia aos comandantes das Ordenanças⁹. Os homens que ocupavam esse cargo deveriam ter seus próprios equipamentos militares, permaneciam em seus serviços particulares e só eram convocados em caso de perturbação da ordem pública¹⁰. O inventário e testamento de Francisco Ribeiro de Andrade nos mostra que ele estabeleceu relações importantes com outros juízes ordinários e com outras autoridades locais¹¹, assim construía redes e pleiteavam por poder nessa sociedade.

O CARGO DE JUIZ ORDINÁRIO

Como estrutura jurídica, a Câmara atuava em primeira instância, através do desempenho do juiz ordinário ou do juiz de fora, estando sujeita a apelação à Ouvidoria e o Tribunal da Relação mais próximo.

⁸ Provisão de Dom João V, em 24 de janeiro de 1711.

⁹ Foi no final de 1709, com a criação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro e com a nomeação de seu primeiro governador, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho que se instituíram, por carta régia as ordenanças e milícias nas Minas.

¹⁰ COSTA, Ana Paula Pereira. Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos das Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735 – 1777). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. Rio de Janeiro: 2006

¹¹ Os documentos nos revelam que o português mantinha relações com Agostinho Francisco da Silva, Tomé de Freitas Belo, Antonio Borges Mesquita e Antonio Rodrigues de Souza, homens que assumiram postos camarários na mesma Câmara de Vila do Carmo.



Os juízes ordinários se diferenciavam dos juízes de fora principalmente pelo fato de serem designados para o cargo através do processo de eleição. Os primeiros eram eleitos pelos homens bons, através do processo de pelouros¹², enquanto os últimos eram nomeados pelo rei dentre bacharéis letrados, com o intuito de ser o suporte do rei nas localidades. Segundo Arno Wehling os juízes ordinários que presidiam na Casa absorviam as funções jurisdicionais, cabia a eles a função propícia de julgar, mas às vezes também possuíam funções administrativas e fiscais.

Na Vila do Ribeirão do Carmo eram eleitos dois juízes por ano e apesar das alegações das autoridades centrais para que se criasse o cargo de juiz de fora acontecerem desde a criação da Vila, foram os juízes ordinários que ocuparam lugar na Câmara até o ano de 1731¹³. Segundo Luís Miguel Duarte¹⁴ os juízes locais, que existiam desde o período medieval, variavam em número, em terras pequenas só há um, em povoações médias e grandes dois.

De acordo com Joaquim Romero Magalhães, nesse período, as autoridades portuguesas tentaram montar uma rede de juízes relativamente densa, no qual se pretendia cobrir todo o território onde se sabia haver algum povoamento reinol¹⁵. Segundo as Ordenações Filipinas, compilação jurídica que resultou da reforma do código manuelino:

Os juízes ordinários e outros, que Nós de fora mandarmos, devem trabalhar, que nos lugares e seus termos, onde forem Juízes, se não façam malefícios, nem malfeitorias. E fazendo-se, provejam nisso, e procedam contra os culpados com diligência.¹⁶ (ORDENAÇÕES FILIPINAS- Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, Livro I. PG 28)

¹² De acordo com Maria do Carmo Pires na Câmara da Vila do Ribeirão do Carmo prevalecia o sistema de pelouros, imposto por Lei Geral em 1391. Era um tipo de eleição indireta. Os homens bons reunidos na casa da Câmara indicavam seus eleitores, assim era organizada uma lista tríplice com o nome dos escolhidos para futuros vereadores dos três anos seguintes.

¹³ É importante lembrar aqui o trabalho de pesquisa realizado pelas historiadoras Cláudia Chaves, Maria do Carmo Pires e Sônia Maria de Magalhães, no qual levantaram a composição de todas as vereanças da câmara de Mariana desde sua fundação até os dias atuais. CHAVES, Cláudia Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria de. Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal de Mariana. Ouro Preto: Editora da UFOP, 2008.

¹⁴ Especialista em justiça medieval portuguesa, professor da Universidade do Porto.

¹⁵ MAGALHÃES, Joaquim Romero. Documentos sobre “juízes ordinários” nos territórios brasileiros no século XVIII. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 172 (452): 547-614, jul./set. 2011.

¹⁶ Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, Livro I. PG 15

Segundo Carmem Silvia Lemos¹⁷ também existia um temor por parte da Coroa de que a manutenção dos mesmos agentes por período longo fizesse surgir uma oligarquia dirigente com interesses contrários aos seus, assim, as leis do Reino definiam que o tempo de duração do exercício das funções dos juízes ordinários se limitaria a um ano. Diziam as Ordenações Filipinas:

E mandamos, que o que em um ano for juiz, [...] não possa haver em esse Concelho nenhum dos ditos ofícios, que já houve e serviu até três anos, contados do dia que deixou de servir. Porém, isto não haverá lugar nos lugares pequenos, onde se puderem achar tantas e tais pessoas, que sejam para servir os ditos ofícios: porque neste caso poderão ser oficiais um ano e outro não. (ORDENAÇÕES FILIPINAS- Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, Livro I. PG 28.)

O centro de discussão sobre a atuação desses juízes ordinários reside no fato de serem leigos¹⁸ e por isso cometerem diversos abusos. Russel Wood¹⁹ aponta a ignorância desses juízes como um sério obstáculo à efetiva legislação da justiça a nível local. A ocorrência de possíveis irregularidades na execução dessa justiça também era uma das preocupações das autoridades locais na região. Em carta, em que dá o parecer ao rei sobre a criação do ofício de juiz de fora para Vila, o governador D. Lourenço de Almeida afirma:

Estes moradores de Vila do Carmo tem justíssima razão para suplicarem a Vossa Majestade lhe faça mercê de lhes criar o lugar de juiz de fora para aquela Vila porque repetidas vezes experimentam vocações nos juízes ordinários, assim por causa de alguns excessos que alguns fazem e pela falta de administração da justiça, principalmente em casos crimes, porque nem os castigos, nem [vão]

¹⁷ LEMOS, Carmem Silva. A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003. PG 135.

¹⁸ Segundo Antonio Manuel Hespanha em 13 de dezembro de 1642, uma lei proíbe o acesso de analfabetos às magistraturas ordinárias. No, entanto, a esmagadora maioria dos juízes ordinários continuou a ser constituída por pessoas não iniciadas no direito, pois as fracas rendas do cargo não o tornavam atraentes para os letrados.

¹⁹ WOOD, Russel J. Centro e Periferia no mundo luso brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História, vol 18, nº 36, 1998.

nas devassas que são obrigados a atuar (AHU_ACL_CU_011, Cx. 16, D. 1310).

Ainda assim, é preciso ter cautela ao estudar o desempenho desses juízes ordinários, já que muito estudo ainda precisa ser feito para uma melhor análise de sua atuação. Porém, podemos destacar que a “lei e a doutrina do direito comum desobrigavam largamente estes juízes locais de muitos dos seus deveres relativos à observância do direito oficial” (HESPANHA, 1994: 450).

Carmem Silvia Lemos ao estudar os juízes ordinários de Vila Rica demonstra que, ao contrário da historiografia que aponta a atuação desses juízes como foco de excessos, ignorância e demandas locais, obstáculos à efetiva aplicação da lei, esses oficiais agiram em Vila Rica em consonância com as determinações régias locais. Segundo a autora:

A leitura cuidadosa da documentação assinala uma prática judicial que, assim como a “sociedade de aluvião” que se formou nas Minas, estava longe de acomodar-se a um padrão rígido, caracterizando-se por nuances, que espelhavam o jogo de interesses entre centro e periferia. Se em alguns momentos foi o lugar de defesa dos interesses locais, a justiça local permaneceu, na maior parte do tempo aos propósitos metropolitanos. (LEMOS, 2003, 195)

Apesar de inicial, minha pesquisa já consegue demonstrar que alguns dos juízes ordinários de Vila do Carmo tiveram uma atuação importante na região e que esses juízes conciliaram durante muitos anos a função de juiz ordinário com a de juiz dos órfãos, como previsto pelas Ordenações Filipinas²⁰.

Como exemplo de atuação, podemos elencar Rafael da Silva e Souza que assumiu o cargo de juiz ordinário durante cinco anos na região²¹ e teve um desempenho destacado nas notificações e também como juiz dos órfãos²². Souza conquistou outros

²⁰ Segundo as Ordenações Filipinas “E onde não houver Juízes do Orphãos, os ordinários guardarão e cumprirão em todo o regimento, que especialmente é dado ao juiz dos Orphãos”.

²¹ Rafael da Silva e Souza assumiu o cargo de juiz ordinário nos anos de 1715, 1722, 1724, 1727 e 1730.

²² Ao analisar as notificações e os inventários percebemos que Souza teve uma atuação destacada, sendo responsável pela maior parte das notificações.

cargos importantes nessa região de Vila do Carmo, como o de sargento e capitão mor²³, o que nos mostra que os seus serviços foram reconhecidos pelas autoridades locais e centrais.


Outros juízes ordinários, além de Andrade e Souza, também foram reconhecidos por essas autoridades. José Rebelo Perdigão, que junto com Pedro Frazão de Brito, foram os primeiros juízes ordinários de Vila do Carmo, também conquistou outros cargos na região, obtendo, por exemplo, a patente de mestre de campo, e tudo nos indica que seus serviços prestados durante o cargo de juiz ordinário foram importantes para outras nomeações. O requerimento de 1719 elucida nossa hipótese:

em cuja ocupação se houve com muita grande inteligência e zelo do serviço de Vossa Majestade quer dando seu direito as partes com muita limpeza de mãos, e ultimamente me declarando a socorrer está cidade na ocasião que a invadiram os inimigos franceses me acompanhou o dito José Rebelho Perdigão com o cargo [...] que trouxe comigo pois se achava por juiz ordinário da Câmara da dita Vila [...] (AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 97)

Outros exemplos são os juízes ordinários Maximiano de Oliveira Leite e Caetano Álvares Rodrigues, que como a carta de Sesmaria demonstra, ambos lograram prestígio na sociedade e entre as autoridades centrais.

Faço saber aos q esta minha carta de Sesmaria, vivem que tendo respeito a me representarem por sua petição o Guarda Mayor Maximiniano de Oliveira Leite, e seu sócio Caetano Alvares Rodrigues, que eles suplicantes caro senhores [...] Hey por bem fazer mercê como por esta faço de conceder em nome de S Majestade aos ditos guarda [mayor] Maximiniano de Oliveira Leite, e seu sócio o coronel Caetano Alvares Rodrigues, [meya] légua de terra. (AHU_ACL_CU_011, Cx. 55, D. 4599)

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro uma das consequências das práticas de mercês na América portuguesa teria sido a formação de uma aristocracia não tanto constituída

²³ AHU_ACL_CU_011, Cx. 1, D. 31, AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 193, AHU_ACL_CU_011, Cx. 5, D. 425. 

por grandes proprietários, mas, e principalmente por beneficiários do rei. De qualquer modo os exemplos acima nos evidenciam que esses juízes ordinários foram reconhecidos pelo colonizador, no que poder ser definido como “economia do bem comum”²⁴.

Para Antonio Manuel Hespanha o direito oficial quer a lei nacional, quer a doutrina do direito comum, introduzam, por um lado, significativas exceções favoráveis a esses juízes locais. E segundo o autor “os régulos e notáveis eram legitimados pelo colonizador” (HESPANHA, 2001: 442). Foi o que parece ter acontecido com esses juízes ordinários de Vila do Carmo²⁵.

Essa não exigência de conhecimento nas leis era uma continuidade do período medieval. Segundo Luís Miguel Duarte muito pouco se sabe sobre a preparação dos juízes concelhios no período medieval. Segundo o autor “creio que se pedia, sobretudo, preeminência social, desafoço econômico, bom senso e conhecimento dos costumes da terra; o saber jurídico era secundarizado e muitas vezes inexistente” (DUARTE, 2004: 9)

O cargo de juiz ordinário foi extinto da região no ano de 1732, mas o papel desses juízes não pode ser desconsiderado para um melhor entendimento da execução judicial e da administração local. Ainda, a transição desse cargo para o de juiz de fora nos revela aspectos importantes da justiça colonial e da centralidade régia no Império português.

O CARGO DE JUIZ DE FORA

Em Portugal a nomeação dos juízes régios teve início no reinado de D. Dinis. O juiz de fora era um magistrado nomeado pelo rei de Portugal, para atuar em lugares onde era necessária a atuação de um juiz isento e imparcial. Além de serem de “fora da

²⁴ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S.; BICALHO, Maria Fernanda B. “Uma leitura do Brasil Colonial: Bases da materialidade e da governabilidade no Império”. In: Penélope: Fazer e Desfazer História, nº 23. Lisboa, 2000.

²⁵ Pelo nosso levantamento preliminar dos inventários e testamentos dos juízes ordinários percebemos que a grande maioria dela assumiu outros cargos na região e muitos deles conjugaram a atuação de juiz ordinário com a de capitão mor, que correspondia aos comandantes das Ordenanças. Os homens que ocupavam esse cargo deveriam ter seus próprios equipamentos militares, permaneciam em seus serviços particulares e só eram convocados em caso de perturbação da ordem pública.

localidade”, esses juízes eram especialistas em leis, o que compensaria o ônus salarial com que o Concelho teria que arcar.

Segundo Tereza Fonseca “o monarca, preocupado em melhorar a administração da justiça, enviou, com caráter esporádico, magistrados de sua nomeação para concelhos onde os juízes ordinários não estavam à altura de suas competências” (FONSECA, 141: 2002). Porém, demonstra que o processo apenas adquiriu maior impulso com o reforço centralizador pombalino e que os Concelho com juiz de nomeação régia, sendo, embora os mais importantes e populosos pouco teriam ultrapassado os 20% do total em Portugal.

Na colônia o cargo de juiz de fora foi criado em 1696 na Bahia e em 1703 no Rio de Janeiro. Na Vila do Ribeirão do Carmo esse cargo foi criado em 24 de março de 1730²⁶, mas o primeiro juiz de fora só vai assumir o cargo no ano de 1732. O juiz de fora era um funcionário régio, nomeado para mandato de três anos, eventualmente prolongados ou renovados²⁷ e ao exercer a magistratura nas sedes concelhias era o representante do poder central mais perto da população.

De acordo com Fernanda Bicalho²⁸ a criação do posto de juiz de fora nas principais cidades ao longo de todo o império português foi um dos meios eficazes de enquadramento político-administrativo que foram se estabelecendo após a Restauração. Nesse sentido a criação desses cargos aumentava o poder de interferência dos funcionários régios no governo local.

O aumento demográfico na região de Vila do Carmo parece ter tido um peso importante para a criação do cargo de juiz de fora na região, já que em carta, de maio de 1726, o governador capitão general da capitania Dom Lourenço de Almeida:

da conta a Vossa Majestade de ser preciso “criasse” um lugar de juiz de fora para Vila Rica, e outro para a Vila de Nossa Senhora do Carmo por ser comporem essas duas vilas de grande número de moradores e por [...] se padecerem inúmeras vereações dos juízes

²⁶ PIRES, Maria do Carmo. Câmara Municipal de Mariana no século XVIII: formação, cargos e funções.

²⁷ FONSECA, Tereza. Absolutismo e Municipalismo, Évora 1750-1820. Coimbra: Colibri, 2002.

²⁸ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império*. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ordinários que como leigos faziam grande absurdos²⁹.
(AHU_ACL_CU_011, Cx. 9, D. 786)

Na Vila do Ribeirão do Carmo o primeiro juiz de fora foi o bacharel Antônio Freire de Fonseca Osório³⁰, assumindo o cargo de 1732 a 1734. Alguns dos juizes da região permaneceram mais tempo no cargo, como José Pereira de Moura que ficou dez anos no cargo (1735-1744)³¹.

Para Hespanha³² a instalação de uma administração oficial e letrada é por si só, um fator decisivo de promoção do direito e administração oficial. Para José Manuel Subtil:

A Coroa procurou controlar política e administrativamente a periferia, especialmente nos setores de justiça e fazenda, através do oficialato régio. As unidades básicas dessa estrutura periférica eram os concelhos e as comarcas. Os funcionários, os juizes de fora, corregedores e provedores. Por estes magistrados, que comunicavam burocraticamente como os concelhos e tribunais da administração central, a coroa fomentava a promoção e difusão da justiça oficial e do direito régio. (SUBTIL, 1998: 163)

Para Débora Cazzelato, que realiza um estudo sobre juizes de fora da região de Vila do Carmo/Mariana, a criação desse cargo foi determinada pela necessidade de a Coroa controlar a administração e a justiça nessa localidade, reconhecendo-o como elemento essencial para o ordenamento social da região. Segundo a autora “os juizes de fora significaram um elemento perturbador dos arranjos políticos locais, além de representarem um enfraquecimento das estruturas locais” (CAZELLATO, 2011: 84).

Assim, a historiografia conflui na perspectiva que a criação do cargo de juiz de fora³³ foi importante para a implantação de uma justiça oficial na América portuguesa e para uma maior interferência real nas dinâmicas locais, aumentando assim o alcance do

²⁹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 9, D. 786

³⁰ AHU_ACL_CU_011, Cx. 17, D. 1366

³¹ Para Maria de Fátima Gouveia, o fato de Vila Rica não ter sido contemplada com um juiz de fora, mesmo após várias solicitações à Coroa, justificava-se pela nomeação do ouvidor para a Comarca em 1712 e pela presença do governador desde 1720. GOUVÊA, Maria de Fátima. “Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto. Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII.” *Varia Historia*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, n. 31, 2004, p.128

³² HESPANHA, Antonio Manuel Hespanha. *As vésperas do Leviathan*. 1994.

³³ O juiz de fora frequentemente atuou como administrador de bens de defuntos, ausentes e órfãos e como autoridade civil em diferentes situações, presidindo a Câmara Municipal, sua principal atuação fora das judiciais (WEHLING).



poder régio. No entanto, não se pode desconsiderar o peso da justiça local, pois baseada nas hierarquias locais, usos e costumes, limitou, de maneira significativa, a justiça oficial, com um papel significativo desde o período medieval português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo analisar a trajetória de Francisco Ribeiro de Andrade, português que veio para o Brasil e sem ter conhecimento em leis assumiu o cargo de juiz ordinário no início dos setecentos. A proposta foi discutir a respeito desse cargo de juiz ordinário e de suas atuações, ainda pouco estudadas. Para tanto, foram utilizadas como fontes primárias o inventário post mortem e testamento do português, as Ordenações Filipinas³⁴, compilação jurídica que resultou da reforma do código manuelino, especificamente o Título LXV: Dos Juízes Ordinários e de Fora, do Livro I e a documentação enviada e recebida pelo Conselho Ultramarino³⁵ referente ao aparato judicial nessa região, assim como as cartas patentes e nomeações dos juízes definidos para análise. Através dessa documentação conseguimos entender melhor o universo dessa justiça local na região de Vila do Carmo, Minas Gerais, no princípio do século XVIII.

Os juízes locais do período colonial apresentam traços comuns aos juízes locais medievais, seja em uma atuação ainda pouco entendida, baseadas em costumes e sem a exigência de conhecimento amplo das leis. Segundo Arno e Maria Jose Wehling³⁶ “as leis que vigiavam no Brasil eram as ordenações, princípios e dispositivos de direito civil; o direito canônico; o direito romano; a jurisprudência metropolitana e colonial e os costumes” (WEHLING, 48: 2004). Nesse sentido essas continuidades expressam características importantes do Império Português que devem ser mais bem estudadas para um entendimento mais amplo dessa justiça.

³⁴ Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>.

³⁵ O Conselho Ultramarino era um órgão da monarquia portuguesa para a administração colonial criado em 1642, pelo qual deveria passar o movimento de todos os ofícios de justiça e fazenda, bem como cartas e provisões, servindo ainda de órgão de consulta do monarca. A documentação avulsa do AHU (Arquivo Histórico Ultramarino) referente a Minas encontra-se em CDs Roms, que estão disponíveis no Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³⁶ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

Na Vila do Ribeirão do Carmo assim como Andrade, que assumiu o posto de capitão mor, outros juízes ordinários assumiram outras funções importantes na região, sendo recompensados pelas autoridades centrais e locais. Também acreditamos que esses juízes locais tiveram uma atuação importante na execução judicial local que era enquadrada pela justiça oficial. Segundo Hespanha “o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*ius commune*) e pelos usos e práticas jurídicas locais” (HESPANHA, 2001: 62)

Também procurou discutir sobre o cargo de juiz de fora, criado em Portugal no período medieval, século XIV e na região de Vila do Carmo no ano de 1732. Essa transição do cargo de juiz ordinário para o de juiz de fora é importante para um melhor entendimento da justiça. O crescimento demográfico, assim como crescimento econômico na região tiveram um peso considerável na busca por uma melhor administração e para a implantação da justiça oficial, aumentando assim, a necessidade da criação do cargo de juiz de fora na Vila e se implantando uma execução judicial oficial e letrada, mas que também podia coincidir com as hierarquias locais.

Segundo Antonio Manuel Hespanha a desigualdade do avanço da administração e direito oficiais é também um elemento importante da história do poder e um elemento decisivo na conformação do sistema político da época moderna.

Essa desigualdade da justiça oficial, além de nos fazer refletir sobre a execução da mesma, lança novos olhares sobre a discussão a respeito da centralidade régia. Podemos constatar que monarquia aplicava, então, a prática de “autoridade negociada”, compartilhando espaço político com os demais poderes, mas, garantindo a sua unidade³⁷. O papel primordial do rei era garantir a manutenção dos equilíbrios sociais, em outras palavras, utilizar a justiça em nome do bem comum.

Assim, além de discutir sobre essa desigualdade no avanço da administração lançou-se novos olhares sobre a justiça local colonial e principalmente sobre sua aproximação com a justiça medieval local portuguesa, um mundo em grande medida ainda muito mal conhecido, complexo, extremamente diversificado, contraditório e

³⁷ WOOD, Russel J. Centro e Periferia no mundo luso brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História, vol, 18, nº 36, 1998.

misterioso e que podia variar conforme a região portuguesa. No Brasil colonial também notamos essas diferenciações, por exemplo, em Vila Rica o cargo de juiz ordinário predominou-se até o início do século XIX e o cargo de juiz de fora nem se quer existiu.

Concluiu-se que o estudo dessa justiça local torna-se fundamental para entendermos o funcionamento do aparato judicial colonial e dessa sociedade. Assim como as permanências e discontinuidades com a justiça medieval pode ser importante para entendermos melhor a justiça e administração ao longo do Império Português.

REFERÊNCIAS

Ordenações Filipinas - Título LXV: Dos Juizes Ordinários e de Fora, Livro I. Disponível em <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>.

Inventário post mortem e testamento –Arquivo da Casa Setecentista de Mariana: Cartório do Primeiro Ofício. Códice: 088 Auto: 1854.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 1, D. 23. PROVISÃO do rei D. João V ao governador das Minas Gerais, D. Lourenço de Almeida, informando que decidira erigir em Vila o arraial de Nossa Senhora do Carmo e criar na mesma o lugar de juiz de fora.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 17, D. 1366. LEMBRETE, dando conta da nomeação do bacharel Antônio Freire da Fonseca para o lugar de juiz de fora da Vila do Ribeirão do Carmo.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 16, D. 1310. CARTA de D. Lourenço de Almeida, governador de Minas, para D. João V, dando o seu parecer sobre a criação do ofício de juiz de fora da Vila de Nossa Senhora do Carmo.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 9, D. 786. CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre a criação do ofício de juiz de fora para a Vila Rica e para a Vila de Nossa Senhora do Carmo. Anexo: carta.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 2, D. 97. REQUERIMENTO do mestre-de-campo [do Terço Auxiliar da Vila do Carmo], José Rebelo Perdigão, ao rei [D. João V], solicitando o traslado da sua patente.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 55, D. 4599. REQUERIMENTO de Maximiano de Oliveira Leite, guarda-mor e seu sócio Caetano Alves Rodrigues, coronel, solicitando a D. João V a mercê de lhes confirmar a doação, em sesmaria, de meia légua de terra em quadra, na freguesia do Sumidouro e Furquim.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. A Geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ARAÚJO, Regina. Atuação dos Homens bons nas Câmaras de Vila do Carmo, 1711-1735. Anais do XVIII Encontro regional (ANPUH-MG), Mariana, 2012.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAZELATTO, Debora de Souza. Administração e poder local: a Câmara de Mariana e seus juízes de fora (1730-1777). Instituto de Ciências Humanas e Sociais: Mariana, 2011.

CHAVES, Maria das Graças, PIRES, Maria do Carmo e MAGALHÃES, Sônia Maria. Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2008

DAMASCENO, Claudia. O espaço Urbano de Mariana: sua Formação e suas Representações. Revista LPH, nº 17, 2003.

HESPANHA. Antônio Manuel. História das Instituições. Épocas Medieval e Moderna. Coimbra: Almedina, 1982.

HESPANHA. Antonio Manuel. As vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal. séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, Antônio Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LE MOS. Carmem Silva. A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2003

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Documentos sobre “juízes ordinários” nos territórios brasileiros no século XVIII. R. IHGB, Rio de Janeiro, a. 172 (452): 547-614, jul./set. 2011

SUBTIL, José Manuel. “Os poderes do centro”. In: Mattoso, José (Dir). História de Portugal: O Antigo Regime: Lisboa, Editora Estampa, 1998

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WOOD, Russel J. Centro e Periferia no mundo luso brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História, vol 18, nº 36, 1998.

A URBANIDADE E SUA LEITURA PELOS CONTISTAS DA SÃO PAULO DO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Marilúcia Mendes Ramos
profamariluciaramos@gmail.com
FL- Universidade Federal de Goiás
Professora Doutora

Resumo

As transformações do urbano nas grandes metrópoles vêm sendo lidas por várias disciplinas como a arquitetura, a geografia, a história e a literatura. No século XX, a industrialização e o comércio se expandem e o desenvolvimento da imprensa contribui para essa leitura, com a publicação em jornais de contos e crônicas sobre o cotidiano das grandes cidades. A literatura conquista esses espaços para a tradução da urbanidade, representando sua dinamicidade, complexidade e, por vezes, crueldade. O texto literário constrói o discurso da urbe ao captar suas imagens fluidas. Na contística sobre a cidade de São Paulo da primeira metade do século XX, personagens percorrem ruas, praças, bairros, monumentos, locais históricos, com seus patrimônios materiais, imateriais, móveis e imóveis, (re)ve(la)ndo-a de baixo, ao tecer seus próprios mapas da urbe.

Palavras-chave: urbanidade; conto; São Paulo

URBANITY AND ITS READING BY SHORT STORY WRITERS FROM SÃO PAULO IN THE BEGINNING OF THE 20th CENTURY**Abstract**

The urban transformations in huge metropolis have been read by various disciplines such as architecture, geography, history and literature. In the 20th century, industrialization and commerce have expanded themselves and the press development contributed for that reading, with the publication in newspapers of short stories and chronicles about everyday life in big cities. Literature conquers these spaces with translations of the modernity, representing its dynamics, complexity and, sometimes, cruelty. The literary text constructs an urban discourse when it captures its fluid images. In the short story about the city of São Paulo, in the first half of the 20th century, characters cross streets, squares, neighborhoods, monuments, historical places, with its material and immaterial, moveable and unmovable patrimonies, revealing the city from the ground, when composing their own urban maps.

Key-words: urbanity; short story; São Paulo.

As transformações do urbano nas grandes metrópoles nem sempre ocorrem de forma lenta e gradual. Por vezes audaciosas reformas impactam significativamente o processo de desenvolvimento de um determinado espaço urbano, criando para as gerações que suportam os canteiros de obra sem fim, a expectativa da mudança, especulada nas ruas e nas casas sobre seus possíveis benefícios e perigos. Tanto as lentas como as grandiosas transformações vêm sendo lidas por várias disciplinas como a arquitetura, a geografia, a história e a literatura. O texto literário constrói o discurso da urbe ao captar suas imagens fluidas.

Para esta reflexão, atentamos para as representações literárias da cidade de São Paulo no início do século XX, mais especificamente nas décadas de 20 e 30, momento da primeira fase do nosso Modernismo, em que suas imagens são captadas e traduzidas em discurso nos contos de autores paradigmáticos: patrimônios móveis e imóveis, materiais e imateriais. Estes, representados pela presença maciça dos imigrantes italianos e seu impacto no comércio, na culinária, no vocabulário, isto é, na transformação espacial e cultural efetivada na cidade de São Paulo pelos italianos. Na contribuição da literatura para a leitura do discurso da cidade, personagens percorrem suas ruas, praças, seus bairros, centros, locais históricos, monumentos, (re)ve(la)ndo-a de baixo, ao tecer seus próprios mapas da urbe.

A cidade é um discurso. “A cidade é um discurso e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, nós falamos a nossa cidade”, afirma Barthes (1987, p. 184), mas o discurso não é *a cidade*. De fato, a fluidez da urbe, os infinitos mapeamentos que de suas vias podem fazer seus usuários, permitem inúmeras leituras, mas sem que se perca a possibilidade de se construir imagens e todas as imagens compõem *uma* imagem em certo contexto, sem que o discurso se confunda com *a cidade*.

Tanto as lentas como as audaciosas transformações da urbe vêm sendo lidas por várias disciplinas como a arquitetura, a geografia, a história e a literatura. No século XX, a industrialização e o comércio se expandem e o desenvolvimento da imprensa

contribui para essa leitura, com a publicação em jornais de contos e crônicas sobre o cotidiano das grandes cidades. A literatura conquista esses espaços para a tradução da urbanidade, representando sua dinamicidade, complexidade e, por vezes, crueldade.

O texto literário constrói o discurso da urbe ao selecionar e captar suas imagens fluidas. Tal processo foi assim abordado por Cortázar em seu texto “Alguns aspectos do conto”:

o contista e o fotógrafo têm de escolher e limitar uma imagem ou um acontecimento que sejam *significativos*, que não só valham por si mesmos, mas também sejam capazes de atuar no espectador ou no leitor como uma espécie de abertura, de fermento que projete a inteligência e a sensibilidade em direção a algo que vai muito além do argumento visual ou literário contido na foto ou no conto (1974, p. 151-152. Grifos do autor).

A cidade que a literatura representa é um espaço imaginário, na medida em que não pode ser apreendida em sua totalidade, tal como a fotografia, mas, sendo uma leitura subjetiva do autor, ser social que se coloca como um paisagista que com seu olhar projeta um certo lugar ou espaço, é a *sua* leitura da cidade, articulada com sua vida pessoal e suas experiências vividas que, somada a outras tantas leituras, que pode hoje constituir-se como contribuição para os estudos da cidade em um determinado momento de seu processo desenvolvimentista, e assim revelar a sensibilidade do escritor em suas escolhas para a representação desse local em permanente transformação.

Em artigo publicado pela *Revista Via Atlântica* da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (RAMOS, 2009, pp. 245-258), já discutíamos sobre a leitura dos patrimônios históricos e culturais da cidade de São Paulo, e argumentávamos que a representação literária da cidade constrói-se pelos discursos dos que a observam e elegem como matéria ficcional, permitindo aos leitores de outras épocas, além daquela do presente da enunciação, reconstruir a ambiência desses discursos, tanto no que toca ao espaço eleito como cenário para as ações, como às personagens escolhidas para essa representação. De tal modo, as escolhas do escritor, baseadas no que experienciou em determinado contexto, estarão presentes no texto artisticamente produzido e repercutirão

no leitor, facultando-lhe a reconstituição de imagens e imaginários que já não existem mais como foram captadas, mas que resultaram no que se conhece hoje.

Dentro de um contexto de mudanças profundas, propiciadas pela transformação de Paris na *cidade das luzes* (1852-1870), várias cidades do mundo, do final do século XIX ao início do XX, viraram verdadeiros canteiros de obras, colocando abaixo o passado (becos estreitos, casas velhas) para se erguer o novo, caso, aqui no Brasil, das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Na nova Paris, Baudelaire caminha descontraído pelas novas e largas calçadas do bulevar, senta-se nos cafés e observa a cidade e os que passam, mas preocupa-o, assim como a Edgard Allan Poe, que a individualidade, a identidade se perca em meio à multidão. Assim, o mesmo escritor que observa sem interferir ou julgar, seleciona personagens e situações “invisíveis” dentro da multidão da grande cidade, as quais, pelo micro, podem ser a própria imagem do macrocosmo.

Leitura de patrimônios incrustados em contos de Monteiro Lobato e Mário de Andrade. Os patrimônios culturais são legados do passado de interesse relevante para a identidade de um povo, por carregarem dados de sua cultura que conferem às próximas gerações a noção de continuidade, de pertencimento. Segundo informações disponíveis na página eletrônica do IPHAN, os patrimônios materiais englobam certos bens culturais, divididos em *bens móveis* (acervos documentais e bibliográficos, coleções de arte, acervos museológicos e arquivísticos), e *imóveis* (núcleos urbanos, paisagismos, bens individuais). Há ainda os patrimônios culturais imateriais (ou intangíveis), que englobam as expressões culturais e as tradições que um certo grupo preserva em respeito ao legado do passado para as gerações futuras, como os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas e danças populares, as músicas, costumes.

No Brasil, na década de 1920, surgem os primeiros projetos preservacionistas dos patrimônios nacionais, mas será na de 30, no Governo de Getúlio Vargas, que, visando assegurar que os bens representativos da história nacional não deixassem o país e nem fossem destruídas obras monumentais na urbanização da cidade, começam a ser criados instrumentos legais de preservação. A partir de 1935, com a criação do *Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo*, sob a direção de Mário de

Andrade, anteprojetos de lei de proteção ao patrimônio cultural serão redigidos. Mário pesquisara em meados da década de 20, em viagem ao lado de Gilberto Freyre, várias expressões e manifestações culturais riquíssimas no interior de São Paulo, Minas Gerais e de outras regiões do país, coletando dados sobre a variedade cultural brasileira. Sua concepção de patrimônio alarga-se e o escritor e pesquisador adianta-se a seu tempo. Porém, quando Vargas cria o *Instituto Jurídico do Tombamento* pelo Decreto-Lei n. 25/1937 e o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), são contemplados apenas bens móveis e imóveis, não se incluindo bens de natureza imaterial ou saberes e manifestações, conforme historia a *Revista do IPHAN* comemorativa n. 30, de 2002 (80 anos da *Semana de Arte Moderna* e 65 do Serviço de Patrimônio). As contribuições de Mário de Andrade só serão contempladas no final do século XX e implantadas pelo Decreto n. 3551/2000, quando se institui o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*, com mais quatro livros (Livro: do Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e do Registro dos Lugares) além dos quatro de 1937 (cf. RAMOS, 2009, p. 248).

Como trataremos abaixo, suas pesquisas de fôlego comporão a tessitura de seus textos, possivelmente com a preocupação de que os dados se perdessem e para que uma imagem da cidade naquele contexto fosse preservada.

Os contos selecionados para esta reflexão sobre as leituras da urbe por escritores do início do século XX tratam de uma impressão construída literariamente no presente da enunciação, afetada pela memória do escritor, o qual traz para o seu presente dados que, analisados hoje, tornam-se memória viva de uma época que derivou no nosso presente. Nesse ir e vir, signos da vida precária, da pobreza, das diversões possíveis, das relações humanas e sociais, do mundo do trabalho, da culinária, do “antes” e do “agora”, é que se vão enunciando, permitindo perceber o estabelecimento de relações afetivas com o espaço.

Monteiro Lobato. No conto de Monteiro Lobato “O fisco. Conto de Natal”, publicado em *Negrinha*, de 1920, alguns patrimônios da cidade de São Paulo são iluminados no texto. A transformação da urbe empolga e preocupa os escritores, que tentam lê-la, captá-la, registrá-la para a história.

O narrador parece reverenciar o idealizador e construtor de um dos patrimônios materiais da cidade de São Paulo, o *Viaduto do Chá*, com grande entusiasmo: “Que arrojo de homem, o Jules Martin que construíra aquilo!” (LOBATO, 1993, p. 115). Esse engenheiro francês apresentara um projeto que previa a construção de um viaduto em estrutura metálica importada da Alemanha, com 180m de comprimento, ligando a Rua Direita (o centro histórico) à Rua Barão de Itapetininga, local de gente abastada. Quando foi concluído, tinha 240m e 14m de largura. Dentro das transformações da urbe, teve de ser reconstruído em estrutura de concreto para suportar o peso de bondes e automóveis. Ratificando a ideia de modernidade da cidade de São Paulo, outro nome é mencionado, Brecheret, um dos nomes do nosso Modernismo, homenageado ao ter uma escultura sua lembrada no conto: a de um adolescente nu que corre, instalada no Parque do Anhangabaú, *Eva*, metáfora da jovem cidade e de sua pressa em crescer, com um futuro largo a sua frente. Entretanto, essa imagem de arte, beleza e futuro promissor se contraporá a seguir às imagens de crescimento desordenado.

O bairro do Brás, em formação, é contraposto aos bairros do centro da cidade; “assim foi até o dia da avalanche italiana”. Com a chegada dos italianos em massa, começa a surgir um novo bairro, periférico, distante, autônomo em suas configurações e “plantas de areia”, com seus cortiços a abrigar famílias e famílias. “Enquanto São Paulo crescia, o Brás coaxava”, compara o narrador. Porém, dentro de sua condição de observador, o narrador percebe que também no passado as áreas à época nobres da cidade um dia foram somente pântano, como ocorria então com o Brás, onde coachavam sapos. Com a queda da produção do café, em fins dos anos 20, os italianos migram da região Oeste de São Paulo para a cidade e “invadem o Brás”, e os “espavoridos sapos sumiram-se aos pulos para as baixadas do Tietê” (1993, p. 106).

Nomes de ruas, bairros, de locais de lazer, referências a transporte, às distâncias de bairro e centro, estão espalhados pelo conto por um narrador que adere às personagens desfavorecidas, que senta nas calçadas com os italianos, entra em suas casas, em seus pequenos quartos e até mesmo em suas mentes, fazendo por vezes o trabalho do sociólogo, ao analisar por um pequeno grupo a condição de um seguimento social. Com sua leitura da urbe naquele momento da história de São Paulo, fatos

históricos como a transformação da urbe em virtude da chegada dos italianos à capital, o surgimento de um bairro de italianos (agora trabalhadores das fábricas e de ofícios como de barbeiro, sapateiro) na margem da cidade. Sem assistência do poder público, vão construindo suas casas, seus cortiços ao seu modo e vivendo seus dramas, embora a alegria e disposição dos italianos sejam destacadas em várias oportunidades no texto. Além dos patrimônios materiais da cidade, os italianos com sua linguagem, com seus alimentos e jogos figuram como patrimônios imateriais, pois vieram a constituir uma nova imagem da cidade, sem a qual São Paulo não se reconhece.

Destarte, Monteiro Lobato traduz a cidade pelo centro e pela margem, renunciando o encontro dos dois polos ainda distantes à época da enunciação, e já prevendo que “a avalanche italiana” viria a ser um dado que transformaria até mesmo o modo de falar, de comer, de festejar do paulistano.

O narrador revela faces positivas do progresso que a cidade de São Paulo experimenta nos frenéticos ritmos dos anos 20, ao destacar seus símbolos como a pujança das construções e as obras de arte espalhadas pelo centro da cidade. Entretanto, esse procedimento literário em poucas páginas se revela denúncia do paradoxo do progresso, pois, olhando a cidade pelo microscópio, enxerga-a como um organismo pelo avesso, com suas artérias e glóbulos brancos e vermelhos. Os glóbulos brancos são os representantes do poder (polícia, fiscal) e os vermelhos, os cidadãos usurpados, desassistidos, desapropriados pelos glóbulos brancos, como o fez o fiscal que ao final do conto “O fisco” usurpa a parca quantia em dinheiro que a mãe reservava a custo (para os medicamentos do pequeno filho adoentado), para gastá-lo todo em cerveja. Ao fim do conto, o leitor nota uma ironia fina que se colocava no início das descrições sobre os símbolos de poder da cidade, pois o próprio *Viaduto do Chá* é metáfora do distanciamento entre o lado dos ricos e o dos pobres na urbe.

Duas São Paulo, dois brasis, lidos por Lobato nesse conto. A opção do narrador é pelo desassistido, pois segue o fiscal que carregava Pedrinho pela camisa até a casa do menino no Brás para lançar luz sobre a situação dos imigrantes abandonados à própria sorte na periferia. Com esses procedimentos Lobato analisa, em um conto muito bem estruturado, as bases sobre as quais uma metrópole está se erguendo. Há trabalhadores

do interior do Estado e do País (revelando a falta de política para manter o homem no campo), além dos imigrantes, todos vivendo nas periferias, nas margens, sem assistência. E, como um sociólogo, analisa e entende o processo e denuncia práticas de corrupção e falta de política pública que viriam a se constituir nos grandes problemas da contemporaneidade.

Mário de Andrade. O assíduo pesquisador Mário de Andrade vale-se do espaço do texto literário para divulgar os patrimônios imateriais de sua cidade, registrando os “saberes” enraizados no cotidiano, e revelando preocupações individuais que só seriam estabelecidas oficialmente pelo Decreto referido de 2000(!), como as “celebrações” (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), as “formas de expressão” (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e os “lugares” (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se encontram e reproduzem práticas culturais coletivas), como se discutirá.

No conto “Primeiro de Maio”, escrito entre 1934 a 1942, e publicado em *Contos Novos*, 1947, patrimônios culturais móveis, imóveis, materiais, imateriais estão presentes no mapeamento que o jovem trabalhador faz de sua cidade. O enredo trata da tentativa do personagem, carregador de bagagens da *Estação da Luz*, o 35, participar das comemorações do dia 1º de Maio. O cenário é o do ano de 1935, quando se decreta o feriado do *Dia do Trabalhador* no Brasil. A personagem escolhida e homenageada pelo narrador nesse dia é justamente um trabalhador anônimo, um “chapinha”, um carregador de bagagens na *Estação da Luz*. O operário levanta-se cedo, arruma-se, veste-se adequadamente e escolhe uma “gravata verde com listinhas brancas” e “sapatos de pelica amarela” (1980, p. 37). Está em casa, seguro, mas seus pensamentos estão já nas ruas, pois deseja comemorar. Pensava que “o proletariado era uma classe oprimida” e que os jornais haviam anunciado que “se esperava grandes ‘motins’ do Primeiro de Maio, em Paris, em Cuba, no Chile, em Madri” (ANDRADE, 1980, p. 36). A tensão que o consome, entre medo e vontade de reagir, é a mesma que encontra nas ruas em sua caminhada, pois estas estão vazias, o comércio fechado, mas policiadas. Crê que após o almoço as pessoas sairão às ruas para o jogo de futebol escolhido para as

comemorações. O narrador personagem caminha de casa em direção à Estação da Luz, no percurso pensa em onde ir depois. Talvez o *Palácio das Indústrias*, mas não. O *Palácio do Governo*? Não, pois se lembra de que São Paulo foi vencido na *Revolução de 32* e teve raiva do governo gaúcho. Lê no jornal que os deputados trabalhistas estariam na *Estação do Norte*, rival a sua estação. Busca as horas na torre da *Estação da Luz* e já são 9h. Apanhou o bonde para o Brás, mas estava atrasado. Ao chegar lá, tudo estava normal. Resolve voltar a pé. No caminho, vê que as prostitutas esperavam os imigrantes. Às 13h estava no *Parque D. Pedro II*. O *Palácio das Indústrias* já cheio de pessoas, poucos operários e policiais por todo lado, dando a sensação de uma “fortaleza enfeitada”. Lá pelas 17h dirige-se de novo para a *Estação da Luz* e encontra os companheiros trabalhando. Junto a eles sente-se completo

Assim, em seus deslocamentos, o narrador entre onisciência e fluxo de pensamento vai percorrendo não ruas ou avenidas, mas locais representativos da cidade, ao descrever como foi o clima da primeira comemoração do Dia do Trabalhador em São Paulo.

Até mesmo o número atribuído aos trabalhadores diz respeito a fatos importantes para a cidade de São Paulo, como é o caso do 22, que remeteria à *Semana de Arte Moderna de 22*, ocorrida em São Paulo, no *Teatro Municipal* (embora haja críticos que prefiram lembrar a fundação do *Partido Comunista Brasileiro*. Entretanto, dentro de nossa leitura, esse entendimento não faz sentido). O próprio “chapinha 35”, como é referido o protagonista do conto, reporta ao ano de 1935, quando Mário de Andrade assume a direção do *Departamento Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo* (cf. RAMOS, 2009, p. 255). Assim, enquanto o protagonista caminha entre os patrimônios culturais materiais da cidade, o narrador os registra, conferindo-lhes qualidade de patrimônios imateriais, posto que cada local por onde 35 passa tem um valor para a cidade, e uma placa invisível, pois o personagem prefere sentar-se para descansar no *Jardim da Luz* (criado em 1825, mesmo ano da primeira Constituição brasileira) e não no *Parque do Anhangabaú*, este, local de gente abastada, da elite. Assim como o *Palácio das Indústrias* o é, pois lá o 35 não vê operários, apenas patrões e o lugar é “fechado”, assim teve medo de ficar encurralado. Curiosamente, é o espaço autorizado

para as comemorações do Dia do Trabalho. Outro local referido é o *Largo da Sé*, que desde o começo do século é local de manifestações importantes para a história de São Paulo e do País. Mas o 35 lembra que poderia haver motins lá de tarde. O pão com manteiga, que o personagem pede com bastante manteiga; o pingado, um café com um pouco de leite, são hábitos do paulistano registrados ainda no início do século XX e que são marcas de uma cidade em movimento frenético. Símbolo da cidade de São Paulo, o trabalho está por todo o texto. As personagens estão trabalhando, mesmo no feriado do *Dia do trabalhador*.

Outros símbolos do mundo do trabalho são as *Estações da Luz* (1867) e do *Norte* (de 1875, depois chamada *Estação Roosevelt*). A primeira, fazia a linha Jundiá-Santos, de onde o café era exportado, tornando-se símbolo de seu ciclo. Esta passa a ser importante também para o deslocamento de pessoas que iam do interior para a capital para trabalhar, fugindo da falta de oportunidades em suas cidades. A segunda, também símbolo da pujança dos senhores do café do Vale do Paraíba, que a construíram, é marca da derrocada de várias cidades pelas quais os caminhos de ferro não passaram (fato que foi registrado nos contos de *Cidades Mortas*, de 1919, de Lobato).

Assim, Mário registra como narrador suas preocupações como Diretor Municipal de Cultura da cidade, e, como já em 1935 tinha em mente a importância dos patrimônios imateriais, faz mais que registrar, pois dá um significado para os paulistanos para cada patrimônio cultural a que alude. De tal modo que ao nomear um trabalhador com o número 22, remete diretamente a seu projeto, e dos demais modernistas, de independência cultural brasileira.

O pesquisador Mário de Andrade tinha em mente que a preservação dos patrimônios culturais, sejam eles móveis, imóveis, materiais, imateriais, liga o passado ao presente e permite a sensação de pertencimento e, conseqüentemente, de identidade. Talvez essa a razão de em sua poesia e em suas narrativas procurar incrustar esses patrimônios.

Como a mostrar a outra face da sociedade urbana da cidade de São Paulo, que na década de 20 se modernizava a custo, administrando o progresso das máquinas de um lado e o povo ainda rural de outro, os contos são ricos em traduções da fala popular, ao

lado de estrangeirismos, como o afrancesamento da língua portuguesa, ou as contribuições da língua trazida pelos italianos. A recuperação desse momento pela literatura, com o registro das misturas culturais, é contribuição para o entendimento da formação do povo brasileiro. Os italianos, ao serem representados literariamente como personagens por contistas de São Paulo, figuram como patrimônios da cidade, pois a compõem, transformam a sua configuração ao se agruparem em certos locais, como o Brás, o Bexiga, a Moóca ou a Lapa.

Em contistas do início do século, sua presença será marcante nos contos. Nos contos de Mário, os italianos estão em *Primeiro Andar* (1926) e em *Contos de Belazarte* (1934). Neste, em “Jaburu malandro”, um conto cheio de oralidade, o filho do padeiro, um português, e a filha do ferreiro, um italiano, parecia que se casariam, até a chegada de um rapaz de circo. A mulher italiana é descrita como bela, de traços e gestos finos quando jovem, mas que ao se casar e ter filhos, vários, transforma-se em grosseira. Em “Caim, Caim e o Resto”, na personagem Tino, Mário trata da miscigenação entre brasileiros e italianos, pois o rapaz tinha uma cor escura, herdada do pai brasileiro, mas que, aderindo à cultura da mãe italiana, “Cantava com voz fraca muito bonita, principalmente a ‘Mamma Mia’, num napolitano duvidoso do bairro da Lapa”, este, outro bairro para onde foram muitos italianos (ANDRADE, 1972, p. 28). Lançando luz sobre os dramas das personagens periféricas de nossa história, o narrador dá voz à mãe italiana que, ao ver um filho morto e outro sendo preso, cantou “numa fêrmata de ‘Addio’” (p. 32). A mestiçagem do brasileiro, para a qual Mário atenta, também integrará a rapsódia *Macunaíma*, de 1928. Recolhendo seus casos da periferia, em *Contos de Belazarte* Mário coloca em cena pais trabalhadores incansáveis, mães e filhos, meninas lindas que se tornam mulheres, depois mães, e por fim, “grosseiras”, como ele observa, talvez como forma de manter a dura vida sob controle. A alusão aos italianos e aos interioranos, aos negros, ao mundo do trabalho, seja ele o comércio, os carregadores de bagagem, ou os circenses, mostra uma cidade plural, cheia de contrastes, desordenada e em transformação em metrópole, sem que o soubesse ainda.

No livro de contos *Brás, Bexiga e Barra Funda*, publicado em 1927, Alcântara Machado trata dos ítalo-brasileiros e já o título remete a bairros da Zona Leste da cidade



onde até hoje vivem os italianos e seus descendentes, indo em direção ao centro, como é o caso da Barra Funda. São locais que antes eram distantes do centro, formados e povoados por imigrantes italianos no início do século e que, conforme Lobato percebeu, “devorou tudo”. Todos os contos retratam os italianos na cidade de São Paulo, como “O Revoltado Robespierre (senhor Natanael Robespierre dos Anjos)” e “A sociedade”. Mais uma vez espaços e personagens estão destacados, com nomes de ruas e de pessoas, locais de comércio e curtas descrições físicas, paralelamente à reprodução do discurso repleto de mesclas e bastante oralizado.

Diferentemente do chapinha 35, o protagonista não vê a cidade do chão enquanto caminha, mas do bonde, de fora da multidão. Assim, está ali, mas se coloca de modo diferenciado na urbe, pois nem tem o olhar do rato, nem o da andorinha. Toma o bonde no Largo de Santa Cecília e paga com uma nota de dez mil réis a passagem ao cobrador italiano. Traga o cigarro. Numa alusão à política da época, rejeita a nota de troco com a estampa de Artur Bernardes e reclama do governo. Reclama dos solavancos e da precariedade do bonde e da gritaria dos italianos, lê a cidade e critica as pessoas, os comportamentos, vê e critica a placa com o preço da carne, sente os odores da cidade com nojo, acompanha com o olhar atento a costureirinha do Largo do Arouche, lê as placas de anúncios e as corrige indignado e também lê os cartazes de dentro do bonde. Acerta o relógio no *Largo do Municipal*. Desce no *Largo do Tesouro*, joga no Chalet Presidencial e atravessa o *Largo do Palácio* e vai trabalhar. Por ironia, é funcionário da Secretaria dos Negócios de Agricultura e Comércio há vinte e dois anos, onde “ajuda” a administrar o Estado.

No conto “A sociedade”, a mãe de Tereza Rita categoricamente diz ao marido não querer o casamento da filha com carcamano (italiano). Mas o mundo dos negócios fala mais alto e o pai do rapaz apaixonado por Tereza faz uma proposta ao Conselheiro José Bonifácio, pai da moça e este por fim aceita. O automóvel, um Lancia Lambda (carro esportivo, produzido de 1922 a 1931 por Vincenzo Lancia), é dirigido e buzinado pelo jovem Adriano Melli na Rua da Liberdade, onde mora a moça, como forma de mostrar o italiano já enriquecido. O casal se diverte na vespéral do *Clube Paulistano* (símbolo da burguesia) dançando o maxixe ritmado pelo banjo e pelo saxofone, numa

clara alusão às misturas, marca de São Paulo. O pessoal da orquestra era negro. Em meio aos jovens, um professor da Faculdade de Direito citando Rui Barbosa para um “sujeitinho de óculos”, que recitou Gustave Le Bon (psicólogo, autor do livro *Psicologia das multidões*, de 1895, que defendeu no início do século a importância das multidões nos acontecimentos nas sociedades modernas pelo voto ou pela revolta, porém, se desunidos, poderiam se deixar levar por dominantes ou ditadores). Não agradou ao professor essa atitude do rapaz. O momento da conversa dos pais dos jovens é repleto de uma mistura de palavras do português e do italiano, marca do estilo de Alcântara Machado, que elaborava com naturalidade as falas de italianos, portugueses e negros migrados para a urbe. Com esse procedimento, o autor configura um quadro social da capital paulista da década de 20, observado bem de perto, de dentro das casas, no seio das famílias ou nas ruas, por onde os diversos tipos transitam e convivem. Nesta passagem, o italiano já falando “bem” a língua portuguesa (MACHADO, 1996, p. 31):

- Ia *dimenticando* de dizer. O meu filho fará o gerente da sociedade... Sob a minha direção, *si capisce*.
- Sei, sei... O seu filho?
- *Si*. O Adriano. O doutor... *mi pare... mi pare* que conhece ele?

Os italianos de Lobato e os de Mário estão desenraizados, lutando para contornar as dificuldades da chegada, das diferenças, da vida agora na cidade grande, mas os de Alcântara Machado estão no comércio e o mantêm de modo honesto ou “passando a perna” no concorrente (caso do conto “Armazém Progresso de São Paulo”); já se estabeleceram, buscam diversão e constituição de família, miscigenam-se, apesar da resistência das famílias em ver suas filhas casadas com italianos, até outro dia vistos como miseráveis e mal educados, agora já enriquecidos pelo comércio.

A cidade vista e revelada de baixo. Os contos referidos nesta reflexão lançam luz sobre os indivíduos que compõem a massa das grandes cidades, como a São Paulo do início do século XX. Os narradores aderem a uma personagem e, acompanhando-a em seu percurso pela urbe, revelam o que ela olha, como ela a lê e com ela interage. Cada uma traça seu próprio mapa da urbe e nos convidam a refazê-los.

Esse procedimento literário dos autores brasileiros e paulistas do referido período, porém, não é inusitado. Baudelaire, que acompanhou as obras de Haussmann e que viu Paris transformar-se na *Cidade das Luzes* em 1870, percebeu, sentado nos cafés ou flanando pelos largos bulevares, o problema das massas e das individualidades.

As massas e as identidades. Como Lobato registra no conto muito bem arquitetado, “O fisco”, no início do século XX há grande diferenciação entre bairros ricos e pobres. Como a pobreza era bem maior, a periferia da cidade se expandiu e “devorou tudo” (por falta de política pública para agregar à cidade as massas oriundas do interior, fossem elas da gente das fazendas abandonadas pelo Estado, de ex-escravos ou de italianos que os substituíram). A distância entre o local de residência (periferia) e o de trabalho das massas exigiu a execução de obras de rede de transportes, capaz de garantir a circulação. Assim, vias de bondes são criadas, o próprio *Viaduto do Chá*, em estrutura metálica vinda da Alemanha, como vimos, teve de ser reformado, alargado, para que os bondes e automóveis pudessem trafegar sobre as novas estruturas de concreto, acompanhando a transformação da urbe.

As massas no centro da cidade, os leiteiros, anúncios, vozerios, automóveis, prédios, diluem os homens. O escritor do início do século XX, tendo o privilégio de beber na fonte das experiências dos ricos séculos XVIII e XIX, sabe do perigo das massas e da diluição das identidades. Não aderirá nem ao burguês, nem ao boêmio. Ao burguês interessa que tudo esteja uniforme, dentro dos horários, que as casas estejam bem ornadas e os palácios dignos de seu nome, mas inversamente, ao boêmio é comum a ausência de horários e rotinas, a preferência pela noite, a atração pelos lugares públicos e bares, a mudança frequente de domicílio. Nos contos selecionados, os narradores colam nos migrantes e imigrantes, nos proletários, nos operários, observados durante o dia, trabalhando, indo para o trabalho, nas ruas, no comércio e, quando em casa, é sobre as relações familiares e suas dificuldades que conversam, e traçam, juntos, estratégias de sobrevivência. Mas à medida que o operário se aburguesa, o *flâneur* se transforma.

Como o narrador pode captar imagens da urbe em meio à co-fusão de seus “objetos” fluidos? Baudelaire sente, na segunda metade do século XIX, que é preciso

mergulhar na multidão para sentir-se moderno. No início do XX, o narrador de “O fisco” assim age e mergulha no centro da cidade de São Paulo, observa a massa, percebe um movimento que atrapalha o fluxo e deduz: “fagocitose”. Da multidão, seleciona um indivíduo para compreender a massa e a formação da urbe, para decifrar o mistério da esfinge. Tal qual em “O homem da multidão”, de Edgar Allan Poe, o narrador segue um indivíduo da massa. O narrador é onisciente e chega antes a casa da família de Pedrinho, recompõe a sua formação e até escuta as conversas reservadas do casal e sente o prazer de entrar na pessoa de um outro e assim entender um processo, uma configuração completa, desde a origem até a consequência. Mistura-se a eles, penetra em seu universo e com eles comunga em sociedade. As distâncias geográficas e sociais se diluem. O observador e o observado se completam e ganham sentido.

O narrador de “Primeiro de Maio” não busca sua personagem na multidão, flagrando-o ainda em casa, no quarto, no banheiro, em intimidade, barbeando-se, maturando, planejando seu dia, tomando decisões sobre o que fará e como fará depois que estiver fora de casa, na rua, no *Dia do trabalhador*. Seu gozo em entrar na pessoa do outro, desvendá-la, compreender a sua individualidade, dá-se desde o início da narrativa. O narrador aderiu ao 35, seguiu-lhe os pensamentos e os passos, com ele percorreu o centro da cidade de monumento em monumento, de símbolo em símbolo. No dia do trabalhador nem o narrador descansou.

Na escrita desses autores do início do século XX, dentro das ideias do Modernismo, o indivíduo das margens, da periferia, ganha visibilidade.

Todos esses procedimentos, porém, já eram praticados por Baudelaire, mas em sua época esse modo de observar, de ler a multidão não era comum, muito pelo contrário. As massas eram desprezadas ou tratadas com desdém. Até mesmo o reconhecido revolucionário e político francês, Maximilien Robespierre (1758-1794), que dedicou sua vida política ao povo, por vezes irritava-se com as massas. Curiosamente, no conto de Alcântara Machado não é o Robespierre que se revolta em favor do povo francês que figura, mas sim aquele Robespierre desdenhoso das massas. O de Machado não se mistura, não suporta as massas e seus barulhos e poluições visuais e manifesta seus posicionamentos políticos. Trata-se de um Robespierre que faz parte

do poder, que pode fazer algo para melhorar a situação da cidade e de sua população, mas opta por reclamar e colocar defeitos na massa da urbe.

Nesse sentido, causa certa curiosidade no pesquisador entender a razão que leva o professor da Faculdade de Direito, no conto “A sociedade”, de Alcântara Machado, a fazer gesto de estrangular o jovem de óculos que recita Gustave Le Bon (1841-1931), conhecido como o criador da moderna psicologia de massas (D’ANGELO, 2006). Entendia a multidão como irracional, instável e destrutiva; como intelectualmente inferior a seus componentes, como primitiva, ou com tendência a voltar a uma condição animal. Polêmico, defendia que países de grande miscigenação, como o Brasil, tenderiam ao anarquismo caso não governado com rigor.

É sabido que Le Bon foi muito bem lido também por Lobato, como se discute nas análises de seu romance *O Presidente Negro*, de 1927. Mas no conto de Alcântara Machado, em um ambiente de diversão, música, dança, alegria, lotado!, o jovem de óculos recita Le Bon. Na vesperal do *Clube Paulistano* (local da elite) uma orquestra de negros em ternos vermelhos tocava maxixe (dança criada pelos negros, de origem provavelmente moçambicana. Para esconder as origens, era chamado de tango brasileiro) para os casais dançarem, e havia o saxofone e o banjo a ritmar os passos. A música tocada, e cantada por um dos negros da orquestra, “Cristo nasceu na Bahia”, é um maxixe de 1927 (composição de [Sebastião Cirino](#) e [Duque](#). Fez parte da revista *Tudo preto*, representada pela *Companhia Negra de Revistas*), evidenciando a leitura que Machado faz da urbe no tempo da enunciação (lembramos que o livro é de 1927!).

É compreensível, pois, a reação do professor. As ideias de Le Bon sobre a miscigenação não cabiam ali, justamente porque a orquestra que alegrava a todos era composta por negros, a música era de negros, as pessoas eram de classes sociais e nacionalidades distintas, e a razão do conto, a sociedade, era representada pelo casamento da brasileira com o italiano, metáfora da mistura de povos, marca da identidade brasileira. Miscigenação que Le Bon temia.

A questão da identidade nacional. Por volta da década de 1920, ao completar 100 anos da Independência do Brasil, as questões postas cerca de 10 anos após esse

evento no século XIX voltaram a tomar conta dos brasileiros. Afinal, o que era o Brasil? Quem eram os brasileiros? Os modernistas e seus contemporâneos buscaram respostas. No conto “Brasília”, de *Primeiro Andar* (1926), escrito em 1921, percebem-se as preocupações do etnógrafo Mário de Andrade, que já em 1919 viajara com a caravana modernista para o interior de Minas Gerais, estudando Aleijadinho e a pintura tradicional brasileira. O conto “Brasília” já contém a estrutura fundamental do olhar que o autor lapidarará, paralelo a seu projeto estético, no decorrer de sua vida. O conto está permeado de frases como: “pátrias novas sem verdadeiras tradições de meio” (1972, p. 113), ao referir-se à nossa relação de encantamento para com os estrangeiros; ou ainda, “Mas em plena capital do Brasil eu me via na impossibilidade de aprender o idioma da terra” (1972, p. 115), referindo-se ao francês, tão comum à elite carioca daquele período (*Belle Époque*), completando com a frase: “Notei mesmo que a muitas [destas pessoas da elite] era mais familiar a minha língua que a do próprio país. Ridículo” (1972, p. 115). Mas na voz do francês a nossa língua e cultura são valorizadas: “Queria conhecer o Brasil. Observar-lhe os costumes. (...) Língua doce melodiosa colorida solar...” (p. 114; 115). O posicionamento do autor perante essa realidade do início do século é expresso nas observações do personagem estrangeiro, alter ego de Mário, que desabafa: “Irritava-me sobretudo nessa gente o esforço para imitar as civilizações da Europa. E Paris. Ninguém desconhecia Paris” (1972, p. 114).

De “Brasília” a “Primeiro de Maio”, o autor vai se desocupando de apontar nossas falhas e valorizar mais o que é patrimônio nacional. Se no primeiro chamava nossa atenção para uma cultura voltada para os modelos franceses e sem identidade, no segundo, lança luz sobre um indivíduo das massas e sobre cada monumento histórico, unindo o passado ao presente, como sobre as *Estações da Luz* e do *Norte*, e as transforma em patrimônios imateriais, posto que são parte da constituição da história da urbe, pois nelas chegaram os operários que a construiriam, os migrantes e imigrantes que a fariam crescer comercialmente e nelas trabalharam os negros recém libertos da escravidão, abandonados pelo poder público.

Na cidade do capital, não há lugar para o *flâneur* do século XIX. A urbe se transforma, e com ela o *flâneur*. O leitor da cidade já não está sozinho em meio a seus

semelhantes, como na *flanêurie*, nem suas personagens. O narrador da urbe capitalista quer conhecê-la, desvendá-la, decifrá-la, traduzi-la. Ele não está nos cafés e bulevares, como “o homem da multidão”, da Londres de 1840, de Poe, ou como o poeta Baudelaire, da *Cidade das Luzes* de 1870. Ele é surpreendido na rua com suas personagens da periferia, nas lojas de comércio, no mundo do trabalho. A tensão está no ar em meio às gentes, mercadorias, gritarias, automóveis. O *flâneur* adapta-se e traduz os sentidos da vida urbana.

Na São Paulo do Modernismo, o mundo do trabalho figura, mas lido pelo baixo e “insignificante”, pelo invisível dentro da massa, em busca da personagem coletiva. O olhar dos escritores seleciona personagens e situações “invisíveis” dentro da grande cidade, entretanto, pelo micro, podem ser a própria imagem do macrocosmo.

O Modernismo surgiu entre nós como a arte da cidade, pois a urbe representava o que havia de “futurismo”, de avanço tecnológico, de movimento. Os contos que tematizam o urbano, para além dos que selecionamos, “tratam de uma impressão construída literariamente no presente da enunciação, afetada pela memória do escritor, o qual traz para o seu presente dados do passado e, nesse trabalho da memória, torna-se memória viva, atualizada” (RAMOS, 2008, p. 5). Os signos da vida precária, da pobreza, das diversões possíveis, das relações humanas e sociais, do mundo do trabalho, da culinária, de “antes” e de “agora”, é que se vão enunciando nas leituras dos escritores do início do século XX, estabelecendo-se relações afetivas com o espaço e essas experiências do urbano são legadas para gerações futuras, mesmo que seus signos já não existam mais como no momento das leituras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. Primeiro Andar. In: _____. *Obra Imatura*. 2ª ed. Brasília: INL, 1972.
- _____. *Os contos de Belazarte*. 5ª ed. São Paulo, Martins, 1972.
- _____. Primeiro de Maio. *Contos novos*. 10ª. ed. São Paulo: Martins ; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. pp. 35-48

BARTHES, Roland. *Semiologia e urbanismo*. A aventura semiológica. Trad. Maria S. Cruz. Lisboa: Edições 70, 1987.

CORTÁZAR, Júlio. Alguns aspectos do conto. In: _____. *Valise de Cronópio*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.147-163.

D'ANGELO, Martha. “A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin”. *Estudos Avançados*. Vol. 20, n. 56. São Paulo, Jan./Abr. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

LOBATO, Monteiro. O fisco. *Contos escolhidos*. Lajolo, Marisa (org.). 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. pp. 103-13.

MACHADO, A. Alcântara. *Brás, Bexiga e Barra Funda & Laranja-da-China*. Rio de Janeiro: Artium, 1996.

Maxixe “Cristo nasceu na Bahia”. Disponível em: <http://cifrantiga3.blogspot.com.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

POE, Edgar A. O Homem da multidão. Tradução de Dorothée de Bruchard. Edição Bilíngue. Porto Alegre: Paraula, 1993, 51p.

RAMOS, Marilúcia M. A urbanização de São Paulo sob os olhares de três contistas do início do século XX In: *Anais V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil*. Salvador–Bahia, 30 de setembro a 03 de outubro de 2008, p. 5 (meio digital).

_____. Patrimônios da cidade de São Paulo na contística do início do século XX. *Revista Via Atlântica/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo n. 16, São Paulo : Departamento, 2009, pp. 245-258.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 30, Rio de Janeiro: SPHAN/PróMemória, 2002. Disponível em www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3207. Acesso em 25 de setembro de 2013.

POLICIAIS MILITARES DO NORTE GOIANO: REPRESENTANTES E EXECUTORES DAS AÇÕES DO ESTADO (1930- 1945)

Mariseti Cristina Soares Lunckes

lunckes@uol.com.br

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Doutora em História Social

Resumo

Em 1934, a 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso foi estrategicamente instalada com o objetivo de aumentar a arrecadação das rendas estaduais no norte goiano. Os policiais exerciam a função de legitimadores do poder estatal. Dentro do seu contexto de trabalho, cabia-lhes vigiar o trânsito de pessoas estranhas à comunidade, conter o avanço dos bandoleiros e ficar a serviço do fisco nos destacamentos ou agências fiscais mais isolados. A polícia militar e seus sujeitos policiais tornam-se “braço do Estado”, símbolo de poder, “os olhos e ouvidos do governo”. A partir das colocações acima, procuramos verificar como estes sujeitos buscavam efetivar as demandas do Estado e quais as táticas e práticas de ressignificação que os policiais militares de baixa patente apresentam diante desse projeto.

Palavras-chave: norte goiano; poder; polícia militar.

Abstract

In 1934, the 4th Co. Isolated Pedro Afonso was strategically installed in order to increase revenue collection in the northern state of Goiás. The police exercised the function of legitimizing state power. Within the context of their work, it was up to them to monitor the transit of people from outside the community, contain the spread of bandits and get the service tax authorities in detachments or tax agencies more isolated. The military police and police their subjects become "arm of the state", a symbol of power, "the eyes and ears of the government." From the steps above, we see how these guys sought accomplish the demands of the state and what tactics and practices reframe the low-ranking police officers present on this project.

Keywords: north Goiás, power supply, military police.

A partir de 1930, os espaços do norte de Goiás passaram a ser policiados de forma mais efetiva. As autoridades estaduais do período, ao assumirem o poder, acreditavam na possibilidade de formar uma nova polícia organizada para cuidar dos interesses do Estado e não mais dos interesses do poder de mando local. A 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso ganha autoridade para fazer uso da lei, exercendo o seu poder, mesmo diante de inúmeros obstáculos. Ela tinha o controle fiscal como função principal, buscando evitar as práticas costumeiras e regulares do contrabando que impediam que os tributos oriundos do comércio da região chegassem ao erário público. A Polícia Militar Goiana torna-se a instituição responsável pela implantação da ordem e a representante do novo Estado em processo de construção.

Sob este aspecto, na Europa, com a organização do Estado moderno no séc. XIX, observa-se que a polícia passou a ser uma força poderosa capaz de transformar a “Europa rural” num espaço onde o “braço do Estado” tinha acesso e alcance. A polícia torna-se símbolo do poder estatal em áreas afastadas dos centros urbanos, pois vigiava os andantes e reprimia o contrabando e os traficantes. Como escreve Emsley (1999), a polícia representava os olhos e ouvidos do governo. Era uma polícia que tinha atividades cotidianas e rotineiras, sendo fator importante para a manutenção da paz e base das forças da ordem e tranquilidade pública em toda a Europa. Transformar o cotidiano local exigia novos padrões de comportamento dos policiais e dos diferentes sujeitos que viviam nestes espaços rurais distantes e policiados.

O trabalho de Rafart (2008) apresenta a problemática dos espaços distantes dos centros urbanos e a efetivação da presença do Estado nestes espaços no final do século XIX e na primeira metade do século XX. Essa presença decorre dos conflitos travados entre os diferentes sujeitos em disputa: bandoleiros, policiais e juízes. A penetração dos novos sujeitos e das instituições representantes do Estado busca impor um modelo de ordem “liberal conservadora” que incluía estes novos espaços e regionalidades no estado moderno nacional.

Estas colocações possibilitam pensar os sertões goianos narrados pelas autoridades como espaços de permanente tensão entre os diferentes sujeitos: comerciantes, fazendeiros, bandoleiros e policiais. Espaços privilegiados que possibilitam mobilidades e enfrentamentos, como se observa na citação abaixo:

Praça à Disposição – De acordo com o ofício n° 46 de hoje datado do Sr. Encarregado do expediente da Inspetoria da Fazenda, nesta vila, requisitando uma praça afim de passar à disposição da Coletoria Estadual para auxiliar no serviço de fiscalização não só dos produtos sujeitos ao imposto de consumo e que entram clandestinamente na localidade, mas também das embarcações que transitam pelo porto local, fica à disposição da mesma Coletoria o soldado n° 66, Pedro Cardoso da Costa. (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno n° 56, de 06.03.1936)

São recorrentes os relatos das autoridades em relação à baixa arrecadação fiscal do norte goiano. A busca pelo seu incremento, a partir de 1930, é indício de que a 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso fora criada para estabelecer a ideia de que a lei, a ordem e o Estado se faziam presentes nos sertões. O delegado especial do norte de Goiás, 1º Ten. Walfredo Campos Maia, caracteriza as práticas costumeiras dos comerciantes e fazendeiros de não pagar impostos como endêmicas no município. Para evitar a insegurança nas agências fiscais, solicita um maior número de policiais militares para a região, justificando seu pedido: a “questão do contrabando em Pedro Afonso é um caso interminável, pois as fronteiras se distam 60 léguas¹ e as agências ficam distando de uma para outra em distância igual. Já se vê que, se não dispor aquele coletor de umas 20 a 30 praças nada pode fazer”. (ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS. Documentos avulsos. Cx. 853. 08 de fevereiro de 1933. Ofício n° 104).

Para o delegado especial do norte goiano, os meios de reprimir o contrabando e a mobilidade de bandoleiros e fazendeiros na região só seriam eficazes com um mínimo de 44 praças. Estes garantiriam a paz nas fronteiras interestaduais. A partir do seu relatório, percebe-se a busca por organizar um aparato policial permanente que tivesse

¹ Uma légua corresponde a 6,60 quilômetros, aproximadamente. Neste caso, as fronteiras estavam a uma distância aproximada de 400 quilômetros.

as mínimas condições de vigiar as vastas extensões territoriais e os “vazios” não guarnecidos existentes entre as agências fiscais. (ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS. Documentos avulsos. Cx. 853. 08 de fevereiro de 1933. Ofício nº 104).

No norte goiano havia 10 (dez) agências fiscais: Boa Sorte, Cordeiro, Anajá, Porto do Sítio, Bom Tempo, Pontal, Filadélfia, Nova Aurora, Boa Vista e Santo Antônio. A menor distância era da agência de Bom Tempo até a agência de Pontal: 3 léguas (aproximadamente 20 km), enquanto a maior distância era de Boa Sorte a Cordeiro: 40 léguas (aproximadamente 264 km). Constata-se a extensão da região não policiada. Espaços do cerrado e dos rios que possibilitavam a mobilidade de gado, boiadeiros, fazendeiros, bandoleiros e comerciantes, que na visão das autoridades locais, necessitavam de vigilância e da atuação permanente da polícia militar.

Ao contrário das colocações do delegado, para as autoridades da Procuradoria Fiscal da Capital, o controle do contrabando na região era insolúvel, não só em função da distância entre as agências fiscais, mas também porque o imposto de exportação não era aceito pelos moradores. Mesmo com o efetivo solicitado pelo delegado, as autoridades da capital questionavam as competências, as habilidades e a credibilidade dos policiais, uma vez que a maioria destes homens provinha de estados vizinhos, onde a sonegação de tributos era habitual. Estes policiais não teriam como enfrentar os contrabandistas. Para as autoridades “um soldado feito dessa mesma massa inspira confiança [...]? Que força moral ou material terá uma pobre praça, isolado naquele ermo?”. Um número maior de policiais nas agências fiscais, como havia sido solicitado, possibilitaria não um aumento da arrecadação fiscal e, sim, um “contrabando legalizado, largado”. (ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS. Documentos Avulsos. Cx. 853. Coletoria de Porto do Sítio. Relatório especial de 16 de março de 1933. Ofício nº. 112. Parecer da Procuradoria Fiscal nº. 4408, de 05 de setembro de 1933).

Independente das discussões a favor ou contra o uso da polícia militar para proteger as agências fiscais dos sertões, é fato que a partir de 1930 as autoridades goianas vêm direcionando esforços para efetivar a presença da corporação na região, atendendo reivindicações das autoridades do norte do Estado quanto ao controle das áreas de circulação de mercadorias e pessoas. Visava-se principalmente ao aumento da

arrecadação fiscal e a polícia militar era o principal agente de fiscalização e dinamização da Inspetoria da Fazenda de Pedro Afonso. A citação abaixo exemplifica tais ações:

[...] o interventor federal neste estado, usando das atribuições que por lei lhe são conferidas, decreta [...] o comandante da Companhia Isolada exercerá as funções de fiscal geral das rendas do norte do estado e os demais oficiais a de fiscal de rendas das diversas zonas, por determinação em boletim; e mediante solicitação da sub-diretoria da Fazenda [...]. Interventoria Federal do Estado de Goiás; em Goiânia, 10 de julho de 1939, 51º da República. (ass) Pedro Ludovico Teixeira, João Teixeira Álvares Junior. (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno nº 95, de 23.09.1939).

A persistência das autoridades em atribuir à polícia militar funções de fiscais de renda no norte do Estado tem relação com outro problema considerado de ordem pública: o trânsito de bandoleiros pelas fronteiras interestaduais, fato que não era novo, mas que precisava ser enfrentado. Os fazendeiros do Maranhão tinham, a seu serviço, boiadeiros protegidos por jagunços que forçavam a passagem do gado pelo Rio Manuel Alves Grande e pelas demais coletorias sem pagar o “imposto de exportação”. Nos documentos são citados fazendeiros de Barra do Corda (Luiz Rodrigues), Grajaú (Natalino Pereira), Balsas (José Costa) e Carolina (Benjamin Carvalho)² que entravam em Goiás apoiados pela força dos bandoleiros. Evidenciam-se as práticas consideradas pelas autoridades como “fora da lei” e os mecanismos de desvio utilizados pelos diversos criadores de gado para evitar o pagamento de tributos para o Estado de Goiás. Práticas que podem dizer muito sobre normas, delitos e poder político de uma sociedade e que vão além das fronteiras demarcadas pelo nosso recorte espacial de estudo. (FARGE, 1991; in RAFART, 2008, p. 16).

² No Arquivo Histórico de Goiás, Documentos Avulsos, existe uma documentação significativa com a identificação de vários outros fazendeiros da região que utilizam o trabalho de bandoleiros, porém não há registro do domicílio deles.

As dificuldades das autoridades de Goiás em manter um número suficiente de policiais no norte para atender às demandas sempre foram evidenciadas nos relatórios, fato que não invalida a importância e a legitimidade das praças e da 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso. Esta, por sua vez, precisava estar preparada para os sobressaltos e imprevistos sempre que as ameaças ocorressem, pois “diante da deficiência de cabos para atender a tantos serviços que aparecem presentemente com os boatos de invasão de bandoleiros neste município, vindos de Vitória do Alto Parnaíba, Maranhão determino que os referidos cabos devam concorrer somente no serviço da guarda [...]”. (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno nº 3, de 06.01.1938). Porém, além da guarda, os policiais militares tinham funções de fiscalização, coleta de tributos e vigilância da ordem pública, com ênfase ao enfrentamento dos bandoleiros.

Atendendo a solicitação do Sr. [...] Subdiretor da Fazenda [...], afim de reforçar o destacamento junto a Agência Fiscal Galhão de Muniz, com mais dois praças, para auxiliarem o respectivo agente na repressão ao contrabando, visto acharem em operação naquela zona afamado chefe de cangaço [...], o qual [...] tem dado amostra de suas façanhas [...], acompanhado de peões armados a rifle e fuzis. Determino seja destacado [para aquela] localidade, o soldado Celso R. Vieira [...]. (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno nº 260, DE 11.11.1940).

Os bandoleiros eram parte integrante dos ambientes rurais, estando presentes nesses espaços. Em Goiás, são atores no cenário das disputas de famílias e nas lutas políticas que afligiram municípios como Pedro Afonso nas primeiras décadas do séc. XX. (CHAUL, 1998. p. 155). Aparecem na documentação trabalhada como homens bem armados, em permanente trânsito pelos estados fronteiriços com vastas extensões sem policiamento. Muitos ganham visibilidade ao serem descritos como homens armados a serviço de criadores e traficantes de gado. Outros são considerados perigosos assaltantes e criminosos que saqueiam agências fiscais, vilas e zonas de garimpo. Nos relatos há exaltação à sua fama e suas façanhas atraíam a atenção dos delegados e

comandantes da polícia militar dos Estados do Maranhão e Goiás, havendo a necessidade da polícia intervir nestes espaços e eventos para a implantação da ordem pública, com a prisão dos bandoleiros que ali atuavam.

...solicitando de V. S. aviso imediato ao Oficial Delegado no Garimpo de Piauís e outras localidades que julgar necessário, em virtude de roubos praticados neste estado pelo bandido Luiz Piauí. Encareço, no caso da prisão ou morte, por isso, que propala não se entregar a prisão, sejam arrecadados os bens roubados e devolvidos a esta Inspetoria Militar (...) os bandoleiros andam bem armados e municiados, inclusive com um mosquetão mauser, revólver e parabelum [...]. Contando com o apoio franco e decisivo da Polícia Goiana, sempre habituada a reprimir crimes e punir criminosos dessa espécie, espero seja propiciado o auxílio em benefício da paz e da ordem nos dois estados da República, nos quais desempenhamos uma parcela de poder público na Polícia representativa. (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno nº 279, de 06.12.1943).

A incidência de grupos de homens armados transitando pelo norte goiano aparece nas fontes trabalhadas e, por conseguinte, o enfrentamento com a polícia militar. Não buscamos aqui explicações para a presença de homens armados e agrupados, denominados cangaceiros, jagunços ou bandoleiros. O que nos interessa são os significados apresentados pelas autoridades locais e estaduais para justificar a presença da polícia militar nestes espaços tidos como da desordem.

No norte goiano, a partir de 1930, as autoridades não deixavam sem respostas as solicitações dos delegados. A qualquer sinal de ameaça à ordem pública, agilizavam a organização de contingentes para reprimir e punir criminosos em trânsito. A presença mais efetiva da corporação militar enseja um aumento nos confrontos entre policiais e bandoleiros. Em 1940, os policiais de Pedro Afonso foram “[...] devidamente armados e municiados a 50 cartuchos de guerra, seguir para o destacamento de Arraias [...], Dianópolis [...], Santonópolis [...], São Domingos [...], Taguatinga [...]. São Vicente [...], Boa Sorte [...], Couto Magalhães [...], Miracema [...], Itacajá [...] e Pé da Serra [...]. Nestes espaços, a presença dos bandoleiros dava-se em função dos laços de “reciprocidade” com alguns fazendeiros e comerciantes. Ou seja, mesmo num contexto de violência, alguns moradores do norte goiano viam nas andanças e na presença desses

homens em armas uma oportunidade para dinamizar recursos e laços de proteção (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno nº 77, de 05.04.1940). Por outro lado, autoridades locais e moradores exigiam a intervenção da polícia militar para minimizar o avanço de contingentes de homens armados que perturbavam a ordem pública.

Levo ao vosso conhecimento [Sr. Cmt. da Cia. Isolada de Pedro Afonso], que acaba de chegar a esta Delegacia, uma queixa contra um senhor de nome João Miranda, residente neste município, cujo indivíduo está chefiando um grupo de jagunços armados, os quais cometeram crime de assassinato e agressões a casas de famílias com ameaças. A população [...] está apavorada diante de tais acontecimentos e recorrem a esta Delegacia pedindo providência. [...] O grupo compõe-se de diversos bandoleiros armados e bem municiados. [...] Como o Destacamento local é insuficiente para atender a uma diligência como o caso requer, venho levar ao vosso conhecimento e pedir urgentes providências. O destacamento local compõe-se de 3 soldados e pouca munição [...] Da Delegacia de Filadélfia – GO. (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno nº 31, de 1950).

Para as autoridades goianas era difícil manter nestes espaços uma estrutura administrativa estatal permanente, representada pela polícia militar, com um efetivo suficiente. Esta estrutura deveria concentrar os atributos de poder e força, usando da violência legítima para manter o controle e dispersar ou prender os bandoleiros que, pelos relatos das autoridades, não estavam dispostos a abrir mão das suas práticas.

Os homens de posse faziam uso dos serviços prestados por bandoleiros para resolução de problemas cotidianos. Isto era comum e ao mesmo tempo essencial para o funcionamento das atividades do dia-a-dia. Porém, a partir da instalação da 4ª. Cia Isolada de Pedro Afonso, esse tipo de prestação de serviços deveria ser enfrentado pelas autoridades. São significativos os pedidos de praças para auxiliar na fiscalização de rendas estaduais, na repressão ao contrabando e aos bandoleiros.

Como já foi colocado, muitas eram as dificuldades dos policiais em trânsito e em diligência para atender aos pedidos de policiamento dos municípios. Entre elas o armamento, o transporte e o número de efetivos. Constatamos, pelas leituras realizadas,

que nos espaços em que homens organizados em bandos faziam da violência um meio de vida, estes possuíam armamento e municiamento em quantidade superior ao dos policiais, além de uma maior mobilidade. Uma situação desigual no momento do enfrentamento, resultando geralmente em perda de policiais.

Diferentemente das operações rotineiras de policiamento das áreas públicas³, no norte goiano as tarefas dos policiais requeriam habilidades que possibilitassem preservar suas vidas diante das violências enfrentadas nos confrontos com bandoleiros. Esforço físico, coragem, manejo de armas e conhecimento do terreno faziam o diferencial na luta pela sobrevivência. Era recorrente a morte de policiais em serviço nas funções de policiamento dos destacamentos, das agências fiscais, na efetivação da prisão de criminosos e no confronto direto com bandoleiros.

A dificuldade de executar o policiamento das áreas de trânsito de bandoleiros consta nas correspondências dos comandantes da 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso, com relatos dos esforços para atender as demandas, principalmente em duas áreas de conflito: a fronteira com o Maranhão e o Piauí, ao norte; e a região sudeste, na fronteira com o Estado da Bahia.

Os destacamentos recebem os contingentes de policiais conforme as especificidades dos conflitos existentes e suas particularidades. Ou seja, a Companhia reorganiza seus destacamentos diante das ameaças pontuais à ordem pública. Seu planejamento está vinculado às necessidades mais prementes de cada destacamento, com a transferência periódica dos policiais. A solicitação por contingentes maiores parte dos delegados dos municípios do norte de Goiás e é atendida, na medida do possível, levando-se em consideração seus limites de atuação, segundo registro dos boletins internos.

Contudo, mesmo diante das demandas além das possibilidades de contingente e dos problemas da distância, esforços eram realizados através de deslocamentos, diligências e transferências de policiais, como os explicitados abaixo:

³ SHPAYER, Makov Haia. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London. 1829-1914*. Burlington: Ashate, 2002. A autora apresenta os riscos profissionais e sofrimentos da rotina de trabalho dos policiais. De acordo com a autora, uma ocupação perigosa, pois envolve a exposição dos policiais a todos os tipos de conflitos. p. 133-146.

Tendo em vistas a grande deficiência de praças presentes **nesta sede**, de modo a não poder atender os pedidos de reforços para os destacamentos [...] conforme solicitou o Sr. Cap. assistente da secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública e considerando a necessidade de melhor policiamento das referidas localidades [...] escalo para o destacamento de **Porto Nacional** os 3º Sgt. José Gonçalves dos Santos, soldados Manoel Pedro da Silva, Nazaré Gomes da Cruz, Antonio B. Magalhães, Artuliano Pires e Manoel Abreu, sendo este último por transferência do **destacamento Xerente**, para o destacamento de **Dianópolis**, os cabos Sebastião Gonçalves de Sousa, soldados Quintino Cardoso da Rocha e Severo Medeiros de Sousa, os dois últimos por transferência do destacamento de **Arraias...**⁴. (ESTADO DE GOIÁS, Boletim Interno nº 19, de 24.01.1946) (grifo nosso).

Outros serviços realizados nos destacamentos dos municípios do norte eram, sobretudo, funções administrativas, principalmente nas agências fiscais onde ocorria o recolhimento de tributos. Isto se evidencia através do crescimento da arrecadação no Estado: em 1930 era “*de Cr\$ 2.168.206,00; em 1942 foi de Cr\$ 12.724.543,40...*”, (REVISTA OESTE, 1983, p. 589), representando um crescimento superior a 486% no período. Todavia, não é nosso objetivo verificar se de fato ocorreu o aumento da arrecadação tributária e a dinamização da economia do norte goiano. Ao apresentarmos a problemática tributária, evidenciamos que cabia à 4ª Cia Isolada de Pedro Afonso e aos seus policiais uma atuação mais direta nas áreas de fisco.

A criação e instalação da “Sub-Diretoria da Fazenda e da Companhia da Força Policial, em Pedro Afonso” (REVISTA OESTE, 1983, p. 589-590), no entendimento das autoridades, foram determinantes para o desenvolvimento da região norte. Isto está demonstrado no crescimento da arrecadação fiscal da região e do município de Pedro Afonso: em 1930, a região arrecadou 139 contos, 826 mil reis e Pedro Afonso arrecadou 7 contos, 721 mil reis. Em 1937, a arrecadação da região foi de 866 contos, 433 mil e

⁴ No Boletim Interno nº. 19, de 24 de janeiro de 1946, Peixoto, Assistente Militar, faz a seguinte solicitação à 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso: “(...) seguimento dez soldados essa Cia. a fim de reforçar destacamento Porto Nacional onde a ordem pública está sendo ameaçada por elementos forasteiros que ali estão se alojando”.

100 reis, enquanto Pedro Afonso arrecadou 247 contos, 185 mil e 100 reis. (MIRANDA, 1973).

Em termos percentuais, observa-se que em 1930, a arrecadação de Pedro Afonso representava 19,38% da renda total do norte goiano. Em 1937, esse percentual aumentou para 28,52% da arrecadação total. Ampliando a análise, verifica-se que o município de Pedro Afonso, no período de 1930 a 1937, registrou um aumento de 3.101,46% na arrecadação, enquanto no norte goiano o aumento foi de 726,60%.

Segundo os autores pesquisados, a elevação da renda, tanto do município quanto da região norte como um todo, deve-se, principalmente, à atuação dos policiais da 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso na arrecadação e na fiscalização junto aos órgãos fazendários.

Dentro do contexto apresentado, a 4ª Cia. Isolada de Pedro Afonso foi estrategicamente instalada pelo governo estadual e suas secretarias com o objetivo de aumentar a arrecadação das rendas estaduais. Seus policiais exerciam tanto a função de legitimadores do poder estatal, como de executores de suas ações, pois suas práticas tinham que ser justificadas no sentido de validar sua presença nos sertões. A fundamentação e a legalidade estavam alicerçadas em seu regimento disciplinar e por decretos das autoridades, conforme as necessidades emergenciais e interesses que se apresentavam cotidianamente. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 1937).

Além disso, buscava-se a permanência dos policiais nos sertões, pois se os “órgãos públicos concorreram para melhorar o padrão de vida da cidade [...] a instabilidade dos funcionários e militares que não se adaptaram ao meio” era uma realidade. (PASSOS, 1986, p. 226). Observa-se que havia rotatividade de policiais na companhia e nos destacamentos, além de deserções e exclusões disciplinares. Para minimizar estes aspectos, as autoridades optavam por policiais militares casados para que permanecessem com suas famílias, principalmente quando atendiam aos interesses das autoridades fiscais.

presente [ofício] para pedir a V. Excia. suas providencias no sentido de ser posta à disposição daquela Coletoria, a praça dessa Unidade, Fabio de Sena Moura. Esclarecemos a V. Excia. que a esposa do soldado em referência é Agente Fiscal [...], subordinada à Coletoria em apreço. Na certeza de que V. Excia. continuará a atender nossos pedidos, contribuindo assim para crescente aumento de nossas rendas, auxiliando no serviço de repressão ao contrabando, apresentamos-lhe nossos protestos de [...] consideração [...]. Atenciosamente. (Ass) José de Sousa Porto. (ESTADO DE GOIÁS. Boletim Interno nº 194, de 23.08.1943).

Diante da variedade de atribuições, o que mais chama atenção é que o papel da polícia não estava diretamente direcionado para as funções de controle social dos segmentos marginais como vadios, ébrios, donos de bar e prostitutas⁵. Aliás, esse universo faz parte do seu mundo e das suas práticas de sociabilidades. Práticas punidas pelos comandantes e não aceitas pelas diretrizes dos regimentos, mas socialmente aceitas nos sertões. Miranda (1973), nos relatos sobre Pedro Afonso nos anos pós 1930, descreve um período de tranquilidade pública vivenciada a partir da presença das autoridades policiais em sua sede com o objetivo de combater o contrabando e o trânsito de bandoleiros. Segundo o relato de moradores e autoridades, o perigo, a desordem e os conflitos armados não aconteciam mais na sede. Estavam no entorno e distantes, sendo minimizados pela presença dos policiais militares e da 4ª Isolada de Pedro Afonso.

⁵ EMSLEY, Clive. *Gendarmes and the state in nineteenth-century europe*. New York: Oxford, 1999. Para autor, os estudos sobre os crimes e os agentes de repressão, como as policias civis atuando nas grandes cidades, são abundantes. Porém, os trabalhos de pesquisa sobre as policias que atuavam nas regiões afastadas dos centros urbanos não são explorados pelos historiadores. Já os trabalhos de STORCH, Robert. D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 5, nº 8/9, p. 7-33, set.1984/abr.1985. e a obra *The policeman as domestic missionary: urban discipline and popular culture in Northern England, 1850-1880*. University of Wisconsin, Janesville. *journal of history*. p.481-509, versam sobre a função das policias militares nas cidades. De missionária doméstica ao papel pedagógico, a polícia urbana européia do séc. XIX tinha como função controlar a “ira do cotidiano”, as bebedeiras, as jogatinas, a prostituição, a mendicância e as brigas, práticas das massas vistas como maus costumes. No Brasil, temos como referência BRETAS, M. L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, onde o autor enfoca os aspectos da ordem e da autoridade policial, levando em consideração os aspectos cotidianos do policiamento nas ruas da cidade. As necessidades imediatas do trabalho policial são transformadas e os saberes institucionalizados adequados à demanda do cotidiano, sendo os seus fazeres adaptados diante dos limites técnicos de sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto de trabalho dos policiais, cabia-lhes vigiar o trânsito de pessoas estranhas à comunidade, conter o avanço dos bandoleiros, diminuindo seu poder de destruição e violência, ficando a serviço do fisco em destacamentos ou em agências fiscais mais isoladas dos municípios. Assim, a polícia no norte de Goiás significa uma força que, apesar das vicissitudes apresentadas, é capaz de ter visibilidade e se tornar necessária nos espaços de tradição agrária. Ela torna-se “braço do Estado”, símbolo de poder, “os olhos e ouvidos do governo”. (EMSLEY, 1999). Uma polícia que, a partir de 1930, começa a ser instruída e formada, ganhando legitimidade técnica e institucionalizada.

Os confrontos existentes entre policiais, comerciantes, fazendeiros e bandoleiros evidenciam a disposição de alguns proprietários em não aceitar as condutas direcionadas pelo Estado e suas instituições e uma forte resistência às suas diretrizes. A sistemática presença de policiais em destacamentos e zonas de fisco faz com estes executem as demandas do Estado em busca do aumento da arrecadação tributária.

Os esforços do governo estadual em legitimar, através de normativas, decretos e regimentos, as ações da 4ª Cia Isolada de Pedro Afonso para melhor representá-lo, é um indício do avanço do Estado nestes espaços. Os recorrentes pedidos de aumento do efetivo de policiais em destacamentos do norte goiano e a maior aceitação por parte da população são indicativos de que a instituição policial começa a ter visibilidade positiva. As autoridades do Estado desejavam que a polícia militar fosse vista como “a única fonte de ‘direito’ de usar a violência”. (WEBER, 202, p. 56-89)

Antes da instalação da 4ª Cia Isolada de Pedro Afonso, o contrabando era tolerado e o uso da violência privada era uma prática costumeira. Porém, a partir da presença da polícia no município, estas questões passam a ser combatidas, sendo consideradas de segurança pública.

Embora houvesse questionamentos quanto à eficiência dos policiais devido ao quantitativo numérico e também por causa da sua índole, a presença a 4ª Cia. em Pedro Afonso significava a busca das autoridades pela imposição nos sertões do norte de

Goiás de novas racionalidades e sociabilidades desvinculadas do poder e da violência privada. Pressupõe a institucionalização do poder do Estado e de polícia com suas funções de proteção e de coerção. Um poder exercido sobre indivíduos e grupos. Nesse sentido, cabe à instituição policial e seus homens a permanência nesses espaços e a busca contínua do monopólio do uso da força legítima.

Afinal, nos sertões a ela é delegado o poder de polícia. É dentro do contexto histórico apresentado que a 4ª Cia Isolada de Pedro Afonso e seus policiais devem ser inseridos, pois o cenário de transformações que Goiás vinha sofrendo com a chegada das diretrizes da política nacional pressupõe a penetração dos novos sujeitos e das instituições representantes deste Estado em construção no período de 1930 a 1945. A implantação de políticas, das quais a polícia militar era tida como agente de controle e vigilância, foi uma das medidas inclusas nesse processo de “infiltração” dos valores estatais no norte do Estado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS. Documentos Avulsos. Cx. 853. Coletoria de Porto do Sitio. Relatório especial de 16 de março de 1933.

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOIÁS. Documentos avulsos. Cx. 853. Ofício nº 104, 08 de fevereiro de 1933. Boa Vista do Tocantins. Delegacia especial do norte de Goiás.

BRETAS, M. L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHAUL, Nasr Fayad (coord). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Mestrado em História/UFG, 1998.

EMSLEY, Clive. *Gendarmes and the state in nineteenth-century europe*. New York: Oxford, 1999.

ESTADO DE GOIÁS, Quartel de Pedro Afonso. Boletins Internos do período de 1936 a 1946.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Regulamento Disciplinar do Exército, 1937.

FARGE, Arlette. La atraccion del archivo. Ediiions Alfons el Magnanim, Valencia, 1991, in RAFART, Gabriel. *Tiempo de violencia en la Patagonia: bandidos, policías y jueces – 1890 – 1940*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Coleção de Leis do Estado de Goiás (1930-1932) e (1935-1949).

LUNCKES, Mariseti C. Soares. *A 4ª Companhia Isolada de Pedro Afonso e o cotidiano dos policiais militares: um projeto de policiamento e “ordem” para os sertões do antigo norte goiano (1930-1964)*. 2011. 196 p. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

MIRANDA, Anna Brito. *História de Pedro Afonso*. Goiânia: Oriente 1973.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. *Goiás de ontem: memórias militares e políticas*. Goiânia: Norton de Camargo Passos, 1986.

RAFART, Gabriel. *Tiempo de violencia en la Patagonia: bandidos, policías e jueces 1890-1940*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

REVISTA OESTE. Revista Mensal. Edição FAC – Similar - Comemorativa do Cinquentenário da Fundação de Goiânia – (1933 –1983). Goiânia, UCG, 1983.

SHPAYER, Makov Haia. *The making of a policeman: a social history of a labour force in metropolitan London. 1829-1914*. Burlington: Ashate, 2002.

STORCH, Robert. D. O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo. Vol. 5, nº 8/9, p. 7-33, set.1984/abr.1985.

STORCH, Robert. *The policeman as domestic missionary: urban discipline and popular culture in Northern England, 1850-1880*. University of Wisconsin, Janesville. journal of history. p.481-509

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

O “ROMANCE PROLETÁRIO” DE JORGE AMADO E PATRÍCIA GALVÃO: A CIDADE COMO ESPAÇO DE TRANSFORMÇÃO

Matheus de Mesquita e Pontes

matheus_catalao@hotmail.com

Instituto Federal de Educação de Mato Grosso (IFMT)

Mestre em História

Resumo

Em 1933, Jorge Amado lançava *Cacau* e Patrícia Galvão *Parque Industrial*, obras denominadas pela historiografia literária como precursoras do “romance proletário”. Apesar de trajetórias distintas, ambos os escritores tinham ligação com o Partido Comunista do Brasil (PCB) e viam na classe trabalhadora o poder de transformação socioeconômica do país, sendo na cidade industrializada e operária o palco privilegiado para ação, em detrimento do espaço agrário que é posto como atrasado e portador de “resquícios feudais”. Galvão tem como espaço de sua trama a cidade de São Paulo, em que descreve as atividades do cotidiano fabril e da organização da classe operária em busca da revolução socialista. Já Amado aponta a impossibilidade da transformação da sociedade pelo campo, visualizando que o fim dos “resquícios feudais” na sociedade brasileira só ocorrerá pela ação dos trabalhadores urbanos.

Palavras-chave: Cidade. Campo. Romance Proletário.

Abstract

In 1933, Jorge Amado published *Cacau* and Patrícia Galvão publish *Industrial Park*, works named by literary historiography as precursors of the "proletarian novel". Although different paths, both writers were connected with the Partido Comunista do Brasil (PCB) and they saw in the working class the power of socio-economic transformation of the country, and in the city industrialized, with the workers, the privileged stage for action, at the expense of the agrarian space that is posited as backward and carrier traits of "feudal remnants". Galvao has as the space of its plot the city of São Paulo, in which she describes the daily activities of manufacturing and the organization of the working class in pursuit of socialist revolution. Amado, already



points out the impossibility of transforming society through the countryside, seeing that the end of the "feudal remnants" in Brazilian society only occur by the action of urban workers.

Key words: City. Countryside. Proletarian Novel.

A Revolução Russa, como aprofundamento radical da ação e do pensamento marxista, tornou-se um marco histórico que transformou parte significativa das relações sociais e culturais no século XX. A primeira guerra global moderna (1914-1918) sustentada nas novas tecnologias e na afirmação dos sentimentos nacionalistas, causou mortes, gerou fome e miséria, além de impulsionar a falta de esperança na raça humana. Por outro lado, como resultado parcial do conflito, a tomada do poder, numa iniciativa dos trabalhadores, camponeses e soldados na velha Rússia czarista, tendo à frente um partido centralizado, reacenderam as chamas de um futuro promissor.

Após 1917, diversos artistas e literatos se tornaram partidários da Revolução, sobre o intuito de “falar às massas”, demonstrar que existe uma possibilidade de superação dessa sociedade falida pela guerra e pela cobiça do capital. Do capitalismo ao socialismo era a grande alternativa que poderia salvar os homens rumo a um futuro próximo, sendo o proletariado o protagonista dessa transformação imaginada e desejada. O novo herói da humanidade a ser glorificado por parcela significativa dos literatos.

Para Eduardo de Assis Duarte (1996), a figura do herói estava perdida na Literatura burguesa desde o período realista e se reencarnou nesse novo estilo de Literatura com o heroísmo revolucionário da classe trabalhadora, inspirando defesas ao combate realizado pelo operário, camponês, no agitador e no dirigente partidário das massas. Nesse contexto, encontra-se proletários e artistas, juntos contra a velha ordem e a guerra imperialista que massacrava milhões de homens, por um novo modelo de sociedade mais justa e fraterna.

O período pós-Revolução Russa, o entre guerras nas décadas de 1920 e 1930, foi um período intenso e tenso no campo político, e, em especial no (re)pensar das

identidades de classe e/ou nacionalidades. É época que aflora, novamente, o engajamento literário pelo mundo, estritamente associado à política e a prática da produção literária. É a época da ascensão dos movimentos comunista e fascista no mundo como resposta a grande crise econômica e social gerada pelo primeiro conflito bélico de caráter global na era moderna.

Por assim, a crise apresentada, em conjunto com as disputas políticas, leva parte significativa dos literatos e artistas a acreditarem na concretização de uma utopia: a construção de uma sociedade sem classes, o socialismo. Para Denis Benoîte (2002), era o momento de se colocar a todo vapor o engajamento idealista em defesa dos valores universais que estavam sendo ameaçados pelo fascismo, momento no qual o intelectual colocava seu prestígio a serviço do debate e formação política, sendo que muitos renunciavam a sua independência na produção artística para se lançar numa ação política coletiva e organizada. Foi o período em que os meios/órgãos de agitação e divulgação dos Partidos Comunistas e de suas Frentes Amplas ou Populares eram movidos, em parte, por esses intelectuais.

É perante a esse contexto, mais especificamente na década de 1930, que inicia a produção literária de Patrícia Galvão (Pagu) e Jorge Amado. Ambos vão vivenciar de forma tardia as consequências do Movimento Modernista: Pagu atuando com os modernistas de São Paulo e Amado na *Academia dos Rebeldes* com os baianos de Salvador.

Sobre o modernismo, Roger Bastide (1972) afirma que a literatura brasileira manteve-se fixada nas tendências da literatura europeia até 1922 - Semana de Arte Moderna -, sendo o modernismo um divisor de águas na produção nacional. Essa nova tendência, segundo sua interpretação, teria duas correntes internas: uma de traços neorrealistas com cunhos sociológicos, no qual buscava descrever com maior exatidão possível a realidade circundante; e a outra, da qual Amado e Pagu faziam parte, também neorrealista, que não possuía somente a intenção de pintar o real, e sim em mudá-lo em nome de uma ideologia socialista. Para o autor os romances desses autores eram mensagens para uma ação revolucionária.

Discordando de Bastide, e de diversos outros interpretes literários, Amado afirma que suas obras não tiveram influência do Modernismo, mas sim da “Revolução de 1930”. Analisando o Modernismo, o escritor alega que o mesmo girava em torno dos grandes proprietários de café de São Paulo e do Partido Republicano Paulista (PRP), sendo assim, “um movimento de classe” que nada trouxe de original para a Literatura brasileira, transpondo apenas diversos movimentos que surgiram na Europa pós-guerra: cubismo, dadaísmo, surrealismo, etc. Além disso, Amado afirma que foi o movimento originário pós-Revolução de 1930 - “Romance de 30”¹ -, o portador dos novos sinais de uma Literatura que tratava dos problemas sociais do povo brasileiro, associando sua escrita narrativa na língua falada e na vida dos populares (RAILLARD, 1990).

Independente das polêmicas levantadas, Amado e Pagu sofreram influências tanto dos eventos e movimentos que vinham ocorrendo na Europa pós-guerra, como das intensas movimentações políticas, sociais, culturais e militares que ocorriam no Brasil entre os anos de 1922 e 1930. Referente às suas inserções no Partido Comunista do Brasil (PCB), a ligação de Pagu ocorre graças a seu envolvimento com o escritor Oswald de Andrade, e a de Amado por intermédio da Juventude Comunista, quando este se muda para o Rio de Janeiro e se insere no mundo jornalístico e torna-se estudante de Direito.

Ao final dos anos de 1920 e nos primeiros de 1930, período de consolidação do poder de Stálin na URSS e de suas concepções no movimento comunista internacional, o PCB passa por um processo de *bolchevização* disciplinar para preparar seus militantes e a agremiação para uma revolução futura, já que naquele momento as condições eram vistas como “não favoráveis” e o movimento comunista se voltava a “consolidação do socialismo” na URSS.

O conceito *bolchevização*, *proletarização* ou *obreirismo* adotado no PCB, segundo Milos Hájek (1985), fundamenta-se nas abordagens sobre as lutas internas no

¹ Anteriormente a participação na *Academia dos Rebeldes*, Jorge Amado participou e teve relações com os participantes do Primeiro Congresso Regionalista (1926), que foi realizado no Recife-PE e impulsionado por Gilberto Freyre e o jornal *Diário de Recife*. O movimento defendia a valorização da cultura e dos hábitos sociais existentes na região que hoje se denomina de Nordeste. Posteriormente, alguns literatos do movimento serão impulsionadores do chamado “Romance de 30”.



Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da Internacional Comunista (IC) e, principalmente, contra os setores “à direita” que defendiam a Frente Única com a Social Democracia alemã. A IC acreditava que o ritmo da revolução sofreria uma diminuição e a ordem do dia não estaria mais na revolução internacional, e sim, na sua preparação, principalmente, a interna. Isso significou, na prática, a substituição de quadros denominados de profissionais, isto é, dos intelectuais, por novos dirigentes operários. Na realidade, utilizava-se do pretexto de evitar a burocratização dos Partidos Comunistas para isolar os intelectuais opositores ou linhas de pensamento divergentes, como o *trotskismo* e o *luxemburguismo*, na tentativa de eliminar as divergências internas e manter a linha política do movimento comunista nas mãos de um núcleo reduzido, cuja orientação era *stalinista*. No Brasil, tal postura, dificultou inicialmente a filiação de Luiz Carlos Prestes no partido, afastou vários fundadores e dirigentes da agremiação que anteriormente atuavam no movimento anarquista, como seu primeiro Secretário Geral, Astrogildo Pereira, e, também teve suas consequências no meio da atuação literária.

No caso de Patrícia Galvão, a *bolchevização* levou-a ao mundo das fábricas e a cumprir tarefas partidárias no exterior, porém o excesso de disciplina² e de desconfiança dos dirigentes comunistas a sua postura militante, acaba afastando a escritora da literatura e da própria família. O resultado foi sua breve militância no PCB, a limitação de sua produção literária e o ceticismo perante a atuação partidária e a vida, elementos expostos em sua autobiografia escrita ao seu segundo marido, Geraldo Ferraz (2005).

² Para citar um exemplo relevante, Pagu, por ordem do partido, assinou com o pseudônimo Mara Lobo a autoria do romance Parque Industrial.

Já para Amado, sua atuação nos tempos da *bolchevização* se limitava à agitação política na Juventude Comunista que, para o próprio autor, era diferente de estar atuando/militando no Partido Comunista (1985). No campo literário sua adesão aos princípios comunistas, em 1932, transformou suas perspectivas enquanto escritor, sendo que suas duas primeiras obras: *O País do Carnaval* (1931) e *Rui Barbosa n° II* (1932), ainda sobre forte influência de um modernismo de cunho cético, foram postas de lado, sendo que a segunda nem chegou a ser publicada.

Os romances engajados escritos por Pagu e Amado no início dos anos de 1930 são considerados pela crítica literária como “romances proletários”, pois tratavam do cotidiano da vida operária e abordava os trabalhadores como heróis revolucionários. Apesar da desconfiança existente sobre os intelectuais, nesse primeiro momento os literatos possuíam certa liberdade estética e temática em suas produções. Esse artigo visa a abordagem de dois romances lançados em 1933, *Parque Industrial* de Patrícia Galvão e *Cacau* de Jorge Amado, em que as relações existentes no campo são postas como atrasadas e incapazes de transformar a dinâmica sócio econômica da sociedade brasileira, distinguindo dos grandes centros urbanos que, por possuir uma imensa classe operária organizada, pode realizar as mudanças sociais tanto na cidade como no campo.

O campo brasileiro como espaço do atraso histórico: os “resquícios feudais”

Tanto para Amado em *Cacau*, como para Pagu em *Parque Industrial*, o campo e suas relações na produção agrícola representavam espaços historicamente atrasados, em que “resquícios feudais” ainda eram presentes. Elemento que dificultava o avanço histórico brasileiro através de uma revolução socialista dirigida pelos trabalhadores por meio dos seus instrumentos organizativos: os sindicatos e o Partido Comunista.

A interpretação de um Brasil agrário com características feudais situado no interior e de um Brasil urbano industrializado de perfil moderno situado em cidades litorâneas, como São Paulo e o Rio de Janeiro, é uma visão eurocêntrica de abordar o tempo e o desenvolvimento dos modos de produção, e, já circulava entre a

intelectualidade brasileira desde o final do século XIX. Para Dória (2007), a visão de *dois Brasís*, não foi uma interpretação exclusiva do movimento comunista, ela emerge com “autores europeus que estiveram no século XIX [no Brasil], como Henry Koster e Vilhena, entre outros” (DÓRIA, 2007, p. 260); posteriormente entre intérpretes da identidade nacional brasileira no início do século XX, como Euclides da Cunha em *Os sertões* (1902) e em Capistrano de Abreu na obra *Capítulos de história colonial* (1905) (DÓRIA, 2007, p. 250-251) e, até mesmo, entre os primeiros intelectuais estrangeiros que vieram compor os quadros docentes da primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (USP), como Jacques Lamber e Roger Bastide (DÓRIA, 2007, p. 253).

Porém a visão dualista que marcava os nossos literatos, os romances em voga e o PCB, são as teses do VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928, que além do processo de *bolchevização* dos quadros de seus Partidos Comunistas, citado anteriormente, formulou um programa político para os países que não eram “plenamente” capitalistas. Segundo Caio Prado Junior:

Presumiu-se então [...] que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes (era entre estes últimos que se colocaram os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução “democrática-burguesa” segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo. (PRADO Jr., 1966 *apud* DÓRIA, 2007, p. 253).

Cacau de Jorge Amado narra a biografia fictícia de José Cordeiro, o Sergipano, personagem que transita entre o campo e a cidade. Nascido em São Cristóvão, no estado do Sergipe, José Cordeiro vivência na infância a perda do pai e da fábrica têxtil pertencente à família que foi apropriada indevidamente pelo seu tio paterno (AMADO, 1961, p. 159-161). Com a família empobrecida e roubada, o personagem acaba se

tornando operário da fábrica que um dia foi do pai, e, é explorado pelo próprio tio, passando a viver próximo do operariado.

Amado não narra cenas que apontam para uma luta de classe em São Cristóvão, apesar que a fábrica têxtil usurpada pelo seu tio é descrita com mais de 700 operários, sendo destes mais de 500 mulheres. A cidade é posta como um lugar em crise, em que a maioria da população tinha o fetiche de ir para o sul do país para construir riquezas e sair daquela pobreza³. Esses lugares ao sul seriam São Paulo, com seu poder econômico sustentado no café e Ilhéus no estado da Bahia com o poder econômico do cacau. Devido a uma briga com seu tio-patrão pelo amor da operária Margarida, José Cordeiro é demitido e, em busca de riquezas, migra para as lavouras de cacau em Ilhéus (AMADO, 1961, p. 164).

Em Ilhéus, José Cordeiro descobre a fome e a miséria extrema. Percebe que centenas de homens e mulheres, iludidos como ele pela riqueza do Cacau, amargavam a busca pelo emprego na região. Depois de passar dificuldades, o protagonista recebeu o apoio do policial Roberto que o ajuda arrumar emprego com o banqueiro e fazendeiro de cacau, o Coronel Manuel Misael de Sousa Teles que, devido a sua ganância e sua exploração sobre os seus funcionários, era tratado de Mané Frajelo (AMADO, 1961, p. 171).

Na condição de migrante, José Cordeiro passa a ser apelidado de Sergipano e vai trabalhar na “Fazenda Fraternidade” do Coronel, na região de Pirangi. Amado, utiliza-se de sua própria experiência na infância e na juventude⁴ para relatar lugares, práticas do cotidiano e contextos sociais, intercalando as mesmas com as expectativas comuns que ele e o PCB defendiam. Em nenhum instante Amado trata Sergipano e seus colegas de serviço como agregados ou camaradas do Coronel e, chega a questionar o termo

³ São Cristóvão foi capital do Sergipe até 1855. A transferência da capital para Aracajú gerou uma forte crise econômica na localidade, além de perdas territoriais para a nova capital ao longo dos anos, não lhe restando assim trechos com áreas litorânea, o que fez perder diversos pontos que poderiam ser explorados pelo turismo. Apesar da crise São Cristóvão se tornou um polo têxtil com várias fábricas no início do século XX.

⁴ Jorge Amado nasceu em Itabuna no interior da Bahia. Cidade próxima a Ilhéus e conhecida hoje como a capital do cacau. O pai de Jorge Amado foi fazendeiro de cacau e sua infância e parte da adolescência ocorreu na região.

“alugado”, que normalmente era empregado na região. Numa conversa entre o agenciador do Coronel e o Sergipano, o tema entra em cena:

O 98 [o agenciador] virou-se para mim:

- Está você alugado do Coronel.

Estranhei o termo [Sergipano]:

- A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não.

- Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga [o agenciador].

O termo me humilhava. Alugado... Eu estava reduzido a muito menos que homem... (AMADO, 1961, p. 172).

Mas, Amado, prefere tratar Sergipano e seus pares como trabalhadores do campo, porém trabalhador se diferencia de operário para o autor, que é visto como uma categoria voltada àqueles que vendiam sua mão de obra nas fábricas urbanas.

Os trabalhadores do cacau de Jorge Amado não recebiam seus salários de forma concreta, pois sempre deviam ao Coronel através de sua mercearia aonde eles adquiriam / “compravam” seus instrumentos de trabalho e seus utensílios e mantimentos básicos para o dia-a-dia. Isolados no latifúndio, a lei, a disciplina e o Estado passam a ser o Coronel.

Para consolidar o controle do Coronel sobre a população local a Igreja Católica era posta como a principal aliada do patronato. Ausente ao longo do ano, o padre aparecia nas festas de São João, momento em que o Coronel retornava de seus negócios na cidade para averiguar a colheita do cacau. Nas festas o Coronel policiava as relações sócias, distribuía “regalias” aos funcionários mais disciplinados, e, aproveitando a presença do sacerdote, realizava casamentos e batizados, ao qual ele era sempre o padrinho em parceria com sua esposa ou filha. Sergipano, descreve o evento religioso:

Vinha então o batizado. Trinta crianças, quarenta, uma leva delas, batizadas todas de uma vez, como um rebanho de bois que fôsem à marca [...]

O padre, vestido de ouro e sêda, nos metia inveja. Fazia depois um sermão bem falado. Afirmava que a gente devia obedecer os patrões e aos padres. Que não se devia dar ouvidos a teorias igualitárias (a gente ficava morto de vontade para saber destas teorias). Ameaçava com o inferno aos mais que se revoltassem. Oferecia o céu aos que se conformassem (AMADO, 1961, p.223).

O cenário nas lavouras de cacau é de uma sociedade feudal, em que o sujeito vive a “pagar tributos” para seu “dono” numa extrema miséria. Por outro lado, o Coronel em parceria com a Igreja Católica, constroem a imagem de benfeitores, como intermediários de Deus na terra que prometem o futuro no paraíso em troca de disciplina e fidelidade. Amado ao retratar esse quadro social no campo, afirma: “Manuel Misael de Souza Teles, o rei do cacau, senhor feudal daquela inacabável fazenda Fraternidade” (AMADO, 1961, p. 225).

Amado, por intermédio de seu personagem protagonista, deixa claro que o trabalhador das lavouras de cacau não tinha consciência do que seria a luta de classes. E, a temática de como reverter as desigualdades sociais, que tornou o principal questionamento que José Cordeiro travava consigo próprio e com seus colegas de labor, desde sua vida como operário em São Cristovão até na condição de trabalhador nas lavouras de cacau.

[...] Nós queríamos um pouco mais de conforto para a nossa bem grande miséria. Mais animais do que homens, tínhamos um vocabulário reduzidíssimo onde os palavrões imperam. Eu, naquele tempo, com os outros trabalhadores, nada sabia das lutas de classes. Mas adivinhávamos, qualquer coisa (AMADO, 1961, p. 189).

Mesmo o enredo do romance passando pela cidade operária de São Cristóvão e pela cidade de Ilhéus que vivia forte atividade financeira e comercial, a luta de classes não é concretizada ou visível nessas localidades. Nas lavouras de cacau imperava um certo conformismo. “Ninguém reclamava. Tudo estava certo. A gente vivia quase fora do mundo e a nossa miséria não interessava a ninguém” (AMADO, 1961, p. 189). Pasmaceira que era quebrada somente em momentos súbitos de uma “leve consciência de classe”, vindas no ato de companheirismo de quando um colega se nega a matar o outro a mando do Coronel, nos laços de solidariedade no dia-a-dia de trabalho, na consciência de que nem todos os trabalhadores poderiam se tornar fazendeiros de cacau etc. Porém, a luta direta contra o poder do Coronel nunca se concretizava, mesmo em momentos de crise profunda quando o preço do cacau caía gerando demissões, aumento da jornada de trabalho, aumento das dívidas no armazém do Coronel etc. Por mais que se esboçasse uma reação o medo do futuro incerto era maior que a vontade de lutar. Para José Cordeiro, as respostas concretas para solucionar os problemas da desigualdade social no campo, seriam somente encontradas na cidade grande na região sul do Brasil.

O romance Parque Industrial de Patrícia Galvão tem como recorte espacial a cidade de São Paulo, em que a autora tem a clareza que na localidade se encontra o maior parque industrial da América do Sul (GALVÃO, 1994, p. 17). Porém, sua força industrial emerge com o poder econômico das fazendas de café. Uma cidadela, que segundo a própria autora, tenta ser isolada do alto feudalismo brasileiro, mas que é vivida por “condes progressistas e reizinhos rurais” (GALVÃO, 1994, p. 37).

Através da personagem protagonista, a operária Rosinha Lituana, Pagu retrata a trajetória da maioria do operariado europeu que inicialmente veio ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café no interior paulista, mas que acabaram fugindo para a cidade de São Paulo em busca de melhores condições de trabalho nas fábricas e, que continuando a desilusão, preferem regressar a Europa ou ir para outras frentes de emprego nos EUA ou em Buenos Aires. No caso de Rosinha Lituana e sua família que vieram refugiadas da Primeira Grande Guerra, “[...] tinham sido endereçados como escravos para a fazenda feudal que os escravizara aos pés de café” (GALVÃO, 1994, p.

94). Nesse universo rural a autora não descreve greves ou outras formas de afrontamento a ordem. A única forma de resistência apontada é a fuga.

Apesar de tratar as grandes fazendas de café, como “feudo moderno” (GALVÃO, 1994, p. 95), Pagu evidencia que o capitalismo industrial no Brasil é nascente e bastante dependente da questão agrária. Tal fator econômico, moldava o perfil da elite paulistana, que por um lado se apropriava da prepotência dos oligarcas do interior, e, por outro apropria da moda, das artes, da literatura e dos discursos do progresso advindos da Europa.

Assim, como o romance *Cacau*, de Amado, também em *Parque Industrial*, Pagu aponta que em momentos de crise econômica, quem paga pela crise é a classe trabalhadora, seja ela da cidade como do campo. Descrevendo possivelmente a crise de 1929, Pagu relata:

Automóvel Clube. Dentro, moscas. O clube da alta pede penico pela decadente de seus criados da imprensa. Agora quer engazopar a prefeitura, vendendo-lhe o prédio que não podem terminar. É a crise. O capitalismo nascente de São Paulo estica as canelas feudais e peludas.

Decresce a mais-valia, arrancada por meia dúzia de grossos papaiques da população global dos trabalhadores do Estado, através do sugadouro do Parque Industrial, em aliança com a exploração feudal da agricultura, sob a ditadura bancária do imperialismo (GALVÃO, 1994, p. 65).

Porém, no romance *Parque Industrial*, a diferença se encontra na reação, pois os trabalhadores da cidade conseguem dar uma resposta a situação, ao construir suas greves e suas próprias organizações classistas que são os sindicatos e o Partido Comunista.

A cidade como palco da transformação revolucionária: a ação da classe operária

Para o PCB, assim como nos romances de Pagu e Amado, o latifúndio não era uma instituição puramente feudal, pois os lucros oriundos dela impulsionava o desenvolvimento capitalista das cidades. Em *Cacau*, o Coronel, com os lucros de sua “fazenda feudal”, detinha banco na cidade de Ilhéus, e, em *Parque Industrial*, fica evidenciado que o desenvolvimento industrial de São Paulo emerge com a força econômica do café.

Essa visão produz uma estrutura dicotômica, em que internamente no campo a produção e suas relações sociais e de trabalho eram de perfil feudal, e, que externamente ao latifúndio, seus lucros geravam práticas capitalistas no meio industrial e financeiro. Aprofundando a dualidade, nos “romances proletários” em estudo, não se observa possibilidades de transformação social partindo do campo, pois suas relações sociais são conservadoras e com pouca mobilidade de atrito e ação entre as classes e, em especial, por parte dos trabalhadores, por outro lado a cidade é posta como lugar do novo, espaço em que o choque de interesses e a mobilidade entre as classes são mais intensas, abrindo assim, espaços para transformações impulsionadas pelo jovem operário fabril.

Dória (2007) coloca que aliado a orientação *stalinista* do final dos anos de 1920, que previa a impossibilidade de revoluções em escala internacional, o movimento da IC e do PCB defendia a aceleração das etapas produtivas brasileiras para retirá-la de seu atraso histórico, herdadas pelos seu passado colonial e pelo presente dúbio que continha resquícios feudais e dependência econômica das grandes potências capitalistas. Para chegar a revolução, o Brasil deveria passar anteriormente por um pleno desenvolvimento capitalista, tanto no campo como nas cidades, sendo assim, a política dos comunistas era de buscar alianças com a frágil burguesia nacional, para modernizar as relações as relações de trabalho nos centros urbanos, defender a economia nacional frente aos interesses estrangeiros e, em especial, para realizar a Reforma Agrária no campo, para quebrar o latifúndio e os resquícios feudais no país. Acreditava-se que difundindo as relações de trabalho assalariado no campo, ampliando o mercado consumidor interno e desenvolvendo a indústria, o Brasil teria uma imensa e forte classe operária que poderia realizar a revolução socialista.

Na prática a estratégia do movimento comunista entra em contradição com as estruturas dos enredos de *Parque Industrial* e *Cacau*, já que a burguesia industrial e financeira existentes nas cidades são dependentes da força econômica do latifúndio. Apesar da contradição, no romance *Cacau*, Jorge Amado constrói a imagem do bom burguês através do pai de José Cordeiro, nos tempos em que dirigia a fábrica têxtil. “Na fábrica conversava com os operários, ouvia as suas queixas, e sanava seus males quanto possível. A verdade é que iam vivendo em boa harmonia êle e os operários, a fábrica em relativa prosperidade” (AMADO, 1961, p. 158-159). O pai de José Cordeiro é apresentado como um homem urbano, educado na Europa, e, sua riqueza não tinha origem no campo. Além disso, é posto como um homem benevolente com a cidade de São Cristóvão. “Acho que meu pai montara a fábrica em São Cristóvão devido à decadência da cidade” (AMADO, 1961, p. 160). Pagu cria em *Parque Industrial* a imagem do burguês que fica seduzido pela classe operária, o rapaz Alfredo Rocha, que é herdeiro de uma fortuna, mas adora ler Marx e desvendar o cotidiano da classe operaria paulistana. Ao se aproximar da militante operária Otávia, Alfredo termina seu casamento e renúncia sua riqueza para viver com o operariado e com seu novo amor. Porém, sua *proletarização / bolchevização* não foi completa devido aos seus desvios “burgueses”, comuns a intelectualidade de origem não operaria. “Alfredo se deixara arrastar pela vanguarda da burguesia que se dissimula sob o nome de “oposição de esquerda” nas organizações proletárias. É um trotskista. Pactua e complota com os traidores mais cínicos da revolução social” (GALVÃO, 1994, p. 97).

Já que o urbano sobrepõe ao campo, a transformação tem que partir da ação do operariado urbano. Para José Cordeiro, a angustiante dúvida de como acabar com o quadro da desigualdade social só poderia ser respondida em contato com os trabalhadores da cidade, sendo assim, ele abandona o campo e muda-se para o Rio de Janeiro. Torna-se um tipógrafo. Na condição de operário ele descobre a solução para mudar o jogo: a luta de classes! E promete que: “Um dia talvez volte às fazendas de

cacau. Hoje tenho alguma coisa a ensinar. Se eu não voltar Colodino⁵ voltará” (AMADO, 1961, p. 266).

Em *Parque Industrial*, Pagu também se apropria de sua experiência particular de ter crescido no Bairro operário do Brás, em São Paulo, para retratar ambientes e construir seus personagens. Porém, nem todos os trabalhadores de sua trama reconhecem a luta de classes como saída para suas mazelas. Os personagens Pepe e Corina retratam essa perspectiva, pois viviam a ilusão da possibilidade do enriquecimento fácil, o primeiro acreditando numa possível ascensão dentro da fábrica, não se envolvendo com o movimento operário e se aproximando dos hábitos e espaços da elite paulistana e, a segunda, vislumbrada na situação de amante e quem sabe de futura mulher de um homem rico. O destino final de ambos foi a prostituição e a miséria, tornando-se “reserva industrial” da mão-de-obra do Parque Industrial (GALVÃO, 1994, p. 104).

As personagens protagonistas de *Parque Industrial*, são as operárias Rosinha Lituana e Otávia. A primeira devido a sua condição de estrangeira foi deportada após liderar uma greve, mas isso para Pagu de pouco importa, pois: “Pobre não tem pátria!”, “[...] se em todos os países do mundo capitalista ameaçado há um Brás” (GALVÃO, 1994, p. 83), independente da cidade industrializada e capitalista que ela estiver, Rosinha Lituana sempre terá condições de lutar, e, além disso, “Outros ficarão. Outras ficarão” (GALVÃO, 1994, p. 83), para continuar o legado da trabalhadora heroína. Otávia, principal amiga de Rosinha, além de ser militante revolucionária era solidária e companheira com os demais membros de sua classe. Ajudou em vão Corina para que ela não caísse na prostituição, contribuiu no processo de proletarização da amiga Matilde, tentou proletarizar e se apaixonou pelo burguês Alfredo e, era amiga de todas horas do negro Alexandre, que morreu em uma manifestação vítima da truculência policial. Personagens revolucionárias. Heroínas que lutam, sem receber nada em troca e

⁵ Colodino é um personagem que também trabalhava nas lavouras de cacau e teve que sair fugido para a cidade por tentar matar Osório, o filho do Coronel, por ciúmes da trabalhadora Magnólia. Colodino sabia ler e escrever e mandava constantes cartas do Rio de Janeiro a José Cordeiro alegando que havia descoberto a resposta de como combater as desigualdades sociais.

visualizam em seu horizonte a crescente consciência de sua classe que levará a transformação de sociedade.

Não existem vitórias concretas dos trabalhadores nos romances de Amado e Pagu. Porém, parece ser inevitável a ação e conseqüentemente a revolução que virá da classe trabalhadora, tendo a cidade como palco privilegiado para luta e a futura vitória que não tardará no horizonte.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Cacau**. São Paulo: Martins, 1961.

DENIS, Benoîte. **Literatura e engajamento**. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Quartim (org.). **História do Marxismo no Brasil: Teorias. Interpretação**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2007, pp. 245-298.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado: Romance em tempo de Utopia**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FERRAZ, Geraldo Galvão (org.). **Paixão Pagu: uma autobiografia precoce de Patrícia Galvão**. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GALVÃO, Patrícia. **Parque Industrial**. São Carlos-SP: EDUFSCar, 1994.

GOMES, Álvaro Cardoso. **Jorge Amado: Literatura Comentada**. São Paulo: Editora Abril, 1981.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Et all (org.). **História do Marxismo**. vol. 7,9 e 11. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

THÈSES, MANIFESTES ET RÉOLUTIONS, **Adoptés par lês I, II, III et IV Congrès de l'Internationale Communiste** (Textes complets). François: Bibliotheque Communiste: Librairie du Travail, Juin 1934.

DASPU: RESISTÊNCIA FRENTE ÀS BARREIRAS QUE TENTAM IMPEDIR AS EXPLOSÕES DAS PULSÕES DE DESEJO

Mayara Laet Moreira

mayaralaetmoreira@gmail.com

Universidade do Estado de Mato Grosso

Pós-graduanda em História pela UFMT

Resumo

Esta comunicação pretende apresentar discursivamente a *Daspu* – uma moda para as putas, uma moda para mudar. Esse movimento foi criado pela ONG *Davidá* – criada em 1992 no Rio de Janeiro, que apoia os trabalhadores do sexo no Brasil –, em 2005 no Rio de Janeiro, coordenada pela escritora e prostituta Gabriela Leite, que atualmente responde pela organização dos desfiles.

Palavras-chave: Daspu. Epistemologia Feminista. Puta.

Abstract

This paper aims to present discursively *Daspu* – a fashion for whores, a fashion for change. This movement was created by ONG *Davidá* – established in 1992 in Rio de Janeiro, which supports sex workers in Brazil – in 2005 in Rio de Janeiro, coordinated by writer and prostitute Gabriela Leite, which currently accounts for the organization of parades.

Keywords: Daspu. Feminist Epistemology. Bitch.

A multidão aplaude, grita e sorri, oferece palavras de incentivo e apoio: “Lin...da!”. Os artistas correm e pulam, viram-se em vozes e gestos. Percussionistas navegam ondas sonoras. Profissionais de mídia e cinema se esbarram de aperto, tensão e excitação. Parangolés de todas as cores forram a rua de pétalas de rosas vermelhas. E as putas, majestosas, desfilam a dignidade da batalha do tempo. Por último, a estilista da auto-estima percorre os paralelepípedos de flor ao encontro das colegas que acabam de mostrar a moda da vida, a moda da puta para quem quisesse ver, sentir e se unir. Choro e pranto, alegria e êxtase reinauguram a noite do desfile de lançamento da grife Daspu. Noite que gozou lentamente no tesão desse encontro.

Flavio Lenz

“Daspu é uma puta parada, Daspu é uma parada de puta”¹... E nos bastidores tudo se desenrolava. Câmera, luz, ação; cabelos emaranhados que se jogavam de um lado para o outro, muito *blush* nas peles de todos os tons, lábios borrados de batom, olhares atentos aos tons das sombras que delineavam provocantemente os olhos arraigados com tanta tensão e descontração para os preparativos do 1º Desfile da Daspu em Salvador no ano de 2009. Abram as cortinas, o desfile vai começar... Eis que ela entra na passarela; um desses rostos que vivem nas sombras, nas calçadas, nos bordéis, ou mesmo nas luzes de lugares badaladíssimos, de lugares com etiquetas, posturas e *status*. Despojada, ela se lança aos olhares curiosos e meticulosos, e, com seus movimentos, vislumbra os gestos tortos, gestos que fogem a uma etiqueta, gestos pornográficos, sexuais. Audaciosa, ela se senta e acende o seu cigarro, num cruzar de pernas que desperta os desejos mais singelos, mais insanos. Misteriosa, ela é dona de um olhar que guarda segredos, vontades, desejos; um olhar profundo e chamativo; um olhar que vislumbra a sexualidade de um corpo quase desnudo. Provocante, ela continua em sua cadeira, com seu cigarro, com sua *lingerie* sensual, se mostrando, se permitindo; vendo e sendo vista.

Logo em seguida, entram na passarela outros rostos; rostos que se diferem, que se mostram, que se contemplam. Rostos marcados pela diferença, e que fazem a diferença. Rostos que não têm nada em comum, a não ser uma ou duas coisas que lhes

¹ Funk da Daspu, de Gutz, Gimene e Kjá.

dão particular intensidade. Outros corpos, com seus gestos pornográficos, transgredindo as fronteiras do real, invadindo espaços que não lhes pertencem, desativando o controle sobre seus acenos obscenos; corpos feridos por flechas envenenadas, que condenam as suas práticas sexuais, que as ordenam, que as regulamentam, que as limitam; corpos que rasgam o véu da naturalidade, se expondo, se mostrando, se exibindo; corpos cansados de ficar pelas esquinas, pelos becos, pelas sombras; que cansaram de serem apenas vistos como “*pura encarnação sexual*” (RAGO, 2008, p.136), e que agora se jogam nas passarelas, rompendo com os paradigmas, com os padrões, com a normalidade; corpos marcados, ora pelo desprezo, ora pelo desejo; corpos manchados, ora pelo repúdio, ora pelo suor.

A estampa, a malha, o colorido; cores vibrantes que se misturam com os de inúmeras mulheres e homens. De pé ou sentado na arquibancada, o público, ou melhor, o “*daspúblico*” (LENZ, 2008, p.145) como diria Hildegard Beatriz Angel Jones de Bogossian, vislumbra, aplaudem, grita, canta. Esses corpos que agora são alvos dos múltiplos *flashes* das câmeras, outrora foram sombreados, apagados, esquecidos. Se hoje elas causam confusão nas passarelas, por não se saber quem é puta ou não, outrora foram excluídas por suas formas singulares de se vestir, de se expor, de ser. Além do mais, no que tange à fantasia sexual e ao erotismo,

[...] as putas podem se considerar imbatíveis. Especialistas em fantasias, abrem-se ao inconsciente e nele viajam, com profissionalismo e/ou paixão, às vezes encontrando até semelhança – ou diferença – a provocar um acidente de trabalho. A liberdade de que elas dispõem para a sexualidade, ou pelo menos a fantasia dessa liberdade no outro, é suficiente para que uma puta anunciada, ao surgir numa passarela – espaço glamuroso e erotizado do modelo de elite –, tire qualquer um do sério. Daí surgem risos, aplausos, espanto, adesão, admiração, apoio, fantasias. Os distintos cenários dos desfiles, dos ambientes da baixa prostituição aos ricos eventos de moda, e a mistura de modelos prostitutas e não-prostitutas contribuem ainda mais para confundir o estigma e o preconceito: quem é puta, quem não é, o que é a puta, o que ela não é? (LENZ, 2008, p.21-22).

Embora hoje se tenha substancialmente minimizado o abismo entre espaços heterogêneos, e se tenha criado eventos por onde podem circular sujeitos completamente diferentes, vale ressaltar que, não obstante, as putas sofreram violências físicas durante todo o século XX, por seus atos considerados desviantes pela política regulamentarista, em sua intransigência pelo controle dos corpos marginais (RAGO, 2008, p.141); ainda existia/existe outro tipo de violência, a saber, a “silenciosa”, sofrida através de olhares indiferentes às suas práticas sexuais, vistas com repulsa, com distanciamento, com desprezo. Vemos isso nitidamente explicitado na biografia de Gabriela Leite, em seu livro *Filha, Mãe, Avó e Puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*, lançado em 2009:

Entre uma partida de buraco e outra, entre um e outro gole de cerveja, surgiu uma paquera entre mim e o irmão de Suzana. Paquera gostosa de olhares e perna roçando perna. Um beijo no ponto de ônibus na hora de ir embora e nada mais. Suzana me disse que seu irmão tinha gostado muito de mim, mas não queria saber de se envolver com uma mulher que morava tão longe e que gostava de ser prostituta. Os homens são assim, são feitos de contradições! Tão frágeis em suas convicções e por isso mesmo tão maravilhosos e charmosos (2009, p.100).

Em outro momento de seu livro ela deixa claro o preconceito sofrido, ao relatar que o pastor presbiteriano Zwinglio Mota Dias, “*um cara moderno, uma cabeça fenomenal, uma espécie rara de teólogo protestante*”, conseguiu um financiamento, através do “*Congresso Mundial de Igrejas de Genebra*”, de sete mil dólares para levar adiante o projeto de se fazer o “*Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas*” no Iser (Instituto de Estudos da Religião), no Rio de Janeiro. Contudo, continua, houve resistência do próprio Iser em prosseguir com o projeto, justificando que as prostitutas não tinham curso superior completo em sua profissão. Esse fato foi parar no diretório do Iser, que, por sua vez, apesar da oposição, acabou cedendo ao projeto. Não bastasse isso, conta Gabriela Leite que na época elas tiveram dificuldades em se hospedar no Rio de Janeiro:

Nenhum hotel queria nos aceitar. Quando se tratava de um cliente levando uma puta, não tinha problema. Mas quando se tratava de um encontro nacional de putas, eles diziam não. Hoje isso não é mais problema para a maioria dos hotéis. Mas na época fomos recusadas por todos. Até que nos cansamos de dizer uma verdade inteira e resolvemos dizer meia-verdade. Fomos ao hotel Flórida, no Catete, e dissemos que era um encontro de mulheres. Fechamos negócio (2009, p.146).

Além de todos esses percalços resolvidos através de estratégias inventadas, ainda encontraram problemas para definir um lugar para as reuniões. Segundo Gabriela Leite, ainda que com muita dificuldade, o diretor do Calouste Gulbenkian concordou em ceder o centro cultural localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, ainda de acordo com Gabriela Leite, as serventes que trabalhavam no centro cultural fecharam a cara dizendo que nesse dia não iriam trabalhar (2009, p.147). Vale perceber, nesse ponto, que embora tivessem encontrado vários obstáculos inseparáveis das relações de poder diante da transformação possível, não cessaram em buscar e articular estratégias e táticas, através de múltiplas práticas de resistência, que se afiguraram como uma possibilidade de romper com o poder instituído e constituir um ponto de transformação possível. Em outras palavras, *“a resistência pode fundar novas relações de poder, como novas relações de poder podem, inversamente, dar origem a novas formas de resistência”* (VILELA, 2006, p.114-120). Assim sendo, no final do evento as mesmas serventes que trabalhavam no centro cultural surpreendentemente sofreram transformações possíveis diante desse *acontecimento*, agradecendo a Gabriela Leite e aos participantes do *“Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas”*, porque *“adoraram conhecer a gente e queriam nos homenagear. Subiram ao palco e nos deram flores”* (LEITE, 2009, p.149). Então, aqueles espinhos outrora cravados se transformaram em flores, na propagação de um mundo possível.

Percebe-se, portanto, mesmo com as transformações possíveis, que não há apenas uma violência policial de violação dos direitos humanos, mas uma violência implícita, que vai desde a cafetina, que explora os trabalhos das putas com péssimas condições de trabalho, aos olhares das pessoas que as rejeitam, que as condenam, que as

excluem. Contudo, paradoxalmente, os olhares que discriminam, sexualizam e estigmatizam as putas são os mesmos que as desejam – nesse cenário profano e exótico percebemos troca de olhares e encontros corporais às escuras.

Subvertendo: moda, discurso, sexualidade

A *Daspu* afeta o campo da moda, causando desconforto ao “*dispositivo da sexualidade*”, distorcendo as produções discursivas, as técnicas e instituições que fisgam as práticas sexuais e as classificam a partir de conceitos binários normativos, que dão sentidos aos corpos, aos gestos, aos afetos; produções discursivas estas que não cessam de tecer teias imaginárias que visam enaltecer lugares de sujeitos aos quais estes devem se submeter. Assim, a *Daspu*, ao mesmo tempo em que busca desnaturalizar a concepção existente de uma forma politicamente correta de ser, desconstrói a verdade de seu passado, denunciando a vontade de saber/poder que aí se inscreve sutilmente, dando condições para uma libertação da diferença em sua positividade; além de mostrar que aquilo que tomamos por evidente e certo é efeito discursivo de formas de subjetivação que produziu um sujeito assujeitado. Conforme Michel Foucault:

A sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo. A liberdade é algo que nós mesmos criamos – ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Nós devemos compreender que, com nossos desejos, por meio deles, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa. (2004, p.260).

Percebemos, então, o desejo de Foucault por uma história da sexualidade, do sujeito, almejando o arranjo de novas maneiras de relacionamento, fazendo assim a crítica à naturalização da sexualidade biológica, desconstruindo a verdade de seu

passado (2004, p.237). Por outro lado, Thomas Laqueur argumenta que se deve distinguir o corpo do corpo constituído discursivamente, entre “*ver e ver-como*”, analisando, dessa maneira, o *espaço* entre ele e suas representações. O sexo, assim como o ser humano, é contextual (2001, p. 26-27). Nesse sentido, a partir do que este autor sugere a respeito da “*invenção do sexo*”, é preciso problematizar as representações que se perpetuam ao longo do tempo sobre as putas, e como as mesmas ressignificam essas imagens, dando-lhes outros sentidos. O que implica perceber, para além dos corpos despidos dessas mulheres que potencializam com suas formas de viver, toda uma trama discursiva que ultrapassa as fronteiras que as constituem enquanto pervertidas sexualmente, enquanto mulheres que subvertem a ordem natural das coisas, que transgridem as barreiras impostas aos seus corpos femininos, vistos como frágeis e passivos.

Segundo Anamaria Marcon Venson, no século XIX emergiram saberes médicos, teorias eugenistas e evolucionistas que apontaram a prostituição como uma ameaça ao corpo, à família, ao casamento, à propriedade, e que, entendida como doença, acabou se tornando alvo de planos de profilaxia por parte de estes mesmos saberes (2010, p.245). Percebemos, nesse ponto, como o discurso médico construiu uma imagem depreciativa da prostituta. Além do mais, cabe nos perguntarmos por que a prostituição se tornou nesse período um campo estratégico importante do saber/poder? Segundo Foucault, há duas respostas possíveis para esse questionamento: de um lado, porque a sexualidade enquanto algo corporal depende de um controle disciplinar, individual, e permanente; de outro, porque a sexualidade, vista enquanto efeito da procriação, pensada em seu contato com a população, necessita ser regulamentada e controlada. Nesse sentido, para Foucault a “*sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população*” (1999, p.300); depende, portanto, tanto da disciplina, como da regulamentação. Partindo dessa biopolítica, geram-se duas ordens de efeitos – a primeira, a extrema valorização médica sobre a sexualidade, em torno do corpo indisciplinado, das doenças individuais que o “*devasso*” ato sexual causa; e a segunda, é que esse mesmo corpo foco de doenças individuais se torna um risco à população. Daí a razão pela qual a medicina se constitui em um saber/poder que incide sobre o corpo e sobre a população. De uma forma mais

geral ainda, a sociedade de controle com os saberes médicos criaram nesse momento uma técnica política de intervenção, que visa disciplinar e regulamentar os corpos, a sexualidade, a população, a prostituição... Assim sendo, as putas, que outrora espalhadas, passam a ser enquadradas pelas instituições que irradiam poder, que agem na lógica da higienização, visando fixá-las, buscando definir lugares de prostituição, para melhor monitorá-las. Afinal, se a prostituição sempre foi vista por esse mesmo saber médico e pelo discurso moral como uma forma de extravasar, de saciar as explosões de desejo, enfim, como forma de evitar as “monstruosidades” e “anormalidades” de um sexo reprimido e contido, após o qual, afirma-se, volta-se ao “normal” - o importante, portanto, não era combatê-la, mas regulamentá-la.

A historiadora Magareth Rago, em *Os prazeres da noite*, retrata que no início do século XX, com a crescente comercialização do prazer e sofisticação da prostituição na noite paulista, surgiram reações moralistas em várias esferas da população. Para tanto, uma camada da população – médicos, juristas, chefes de polícia, assim, como a imprensa – articulou uma melhor maneira de intervir nas práticas sexuais dessas mulheres marginalizadas (2008, p.127). Contudo vale ressaltar que, mesmo com todos esses entraves e interdições, as putas foram capazes de inventar “modos de operações” e “esquemas de ação” que lhes possibilitavam articular estratégias cotidianas que permitiam andar por caminhos possíveis. Para tanto, lembra a historiadora Janine Gomes da Silva que existem falas que apontam para certos caminhos onde a “prostituição acontecia” lembrada como “lugares do pecado” (2010, p.45), o que pode se constituir numa possibilidade de escrever sobre as práticas ligadas à prostituição em diferentes cidades. Mais do que uma “maneira de caminhar” são “maneiras de fazer” que inscreveram os passos da prostituição “zigzagueantes” na abertura de caminhos que se entrecruzam rumo às experiências particulares e às práticas cotidianas que subvertem a paisagem de lugares comuns e cômodos (CERTEAU, 1994, p.35-53). Contudo, o que nos interessa nesse cenário é perceber a puta enquanto um ser caminhante de lugares proibidos, desterritorializada, sem uma trajetória determinada. Nesse sentido, a *Daspu* permite compartilhar, por um lado, uma pequena fresta das suas vidas intensas e rizômicas, que nos ajuda a pensá-las enquanto figuras nômades,

viajantes de espaços heterotópicos, sucessivamente construindo e demolindo suas moradas, antes de seguir em frente, rumo a outros prazeres turbilhonares, a realidades múltiplas que ultrapassam as fronteiras do desejo; por outro lado, o acontecimento nos ajuda a perceber uma horizontalização no mundo da moda – uma inversão nos modos como ocorrem os desfiles; um mundo possível sendo experimentado por aqueles que se lançam nas passarelas; sendo observados por aqueles que de longe vislumbram; sendo realizados por aqueles que não cessaram em sonhar um sonho arriscado, porém, não mais impossível; sendo montados por aqueles que passaram algum tempo desenhando os figurinos; por aqueles que passaram dias costurando, enfiando a linha na agulha, pregando botões, fazendo reajustes ali e aqui; por aqueles que fizeram a decoração do ambiente, atentos minuciosamente a cada detalhe; por aqueles que definiram as músicas a serem tocadas durante o evento etc.; enfim, por aqueles que incansavelmente trataram de abrir as portas ao público, para que este pudesse ver e compartilhar a efetuação de uma realidade múltipla. Dessa maneira, a *Daspu* surgia em cena desconcertando a cultura da moda na contemporaneidade, em que a imagem bela, elegante, carismática e profissional é central. Logo subvertia essas imagens projetadas como espetáculos, veiculando uma imagem de corpos e comportamentos considerados do submundo, desconstruindo e dando um novo sentido ao mundo da moda. Além de dissociar o processo de desejar e construir um corpo e uma postura ideal, difundidos pela mídia, pelos desfiles, e pelas grifes.

Nesse contexto, a *Daspu* foi um *acontecimento* que se insurgiu como uma marca que naquele momento provocou a mídia veiculadora de valores normativos, ao mesmo tempo em que desfazia as amarras do “*dispositivo da sexualidade*”, que incansavelmente reforçava os modelos de gêneros, mostrando como se denominar, agir, vestir, comportar. Entretanto, vale levantar as seguintes reflexões diante dessas questões tão candentes em nossa sociedade: como as putas percebem esses problemas que afetam a sociedade, e quais seus desejos e receios? De que maneira uma determinada “*moral*” reduz um ato ou uma série de atos conforme uma regra, lei ou valor? A partir de quais regiões da experiência, e sob que formas, a prostituição foi problematizada, tornando-se objeto de cuidado, elemento para reflexão, matéria para estilização? Como escapar dos

dispositivos da sexualidade, que constituem o significado arbitrário, denotando sentido aos corpos e aos seus conjuntos de funções?

Mais do que buscar uma resposta a essas questões é preciso problematizar a história de um sujeito fundante e de suas continuidades históricas, operando, dessa forma, com a desordem do discurso, quebrando as certezas, desnaturalizando as verdades, historicizando o passado estabelecido.

Daspu: uma história do possível

É nesse contexto que a historiadora Tania Navarro Swain propõe a “*história do possível*”, que escape à mesmice, ou que busque incessantemente aquilo que não foi percebido nas fontes. Reivindicando a “*poderosa força da imaginação para detectar o possível, o silenciado, os comportamentos e relações humanas que não obedecem aos estereótipos e padrões*” (2004, p.02). Nesse compasso, a epistemologia feminista apresenta outras possibilidades de “*visões de mundo*”, no que tange aos arranjos sociais e aos movimentos políticos. Portanto, escrever uma “*história do possível*” significa despedaçar todas as verdades falocêntricas construídas historicamente (SILVA, 2009, p.14).

Fazer uma “*história do possível*”, portanto, implica articular com os sentidos das putas no presente para fazer ressurgir os fantasmas do passado, percebendo-as enquanto figuras nômades, viajantes de espaços heterotópicos. Através dessa estratégia, as mesmas rompem com as práticas discursivas e com as relações sociais que lhes foram impostas como verdade, desconstruindo os papéis identitários de gênero que lhes foram forjados ao longo do processo histórico, destruindo as estruturas que naturalizam as relações humanas, e evidenciando as variações e diferenças que transcendem os conceitos universais. É a vontade de uma “*história do possível*”, como salienta Maurizio Lazzarato:

O acontecimento nos faz ver aquilo que uma época tem de intolerável, mas faz também emergir novas possibilidades de vida. Essa nova articulação de possibilidades e de desejos inaugura, por sua vez, um processo de experimentação e de criação (2006, p.12).

Nesse sentido, conforme Lazzarato, o *acontecimento* produz num primeiro momento uma “*transformação da subjetividade*”, o que significa dizer que há uma mudança na maneira de se sentir, pois já não suportamos o que outrora suportávamos – “*a distribuição dos desejos mudou’ dentro da alma*”. Assim, emerge uma palavra de “*ordem*”, na qual “*um outro mundo é possível*”, com novas possibilidades de vida que precisam ser efetuadas (2006, p.11-12).

Dessa maneira, Lazzarato retrata que é preciso experimentar essa transformação da subjetividade criando agenciamentos, dispositivos, instituições que se utilizem dessas novas possibilidades de vida, “*de viver o tempo, o corpo, o trabalho, a comunicação, outras formas de estar junto e de entrar em conflito etc.*” (2006, p.12-13). Por um lado, porque o *acontecimento* desencadeia, conforme Deleuze e Guattari um “*processo imprevisível, arriscado*”; por outro, porque essas novas possibilidades entram em conflito com valores dominantes, sendo o *acontecimento* percebido enquanto uma problematização, um questionamento. Para tanto, é preciso historicizar o processo que faz surgir essa política da diferença; problematizar o *acontecimento* enquanto uma rede de interesses que se soma e se firma enquanto um agenciamento; observar como esse movimento dos corpos transforma o sujeito participante, direta e indiretamente; é preciso ainda analisar como o *acontecimento* explode na sociedade do desejo e em que escala atinge, como no caso da *Daspu*, as grandes *grifes*; e perceber como os nossos desejos ficam diante do *acontecimento* e como ter outra leitura de mundo dele.

Nesse contexto, entre acasos e encontros, a *Daspu*, enquanto *acontecimento* entra em cena a fim de produzir o novo, desconsertar o politicamente correto, ascender às explosões de desejo, deixar que os corpos extravasem e reconfigurar o tratamento sórdido dado às putas. Para tanto, esse novo agenciamento possível acontece em duas escalas: uma espiritual e outro material, que acontecem na simultaneidade. Visto sobre



esse prisma, podemos dizer que a *Daspu* desencadeou transformações incorporais, capazes de articular o sujeito e o objeto; um *acontecimento* possível, que através do agenciamento corporal pode se efetivar; ambos consistem em multiplicidades que dependem da efetuação do *acontecimento* no qual o sujeito se manifesta, que se expressa através dos agenciamentos de enunciação, e que se efetivam nos corpos. É importante perceber nesse ponto que o *acontecimento* vem contestar o que já está estabelecido no ser, de forma que o mesmo seja afetado por uma bifurcação, por um desvio, que permita um novo horizonte não dado, que abra um leque de possibilidades, que faça ver/criar um mundo possível. Portanto, um mundo que existe, mas sem respostas dadas; um mundo onde não se tolera mais certos preceitos; um mundo que acontece de forma inesperada; um mundo aberto às novas possibilidades, mesmo sendo algo arriscado, pois, não se sabe a dimensão de sua difusão na sociedade e não se tem como comandar o *acontecimento*.

Dessa maneira, no anseio por uma “*história do possível*”, Gabriela Leite conta que o desafio foi montar uma instituição com a finalidade de defender os “*direitos da prostituição*”, que fosse reconhecida como profissão. Foi assim que se fundou a ONG *Davida*², em 1992, um trocadilho com a frase “*mulheres da vida*”, mas, como canta Simone: “*mulher é a vida / a vida é mulher / toda mulher é mulher da vida*”³. Nessas circunstâncias:

(...) a Davida manifesta seu repúdio à vitimização das prostitutas, e anuncia o combate à discriminação, ao preconceito e ao estigma. Resumindo, a ONG não expressa nenhuma intenção de mudar a profissão dessas mulheres. Defendendo, ao contrário, o direito de prestarem serviços sexuais, afirmando que devem assumir sua profissão ao invés de envergonharem-se dela. (GEAMMAL, 2009, p.14)

Podemos perceber nesse primeiro momento o desejo de outra leitura de mundo sobre a imagem negativa das putas, uma rede de interesses que foram ao encontro de

² Nome dado por Flavio Lenz, jornalista e companheiro de Gabriela Leite.

³ Letra e música de Milton Nascimento e Fernando Blant intitulada “*Mulher da Vida*”, lançado em 1983 no álbum “*Delírios, Delícia*”.

outra realidade possível. Para que isso se efetivasse, na busca de recursos para manter a ONG, Gabriela Leite encontrou nas mãos da ativista Imperialina o toque feminino que faltava – a mesma “*costura muito bem*”, frisa Gabriela Leite, por isso a ideia de se montar uma *grife* (2009, p.186). Já o nome *Daspu* foi inspirado na *Daslu*, conhecida *grife* da alta moda localizada no centro de São Paulo, que, como era de se esperar, tentou processá-la, argumentando que estava denegrindo a sua imagem. Conseqüentemente, diante desse episódio, a *Daspu* ganhou visibilidade e reconhecimento na mídia, o que serviu de suporte para que expandisse seu projeto e ganhasse a admiração, simpatia e apoio de outras pessoas, na luta pelo respeito às trabalhadoras do sexo no Brasil.

Pensar a *Daspu* enquanto *acontecimento* significa perceber que a mesma mexeu com a imagem que a *Daslu* representava para a sociedade do desejo, causando desconforto nos proprietários da *grife*, nos consumidores dessa marca, enfim, na mídia. Contudo, em meio ao caos o imprevisível aconteceu, fazendo com que esse *acontecimento* tivesse visibilidade e abrisse portas para que esse agenciamento se efetivasse, numa arriscada tentativa de se produzir o novo, a diferença, a fim de refletir sobre o politicamente correto, sobre os padrões de moda, beleza e comportamento. Um *acontecimento* único, não repetível, que não veio pré-formatado. Um *acontecimento* que simplesmente aconteceu. Uma marca que surgiu para marcar a abertura de um mundo possível. Uma etiqueta que quebrava o conjunto de regras estabelecidas aos corpos. Portanto:

(...) a *Daspu* se configura como uma estratégia enunciativa, cujo papel é granjear visibilidade social para o grupo de mulheres que representa, buscando construir para elas um lugar entre os demais grupos sociais, por meio do uso dos sistemas de moda, comunicação e consumo – comuns aos grupos de sujeitos que as invisibilizam socialmente (ALENCAR, 2011, p.02).

Nesse sentido, a *Daspu* não deve ser entendida apenas como uma *grife* para atender e lançar os padrões da moda, mas sim como uma maneira de “*abrir por meio da linguagem e da sexualidade uma brecha para as putas falarem por si mesmas (...)*”

inventando novos sentidos para a sexualidade, para a pornografia e para a moda” (BORTOLANZA, 2006, p.29-30). Assim sendo, a criação da *Daspu* passou a delinear as ressonâncias da prostituição em suas estampas, suas frases e seus *designs*. O próprio nome está ligado a um ativismo político: “*quem nunca tinha ouvido falar da luta política das prostitutas passou a conhecê-la como nunca antes havia sido conseguido por qualquer outra iniciativa das próprias ativistas*” (LENZ, 2008, p.20). Além de se apresentar discursivamente em favor da sociabilidade das putas, através de sua moda, comunicação e consumo, e de reconfigurar os valores sexuais, também passava a dar visibilidade às suas práticas e formas de viver entre os demais grupos sociais.

Os desfiles realizados (e que ainda se realizam) pela *Daspu* compartilham a vivência dessas mulheres que irradiam com suas peças criadas, recriadas, produzidas, com seus gestos pornográficos, sexuais, ousados, modos de vida singulares, intensos, e irreverentes. Por outro lado, sacaneia o estereótipo da puta, desfazendo o preconceito e a carece, além de mostrarem que as putas estão ocupando um lugar político no cenário nacional, não mais como vítimas, mas sim como produtoras de uma moda para mudar, na luta por um mundo de maior igualdade e liberdade (LENZ, 2008, p.19). Pensar a *Daspu*, nesse quadro, enquanto *acontecimento* singular e múltiplo significa romper com a construção depreciativa da mesma; não mais buscar legitimar as memórias das putas de um passado difuso, disperso e repleto de paixões efêmeras; tampouco compor relatos heroicos de uma vida gloriosa, mas sim a abertura para o mundo exterior de trajetórias e vidas ínfimas, marcadas por relações voláteis, únicas e libertárias.

A *Daspu*, enquanto um agenciamento produziu a transformação nos sujeitos que participaram ativamente/passivamente de seus movimentos libertários, permitindo outra visão sobre os corpos das putas quase desnudos, mostrando sua filosofia de vida, sua luta política, criando espaços de encontros da diferença pensados em sua positividade. Afinal, existir significa diferir. Nesse sentido, os sujeitos participantes desse movimento modificaram o jeito de se sentir juntos, expressando maneiras diferentes de sentir e de constituir o mundo; agir é sentir, que, por sua vez, significa querer mudar para melhor e atrair para si esse mundo possível. Assim, a força de agir desse agenciamento se deu pela causalidade do *acontecimento*, pela singularidade dos sujeitos

que agiram uns sobre os outros, criando uma nova potência de forças, que fez com que a multiplicidade se tornasse um todo atualizado, no qual se ansiava pelos mesmos desejos, lutava-se pelos mesmos ideais, pelas mesmas crenças. Afinal, esse agenciamento foi capaz de promover constantemente encontros e variações, rupturas e transformações, multiplicidades e mudanças.

Atualmente, ainda vemos marcas da violência e preconceito contra as prostitutas. O próprio Estado, aquele que deveria garantir direitos iguais à todos, direito de falar, de ir e vir, de ser ouvido, persiste em disseminar a ideia de prostituição como algo negativo, perigoso, depreciativo, infeliz. Na campanha de prevenção contra a AIDS promovida pelo Ministério da Saúde em 2013, falas das prostitutas – “*sou feliz sendo prostituta!*”; “*o sonho maior é que a sociedade nos veja como cidadãos!*”; “*não aceitar as pessoas da forma que elas são é uma violência!*” – foram censuradas. Nesse sentido, a presidente da Rede Brasileira de Prostitutas, Gabriela Leite, juntamente com as participantes da campanha, revogou a autorização de uso da imagem, suspendendo “*todas as peças da campanha*”⁴. Vemos, nesse âmbito, a ambição do controle estatal sobre o mundo do prazer.

Por isso, falar da *Daspu* é/fazer perceber e desfazer esses tipos de práticas discursivas que constituíram uma imagem exótica e depreciativa da mesma, percebendo-a enquanto uma prática libertária das putas. É ver em seus múltiplos olhares algo que intensifica, acalma, atrai, que te deixa perdido, que te rouba de si mesmo, pois, são belos como o mar durante a noite, escuros, calmos, serenos; onde as ondas criam convites para os deleites mais permissíveis da alma; na qual segue a opção de se entregar e adentrar para o mundo da “*putaria*”, em seu sentido mais positivo, mais pervertido, mais prazeroso. É deixar que seus gestos de resistência frente às barreiras que tentam impedir as explosões das pulsões de desejo aflorem. É dar visibilidade e dizibilidade às suas formas de resistências que as impulsionam para um *devir* puta, marcado pelas intensidades de suas vidas, de suas singularidades, de suas múltiplas

⁴ Disponível em: <http://www.correiодоestado.com.br/noticias/prostitutas-pedem-suspensao-da-campanha-modificada-pelo-gove_184903/>. Acesso em: 13 junho 2013.

formas de viver. Portanto, pensar a história da *Daspu* enquanto *acontecimento* permite que se rompa com as fronteiras dos corpos e a desconstrução da verdade de seu passado.

Cabe ainda, nessas linhas embranquecidas e por várias vezes reescritas, fazermos uma pequena reflexão em torno da *Daspu* enquanto *acontecimento* que só pode desmontar o discurso que vê as putas como figuras marginais, cuja dizibilidade está em eleger os becos, as calçadas, as esquinas, os bordéis como os únicos lugares privilegiados de pertencimento, no momento de seu contato inusitado e audacioso com o poder; este, que, por inúmeras vezes espreitou a vida profana e prazerosa das prostitutas, que as perseguiu, que prestou atenção e tentou incansavelmente controlar e regulamentar seus atos libertinos. Nesse encontro instantâneo, puderam ultrapassar as linhas que durante algum tempo lhes deixaram quase que invisíveis, quase seres pertencentes a outro mundo que não o nosso. Ao fazerem essa travessia foram ouvidas e puderam falar a linguagem prostibular, levantaram e defenderam sua bandeira, e assim suas palavras de ordem foram nascendo na organização. Mas, como não deixar que a *Daspu* descambe para uma instituição que irradia poder, visto que a mesma deriva das relações de poder? Como permitir que o movimento continue sendo um espaço de experimentação, uma possibilidade de outra leitura de mundo? Como continuar subvertendo a moda e quebrando os padrões de comportamento? Como evitar que esse *acontecimento* não reative os “*dispositivos da sexualidade*” sob a égide dicotômica que enclausura os corpos em um pressuposto binário? Essas são algumas reflexões que emergem, ao se pensar a *Daspu* enquanto um *acontecimento* que permitiu a abertura para um mundo possível, o da “*putaria*” e suas constantes explosões das pulsões de desejo.

REFERENCIAS

ALENCAR, S. S. **Cibercultura e pós-modernidade na lógica da promoção identitária: transcendência da visibilidade social da prostituição por meio da comunicação.** In: 1º Congresso de Comunicação Ibero-Americana, 2011, SÃO PAULO. Anais do Confibercom, 2011.

BORTOLONZA, Elaine C. **Gesto #3 Daspu.** In: BORTOLONZA, Elaine C. **Gestos pornográficos: desejo, estética e erotismo.** São Paulo. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4205>. Acesso em: 10 abril 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer** / Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Deux régimes de fous**, Paris, Éd. De Minuit, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.** 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. an Interview: **Sex, Power and the Politics of Identity**; entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982; *The advocate*, n. 400, 7 de agosto de 1984, pp. 26-30 e 58. Esta entrevista estava destinada à revista canadense *Body Politic*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/sexo.pdf>>. Acesso em: 25 setembro 2013.

_____. **Ética, Sexualidade, Política/Michel Foucault.** Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GEAMMAL, Jeanine Torres. **O surgimento da marca Daspu e a projeção de sua imagem através da imprensa** / Jeanine Torres Geammal. – 2009.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud** / Thomas Laqueur; tradução Vera Whately. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo** / Maurizio Lazzarato; tradução de Leonora Corsini. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta** / Gabriela Leite; em depoimento a Marcia Zanelatto. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LENZ, Flavio. **Daspu: a moda sem vergonha.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930** / Margareth Rago. – São Paulo: Paz e Terra. 2º edição, 2008.

SILVA, Janine Gomes da. **Casas, esquinas e ruas ‘do pecado’: lugares de prostituição, memórias sobre um ‘discurso caminantes**. In: **Prostituição em áreas urbanas – História do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

VENSON, Anamaria Marcon. **Brasileiras no mercado sexual transnacional**. In: **Prostituição em áreas urbanas – História do Tempo Presente**. Florianópolis: Editora UDESC, 2010.

VILELA, Eugénia. **Resistência e acontecimento. As palavras sem centro**. In: KOHAN, Walter Omar. **Foucault 80 anos** / organizado por Walter Omar Kohan e José Gondra. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HISTÓRIA E LUTO: A MORTE CONTINUADA DE VITIMAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Mayara Paiva de Souza
mayaratapajos@hotmail.com
Universidade Federal de Goiás
Doutoranda em História
FAPEG

Resumo

Neste texto pretendo analisar a morte de Frederico Eduardo Mayr, um jovem estudante morto sob tortura durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. A mãe de Frederico Mayr lutou por quase duas décadas para reaver seus restos mortais e o sepultar. Minha intenção é partir de um caso para uma análise mais ampla, tanto do contexto político abordado, quanto dos aspectos teórico-metodológicos da disciplina histórica. Para tanto, parto do contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) abordando a história da prisão e morte de Frederico Eduardo Mayr e a subsequente luta de sua mãe para reaver o seu corpo e contar a sua história.

Palavras-chave: Luto, História, Ditadura Civil-Militar.

Abstract

In this paper I analyze the death of Frederico Eduardo Mayr, a young student killed under torture during the Civil-Military Dictatorship in Brazil. The mother of Frederico Mayr fought for nearly two decades to recover his remains and bury her son. My intention is to start with a case for a broader analysis of both the political context addressed, as the theoretical and methodological aspects of the historical discipline. Therefore, I start of the context of civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985) addressing the history of the imprisonment and death of Frederico Mayr and the subsequent struggle of his mother to regain his body and tell your story.

Keywords: Mourning, History, Civil-Military Dictatorship.

Heródoto imaginou os historiadores como guardiães da memória, a memória de feitos gloriosos. Eu prefiro ver os historiadores como os guardiães de fatos incômodos, os esqueletos no armário da memória social. Existiu em tempos um oficial chamado Recordador (Remembrancer). O título era na realidade um eufemismo para coletor de impostos; o trabalho do oficial consistia em recordar às pessoas aquilo que elas gostariam de esquecer. Essa é uma das funções mais importantes do historiador.

(Peter Burke)

Segundo o relato da epopéia grega, *Ilíada*, o velho Príamo, rei de Tróia, após a morte de Heitor, foi reclamar o corpo de seu filho morto e ultrajado por Aquiles. Apesar de saber que Aquiles era mais forte, Heitor não se esquivou do combate e escolheu a morte heróica para que os “homens do futuro” soubessem quem ele era. Mesmo tendo uma morte heróica, o corpo de Heitor foi ultrajado por seu algoz, Aquiles, que arrastou seu cadáver para que todos o vissem corrompido. Além de corromper o corpo de Heitor, Aquiles tentava, através do ultraje, evitar que o herói troiano recebesse os devidos ritos funerários. Entretanto, Príamo arriscou-se em busca do corpo do filho para evitar o ultraje e dar-lhe um sepultamento digno para que sua memória fosse perpetuada (VERNANT, 2009). A *Ilíada* encerra-se com o sepultamento de Heitor, caberia aos aedos cantarem a glória do herói.

Para os gregos antigos era fundamental que o morto recebesse os devidos ritos funerários e fosse cantado e lembrado pelos aedos alcançando, assim, uma “glória imorredoura”. Os aedos, inspirados por *Mnemosunè*, a Memória, se encarregavam de transmitir os feitos dos antepassados e mantê-los vivos entre os homens. Desta forma, além do monumento e ritos funerários, era fundamental que a história fosse narrada. Por sua vez, o ultraje ao cadáver e a falta de ritos fúnebres retirava e maculava a glória do morto (VERNANT, 2001). Como relatado na *Ilíada*, Aquiles tentou ultrajar o corpo de Heitor, mas Príamo reclamou o corpo do filho para que este recebesse um sepultamento digno de um herói e fosse lembrado e cantado pelos aedos. Do exemplo grego podemos

destacar que desde a antiguidade o luto, a memória e a história podem ser intimamente relacionados.

Neste texto, apesar de abordar um contexto diferente do narrado na epopéia grega, pretendo partir da história de um jovem morto e ultrajado por seus opositores e, como Príamo reclamou o corpo de Heitor, os familiares deste jovem lutaram por quase duas décadas para reaverem seus restos mortais e o sepultar. Minha intenção é partir de um caso para uma análise mais ampla, tanto do contexto político abordado, quanto dos aspectos teórico-metodológicos da disciplina histórica. Para tanto, parto do contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) abordando a história da prisão e morte de Frederico Eduardo Mayr e a subsequente luta de sua mãe para reaver o seu corpo e contar a sua história.

Em 1964, com a deposição do presidente da República João Goulart, os militares assumiram o governo instaurando, assim, uma Ditadura que duraria vinte e um anos. Ao longo desse período o governo optou por reprimir brutalmente seus opositores e limitar a liberdade política e de expressão. Dessa forma, milhares de pessoas tiveram seus direitos políticos e civis cassados, a imprensa passou a ser controlada pela censura e uma nova Constituição foi outorgada em 1967. Os militares se auto-intitulavam os “guardiões da ordem” e, nesse sentido, quem surgisse como real ou potencialmente contrário à ordem estabelecida transformava-se em inimigo e deveria ser combatido. Nesse contexto, durante o regime autoritário, a tortura, as mortes e desaparecimentos eram práticas comuns entre os agentes do governo que buscavam os “subversivos inimigos da Nação”.

Após quinze anos de Ditadura, o governo iniciou um período de conciliação nacional para possibilitar a transição para um regime democrático. A primeira medida para implementar essa transição controlada, foi a promulgação da Lei de Anistia em agosto de 1979 pela qual o governo permitiu o retorno dos exilados políticos e se auto-anistiou. Os “crimes” políticos foram perdoados e com eles os crimes conexos, isto é,

também foram anistiados os agentes da repressão que torturaram e mataram muitos militantes da oposição.¹

Apesar da conciliação controlada ocorrida a partir do final da década de 1970 e da transição democrática da década de 1980, ainda resta muito da Ditadura. Segundo Teles (2010), a Lei de Anistia de 1979 além de permitir o retorno dos exilados ao Brasil, garantiu a ampliação da atividade política, todavia impôs obstáculos à investigação do passado recente, negou aos familiares de vítimas da Ditadura a possibilidade de conhecer o passado e contar sua história. A anistia gerou um consenso que negou caráter público à memória dos atos violentos do Estado. A memória do período se restringe à memória privada, a indivíduos ou grupos que se sentem no dever de manter a memória das vítimas da Ditadura e de lutarem por justiça e verdade acerca do que realmente ocorreu nos porões da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Como “guardiões da memória” das vítimas da Ditadura, os familiares se organizam em grupos que têm um papel fundamental na divulgação da memória do período. Além disso, em parceria com pesquisadores acadêmicos, tem publicado diversas obras que visam evidenciar a história da repressão. Dentre tais obras, destaco o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*², que reuniu dados dos desaparecidos políticos e mortos vítimas da Ditadura. O *Dossiê* traz histórias de vida, luta e morte de jovens militantes que se opunham ao governo brasileiro e que, por suas posições políticas, foram dizimados. A obra, organizada por familiares, traz um tom de heroísmo desses militantes, pois os dados e relatos demonstram a coragem, perseverança e luta até a morte. A ideia que temos ao ler as histórias de tais militantes é que, assim como o herói troiano, não se dobraram nem mesmo diante da morte.

¹ Pelo Decreto 6.683/1979 o Governo Civil-Militar no Brasil anistiou todos os que cometeram delitos políticos ou conexos durante o período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. O Projeto de anistia foi enviado pelo poder Executivo ao Congresso Nacional em julho de 1979. Após uma intensa pressão da sociedade civil em busca da anistia aos perseguidos pelo Regime Militar, o Presidente João Batista Figueiredo, enviou o projeto para o Legislativo visando uma transição segura do regime de exceção para um governo civil. Os chamados “terroristas”, que fizeram luta armada, não foram anistiados.

² São conhecidos 426 casos de vítimas da ditadura civil-militar no Brasil, dentre eles 257 mortos e 169 desaparecidos.



A constante busca dos familiares, seja pelos restos mortais, seja pela história, faz com que esse passado não passe, o trauma e dor da perda impune geram uma luta constante por “verdade e justiça”. A falta do corpo e do relato histórico geram a impossibilidade de sepultamento do passado, pois o que ocorreu nos porões da Ditadura no Brasil está sob o manto do esquecimento; esquecimento que não é possível para os que foram vítimas do regime.

Diante de tais questões pretendo conduzir o texto para um debate que envolve o papel do luto e da história como forma de apaziguar a dor do passado. Não pretendo abordar questões ideológicas que marcaram o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, mas minha intenção é pensar como podemos associar a escrita da história com o trabalho de luto, visto que, no embate contra o esquecimento a escrita historiográfica e o luto podem ser facilmente relacionados. Parto da perspectiva de que a história, assim como o luto, lida com “mortos” demarcando-lhes um lugar de memória e dando-lhes sentido no mundo dos vivos, isto é, a história também é uma forma de lidar com a dor da perda.

O MORTO

Na correria do dia-a-dia da cidade de São Paulo, à caminho de Santo Amaro e Itapeverica, um complexo viário na confluência entre a Marginal Pinheiros e a Avenida João Dias é composto por três viadutos inaugurados em 1992, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina. Tais viadutos receberam, cada um, o nome de um militante assassinado pela repressão dos órgãos do governo durante a Ditadura Civil-Militar: Honestino Guimarães, Sônia Moraes Angel Jones e Frederico Eduardo Mayr. Quem passa por tal complexo viário, se estiver familiarizado com a história da resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil, poderá, por um instante, perceber a confluência do passado no presente e, desta forma, o sentido que os acontecimentos pretéritos adquiriram nos dias atuais.

Para além de nomear ruas, avenidas ou viadutos, tais militantes tiveram uma história de vida e de luta contra o governo brasileiro no período ditatorial. Entretanto, para muitos transeuntes que percorrem os caminhos levados pelo complexo viário

citado acima, Honestino, Sônia e Frederico são personagens que fazem parte, talvez, de um passado distante, sem sentido para o presente, “terra estrangeira”.

As placas encardidas permitem vislumbrar o ponto de encontro entre as vias, entretanto, a visão confusa do emaranhado de caminhos e possibilidades assemelha-se a um labirinto da vida contemporânea. Sugestivo para quem está familiarizado com a história dos jovens que emprestam o nome ao complexo viário.

Dentre os jovens homenageados nas vias paulistas está Frederico Eduardo Mayr, objeto de análise deste texto. Dos casos relatados no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, selecionei um dos casos ocorridos no ano de 1972 nas dependências do DOI/CODI-SP, a prisão e morte de Frederico Eduardo Mayr. Apesar de morto em 1972, só em 1992 o jovem militante foi devidamente sepultado por seus familiares. Justifico minha escolha por este caso ter sido “encerrado” no que diz respeito à descoberta e sepultamento dos restos mortais do militante pela família. Entretanto, ninguém pagou pela morte de Frederico Mayr até os dias atuais. Os familiares ainda lutam para que os culpados sejam responsabilizados e a história seja narrada. A morte de Frederico Mayr e a luta da família para descobrir seu paradeiro e realizar seu sepultamento, é apenas um dos diversos casos que ocorreram no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil. Contudo, selecionei a sua história como ponto inicial de uma análise comum a centenas de casos do período, partindo, dessa forma, do particular para o âmbito geral e, a partir dos acontecimentos analisados, pensar a escrita da história em sua inter-relação com a memória.

Frederico Eduardo Mayr nasceu em outubro de 1948 em Timbó, Santa Catarina, o segundo dos três filhos de dona Gertrud Mayr. Estudante de arquitetura no Rio de Janeiro, em 1969 ingressou na luta armada contra o governo ditatorial. Na clandestinidade, viajou para Cuba onde recebeu treinamento de guerrilha, retornando ao Brasil em 1971 onde ingressou no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Devido à sua atuação e militância política no MOLIPO, foi baleado e preso por agentes do DOI/CODI paulista em 23 de fevereiro de 1972. Mesmo ferido com um tiro no abdômen, Frederico Mayr foi torturado pelos agentes da repressão. Segundo depoimento de companheiros de prisão, Frederico foi torturado até a morte pelos

agentes do DOI/CODI de São Paulo, entretanto a versão oficial é de que o jovem estudante fora morto em um tiroteio quando resistiu à prisão em São Paulo.

É evidente que os agentes do DOI/CODI haviam identificado Frederico Mayr, tanto no que diz respeito à sua vida legal quanto à vida clandestina. Pois, sua prisão fora registrada em 24 de fevereiro de 1972 com seu verdadeiro nome, Frederico Eduardo Mayr. A ficha individual de número 1.112 registrou sua prisão como ocorrida na Avenida Paulista no dia 23 de fevereiro. Frederico fora preso e sua detenção foi registrada com seus documentos legais. Apesar de ter sido fotografado vivo para a ficha de prisão, sua certidão de óbito atestava morte em um tiroteio com a polícia – portanto antes de ser levado para o DOI/CODI – e estava registrada com seu nome falso, Eugênio Magalhães Sardinha. Embora soubessem quem era Frederico, tanto legalmente quanto clandestinamente, os agentes do governo sepultaram o militante como indigente no cemitério Dom Bosco em Perus, São Paulo.

Segundo relatos de companheiros de cárcere, Frederico morreu sob tortura. Luiz Fernando Assunção, em reportagem publicada em julho de 2003 no jornal de Joinville, *A Notícia*, destacou:

A cadeira do dragão contabilizava mais uma vítima. O jovem sobre o assento agonizava com o buraco de tiro na barriga, recebido horas antes. A equipe "C" estava a postos. Oberdan, Carioca, Mangabeira e Caio, todos policiais civis paulistanos formados na arte da tortura pela cartilha do hoje general da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra, insistiam em protagonizar o sofrimento com choques elétricos e batidas com uma madeira dura nas debilitadas pernas do rapaz. A cadeira era um instrumento de tortura pesado, com zinco em sua base. Na parte posterior havia terminais de choque, aplicados em todas as partes do corpo. Tinha também uma travessa de madeira que empurrava as pernas para trás. A cada espasmo do choque, as pernas batiam na travessa, causando ferimentos. Frederico Eduardo Mayr, 24 anos, pedia clemência a seus sarcásticos algozes. Em vão. Torturado por mais 72 horas ininterruptas, não resistiu e morreu.³

O suplício de Frederico só fora parcialmente conhecido anos depois. Após sua prisão na Avenida Paulista naquele dia 23 de fevereiro de 1972, a família de Frederico Mayr buscou incansavelmente por notícias suas. Mais tarde sua mãe declarou:

³ Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=113>

Logo que ele desapareceu, pacientes do meu marido (médico) voltavam da Europa e diziam ter visto o Frederico em Paris. Daí, fui até lá. Perdi as contas da quantidade de vezes que corri até alguém, achando que era meu filho, e estava enganada. Anos mais tarde, quando trabalhava como guia turística, via as pessoas sendo recebidas por parentes no aeroporto e só lembrava que nunca mais ia poder abraçar o meu filho.⁴

Como demonstrado pelo relato de Gertrud Mayr, o desaparecimento amplia a tortura devido à ausência de informações e a predominância da dúvida. Além disso, a falta de um corpo faz com que a família relute a admitir a morte. Apenas com a Lei de Anistia em 1979 a família pode ter acesso ao processo jurídico que extinguiu a punibilidade do jovem militante por ter sido morto. Se antes a família lutava para descobrir o paradeiro de Frederico Mayr, após a anistia de 1979, passou a buscar seus restos mortais para dar ao jovem militante um túmulo e uma história.

Em 04 de setembro de 1990 foi aberta a vala clandestina de Perus no Cemitério Dom Bosco em São Paulo. Esta vala comum fora descoberta por familiares de mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura Civil-Militar. Após cerca de duas décadas em busca dos desaparecidos, os familiares puderam ter esperança de finalmente encontrarem os restos mortais dos jovens militantes. Na vala de Perus foram encontradas 1.049 ossadas indigentes, dentre elas, segundo os registros do cemitério, estariam pelo menos os restos mortais de seis presos políticos: Dênis Antônio Casemiro, Dimas Casemiro, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, Grenaldo de Jesus da Silva e Frederico Eduardo Mayr.

O Cemitério Dom Bosco foi construído em 1971 pela prefeitura de São Paulo, a princípio recebia indigentes e vítimas da repressão política. A partir de 1979 alguns militantes mortos foram identificados sepultados com nomes falsos naquele cemitério, todavia, muitos familiares ao localizarem os túmulos perceberam que os restos mortais já tinham sido exumados em 1975 e transferidos para uma vala comum, vala que fora aberta somente em setembro de 1990.

⁴ Entrevista de Gertrud Mayr ao *Jornal de Santa Catarina*. Publicada em 29/01/2012 e disponível em: http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/jsc/19_6,3646967,Filho-morto-durante-ditadura-militar-inspira-mae-de-Blumenau-a-lutar-por-respostas.html

As ossadas encontradas na vala comum do cemitério de Perus foram transferidas, sob o apoio da Prefeitura de São Paulo, para o Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) onde deveriam ser catalogadas e identificadas. Somente após dois anos de trabalho começaram a aparecer os primeiros resultados, os restos mortais de Dênis Antônio Casemiro e Frederico Eduardo Mayr foram os primeiros a serem identificados.

Frederico Mayr, que fora preso em fevereiro de 1972, duas décadas após sua prisão, finalmente fora encontrado. Devido ao esforço de sua família, que forneceu todos os dados possíveis aos pesquisadores da UNICAMP para que pudessem identificar seus restos mortais, Frederico finalmente poderia ser sepultado por seus familiares. Sua mãe, Gertrud Mayr, em depoimento exibido pelo documentário *Vala Comum* relatou o momento em que pode identificar os restos mortais do filho:

Eu vi ele vivo na tela, sorrindo, com a superposição do crânio com uma foto em que ele estava sorrindo. É como se ele estivesse vivo, como se eu estivesse vendo ele numa televisão, em um vídeo dele vivo. Eu me senti, assim, muito gratificada ao vê-lo identificado, então, de não haver mais a dúvida. E só agora com identificação é que a missa, o traslado, o sepultamento é que a coisa ficou realmente consumada. Antes era uma coisa só lá dentro que não saía; não que eu estivesse reprimindo, mas que não conseguia sair. E agora não, agora é... é o normal, é o que acontece quando a qualquer pessoa, qualquer mãe, irmão, quando perde alguém da família: ver a pessoa, enterrar a pessoa e saber que a pessoa está morta. Eu comecei a viver isso só agora.⁵

Para Gertrud Mayr, ter o seu filho identificado foi uma forma de colocar a angústia para fora, de encerrar a dúvida e poder realizar o processo de luto. Só após os ritos funerários, a missa e o sepultamento, mesmo quase vinte anos após a morte de Frederico, ela pode realizar o luto, pois antes disso havia a dúvida, a incerteza acerca do passado. Em entrevista ao *Jornal de Santa Catarina* em 2009, Gertrud Mayr, então com 86 anos, evidenciou a experiência do luto como uma forma de consumação da dor da perda:

⁵ Depoimento de Gertrud Mayr. Documentário *Vala Comum*, João Godoy, 1994.

Quantos pais de desaparecidos ainda não puderam enterrar os filhos. Enquanto você não tem o corpo, a coisa não se consuma. Pude dar um enterro digno a ele e viver o luto. Chorei uma semana sem parar, como se ele tivesse morrido naquela semana.⁶

A ausência do corpo fazia com que a morte de Frederico Mayr não se concretizasse. Gertrud Mayr dizia que, até o dia de enterrar o filho, toda vez que chovia à noite e uma porta ou janela batia, pulava da cama e corria para a porta dizendo “é ele, é ele!”.⁷ A mãe não podia admitir a morte enquanto não realizasse o trabalho de luto.

Mesmo encontrando os restos mortais do filho duas décadas após seu desaparecimento, Gertrud Mayr chorou a morte de Frederico e realizou os ritos funerários como se fossem acontecimentos recentes. Sua ossada, transferida para o jazigo da família no Rio de Janeiro, finalmente estava onde poderia receber os ritos funerários e onde seria preservada a memória do morto, forma de mantê-lo no mundo dos vivos. Como afirmou Valerie Hope (2011), a morte pode ser o final para o morto, mas o seu monumento funerário representa aspectos simbólicos para o mundo dos vivos, principalmente no que se refere ao grupo familiar. Ter um túmulo é também ter um lugar de memória. Em julho de 1992 Frederico passou a ter o seu lugar e pode atravessar o *Aqueronte*⁸, entretanto, a saga de sua mãe continuaria em busca da história.

A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Desde os gregos e romanos notamos que os ritos funerários são, acima de tudo, ritos cívicos. Dar um lugar para o morto é uma forma de manter a presença da ausência, isto é, manter a memória viva. O poeta romano Ovídio, destacou o seu temor em relação à morte no exílio, pois distante de sua terra não receberia os devidos ritos funerários, dessa forma sua memória não seria mantida. Sem ter quem o mantivesse entre os vivos,

⁶ Entrevista de Gertrud Mayr ao *Jornal de Santa Catarina*. Publicada em 29/01/2012 e disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/jsc/19,6,3646967,Filho-morto-durante-ditadura-militar-inspira-mae-de-Blumenau-a-lutar-por-respostas.html>

⁷ Sachetta, Paula. *Desaparecidos: à margens do rio dos mortos*. In: Brasil de fato, 02/08/2010. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=113>

⁸ Segundo a mitologia grega, Aqueronte era o rio dos mortos, por onde as almas eram transportadas pelo barqueiro Caronte após os devidos ritos funerários.

o poeta cairia no esquecimento, esta seria a verdadeira morte (NOY, 2011). Assim como os antigos temiam o esquecimento, os familiares das vítimas da Ditadura Civil-Militar no Brasil passaram a lutar para que seus mortos não fossem apenas sepultados, mas também para que a memória fosse preservada e a história narrada. Como Ovídio, a preocupação dos familiares das vítimas não era apenas com o corpo insepulto, mas principalmente com o esquecimento.

Apesar de poder encerrar a busca pelos restos mortais do filho, Gertrud Mayr continuou na luta para que a verdade sobre a morte de Frederico fosse evidenciada e os responsáveis punidos. Gertrud engajou-se na busca pela verdade e pela justiça, luta que se tornou um compromisso dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, vítimas da Ditadura Civil-Militar no Brasil. A busca pela história se tornou uma herança da luta contra a Ditadura. Segundo Gertrud Mayr:

Lutar para que a verdade venha à tona é um compromisso que, nós, pais de vítimas da ditadura, temos com nossos filhos. Se não fizermos isto, estaremos abandonando eles. Já recebi, várias vezes, recomendação para deixar esta história de lado porque machuca. Mas não consigo parar. Seria a mesma coisa que colocá-la no esquecimento.⁹

A “história machuca”, mas parar de lutar pela verdade seria uma segunda morte para seu filho Frederico Mayr. Seria admitir o esquecimento e o crime impune, *abandoná-lo*. Segundo Janaína Teles (2008), o trabalho de luto sobre o período ditatorial no Brasil não teve um caráter social ou coletivo, isto é, se restringe aos familiares dos mortos e desaparecidos do período. Os familiares tornam-se os “guardiões da memória” e sentem-se no dever de manter a memória da vítima. Dessa forma, a falta de um momento de luto e de audição impossibilita o corte entre o antes e o depois, o passado e o futuro.

Gertrud Mayr teve o seu momento de luto, mesmo que tardio. Após o sepultamento de seu filho, chorou a dor da perda. A partir daí ela teve o processo de luto *normal*, como destacou em entrevista exibida no documentário *Vala Comum* (1994). Apesar de ter encontrado os restos mortais do filho, mesmo com a idade já avançada, a

⁹ Entrevista de Gertrud Mayr ao *Jornal de Santa Catarina*. Publicada em 29/01/2012 e disponível em: http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/jsc/19_6,3646967,Filho-morto-durante-ditadura-militar-inspira-mae-de-Blumenau-a-lutar-por-respostas.html



mãe de Frederico Mayr continuou na luta dos familiares das vítimas da Ditadura, desta vez ela passaria a lutar pela história, para que seu filho não caísse no esquecimento e sua morte não ficasse impune.

Segundo Janaína Teles (2010), como herdeiros da dor, os familiares tornaram-se colecionadores de marcas do passado, tal atitude se justifica pela tentativa de provar o legado de seus mortos e a responsabilidade dos que cometeram os crimes. Nessa perspectiva, a luta dos familiares tem uma dimensão política; sem uma ampla mobilização social e leis que garantam o “direito à verdade”, os familiares de mortos e desaparecidos oscilam entre a busca por realizar o luto e o desejo de restituição do passado. Buscam significado para as experiências que marcaram suas vidas, todavia há uma dificuldade em estabelecer ligações entre a experiência e a narrativa, entre o vivido e a palavra, com a indiferença e a ausência de escuta. Nessa perspectiva, a dificuldade de simbolizar o trauma torna o trabalho de luto e a elaboração do passado tarefas difíceis (TELES, 2010).

A transição política controlada pelo governo militar e a dificuldade de lidar com o passado de repressão contribuíram para que o ciclo não se feche e dificultou o processo de luto. Gertrud Mayr, mesmo podendo sepultar seu filho e ter um processo de luto, teve dificuldades para lidar com o passado, fechar o ciclo e cicatrizar a ferida da experiência vivida. A mãe passou a se sentir como herdeira do filho, aquela que poderia guardar e transmitir seu legado. Mesmo com idade avançada, Gertrud Mayr passou a integrar as comissões de familiares que lutam pela “verdade histórica” e pela justiça para que as vítimas da Ditadura não caiam no esquecimento e suas experiências não sejam esvaziadas de sentido.

As dificuldades de rompimento e cicatrização do passado são reveladas em depoimento concedido em 2009 quando Gertrud Mayr tinha 86 anos de idade:

No começo eu chorava muito, mas meu filho menor pediu: por que em vez de chorar pelo filho perdido não se dedica ao vivo? Então, fiz um esforço para me

controlar. Teve a fase em que me senti forte. Só que a velhice traz incontinências, e a minha é de lágrimas.¹⁰

A sacralização do passado, evidenciada pelo depoimento da mãe, revela que esta, ao estar presa ao passado, não conseguia lidar com o presente. Problema que pode ser transferido para o debate acerca da narrativa histórica que lida com períodos traumáticos que muitas vezes se tornam um “dever de memória” entre as vítimas. Ao sobrepor o passado sobre o presente e futuro, sacralizando-o, não podemos realizar um trabalho natural de rememoração, pois o passado torna-se um *dever*, algo sagrado que nos aprisiona e nos priva de viver as experiências do presente e permitir o advento do devir. O dever de memória traz um culto à memória ferida, reivindica uma dívida quase eterna. O homem não admite que as feridas se cicatrizem, pois são sagradas. A memória se torna uma arena para um eterno ajuste de contas. Porém, a insistência na memória configurada no passado pode obliterar o futuro e privar-nos do presente.

É necessário distinguir entre passado e presente e estabelecer uma ruptura com o passado da Ditadura no Brasil. Não basta o relato heróico, é imprescindível uma história que ressignifique e tente transmitir a experiência vivida dando-lhe um sentido. O relato histórico pode romper com a indiferença, para que a experiência não seja tomada como algo sem significado e, desta forma, os familiares ficariam livres de seu “dever” de guardiões de um legado que pode desaparecer com a sua morte. A história deve narrar e dar sentido às experiências, mas é necessário que haja escuta.

Falar do passado é falar de vivos e mortos, um tempo que “passou”, mas que permanece na consciência histórica. O passado só existe se constituir sentido no presente, isto é, passado e presente constituem tempos simultâneos que se complementam compondo sentidos para a vida. Na dobra entre passado e presente abre-se o horizonte de expectativas, o futuro. O passado mantém-se vivo no presente através da memória, que o torna significativo, e da história que tece uma trama por intermédio de peças do passado rememorado. A inter-relação entre história e memória compõe

¹⁰ Idem.

interpretações temporais e orienta para o futuro (RÜSEN, 2009), tal relação faz com que o passado não se torne “terra” desconhecida e sem sentido.

Para Gertrud Mayr, a perda do filho não adquiriu sentido. Mesmo tendo consciência de que a morte é algo natural, a forma como ocorreu o “ultraje ao corpo” de Frederico, que morreu sob tortura e só pode ser sepultado pela família duas décadas após sua morte, foi uma afronta à dignidade humana. Em depoimento a mãe destacou:

Frederico não foi o filho que eu perdi, mas o meu filho que todos nós perdemos. Quando existe um nascimento, sabemos que vai existir a morte. Mas o que aconteceu comigo, com a minha família e outras em situação semelhante, não segue a lei natural. O que se passou conosco foi uma afronta à dignidade humana.¹¹

A mãe não pode aceitar a morte do jovem militante. Calar-se seria *matá-lo* novamente. O passado tornou-se um fardo, visto que não se cicatriza diante do sentimento de impunidade e injustiça cometida contra a vítima. Apesar de sepultar os restos mortais de Frederico Mayr, sua mãe continuou na luta pela verdade histórica, Frederico não estaria definitivamente sepultado.

Segundo Rüsen (2009), história e luto têm algo em comum: ambos são procedimentos da memória e comprometidos com a lógica de geração de sentido. O luto é uma atividade mental de superação de uma perda. Contribui para dar sentido a uma experiência dolorosa. O pensamento histórico segue a lógica do luto – transforma o passado ausente em vida presente e atual incorporando a experiência na geração de sentido. Só o que é importante para o presente pode se tornar história. Na consciência histórica os mortos continuam vivos. A diferença é que o luto está tomado de amargura e dor. O pensamento histórico, ao contrário, parece ser o processo de lembrança, sem o elemento de sofrimento, como forma de assumir uma herança.

Falar de história e luto supõe a abordagem de questões acerca da memória e do esquecimento. Por sua seletividade, a memória só existe em conjunto com o esquecimento. No processo seletivo de rememoração – processo que parte das inquietações do presente – algumas experiências adquirem sentido e outras são

¹¹ Depoimento de Gertrud Mayr. In: *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos no Brasil a partir de 1964*. p. 148.

silenciadas ou esquecidas. Se o homem não tem passado, não adquire sentido no presente. Entretanto, o excesso de passado também pode paralisar o homem e impedir a criação de novos sentidos. Segundo Paul Ricoeur (2000) o homem é um ser capaz de contar, lembrar, se responsabilizar refazendo o sentido do passado, até mesmo daquilo que lhe parece irreparável e injustificável. Todavia, a relação do homem com seu passado é sempre incompleta, lidamos com a “presença do ausente”, com certo “padecimento do passado”.

De acordo com Luiz Eduardo Greenhalgh, ativo advogado defensor das vítimas da Ditadura:

Uma das maneiras pelas quais podemos passar às próximas gerações o legado do nosso sofrimento e da nossa luta é escrever. Escrever muito. Antes que a nossa memória nos traia. Antes que façam esquecer a sociedade. Antes que se absolvam pela prescrição do tempo.¹²

Ao registrar as lembranças e, ao mesmo tempo, permitir o esquecimento, a escrita da história se revela como um *phármakon*. Desta forma, a história pode ser um remédio ou um veneno em relação à memória. Remédio por registrar o rememorado e veneno por, ao ser registrado, permitir que o homem se esqueça. Nesse sentido, remédio e veneno, a história carrega consigo dois pólos: vida e morte.

A escrita da história se encarrega de sepultar os acontecimentos pretéritos e promover o luto, deve apaziguar o passado para que este não se torne um “fantasma” que assombra o presente e impede o advento do novo. Entretanto, se não conseguimos reelaborar o sentido do passado, este se torna “sagrado”. Um passado que não admite reelaboração engessa os projetos do futuro. A fatalidade do passado contamina o presente e o futuro, devora o homem como Kronos, o tempo, devorou seus filhos. Mas o homem é um ser capaz que, de acordo com Ricoeur (2000), pode realizar um trabalho crítico de memória e reelaborar o sentido do tempo.

Do que foi exposto, podemos afirmar que a escrita da história dedica-se, por exemplo, a restituir um corpo e um rosto singulares àqueles que o tempo “engoliu”, a

¹² ASSIS, Chico de [et al]. *Onde está meu filho?* História de um desaparecido político. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1985.

salvá-los da contabilidade fria dos grandes números, a retirá-los da massa da “vala comum”. Parafraseando Michelet “é preciso dar voz aos silêncios da história, essas terríveis pausas em que ela se cala e que são exatamente seus aspectos mais trágicos”. Como Príamo, o rei troiano, e Gertrud Mayr, a história precisa buscar seus mortos e dar-lhes o devido sepulcro.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Chico de [et al]. *Onde está meu filho?* História de um desaparecido político. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1985.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Org.). *Brasil: nunca mais*. Petrópolis. Vozes, 1985.

BURKE, Peter. A História como Memória Social. In: *O mundo como teatro - estudos de antropologia histórica*. Lisboa. Difel. 1992

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

DERRIDA, Jacques. A lógica do perdão. In: <http://www6.ufrgs.br/idea/?page_id=188> (Conferência originalmente publicada no Caderno Mais! da *Folha de São Paulo*, em 17/10/2004).

Documentário: *Vala Comum*. João Godoy, 1994.

Entrevista de Gertrud Mayr ao *Jornal de Santa Catarina*. Publicada em 29/01/2012 e disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/jsc/19,6,3646967,Filho-morto-durante-ditadura-militar-inspira-mae-de-Blumenau-a-lutar-por-respostas.html>

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. Frederico Eduardo Mayr. In: *Tortura Nunca Mais*. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/> Acesso em: 21 de julho de 2013.

HOPE, Valerie M.. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, Valerie; HUSKINSON, Janet (orgs). *Memory and mourning: studies on roman death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, pp. 176-195.

_____. *Roman Death: the dying and the dead in Ancient Rome*. New York: Continuum, 2009. P.41-96 e p. 151-181.

MARTINS, Estevão Rezende. Tempo e Memória: a construção social da lembrança e do esquecimento. In: *Liber Intellectus*. Goiânia, v. 1, n. 1, junho 2007.

MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MICHELET, Jules. *L'Heroïsme de l' esprit*. L' Arc 52, 1973.

NOY, David. Goodbye Livia's: dying in the Roman home. In: HOPE, Valerie; HUSKINSON, Janet (orgs). *Memory and Mourning: Studies on Roman Death*. Oxford: Oxbow Books, 2011, pp. 01/20.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et. al.]. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007.

ROSA, José M. Silva. *Destruição da fatalidade: para um uso crítico da memória*. Lisboa, in: <www.lusosofia.net> 2005. Acessado em: 08 de 2011.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. In: *História da historiografia*. n. 02, 2009.

SAFATLE, Vladimir & TELES, Edson (orgs.). *O que resta da ditadura? A exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína. *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2000.

_____. Os testemunhos e as lutas de familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. III Seminário Políticas de La Memoria. Centro Cultural de La Memoria Haroldo Conti. Buenos Aires, 2010.

VERNANT, Jean-Pierre. La Bella Muerte y El Cadáver Ultrajado. In:_____ *El individuo, La muerte y El amor em La antiga Grecia*. Barcelona: Paidós, 2001. p. 45-80.

_____. A morte heróica entre os Gregos. In:_____ *A Travessia das Fronteiras*. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 77-95.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FESTA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO: UMA ANÁLISE DE FONTES ORAIS

Mayra Vaz Carneiro

mayravazc@gmail.com

CPDOC-FGV

Mestranda em História, Política e Bens Culturais

Bolsista CAPES/PROSUP

Resumo

A Festa de Nossa Senhora da Conceição, no Morro da Conceição, região central do Rio de Janeiro, é uma celebração que ocorre na localidade desde o século XIX. Promovida pelas famílias mais antigas do Morro, tidas como “tradicional”, a festividade envolve a construção da memória e do sentimento de identidade, relacionado ao local de moradia. A partir da análise de fontes orais, recolhidas no ano de 2009, levantaram-se pontos relevantes para aprofundamento da pesquisa de mestrado, que visa compreender a Festa entre as décadas de 1950 a 1970. O presente artigo destaca, desta forma, as relações de poder, as estratégias de diferenciação entre os moradores, inclusive reforçadas pelo gênero, e a problematização de uma memória coletiva.

Palavras-chave: história oral, relações de poder, memória.

Abstract

The Feast of Our Lady of the Conception in Morro da Conceição, in the central region of Rio de Janeiro, is a celebration that takes place since the nineteenth century. Promoted by the oldest families of Morro da Conceição, regarded as "traditional", the feast involves the construction of memory and a sense of identity, related to the place of residence. The analysis of oral sources, collected in 2009, rose relevant points for further research of my Masters, which aims to understand the Feast between the decades 1950-1970. This article highlights power relations, differentiation strategies among residents, including reinforced by gender, and the problem of collective memory.

Keywords: oral history, power relations, memory.

No ano de 2009, realizei a pesquisa de inventário da Festa de Nossa Senhora da Conceição, do Morro da Conceição, no Centro do Rio de Janeiro, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. Tal pesquisa visava realizar um apanhado das referências culturais relacionadas com a Festa, a partir de metodologia própria do instituto, o Inventário Nacional de Referências Culturais-INRC. Esta metodologia parte do pressuposto de que “referências culturais” englobam bens materiais, práticas e lugares que possuem sentidos atribuídos. Sendo assim, o trabalho de inventário resumiu-se por identificar dimensões concretas da cultura, como os documentos escritos, audiovisuais, lugares, e principalmente as narrativas orais, buscando mapear as atividades, objetos e lugares que constituíam referências de identidade para o grupo participante da festa (NETO, 2000).

Tal pesquisa despertou o interesse em pesquisar, durante o curso de mestrado, a história desta celebração entre as décadas de 1950-70, entrevistando antigos moradores do Morro, inicialmente com o objetivo de ter um registro desta celebração nesta época, já que a maior parte da memória desta festa se encontra através apenas das fontes orais. São poucas as fotos e alguns poucos registros nas atas da Irmandade ou nos arquivos públicos.

A pesquisa de mestrado objetiva ainda compreender quais eram os diferentes sujeitos que participavam da celebração, e como eles se diferenciavam dentro da comunidade de acordo com as atribuições de cada um. Além disso, visa entender como a festa contribuiu – e se contribuiu – para forjar um sentimento de identidade relacionado ao local de moradia: o Morro da Conceição. Também compreender a relação com a conjuntura política e econômica da época. Mais além, refletir sobre as permanências e mudanças ocorridas ao longo dos anos.

Sendo assim, o presente artigo visa apresentar uma análise sobre as entrevistas de história oral realizadas em 2009 durante a pesquisa de inventário, o que contribuirá com a elaboração dos roteiros individuais e parciais para novas entrevistas. Creio que tal análise se mostra necessária como um primeiro passo para o cumprimento dos objetivos expostos e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de minha dissertação.

HISTÓRIA ORAL, IDENTIDADE E MEMÓRIA

As entrevistas realizadas em 2009 não tinham, logicamente, os mesmos objetivos que agora proponho para minha pesquisa de mestrado. O principal interesse do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN era o de realizar um inventário das referências culturais, enquanto os sujeitos entrevistados visavam obter recursos públicos para obra no telhado da capela de Nossa Senhora da Conceição. Foi nos meandros dessas entrevistas que pude encontrar algumas pistas para o desenvolvimento futuro dos meus presentes objetivos.

Nas 13 entrevistas realizadas, há um consenso segundo o qual o local de moradia se constituiria o elo agregador da comunidade, por se tratar de um local diferenciado, onde todos os vizinhos se conhecem e se auxiliam mutuamente. Uma comunidade com tais “qualidades” seria única nos dias atuais. Segundo dona Elza, que veio morar no Morro da Conceição em 1946, quando tinha 19 anos de idade: “Aqui é um lugar maravilhoso. [...] É uma comunidade unida aqui” (informação verbal)¹.

A festa de Nossa Senhora da Conceição aparece nos relatos como forte agregadora do sentimento de identidade da comunidade que vive no Morro. Para além do sentimento religioso, a festa seria, segundo os entrevistados, o momento em que todos os moradores se unem e afirmam seu orgulho por fazer parte da comunidade. De acordo com o depoimento de Sylvia Cambra, nascida em 1957 e moradora do local desde essa data:

Aqui é um lugar, como eu falei no começo, quase todo mundo se conhece, então é uma grande vila. É como se fosse uma grande vila, então você conhece a maior parte dos seus vizinhos, tem uma história em comum. E a igreja, ela meio que catalisa, entendeu? Ela é, a festa, é algo que une as pessoas em torno de fé, de esperança (informação verbal)².

E complementa:

¹ Entrevista concedida por LOPES, Elza de Oliveira. *Entrevista 2* [ago. 2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

² Entrevista concedida por CAMBRA, Sylvia. *Entrevista 10* [out. 2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

No dia 8, quando a procissão passa pelas ruas, tem pessoas que são evangélicas, ou protestantes, ou elas podem ser de candomblé, problema nenhum. Na hora em que a procissão passa, é como se tivesse uma ligação entre todo mundo em torno de um momento de elevação, pra algo superior (informação verbal)³.

Contudo, deve-se ter em mente que os fatos narrados nas entrevistas são reconhecidos e organizados de acordo com as representações, convergindo na subjetividade dos indivíduos (PORTELLI, 1996). Será que esta comunidade é mesmo tão unida quanto o é declarada nos discursos recolhidos? Importa, neste caso, ressaltar a conjuntura na qual os depoimentos foram concedidos. No contexto da realização das entrevistas, os sujeitos que concederam depoimentos tinham em comum o interesse de angariar recursos para a reforma da capela. Exaltar o local de moradia e a história da comunidade poderia levar ao êxito dos seus intuitos.

Michael Pollak (1992) já teria dito que os acontecimentos do presente interferem diretamente na memória. Assim, as mudanças pelas quais a comunidade do Morro estava passando naquele momento também pode ser um fator que explique a exaltação do local de moradia e do festejo. No ano da realização das entrevistas, a Lei Municipal 101/2009 criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, mais conhecida como Operação Porto Maravilha. Objetivando a reestruturação da região com vistas aos grandes eventos que passariam a ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, a operação concedeu maior visibilidade para o Morro da Conceição, que passou a ser alvo de investimentos culturais e turísticos mesmo alguns anos antes do projeto sair do papel⁴. De acordo com dona Vera, moradora do local desde os 2 anos de idade, sobre a festa de Nossa Senhora da Conceição de 2008: “Teve muito fotógrafo, teve até um rapaz que disse assim: ‘ué, Nossa Senhora da Conceição é protetora

³ Idem, 2009.

⁴ Informações oficiais sobre a operação Porto Maravilha são encontradas no site: <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>

dos fotógrafos?’, (*risos*), mas tinha muito, mas muito fotógrafo, não sei de onde saiu tanto fotógrafo” (informação verbal)⁵.

Sendo a memória um elemento constituinte do sentimento de identidade, esta pode ser definida pelo sentimento que o indivíduo tem de si e como ele pretende ser visto pelos outros. Ou seja, a identidade é construída a partir da diferenciação e do contato com o outro (POLLAK, 1992). Ao entrar em contato com turistas e fotógrafos, os moradores construíram uma memória comum, exaltando o Morro da Conceição como um local privilegiado, e desta forma estabelecendo seu valor e sua identidade. Nas palavras de dona Vera:

Aí depois eu digo: ‘sejam bem-vindos’, aí eles dizem: ‘ah, mas aqui é muito tranquilo, é muito sossegado!’. Eu digo ‘graças a Deus’, mas é mesmo. [...] Aqui é muito tranquilo, é muito sossegado, eu gosto muito daqui. Ah, eu gosto demais daqui! [...] Nossa Senhora da Conceição olha muito pela gente aqui (informação verbal)⁶.

Portanto, o que foi dito nas entrevistas foi alvo de uma seleção da memória, importante para que os sujeitos entrevistados pudessem legitimar, construir e apresentar uma identidade tanto diante do entrevistador quanto para eles próprios (JAMES, 2004).

ESTRATÉGIAS DE DIFERENCIAÇÃO: FAMÍLIAS “TRADICIONAIS” E GÊNERO

Ao descrever a festa de Nossa Senhora da Conceição no passado, a maioria dos entrevistados salientou o brilhantismo da celebração, como um momento em que todos os moradores participavam. Segundo René, cuja família é moradora do Morro há gerações:

Havia uma participação muito grande dos moradores. Parecia até que cada residência tinha um representante. [...] porque a comissão na época eram umas dez pessoas, só em época de festa é que aumentava o número de pessoas e tal, mas havia um rodízio, então eu me lembro de muitas

⁵ Entrevista concedida por SANTOS, Vera. *Entrevista 3* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

⁶ Idem, 2009.

peessoas, muitas, cada chefe de família aí pelo menos eu acho que participou (informação verbal).⁷

Participar da festa, ajudar na organização, foram salientadas como atitudes obrigatórias para todas as famílias. De acordo com René: “Antigamente, eu acho que cada família queria participar, tinha que participar, parece que se não participasse não estava fazendo parte daquele bairro, daquele lugar ali, entende?” (informação verbal)⁸.

Contudo, através de uma análise mais aprofundada dos relatos, percebe-se a existência de visões contraditórias e fragmentadas (PORTELLI, 1996). O próprio René, ao mesmo tempo em que destaca a igualdade na participação de todos, deixa escapar que a sua família tinha uma importância maior, o que conferia a ela maior participação na organização da festa e, conseqüentemente, uma diferenciação das outras:

Há uma importância, eu acho, da minha família. Minha família sempre foi muito ligada à igreja, né? Com doações, inclusive uma das doações importantes que eu me lembro, da minha avó que falava pra mim, que nós demos um órgão pra lá, que a minha mãe tocava órgão e piano e a minha tia também, né? Então elas tocavam esses órgãos, mas eu não quero nem falar da minha família, eu quero falar que eram todos assim (informação verbal).⁹

Apesar de René e outros entrevistados salientarem a igualdade na participação de todos, o que se percebe é que as atribuições de cada pessoa nos preparativos, e também durante e depois da festa estão diretamente relacionadas com a família a qual pertenciam. Aqueles que investiam na festa e participavam de sua organização eram residentes nas ruas principais do Morro, em sua maioria portugueses e seus descendentes, e se consideravam como de famílias mais “tradicional”, geralmente possuindo um maior poder aquisitivo por

⁷ Entrevista concedida por AZEVEDO, René. *Entrevista 9* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

⁸ Idem, 2009.

⁹ Ibidem, 2009.

se tratarem de donos de comércio das proximidades. Dona Rosa, cuja avó já vivia no Morro quando ela se mudou aos 12 anos de idade, declarou:

Antigamente o pessoal era família portuguesa, família espanhola, era... o pessoal era mais assim... Mais tradicional, né? Agora não, tem muita gente de fora, vem muita gente que você vê, eu fui criada aqui, nasci aqui, e tem muita gente que eu nem conheço! E lá na nossa época, o pessoal se conhece desde pequenininho até... era um pessoal muito antigo (informação verbal).¹⁰

Os moradores antigos, tidos como mais “tradicionais”, possuíam um status relacionado tanto com a sua antiguidade no local quanto com a sua origem portuguesa e, mais além, com a sua situação econômica. Ernani, morador desde 1954 e casado com dona Glória, filha de portugueses e atual provedora da Irmandade, relatou sobre sua sogra: “[...] ela comprou, teve uma porção de propriedades aqui em cima que ela via pra comprar, pra vender, ela falava com seu Joaquim, seu Joaquim tinha um açougue, né, tinha um dinheiro diferente, [...]”(informação verbal)¹¹. Estes chefes das famílias “tradicionais” eram respeitados por todos os moradores. Nas palavras de Ernani:

Era um pessoal, tinha assim, não vou dizer que fosse um chefe, mas tinha aquelas pessoas que por morar mais tempo, a gente respeitava muito porque era o ‘seu fulano’, ‘seu beltrano’, então eles tinham umas certas atitudes que a gente se norteava por aquilo. ‘Olha, não faz isso assim, o seu fulano não deixou, não sei o quê’, então a gente seguia. A juventude era mais enquadrada, ainda não era tão solta. Então era assim, era ‘seu fulano’, era ‘seu beltrano’. Às vezes tinha briga de rua, o cara ia resolver a briga do outro lá [...] (informação verbal).¹²

¹⁰ Entrevista concedida por RIBEIRO, Rosa. *Entrevista 6* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

¹¹ Entrevista concedida por SCHERER, Ernani. *Entrevista 8* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

¹² Idem, 2009.

Havia, portanto, uma diferenciação entre aqueles que moravam nas ruas principais do Morro e os que viviam nas partes mais baixas, não havendo muito contato entre eles. Os que viviam nas ruas secundárias geralmente eram nascidos no Rio de Janeiro em locais considerados mais humildes ou ex-moradores desses locais. Estes compareciam durante os festejos, sem no entanto participar da organização. Dona Vera, nascida no Morro do Tuiuti, no bairro de São Cristóvão, foi morar no Morro da Conceição com seus pais inicialmente no porão da casa de seu padrinho, e conta que não havia muito contato entre os moradores “de cima” e os “de baixo”:

Engraçado que eu mais jovem, eu quase não vinha cá pra cima, só nas festas, né? Que aqui tinha as festas de Nossa Senhora da Conceição, aí a gente podia vir à vontade, que não tinha problema, né? Mas o pessoal me conhecia de vista, a gente não tinha aquela amizade (informação verbal).¹³

Sobre sua participação nos festejos, Vera declarou: “Não, não [participava]. Porque o pessoal daqui, os moradores, faziam tudo, né? A gente só vinha” (informação verbal).¹⁴

Maria Carolina, portuguesa, se mudou com sua família para o Morro da Conceição com 14 anos de idade, após ter morado no Catumbi e na Tijuca. Apesar de portugueses, seus pais não faziam parte do grupo dos moradores antigos. Ela declarou: “Eu só vinha pra festa. Na época, o pessoal da parte de baixo não tinha muita... assim, muita intimidade, muita coisa com o pessoal daqui, [...]. Então a gente vinha porque vinha para a festa, né?”(informação verbal).¹⁵

A análise desses relatos desconstrói a noção de memória coletiva como uma memória comunitária plena e unificada. O que se tem são, na verdade, múltiplas memórias fragmentadas, as memórias individuais que são, por vezes, contraditórias . A memória

¹³ Entrevista concedida por SANTOS, Vera. *Entrevista 3* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro. Rio de Janeiro, 2009.

¹⁴ Idem, 2009.

¹⁵ SILVA, Maria Carolina. *Entrevista 4* [ago.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

grupar que forja o sentimento de identidade relacionado com a Festa de Nossa Senhora da Conceição atende aos interesses somente do grupo das famílias tidas – por elas mesmas – como tradicionais. Assim, ao declarar que "todo mundo participava", as memórias individuais, múltiplas e às vezes antagônicas, são suplantadas pela memória coletiva de um único grupo de pessoas, através de uma espécie de “controle social” (PORTELLI, 1996).

Tal disputa pela memória se relaciona com as estruturas hierárquicas de poder, marcadas pela antiguidade das famílias, e afirmada durante os festejos. Os preparativos para a festa e sua viabilização possuem significados especiais de diferenciação que conferia e reafirmava o status e o poder daquele grupo específico (BOURDIEU, 1983). Ao demonstrar publicamente seu envolvimento com a Festa de Nossa Senhora da Conceição, essas pessoas celebravam a antiguidade e a tradicionalidade de suas famílias, e sua suposta superioridade com relação aos outros¹⁶.

Os preparativos da festa eram organizados por uma comissão, eleita diretamente pela Irmandade. Esta possuía um representante, o provedor, principal responsável por tudo o que dizia respeito à festa e à capela, geralmente um “seu fulano”, ou “seu ciclano”, nas palavras de Ernani. O provedor era um chefe de alguma família “tradicional”, que tinha contatos, indispensáveis para que se conseguisse a presença de uma banda de música, vinda de artistas e divulgação. De acordo com Moacyr, que foi provedor num momento mais recente: “O que eu me lembro bem é que nós tínhamos aqui o provedor, na ocasião, ele tinha um conhecimento muito grande com os fuzileiros navais. E eles traziam todos os anos a Banda dos Fuzileiros Navais e vinham proporcionar aqui a festinha de Nossa Senhora da Conceição”. O cargo de provedor conferia distinção, por ser o principal coordenador dos festejos, e também por possuir contatos com as forças armadas que, tendo

¹⁶ A Teoria Geral dos Campos, de Pierre Bourdieu, está expressa neste sentido, tendo em vista que o Campo contém um universo de posições que se relacionam entre si: os dominantes e os dominados estão em constante disputa, por isso as estratégias de distinção estão sempre presentes.

em vista o período trabalhado – 1950 a 1970 – proporcionava maior grau de status pela relação com o poder instituído¹⁷.

Além das atribuições do provedor, havia aquelas destinadas aos membros da Irmandade e, conseqüentemente, membros das famílias “tradicionais”. Tais preparativos se resumiam em bater de porta em porta pedindo doações para auxiliar na festa; enviar cartas-convite; montar as barracas e os palanques; enfeitar a rua da capela com bandeirinhas; buscar patrocínios com as casas de comércio da região; buscar a divulgação no Pequeno Jornaleiro ou nas rádios; organizar os leilões; ornamentar a igreja e os andores da procissão; organizar a primeira comunhão das crianças; dentre outros afazeres. De acordo com Ernani:

Olha, a festa aqui, ela era... tinha muitas pessoas com capacidade financeira boa. Meu sogro era uma delas, uma dessas pessoas. Então eles financiavam, ajudavam muito, davam muito dinheiro pra esse negócio todo. [...] Então o que acontecia, o pessoal armava as barraquinhas na frente das casas, pedia permissão, autorização pro dono pra armar a barraquinha, e as barraquinhas... na casa ali, quando eu fui barraqueiro, eu vendia, eu fazia churrasquinho, churrasquinho de linguiça, de carne, de galinha, esses negócios assim, eu fazia tudo. Era a minha colaboração com a festa. O que nós arrecadávamos da barraca era pra igreja. Então é diferente de hoje, que a pessoa arrecada pra viver. Mas nós não, aquele pessoal não tinha essa necessidade dessa vida. Eles faziam aquilo com intenção da igreja. Nossa Senhora da Conceição era pra igreja (informação verbal).¹⁸

A participação ativa nos preparativos e na viabilização da festa formam uma rede de significados culturais compartilhados (GEERTZ, 1978), o que permite compreender o espaço festivo como uma arena de disputa, afirmação e diferenciação. A publicização da posição de provedor, patrocinador ou de auxiliar nos festejos possuía uma função

¹⁷ Sobre tal fato, interessa mencionar ainda a existência no Morro do Quartel Geográfico do Exército. A relação do quartel com os moradores, principalmente à época dos festejos, não foi amplamente explorada nos depoimentos concedidos em 2009, sendo um ponto a ser trabalhado nas futuras entrevistas.

¹⁸ Entrevista concedida por SCHERER, Ernani. *Entrevista 8* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

simbólica: a de afirmar seu caráter tradicional e, ao mesmo tempo, a de se diferenciar dos grupos familiares residentes nas ruas mais baixas do Morro da Conceição.

Importa ainda salientar que a exposição dessas atribuições a público está diretamente relacionada às atividades tidas pelo grupo como masculinas. Eram os homens os principais responsáveis pela organização, investimento e divulgação. Durante a festa, eram eles que ficavam nas barraquinhas e também realizavam brincadeiras e leilões. Os entrevistados, ao se recordarem das figuras ilustres que participavam da festa, se lembram dos chefes de família. Segundo René:

Tem pessoas aqui que é impossível, nessas festas, não se lembrarem de pelo menos... eu talvez seja até injusto em não citar outras pessoas, mas tem o Valter “Barraca”. Era uma pessoa fantástica! [...] E tinha o leiloeiro, o seu Agenor. E o Maninho, também tinha essa figura, o Maninho. Esse homem, ele ganhava, ele deixava ganhar quem ele quisesse. Porque ele arrematava tudo. Se alguém quisesse receber alguma coisa, tinha que pedir pra ele: ‘poxa, senão vai ficar muito caro!’, aí porque qualquer lance ele cobria (informação verbal).¹⁹

A participação dos homens se relacionava com o espaço público (CAULFIELD, 2000), e a viabilização da festa feita pelos homens chefes de família conferia maior status e distinção ao grupo que se considerava mais tradicional. Dona Glória, atual provedora da Irmandade e filha de um antigo provedor, declarou que a festa atual não possui o mesmo brilhantismo de outrora justamente por não mais possuir essa participação masculina tão ativa:

Ah, antigamente tinha muito homem, aqui era um bairro quase de portugueses, e o português, ele é muito católico. Então era fácil botar vinte homens na diretoria.[...] Mas era fácil, eram muitos moradores, muitos senhores assim, que foi acabando. Até o último, que era o seu

¹⁹ Entrevista concedida por AZEVEDO, René. *Entrevista 9* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

José, ele tocava Ave-Maria manual. Ele abria a igreja às seis horas e tocava a Ave-Maria, tocava tudo (informação verbal).²⁰

A participação dos homens na festa era, portanto, importante como mais uma estratégia de afirmação e diferenciação, ao afirmar o espaço público – a rua, o espaço destinado à festa profana – como espaço masculino, organizado pelos chefes das famílias “tradicionais”. As mulheres tinham a sua participação, mais relacionada com o espaço privado – a casa, a igreja. Elas preparavam os pratos doces e salgados e faziam a ornamentação dos andores e da igreja com flores. Contudo, ao lembrar das figuras ilustres, os entrevistados mencionam os homens, aqueles que, publicamente, afirmavam o status do seu grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de retorno e análise das fontes orais foi de suma importância como um primeiro passo para o prosseguimento da minha pesquisa. Mapear as singularidades que os depoimentos trouxeram e analisá-los a partir de uma leitura crítica e de uma bibliografia teórica permitiu lançar novos olhares ao objeto.

O próximo passo será, então, o aprofundamento dos conhecimentos acerca da Festa de Nossa Senhora da Conceição, avançando na pesquisa histórica, com o objetivo de se chegar a uma descrição densa para compreensão das estratégias de diferenciação e de afirmação hierárquica, bem como do desenvolvimento da identidade e das disputas pela memória.

Para alcançar tal objetivo, a história oral compreenderá o método a ser utilizado, buscando reconstituir, através das entrevistas, a construção das redes de relação e formas de socialização dos indivíduos e grupos (ALBERTI, 2004) que residiam no Morro da Conceição entre as décadas de 1950-70. Assim, a análise exposta neste artigo se apresenta

²⁰ Entrevista concedida por SCHERER, Glória. *Entrevista 7* [set.2009]. Entrevistador: Mayra Vaz Carneiro.

como um ponto de partida para a elaboração dos roteiros das próximas entrevistas, cujo objetivo será o de explorar e analisar mais a fundo os dados levantados pelos depoimentos concedidos em 2009.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. “Algumas propriedades do campo”. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

JAMES, Daniel. “Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña Maria, história oral e questões de gênero”. In: BATALHA, Cláudio et all (orgs). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

NETO, Antônio Augusto Arantes. “Como ler o INRC”. In: *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

PEDRO, Joana Maria. “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”. *Topoi*, v.12, n.22, jan-jun 2011.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*, Vol. 5, Nº. 10 (1992).

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). Mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta. AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

**PATRIMÔNIO CULTURAL, RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE: REFLEXÕES
SOBRE A EXPERIÊNCIA DE PESQUISA COM O INRC – INVENTÁRIO
NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS**

Nainôra Maria Barbosa de Freitas
Nainora.maria@yahoo.com.br
CBM, FARP, IPCCIC
Doutora

Sandra Rita Molina
sandmol@terra.com.br
Unaerp, Unifran, IPCCIC
Doutora

Resumo

Apresentam-se as reflexões resultantes da aplicação do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais, durante Projeto Paisagem Cultural do Café, em Ribeirão Preto, SP. A complexidade envolvida na definição de sentido patrimonial em manifestações de religiosidade católica é o foco das questões postas por este texto.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; religião; religiosidade; INRC.

Abstract

Presents the reflections of implementing the INRC - National Inventory of Cultural References for Project Coffee Cultural Landscape, in Ribeirão Preto, Brazil. The complexity involved in setting direction sheet as manifestations of Catholic religion is the focus of the questions raised by this text.

Keywords: Cultural Heritage; catholic religion; INRC

Introdução

Tem crescido o debate em torno do universo teórico-metodológico que envolve os conceitos de religião e religiosidade. Grupos de pesquisas voltados para as mais variadas reflexões e as relações das mesmas com as diferentes instâncias da sociedade como ABHR – Associação Brasileira de História das Religiões; Grupo de Trabalho da ANPUH voltado para os estudos de religião; CEHILA - Centro de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe; SOTER- Sociedade de Teologia e Religião, entre outros, ampliam essa discussão a partir de análises desenvolvidas em áreas diversas como História, Geografia, Antropologia, Sociologia, Economia, Teologia, Turismo, Ciência da Religião, entre outras.

Em paralelo e motivado por uma percepção antropológica (GEERTZ, 1978), outro debate intensifica a reflexão sobre a noção de patrimônio cultural. As novas concepções sobre esse conceito valorizam o dinamismo e a dimensão viva da cultura, caracterizada por uma rede de significados. Esse movimento possibilita a apreensão da realidade social como multicultural (SILVA; ROSA et al, 2012). O olhar sobre a dimensão intangível tem impulsionado a reavaliação de antigos pressupostos que norteavam esses estudos. Como resultado, também são repensadas as metodologias. Um exemplo é o INRC, Inventário Nacional de Referências Culturais, que se caracteriza como um instrumento desenvolvido pelo Iphan, tendo como base a noção de referência cultural (IPHAN, 2000). O seu objetivo é apreender os sentidos, os significados, as transformações e atualizações do objeto de estudo, partindo da percepção daqueles que os produzem, considerados como intérpretes da cultura local (HENRIQUE, 2011).

O INRC foi utilizado em Ribeirão Preto no projeto “Paisagem Cultural do Café”, executado pela Rede de Cooperação Identidades Culturais, entre 2010 e 2012. Os objetivos foram mapear, identificar e documentar as referências culturais ligadas ao período do café, entre 1870-1950 (SILVA; ROSA, et al, 2012). Além disso, permeou esse processo de pesquisa, a necessidade de fornecer dados que pudessem auxiliar na

construção de futuras políticas públicas focadas na valorização do patrimônio local fosse ele material ou imaterial.

Tendo em mãos os resultados desse trabalho foi possível compreender a rede de relações produzidas em uma comunidade do interior do estado de São Paulo, na qual a economia cafeeira forjou um complexo cultural dinâmico. Durante o projeto, o grupo refletiu sobre patrimônio cultural, testando os limites tanto do conceito, quanto da metodologia do INRC, principalmente no que tange à dimensão religiosa.

Observou-se durante a identificação de manifestações de caráter religioso, arraigadas na tradição popular, que elas tinham em comum as características devocionais. Tais práticas ligadas a devoções sempre permearam a cultura brasileira e possuem inúmeros elementos com símbolos variados como rezar aos santos, sejam os reconhecidos pela Igreja ou não, pedir graças, acender velas, fazer e pagar promessas, fazer novenas, acompanhar procissões, frequentar benzedadeiras, entre outros rituais que compõem o universo da religião e religiosidade em busca da felicidade, da cura, do trabalho, expressa nos relacionamentos reais de ordem religiosa, social, econômica e política. Entretanto, ainda careciam de análise quanto aos aspectos ligados à atribuição de valor patrimonial.

Nesse processo, a principal questão a ser respondida pelo grupo era: o que conferia sentido de patrimônio a um bem religioso? Estudando-os sistematicamente, os pesquisadores experienciaram uma imersão: entraram na vida dessas comunidades como estudiosos, promovendo alterações de percepção em si mesmos e nos sujeitos envolvidos.

Visando apresentar essas reflexões para a comunidade acadêmica reuniram-se historiadoras da Rede de Cooperação, cuja formação e experiências são marcadas pela intersecção desses universos: patrimônio cultural, religião e religiosidade. O que se pretende expor são apontamentos baseados nos resultados de três anos de pesquisas, nos quais se buscou identidades marcantes relacionadas a diversos grupos que se engendraram no período estudado.

Em particular discutem-se questões sobre as identidades católicas estudadas a partir de metodologia criada para diagnosticar bens culturais com sentido referencial,

voltada para a consecução de políticas públicas. Contudo, uma das fragilidades dessa opção é que, por mais que a noção de patrimônio cultural tenha se ampliado e esse processo esteja refletido no INRC, ele ainda se manifesta limitado quando o assunto é identificar e analisar o campo religioso, a partir da percepção do sujeito que dá sentido à prática. Isto porque, no decorrer da pesquisa tende-se a domesticar as variáveis, enquadrando-as no instrumento. Esse processo pode incorrer no risco de contribuir para o prevailecimento da intenção de uma determinada política pública e a legitimação um saber acadêmico.

Esse tipo de reflexão se justifica a partir do contato com o contexto histórico religioso com o qual os pesquisadores trabalharam. Dessa forma, apresenta-se adiante um breve resumo do papel da religiosidade católica na formação cultural brasileira e a problemática de atribuição de valor patrimonial às práticas a ela relacionadas.

Religiosidade católica e patrimônio cultural

O Acordo Brasil – Santa Sé, publicado em 2010, definiu oficialmente o patrimônio cultural católico para as duas partes: “[...] patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro [...]” (BALDISSERE, 2012, p. 218). A assinatura desse tratado, que contém o artigo 6º, específico sobre os bens culturais da Igreja, resultou de mais de um século de defesa do catolicismo como elemento essencial da formação cultural do brasileiro. Não sendo este o fórum adequado para aprofundar essa questão, apenas destaca-se que essa estratégia visava, entre outras coisas, fortalecer e justificar a defesa dos interesses da Igreja num Estado Laico (ROSA, 2011).

O valor atribuído pelos fiéis e pela Igreja a esses bens: como de inspiração do sagrado, aparece no acordo internacional, concordando-se como prioritário em relação ao valor patrimonial. No que tange a sua preservação pelo Estado brasileiro, a principal justificativa é o fato de serem parte do “patrimônio cultural e artístico” do Brasil, importante para a identidade nacional.

Há um consenso na historiografia de que a questão da religiosidade católica constitui um dos fatores importantes na construção das identidades culturais, posto que, observada desde os primórdios da nossa colonização, se revelou a herança de um processo secular vivenciado pelos portugueses e apropriado por determinados grupos da sociedade brasileira.

Durante a colônia, por exemplo, nota-se que a estreita aproximação entre a política, a religião e a população era um procedimento estabelecido particularmente em um estado de tradição regalista como era Portugal, onde o poder Temporal e o poder Espiritual se confundiram desde a Idade Média. Um dos suportes a esta relação próxima entre os poderes era o regime de Padroado Régio. Através de diferentes Bulas como a *Romanus Pontifex* do Papa Nicolau V, de 8 de janeiro de 1455; a Bula *Inter Coetera* de Calixto II de 13 março de 1456, a Bula *Providum Universalis* de Leão X, de 29 de abril de 1514, entre outras, confirmava aos reis portugueses e seus sucessores, como administradores dos negócios eclesiásticos (SUESS, 1992). O resultado é que a figura do Papa em Roma, distante, apenas confirmava as decisões régias nas matérias que envolviam a religião no Brasil.

Tais vínculos entre o poder real e a religião se refletiam em práticas costumeiras, uma vez que os súditos eram, antes de qualquer outro compromisso, membros da cristandade. Tanto na instituição concreta da cristandade medieval como na cristandade colonial, o monarca reconhecido e sagrado pela autoridade eclesiástica aparecia como chefe efetivo dessa sociedade sacral (MOLINA, 1998).

Este pertencimento à cristandade se concretizava oficialmente através do ritual do batismo. Não havendo cartórios no Brasil colonial, os registros de nascimentos, casamentos e óbitos eram feitos nas matrizes paroquiais¹. O rito batismal não significava

¹ Durante a colonização portuguesa, houve uma prática constante conhecida como: *Cuius regio, illius et religio* (o dono da região é igualmente dono da religião nela praticada). “A política da unificação cultural pela religião tem uma vantagem dupla: de um lado produz um discurso discriminatório diante de correntes colonialistas de outras nações europeias que são taxadas de hereges, como no caso dos ingleses, holandeses e mesmo franceses. Do outro lado essa política permite dismantelar as organizações indígenas que pudessem subsistir sob as lideranças dos seus próprios

simplesmente a profissão da fé católica, mas assinalava também o ingresso na sociedade colonial (HOORNAERT, 1974, p.56-57). O registro de batismo constituía também um registro de nascimento e um título de identidade².

Segundo Beozzo (1980, p.157), um dos elementos que fundamentava essa sociedade cristã era o nacionalismo português, ou seja, o nascido luso era por direito cristão, enquanto o nativo era pagão. Ser cristão significava adotar e vivenciar a cultura portuguesa (DAVID, 2001).

Seguindo tal premissa, a forma de atuação da Igreja Católica, tanto na colônia quanto no Império, preservou muito da religião lusa. Ritualística, porque fundada em pomposas demonstrações públicas - as festas religiosas, expressadas por atos externos cotidianos, cultuadora do misticismo e dos santos (BOSCHI, 1969) e, simultaneamente, profundamente marcada pelos procedimentos e interesses laicos (MOLINA, 1998).

Conforme salienta Algranti (1997, p. 111 e 112), as celebrações religiosas constituíam praticamente a única forma de sociabilidade nos primeiros séculos da colonização, uma vez que se transformavam em momentos de interação social. Nelas, as ruas eram iluminadas e as janelas decoradas, recebendo moradores da cidade e do campo (ALGRANTI, 1997; FREYRE, 1977; SOUSA, 1997).

Esse catolicismo tradicional, segundo Quintão (*apud* AZZI, 2002, p. 37-38) apresentava como aspectos principais o seu caráter leigo, social e familiar. Leigo porque a direção e a organização das associações religiosas mais importantes estavam com as irmandades. Social e familiar porque havia uma estreita interpenetração da religião nas práticas cotidianas, quando o sagrado e o profano andavam juntos. Esse regime permaneceu no Império, quando, por meio do artigo 5º. da Constituição de 1824, o catolicismo tornou-se a religião oficial do Estado brasileiro.

chefes indígenas. Daí por que o maior inimigo do missionário sempre foi o pajé, pois este mantinha a coesão entre indígenas em nome da religião antiga.” (HOORNAERT, 1974, p.56-5).

² Além disso, desde os primórdios da Igreja Católica, o *Catecismo* e o *Batismo* têm uma função básica para o fiel cristão: tratava-se da iniciação do indivíduo na comunidade cristã. O poder investido ao sacerdote era o de expulsar o demônio existente na criança e que a ligava ao pecado de Adão estabelecendo uma nova aliança entre o indivíduo e a divindade.

Essa prática religiosa pretendia-se como única. Membros de várias classes sociais, e diferentes instituições manifestavam-se publicamente adeptos de um mesmo preceito religioso, com expressões aparentemente idênticas, e que variavam apenas na parte accidental ou circunstancial e de uma região para outra. As divergências ou diferenças não indicavam necessariamente a presença de várias religiões. Proclamavam e se assumiam católicos (ALTOÉ, 1993).

Mas, o que significava e ainda significa ser católico no Brasil? Para Hoornaert (1974), é fundamental perceber a diferença entre catolicismo e cristianismo a fim de compreender a religiosidade brasileira. O cristianismo vive da fé e da inspiração, enquanto o catolicismo romano depende do dogma e da disciplina. Nesse sentido, as múltiplas apropriações que permeiam a religiosidade evidenciam a coexistência do catolicismo oficial e o cristianismo vivido na base da sociedade. Segundo este autor, o homem simples percebe que há diversas maneiras de ser católico onde “a zeladora da igreja é católica, mas o ‘pai de santo’ também” (HOORNAERT, 1974, p. 22-26).

Essa prática é fruto de uma cultura popular, que, para David (2001, p. 233 e 239) cria e recria suas representações com base nas concepções do indivíduo sobre o mundo, o poder, a fé e a vida. Dessa forma, a religião popular seria o “elemento de identificação de um povo, de uma nação, de uma etnia e, até mesmo, de uma classe social”. E seria nessa mescla de conhecimentos que residiria tanto a resistência quanto um dinamismo interno.

Oliveira Torres (1968) menciona que raramente o católico brasileiro lia a Bíblia e por muito tempo apenas assistia à missa, como um espetáculo, em língua estrangeira, no qual se executavam atos cujo significado desconhecia e cujo mistério respeitava. Restavam aos fiéis, as procissões e as novenas que davam uma vivência da fé que a liturgia lhes negava.

Esse catolicismo popular progressivamente construído é permeado de ideias de sacrifício, penitência, dor e abnegação no qual a “fé do povo se manifestava através das devoções aos santos, das procissões, das orações de invocações e perdão, dos milagres”, em geral organizadas e/ou conduzidas por uma liderança leiga (PASSOS, 2011, p. 2).

Todos ou quase todos os santuários, por exemplo, teriam, na análise de Torres (1968), sua origem na “ação popular – não foram as autoridades, não foi o clero, o ponto de partida: mas vagos ermitães, homens sem maiores leis que moveram montanhas. [...] Sempre o indivíduo mais ou menos anônimo e sofredor” (TORRES, 1968, p. 58).

Assim, a religiosidade popular estaria além de um “mero acervo histórico-cultural” se transformando em “expressão de vida” e, portanto constituindo um desafio da memória para quem se propõe historiar seu processo (PASSOS, 2011, *on-line*).

No caso brasileiro, há-de se considerar o catolicismo ibérico rural que veio para o Brasil, as tradições religiosas indígenas que existiam em todo território e as religiões africanas que aqui criaram suas raízes. Essa configuração gerou uma religião *sui generis* no Brasil. Um campo religioso que se constrói e se reconstrói, bebendo de várias fontes, articulando-se com as raízes mais profundas, os desejos, as novas formas de crer, o instituinte e o instituído. Assim, ele se alarga, pois está em constante movimento, incorporando outros cultos e elementos de outras religiões. Pode-se afirmar que nosso campo religioso sempre foi um campo em relação.

A separação entre o Estado e a Igreja Católica, após a Proclamação da República, bem como a instalação de novas dioceses e paróquias no Brasil, alteraram essa situação, centralizando as decisões nas mãos da hierarquia religiosa e distanciando o processo decisório sobre os rituais e o culto das mãos do Estado e mais ainda das mãos dos fiéis (FREITAS, 2006).

A presença, em maior número, da hierarquia da Igreja pelo interior do Brasil alterou a composição dos ethos religioso. Entretanto, as permanências de caráter devocionista ainda podem ser visualizadas por meio das festas e outras práticas domésticas, como a presença dos oratórios e outros objetos de culto nas casas dos devotos que convidam vizinhos para rezar e celebrar os santos de devoção. Nos espaços públicos mais recentemente os santos e cruzeiros foram retirados dos edifícios, mas as estradas estão cheias de cruzeiros pelos mortos e os cemitérios possuem capelas em que, muitas vezes, se celebra o culto.

No caso do recorte geográfico desta pesquisa, Ribeirão Preto, cabe observar que o embate entre a religião institucionalizada e essa religiosidade popular não foi diferente do que acontecia em outras partes do Brasil (FREITAS, 2006). O século XX assistiu transformações nas práticas de devoção. A criação da diocese em 1908, motivada pela percepção da importância regional e nacional da cidade em função do auge da cultura cafeeira, a sua instalação e a chegada do primeiro bispo, D. Alberto José Gonçalves, em 1909, proporcionou uma nova situação permitindo que a hierarquia da Igreja acompanhasse o dia-a-dia dos fiéis. (FREITAS, 2006, p.24).

Com a chegada do bispo, as paróquias passaram a ser reorganizadas, visitas pastorais foram feitas em cada cidade da diocese, pregando, crismando e verificando os documentos da matriz e, acima de tudo, instruindo o clero à ensinar o catecismo, a doutrina oficial da Igreja, para os fiéis leigos. Ao lado destas diretrizes associações leigas foram criadas, sob a tutela do bispo e a direção espiritual dos padres, permitindo um novo rumo para a Igreja.

Em linhas gerais, esse proceder dos padres introduziu outros elementos no cotidiano dos católicos. À frente das associações, como diretores espirituais, animando os fiéis, conduzindo as procissões, novenas e festas religiosas, objetivava esvaziar a liderança dos leigos nessas manifestações.

Contudo, em cidades do interior, particularmente nas áreas rurais, esse controle foi menor. Prevaleceram aspectos do catolicismo oitocentista, com a permanência das rezas, como terços, novenas e festas de santos, principalmente os juninos, guiadas pela comunidade local. A organização da festa, sob as bênçãos divinas, agregava valores e consolidava a comunidade, fortalecendo-a diante das agruras do campo, estreitando os laços entre a vizinhança. A presença do sacerdote era rara, normalmente uma vez ao ano na festa do santo padroeiro o que não alterava a vivência das práticas arraigadas nestas comunidades como nas festas juninas, levantar o mastro dos santos, rezar o terço, novena, práticas que não requeriam a presença de um padre.

Tal formatação do catolicismo brasileiro até aqui apresentada foi identificada durante a aplicação do INRC, no município de Ribeirão Preto. Diante dessa realidade social, as pesquisadoras estabeleceram outra questão importante para este debate.

Mesmo diante do controle exercido pela Igreja Católica Apostólica Romana e da laicização da sociedade, ainda é possível encontrar grupos sociais que apresentam uma memória compartilhada e um sentido comum de pertencimento, ambos arraigados à religiosidade católica, em especial nas festas e celebrações.

Isto se dá por que a memória pode ser entendida como uma construção social, em parte modelada pela família, em parte desenhada pelos grupos sociais. Dessa forma a memória individual se estrutura na memória coletiva, ou seja, o lembrar, o relembrar, se fortalece em função das narrativas coletivas reforçadas através das comemorações públicas de fatos marcantes para determinada população. (HALBWACHS, M., 2006)

O conceito que embasa a aplicação do INRC é o de referência cultural, a partir do qual se leva em conta os sujeitos para os quais o bem cultural faz sentido (FONSECA, 2000, p.11-12). A questão fundamental nesse caso é que o pesquisador deve despir-se de uma visão *apriorística* que pressupõe a existência de valores intrínsecos aos bens. Partindo do pressuposto que todo significado é conferido, portanto, cabe ao estudioso analisar a dinâmica de atribuição de valores e significados a determinados objetos e processos (SILVA; ROSA, 2012).

Essa metodologia baseada nas referências culturais insere o sentido de patrimonialização, presente nos projetos resultantes de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, na realidade das comunidades estudadas. Dever-se-ia pressupor a existência de grupos, pensados como formadores da sociedade, mas, necessariamente considerados a partir das “dinâmicas locais e supralocais de enunciação de diferenças” (ZACCHI, *on line*, p.1). Nesse processo, o desafio do pesquisador é observar que, mesmo internamente, esses grupos não são homogêneos, pois, apresentam inúmeras disputas em torno dos sentidos atribuídos ao bem.

Ao buscar o que torna singular uma manifestação cultural e o que confere sentido de patrimônio a um bem religioso, os pesquisadores encararam alguns desafios. Um deles é considerar o caráter dinâmico dos processos sociais envolvidos. Outro é observar a sua associação às expressões das culturas tradicionais da sociedade brasileira, neste estudo de caso.

Reflexões importantes foram realizadas durante o processo de registro como patrimônio imaterial brasileiro do Círio de Nazaré (HENRIQUE, 2011). Nessa experiência no Pará, uma das questões evidenciadas foi a necessidade de estranhamento por parte dos pesquisadores, muitos dos quais eram envolvidos a celebração. Buscava-se, então, evitar o risco de registrar a opinião dos estudiosos. Um objeto de estudo, pensado tradicionalmente como religioso, precisava ser refletido “como prática cultural de natureza imaterial, portadora de múltiplos sentidos, inclusive o religioso” (HENRIQUE, 2011, p. 333).

A experiência de aplicação do INRC em Ribeirão Preto contribuiu para a ampliação da compreensão dessa problemática. Ao término de três anos de pesquisa (SILVA; ROSA et al, 2012), o grupo identificou 167 edificações no centro da cidade de Ribeirão Preto e no Distrito de Bonfim Paulista, das quais dez eram religiosas. Também foram inventariadas nove estações de trem e 68 fazendas de café. Além disso, levantaram-se quatro celebrações, seis formas de expressão, vinte e um lugares e sete ofícios e modos de fazer³. Desse conjunto, as autoras se detiveram na análise daqueles relacionados diretamente à dimensão religiosa, cujo detalhamento pode ser encontrado no Relatório III do Projeto Paisagem Cultural do Café (REDE, 2012).

Considerações finais

As questões até aqui apresentadas para este debate, decorrem da reflexão teórica sobre esses estudos. O que se propôs foi pensar os limites do instrumento de pesquisa utilizado, diante da necessidade de compreensão dos campos de convergência entre patrimônio, religião e religiosidade.

As permanências são inspiradoras de que é possível refletir acerca do patrimônio cultural e as práticas religiosas. Em função do espaço aberto por esse evento acadêmico, o qual permite que sejam apresentadas perguntas que suscitem discussões e novos caminhos, opta-se por retornar a questão inicial deste *paper*: o que conferiria sentido de

³ Cf. o Relatório III de pesquisa da Rede de Cooperação Identidades Culturais- Ribeirão Preto – SP. Nele é possível observar o detalhamento dos dados.

patrimônio a um bem religioso? Os resultados desta pesquisa não trazem respostas conclusivas, mas indicam caminhos.

Entre eles, no que tange ao papel do pesquisador, é necessário compreender essas manifestações religiosas como fruto de atribuições de sentido diversas, resultantes de memórias compartilhadas, simultâneas a existência de diferentes memórias em conflito. Ou seja, deve-se buscar a diversidade intrínseca ao processo de formação das identidades constituidoras dos grupos sociais.

Quanto aos grupos estudados, isto implica em evidenciar e fortalecer, por meio do conhecimento gerado pela pesquisa, a fim de que ocorra o empoderamento do bem por parte dos sujeitos envolvidos, de maneira que as manifestações devocionais sejam percebidas além dos rituais, mantendo elementos de coesão fundamentais para a identidade da comunidade.

Essa postura, tanto do pesquisador quanto do sujeito, possibilitaria a construção de políticas públicas mais próximas da realidade dos envolvidos, evitando a expropriação dos saberes tradicionais por instâncias de poder relacionadas à lógica do mercado, à legitimidade do conhecimento acadêmico e, finalmente, aos interesses políticos.

REFERÊNCIAS

- ALGRANTI, Leila. M. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.111-112.
- ALTOÉ, Valeriano. *O Altar e o Trono - Um Mapeamento das Idéias Políticas e dos Conflitos Igreja/Estado no Brasil (1840-1889)*. (414 folhas). Tese (Doutorado em História Social) –Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- AZZI, Riolando. *A Cristandade Colonial*. Mito e Ideologia. Petrópolis, Vozes, 1987.
- BEOZZO, José Oscar (Org.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, Tomo II/2, 1980.
- BOSSY, John. *A Cristandade no Ocidente*. 1400-1700. Lisboa: Edições 70, 1985.
- BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*, Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial. 2 ed., São Paulo: Brasiliense/Ed. Nacional, 1969.

DAVID, Solange Ramos de Andrade. *Cultura e religião: uma aproximação. Acta Scientiarum*, vº. 23, nº.1, p. 231-240, 2001. Disponível: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php. Acesso em: jan. 2013.

FREITAS, Nainôra M. B. de. *A criação da diocese de Ribeirão Preto e governo do primeiro bispo: D. Alberto José Gonçalves*. 2006. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP, Franca, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. 5 ed., Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio/INL, 1977.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. . Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo:Centauro, 2006.

HENRIQUE, Marcio Couto. Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré. *Amazônica*, vol. 3, n. 2, 2011, p. 324-346.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro (1550-1800)*. Petrópolis: Vozes, 1974.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: EDUEM, 2004.

MOLINA, Sandra R. *Desobediência, Barganha e Confronto*. A Luta da Província Carmelita Fluminense pela Sobrevivência (1780-1836). (1998, 338 folhas). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, Campinas, 1998.

PASSOS, Mauro. *A mística do catolicismo popular – a tradição e o sagrado. Anais dos Simpósios da ABHR*, vol.12, 2011. Disponível em: <www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais>. Acesso em jan. 2013.

ROSA, L.R.O. *A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil, entre 1920 e 1937*. 2011. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Franca, 2011.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades Negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870/1890)*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

SOUSA, Iara S. Carvalho de. As Festas do Imperador. In: SOUSA, I. S. C.de. *Pátria Coroada*. O Brasil como Corpo Político Autônomo - 1780-1831. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

SUESS, Paulo (org). *A conquista espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Ideias Religiosas no Brasil*. A Igreja e a Sociedade Brasileira. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1968.

ZACCHI, Marina. Referência e identidade: o caso da capela de Ivaporunduva.
Disponível em:
<http://www.etecagricoladeiguape.com.br/projetosp/Biblioteca/Refer%C3%A2ncia%20e%20Identidade%20o%20caso%20da%20capela%20de%20Ivaporunduva.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2013.

INTERVENÇÕES VISUAIS EM GOIÂNIA NA DÉCADA DE 1980: O GRAFITE DO GRUPO PINCEL ATÔMICO E O ACIDENTE RADIOLÓGICO COM O CÉSIO 137

Nathália de Freitas

nathi100@hotmail.comUFG – Universidade Federal de Goiás
Mestranda – Bolsista CNPq**Resumo**

A história do grafite em Goiás é recente e nos remete a década de 1980. Momento agitado no cenário nacional no qual saíamos de um período ditatorial e já experimentávamos novas experiências inclusive no âmbito artístico. Em Goiás, esse momento de agitação foi marcado por uma experiência delicada: o acidente radiológico com a capsula de Césio 137 em 1987. Esse contexto foi fundamental para a intensificação da arte urbana na cidade de Goiânia inclusive com o grafite do grupo Pincel Atômico. Precusores da arte em Goiânia utilizavam a rua como espaço do “reclame”, da ação e da interação. A partir do grafite pensavam a cidade como um “texto urbano” e a usavam para criticar aquele momento pessimista como também davam mais alegria para a cidade com as cores do grafite.

Palavras-Chaves: História, Arte Urbana, Grafite.**Abstract**

The history of graffiti in Goiás is recent and takes us back to the 1980s. Busy time on the national scene in which we left a dictatorial period, we have experienced and new experiences including artistic scope. In Goiás, this moment of agitation was marked by a delicate experiment: the radiological accident with the capsule of cesium 137 in 1987. This context was critical to the intensification of urban art in the city of Goiânia including graffiti group Atomic Paintbrush. Precursors of the art in Goiânia used the street as a space of "claim", the action and interaction. From graffiti thought the city as an "urban text" and used that time to criticize pessimistic but also gave more joy to the city with the colors of graffiti.

Keywords: History, Urban Art, Graffiti.

“Goiânia teve vários pontos de sua paisagem urbana modificados desde que os integrantes do projeto Pincel Atômico começaram a atuar, deixando marca de sua criatividade nos lugares por onde passaram.” (O POPULAR – 14/03/88)

O grafite, arte essencialmente urbana chega às ruas de Goiânia nos anos finais da década de 1980 período após o acidente radiológico com a capsula de Césio 137. Aquele momento pessimista por qual passava a sociedade goiana acabou por corroborar para o surgimento de algumas intervenções artísticas na capital como o projeto Galeria Aberta e a atuação do grupo de jovens grafiteiros Pincel Atômico que de certa forma foram responsáveis por trazer uma alegria e ao mesmo tempo acidez e crítica para aquele momento delicado.

O projeto Galeria Aberta foi idealizado pelo jornalista PX Silveira e o político Kleber Adorno, na época secretário da cultura do Estado de Goiás, no governo de Henrique Santillo¹ (PMDB), e levou reproduções de pinturas em tamanho considerável para as ruas da capital Goiânia entre os anos de 1987 e 1989. Os trabalhos realizados a partir do Galeria Aberta chegaram a diferentes locais da capital. A dimensão das obras que estampavam as ruas chamava a atenção de grande parte da população:

Mesmo que os idealizadores não reconheçam o Galeria Aberta como uma iniciativa do governo estadual para recuperar a imagem de Goiânia e a autoestima do goianiense após o acidente com o Césio 137, é inegável que esses artistas de prestígio local e até mesmo nacional, contribuíram para um evento que foi popularmente visto, uma vez que o projeto aportou-se em reproduções de pinturas ampliadas em fachadas de edifícios, em mais de uma centena de ônibus urbanos, em painéis nos muros e paredes dos centros culturais

¹ Henrique Santillo (Ribeirão Preto, 1937 – Anápolis, 2001) foi eleito governador de Goiás em 1986, derrotando Mauro Borges “por 400 votos de diferença, pois obteve 993.949 contra 592.776 do adversário principal [...]”. Em sua administração, ficou notório o investimento em Saúde, na qual figura a criação do Hospital de Urgência de Goiânia (Hugo) como carro-chefe. Todavia, economicamente enfrentou a ressaca do Plano Cruzado I e os planos que vieram na sequência. Também ocorreu durante sua administração a tragédia com o césio-137 e a divisão do Estado em duas áreas: Goiás e Tocantins, conforme estabelecia a Constituição Federal promulgada em 1988 (ROCHA, Hélio. Os Inquilinos da Casa Verde – Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela. Goiânia, 1998. p. 183 - 184).

Martim Cererê e Gustav Ritter, Parque Aquático de Goiás (hoje extinto), no Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho (demolido) e ainda nos murais da de uma via-crúcis feita na Rodovia dos Romeiros, que liga Goiânia a Trindade, na região Oeste da capital (FARIAS, 2005, p.19).

O projeto Galeria Aberta ganhou visibilidade e destaque no cenário brasileiro para além de revistas e jornais. Apareceu em uma novela de grande audiência. As ruas e os ônibus de Goiânia estamparam algumas cenas dessa novela². Foi um evento visto por toda a população e, de certa maneira, recuperava a autoestima do goianiense no período após o acidente radiológico:

Concebido para melhorar a “visualidade” da cidade e elevar a autoestima do goianiense, o projeto começou a ser implementado em outubro de 1987. Pouco mais de um mês após ter acontecido o acidente radioativo com a cápsula de Césio 137, que catapultou o nome da cidade para o restante do mundo e originou uma onda preconceituosa em relação a tudo que era atribuído a Goiás (FARIAS, 2005, p.24).

Dentre as obras mais importantes do Galeria Aberta estão os painéis de Omar Souto que representam a via sacra na Rodovia dos Romeiros (GO-060) que liga Goiânia a cidade de Trindade – GO. Além de uma ligação direta com a religiosidade presente na cidade de Trindade³ tem também uma ligação com a história do acidente radioativo com a capsula de Césio 137. A criança que se encontra nos painéis da rodovia faz referencia a Leide das Neves⁴ que foi a primeira a morrer contaminada pela radiação. A menina

² O projeto Galeria Aberta ganhou visibilidade na novela Salvador da Pátria, transmitida pela emissora Rede Globo de Televisão. O Salvador da Pátria é uma telenovela brasileira produzida e exibida pela Rede Globo entre 9 de janeiro e 12 de agosto de 1989, em 185 capítulos. Foi escrita por Lauro César Muniz, com a colaboração de Alcides Nogueira e Ana Maria Moretzsohn e dirigida por Gonzaga Blota, José Carlos Pieri, Denise Saraceni e Paulo Ubiratan. Essa telenovela foi exibida em Portugal em 1990 na RTP1, mas com o nome alterado, pois os portugueses conheceram-na como Sassá Mutema e, mais tarde, foi reexibida na SIC com o nome original, mas com menos audiência (http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Salvador_da_Pátria).

³ Trindade é um município brasileiro do estado de Goiás com 719,75 km² e população de 98.159 habitantes segundo o Censo 2010 do IBGE. A cidade surgiu da romaria a imagem do Divino Pai Eterno e continua seguindo sua vocação religiosa até hoje. Atualmente faz parte da região metropolitana de Goiânia e é conhecida como a capital da fé do Estado de Goiás. (www.wikipedia.com/trindade)

⁴ Leide das Neves, que tinha apenas 6 anos, morreu vítima da contaminação radioativa com a capsula de Césio 137. Foi enterrada no Cemitério Municipal Parque de Goiânia localizado na Avenida São Domingos no setor Granja Cruzeiro do Sul. No dia do sepultamento teve o caixão apedrejado pela

Leide das Neves aparece em todos os 14 painéis que estão distribuídos nas 07 estações da Rodovia dos Romeiros. Neles, a criança aparece como um anjo (Figura 1), sempre com roupas brancas e carregando flores. Apresenta-se como uma expectadora de toda a trajetória de Jesus Cristo até a ressurreição. Podemos notar que a paisagem em que se passa a cena é uma fazenda. Vegetação rasteira, poucas árvores, um bovino e uma casa ao fundo. Cenário típico de uma fazenda do Centro Oeste. Aparecem também duas pombas, animal que representa a paz. Jesus Cristo segura a mão de sua mãe Maria⁵ e atrás a presença de um soldado romano. A menina parece ver a cena de “longe”, sua presença não é notada nem por Jesus Cristo, nem por Maria e nem pelo soldado romano. Seria um anjo protetor? Ela foi sacrificada assim como Jesus? Omar Souto deu a ela uma “santificação”?



Figura 1- Omar Souto. Via Sacra – Segunda Estação. 2013. Rodovia dos Romeiros, km 6. Goiânia-GO.
Fonte: acervo pessoal.

população de Goiânia, uma vez que a população tinha medo de que o corpo da menina pudesse contaminar o solo. Para “acabar” com o medo de contaminação do solo, na época, foram plantados coqueiros no entorno do caixão para provar que ali era uma terra fértil, portanto, não contaminada. Hoje o coqueiro encontra-se em bom estado.

⁵ Segundo a Via Crucis estabelecida pelo papado no século XVI Jesus encontra sua mãe na quarta estação. Sobre esse momento a bíblia: “Simeão os abençoou, e disse a Maria, mãe do menino: “Eis que este menino vai ser causa de queda e elevação de muitos em Israel. Ele será um sinal de contradição. Quanto a você, uma espada há de atravessar-lhe a alma. Assim serão revelados os pensamentos de muitos corações.” (Lucas 2, 34-35). E sua mãe conservava no coração todas essas coisas. (Lucas 2, 51).



Contudo, o Galeria Aberta não teve uma ligação estreita com o grupo Pincel Atômico. Eles ocorreram no mesmo contexto histórico e tinham alguns objetivos em comum, mas não estavam trabalhando juntos artisticamente falando. Por mais que um dos integrantes do Pincel Atômico, Edney Antunes, tenha feito uma obra em um dos ônibus da empresa Transurb (Figura 2) para o projeto Galeria Aberta essas duas intervenções aconteciam separadamente. Um grande pássaro sai do capô do “fusca mutante” elemento marcante na obra do artista e que será discutido adiante. O famoso fusquinha que em vez de rodas tem coxas de galinha está percorrendo uma via asfaltada e sinalizada, ao fundo uma paisagem natural como se fosse uma rodovia. Ao mesmo tempo em que o fusca se movimenta ele também liberta uma ave. Seria essa ave um apelo a libertação da radioatividade? Representa ela a vida? Quanto ao “fusca mutante” seria mais uma alusão a radiação?

Para a dupla do Pincel Atômico, Edney Antunes e Nonatto Coelho, as intervenções do Galeria Aberta atingiram uma dimensão marcante na sociedade goiana na época. Enquanto a intervenção do projeto Galeria Aberta era observada e vista pela elite intelectual e artística, os grafites do Pincel Atômico estavam “mais próximos” dos olhos do goianiense comum. Quando questionado sobre a relação do grupo Pincel Atômico com o projeto Galeria Aberta, o artista plástico Nonatto Coelho diz:

O grafite era o rodapé dos prédios [...] era aquele negócio anti-oficial. O galeria aberta era digamos o projeto oficial apoiado com verbas oficiais e se não tinha verbas oficiais tinha patrocínio, era um projeto elitizado. O grafite era o primo pobre do Galeria Aberta porque ele estava por baixo mas ele comunicava de uma maneira mais direta mais rápida já que ele não tinha o limite que tinha o galeria aberta que era estampados em prédios. O grafite nasceu na mesma época e tinha relações. Afinal de contas o PX Silveira era muito amigo da gente. Eu lembro que o PX na época ventitou de que a gente poderia subir em uma parede de prédio e fazer algumas coisas, mas não aconteceu porque acho que faltou patrocínio. Teve uma relação de tempos e de intenções sociológicas e de arte social. Nesse caso o Pincel Atômico e o Galeria Aberta se entendem. Eles eram perfeitamente conectados apesar das diferenças sociais (COELHO, 2012).

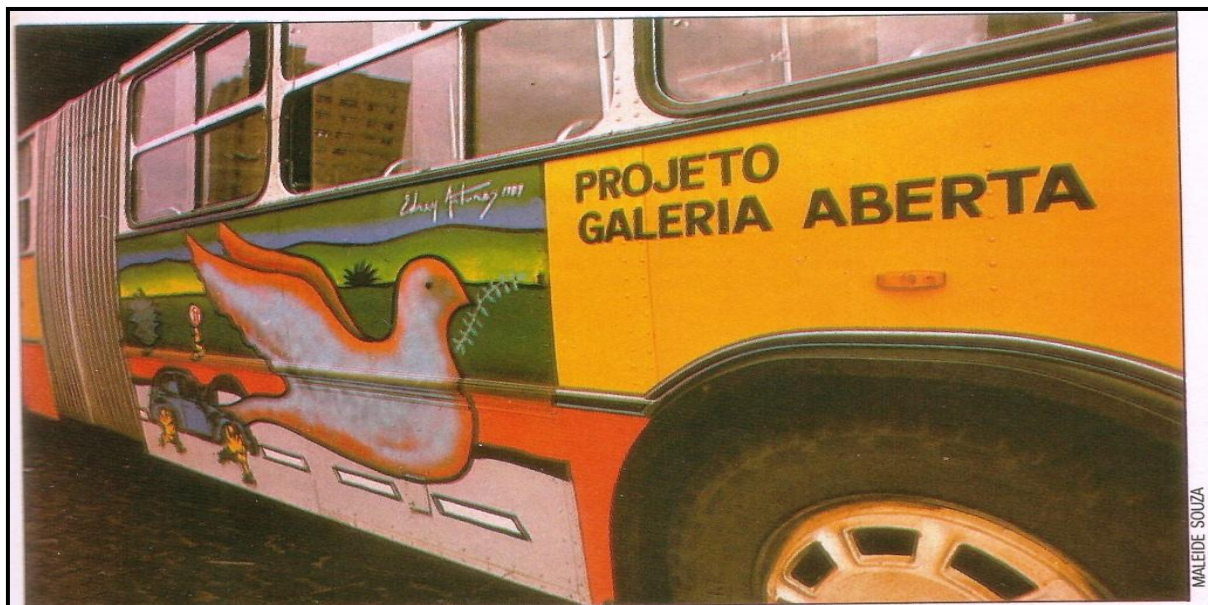


Figura 2 - Edney Antunes. Galeria Aberta. Grafite no ônibus da empresa Transurb. Goiânia, 1989. Foto: Maleide Souza.

Fonte: Revista ISTO É SENHOR, (28/06/1989).

O projeto ao longo da década de 1990 foi se desgastando e apresentando problemas como aquecimento dos prédios e falta de recursos financeiros para restaurações. Diante dessa situação algumas obras foram apagadas outras restauradas como foi o caso dos painéis do Omar Souto na Rodovia dos Romeiros. Sendo assim o projeto Galeria Aberta fez parte do contexto da década de 1980 da cidade de Goiânia e certamente foi uma intervenção de grande destaque pela sociedade e mídia goianiense e que acabou por corroborar com a divulgação de uma Goiânia mais “alegre” e menos “radioativa”. Mas paralelamente ao projeto outras movimentações artísticas aconteciam como a atuação dos grafiteiros do grupo Pincel Atômico.

É também no ano de 1987 que surge em Goiânia o Grupo Pincel Atômico, considerado o precursor do grafite em Goiás, composto pelos artistas plásticos Edney Antunes e Raimundo Nonatto Coelho. O grupo foi nomeado por Edney Antunes de Pincel Atômico. Recebeu esse nome por fazer uma ironia ao acidente radiológico que Goiânia estava vivendo: “[...] nós fundamos o Grupo Pincel Atômico que era um humor negro pra dizer sobre o que estava acontecendo naquele momento” (COELHO, 2011). Em uma segunda entrevista realizada em outubro de 2012, Nonatto Coelho mais uma

vez relaciona o nome do grupo ao acidente radiológico com o Césio 137 e explica a ambiguidade existente no nome do grupo:

Fomos pra Goiânia, começamos a pichar, e logo veio o acidente do CÉSIUM 137. Esse acidente já tinha se tornado internacional, o Edney Antunes resolveu batizar o nome do grafite, foi daí que veio o nome Pincel Atômico, já que o Pincel Atômico tem um duplo sentido, ele pode servir tanto pra você fazer um bigode na Monalisa, tirar um dente de uma figura, de um retrato, pichar um banheiro, enfim, o Pincel Atômico ele como instrumento de pichação, de decoração, de intervenção pública ele já era famoso. E aí nós fizemos essa junção feliz do Pincel Atômico, a partir do momento que estávamos vivendo um momento grave, de um acidente atômico, momento exatamente de projeções negativas da imagem de Goiás lá fora, tanto é que nosso trabalho era mandado de volta. Eu por exemplo, mandei meus quadros para Belo Horizonte e eles retornaram de volta como se tivessem atômica-mente contaminados. Então o grupo Pincel Atômico com muito humor, até um humor negro, foi batizado também com essa tentativa de colocar as artes ligado a um acidente, mas no sentido exatamente de fazer uma limpeza, algo por exemplo que poderia mostrar a imagem com estigma do lado atômico, mas com muito humor e que a arte poderia ser algo que ajudasse o Estado a passar aquele momento difícil, que estávamos passando (COELHO, 2013).

A história do grafite no Brasil ainda é bem recente e nos remete aos anos iniciais da década de 1960 momentos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Os muros públicos serviam como uma forma de protesto ao modelo autoritário que estava vigente no período. Jordana Falcão Tavares, em sua dissertação, nos diz que:

Em se tratando de grafiteagem, Rio e São Paulo especialmente tiveram movimentação tão intensa durante a ditadura que acabaram por desenvolver uma cena referencial no grafite atual. Como já foi dito, a atmosfera tensa do período militar pedia ações discretas, porém diretas de oposição de tal forma que a lata de spray e a parede tornaram-se veículos ilícitos para mensagens de resistência (TAVARES, 2005, p.62).

Então, antes de aterrissar por Goiânia, o grafite iniciou-se no eixo Rio-São Paulo. Edney Antunes e Nonatto Coelho entraram em contato com o grafite na 18ª Bienal em São Paulo em 1985⁶. Lá conheceram o trabalho do artista Alex Vallauri (Figura 3) e do Grupo Tupinãodá e, a partir daí, se interessaram pelo grafite influenciados também pela pop art.



Figura 3 - Alex Vallauri – A Casa da Rainha do Frango Assado - 18ª Bienal de São Paulo, 1985.

Fonte: SPINELLI, 2010, p. 133

Alguns questionamentos se fazem necessários nesse momento: como o grafite do Pincel Atômico circulou por Goiânia? Qual foi a recepção desse grafite? Quais os diversos significados e temporalidades que essas imagens nos revelam? O que existem nessas imagens para além do conteúdo gráfico? O grafite, que em Goiás era uma arte

⁶ 18ª BIENAL DE SÃO PAULO: Ano: 1985. Presidente Roberto Muylaert. Curadoria Sheila Leirner. Artistas 214 de 45 países. Obras 1.674. Local Pavilhão Ciccillo Matarazzo (Pavilhão da Bienal). Período 4 de outubro a 15 de dezembro de 1985.

ainda inédita, despertou a curiosidade de parte da sociedade e principalmente da mídia local. A ideia e o incentivo de trazer o grafite para Goiânia é relatada por Edney Antunes:

Tinha ligação com o momento que estávamos passando que era o acidente radiológico com o Césio 137 e da questão do preconceito contra o goiano. A ideia de que todo mundo estava radioativo, esse carga pesada de baixo astral que pairava sobre a cidade. Pensei então que aquele fosse o momento de jogar algumas coisas legais na cidade e dar uma levantada no astral. E o grafite é a melhor coisa pra isso, pois ele lida com o humor e até mesmo as tragédias ele é capaz de tratar de forma crítica e bem humorada. Também tinha outra questão além dessa do Césio 137 (ANTUNES, 2013).

O grafite do Grupo Pincel Atômico chegou à cidade de Goiânia principalmente no Setor Oeste e Setor Central. Chegou também nas cidades de Inhumas – GO, Uberaba – MG e São Paulo – SP e também em outros países pelas mãos de Nonatto Coelho. Assim ele nos diz:

Aqui em Goiás nós fazíamos em Goiânia principalmente no setor Central. Fazíamos no museu Zoroastra Artiaga que era um dos locais que nos pichávamos bastante. Uma vez a polícia chegou por lá e naturalmente a gente disse que tinha permissão do museu para fazer aquela arte e nós nos livramos de um problema com a polícia mentindo pra eles dizendo que nós tínhamos permissão, mas nós não tínhamos permissão nenhuma porque o pessoal do museu estava todo mundo lá pra dentro e não perceberam nada que estava acontecendo ali fora. Em alguns muros no Centro de Goiânia, era mais ali no Centro, lá era o epicentro no nosso grafite. Ao redor da praça cívica e naquelas ruas ali da Praça Tamandaré. Depois na cidade de Inhumas foi em quase todos os lugares que grafitei. Fomos grafitar, por exemplo, em Uberaba em Minas Gerais a convite do Hélio Ademir Siqueira que é dos grandes artistas de Minas Gerais. Ele nos convidou para fazer por lá algumas performances artísticas. Fomos grafitar em São Paulo ao lado do pessoal do grupo Tupinãodá que era um grupo de grafite muito famoso na época e depois levei o grafite até pra fora do Brasil. Grafitei no deserto de Negev, grafitei em Atenas na Grécia e em Rhodes. (COELHO, 2012)

As imagens do Grupo Pincel Atômico se diferem na forma estética do atual grafite. São imagens mais “rústicas” no sentido da elaboração visual, com cores em tons mais simples e são profundamente ligadas a temas politizados e polêmicos da década de 1980 e 1990 como a AIDS, o rock, o cinema, a pop arte e outros. O grupo Pincel Atômico foi constantemente retratado na imprensa local, que apoiou aquela arte tão nova e tão polêmica. Em uma matéria do Jornal O Popular do dia 01 de Janeiro de 1988, intitulada o “Muro na mira”, o jornal nos fala sobre o Grupo Pincel Atômico e sua intervenção na paisagem urbana:

Placas, cartazes, sinais de trânsito, luzes. O visual urbano é carregado, cheio de informações os transeuntes dos grandes centros sequer percebem aquilo que olham. Contribuindo para que isto ocorra, há ainda a pressa, a loucura de levar adiante o cotidiano. Humanizar um pouco mais esta realidade é a intenção dos artistas plásticos Raimundo Nonato e Edney Antunes de Lima, que fundaram o Grupo Pincel Atômico para introduzir em Goiânia o Projeto Grafites. A abertura simbólica desta investida ocorreu na quarta-feira, no muro da Casa Grande Galeria de Arte. "O grafite é uma coisa bem efêmera, bem insólita. É spray na mão e imaginação", situa Nonato. De uma matriz em papelão, as figuras vão sendo projetadas, num processo simples e rápido. "Tem que ser depressa, o grafite é uma arte perseguida, encarada como pichação. É uma mentalidade que está mudando, no eixo Rio-São Paulo este trabalho já invade as galerias e o processo aqui pode seguir o mesmo caminho", esclarece Nonato. Edney reforça: "Vamos seguir através do inusitado, dia ou noite, qualquer lugar. E vamos mobilizar outros artistas para que participem". Segundo ele "a coisa passa de acordo com o espaço urbano. O que está precisando realmente vai ser utilizado primeiro" e informa que existe um local na mira de seus sprays: "O Instituto de Radiologia, do onde foi roubado o aparelho que originou o acidente com o Césio-137. Aquele se tornou um lugar triste, que causa má impressão. Vamos melhorar o visual de lá (O Popular, Caderno 2, 01/01/1988).

Segundo Nonatto Coelho, o Grupo Pincel Atômico pretendia levar a arte do grafite às ruas com muito *spray* e humor:

[...] nós procuramos a fazer do grafite algo pra enfeitar a cidade, é claro que o grafite é uma certa mensagem, é alguma coisa visceral é uma coisa exatamente que dizia de certas insatisfações porque o

grafite tem esse condão né? Ele diz das suas insatisfações ele diz exatamente o que você quer transformar (COELHO, 2011).

O grafite do Grupo Pincel Atômico foi pela pop arte (1956-1966), movimento estilístico que iniciou em Londres e Nova Iorque. Na pop arte são utilizadas temáticas ligadas ao ambiente urbano. Quadrinhos, revistas ilustradas, anúncios, embalagens, cinema, música, televisão, bens de consumos duráveis e não duráveis compõem a cena pop. Visto que essa influência se dava no grafite em escala mundial. Segundo Nonatto Coelho:

Eu plagiava a imagem da Marilyn Monroe, tinha também um telefone que eu grafitei muito. Nele era escrito “trim trim”. Eram coisas triviais do cotidiano diferente dessa coisa ligada aos nomes e as essas letras que estão fazendo no momento. Embora as letras existissem na época, essas letras eram elaboradas no sentido pop. O tema era muito inesperado e quase sempre ligado a figura pop mesmo. As bienais expunham coisas do pop. O grafite é filho da pop arte, é um tipo de extensão muito saudável do que a pop arte produziu no mundo. (COELHO, 2012).

Um dos temas mais polêmicos grafitados pelo grupo foi a AIDS, doença ainda pouco conhecida na década de 1980 e que gerou discussões acaloradas naqueles anos. Artistas de renome foram acometidos por esse vírus incurável e, infelizmente, ainda não havia um tratamento eficaz. Keith Haring, o grande grafiteiro, foi um dos que contraíram o vírus na época, assim como o cantor brasileiro Cazuza. A AIDS acabou mexendo, principalmente, com os jovens do período, uma vez que ainda não se conhecia quase nada sobre a doença, o que ocasionava um medo maior. Sobre esse assunto, Edney Antunes diz:

Entramos em alguns temas como a AIDS. Foi um assunto polêmico naquele momento e nós fomos até mal interpretados, pois era uma mensagem de cunho mais forte. Eu decidi fazer uma imagem mais forte com algumas palavras de ordem que alertasse as pessoas, mas de uma forma mais contundente. Até porque, como eu mencionei, o Alex Vallauri tinha morrido dessa doença terrível e que estava chegando à boa parte da população e até mesmo ao Keith Haring. Eu tinha me incomodado muito com aquela doença. É como se eu quisesse purgar aquele fantasma e talvez eu tenha sido incisivo demais e mal

compreendido uma vez que o assunto era um tabu. Não havia por parte do governo nem das autoridades maiores informações. De certa forma nós fomos corajosos e pioneiros nessa questão de algo até institucional, levando de uma forma pública informações que o próprio governo não estava assumindo esse papel. Nós não sabíamos disso, mas hoje, quando eu olho, percebo é que foi um passo visionário naquele momento e até mesmo utilizar a arte com essa aproximação com as pessoas como estava fazendo o grafite, por exemplo, e fazer essa parte social. (ANTUNES, 2012)

Sem dúvida, a referência à AIDS tornou-se comum nas produções do grupo Pincel Atômico, conforme pode ser visto no grafite feito na Rua 1, esquina com a Av. Araguaia, no setor Central, no muro de um estacionamento em Goiânia (Figura 4). Em junho de 1989, o Caderno 2 do jornal *O Popular* trouxe uma matéria sobre o tema, intitulada “Grafites anti-Aids”.



Figura 4: Edney Antunes (esq.) e Nonatto Coelho, diante do grafite “anti-AIDS”. Goiânia, 1989
Fonte: *O Popular*, 21 jun. 1989.

Na Figura 4, os dizeres estampados na camiseta usada por Edney Antunes – Grafite X AIDS – já revelam o engajamento do grupo com o tema. As frases escritas no muro polemizam ainda mais o grafite: “Atenção passageiros com AIDS. Próxima parada: morte”. Ao lado dessa frase incômoda, pode-se notar a imagem de um fantasma com aspecto de caveira, representando a morte. No canto direito do grafite, um guitarrista marca a influência do rock para o período: cabelos e barbas longos, óculos

escuro e um passo que sugere agitado. Será esse o estereótipo de um condenado à morte? Qual a relação da doença com a geração do rock?

As chamadas são taxativas e contundentes: “Atenção passageiros com AIDS. Próxima parada, morte”, diz uma das pichações de Edney Antunes. Logo adiante, mais ameno, Nonatto Coelho constata: “antes arte do que AIDS” reforçando uma imagem ainda não de todo desfeita perante a sociedade, os grafites induzem a idia de existência de grupos de risco e não conseguem disfarçar um implícito teor moralista. Por exemplo, está estampado em um dos muros o desenho de um guitarrista, estilo a geração rock’n’roll, a quem é imputado um balão, onde se vê uma seringa, uma caveira e a sigla AIDS. O maluco, além de não ser mais beleza, é estereotipado e condenado junto com outras referências ao submundo e a devassidão da sociedade atual, “AIDS um mal pós-moderno”, constata os grafiteiros. (O Popular, 21/06/1989)

O grafite é uma arte essencialmente urbana e que vê na própria cidade um espaço de interação e ação. Tem como suporte para a sua realização não apenas o muro, mas a cidade como um todo, incluindo postes (Figura 5), calçadas, viadutos, metrô, trens, ônibus e até mesmo registro de energia. Para Gitahy:

[...] o grafite veio para democratizar a arte, na medida em que acontece de forma arbitrária e descomprometida com qualquer limitação espacial ou ideológica. Todos os segmentos sociais podem vir a ser lidos pelos artistas do grafite, assim como seus símbolos espalhados pela cidade podem ser lidos por todos (GITAHY, 1999, p.13).



Figura: 5 – Grafite em poste na Marginal Botafogo - Goiânia, 2013.
Fonte: acervo pessoal.

Os grafites do grupo Pincel Atômico, para além das ruas da cidade chegaram às galerias de arte da capital. O grafite exposto em uma galeria era algo completamente novo para a sociedade local. Porém teve uma ótima aceitação por parte da imprensa goiana. A exposição do grafite do grupo Pincel Atômico aconteceu na extinta Casa Grande Galeria de Arte e foi realizada em agosto de 1988.

O grafite tem esse condão de reclame, de crítica, de inversão, de negação e tem outro lado: o lado da alegria, da cor, da vida, dos elementos ácidos e cômicos. É uma arte efêmera, passageira e que se desfaz com uma nova camada de tinta ou com a força dos elementos climáticos (sol, chuva). É a arte da cidade, a arte que pensa a cidade e que usa a cidade para falar. É a arte que veio dos guetos de Nova Iorque e que aos poucos permeia as galerias de todo o mundo. O grafite é uma arte espontânea, humorística e irônica. A cidade, a partir do grafite, pode ser tratada como um “texto urbano” que nos revela anseios, problemas, aspectos identitários e outros. Transmite o modo de vida contemporâneo, fazendo o uso de linguagens complexas e variadas para criar significados igualmente diversos e híbridos.

Como vimos, os grafites realizados pelo grupo Pincel Atômico abordaram e criticaram vários assuntos da década de 1980. Toda essa crítica, acidez e expressão artística de seus grafites, apesar de trazer um conteúdo forte e polêmico, trazem também elementos de alegria. O grafite vem para enfeitar a cidade, para suscitar o pensar a cidade e foi assim a atuação do Pincel Atômico em Goiânia.

REFERENCIAS

FARIAS, Salvio Juliano Peixoto. *Galeria Aberta: uma história por múltiplos atores*. 2005. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

GITAHY, Celso. *O que é graffiti*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

O POPULAR. Grafite em novos espaços. O Popular, Goiânia: 14 mar 1988.

_____. O muro na mira. O Popular, Goiânia: 01 jan 1988.

_____. Grafites anti-Aids. Caderno 2, O Popular, Goiânia: 21 jun. 1989

TAVARES, Jordana Falcão. *Construções, desconstruções e reconstruções*: História do grafite goianiense contemporâneo. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Cultura Visual– Mestrado) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005.

SITES

< http://pt.wikipedia.org/wiki/O_Salvador_da_Pátria> Acesso em: 20 set. 2013.

≤ www.wikipedia.com/trindade> Acesso em: 20 set. 2013.

ENTREVISTAS

ANTUNES, Edney. Goiânia, 09 de novembro de 2012.

COELHO, Nonatto. Inhumas, 11 de abril de 2011.

COELHO, Nonatto. Inhumas, 30 de outubro de 2012.

EDUCAÇÃO E POLÍTICA: A DERROTA DO BRIGADEIRO EDUARDO GOMES E O PROJETO POLÍTICO DA UDN (1945-1950)

Noé Freire Sandes
noefsandes@uol.com.br
Universidade Federal de Goiás
Doutor

Resumo

A campanha política de Eduardo Gomes, entre outubro e dezembro de 1945, apontou para a possibilidade de retorno dos liberais ao poder. Derrotada nas eleições, restou a UDN, com base na leitura do passado, radicalizar a luta política contra Vargas.

Palavras-chave: Cultura política, eleição, UDN

Abstract

The political campaign of Eduardo Gomes, which happened between October and December 1945, pointed to the possibility of the Liberals returning to power. But it was defeated in the elections, leaving the UDN, based on the reading of the past, radicalize the political struggle against Vargas

Key words: Culture, politics, elections, UDN

A trajetória desse trabalho teve como ponto de partida a reflexão sobre a memória e a história da revolução de 1930. O exílio das elites políticas derrotadas em 1930 representou o fim de um período de nossa história marcado pela hegemonia política das oligarquias dos grandes estados. Os passos iniciais da pesquisa envolveram a recomposição da memória e da história política brasileira entre os anos de 1930 e 1934. A revolução paulista de 1932 e a constituinte sinalizaram um movimento de reordenação do sistema político no intuito de acomodar as demandas de centralização oriundas, fundamentalmente, do movimento tenentista. Os exilados retornaram ao

campo político dispostos a rerepresentar, em parte, a agenda liberal, mas com algumas concessões que permitissem maior equilíbrio entre o poder da União e dos entes federados.

A reflexão acerca da ação política dos grupos derrotados em 1930 na Constituinte foi mediada por um lugar e uma fala específica: o jornal *Correio da Manhã* e a coluna do jornalista Pedro da Costa Rego. O resultado dessa etapa foi publicado no ano de 2012 por meio de um livro publicado pela editora da Universidade Federal de Goiás, *O tempo revolucionário e outros tempos: o jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-45)*. A continuidade do trabalho reorientou os esforços para a leitura de uma nova mudança política decorrente do ingresso do Brasil na Segunda Guerra, no ano de 1942. Em 1945, se anunciava eleições presidenciais e a necessidade de um novo ordenamento constitucional. Refletimos sobre esse período a partir do mesmo lugar, o jornal *Correio da Manhã*, mas ampliamos a escuta: além de Costa Rego, abrimos espaço para outro colunista, Carlos Lacerda que acompanhou os debates constitucional em 1946, interessado mais em combater a base do governo Dutra do que no debate político e jurídico no âmbito do parlamento. Antes que a constituinte ganhasse corpo, acompanhamos o processo de disputa eleitoral entre Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes. A UDN, composta pelos homens que labutaram contra as arbitrariedades do governo Vargas, deixou escapar a chance de retornar ao centro do poder. Aos derrotados cabe a missão de repisar os erros cometidos na disputa política no intuito de fugir a desilusão da derrota e demarcar posição diversa no campo político.

O presente texto, portanto, está direcionado para refletir sobre a recomposição do campo político em 1945 e as eleições presidenciais nesse mesmo ano. O que se pretende, fundamentalmente, é compreender o modo como memorialistas e historiadores refletiram sobre a eleição/plebiscito realizada no mês seguinte a deposição de Vargas, em dezembro de 1945.

1. A rearticulação do campo político

O ano de 1945 parecia promissor. Depois de longos oito anos, os jornais cariocas noticiavam a proximidade das eleições. O *Correio da Manhã*, por meio de seu cronista político e redator, Costa Rego, apressava-se em comentar os fatos auspiciosos, mas com algum ceticismo. Lembrou-se de igual promessa que, em tom vago, o presidente já afirmara, em 13 de maio de 1940, a necessidade de completar a estrutura jurídica da carta de 1937. Para ser mais exato cita a fonte, *A Nova política do Brasil*, vol. VII, p. 319. Relembrou também que em 15 de abril de 1944, em um almoço na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o presidente reafirmara o seu compromisso com a democracia dentro da ordem e da lei. Mais uma vez recorre à citação da mesma fonte, *A Nova política do Brasil*. A lembrança dos fatos, acompanhada da referência ao texto, implica comprovar a veracidade do ocorrido. A recorrência ao mesmo discurso, promessa de eleições, não anima o cronista. Discorda do argumento de que a guerra retardara as eleições. A questão, a seu ver, é outra: o sistema eleitoral da carta de 37. A hierarquização do processo de escolhas é a chave do problema. Primeiro compõe-se a câmara de vereadores e, indiretamente, elege-se as câmaras estaduais, os governadores, o Parlamento Nacional e, por fim, o presidente da República. Mas qual o centro do problema? A política: “O senso de geometria não se associa todas às vezes ao senso da política”¹. A eleição presidencial seria o resultado de um quadro de combinações prévias, portanto ao dirigente do Estado Nacional estava reservado um papel secundário. Do argumento exposto segue-se a conclusão necessária: Houvesse mais política, associando os homens, portanto menos homens proscrevendo a política, e não padeceríamos hoje de nenhuma inquietação. Mas devemos falar de inquietação quando se anunciam eleições?

Para o governo estava claro que com a presença do Brasil no cenário da Grande Guerra, ao lado dos aliados, não mais era possível controlar efetivamente a imprensa, tampouco aprisionar os signatários de atos e manifestos contrários ao governo. A oposição passou a ditar a pauta política, enquanto o governo buscava formas de reação. A percepção de um lento processo de liberalização política foi acompanhada pela

¹ Costa Rego. Eleições Anunciadas. In: *Correio da Manhã*, 5 jan. 1945, p. 4.

efetivação de uma política de fortalecimento das relações entre o Estado e os sindicatos, com a posse do novo ministro do Trabalho, Marcondes Filho em 1942.²

A oposição seguia trilha diversa. Distante do mundo dos trabalhadores, e de olho nos setores médios, encontrou na imprensa a alavanca necessária para acelerar a crise da ditadura estadonovista. A princípio, a oposição criticou a não realização do plebiscito, previsto constitucionalmente para ocorrer seis anos após a decretação da Carta de 1937, mas abandonou essa tese em direção a um passo mais ambicioso: a convocação de uma Assembleia Constituinte. Por sua vez, o governo, por meio do ministro da Justiça Marcondes Filho, sugeria a realização de eleições com base na estrutura sindical³.

A proximidade do fim da guerra avivou o quadro de conflitos. Duas entrevistas marcaram o ano de 1945. Em fevereiro de José Américo falou com desassombro sobre o momento político e Francisco Campos, o conservador ex-ministro da justiça, alvejou, em entrevista ao Diário de São Paulo em 04 de março de 1945, o presidente Vargas ao lamentar a transformação da constituição de 1937 em mero documento histórico, uma vez que não passara pelo teste plebiscitário. Sem a consulta popular, a carta de 1937 não mais tinha significado, portanto o país estava à deriva, longe de qualquer ordenamento constitucional⁴. Sem meias palavras o conservador Francisco Campos afirma:

O Sr. Getúlio Vargas já pensou demais em si mesmo. É tempo que pense mais no Brasil e no seu povo [...] Atente o Sr. Getúlio Vargas nos sofrimentos e humilhações do povo brasileiro. Não queira agravá-los ainda mais. Restitua-lhe a posse do futuro, uma vez que não pode recuperar o passado irremediavelmente perdido⁵.

² Gomes, Angela de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

³ Marcondes Filho (Verbete) In ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-geográfico brasileiro, pós-1930*. Disponível em : <http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 12/11/2012.

⁵ A entrevista foi publicada na série Constituições brasileiras do Senado Federal. Costa Porto, Walter (org.). *Constituições brasileiras, 1937*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, p. 52.



A entrevista de Francisco Campos era um claro e duro recado para o presidente, pois desfazia, ou procurava desfazer, o laço simbólico que atou o presidente ao povo.

A crítica ao centralismo recolocava o liberalismo e o federalismo em cena. Nos primeiros meses do ano de 1945, o céu estava para Brigadeiro. O refrão da campanha revelava o bom humor oposicionista: vote no Brigadeiro ele é bonito e é solteiro. O otimismo da campanha visava reforçar o contraste entre Eduardo Gomes e Dutra, o homem com que a nação não devia se casar. O nome de Eduardo Gomes parecia imbatível na campanha presidencial a se realizar, pois era “a cristalização de um movimento profundo realizado contra um sistema [...] e este sistema vai destituindo-se, aos pedaços, de todos os órgãos de sua vida, impotente na avalanche em cujo tumulto foi arrastado”.⁶

A eleição, apesar dos riscos, representava a saída para o impasse institucional em que vivia o governo com o esvaziamento do regime fundamentado na carta de 1937. A criação de partidos políticos em duas frentes era a saída possível para as forças governamentais: de um lado os interventores estruturando o Partido Social Democrata (PSD), e de outro o Partido Trabalhista (PTB) apoiado pela estrutura sindicalista. A oposição aferrava-se em denunciar a criação de partidos gestados no seio de um regime avesso à ideia de representação política. Somente os homens do passado, distantes da mácula do Estado Novo, poderiam recompor o campo político legitimamente. Dessa forma, o *Correio da Manhã* assumia a defesa da legitimidade da União Democrática Nacional (UDN), enquanto as forças governamentais apostavam ora na candidatura Dutra, ora na perspectiva de continuidade do governo Vargas embalado pelas vozes do quererismo. Costa Rego insinuava, em meio à ambiguidade da campanha, a presença de um terceiro candidato, o próprio Vargas: “Ao mesmo tempo, o general Dutra sofrerá sua primeira derrota. O próprio homem que mandou apresentar sua candidatura o abandonará”.⁷

⁶ Costa Rego. O candidato único. In: *Correio da Manhã*, 21 mar. 1945, p. 4.

⁷ Costa Rego. A candidatura Dutra. In: *Correio da Manhã*, 10 ago. 1945, p. 4.

A cobertura da campanha eleitoral no *Correio da Manhã* acompanhava as ocorrências próximas a Vargas no intuito de demarcar uma visão negativa acerca do Estado Novo, e de transformar a agenda dos candidatos em notícia. Havia um especial interesse em transformar a linguagem dura dos discursos do Brigadeiro em tema de interesse para os eleitores, bem como o de atingir a imagem de Dutra ao avivar os seus laços com o passado. Era preciso demonstrar a relação íntima entre o candidato e a ditadura.

O contra-ataque governamental veio com o Decreto-Lei n. 8.063 que estendia a eleição em 02 de dezembro para os governadores e assembleias legislativas e estabelecia o exíguo prazo de 30 dias para que os interventores, dispostos a concorrer ao pleito eleitoral, se desincompatibilizassem dos referidos cargos. Em 12 de outubro de 1945, o jornal afirmava que o decreto assumiu a forma de um “putsch”, um atentado contra a ordem legal. O que estava em jogo era a possibilidade das forças governamentais conquistarem posições nos estados, ainda sob a influência de Vargas na presidência da república. A UDN denunciava o decreto qualificando-o como um ato subversivo, afrontando a frágil base legal constituída pela lei eleitoral definida pelo Decreto Lei n.7586.⁸ Em 14 de outubro de 1945, Vargas, em discurso de improviso na escola técnica de Santa Cruz, reafirma seu desejo de não mais ocupar cargos públicos e sugere aos trabalhadores que reforcem as fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A campanha oposicionista surtiu efeito. As forças armadas exigiram a revogação do decreto. Sem espaço de negociação, Vargas aceitou o golpe:

[...] O que se seguiu depois, a Nação inteira já o sabe a hora em que precisamente começa a circular esta folha. Ao movimento ordenado das nossas forças de terra, com elevado sentimento de servir o Brasil sem causar alarme, desassossegos e perturbações inúteis, seguiu-se a esperada renúncia do sr. Getúlio Vargas, com a qual fecha o ciclo de uma da mais longas e arditas ditaduras da fase contemporânea⁹

⁸ Manifesto das oposições coligadas. In: FRANCO, Virgílio de Mello. A campanha da UDN, 1944-45. Rio de Janeiro: Liv. Editora Zelio Valverde S.A., 1946, p.357-360.

⁹ Correio da Manhã, 30 out. 1945, p. 4.

Deposto o presidente, o *Correio da Manhã* cuidou de remontar a leitura do passado recente: o fim da ditadura era previsível. O afrontoso movimento queremista, subsidiado pelo ministério do trabalho, o “decreto-lei-putsch”, que fundiu e confundiu o processo eleitoral, foram os fatores primordiais que definiram a sorte do presidente.

Para a oposição, a fórmula encontrada para retirar Vargas da presidência pouco importava, pois o futuro pertencia ao Brigadeiro. O Partido Social Democrático parecia perdido com os últimos acontecimentos e a candidatura Dutra ameaçava naufragar. Mantido o calendário eleitoral, os udenistas sentiram a proximidade do poder.

Afinal, o inusitado ocorreu. A propaganda revolução moral propagada pela UDN cedeu espaço ao realismo da política. Instado pelas lideranças petebistas Vargas anunciou o seu apoio ao general Dutra e, em contrapartida, impôs parte da pauta trabalhista ao seu antigo ministro da Guerra, e articulador do movimento que o retirou do Catete. Para os udenistas, crenes na vitória, abertas as urnas seguiu-se profunda decepção.

O que se devia esperar do governo Dutra? A UDN cabia o papel de oposição e dar sequencia a campanha do Brigadeiro. Mas, como explicar a expressiva presença de Vargas no campo político. Enfim, quais os erros da oposição na campanha de 1945? A amarga derrota exigia um movimento de autocrítica, passo fundamental para definir o caminho a ser seguido pelos homens que brandiram, com o Brigadeiro Eduardo Gomes, o lenço branco.

O Brigadeiro Eduardo Gomes, ciente da derrota, se antecipou à proclamação dos resultados e se dirigiu aos eleitores por meio de uma carta. Nela mencionou os vícios da lei que disciplinou o processo eleitoral, mas não se aventurou a questionar o resultado das urnas. O “Brigadeiro da libertação” assumiu para si o título que lhe foi conferido na campanha: “[...] Fui menos um pretendente ao governo do que o defensor da legalidade democrática.”¹⁰ A parte desse posicionamento, o Brigadeiro reassumiu a

¹⁰ GOMES, Eduardo. *Campanha da libertação*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1946, p. 349.

bandeira da legalidade conquistada no processo eleitoral. Há, portanto, uma vitória a ser reconhecida; o fim da ditadura implantada com o Estado Novo. O Brigadeiro conclamou os democratas a ação: “O dever, que agora lhes incumbe, é sustentarem sobre as multidões insatisfeitas ou crédulas, avisadas ou iludidas, o pendão democrático, isento de qualquer mancha no prestígio e na beleza de seu símbolo”.¹¹ A defesa da legalidade, entretanto se apresentava como uma abstração para os ouvidos de um novo ator político: os trabalhadores. Sobral Pinto, articulador fundamental da luta contra a ditadura, se espantou com os resultados. Em linhas gerais, o advogado seguiu a direção apontada pelo Brigadeiro. Apontou para educação falha dos cidadãos, mas reconheceu o papel de destaque do novo protagonista, os trabalhadores. A reação das forças conservadoras apontava para a necessária intervenção no campo político criado pelo próprio presidente: a criação de instituições jurídicas que amparassem a dignidade moral do trabalhador¹².

Virgílio de Melo Franco, um dos próceres da UDN, publicou um dos poucos trabalhos sobre o processo eleitoral ocorrido em 1945. Seguindo a mesma linha argumentativa do Brigadeiro Eduardo Gomes, Virgílio de Melo Franco afirmou a vitória da UDN ao derrubar a ditadura. Restava, entretanto, trilhar o árduo caminho da consolidação do regime democrático e para tanto urgia que os setores democráticos assumissem o papel reservado a oposição: “Não resta a menor dúvida que colaborando com seu governo [Dutra] estaremos colaborando com o resto do consulado Vargas e, por consequência, consolidando-o”.¹³ A posição do líder da UDN se fundamentava na percepção de que a sombra de Vargas se projetava sobre o governo Dutra e impediria o fortalecimento da ordem constituída. Restava à oposição conservar sua autoridade moral afastando-se do governo Dutra e dos homens marcados pela íntima relação com a ditadura. A posição de Virgílio de Melo Franco anunciava a divisão do partido em torno da participação da legenda no novo governo.

¹¹ GOMES, Eduardo. Carta aos Brasileiros. In: GOMES, Eduardo. *Campanha da libertação*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1946, p. 352.

¹² DULLES, Jonh W. F. *Sobral Pinto. A consciência do Brasil. A cruzada contra o Regime Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

¹³ Franco, V. *A campanha da UDN*. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1946, p. VII.

O relatório de Virgílio Melo Franco compõe uma narrativa que, didaticamente, envolve o leitor na leitura udenista do processo político que marcou o fim do Estado Novo. O ponto de partida, obviamente, versa sobre o ano de 1937 quando se deu o golpe que instaurou a ditadura. Em traços rápidos, Virgílio de Melo Franco discorre sobre os homens que resistiram ao golpe, com especial atenção para a atuação de Armando de Sales Oliveira: “[...] foi o maior sacrificado de todos nós. Ele deu tudo: bens de seu patrimônio, a saúde dos filhos, a própria vida.”¹⁴ Os rumos da guerra alterou o quadro nacional. O avanço dos aliados contraditou a antiga aposta na vitória alemã. Vargas, com seu habitual pragmatismo, negociou a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados conferindo a si mesmo a imagem de democrata. Com o Manifesto mineiro, a oposição inicia sua marcha pela reconquista do espaço de representação democrática a partir do lançamento da candidatura ao cargo presidencial do Brigadeiro Eduardo Gomes. As forças governistas reagiram ao avanço da oposição com o lançamento da candidatura do general Dutra, com o claro objetivo de dividir as forças armadas.

A heterogeneidade das alianças políticas, presentes na União Democrática Nacional (UDN), demandava intenso trabalho de acomodação dos interesses regionais que acabou por consumir o tempo e a energia das lideranças políticas. A anistia concedida pelo governo acabou dividindo ainda mais o campo oposicionista com o apoio de Prestes a Getúlio Vargas. A narrativa de Virgílio Melo Franco ao mesmo tempo em que analisa as dificuldades próprias à constituição de um partido nacional, em meio à barafunda da legislação eleitoral, denuncia as manobras políticas que colocaram em risco a legitimidade do processo. A permissão de que um mesmo candidato se lançasse, simultaneamente, para mais de uma eleição e o alistamento ex-officio macularam o processo eleitoral ao estender o alistamento “as organizações fascistas a que tinham sido reduzidos os sindicatos, [...] possibilitando a inclusão de analfabetos e estrangeiros (Franco, 1946, 28).”¹⁵ Afora essas duas medidas, Virgílio Melo Franco

¹⁴ Idem, p. 12.

¹⁵ Franco, V. A campanha da UDN, 1946, p. 28.

crítica a exigência da formação de partidos nacionais, dada a imensa dificuldade para arregimentar lideranças e formar diretórios em todo o país. A alteração dos rumos do processo eleitoral em direção ao golpe que depôs o presidente encontra as mesmas justificativas elencadas pela grande imprensa: a lei Malaia, a nomeação de Benjamin Vargas para o cargo de chefe da polícia da capital federal, e a alteração do calendário eleitoral – eleições simultâneas tanto no plano nacional como estadual – pelo decreto lei 8063, de 12 de outubro.

Da queda de Getúlio ao processo eleitoral decorreram menos de dois meses. Deposto o presidente, restava o epílogo do drama: a vitória eleitoral. Virgílio de Melo Franco pouco comenta sobre o desenvolvimento da campanha, tampouco se empenha em uma análise mais complexa do resultado eleitoral. Ao que parece, os udenistas se empenharam mais na garantia do processo eleitoral e no movimento que resultou na deposição de Vargas, do que na campanha. A dificuldade advinda da exigência legal de constituição de um partido nacional consumiu o tempo e a energia das lideranças udenistas, faltando assim envolvimento suficiente para acompanhar a campanha, pois certos estavam da vitória. O próprio boato em torno da suposta frase do Brigadeiro de que não precisava de votos de marmiteiros, custou a ser desmentida, conforme a avaliação de Carlos Lacerda. A vitória era tida como certa. Ao amargor da derrota, Virgílio reage energicamente: seria necessário fortalecer o partido internamente, bem como ampliar seu raio de ação por meio de um plano sistematizado. O que o líder udenista percebia era a necessidade de fortalecer o campo político longe da ação do Estado, portanto temas como educação popular, assistência social, preconceito de cor e raça poderiam romper o domínio estatal sobre o mundo político. Nessa direção, a proposta udenista envolvia também a criação de núcleos de cultura política. A ambição do líder mineiro apontava para a formação de um partido político com capacidade efetiva de atuar no meio social e firmar-se como opção política, portanto era fundamental o afastamento do partido do governo Dutra¹⁶. Virgílio de Melo Franco

¹⁶ A UDN mineira procurou cumprir essa missão política durante o debate político na constituinte. Os deputados udenistas procuraram avaliar o governo do interventor Benedito Valadares, no intuito de

sugeria caminho diverso: “A hora não me parece que seja de reconciliação, mas de luta, de redefinição, de debate.”¹⁷ O líder udenista aponta claramente para a continuidade da luta contra os resquícios do Estado Novo, daí sua intransigente distância dos “cúmplices do ditador”.¹⁸ Sua narrativa sobre os acontecimentos recentes da política brasileira é nomeada como um relatório cujo destinado ao uso dos contemporâneos, mas voltado especialmente para orientar a reflexão futura sobre os acontecimentos que marcaram “o fim do desalentado e fastidioso consulado Vargas”.¹⁹

O arquivo montado pelo líder mineiro é pródigo em artigos da imprensa. O jornal foi o canal de divulgação das ideias udenistas, o que justifica a homenagem prestada pelo líder mineiro aos jornalistas. Há também exclusões justificadas como as cartas de Otávio Mangabeira ou os discursos do Brigadeiro Eduardo Gomes, ainda em edição. O inventário documental do líder udenista é expressão de sua subjetividade e do desejo de inscrever marcas e vestígios capazes de orientar a escrita da história. Os documentos reunidos visam referendar, como verdade, o que se apresenta no relatório. O marco inicial do processo de contestação efetiva ao governo ditatorial se efetiva em 1943, entretanto consta no documentário, apensado, o Manifesto aos chefes militares de Armando de Salles Oliveira em novembro de 1937, cujo efeito, ao contrário do que pretendia o líder paulista, apressou os preparatórios do golpe silencioso, cujo murmúrio alcançara boa parte da elite política. Certamente, havia o desejo de homenagem ao homem que amargou dura derrota no exílio e, doente, retornou ao Brasil para morrer. Destaca-se também o Manifesto mineiro que, mais uma vez, recolocava o estado de Minas Gerais, como porta voz do ideário liberal. Ao realçar a importância do manifesto, muitas vezes contestada, Virgílio de Melo Franco requisita para si, e para sua região, a força simbólica do discurso liberal supostamente enraizado em solo mineiro. O líder mineiro também registra sua carta ao Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa em que agradece sua exoneração, publicada nos jornais, das funções de Interventor

esclarecer a opinião pública acerca dos desmandos e violências cometidas pelo interventor em Minas Gerais. (UDN, *A semana mineira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.)

¹⁷ Franco, V. A campanha da UDN. 1946, p. 75

¹⁸ Idem, p. 79.

¹⁹ Idem, p. 83.

Federal do Banco Alemão Transatlântico. No ano de 1944, consta um só registro: o discurso do presidente Vargas por ocasião do banquete que lhe foi oferecido pelas classes armadas em dezembro de 1944. Certamente, avulta a percepção da mudança ideológica do regime agora compromissado com o americanismo e com a luta contra o fascismo. A redefinição política é marcada por um balanço positivo das medidas adotadas pelo governo na proteção dos interesses nacionais, pois “[...] somente a cegueira dos negativistas incorrigíveis e a maledicência bem acomodada e farta poderão afirmar o contrário, ousando ocultar a evidência dos fatos.”²⁰ No ano de 1945 foram registrados 75 documentos acompanhando dia-a-dia os acontecimentos que definiram os rumos do processo eleitoral apontando em direção diversa a realização do pleito.

A documentação reunida por Virgílio de Melo Franco sinaliza a construção de uma memória que assumiu os contornos de uma memória social difundida nos jornais e nos relatos de cunho histórico e memorialista marcada pela associação entre os comunistas e quemistas. A deposição de Vargas, nessa perspectiva, foi motivada pelo desejo de continuidade do ditador, portanto foi uma reação aos riscos decorrentes da manipulação popular e da aproximação entre Vargas e os comunistas.

Nessa direção, destaca-se a entrevista concedida pelo líder político mineiro ao jornal *O Globo*, em 8 de fevereiro de 1945, em que defende a aproximação diplomática entre o Brasil e a URSS. Certamente, a menção a essa entrevista foi uma resposta ao posicionamento contrário dos comunistas a candidatura do Brigadeiro. Esse posicionamento indica a tentativa de formação de uma frente ampla contra o governo Vargas, antes mesmo da publicação da famosa entrevista de José Américo publicada no *Correio da Manhã* no final desse mesmo mês. Entretanto, a aliança entre Prestes e Vargas já estava selada em um complexo processo de articulação iniciado quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em 1942. O partido comunista já havia tomado à decisão de apoiar o governo Vargas a partir da proposta da convocação de uma constituinte, tema largamente difundido após o lançamento da candidatura do

²⁰ Franco, V. A campanha da UDN, 1946, p. 132.

Brigadeiro Eduardo Gomes. No famoso comício no estádio Vasco da Gama, em 23 de maio de 1945, Prestes afirma: “a oposição exige que o Sr. Getúlio Vargas abandone o cargo para que seja mantida a paz interna. Mas será esse realmente o caminho democrático da ordem, da paz, e da união nacional?” Para a oposição o apoio de Prestes a Getúlio Vargas representou um gesto de traição à história do partido e do próprio líder comunista. A aproximação entre Prestes e Vargas favoreceu a interpretação de que os comunistas avalizaram o governo, o que justificaria a hostilidade dos liberais em relação ao partido comunista tão logo Vargas foi apeado do poder.

A derrota oposicionista decorria da permanência dos mecanismos tradicionais de poder no campo político, apesar da deposição do presidente Vargas. O afastamento do poder dos “agentes da ditadura” foi superficial resultando na formação de um clima de cumplicidade com o passado que limitou as expectativas de futuro. Para a UDN sua tarefa permanecia incompleta. O fim da ditadura exigia renovados esforços para banir o que dela ainda perdurava. A formação de um partido com presença efetiva na vida da sociedade era uma aposta de largo alcance que poderia alterar o conjunto de práticas políticas que estavam enraizadas na sociedade brasileira. Virgílio de Melo Franco confiava que seu relatório não seria desmentido pela publicação futura de arquivos e testemunhos e, assim, empenha sua palavra proba aos estudiosos do futuro.

Virgílio de Melo Franco, em sua coletânea de documentos, organiza a leitura do tempo fixando em mão única o sentido do processo político em curso: a luta contra a ditadura por parte dos segmentos liberais, as manhas e artimanhas do governo Vargas, a manipulação sobre os setores populares (queremistas), a traição dos comunistas, as falsas promessas do presidente Vargas, a criação da UDN, a violência do governo Vargas, a ação benfazeja do exército, a deposição do presidente e as eleições. Na coletânea de documentos não há registro documental que permita compreender a derrota da UDN. Essa percepção subjetiva foge a esse tipo de suporte, mas se encontra nas entrelinhas, no encadeamento da narrativa. O movimento liberal foi vitorioso ao derrubar o ditador, contudo foi incapaz de desmontar os alicerces do regime ditatorial, cuja capacidade de reação se mostrou bem superior ao que os oposicionistas

imaginavam. No corpo do texto há clara menção a complexa tarefa de combater um regime autoritário que conquistou, com os usos do ilusionismo, a estima popular. Virgílio de Melo Franco está ciente da tarefa hercúlea e solitária reservada a UDN no seu papel de partido de oposição: trata-se de reverter uma cultura política e um tempo que teima em não passar, finalmente era preciso ultrapassar o domínio de lideranças demagógicas, o apelo fácil ao povo.

A obra política da UDN atravessou o tempo esconjurando inimigos que teimam, em afirmar, mesmo com outras cores e nomes, sua presença no difuso território que se situa entre a memória e a história: finalmente Vargas e sua herança permaneceram como parte de um passado que a memória histórica conservou positivamente e que ainda carrega sentido de orientação para o presente por mais que se queira decretar o fim da era Vargas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

COSTA Porto, Walter (org.). *Constituições brasileiras, 1937*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

COSTA Rego, Pedro. Eleições Anunciadas. In: *Correio da Manhã*, 5 jan. 1945, p. 4.

COSTA Rego, Pedro. O candidato único. In: *Correio da Manhã*, 21 mar. 1945, p. 4.

COSTA Rego, Pedro. A candidatura Dutra. In: *Correio da Manhã*, 10 ago. 1945, p. 4.

DULLES, John W. F. *Sobral Pinto. A consciência do Brasil. A cruzada contra o Regime Vargas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANCO, Virgílio de Mello. *A campanha da UDN, 1944-45*. Rio de Janeiro: Liv. Editora Zelio Valverde S.A., 1946.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Eduardo. *Campanha da libertação*. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1946.

MANGABEIRA, Otávio. *Discursos parlamentares*. Câmara dos deputados, 1978.

MARTINS, Mário. *Valeu a pena*. Memória política de um jornalista de oposição que nunca foi do contra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

SANDES, Noé Freire. *O tempo revolucionário e outros tempos*. O jornalista Costa Rego e a representação do passado (1930-54). Goiânia: Ed. UFG, 2012.

**MODERNIZAÇÃO EXCLUDENTE E CONFLITO SOCIAL NA REGIÃO DO
TOCANTINS: LUTAS CAMPONESAS EM PORTO NACIONAL NAS
DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Patricia Sposito Mechi
patriciam@uft.edu.br

Professora Adjunta do curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Doutora em História Social

Resumo

A comunicação trata da repressão e da resistência camponesa na região do Tocantins (antigo norte goiano) à época da ditadura civil-militar. Busca-se apresentar um panorama do acirramento dos conflitos pela terra a partir da pavimentação da rodovia Belém-Brasília na região (BR-153) e da construção da ponte sobre o rio Tocantins “Dom Alano Marie du Noday” na década de setenta, que permitiram o avanço da fronteira agrícola, impulsionada pelas políticas de modernização excludente no campo empreendidas durante o período. A partir da construção dessa infra-estrutura e das facilidades oferecidas aos latifundiários, a região passou a ser palco de diversos conflitos pela terra. Focalizaremos, no trabalho, os conflitos ocorridos no município de Porto Nacional e seu entorno.

Palavras-chave: Lutas sociais, camponeses, modernização excludente

Abstract

The communication comes from repression and peasant resistance in the region of Tocantins (formerly Northern Goiás) at the time of the civil-military dictatorship. The aim is to present an overview of the intensification of conflicts over land from paving the Belem-Brasilia highway in the region (BR-153) and the construction of the bridge over the river Tocantins "Sun Alano Marie du Noday" in the seventies, which allowed the advance of the agricultural frontier, driven by exclusionary policies of modernization in the field undertaken during the period. From the construction of this infrastructure and the facilities offered to the landowners, the region became the scene of several conflicts over land. We will focus on work, the conflicts that occurred in the city of Porto Nacional and its surroundings.

Keywords: Social struggles, peasant, exclusionary modernization

Apontamentos a questão agrária no norte de Goiás

A presente comunicação apresenta os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal do Tocantins intitulada “Repressão e lutas populares durante a ditadura militar no norte de Goiás: os impactos sobre os camponeses, suas formas de luta e resistência”, cujo objetivo é investigar como se desenvolviam, à época da ditadura militar, as relações entre o Estado, os latifundiários e os camponeses da região norte de Goiás, que hoje compreende o estado do Tocantins, entre os anos de 1969 e 1985. No presente texto, busca-se apresentar um panorama do acirramento dos conflitos pela terra a partir da pavimentação da rodovia Belém-Brasília na região (BR-153) e da construção da ponte sobre o rio Tocantins “Dom Alano Marie du Noday” na década de setenta, que permitiram o avanço da fronteira agrícola, impulsionada pelas políticas de modernização excludente no campo empreendidas durante o período. A partir da construção dessa infra-estrutura e das facilidades oferecidas aos latifundiários, a região passou a ser palco de diversos conflitos pela terra.

A questão agrária, segundo Caio Navarro de Toledo, foi um dos principais motores para o golpe de Estado desferido pelos militares em 1964. Dentre as providências iniciais do novo regime, esteve o “Estatuto da Terra”, promulgado em novembro de 1964, pretendia fazer a reforma agrária no país, que era considerada como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.(BRASIL, 1964) Falava-se em função social da terra, conservação de recursos naturais, assegurava o direito a posse da terra, mas nascia como letra morta: o *Estatuto da Terra* não gerou um plano nacional de Reforma Agrária. De acordo com Oliveira,

Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período do governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o 1º

Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares (OLIVEIRA, p. 199-200)

Durante a ditadura militar, pensou-se a região Goiás-Tocantins como um problema a ser enfrentado pelos generais-presidentes, pois estes a concebiam como um vazio demográfico, de difícil acesso, com pouca infra-estrutura que poderia servir de avanço ao comunismo. Além do mais a proximidade dos municípios de Trombas e Formoso, região em que se desenvolveu na década anterior um grande conflito pela posse da terra liderado por José Porfírio, e o desenvolvimento da guerrilha do Araguaia entre 1972 e 1974, aumentava essas preocupações. A região deveria, assim, servir de barreira ao avanço das “ideologias exóticas” e contribuir para o avanço do capitalismo no Brasil, com a modernização da agricultura.

Entretanto, a região era povoada por posseiros, indígenas, ribeirinhos, pequenos proprietários. Os conflitos pela terra não eram novidade na região, mas passaram a se desenvolver sob novas formas, com os incentivos à modernização excludente da agricultura, ou seja, uma agricultura voltada para a exportação realizada em grandes propriedades, tal como já existia em outras regiões do país (GOMIDE, 1996).

Em pesquisa anterior (MECHI, 2012), verificou-se que a mobilidade é um dos traços dos camponeses goiano-tocantinenses e os movimentos populacionais com origem no Centro-Oeste teriam como uma de suas causas a expulsão dessa população advinda da dinâmica da formação dos imensos latifúndios do estado de Goiás (área que hoje integra os estados de Goiás e Tocantins), que se iniciou na ocupação territorial ocorrida ainda no período colonial (TEIXEIRA NETO, s/d, p. 02). Entre os goianos-tocantinenses as marcas da mobilidade estão impressas, por exemplo, em elementos como a rusticidade de suas habitações, sua dieta, nos laços comunitários esporádicos que os posseiros mantinham entre si.

A origem da mobilidade na região estudada reside principalmente na estrutura fundiária formada no período colonial, que criou condições para a formação de um segmento social que monopoliza a terra, mas sem cultivá-la, sem uma tradição agrícola e que impede a formação de pequenas propriedades e de uma cultura camponesa baseada na agricultura familiar.

No território goianotocantinense se cultivaram gêneros agrícolas que estariam rapidamente prontos para a colheita e que não necessitassem de recursos tecnológicos avançados, tais como o milho, a mandioca e o feijão. No período colonial, a legislação imperial favorecia o abandono de roças, a interiorização cada vez maior dos posseiros e a provisoriade de seu modo de vida. Posteriormente, foi a ação do latifundiário, monopolizando a terra através do desenvolvimento de um sistema de fraudes nos títulos, garantido pela violência do jagunço contra o posseiro, que impediu a fixação do posseiro à terra (TEIXEIRA NETO, s/d, p. 02).

Após a abolição da escravidão a estrutura fundiária se manteve. Não é por acaso que a lei de terras de 1850 foi outorgada no mesmo ano da proibição do tráfico negreiro. Nos estertores do regime escravocrata, o Estado legislava em favor da concentração fundiária, impedindo o acesso à terra aos escravos libertos, que passaram a integrar o contingente de sem terra.

Este quadro se manteve até os anos 30 do século XX. Havia poucas cidades e vilarejos, não existiam rodovias e os deslocamentos se efetuavam por estradas vicinais, estradas tropeiras e trilheiros¹, além do transporte fluvial feito pelos dois grandes rios que cortam a região: o Araguaia e o Tocantins, que comportavam apenas pequenas embarcações.

A dinâmica da ocupação territorial goiano-tocantinense se modificou com as políticas de povoamento do governo Vargas após 1930. Entre elas, destaca-se a “Marcha Para o Oeste”, implementada durante Estado Novo. Pretendia-se, além de povoar a região, abrir novas fronteiras agrícolas e integrar a região centro-oeste ao centro-sul, através de um amplo projeto rodoviário. Essa política também visava fornecer mão de obra barata para a região industrial do país, facilitando o afluxo de camponeses para essas regiões (Gomide, 1996).

Os deslocamentos populacionais promovidos pela “Marcha para o Oeste” tiveram dois objetivos: o primeiro, visando povoar a região, atraía camponeses cujas

¹ Estradas tropeiras são aquelas destinadas ao transporte de tropas de animais, abertas séculos antes. Eram também por onde passavam os tropeiros que se dedicavam ao comércio. Os trilheiros eram trilhas mais destinadas às viagens de pessoas. Eram caminhos mais estreitos e mais difíceis de serem percorridos com grandes tropas de animais.



condições de sobrevivência em seus locais de origem eram dificultadas por fatores como a exploração do latifúndio ou o esgotamento da terra. A possibilidade da posse e, posteriormente, da propriedade, longe dos conflitos gerados pelo monopólio da terra era atrativo para essa população. Concomitantemente, contribuía para essa mobilidade um movimento contrário, ou seja, o da integração com o centro sul, que permitia o deslocamento dos excedentes rurais para a indústria (Castilho, 2010).

Assim, aparentemente há uma contradição na “Marcha Para o Oeste”. Ao mesmo tempo em que se procuravam criar frentes de expansão agrícola, atraindo o camponês para a região, foram desenvolvidas condições para que uma parcela desse campesinato se deslocasse para o centro-sul.

A aparente contradição revela que não se pretendia tocar na estrutura fundiária. Atraíam-se camponeses que se apossariam de uma parte do território, mas que rapidamente entraria em conflito com o latifúndio, que continuava avançando pelo centro-oeste em direção ao norte do país. O camponês era o responsável por desbravar a região e por todo o trabalho de preparação da terra, da qual seriam posteriormente expulsos (MARTINS, 1983). Parcelas do campesinato resistiam, mas outras migravam para áreas rurais ou para o centro-sul industrial.

O processo de ocupação e colonização do Centro-Oeste durante o Estado Novo foi planejado e coordenado pela Fundação Brasil Central ². Sua função era a de apoiar os projetos de colonização da região, particularmente nas áreas cortadas pelos rios Araguaia e Xingu.

A Fundação projetou vias de transporte, e comunicação terrestre e fluviais, combateu endemias e estudou os recursos naturais da região. E ainda promoveu pesquisas de apoio à modernização agropecuária, referentes ao solo, ao clima e às técnicas agrícolas mais apropriadas para as áreas de ocupação. Ou seja, a Fundação Brasil Central foi mais um empreendimento criado pelo poder público para dinamizar a expansão da fronteira rumo ao oeste (GOMIDE, 1996, p. 50).

² Criada pelo Decreto-lei 5.878, de 04 de outubro de 1943.

Após 1945, com a queda de Vargas, houve uma mudança significativa no padrão de ocupação da região. Entre 1945 e 1950 os principais projetos de colonização eram de caráter privado, entre os quais se destacaram a Colônia dos Deslocados (de guerra) de Itaberaí, a Agro-Colonizadora Industrial Ltda e a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores (CITAG) ³.

O sertanejo goiano-tocantinense não interessava à colonização promovida pelo Estado nos anos 50. Sua exclusão, em favor do camponês estrangeiro, acentuava as dificuldades de subsistência que enfrentava há muito tempo. Entretanto, apesar dessa exclusão, a expansão da fronteira agrícola provocou uma grande migração para o estado de Goiás, que recebeu contingentes populacionais de diversos outros estados da federação, formado por pessoas expulsas pela dinâmica de expansão das relações capitalistas de produção no campo.

As migrações foram inter-regionais e intrarregionais e ocorreram em diversas direções, não apenas no sentido rural-urbano, mas também no sentido rural-rural, como se pode depreender das condições de expulsão em diversas áreas agrícolas, seja no próprio Centro-Oeste ou em áreas saturadas do Sudeste e Nordeste brasileiro (MARTINS, 1984).

As mudanças demográficas no estado de Goiás foram divididas pelos estudiosos em dois períodos: o período iniciado em 1930, que se estenderia até 1970, cujas linhas gerais já apresentamos e o segundo período que se iniciaria na década 1970. O primeiro período denominado por alguns autores como “antecipação da modernização conservadora” e o segundo de “limiar da modernização conservadora” (CHAVEIRO, CALAÇA & REZENDE, 2009).

Castilho ressalva que apesar de serem dois períodos, reconhece-se que o primeiro foi suporte para o segundo, não existindo uma relação de ruptura entre eles. Do mesmo modo, não houve alterações nas relações de trabalho ou de produção, apenas o aprofundamento das que já estavam dadas. É legítimo afirmar a existência de um único

³ Trata-se da colônia dos deslocados da Segunda Guerra Mundial, fundada em 1949 no município de Itaberaí. Lá eram encontrados imigrantes de onze nacionalidades, com predominância polonesa.

processo, ainda que com especificidades próprias a cada um dos períodos (CASTILHO, 2010).

A modernização excludente e a questão da terra na região de Porto Nacional durante a segunda metade do século XX

Nas décadas de 60 e 70 do século XX, criou-se a infraestrutura (como as rodovias federais e as vias de comunicação) para o incremento da expansão da fronteira agrícola e conseqüentemente para “mover” os trabalhadores rurais. Castilho observa que no primeiro período buscavam-se zonas férteis da zona de mata, mas no segundo período a fronteira pôde se expandir por áreas consideradas improdutivas, já que estavam disponíveis técnicas de correção (como a adição de calcário e insumos agrícolas em áreas do cerrado, bioma que ocupa a maior parte do território do atual Tocantins, à época norte-goiano).

É por isso que até a década de 1960 o Centro-Oeste brasileiro tinha lavoura nos vales de rios, como foi o caso do “Vale do São Patrício”, já que naquele período havia uma dependência maior dos fatores naturais. Mas nas décadas de 1960 e 1970, com a chegada do adubo químico, do trator, da colheitadeira, do silo forrageiro, de herbicidas e do calcário, novas áreas puderam ser representativas de altas produções agrícolas (CASTILHO, 2010, p.98).

No município de Porto Nacional e região, os conflitos agrários se registram a partir de meados dos anos 70. Na época realizaram-se diversos estudos em torno da mineração e projetou-se a construção da ponte sobre o rio Tocantins, que foi finalmente inaugurada em 11 de março de 1979. Já em 1976 a expectativa em torno da construção da ponte, é que ela trouxesse o progresso para a região, ao interligar o Sul ao Norte do Brasil:

Apesar da Belém-Brasília já ter feito muito, após interligar o Sul e o Norte do país, o pioneirismo ainda é mercante na região que a importante estrada rasgou. Por isso, a ponte sobre o rio Tocantins, altura de Porto Nacional, terá o objetivo de concretizar

definitivamente a aproximação das duas regiões que lhe ficam às margens (FSP, 21 de abril de 1976).

Ao tratar dos camponeses do antigo norte goiano (atual Tocantins) em particular na área do município de Porto Nacional, o acervo da Comsaúde é promissor. A Comsaúde é uma organização não governamental, fundada em 1969 por um grupo de profissionais da área da saúde que chegou ao município de Porto Nacional em 1968 para trabalhar na “Unidade Mista de Saúde de Porto Nacional”. Um de seus fundadores, Eduardo Manzano, foi um dos quatro alunos processados na Universidade de São Paulo, em 1974 (ADUSP, 2004).

O período em que a entidade foi fundada coincide com o de maior exacerbação da repressão e da vigência do “milagre econômico”, em que o país cresceu a taxas em torno de dez por cento ao ano. Entretanto, a bibliografia aponta que a riqueza desse crescimento acelerado se manteve nas mãos dos setores dominantes, particularmente da burguesia que se associou ao capital internacional e as elites agrárias, que se beneficiaram das obras de infra-estrutura e da expansão da fronteira agrícola nos anos 70 do século XX (OLIVEIRA, 2004).

Apesar de silenciadas pelos mecanismos repressivos, as oposições continuaram atuando durante todo o período, de forma clandestina ou, quando atuavam de forma legal, buscavam não chamar demasiada atenção da ditadura. A Comsaúde foi um dos canais de expressão das oposições na região norte de Goiás (atual Tocantins).

A entidade, desde sua origem, se preocupou não apenas em atender as demandas populares por saúde, mas contribuiu sobremaneira para a organização política dos movimentos populares na região, sobretudo dando apoio aos camponeses na luta pela terra. Foi na sede da Comsaúde, em Porto Nacional, que foi fundada “Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins” no final dos anos setenta (atualmente a entidade funciona no município de Araguaína); a entidade deu apoio aos posseiros da região norte de Goiás (hoje Tocantins), ajudando-os na sua organização. A história desses posseiros, suas lutas e resistências podem ser recuperadas através dos periódicos

guardados na entidade referentes à luta pela terra, atas de reuniões, estudos e diagnósticos produzidos pela Comsaúde, entre outros documentos.

Em uma análise preliminar da documentação, em particular do periódico “Anexo”, dos quais já identificamos a presença de oito exemplares correspondentes às edições dos anos de 1980 a 1982, é possível perceber que a questão agrária era uma grande preocupação e se vinculava às obras de infra-estrutura realizadas pela ditadura, que facilitaram o acesso ao município:

Nos últimos tempos tem acontecido vários crimes violentos, coisa que raramente acontecia aqui.

Essas violências começaram a aparecer depois da construção da ponte sobre o Rio Tocantins, que todos imaginavam só iria trazer progressos.

A ponte valorizou as terras de Porto Nacional e dos municípios vizinhos, atraindo para cá muitos fazendeiros e também muitos grileiros, que começaram a comprar e expulsar antigos posseiros da região (ANEXO 7/8, 1980, p. 02).

Da mesma forma, o periódico ressalta a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), noticiando a convocação de reuniões e participação direta na luta dos posseiros por terras. Percebe-se ainda a preocupação com o cenário nacional, de como essas lutas não se resumiam apenas a região norte:

O Félix, nosso companheiro do São João, foi numa reunião da CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura, onde também estavam mais de 100 lavradores.

Foi muito discutido os problemas de falta de terra para os lavradores e a invasão do pessoal rico e de grandes firmas que querem tomar conta de todas as nossas terras. Estavam lá na reunião, que foi em Brasília, representantes do Pará, Maranhão, Amazonas, Acre, Rondônia, Piauí, Mato Grosso, Goiás e outros (ANEXO 7/8, 1980, p. 10).

O avanço da resistência à modernização excludente no campo ocorreu em paralelo com o avanço da organização dos latifundiários na região, tal como ocorreu com a fundação da *Associação dos Proprietários Rurais do Bico do Papagaio* que,

posteriormente, se integrou à União Democrática Ruralista (UDR). Segundo Silva, a organização dos proprietários também ocorreu no município de Porto Nacional:

Na região da Diocese de Porto Nacional, onde o trabalho de Dom Celso e dos agentes da CPT incomodava o latifúndio, sempre sedento de mais terras, também nasceu uma associação congênere daquela do Bico do Papagaio. A UDR, fundada em Presidente Prudente, São Paulo, em 1985 constituiu uma síntese dessas associações que até então pareciam dispersas (SILVA, 2011, p. 07).

Em Porto Nacional, o principal conflito foi o da Fazenda São João, que teve início em 1979 e chegou ao fim com a vitória dos posseiros, em 1985. A documentação da Comsaúde permite recuperar esse conflito, entender suas as motivações e seus resultados. Este foi um conflito de grande repercussão, que resultou na morte de dois pistoleiros, as quais os posseiros foram incriminados. Segundo documento do Partido dos Trabalhadores em moção de apoio aos posseiros de Porto Nacional em 1984,

(...) [o] conflito armado em 1979 do qual resultou a morte de dois pistoleiros contratados pelo grileiro (...)os posseiros incriminados tiveram seus julgamentos adiados por várias vezes até que, no dia 06.04.84, finalmente, foram julgados e absolvidos pelo júri popular (...) vêm manifestar sua solidariedade e apoio aos posseiros da São João (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1984).

Entretanto, outros conflitos são pontuados, tais como a luta dos trabalhadores de Taquaralto (atualmente, um bairro popular da capital do Tocantins, Palmas):

No dia 28 de setembro cerca de 40 lavradores, posseiros e pequenos proprietários da região de Taquaralto se reuniram para discutir os seus problemas e procurar juntos uma maneira de resolvê-los. Alguns falaram sobre a atuação do INCRA, que não tem reconhecido a posse legal dos antigos posseiros (alguns já com 40 anos nas terras), ou às vezes diminuem o tamanho das suas posses. Muitos também reclamaram da vagareza como anda os processos de legalização da posse e da pressão dos proprietários de documentos (escrituras paroquiais) que nem se quer trabalham na terra e querem expulsá-los (ANEXO 9, 1980, p. 09).

A questão camponesa no norte de Goiás (atual Tocantins) e mais especificamente, no município de Porto Nacional, os anos entre 1979 a 1985, são de suma importância, já que nesse período os trabalhadores rurais se organizaram e resistiram ao avanço do latifúndio. Há poucos estudos sobre o tema e os conflitos que pontuamos.

O conflito da Fazenda São João

É possível situar o conflito na Fazenda São João a partir de dois aspectos: em primeiro lugar, pelas obras de infra-estrutura que tiveram lugar na região, em particular a construção da ponte sobre o Rio Tocantins, em 1979, que atraiu grileiros para a região e, em segundo lugar, pela atuação da CPT Araguaia Tocantins, que teve um papel importante na organização da resistência camponesa.

O início do conflito da fazenda São João teve início quando, em 1951, o fazendeiro José Florêncio dizendo-se dono das terras, reivindicou 8000 alqueires, em área onde se encontrava a fazenda São João. Ali viviam centenas de famílias, vindas de outras regiões de Goiás e de estados como o Maranhão e o Piauí. Vinte anos depois, posseiros e o fazendeiro fizeram um acordo, mediado pelo INCRA, em que cada família camponesa (a época eram cerca de 350) ficaria com uma parcela de 23 alqueires, ao custo de 3500,00 cruzeiros, financiadas pelo Banco da Amazônia.

O acordo se manteve até 1973 quando José Florêncio faleceu e seu filho, Agenor Florêncio, alto funcionário do INCRA na região, o rompeu. Os posseiros passaram a ser pressionados por jagunços a deixarem as posses e, três anos depois, Agenor Florêncio vendeu a área para Guilherme Dicier Santana e Manoel Antônio Santana, conhecidos como “grileiros paulistas” na região.

A violência contra os posseiros aumentou com a chegada dos Santana e muitos posseiros abandonaram suas posses, restando apenas 14 famílias no São João. Estes tiveram suas casas queimadas, e viram estradas serem fechadas, além da circulação de pistoleiros pela região. Os posseiros que resistiram, tentaram obter proteção policial, em vão. Segundo Edvaldo José Alves, posseiro, “o povo tinha que se defender sozinho” (FSP de agosto de 1982, p. 10).



Numa manobra jurídica, os Santana entraram com um processo de reintegração de posse, o que foi concedido pelo juiz de Porto Nacional. As famílias foram despejadas e levadas em caminhões até Porto Nacional. No São João ficou apenas Arnaldo Paulino da Silva, com 16 anos “que resistiu armado de uma bolandeira, um instrumento de ralar mandioca para fazer a famosa farinha do São João” (FSP de agosto de 1982, p. 10)

Pouco tempo depois, sem o respaldo das autoridades municipais ou estaduais os posseiros começaram a voltar às suas posses. Novamente a truculência dos jagunços se fez presente na região quando um deles tentou incendiar a casa de um posseiro. Frente a mais essa tentativa de intimidação, os posseiros reagiram, e num tiroteio, mataram dois pistoleiros.

Os posseiros foram processados, mas absolvidos, com base na Lei de Segurança Nacional, num julgamento que foi adiado diversas vezes, por falta de infra-estrutura jurídica na região. Em cada julgamento marcado, a Comissão Pastoral da Terra fazia ampla convocação dos posseiros da região para acompanharem o julgamento, num episódio que ganhou as páginas dos principais jornais do país.

O período em que ocorreu o conflito da fazenda São João é coincidente com as grandes manifestações populares, como o movimento das “Diretas Já” que tomaram conta do país, reivindicando o retorno à democracia (FERREIRA & DELGADO, 2003). Era também um período em que o país passava por uma profunda crise econômica, com a existência da hiperinflação, aumento do índice de desemprego e diminuição do poder de compra dos salários (EARP & PRADO, 2003). No período as lutas em Porto Nacional, avém da expansão da fronteira agrícola e o projeto de modernização excludente levando à cabo pelos militares, que valorizou as terras da região e criou as condições para que muitas terras griladas fossem regularizadas, através da atuação do Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins – GETAT, instituído em regime de urgência pelo general-presidente João Batista Figueiredo em fevereiro de 1980.

O conflito da fazenda São João talvez seja o mais importante do período proposto por essa pesquisa, que é dificultada pela escassez de estudos anteriores sobre o tema, além de grande dificuldade de acesso à documentação. Apesar das dificuldades, o estudo preliminar que realizamos, apresentado nesta comunicação, evidencia a

relevância de recuperar os conflitos pela posse da terra a partir do advento da modernização excludente na região norte de Goiás, de modo a compreender a dinâmica da ditadura civil-militar no campo e seu legado na questão da violência contra os camponeses.

REFERÊNCIAS

- ADUSP, *O Controle Ideológico na USP: 1964-1978*. São Paulo, Associação dos Docentes da USP. (Adusp), 2004.
- BORGES, Barsanufu Gomide. “A Expansão da fronteira agrícola em Goiás”. *História Revista* 1(2), Goiânia, jul/dez de 1996.
- CASTILHO, Denis. “As transformações sócio-espaciais do território goiano nos períodos de 1930 e 1970”. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, vol. 4, nº 3, ago de 2010.
- CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M; REZENDE, M. C. da S. *A Dinâmica Demográfica de Goiás*. Goiânia, Ellos, 2009.
- COMSAÚDE. “Anexo 7/8”. Porto Nacional, Ano II, julho/agosto de 1980.
- COMSAÚDE. “Anexo 9”. Porto Nacional, Ano II, setembro de 1980.
- EARP, Fabio Sá e PRADO, Luiz Carlos. “O 'milagre' brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda” in: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N.(orgs), *O Brasil Republicano*, volume 4, *O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 15 de agosto de 1982. “Posseiros resistem no Araguaia-Tocantins”. Primeiro Caderno, p. 10.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de abril de 1976. “Duas pontes eliminarão balsas nos rios Tocantins e Araguaia”. Primeiro Caderno, p. 20.
- Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm acessado em 13 de junho de 2012.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- MECHI, Patricia Sposito. “Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)”. Doutorado em História Social. São Paulo, Programa de Estudos Pós graduados em História Social da PUC-SP, 2012.

OLIVEIRA, Ariolvaldo U. “A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: movimentos sociais, conflito e reforma agrária”, Estudos Avançados, vol. 15, nº 43, São Paulo, set/dez 2001.

OLIVEIRA, Francisco. “Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária”. in: Reis, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, Edusc, 2004.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo*. “Moção de Apoio de 08.04.84”. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/3mocoos83.pdf> . Acessado em 10 de abril de 2013.

SILVA, Moisés Pereira da. *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da terra (CPT) nos conflitos agrários Araguaia-Tocantins (1970-1986)*, (Dissertação de mestrado), Goiânia, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2011.

TEIXEIRA NETO, Antônio. “Goiás-Tocantins: questões agrárias”, in: *Observatório Geográfico de Goiás*. Goiânia, s/d, s/l. disponível em <https://portais.ufg.br/uploads/215/original NETO Teixeira Antônio goiás tocantins.pdf> , acessado em 19 de abril de 2012.

POR UMA HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: VILA BOA DE GOIÁS EM TEMPOS DE DITADURA

Paulo Brito do Prado
paulobritogo@yahoo.com.br
Mestrando-UFG-GO
Bolsista FAPEG-GO

Resumo

Embora a década de 1960 tenha sido caracterizada pela historiografia, como um período de “revoluções sociais”, em Goiás identificamos choques entre mudanças e permanências na cultura local, em função de a identidade cultural vilaboense caracterizada “pela simplicidade de seu povo, pelo seu isolamento e pela sua formação tradicional” contrastar com as mudanças políticas e sociais da época. As “continuidades” presentes na cultura local se confrontaram com as “transformações” após a fundação na cidade, da Rádio 13 de Maio, emissora de radiodifusão de propriedade da Igreja Católica. Criada com o intuito de difundir o conhecimento para regiões afastadas da cidade, a rádio permitiu durante a referida década, espaços em sua programação para que alguns jovens vilaboenses, orientados por Elna Maria (Diretora da rádio) e Frei Jacinto (pároco da diocese) se posicionassem contra os “estilhaços” do golpe de 1964 na cidade. Vigiados pela polícia local e, “denunciados ao Departamento de Ordem Política e Social – DOPS”, todo o grupo se tornou alvo da então “Doutrina de Segurança Nacional instalada no Brasil depois de 1964”, justificando a prisão e a tortura, em junho de 1965, de alguns envolvidos nas manifestações “subversivas”. No objetivo de analisar o relacionamento entre os sexos masculino e feminino, em um contexto de rupturas políticas, no interior de uma sociedade tradicional, destacamos, por meio de reflexões no campo da história das relações de gênero a (re) significação da cultura local através do contraste entre o “tradicional” e o “moderno” em um período de mudanças.

Palavras-chave: Goiás, Ditadura e Gênero

Abstract

Although the 1960 has been characterized by historiography, as a period of "social revolutions" in Goiás identified clashes between changes and continuities in the local culture, due to the cultural identity vilaboense characterized "by the simplicity of its people, by its isolation and by training traditional" contrast with the political and social changes of the era. The "continuities" present in the local culture clashed with the "transformation" after founding the city of Radio May 13, broadcasting station owned by the Catholic Church. Created with the aim of spreading the knowledge to remote areas of the city, radio allowed during that decade spaces in your schedule for some



young vilaboenses, directed by Maria Elina (Director of radio) and Frei Jacinto (parish priest of the diocese) is position themselves against the "splinters" of the 1964 coup in the city. Guarded by the local police, and "reported to the Department of Political and Social - DOPS", the whole group became the target then "National Security Doctrine installed in Brazil after 1964", justifying the arrest and torture, in June 1965, some involved in the demonstrations "subversive." In order to analyze the relationship between male and female, in a context of political ruptures within a traditional society, highlight, through reflections on the field of the history of gender relations (re) signification of culture through the contrast between "traditional" and "modern" in a period of change.

Key Words: Goiás, Dictatorship, Gender

Relações de gênero: por uma reflexão possível

Início minhas conjecturas acerca das relações de gênero na cidade de Goiás em tempos de ditadura civil e militar invocando as projeções teóricas e metodológicas sugeridas por Reinhart Koselleck (2006), quando na ocasião de seus estudos sobre a semântica dos tempos históricos, mostrou-se sensível com as subjetividades e sensibilidades humanas, reservando uma importante parte de seu livro¹ às categorias de análise histórica, reconhecidas como “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”.

Para Koselleck (2006) a experiência “é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (2006, p. 309) enquanto que a expectativa ao realizar-se no hoje “é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (2006, p. 310) e para aquilo que ainda será na ocasião do cruzamento entre as experiências apropriadas e expectativas de respostas no presente, sobre as perguntas lançadas ao passado. Segundo suas reflexões seriam estas duas categorias, unidas aos métodos que incentivariam o historiador certo da existência de fragmentos sobre o tema de seu interesse a se enveredar no “vórtice do tempo” a fim de capturar experiências a muito relegadas ao

¹ KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição á semântica dos tempos históricos; tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

esquecimento e/ou subsumidas pelo privilégio de outras temáticas históricas. Koselleck (2006) nos ensina ainda que:

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. (2006, p. 305).

Ao historiador conduzido por estas categorias analíticas, caberia a tarefa de buscar esclarecimentos² para as várias experiências que compõem o “tempo dos homens”, uma vez que nosso tempo histórico é marcado por experiências elaboradas racionalmente e por “formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento” (2006, p. 309), fator este que se assemelha àquilo que se pode dizer da expectativa, pelo fato de ser “ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje” (2006, p. 310), delineando seu campo de investigação pela “esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (2006, p. 310).

² Em “O que significa elaborar o passado?”, Jean Marie Gagnebin (2006) traz como temática o conceito de Aufklärung - esclarecimento – utilizado por Adorno quando nos anos de 1950 e 1960 escreveu inúmeros trabalhos de sociologia e filosofia destacando a necessidade de não se esquecer o holocausto (Auschwitz), exigindo do historiador o dever de zelar pela preservação da memória, “salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (p. 97) sem, todavia “sacralizar a memória”, mantendo uma “insistência no esclarecimento racional” (p. 102). Gagnebin (2006) completa suas compreensões sobre a “elaboração do passado” dizendo que: “Devemos lembrar o passado, sim; mas não lembrar por lembrar, numa espécie de culto ao passado. No texto de Adorno, que é judeu e sobrevivente, a exigência de não-esquecimento não é um apelo a comemorações solenes; é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir – e isso é decisivo – instrumentos de análise para melhor esclarecer o passado.” (p. 103).

Somando-se às suas conjecturas acerca do tempo histórico, dos conceitos e das categorias adequadas para tratarmos do descontínuo que se faz presente nas relações entre os gêneros e o tempo, ficaria a nós a obrigação de entender a história como um conjunto multifacetado de experiências e “escalas de poder” (Cf. Soares, 2012), que adicionadas às reflexões sobre o legado cultural, ou às tradições de nossos antepassados, produziram aquilo que chamamos de representações culturais³, em razão de a cultura⁴ ser um campo heterogêneo marcado por disputas, aceitações, apropriações, práticas, políticas e pela “experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições” (2006, p. 309), em cuja qual “sempre esta contida e é conservada uma experiência alheia” (2006, p. 310). Nesse sentido “também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias” (2006, p. 310) que podem, ou não, ser transmitidas de uma geração a outra, ou podem ser descobertas mediante a investigação dos rastros que resistiram à ação silenciadora do tempo e da própria política da história⁵,

³ A categoria é uma referência direta às expectativas de Chartier acerca da história cultural, por ocasião de seus estudos sobre as representações culturais na Europa Moderna. Cf. CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações; tradução de Maria Manuela Galhardo. – Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

⁴ Entendemos a cultura nos mesmos moldes de Geertz (2008) quando diz compreender o conceito de cultura como algo essencialmente semiótico, pelo fato de acreditar, “como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície. Todavia, essa afirmativa, uma doutrina numa cláusula, requer por si mesma uma explicação. (p. 04) que nos leva a observar a cultura não como uma manifestação de poder “algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade. (p. 10). Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (Quanto mais eu tento seguir o que fazem os marroquinos, mais lógicos e singulares eles me parecem.) Isso os torna acessíveis: colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade. (p. 10)

⁵ A categoria “política da história” é aqui entendida nos mesmos termos apresentados por Joan Wallash Scott (2008) em seu livro “Gênero e História”. Quando a historiadora se refere à necessidade de uma história das mulheres e das relações de gênero produzida sob a égide (pelo menos inicialmente) da política feminista e dos movimentos políticos em fins do século XIX e meados do XX, se tornam latentes as inquietações acerca das experiências femininas ao longo do tempo o que será a base para que outras historiadoras também questionem o contexto político da história feita até então e procurem entender porque razão as mulheres foram subalternizadas, silenciadas, esquecidas ou mesmo abandonadas nas “sombras da história”. A fim de tornar este problema um debate constante na academia Joan Scott nos ensina que: “A compreensão da potencialidade radical da história das mulheres chega com os escritos das histórias que se baseiam nas experiências das mulheres e que analisam as distintas formas em que a política construiu o gênero e o gênero construiu a política. A história feminista se converteu assim, não no reconto das grandes obras levadas a cabo pelas mulheres, mas sim na exposição das tão amiúde



conforme se percebe nas denúncias feitas pela história social contemporânea e pelos historiadores das mulheres e relações de gênero.

As reflexões de Koselleck (2006) sobre a tarefa do historiador nos fazem lembrar as abordagens feitas por Benjamim (1994) acerca da atividade narrativa, tratadas no texto: “*O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*”⁶ e que é decifrada por Jean Gagnebin (2006) na oportunidade de suas conjecturas sobre a obra do filósofo austríaco, quando ela nos conta, parafraseando Benjamim, ser o narrador algo semelhante à figura do trapeiro, do *Lumpensammler* ou do *chiffonnier*, do catador de “sucata e de lixo, esta personagem das grandes cidades modernas que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder”. (2006, p. 54). Como o historiador antes mesmo de o ser, é um narrador que também é “sucateiro”, conforme sugerido por Gagnebin (2006) gostaria de expor nestes itinerários, novos códigos da identidade goiana, mergulhar de forma contínua no passado em busca daquilo que foi “deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (2006, p. 54), ou não sabia, até aparecerem inquietações acerca da possibilidade de se escrever uma história das mulheres⁷ e das

silenciadas e ocultadas operações do gênero, que são de outra maneira, forças com uma presença e uma capacidade de definição na organização da maioria da sociedade. A história das mulheres deve enfrentar-se criticamente com a política das histórias existentes, e assim começar inevitavelmente a escritura da história.” (2008, p. 47).

⁶ As expectativas dos dois intelectuais se cruzam no momento em que, ao falar do trabalho do narrador, Benjamin diz serem as experiências o elemento fundamental de uma grande narrativa. Sendo desta forma tarefa de todo bom narrador retirar da experiência, aquilo que ele conta: “sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (1994, p. 201) e incorporar “as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (p. 201), pelo fato de ser a experiência que passa de pessoa a pessoa “a fonte a que recorrem todos os narradores” (p. 198).

⁷ Michelle Perrot nos conta no artigo: *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*, que compõem o Dossiê: “História das mulheres no Ocidente”, temática no ano de 1995 da revista mantida pelo Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp/SP – Cadernos Pagu – por ocasião da publicação da coleção “História das mulheres no Ocidente” em cinco volumes e dirigidos por Georges Duby e Michelle Perrot da suas dúvidas e incertezas quando se viu frente às novas possibilidades para se escrever a história da sociedade partindo da inquirição dos silêncios. Os relatos da historiadora são experiências que ao longo de sua trajetória se somaram ao conjunto de idéias que as levaram a enxergar no “fim do túnel” a possibilidade das mulheres entrarem nas histórias, pois conferindo suas palavras vemos que escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: esta vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são

relações de gênero, como posteriormente foi apregoadado por Louise Tilly ao “caricaturar” o conceito de história de Bloch (2001), adequando sua “ciência dos homens no tempo” (2001, p. 55) em uma também “ciência das mulheres no tempo” (TILLY, 1994, p. 30), projetando à investigação histórica, possibilidades para nas meadas das relações entre homem e mulher, decifrar códigos e símbolos, na expectativa de contar a história partindo dos jogos de poder.

Após amplo debate envolvendo intelectuais das ciências humanas⁸ se fez necessário à matriz disciplinar histórica, assumir de público que, as mulheres tinham sim uma história e, que esta história, escamoteada por séculos, silenciada, aprisionada nas alcovas do privado, precisaria ser contada, denunciada, escrita. A história precisou identificar as mulheres como sujeitos históricos, atribuindo-lhes valores, voz, vida. Construindo nestes termos compreensões e expectativas que ampliassem o debate para além da história feminista, evitando, assim o “centralismo feminino” ou o “sexismo” e, alcançando também as relações entre os gêneros, nos moldes sugeridos por Scott (2008) através das reflexões de Natalie Davis na ocasião da publicação do ensaio “*História das mulheres em transição: o caso europeu*” (1976), quando a historiadora disse ser preciso “compreender o significado dos sexos e dos grupos de gênero no passado histórico” (DAVIS apud SCOTT, 2008, p. 42) ampliando o leque de debates no campo da história social e garantindo uma atividade investigativa que poderia ser levada a cabo examinando as definições sociais de gênero, “segundo às expressaram homens e

apenas destinadas á reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. (1995, p. 09).

⁸ Em “História das mulheres no Ocidente, vol. 5”, estudiosas como Françoise Thébaud; Nancy F. Cott; Yasmine Ergas entre outras, apresentaram novos horizontes para o registro histórico das mulheres no tempo e, mostraram muitas das transformações sofridas nas relações entre os sexos no final do século XIX e XX. Conforme Yasmine Ergas (1991) “a influência política feminista não se confinou às fronteiras nacionais. [...]. Nos Estados Unidos, as mobilizações feministas catalisaram a ascensão das ‘maiorias morais’ à proeminência nacional, e mesmo derrotas feministas evidentes, como a da Emenda para a Igualdade de Direitos, apenas demonstraram como o feminismo tinha tornado crucial a política dos ‘problemas das mulheres’” (1991, p. 584-586). Michelle Perrot (2005) e Joan Wallach Scott (2008) também são nomes importantes na escrita da história das mulheres e das relações de gênero, cada uma problematizou à sua maneira questões pontuais e sensíveis que envolvem o ambiente das feminidades. Em “As mulheres ou os silêncios da história”, Perrot (2005) problematizou os silêncios que encobriram as mulheres e as eliminaram da narrativa histórica, já Scott (2008) em “Gênero e Historia” problematizou a obra de E. P. Thompson e a política da história, categoria à qual a historiadora se refere a fim de esclarecer porque foi suprimido determinado tema – as mulheres – em um contexto específico da escrita da história.

mulheres e, segundo às construíram e influenciaram as instituições políticas e econômicas, às quais refletiam uma gama de relações que incluíam não só o sexo, mas também a classe e o poder” (SCOTT, 2008, p. 42).

Estes novos horizontes investigativos inaugurados pela história social nos fizeram compreender a história das mulheres e das relações de gênero não mais como sendo campos marcados pelas divisões temáticas na disciplina histórica, que eram orientadas pelo sexo, mas sim uma possibilidade de indagação que partisse dos espaços de experiências acumulados ao longo de anos de debates no campo das relações de poder, das feminilidades, dos silêncios e dos excluídos da história⁹.

Encarados aqui como sendo novos “paradigmas escriturários”, estes procedimentos investigativos nos levaram a repensar a história das mulheres e das relações entre os gêneros, cruzando os cenários de silêncios e subalternizações às propostas de Scott (2008), quando na ocasião de seus estudos sobre a história das mulheres traduziu em suas reflexões, as relações entre os sexos, entendendo-as “como categorias úteis de análise histórica”, e que precisariam ser mais bem avaliadas partindo do viés das relações de poder e da “política da história”, categoria esta, utilizada pela historiadora a fim de demonstrar as disputas políticas (feminismos) e jogos de poder no exercício de registro (escrita) da história das experiências femininas e masculinas ao longo do tempo. Outro ponto modular das análises feitas neste campo de investigação – a história das mulheres e relações de gênero – foi perceber, ainda que de relance, algumas relações simbólicas de poder, em cujas quais mulheres e homens realizavam de ambos os lados concessões, permissões e/ou outorgas capazes de atribuir à “dominação masculina” e à subalternização do feminino, um efeito (bi) polarizado, no sentido

⁹ Muitos intelectuais sugeriam em suas reflexões que o historiador fizesse desvios, direcionando suas atenções para a periferia, para o insignificante, para o microscópico. Em “A escrita da história”, Michel de Certeau nos afirmou não ser mais o historiador “o homem capaz de construir um império. Não visa mais o paraíso de uma história global. Circula em torno das racionalizações adquiridas. Trabalha nas margens. Deste ponto de vista se transforma num vagabundo. Numa sociedade devotada à generalização, dotada de poderosos meios centralizadores, ele se dirige para as marcas das grandes regiões exploradas. Fazem desvio para a feitiçaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o mundo esquecido dos camponeses, a Ocitânia, etc. Todas elas zonas silenciosas”. (2006, p. 87). Outra historiadora (entre muitos outros/as) que se notabilizou neste campo de denúncia dos silêncios e dos excluídos da história foi, Michelle Perrot (2005), que conseguiu encontrar sentido e vida nos espaços em branco, nos silêncios e nas exclusões construídas ao longo da escrita da história.

mesmo, de haverem não apenas uma simples submissão das mulheres aos homens, mas existir neste complicado campo de relações simbólicas, uma gama de disputas, jogos de poder e dominações, o que explicaria a permissão, dentro de certos limites, às mulheres ocuparem lugares de fala públicos, mesmo que estes lugares fossem o interior das instituições religiosas, ou em determinados períodos, funções públicas, tais como a carreira docente, de radialista e/ou as lideranças políticas.

Ao observar as relações entre os gêneros masculino e feminino por esta ótica vimos que as mulheres¹⁰ não eram totalmente submissas ou ignoradas, mas conseguimos enxergar neste emaranhado de relações simbólicas muitas práticas de manutenção do poder, que eram disputadas tanto do lado masculino quanto do lado feminino, conforme apresentou Bourdieu (1999) ao mostrar-nos a “dominação masculina” e uma “economia de bens simbólicos” em disputa nas relações entre os gêneros, partindo da premissa de análise do cotidiano das sociedades berberes da Cabília. Embora afirmemos enxergar nas relações entre os sexos, representações de poder simbólico em ambos os lados (masculino e feminino), corroborando ai o “efeito (bi) polarizado” do poder ao qual nos referimos anteriormente, vale destacar que as tentativas masculinas em submeter as mulheres ao seu julgo sempre foram uma constante nas relações entre os sexos, tornando necessário ver as práticas femininas como técnicas de economia simbólica interessadas em evitar seu total esquecimento, ou mesmo de auxílio na resistência contra a violência simbólica representada nos efeitos¹¹ da dominação masculina.

¹⁰ Vale destacar que, as mulheres às quais faremos referências neste artigo pertenciam à esfera aristocrática da cidade de Goiás.

¹¹ Embora estejamos nos reportando ocasionalmente aos efeitos da violência simbólica, não esquecemos em momento algum que durante muitos séculos e em nosso cotidiano as mulheres foram e são alvo também da violência física. Como esclareceu Bourdieu (1999) em seu trabalho etnográfico, nós também não utilizamos a categoria “violência simbólica” a fim de reduzir os efeitos brutais da dominação simbólica sobre as mulheres. “Ao tomar ‘simbólico’ em um de seus sentidos mais correntes, supõem-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender ‘simbólico’ como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente ‘espiritual’ e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. É esta distinção simplista, característica de um materialismo primário, que a teoria materialista da economia de bens simbólicos, em cuja elaboração eu venho há muitos anos trabalhando, visa a destruir, fazendo ver, na teoria, a objetividade da experiência subjetiva”

Em “*A Dominação Masculina*”, Pierre Bourdieu (1999) esclareceu mediante seu levantamento etnográfico, os efeitos desse fenômeno social, visualizado na obra enquanto meio corriqueiro utilizado por homens a fim de subalternizar as mulheres e mantê-las sob seu controle:

Inscritas nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados (basta lembrarmos, por exemplo, as condutas de marginalização impostas às mulheres com sua exclusão dos lugares masculinos). As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres (conduzir a charrua, por exemplo), assinalando-lhes lugares inferiores (a parte baixa da estrada ou do talude), ensinando-lhes a postura correta do corpo (por exemplo, curvadas, com os braços fechados sobre o peito, diante de homens respeitáveis), atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (são elas que carregam o estreme e, na colheita das azeitonas, são elas que as juntam no chão, com as crianças, enquanto os homens manejam a vara para fazê-las cair das árvores), enfim, em geral tirando partido, no sentido dos pressupostos fundamentais, das diferenças biológicas que parecem assim estar à base das diferenças sociais. (1999, p. 34).

Como mostrou Bourdieu (1999), a dominação masculina e seus efeitos estão impregnados de tal forma nas relações entre os sexos que as vezes chega a ser difícil perceber qualquer atitude por parte das mulheres de resistirem à este jogo de forças, pelo fato de estas personagens recorrerem em muitas das vezes a técnicas sutis e difíceis de serem percebidas, como sendo métodos de contornar a dominação, a sujeição e a total subalternização aos homens, em razão de sua dominação perpassar em muitas das vezes o ambiente das feminilidades de uma forma quase imperceptível aos corpos (vale dizer que nem mesmo os corpos masculinos estão livres desses efeitos de dominação e

das relações de dominação. [...] Ora, longe de afirmar que as estruturas de dominação são a-históricas, eu tentarei, pelo contrário, comprovar que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igrejas, Escola, Estado.” (1999, p. 46).

disciplinamento) de mulheres, ditando regras a serem seguidas, criando tabus e estereotipando aquelas que não se adaptaram aos modelos e normas (Cf. Soares, 2012).

As mulheres são silêncios da história, no entanto é importante destacar que mesmo se calando no interior de determinados momentos e/ou contextos, esses silêncios tem em seu interior objetivos particulares, por esta razão se tornou interessante, senão instigante, avaliarmos melhor estes silêncios vendo-os como formas, ou mesmo técnicas de contornar toda a situação marcada pela dominação masculina e lançar mão de planos para ocupar lugares pouco comuns às mulheres, ou mesmo aparecer publicamente sem todavia perder o status da mulheres íntegras e modelos a serem seguidos. Nesse contexto nos enveredamos pela história de Goiás em um período de grande efervescência política e social: os anos de ditadura e seus estilhaços em Vila Boa, a fim de identificar em um cenário de manifestações e prisões, as relações de gênero, os silêncios e o vazio historiográfico de uma cidade localizada no coração do Brasil.

Tempos de ditadura

Em 07 de junho de 1965, em uma segunda feira, o jornal *Cinco de Março* de circulação regional, trouxe em sua manchete o seguinte título: “*Nomes dos estudantes presos na antiga capital do Estado*”¹². A matéria escrita pelo editor e proprietário do jornal, o senhor Batista Custódio, expunha alguns argumentos sobre a “crise” instalada na cidade de Goiás desde o afastamento do senhor Orley Gavião Gonzaga de Castro do cargo de diretor do Colégio Estadual de Goiás, antigo Lyceu de Goyaz, e criticava a “truculência” e violência policial percebidas durante a prisão dos envolvidos nas manifestações em defesa do regresso de Orley Gavião à antiga função administrativa. A matéria ilustrou o caso de Goiás da seguinte forma:

A crise político-administrativa que se desenrolava na tradicional cidade de Goiaz, antiga capital do estado (ilegível) [...] com o fechamento da Rádio “13 de Maio” pertencente ao clero, a prisão do

¹² Jornal Cinco de Março de 07 de junho de 1965. Acervo particular de Elder Camargo de Passos.

Diretor do Liceu, juiz Orley Gavião Gonzaga de Castro, juntamente com diversos estudantes e ainda do pároco Frei Jacinto Maria Ferreira Alves. Notícias (ilegível) [...] tarde de ontem deram conta de que a situação continua tensa na antiga capital. Ao mesmo tempo, acumulam-se os protestos contra a violência da ação policial contra a pacata população de Vila Boa. A cidade permanece sob policiamento ostensivo, e das 13 pessoas presas pela DOPS apenas dois estudantes permanecem em Goiás, sendo que as demais foram encaminhadas ao 10.º BC, em Goiânia. Estudantes Presos. Em absoluto furo de reportagem, o CINCO DE MARÇO publica abaixo relação das pessoas detidas pela DOPS na cidade de Goiás sob diversas acusações, dentre as quais a de “subverter a ordem pública”. São elas: Elder Camargo (estudante, radialista); Humberto Andrade (estudante, radialista); Hélio Rocha Lima (estudante, comerciante); João Costa (estudante, comerciante); Olney Bastos (estudante, contador); Lafaiete Pires (estudante, industrial); Arnaldo Garcia (estudante, representante da CGE); Marcos Rocha Lima (estudante) Eline Maria da Silva (Diretora da Rádio “13 de Maio”); Orley Gavião Gonzaga de Castro (Diretor do Liceu) e Frei Jacinto Ferreira Rosa (pároco da cidade, dominicano). Outros dois estudantes, Aier Teles Ferreira e Eudes Pacheco Santana, não foram, como os demais, transferidos para Goiânia, permanecendo presos em Goiás.¹³

O documento apresentado remonta um período da história brasileira cuja qual a “política da história” e as reconstruções da memória da ditadura no Brasil (Cf. Reis, 2004) tem tentado apagar através da utilização do discurso do “Nunca Mais”, conforme nos mostrou Beatriz Sarlo (2007) em suas reflexões acerca dos regimes autoritários em outros países da América Latina, ou na necessária reconstrução desta memória empreendida por Daniel Aarão Reis (2004) em suas reflexões acerca da ditadura e sociedade brasileira.

Partindo da análise dos crimes de ditadura, a historiadora argentina, Beatriz Sarlo, tem proposto por meio da utilização da categoria de “testemunhos” orais, novos métodos para que sejam mais bem avaliados os problemas referentes ao exercício da lembrança sem, contudo cometer o “erro monstruoso” (SARLO, 2007, p. 46) de “aplicar a esses discursos os princípios de dúvida metodológica” (2007, p. 46), muito comum na atividade investigativa em ciências humanas.

¹³ Jornal Cinco de Março de 07 de junho de 1965. Acervo particular de Elder Camargo de Passos.

As propostas da referida pesquisadora são muito relevantes, principalmente no ponto em que propõem a ampliação do conceito de fonte e da própria história em momentos nos quais se privilegia não apenas as fontes escritas, mas a narrativa oral e suas subjetividades, porque conforme explicou Verena Alberti (2009) quando um determinado depoente testemunha suas experiências ele “transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido” (ALBERTI, 2009, p. 171), o que exige do narrador uma constante atividade de negociação, pelo fato de, ao utilizar-se da oralidade, “cutucar” a memória que é “resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é identidade” (2009, p. 167).

De acordo com as reflexões de Sarlo (2007) atreladas às sugestões de Alberti (2009) acerca dos métodos da memória testemunhal e da história oral, essas vítimas, a muito impedidas de falar e/ou compartilhar as experiências traumáticas vividas nos anos de repressão política, narravam “pela primeira vez, e o que contavam não só lhes dizia respeito, mas se transformava em ‘matéria-prima’ da indignação” (SARLO, 2007, p. 46), pois suas memórias após serem exteriorizadas transformavam-se em “um bem comum, um dever (como se disse no caso europeu) e uma necessidade jurídica, moral e política” (2007, p. 47) que lhes garantiria um mínimo de dignidade ou mesmo lhes viesse fazer justiça, não só pelo fato de terem sido presas/presos, torturados ou perseguidos, mas por se tratarem de sobreviventes, pessoas que, “por prevacarição, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo” (LEVI, 2004, 72) e voltaram para nos contar suas experiências traumáticas.

São estes sobreviventes, os testemunhos vivos de um período sombrio da história latino americana, vistos aqui sob olhares regionais e, cujo qual a maioria da população brasileira e goiana tem tentado esquecer e apagar os rastros sem, todavia notar se tratar de uma tarefa difícil de efetivar, em razão da proposição em não se lembrar ser o mesmo que “propor não perceber um cheiro, porque a lembrança, assim como o cheiro, acomete, até mesmo quando não é convocada” (SARLO, 2007, p. 10), sendo conforme Gagnebin (2006), algo irrealizável, pois “ao querer apagar seus rastros,

deixa outros que não quis” (GAGNEBIN, 2006, p. 115), construindo desta forma os silêncios e os vazios da história. Por esta razão se faz necessário entender a história desta memória traumática “uma história das feridas abertas pela memória, não sendo no fundo senão uma manifestação, entre outras, das interrogações atuais e palpantes sobre certos períodos que ‘não passam’” (ROUSSO, 2000, p. 95), e que se mantém vivos graças à sobrevivência de testemunhas, ao aparecimento no presente dos crimes praticados no passado, dos vestígios e documentos que denunciam episódios fragmentários de um momento traumático de nossa história, como os que retomamos na cidade de Goiás em meados da década de 1960 através das análises de documentos escritos e testemunhos orais.

Gêneros e os estilhaços da ditadura em Goiás

Os acontecimentos descortinados na cidade de Goiás em 1965, mesmo parecendo um pouco distantes dos manifestos nacionais de resistência contra as práticas adotadas e decisões tomadas pelos militares após o golpe de 1964 (Cf. Toledo, 2004), eram nos testemunhos de Eudes Pacheco, reflexos de deliberações políticas firmadas entre o governo brasileiro e os Estados Unidos da América ¹⁴, que foram corporificados¹⁵, por exemplo, no “*acordo MEC e USAID que eu digo sem medo de ofender ninguém... que porcarizou o ensino no Brasil*” ¹⁶. Eudes Pacheco reverberou ainda, em seu testemunho, dizendo que “*essa primeira greve que houve em Goiás [...]*

¹⁴ Cf. CUNHA, Luiz Antônio e GOÉS, Moacyr de. O golpe na educação. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985. Neste livro os autores demonstram de que forma a ditadura militar interferiu no ensino presentificando seus interesses no interior da sala por meio dos acordos MEC-USAID que “cobriram todo o espectro da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior” (1985, p. 33), transformando a educação brasileira em um “grande negócio” e encerrando a “fase dos movimentos de educação e cultura popular, dos quais outras formas surgiram no final dos anos 60 e seguem vigorosas até hoje, como por exemplo as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).” (1985, p. 34).

¹⁵ Não menos importante é o testemunho de Tarzan de Castro para o livro: *A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história*. Tarzan de Castro também denuncia em seu testemunho as relações entre a ditadura militar brasileira e o órgão de inteligência e espionagem Norte Americano (FBI), conforme relatado pelo depoente: “*minha ficha fazia parte de todos os arquivos do país e até do FBI, a pretexto de registrar a liderança exercida por mim em todos os movimentos no Estado de Goiás*”. (2008, p. 150). Os relatos de Eudes Pacheco e Tarzan de Castro são importantes indícios que ajudam a corroborar as proposições feitas pelos historiadores que compõem os volumes três e quatro da coleção: *O Brasil republicano*, obra na qual é denunciado em artigos diversos à aproximação entre o governo brasileiro e o governo norte americano, tanto na eminência do golpe em 1964 quanto Durante o regime ditatorial.

¹⁶ Entrevista realizada com Eudes Pacheco Santana.

[foi a] primeira greve pós-revolução de 64 ocorrida no país declaradamente contra a constituição da revolução de 64”¹⁷.

Os confrontos envolvendo estudantes, Igreja e Estado, e que se seguiram aos acontecimentos de 1965, comprovaram o caráter político da greve e de muitas outras manifestações estudantis em Goiás. Pouco mais adiante, durante o governo do Marechal Emilio Ribas, as manifestações acabaram se cruzando à nova ordem política brasileira, corroborando o testemunho de Marcos Rocha Lima, que por sua vez, afirmou ser a causa do conflito, não uma greve, mas em razão de ser “*um período que nós estava vivendo, nós tava vivendo o período de um AI-5 e agente extrapolou na época e eles acharam que devia prender, que devia fazer o que eles quisessem e ai eles fizeram*”¹⁸. Desta forma, presumimos que, tanto em Goiás quanto em outros lugares espalhados pelo país afora, qualquer movimentação de cunho político que viesse “pipocar” no cenário social, tornava-se alvo de atenção para os governos federal e estadual¹⁹ que interessados em camuflar qualquer contestação aos procedimentos políticos da época utilizavam-se de justificativas diretamente relacionadas à *Doutrina de Segurança Nacional* (Cf. Borges, 2009), que autorizava o envio de policiais disfarçados, como observado na cidade de Goiás, a fim de espionar os eventuais acontecimentos, identificar possíveis subversores da ordem política, os comunistas, prende-los e torturá-los, conforme relatado por Eudes Pacheco:

Então depois disso instaurou-se aqui em Goiás aquele processo que ta relatado no livro e que começaram a infiltrar agentes aqui, a identificar as situações da gente e até que ocorreu um [...] uma [...] vamos dizer assim uma blitz aqui, e [...] foram levando, levaram

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Entrevista realizada com Marcos Rocha Lima.

¹⁹ É importante lembrar que diferente de muitos estados brasileiros em Goiás a intervenção militar só foi efetivada em meados de 1965, pelo fato de o governador Mauro Borges ser um partidário do regime militar. Conforme demonstrado por Dalva Borges Souza (2009) o governo Mauro Borges só foi alvo dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) após golpe (bem sucedido) dos opositores do governo, promovendo desta forma o retorno da União Democrática Nacional à liderança política do estado. Vale destacar que a UDN era um partido conservador liderado por grandes latifundiários e integrantes de antigas oligarquias, que em Goiás representou-se na retomada do poder político pela família Caiado. (Cf. Ribeiro, 1998).



vários companheiros nossos, um dia até [...] levaram vários companheiros [...] ²⁰.

O livro ao qual o depoente faz alusão na entrevista denomina-se: *A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história (2008)*, coordenado por Antônio Pinheiro Salles e publicado graças ao apoio da *Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás*. O trabalho tem uma abordagem jornalística do período de ditadura em Goiás, e traz entre muitas entrevistas a contribuição testemunhal de Eudes Pacheco. Embora se resuma em obra memorialista, o livro é uma das poucas obras publicadas e que faz referência à crise política da cidade de Goiás em meados de 1965 ²¹, por esta razão o utilizamos como fonte histórica.

O “caso de Goiás” teve início após afastamento de Orley Gavião Gonzaga de Castro do cargo de diretor do Colégio Estadual de Goiás. Em função de seu bom desempenho à frente da direção da instituição de ensino, alguns jovens apoiados por seus pais, pela Igreja Católica e pela Rádio 13 de Maio, representados por Frei Jacinto e por Elina Maria da Silva respectivamente, deram início a uma série de manifestos que desagradaram a liderança municipal da cidade, representada por Brasílio Ramos Caiado, provocando desta forma as prisões seguidas pela tortura de alguns prisioneiros. Conforme ilustrou matéria de jornal em 17 de maio de 1965, os distúrbios em Goiás foram provocados por divergências políticas entre Orley Gavião e Brasílio e pelas críticas realizadas nas programações da rádio por Elina:

²⁰ Entrevista realizada com Eudes Pacheco Santana.

²¹ O livro apresentava problemas metodológicos, problemas que talvez tenham sido desconsiderados por se tratar de obra especulativa, interessada em publicar relatos de militantes, perseguidos políticos e pessoas que passaram pela experiência da tortura. Nosso objetivo não é invalidar a iniciativa, todavia gostaríamos de compartilhar as dificuldades plantadas pelo trabalho do organizador do referido livro e que antecedeu nosso trabalho. Enquanto reuníamos documentos nos quais alicerçaríamos nossa investigação percebemos a importância do testemunho de Eudes Pacheco Sant’Anna, mas em um primeiro contato lidamos com a resistência do depoente em contribuir com nossa investigação em função de temer acontecer conosco o mesmo que havia acontecido na publicação do livro de memórias. Eudes temia que manipulássemos seu testemunho, falsificando informações, reescrevendo o relato, tornando-o assim tendencioso e rompendo com seu conteúdo verossímil. Se fez necessário manter um diálogo aberto com o depoente, fato este sugerido pelos teóricos da história oral (Verena Alberti e Alessandro Portelli) que felizmente compreendeu se tratar a pesquisa de algo sério, o que fez dele importante parceiro no processo de problematização dos silêncios que rondavam esse episódio da história presente de Goiás.

Alunos do Liceu da Antiga Capital esclarecem: “Diretor foi afastado porque puniu o parente do Prefeito”. Os alunos do tradicional Colégio Estadual de Goiás, conhecedores da admirável linha de independência política que sempre norteou o jornal CINCO DE MARÇO, vem solicitar deste bravo semanário a publicação de nossa campanha de desvinculamento da Educação com a política partidária que ora se verifica em nossa cidade. Relacionamos abaixo os gravíssimos eventos que se sucederam por ocasião do afastamento do Sr. Orley Gavião Gonzaga de Castro da Direção do Liceu de Goiás: 1 - O Sr. Dr. Orley Gavião Gonzaga de Castro, Meritíssimo Juiz de Direito da Cidade de Goiás, também diretor de nosso Colégio Estadual, vem-se conduzindo diante da direção deste estabelecimento como nenhum outro o havia feito até hoje: com uma dignidade e honradez exemplares. 2 – As suas medidas justas e punitivas, no entanto, atingiram funcionários ligados à administração do prefeito Brasília Ramos Caiado, descontentando-o profundamente. A questão agravou-se ainda mais quando o Diretor, no desempenho de suas funções de Juiz de Direito da Comarca, determinou a prisão preventiva do Sr. Jorge Caiado de Alencastro, que há dias passados praticou tentativa de homicídio contra a pessoa do Sr. José de tal, verificada nesta cidade. 3 – O autor da tentativa de assassinato, Sr. Jorge Caiado de Alencastro é da cúpula partidária e parente do prefeito, além de ser cunhado do atual superintendente da OSEGO. Tal decisão ofendeu pessoalmente o prefeito, que, em revide, prometeu destituir o Sr. Orley Gonzaga de Castro da direção do C.E.G.²²

Consoante às exposições presentes no documento, a mobilização popular responsável por conduzir Goiás nos caminhos do enquadramento, por parte do Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações (CODI-DOI) (Cf. Fico, 2004), como um foco de subversão e “comunização”, justificando as intervenções policiais, a instalação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), as prisões e torturas, assemelharam-se aos acontecimentos em várias cidades do interior de estado²³

²² Jornal Cinco de Março de 17 de março de 1965. Acervo particular de Elder Camargo de Passos.

²³ Dalva Borges de Souza expôs em seu estudo que já em 30 de julho de 1964 houveram em Goiás seguidas atividades investigativas que buscavam encontrar pelos Sertões de Goiás focos de subversão, fator este, um importante indício do caráter repressivo da ditadura, e o quanto seus estilhaços foram fortemente sentidos em Goiás (Estado e Cidade). Segundo Dalva Souza (2009): A guarnição Federal em Goiânia realiza no dia 30 a prisão de 24 pessoas, suspeitas em inquéritos sobre o “grupo dos onze” e sobre atividades de “subversão” na Universidade Federal de Goiás. O Clima é de terror. São instalados os chamados Inquéritos Policiais Militares (IPMs) em diversos municípios goianos: Goiânia, Anápolis, Formosa, Planaltina, Goianésia, Itauçu, Itaberaí, Goiás, Palmelo, Ipameri, Goianira, Catalão, Cumari, Ceres, Porto Nacional, Araguatins, Tocantinópolis, Filadélfia, Gurupi e Xambioá. (2009, p. 108). Vale destacar que seus argumentos somados aos documentos inseridos na pesquisa nos ajudam a refutar a

que “devido ao movimento camponês, e outros, apenas resultado de disputas entre facções locais” (SOUZA, 2009, p. 108), fizeram sentir os estilhaços do autoritarismo em desenvolvimento na política brasileira (Cf. Fico, 2009).

Orley Gavião ocupava, na ocasião das manifestações, duas funções públicas, ele era juiz substituto da comarca de Goiás e diretor do Colégio Estadual de Goiás (Liceu de Goiaz). Em cumprimento de suas obrigações funcionais (no caso, o cargo ocupado no judiciário) condenou à prisão um partidário da União Democrática Nacional (UDN) e parente do prefeito de Goiás, Brasília Ramos Caiado, à prisão, isto em julgado o crime de tentativa de homicídio contra um morador da cidade. Embora o jornal não dê maiores detalhes, os testemunhos orais e escritos revelaram ser Orley Gavião também um parente do prefeito, todavia em razão de desavenças políticas, este havia suprimido o sobrenome “Caiado”, que o integrava até então na genealogia da família Caiado.

Sua relação com a oligarquia “Caiado” possivelmente se deu em razão das várias uniões matrimoniais entre as famílias que compunham a aristocracia local ao longo da história política de Goiás, e que por questões desconhecidas Orley optou por não adotar como sobrenome, conforme relatado por João Chaves em seu testemunho: “*Sim. Isso foi em 1965. Era um movimento muito grande. Tinha Orley Gavião, ele tinha “Caiado” mais não assinava esse nome por causa de uma briga com Dr. Brasil. O Orley era diretor do Colégio Alcide Jubé.*”²⁴

Em concordância às opiniões dos jornais que veicularam os fatos ocorridos, verificamos que na maioria deles havia uma concordância quanto às reais causas do conflito, muito semelhantes às da população da cidade, que acreditava tratar-se o afastamento do Sr. Orley Gavião de “*questões políticas, apesar do mesmo ser estreitamente ligado ao clero, tendo ainda, a cobertura dos padres de Goiás*”²⁵ e o apoio da rádio através de programações contendo informações subliminares e críticas veladas de Elina Maira durante o funcionamento do mecanismo de radiodifusão.

ultrapassada concepção de que a prática da tortura, ou mesmo a intensificação da censura tenham acontecido somente após a decretação, em 1968, do Ato Institucional número cinco (AI-5), a pesquisa tem mostrado que já em meados de 1965, na cidade de Goiânia havia um bem organizado espaço de tortura instalado “no quartel do 10º BC” (2009, p. 109).

²⁴ Entrevista realizada com João Chaves.

²⁵ Jornal Cinco de Março de 17 de maio de 1965. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

Somado a isto, em entrevista ao jornalista Batista Custódio o senhor Arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, relatou sua versão da história, corroborando os testemunhos orais, quando disse tratar-se todo o distúrbio e desavenças entre os envolvidos de questões políticas. Nesta ocasião o referido religioso confirmou o parentesco, não assumido, entre Orley, o prefeito e o prisioneiro:

Quem começou a briga foi o Prefeito de Goiás, porque o Juiz Orley Gavião, seu primo, decretara a prisão preventiva de um outro primo. Brasílio Caiado ordenou ao Juiz fosse revogada aquela decretação de prisão contra o parente seu. Orley recusou firme, O Prefeito ameaçou-o de conseguir sua demissão da direção do Colégio Estadual, caso não o obedecesse. Ameaçou e cumpriu. Orley caiu. Cair ele caiu, mas revogar a prisão preventiva decretada, isso ele não revogou. Ai então, começaram as razões do Juiz Orley Gavião e terminaram os direitos daqueles que o combatem. Passou a ser uma causa. Não valem os erros de sua pessoa. E nessa luta, muito naturalmente, pois condenável seria o contrário, os estudantes assumiram a defesa do mestre e clamam pelo seu retorno à direção do Liceu. Todavia, face à espantosa inabilidade e à errada posição assumida precipitadamente pelo Secretário da Educação, coisas, aliás natas do Sr. José Luiz Bittencourt, o problema foi torpemente adquirindo falsas feições ideológicas, a fim de que fossem saciados velhos ranços políticos, cujo pivô, eram os interesses de um prefeito. Fabricou-se assim um conflito que abala e preocupa toda a população do Estado.²⁶

Depois de efetivada a decisão do Secretário de Educação, o Sr. José Luiz Bittencourt, de exonerar Orley Gavião da função de diretor do Colégio Estadual de Goiás, determinação esta sugestiva de represálias entre os envolvidos, conforme mostrado em matéria de jornal quando o referido Secretário justificou alegando que:

[...] o Diretor do Colégio Estadual de Goiás não lhe dava a devida assistência e, quando precisava de tratar de assuntos com ele o fazia, através do Sr. Francisco Braga Sobrinho, Diretor dos Associados. Argumentou ainda, que o Sr. Orley Gavião não veio a Goiânia, uma vez sequer, cumprimentá-lo pela sua nomeação para aquela Secretaria, fato que interpretou como “lesa-autoridade”.²⁷

²⁶ Jornal Cinco de Março de 07 de junho de 1965. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

²⁷ Jornal Cinco de Março de 17 de maio de 1965. Acervo particular de Elder Camargo de Passos.

Somando-se as afirmações do Secretário à posição do prefeito de Goiás, referenciadas pelo Cinco de Março como a política do “beija mão” e, que indiciou a perseguição típica dos tempos vividos, onde ocupando a chefia da repartição e “[...] não desejando a ascensão funcional de um seu desafeto, poderia acusá-lo de ‘agitador’ ou ‘contrário à Revolução’” (FICO, 2009, p. 179), seguiram-se muitas manifestações, tanto por parte do corpo discente e docente, quanto dos pais dos alunos, em razão de a comunidade que freqüentava a instituição de ensino ter conhecimento dos bastidores de toda a crise desenrolada na cidade e, por concordar com os métodos educacionais adotados pelo referido senhor, conforme testemunhou Eudes Pacheco quando em suas recordações sobre o evento de 1965 referiu-se ao diretor nos seguintes termos: “Então... resolvemos deflagrar essa greve... demitiram... demitiram o diretor do colégio e nos tínhamos um verdadeiro apreço por ele, por já... por ele não macumunar com esse grupo que estava já rondando a desestabilização das instituições no Estado de Goiás.”

28

Na tentativa de forçar o retorno do diretor ao seu antigo cargo, organizou-se uma comissão de estudantes do “Colégio Estadual de Goiás que veio apelar junto ao Secretário de Educação e ao Governador do Estado, no sentido de que não fosse ‘afastado da direção daquele Educandário o Sr. Orley Gavião Gonzaga de Castro’”²⁹, todavia os pedidos de revisão da pena lhes foram negados, mantendo-se desta forma, no cargo de direção, “o Sr. Manoel Ferreira Lima, diretor do Ensino do Segundo Grau, que foi assumir a interventoria daquele estabelecimento por determinação do titular da Educação”.³⁰

Frustradas todas as tentativas de negociação restou aos estudantes, acompanhados por professores, pais, a Igreja Católica e a rádio manifestar sua insatisfação de formas variadas, sugerindo ai uma junção de forças imiscuídas às

²⁸ Entrevista realizada com Eudes Pacheco Santana.

²⁹ Jornal Folha de Goiás de 11 de maio de 1965. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

³⁰ Ibid.

relações de gênero, como ilustrado pelo jornal de circulação diária, Cinco de Março, em 17 de maio de 1965:

Aí estão, em poucas palavras, as mesquinhas razões que originaram o afastamento do digno diretor, motivo de repulsa e pesar do corpo docente, discente e à toda população vilaboense. Promovendo passeatas e protestos contra o ocorrido, alunos e pais de alunos fizeram um abaixo-assinado contendo 1115 assinaturas reivindicando a volta do diretor. O prefeito, através de conchavos políticos com o Secretário da Educação e Cultura, conseguiu com que fosse enviado o Sr. Manuel de Lima, Diretor do Ensino do 2.º Grau e de suspeitíssima atuação naquela Secretaria, como “Interventor” do Liceu de Goiás, ocasião em que foi vaiado por mais de 2000 pessoas. Os professores por sua vez, manifestaram sua revolta recusando-se a assinar a ata de posse do referido “interventor”. Enquanto se sucedem tão tristes episódios, paralisando a vida escolar desta cidade, o Secretário da Educação permanece impassível ao movimento desconhecendo sua própria pregação de desvinculamento da Educação dos interesses políticos, ameaçando até o fechamento da mais antiga casa de ensino do Estado de Goiás. Saudações estudantis. Ass. Suelena Seabra Guimarães – Jane Rocha Lima Godinho – Lafaiete Pires Naves – Elcia Velasco – Roberto de Souza – Elder Camargo de Passos – Marcia de Oliveira e Silva – Arnaldo Garcia dos Santos – Aridas Costa Ferreira.³¹

Confiantes na hipótese de serem as causas da demissão de Orley Gavião, o resultado de conchavos políticos entre Brasília Ramos Caiado e o governo do Estado de Goiás, representado na ocasião pelo Marechal Emílio Ribas Júnior, alguns estudantes aproveitaram o cenário de revolta e formaram um grupo de “militância”³² dando início a

³¹ Jornal Folha de Goiás de 17 de maio de 1965. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

³² Em seus testemunhos Eudes Pacheco nos falou da mobilização estudantil em 1965, como sendo fruto da “militância política” em defesa dos direitos de “liberdade, do direito de ir e vir, o das garantias individuais, o do respeito à constituição e as instituições né, a liberdade de imprensa”, todavia em seus apontamentos ele reverberou esclarecendo que, o que se chama hoje de “militância”, era antes reconhecido como “ação participativa” e, que conforme representado em suas memórias tinha intensa atuação no cenário político de Goiás, em razão de Goiás incorporar uma população, principalmente os descendentes de aristocracias, muito politizada e, que se fazia presente nas decisões do “Centro Cívico Professor Ferreira e a União Goiana dos Estudantes Secundários, que tinha o caráter de entidade regional dos estudantes secundaristas ligada a UNE (união Nacional dos Estudantes) e aqui em Goiás uma seccional dessa regional da UGES (União Goiana dos Estudantes Secundários). Em Goiânia, então isso nos permitia desenvolver um processo político baseado já no que hoje vocês chamam de militância né?”.

uma efetiva atuação manifestante de oposição ao regime militar, contrária às decisões do governo em conluio com o prefeito de Goiás e, que por sua vez era descendente de uma das mais antigas oligarquias que no passado dominara todo o cenário político regional³³. A fim de compreendermos esta aproximação entre Brasília e o Marechal Ribas Junior, faz-se necessário evidenciar que, uma vez decretada, a ditadura militar permitiu aos grupos políticos conservadores, de base agrária, distantes do cenário político brasileiro desde a “Revolução de 1930”, retomar às suas antigas posições, conforme ilustrado por Souza (2009) na ocasião de suas reflexões sobre o golpe em Goiás:

No dia 26 de novembro de 1964 chegaram a Goiânia tropas federais para depor o Governador Mauro Borges Teixeira. Essa intervenção e a posterior indicação do marechal Ribas Junior para governar Goiás encerraram uma crise política que havia se instalado no estado desde 1962, fruto da disputa política entre um PSD dirigido de modo caudilhesco por Pedro Ludovico Teixeira e a UDN, que via sempre frustrada as suas tentativas de chegar ao poder pelo voto, impedida pela forte estrutura partidária do PSD. (2009, p. 85-6).

Sob denúncias de desestabilização e descontrole do governo, sentidas graças à oposição entre Mauro Borges e a UDN, liderada “por fazendeiros goianos que já vinham se organizando contra as ameaças à propriedade, ao mesmo tempo em que os políticos udenistas se articulavam com os militares golpistas em nível nacional”. (SOUZA, 2009, p. 106), vimos Mauro Borges ser “golpeado”, removido do cenário político estadual e substituído por antigas forças que nesse período assumiram importantes cargos no Estado, conforme esclareceu Ribeiro (1998):

Em síntese, a UDN, partido conservador de base rural, foi o endereço certo da intervenção da família Caiado, entre 1945 e 1964. Foi o espaço em que se arregimentaram as antigas áreas de influência das gerações anteriores e se consolidou a participação da nova geração,

³³ Cf. RIBEIRO, Mirian Bianca Amaral. Memória, Família e Poder: História de uma Permanência Política – Os Caiados em Goiás. In: Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias/Nasr Fayad Chaul, coordenador. – Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

que se ampliará significativamente após o golpe militar de 1964. Ao se referirem ao período anterior (1930/1945), os Caiado utilizam a qualificação de “ditadura”. Porém, não mantém a expressão para o período 1964/1982 qualificado de “Revolução”, demonstrando sua total afinidade política com o regime militar. (1998, p. 193).

Como elucidado por Dalva Borges Souza (2009) e Miriam Ribeiro (1998) a ditadura significou para a família Caiado uma “revolução” e a retomada de funções políticas no Estado, fato este alvo de duras críticas da população goiana, principalmente na antiga Goiás após as desavenças entre Orley e Brasília. Dentre tantas manifestações podemos notar nos testemunhos de Eudes Pacheco e Marcos Rocha Lima a evocação de momentos entendidos por eles como os grandes causadores do enrijecimento da ditadura em Goiás e, desencadeadores da prisão de Frei Jacinto, Elina Maria, Orley Gavião e todo o grupo de jovens envolvidos nas manifestações.

Durante entrevista Eudes Pacheco nos deu maiores detalhes acerca do envolvimento da Igreja nas manifestações estudantis, onde em dia de celebração na já não muito pacata cidade de Goiás, Frei Jacinto Maria Ferreira Rosa criticou o controle histórico da oligarquia Caiado na cidade, e que o depoente entendeu como um forte desencadeador da intervenção policial na cidade, sendo desta forma uma das possíveis causas das prisões, conforme apresentado na matéria do jornal “*Estado de São Paulo*” que, em 08 de junho de 1965, trouxe ao seu público leitor uma matéria intitulada: “*Goiás: prisões se justificam*”, na qual defendeu em companhia dos partidários da UDN que compunham a Câmara dos Deputados a atuação policial na pacata cidade do interior de Goiás. Para o Sr. Lisboa Machado (UDN) “*a ação das autoridades do seu Estado, bem como do DFSP, não foi arbitraria*”³⁴ por se tratar de um movimento hostil, marcado pela presença de “estudantes profissionais” que vinham de outros centros do Estado e que combinada à atuação da “*emissora radiofônica ‘13 de Maio’, de Goiás, insuflava o povo contra o novo diretor ‘em artigos contrários ao governo e ao secretário da Educação’*”³⁵. Vejamos os fragmentos das lembranças de Eudes:

³⁴ Jornal Estado de São Paulo de 08 de junho de 1965. Arquivo particular de Elder Camargo de Passos.

³⁵ Entrevista realizada com Eudes Pacheco Santana.

Não, não, não... não existia isto. O Frei Jacinto ele não tinha ideologia marxista ou comunista ele não tinha, ele apenas não aceitava que a cidade e a juventude ficasse submetida ao constrangimento da falsa moral das oligarquias que dominaram e sempre estão influenciando no destino da cultura de Goiás essas oligarquias até hoje se fazem representar por algumas pessoas que ainda detém o monopólio da saúde da educação da arte dentro de Goiás. Sem citar nomes é fácil as pessoas identificarem eles manipulam a saúde então Frei Jacinto era dessa linhagem e fazia pregações na Igreja é... houve uma pregação que ele disse uma frase que talvez tenha motivado mais a prisão dele além de nos dar apoio é... transparente e objetivo o que ele disse no sermão dele que Goiás estava se transformando num sepulcro Caiado. Caiado de cal de cair e Caiado da família dessa oligarquia odiosa e que ainda permanece influenciando no destino da cidade é isso.³⁶

Ainda ao relatar-nos aquilo em que acreditava terem sido os grandes eixos provocadores das prisões, inclusive a de Elina Maria da Silva, diretora da Rádio 13 de Maio, Eudes relatou-nos importantes indícios para entendermos as relações entre a Igreja e o contexto político em Goiás considerando no interior do debate o importante papel desta senhora nas manifestações, já que o conteúdo disseminado pela rádio, de propriedade dos dominicanos, era previamente autorizado pela sua gerencia. Ao nos evocar suas lembranças acerca do “longo” ano de 1965, Eudes confidenciou as seguintes memórias:

Então naquele dia em que deflagramos a greve e que fechamos o Colégio Sant’Anna e que fechamos o Liceu de Goiás em razão daquela liderança que eu ainda mantinha o pessoal tava meio inflamado agente já havia pichado as ruas, inclusive a igreja da Matriz, já tinha pichado e escrito la uma frase de efeito chamando a atenção da população. Então eu subi naquele... naquela ponta que tem do [...] naquela ponta do prédio né, naquele [...] naquele [...] naquela protuberância do prédio e fiz um discurso conclamando os estudantes a manter a greve a qualquer preço e falei que a distância que existia no governo brasileiro e o povo do Brasil era a mira de um fuzil isso deflagrou uma [...] foi a gota d’água, porque até então eles não tinham dado tanta importância pro nosso movimento foi a gota d’água para que [...] que tudo viesse a se transformar numa caça as bruxas não é!

³⁶ Ibid.

Também porque nós tínhamos o apoio da Rádio 13 de Maio que nos abria alguns espaços, alguns flashes dentro de programas pra gente [...] escrever crônicas entre aspas de [...] incitando para a reforma agrária né, incitando para a participação do trabalhador no lucro da empresa, coisas que naquela época era [...] era um dos pecados capitais que existia para [...] pro sistema oligárquico que reinava³⁷.

Enquanto Eudes eternizou em suas lembranças, os discursos proferidos na época de sua liderança dos movimentos oposicionistas, Marcos Rocha Lima deixou registrado em suas memórias as manifestações de rua, em especial uma, em cuja qual, os manifestantes decretaram de forma simbólica a “morte política” de Brasília Ramos Caiado, quando em procissão pelas ruas de Goiás foi carregado um caixão, adornado com pano preto e representando ironicamente o luto popular pela morte política do prefeito em função de tudo o que vinha acontecendo na cidade e que por se tratar de uma disputa particular, sua gestão fazia “vistas largas” para os exageros da polícia:

Nós fizemos um enterro simbólico de dr. Brasília com caixão, bandeira de preto em cima, aí foi a gota d’água pro político na época aí ele mandô... Trouxe o Secretário de Segurança que era aquele na época devia ser subordinado deles, eles mando pra cá a polícia, a polícia começô a acompanhar, entrô como se fosse estudante também, queria ver gente de fora e o trem foi bem complicado, foi muitos dias até que decretô a prisão de todo mundo.

Depois de as manifestações tomarem maior espaço no cenário “tranquilo” da cidade de Goiás, vieram de Goiânia, vários policiais do 10º D.P., a fim de espiar e vigiar as manifestações, na expectativa de encontrar focos de subversão e a presença do comunismo na cidade. Como os estilhaços da Guerra Fria se faziam sentir no mundo (Cf. Hobsbawn, 1995) e no Brasil, graças às suas fortes relações com os Estados Unidos, a “produção da crença”³⁸ do comunismo, representada e reforçada pelo macartismo norte americano (Cf. Hobsbawn, 1995), fez com que no Brasil e em Goiás

³⁷ Ibid.

³⁸ Cf. BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

esta perseguição contra “comunistas” e subversores da ordem se tornasse uma atividade comum ao estado, esclarecendo serem Goiás, a rádio, a escola e as manifestações populares, ambientes que jamais passariam despercebidas das organizações de inteligência do governo - o SNI/Serviço Nacional de Informações - (Cf. Fico, 2009), resultando desta forma nas prisões, torturas e no fechamento da Rádio “13 de Maio” em 1965³⁹ e 1974⁴⁰.

Neste cenário, Elina Maria da Silva, embora mantivesse a postura de mulher burguesa e comedida (Cf. D’Incao, 2011), muito católica (Cf. Giorgio, 1991), mas ao mesmo tempo muito politizada (Cf. Prado e Franco, 2012), acabou sendo confundida como comunista por conta de, no desempenho de suas funções de radialista discordar daquilo que vinha acontecendo na cidade de Goiás, abrindo na programação da rádio, espaço para que os jovens “militantes” da causa em prol do retorno de Orley ao seu antigo cargo, proferissem críticas às decisões do governo do Estado e ao caráter duvidoso da exoneração do referido diretor. Somado a isto, Elina Maria, juntou-se aos jovens estudantes para criticar os reflexos da ditadura militar em Goiás, insuflando a população contra os poderes regionais e federais, principalmente quando promoviam na programação diária da rádio debates sobre a necessidade da reforma agrária, adicionada da ampliação dos direitos trabalhistas no interior das empresas. A partir de então, como o cotidiano de Goiás já vinha há dias sendo alvo da espionagem política, vieram para a cidade vários policiais do Serviço Nacional de Informações (SNI), que instalaram no Colégio Estadual Comissão de Inquérito Administrativo a fim de averiguar os possíveis focos de subversão na cidade.

Em pesquisa no acervo de Elder Camargo de Passos identificamos no dossiê produzido por sua mãe Altair Camargo na ocasião de sua prisão, documento convocando-o a comparecer junto à Comissão de Inquérito para prestar esclarecimentos sobre sua participação nas manifestações:

³⁹ Em função da Invasão da Cúria Diocesana e das prisões a rádio foi fechada temporariamente em 1965, retomando suas atividades de radiodifusão após a libertação de Elina Maria da Silva.

⁴⁰ Em 1974 a rádio foi novamente fechada pela censura, conforme documento encontrado no acervo da Diocese de Goiás ela foi considerada “perempta” vindo a retomar seu funcionamento somente em 2009.

Estado de Goiás. Secretaria da Educação e Cultura. Of. N. 27/65 – Comissão de Inquérito Administrativo. Goiás, 31 de maio de 1965. Ilmo. Sr. Elder Camargo de Passos Nesta cidade. Convidamos V.S. a comparecer, hoje, às 17 horas, perante a Comissão de Inquérito Administrativo que se encontra instalada na sala da Biblioteca do Colégio Estadual de Goiás (Liceu), para prestar o seu depoimento. Confiante no seu comparecimento, subscrevemo-nos com real consideração. José Gonçalves da Cunha. Presidente⁴¹

Conseqüentemente à sua convocação seguiram-se a de outros estudantes que por ventura haviam tido qualquer relacionamento com os eventos “subversivos” de maio de 1965. Os inquéritos acabaram resultando nas prisões dos envolvidos nos manifestos, incluindo-se no grupo a Sr.^aElina Maria da Silva, presa durante invasão da Cúria Diocesana por policiais, numa “*tentativa de prender ‘subversivos’*”⁴². Vale destacar que mesmo tendo sido aprisionada junto de outras duas jovens adolescentes denominadas, Suelena Seabra e Márcia de Oliveira e Silva, Elina Maria foi a única mulher encaminhada para o 10 D. P. em Goiânia e em seguida transferida junto com Frei Jacinto e Orley Gavião para o DOPS em Brasília onde sofreu torturas físicas e psicológicas.

Embora as referências sobre Elina Maria e Altair Camargo de Passos presentes nos documentos jornalísticos e nas análises aqui realizadas pareçam superficiais, e em muitos momentos ausentes, objetivamos nesse ensaio preliminar a realização de uma possível reflexão acerca das relações de gênero em um período marcado pela ditadura civil e militar, em uma cidade do interior de Goiás. As expectativas da pesquisa se desdobram em outros horizontes, cujos quais não foi possível apresentar em função do pouco espaço, mas que, em linhas gerais tentam esclarecer as relações de gênero presentes nos movimentos de oposição ao governo do Estado em 1965, os esquecimentos, silêncios e o vazio da história de Goiás após a transferência da capital para Goiânia.

⁴¹ Acervo particular de Elder Camargo de Passos.

⁴² Fragmento extraído do jornal O Social de 07 de junho de 1965. Acervo particular de Elder Camargo de Passos

REFERÊNCIAS

- ARENDA, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- ATAÍDES, Jésus Marco de e CAPEL, Heloísa Selma. Símbolos do despertar da mulher goiana no séc. XIX. In: *Teoria e Práxis: Revista de Ciências Humanas e Política*, n.º 02. – Goiânia: Kelps, 1991.
- BITTAR, Maria José Goulart. *As três faces de Eva*. Goiânia: Kelps, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- BORELLI, Andrea. e MATOS, Maria Izilda. Espaço feminino no mercado produtivo. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX/Org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRITTO, Clóvis Carvalho. *As mulheres ou os silêncios da procissão do Fogaréu*. OPSIS/ Universidade Federal de Goiás: Catalão, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*; tradução de Maria Manuela Galhardo. – Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.
- COTT, Nancy F. A mulher moderna. In: *História das mulheres no Ocidente. Vol. 05: O século XX*. Michelle Perrot e Georges Duby. (Orgs.). Porto: Edições Afrontamentos, 1991.
- CUNHA, Luiz Antônio e GOÉS, Moacyr de. *O golpe na educação*. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. – São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. – São Paulo: Contexto, 2011.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (Org.). – São Paulo: Contexto, 2011.
- FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)/Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Mota (org.)*.-Bauru, SP: Edusc, 2004.

- FRANCO, Stella Scatena. e PRADO, Maria Lígia. Participação feminina no debate público brasileiro. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. – São Paulo. Ed. 34, 2006.
- GIORGIO, Michela de. O modelo católico. In: *História das mulheres no Ocidente. Vol. 04: O século XIX*. Michelle Perrot e Georges Duby. (Orgs.). Porto: Edições Afrontamentos, 1991.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HABENR, June E. Honra e distinção das famílias. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. A saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: *História e sensibilidade*. Marina Haizenreder Ertzigue, Temis Gomes Parente (Orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2006.
- JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. –Bauru, SP: Edusc, 2007.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: *História das mulheres no Ocidente. Vol. 05: O século XX*. Michelle Perrot e Georges Duby. (Orgs.). Porto: Edições Afrontamentos, 1991.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (Org.). – São Paulo: Contexto, 2011.
- MAYER, Françoise. A educação das raparigas: o modelo laico. In: *História das mulheres no Ocidente. Vol. 04: O século XIX*. Michelle Perrot e Georges Duby. (Orgs.). Porto: Edições Afrontamentos, 1991.
- PEDRO, Joana Maria. Os sentimentos de feminismo. In: *História e sensibilidade*. Marina Haizenreder Ertzigue, Temis Gomes Parente (Orgs.). Brasília: Paralelo 15, 2006.
- PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea*. – Topoi: Rio de Janeiro, 2011.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. – Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. e DUBY, Georges. (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente. Vol. 04: O século XIX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.
- PERROT, Michelle. e DUBY, Georges. (Orgs.). *História das mulheres no Ocidente. Vol. 05: O século XX*. Porto: Edições Afrontamentos, 1991.
- PINSKY, Carla Bassanezi. e PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. – São Paulo: Contexto, 2012.
- RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: *História das mulheres no Brasil*. Mary Del Priore (Org.). – São Paulo: Contexto, 2011.

- RIBEIRO, Mirian Bianca Amaral. Memória, Família e Poder: História de uma Permanência Política – Os Caiados em Goiás. In: *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*/ Nasr Fayad Chaul, coordenador. – Goiânia: Ed. Kelps, 1998.
- RIBEIRO, Paulo Rodrigues. Sombras no silêncio da noite: imagens da mulher goiana no século XIX. In: *Goiás: identidade, paisagem e tradição*/ Nasr Fayad Chaul; Paulo Rodrigues Ribeiro (Orgs.). – Goiânia: Ed. da UCG, 2001.
- ROSENBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- SALLES, Antônio Pinheiro. A ditadura militar em Goiás: depoimentos para a história. – Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*; tradução de Rosa freire d'Aguiar. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e história*. Tradução de Consol Vilá I. Boadas. – México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.
- SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Moça Educada, Mulher Civilizada, Esposa Feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar. - Bauru, SP: Edusc, 2012.
- SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: *Nova história das mulheres*. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro (Orgs.). – São Paulo: Contexto, 2012.
- SOIHET, Rachel. e PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero*. Revista Brasileira de História. – São Paulo, 2007.
- SOUZA, Dalva Borges. O golpe em Goiás. In: *Goiás: sociedade e Estado*/Org. Dalva Borges Souza. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
- TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*/Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Mota (org.).-Bauru, SP: Edusc, 2004.
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. In *Cadernos Pagu*. Unicamp, 1994.

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA EM CAIO PRADO JUNIOR, NELSON WERNECK SODRÉ E ALBERTO PASSOS GUIMARÃES E O CONTRAPONTO DE JACOB GORENDER

Paulo Winícius Teixeira de Paula
paulowinicius@gmail.com

Universidade Federal de Goiás
Licenciado e Bacharel em História pela UFG
Especialista em Docencia no Ensino Superior
Mestrando em História pela UFG
Bolsista Capes

Resumo

O artigo apresenta um quadro teórico de grandes intelectuais que aprofundaram o debate sobre a realidade brasileira a partir de categorias marxistas. Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães como grandes referenciais da “teoria consagrada” da revolução em etapas, Caio Prado Júnior como ruptura à esquerda, negando a idéia de revolução burguesa e Jacob Gorender alguns anos depois com a afirmação do caráter socialista da revolução brasileira, a partir do referencial do escravismo colonial como condição essencial de interpretação da formação econômica de nosso país. Tais autores ainda são referenciais para vários grupos da esquerda brasileira e o debate sobre essas diferentes visões se faz salutar e necessário.

Palavras-chave: Revolução, capitalismo, modo de produção .

Keywords: Revolution, capitalism. mode of production

Alberto Passos Guimarães nasceu em Maceió-AL em 1908, tendo formação como geógrafo, historiador e economista, escreveu *Inflação no Brasil* (1963), *A Crise Agrária* (1979), *As classes perigosas - banditismo rural e urbano* (1982) e outras obras publicadas pela Larousse Cultural.

Neste artigo nos debruçamos acerca das proposições em sua obra de maior vulto: *Quatro Séculos de Latifúndio* (1963), onde o autor destaca teses sobre o caráter feudal da colonização brasileira e ressalta a necessidade da construção de uma plataforma nacional que rompa com os entraves ao pleno desenvolvimento da economia, obstáculos estes que seriam a presença do imperialismo aliado aos restos feudais representados pelo latifúndio improdutivo. Passos teve reconhecida militância nos órgãos diretivos do PCB, sendo inclusive um dos responsáveis pela formulação do documento conhecido como Declaração de Março de 1958, onde os comunistas reafirmam a política de aliança com uma burguesia nacional para construção de uma revolução democrático-burguesa.

Nelson Werneck Sodré nasceu no Rio de Janeiro-RJ em 1911 e faleceu em Itu-SP em 1999, teve formação como Historiador. Neste artigo apreciaremos suas contribuições nos livros *Introdução à Revolução Brasileira* (1958) e *Formação Histórica do Brasil* (1962). Sua atuação como Historiador é paralela a sua trajetória como militar, onde ocupou a chefia do curso de História Militar na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, trabalhou em quartéis de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Mato Grosso.

Sodré é reconhecido por sua militância nacionalista, tendo grande atuação política no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão que reunia intelectuais na discussão e formulação de estudos acerca de um projeto de desenvolvimento nacional, mesmo na resistência à Ditadura Militar (1964-1985). Sodré, ao contrário de Guimarães, não participou de instâncias diretivas do PCB, mas suas teses estão presentes no programa nacional democrático que marca a trajetória não só do PCB, mas de boa parte da esquerda marxista brasileira.

Caio Prado Junior (São Paulo, SP, 1907-São Paulo, SP, 1990), Cientista Social e Geógrafo, contribuiu na historiografia política e econômica brasileira, principalmente através da *Revista Brasiliense* (1955-1964), foi um dos fundadores do Partido

Democrático (1926), representando-o na Convenção da Aliança Liberal (1929). Ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1931, tornando-se presidente da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo, por onde também foi deputado estadual do PCB e líder da bancada do partido em 1947.

Prado Fundou a Editora Brasiliense e a gráfica Urupês, editando a Revista Brasiliense (1955-1964), fechada pelo golpe militar de 1964, quando Prado Jr. teve seus direitos políticos cassados; em 1971, foi condenado pelo Supremo Tribunal Militar por atividade subversiva, sendo liberado por um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal.

Entre suas publicações estão obras consideradas como das mais importantes da produção historiográfica brasileira: *Evolução Política do Brasil* (1933), *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1943); além de textos filosóficos: *Dialética do conhecimento* (1952), *Notas introdutórias à lógica dialética* (1959), *Estruturalismo e Marxismo* (1971); e obras que relatavam suas experiências e visões sobre os países socialistas: URSS, *Um Novo mundo* e *O mundo do Socialismo*. Sua obra referencial, ao lado de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), é o livro *A Revolução Brasileira* (1966), onde iniciou um processo de revisão da tradição marxista brasileira ao contrapor a teoria consagrada de desenvolvimento do país pela tese do desenvolvimento capitalista desde os idos do Brasil colônia.

Jacob Gorender nasceu na Bahia em 1923, sendo um historiador marxista que contribuiu muito com o debate acerca da formação econômico-social brasileira. Gorender publicou em 1945, após atuar pela força expedicionária brasileira na 2ª Guerra, um artigo pelo *Jornal Tribuna Popular* (13 de outubro de 1945) intitulado “A nova democracia italiana (O Partido Comunista de Gramsci e Togliatti)”, um dos primeiros artigos a mencionar Gramsci no Brasil; em 1958 publicou os ensaios “Correntes sociológicas no Brasil”, na revista *Estudos Sociais*; em 1960 publica “A questão Hegel”, também nessa revista e, em janeiro de 1963, “Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil”, na *Revista Problemas da Paz e do Socialismo*. Em 1961 traduziu com Mário Alves o *Manual de Economia Política* da Academia de Ciências da URSS, e no ano seguinte, *Fundamentos do marxismo-leninismo*, todos

publicados pela Editora Vitória, vinculada ao PCB. Em 1967, ao lado de Mário Alves, Marighela e Apolônio de Carvalho é expulso do PCB, por afirmar posições mais à esquerda que confrontavam a direção do partido, chefiada por Prestes. Logo após esse episódio, organiza o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), junto com Mario Alves e Apolônio de Carvalho .

Em 20 de janeiro de 1970 Jacob Gorender é preso em São Paulo, pelo regime de ditadura civil-militar que vigorava no país. Na prisão, através de um curso, Gorender apresentou o princípio de sua explicação da formação social brasileira, onde já combate as teses consagradas e advoga a interpretação da transição da sociedade brasileira, do escravismo ao capitalismo, sem passagem pelo feudalismo, afirmando assim o caráter socialista da revolução brasileira.

Em 1974, inicia a redação de O Escravismo Colonial, obra que irá finalizar em 1976, e que será publicada em 1978.

Neste artigo estamos atentos às interpretações que deram sustentação a política dos comunistas organizados no PCB e os maiores expoentes dessas análises: Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, bem como de dois contrapontos a essas teses, feitos por Caio Prado Junior e Jacob Gorender.

Sodré e Guimarães estavam envolvidos no que consideravam ser mais do que um debate acadêmico sobre um projeto nacional para o Brasil. Para estes autores o que estava em jogo era um projeto de revolução, particularmente a primeira etapa de uma revolução socialista, a revolução nacional-democrática burguesa. Tal conceito é herdado das resoluções do segundo congresso da IIIª Internacional Comunista, federação que reunia organizações da classe trabalhadora de vários países sob grande influência dos soviéticos, realizado em julho-agosto de 1920.

A Terceira Internacional Comunista ou Comintern – foi fundada em Moscou em março de 1919 por iniciativa dos bolcheviques, após a vitória da revolução de Outubro e numa época de grande agitação na Europa Central (BOTTOMORE, 1988, p.197).

As deliberações do Cominterm começavam a ter importância nas análises e práticas das organizações comunistas pelo mundo.

O Segundo Congresso aprovou as Teses sobre a Questão Nacional e Colonial, elaboradas por Lênin, que enfatizavam a necessidade de uma aliança antiimperialista dos movimentos de libertação nacional e colonial com a Rússia Soviética e os movimentos operários que combatiam o capitalismo (BOTTOMORE, 1988, p.198).

Os contornos definitivos acerca da tática correta para a revolução nos países coloniais, semi-coloniais e dependentes, e a conseqüente análise do estágio de desenvolvimento econômico vivido por estes países, viriam a ser dados nas resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista realizado em julho de 1928.¹

As concepções de Guimarães e Sodré acerca da formação colonial brasileira, contavam com clara influencia das resoluções da III Internacional Comunista para os países sul-americanos, porém não podemos negar que a análise de coexistência de modos de produção, e a definição dos mesmos em nosso país foram embasadas nos princípios da teoria marxista e na pesquisa profunda acerca da historiografia brasileira construída até aquele momento.

O pensamento brasileiro de inspiração marxista, ao desenvolver a temática do feudalismo, bebeu nas suas fontes clássicas, mas também executou um movimento de revalidação da historiografia nacional (Moraes, J. Q. e ROIO, M del org. 1998)

No período que engloba o final dos anos 50 e a primeira metade dos anos 60, estabelecia-se no Brasil, um debate político-econômico efervescente, onde vários setores da sociedade opinavam sobre o projeto de transformação e desenvolvimento a ser efetuado no país.

¹ Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela Independência Nacional. Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de etapas preparatórias e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista (Programa da Internacional Comunista, 1977, p.286).

Se destacam nesse quadro autores que contribuíram muito para a análise da formação social e econômica brasileira como Celso Furtado (1959), que publicou o clássico Formação Econômica do Brasil debatendo uma tese sobre estagnacionismo econômico e Ignácio Rangel (1957) com o livro Dualidade básica da economia brasileira onde fala de dualidades de modos de produção e também da presença do latifúndio feudal na conformação econômica brasileira.

Nesse momento o PCB se destaca como referência teórica através dos intelectuais ligados ao partido, os principais sendo: Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, defensores do modelo democrático-burguês e Caio Prado Júnior e Gorender (este em um período posterior) como grandes questionadores desta “teoria consagrada”.

[...] sobretudo nos primeiros anos da década de sessenta, a problemática da reforma e da revolução vai estar presente e com grande ênfase nos projetos, discursos, análises e ação, tanto nos partidos de esquerda como nos liberais, cristãos, trabalhistas, como também nos governos e instituições da sociedade civil e política. Seja a favor ou contra, as forças sócio-políticas irão se polarizar em torno desta questão. O Partido Comunista Brasileiro, em particular, terá seu projeto político e sua prática intimamente ligados e direcionados por este tema (SEGATO, 1989, p.19).

A formulação teórica para o PCB e seus intelectuais, fossem eles ligados ao controle da máquina partidária ou não, sempre estará vinculada a um projeto de poder, tendo papel central a organização política (partido) como legítima representante do proletariado. O intelectual Caio Prado Júnior, militante que ocupou cargos de destaque na organização pecebista de São Paulo, não conseguiu influir com suas teses a política partidária, porém reivindicava uma ação do partido no sentido de construir um projeto revolucionário em outras bases.

[...] resta, contudo ainda muito, da parte das forças de esquerda e dos comunistas em particular (porque sempre foram eles os mais atingidos pelas concepções teóricas deformadas que imperam no assunto) para uma decidida tomada de posição no rumo certo. (PRADO, 1966, p.92).

Demonstrando como o PCB estava no centro das ações dos marxistas brasileiros da época, muitas vezes a teoria elaborada tinha como alvo a própria prática partidária, sendo crítica ou sustentáculo. Vejamos tais observações de Prado tendo como objeto as resoluções partidárias, para tanto, o autor afirma: “Os documentos oficiais do Partido Comunista do Brasil são a esse respeito, entre outros, altamente ilustrativos” (PRADO, 1966, pp.75).

Para Prado, o PCB não se empenhava no que seria a luta central dos trabalhadores do campo, por melhores salários e condições de trabalho, “[...] porque ele não se enquadrava nas premissas teóricas de sua imaginária revolução anti-feudal” (p.77), este um dos tópicos centrais do debate teórico com Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré, os dois autores que embasaram a política oficial do PC sobre os rumos a serem tomados no caminho da Revolução Brasileira.

Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender e Caio Prado Junior se destacaram por assumirem a função do intelectual não como um mero “desvendar o mundo”. Podemos relacionar tal definição no conceito de intelectual orgânico da classe explicitado por Gramsci:

Gramsci classifica os intelectuais em intelectuais orgânicos, de que qualquer classe progressista necessita para organizar uma nova ordem social, e intelectuais tradicionais, comprometidos com uma tradição que remonta a um período histórico mais antigo. (BOTTOMORE, 1988, p.166)

Os autores se contrapõem em suas atividades intelectuais a uma “intelectualidade tradicional” vinculada a uma filosofia idealista que se considera à parte ou acima da realidade. Prado Jr ao se referir à revolução brasileira em seu principal trabalho, nos deixa claro que:

Não se trata nela simplesmente de análise ou explicação sociológica no sentido usual – o que constituiria posição conservadora – e sim de discernir nos fatos considerados o seu conteúdo dialético, isto é, sua projeção futura no sentido da modificação e transformação das instituições vigentes. (PRADO, 1966, p.210).

Assim como Werneck Sodré e Passos Guimarães, que vislumbravam a teoria como elemento central de uma justa prática política, Prado (1966) se refere às análises teóricas, mesmo em outra perspectiva, como condições para a ação, “é por isso, aliás, que insistimos no assunto: é para tornar bem claro como pode ser nocivo à linha política e prática revolucionária uma falsa perspectiva teórica” (p.74)

Sodré e Passos Guimarães viam no processo de reforma agrária uma função libertadora, pensavam um projeto político que se encaixasse na dinâmica objetiva do processo histórico nacional, que era entendido naquele momento (final da década de 50 e início da década de 60) como de iminente libertação e emancipação:

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semi-coloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semi-feudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e “jurídico” da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país” (GUIMARÃES,1963,p. 38) .

Seus escritos demonstram como estavam conectados com o que julgavam ser a necessidade prática à qual passava o povo e a nação, o desenvolvimento das forças produtivas, mais do que a mera descrição da realidade brasileira entendida como um país semi-feudal. O crucial em suas interpretações é a fundamentação explicativa para as possibilidades revolucionárias que essa análise possibilitava.

O interesse pelos estudos econômicos vem crescendo, como visível sinal, de que nos encontramos em uma fase decisiva do nosso desenvolvimento, fase em que é necessário um completo e objetivo conhecimento do próprio país, para que possamos escolher rumos que estejam de acordo com as presentes necessidades de encontrarmos um sentido real aos nossos empreendimentos” (SODRÉ,1958, p. 61)

Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré são os autores de maior dimensão e relevância na análise dos documentos oficiais e idéias divulgados pelo

Partido Comunista no referido período, da Declaração de Março de 1958, passando pelo V Congresso em 1960 e pelas várias declarações públicas de dirigentes do Comitê Central encontramos as elaborações dos autores como referência à prática política dos comunistas organizados no PCB.

Coube a estudiosos como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré tematizar o feudalismo e proceder à validação interna das teses correntes no movimento comunista internacional e dar densidade aos argumentos utilizados pelos líderes comunistas nacionais” (MORAES e ROIO, 1998,).

Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães definem a Sociedade Brasileira como semi-feudal, levando em conta a tradição marxista no Brasil nas décadas de 50 e 60, e as possibilidades implícitas de ação prática que tal análise poderia possibilitar. A partir dos trabalhos de cada autor, é plausível demonstrar a "consciência política dos marxistas brasileiros" que apontam a necessidade de pensar um projeto soberano para o nosso país, diferente do que sempre foi moldado pelas classes dirigentes brasileiras, sendo possível apontar como em um período relativamente tão curto a produção intelectual esteve voltada para um projeto de nação, e como os intelectuais participavam e se sentiam responsáveis em pensar o destino da “pátria”.

As teses acerca das reminiscências feudais, a necessidade de uma reforma agrária ampla e a luta contra o imperialismo movida pelo proletariado ao lado de uma burguesia nacional, tiveram no período ao qual estamos nos referindo, alguma oposição nos círculos marxistas que não estavam vinculados ao PCB, mas foi justamente por meio de um quadro do partido que surgiu a teoria contrária de maior impacto, a tese do capitalismo colonial de Caio Prado Junior. O autor sustentou que o Brasil era capitalista desde o início da colonização e que a luta pela reforma agrária não era uma questão central para o desenvolvimento do país, e sim a luta por melhores condições de trabalho no campo.

Dos dois objetivos da política de esquerda, a luta antiimperialista pela soberania nacional e a luta antifeudal pela reforma agrária, Caio Prado Júnior mantém o primeiro e nega o segundo. Seu programa constitui apenas um recuo, um abandono de uma das trincheiras de luta (FIGUEIREDO, 2004, p.488).

Prado operava uma revisão da teoria marxista brasileira, estabelecendo um confronto direto com a política implementada pelos comunistas organizados no PCB. O historiador paulista recusava o debate acerca de um modelo estabelecido de revolução, fosse ela democrático-burguesa ou socialista, segundo o autor: “precisamos saber o que acontecerá, ou pode e deve acontecer no curso da revolução brasileira. E não indagar de sua natureza, daquilo que ela é, da sua qualificação, definição ou catalogação” (PRADO, 1966, pp.8-9).

Argumentando que a busca em enquadrar o caráter da revolução nesses dois parâmetros baseia-se “[...] em convicções predeterminadas de ordem puramente doutrinária e apriorística” (PRADO, 1966, pp.8-9).

Jacob Gorender converge com Caio Prado por entender que nunca houve feudalismo no Brasil “... Se nos voltarmos para o Brasil escravista constataremos a ausência dos obstáculos do tipo feudal ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.” (GORENDER, 1988, p.18) Defendendo a tese de que no Brasil se deu um modo de produção com uma dinâmica própria e determinante que foi o escravismo colonial, não sendo este apenas fruto das dinâmicas internacionais do capital. Gorender irá associar tal modo de produção com a fase de acumulação primitiva de capital que permitiu o desenvolvimento futuro do capitalismo no país. Ao lado de Caio Prado é um contraponto à teoria consagrada, porém, contesta Prado ao definir como impróprio descrever como capitalista qualquer sociedade dominada por relações mercantis. Para Gorender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil só foi possível graças ao período de acumulação primitiva de capital, sendo este o modo escravista colonial. Portanto o simples fato do capitalismo ser um sistema hegemônico e consolidado mundialmente, não determinou um Brasil capitalista desde o início da colonização. Gorender demonstra suas diferenças com Caio Prado ao não reconhecer os fazendeiros paulistas como burguesia cafeeira e nem tão pouco a associação entre pagamento de salários com relações de produção capitalistas.

“...Ora, a agricultura brasileira não se tornou capitalista em seguida à extinção do trabalho escravo. Nem sequer a cafeicultura do Oeste de São Paulo sofreu uma

transformação capitalista com a introdução do trabalho livre , só parcialmente pago em salários.” (GORENDER,1988,p.18)

Acerca de um programa revolucionário, enquanto Passos Guimarães e Sodré têm presentes em sua análises a preocupação de construir um programa viável e imediato para a revolução brasileira, Prado, não só recusa tal programa, como entende o processo revolucionário sendo fruto de reformas estabelecidas no decorrer das lutas sociais.

É a dialética dos fatos históricos..., que independentemente da vontade dos indivíduos, levará a luta do proletariado ao momento decisivo em que se proporá sua natural conclusão que é o socialismo, através de ações em favor de objetivos mais restritos e imediatos, que são os que se propõem concretamente na conjuntura do momento (PRADO, 1966, p.14).

Se a opinião de Prado é conflitante com Sodré e Passos no que diz respeito ao caráter e caminhos da revolução, é comum a estes autores o momento de transformações pelo qual passava o país:

A Revolução Brasileira [...] se desenrola de maneira excessivamente lenta [...] Nem por isso deixam de estar presentes e se revelam e fazem sentir através de perturbações que agitam a vida do país: desequilíbrios econômicos, desajustamentos e tensões sociais, conflitos políticos de maior ou menor gravidade e repercussão. Cabe precisamente à ação política revolucionária estimular e ativar aquelas transformações implícitas no processo histórico em curso e de que tais perturbações constituem o sintoma aparente e mais diretamente sensível. É a programação das medidas necessárias ou favoráveis a esse fim que forma a teoria revolucionária” (PRADO , 1966, p.209).

Passando por um trabalho cuidadoso de observação da realidade, com destaque para os equívocos de esquerda que facilitaram o golpe militar de 64, Gorender defende o caráter socialista da revolução brasileira e condena a tese de uma etapa precedente de revolução burguesa “ ... Dada as características da sua formação econômico-social, a

revolução burguesa é uma categoria inaplicável à história do Brasil.
”(GORENDER,1988,p.112)

ENTRE O DESCOMPASSO ESTRATÉGICO E O REFORMISMO

Não podemos deixar de reconhecer a influência das teses do Movimento Comunista Internacional, nas obras de Sodré e Passos, sobre a sucessão dos modos de produção (escravismo; feudalismo; capitalismo; socialismo), porém é questionável a crítica apresentada por Prado, de que o trabalho dos autores para explicarem a presença de modos de produção não capitalistas no Brasil, se trata de simples repetição de modelos alheios à realidade: “No Brasil (...) a teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isso é de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos...” (PRADO, 1966, p.33). Os dois autores irão recorrer aos pioneiros da Historiografia Brasileira para sustentar suas posições. Guimarães destaca referências historiográficas que lhe serviram como suporte para elaboração de suas teses ao analisar os poderes extra-econômicos dos latifundiários:

“O poder extra-econômico é uma característica e uma sobrevivência do feudalismo. Ele se exerce, ainda em nossos dias, através do “governo” das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios. Aquilo que Antonil recriminava no século XVIII(“ Quem chegou a ter título de senhor , parece que em todos quer dependência de servos”) e Koster observou no século XIX (“ O grande poder do agricultor , não somente nos seus escravos mas sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres”) revive, no século XX, sob a forma do “ coronelismo” de antes de 1930 e, com algumas modificações no estilo, não desapareceu até hoje. “ (GUIMARÃES,1963, p. 35)

Escritos e depoimentos, de pioneiros da historiografia como Fernão Cardim, Varnhagen e Antonil, são objeto de análise por onde Sodré e Passos transitaram para justificar a autenticidade de suas teses acerca da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

Sodré e Passos utilizaram referências dos primórdios da Historiografia Brasileira que registram menções a uma institucionalização política e social das capitanias hereditárias como característica feudal no Brasil, como podemos ver na obra do historiador Francisco Varnhagen (1816-1878) :

“[...] receoso do demasiado desenvolvimento que os franceses iam dando ao seu comércio com o Brasil, viu-se obrigado a adotar o plano de colonizar, pelo simples meio de ceder essas terras a uma espécie de novos senhores feudais” (FIGUEIREDO, 2004, p.62)

A teoria marxista, vinculada á luta política nos anos de 50 e 60, mesmo com uma tradição incipiente não se limitaria a reproduzir as formulações do movimento comunista internacional, Sodré e Passos puderam beber em uma vasta fonte de depoimentos e documentos acerca de caracterizações tanto escravistas, como feudais da economia brasileira em seus quatro primeiros séculos.

Ainda revisitando os caminhos trilhados por Sodré e Passos encontramos documento publicado inicialmente em 1931 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, neste, Gottfried Heinrich Hendelmann, que escreveu sobre o Brasil em 1860, comenta as principais obras disponíveis até a época sobre nosso país. Falando sobre a distribuição de terras dizia: “... estabelecia-se em resumo, o direito feudal da Idade Média em solo brasileiro sob uma forma muito abrandada” (FIGUEIREDO, 2004, p.84).

A caracterização da formação econômica brasileira como feudal foi o ponto chave de sustentação da teoria da revolução nacional-democrática. Mais que uma divergência sobre quais seriam os fatores constituintes para a definição do modo de produção feudal - a disputa de idéias que ficou patente entre Sodré e Passos de um lado e Prado de outro- havia um objetivo político por trás da tese feudal, a questão da reforma agrária.

O feudalismo existindo na sociedade brasileira, representado pelos grandes latifundiários, reforçava a tese de que estava posto um entrave ao pleno desenvolvimento capitalista, colocando a reforma agrária como questão indispensável, e objetivo comum tanto ao proletariado como à burguesia. Encontrava-se na teoria do

PCB a idéia de sucessão dos modos de produção (retirada das obras de Engels e difundida pelo Comintern): escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo, portanto à maneira das revoluções clássicas, francesa e inglesa, a burguesia teria interesse em extirpar os impedimentos ao seu desenvolvimento enquanto classe e também os trabalhadores teriam de passar pela ante-sala capitalista para chegar ao socialismo.

Perceber a presença da teoria de sucessão dos modos de produção no projeto da revolução nacional democrática embasada por Sodré e Passos, não diminuem a consistência e coerência da análise dos autores sobre as formas de produção não-capitalistas no Brasil. Alberto Passos Guimarães (1962) defendeu a constituição feudal da economia brasileira, tendo como argumento principal, o fato de ter ocorrido no Brasil, em seu período de colonização, a transferência de instituições feudais portuguesas, que teriam assegurado à classe dominante o monopólio da terra. É importante destacar que sendo feudal ou não a realidade do campo, o monopólio da terra era um fator incontestável da realidade brasileira, o que intelectuais como Sodré e Passos assinalaram muito bem. Portanto, independentemente da expressão utilizada, feudalismo no caso, o decisivo é que os autores conseguem indicar em suas análises os elementos históricos concretos da realidade analisada.

A ordem feudal vigente na sociedade portuguesa de 1500 tinha sua base interna no monopólio territorial. E como a terra era, então, indiscutivelmente, o principal e mais importante dos meios de produção, a classe que possuía sobre ela o domínio absoluto estava habilitada a sobrepor às demais classes o seu poderio, por todos os meios de coação econômica, e, notadamente, de coação extra-econômica. Quando a metrópole decidiu lançar-se na empresa colonial, não lhe restava outra alternativa senão a de transplantar para a América Portuguesa o modo de produção dominante no além-mar. E o fez cônica de que a garantia de estabelecimento da ordem feudal deveria repousar no monopólio dos meios de produção fundamentais, isto é, no monopólio da terra. Uma vez assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos ‘homens de qualidades’ da confiança de el-rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados (GUIMARÃES, 1962, p.28).

Sodré e Passos têm comum opinião sobre a existência dos resquícios feudais que atrasam o pleno desenvolvimento das forças produtivas, porém, podemos destacar o

desacordo de ambos no que diz respeito à colonização brasileira, reconhecida por Passos Guimarães como feudal desde seu início. Tal análise parte do entendimento deste autor de que o modo de produção é definido como o conjunto das relações que conformam a vida produtiva

[...] no conjunto da economia pré-capitalista do Brasil Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção (GUIMARÃES, 1962, p.30-31).

Sodré apesar de reconhecer que no Brasil Colônia haviam traços feudais, levando em conta a legislação das capitanias hereditárias e das sesmarias e que a classe dominante portuguesa era a dos senhores feudais, define a colonização inicialmente como escravista, levando em conta a relação social direta entre produtores e proprietários dos meios de produção.

A Coroa doava a terra. Era generosa nessa doação. Mas não doava o escravo. O escravo fazia parte do investimento inicial. Valia mais que a terra; muito mais, pois a terra nada valia. A riqueza do senhor media-se muito mais pelo número de escravos do que pela extensão da propriedade, embora houvesse uma relação entre um e outro desses fatores (SODRÉ, 1962, p.71).

Sobre a sua caracterização dos meios de produção e do sistema econômico que fora implantado no Brasil, Prado defende a tese de que o capitalismo brasileiro se conforma com a colonização portuguesa, que a economia brasileira se inicia estruturada e integrada ao sistema capitalista mundial e entende que a grande propriedade rural brasileira emprega relações capitalistas de trabalho. Prado desqualifica qualquer associação com o sistema feudal, e chama de restos coloniais o que Passos e Sodré dão nome de resquícios feudais, tratando estas reminiscências como particularidades isoladas.

Para se fundamentar e contestar essa teoria foi-se forçado a deformar não apenas os fatos da realidade a que se pretendia aplica-la, mas

também os próprios conceitos de que se utiliza. Feudal tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso (PRADO, 1966, pp.55-56)

Prado é enfático ao desqualificar o que considera como a transposição mecânica de análises baseadas em outras realidades. Desconsiderando a relevância do regime de parceria, onde há remuneração do trabalho e serviços prestados com participação do produto, coloca tal realidade no campo das coincidências e como irrelevante na situação brasileira.

Os trabalhadores rurais brasileiros são simples vendedores de força de trabalho, portanto, e não ‘camponeses’, no sentido próprio, aquilo pelo que aspiram e reivindicam, o sentido principal de sua luta é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego (PRADO, 1966, pp.55-56).

O autor entende que independente do nível de desenvolvimento tecnológico aplicado à produção e mesmo no setor agropecuário, é capitalista a economia brasileira:

[...] mas o que caracteriza essencialmente o capitalismo como sistema econômico e social, são relações de produção e trabalho em que os fatores ou bens de produção ou que concorrem na produção de mercadorias (instrumentos de produção e máquinas, matéria - prima a ser elaborada, etc., e particularmente força de trabalho empregada na produção), são mercadorias que se compram e vendem, e privadamente apropriadas: a força de trabalho, pelo trabalhador; as demais, pelo capitalista e empresário da produção. O capitalismo é assim, não importando essencialmente a tecnologia empregada na produção. E nesse sentido, as relações de produção predominantes na agricultura brasileira, inclusive na agropecuária, são de natureza capitalista (PRADO, 1966, p.99).

Jacob Gorender não nega que houvessem entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil, porém esses seriam os resquícios do escravismo e não do feudalismo, e tão pouco vê na burguesia brasileira algum papel revolucionário. “... O modo de produção capitalista deve ser precedido pela fase de acumulação primitiva de

capital. Na Europa isso se dá pelo feudalismo e no Brasil pelo escravismo colonial.” (GORENDER, 1981, pp. 8 e 9)

Os obstáculos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista segundo Gorender seriam as próprias instituições escravistas, tratando assim a abolição da escravatura como uma revolução.

Sodré a par das diferenças com Passos no que diz respeito à valoração do trabalho escravo e da terra nos momentos iniciais da colonização brasileira, se reencontra com o autor de “Quatro Séculos de Latifúndio”, ao apontar uma transição do escravismo para o feudalismo. Mesmo em sua obra Introdução à Revolução Brasileira (1958)- onde discordava da vigência de relações feudais no Brasil colônia – Sodré já apresentava a forma como se estruturava por completo o modo de produção feudal.

O cenário do fim do século XIX é diverso daquele que a Independência apresentava. A classe dominante continua a ser a dos senhores de terras quem, porém não são mais senhores de escravos e a transformação fundamental está na passagem do regime escravista para um regime latifundiário e feudal, em que o pequeno produtor sem posses está vinculado ao senhor de terras por laços não institucionais (SODRÉ, Nelson Werneck. 1958 p. 173)

Na opinião dos autores -Sodré e Guimarães- a estrutura social e atrasada brasileira não conseguia absorver a mais nova mão de obra livre (escravos) após a abolição da escravatura, aumentando ainda mais as áreas feudais já existentes.

Quando a escravidão se tornara insustentável e se encaminhava para o fim, não se haviam criado ainda em nosso país, as condições objetivas para a substituição da economia escravista pelas formas de exploração típica do capitalismo, baseadas no trabalho assalariado [...] Por isso triunfaram as experiências de meação e do colonato [...] a fórmula ideal para a conservação do monopólio da terra (GUIMARÃES, 1962, pp.96-97).

Em uma distinção clara com Sodré, acerca do papel assumido pelos escravos recém libertados na conformação do sistema produtivo brasileiro, Caio Prado aponta: “abolido o regime servil o que sobrava de escravos no Brasil se transformaram em assalariados, continuando empregados nos mesmos estabelecimentos rurais” (PRADO,

1966, p.148). Segundo o autor com a libertação do que havia de escravista em nossa economia, agora estavam dadas as plenas condições para o desenvolvimento capitalista, sem a necessidade de nenhuma reforma agrária: “o fato é que, com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, acharam-se presentes no Brasil o conjunto dos elementos estruturais componentes do capitalismo” (PRADO, 1966, p.148) Não havendo camponeses em situação de dependência, como se imaginaria no sistema feudal, e sim assalariados livres, seus anseios seriam por melhorias salariais e não pela posse da terra.

Sodré (1962) percebe a coexistência de diferentes modos de produção, dentro do país:

Consideradas tais relações, a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência, aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada um daqueles regimes de produção, salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje – é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos casos específicos do caso brasileiro, mas não privativo deste caso. Coexistem no Brasil regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país. Quem percorre o nosso território do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado, conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semi feudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no séc. XVI. (p.4)

A análise de coexistência de regimes de produção distintos que gerariam os antagonismos nas diferentes regiões do país, apontados por Sodré, tem imbricado em si o método dialético de análise, onde são apontadas as diferentes formas de desenvolvimento da economia brasileira, e de apropriação da força de trabalho.

Tais reflexões são necessárias para não cairmos na armadilha de taxar as contribuições de Sodré e Passos como reflexos do subdesenvolvimento da teoria marxista brasileira no referido período ou mesmo de um reformismo e conciliação de classes tal qual o próprio PCB enfrentou na década de 1980, seria o equívoco de confundir descompasso estratégico com transformismo. Dentre os que subestimam tais

contribuições, encontramos a opinião do economista Guido Mantega, que em seu artigo Marxismo na Economia Brasileira, aponta a associação das teses do PCB com as resoluções da III Internacional para os países coloniais e semi-coloniais, como um sintoma de empobrecimento teórico, relacionando tais análises com um determinismo ou mecanicismo, vendo em Caio Prado Junior o intelectual que iria desenvolver uma “alternativa ao materialismo vulgar e abriria caminho para uma abordagem realmente dialética da sociedade brasileira” em contrapartida a um reiterado marxismo “vulgar”(MORAES,1995-1998,Vol. II p.106)

Passos e Sodré, afirmam a existência de uma burguesia nacional com características revolucionárias e a tese do Latifúndio aliado ao Imperialismo internacional. Sendo estes os principais entraves estruturais ao pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil, os autores articulam a interpretação historiográfica com a luta política militante. Sodré tinha a noção de estar contribuindo com um programa para a prática política, a construção da revolução democrático-burguesa – “Quais as tarefas progressistas e revolucionárias desta fase histórica, então? Libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio” (SODRÉ,1958,p.208)

O autor oferece-nos a clara dimensão e expectativa a qual viviam estes intelectuais engajados:

Quais as classes sociais interessadas na gigantesca tarefa progressista e revolucionária com que nos defrontamos? Parte da alta, média e pequena burguesia, a parte de cada uma desligada de associação, compromisso, ou subordinação ao imperialismo; o proletariado; o semi-proletariado e o campesinato, estes tem seus interesses confundidos com o interesse nacional e por ele lutam. (SODRÉ, Nelson Werneck, 1958, p.208)

Para além da defesa de um desenvolvimento capitalista brasileiro, Sodré, entendia que não havia caminho para a modernização do país sem um processo de reforma agrária, que emancipasse grande parte da população brasileira pauperizada, sua própria defesa de uma revolução que a primeiro momento desenvolvesse as forças produtivas, estabelecendo o pleno funcionamento do capitalismo, estava vinculada a uma idéia de posterior avanço rumo ao Socialismo, sobre a posição de classes na

primeira etapa revolucionária nos fala Sodré: “Em termos políticos: trata-se de uma revolução democrático-burguesa, de tipo novo, em que a componente burguesa não terá condições para monopolizar os proventos da revolução” (SODRÉ, Nelson Werneck, 1958, p. 210).

No que diz respeito à questão do imperialismo, Prado concorda que este seja um inimigo do desenvolvimento nacional, mas não corrobora a tese de Sodré e Passos de que esse esteja vinculado com maior peso a algum setor específico, como o latifúndio, mas de maneira igual associado a todos os setores da produção.

[...] A posição dos fazendeiros e outros proprietários rurais brasileiros é, essencialmente, sob aquele aspecto econômico e social, a mesma dos proprietários e capitalistas com atividades e negócios nas cidades... É aliás comum e perfeitamente natural, em particular nos níveis mais elevados, a participação dos mesmos indivíduos em atividades simultaneamente individuais ou comerciais, e na agropecuária. E isso se torna mesmo a regra podemos quase dizer, em altos círculos financeiros.”(PRADO, 1966, p.107)

E tendo tal preceito como base, não haveria na sociedade um setor mais propenso a uma aliança nacional junto ao proletariado – “não há assim fundamento para estabelecer distinção político-social, de natureza estrutural, entre os setores e categorias sociais brasileiras ligados respectivamente a atividades rurais e urbanas” (PRADO, 1966, p.108). Ao contrário de propor uma frente antiimperialista, deduz que a forma de confronto com o capital externo seria o controle das contas e do comércio exterior.

O programa de reformas que a revolução prevê, atinge desde logo precisamente os principais pontos de articulação da economia brasileira com o sistema imperialista, e que são as contas externas e o comércio exterior. E daí parte a política e a luta antiimperialista. (...) Não há nisso simples coincidência, e sim resultante da própria natureza e estrutura da economia brasileira e da sua dialética revolucionária que se dirige no sentido da transformação dela de colonial em nacional (PRADO, 1966, p.313).

Assim Caio Prado Júnior define seu projeto revolucionário, onde a luta pela proletarianização do campo e um intervencionismo econômico seriam as chaves para um

desenvolvimento nacional soberano, com o aumento do poder de renda dos trabalhadores e uma inserção do país rumo à modernidade. Se as idéias do autor não chegaram a se concretizar, é fato, que se estenderam como principal referencial teórico no combate à “teoria consagrada” que guiou o PCB e foi fundamentada por Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães.

Portanto temos um quadro teórico de grandes intelectuais que aprofundaram o debate sobre a realidade brasileira a partir de categorias marxistas. Sodré e Passos como grandes referenciais da “teoria consagrada” da revolução em etapas, Caio Prado como ruptura à esquerda, negando a idéia de revolução burguesa e Gorender alguns anos depois com a afirmação do caráter socialista da revolução brasileira, a partir do referencial do escravismo colonial como condição essencial de interpretação da formação econômica de nosso país. Tais autores ainda são referenciais para vários grupos da esquerda brasileira e o debate sobre essas diferentes visões se faz sempre salutar e necessário.

REFERÊNCIAS

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de Ver a Produção do Brasil**. São Paulo: EDUC; Campinas SP, Editora Autores Associados, 2004.

GORENDER, Jacob. **A Burguesia Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, coleção “Tudo é História”, 1988.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Fulgor, 1962.

PRADO Jr. Caio, **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1966.

.QUARTIM DE MORAES, J; DEL ROIO, M. (Org.) **História do marxismo no Brasil**.
Campinas: Editora da Unicamp, 1998. V.3.

_____ (Org.) **História do marxismo no Brasil**. Campinas:
Editora da Unicamp, 2000. V.4.

SEGATTO, J.A. **Breve História do PCB**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense,
1962.

_____. **Introdução á Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro:
José Olympio, 1958.

OCUPAÇÃO SEM DESTRUIÇÃO: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL?...

Poliene Soares dos Santos Bicalho

poliene.soares@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás (UEG/UnUCSEH - Anápolis)
Doutora em História Social

Sabrina do Couto de Miranda

sabrina_miranda@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Goiás (UnU Itapuranga)
Doutora em Ecologia

Resumo

O cerrado tem sido alvo de pesquisas nos campos da História e da Biologia desde os tempos coloniais. Os naturalistas viajantes contribuíram significativamente para o conhecimento da flora, da fauna e do homem. O cerrado foi escolhido como tema central deste ensaio devido à sua expressiva importância em termos de biodiversidade, serviços ambientais e posição geográfica estratégica no cenário nacional. Além disso, este bioma tem sido alvo de estudos em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, uma aproximação entre História e Biologia torna-se relevante por, entre os motivos, analisar a ação do homem no tempo e no espaço natural.

Palavras-chave: Cerrado; Diversidade Cultural; Biodiversidade.

Abstract:

The Cerrado biome has been target of research in the fields of History and Biology since colonial times. The traveling naturalists contributed significantly to the knowledge of flora, fauna and man. The Cerrado was chosen as central theme of this study due to its significant importance in terms of biodiversity, environmental services and strategic geographical position on the national context. Furthermore, this biome has been investigated by different areas of knowledge. In this sense, an approach between History and Biology is relevant to analyze human action, for example, in time and natural space.

Keywords: Cerrado; Cultural Diversity; Biodiversity.

Diferentes teóricos do conhecimento, ao se debruçar sobre a pergunta “o que é a História?” chegaram a uma definição similar à de Marc Bloch, que a descreveu como uma “ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 1974, p. 29). Para H. I. Marrou, a História é mais do que o estudo e/ou a pesquisa do passado humano, ela é o “conhecimento do passado humano” por, entre outros motivos, definir-se “pela verdade que pretende revelar” (s/d, p. 28-29).

Não é nosso propósito aqui enveredar por discussões teóricas e metodológicas relativas ao conhecimento histórico. Mas sim partirmos destas enunciações preliminares para apresentar o nosso objeto de análise. Teóricos da historiografia recente têm se dedicado a compreender, além dos vestígios do homem no passado remoto, a sua atuação no presente, ou num passado recente.

Mais que se ater ao passado do homem inserido no tempo, a história também se preocupa com a ação do homem no tempo e no espaço atual. Trata-se da história do presente, ou história contemporânea, que compreende a história do homem que questiona o seu passado recente (DOSSE, 2001; LACOUTURE, 2005). Afinal, não é no presente que surgem as perguntas que o historiador faz ao passado com o intuito de dar sentido aos seus projetos de vida e aferir significado às suas expectativas em relação ao futuro? (KOSELLECK, 1993).

Um dos campos de abordagem da história do presente é a História Ambiental que, após a revolução historiográfica realizada pelos clássicos da Escola dos *Annales*, mais especificamente a partir da 3ª Geração, vem ganhando espaço entre os estudiosos que se debruçam sobre as temáticas relativas ao homem e a natureza. Ou seja, a História tem se libertado do estigma de ser o estudo puro e simples do passado do homem, e se aberto cada vez mais para questões que ameaçam a própria existência humana no presente, como as bruscas mudanças ambientais ocasionadas pela desequilibrada interferência antrópica no ambiente. É nesta perspectiva que as “pesquisas em História Ambiental viriam reforçar a convicção e a necessidade de explicar o mundo atual a partir da pesquisa histórica e social” (MARTINEZ, 2006, p. 25).

Diante do exposto até aqui, retomamos o trecho do penúltimo parágrafo – “ação do homem no tempo e no espaço atual” – para apresentar o nosso problema. Pretendemos analisar a ocupação do bioma Cerrado, com o intuito de refletir sobre o modo como esta ocupação tem se estabelecido ao longo do tempo, sob um olhar histórico e biológico/ecológico, analisando principalmente as transformações socioculturais e as suas consequências para a biodiversidade do espaço e para os processos identitários.

A discussão do problema apresentado perpassa o campo da interdisciplinaridade, esboçada aqui por meio do diálogo entre os saberes da História e da Biologia. Justifica-se a escolha por, entre outros motivos, propiciar um horizonte de análise que ultrapassa as fronteiras da História e, assim, favorece o diálogo com a Biologia.

O tempo é, de fato, o território no qual a história se debruça, onde os seus sonhos e pesadelos se materializam. Mas e o espaço, como a história e os historiadores o percebe e o analisa? Estas questões talvez possam ser mais bem compreendidas com o auxílio da Biologia e dos biólogos que procuram enxergar além das reações meramente naturais, e veem que também nelas o homem se imiscui, sabiamente ou não. O espaço natural e humano que escolhemos analisar é o bioma Cerrado, procurando conhecer e analisar as relações homem-natureza, com enfoque nas questões relacionadas com a diversidade sociocultural e biológica.

O Cerrado foi escolhido como tema central deste ensaio devido à sua expressiva importância em termos de biodiversidade, serviços ambientais e posição geográfica estratégica no cenário nacional. Além disso, este bioma tem sido alvo de estudos em diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, uma aproximação entre História e Biologia torna-se relevante por, entre os motivos, analisar a ação do homem no tempo e no espaço natural. Nesta perspectiva, objetivamos compreender/discutir as seguintes questões: 1. Nos dias atuais há alternativas menos pessimistas de construção de uma relação mais equilibrada entre homem-natureza no bioma Cerrado? 2. Como o conhecimento histórico pode contribuir para a conservação do bioma Cerrado? 3. Como a Biologia analisa a interferência do homem no bioma Cerrado? 4. Como a

biodiversidade do Cerrado interfere na composição sociocultural do *Homo cerratensis*, como o descreveu Paulo Bertran (2000)? Entre outros.

O Cerrado tem sido alvo de pesquisas nos campos da História e da Biologia desde os tempos coloniais. Os naturalistas viajantes contribuíram significativamente para o conhecimento da flora, da fauna e do homem. Estes, ainda hoje, nos servem de referência para pensar as questões aqui propostas. É neste âmbito que justificamos a importância da proposta de trabalho apresentada.

Os aspectos relacionados ao mosaico de formações vegetacionais que compõem a paisagem do Cerrado serão discutidos com base na classificação de Ribeiro & Walter (2008). Para análise da diversidade florística utilizaremos dados publicados em Mendonça *et al.* (2008) e também discutiremos as contribuições históricas de Carl Friedrich Philipp von Martius para a flora lenhosa do Cerrado com base nos dados publicados na *Flora Brasiliensis*. Do ponto de vista da História, as narrativas costumam não negligenciar o espaço natural para pensar o homem atuando no meio, podemos citar, além dos já mencionados viajantes, Capistrano de Abreu (1982), Sérgio Buarque de Holanda (2010), Fernand Braudel (1984), entre tantos mais.

Desde a revolução dos *Annales* na historiografia (BURKE, 1997) que as distâncias entre as mais diversas áreas do conhecimento e a História se encurtaram, o que justifica a aproximação que aqui sugerimos entre História e Biologia. Atualmente, analisar a intensa mudança de uso da terra no bioma Cerrado – que tem alterado significativamente o espaço natural e as tradições socioculturais e identitárias do nosso povo – e suas implicações nas relações homem-natureza, sob o viés dessas duas áreas do conhecimento, é extremamente relevante.

Como recurso teórico-metodológico, as contribuições da História Ambiental são pertinentes por, entre outros motivos, ater-se às condições da natureza; ao domínio socioeconômico interagindo com o meio ambiente; e às expressões e representações sociais e culturais relacionadas ao espaço natural (FRANCO *in* PIETRAFESA; SILVA, 2011). Para tanto, destaca-se que uma das contribuições da história ambiental repousa na tentativa de “tornar a disciplina da história muito mais inclusiva nas suas narrativas do que ela tem tradicionalmente sido” (WORSTER, 1991, p. 199).

Nesta perspectiva, Donald Worster observa que a história ambiental “rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolve sem restrições naturais, de que os humanos são uma espécie distinta e ‘supernatural’, de que as consequências ecológicas de seus feitos passados podem ser ignoradas” (1991, p. 199). A história recente vem reforçando esta assertiva, já que a cada ano a natureza apresenta sinais claros de desequilíbrio ecológico e ambiental causados por desmatamentos, mau uso dos solos, apropriação indevida das matas de galeria e ciliar, crescimento populacional desordenado, hiperconsumo industrial etc.

Foi a partir de 1970 que a história ambiental ganhou fôlego e se fortaleceu no cenário acadêmico, a partir da ampliação dos discursos mundiais em torno das questões ambientais e da necessidade de preservar a natureza, pois a mesma clamava por socorro diante de políticas desenvolvimentistas cada vez mais agressivas e descomprometidas com o meio ambiente.

A história, desde muito cedo, apreendeu a natureza como parte do escopo de investigação, haja vista os trabalhos realizados por historiados ligados ao grupo dos *Annales*, como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. No Brasil, podemos mencionar as contribuições Sérgio Buarque de Holanda, em *Visões do Paraíso* (2010); e Paulo Bertran, em *História da Terra e do Homem no Brasil Central* (2000). Mas um aspecto interessante que a história ambiental evidencia nos estudos históricos é a “vasta experiência de diálogo e de trabalho interdisciplinar que facilita suas aproximações no estudo das relações do ser humano com a natureza no passado.” (MARTINEZ, 2006, p. 21). Neste sentido, os diálogos com a Biologia têm sido produtivos, especialmente com a Ecologia, que desde suas origens vem abordando “o estudo das ‘relações’ entre organismos e entre estes e o ambiente abiótico.” (*Idem*, p. 20).

Ocupação Histórica do bioma Cerrado: passado, presente e futuro.

O direcionamento do olhar para o Cerrado, neste estudo, atenta-se para o fato de que, este bioma, cuja vegetação no contexto mundial se enquadra no conceito de savana (MIRANDA *et al.*, 2012), figura entre as savanas tropicais mais ricas e diversas do mundo (KLINK; MACHADO, 2005). Em território nacional o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em extensão geográfica (KLINK; MACHADO, 2005) e sua posição estratégica permite contato com a Floresta Amazônica, Caatinga, Floresta Atlântica e Pantanal (FELFILI; SILVA JÚNIOR, 2005). Além disso, o Cerrado abriga as nascentes das três maiores bacias hidrográficas sul americanas (RIBEIRO *et al.*, 2005) e está presente em oito das doze regiões hidrográficas brasileiras (LIMA; SILVA, 2008).

A paisagem do Cerrado é bastante heterogênea e apresenta-se em mosaicos compostos por formações campestres, savânicas e florestais. Para estas formações vegetacionais Ribeiro & Walter (2008) descreveram onze tipos fitofisionômicos, a saber: campo limpo, campo sujo e campo rupestre; cerrado sentido restrito, parque de cerrado, vereda e palmeiral; cerradão, mata de galeria, mata ciliar e mata seca, respectivamente. Esta heterogeneidade ambiental contribui para a alta riqueza em termos botânicos, a título de exemplo, para a flora vascular, Mendonça *et al.* (2008) catalogaram 11.627 espécies que representam 35,9% da riqueza de plantas vasculares do Brasil (FORZZA *et al.*, 2010).

Diante do exposto acima o Cerrado, da mesma forma que a Floresta Amazônica, fornece importantes serviços ambientais. Estes serviços podem ser agrupados em manutenção de biodiversidade, ciclo hidrológico e armazenamento de carbono (FERREIRA; BUSTAMANTE, 2010). Este último tem sido tema central em discussões mundiais, haja vista que o armazenamento de carbono reduz o efeito estufa (FEARNSIDE, 2008).

Apesar da elevada biodiversidade relatada, nas últimas décadas o Cerrado tem passado por rápido processo de degradação ambiental e mudança de uso da terra. Processos tão intensos que colocaram o Cerrado na lista dos 34 *hotspots* mundiais de biodiversidade (MITTERMEIER *et al.* 2005). Ou seja, áreas que devido à sua

relevância em termos de biodiversidade e endemismos de espécies estão sob pressão antrópica e representam “pontos quentes” para a conservação internacional.

É de destaque internacional que o Brasil tem centrado esforços para a conservação da biodiversidade da Floresta Amazônica em detrimento dos outros biomas. No caso do Cerrado, a agricultura e a pecuária constituem os impulsores para a conversão de vegetação nativa. Até a década de 1950 a produção agrícola era inexpressiva no Centro-Oeste, cenário que se alterou com a abertura da fronteira agrícola nacional a partir da construção de Brasília (RIBEIRO *et al.*, 2005). Em poucas décadas o Cerrado passou a ser o celeiro do país, fato fundamentado pela facilidade de conversão de áreas nativas em terras agrícolas, desenvolvimento técnico-científico na área de produção agrícola, bem como pela ideia errônea de que a vegetação do cerrado é sem valor (MIRANDA *et al.*, 2012).

Segundo estimativas a perda de área coberta por vegetação nativa no Cerrado varia de 39,5% (SANO *et al.*, 2010) a 54,9% (MACHADO *et al.*, 2004), e as principais formas de uso da terra são pastagens cultivadas que se concentram nos estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, e culturas comerciais como cana-de-açúcar, soja e algodão que ocupam principalmente os estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo (SANO *et al.*, 2010).

A conversão descontrolada da vegetação nativa em sistemas ecológicos menos complexos causa a fragmentação da paisagem, perda de biodiversidade, invasão biológica, erosão/degradação do solo, poluição das águas (superficiais e subterrâneas) e mudanças nos regimes de fogo (KLINK; MOREIRA, 2002). Estas alterações comprometem a manutenção dos serviços ambientais fornecidos pela vegetação, tais como manutenção do ciclo hidrológico, armazenamento de carbono, conservação da qualidade e viabilidade dos solos, controle climático, dentre outros.

No contexto do Cerrado o cenário de degradação ambiental é intensificado pela falta de identidade dos “povos do Cerrado”, ou seja, das pessoas que vivem neste bioma (MIRANDA; DE-CARVALHO, 2013). Se reconhecer parte do (*ecos*) sistema, bem como, dependente do mesmo é fundamental para iniciar o processo de conservação e/ou desenvolvimento sustentável. Deste modo, é interessante fazer o seguinte



questionamento: Como todas estas alterações ambientais afetam a vida das pessoas em geral? A resposta é simples... A degradação ambiental, principalmente da vegetação nativa, compromete os serviços ambientais dos quais somos dependentes tais como ciclo da água, qualidade do ar e controle de temperatura (MIRANDA; DE-CARVALHO, 2013).

Como mencionado acima, acreditamos que a falta de identidade dos povos do Cerrado, no que tange a se identificar com o bioma e suas variáveis, tem sido um aditivo acelerador dos processos de degradação da biodiversidade. Devido às suas características morfofisiológicas, estas adaptativas às condições ambientais do ecossistema savânico, relatos de naturalistas dos séculos XVIII e XIX já mencionavam a vegetação nativa de cerrado como pouco majestosa e a caracterizava com adjetivos depreciativos. Muitos relatos colocavam a vegetação do Cerrado como de “segunda categoria” e o bioma era visto como uma barreira a ser transposta rumo à colonização e ao desenvolvimento da porção central do país.

Claro que os relatos expressam o contexto sociocultural da época (especificamente o europeu) e não podemos deixar de mencionar a importância dos naturalistas europeus dos séculos XVIII e XIX para o conhecimento da biodiversidade. Só para exemplificar, destacaremos as contribuições do botânico alemão Carl Friedrich Philipp von Martius que, acompanhado do zoólogo Johann Baptiste von Spix, veio ao Brasil em 1817. Estes naturalistas viajaram pelo território brasileiro durante três anos e percorreram áreas dos futuros estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas (HENRIQUES, 2008). Destes, Goiás, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e São Paulo estão dentro da área de abrangência do bioma Cerrado.

Com base nos dados publicados por Mendonça *et al.* (2008), Oliveira & Freitas (dados não publicados) encontraram 185 espécies arbóreas descritas por Martius ou com a participação do mesmo. Estas espécies pertencem a 45 famílias e 102 gêneros. Dentre as famílias com maior número de espécies tem-se Lauraceae com 18 espécies, Vochysiaceae com 14 espécies, Arecaceae e Annonaceae com 13 espécies, e Mimosaceae com 11 espécies.

Ao longo de sua viagem, Martius percorreu diversas fitofisionomias e descreveu várias espécies arbóreas típicas do cerrado, a saber: os Araticuns (*Annona coriacea* Mart., *A. crassiflora* Mart.), Guatambus (*Aspidosperma macrocarpon* Mart., *A. tomentosum* Mart.), Ingá (*Inga edulis* Mart.), Jatobá do cerrado (*Hymenaea stigonocarpa* Mart. ex Hayne), Pau Santo (*Kielmeyera coriacea* Mart. & Zucc.) e os Pau Terra (*Qualea grandiflora* Mart., *Q. multiflora* Mart., *Q. parviflora* Mart.), bem como outras ainda pouco conhecidas pela população local. Destaca-se que do ponto de vista ecológico estas espécies são extremamente importantes para o funcionamento dos ecossistemas e, conseqüentemente, para a manutenção dos serviços ambientais.

A questão identitária dos povos do Cerrado está arraigada a fatores histórico-culturais, bem como, ao fato que só valorizamos e/ou conservamos aquilo que conhecemos. Neste contexto, Miranda & De-Carvalho (2013) colocam a importância de se investir na educação básica buscando suscitar discussões que levem à reflexão do “sujeito” como realmente parte do sistema. Além de se pensar mecanismos que levem a mudanças de concepção.

Em relação às questões socioculturais e identitárias dos “povos do Cerrado”, cabe ressaltar que nem sempre a ausência de identificação mencionada acima foi ou é predominante. Esta atitude é mais recente, e resulta, além do desconhecimento do bioma e de suas variáveis, das constantes e sucessivas invasões e apropriações indevidas do mesmo. Contudo, deve-se ressaltar o quão intrínseca é a relação homem-natureza nestas paragens *cerratenses* no que tange à formação sociocultural destes povos.

Para Altair Sales Barbosa, desde tempos pré-históricos as características típicas do bioma Cerrado, com sua diversidade de ambientes e povos étnicos, foram fundamentais para o povoamento do interior do Brasil.

O Cerrado exerce papel fundamental na vida das populações pré-históricas que iniciaram o povoamento das áreas interioranas do continente sul-americano. Na região dos cerrados, essas populações desenvolveram importantes processos culturais que moldaram estilos de sociedades bem definidas, em que a economia de caça e coleta imprimiu modelos de organização espacial e social com características

peculiares. Os processos culturais indígenas, que se seguiram a esse modelo, trouxeram pouca modificação à fisionomia sociocultural e, embora ocorresse o advento da agricultura incipiente, exercida nas manchas de solo de boa fertilidade natural existentes no domínio dos cerrados, a caça e a coleta, em particular a vegetal, ainda constituíam fatores decisivos na economia dessas sociedades. Sem considerar a área do Parque Nacional do Xingu que, mesmo possuindo alguns elementos do Sistema dos Cerrados, é integrante do Domínio Equatorial Amazônico, ou Trópico Úmido, e sem considerar também alguns povos que vivem em áreas disjuntas de Cerrado como os pareci e nambikwara, a área contínua do Sistema dos Cerrados, dos Chapadões Centrais do Brasil, apresenta uma população indígena atual de aproximadamente 44.118 habitantes, distribuídos principalmente em terras do Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul. Essa população engloba 26 povos de características culturais diferenciadas, cuja situação atual e fragmentação demográfica não refletem a importância que o espaço geográfico dos Cerrados teve na sua fixação durante longos períodos, nem a verdadeira história da ocupação deste espaço por tal população. (BARBOSA *in* ENTREVISTA À REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2011, p. 11)

Logo, apesar das intempéries causadas pela exploração desenfreada e a percepção de certo descuido em relação ao bioma e às suas riquezas – já que o mesmo tem sido nas últimas décadas alvo de sucessivas violações causadas pela agricultura industrial e ocupação desordenada, entre outros –, fato é que muito do que caracteriza o *homo cerratensis*, como o definiu Paulo Bertran (2000), é ainda hoje consequência da relação que o mesmo estabeleceu com a própria natureza do cerrado. Isso desde as primeiras ocupações, com as populações pré-históricas do território, com os indígenas, com os africanos escravizados, com os colonizadores enfim, corolário do caldo de cultura que se formará neste longo processo de apropriação do cerrado como espaço de sobrevivência e de reprodução sociocultural.

A título de exemplo, na culinária, ainda hoje, o milho, facilmente cultivado em várzeas úmidas do cerrado, próximo aos rios, compõe a mesa do mineiro-goiano como sinal da fartura do tempo das águas em oposição ao tempo das secas. Como bem descreveu Betran,

Porque resulta num delírio protéico fundado no trinômio vegetal e inocente do milho, mandioca e abóbora, como até há poucos anos se plantava e se comia nas roças de coivara de todo o Brasil central. É que com o milho, a mandioca e a abóbora, cria-se o suíno que fornece carne, toucinho e banha. Com o milho cria-se o galináceo prolífico, e atrás dele vem a mesa abundante de frangos, de ovos. Com o milho, os fornos e panelas enchem-se de farinhas, de bolos, broas, curaus, pamonhas, pipocas. Jacy Siqueira denuncia o exagero de as famílias goianas fazerem até quatro pamonhadas gigantes na breve estação em que o milho é verde. O índio, conhecia o milho, mas não as suas conseqüências alimentares protéicas. Até há poucos anos atrás viam-se propectos fazendeiros dos cerrados medindo, com semblantes carregados, as estripulias do tempo sobre as bonecas de milho. Ano de pouco milho, ano de carestia, poucos leitões, poucos ciscantes. E ano de espigas bojudas, deitando farta cabeleira loira, ano risonho e festivo, esteado em sólido paiol cheio de milho até o teto, grandeza e porvir de um viver humilde e aldeão. Escrevia D. Cora, já muito velhinha, e que em dias de poetar, perambulava pela vastidão de sua casa em ruínas, bebendo Coca Cola com analgésicos em comprimidos:

*O que me planta não levanta comércio nem vantagem dinheiro.
Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos paióis
Sou o cocho abastecido donde ruma o gado
Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece.
Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta de seus ninhos
Sou a pobreza vegetal agradecida a vós, Senhor
Que me fizestes necessário e humilde.
Sou o milho.¹(2000, p. 180)*

Nessa perspectiva, outro aspecto importante é a relação que o indígena ainda hoje estabelece com o cerrado. Mantendo uma tradição secular, alguns povos indígenas do cerrado ainda demandam um intenso respeito e culto às vegetações e ao clima, no sentido de conservação do ambiente para fins de continuidade da vida humana, vegetal e animal. Neste sentido, o cerrado, para os indígenas, representa muito mais que o hábitat do qual retiram os meios necessários à sua sobrevivência. Para algumas etnias, o cerrado é o mundo no qual eles vivem, como é o caso dos Xavante. No dialeto Xavante, o cerrado é denominado de *Ró*, e como *Ró* representa o próprio mundo daquele povo, a

¹ Cora Coralina - **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais** - São Paulo, Global Editora, 1985 *apud* BERTRAN, Paulo. *História da Terra e do Homem no Planalto Central*. Eco-História do Distrito Federal – Do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000, p. 180.



noção de conservação está incutida na relação cotidiana de sobrevivência física e cultural que eles estabelecem com o mesmo.

Assim, “*Ró* significa tudo para os caçadores A' úwê (Xavante): o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. Nós queremos conservar o *Ró*. Através do *Ró* garantiremos o futuro das novas gerações.” (TOP' TIRO e TSERETSU, 2000 *apud* GOMIDE, 2008, p. 312). Esta fala dos indígenas Xavante Top' Tiro e Tseretsu evidencia a importância do cerrado e de tudo o que ele contém para a comunidade indígena, mas traz à tona também uma das discussões centrais deste ensaio, a questão da conservação do Cerrado. Para os Xavante, não há dúvida de que esta é uma preocupação antiga, considerando que *Ró* é o seu próprio mundo. Mas para o não indígena esta preocupação tornou-se mais evidente em meados da década de 1980, quando o Cerrado passou a ser um dos biomas mais ameaçados do Brasil pela invasão agropecuária, agroindustrial e urbana.

Considerações parciais...

O olhar direcionado ao bioma Cerrado, neste estudo, atenta-se para o fato de que, mesmo em “paisagens ditas naturais – como na floresta equatorial úmida ou na savana – a decisiva ação do homem” é notória (SILVA *in* CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 204). Após a década de 1980, as análises que priorizavam a visão linear para pensar as relações homem-natureza começaram a ser postas em cheque, dando lugar à visão multilinear (*Idem*, p. 207). Deste modo, paisagens como a do cerrado não mais precisam ser analisadas como domínio de conhecimentos específicos das ciências naturais e/ou biológicas. Pelo contrário, abordagens históricas e antropológicas são incluídas nas reflexões que pretendem analisar a ocupação de um território; assim, podem complementar mutuamente àquelas.

No caso da análise histórica das paisagens, consideradas como um determinado bioma, dever-se-ia considerar que são sistemas abertos, submetidos permanentemente a fatores aleatórios – entre os quais os variados tipos de ação humana – cujos resultados não são previsíveis (SILVA *in* CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 208)

De acordo com Altair Sales Barbosa e Pedro Ignácio Schmitz, o povoamento das regiões que compõem o bioma Cerrado começou a ser delineado por volta de “11.000 anos (AP) e, para tal, contribuiu muito para o advento, no Planalto Central do Brasil, de um complexo cultural denominado pela arqueologia de Tradição Itaparica².” (*In*: SANO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2008, p. 51). Para estes autores, as movimentações de populações humanas começaram a ocorrer a partir de 12.000 anos antes do presente (AP), que teriam coincidido com modificações ambientais mediadas pela cultura. Assim, esses “sistemas culturais foram, de certa forma, desestruturados, e as populações impulsionadas a buscar novas formas de planejamento ambiental e social, assim como alternativas de sobrevivência.” (BARBOSA & SCHMITZ, *In*: SANO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2008, p. 49).

Começava então um longo processo de ocupação, nem sempre equilibrado, das regiões do cerrado, que se estende até os dias atuais. Pensando as relações homem-natureza, destaca-se neste processo a importância da fauna e da flora para ocupação e povoamento do bioma Cerrado. Este bioma é especialmente favorecido por uma rica fauna, com enorme variedade de frutos e animais, cujos hábitos favorecem, há milênios a sobrevivência dos homens neste *habitat* por tanto tempo tido como inóspito.

Paulo Bertran (2000) destaca que em regiões de campo limpo, como Brasília, predominava uma fauna de “grandes manadas de veados, lobos-guará e outros

² Tradição Itaparica: As populações que ocuparam os territórios que compõem o Bioma Cerrado desenvolveram um tipo de “artesanato lítico homogêneo, que constitui a Tradição Itaparica, intimamente ligada às formas de exploração do Cerrado, com mecanismos adaptativos responsáveis por um sistema econômico que perdurou por 2 mil anos, sem mostrar alteração, a não ser aquela decorrente da migração. As populações que dominaram a tecnologia estabeleceram a indústria que veio a constituir a Tradição Itaparica, colonizando uma área de grandeza espacial com cerca de 2 milhões de quilômetros quadrados, que se estendia de Mato Grosso a Goiás até Tocantins, além de áreas de Cerrado em ambientes cobertos pela Caatinga do Nordeste brasileiro, notadamente Pernambuco e Piauí.” (BARBOSA & SCHMITZ, *In*: SANO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2008, p. 50-51).

quadrúpedes que se adaptam mal coletivamente em ambientes de mata” (p. 33). A caça desses animais, em áreas abertas, de acordo com o autor, somente poderia ocorrer por meio do manejo de povos adaptados às condições da região, utilizando-se de flechas de caniço, como faziam os povos Jê. Esta tradição perdura em algumas regiões de Goiás, com modificações próprias do tempo e dos contatos diversos, nos dias atuais.

A diversidade da fauna e da flora, peculiares às condições climáticas do bioma – variável em duas estações basicamente, a seca e a chuvosa – contribuíram e contribuem ainda hoje para a fixação da população. Um exemplo clássico é a existência de abrigos naturais fornecidos pela própria vegetação, que em momentos críticos de migrações de populações indígenas, serviam de proteção e abrigo. Afinal, como demonstrou Bertran, no “cerne de sua cultura – embora praticassem pequena agricultura desde o ano 1000 – predispunham-se ao nomadismo” (BERTRAN, 2000, p. 33).

Outro aspecto importante para fixação da população deve-se à distribuição de recursos de subsistência, como a coleta de frutos na estação das chuvas e a coleta de ovos, insetos comestíveis e mel durante a estação da seca. Este equilíbrio entre a caça e a coleta das populações nativas, o clima e a oferta de recursos de subsistência, encontra-se bastante alterado na atualidade devido à degradação do ambiente natural, causada pela exploração econômica desenfreada (BARBOSA & SCHMITZ *In* SANO; ALMEIDA; RIBEIRO, 2008, p. 56). Antes do desequilíbrio causado pela invasão antrópica, podia-se afirmar que “as populações com atividade de caça e coleta que habitavam o sistema do Cerrado conseguiam alimentos durante todo o ano” (*Idem*, p. 57).

Por fim, a relação homem-natureza no domínio do Cerrado tem ocasionado grande prejuízo, nas últimas décadas, ao meio ambiente propriamente dito, uma vez que parte significativa da biodiversidade do bioma encontra-se ameaçada pelas diversas e condenáveis formas de apropriação do mesmo, como demonstrado repetidamente ao longo do texto. Por outro lado, traços de uma cultura própria do *homo cerratensis* ainda insistem em sobreviver diante de forças contrárias.

Talvez uma alternativa possível de reversão, ainda que parcial, deste quadro seja o conhecimento real da biodiversidade do Cerrado e a tomada de consciência da

importância de sua conservação para sobrevivência de povos e culturas. Neste sentido, os povos indígenas ainda podem nos ensinar muito. O conceito de Etnodesenvolvimento, de Rodolfo Stavenhagen, entendido como o “desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas”, propõe um tipo de desenvolvimento alternativo como uma proposta de aproveitamento econômico do território respeitando a tradicionalidade dos sujeitos históricos; os saberes locais; a biodiversidade e as fragilidades do bioma Cerrado.

[...] a abordagem procura usar e aproveitar as tradições culturais existentes, e não rejeitá-las *a priori*, como obstáculos ao desenvolvimento [...] se propõe a respeitar, e não destruir, o meio-ambiente, ou seja, é válida do ponto de vista ecológico [...] a abordagem do desenvolvimento alternativo estaria baseada, sempre que possível, no uso dos recursos locais, quer sejam naturais, técnicos ou humanos; ou seja, ela se orienta para a auto-sustentação, nos níveis local, nacional e regional [...] esta abordagem, nova e alternativa, pretende ser mais participante do que tecnocrática. (STAVENHAGEN, 1984, p. 17-19)

Em síntese, o presente nos abre janelas bilaterais, através das quais podemos olhar para trás (passado) e elaborar algumas conjecturas sobre o futuro (horizonte de expectativa), parafraseando Koselleck. O cerrado, um dos *hotspot* mundiais, anseia por uma nova história de ocupação, exploração econômica e de apropriação responsável da biodiversidade. Os saberes tradicionais dos indígenas que ainda sobrevivem neste domínio podem indicar alguns caminhos. Conhecer é preciso para saber respeitar, amar e cuidar...

REFERENCIAS

BARBOSA, A. S. & SCHMITZ, P. I. Ocupação Indígena do Cerrado. Esboço de uma história. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. & RIBEIRO, J. F. **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa Cerrados. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. (p. 49-67)

BARBOSA, A. S. Cerrado: “dor fantasma” da biodiversidade brasileira. *In*: **ENTREVISTA À REVISTA DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS**. Ed. 382. São Leopoldo, 28 de novembro de 2011. (p. 11-15)

BERTRAN, P. **História da Terra e do Homem no Brasil Central**. Eco-história do Distrito Federal. Do indígena ao colonizador. Ed. Revisada e Atualizada. Brasília: Verano, 2000.

BLOCH, M. **Introdução a História**. Publicações Europa-América, 1974.

BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

DOSSE, F. **A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FEARNSIDE, P. Quantificação do serviço ambiental do carbono nas florestas amazônicas brasileiras. **O Ecologia Brasileira**, 12(4), 2008. (p. 743-756)

FELFILI, J. M. & SILVA JÚNIOR, M. C. Diversidade alfa e beta no cerrado sensu stricto, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Bahia. *In*: SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C. & FELFILI, J. M. **Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. (p. 143-154)

FERREIRA, L. G. & BUSTAMANTE, M. M. C. **Monitoramento das emissões de carbono no Cerrado brasileiro**. Documento da Embaixada Britânica, 2010.

FORZZA, R. C.; J. F. BAUMGRATZ, C. E. M.; BICUDO, D. A. L.; CANHOS, A. A. CARVALHO-JÚNIOR; COSTA, A.; COSTA, D.; HOPKINS, M.; LEITMAN, P. M.; LOHMANN, L.G.; NIC-LUGHADHA, E.; MAIA, L. C.; MARTINELLI, G.; MENEZES, M.; MORIM, M. P.; COELHO, M. A. N.; PEIXOTO, A. L.; PIRANI, J. R.; PRADO, J.; QUEIROZ, L. P.; SOUZA, S.; SOUZA, V. C.; STEHMANN, J. R.; SYLVESTRE, L. S.; WALTER, B. M. T. & ZAPPI, D. Síntese da diversidade brasileira. In: FORZZA, R. C. *et al.* (Eds.). **Catálogo de Plantas e Fungos do Brasil**. Rio de Janeiro, vol. 1, 2010. (p. 21-39)

FRANCO, J. L. A. Prefácio. In: PIETRAFESA, J. P.; SILVA, S. D. (Org.) **Transformações no Cerrado**. Progresso, consumo e natureza. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2011. (p. 11-12)

HENRIQUES, R. P. B. A viagem que revelou a biodiversidade. **Ciência Hoje** 42(252), 2008. (p. 24-29)

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso**. Os motivos edênicos nos descobrimentos e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KLINK, C. A. & MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade** 1(1), 2005. (p. 147-155)

KLINK, C. A. & MOREIRA, A. G. Past and Current Human Occupation, and Land Use. In OLIVEIRA, O. S. & MARQUIS, R. J. (eds.). **The cerrados of Brazil: ecology and natural history of a neotropical savanna**. Columbia University Press, New York, 2002. (p. 69-88)

KOSELLECK, R. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.

LACOUTURE, J. A. História Imediata. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R. & REVEL, J. **A História Nova**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LIMA, J. E. F. W. & SILVA, E. M. Recursos hídricos do bioma Cerrado: importância e situação. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, P. & RIBEIRO, F. R. **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa Cerrados, Brasília-DF: 2008. (p. 91-106)

MACHADO, R. B.; RAMOS NETO, M. B.; PEREIRA, P. G. P.; CALDAS, E. F.; GONÇALVES, D. A.; SANTOS, N. S. & TABOR, K. **Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro**. Relatório técnico não publicado. Brasília, DF: Conservação Internacional, 2004.

MARROU, H. I. **Do conhecimento histórico**. Lisboa: Editorial Áster. Tradução: Ruy Rabelo. s/d.

MARTINEZ, P. H. **História Ambiental no Brasil**. Pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDONÇA, R. C.; FELFILI, J. M.; WALTER, B. M. T.; SILVA JÚNIOR, M. C.; REZENDE, A. V.; FILGUEIRA, T. S. & NOGUEIRA, E. P. Flora vascular do Cerrado. *In*: SANO, S. M., ALMEIDA, S. P. & RIBEIRO, J.F. (Eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília-DF: Embrapa Cerrados, 2008.

MIRANDA, S. C. & DE-CARVALHO, P. S. A paisagem do Cerrado e o resgate da identidade dos Povos do Cerrado sob o olhar da biodiversidade. *In*: OLIVEIRA, H.F.; BICALHO, P. S. S. & MIRANDA, S. C. (Org.). **Educação e diversidade: múltiplos olhares**. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2013. (p. 153-162)

MIRANDA, S. C.; DE-CARVALHO, P. S. & SILVA, K. M. A. O cerrado sob o olhar da biodiversidade. *In*: SILVA, V. M.; NETO, J. E. & COSTA, S. A. R. (Org.). **Discursos, representações e paisagens: múltiplos olhares**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012. (p. 117-128)

MITTERMEIER, R. A.; ROBLES, P.; HOFFMAN, M.; PILGRIM, J.; BROOKS, T.; MITTERMEIER, C. G.; LAMOREUX, J. & FONSECA, G. B. **Hotspots revisited**. Conservação Internacional/CI, Agrupación Sierra Madre, 2005. (p. 15-96)

OLIVEIRA, N. L. & FREITAS, R. C. J. (dados não publicados). **Importância e a contribuição de Von Martius para a flora arbórea do Cerrado**. Trabalho de Conclusão de Curso, Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Itapuranga.

RIBEIRO, J. F. & WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M., ALMEIDA, S. P. & RIBEIRO J. F. (Eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa Cerrados. Brasília-DF, 2008. (p. 153-212).

RIBEIRO, J. F.; BRIDGEWATER, S.; RATTER, J. A. & SOUSA-SILVA; J. C. Ocupação do bioma Cerrado e conservação da sua diversidade vegetal. In: SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C. & J.M. FELFILI (Orgs.). **Cerrado: Ecologia, Biodiversidade e Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. (p. 385-399)

SANO, E. E.; ROSA, R.; BRITO, J. L. S. & FERREIRA, L. G. Land cover mapping of the tropical savanna region in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment** 166, 2010. (p.113-124)

SANO, S. M., ALMEIDA, S. P. & RIBEIRO J. F. (Eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa Cerrados. Brasília-DF, 2008.

SILVA, F. C. T. História das Paisagens. In: CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. (p. 203-216)

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. **Anuário Antropológico/84**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (p. 11-43)

TOP' TIRO e TSERETSU, 2000 *apud* GOMIDE, M. L. C. **Marãñ Bödödi: a territorialidade Xavante nos caminhos de Ró**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, 2008. (Tese de Doutorado)

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4. n. 8, 1991. (p. 198-215)

DOS FESTEJOS ÀS MUDANÇAS DA/NA CIDADE: PRÁTICAS CULTURAIS EM PORTO NACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Radamés Vieira Nunes

radamesnunes@uft.edu.brProfessor do Curso de História da UFT-Campus Porto Nacional
Doutorando em História Social pela UFU**Resumo**

Nosso objetivo nesse texto é refletir sobre a dinâmica cultural em torno dos festejos do Divino Espírito Santo, em Porto Nacional, como mais um elemento do debate que expressa as mudanças da e na cidade portuense, nas primeiras décadas do século XX, momento em que a cidade e os paradigmas de modernidade estavam, intensamente, em discussão em todas as regiões do país. A partir das representações produzidas e veiculadas pela imprensa portuense, intentamos demonstrar os conflitos, contradições, conformações, estratégias de resistência, recusas e negociações no campo cultural, oriundos de uma gama de novas experiências e exigências do impulso de crescimento no período.

Palavras-chave: Cultura, Cidade, Festejos**Abstract**

Our main objective in this text is to reflect on the cultural dynamics around the celebrations of the Divino Espírito Santo, in Porto Nacional, as another element of the debate that expresses the changes in the portuense city, in the first decades of the twentieth century, when the city and the paradigms of modernity were, intensely, discussed in all regions of the country. From the representations produced in the press, we want to demonstrate the conflicts, contradictions, conformations, strategies of resistance, refusals and negotiations in the cultural field, coming from a range of new experiences and requirements of the growth momentum in the period.

Keywords: Culture, City Celebrations

Tentamos, mas não encontramos outra “saída” para nossa “entrada” na reflexão sobre cultura. Parece inevitável, instintivo, quase natural, quando decidimos pensar em cultura a primeira coisa que salta aos olhos, que ocupa a mente e obriga as mãos na escolha das palavras, é a dificuldade de tornar dizível o que o termo significa, aquilo que expressa, a(s) vida(s) e as práticas que a constitui, a multiplicidade que carrega, a mobilidade que revela. Tão “móvel” que parece fugir das palavras e da nossa capacidade de reflexão.

É um desafio, difícil, acompanhá-la em seu movimento e transformação sem incorrer no risco de torná-la, na narrativa, em coisa fixa, estática, rígida, atemporal e acabada, ou seja, naquilo que a cultura não é. Ou mesmo, numa outra direção, acompanhá-la sem cair no engodo da “relativização absoluta” da cultura, na vulgarização do seu uso, tornando-a qualquer coisa como um balaio em que tudo, absolutamente tudo, cabe. Nesse sentido, talvez seja mais fácil pensar a cultura por aquilo que não é, do que por aquilo que representa como possibilidades, proposições e dificuldades. Feita essa consideração inevitável, enfrentaremos esse desafio ciente da complexidade inerente do conceito de cultura bem como da realidade a qual se refere.

Muito se escreveu sobre a construção historiográfica do conceito de cultura popular, ou seja, a forma como ela aparece como conceito na historiografia. Essa abordagem aponta para as diferentes formas de apropriação e uso do termo, como ferramenta, na produção do conhecimento histórico. Demonstrando que o termo supracitado tem uma história na França, na Itália, na Inglaterra, entre outros lugares. Autores como Michel de Certeau, Carlo Ginzburg, Homi Bhabha, Jacques Revel, Stuart Hall, Raymond Williams entre outros, de diferentes maneiras e termos nos indicam que o conceito de cultura popular foi criado na academia, e que por isso devemos perceber como ele é posto nos lugares, como práticas e representações vivas e dinâmicas. Afinal como elucida Maria Clara Tomaz Machado, “Antes de tudo, cultura é expressão de vida, portanto, é vida e não apenas simbologia de um tempo” (MACHADO, 2002, p.338).

Tal discussão me faz pensar em algumas questões, que tomarei como direção no enfrentamento com este texto, quais sejam: Será que existe algo que liga as

representações criadas sobre uma cidade do Norte de Goiás, na virada do XIX para o XX, ao debate em torno da cultura popular travado em outros lugares, para além do Brasil? Pensar as formas culturais de Porto Nacional pode revelar aspectos da realidade a qual os teóricos da cultura popular se valeram na construção do conceito? Como posso usar o conceito de cultura popular para abordar a história da cidade de Porto Nacional?

Em linhas gerais, interessamo-nos em estudar de que forma as transformações, projetos, debates, conflitos, tensões promovidos pelo projeto republicano de modernização das cidades, vivenciadas pelos grandes centros “hegemônicos”, chegaram à regiões como o “Norte goiano”, realidade supostamente alheia aos projetos republicanos. Nossa finalidade é estudar, especificamente, a cidade de Porto Nacional, uma das principais cidades do Norte de Goiás, nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, ou seja, nos primeiros anos da República no Brasil, momento em que a cidade e os paradigmas de modernidade estavam, intensamente, em debate em todas as regiões do país.

Voltemos as questões que nos preocupa nesse texto. Acreditamos que Walter Benjamim, na reflexão *Sobre o conceito da história* nos aponta uma perspectiva interessante. Segundo o autor:

Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto monôda. O materialismo histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto monôda. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. (BENJAMIM, 1994, p.231)

Dentre outras considerações desse trecho, da tese de Benjamim, gostaríamos de destacar o conceito de mônoda. O objeto histórico confrontado enquanto mônoda, ou

seja, como unidade atômica e indivisível, nos remete a totalidade do processo histórico. Baseado nesse princípio as práticas culturais de resistência, conformação, negociação construídas no debate sobre a cidade em Porto Nacional, a que nos dedicamos, aparecem como uma parcela da realidade que espelha o todo. Sendo assim, analisar práticas culturais em Porto Nacional pode sim nos remeter, ou ligar nosso objeto, a outras parcelas da realidade.

As transformações da e na cidade nos diversos aspectos que a constitui, foi tema muito explorado pela historiografia, especialmente em relação as metrópoles como França, Londres, Nova Iorque, Rio de Janeiro, entre outras. Reduzir a escala de observação e perceber como esse fenômeno se deu fora dos grandes centros, nos permite identificar novos significados que na escala maior são imperceptíveis. Nesse sentido, me valendo das considerações de Giovanni Levi, apresentando a questão nos termos da Micro-História, investigamos a cidade de Porto Nacional não para apresentar mais um exemplo do projeto de modernização das cidades. Não se trata de estudar o contexto global ou brasileiro para dar significado ao processo ocorrido na então região do Norte Goiano, mas sim de estudar o fenômeno em Porto Nacional para dar significado ao contexto geral, ou projetar sobre este as obscuridades, as “incoerências ocultas” (LEVI, 1992, p. 155).

Reconhecemos que o termo cultura popular, utilizado para compreender manifestações políticas e religiosas, representações, crenças, imagens de cidade, convicções ideológicas, entre outras práticas cotidianas, deve ser tomado num sentido amplo, plural, pois o termo assume diferentes conotações em função dos lugares e momentos históricos. Mas acreditamos também que, apesar da singularidade de cada caso, de alguma maneira essas diferentes manifestações culturais se ligam como parte de um todo.

Michel de Certeau ao tratar sobre as culturas populares, certamente não teve o Norte de Goiás, no início do século XX, como referência, todavia tratou sobre conceitos, como as relações de força, estratégias, astúcias, trampolinagens, jogos, entre outros, que nos ajudam a elucidar as práticas culturais e seus embates naquela região. Então vejamos como o pensamento de Certeau toca em questões cruciais que nos

orientam à entender a dinâmica cultural em torno do festejo do Divino Espírito Santo em Porto Nacional, mais um elemento do debate que expressa as mudanças da cidade. Segundo o autor:

Os “crentes” rurais desfazem assim a fatalidade da ordem estabelecida. E o fazem utilizando um quadro de referência que, também ele, vem de um poder externo (a religião imposta pelos missionários). Reempregam um sistema que, muito longe de lhes ser próprio, foi construído e propagado por outros, e marcam esse reemprego por “super-ações”, excrescências do miraculoso que as autoridades civis e religiosas sempre olharam com suspeita, e com razão, de constatar as hierarquias do poder e do saber a sua “razão”. Um uso (“popular”) da religião modifica-lhe o funcionamento. Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transforma em um canto de resistência, sem que essa metamorfose interna comprometa a sinceridade com a qual pode ser acreditada, nem a lucidez com a qual, aliás, se vêem as lutas e as desigualdades que se ocultam sob a ordem estabelecida.(CERTEAU, 1994, p. 78-79)

Uma das transformações em Porto Nacional, no final do século XIX, foi a chegada de missionários dominicanos franceses que se estabeleceram na cidade. Os missionários chegam ao Norte Goiano com concepções bem definidas sobre fé, civilidade, religiosidade, cidade, educação e modernidade; e foi a partir dessas concepções que atuaram na região. O dominicano Frei José Maria Audrin, ao tratar sobre a missão de Dom Domingos Carrerot em Porto Nacional registrou em livro os interesses e objetivos do trabalho que efetuaram:

O principal assunto para Frei Domingos era a evangelização dos cristãos espalhados pelos sertões. Trabalho insano, devido as distâncias como as condições materiais e morais dos pobres moradores, privados dos mais necessários recursos da civilização. Essa foi sua grande preocupação como sua grande alegria: socorrer os pobres, os abandonados (AUDRIN, 1946, p. 59)

As primeiras ações da ordem foram a criação de uma escola primária, a construção de um convento e da imponente Catedral, igreja Matriz da região. Igreja imponente feita com pedras, localizada no alto de um morro de frente para o Rio

Tocantins. Além disso, de acordo com Maria de Fátima Oliveira (OLIVEIRA, 2010, p. 68), os dominicanos foram os principais colaboradores da imprensa local em formação naquele momento. A partir dessas instituições os religiosos dominicanos atuaram no sentido de estabelecer suas convicções e representações de mundo como hegemônicas. De acordo com Raymond Williams (1979), podemos afirmar que no campo de forças e disputas da cultura, os dominicanos formaram e reformaram via instituições a tradição no Norte de Goiás.

Memorialistas e alguns historiadores que escreveram sobre a presença dos dominicanos em Porto Nacional, concordam e fazem a manutenção da tônica ainda viva no imaginário social dos tocantinenses, de que após o advento da missão dominicana a cidade de Porto Nacional havia se estabelecido como o centro de irradiação espiritual e intelectual da região. A Catedral é ainda hoje o cartão postal, centro da parte histórica da cidade e símbolo arquitetônico de um discurso que apresenta Porto Nacional como referência intelectual, artística, religiosa e cultural do estado do Tocantins. Percebemos nisto um passado saturado de “agoras” do qual faz menção Walter Benjamim (BENJAMIM, 1994, p. 229-230).

Em 1906 o Jornal Norte de Goyaz, alinhavado com a ordem dominicana, publicou que a catedral era “o templo que hoje serve-nos de Matriz, templo cuja arquitectura faz honra a qualquer cidade culta e que é um dos mais notáveis do Estado de Goiaz”. Os dominicanos tentaram se impor não apenas pelas ideias e convicções, mas também pela ocupação de espaços estratégicos na cidade, com obras que os colocavam como referência à população. Os detentores de um saber autorizado que, portanto, lhes conferiu poder e a constituição de um lugar de destaque na sociedade portuense.

As instituições, o uso da imprensa, as obras arquitetônicas foram parte da estratégia utilizada pelos dominicanos no sentido de normatizar hábitos, costumes, rituais, crenças e muitas outras práticas culturais dos chamados “Caboclos do Norte”. No intuito de colocar a região norte de Goiás em sintonia com os paradigmas de progresso e modernidade do discurso hegemônico estabelecidos nos grandes centros urbanos do Brasil e por que não do mundo ocidental.

Todas essas informações nos servem para perceber que com a presença da ordem dominicana as disputas, conflitos, contradições, recusas e negociações no campo cultural se intensificaram significativamente. Se observarmos na contemporaneidade as festas em sua organização e realização, ou mesmo outros modos de ver e viver a cidade, perceberemos com nitidez as astúcias das classes populares, o uso que os populares fizeram das culturas difundidas pela elite, suas formas de resistência e reinvenção que se renovam e se transformam nas manifestações da cultura popular. Mas nesse texto queremos observar as manifestações culturais nas representações produzidas e veiculadas via imprensa portuense.

A imprensa é sempre de alguma forma o tempo feito texto. Os jornalistas, e colaboradores da imprensa, tinham uma função importante na realidade, porque criavam, nas suas linguagens, metáforas, imagens e representações com o intuito de construir noções na e sobre a cidade de Porto Nacional e a Região Norte de Goiás, e imprimir direção a elas.

Os periódicos embora produzidos pelas elites política, religiosa e intelectual, revelam uma negociação com outros grupos sociais, pois procuravam se legitimar e ganhar adesão da população para implementação dos seus projetos. Não se trata apenas de imagens e concepções impostas aos nortistas, mas sim construídas como negociação entre os diferentes grupos sociais constituintes da sociedade em questão. As representações elaboradas pela imprensa portuense revelam projetos, contradições, conflitos, resistência, acordos, alianças, disputas, conformação, entre outras questões em torno do espaço e das práticas culturais vivenciadas pelos sujeitos daquele contexto. Que extrapolam a simplista ideia de submissão e assimilação.

Stuart Hall na reflexão sobre a desconstrução do “popular” oferece elementos interessantes que nos ajudam a pensar a população do Norte Goiano. Como um povo que deve ser entendido para além da ideia de uma massa com força mínima e puramente passiva. A partir de Stuart Hall rejeitamos tanto a ideia de total domínio da ideologia dominante sobre os nortistas, como, no outro extremo, a noção de autonomia pura destes. De acordo com o autor devemos negar os dois polos em que se desloca o estudo da cultura popular, de um lado o total encapsulamento e do outro lado o da autonomia

pura, pois “(...) não existe uma cultura popular integra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de força das relações de poder e de dominação culturais” (HALL, 2003, p. 238).

Diante do que já foi dito, para saber mais sobre as intenções da ordem dominicana nesse jogo, diria Frei Audrin:

Sendo tão numerosos e variados esses cultos, praticados em muitas circunstâncias sem a fiscalização do padre, não é de estranhar que se tornem, facilmente ocasiões de gestos e práticas um tanto contrários ao bom senso cristão (AUDRIN, 1963, p. 126)

Nas palavras, do Frei José Maria Audrin, podemos notar a preocupação da igreja em normatizar as práticas culturais populares. A intenção era tirar as manifestações religiosas das ruas, casas e fazendas, espaços constituídos pelos nortistas como lugares de celebração e de domínio das mesmas, e leva-las para dentro da igreja para que ficassem sob a tutela da mesma. Percebe-se no discurso dos dominicanos uma tentativa de higienização das festas, crenças e rituais. Como já mencionado, a igreja com suas estratégias se constituiu na relação com a população como portadora do saber autorizado, sobretudo, em relação a religião. Reivindicou, portanto o direito de definir, com base no princípio de classificação, quais as manifestações legítimas aos princípios da fé católica e as que dela se desviavam.

Todavia faz-se necessário perceber que a ordem dominicana em Porto Nacional foi obrigada a tolerar muitos “gestos” e “práticas” indesejáveis. Mais do que simplesmente tolerar foi necessário, a contra gosto, reconhecer e assimilar algumas práticas como parte das celebrações oficiais da igreja.

Tomemos um caso pontual para demonstrar como nas representações da imprensa portuense é possível perceber a pluralidade da cultura e as tensões que a constitui. Trata-se da comemoração da festa do Divino Espírito Santo.

Em porto Nacional, a festa do Divino Espírito Santo era comemorada nos dias 25 e 26 de setembro, depois da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora das Mercês.

A partir do livro “*Entre o sertão e o litoral: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910*”, de Maria de Fátima Oliveira, separamos três relatos sobre a festa: o primeiro publicado pelo jornal *O Incentivo*, no ano de 1902; o segundo e o terceiro publicados pelo *Jornal Norte de Goyaz*, respectivamente em 1908 e 1909. Os dois jornais citados, foram produzidos na mesma tipografia e pertencem aos mesmos proprietários. *O Incentivo* foi sucedido pelo *Norte de Goyaz*, a diferença entre eles está apenas no nome, tempo de duração e na materialidade. As ideias e projetos apresentados são praticamente os mesmos.

No primeiro relato, do ano de 1902, o periódico diz que: “a festa foi essencialmente nova, bastante solene sob o ponto de vista religioso, e com abstenção completa de diversões públicas”¹. A citação, embora breve, apresenta que a festa se submeteu a pelo menos duas mudanças, a primeira no que se referi a forma de culto, indicando que em festas anteriores as cerimônias, de alguma forma, se desviavam da liturgia desejada pela ordem dominicana. A segunda mudança, diz respeito a ausência “completa de diversões públicas”. Ao que parece as festas se limitaram as realizações da e na igreja. As diversões públicas aparecem com um sentido de proibição, e a abstenção delas com uma conotação positiva. O habitual forró nas casas e fazendas aberto ao público, regado a muita comida e bebida parece ter sido, naquele momento, desvinculado da festa do Divino Espírito Santo.

Como este trecho do jornal trata-se de um relato produzido por representantes da própria igreja, é perceptível nele a expressão de uma tentativa da igreja em impor uma normatização da festa conforme a sua concepção de como ela deveria acontecer. Mas como veremos as regras são estabelecidas no jogo, pela igreja, mas também pelos nortistas.

Em 1908, seis anos depois, o comentário sobre a festa foi: “extraordinariamente pomposos e deslumbrantes tiveram lugar nesta cidade os festejos em louvor ao Divino Espírito Santo, constando de uma verdadeira promiscuidade de festas religiosas e

¹ *O Incentivo*. N.19, 1902.

mundanas”.² Nesse trecho, identificamos que apesar do diferente entendimento que os atores sociais e a igreja tinham da festa do Divino Espírito Santo, estes últimos resistiram e fizeram permanecer, mesmo dentro do espaço da igreja, suas formas próprias de fazer e de usar o festejo em questão. Na representação, criada pela imprensa portuense, é possível notar certo incomodo por parte dos dominicanos, que insistiam, não mais em proibir, mas em tentar distinguir aquilo que pertence ao religioso e foi misturado ao profano. Tentativa inútil e simbólica, pois naquela altura a festa se caracterizava pela mistura indivisível do sagrado e do profano. Como afirma Brandão:

(...) parece que em quase todas as sociedades humanas há momentos festivos em que a vida dos ritos está em eles poderem, ao se oporem uns aos outros, realizar simbolicamente a oposição entre o sagrado e o profano, entre a solenidade e a mascarada, entre a cerimônia codificada de sagração e a codificação da orgia de transgressão de norma. (BRANDÃO, 2010, p. 21)

O que deve ser ressaltado é a maneira como a festa e o jogo, o sagrado e o profano, tão aparentemente separados, são, na verdade, continuamente misturados um ao outro, de tal maneira que, por serem opostos, não se possa pensar e viver um lado sem o outro. (BRANDÃO, 2010, p. 23-24)

Naquela altura, a festa já não podia ser vivida e pensada como uma celebração puramente sagrada ou puramente profana, os modos de uso desejados pela igreja, foram reinventados e misturados aos modos de uso dos fiéis. Formas do profano se sacralizaram, assim como formas do sagrado se profanaram nas transformações da festa, de maneira tal que um se tonou parte constituinte do outro nos modos de usos do festejo.

Nesse momento da história de Porto Nacional, inesperado participante tomou assento no jogo cultural, participante esse que oferece outros elementos para reflexão. Trata-se dos missionários protestantes, que foram denominados na imprensa pelos dominicanos como os “Malditos discípulos de Lutero”. A partir de 1905 era comum, circular nos periódicos, artigos dos dominicanos atacando as práticas protestantes e se

² Norte de Goyaz. N.73, 1908.

defendendo das críticas que esses últimos fizeram aos primeiros. Em relação a Festa do Divino Espírito Santo, os missionários protestantes estavam presentes, especialmente na procissão, atribuindo ao ato de carregar imagem e a cruz como ato equivocado de idolatria. A presença dos protestantes, vista como ameaça ao domínio dos dominicanos, pode ter influenciado na flexibilidade da igreja em relação ao uso da festa pelos populares. Mas essa é outra faceta dessa história.

No relato de 1909, já não aparecia distinção ou incomodo algum relacionado ao festejo. Pelo menos nada digno de nota. O periódico enfatizou a unidade e a harmonia ao noticiar a realização da festa: “a sociedade portuense sem distinção de copolítica, tomou parte em os pomposos festejos que passaram na maior harmonia”.³ Possivelmente tenham transformado os protestantes em inimigo comum dos cristãos católicos, conjecturamos que daí se oriunda a ênfase na unidade e harmonia entre as diferentes formas do catolicismo. Certamente as tensões e conflitos no jogo das relações de poder não acabaram em 1909, pois a festa continua ainda hoje em transformação e são nas transformações que aparecem os pontos de conflitos. Mas esse relato nos sugeri o caráter relacional das práticas e como a presença da igreja fez os nortistas mudarem suas ações, assim como a astúcia dos nortistas também impuseram mudanças as ações dos religiosos dominicanos. O que era para os dominicanos em Porto Nacional considerado inaceitável, num determinado momento tornou-se tolerável, noutro aceitável. As relações de poder travadas no campo da cultura, das práticas culturais são mutáveis e instáveis. Nelas sempre haverá estratégias e a possibilidade de resistência.

Atualmente as festas religiosas de Porto Nacional, especialmente as festas da Nossa Senhora das Mercês e do Divino Espírito Santo, perderam força e reconhecimento em relação ao início do Século XX. Ao que tudo indica a presença Dominicana na cidade acabou inibindo essas celebrações que são comemoradas em tímidos rituais de culto, frequentados por uma pequena parcela da elite portuense. De forma inversamente proporcional, (a expressão a nosso ver não é exagerada), os festejos populares das cidades vizinhas a Porto Nacional, em que a presença dominicana foi

³ Norte de Goyaz, n. 98, 1909

menor, se fortaleceram significativamente. São festas grandiosas que mobilizam toda a região em torno de sua organização e realização. Na cidade de Porto Nacional alguns festejos ainda persistem com certa força, como a Folia de Reis conduzida pelas mulheres e a Festa do Divino Espírito Santo da Igreja Cristo Operário, porque são realizados nas comunidades e distanciados dos domínios da ordem dominicana, porém mesmo esses não se comparam as Festas do Divino Espírito Santo, Senhor do Bonfim, Folia de Reis, celebrado nas cidades vizinhas.

Diante do que foi observado, podemos notar que não apenas no âmbito da religiosidade, mas também em outros aspectos, o que se definiu nos grandes centros como sendo moderno e progresso para uma cidade e seu povo, não atuaram sobre a região Norte e os nortistas como se estes fossem uma “tela em branco”. Essas definições para serem aceitas e incorporadas tiveram que se adequar aos modos de vida de uma população em processo de urbanização, mas ainda fortemente marcada pelos elementos do rural. Uma população que habita em uma região em que o rural e o urbano não se separam. As formas impostas de cultura e cidade que se hegemonizaram, influenciaram a cultura do povo nortista, pois essa não existe de forma isolada das relações de força cultural, mas é necessário reconhecer que, apesar disso, esta influencia não é total e plena. Pois as formas culturais dominantes são reorganizadas, reinventadas pelas classes populares do norte de Goiás a partir das suas vivências, daquilo que faz sentido na sua concepção da realidade. Não se trata de uma imposição pura e simples de formas culturais dominantes sobre os caboclos do norte, muito menos de uma aceitação ingênua dessas formas. O que há, de fato, é uma luta cultural constante. Stuart Hall afirma que,

“(…) essa luta é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e aceitação, da recusa e da capitulação, que transformam o campo da cultura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas e perdidas.” (HALL, 2003, p. 239)

A cultura popular é compreendida como espaço de aprendizagem, não de mera recepção acrítica, mas de ensinamento, de formação de senso crítico. Com base no pensamento de Michel de Certeau, sobre a cultura popular, é partir das características e

especificidades próprias dos populares, ou seja, a partir do seu universo, dos seus próprios referenciais cotidianos que as questões são lidas, significadas, rejeitadas, reinventadas ou assimiladas. A cultura se faz nesse movimento.

Investigar a cultura no jogo, como campo de batalha, é entendê-la como um campo de forças assimétricas, no qual devemos tentar apresentar as nuances ideológicas existentes entre os sujeitos, revelar como se posicionam, seus conflitos, as várias polarizações, mas, sobretudo como também se articulam em negociações, os influxos recíprocos mostrando que, embora a luta seja desigual, trata-se de uma via de mão dupla, com circularidade de valores e práticas. E não a sobreposição pura e simples de um sobre o outro. Há uma relação assimétrica de poder entre os grupos sociais, diante disso é evidente que não podemos superestimar a capacidade das elites intelectuais, religiosas e políticas em impor suas formas culturais sobre os nortistas. Os nortistas de alguma forma limitaram, reformularam, (re)significaram as imposições culturais vindas dessas elites. De maneira que não podemos duvidar das astúcias dos “caboclos do Norte” e sua participação na construção da dinâmica cultural.

Ainda que Porto Nacional não tenha se transformado em importante centro industrial ou econômico, ou em metrópole, ela se insere num conjunto de cidades de diferentes regiões do Brasil que vivenciou de alguma forma a urbanização ocorrida no Brasil na virada do XX e que tiveram grande importância em suas regiões. Viveu e interpretou a sua maneira essa fase, não simplesmente importando a cultura moderna dos centros europeus, mas também criando os seus próprios parâmetros. Nesse sentido as questões urbanas, do cotidiano e cultura de Porto nacional revelam projetos, estratégias de resistência, conformação, conflitos e contradições oriundas de uma gama de novas experiências e exigências do impulso de crescimento no período.

Encerramos aqui essa reflexão, pouco receosos, por termos transitado por um caminho que ainda não nos sentimos totalmente habilitados a trilhar, ou seja, observar o debate sobre a cidade pelo viés do festejo do Divino Espírito Santo. Mas satisfeitos pelo desafio e pela certeza de que foi um exercício gostoso, surpreendente e revelador.

REFERENCIAS

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do Norte**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Agir, 1946, p. 59.

_____. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Festa – a celebração plural da fé. In: **Prece, Folia, Festa e Romaria**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. Culturas Populares. In: **A invenção do cotidiano: 1 artes do fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Leituras populares. In: **Formas e sentidos-cultura Escrita: entre distinção e apropriação**. Campinas, SP: Mercado de livros, 2003.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: **Da diáspora; identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Unesco, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: Burke, Peter (org.). **A Escrita da história: Novas Perspectivas**. São Paulo: EDUNESP, 1992, p. 155.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, Rosangela & RAMOS, Alcides Freire. **História e cultura: espaços plurais**. Uberlândia: Aspecttrus, 2002.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Entre o sertão e o litoral: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Anápolis: UEG, 2010, p. 68.

REVEL, Jacques. Cultura Popular: usos e abusos de uma ferramenta historiográfica. In: **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

WILLIAMS, Raymond. Hegemonia/Tradições/Dominantes, Residual e emergente/Estrutura de sentimento. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIVENDO EM TEMPOS BANDIDOS: UMA FLORIANÓPOLIS PERDIDA NA VISÃO DE SEUS CRONISTAS E COLUNISTAS DE VARIEDADES (1970 - 2000)¹Rafael Damaceno Dias
rafaelcielo@yahoo.com.br
Doutor – UFPR**Resumo**

Durante as últimas décadas do século XX, é possível perceber uma mudança no foco de atenção dos cronistas e colunistas de variedades de Florianópolis. Mais e mais, o desafio desses observadores da cidade parece ter deixado de ser o de interpretar um lugar no qual migrantes com alto capital cultural ludibriariam antigos moradores. A partir da década de 1980, o alvo principal das reflexões parece ter se voltado à maneira de como realizar seu trabalho em um município que havia se tornado mais diversificado socialmente. Em meio a esse movimento, pode-se identificar um esforço de coleta e divulgação de histórias inusitadas que teriam ocorrido em Florianópolis. Um esforço que deu forma a representação de uma cidade que teria se perdido em razão de “tempos bandidos”, como diria um de seus cronistas. O objetivo desse texto é a realização de algumas interpretações em torno dessa representação.

Palavras-chave: cidade – urbanização – representações.

Abstract

At the end of the 20th century, it is possible to notice a change in the focus of attention of chronicles and columns of variety of Florianópolis. The challenge of these observers of the city seems to have ceased to be interpret a place where migrants with high cultural capital deceived former residents. From the 1980s, the main target of reflections seems to have turned to the way of how to perform their work in a city that had become more socially diverse. In the middle of this movement, is possible to identify an effort of collecting and reporting unusual stories that would have occurred in Florianópolis. An effort that formed the representation of a city that would have been lost due to "bad time" as one of its chroniclers say. The aim of this paper is to perform some interpretations around this representation.

Keywords: city – urbanization – representations.

¹ O presente texto está baseado nos resultados de minha pesquisa de doutoramento contidos em: DIAS, Rafael Damaceno. *A efêmera chance de encantar o mundo: Florianópolis nas últimas décadas do século XX*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Durante as últimas décadas do século XX, Florianópolis vivenciou profundas transformações urbanas. Embora tenham acontecido de forma bastante desorganizada, como é tônica em diversos municípios brasileiros, em parte essas transformações também obedeceram a uma lógica. Pode-se observar, por exemplo, que forças sociais com grande poder de ação direcionaram a expansão de uma boa parcela das áreas habitadas do município contribuindo decisivamente para seu desenho urbano. O objetivo desse texto é a realização de algumas interpretações em torno de uma representação de Florianópolis que surgiu nesse período.

Transformações urbanas

O primeiro exemplo de direcionamento da expansão urbana se relaciona com os projetos executados pelo poder público. Durante todo o século XX, e mesmo no período imperial, foram diversas as realizações da administração municipal e estadual que privilegiaram algumas áreas de Florianópolis em detrimento de outras. Sem nenhuma dúvida foi o distrito sede que recebeu a maior atenção dos administradores públicos. Nas décadas de 1910 e 1920 foram feitas obras no centro da cidade como a construção de uma rede de saneamento básico que ia ao encontro das aspirações da elite de Florianópolis no período (ARAÚJO, 1999, p.102-113). Na década de 1970, destacou-se a construção de uma infra-estrutura capaz de albergar populações de classe média que possuíam automóvel. Foram construídas mais uma ponte, a Colombo Salles inaugurada em 1972, e realizadas obras viárias como a Via de Contorno Norte (conhecida como a avenida Beira Mar) iniciada em 1977 e completada no ano de 1982 a partir de sua conexão com as rodovias SC 401 e SC 404 (SUGAI, 1994).

A partir da década de 1970, concomitante às obras de infra-estrutura urbana realizadas no distrito sede, também passaram a adquirir importância investimentos públicos em outras regiões de Florianópolis. Contudo, mesmo nesse caso, algumas partes da Ilha foram privilegiadas pelos governos municipal e estadual. O caso de privilégio mais famoso se refere à pavimentação da rodovia SC 401 em direção a porção

norte da Ilha. Os 28 quilômetros de rodovia foram construídos em detrimento dos balneários do sul, de onde saíam a maior parte da produção pesqueira de Florianópolis. Em que pese que também havia importantes colônias de pescadores na parte norte, a construção da rodovia não tinha relação com a pesca. Havia políticos de grande expressão em Florianópolis que tinham interesse na valorização imobiliária da porção norte da Ilha pois possuíam propriedades de grandes dimensões em distritos como Canasvieiras e Jurerê. Conforme alguns pesquisadores ressaltaram, a conjugação entre urbanização no Norte da Ilha de Santa Catarina e interesses privados de empresários e políticos era bastante clara. E essa proximidade influía diretamente nos projetos públicos implementados (LOHN, 2002).

Além de obras públicas como a construção de rodovias, a legislação aprovada pela câmara municipal de Florianópolis também foi decisiva para o desenho urbano que o município adquiriu. Em relação a ela, destaque-se, em vista das suas consequências, a Lei dos Loteamentos de 1974, que regulamentou a construção desse tipo de empreendimento no município. Essa lei previa que em cada loteamento uma parte fosse destinada para a utilização pública: em área urbana esse percentual deveria ser de 35% e em área rural de 45%².

Em vista do tamanho da área destinada para fins públicos a lei teve profundas consequências no desenvolvimento urbano de Florianópolis. Destaque-se, em primeiro lugar, que o investimento no ramo imobiliário dos loteamentos se tornou pouco atrativo para capitalistas de pequeno porte. Após a promulgação da lei de 1974 ocorreu uma migração do comércio de terras da forma de loteamento para a forma de parcelamento³. Além disso, o número de loteamentos diminuiu expressivamente: de 1940 até 1974 foram feitos 233 empreendimentos desse tipo. E, entre 1975 e 2001, eles reduziram-se para 66 (BEZERRA, 2002).

² Os loteadores deveriam destinar uma parte dos loteamentos para a construção de áreas de lazer públicas e para a construção de sistemas de circulação de pedestres e de automóveis. FLORIANOPOLIS (SC). [Leis, decretos, etc]. *Loteamentos urbanos, desmembramentos e arruamentos*. Florianópolis: PMF, [1980?].

³ Parcelamento significa a venda de uma parcela de uma propriedade para um terceiro.

A necessidade de que fosse englobada uma grande área para que a porção a ser destinada para fins públicos não tornasse o lucro pouco atrativo exigia que fossem movimentadas grande somas de capital os quais somente poderiam ser acionados por empresas ou empresários de grande porte. Alguns dados são elucidativos quanto a isso: 87,3% dos loteamentos feitos entre 1940 e 1974 foram realizados por pessoas físicas. Após esse ano, esse percentual caiu para 28,8%. Por outro lado, a participação de empresas na construção de loteamentos aumentou geometricamente. Do total de loteamentos realizados entre 1940 e 1974, foram feito por empresas 8,6%. E, entre 1975 e 2001 esse percentual aumentou para 51,5%⁴.

Ou seja, tudo leva a crer que a Lei dos Loteamentos contribuiu para a emergência de uma configuração social caracterizada pela atuação de grandes empresas no ramo imobiliário em Florianópolis. A empresa Habitasul por exemplo, a maior loteadora do período e que construiu o mais famoso condomínio residencial de Florianópolis (Jurerê Internacional), realizou 6 loteamentos entre 1975 e 2001.

Por outro lado, também é possível considerar que a lei de 1974 criou condições jurídicas favoráveis para que, em meio ao crescimento urbano, proliferassem no município condomínios residenciais construídos em loteamentos. Entre o primeiro projeto (construído em 1978) e o ano de 2000 foi aprovada a construção de 107 condomínios em Florianópolis (GEBARA, 2008). Mas, no caso do desenvolvimento urbano ligado a construção de condomínios, se devem destacar também a atuação de outros dois fatores.

Em primeiro lugar, deve-se considerar sua expressiva quantidade como reverberação local de um fenômeno de grande amplitude que adquiriu forma a partir da década de 1980. As cidades brasileiras, desde o período imperial, estavam longe de constituir-se em modelos de urbanização (MARICATO, 2002). Contudo, em vista da concentração populacional nas urbes, a intensidade dos problemas sociais e urbanos nelas existentes adquiriram dimensão inédita nas últimas décadas do século XX. Sua expressão maior eram a grande quantidade de sequestros, assaltos e homicídios

⁴ Os cálculos indicados foram realizados a partir dos dados disponíveis em: Bezerra, op. cit.

(MARICATO, 2003). Diante da crescente sensação de insegurança ocorreu, conforme analisou Caldeira, a naturalização de práticas de privatização do espaço público levando a sua fragmentação e a segregação dos diferentes grupos sociais. O reflexo urbano dessa lógica, em São Paulo, foi a proliferação de condomínios residenciais fortificados que se constituíram em verdadeiros enclaves dentro dessa cidade (CALDEIRA, 2000).

A lógica acima apontada esteve presente em Florianópolis desde a construção dos primeiros condomínios residenciais. Lohn, por exemplo, indicou que a linguagem midiática que descrevia a vida nas grandes cidades como uma espécie de guerra civil também foi utilizada pela imprensa de Florianópolis. Ele identificou no início da década de 1980 o mesmo tipo de descrição marcado pela idéia de insegurança social (LOHN, 2011). Ainda nesse sentido, recorde-se que uma boa parte dos migrantes de Florianópolis eram provenientes de grandes cidades brasileiras onde os níveis de violência urbana eram muito maiores do que nesse município. Sejam delimitados por muros, sejam vigiados por sistemas de segurança, o fato é que os condomínios horizontais acenavam aos possíveis compradores com a possibilidade de viver em um espaço sem os inconvenientes da falta de planejamento urbano e sem o perigo da criminalidade. Com base no número dos condomínios construídos em Florianópolis, pode-se considerar que esse apelo tenha tido sucesso. Isso porque foi exatamente na década de 1980 que surgiu o maior número de empreendimentos residenciais desse tipo. Entre 1970 e 1979, haviam sido aprovados 3 projetos de condomínios, no período de 1980 a 1989 foram 68 e nos anos noventa esse número reduziu-se para 36 (GEBARA, 2008).

Além da lógica acima destacada, também pode ser identificada a presença de outros elementos no processo de expansão de condomínios residenciais em Florianópolis. Eles se referem com o estabelecimento de uma relação entre moradia em condomínio fechado com distinção social. A vida em residenciais era associada, pelas estratégias de marketing, a um estilo de viver que conjugaria as facilidades da modernidade com a proximidade da natureza bucólica. Nesse sentido, a residência em um desses empreendimentos atestaria a posse de uma forma aprimorada de ser que

estaria sintonizada àquelas portadas pelas pessoas residentes nos centros mais cosmopolitas. Adjetivos como “internacional”, no caso de Jurerê Internacional, faziam referência a isso, e pretendiam distinguir o empreendimento localizado no bairro de Jurerê (SIQUEIRA, 2008).

Na década de 1990, a associação entre residência em condomínio fechado com pertencimento a um clube particular foi intensificada. Naquele momento, Florianópolis inseria-se com intensidade no circuito internacional do *city marketing*. Nesse tipo de *marketing*, no qual as cidades são vistas como um produto inserido nas relações de mercado, o objetivo é torná-las atrativas para possíveis consumidores. Sejam eles novos moradores com alto poder econômico, turistas ou investidores. Desse modo, são construídas propagandas que procuram mostrar a especificidade de uma cidade frente a tantas outras que também disputam fluxos internacionais de capital (DUARTE; CZAJKOWSKI JUNIOR, 2007). No caso do *city marketing* em torno de Florianópolis, as estratégias propagandísticas sobre o condomínio Jurerê Internacional são exemplares. A moradia nesse residencial tornou-se sinônimo da conjugação entre calor das praias brasileiras com o mais elevado padrão de vida e de entretenimento (LENZI, 2010). Revistas comparavam a vida em Jurerê Internacional com aquela vivida em lugares como Ibiza, na Espanha, e Saint-Tropez, em França (VEJA, 2007).

A partir do que foi dito acima, pode-se perceber que não era sem razão que a maior parte dos condomínios de Florianópolis das décadas de 1980 e 1990 foram construídos em áreas próximas as praias (GEBARA, 2008). Entre 1980 e 1989, de um total de 68 residenciais, 58 foram construídos em área de balneário, e de 1990 até 1999, dos 36 projetos aprovados 28 localizavam-se perto da orla (GEBARA, 2008). Ou seja, de forma cada vez mais intensa, não apenas a posse de um elevado poder aquisitivo marcava a constituição do espaço urbano de Florianópolis. Mas também existia, por parte dos novos residentes nos condomínios, o compartilhamento dos valores expressos no *marketing* sobre o município.

Essa dinâmica de diferentes elementos contribuintes para o desenho urbano de Florianópolis pode ser associada àquilo que Bourdieu caracterizou como processo de

reificação do espaço social. Esse conceito se constitui em uma tentativa do autor em observar de que modo as desigualdades sociais se inscrevem no espaço urbano. Para o autor a relação é clara: o desenho citadino traduz as diferenças nos diferentes tipos de capital portados pelos agentes sociais (BOURDIEU, 1997). Isso porque a essas diferenças estão associados determinados *habitus* que contribuem para que pessoas ocupantes de uma mesma posição social ajam de maneira semelhante (BOURDIEU, 2003). Sem ser determinante, o *habitus* condicionaria, por exemplo, o consumo. E, no caso do plano urbano, repercutiria na compra de determinados estilos arquitetônicos e, principalmente, na localização das residências.

Com base nas considerações de Bourdieu, pode-se considerar que os condomínios acenavam para os possíveis compradores com a chance de multiplicar dois aspectos de seu capital global: o capital social e o capital simbólico. Em meio ao crescimento urbano de Florianópolis, a residência em um condomínio era uma possibilidade de distinguir-se socialmente. Além disso, sugeria a posse de um estilo de vida visto como sofisticado e permitia ao seu morador a residência nas proximidades de pessoas com condição social semelhante a sua.

Relações entre modernidade e urbanização.

Em “As consequências da modernidade”, Giddens examina qual seriam as principais diferenças das sociedades tradicionais em comparação às modernas. Para ele, as primeiras seriam caracterizadas pela grande valorização de práticas sociais e culturais associadas pelos indivíduos nelas englobados aos seus antepassados. Essa importância traria consigo expectativas quanto à continuação dessas práticas e projetaria nos seus descendentes essa responsabilidade. No caso das sociedades modernas, processar-se-ia o contrário. Essas seriam caracterizadas pela alta frequência com que as pessoas nelas albergadas seriam colocadas diante de tecnologias que velozmente se tornariam obsoletas e de informações que rapidamente seriam consideradas ultrapassadas. Esse cenário impingiria as pessoas a possuir uma forma altamente reflexiva de vida que as

levaria a examinar incessantemente seus comportamentos e sentimentos à luz das imensas quantidades de informações que recebem todos os dias (GIDDENS, 1991).

Diante dessa diferenciação realizada por Giddens, não é difícil identificar momentos na história de Florianópolis em que seus habitantes se viram diante de situações que os fizeram examinar suas formas de ser, pensar e viver e que por isso tiveram um forte caráter modernizante. Cite-se, no início do século XX, os já mencionados acontecimentos das décadas de 1910 e 1920 concernentes à construção de uma rede de saneamento básico na área central da cidade. Permeada por uma concepção higienista, que colocava em rota de colisão conhecimentos científicos e populares acerca do modo como se contraíam doenças, a burguesia local lançou um olhar novo sobre a população de condição social mais frágil (ARAÚJO, 1998). Essas pessoas passaram a ser identificadas como a principal contribuinte para a existência de epidemias na cidade. Essa percepção justificava a imposição de práticas médicas frente a população carente que nem mesmo entre os burgueses eram consensuais como no caso da vacinação para algumas doenças (CHALHOUB, 1996). Perante esse cenário de modernização, os agentes sociais do período se reacomodaram a partir de ações segregacionistas de reurbanização aplicadas nos grandes centros brasileiros. Às classes populares vedou-se o acesso ao centro urbano de Florianópolis por meio de sua exclusão de algumas áreas como, por exemplo, o rio da Bulha, ocupadas por elas desde longa data.

Ainda na primeira metade do século XX, é possível citar como movimento modernizante a expansão do uso de veículos automotores para o transporte público em Florianópolis. Até a década de 1930, a locomoção de passageiros nessa cidade também era realizada por bondes com tração animal que haviam sido importados no século XIX. Contudo, paulatinamente esse meio de transporte passou a ser visto pelas elites locais como motivo de vergonha. Ela se originava do fato de que outras cidades brasileiras como o Rio de Janeiro já faziam uso de meios de transporte muito mais sofisticados como, por exemplo, os bondes elétricos. O desejo de modernização nos transportes teve momentos de grande intensidade: o bonde com tração animal foi jogado no mar pelos

alunos do colégio mais elitista de Florianópolis no ano de 1934 (VEIGA, 2004). Ainda com relação ao uso desse transporte público, destaque-se que a acomodação à nova configuração em que ele se fazia presente não foi simples. Não apenas a falta de costume à velocidade dos veículos teria sido motivo para acidentes, como também a inabilidade de seus condutores (COSTA, 2010).

Outro momento com forte conotação de modernidade aconteceu com a verticalização do centro urbano de Florianópolis nas décadas de 1960 e 1970. Até esse período, o perímetro central do distrito sede era caracterizado por um casario do século XIX e por prédios em *art-decô* construídos durante a primeira metade do século XX (VIANA, 2008). A partir do final da década de 1950, em meio a política nacional-desenvolvimentista, um novo olhar foi lançado sob essas construções. Elas passaram a ser entendidas como entraves para o desenvolvimento econômico da cidade o que justificava sua destruição. As propagandas nos jornais sobre os imóveis depreciavam o casario na área central de Florianópolis e faziam louvores aos novos empreendimentos que se erguiam. Em fotos estampadas nos jornais, esse *marketing* associava o ato de comprar um apartamento a uma demonstração de carinho para com a família (SANT'ANNA, 2005). Pode-se considerar que uma boa parte dos agentes sociais bem posicionados acomodaram-se a essa modernidade comprando apartamentos em prédios de vários andares. Isso porque ocorreu um aumento expressivo no número de edifícios com mais de quatro pavimentos: até 1960 existiam dez edifícios com mais de quatro andares em Florianópolis e, entre 1961 e 1980, esse número aumentou para 168 (NEUMANN, 2003).

Como é possível perceber nos exemplos acima, em diversos momentos da história de Florianópolis uma parte de seus moradores foi levada a examinar seus modos de ser, viver e de pensar à luz de novas informações e tecnologias. E é com base em transformações como essas, que Pereira ressalta que Florianópolis não viveu um processo de modernidade continuada, mas sim ondas de modernização no decorrer do século XX (PEREIRA, [19-]). Nos casos anteriormente destacados, o agrupamento das

transformações vivenciadas poderiam ser percebidas, à luz das considerações de Pereira, como ondas de modernização vivenciadas pela elite da cidade.

A partir do que foi dito anteriormente, é possível perceber que partir da década de 1970 as pessoas residentes em Florianópolis viram-se diante de um acontecimento que contribuiu para que elas examinassem intensamente as referências sociais e culturais existentes no município. Esse acontecimento relacionou-se ao expressivo crescimento populacional, associado, especialmente, com a migração. Levando em conta a caracterização de Pereira, seria possível compreender esse aumento de habitantes como mais uma onda de modernização em Florianópolis. Contudo, em vista da expressiva quantidade de pessoas envolvidas, poder-se-ia atribuir um caráter diferente a essa nova onda modernizante. Seguindo a indicação de Bauman, seria possível pensá-la como uma modernidade em que os processos de transformação social e cultural teriam se acelerado (BAUMAN, 2001).

Levando em conta as análises empreendidas anteriormente, pode-se considerar que o crescimento populacional de Florianópolis foi modernizante e acelerado. Por um lado, ele contrastou antigas e novas formas de viver no município, que puderam ser percebidas pelo surgimento de novos tipos de moradia. Nesse caso, a expressão maior foram os condomínios residenciais. Por outro lado, esse movimento aconteceu de forma bastante brusca, uma vez que a Ilha foi literalmente loteada em um curto período de tempo.

Para o bem ou para o mal, essa condição social associada ao ímpeto de modernização obrigou as pessoas residentes no município a se manifestarem. No item a seguir serão examinadas algumas das formas pelas quais os cronistas e colonistas de variedades de Florianópolis se posicionaram diante das transformações acontecidas.

Florianópolis perdida.

Em 1973, o colunista Beto Stodieck, escrevia que seu trabalho no jornal O Estado se dirigia “*para a classe B, a que realmente lê jornais, a mais intelectualizada*”

(STODIECK, 1973). Pouco mais de dez anos depois, frente a mesma questão, Stodieck fazia uma afirmação com conteúdo diferente ao dizer que seu jornalismo “*voltava-se para a sociedade como um todo, analisando os seus diversos segmentos e não de olho nos defeitos dos outros ou no tal ‘café soçaito’*” (STODIECK, 1985). Declarações como estas podem ser entendidas como registros do modo pelo qual um profissional da imprensa organizava seu trabalho dentro do veículo de comunicação em que trabalhava. Nesse caso, os excertos destacados parecem indicar que teria ocorrido uma mudança no foco de preocupações do jornalista. Pois, se em 1973 ele dizia escrever para um determinado grupo de leitores, em 1985, a afirmação era outra. Naquele momento, Stodieck mencionava que escrevia para todos os segmentos sociais, o que sugere que nesse intervalo ele teria procurado diversificar sua produção dentro da imprensa. Apesar do Jornal de Santa Catarina, onde foram veiculados os dois excertos destacados, possuir circulação estadual, é possível dizer que suas ponderações eram realizadas especialmente sobre Florianópolis. Pois, conforme o próprio jornalista destacava em 1972, “*queiram ou não, Florianópolis é quem lança as modas e a badalação em Santa Catarina*” (STODIECK, 1972).

Essa mudança de foco também poderia ser percebida no trabalho de Cacau Menezes quando são considerados dois momentos de sua carreira. Em ambas as declarações são semelhantes em relação a qual público leitor se dirigia suas colunas de variedades. Em 1989, defendendo-se da acusação de que, por ser jornalista de variedades não poderia comentar notícias do mundo desportivo, o jornalista comentava que: “*como jornalista do Suplemento de Variedades (o nome já diz) deste jornal, posso e devo abordar os mais variados assuntos. Cinema, música, shows, sociedade, festas, casamentos, separações, escândalos, mancadadas de figuras públicas, etc*”.

O esforço em abarcar uma maior quantidade possível de leitores, no caso dos jornalistas de variedades, poderia ser associado à diversidade de temas abordados. Em um mesmo dia, por exemplo, podem-se encontrar comentários sobre: cantores, shows, suspeitas de crimes cometidos contra a prefeitura municipal, lançamento de livros, festas em casas noturnas, notícias sobre políticos do município e congressos que iriam

acontecer em Florianópolis (MENEZES, 1989). Contudo, as possíveis tentativas de ampliação do público alvo por parte dos comentadores do cotidiano do município, poderiam ser percebidas a partir da utilização de uma determinada forma de escrita nas suas colunas de variedades. Pode-se perceber, por exemplo, que paulatinamente os assuntos deixam de ser comentados a partir de um olhar que explora formas de conduzir-se socialmente conhecidas apenas por uma parte dos moradores do município. E, mais e mais, tendem a possuir como ponto de partida, uma perspectiva de maior amplitude, conhecida por todos os brasileiros que possuem vivências em centros urbanos. Ou seja, própria de uma configuração social menos dividida por laços estabelecidos desde longa data e mais segmentada por gostos, estilos, consumos e outros elementos que conduzem as relações sociais nos agrupamentos urbanos em que existe uma grande população diversificada social e culturalmente. Pode ser esclarecedor, nesse sentido, observar de que forma são divididas as crônicas contidas no livro ‘Os Civis precisam Voltar aos Quartéis’, publicado em 1986, de Sérgio da Costa Ramos. ‘Da Província’, ‘Da Grande República’, ‘Da Vida de Todos os Dias’ e ‘Da Grande Aldeia’, são os títulos das seções do livro. Na primeira seção, nota-se uma grande presença de sutilezas e particularidades nas crônicas ali contidas, que possivelmente seriam percebidas somente por pessoas que residissem em Florianópolis desde algum tempo. Na crônica ‘Retratos da Província’, por exemplo, se pode ler em um trecho: “*A cidade era uma extensão da casa de cada um, como se as famílias pudessem dispô-la como seu quintal. Os muros vestidos de flores identificavam a casa e o seu dono. As camélias de ‘seu’ Carl Hoepcke, as buganvílias de ‘seu’ Carolo Wendhausen, as magnólias do Coronel Raulino Horn*” (RAMOS, 1986, p.27). Nas partes do livro de Ramos, ‘Da Grande República’ e ‘Da Vida de Todos os Dias’, estão inscritas crônicas que possuem uma forma de escrita na qual estão presentes ironias, comentários e outras observações sobre os mais diferentes assuntos que podiam ser reconhecidas por um público bem mais numeroso. Como era o exemplo da crônica ‘Inculto e bela’ onde é possível ler o seguinte trecho: “*os portugueses andam inconformados com a degradação da língua falada no Brasil. Ameaçam proclamar sua independência idiomática, alegando que o português que aqui se gorjeia não tem mais*

nada a ver com a sintaxe e a semântica do que se fala na matriz” (RAMOS, 1986, p.87). Por fim, a parte do livro intitulada ‘Da Grande Aldeia’, poderia ser localizada no extremo oposto da parte ‘Da Província’. Isso porque, nas crônicas ali contidas, estão presentes anedotas relacionadas com enganos e contratempos concernentes à viagens internacionais. Ou seja, que somente poderiam ter sido vivenciadas por alguém com um padrão de consumo compatível com esse turismo. Em uma delas, denominada ‘Indecifrável esfinge’, o autor descreve o caso da situação em que, na busca por um frasco de ‘ketchup’ em um supermercado, recebera do atendente um artigo completamente diferente: “ - Pois não era ‘cat soup’ o que eu queria? - Estende-me, feliz, uma lata de sopa para gatos” (RAMOS, 1986, p. 110).

A possível ampliação e alteração no foco de preocupação dos cronistas e colunistas de variedades, que a divisão colocada no livro de Sérgio da Costa Ramos pode tão bem exemplificar, também parecia incluir outro movimento. Em alguns de forma mais intensa, em outros com menor frequência, mas em todos os cronistas e colunistas de variedades é possível observar uma espécie de folclorização das recordações de uma parte dos moradores do município. Isso pode ser dito, tendo em conta que nas crônicas e colunas de variedades manifestava-se o entendimento de que um conjunto de histórias, lendas, curiosidade e anedotas que nelas estavam presentes, seriam o substrato de uma cultura compartilhada pelos florianopolitanos. Elementos que muitas vezes eram recolhidos entre pessoas de diferentes localidades do município pelos próprios colunistas e cronistas. Ou então, já por demais conhecidos nos seus círculos sociais, eram divulgados nas colunas de variedades e crônicas.

Em uma parte do trabalho dos cronistas e colunistas de variedades nota-se, por exemplo, que Aldírio Simões registrava histórias concernentes as mais diferentes localidades do município e que seriam pouco conhecidas mesmo pela população residente em Florianópolis desde muito tempo (SIMÕES, 1990). Raul Caldas fazia um relato biográfico de algumas pessoas que, segundo ele, eram expressões do que culturalmente existia de mais típico no município (CALDAS FILHO, 1995). Sérgio da Costa Ramos, citava passagens sobre pessoas que já haviam deixado de existir e

destacava a importância de recordá-las como expressão das peculiaridades de Florianópolis (RAMOS, 1996). Flávio José Cardozo, com um sentido semelhante, procurava indicar resquícios do município que teria existido antes das transformações que vivenciou (CARDOZO, 1982). O colunista Beto Stodieck discorria nas suas colunas de variedades sobre indivíduos de uma Florianópolis que, de acordo ele, seria em diversos aspectos mais interessante do que aquela que existia no início da década de 1990 (STODIECK, 1990). E o colunista Cacau Menezes citava pessoas com quem havia convivido ou convivia, as quais deveriam ser recordadas por suas realizações em Florianópolis (MENEZES, 1989).

Nessa parte do trabalho de cronistas e colunistas de variedades, é possível identificar que manifestava-se a idéia da existência de uma riqueza incomensurável guardada nas lembranças dos florianopolitanos, especialmente naqueles com maior idade. Quanto a essa questão, o esforço dos observadores do cotidiano em divulgá-las poderia ser relacionado ao envelhecimento da população do município. Isso porque, seguindo uma tendência nacional (CARVALHO; GARCIA, 2003), o número de pessoas com idade elevada em Florianópolis aumentava. O que significava dizer que o próprio tempo ameaçava o acervo que os cronistas e colunistas de variedades defendiam, e por isso a urgência em registrá-lo. Uma vez mais, se poderia notar a alteração de foco de preocupação dos cronistas e colunistas de variedades. Pois, nesse caso, suas produções parecem estar voltadas também para pessoas que possuíam idades semelhantes as suas e que, além disso, entendiam que as recordações registradas atestavam a existência de uma época diferente daquela vivida pela população mais jovem.

E é em meio a divulgação de histórias, curiosidades e anedotas, realizados pelos cronistas e colunistas de variedades, que ganha contorno uma representação sobre o município em que ele surgia como um lugar caracterizado pela cordialidade entre as pessoas, em que inexistiriam conflitos sociais e a violência urbana ocorreria apenas esporadicamente. Esse município, no qual “*as manhãs eram sempre deslumbrantes*” (CALDAS FILHO, 1975), teria sido atropelado por “*tempos bandidos*” (SIMÕES,

1990, p.69), associados, em alguns casos, a um “*crescimento insano e insosso desta cidade que perdeu a efêmera chance de encantar o mundo*” (STODIECK, 1989).

A demanda por produções em que seria possível apontar essa folclorização das recordações de uma parte dos moradores, poderia ser auferida na quantidade de publicações realizadas pelos cronistas de Florianópolis. Entre 1980 e 2000, Aldírio Simões, Flávio José Cardozo, Raul Caldas Filho e Sérgio da Costa Ramos publicaram diversos livros em que essa temática parecia se manifestar. Dentre eles, consta o livro de biografias escrito por Aldírio Simões, ‘Retratos a luz de Pomboca’ publicado em 1997, e os livros de Raul Caldas Filho ‘Oh! Que delícia de ilha’, de 1995, e ‘Oh! Casos e delícias raras’, de 1998’. Em ambos os livros, o autor indica, por diferentes prismas, peculiaridades que vislumbrava em Florianópolis. Constan também as coletâneas das produções que os cronistas fizeram para a imprensa periódica escrita. Nesse caso, é possível dizer que o livro ‘Domigueiras’ publicado em 1990 e ‘Fala Mané’ de 1998 se constituem na expressão maior da temática antes mencionada. Todavia, é possível também encontrá-la em uma parte das crônicas contidas nos livros ‘Água do pote’ de 1982, ‘Beco da Lamparina’ de 1987 e ‘Senhora do Meu Desterro’ de 1991, de Flávio José Cardozo. Assim como nos livros ‘Delirante Desterro’, de Raul Caldas Filho, publicado em 1980, e em ‘Os civis precisam voltar aos quartéis’ de 1986, ‘Enfermaria Brasil’ de 1993 e ‘Sorriso meio sacanas’ de 1996 de autoria de Sérgio da Costa Ramos.

Sobre essa extensão produção, seria possível realizar uma última consideração a partir das colocações de Veyne. Esse autor entende que muitas vezes o esforço em defender uma cultura é sinal de que ela já não existe na forma pretendida por aqueles que a defendem. “*Uma cultura está bem morta quando a defendem em vez de inventá-la*”, conforme suas palavras (VEYNE, 1983, p. 10). Com base nesse entendimento seria possível considerar a intensidade do esforço em registrar peculiaridades sobre Florianópolis, presente nas produções de cronistas e colunistas de variedades, como indício da radicalidade das transformações acontecidas nesse município nas últimas décadas do século XX.

REFERÊNCIAS (e fontes de pesquisa utilizadas)

ARAÚJO, Hermetes dos Reis. *A invenção do litoral*. Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na primeira república. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1988.

_____. *Fronteiras internas: urbanização e saúde pública em Florianópolis nos anos 20*. p.102-113. In: *História de Santa Catarina*. Estudos Contemporâneos. BRANCHER, Ana (org.). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

BEZERRA, Romeu Augusto de Albuquerque. *A terra urbana em Florianópolis (SC): loteamentos e desmembramentos de 1940 a 2001*. Dissertação (mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *A gênese dos conceitos de habitus e campo*. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CALDAS FILHO, Raul. O ESTADO. Florianópolis, 16. dez. 1975.

_____. *Delirante Desterro*. Florianópolis: UFSC, 1980.

_____. *Oh! Que delícia de ilha*. Florianópolis: Ed. Lunardelli: Paralelo 27, 1995.

_____. *Oh! Casos e delícias raras*. Florianópolis: Insular, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP: Ed. 34, 2000.

CARDOZO, Flávio José. *Água do pote: crônicas*. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1982.

_____. *Beco da Lamparina*. Florianópolis. Ed. Lunardelli/Diário Catarinense, 1987.

_____. *Senhora do Meu Desterro*. Fundação Franklin Cascaes, Lunardelli, Florianópolis: 1991.

CARVALHO, José Alberto Magno de & GARCIA, Ricardo Alexandrino. *O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico*. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2003, vol.19, n.3, pp. 725-733.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Sandro da Silveira. *Os transportes motorizados em Florianópolis: percepções e sensibilidades cotidianas (1920-1941)*. Tese (Doutorado em História) – Florianópolis, UFSC, 2010.

DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JUNIOR, Sérgio. *Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano*. *Rev. Adm. Pública*. 2007, vol.41, n.2, pp. 273-282.

FLORIANÓPOLIS (SC). [Leis, decretos, etc]. *Loteamentos urbanos, desmembramentos e arruamentos*. Florianópolis: PMF, [1980?].

GEBARA, Marila Filártiga. *A difusão espacial dos condomínios residenciais horizontais fechados em Florianópolis - SC*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Florianópolis, UFSC, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.

LENZI, Maria Helena. *Das imagens, a ausência: um estudo geográfico sobre a ilusão do tempo nas imagens de Florianópolis*. Dissertação (mestrado em Geografia). Florianópolis, UFSC, 2010.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Espaço urbano brasileiro: entre a ditadura e a democracia - o caso de Florianópolis, SC (1964-1990)*. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2011, vol.24, n.47, pp. 162-181.

_____. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana – Florianópolis 1950 a 1970*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

MARICATO, Erminia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 3.ed Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.48, pp. 151-166.

MENEZES, Cacau. DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 14 ago. 1989

_____. DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis, 30 set. 1989.

NEUMANN, Clóvis. *Quadra nuclear multiuso: uma proposta de projeto de quadra: objeto de estudo: centro urbano de Florianópolis/SC*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Florianópolis, UFSC, 2003. p. 149.

PEREIRA, Nereu do Vale. ***Desenvolvimento e Modernização (Um estudo de Modernização em Florianópolis)***. Florianópolis: Lunardelli, [19-].

RAMOS, Sérgio da Costa. *Os civis precisam voltar aos quarteis!* Crônicas. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: O Estado, 1986.

_____. *Enfermaria Brasil: crônicas de um país crônico*. Porto Alegre: L&PM, 1993.

_____. *Sorrisos meio sacanas*. Porto Alegre: Mercado Aberto: EDUFSCAR, 1996.

SANT'ANNA, Mara Rúbia. *Aparência e poder: novas sociabilidades urbanas, em Florianópolis, de 1950 a 1970*. Tese (doutorado em História). Porto Alegre, UFRGS, 2005.

SIMÕES, Aldirio. *Domingueiras: sou ilhéu, graças a Deus*. Florianópolis: Papa-Livro, 1990.

_____. *Retratos à luz de pomboca*. Florianópolis: IOESC, 1997.

_____. *Fala Mané*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1998.

SIQUEIRA, Marina Toneli. *Entre a prática e o discurso: a formação de espaços simbólicos na Florianópolis contemporânea*. Tese (doutorado em Arquitetura) – São Paulo, USP, 2008.

STODIECK, Beto. JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, 9 e 10 abr. 1972.

_____. JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, 21 fev. 1973.

_____. JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau, 27 fev. 1985.

_____. O ESTADO. Florianópolis, 2 fev. 1989.

_____. O ESTADO. Florianópolis, 27 jun. 1990.

SUGAI, Maria Ines. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte-Ilha*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – São Paulo, USP, 1994. Volume 1.

VEJA. São Paulo, ed. Abril. 19 de set. 2007.

VEIGA, Eliane Veras da. *Transporte coletivo em Florianópolis: origens e destinos de uma cidade à beira-mar*. Insular, Florianópolis, 2004.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIANA, Alice de Oliveira. *A persistência dos rastros: manifestações da art déco na arquitetura de Florianópolis*. Dissertação (mestrado em Artes Visuais) – Florianópolis, UDESC, 2008.

A DESCONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO: MODERNIDADE E REPRESENTAÇÃO NO NOVO WESTERN (1968-2012)

Rafael Gonçalves Borges
rafagb.jc@gmail.com
UFG
Doutorando em História
CAPES

Resumo

O presente trabalho consiste em um resumo dos principais pontos de uma pesquisa de doutorado em curso, que versa sobre a necessidade de problematizar as novas representações percebidas no que se denomina Novo Western, isto é, os filmes de faroeste produzidos após o final da década de 1960. A partir dos mesmos, aventa-se a hipótese de que essas novas representações sobre a conquista do Oeste, ao efetarem uma alteração na forma como a tese da fronteira é apresentada no cinema, contribuem para o questionamento da própria ideia de nação, como uma universalidade totalizante e uniforme.

Palavras-chave: nação, modernidade, representação

Abstract

This work is a summary of the main points of an ongoing doctoral research, which focuses on the need to confront the new representations perceived in what is called New Western, ie Westerns produced after the late in 1960. Taking them as a starting point, we propose the hypothesis that these new representations about the conquest of the West, when effecting a change in the way the frontier thesis is presented in film, contributed to the questioning of the idea of the nation as a universality totalizing and uniform.

Key-words: nation, modernity, representation

O texto que se segue é o resultado dos últimos meses de nossa pesquisa, avocando o desafio de expor os principais problemas que nos guiaram até o ponto no qual nos encontramos, indicando também os possíveis rumos a serem assumidos doravante. Como em outros casos, o problema do qual nos ocupamos é resultado de um fio condutor de nossas preocupações e questionamentos desde a graduação. Durante a elaboração de nossa dissertação de Mestrado – quando debatemos o processo de emergência e consolidação do movimento ambientalista no cenário contemporâneo – tomamos contato com análises que versam sobre representações da natureza e sobre o



modo como essas representações colaboram para a construção de identidades – no caso do movimento ambientalista, a identidade biológica, capaz de vincular e gerar responsabilidade mútua entre todos os seres da espécie humana. No interior de nossas leituras, chamou-nos a atenção a forma como os movimentos ambientalistas surgem primeiramente nos Estados Unidos da América e como isso é explicado a partir da particular maneira pela qual os estadunidenses alicerçaram sua identidade nacional em torno de representações da natureza. O que se problematizava ali era a relação daquela sociedade com a ideia de uma “natureza selvagem”, tradução um tanto quanto limitada do termo *wilderness*. A *wilderness* é uma mistura de deserto, ermo, selvageria, um termo polissêmico por certo¹, mas que invariavelmente conduz a uma interpretação binária e esquemática da construção da nação estadunidense: ela seria toda e qualquer região que se oponha ao que é civilizado, urbano, habitado e desenvolvido. É em nome da preservação dessa *wilderness* que surge nos Estados Unidos a ideia de parque nacional, reservas ambientais institucionalizadas, capazes de preservar intactas porções desse lugar que, como veremos, é sacralizado e divinizado, mas que se perdeu aos poucos à medida que a civilização avançou sobre ele².

A partir do tema comum das representações da natureza, a relação entre a identidade nacional estadunidense e a *wilderness* expandiu-se para o tema da própria construção da ideia de Nação. As análises em torno desse problema específico são unânimes em eleger como central para a compreensão desse processo, a publicação da *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner, que, em 1891, escreve um ensaio intitulado “O significado da fronteira na história americana”. Nesse ensaio, que será melhor analisado em nosso primeiro capítulo, o autor funda uma narrativa historiográfica que assume o processo de expansão sobre a *wilderness* como o ponto definidor de toda a

¹ Uma das muitas traduções de *wilderness*, como se vê em Sellers et. al. (1990), é justamente a de sertão. Isso conduz a possíveis aproximações entre construções identitárias que se dão a partir de processos e situações de fronteira, mesmo em espacialidades diversas. Nísia Lima (1999) oferece em seu trabalho uma relação entre a *wilderness* estadunidense e o sertão brasileiro como matrizes para representações das identidades nacionais de seus respectivos países.

² De fato o primeiro parque nacional do mundo é o Parque de Yellowstone nas Montanhas Rochosas, mundialmente famoso por seus gêiseres. Diegues (1998) enfatiza que os estadunidenses são os responsáveis pela consumação do “mito moderno da natureza intocada” cristalizada na noção de Parques e Reservas ambientais.

história da nação. Esse processo, a expansão sobre a fronteira, a Conquista do Oeste, se transforma deste modo na narrativa privilegiada da nação, na explicação condensadora da história estadunidense que será representada em múltiplos meios, ao longo de todo o século XX, sendo um dos principais o cinema, sobretudo o gênero do faroeste.

O desejo de trabalhar com fontes fílmicas – a despeito do desafio de lidar com fontes visuais, terreno inédito para nós – consolidou-se após a estreia no Brasil da obra vencedora do prêmio de melhor filme da Academia de Cinema em Los Angeles, no ano de 2008, *Onde os Fracos Não Têm Vez*, dos irmãos Joel e Ethan Coen (2007). Na crítica publicada pela revista *Veja* e assinada por Isabela Boscov, lia-se que a obra era uma adaptação do romance de Cormac McCarthy, “conhecido por seus *westerns* modernos. Ou melhor, pós-modernos, já que costumam tratar de personagens que tentam emular o velho modo de vida na fronteira num tempo em que os seus valores clássicos já foram submetidos³. O trecho acima chamou-nos a atenção por essa aproximação abrupta: o que seria um “western pós-moderno”?

Assim, de início, o que propusemos foi identificar mudanças na forma como o cinema representou a tese da fronteira, mapeando, listando e identificando as alterações perceptíveis. No entanto, após pesquisa inicial, verificamos que este era um falso problema, pois é corrente a ideia de que o gênero entra em crise após a década de 1970 e que mudanças são ali identificadas. Logo, o problema que passou a nos conduzir converteu-se justamente no esforço de interpretar essas alterações, compreender o impacto das mesmas, não somente sobre a “identidade nacional”, mas sobre a ideia mesma de nação, tendo em vista que a narrativa da fronteira é a base da narrativa nacional estadunidense. Sendo assim, o problema que se configura é: em que medida as novas representações do western, após 1970, são indícios de uma reformulação da tese da fronteira turneriana e, por consequência, uma revisão da ideia de Nação para os Estados Unidos? Deste problema inicial desdobramos outra proposição mais abrangente: pressupondo a Nação como um produto da Modernidade, de que forma esse novo cinema demonstraria, no limite, uma crítica ao próprio Projeto de Modernidade

³ BOSCOV, Isabela. Cínicos, mas com uma pontinha de fé. *Veja*, São Paulo, p. 104-105, 30 jan. 2008.

que se irradia da Europa para o resto do mundo e do qual os Estados Unidos se colocam como herdeiros diretos?

O problema em questão parece-nos bastante relevante na medida em que temos assistido a um flagrante reposicionamento do poderio estadunidense no cenário geopolítico global. A crise econômica que se estende desde 2008 e seus imprevisíveis desdobramentos, bem como a relativa diminuição na interferência direta dos Estados Unidos em conflitos internacionais nos últimos anos, excetuando-se as questões mais recentemente relacionadas ao terrorismo, parece corroborar a ideia de que algo mudou de forma decisiva nessa Nação, sobretudo na maneira pela qual se autorrepresentam. Interpretar esse reposicionamento e perceber de que forma os produtos da cultura de massa refletem e refratam esse contexto parece, deste modo, assaz pertinente.

A definição do recorte temporal esteve diretamente ligada a questões que as próprias fontes nos colocaram. Gomes de Mattos (2004) propõe estabelecer algumas fases da produção de westerns. A primeira vai dos primórdios do cinema até a década de 1930, marcada pelos grandes astros, cowboys acrobáticos egressos de *wild shows*. A segunda compreenderia a década da Grande Depressão, quando o gênero torna-se entretenimento importante, assumindo a estética dos filmes de categoria B. A terceira fase é a década de 1940, com westerns clássicos, mais amadurecidos em seus temas e reflexões. Essa maturidade é alcançada plenamente na década de 1950, quando o chamado *superwestern* é responsável pela concepção dos maiores clássicos do gênero. A década de 1960 assiste à emergência do *western spaghetti*, que empreende, através de suas estilizações, as primeiras releituras do gênero e questionamentos de suas representações clássicas. Estes questionamentos progrediriam em direção ao Novo Western e às profundas alterações nas formas de interpretar a fronteira, a partir das produções da década de 1970.

Com este dado em mente, na seleção das fontes, identificamos duas indicações que mereceram nossa atenção. A primeira delas foi a de *A Conquista do Oeste* (1962), multiplamente dirigido por John Ford, Henry Hathaway, George Marshall e Richard Thorpe. Este filme mostrou-se como última grande tentativa dos estúdios de preservar uma imagem intocada do imaginário em torno fronteira. O título original, *How the West*

Was Won, é de fato uma pretensa síntese de todo esse imaginário, essas representações tão essenciais à ideia de Nação estadunidense. No entanto, seu esforço mostrou-se malgrado diante dos movimentos iconoclastas da década de 1960 e da própria crise do *studio system* hollywoodiano. Assim, ao final da década, os filmes em evidência assumem uma postura temática e estética bastante diferente, com exceção de uma obra específica: a primeira adaptação de *Bravura Indômita*, de 1969, romance de Charles Portis, publicado no ano anterior. O que importa, de modo especial nessa obra é o fato de que, por meio dela, John Wayne, considerado o maior ícone dos cowboys, foi premiado por sua atuação. O fato de que uma nova adaptação do romance tenha sido concebida pelos mesmos irmãos Coen, responsáveis por *Onde os Fracos Não Têm Vez* e também tenha conquistado indicações ao Oscar, apenas evidenciou a importância desse filme para a elaboração de nosso trabalho. O recorte inicial cobriria assim os anos de uma adaptação a outra, ou seja, de 1969 a 2010. Contudo, mais um fato nos estimulou a expandir o recorte, o que é comum para aqueles que se ocupam da história recente. Em 2012, o diretor Quentin Tarantino, conhecido por suas emulações e homenagens a diversos gêneros cinematográficos, lança *Django Livre*, fundindo elementos do imaginário clássico em torno do western a reverências direcionadas, mais uma vez, ao faroeste italiano da década de 1960. Assim, pareceu-nos prudente estender nosso recorte temporal, incluindo *Django Livre*, pelo seu caráter extremamente simbólico de homenagem ao gênero. Por essa razão, os títulos realmente analisados no interior do recorte alcançam o total de quatorze obras, de 1969 a 2012.

Isto posto, o problema que nos ocupa é justamente oferecer uma interpretação para as novas representações manifestadas nessas obras, vinculando-as à discussão em torno das desconstruções da Nação e da Modernidade. Em outras palavras, queremos entender como a conquista do Oeste deixou de ser representada como resultado do progresso e do avanço, como resumo da história da Nação, como síntese da essência estadunidense: queremos entender como o “Oeste se perdeu”.

Pela natureza de nosso problema e pela análise das fontes, é central para o trabalho aqui em exposição uma explicitação do que entendemos pelo conceito de

representação, pertinente aos domínios da história cultural. Para tanto, utilizaremos, sobretudo, os encaminhamentos propostos por Roger Chartier (1998).

Para o autor, “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1998, p. 17). Desta forma, estaríamos preocupados com as configurações de percepção e apreciação do real, estabelecidos por coletividades, a partir da recepção de produtos culturais, no caso específico, o cinema. Essas configurações de recepção tem a ver com o que denominamos representação, isto é, a imagem construída acerca de algo e a quase capacidade de trazer à presença o que está ausente. Nas palavras do autor, representação é entendida como “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme” (CHARTIER, *op. cit.*, p. 21). Deste modo, aplicado ao nosso objeto específico, salientamos que nosso problema não está necessariamente vinculado à percepção dos “erros históricos” dos filmes de western, da forma como eles estariam preocupados em retratar e refletir o processo histórico da Conquista do Oeste e a partir dessa análise postular sua acuidade histórica. Lidamos com as representações plasmadas nos filmes acerca desse processo, entendendo que as mesmas têm mais a dizer sobre o tempo de sua elaboração e recepção do que necessariamente sobre o tempo que procuram retratar. Assim, a “realidade social” da expansão sobre a fronteira é menos importante para nós do que o modo como essa expansão foi “construída, pensada e dada a ler”.

Representação, assim, teria, em um primeiro momento, a capacidade de elaborar uma imagem que viesse a substituir um objeto ausente, seja pela reprodução próxima do que o objeto de fato é (o filme trazendo o passado ao presente), seja por uma relação simbólica (o cowboy poderia, por exemplo, *simbolizar* e *representar* o individualismo). Em ambos os casos, “uma relação compreensível é, então, postulada entre o signo visível e o referente por ele significado” (CHARTIER, *op. cit.*, p. 21). É preciso salientar, seguindo a linha de reflexão do autor, que as representações só possuem efetividade, isto é, só se tornam inteligíveis, na medida em que são convenções partilhadas por uma coletividade, por um grupo. A escolha de um universo de fontes,

como em nosso caso, coaduna-se justamente com a preocupação em identificar em que medida essas representações são partilhadas, reproduzidas, assimiladas, retomadas numa série de filmes do mesmo gênero, tornando-as assim inteligíveis e legítimas como objeto de análise historiográfica.

Ao assumirmos a representação como categoria de análise fundamental, temos conhecimento da problemática abordagem em torno do conceito que assume uma postura dicotômica entre o real (o processo histórico) e o representacional (o imaginário). Essa postura tem o grave defeito de esvaziar a análise das representações de sua dimensão prática e social, como se imaginando que as ideias pudessem ser “desencarnadas” de uma materialidade sem ser por ela influenciadas ou mesmo influenciando-a. O próprio Chartier entende que essa partilha é falsa, pois, para ele, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam” (CHARTIER, *op. cit.*, p. 17). Logo, uma análise da produção, transmissão e recepção de representações deve levar em consideração a materialidade do social, destacando as formas como essas representações são capazes de produzir estratégias e práticas de imposição de autoridade, dinâmicas de poder e submissão, concorrências e competições, disputas e tensões.

Desta forma, não estaríamos, ao fazer história cultural, relegando as questões sociais a segundo plano, mas compreendendo que entre cultura e sociedade – ideia e matéria, percepção e estrutura – não existe uma relação unívoca de determinação, mas antes, há profunda interdependência de uma dimensão com a outra. Nas palavras de Chartier, não há a oposição entre “a objetividade das estruturas” e “a subjetividade das representações”. Assim, não se pode estabelecer uma hierarquia historiográfica, na qual análises que se preocupam com questões “concretas” e de “grande escala” sejam privilegiadas, em detrimento das que procuram lidar com o “imaginário” e de “microanálise”. De fato, toda nossa reflexão é guiada pela supressão das dicotomias e por uma abordagem que seja profundamente *dialógica*, seja no nível teórico ou metodológico. Acreditamos que, a despeito de toda a reflexão historiográfica recente, que privilegia as relações, os deslizamentos, as intertextualidades e intersubjetividades,

existem ainda abordagens que se fixam em demasia em análises estritamente estruturalistas ou fenomenológicas – dicotômicas, portanto.

As representações aqui só possuem relevância na medida em que conformam práticas sociais, do mesmo modo que essas práticas sociais influenciam em sua re-elaboração. Assim, para a análise de nosso objeto, preocupa-nos perceber de que forma as novas representações manifestadas no western, a partir do final da década de 1960, vinculam-se às disputas sociais de poder e direito à fala, ou seja, de que forma essas representações emanam de uma situação eminentemente concreta e social. Do mesmo modo, preocupa-nos identificar de que modo essas novas representações passam a ser valorizadas, em detrimento das anteriores, e o quanto isso influencia na configuração de novas manifestações sociais de grupos outrora preteridos e silenciados:

O que levam seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas – “mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam atos” – que têm por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades – tanto a dos outros como a sua. (CHARTIER, *op. cit.*, p. 18)

Nunca é demasiado reiterar que esses atos comandados são importantes, porque guardam em si relações de dominação e violência, ainda que simbólicas. Chartier também afirma que as representações são importantes mecanismos de estabelecimento de ordenação e hierarquização social, que se manifesta claramente na política de construção e (re)elaboração de identidades. O que está posto para nós é justamente o questionamento de uma identidade nacional legitimada por um discurso de poder, evidenciado nas representações fílmicas, na medida em que novas alternativas identitárias são propostas, reelaborando representações e fragmentando, deste modo, a ideia de nação.

O uso do conceito de representação permite então problematizar a forma complexa como o social e o ideal se influem recíproca e multiplamente. De acordo com

Chartier, isso se dá em três níveis, que nos parecem caminhar do mais fenomênico, isto é, mais próximo da percepção e das configurações mentais, para o nível mais estrutural, ou seja, mais ligado às manifestações sociais:

[Representação] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência de um grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, *op. cit.*, p. 23)

As representações seriam, assim, não somente indícios de uma reorganização conceitual do mundo, ou seja, a manifestação de como a realidade é apreendida e comunicada, mas, também, ferramentas para a construção do sentido de si mesmo, da própria identidade, bem como do estabelecimento de sujeitos ou instituições que *representem* o grupo ou classe ao qual essa identidade diz respeito. Logo, torna-se essencial nesse raciocínio a terceira etapa do processo de análise de uma representação: tão importante quanto refletir sobre o modo como uma representação é *produzida* e *comunicada* está o pensar sobre o modo como ela é *recepcionada*, pois é a partir da recepção que as estratégias de ação⁴ e interferência podem ser problematizadas.

Na teoria da recepção de Chartier leitura é uma palavra-chave.

A problemática do “mundo como representação”, moldado através das séries de discursos que o *apreendem* e o *estruturam* conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser *apropriada* pelos *leitores* dos textos (ou *das imagens*) que dão a ver e a pensar o real (CHARTIER, *op. cit.*, p. 24, grifo nosso)

⁴ O tema da ação será retomado posteriormente. Por ora, problematizamos a recepção.

Nesta análise, o autor se preocupa em evidenciar a importância de problematizar os mecanismos de leitura, de interpretação, de estabelecimento de sentido de um produto cultural, sejam textos ou imagens⁵, defendendo a tese – fundamental para os fins deste trabalho – de que a análise dessa leitura só pode ser feita levando em conta sua historicidade. Essa acepção é fundamental para que possamos compreender a natureza das mudanças nas representações do *western*, de que nos ocupamos. Compreender a historicidade não somente das representações, mas também da recepção às mesmas, o que leva, por exemplo, a questionamentos da seguinte ordem: por que determinadas representações do processo da Conquista do Oeste passam a ser consideradas inoportunas e inferiores, à medida que novas representações ocupam o seu lugar, sendo reconhecidas até mesmo mediante premiações? Sendo mais preciso: por que as novas representações são melhor *recepcionadas* que as anteriores a partir da década de 1970? Quais grupos estariam ligados não somente à produção e distribuição – para usarmos um jargão da indústria do cinema – dessas novas representações mas também seriam responsáveis pelos estímulos à sua recepção?

Esse esforço, segundo Chartier (*op. cit.*, p. 24), é inerente à natureza de nosso projeto, uma vez que “todo trabalho que se propõe identificar o modo como as configurações inscritas nos textos [...] construíram representações aceitas ou impostas do mundo social, não pode deixar de subscrever o projeto e colocar a questão, essencial, das modalidades de sua recepção”. O cuidado imperativo, que na acepção do autor afasta essa teoria da recepção daquela pensada pela hermenêutica, está na consideração da multiplicidade a que essa recepção estaria submetida, abandonando assim a ideia de um sujeito universal e abstrato. Há que se considerar as discontinuidades, as rupturas, as fissuras das formações sociais e culturais, o múltiplo que subjaz sob a aparente uniformidade.

Numa transposição da teoria da leitura para a teoria da espectralidade cinematográfica, essa consideração deve ser fundamental. Se para a primeira, as abordagens que consideram o ato de ler como uma relação transparente entre o texto e o

⁵ Ainda que, como veremos posteriormente, as imagens possam ser consideradas como textos, como linguagem.

leitor se mostram completamente insatisfatórias, o mesmo pode ser dito para a segunda, que não pode considerar a experiência de assistir a um filme como uma relação transparente, estabelecendo tanto a obra quanto o espectador como abstrações a-históricas. Chartier chama a atenção para a necessidade de considerar os meios específicos de produção de um determinado produto cultural, meios esses históricos. Além disso, deve-se considerar também o receptor como condicionado historicamente, submetido às contingências de seu próprio tempo, o que torna o processo de recepção bastante complexo, na medida em que as variadas contingências proporcionariam processos de elaboração de sentido variados. A citação abaixo pensa essa questão a partir da leitura de textos, mas se considerarmos a substituição da ideia pela leitura de textos visuais, se aplica ao nosso trabalho:

Esta constatação permite traçar um espaço de trabalho [...] que situa a produção do sentido, a “aplicação” do texto ao leitor como uma relação móvel, diferenciada, dependente das variações, simultâneas ou separadas, do próprio texto, da passagem à impressão que o dá a ler e da modalidade de sua leitura (CHARTIER, *op. cit.*, p. 26)

Desta forma, assumimos importar para o presente trabalho a atenção destinada às condições e aos processos de construção de sentido, tendo sempre em vista que esse processo se dá através da descontinuidade das trajetórias históricas. Logo, posicionamos do lado da multiplicidade e do fragmento, questionando a universalidade totalizante⁶. É neste ponto, que marca as múltiplas relações entre o cultural e o social, que estabelecemos nosso trabalho. Rompendo com interpretações dicotômicas, procuramos o *dialogismo* teórico e metodológico, pois é somente através dele que enxergamos meios de nos aproximarmos da complexidade de nosso objeto. Admitindo a objetividade do real e a subjetividade do ideal, não elegemos nenhum dos dois como ponto absoluto da análise:

⁶ Universalidade e totalização identificadas justamente na ideia de Nação e no Projeto de Modernidade.

As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. São estas demarcações, e os esquemas que as modelam, que constituem o objeto de uma história cultural levada a repensar completamente a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado como um real bem real existindo por si próprio, e as representações, supostas como refletindo-o ou dele se desviando. (CHARTIER, *op. cit.*, p. 27).

Nesse sentido, o cinema se coloca como *locus* privilegiado das análises das representações. As próprias fontes fílmicas devem ser problematizadas a partir da História Cultural. Ao longo do século XX, o cinema e o objeto fílmico passaram por um processo de aproximação contínua com o saber histórico, em suas múltiplas instâncias. No atual cenário de produção de conhecimento historiográfico, não parece ser necessária a defesa da legitimidade do *status* da obra fílmica enquanto fonte documental, uma vez que tal esforço se realiza de forma considerável há pelo menos quatro décadas. É própria da História Cultural a ampliação dos campos das fontes historiográficas, dentre as quais, as visuais, que passaram a assumir importância crescente. Sendo a História Cultural o campo historiográfico que pensa a “cultura como conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 15), é fundamental assumir o filme como objeto produtor de significados, tornando-se, assim, fonte no sentido enstrito da palavra: “nascente, aquilo que origina ou produz, o que, no caso da História, propicia uma resposta, uma explicação e uma interpretação” (PESAVENTO, *op. cit.*, p. 98)

Um dos primeiros historiadores a desbravar a seara das relações entre história e cinema foi Marc Ferro. Em uma série de ensaios e entrevistas publicados pela primeira vez no Brasil em 1993, Ferro estabelece importantes princípios para se problematizar as múltiplas aproximações entre a produção do conhecimento histórico e o cinema.

Suas proposições e análises encaminham-se de certo modo para a postulação do cinema como uma “contra-análise da sociedade”. Os filmes, sejam eles ficcionais ou documentais, possuiriam em seu próprio processo de elaboração regiões intersticiais que

fugiriam ao controle daqueles que o produzem e que, desta forma, revelariam mais coisas do que inicialmente seus realizadores desejariam expor. “O filme ajuda assim na constituição de uma contra-história, não-oficial, liberada, parcialmente, desses arquivos escritos que muito amiúde nada contém além da memória conservada por nossas instituições” (FERRO, 2010, p.11). Para além dessa abordagem inicial, há uma contribuição para a análise fílmica oferecida pelo autor, que nos parece ainda mais decisiva: a ideia do filme como criador de acontecimento, logo, como agente da “História”. Nessa linha de pensamento, os filmes são importantes para entender mecanismos de doutrinação, de glorificação ou detração, do estabelecimento de hierarquias sociais enfim, seguindo assim os moldes da leitura de Chartier sobre como as representações estão imiscuídas em relações de poder e estratificação social. Dentre essas funções está certamente uma dimensão pedagógica do cinema, que aplicada ao nosso objeto é capaz de elucidar de que forma o cinema e o faroeste tornaram-se poderosos mecanismos de construção e reprodução da ideia de nação para os estadunidenses. Assim, a produção de imagens e representações torna a ser caracterizada como uma dinâmica de poder que interfere diretamente no social e no material, é localizada na história e por isso mesmo, serve a ela como problema.

Também importa para Ferro compreender como a sociedade que produz o filme nem sempre coincide com a que o recebe. Esse distanciamento pode se dar, por exemplo, em situações nas quais as censuras interferem diretamente na distribuição de uma obra, ou mesmo no caso em que o passar dos anos pode interferir na recepção e interpretação de um filme. Ainda que iniciais, essas questões também oferecem matizes pertinentes para a análise de nosso objeto. De qualquer forma, Ferro também demonstra de que forma as condições de produção e recepção de uma obra cinematográfica estão diretamente ligadas à contingência em que essas dinâmicas estão inseridas, sejam elas técnicas ou mentais. Assim, assumir o cinema como linguagem exige o conhecimento de seus códigos internos, o que toca tanto na prática do pesquisador como na avaliação da capacidade que o público teria de interpretar esses códigos estabelecidos internamente.

Em resumo, assumir o filme como fonte histórica culminaria, para o historiador, na tarefa de identificar os “lapsos” na produção de um filme:

Esses lapsos de um criador, de uma ideologia, de uma sociedade, constituem reveladores privilegiados. Eles podem se produzir em todos os níveis do filme, como também em sua relação com a sociedade. Assinalar tais lapsos, bem como suas concordâncias ou discordâncias com a ideologia, ajuda a descobrir o que está latente por trás do aparente, o não visível através do visível. Aí existe a matéria para uma outra história, que certamente não pretende constituir um belo conjunto ordenado e racional, como a História; mas contribuiria, antes disso, para refiná-la ou destruí-la. (FERRO, *op. cit.*, p. 33)

As possibilidades desta dimensão de uma escrita historiográfica destrutiva serão retomadas posteriormente. Por ora, retenhamo-nos às dimensões metodológicas propostas pelo autor e suas implicações. Há algumas questões que permanecem relevantes: a consideração das condições de disputas no processo de produção de um filme; a problematização da sociedade receptora e seu processo de acolhimento, rejeição, contestação possíveis em relação à obra; o debate em torno da existência de uma visão fílmica do passado etc⁷. Passemos agora a uma leitura dessas contribuições.

Em debate acerca da importância das fontes áudio-visuais para a História Cultural, Napolitano (2005) afirma que “o cinema descobriu a história antes de a História descobri-lo como fonte de pesquisa e veículo de aprendizagem escolar” (NAPOLITANO, 2005, p. 240). Atesta ainda que muitas são as análises que procuram tanto o cinema na História, a História no cinema quanto a História do cinema. Aqui, situamos nosso trabalho em todos os pontos, uma vez que nos preocupamos com o filme enquanto agente da História, com a forma como nossas fontes se relacionam com a narrativa histórica do passado na Nação dos Estados Unidos da América e sobre como as mudanças no interior da indústria cinematográfica estadunidense foram capazes de colaborar para essas representações. Na discussão sobre os trabalhos anteriores que

⁷ Há ainda uma importante análise empreendida por Ferro para a compreensão específica do cinema estadunidense que será retomada no primeiro capítulo.

relacionam história e cinema, Napolitano resume apontamentos em relação à obra de Ferro.

De certa forma, o autor resume e preocupação de Ferro no ato de buscar a contra-análise da sociedade, o que de fato, nos parece representar um problema, na medida em que pressupões que haja um “real invisível” sob as representações. Essa “realidade” que pode ser questionada por Napolitano e que aqui reproduzimos. Segundo o autor, as críticas contemporâneas têm indicado que o que Ferro elege como problema maior – as manipulações cinematográficas a serem desvendadas – é na verdade intrínseco à própria linguagem do meio. Logo, o historiador não deveria tomar as manipulações como obstáculo para a identificação do que *realmente* o filme quer dizer, mas assumir as próprias manipulações como objeto de análise.

Apoiando-se em outros trabalhos, o autor brasileiro indica que o mais importante não é qualificar a autenticidade do documento fílmico, pois separar o que é “adulteração” e “manipulação” no mesmo é tarefa problemática. Deve-se então, proceder ao exame de:

como o sentido é produzido [...] para que possamos recuperar o significado de uma obra cinematográfica, as questões que presidem o seu exame devem emergir de sua própria análise. A indicação do que é relevante para a resposta de nossas questões em relação ao chamado contexto somente pode ser alcançado depois de feito o caminho acima citado, o que significa aceitar todo e qualquer detalhe (do filme) [...] trata-se de desvendar os projetos ideológicos com os quais a obra *dialoga* e necessariamente trava contato, sem perder de vista a sua singularidade dentro do seu contexto. (MORETTIN *apud* NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 245, grifo nosso)

Desta maneira, mais uma vez está posta a necessidade metodológica de considerar não somente o que o filme representa, mas também de levar em conta como ele o faz. A manipulação a ser denunciada na ótica de Ferro deve ser, assim, assumida como o primeiro aspecto intrínseco à natureza das fontes cinematográficas. Essa postura leva ao empreendimento de uma perspectiva dialógica que empreenda tanto a relação

entre forma e conteúdo internos do objeto cinematográfico, quando entre o próprio objeto e o contexto no qual ele se insere.

Antes que finalizemos a síntese geral de nossa abordagem metodológica em relação ao tratamento das fontes, uma última e importante análise merece ser considerada. Trata-se das reflexões do professor Ulpiano Meneses acerca das especificidades de uma História Visual. De fato, o primeiro intento na compreensão desse enfoque de pesquisa (e não de um novo campo) seria o do deslocamento dos problemas de pesquisas que envolvam fontes visuais das fontes em si para aquilo que ele denomina visualidade. Mapeando as contribuições da História da Arte, da Antropologia e da Sociologia Visual, Meneses aponta as limitações de uma produção historiográfica que utiliza as imagens apenas para exemplificação do texto, como mero acessório do mesmo. Essa crítica ao logocentrismo empreendida pelo autor parece defender a existência de um *pictorial turn*, que deveria tornar imperativo para o historiador a consideração das imagens como fonte para a produção de conhecimento:

Estou propondo que a História vigente, para melhor atender a seus propósitos e responsabilidades, amplie seu horizonte de ação e seu instrumental, deixando de amputar da vida social e das forças de transformação histórica uma faixa relevante de fenômenos (além de insuperável manancial de informações) que é insensato ignorar [: as imagens] (MENESES, 2003, p. 31)

Desta forma, em sua pesquisa, mais do que a imagem em si, o historiador deveria compreender o uso cognitivo das mesmas. Uso esse que surge com a Modernidade, já que até o medievo as relações que se estabeleciam com as imagens eram de caráter puramente afetivo e ideológico. Deve-se, assim, acrescentar ao círculo produção, circulação e recepção, as dinâmicas de sua ação. A ênfase na análise histórica das imagens deve, assim, culminar com seus usos e funções, que são especificamente sociais e históricos. Logo, os historiadores deveriam assimilar da História da Arte e da Antropologia Visual a percepção de que a arte – e, em nosso caso, o cinema – deve ser encarada como *agency* (agente, ação), sendo muitas vezes “menos assunto de sentido e comunicação que de intervenção social, mobilização mais que codificação simbólica”

(MENESES, *op. cit.*, p. 15). Não acreditamos na superação dos interesses semióticos e da problemática do sentido, mas reiteramos novamente a perspectiva de que o filme deve ser visto como interventor e mobilizador de ações que devem ser medidas, sobretudo em termo de suas implicações sociais.

Para Meneses, uma História Visual não se constituiria em (mais) um campo do fazer historiográfico definido pela natureza da fonte com que se ocupa. O que daria sentido a uma História Visual seria uma preocupação com a dimensão visual da sociedade e isto poderia ser feito a partir de quaisquer fontes, independente de sua natureza⁸. Esta preocupação deve assim compreender que a produção de sentido – isto é, a elaboração de representações – só se dá através da consideração de sua especificidade de produção, circulação, recepção e ação.

O que se pretende defender, ao fim e ao cabo, é o modo pelo qual as novas representações colaboram para a formulação de novas estratégias de ação social que privilegiam e dão voz a grupos até então escamoteados no discurso de nação construído sobre o mito do destino manifesto e da tese da fronteira na sociedade estadunidense. Assim, mais do que pensar apenas as formas de construção, comunicação e recepção das representações, é preciso pensar o modo pelo qual elas se convertem em ações capazes de influenciar e transformar o meio social.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007

ÁVILA, Arthur Lima de. Da história da fronteira à história do Oeste: fragmentação e crise na *Western History* norte-americana no século XX. *Unisinos*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 84-95.

⁸ Enfatizamos a percepção do autor de que um campo historiográfico não pode ser definido pela natureza de suas fontes, mas sim pela natureza de seu problema. Embora a problematização deva guardar profunda relação e emanar das fontes, estas jamais podem se transformar tautologicamente no objetivo da escrita historiográfica. É por isso que mais uma vez o autor demonstra que a história só tem sentido quando, em última instância, ela se direciona para a explicação da sociedade. Essa é uma de nossas preocupações mais prementes.



_____. *Território Contestado: a reescrita da história do Oeste norte-americano*. 2010. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

BARTHES, Roland. “A morte do autor”. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 32

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural, entre práticas e representações*. 2ª edição. Lisboa: DIFEL, 1998

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DUSSEL, Enrique. *1492: O Encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. *Da Diáspora, identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Caminhos de Floresta*. Lisboa: Fundação Calouste Gubenkian, 1998.

JACOB, Russell. *Os Últimos Intelectuais: a cultura americana na era da academia*. São Paulo: Trajetória Cultural: EDUSP, 1990.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Contexto, 2008.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica na identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ. UCAM, 1999.

LUKACS, John. *Uma nova república: história dos Estados Unidos no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

MARTINS, José de Souza. *O Poder do Atraso, Ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994.

MATTOS, A. C. Gomes. *Publique-se a lenda: a história do western*. Rio de Janeiro: Rocco 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, História visual: Balanço provisório, propostas cautelares”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23 n. 45. p. 11-36, 2003.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo: Schwarz, 2000.

OCHOA, Santiago García. “Algunas notas sobre la aplicación de la categoría de género cinematográfico a la Road Movie”. In: *LIÑO 15*. Revista Anual de Historia del Arte. 2009.

O’GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Unesp, 1992.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PESAVENTO, Sandra. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRADO, Maria Ligia. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. Bauru: EDUSC, São Paulo: EDUSP, 1999, p. 179-218.

ROSZACK, Theodore. *A Contracultura: reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe. “As Várias Américas: visões do século XIX”. In: *Estudos de História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Franca, v. 10, n. 1, 2003, p.11-28.

SELLERS, Charles; MAY, Henry; e MCMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. *Corrida para o Século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SHOHAT Ella; STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

STAM, Robert. *Da teoria literária à cultura de massa*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *A literatura através do cinema: realismo, magia e a arte da adaptação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Introdução à teoria do cinema*. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TURNER, Frederick Jackson. *Frontier and Section*. New Jersey: Prentice-Hall, 1961.

A RETÓRICA DO ISOLAMENTO NO DISCURSO DA SINGULARIDADE ARTÍSTICA: O CASO VEIGA VALLE (1806-1874)

Raquel de Souza Machado
quelsmachado13historia@gmail.com.br
Universidade Federal de Goiás.
Especialização em História Cultural.

Resumo

Esta comunicação explora o discurso que foi construído acerca da decadência, atraso, isolamento e pobreza de Goiás por meio da obra do artista Veiga Valle (1806-1874). Parte das indagações sobre as defesas de singularidade histórica e estilística do artista e investiga as condições de produção de sua obra, vinculações ao Barroco e Neoclassicismo. O discurso da originalidade da obra de Veiga Valle está relacionado à retórica do isolamento de Goiás mais do que à sua singularidade estética e estilística. Este artigo discute esta premissa.

Palavras-chave: Isolamento, Veiga Valle, Singularidade.

Abstract

This paper explores the discourse that was built on the decline, delay, isolation and poverty of Goiás through the work of the artist Veiga Valle (1806-1874). Part of inquiries about the defenses of stylistic and historical uniqueness of the artist and investigates the conditions of production of his work, linkages to Baroque and Neoclassicism. The speech of the originality of the work of Veiga Valle is related to the rhetoric of isolation Goiás more than its aesthetic and stylistic uniqueness. This article discusses this premise.

Abstract: Keywords: Isolation, Veiga Valle, Singularity.

A retórica da decadência e do isolamento em Goiás.

Em história nada é seguro; o que tende, no limite, a ser “certo”, é menos o fato bem atestado do que aquilo que ninguém achou útil ainda contestar; por isso a verdade histórica só é válida para aqueles que querem essa verdade. (MARROU, 1974, p. 126)

O objetivo desta comunicação é discutir como foi construído o discurso da decadência e do isolamento de Goiás, por meio, inicialmente, do olhar dos viajantes europeus e presidentes das províncias, perpetuado por historiadores contemporâneos, como Palacín (1982,1994) e Itami Campos (1982), até haver a renovação historiográfica com Bertran(1994) e Nasr Chaul(1997), dentre outros que vem apresentando dissertações sobre o tema. Dentro desta perspectiva pretendo investigar como a obra de Veiga Valle foi analisada, pela historiadora Heliana Angotti Salgueiro (1983), como algo singular devido a esta retórica do isolamento construído acerca de Goiás.

Durante muito tempo na historiografia goiana se perpetuou a ideia de decadência e isolamento de Goiás, causando no imaginário social uma imagem negativa e pejorativa do Estado e de seu povo, pois as representações se estruturam em sistemas simbólicos. O período pós-mineração era considerado como um período de fausto e esplendor, que seria responsável pelo povoamento de Goiás. Com a decadência do ouro, Goiás teria se tornado atrasado e isolado durante todo o século XIX, o que levou à ideia da decadência presente em todos os estudos de história em Goiás.

Nas primeiras décadas do século XIX, alguns viajantes europeus se aventuraram por Goiás como os alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius em 1818; o austríaco Johann Emanuel Pohl de 1818 a 1820; o francês Auguste de Saint-Hilaire, ao longo de 1819; o inglês Willian John Burchell, de 1827 a 1829, George Gardner, de 1839 a 1840; Francis Castelnau, também francês, em 1844. Os portugueses que vieram no início do século foram: Raymundo José da Cunha Mattos e Luiz D’Alincourt, e os brasileiros que visitaram a Província no final do século foram: o

mineiro Virgílio M. de Mello Franco, o paulista Joaquim Almeida Leite de Moraes e o carioca Oscar Leal que também redigiram memórias desabonadoras acerca de suas representações sobre Goiás.

As ideias de decadência, isolamento e atraso foram concebidas através dos relatos desses viajantes estrangeiros, que conheciam outra realidade, com tempos e ritmos diversos da Europa, e viam a falência do ouro como o verdadeiro caos para Goiás. Achavam que como Goiás era longe do litoral e um lugar paupérrimo a coroa portuguesa desviava o foco de sua atenção para lugares mais lucrativos. Goiás, nesse sentido, era isolado. Esses relatos contribuíram para a representação do rótulo de decadência como referência ao processo histórico-econômico e social de Goiás.

A precariedade das estradas e as poucas existentes isolavam Goiás, a carência das comunicações isolava o comércio (Pohl), a incapacidade do povo em se superar o isolava (D'Alincourt). As casas abandonadas nos arraiais, para onde o povo ia apenas em ocasião das festas religiosas (Saint-Hilaire), eram o retrato do sertão de Goiás. Rural e sem produção agrícola, rico em ouro e pobre em alimentos, carente de tudo e sem forças para sair do marasmo (Cunha Matos e Taunay). (CHAUL, 1997, p.58)

As casas eram tidas como tapera, ranchos, casebres, ruínas habitadas e mal cuidadas. O povo era tido como preguiçoso, que via no ócio a felicidade de não ter nada para fazer, ficar à toa era o que havia de melhor. A vida do goiano, no olhar do europeu, era de preguiça e lentidão. Como podemos observar no memorialista Oscar Leal: *“Esta gente não fala - boceja, não anda, arrasta-se, não vive-vegeta.”* (LEAL, 1980, pág.27)

Por isso era necessário civilizar a Província, vencer a decadência imposta com o fim da mineração. Para estes viajantes e para os historiadores que beberam nessa fonte, Goiás conheceu um fausto e um esplendor na época em que havia ouro. Em contrapartida com o declínio aurífero surgiu a sociedade agropecuária: atrasada e decadente. Auguste de Saint-Hilaire foi um dos viajantes que ficou indignado diante da pobreza vista. O francês foi um dos primeiros estrangeiros que aprofundou os conhecimentos sobre Goiás e através de seus relatos associou a imagem da decadência ao fim dos tempos de esplendor, à indolência dos fazendeiros, ao ócio generalizado da

população, à desatenção do governo. Para o francês, tudo isso teria gerado a estagnação da Província.

A Europa, na mesma época, vivia em condições bem diversas, pois lá já existia trabalho livre, boas estradas, modernos meios de comunicação, desenvolvimento capitalista, trabalho que visava lucro e produtividade. O universo europeu era paralelo a Goiás, mas contrastante: mais urbano que rural e isso para eles era antônimo de progresso.

Esta decadência era demonstrada pelo sertão solitário, isolado, de gente sonsa, parada no marasmo e monotonia, sem novidades, onde reinava a preguiça e a lentidão. Seria um rancho sem braços para trabalhar, sem produção agrícola, com arraiais abandonados, jogados a esmo, sem comunicação, contato com outros estados, onde havia fome, um local onde se produzia quase só o necessário para a sobrevivência, pouco sobrava para o mercado nesta terra de “jecas-tatus”, expressão utilizada por Monteiro Lobato. Para o austríaco Pohl, o goiano era um indígena em hábitos e costumes, o autor afirmou que:

Estes homens, apesar de necessitados, trabalham somente a seu bel-prazer. Enquanto têm uns vinténs no bolso, não mexem com as mãos. Conheci alguns desses elementos que tiravam a roupa suja e ficavam debaixo de uma árvore até que a negra a lavasse e secasse ao sol; então tornavam a vesti-la e entregavam-se a ociosidade, sem se animarem a trabalhar para melhorar a sua sorte. (POHL, citado por CHAUL, 1997, p.51).

Em torno da imagem de decadência houve uma interpretação da sociedade goiana que passou da mineração para a agropecuária. Havia a ideia de que a sociedade mineradora era mais desenvolvida e que no período seguinte teria havido um retrocesso.

Os viajantes que passaram por Goiás naquela primeira metade do século XIX, só viam a falta do que existia na Europa. No contraste do mundo rural com o urbano mostrava-se, aos olhos do outro, uma sociedade atrasada. Criou-se para Goiás a ideia de certo fausto e esplendor aurífero que foi seguido por um atraso e decadência. Alguns estudiosos como Itami Campos, acreditam que *“o isolamento foi utilizado pelos*

coronéis oligárquicos para se manterem no poder.”(CHAUL,1997, p.134) Este argumento era fundamentado no fato dos chefes locais não investirem na abertura de estradas e nas comunicações e não irem atrás do governo imperial para buscar recursos para investir na província.O padre e historiador Palacín corroborou com essa ideia da decadência, apesar de a ter relativizado. “De forma alguma podemos representar a decadência de Goiás como uma transição brusca de uma situação brilhante de prosperidade para uma ruína opaca.” (PALACÍN citado por CHAUL, 1997, pág.61). Palacín considerou que com o fim da mineração houve um processo de ruralização e que a população que vivia na cidade deixou as antigas povoações numa situação precária.

(...) os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram; parte da população abandonou o solo goiano a parte dispersou para a zona rural, dedicando-se à criação de gado ou agricultura; costumes e hábitos da civilização branca foram esquecidos em decorrência do isolamento no qual os goianos passaram a viver; ocorreu a ruralização da sociedade. (PALACÍN, 1994, p.46)

A visão de decadência dos viajantes foi transmitida a governadores, intelectuais, políticos e toda sorte de gente. Esse estigma de sertão atrasado e decadente que identificava o povo goiano só foi desconstruído quando outra ideia o substituiu a ideia da modernização e progresso no pós-30. Foi uma tentativa de reconstruir a imagem de Goiás e inserir a região no projeto de construção da nação.

Historiadores como Nasr Chaul renovaram essa historiografia e desconstruíram com argumentos sólidos, a ideia de decadência e isolamento de Goiás com o fim da mineração. Não há comprovação de existência e menos ainda há herança deixada pelo ouro, como aconteceu em Minas Gerais. Goiás nunca viveu uma época de fausto e esplendor aurífero, a exploração das jazidas durou pouco e não havia ouro em quantidade expressiva. A exploração das jazidas foi efêmera. “Goiás apesar de sua aparente embora curta prosperidade, nunca passou realmente de um pouso de aventureiros, que abandonavam o lugar logo que as minas começavam a dar sinais de cansaço”. (Ibid., p.46)

CHAUL (1997) também confirma que a pecuária sempre existiu em Goiás, bem como a agricultura, mesmo na época em que havia ouro, mesmo sendo uma atividade subsidiária à mineração. A pecuária sustentou a economia. O gado se autotransportava e estabelecia elos comerciais duradouros entre Goiás, Minas Gerais e São Paulo. O autor apresentou como a pecuária teve um papel importante na economia goiana no século XIX, pois, “a pecuária, já uma vocação para a região, tomou forma e expressão, com a decadência do ouro” (p.85).

O historiador também é enfático ao afirmar que não se deve pensar em colapso econômico, atraso ou decadência da economia goiana na transição dos séculos XIX ao XX, o que existiu foi um lento, porém contínuo crescimento econômico dentro das possibilidades de Goiás que atendia às demandas dos centros econômicos mais desenvolvidos que absorviam a produção goiana e aos quais se subordinava em termos de exportação. Tem se então refutada a ideia da suposta decadência de Goiás.

É preciso ressaltar que, apesar do isolamento de Goiás, a economia regional, em seu todo, buscava uma organização no contexto das leis de mercado, inteirando-se e fazendo parte da lógica e das necessidades da produção nacional. O gado foi, sem dúvida, a moeda goiana capaz de estimular, embora relativamente, a economia regional. (Ibid., p. 90)

Wilson Rocha Assis (2007), analisando os jornais da Matutina Meiapontense, defendeu a tese de que essa visão de decadência não era apenas dos europeus, mas também de relatos de governadores da capitania e dos presidentes da província e de parte da elite goiana, que, ao assimilar o estigma da decadência tentou fundar uma identidade diferente para a região, com um discurso e ações que demonstrasse a adesão de Goiás ao projeto nacional construído no período imperial. E ante as ideias de atraso e decadência eram postas as de progresso, desenvolvimento e modernidade. O escritor BERTRAN (1994) também discorda desta decadência:

Haja decadência! No caso extremo nada menos que 157 anos de “decadência”. Deve ser erro de denominação ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da “decadência”, justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados. (p. 6-7).

Para Assis (2007) não é a revolução de 30, com Getúlio Vargas na presidência e Pedro Ludovico na fundação de Goiânia, que marca o instante de superação simbólica do atraso, ou o rompimento da ideia de decadência, um século antes havia as raízes desse projeto identitário, pautado na modernidade.

Nos caminhos da historiografia goiana ainda há muitos caminhos a serem percorridos. O que tentamos fazer foi uma incursão nesta temática construída e desconstruída acerca da decadência de Goiás para situar e abordar questões inerentes ao artista em foco: Veiga Valle, uma vez que sua singularidade foi explicada e relacionada ao isolamento da Província de Goiás e sua “decadência”.

A singularidade de Veiga Valle relacionada ao discurso de isolamento de Goiás.

José Joaquim da Veiga Valle nasceu em Pirenópolis, chamada de Meia Ponte na época, em 09 de setembro de 1806. Seu pai era da família Pereira da Veiga e sua mãe da família Pereira Valle. Seu pai foi influente na época como capitão de ordenanças, ocupou cargos e empregos públicos. Na pesquisa bibliográfica nada foi encontrado acerca da infância de Veiga Valle, no entanto sabe-se que com quatorze anos de idade teve início sua produção artística, como escultor, produziu até o ano de 1870, próximo ao ano de seu falecimento, em 1874.

Veiga Valle em 1832 participou da sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Neste momento o Brasil tinha passado recentemente pela abdicação de D. Pedro I (1831). Em âmbito local, em Goiás, estava acontecendo um movimento nacionalista em que foi deposto o presidente da província - Conde dos Arcos, que era português. Foram formados grupos políticos em Goiás, em que participou José Rodrigues Jardim, futuro sogro de Veiga Valle e governador da província. Estes grupos pretendiam que Goiás fosse governado por goianos e não por portugueses.

Vila Boa havia se tornado cidade em 1818, e a Capitania de Goiás foi elevada a Província em 1822, ano da independência do Brasil. No aspecto político o Brasil

passava de colônia para império, e Goiás no aspecto econômico já era uma sociedade agropastoril, com maior destaque para a pecuária. Os pequenos veios auríferos já haviam se esgotado desde 1780. No aspecto urbano Goiás vivia um momento de crescimento populacional e surgiam novas cidades no sudoeste goiano. Em relação à cultura foi fundado em 1830 o jornal Matutina Meiapontense, foi o primeiro periódico goiano, que circulou entre 1830 e 1834 e que foi porta-voz de um grupo político denominado de grupo moderador por Wilson Rocha Assis.

Em 1833 Veiga Valle entrou para a irmandade do Santíssimo Sacramento. Nesta sociedade só participava membros da elite, que organizavam festividades religiosas, orações, quermesses, obras de caridade, culto aos santos. As Irmandades¹ financiavam artistas no Brasil durante o barroco, assim foi com Veiga Valle e com Mestre Valentim (1745-1813). Para pertencer a estas irmandades a pessoa deveria ser branca e elitista. Em 1835 Veiga Valle comprou sua primeira casa, de médio porte, pelo valor de 100 mil-réis. Em 1837 iniciou sua vida política sendo eleito vereador. Já em 1839 foi nomeado juiz municipal. Nesta época a ocupação de cargos importantes tinha relação à família que a pessoa pertencia, era a familiocracia, explicada por Maria Augusta Sant'Anna (1978). Para votar existia o critério da renda, é sabido também que nesse contexto havia fraudes eleitorais e compras de votos para garantir o controle político. Veiga Valle não tinha vocação para político, parece que cumpria orientações do sogro, José Rodrigues Jardim, que governou entre 1831 e 1837. Veiga Valle era “de boa família e católico, servia a Igreja e ao Estado.” (SALGUEIRO, 1983, p.305) Ganhava bem como político, major e artista.

Em 1841 mudou-se para a cidade de Goiás, a convite Do Sr. José Rodrigues Jardim, para dourar os altares da Matriz de Sant'Ana. Ficou hospedado na casa deste e no mesmo ano casou-se com sua filha- Joaquina Porfíria Jardim. Este casamento uniu Veiga Valle a influentes famílias da época como: os Rodrigues Jardim e aos Ludovico

¹ As irmandades surgiram na Europa durante a Idade Média e espalharam-se pelas colônias portuguesas, eram associações religiosas de leigos devotos do catolicismo tradicional.

de Almeida. Estas famílias eram ricas proprietárias de terras e gado. Além do poder econômico, essas famílias tinham poder político e status social. Em sua tese ASSIS (2007) afirmou que havia certa competição entre Vila Boa e Meia Ponte para demonstrar qual das duas cidades era mais moderna. É provável que José Rodrigues Jardim tenha feito o convite a Veiga Valle para ir morar em Goiás não apenas para dourar os altares da Igreja e tornar-se seu futuro genro, mas colaborar com o projeto de construção de um ideal de modernidade para a cidade.

No contexto local em Goiás, em 1846, foi fundado o Colégio Liceu. Este fato foi muito significativo para as famílias de bom poder aquisitivo da cidade, pois antes tinham que enviar seus filhos para Portugal para estudar ou contratavam professores particulares na própria cidade. Em 1849 a população de Goiás cresceu mais ainda. Em 1852 Veiga Valle foi eleito vereador da Câmara Municipal e no ano seguinte eleitor e suplente na eleição de juiz. Em 1855 requereu reforma da patente de major. Em 1859, enquanto deputado ingressou no conselho do júri da capital.

Em 1860 crescia em Goiás o rebanho bovino, surgiram também indústrias de algodão e teares, além de implementos de ferro em Formosa. Veiga Valle ia conciliando sua vida de artista com a atuação política, pois demorava muito para cumprir as entregas das encomendas de suas esculturas, em que ele fazia todo o processo desde o preparo do cedro até o acabamento da encarnação, ou seja, a pintura e a douração. Suas esculturas geralmente eram feitas para altares religiosos ou para oratórios domésticos de famílias ricas de Goiás. Adquirir suas obras era sinônimo não só de fé e riqueza, mas de status social.

Veiga Valle teve filhos, mas na bibliografia consultada não foi encontrado dados do nascimento deles. Sabe-se que um deles chamado Henrique, aprendeu o ofício de escultor com seu pai e fez vários trabalhos que se encontram em Cuiabá. Em 1866 Veiga Valle foi eleito deputado provincial e no ano seguinte recebeu número significativo de votos. Em 1870 foi parando sua produção. Em 1871 foi eleito vereador, mas não teve sucesso, porém foi sorteado para ser juiz de paz. Em 1874 Veiga Valle

morreu devido a uma doença que atingiu o nervo ciático². Em Goiás em 1868 teve início a navegação a vapor no Rio Araguaia e em 1870 iniciou-se a campanha abolicionista, pois a abolição enfim ocorreu em 1888. Quando Veiga Valle faleceu não tinha escravos como comprova seu testamento.

Nos anos de 1970 a autora Heliana Angotti produziu sua dissertação de mestrado intitulada “A Singularidade da obra de Veiga Valle”, nela a autora apresentava o escultor Veiga Valle como um santeiro isolado no sertão goiano, longe de tudo e de todos, fora do projeto de construção da nação, um oásis no meio do deserto.

A província de Goiás não passa de mera ‘expressão geográfica’ sem peso maior na cultura do império. Veiga Valle é a sua manifestação isolada: uma arte que recebe a marca do extemporâneo quando referida a um modelo abstrato de estilo. (SALGUEIRO, 1983, p. 17).

Um artista que era o único foco de luz numa província desprovida de tradição artística, um santeiro que insistia no barroco enquanto na Europa o estilo predominante era o neo-classicista. Daí também advinha a explicação para sua singularidade que agora pretendemos revisar, pelo discurso de que Goiás não estava incluído no projeto da construção da nação e de que era uma província isolada e que o artista não tinha contato com outros contemporâneos. “Veiga Valle é artista do Império. (...) Singular porque trabalha isolado, desprovido do apoio de prática anterior e local, é escultor de vulto.” (Ibid., p.19) Reforçando suas ideias do isolamento de Veiga Valle a autora afirma que:

A escultura veigavalliana singulariza-se por não lhe serem bem conhecidos os predecessores e contemporâneos artísticos e por seu isolamento em província estagnada economicamente, com pouca representatividade política e com uma cultura fragmentada. (Ibid., p. 27)

² O nervo ciático é o principal nervo dos membros inferiores, controla as articulações do quadril, joelho e tornozelo, além dos músculos das coxas, pernas e pés. Ciatalgia é a série de sintomas e não o diagnóstico para o que causa a dor.

De acordo com SALGUEIRO não há documentação comprovando a passagem de entalhadores, douradores ou outra categoria de artífices por Goiás no século XIX e esta ideia da modéstia artística de Goiás é reforçada na pobreza das irmandades e na própria instabilidade econômica que não atraía ou fixava os artífices vindos de fora.

A fugacidade da riqueza do ouro impediu a sedimentação de uma cultura. A própria construção dos edifícios públicos e de algumas igrejas efetuou-se no refluxo da mineração, a partir da segunda metade do século XVIII. Os cronistas Cunha Mattos e Silva e Souza omitem a existência de pintores e escultores em Goiás no século XIX. (Ibid., p. 42)

Mais uma singularidade apontada pela autora diz respeito ao fato de Veiga Valle pertencer à elite e ocupar cargos políticos e praticar um ofício popular de santeiro, que na época era desenvolvido pelas pessoas de baixa renda. Seu único ajudante era seu filho Henrique. Salgueiro fez levantamento de 60 peças, presentes em museus, casas particulares e igrejas. As fontes pesquisadas pela autora foram: antigos livros de igrejas e irmandades, documentos de cartórios, jornais, recibos e relatos de pessoas que fizeram encomendas, cartas e nas próprias imagens. Como explica a autora: “As lacunas dos documentos que se referem diretamente a Veiga Valle, - embora possam desencorajar o historiador-, são compensadas pelo corpus de suas imagens, por si mesmas significativas e explicativas.” (Ibid., p.39).

De acordo com o artista João José Réscala³(1910-1986), que redescobriu o trabalho de Veiga Valle e realizou a primeira exposição de seus trabalhos, o artista iniciou seus estudos de escultura e pintura com o padre Manuel Amâncio da Luz, mas em pouco tempo superou o artista.

Apesar da provável ausência de manifestações artísticas contemporâneas ao jovem Veiga, a Matriz de N. Senhora do Rosário,

³ Somente após essa redescoberta feita pelo baiano Rescala é que as imagens de Veiga Valle passaram a ser incluídas em exposições sobre o barroco brasileiro.

de Meia Ponte, assim como outras igrejas, possuía imagens eruditas em bom número, que ainda se multiplicavam nos oratórios domésticos. Somente a catalogação estilística de toda a imaginária que se encontra em Goiás permitiria isolar uma hipotética identidade tipológica regional, que definisse também seu caráter iconográfico. As imagens que hoje se conservam retêm características que atestam a diversidade das procedências: Portugal, Bahia e Minas. (Ibid., p. 41)

SALGUEIRO pontua que “uma das possíveis referências de Veiga Valle são imagens vistas e estudadas nas igrejas”. Essas imagens vinham de outros estados e também de Portugal. Outra fonte de inspiração para o artista, segundo a mesma autora eram os livros de preces, de devoção e as Bíblias ilustradas. A autora contesta o autodidatismo de Veiga Valle. (1983, p.44).

Veiga Valle é caso único na arte goiana, seja da Colônia ou do Império, pela excelência de sua obra e pelo conjunto considerável de peças que deixou. A singularidade de sua posição nada determina socialmente: Goiás não conheceu o trabalho de grupos de artistas com Minas Gerais, centro criador. Os artistas goianos contemporâneos de Veiga Valle de que se tem notícia são: André Antônio da Conceição e Candido de Cássia e Oliveira. (Ibid., p.57)

Para ser feita uma imagem ela precisa ser dividida em três etapas: primeiro a estrutura: a madeira e o entalhe, em segundo: o aparelho- uma base intermediária entre a madeira e a capa de douração e a pintura, em terceiro: a douração, a policromia e o esgrafiado⁴. Veiga Valle era o responsável por todas as etapas do processo, desde a escolha do cedro, madeira preferida pelo artista, que era cortada observando-se as fases da lua, até chegar a etapa final.

Em peças encontradas em que parte do aparelho se soltou foi possível perceber uma peculiaridade do artista em relação ao entalhe, “as formas são limpas e bem acabadas; as arestas vivas, mas com modulações arredondadas; o entalhe dos panejamentos revoltos é profundo (...)” (Ibid., p.61). Salgueiro também denomina Veiga

⁴ Esgrafiato é uma técnica de pintura a fresco, que consiste em aplicar sobre um fundo preto de estuque (espécie de argamassa, feita com pó de mármore, caltina, gesso e areia) uma camada de tinta branca, arranhada posteriormente com estilete, de modo que o fundo apareça em forma de sombras.

Valle como um santeiro singular devido ao zelo que ele tinha ao fazer suas esculturas, os detalhes nos desenhos, o cromatismo, o acabamento, as expressões das imagens. As imagens trazem em si a marca da subjetividade do artista. O artista imprimia doçura à fisionomia, a imagem produz em quem vê o efeito de serenidade.

Veiga Valle era cuidadoso ao modelar e lixar a madeira. A morfologia facial não apresenta tensões e raramente detalha ossos. As linhas são nítidas e o relevo é suave.

As imagens veigavallianas podem ser reconhecidas com facilidade: características de estilo, forma e cor que singularizam a produção do artista, fugindo aos estereótipos que a sociedade conhece. Embora o estilo e o gênero, considerados historicamente, sejam codificados, a imaginária de Veiga Valle escapa ao serial da arte anônima que marca a maior parte da escultura religiosa. São as soluções pessoais, tanto as da forma e artesanato, desenho, cromatismo, acabamento-, quanto as da expressividade, -atitudes e fisionomia-, que singularizam a obra veigavalliana. Singularidade que diferencia um corpus de imagens, para além de sua repartição entre o Rococó e o Neoclassicismo. (Ibid., p.310)

SALGUEIRO contesta e explica porque Veiga Valle não pode ser considerado um autodidata ou um gênio inspirado, a autora explica que:

Imaginário erudito, - conhece anatomia, iconografia, valores espaciais, entalhadura, douração, pintura, esgrafiado, segredos dos materiais-, Veiga Valle pode ser homem de poucas letras, mas é artista consumado. A falta de documentos que desvendem a sua formação artística não deve levar à conclusão precipitada de uma iluminação súbita, mito redivivo da genialidade. (1983, pág. 74)

Um artista contemporâneo a Veiga Valle apontado pela autora SALGUEIRO (1983) é o pernambucano Manuel da Silva Amorim, porém o estilo deste artista era mais o neoclássico⁵. Já em Veiga Valle encontram-se a dualidade harmônica dos estilos Barroco e Neoclassicismo

⁵ Movimento cultural europeu, do século XVIII e parte do século XIX, que defende a retomada da arte antiga, especialmente greco-romana, considerada modelo de equilíbrio, clareza e proporção. O movimento, de grande expressão na escultura, pintura e arquitetura, recusa a arte imediatamente anterior - o barroco e o rococó, associada ao excesso, à desmedida e aos detalhes ornamentais.

com traços do Rococó. É na suavidade do estilo rococó mineiro que se encontra a expressão mais original do barroco brasileiro.



São Miguel Arcanjo em madeira policromada. Veiga Valle.

Dimensão: 80x19x30 cm. Museu de Arte Sacra da Igreja da Boa Morte, Cidade de Goiás.

Sobre o Barroco Europeu sabe-se que ocorreu mais cedo que o brasileiro, enquanto o primeiro pode ser contextualizado no século XIX, o segundo ocorreu no XVIII e duas primeiras décadas do XX. Em Portugal está mais precisamente concentrado nos anos 1580 a 1756. O barroco brasileiro é claramente associado à religião católica. Duas linhas diferentes caracterizam o estilo barroco brasileiro. Nas regiões enriquecidas pelo comércio de açúcar e pela mineração, encontramos igrejas com trabalhos em relevos feitos em madeira - as talhas - recobertas por finas camadas de ouro, com janelas, cornijas e portas decoradas com detalhados trabalhos de escultura. Já nas regiões onde não existia nem açúcar nem ouro, as igrejas apresentam talhas modestas e os trabalhos foram realizados por artistas menos experientes e famosos do que os que viviam nas regiões mais ricas. O período barroco brasileiro tem, então, em seus santos e suas igrejas a mais significativa manifestação de fé e de arte.

Entre os artistas brasileiros considerados barrocos estão: Na escultura Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho (1738-1814), que foi entalhador, escultor e arquiteto, trabalhava madeira e pedra-sabão. Mestre Ataíde (1762-1830), foi pintor, dourador, entalhador e professor. Mestre Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813). Apesar de ter nascido em Minas atuou como escultor, entalhador e urbanista no Rio de Janeiro. Entrou

para a irmandade de N.Senhora dos Homens Pretos. Realizou vários trabalhos de talha dourada para igrejas cariocas. Foi importante artista do barroco mineiro influenciou os pintores da sua região, com numerosos alunos e seguidores, até à metade do século XIX.

As esculturas barrocas mostram faces humanas marcadas pelas emoções, principalmente a agonia. Os traços se contorcem, demonstrando um movimento exagerado. Predominam nas esculturas as curvas, os relevos e a utilização da cor dourada. Em relação aos pormenores, aos detalhes do artista. SALGUEIRO (1983) esclarece que em Veiga Valle as atitudes das imagens são mais tênues, contidas, sua placidez é renascentista, desdenha da emotividade do Primeiro Barroco, apresenta certa uniformidade nas expressões e na multiplicidade repetitiva de cores, rejeitando os contrastes sumários e violentos. Apresentava uma luminiscência anticromática⁶ do ouro. A luminosidade é uma característica primordial nos trabalhos veigavallianos. Ele utilizava o ouro em pó no acabamento de algumas de suas esculturas.

No ano de 2006 o IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- comemorou o bicentenário de nascimento do escultor e pintor goiano José Joaquim da Veiga Valle. Foi na antiga Escola de Artes Plásticas Veiga Valle a exposição “Portal da Fé”, com trabalhos de artistas da cidade de Goiás, organizada pelo Ministério da Cultura, Diocese de Goiás e Conselho Diocesano do Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

No ano de 2011 o XII FICA⁷-, homenagearam o artista Veiga Valle como o escultor mais importante na imaginária religiosa em Goiás. Para homenageá-lo apoia-se na tese de Heliana Angotti, como fato excepcional surgir um artista assim em Goiás, no cenário de isolamento e decadência, como mostra o trecho:

Veiga Valle foi um artista do sertão e, para quem olha de fora, pode não passar de um curioso, um escultor caricato a repetir mecânica e extemporaneamente a cultura dos grandes centros artísticos. Mas

⁶ Cromatismo é uma arte feita utilizando-se cores. A arte monocromática utiliza apenas uma cor em vários tons mais claros ou escuros. Geralmente a arte cromática utiliza apenas cores, linhas coloridas, formas coloridas ou mesmo uma abstração.

⁷ Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental

talvez justamente aí resida seu maior mérito: produziu em condições adversas. Mais: produziu obras de boa técnica e bom gosto em condições adversas. Ou mudando o ponto de vista: promoveu o intercâmbio de ideias, num tempo de comunicação incipiente, em que o contato com obras de arte de outras regiões era difícil. A qualidade de obra de Veiga Valle fica maior por ter transcendido todos estes imperativos. (Editor do sítio Instituto Casa Brasil de Cultura para o XIII FICA)

Em relação à localização das obras do artista a maioria se encontram no Museu N. Sr^a da Boa Morte na cidade de Goiás- M.A.S.B.M. Não é fácil contextualizar precisamente as obras do artista, mas sabe-se que o período produtivo foi entre 1820 a 1870. SALGUEIRO (1983) explica que o barroco de Veiga Valle não pode ser tido como tardio, pois no Sul da França os artífices ainda trabalhavam com frequência o barroco em pleno século XIX. Para o artista Amaury Menezes (1998, pág.257) “a atração pela arte foi maior para Veiga Valle do que a honraria de cargos públicos. Veiga Valle é a maior referência da arte sacra goiana e o mais importante artista de Goiás até o século XIX.” Destaca o artista pela forma como esculpia suas peças, fazia a encarnação, douração, pintura, os detalhes dos filetes dourados e as dobras dos mantos das santas.

A autora Heliana Salgueiro afirma que a arte de esculpir solitária de Valle triunfou em Goiás, segundo ela “Arte isolada, é acontecimento fortuito: a imaginária de Veiga Valle não constitui um estilo regional. Singular, ultrapassa os limites da Província por ser a derradeira manifestação erudita da escultura religiosa do Brasil” (1983, p. 313).

Veiga Valle gostava do seu ofício e tinha condições financeiras e tempo para se dedicar a ele. Demorava a entregar suas encomendas e cobrava caro por elas. Era comum naquela época a realização de novenas em casa e era preciso ter uma imagem que evocasse algum santo do catolicismo. Veiga Valle vivia num círculo de classe média tanto no aspecto econômico como sócio-cultural. Sua família era de pessoas com boas relações na vida política e religiosa e ao casar-se com família também da elite aumentou suas condições de exercer seu ofício e vender suas obras. Veiga Valle deixou em seu inventário uma herança farta para os padrões da época. A singularidade do

artista pode ser mais bem definida pelas técnicas, as soluções pessoais do artista, nos pormenores: traços faciais, o tratamento dos cabelos, a policromia, o pastilho e o jogo do panejamento, do que por ele estar isolado em Goiás. A pesquisa está em fase inicial e pretendemos continuar investigando esse isolamento e a singularidade exposta pela autora e assim contribuir para a pesquisa acadêmica na perspectiva da história cultural e história da cultura em Goiás.

Análise da singularidade estética e estilística de Veiga Valle e analogia com obras de Antônio Francisco Lisboa.



Esquerda: São José de Botas- Veiga Valle Madeira policromada. Dimensão: 44x28x15cm. Direita: São José de Botas-Aleijadinho. Em madeira policromada e dourada; altura: 57,5 cm. Acervo Palácio dos Bandeirantes - São Paulo.

Esta análise das obras de Veiga Valle e Aleijadinho intenciona iniciar um estudo comparativo, buscar as semelhanças entre as esculturas dos artistas do século XIX e as diferenças. Não há interesse em sobrepôr ou valorizar um artista em detrimento do outro, mas sim encontrar os aspectos que aproximam ou não estes artistas no que respeita ao barroco brasileiro.

Na imaginária luso-brasileira Myriam Ribeiro de Oliveira (Campos, 2011) destacou três escultores: frei Agostinho da Piedade- português e seu discípulo - frei Agostinho de Jesus-carioca e frei Domingos da Conceição. Este último deixou quatro imagens em São Bento do Rio de Janeiro. Os dois Agostinhos tiveram repercussão e muitos seguidores. É interessante observar que o Agostinho carioca sendo discípulo do

Agostinho Português conseguiu diferenciar seu trabalho imprimindo características próprias, criando suas soluções pessoais.

No mais antigo os movimentos são contidos; as feições despojadas, serenas, mas solenes; o panejamento tem pregas miúdas, á moda de um plissado longilíneo e absoluto apuro técnico. Esse monge português partilha de uma espiritualidade centrada, conformada à vida contemplativa da ordem. Por sua vez, na obra do Agostinho carioca a austeridade foi substituída pela doçura e pela graça; as vestes comportam pregas mais largas, com alguma movimentação em diagonal. Agostinho de Jesus representa uma visão mais contemporânea, na medida em que anuncia a movimentação e a suavidade das feições. (Campos, 2011,59).

Assim como Veiga Valle que também imprimiu marcas pessoais, um estilo próprio a sua escultura, mesmo tendo imagens portuguesas, baianas, pernambucanas ou cariocas para se inspirar. Frei Agostinho da Piedade, diferente de Veiga Valle, usava barro cozido e policromado e não madeira para fazer suas esculturas.

Em relação ao papel das Irmandades no financiamento das artes vale lembrar que havia interferência da Instituição no trabalho dos artistas. Campos (2011) pontua que a Ordem Franciscana tinha um programa iconográfico para ser seguido pelos artistas. Os abades encomendavam e faziam intervenções nas obras e criavam uma demanda. Os franciscanos também veneravam com fervor a Nossa Senhora da Conceição que também era muito devocionada em Goiás. Veiga Valle recebeu várias encomendas representando-a. Os franciscanos atuavam no Nordeste, nos estados da Bahia e da Paraíba, principalmente. Devido a proximidade entre Goiás e Bahia é possível que haja relação entre a devoção a N. Srª da Conceição nas duas províncias ou seja reflexos da orientação de Portugal.

“A partir de 1759, a administração portuguesa impôs restrições políticas e econômicas às ordens religiosas. É bastante numeroso o conjunto de leis outorgadas em prejuízo de todas essas ordens.” (CAMPOS, 2011,92). Se para Veiga Valle a queda da mineração em Goiás fosse obstáculo para sua produção assim seria também para

Aleijadinho, pois Minas Gerais sofreu mais com o esgotamento aurífero. Veja a impressão desabonadora que Saint-Hilaire teve acerca da cultura:

Na época em que foi construída a igreja de Ouro Preto, os mineradores, no auge da abundância, mandavam vir, naturalmente, operários e artistas de Portugal; diminuindo a sua riqueza passaram a se contentar com os pintores do país, que, embora dotados de talento natural, continuam miseráveis borradores, porque não têm mestre e jamais veem bons modelos (...)

Em relação aos escultores de maior projeção no cenário nacional encontramos Aleijadinho (1738-1814) e Mestre Valentim (1745-1813). Veiga Valle (1806-1874), apesar de sua descoberta pelo artista baiano José Réscala, é pouco conhecido no cenário Nacional. Vamos fazer analogias e mostrar o que distancia e aproxima Veiga Valle de Aleijadinho, nos aspectos históricos e estilísticos. Aleijadinho foi um dos marcos da arte nacional e maior representante da escultura barroca no Brasil, além de escultor foi arquiteto e entalhador. Aprendeu o ofício com seu pai, que era português.

Observando bem os detalhes da obra de Aleijadinho podemos detalhar algumas características:

Posicionamentos dos pés em ângulo próximo do reto; Panejamentos com dobras agudas; Proporções quadrangulares das mãos e unhas, com o polegar recuado e alongado e indicador e mínimo afastados, anular e médio unidos de igual comprimento; nas figuras femininas os dedos se afinam e ondulam, elevando-se em seus terços médios; Queixo dividido por uma cova; Boca entreaberta e lábios pouco carnudos, mas bem desenhados; Nariz afilado e proeminente, narinas profundas e marcadas; Olhos rasgados de formato amendoado, com lacrimais acentuados e pupilas planas; arcadas superciliares alteadas e unidas em "V" na altura do nariz; Bigodes nascendo das narinas, afastados dos lábios e unidos com a barba; esta é recuada na face e se apresenta bipartida em dois rolos; Braços curtos, um tanto rígidos, especialmente nos relevos; Cabelos estilizados, modelados como rolos sinuosos e estriados, terminados em volutas e com duas mechas sobre a testa; Expressividade acentuada, olhar penetrante.

Técnicas e características de Veiga Valle

A execução de imagens pode ser dividida em três etapas distintas: primeiro, a estrutura ou o suporte, que são a madeira e o entalhe; segundo, uma base intermediária entre a madeira e a capa de douração e pintura: o aparelho; e por fim a douração, a policromia e o esgrafiado. Veiga Valle ocupava-se de todas as etapas do processo. Ele esculpia, principalmente, em madeira cedro, enquanto Aleijadinho utilizava pedra-sabão como matéria-prima. As suas imagens não se constituíam, na sua maioria, de peças inteiriças: os membros eram esculpido separadamente e depois encaixados. Após o término do talhe a peça era preparada para a carnação e a policromia. As falhas na madeira eram cobertas com camadas de gesso e cola à base de clara de ovo ou boldo africano. Após a fase de aplicação e polimento do aparelho, colocava-se o “bolo armênio” ou “francês”: óxido de ferro hidratado. Todas as misturas, tintas, colas e banhos eram preparados pelo artista.

Fazia o douramento com folhetas de ouro e prata importados da Alemanha ou vindas do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. A douração e a prateação eram feitas pelo mesmo processo, em que as folhas eram espanejadas com uma broxa fina. Após a secagem fazia-se a brunidura, depois se envernizava para evitar a oxidação. A fixação das folhetas era feita nos mantos, véus e camisolas, porém algumas de suas peças são totalmente douradas. A próxima etapa é a pintura, ou policromia, por cima da douração. A pigmentação de sua paleta se compunha de materiais naturais, em maior parte; em menores quantidades, importada da Europa.

Após a aplicação da tinta na imagem dourada, segue-se para a ornamentação: o esgrafiado ou estofamento. Os desenhos são feitos com o esgrafito, um tipo de estilete, retirando a camada externa de tinta seca e deixando em evidência a camada interna, o “pão-de-ouro” brunido, revelando os ornamentos feitos do contraste entre a pigmentação e o dourado. No esgrafiado o artista compõe desenhos de traços finos regulares e contínuos, caracteristicamente rococó, onde se observam os buquês de

flores, medalhões ovais, volutas, formas de conchas, folhas de acanto, palmas. Há ornamentos planos e em alto relevo, que remetem a trabalhos de ourivesaria, com fineza de execução. A carnação é o nome dado ao tom de pele que se colocava nas partes descobertas do corpo, como o rosto, braços, mãos, pés e pernas. Os olhos, em uma fase mais avançada, passaram a ser feitos de vidro. A última etapa era o envernizamento.

SALGUEIRO (1983: 61; 67) destacou alguns detalhes da singularidade estilística de Veiga Valle, como exemplo o entalhe das obras: as formas são limpas e bem acabadas; as arestas, vivas, mas com modulações arredondadas; o entalhe dos panejamentos revoltos é profundo. (...) Grande parte das imagens de Veiga Valle era folhada quase por inteiro, devido ao estofamento peculiar ao artista. Geralmente toda a superfície da roupa dos santos era recoberta por folhas de ouro brunidas.

Veiga Valle se distingue dos outros artistas, devido principalmente ao seu estilo sem igual nos ornamentos esgrafiados, nos desenhos decorativos. Em nota de rodapé SALGUEIRO (1983,72) pontua que foi realizada uma pesquisa dos padrões ornamentais do esgrafiado em imagens de Pernambuco, Paraíba, São Paulo, Minas Gerais que distinguem Veiga Valle devido a firmeza de seu desenho e a gama variada e original de seus ornatos. A própria autora destaca a importância de se continuar a pesquisa sobre a policromia da imaginária brasileira. Ainda podemos apontar outras características do estilo veigavalliano, tais como:

As imagens são de baixa estatura, o tronco é curto, a cintura alta, os ombros estreitos. As expressões faciais são doces, um semblante sereno e suavidade no olhar. A cabeça é inclinada para um dos lados, os rostos são ovais, sem detalhes de ossos e veias nas mulheres. Nas imagens masculinas os ossos do rosto são mais visíveis. A carnação é brilhante e luminoso, creme claro ou amarelado e rosado nas faces. A testa é ampla e lisa e sob os cabelos. As sombrancelhas são finas e levemente arqueadas. Os olhos são de vidro, escuros, de formato oriental com aparência de olhos empapuçados. Há também olhos que não são de vidro. O nariz é reto e afilado, as narinas alongadas. A boca é pequena, bem desenhada, os lábios cheios e vermelhos. O queixo é proeminente e redondo. As orelhas ficam a mostra em 60%, em algumas imagens estão totalmente

descobertas. Os cabelos são partidos ao meio, tratados em fios riscados, formando mechas encaracoladas e sinuosas, que caem até a altura dos ombros.

Comparando as expressões fisionômicas de Veiga Valle e Aleijadinho SALGUEIRO (1983,274) destaca:

Os traços compõem rostos menos frios que os do Neoclassicismo, como os do Alto Renascimento, com uma beleza tranquila, espontânea e delicada, contrária aos princípios de estilística barroca, que valorizam a exaltação expressiva e o patético. Os rostos das imagens de Veiga Valle assemelham-se uns aos outros, numa beatitude serena e plácida sem êxtase dramático. (...) Aliando a beleza e a harmonia equilibradas das formas, Veiga Valle valoriza as imagens como obras de arte, ultrapassando a destinação devocional.

Técnicas são subjetivas e pessoais, é o estilo peculiar, enquanto artesanato é algo objetivo e tradicional. A criação artística resulta não só do talento, mas do ambiente, da experiência, formação, viagens e contatos do artista. A singularidade estilística é explicada e reforçada por seus aspectos formais e a singularidade histórica é baseada no contexto socioeconômico, político e cultural. A partir da retórica do isolamento, atraso e decadência de Goiás foi construída por SALGUEIRO (1983) a singularidade de Veiga Valle, como um artista que trabalhou em província “estagnada e distante” e de forma “isolada”, sem ajudantes ,ao contrário de Aleijadinho,onde “não havia prática anterior e local” antes dele.

A folclorista Regina Lacerda, ao receber esta obra diz que Veiga Valle “iluminou a província longínqua e desprovida de tradição na arte da imaginária, mas ressaltou também a singularidade no aspecto que consideramos definitivo e pertinente ao artista: a beleza, originalidade, sofisticação, técnica, conhecimento e realização de todas as etapas do processo. Para SALGUEIRO a obra de Veiga Valle não pode prescindir da análise estilística, mas deve ser considerada em sua especificidade cultural e histórica. Para nós, na história da imaginária brasileira ainda tem muito a ser feito sobre a Arte Sacra. Para o estudo das obras de Veiga Valle é imprescindível a análise estética e estilística, é também pertinente que isso seja feito revisando a especificidade

cultural e histórica da época em que as obras foram realizadas, abrindo possibilidades para uma análise do discurso a partir da renovação historiográfica de Goiás.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de- O baile das Quatro Artes. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1963.

ASSIS, Wilson Rocha. OS MODERADOS E AS REPRESENTAÇÕES DE GOIÁS N'A MATUTINA MEIAPONTENSE (1830 – 1834) Dissertação de Mestrado, defesa em 2007. UFG.

ÁVILA, Affonso. Iniciação ao barroco mineiro. São Paulo: Nobel, 1984.

BARBOSA, Waldemar de A.O Aleijadinho de Vila Rica. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a goianidade. Ciências Humanas em Revista, Ciências Sociais. (Goiânia), v. 5, n. 1, jan/jun, 1994.

BIAPÓ Construtora. Acesso em 17 de junho de 2013. Disponível em :www.biapo.com.br

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Arte Sacra no Brasil Colonial. Ed. C/Arte. 2011

CAMPOS, _____.Introdução ao Barroco Mineiro.Ed.Crisálida.

CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: *da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade*. Goiânia: Ed. Da UFG. 1ª.ed; 1997.

_____. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: Editora UFG, 1999. 97

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás. In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). Goiás: identidade, paisagem e tradição. Goiânia: Editora UCG, 2001.

CHAUL, Nasr F.; RIBEIRO, Paulo R.(Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed.UCG, 2001.

FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: Editora UFG, 1986.

HERSTAL, Stanislaw-Imagens Religiosas do Brasil. São Paulo, Ed. Autor, 1956.

INSTITUTO CASA BRASIL DE CULTURA. Acesso em 17 de junho de 2013.
Disponível em <http://www.icbc.org.br/index.php/xiii-fica/artista-homenageado-veiga-valle>.

LEAL, Oscar. *Viagem às terras goyanas* (Brazil Central). Goiânia: Ed.UFG, 1980

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MENEZES, Amaury. *Da caverna ao museu-Dicionário das Artes Plásticas em Goiás*. Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia, 1998.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Escultura colonial brasileira: um estudo preliminar*. ÁVILA, Affonso (Org). *Barroco: teoria e análise*. São Paulo: Perspectiva, 1997.556 p., il. p&b., p. 263-303.

PALACIN. *Goiás: 1722 – 1822*. Goiânia: Oriente 1982.

PALACÍN, Luís. MORAES, Maria Augusta de Sant' Anna. *História de Goiás*. Goiânia: 6ª. Ed. Editora UCG.

PASSOS, Elder Camargo de- “Vida e obra do escultor Veiga Valle”. *A cidade de Goiás e o escultor Veiga Valle*. Catálogo- Museu de Arte de São Paulo, 1978.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: UnB, 2000. 99

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de *viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A singularidade da obra de Veiga Valle*. Goiânia, UCG, 1983.

SANDES, Noé Freire. *Memória e história de Goiás*. In: _____ (org.). *Memória e Região*. Brasília: Ministério da Integração/Universidade Federal de Goiás, 2002.

_____. A invenção da nação entre a monarquia e a república. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2000.

VERGUEIRO, Laura. Oculência e miséria das Minas Gerais. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ZANINI, Walter (Coord.). História Geral da Arte no Brasil. V - I. São Paulo: Instituto Moreira Salles: Fundação Djalma Guimarães, 1983. 616 p., il. color.

ICONOGRAFIA ENTRE O PASSADO E FUTURO: GOIANDIRA DO COUTO E A RECONSTRUÇÃO DAS TRADIÇÕES NA CIDADE DE GOIÁS

Raquel Miranda Barbosa

rm-barbosa1976@bol.com.br

Universidade Federal de Goiás

Mestre em História – PUC-GO

Bolsista FAPEG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás

Resumo

Para este estudo proporemos uma análise comparada entre o prospecto português de 1751, com a obra de Goiandira do Couto, *Largo do Rosário*, pintada em 1976. O prospecto indicava onde os monumentos arquitetônicos que comporia paisagem urbana da capitania de Vila Boa. Estas posições foram definidas pela coroa portuguesa durante o auge da mineração. Esta perspectiva encadeará a hipótese que esta artista, nos anos XX, período em que um grupo de moradores locais criam a Organização Vilaboense de Artes e Tradições - OVAT, objetivando “valorizar” a cultura local este grupo implementa ações diretas na vida social desta cidade, a partir dos anos de 1965, a fim de reordenar o calendário cultural, as comemorações religiosas, os parâmetros que ditariam o que representa ou não a cultura local. Goiandira do Couto integra os fundadores desta organização e sedimenta-se no cenário vilaboense como guardiã das tradições locais ao mesmo tempo que projeta-se como uma das “referências” artísticas no campo pictórico no cenário regional. A tentativa de projetar o futuro, visando valorizar a cultura e arte vilaboense como marcos da “goianidade”, seu olhar legítima um passado colonial, no qual o lugar do colonizador, tornou-se o foco central dos discursos visuais produzidos por esta pintora a partir desse período.

Palavras Chave: Goiandira do Couto. Discursos Visuais. Poder. Tradições.

Abstract

For this study we propose a comparative analysis between the Portuguese Prospectus 1751, with the work of the Goiandira Couto, *Largo do Rosário*, painted in 1976. The prospectus indicated where architectural monuments that compose urban landscape of the captaincy of Vila Boa. These positions were defined by the Portuguese crown during the heyday of mining. This perspective encadeará the hypothesis that this artist, in XX years, during which a group of locals create Vilaboense Organization of Arts and Traditions - OVAT, aiming to "enhance" the local culture this group implements direct actions in the social life of this city, from the years 1965 to reorder the cultural calendar, the religious celebrations, the parameters that would dictate what is or is not the local culture. Goiandira Couto integrates the founders of this organization and settles on a



scenario vilaboense as guardian of local traditions while projected as one of the "references" artistic pictorial field in the regional scenario. The attempt to project the future, aiming to enhance the culture and art vilaboense as milestones "goianidade", his gaze legitimates a colonial past, in which the place of the colonizer became the central focus of visual discourses produced by this painter from this period.

Key words: Goiandira do Couto. Visual Discourses. Power. Traditions

Considerações Iniciais

Debater as interpretações históricas que a imagem artística nos fornece não é uma tarefa fácil. Os objetos artísticos ganharam, com a corrente cultural dos anos de 1960, lugar de documento histórico e valor interpretativo como qualquer outro documento escrito.

Assim como a escrita possui diversas interpretações sobre um mesmo objeto, no campo das visualidades isso também se confirma. Desse modo, a riqueza hermenêutica que o campo da imagem - estética e recepção - aguçou na ciência histórica estudos sobre a cultura visual no qual os critérios metodológicos possibilitasse-nos a fonte discursos que encadeiam informações interpretativas sobre os valores históricos, culturais e identitários que a imagem resguarda em suas diferentes temporalidades.

Sob esse entrecruzamento consideraremos as análises desse estudo pelo diálogo relacional entre o prospecto português de 1751 sobre como seria o traçado urbano da capitania de Goiás e a obra *Largo do Rosário*, da artista plástica Goiandira do Couto, pintada em 1976. Sugeriremos assim problematizações que norteiem “o uso documental da imagem “artística”, como vetor para não só produzir História, mas também voltado para a elucidação de sua própria historicidade” (MENEZES, 2003, p.06). Ao apreciá-la como parte viva e integrante da realidade social ressaltamos que o historiador em sua narrativa rompe silêncios retrçados no objetivo dado ao propor a interface entre as fontes iconográficos elencadas para a construção desse artigo.

Introdutoriamente, por meio dos fontes deste estudo, enxergamos a persistência do passado no presente. Instigados pelos diálogos visuais que pretendemos estabelecer, entre as duas imagens que escolhemos para esta interlocução, ao nosso ver, desde um

primeiro momento, sugere-nos permanências das tradições oriundas de um passado colonial, vivido pela cidade de Goiás, a partir do século XVIII, após a descoberta do ouro nestes “sertões”.

As pesquisas de Moraes (2012) apontam sobre os diversos aspectos da “vontade humana de Cristo” em povoar, dominar, explorar e urbanizar os espaço colonial da região dos Guayazes como forma de extrair riqueza ao passo que a demarcação do poder ficasse explícita, inclusive, na disposição deste traçado urbano como nos aponta o referido prospecto. A saber buscamos nas visualidades impulsão para as problematizações desta discussão, no momento em que enxergamos no legado iconográfico português do século XVIII, uma expressão reprodutiva na pintura da artista plástica Goiandira do Couto, nos anos de 1970. As “coincidências” instiga-nos permear as fronteiras do tempo e aventar análises acerca do papel cultural desta pintora ao discursar visualmente, de certo modo, permanências que reforçam a ideia de uma história oficial que mantém as tradições e lugar de alguns sujeitos no domínio do poder sobre a cultura e as artes na cidade de Goiás, atualmente, por meio de uma Organização Vilaboense de Tradições e Artes, fundada em 1965, mais conhecida como OVAT.

Os usos e as funções da imagem baseiam-se, historicamente, em contextos e concepções sobre uma dada realidade. Alguns deles se forjam baseados nos fenômenos culturais das quais a produção cultural interpenetra-se nas formas de agir, pensar ou até mesmo o reproduzir das ações da sociais numa temporalidade podendo repetir-se em temporalidades diferentes, por razões diferentes. Questionar a imagem é um exercício filosófico, subjetivo de modo que ao problematizá-la percebemos que “somos vetores de práticas discursivas historicamente construídas e consolidadas. (...) é a motivação para aventurarmos, para exercitarmos a inventividade e para nos abirmos para os descaminhos (NASCIMENTO, 2013, p.249). A inventividade do historiador da cultura se dá no momento em que constrói sua narrativa ao historicizar a representação e, que por sua vez, se dá quando relemos na imagem expressões de linguagem social, práticas apropriadas no campo visual que, diametralmente, arquivam formas e correlacionam-se às representações sociais manifestadas histórica e artisticamente, narrativas do tempo nas ações do fazer humano.

Nesse sentido, vale lembrar que o historicismo linear do século XIX ignorou conceber a imagem interpretações da realidade nas variáveis do mundo social. A superação deste paradigma apresenta o claro papel que historiador da cultura que se alimenta das expressões do sensível para escrever sua narrativa pautada nos entrecruzamentos.

Para esta operação, nossa compreensão se dará numa abordagem, o que segundo Freitas (2004), permite integrar, tridimensionalmente, os aspectos formais, semânticos e sociais as quais nos permitirá discorrermos análises sobre as fontes visuais citadas de modo que estabeleçamos reflexões interinas sobre elas a fim de fertilizar desdobramentos para outros estudos sobre a cultura e poder na cidade de Goiás pelo viés da cultura visual.

Linhas da Imagem, Metáforas do Tempo

Nos dedicar a interpretação histórica por traços, cores, contrastes e formas que exalam discursos demonstra-nos um ato intrincado de rigor, racionalização subjetiva, do exercício de apreensão dos conhecimentos do mundo social que, possivelmente, influenciaram o conteúdo da imagem e, sobretudo, a bagagem psicológica que o ato cognitivo que envolve a astúcia do historiador cultural visual ao ler uma imagem.

Os objetos que norteiam estas discussões além de requerer tais critérios e habilidades exige também pontuações conceituais sobre como os tempos históricos podem interpenetrarem-se com os sujeitos e as ações num dado momento. É a partir dessa premissa que conseguiremos romper as generalizações ou os “erros” do anacronismo histórico da concepção linear do tempo. Mas, por que o conceito de tempo torna-se importante para o avançar destas análises? Os deslocamentos, as continuidades, as discontinuidades e a visão semântica que podemos lançar sobre estes movimentos temporais contribui, inicialmente, para entender os diálogos icnográficos propostos podem, de certo modo, mesmo distantes no tempo, reverberar no desaparecimento da distância temporal. Religada por meio da ideia de que tempo histórico fundamenta-se

teoricamente em bases calcadas na experiência, Koseleck (2006) coloca em evidência uma reflexão filosófica do tempo histórico no qual o passado é um espaço de experiências direcionando horizontes de expectativas para o presente/futuro.

Portanto, a intenção de Goiandira do Couto ao pintar a tela *Largo do Rosário*, 1976, seria olhar para este espaço de experiências, materializado no legado da paisagem urbana desta cidade de estilo colonial, dominada pelos portugueses no século XVIII, durante o *boom* aurífero, como uma expressão da manutenção, no seu presente e para o futuro, da origem social do poder na cidade de Goiás? A releitura da imagem do já mencionado prospecto português na tela da artista plástica goiana, que encontrou-se imersa deste a tenra idade neste espaço social, reforça a identidade branca, em detrimento as demais etnias, que compuseram o coletivo social em Goiás deste os primeiros tempos de sua fundação?

O nível de “justaposições” e interdependências entre os exemplos imagéticos aludidos fertilizam este estudo, mas não nos oferece respostas imediatas. Por isso, justificamos a necessidade de discussões conceituais, como por exemplo a justaposição temporal, pois com ela permitimos a ruptura das barreiras que levariam a uma narrativa inócua, ou seja, próxima da exatidão.

O estudo da semântica histórica mostra que todo conceito que faz parte de uma narrativa ou de uma representação (...) torna inteligíveis contextos, precisamente por não reduzi-los à sua singularidade histórica. Os conceitos não nos instruem apenas sobre unicidade de significados (sob nossa perspectiva) anteriores, mas também contém possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que é não contemporâneo e não pode reduzir-se a uma pura série histórica temporal (KOSELECK, 2006, p.142).

Trazer à baila tais implicações teóricas sobre o conceito de tempo ajuda-nos a tangenciar os dois legados artísticos em suas diferentes temporalidades e mesmo assim encontrarmos meio de sobreposição discursiva e analítica que as duas imagens “amalgamadas com este mundo, pleno de curiosidades, trilhas, desejos e rumos, em um processo fluido, descontínuo e, portanto, dinâmico e desafiador” (TOURINHO e MARTINS, 2013, p.61) ao nosso olhar investigativo. Por esta direção, temos na

reflexividade temporal o fio condutor que o jogo entre essas imagens desencadeiam à medida que as confrontamos.

Nesse sentido percebe-se que uma narrativa histórica surge e perpetua-se na obra de Goiandira do Couto que ao “reproduzir” o traçado urbano, determinado pelo colonizador, reforça os espaços de poder herdados dos tempos coloniais. Não que esta não possa ser uma opção do artista, porém há uma particularidade nas expressões pictóricas da pintora no momento em que tais discursos se repetem noutros espaços também de poder desta cidade dando-nos sentido de uma informação visual baseada na fabricação de uma realidade e, que ao nosso ver, ofusca outros espaços que demonstrariam outros sujeito, outras práticas que se integram a este jogo de poder, precipuamente. Assim, o valor epistemológico desse estudo ora sobressai, pois um paradigma dominante tornou-se o foco de investigação e, conseqüentemente, de releituras que problematizam as narrativas visuais em estudo.

Antes das comparações entre as imagens o contexto, especialmente do prospecto, deve ser apontado. As análises de Moraes 2012 direcionam um entendimento das razões de tal registro iconográfico, pois aventou-se sob a ótica do povoamento e da urbanização, ocorrida no interior do Brasil no século XVIII, uma forma clara de manifestação do poder europeu sobre o espaço “descoberto” rico em ouro e em possibilidades da expansão dos domínios geográficos oportunos aos interesses portugueses por meio da ruptura do Tratado de Tordesilhas.

A união dos interesses políticos/administrativos com os de cunho religioso sedimenta condições para investimento na arquitetura urbana, pois o rápido e crescente desenvolvimento do arraial o leva em poucos anos a categoria de vila, porém outros valores deveriam ser impressos à identidade da população local para que, o possível arrefecimento aurífero, não lavasse ao esvaziamento populacional de forma súbita. O investimento da Coroa na implementação urbana local, das estruturas que abrigariam as representatividades do poder real incorporadas aos investimentos materiais e simbólicos objetivavam justificariam que a permanência do poder não seria apenas durante a exploração do ouro. Por isso, a junção entre o poder real e o poder eclesiástico basearam o cerne da política expansionista portuguesa no século XVIII, em Goiás. Daí, a

importância das irmandades religiosas para sedimentar vínculos sociais, modos costumes religiosos que norteariam elos de cultura com o lugar, conforme afirma a tese de Moraes (2012).

(...) empreender amplo programa de reforma e ampliação dos logradouros e prédios públicos. Entre outros projetos, empreendeu a reconstrução de pontes, a edificação do matadouro, a implantação do passeio público e a reordenação da expansão urbana. Ao que parece, pretendia, com os melhoramentos projetados assegurar fixação dos moradores da vila e atrair outros, que para ela convergiam em busca de *todos os bens da vida segura e conversável*. Assim, estariam assegurados alguns dos objetivos primeiros da fundação de Vila Boa: a vigência sobre o território que fora espanhol e, em nome de *El Rei*, administração da justiça e a garantia da segurança da capitania (MORAES, 2012, p.40).

Enxergamos que além do ouro a fixação de pessoas rendia a Coroa os lucros simbólicos – nos referimos ao domínio geográfico que culmina no poder efetivo. Já lucros reais vinham atender aos ganhos materiais baseados na lucratividade quando a Coroa valia-se “de vários expedientes para arrecadar impostos devidos, tanto pela mineração e pela pecuária quanto pelas atividades manufatureiras” (MORAES, p.41) praticadas pela variedade populacional existente da qual o ouro era a base, porém não a totalidade dos saberes e fazeres na vida urbana de Vila Boa naquela época.

Por isso incentivar a vida urbana, oferecer condições de fixação populacional, definir a ocupação do espaço, conforme nos apresenta o prospecto abaixo, era uma racional ação portuguesa para que o poder fosse demarcado por instrumentos antagônicos a uma circunstância temporária.



Fig. 1: Prospecto de Vila Boa – Vista no sentido inverso, isto é, do norte para o sul, em 1751 (original da Casa da Insua, Portugal). IN: MORAES, Cristina de Cássia Pereira. “Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na capitania de Goiás (1736 a 1808)”, p. 48, 2012.

À rigor, para esta reflexão inserimos a obra de Goiandira do Couto para o diálogo iconográfico com direções hermenêuticas. Ao entrecruzar as imagens enxergamos similaridades formais e, cabe a nós, os dizeres semânticas que suscitam algumas implicações sociais, ora envoltas na realidade da cidade de Goiás, onde enxergamos que os tempos coloniais ressignificam-se na atualidade, por meio de outros agentes, que de forma intencional ou não perpetuam, em certa medida, tais relações de poder no campo simbólico da cultura. Sobre estas implicações se faz necessário apontar alguns itinerários da pintura que “respondem”, ou melhor, situam algumas das abstrações que expusemos e que direcionam as tensões que historicizam esta abordagem.

Nos anos de 1965 surge, na cidade de Goiás, a OVAT – Organização Vilaboense de Artes e Tradições – integrada ao grupo fundador, Goiandira do Couto passa, além de ícone cultural local, a representar os membros tidos como “guardiões” da cultura a fim de reconstruir tradições ou inventá-las com o propósito de, segundo ela, em depoimento oral a pesquisadora Monica Martins da Silva, “naquela época, eles queriam atrair pessoas porque os turistas eram apenas “uns gatos pingados” (SILVA, 2008, p. 63).

Por que eles? Por qual motivo a artista não se inclui, nesta entrevista, entre o grupo? Ora, o papel de Goiandira é claro entre os membros da OVAT, pois coube a ela a tarefa de “criar” as alegorias do mais notável legado deste grupo para às tradições inventadas na cidade de Goiás: a Procissão do Fogaréu.

Ela afirma que eles que criaram tudo a partir de várias pesquisas em livros. A primeira Procissão do Fogaréu, segundo ela, foi realizada em 1967, data que coincide com a que registra os seus desenhos de criação do figurino da festa. Embora a construção do ritual esteja mais relacionada à sua iniciativa pessoal, o depoimento é interessante porque dessacraliza a criação do evento e estabelece outros elementos que interessam na percepção da criação (SILVA, 2008, p. 63).

A contradição no discurso, ao nosso ver, parece se dar quando a intenção de criar a OVAT, 1965, parte de uns e, ao lhe propor a ideia de integrar-se ao grupo, diante de suas habilidades artísticas, a criação do formato da festa, inserida no catolicismo popular, a torna detentora da patente daquilo que chamaremos da materialização de sua arte no real “sagrado”. A assinatura de Goiandira do Couto nos desenhos que definem a estética dos farricocos, dos guardas romanos, de Verônica, das carpideiras e outros personagens, a credência entre os “guardiões” e inventores das tradições locais que resistem ao tempo, ainda hoje, e foram incorporadas ao patrimônio imaterial, que de forma aleatória, ou não, foi algo que estes “jovens” dos anos de 1960 pensaram numa época em que os primeiros movimentos patrimoniais ainda se davam no campo material. Este tema será foco de aprofundamento na pesquisa central que norteia este ensaio, que é o prelúdio da tese de doutoramento, interlocutoras entre Goiandira do Couto, sua arte, a cidade de Goiás, a cultura e o poder.

Em processo de pesquisa nos documentos do arquivo da Fundação Frei Simão Dorvi – FFSD - encontramos outras evidências que a participação da protagonista nas atividades culturais da cidade de Goiás eram intensas, inclusive, naquelas de cunho religioso. No documento encontrado lemos um dado que nos direciona uma análise mais verossímil à obra pictórica *Largo do Rosário*, de 1976, em comparação com o prospecto de 1751.

A 5 de agosto de 1934 por Mons. Rdo. Pe. Abel Camelo, representado S. Excia. Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goyas, foi lançada a pedra fundamental do novo Santuário, em homenagem Nossa Senhora do Rosário, após a missa conventual das 8 hs... Achavam-se presentes o Rdo. Pe. Superior dos Dominicanos, o Rdo. Frei Germano Lhech, o Rdo. Frei Bernardo Gandim, Rdo. Frei Gonzalvo Carneiro Leão, irmão Alvaro Criado, autoridades civis, muitas pessoas gradas e boa massa popular. A contento de todos foram iniciados os trabalhos que a excelsia Virgem do Rosário esparamol-o há de proteger para que em breve erga-se seu novo e majestoso santuário. Antes de iniciar-se a demolição do antigo Santuário de Nossa Senhora do Rosário nos dias 3,4 e 5 de maio solenizou-se o segundo centenário da Igreja do Rosário. Revestiu-se do maior brilhantismo e respeito a festa do dia 05. Às autoridades religiosas, civis, forenses e militares uniu-se a população de Goyaz em peso, enchendo o largo fronteiro à nova Igreja. Em frente à fachada engalanada do novo Templo os diversos Oradores Dr. Joaquim Ferreira dos Santos, ar. Antonio Jurema de Guimaraes, srt. Goiandira do Couto e Dr. Joaquim Jubé Junior enalteceram o ideal das energias espirituais imorredouras que concretizam o culto da Virgem e o Catholicismo, ideal do qual as Igrejas multisseculares simbolizam a perenidade vencedoura (LIVRO DE TOMBO DAS IGREJAS, p. 40, v.)¹.

Se faz necessário estabelecer um círculo hermenêutico para ler e analisar a obra de Goiandira do Couto. Esta ação reflexiva/interpretativa deve ser conduzida pela busca das influências que a cercavam, no lugar social o qual ela pertencia, no olhar que ela lançou no seu presente sobre este lugar de passado justificaria instar a permanência dessa “originalidade” colonial de influência do poder português vivido na cidade de Goiás no século XVII. Se tal ação, intencional ou não, reflete um discurso de permanências não podemos afirmar com certeza, mas sua obra exprime receptividade a essa cidade inalterada em fins dos anos 1970, do século XX.

¹ FFSD- Fundação Frei Simão Dorvi - Revista Trimestral de História e Geografia, TOMO XII, com 67 páginas datilografadas em espaço 2. Goiás, 09 de maio de 1966.



Fig. 2: Goiandira do Couto, *Largo do Rosário* (141 x 93 cm) – Vista da cidade, 1976. In: FERREIRA, Tais Helena Machado. “Faz uma casa com areia”: a cidade de Goiás e as areias coloridas na trajetória de Goiandira Ayres do Couto (p.179). Dissertação (mestrado) UFRJ/EBA, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, 2011.

Essa visão de mundo, narrada em sua pintura, sofre, a nosso ver, uma tendência da impregnação dos tempos vividos, das histórias relatadas, das articulações descontínuas e, que continuam em determinados lugares retratados em seus discursos visuais. As permanências que se refletem, de algum modo, no que se pensou sobre o devir e as transformações espaciais que a cidade sofrera dos anos de 1970 até atualmente se contrastam, pois a Goiandira do Couto pintou, comercialmente, até os anos de 2005 e a cidade pintada continuava a mesma do início da fase em areia “descoberta” em 1968.

Essa é uma questão a problematizar-se já que o documento acima demonstra o lugar social e cultural da pintora, especialmente, a pós a criação da OVAT são indícios do que porquê de tais permanências. Que imagem se quer “vender” sobrea cidade de Goiás? As intencionalidades imagéticas se alinham as intencionalidade dos discursos e ideias dos guardiões da cultura, das artes e das tradições vilaboenses no auge dos anos

de 1960? Estes questionamentos impulsionam esta pesquisa, assim como fertilizam a discussão sobre cultura, arte e poder na cidade de Goiás.

Diante desse breve exposto de inquietudes é certo afirmar que uma obra de arte emite discursos no/do tempo que encadeia-se na perspectiva “de cada fórmula de representação, e também consonante os distanciamentos dos saberes e das competências dos diferentes públicos colocados em posição de ver o poder através dos seus signos” (CHARTIER, 1990, p.221).

Portando, o lugar social e cultural adquirido por Goiandira do Couto, lhe conferiu integrar-se por si mesma e, posteriormente pela legitimação dada na oficialização do seu papel de guardião de tradições, por meio da OVAT, nos anos de 1965, fatores que a levam a convalidar a reconstrução iconográfica deste passado visto sob um aspecto, pois o que se representa é fruto do que se viveu refletido na compreensão ontológica da experiência, afirma Gadamer (1997).

Considerações Finais

Discutimos neste escopo breves análises sobre os aspectos históricos e historicizantes que nos direcionam a entender os aspectos semânticos e sociais que emanam na obra pictórica de Goiandira do Couto. Sob o ponto de vista formal as obras da pintora em estudo não nos apresentam complexidade acadêmica, pois o que nos chama a atenção é apelo artesanal de suas obras com uma busca incessante pela perfeição dos traços e da reprodução fidedigna de uma cidade de suas memórias.

Essa tendência artística, tida como segunda fase de sua trajetória, a fase do uso da técnica em areia sobre fibra de madeira e cola à base d`água, surge nos anos de 1960 no qual um *boom* cultural da cidade de Goiás ganha outro contorno com a fundação da OVAT – Organização Vilaboense de Artes e Tradições, reforça um lugar de poder que Goiandira do Couto passa a ocupar neste grupo que representará, a partir de então, os guardiões e inventores das tradições locais, muitas delas localizadas, num discurso elitista e de poder simbólico que legitima as práticas culturais desencadeadas como intento destes.

A comparação entre as imagens sugeridas neste artigo teve como intuito provocar reflexões que ainda nos motivam a percorrer um caminho hermenêutico de compreensão do que se é discursado por Goiandira do Couto ao pintar a cidade de Goiás já que mesma se torna referencias quando se trata dos valores “culturais da terra” e, não desconsiderando todo um arcabouço social que envolve esta mulher de elite. Percebemos isso quando encontramos no documento citado a ênfase dada ao seu nome, única mulher notabilizada entre as autoridades masculinas, num “evento” religioso de demolição de uma construção colonial, dedicada a uma santidade de devoção dos negros, onde existiu uma irmandade dos negros, no século XVIII, conforme os estudos de Moraes (2012).

Muitos são os silêncios e os vazios historiográficos sobre a história, a cultura, as artes e o poder na cidade de Goiás na segunda metade do século XX. Nesse sentido, as obra de Goiandira do Couto e suas vivências entre os grupos de poder, político, social, simbólico e cultural na cidade de Goiás desde sua vinda da cidade de Goiandira-Go, ainda bem pequena, para a cidade de Goiás em princípios do século XX, justificam aos poucos suas intencionalidades ou não ao exprimir uma cidade, seus espaços de poder e sua inalterabilidade que vai, ao olhar do historiador, *Muito além das Telas Douradas*²

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

GADAMER, Hans- George. *Verdade e Método*. Trad. Flávio Paulo Meuer. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006

² Título de artigo apresentado e publicado nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 23, nº45, pp. 11-36; 2003.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: irmandades e confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)*. Goiânia: FUNAPE, 2012.

NASCIMENTO, Erinaldo Alves do. A pesquisa em artes e as perspectiva da cultura visual. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene (orgs). *Processos & Práticas de Pesquisa em Cultura Visual e Educação*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

SILVA, Monica Martins. A “Invenção do Fogaréu” e enredos do folclore vilaboense. In: BRITTO, Clovis Carvalho (Org). *Luzes e Trevas: Estudos sobre a Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2008.

TOURINHO, Irene; MARTINS, Raimundo. Reflexividade e pesquisa empírica nos infiltráveis caminhos da cultura visual. In: TOURINHO, Irene; MARTINS, Raimundo (orgs). *Processos & Práticas de Pesquisa em Cultura Visual e Educação*. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA ATRAVÉS DOS CATÁLOGOS DE TURISMO – CONTRIBUIÇÕES DA EMBRATUR

Renata Pires Pinto
repiresp@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mestranda pelo PPG em História – PUC SP
Capes

Resumo

Esta pesquisa propõe foco na interferência que a mídia impressa e os veículos audiovisuais tiveram nos processos de construção de identidade de mulheres na sociedade brasileira. Problematizando a ideia de uma identidade nacional fixa e essencializada, questiono os padrões de beleza ditos como “naturais do Brasil”, que remetem a corpos voluptuosos e sensuais. A proposta desta pesquisa é de identificar e analisar em veículos de grande circulação, voltados para o público estrangeiro, quais foram os discursos imagéticos que historicamente alimentaram e resignificaram a construção da imagem sobre os corpos brasileiros. Para tanto, utilizo como fonte principal os materiais de mídia produzidos pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro do Turismo). Busco compreender a construção histórica desta imagem feminina e como ela foi vinculada nos materiais promocionais da agência.

Palavras-chave: Identidade Nacional – História da Mulher – Corporalidade

Abstract

This research focus on how press media and audiovisual vehicles directly interfered into national identity construction processes of women in the Brazilian society. Questioning the idea of a homogeny, essentialized, settled national identity, we problematize the standards of beauty considered "natural to Brazilian women", which refer to sensual and voluptuous bodies. The purpose of this research is to identify and analyze images of wide circulation, focused on foreign audiences, which were the discourses that historically fueled the image construction of Brazilian bodies. To do so, we use as main source media materials produced by EMBRATUR (Brazilian Tourism Institute). The objective is to understand the historical construction of this female image and how it was linked on the agency's promotional materials

Keywords: National Identity - Women's History - Embodiment

Introdução

Sendo visto como um tema central a partir da década de 60, diversos autores dedicaram-se às pesquisas sobre os lugares históricos e simbólicos do corpo. O foco desta pesquisa se dá no pensar da corporalidade enquanto um elemento chave dos processos de formação de identidades nacionais.

Por identidade, entendo que esta se pauta num processo de constante construção a partir de referenciais diversos, que se transforma e transita entre as esferas do indivíduo e dos grupos a todo tempo. Assim, busco desconstruir a noção de que exista uma identidade nacional coerente, imutável e reconhecível a todo o coletivo de uma nação. “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser visto por outros”. (HALL, 2003 p. 39)

Ao problematizar os padrões de beleza feminina, centrando as especificidades do padrão de beleza da mulher brasileira, busco compreender a construção histórica deste corpo cercado por um imaginário de sexualidade e sensualidade exacerbadas. A exotividade e as curvas voluptuosas se consolidam enquanto uma imagem real que é reafirmada aos olhares estrangeiros com o passar do tempo. Este estereótipo¹ se torna um discurso propagado não somente no exterior, mas também pelos próprios brasileiros/brasileiras.

Para fundar estes estereótipos femininos que estão presentes no imaginário social sobre a mulher, viajo em tempos e contextos da história nacional que são diversos, tendo sempre como pano de fundo a ideia do Mito Fundacional brasileiro, e o local em que a mulher se localiza nele. Desde os primeiros documentos oficiais acerca do Brasil, passando por algumas figuras femininas da literatura e do cinema, para além de teóricos que trataram da mulher enquanto fruto da miscigenação dos povos no país.

¹ Quanto à noção de Estereótipo, o texto se refere à seguinte definição: “O Estereótipo é a palavra repetida, fora de qualquer magia, de qualquer entusiasmo, como se fosse natural, como se essa palavra que retorna fosse sempre milagrosamente adequada por razões diferentes, com se o imitar pudesse deixar de ser contido como uma imitação: palavra sem cerimônia, que pretende a consistência e ignora a sua própria insistência”. (BARTHES, 1974, P.85)

Todas estas fontes auxiliaram na transformação de imagens femininas sexualizadas em regime de verdade, que constroem uma noção objetificada da mulher, uma mulher brasileira que se aproxima mais da natureza do que da cultura.

O link proposto entre estes estereótipos femininos e as fontes advindas de materiais de divulgação turística produzidos pela EMBRATUR, aparece com a noção da força da mídia enquanto formadora de opinião. Procuo identificar os mecanismos e estratégias de comunicabilidade ²(Martín-Barbero, 1997) utilizadas pela mídia, seus agentes e instituições, para reforçar a existência de um padrão corporal brasileiro estereotipado, “falsificado”, porém atraente para estrangeiros.

O diálogo com o tempo presente se faz no pensar desta construção identitária clichê tendo em vista grandes acontecimentos internacionais em breve no país, que nos colocam no centro dos olhares estrangeiros. Assim, busco rever a imagem que sempre transmitimos da mulher brasileira, na tentativa de reconstruir estes discursos em nome de uma nova imagem, observando as mulheres enquanto sujeitos históricos ativos e essenciais para além de um objeto de divulgação das belezas naturais do país.

O Mito Fundacional e a Imagem Feminina

A ideia de mito fundacional está pautada na construção de um discurso que seja referência básica ao imaginário constitutivo de um país, a referência principal acerca de uma nação enquanto memória coletiva. Ao construir um discurso fundador estamos tomando a via de formação da nação como via única, um sentido histórico linear, contínuo. É a escolha por legitimar algumas falas e silenciar outras, dando legitimidade a um discurso dominante. Os discursos construídos preenchem lacunas da memória por uma historicidade aparentemente coletiva, discurso é também a construção da memória coletiva. (ORLANDI, 1993, p. 7-14)

Existem certos enunciados que nos inserem “dentro da história”. Reconhece-se a existência de um país, uma nação, através de um imaginário social que une a todos, de

² Entendidas como os mecanismos pelos quais a produção penetra no cotidiano do leitor/receptor, mobilizando sua atenção.

uma história que pareça ser coerente a todos. A importância em consolidar uma cultura nacional se dá na construção de símbolos, imagens e significados que sustentam um sentido à ideia de “nação”. (HALL, 2003)

No caso brasileiro, vemos o discurso fundador construído a partir do olhar do outro. É o estrangeiro, colonizador, que busca inserir sentido identitário ao país, como forma de delimitar nossos territórios, nossa origem, sentimento de pertencimento a um único povo, a um único passado. O olhar do colonizador sobre o exótico, o novo, o diverso transforma sua experiência subjetiva em evidência histórica acerca do Brasil, mitos transformados em realidade. O estrangeiro “Coloniza homens e sentidos, apagam condições concretas de fato e dão sentidos absolutos desenraizados do seu contexto. As coisas tem sentido a partir de lá”. (ORLANDI, 1990, p.240)

A ideia de nação só chega aqui com a vinda do estrangeiro, então parte deste mesmo estrangeiro a inserção do que é a “cara do Brasil”. O português insere diversos elementos simbólicos que devem ser referência comum a todos como forma de figurar o “ser brasileiro”, um Brasil feito por e para sentidos estrangeiros, e não pelo e para os indígenas que aqui já habitavam. Assim, com o indígena depreciado, ganha legitimidade a colonização portuguesa.

Várias imagens e símbolos foram sendo eleitos com o passar do tempo, de acordo com necessidades políticas e com a repetição de discursos estereotipados que ganharam legitimação.

“Concluimos que é discurso fundador o que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade.” (ORLANDI, 1993, p.24)

Pensando no jogos de construção identitária, vemos que o imaginário envolvido no discurso fundacional do país dá todas as cartas para que possamos encontrar o cerne da Identidade Nacional brasileira. Entre figuras como natureza exótica, o jeitinho brasileiro, o futebol, o carnaval, o samba, a miscigenação e as belezas naturais



encontramos todos os símbolos reconhecidos da brasilidade, imersa em discursos clichês que caricaturizam nossa cultura. Neste ponto, o discurso da brasilidade ganha dimensão material no imaginário social fundado sobre o país.

“Componente natural” desta dita brasilidade, desde os primeiros registros nacionais, a mulher aparece como uma figura central na composição deste cenário. O imaginário acerca de uma exótica mulher brasileira acompanha todas as imagens do nacional. Sendo assim, uma determinada aparência corporal da mulher é conectada à construção de identidade nacional, mulher brasileira convive com a necessidade de um estereótipo corporal peculiar.

Considerando o “estereótipo como lugar privilegiado de observação, no seu papel de produtor de sentidos que circulam no imaginário de uma nação” (FERREIRA, 1993, p.75) busco os significados dessa brasilidade e como ela, de certa maneira, contribui para o afastamento da mulher enquanto sujeito histórico ativo na construção do nosso país, para além de um adorno exótico e belo.

A presença de formas voluptuosas é mais exaltada que a magreza, vestimentas que remeta à sensualidade e uma sexualidade aflorada estão presentes no imaginário popular do que corresponde a ser mulher no Brasil. A impressão de liberdade sexual é vendida aqui e também fora do país como uma das marcas mais características do que se constitui como a mulher brasileira, sobre como ela lida naturalmente com a sexualidade e como a mistura cultural contribuiu para a formação deste corpo desejável e confiante.

Tal imaginário estereotipado ancora suas origens desde o início da colonização brasileira. É possível reconhecer este discurso já na carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento escrito sobre o Brasil, que descreve o país como o paraíso onde viveriam Adão e Eva. Suas impressões sobre as índias já exaltam a sensualidade e “falta de vergonha”:

“Ali andavam entre eles (os índios) três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de nós muito olharmos, não nos avergonhávamos. (...). E uma

daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela”. (Carta de Caminha. Disponível em www.biblio.com.br)

A lenda das Amazonas, índias guerreiras que realmente existiram auxiliando na sobrevivência dos seus, mas que foram contadas como belas, fortes e poderosas também é fundante desta imagem. A repetição deste discurso acerca das indígenas torna-as objeto simbólico da cultura nacional, onde o sem sentido, a imaginação e a ideologia, em conjunto, geram um ideal feminino onde real e imaginário são indistintos e, apesar disso, formam a história considerada oficial. (ORLANDI, 1993, p.17-18)

Ainda sob os olhos dos colonizadores, o corpo nu indígena incita à luxúria e faz com que se relacione a sexualidade ao mundo feminino. A mulher indígena é a que provoca e que não apresenta preceitos morais. Segundo Ronald Raminelli (2012, p.25-36), era possível traçar a relação direta entre sexo, sedução e mulheres como uma dedução lógica a partir da observação dos comportamentos indígenas no período colonial, uma vez que os colonizadores não compreendiam as formas de relação social que eram estabelecidas por aqui.

Com o início do povoamento mais intenso e a presença da Igreja, que veio também para cumprir um papel de reguladora da sexualidade feminina, fica ainda mais explícita a incontrolável existência de uma “ardente sexualidade tropical”. Apesar das inúmeras tentativas de controle da manifestação natural da sexualidade, existem registros sobre práticas recorrentes de adultério, sexo antes do casamento, homossexualismo e outras diversas atitudes que contrariam a moral cristã e exacerbam a ideia de uma mulher no Brasil fortemente sexualizada. (ARAÚJO, 2012)

No campo da literatura já no século XIX, vemos o romance indianista inaugurando uma valorização das expressões autênticas da nacionalidade. Autores brasileiros passaram a expressar em suas obras uma cultura genuinamente brasileira, com traços e um jeito “autênticos”. O melhor exemplo se faz a partir da obra de José de Alencar, com prosas como *Senhora*, *O Guarani* e *Iracema*, que são amostras de

narrativas difundidas no Brasil e no exterior e que colocam a mulher indígena em um lugar idealizado, como portadora de uma beleza natural.

Outras importantes referências à mulher na literatura são representadas pela figura desejável das mulatas, com todos os adjetivos comestíveis que acompanham seu desígnio nas obras:

“Manjerição, cravo e baunilha nas de Aluísio Azevedo (*O cortiço*, 1890); cravo, canela e alecrim nas de Jorge Amado (*Gabriela, cravo e canela*, 1958; *Tenda dos milagres*, 1969); mandioca doce nas de João Felício dos Santos (*João Abade*, 1958). A lista poderia continuar, mas podemos resumi-la no verso de Lamartine Babo (*O teu cabelo não nega*, 1932): “Tens um sabor / bem do Brasil”. Além de cheirosa e gostosa a mulata é muitas outras coisas nesses e em outros textos: é bonita e graciosa, dengosa e sensual; em suma, desejável.” (CORREA, 1996, p.39)

Tal imagem da brasilidade ganha mais fôlego e difusão ainda com a obra de Gilberto Freyre (1998). Em *Casa Grande se Senzala* o autor ressalta a existência da brasileira enquanto uma mulher ferosa, reforçando a exotização do nacional. Muitas das características atribuídas por ele ao povo brasileiro são, ainda hoje, referência quando se fala do Brasil.

Freyre destaca a contribuição cultural de cada povo fundador da sociedade brasileira, encarando a miscigenação com olhos positivos. Dentro desta mistura de povos, encontramos um conjunto de características que cedem à mulher este papel sexualizado: a sedução indígena, as negras amantes, a beleza física mulata, a idealização das mulheres brancas. Todos estes são elementos que alimentam o imaginário sobre a sexualidade da mulher brasileira, pois em nossa sociedade eles se entrecruzam.

“Coxas grossas e redondas, e especialmente a bunda – ou melhor, ‘a bunda empinada’- são consideradas não apenas uma preferência estética, mas também uma característica nacional. Por exemplo, ‘Plástica e beleza’ comentou: ‘a combinação cintura fina e quadril avantajado é uma característica da mulher brasileira, superadmirada, aqui e lá fora’. Embora a beleza da mulher brasileira possa ser um clichê de guia turístico, é também uma das imagens dominantes na representação da identidade nacional.” (EDMONDS, 2002 p. 247)

Existe, então, uma expectativa de que a brasileira sempre corresponda a este estereótipo e, neste contexto, a mídia se coloca enquanto um importante veículo que propagou e reafirma este estereótipo enquanto um regime de verdade. A importância da aparência estética cruza classes sociais e grupos de identificação e, apesar da informação ser seletiva aos interesses do indivíduo, o ideal de beleza propagado pela mídia não passa impune aos desejos das mulheres.

Mídia Turística e Identidade Nacional

A atuação da imprensa brasileira, desde seus primórdios – em 1808 com a chegada da família real ao Brasil – representada por dois periódicos, é atuante na construção da memória histórica oficial do país. No entanto, as análises políticas, sociais, éticas, etc eram submetidas à produção estrangeira, com a interferência direta do Estado no que poderia ser escrito e divulgado. Era, portanto, produzida por estrangeiros e para estrangeiros, e quando se referia ao Brasil, trazia sempre um olhar do estrangeiro sobre nós:

“Nos raros momentos em que se tematizava o Brasil, tratava-se mais de um discurso sobre o Brasil e não de um discurso jornalístico brasileiro propriamente dito. Por ser assim, esse discurso jornalístico se insere no fluxo de um imaginário europeu que vem se organizando desde a descoberta do Novo Mundo. Este falar sobre o Brasil a partir de jornais passa a integrar, e ao mesmo tempo divulgar, o conjunto de discursos (literários, etnológicos, políticos, religiosos etc.) que desde o século XVI vem produzindo sentidos, instaurando memória.” (MARIANI, 1993, p.31)

Sendo assim, nas entrelinhas do discurso oficial, estão presentes sentidos e interesses diversos. Perpetuando e cristalizando imagens, criando fatos históricos que preenchem “espaços vazios” da nossa memória coletiva a partir da fala do outro, e não de reflexões sobre si.

Nesta característica do “deixar-se falar”, o brasileiro permitiu que uma ética estrangeira acabasse por definir os contornos de nossa própria identidade, contornos estes que assimilamos e incorporamos ao nosso imaginário social. “Nem índios, nem europeus, somos produzidos por uma fala que não tem um lugar, mas muitos. E

‘muitos’ aqui é igual a ‘nenhum’. Desse lugar vazio fazemos falar as vozes que nos dão uma identidade...” (ORLANDI, 1990, p.19)

Este olha de fora contribui muito para a linguagem utilizada nas primeiras criações de uma mídia turística no Brasil, por volta das décadas de 1930/40. No entanto, o estabelecimento de um discurso oficial sobre o “produto Brasil” só ocorre com a criação no ano de 1966 da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). A agência surge como ferramenta para o poder público coordenar ações públicas e privadas do setor do turismo. Favoreceu o desenvolvimento turístico de regiões diversas, auxiliando na captação de verbas e realizando um estudo permanente do mercado turístico, como forma de direcionar uma política nacional do turismo. O surgimento da Embratur é o marco da transformação do turismo brasileiro em indústria, assim como marco da expansão de imagens sobre o Brasil no exterior.

A mídia impressa e audiovisual turística direcionada para estrangeiros é detentora de um discurso de poder que mantém a imagem das mulheres brasileiras presa ao estereótipo de sensualidade e sexualidade exacerbada, realizando simplificações e generalizações de nossa cultura.

Sempre associando a beleza da mulher com imagens das paisagens naturais, a brasileira entrou para o hall dos catálogos de turismo como mais um dos diversos atrativos que o Brasil tem a oferecer aos seus visitantes. Imagens de mulheres seminuas, participando das grandes festas carnavalescas em um ambiente cheio de cores, sons e cheiros exóticos auxiliam na promoção de mais do que uma imagem, a presença das mulheres adiciona aos catálogos certa materialidade aos pontos turísticos, uma experiência sensorial do que seria efetivamente vir visitar o país.

De acordo com Rosana Bignami (2005, p. 109-111), vinculam-se à imagem do Brasil no exterior, cinco categorias diferenciais para quem pretende visitar o país, categorias que definem as atratividades do turismo no país. A primeira categoria é a do “Brasil Paraíso”: ideia relacionada ao Éden, aos atrativos naturais e paisagísticos e as características descritas na carta de Pero Vaz de Caminha na época do descobrimento. A segunda categoria se dá em relação com a ideia de sensualidade, libertinagem e a beleza da mulher brasileira, sendo o “Lugar de Sexo Fácil”.

As categorias seguintes são o “Brasil do Brasileiro”: incluem-se todas as características relacionadas ao povo brasileiro, como a musicalidade, a hospitalidade, a malandragem a alegria, a cordialidade e a falta de preconceito. O “País do Carnaval”: é a síntese do imaginário que associa o Brasil com grandes eventos na mídia, com o carnaval, o futebol e a música. E, finalmente, o “Lugar do Exótico e do Místico”: relaciona-se às manifestações religiosas, a cultura negra e indígena, aos ritos e rituais em geral.

Enquanto agência do Estado que programa e gerencia políticas de desenvolvimento do turismo, a Embratur seleciona imagens referentes ao Brasil e as insere em seu material publicitário. Assim, pode-se dizer que seu papel na construção do imaginário acerca do Brasil no exterior é extremamente significativo, seja no sentido de reforçar ou desconstruir discursos acerca da nossa brasilidade. A imagem da mulher brasileira também não passou imune aos materiais de divulgação da agência.

Principalmente nas décadas de 70 e 80 a agência recorre às ideias estereotipadas do nacional. Em suas campanhas publicitárias do período a tríade “mulher – futebol – carnaval” se encontram sempre presentes, auxiliadas por belezas naturais como pano de fundo. Geralmente as mulheres estão de biquíni e são o foco central da imagem, não sendo possível distinguir o local exato que se pretende divulgar. Assim, fica a impressão de que esta mulher bela e sensual está presente em todo território nacional. Estes eram claramente considerados os melhores atributos do Brasil, que deveriam atrair uma grande quantidade de turistas ao país.

Não faz parte da proposta desta pesquisa entrar no âmbito de como este material pode ter contribuído para transformar o Brasil em um local famoso por seu turismo sexual. No entanto, é fator relevante que diversas organizações nacionais e internacionais ligadas ao movimento feminista e à proteção de jovens e adolescentes manifestaram-se, colocando a EMBRATUR enquanto o principal responsável por modificar a negativa imagem do Brasil, um destino de turismo sexual. Através de suas campanhas publicitárias com imagens que apresentavam a mulher como um produto nacional, o órgão dava certo respaldo à fama de um país com fácil acesso a programas sexuais.

Assim, ocorre uma mudança da imagem feminina no material publicitário da agência a partir da década de 90, sendo abolida, finalmente, a figura da mulher sensual no ano de 1997. Tal mudança de postura levou a EMBRATUR, em 1999, a ganhar o reconhecimento da Organização Mundial do Turismo pela sua Campanha de Combate à Exploração do Turismo Sexual Infante-Juvenil. (ALFONSO, 2006)

Em uma breve análise inicial, com o material publicitário da EMBRATUR que já se encontra digitalizado, é possível perceber essa notável mudança de discurso da agência em torno da imagem feminina. Reconhecendo que afirmou uma imagem estereotipada da mulher brasileira, a agência ainda hoje luta por afastar este imaginário da imagem do Brasil. Nem tanto por respeito à mulher, mas por ter percebido que essa exploração também gerou um lado negativo quanto à promoção do Brasil, o discurso sobre mulheres se modificou nos produtos oficiais da EMBRATUR.

Apesar dos grandes esforços para mudanças, é recorrente ainda a imagem da sensualidade feminina associada ao Brasil. Quando se faz uma rápida busca em materiais de propaganda turística produzidos por empresas privadas, é fácil encontrar exemplos que usam a mulher como um atrativo especial para os que pretendem aqui visitar. Estamos sempre associadas à alegria, festas, danças e músicas, aparentando uma mulher livre e desinibida.

Cabe ainda ressaltar que grande parte das campanhas de marketing turístico de âmbito privado estabelece vínculos com a EMBRATUR. Assim, por mais que a imagem da mulher sensual não seja mais encontrada em catálogos oficiais, ela ainda é muito recorrente em outros modelos de campanha, e que diversas vezes levam também o logo oficial da agência. (ALFONSO, 2006) De certa forma, através do aval da EMBRATUR para algumas campanhas, a imagem feminina estereotipada permanece com propaganda em termos oficiais.

A intenção de analisar este material está, mais do que em mostrar a mídia como influente na construção de opinião pública, em vê-lo como expressão de modos de vigente do pensar na sociedade brasileira. Eles representam um repertório quase automaticamente acionado quando de fala do Brasil no exterior. Claramente este

repertório é inundado por imagens clichês e coloca constantemente a mulher na posição de objeto, um adorno complementar que compõe o país.

Considerações Finais

Estabeleço uma relação entre a construção histórica da imagem feminina estereotipada, que prega uma identidade fixa, e como a EMBRATUR configurou em seu material promocional um discurso sobre essa mulher, que reforçou o imaginário acerca da brasilidade. O mercado do turismo³ se mostra como essencial para firmar uma imagem do país principalmente no exterior, contribuindo para que a sensualidade da brasileira seja reconhecida largamente no mundo. Tanto em território nacional como estrangeiro, é possível reconhecer uma expectativa de que todas as brasileiras correspondam a essa imagem estereotipada.

Ao entender que, contemporaneamente, essa imagem não dá mais conta de legitimar o “ser mulher”, uma categoria extremamente complexa e diversa, refutamos a expectativa de que as brasileiras sempre se reconheçam e identifiquem com esse ideal de feminilidade construído.

Aqui levo em consideração que a análise de imagens é fonte para a construção de conhecimento histórico⁴. Em análise de imagens, quando tratamos de imagens publicitárias, temos a presença mais forte de símbolos, marcas e códigos culturais, estas tem a função de persuadir os receptores/consumidores. Deve-se levar em conta o contexto de construção e exibição das mensagens que o registro visual transmite.

No caso dos materiais de marketing da EMBRATUR, quais os sentidos históricos presentes nas entrelinhas de seus textos e imagens tidos como oficiais e representantes de uma realidade? Representam interesses de um determinado grupo, com o olhar do outro sobre nós? Quais são os sujeitos históricos eleitos e quais são os

³ Para mais referências em Mercado Turístico e Imagem do país ver BENI (2006), BIGNAMI (2002) da Série Turismo, Editora Aleph.

⁴ “As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e do produtor, tendo como referente a realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e o da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário.” (PESAVENTO, 2003, p.86)

objetos no pano de fundo da atuação destes sujeitos? Estas são algumas das perguntas que pretendo responder, mesmo que parcialmente, com os avanços desta proposição de pesquisa.

Articulando a análise das fontes com os referenciais teóricos levantados é possível apreender o sentido do discurso que sustenta o estereótipo corporal da mulher brasileira enquanto um regime de verdade. É possível também lançar luz às relações de poder envoltas neste discurso que nega a identidade enquanto processo de construção constante.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Louise Prado. *EMBRATUR: Formadora de Imagens da nação brasileira*. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade de Campinas, 2006.

AOUN, Sabáh. *A Procura do Paraíso no Universo do Turismo*. Campinas, SP: Ed. Papirus, 2001.

ARAUJO, Emanuel. “A Arte da Sedução: Sexualidade feminina na Colônia”. DEL PRIORI, Mary (org): *A História das Mulheres no Brasil*. Ed. Contexto, 2001.

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. Lisboa, Edições 70, 1974.

BENI, Mário Carlos. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Aleph, 2006.

BHABHA, Homi: *Introdução e Interrogando a identidade*. In: *o local da cultura*. Minas Gerais, UFMG, 2005

BIGNAMI, Rosana. *A imagem do Brasil no turismo*. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Aleph, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Ed. Edusp, São Paulo SP 2008.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta de Caminha*. Biblioteca Virtual de Literatura. Disponível em [HTTP://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm](http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm)

- CASTRO, Ana Lúcia e PRADO, Juliana. *Corpo e Identidades Femininas: a intermediação da Mídia*. in: Estudos de Sociologia, Araraquara, v.17, n.32, p.241-259, 2012.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORREA, Mariza. *Sobre a Invenção da Mulata*. Cadernos Pagu (6-7) 1996: pp.35-50.
- DEL PRIORE, Mary. *Corpo a corpo com a mulher: Pequena História da formação do Corpo Feminino no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2000.
- _____. “Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino”. DEL PRIORI, Mary (org): *A História das Mulheres no Brasil*. Ed. Contexto, 2001
- EDMONDS, Alexander. “No Universo da Beleza: Notas de Campo sobre cirurgia plástica no Rio de Janeiro”. GOLDENBERG (org) *Nu & Vestido: Dez Antropólogos revelam a Cultura do Corpo Carioca*. Ed. Record. Rio de Janeiro, RJ. 2002.
- FEATHERSTONE, Mike. *The Body. Social Process and Cultural Theory*. Ed. TCS, Londres 2001.
- FERREIRA, Maria Cristina L. “A Antiética da Vantagem e do Jeitinho na Terra em que Deus é Brasileiro (O Funcionamento Discursivo do Clichê no Processo de Constituição da Brasilidade)” ORLANDI, Eni P.(org) *Discurso Fundador – A formação do país e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas, Ed Pontes, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade Vol. I*. Ed. Graal São Paulo SP 2009.
- _____. *A Ordem do Discurso*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.
- GOLDENBERG, Mirian. “A civilização das formas: O Corpo como Valor”. Nu & Vestido: Dez Antropólogos revelam a Cultura do Corpo Carioca. Ed. Record. Rio de Janeiro, RJ. 2002.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. DP&A Editora. Rio de Janeiro, RJ. 2003.
- MARIANI, Bethania S. C. “Os Primórdios da Imprensa no Brasil (Ou: De como o Discurso Jornalístico Constrói Memória)” ORLANDI, Eni P.(org) *Discurso Fundador*

– *A formação do país e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas, Ed Pontes, 1993.

MARTIN-BARBERO, Jésus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1997.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. 3ª Ed – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso Fundador – A formação do país e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas, Ed Pontes, 1993.

_____ *Terra à Vista*. São Paulo: Ed. Cortez, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, (col. História e... Reflexões).

RAGO, Margareth. “*Trabalho feminino e Sexualidade*”. DEL PRIORI, Mary (org): *A História das Mulheres no Brasil*. Ed. Contexto, 2001

RAMINELLI, Ronald. “*Eva Tupinambá*”. DEL PRIORI, Mary (org): *A História das Mulheres no Brasil*. Ed. Contexto, 2001.

SANT’ANNA, Denise B. *O Prazer Justificado*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1994.

SANT’ANNA, Denise B. *Políticas do Corpo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

CARNAVAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA: CONFLITO ENTRE ISOLAMENTO E ABERTURA DA CIDADERenata Rendelucci Allucci
renata@3d3.com.brPontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mestrado - Programa de Estudos Pós-Graduados em História¹
CAPES**Resumo**

Este trabalho apresenta o processo de produção do Carnaval, uma das principais festas da cidade paulista de São Luiz do Paraitinga, retomado em sua configuração atual em 1981. Na festa, ficam explícitas as tensões entre os interesses de diferentes grupos, assim como as relações entre poder público, órgãos de proteção do patrimônio, setores do comércio e do turismo, mídia, da população em geral e dos interesses econômicos possibilitados por patrocinadores. Essas relações transparecem por meio de decisões a respeito de sua efetivação ano a ano, trazendo novos elementos, novos atores e, conseqüentemente, novos conflitos. O Carnaval, aliado ao patrimônio tombado da cidade, atua sobre a memória dos luizenses e, juntos, preservam e disseminam a identidade da comunidade.

Palavras-chave: cultura popular, patrimônio, memória

Abstract

This paper presents the process of putting on Carnaval, one of the biggest festivals of the city of São Luiz do Paraitinga in the state of São Paulo, which took on its present-day configuration in 1981. At the festival, the tensions between the interests of different groups are explicit, as are the relations between the government, heritage protection organizations, sectors of business and tourism, the media, the general population, and the economic interests made possible by sponsors. These relations are seen in the decisions regarding its implementation, year after year, bringing new elements, new actors, and consequently, new conflicts. The Carnaval, in conjunction with the city's protected heritage sites, influences the memory of the people of São Luiz do Paraitinga, and together they all preserve and disseminate the identity of the community.

Keywords: popular culture, heritage, memory

¹ Orientação da Profa. Dra. Olga Brites

São Luiz do Paraitinga é uma pequena cidade paulista, fundada oficialmente em 8 de maio de 1769, pelo Sargento Manuel Antonio de Carvalho.

O município está localizado no Alto Vale do Paraíba do Sul, na região Sudeste do Estado de São Paulo, no topo da Serra do Mar, no meio do caminho entre Taubaté e Ubatuba e a 182 km da capital. Sua população é de 10.397 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com aproximadamente seis mil pessoas vivendo na área urbana. A cidade é banhada pelo Rio Paraitinga (Parahytinga que, em Tupi-Guarani significa Águas Claras) e é local da nascente do Rio Paraibuna; ambos se encontram na cidade vizinha de Paraibuna e formam o Rio Paraíba do Sul, que corta os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A cidade tem edifícios tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat, desde 1981. Em 2002, a cidade recebeu, pela Lei Estadual no. 11.197 de 5 de julho de 2002, a denominação de Estância Turística de São Luiz do Paraitinga. Em dezembro de 2010, o Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga foi declarado *bem do patrimônio cultural brasileiro*, em processo realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Esses atributos tem modificado o modo como a população se relaciona com a cidade, com seu patrimônio e, conseqüentemente com sua identidade e memória.

O Carnaval e a Festa do Divino são as comemorações mais importantes da cidade e podem ser entendidas como forma de resistência da cultura local, originária de uma chamada cultura caipira, entendida como um *modo de vida*, no dizer de Antonio Candido em seu trabalho *Os parceiros do Rio Bonito* (CANDIDO, 1971, p.22)

Do festejo do Carnaval, que acontece nas ruas da cidade, fazem parte os blocos, as fantasias, os bonecões, as marchinhas, as coreografias. Essas manifestações

contribuem para a conservação e defesa grupais e culturais, significam a coletividade, dão relevância ao conceito de cidade, atuam como fatores de preservação.

Os elementos do Carnaval, manifestos das características constituintes da cultura do povo luizense e representantes de seu universo, estão em constante reinvenção. Não há como pensar no Carnaval de São Luiz do Paraitinga isoladamente; ele representa um modo de vida que se traduz em uma conjunção de crenças, lendas, contação de histórias, personagens, localização geográfica e história.

Considerado por muitos como um Carnaval diferenciado, ultrapassou as fronteiras da cidade. A divulgação boca a boca, seguida por seu descobrimento pela mídia, fez com que a cidade recebesse, em 2013, em cada dia do evento, de acordo com estatísticas da Polícia Militar e da Prefeitura da cidade, cerca de 40 mil visitantes. Um número excepcional para uma cidade que conta com uma população de cerca de 6 mil habitantes na zona urbana.

Mas nem sempre foi assim. Em São Luiz do Paraitinga o catolicismo esteve presente desde o princípio, manifesto e materializado nas capelas, igrejas, cruzeiros à beira da estrada, mas principalmente em um extenso ciclo festivo em celebração aos santos padroeiros dos bairros rurais e urbanos. Nos primeiros anos da formação da cidade ele foi praticado sem a intermediação de autoridades eclesiásticas, como forma de expressão de crença, fé e devoção mas com características leigas e familiares na execução de seus rituais.

Como não houvessem agentes eclesiásticos regulares, Toledo mostra que “os primeiros povoadores puderam conservar e reproduzir a seu modo os seus atos de fé e crença religiosa, de acordo com a interpretação que mais lhes fosse conveniente” (TOLEDO, 2001, p.16).

Porém, a ampliação de associações religiosas que chegavam para organizar a prática de um catolicismo “oficial” e a presença de religiosos tiveram reflexos sobre as celebrações populares, religiosas ou profanas. De acordo com Câmara Neto, a partir dos

anos de 1840, lentamente e pela ação de alguns poucos bispos, iniciou-se no Brasil a reforma da Igreja conhecida como processo de romanização, ou Reforma Ultramontana, em que se combatia o protestantismo, o espiritismo, o anticlericalismo. Outros assuntos levantados pela nova orientação para a qual o catolicismo rumava eram a maçonaria, o divórcio, a questão operária, entre dezenas deles. Também interferiam nos usos e costumes das festas, visando disciplinar abusos, como os excessos de comida e bebida (CÂMARA NETO, 2006).

A Mitra Diocesana de Taubaté – a quem a Igreja de São Luiz do Paraitinga está subordinada – e seu primeiro Bispo, D. Epaminondas, transmitiu instruções a esse respeito aos vigários. Em São Luiz do Paraitinga, coube ao então padre, depois Monsenhor, Ignácio Gióia, retirar do calendário religioso da cidade a festa do Divino Espírito Santo assim como o Carnaval, que deixou de ser comemorado entre os anos 1920 e 1980. Considero este, então, o primeiro conflito a ser estudado – o embate da Igreja contra a manifestação popular da festa.

A comemoração do Carnaval de rua em São Luiz do Paraitinga recomeçou em 1981 e a versão mais difundida sobre a retomada dos festejos é que ela se deve à reação da população a uma reportagem veiculada no *Jornal Hoje* da Rede Globo, em 1980, considerada o estopim da articulação da volta do Carnaval. Nela, a jornalista expunha uma história que faz parte de uma lenda local, a de que o Padre Gióia havia ameaçado os paroquianos com a profecia de que nasceria rabo e chifre em quem entrasse na folia carnavalesca. Vendo-se retratados nacionalmente por meio da televisão como um povo que tinha medo da maldição do padre e sentindo-se ridicularizados, alguns cidadãos luizenses tomaram a frente na questão, e tem-se a volta da comemoração popular dessa festa.

A mídia será, desde esse episódio, causadora de ações e reações para a realização do Carnaval. Este será entendido como o segundo conflito, do veículo que interessa à cidade para divulgação de seu Carnaval mas que, por outro lado, perpetua a existência de um “Carnaval dos velhos e bons tempos”, revelador da nostalgia de um



tempo passado, idealizado. Vende e reforça a imagem idílica da comemoração, de uma celebração capaz de transportar quem a acompanha para outro tempo, anterior, de uma festividade inocente, como se fosse possível viver em um tempo resgatado do passado durante os dias de festa.

As manchetes dos jornais, por exemplo, vão por essa linha: “Em Paraitinga, Carnaval à moda antiga” (*Folha de Londrina, Caderno de Turismo – 2002*). Até o New York Times, em matéria de 2008, informa sobre o estilo “antigo da festa, que remonta aos carnavais de meados do século XX” e, ainda, “a cidade é conhecida por ter uma dos melhores carnavais à moda antiga” (KUGEL, 2008).

Sobre a volta do Carnaval realizado na rua, os depoimentos coletados por Silva e Vieira mostram que há mais de uma versão para ela, e cada uma aponta para motivações diferentes, ora cultural, ora econômica, como apresentadas nas falas a seguir.

Para Benito Campos, artista plástico, foi a vertente da cultura que reativou as festividades:

Na realidade, essa coisa de dizer que o Carnaval aqui é de rabo e chifre foi, na verdade, uma espécie de gancho jornalístico usado para fazer uma matéria, no ano de 1980. Em razão disso, os luizenses, principalmente os mais jovens, sentiram-se ofendidos, e portanto deveriam fazer alguma coisa pra reverter aquela situação desfavorável que surgira. E foi decidido que a melhor solução seria começar a fazer Carnaval em São Luiz. Afinal, a cidade tinha a musicalidade no sangue, o espírito festivo, um povo receptivo, um conjunto arquitetônico interessante, a tradição de fazer bonecos... e então, costurando tudo isso, daria com certeza um Carnaval bem legal. (SILVA; VIEIRA, 2012, p.90)

Já para o engenheiro da área ambiental, Nilson Lopes Soares, as condições econômicas da cidade foram o principal estímulo:

À medida em que o município foi empobrecendo, diminuiu a população rural, as festas religiosas foram tomando outros formatos, seu espaço foi reduzido e, logicamente, alguma nova manifestação haveria de surgir. E foi assim que veio o Carnaval para preencher essa lacuna importante na cidade. Pouco a pouco, ele passou a ser visto com bastante interesse, seria uma alternativa econômica a ser levada

em consideração. Continuou num crescente e acabou contribuindo para a cidade virar estância turística. O Carnaval mudou muito, mudou também o público, e agora existe uma prestação de serviço bem comercial. (SILVA; VIEIRA, 2012, p.91).

Ainda na esteira da controvérsia entre a proibição do Carnaval e seu ressurgimento, um dos primeiros blocos criados foi o *Encuca a Cuca*, que tinha a finalidade de fazer os foliões extravasarem seus problemas. Junto com ele, nascia seu boneco emblemático, a Cuca, como resposta da rejeição dos luizenses à divulgação negativa que a reportagem televisiva trouxe à sua imagem. Os participantes do bloco, chamados de “encucados”, desfilavam com máscaras macabras, que remetiam à figura do Diabo ou ao chamado mundo sobrenatural. Também o início do desfile do bloco era marcado por um ritual característico, com queima de sete foguetes, cuja intenção era “afugentar os diabos” e que se valia do misticismo e do folclore local ligados à cultura popular. Foi uma resposta à *moda luizense* para demonstrar a transformação pela qual a festa estava passando na cidade.

Destaca-se também, nesse momento, Dona Cinira, artista plástica e viúva de Elpídio dos Santos – um compositor e músico multi-instrumental luizense expressivo, parceiro, entre outros, de Mazzaroppi –, que organizou um dos primeiros blocos que iriam moldar o carnaval atual da cidade. Surgiram cinco blocos: Zona do Agrião, Ovelhas Negras, do Petróleo, Melindrosas e da Rua Nova, dos quais quatro elegeram a marcha - como nos carnavais de antigamente - e apenas um preferiu o samba.

Desde então, as marchinhas constituíram-se numa manifestação cultural marcante do Carnaval de São Luiz do Paraitinga, relevantes para a memória e a identidade culturais da cidade. Contabilizam-se por volta de 1.500 marchinhas compostas, numa demonstração do exercício da criatividade e liberdade, pois não apenas músicos, mas taxistas, açougueiros, escritores, funcionários públicos, médicos criam suas composições, numa verdadeira festa de paixão pela música e têm, depois, a oportunidade de apresentar ao público suas marchinhas.

Como já citado, em 2002 a cidade recebeu a denominação de Estância Turística de São Luiz do Paraitinga. Na definição encontrada no site da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, “Estâncias Turísticas são cidades com muitas tradições culturais, patrimônios históricos, artesanatos, lindas paisagens, centros de lazer, além de ótimos serviços de gastronomia”.

As reflexões de Carlos Murilo Prado Santos em sua dissertação de mestrado *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP* sobre a atividade turística nessa cidade indicam que, apesar destas titulações, a cidade continua sem planejamento, sua infraestrutura é inadequada, não há capacitação de mão de obra e as políticas e ações efetivas não privilegiam a inserção da comunidade local nas atividades relacionadas ao turismo. Grande parte dos postos de trabalho ligados ao turismo é ocupada por pessoas de outras cidades ou por um pequeno grupo de luizenses, pois a maioria não tem condições de fazer cursos e estes não são oferecidos na cidade. Também não houve incentivo financeiro nem programas de crédito para a construção ou ampliação de pousadas, de restaurantes ou do comércio (SANTOS, 2006, p. 232-233).

Essa situação contribui para que, com a presença maciça de turistas durante o Carnaval, a cidade fique caótica. Não encontrando infraestrutura adequada, o turista se permite usar de forma indevida o espaço público e muitas vezes também o privado, com a sublocação e superlotação de casas disponibilizadas para o chamado “aluguel de temporada”. O grande consumo de álcool também é fator de aumento das ações predatórias ao meio ambiente, ao patrimônio tombado e à vida regular dos moradores da cidade. Para os comerciantes, porém, este é o momento de possibilidades de ganhos financeiros – a cidade transforma-se num grande e único bar, com todos os tipos de comércio voltados à venda de bebidas alcoólicas, numa reutilização dos espaços conhecidos nos outros dias por trabalhar com diferentes produtos ou serviços.

O interesse dos órgãos de preservação do patrimônio por São Luiz do Paraitinga começa em 1963, com a publicação do ensaio *Quadro Geral dos Monumentos*



*Paulistas*² de autoria do arquiteto Luís Saia, no qual ele esclarece sua versão interpretativa sobre a arquitetura e o desenho das cidades paulistas. Neste texto, Saia explicita a evolução da região, enfatizando as fundações que marcaram uma fase de expansão da Capitania de São Paulo e, no seu entendimento, destaca São Luiz do Paraitinga como cidade representativa desse período e cujos “restos” qualificados deveriam receber proteção do poder público, indicando assim um caminho para a patrimonialização de exemplares arquitetônicos remanescentes que considerava significativos.

Dez anos depois, Saia reafirma a importância da cidade em seu texto *Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga* (SAIA, 1973), e foi este documento que deu suporte à ação de tombamento do conjunto urbano-arquitetônico pelo recém-criado Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo - Condephaat, do qual ele era conselheiro.

Em 1981 o Condephaat tombou, em esfera estadual, a Casa de Oswaldo Cruz, o Sobrado número 3 da Praça Oswaldo Cruz e a Capela das Mercês e, em 1982, o Centro Histórico, após cadastro de suas edificações realizado pelo arquiteto Gustavo Neves da Rocha.

Na esfera federal, os documentos para o tombamento do centro histórico de São Luiz do Paraitinga pelo IPHAN estavam prontos desde 2009 quando, para entender a extensão dos problemas causados pela enchente e suas consequências, o órgão reelaborou, em 2010, o *Dossiê São Luiz do Paraitinga*, “estudo que avalia o significado histórico do plano urbano, as transformações e caráter da sua morfologia, como também da configuração tipológica das construções e dos espaços abertos, e a partir destes da pertinência do tombamento e da regulamentação da sua área de preservação” (IPHAN, 2010, p.11).

² Esse texto será considerado o texto-chave do livro *Morada Paulista*, publicado em 1972 e que reúne estudos e artigos de Luis Saia publicados anteriormente.

Em 19 de dezembro de 2010, para comemorar o título de *bem do patrimônio cultural brasileiro*, uma celebração foi promovida pelo IPHAN e pelo Ministério da Cultura – MinC, com “um espetáculo histórico, cultural, sacro e folclórico, que percorrerá o centro histórico com bonecões, congadas, dança da fita, moçambique, guiados pela Banda Marcial e a Fanfarras Municipal”, conforme anunciou o IPHAN em seu site.

Como se pode inferir pela descrição acima, o IPHAN ressalta e enaltece as manifestações culturais da cidade, associadas ao seu patrimônio arquitetônico, para apoiar e valorizar os processos de tombamento por ele realizados. Essa exaltação vai ao encontro dos discursos político e de alguns grupos interessados que usam essas características para promover a cidade.

A perspectiva da revitalização do patrimônio histórico como fator de diferenciação das cidades e sua utilização para o desenvolvimento do turismo é ressaltada por Natália Miranda Vieira em seu artigo *Autenticidade X exploração: imagética do patrimônio cultural*, ao dizer que

o patrimônio cultural tem sido utilizado como uma das principais ferramentas para a construção de imagens-síntese das cidades. Isso se deve, em parte, ao desenvolvimento da indústria turística e à exploração dos espaços históricos por esta. Assim, as cidades que possuem um patrimônio cultural de destaque têm se utilizado deste para seduzir o olhar estrangeiro mostrando o diferencial da sua localidade. Uma identidade cultural marcante torna-se essencial para que as cidades possam ser vistas como local atraente para se conhecer e viver, tornando-as competitivas (VIEIRA, 2006, p.277).

Junto com as estratégias utilizadas pela mídia, o patrimônio voltado ao turismo é, hoje, uma das características da cidade de São Luiz do Paraitinga e que tem no Carnaval um reforço para a disseminação dessa imagem.

Compreender o significado que o patrimônio cultural adquiriu, por que deve ser mantido, quem tem poder de decisão sobre sua permanência e continuidade, sua

apropriação pela comunidade e sua efetiva contribuição para a construção da identidade luizense são questionamentos dessa investigação. Lembrando que, neste trabalho, o Carnaval é entendido como patrimônio imaterial e, portanto, pertinente às definições apresentadas.

Nas análises mais recentes sobre patrimônio cultural, como aponta Gonçalves, destaca-se o trabalho de construção por um grupo social, no tempo presente, deste patrimônio, visando organizar e expressar sua identidade e sua memória (GONÇALVES, 2005).

Há, ainda, o terceiro e, provavelmente, maior conflito dessa festa: as territorialidades constituídas pelos grupos que a frequentam. Podemos observar o espaço público de São Luiz do Paraitinga assumindo múltiplas territorialidades, de acordo com o grupo social atuante, num determinado período de tempo – no caso, os cinco dias do Carnaval.

As ruas que veem passar as procissões do Divino, que se transvestem em tapetes na Semana Santa, que servem de passarela para a Fanfarra, que suportam a plateia na Semana da Canção Brasileira, que já viram passar seus mortos em cortejos fúnebres, que, inundadas pelas águas do Rio Paraitinga, também elas transformaram-se em rios, são as mesmas que recebem os foliões no carnaval. Entre eles, a experiência de ocupar o espaço da cidade durante o Carnaval tem sentido diversos: para uns, é o território da expressão cultural; para outros, o da possibilidade do viver sem regras e sem censura.

Os primeiros, que podem ser os habitantes da cidade, compositores, artistas, artesãos ou turistas bem intencionados, vivenciam os dias de carnaval seguindo práticas socioculturais, e apropriam-se das ruas como território da circulação de um ritual, de celebração, de memória e resistência. Os segundos são geralmente turistas, cujo comportamento indica o conceito prévio que têm do Carnaval, como um momento de suposta desordem e liberdade ilimitada que acreditam poder usufruir, possivelmente por não sentirem-se vinculados à cidade no restante dos dias.

O quarto conflito aponta para o embate entre os governantes (Prefeito, diretor de cultura, diretor de turismo da cidade), para quem o Carnaval é motivo de prestígio político e avaliado como um evento bem-sucedido e os cidadãos luizenses. Para grande parte dos moradores, alijados de seu espaço habitual de circulação, a convivência com turistas de comportamento indesejável, a superlotação da cidade e a deterioração física dos espaços públicos devem ser contabilizados como prejuízos, e eles exigem fiscalização e ações regulatórias por parte dos governantes.

A partir de 2013, um novo ator surge para o quinto e novo conflito: o patrocinador que, além de apoderar-se ostensivamente do espaço da festa para exibir faixas e cartazes e colocar seu produto em exposição, tentou incluir outros ritmos justamente no chamado Carnaval das Marchinhas, forma de narrativa musical que é a marca registrada do Carnaval de São Luiz do Paraitinga. Mas grande parte da população opôs resistência, na tentativa de manter o controle tanto nas questões culturais quanto nas da produção da festa. Para isso, fez-se amplo uso das redes sociais, conseguindo, rapidamente, a adesão de pessoas da cidade ou ligadas a ela por vínculos afetivos e que demonstraram seu descontentamento com as novidades que o patrocinador trazia. A mais polêmica seria a inclusão de uma grade de shows com programação que apresentava ritmos variados, como funk e axé, e que contraria o uso da marchinha como única música autorizada para tocar nos cinco dias de festa. Mas, se os luizenses conseguiram barrar esta mudança, não foram bem sucedidos quanto à utilização da publicidade da marca, que tomou visualmente a cidade. As negociações entre patrocinador e poder público não ficaram claras e contaram com versões controversas.

Como aponta Raquel Sohiet

A festa constitui, portanto, um cenário privilegiado de observação. Em medida diversa, de acordo com a modalidade, nela estão presentes aspectos expressivos do universo cultural dominante, imbricados em elementos próprios da cultura popular, com suas tradições, seus símbolos e suas práticas. Nesse local de encontro e lazer, resulta, via de regra, a influência recíproca entre os diferentes segmentos (SOHIET, 1998, p. 25-26).

Assim, esta pesquisa faz do Carnaval a ocasião propícia para entender esses conflitos e seus atores e para compreender como se dá a legitimação de cada grupo, principalmente no processo de escolhas de realização e produção da festa.

Some-se a isso tudo o fato de que, nos primeiros dias de janeiro de 2010, a cidade de São Luiz do Paraitinga sofreu uma inundação de grandes proporções, causando danos a vários imóveis, muitos deles pertencentes ao núcleo histórico da cidade, além da destruição de estabelecimentos comerciais como padarias, farmácias, restaurantes, bancos, cartório. Houve também grande perda de documentação, móveis e objetos oficiais e pessoais dos moradores. A vida social e cultural sofreu uma interrupção, assim como a economia e o turismo foram abalados.

Houve uma pronta mobilização da sociedade civil e de empresas na ajuda à cidade. A catástrofe recebeu ampla cobertura da imprensa nacional, de veículos como os jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo, das revistas Veja e Exame e dos portais UOL e Terra, entre outros. Grupos de comunidades religiosas, instituições filantrópicas ou alguns organizados exclusivamente com esta finalidade visitaram a cidade, auxiliaram na limpeza de casas e ruas e ajudaram no atendimento dos desabrigados.

Institucionalmente, foram criados alguns órgãos para atuar na reestruturação da cidade, tanto física quanto emocionalmente. Um deles foi a AMI São Luiz – Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga, entidade civil de caráter cultural e sem fins lucrativos e econômicos. Outra iniciativa foi o Centro de Reconstrução Sustentável – CERESTA, que surgiu em maio de 2010 pela necessidade de centralizar e abrigar, num espaço único, os vários grupos de trabalho envolvidos com a reconstrução.

Também os órgãos de preservação do patrimônio – IPHAN e Condephaat – tiveram rápida atuação na prestação de socorro à cidade. Técnicos e arquitetos foram

instalados no local para providenciar o resgate e o salvamento dos remanescentes de edifícios tombados e de casas de moradia. Encontraram uma cidade destruída, mas com uma comunidade bastante mobilizada para salvar seu patrimônio, tanto material quanto imaterial.

Somente no ano de 2010 o Carnaval não foi realizado na cidade; nesse ano, as ruas enlameadas não permitiram o desfile dos blocos. Houve apenas o Festival de Marchinhas, tradicional evento pré-carnavalesco que completava 25 edições. O palco do Festival foi o SESC Pompéia, na cidade de São Paulo, com apresentações de grupos locais que concorriam com as marchinhas já selecionadas antes da enchente. Num esforço conjunto, o Ministério da Cultura e o SESC proporcionaram a viabilização financeira do evento, inclusive alugando ônibus para transportar os luizenses que quiseram participar do evento, numa tentativa de retomar o ânimo e a autoestima de muitos que perderam praticamente todos seus pertences, além de locais de trabalho e, às vezes, também suas moradias.

No ano seguinte, 2011, o Carnaval aconteceu, mas os números de participantes e turistas foram mais enxutos. Já em 2012 a festa foi retomada por completo, e as condições físicas da cidade, apesar de distantes da infraestrutura ideal para o tamanho do evento, já eram muito próximas das anteriores, o que fez com o que o público comparecesse em massa. Em 2013, como já foi dito, o número de turistas foi estimado em 40.000 pessoas por dia e houve desfile de todos os blocos tradicionais, bonecões, fantasias e as famosas marchinhas.

Unindo todas as questões, chega-se a Pierre Nora, para quem identidade, memória e patrimônio são as “três palavras-chave da consciência contemporânea”. Continua ainda o autor dizendo que, nos últimos anos, o patrimônio “veio unir na mesma constelação passional as palavras memória e identidade, das quais se tornou quase um sinônimo” (NORA apud CANDAU, 2012, p.16 e p.20). No trabalho, procuro a articulação entre as três categorias como parte do entendimento sobre o conflito social

de grupos de São Luiz do Paraitinga que vêm se manifestando ano a ano e que se tornam visíveis na realização do Carnaval.

Utilizando a combinação dos patrimônios histórico-arquitetônico e imaterial, conjugados à identidade e à memória, a pesquisa quer compreender os conflitos causados dentro da cidade originados por esta manifestação cultural e suas diferentes percepções pelos luizenses, pelos turistas, pelo poder público, pela mídia, pelos patrocinadores. A análise foca no Carnaval, maior evento da cidade e, também, provocador de diversos e controvertidos sentimentos e ações dos grupos citados.

Ainda em processo de realização, os questionamentos aqui levantados apontam para articulações a serem aprofundadas, bem como a finalização de interpretações para contribuir com o entendimento das especificidades da cidade de São Luiz do Paraitinga e, conseqüentemente, de como se processam suas relações sociais. A festa priorizada, o Carnaval, é o grande palco para o debate que aqui está proposto.

REFERÊNCIAS

CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. *A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, 1º. Bispo de Taubaté (1909 – 1935)*. 2006. 338 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34 - Livraria Duas Cidades, 1971.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*. Horizontes antropológicos. Porto Alegre, vol.11 n. 23, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em julho de 2013.

<http://www.turismo.sp.gov.br/dade/estancias.html>. Acesso em agosto de 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. São Paulo, 2010

KUGEL, Seth. *Carnaval on a Smaller Stage*. The New York Times, January 27, 2008. Disponível no endereço eletrônico <http://travel.nytimes.com/2008/01/27//travel/27journeys.html>. Acesso em julho de 2013.

SAIA, Luis. *Evolução urbana de São Luiz do Paraitinga*. In: VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH. 1973. Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: ANPUH, 1973.

SANTOS, Carlos Murilo Prado. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. 2006. 254 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

São Luiz do Paraitinga (SP) celebra sua preservação como patrimônio brasileiro. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15785&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>. Acesso em maio de 2013.

SILVA, Degiovani Lopes da, VIEIRA, Maria Alice Ferreira do Amaral. *Sem rabo e sem chifre: a evolução do carnaval das marchinhas na terra de Juca Teles do Sertão das Cotias*. São Paulo: Ed. do autor, 2012.

SOHIET, Raquel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. *Espaços individuais e coletivos de sacralidade nos meios populares*. 2001. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

VIEIRA, Natália Miranda. Autenticidade X exploração: imagética do patrimônio cultural. *Ilha Revista de Antropologia*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. V.8, n.1-2, 2006. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18302/17143>. Acesso em abril de 2013.

**CULTURA CENTRO-AFRICANA, FAMÍLIA ESCRAVA E REBELIÃO
(CAMPINAS, 1832)**

Ricardo F. Pirola
ricardopirola@yahoo.com
Universidade Federal de Goiás
Professor Adjunto UFG (Goiânia)

Resumo

Em Campinas, no ano de 1832, foi descoberto um plano de insurreição escrava, após dias de investigação, que envolvia quinze grandes engenhos de açúcar. A grande maioria dos conspiradores era de africanos, provenientes das regiões do Congo e Angola. Os escravos revelaram para autoridades senhoriais e imperiais que eles tomavam mezinhas que acreditavam capaz de fechar seus corpos durante a batalha contra as armas e balas de seus senhores. É importante destacar ainda que muitos dos rebeldes eram casados e possuíam referências geracionais nas senzalas. O objetivo desta apresentação é dimensionar o peso das tradições centro-africanas e ainda da própria família escrava na organização da trama, combinando análises demográficas e técnicas de micro-história.

Palavras-chave: Rebeldia escrava, Insurreição e Cultura Centro-africana

Abstract

In Campinas 1832, was discovered a plan of slave insurrection, after days of research, involving fifteen large sugar mills. Most of the conspirators were Africans from the regions of Congo and Angola. Slaves revealed to imperial authorities that they took potions they believed able to close their bodies during the battle against guns and bullets from their masters. It is important to highlight that many of the rebels were married and had generational references in the slave quarters. The purpose of this presentation is to scale the weight of the Central African traditions and of the slave family in the organization of the plot, combining demographic analyzes and techniques of micro-history.

Key Words: Slave rebellion, Insurrection and Central African culture

O plano de insurreição

Em carta datada de 3 de fevereiro de 1832, o senhor de engenho Antonio Francisco de Andrade relatou ao juiz de paz de Campinas a descoberta de um plano de insurreição escrava. Contou que desde meados do mês de janeiro andava desconfiado do comportamento de seus cativos que já não tinham mais a mesma presteza na execução de tarefas e abandonavam a fazenda durante a noite, apesar de suas repreensões. Disse ainda que suas suspeitas só aumentaram quando seus irmãos e vizinhos de propriedade relataram um comportamento semelhante de suas escravarias. Decidiu então reunir aqueles cativos que lhe pareciam mais propensos a se rebelarem, e por meio de castigos físicos a alguns e promessas de perdão a outros conseguiu que um deles confessasse. Envolvendo quinze engenhos produtores de cana-de-açúcar e a participação de um liberto conhecido como João Barbeiro, morador da cidade de São Paulo, preparava-se uma grande rebelião¹.

No momento em que o plano de revolta escrava foi descoberto, Campinas era uma das principais áreas produtora de cana-de-açúcar do país. Sua população escrava passava de cinco mil e superava o número de habitantes livres. Campinas foi fundada no começo do século XVIII, mas permaneceu durante muito tempo como uma parada de tropeiros que se dirigiam a região mineradora de Minas Gerais. O cenário começou a mudar apenas no final da década de 1790, quando a revolução escrava no Haiti fez disparar o preço do açúcar no mercado mundial. A boa qualidade do solo campineiro para a produção de cana-de-açúcar e a existência de uma vasta quantidade de terras para serem colonizadas, atraíram muitos migrantes livres e fez crescer vertiginosamente o número de escravos africanos.

Tabela 1

População Total de Campinas

¹ Cf. Ricardo F. Pirola. *Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

Condição Social	1790	1800	1817	1832
Livres	906	2570	3502	4158
Escravos	224	1050	2461	5087
Total	1130	3620	5963	9245

Na tabela 1, podemos perceber o aumento gradativo da população da cidade de Campinas, que no ano da descoberta do plano de revolta possuía 9245 habitantes, dos quais 4158 eram livres e 5087 escravos. O aumento da população escravizada era resultado do tráfico Atlântico, que alimentava a necessidade de mão de obra nas lavouras canavieiras. No começo da década de 1830, por exemplo, 73% da população escravizada era de origem africana, sendo que entre os homens o número passava de 80%. A grande maioria dos escravos em Campinas era proveniente do centro-oeste da África, particularmente, da região de Congo e de Angola.

O plano de revolta de 1832 estava muito bem organizado em termos de comando e divisão de tarefas. Em cada uma das quinze fazendas envolvidas na trama, existia um escravo intitulado “capitão”, que tinha a função de convidar outros parceiros para a revolta e também de arrecadar dinheiro para ser investido na compra de armas. Das quinze fazendas, onze estavam localizadas em um mesmo bairro rural de Campinas, facilitando a circulação e o contato entre os escravos. As reuniões dos revoltosos ocorriam sempre durante a noite, mudando de tempos em tempos o local de encontro para evitar a suspeita senhorial.

O escravo apontado como a liderança principal do plano de 1832 era Diogo Rebolo. Chamado de pai pelos revoltosos, Diogo Rebolo era o responsável por comandar todas as reuniões noturnas dos cativos e também por exercer a função de caixa principal do dinheiro arrecadado pelos capitães. As funções do Diogo Rebolo no plano de insurreição, contudo, iam muito além de um líder político ou militar. Segundo os revoltosos, ele era o responsável por preparar uma bebida a base de raízes que servia para fechar o corpo dos escravos durante a revolta e tornar mais lenta a reação senhorial. O escravo Bento, por exemplo, diz que a bebida servia para “animar, livrar de chumbo e das facas dos brancos”. Já o escravo Joaquim comenta que a bebida deixaria lenta a

reação senhorial quando tivesse início a rebelião. Bento diz ainda que a bebida ajudava no combate a feitiçaria. As habilidades sobrenaturais do Diogo Rebolo, contudo, não paravam por aí. Conta um dos escravos envolvidos na elaboração da trama que o líder dos rebeldes tinha também a capacidade de fazer adivinhações.

O dinheiro entregue ao Diogo Rebolo pelos capitães do plano era enviado ao liberto João Barbeiro em São Paulo, que tinha a função de comprar armas e munições para a revolta. As ligações entre o Diogo Rebolo e João Barbeiro eram feitas por um cativo tropeiro que fazia freqüentes viagens para a capital da província, comprando e vendendo mercadorias para seu senhor. A relação entre o liberto e os escravos em Campinas não nasceu com o plano de insurreição de 1832. João Barbeiro morou em Campinas até o ano de 1830, quando foi acusado de estar envolvido em outro plano de insurreição escrava. Poucas fontes sobraram para os historiadores de hoje sobre a suspeita de rebelião de 1830, sabemos apenas que o liberto foi acusado de ser um dos principais líderes, sendo por isso mandado para a cadeia em São Paulo. Contudo, a medida não foi suficiente para apagar o ímpeto revolucionário do liberto. João Barbeiro fugiu da prisão e restabeleceu contatos com os cativos do interior. Não chegou a voltar para Campinas, mas sabemos que além de estar envolvido na organização da revolta de 1832, o liberto também ajudava a esconder escravos fugidos. As ligações de João Barbeiro com a população escravizada tornavam real um dos piores pesadelos senhoriais, a união de escravos e libertos.

As investigações do plano de 1832 revelaram ainda que a obtenção de armas para a revolta não era tarefa exclusiva de João Barbeiro. Segundo o depoimento dos revoltosos, o escravo Benedito Ferreiro fabricou lanças de ferro para a utilização durante a revolta. O escravo ferreiro negou durante em seu depoimento que o tivesse feito. Talvez tenha sido uma estratégia para evitar uma condenação mais severa, mas o fato é que muitos escravos confessaram já ter suas lanças e armas prontas para a insurreição.

A data prevista para o início da rebelião era o dia 22 de Abril de 1832, domingo de Páscoa, uma das mais importantes festas religiosas no Brasil do século XIX. O início da revolta coincidindo com feriados religiosos não é uma particularidade do caso



campineiro. Estudos sobre as insurreições escravas no Brasil têm mostrado que os dias santos eram os que mais freqüentemente registravam levantes de escravos. Nessas datas, os cativos eram dispensados de suas funções nas propriedades senhoriais e aproveitavam o momento para trabalhar em suas próprias roças ou para participar das celebrações locais. Também os senhores costumavam se dirigir à igreja matriz da cidade, onde ouviam a missa e participavam das festividades organizadas pela comunidade. Tratava-se, portanto, de um momento de menor vigilância senhorial nos engenhos e de folga dos escravos.

As investigações mostraram também que o liberto João Barbeiro convidou outros escravos moradores da cidade de São Paulo para se juntarem ao levante. Na véspera da insurreição, os cativos de São Paulo e João Barbeiro percorreriam o trajeto entre as duas localidades durante a noite para não despertar a desconfiança das autoridades. Chegando em Campinas, eles se juntariam aos demais revoltosos para iniciar a rebelião. Para infelicidade dos escravos, porém, nem tudo saiu como o esperado, o comportamento de alguns dos envolvidos acabou despertando a atenção senhorial e levou à descoberta da trama de 1832.

Os escravos rebeldes

As minhas análises do plano de insurreição de 1832 buscaram construir uma biografia coletiva de seus organizadores. Concentrei-me, particularmente, na busca de informações sobre a trajetória dos 32 escravos e do liberto condenados pela justiça. Para tanto, cruzei as informações provenientes do julgamento dos revoltosos com fontes como os levantamentos populacionais de Campinas, os registros de batismo e casamento escravo e os inventários post-mortem. A intenção era levantar o máximo de informações possíveis dos rebeldes de 1832. Quais suas origens? Quais tarefas desempenhavam nas fazendas em que habitavam? Teriam laços de parentesco com outros escravos? São exemplos de perguntas que motivaram minhas investigações iniciais.

A historiografia brasileira tem apontado a conquista de um casamento e a ocupação de cargos especializados e domésticos por parte dos cativos como fatores de desagregação das senzalas. Autores como Manolo Florentino, Jose Roberto Góes e Hebe Mattos têm argumentado que a família escrava e a ocupação de um cargo especializada/doméstico potencializavam a conquista da alforria, colaborando para rachar as senzalas em momentos de rebelião coletiva². Florentino e Góes, particularmente, defendem a tese de que a família escrava estabeleceu a paz entre os cativos e também entre a senzala e a casa grande, tanto por favorecer a construção de laços comunitários (que permitiam unir escravos provenientes de diversas regiões), como por tornar os cativos aparentados mais suscetíveis ao controle senhorial (já que poderiam ter a família separada, por exemplo, pela venda de algum de seus membros).

Diferentemente desses autores, Robert Slenes argumentou que os escravos africanos no sudeste do Brasil não eram divididos etnicamente e culturalmente, pelo contrário, a grande maioria deles era proveniente da chamada "zona atlântica" – área linguística e culturalmente integrada na África central. Além disso, a alforria não era um objetivo particularmente realista para os escravos africanos ou crioulos (cativos residentes em pequenas propriedades tinham muito mais chances de obter a sua libertação da escravidão). Como resultado, embora os laços familiares tornassem os cativos mais vulneráveis à retaliação (como, por exemplo, a ameaça ou mesmo a venda de membros da família escrava), tais laços favoreciam a formação de uma identidade escrava oposta à dos senhores. Dado o fato de que a minoria crioula nas plantations do sudeste foi principalmente composta dos filhos de residente (ou uma vez residente) centro-africanos, é provável que eles compartilhassam também substancialmente essa identidade da “zona atlântica”³.

Os resultados encontrados no estudo do plano de insurreição de 1832, contudo, mostram que parte considerável dos rebeldes não só ocupava cargos

² Manolo Florentino & José Roberto Góes. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Hebe Maria Mattos. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX 2ª. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³ Robert W. Slenes. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

especializados/domésticos como também estava ligada a extensas redes de famílias escravas. Dos 32 cativos condenados no plano de insurreição, 15% desempenhavam tarefas especializadas/domésticas, sendo três tropeiros, um ferreiro e um cozinheiro. Apesar de não ser uma porcentagem muito expressiva, é importante lembrar que nas propriedades de Campinas 25% dos cativos tinham ocupações especializadas/domésticas. Nesse sentido, a porcentagem de revoltosos especializados/domésticos se aproxima da média das fazendas campineiras. Além disso, é importante destacar que o sucesso de um plano de insurreição dependia em grande parte da participação de escravos de diferentes propriedades, o que poderia ser mais facilmente conseguido pela maior mobilidade dos cativos especializados/domésticos. Assim, os dados sobre os revoltosos de 1832 revelam que a ocupação de um cargo especializado/doméstico não era um elemento de completa desmobilização nos momentos de rebeldia coletiva. É provável que esses cativos, ao mesmo tempo em que investiam na ascensão social em busca da compra da alforria, não virassem as costas para os demais membros da comunidade escrava.

O caso de insurreição de Campinas chama atenção, particularmente, pelo grande número de escravos aparentados envolvidos em sua organização. Dos 32 cativos condenados em 1832, perto de 40% eram casados. Nas quinze propriedades relacionadas com a trama, segundo o censo populacional de Campinas de 1829, apenas 23% dos escravos eram casados, o que significa dizer que a porcentagem de cativos casados no plano é significativamente maior que nas fazendas da época. Dentre as lideranças de 1832, o número de casados é mais impressionante, chegando a 57%. A partir do cruzamento de diversas fontes, consegui levar a questão um pouco mais longe e identificar os grupos familiares que os revoltosos pertenciam.

É possível notar os laços de parentesco unindo a escravaria de nove diferentes proprietários. Podemos entender como os cativos estavam unidos, seguindo alguns casos mostrados na figura. Por exemplo, o casal Francisco e Eva teve três filhos, sendo que a segunda filha foi batizada por Bento e Anastácia. Anastácia era casada com um escravo forro, e juntamente com Rodrigo batizou Ignácia, a segunda filha de Ignácio e Joana. Os pais de Eva, Eugenio e Roza, batizaram Hermenegildo, que era irmão de

Fabiano, outro revoltoso de 1832. Já os pais de Fabiano, José e Catharina, foram os padrinhos de Américo, também envolvido na rebelião. Américo por sua vez era irmão de outro revoltoso, Felizardo.

As relações familiares unindo vários escravos rebeldes mostram que se por um lado a conquista de um casamento poderia tornar o cativo mais suscetível à repressão senhorial, por outro lado, demonstram que as relações familiares reforçavam os laços comunitários. A ligação entre os revoltosos de 1832 não se formou momentaneamente para a revolta, já existia há muito tempo por meio dos laços de parentesco. Nesse sentido, a família escrava não apenas não desmobilizou as senzalas, como desempenhou importante papel na união de cativos pertencentes a diversas propriedades.

Rebelião e religião

Nessa última parte do texto pretendo falar um pouco mais da figura do Diogo Rebolo e dos encontros dos revoltosos de 1832. Começo mostrando a origem dos escravos envolvidos na trama. A grande maioria dos revoltosos era proveniente do centro-oeste da África, sendo que 70% vinham do Congo norte (incluindo aí escravos do Congo, Monjolo e Cabinda). Dentre as lideranças, a porcentagem de cativos do Congo norte era ainda maior, chegando a 90%. O plano contou também com a participação de cativos de Angola, Moçambique e aqueles nascidos no Brasil.

A identificação da origem dos rebeldes de 1832 é importante para identificar os elementos culturais que estiveram em jogo na organização da trama. Já sugeri anteriormente que o Diogo Rebolo não era apenas um líder político ou militar, seus dons de fechar o corpo dos escravos, de amansar o inimigo e realizar adivinhações, faziam dele também uma liderança religiosa. Também o fato de ser chamado de pai pelos revoltosos reforça idéia de que tinha habilidades sobrenaturais reconhecidamente respeitadas pelos cativos. Entre os kongo e também entre os mbundu (grupos lingüísticos-culturais maiores da região do norte de Angola e do Congo norte) a palavra pai se referia justamente aos homens consagrados, aqueles que desempenhavam o papel de sacerdotes-adivinhos.

Uma leitura mais cuidadosa dos depoimentos no tribunal permite avançar na mesma direção no que diz respeito aos encontros dos cativos de 1832. Quero dizer, as reuniões dos cativos não representavam apenas encontros preparatórios para a insurreição, mas tinham também um caráter religioso. Minha hipótese é que esses encontros eram cultos coletivos de aflição, semelhantes àqueles que proliferaram no centro-oeste africano, desde pelo menos o século XVI.

O aparecimento dos cultos coletivos de aflição na África central e as feições que adquiriram especialmente em momentos de crise social ou ecológica reforçam ainda mais a ideia de que os escravos na América possam ter se apoiado neles para a organização de planos de revolta. Segundo Slenes, “a lógica subjacente a estes cultos de aflição, embora normalmente orientada para resolver preocupações individuais, facilmente pode ser virada contra males sociais”. Os momentos de epidemia, mudanças nos modos de produção, deteriorização das instituições jurídicas, declínios de reinos, intensificação do tráfico ou de avanço dos europeus pelo continente africano eram freqüentemente marcados pela proliferação dos cultos coletivos de aflição. Eram momentos, segundo a crença de grande parte dos povos da África central, de “feitiçaria em larga escala”, que levavam os gênios da natureza a retirar por completo sua proteção aos vivos. Janzen ressalta ainda que os cultos de aflição representaram importantes fontes de oposição aos Estados nos períodos colonial e pós-colonial. No começo do século XX, os líderes dos cultos de aflição chegaram a organizar oposição às práticas de recrutamento de trabalhadores na Rodésia e inspiraram greves de trabalhadores nas minas. São essas as razões que levam Slenes a indagar sobre os movimentos de rebeldia na América: “se os kongo [e outros povos da África central] recorriam a seus recursos culturais para confrontar, como comunidade, as conseqüências do tráfico de escravos e do expansionismo europeu na sua terra de origem, não teriam eles agido da mesma forma no Novo Mundo, contra a feitiçaria da escravização?”. Ao que parece, os centro-

africanos não se esqueceram, ao cruzar o oceano Atlântico, de suas formas típicas de organização rebelde⁴.

Mas seria o plano de insurreição de 1832 também um culto do tipo Kimpasi como no caso do plano de 1848? Os cultos de aflição do tipo Kimpasi são marcados, segundo Slenes, pelas seguintes características: adoração a uma pedra com formatos estranhos (considerada um nkisi-nsi, ou seja, objeto sagrado da terra que corporifica o gênio da água, chamado de simbi); a utilização de uma língua secreta pelos membros do culto (marcada pelo acréscimo de sufixos ou prefixos especiais a vocábulos normais); reuniões em clareiras nas profundidades de uma floresta; participação tanto de homens como de mulheres; e a iniciação por meio de um processo de morte e renascimento ritual, incorporando um espírito-guia individual, cujo nome e identidade o iniciado carregava durante o resto da vida. Nas descrições do plano de insurreição de 1848, e dos outros movimentos religiosos, identificados como do tipo Kimpasi, praticamente todas essas características aparecem de forma mais ou menos acentuada. No caso do plano de 1832, contudo, as poucas descrições sobre os rituais noturnos do Diogo Rebolo não permitem confirmar a aparição das características próprias dos cultos Kimpasi. Pode ser que estivessem lá, mas não foram devidamente explicitadas. Talvez o medo gerado tanto pelas possíveis repressões senhoriais, como pelas manifestações das forças do outro mundo (os seguidores dos cultos Kimpasi, por exemplo, acreditavam que a revelação dos segredos rituais produziria consequências ruins que poderiam levar até mesmo à morte) tenha colaborado para manter o silêncio sobre o que ocorria nos rituais noturnos. De qualquer forma, não deixa de ser sugestivo que os encontros dos cativos de 1832 apresentassem diversas características dos cultos coletivos de aflição (incluindo os Kimpasi), e que o grupo de procedência em maior número tanto nas senzalas campineiras, como no plano de insurreição fosse de gente do Congo norte, região típica de manifestação deste tipo de culto na África central.

⁴ Robert W. Slenes, “A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)”, in Douglas Cole Libby e Júnia Ferreira Furtado (org.), *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*, São Paulo: Annablume, 2006.

Mesmo sem descrições completas sobre os rituais noturnos de 1832, contudo, é possível pensar um pouco mais sobre as evidências deixadas pelo processo-crime e, a partir daí, tentar imaginar como seriam os rituais do Diogo Rebolo. Começo com as mezinhas, já que foram constantemente destacadas pelos cativos ao se referirem aos encontros noturnos. A acepção mais comum do termo mezinha tanto no século XIX, como hoje em dia, é a de remédio ou medicamento caseiro. A sua etimologia está ligada, ainda, à arte de curar ou à prática da medicina. Alguns escravos, durante os interrogatórios, ao invés de falar em mezinhas, contudo, usaram o termo raízes. As duas expressões, de fato, não chegam a ser excludentes. Na verdade, pode-se pensar que as mezinhas eram um preparado feito à base de uma raiz ou raízes que curavam ou, ainda, uma raiz (ou raízes) com poder de cura. O sentido de cura das mezinhas/raízes, de qualquer forma, encontra forte correspondência com um ponto fundamental da cosmologia religiosa dos centro-africanos, aquilo que Fox, Vansina e Craemer descreveram como o princípio de ventura e desventura⁵. A chave para entender o significado das mezinhas como raízes ou preparados de raízes que curam está registrada no depoimento dos cativos Joaquim Congo e de Francisco Congo, que diziam que as mezinhas serviam para livrar ou curar feitiço.

Para os centro-africanos, o feitiço nada mais era do que o resultado do uso das forças do outro mundo para benefício próprio ou para prejuízo de alguém. O uso, por exemplo, dos poderes do mundo dos mortos para provocar o mal, causar doenças, gerar infertilidade, pobreza, etc era visto como feitiçaria. Tratava-se de uma atitude condenada socialmente, mas que nem sempre era possível evitar. Segundo os três africanistas, a feitiçaria poderia vir de qualquer hora e lugar, de uma pessoa ou de um grupo, podendo ser tanto consciente como inconsciente. Nesse sentido, o significado das mezinhas como raízes que curam ou livram de feitiço, liga-se à ideia de que elas combatem ou previnem coisas ruins. Em um momento de preparação para uma batalha, o que mais diretamente representaria o mal (ou as coisas ruins) eram exatamente as balas e facas do inimigo. Fechar o corpo dos revoltosos, portanto, para evitar ferimentos

⁵ CRAEMER, Willy de; FOX, Renée C.; VANSINA, Jan. “Religious Movements in Central Africa: a Theoretical Study”, *Comparative Studies in Society and History*, 18: 4, out, 1976.

ou mesmo a morte decorrente da batalha por suas liberdades era função primordial de um líder espiritual como o Diogo Rebolo, ao consagrar substâncias como as mezinhas/raízes.

Os cativos afirmavam também que as mezinhas/raízes serviam não apenas para fechar o corpo, mas tinham ainda a função de deixar os senhores lentos, mansos para revidarem os ataques dos revoltosos. De novo, a explicação vem das concepções dos centro-africanos sobre o mundo dos mortos e sua relação com o feitiço. Para eles, os habitantes do outro mundo podem, ao mesmo tempo, causar o bem ou fazer o mal. O espírito de um ancestral, por exemplo, que garante saúde, fertilidade, prosperidade e abundância para uma determinada comunidade, pode também promover a doença, infertilidade e pobreza, quando é desobedecido em seus preceitos ou esquecido pelo grupo. Assim sendo, destaca Thornton, o mal para os centro-africanos nunca é mal por excelência, como no caso da cosmologia cristã, que tem na figura do diabo uma representação de tudo o que é ruim. Na África central, aquilo que provoca o mal, pode também trazer o bem, basta cultivar de forma adequada e seguir seus preceitos corretamente. Dessa forma, não é de estranhar que as mezinhas/raízes fechariam o corpo dos revoltosos e, ao mesmo tempo, amansariam seus senhores. As forças espirituais que o Diogo Rebolo estava cultuando deveriam promover o bem para a comunidade escrava que o cercava e, ao mesmo tempo, causar o mal aos seus senhores.

As forças do outro mundo invocadas para amansar os senhores, contudo, poderiam estar contando também com uma ajudinha aqui da terra. Sugeri, anteriormente, que os revoltosos estariam adicionando certas substâncias na comida senhorial com o objetivo de deixá-los mansos, lentos durante a revolta. A presença de um escravo cozinheiro dentre os revoltosos talvez seja a ponte mais direta de ligação entre os preparados do Diogo Rebolo e as refeições senhoriais. É possível até mesmo que outros escravos domésticos estivessem relacionados, mas que, de alguma forma, conseguiram se livrar das investigações da época. As descrições do plano de 1848, envolvendo a cidade de Vassouras e outras do Vale do Paraíba, por exemplo, revelaram que uma das etapas preparatórias para a insurreição envolvia práticas de envenenamento dos senhores conduzidas pelas escravas que trabalhavam nas casas-grande. Os relatos

sobre a prática de amansar ou envenenar senhor pela adição de certas substâncias em suas comidas e bebidas são recorrentes para todo o período escravista. João José Reis conta que desde a época colonial é possível encontrar descrições de líderes religiosos preparando mezinhas, pós e outros artefatos para amansar senhor. Diz Reis que em todo o “mundo luso-atlântico os escravos lançaram mão de diferentes meios com o mesmo objetivo. Uns usavam raiz de trigo, outros raspavam a sola do sapato do senhor para prepararem poções adequadas de amansamento, outros ainda usavam pó de caveira de defunto”.

No século XIX, os feitiços de amansar senhor continuavam a imperar e faziam parte do repertório de diversos líderes espirituais. O viajante Thomas Ewbank descreve que os líderes espirituais forneciam aos escravos “vidro moído e outras substâncias nocivas para pôr na comida do senhor”. Também comenta Karasch, com base no relato de Sigaud, que as substâncias que os escravos davam para acalmar os senhores eram decorrentes da manipulação de narcóticos naturais que quando adicionados na comida provocava o efeito de relaxamento e letargia. João Reis cita, ainda, um texto de João Batista Lacerda, publicado em 1909, onde é apontada a “raiz do pipi, da esponjeira, o estramônio, a herva-moira, a taioba ou tajá selvagem” e também a casca do mulungu (uma planta do gênero *Erythrina*) como exemplos de plantas narcotizantes e paralisantes⁶. A origem banto do termo mulungu faz pensar que um dos principais grupos manipuladores dessa espécie vegetal fosse justamente os escravos provenientes da África central. Diversas palavras do vocabulário falado, no Brasil, no século XIX, eram provenientes da união de uma ou mais línguas bantu. Talvez, tenha sido uma das plantas do gênero *Erythrina*, portanto, que o pai Diogo Rebolo estava manipulando, em 1832, para amansar os senhores campineiros.

A associação do plano de insurreição de 1832 com um culto coletivo de aflição, apesar de ter facilitado a aproximação dos cativos de diversas procedências e de ter difundido um sentimento de força e proteção sobrenatural para uma batalha, atraindo mais e mais rebeldes para o projeto de insurreição, teria colaborado também para

⁶ REIS, João José [1986]. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

chamar a atenção senhorial. Seria o reverso de uma mesma moeda. No ano de 1832, as saídas frequentes dos cativos para se encontrarem nos rituais do pai/mestre Diogo Rebolo e o comportamento indisciplinado de certos escravos, que se tornava cada vez mais comum, conforme se aproximava o início da insurreição, fizeram com que o senhor de engenho Antonio Francisco de Andrade desconfiasse de que algo estava sendo tramado. Ao que parece, o pai/mestre Diogo Rebolo era um bom líder espiritual. Seus rituais atraíam cada vez mais gente e reforçavam a idéia de que as forças do outro mundo estariam ao lado dos rebeldes na luta contra a escravidão. Nem tudo, porém, acabou como o esperado. O plano foi descoberto e os rituais noturnos do Diogo Rebolo, certamente, devem ter cessado. Mas os germes de um novo movimento religioso e, possivelmente, de uma nova tentativa de insurreição permaneceram encobertos. Nenhum objeto ritual foi apreendido, pouquíssimas armas foram encontradas e, muito provavelmente, nem todas as lideranças foram identificadas. As forças do outro mundo devem aí ter tido um papel fundamental.

REFERÊNCIAS

CRAEMER, Willy de; FOX, Renée C.; VANSINA, Jan. “Religious Movements in Central Africa: a Theoretical Study”, *Comparative Studies in Society and History*, 18: 4, out, 1976.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX 2ª. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PIROLA, Ricardo F. *Senzala Insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

REIS, João José [1986]. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês, 1835*, 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. “A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)”, in Douglas Cole Libby e Júnia Ferreira Furtado (org.), *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, Séculos XVIII e XIX*, São Paulo: Annablume, 2006.

O ENSINO DE HISTÓRIA EM GOIÁS DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Rodrigo Mendes Oliveira
rodrigoutil@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás (UFG)
Mestrando em História

Resumo

Em 1º de Abril de 1964, começou a vigorar no Brasil um novo regime político, em que os militares são os detentores de todo o poder político, esse período é marcado por uma mudança radical nos moldes de toda a administração pública no país, dentre os objetivos principais da ditadura militar, estava o desafio de afastar o “perigo” do socialismo, já que em tempos de guerra fria o golpe militar foi uma resposta as discretas possibilidades de reformas sociais do Governo de João Goulart, o qual foi retirado do poder pelos militares, essa resposta é um alinhamento com os Estados Unidos da América e sua perspectiva econômica capitalista. Tendo como contexto esse período de mudança política radical, esse trabalho pretende discutir quais foram as principais mudanças no âmbito educacional, especificamente no Ensino de História, e de uma forma introdutória, perceber quais as mudanças provocadas no Ensino de História em Goiás.

Palavras Chave: *Ditadura Militar, Educação, Ensino de História.*

Abstract

In April First of 1964, came into force in Brazil a new political regime, in which the military are the holders of all political power, this period is marked by a radical change in the manner of all public administration in the country, among main objectives of the military dictatorship, the challenge was to remove the "danger" of socialism, as in times of cold war military coup was a response to discrete possibilities for social reforms of the government of João Goulart, who was removed from power by military, this response is an alignment with the United States and his capitalist economic perspective. Against the context of this period political change, this paper will discuss what were the major changes in the educational field, specifically in the Teaching of History, and an introductory, perceive the changes caused in the Teaching of History in Goiás.

Keywords: *Military Dictatorship, Education, History Teaching.*

A transformação em toda a estrutura política-administrativa foi uma ruptura radical, com a democracia vigente no Brasil no período entre 1945 e 1964. Essa ruptura



foi inicialmente suavizada, pela atuação persuasiva dos militares e seus simpatizantes (principalmente grande parte da mídia nacional), com o argumento de que o Brasil precisava se livrar do “perigo” do socialismo, uma alternativa econômica e social subversiva, que ia contra os valores nacionalistas característico dos militares. No início do regime militar, a tarefa de manutenção do poder, foi feita de maneira mais fácil, já que uma grande parcela da população concordou com a chegada dos militares ao poder, principalmente pela persuasão “pré-golpe” e também por não imaginar os desdobramentos do regime, e quais os métodos estabelecidos pelos militares para que os mesmos pudessem se garantir no poder, com um modelo administrativo completamente antagônico a democracia.

As práticas políticas contrárias a democracia não demoraram muito para causar repúdio a uma parte da população, já que a alternativa dos militares para manter a ordem sempre foi a repressão a qualquer ideia, pronunciamento ou prática contrária ao regime, podemos perceber que:

(...) A “subversão”, a quebra de “protocolos” e formalidades, além do clima de mobilização de diferentes grupos, causavam grande sensação de desordem social e política aos olhos dos governantes militares. Para eles, o restabelecimento da ordem pública se fazia necessário(MARTINS,2003, p.18)

Nesse contexto uma das primeiras ações para garantir e legitimar a ordem vigente, foi a criação e instauração dos Atos Institucionais, que convergiam todas as ações políticas nacionais para o perfil de administração dos militares, dessa maneira, os Atos institucionais restringiam os direitos civis e políticos da população, afim de conter as ameaças que poderiam surgir de qualquer tipo de manifestação contra o regime. O Ato sInstitucional número cinco (AI5), representou o apogeu da legitimação por vias jurídicas do poder dos militar

O AI -5 nasceu para inibir as greves dos metalúrgicos de Contagem (MG) e Osasco (SP), conter as manifestações estudantis e anular a crescente militância dos trabalhadores. Estava pronto desde julho de 1968, aguardando um pretexto para ser assinado. O pretexto foi o

discurso do deputado Márcio Moreira Alves na Câmara, criticando os militares e propondo o boicote dos civis às comemorações do Dia da Independência. O governo pressionou o Congresso para punir o deputado, que na verdade fizera um pronunciamento normal. O presidente assumindo a ‘indignação’ da ‘tropa ofendida’, assinou o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 fechou o Congresso indeterminadamente e, ao contrário dos outros atos, não tinha ‘prazo de validade’: a ditadura assumia-se eterna. (CHIAVENATO, 1994, p.77)

Os atos foram as maneiras rápidas e divulgadas pelo regime para manter o seu controle político, porém os militares não se restringiram apenas aos atos institucionais, em várias de suas ações podemos perceber o desejo de controle e persuasão para aparentar um regime “salvador” que devolvia a sociedade os valores nacionais, cristãos e da família. Constatamos isso na propaganda política, na censura a qualquer manifestação artística contrária ao regime, além das torturas e prisões a militantes políticos contrários ao regime. Dentro dessa lógica de controle social, político e econômico pelo regime militar é forte a interferência desses padrões na produção cultural e, e nos seus desdobramentos, perceber as obras artísticas, as construções, o simbolismo da valorização a bandeira, ao marketing político.

Porém mesmo com todas essas atuações do regime militar, pretendemos analisar com esse trabalho, como o regime militar influenciou decisivamente nas transformações no âmbito da educação pública no país, discutir as transformações ocorridas na educação durante a vigência do regime militar nos oferece a possibilidade de perceber como era praticado o Ensino de História no período da Ditadura Militar, e qual a interferência do Regime no que se diz respeito aos currículos, escolha do material didático, formação dos professores, e o cotidiano em Sala de Aula, delimitando essa abordagem de forma introdutória a realidade do estado de Goiás.

A ditadura militar e as transformações na educação do Brasil

É com esse pano de fundo que o governo estruturou e aprovou as reformas educacionais, sendo elas a Reforma Universitária (4.024/68) e a Reforma do 1º e 2º graus (5692/71)

[...] ao se revestir de legalidade [Lei 5.540/68 e do Decreto 464/69], possibilitou o completo aniquilamento, por parte do Estado de Segurança Nacional, do movimento social e político dos estudantes e de outros setores da sociedade civil. A ordem foi restabelecida mediante a centralização das decisões pelo Executivo, transformando a autonomia universitária em mera ficção, bem como pelo uso e abuso da repressão político-ideológica. A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-lei 477/69 como extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o Ensino (GERMANO, 1994, p. 133)

Essa reestruturação deu-se, além de conter os “subversivos” e o movimento estudantil no âmbito das universidades, no momento em que a educação foi entendida, pelos militares, como uma importante arma na transmissão da ideologia proposta pela Escola Superior de Guerra calcada nos princípios de Segurança Nacional.

Reexaminando o conjunto dessas políticas, podemos afirmar que a educação, tal como ocorrera na ditadura Vargas (1937-1945), porém, em maior escala, foi organicamente instrumentalizada como aparelho ideológico de Estado. Sob uma ditadura que perseguiu, prendeu, torturou e mataram opositores, a escola foi um dos meios mais eficazes de difusão da ideologia que respaldou o regime militar. (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, pp. 14-15)

Segundo Althusser (1983), a escola pública é um dos aparelhos ideológicos do Estado que a utiliza visando a difusão da ideologia dominante da qual compartilha. Tal processo se efetiva na prática, ou pelo menos deveria, uma vez que o Estado cumpre a tarefa de traçar diretrizes e compor modelos educacionais que direcionam os professores e administradores da escola no sentido que lhes é interessante. A própria utilização do livro didático é uma alienação ideológica, pois a maioria desses livros estão muito distantes, em seus conteúdos, da realidade e mesmo da região dos alunos que utilizamos. Temos que lembrar, inclusive, que é neste período que o livro didático passou a ser

utilizado como principal ferramenta metodológica na difusão dos saberes. A educação ideológica é usada pelo Estado para manter o poder de Estado.

Ao contrário do que ocorria nas formações sociais escravistas e servis, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) a dar-se não mais no “local de trabalho” (a aprendizagem na própria produção), porém, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições. [...] Porém, ao mesmo tempo, [...] aprende-se na escola as “regras” do bom comportamento, [...]; as regras da moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. (ALTHUSSER, 1983, p. 57)

A escola como aparelho ideológico do Estado, vem a serviço da dominação de uma classe sobre a outra, através de um processo de hegemonia ideológica, mediante a uma conscientização alienante perpetuando, dessa forma, uma relação de produção e distribuição social do poder de Estado. As instituições escolares, denominadas de Aparelho Ideológico do Estado, por Louis Althusser, funcionam como aparelho de reprodução e alienação ideológico da classe dominante do poder de Estado, assim sendo, as instituições escolares são, os principais meios de controle do Estado na sociedade, sem uso da violência repressora.

Neste contexto, tanto a lei 4.024/68 quanto a 5692/71 foram modificadas em sua essência, a inspiração liberalista cede lugar a tecnicista que deixa de lado “o que deveria ser dado”, preocupando-se com “como deveria ser dado” os conteúdos escolares.

A educação, com isso, passa a estar impregnadas de técnicas das mais variadas formas, seja nas propostas pedagógicas ou nas formas de organização do sistema escolar, bem como o parcelamento do trabalho pedagógico com a sua hierarquização, essa nova forma de conceber a educação dá maior possibilidade de controle sobre a escola.

Os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cuja forma de veiculá-los é tida como mais relevantes que os próprios

conteúdos, e a hierarquização e o parcelamento do processo pedagógico constituem-se em formas de controle da produção e divulgação do saber que se processa na escola e, enquanto tais, de controle social mais amplo. Sob esta ótica, o aumento do acesso à escola, ou até mesmo dos anos de escolaridade [...] torna-se amplamente funcional e produtivo para a estabilidade do sistema social em geral. (FRIGOTTO, 1989, p.170)

Além da reestruturação do ensino, reestruturaram-se os currículos das escolas de primeiro e segundo graus criando a disciplina de Educação Moral e Cívica e dando uma nova abordagem a disciplina de OSPB (Organização Social e Política do Brasil) com o objetivo de transmitir a ideologia calcada nos princípios da Segurança Nacional. Além disso, transformaram as disciplinas de História e Geografia em Estudos Sociais, levando ao esvaziamento dos conteúdos, fazendo-os regredir ao método mnemônico, fazendo o aluno decorar datas, nomes e fatos importantes da nossa história com vistas ao desenvolvimento do nacionalismo, elemento importante na formação do indivíduo para a efetiva manutenção do regime instituído. (BRASIL/SEF., 1997, p. 25-26)

Dessa forma, não era do interesse dos militares estruturar uma escola com base no desenvolvimento do senso crítico, o que, de certa forma, poderia colocar em risco os planos traçados pela Escola Superior de Guerra. Com isso, essas disciplinas (OSPB, Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais) representaram o ponto estratégico na veiculação da ideologia defendida pelo Regime Militar. Neste sentido, os conteúdos foram direcionados para um modelo propagandístico e cívico de educação em comum acordo com a política repressiva de o governo militar.

O ensino de História durante a Ditadura Militar

Após o golpe militar a prática do Ensino de História, entrou para o projeto de o governo militar, para ser utilizado como uma ferramenta de controle ideológico, tentando assim diminuir as possibilidades de reivindicações ou qualquer tipo de manifestações contra a autoridade do regime. Toda a reformulação no ensino passava

não só pelos currículos mas era no cotidiano escolar que ela se manifestava, através de vários aspectos, que ganham força e sustentação pelas práticas do regime, dentre esses aspectos temos:

Essa intervenção pode ser constatada particularmente em dois aspectos: na desqualificação dos professores, sobretudo na área de Ciência Humanas, e na reorientação dada ao ensino das disciplinas afins- a História em particular-, desde a diminuição de suas cargas horárias até a redefinição de seus conteúdos. No primeiro caso, a intervenção deu-se através da implantação das licenciaturas curtas, com o intuito de atender às carências do mercado, bem como da fusão da História e da Geografia, com a criação dos cursos de Estudos Sociais. Tais carências referiam-se à falta de profissionais qualificados – dada a expansão do sistema de ensino -, e a urgência de suprir essa falta de justificativa à implantação dos cursos de curta duração (FONSECA, 2003,p.p 40,41)

Outra perspectiva que não pode ser descartada quando lembramos o período da Ditadura militar e sua relação com o Ensino de História, é a maneira como o conteúdo era tratado, principalmente por quem organizava o currículo e orientava os professores em suas práticas, a História era dentro da sala de aula, uma maneira de se aprender os grandes acontecimentos do passado, os heróis e principalmente os governantes e suas práticas. Em um dos exemplos que se pode verificar essa amarra curricular, é na composição dos livros didáticos, os quais eram o principal tipo de material utilizado pelos professores na sala de aula, totalmente adequado ao modelo político da administração militar, que tinha o objetivo de vangloriar de forma muitas vezes ufanistas as glórias do passado o que mostrava a sociedade a importância de venerar seus comandantes, através do culto a nação e a sua formação, essa adequação é nítida quando temos que:

Durante o Regime Militar essa adequação também foi nítida e os livros didáticos deste período não abandonaram suas características tradicionais, próprias de uma história conservadora, personalista e épica. Como material predominante no ensino de História, sua análise pode nos dizer muito acerca dos eixos em torno dos quais esse ensino de organizava, uma vez que a maioria dos procedimentos adotados em

sala de aula tinha o livro didático como elemento central. (FONSECA, 2003 p.46)

As características do Ensino de História no período da ditadura, não se diferem do que podemos encontrar em trabalhos que falam sobre momentos anteriores, que se atentam para a História ensinada no Brasil desde o século XIX, uma preocupação em se valorizar uma História Oficial, pautada nos documentos escritos, e inspirada por um positivismo inflexível tanto na metodologia, quanto no discurso. Mas o que temos de diferente é que além de conservar essa História Oficial, o regime militar tenta sempre influenciar com o seu poder político para que o ensino fosse de encontro ao objetivo de controlar a opinião, padronizar o acesso a informação e principalmente ao conhecimento, mas que isso seja sempre favorável a governabilidade dos militares.

A ditadura militar e o ensino de História em Goiás

No estado de Goiás assim como em todos os outros estados do Brasil, a ditadura se manifestava pela sua intervenção política direta, o primeiro reflexo disso foi a escolha dos chamados “governadores biônicos” os quais já não eram escolhidos pelo voto e sim por determinação do Governo Federal, que após 64 invariavelmente era composto pelos militares. Quando falamos de Ditadura Militar em Goiás, e administração política existe uma referência direta a deposição do então Governador Mauro Borges, o qual foi um simpatizante fiel ao governo de João Goulart, um dos principais inimigos dos Militares, e que foi o motivador ao clímax da organização dos Militares para tomar o poder político no Brasil.

Mas o que pouco é discutido é que ainda no Governo de Mauro Borges já existia uma interferência do Regime Militar no aspecto da educação, principalmente quando observamos a Legislação do Ensino em Goiás, que já em Junho de 1964, fixa normas para inspeção permanente dos estabelecimentos de Ensino de grau médio. O que revela uma das principais características do regime militar, o controle ideológico presente nas mais variadas esferas da sociedade, além da propaganda política, a fiscalização a

qualquer atitude considerada subversiva é uma marca do regime militar, e em Goiás podemos associar essa fiscalização na educação quando temos que:

“Artigo 1º A inspeção nos estabelecimentos de ensino de grau médio sujeitos a jurisdição do Conselho Estadual de Educação no Estado de Goiás, será exercida por inspetores estaduais de ensino médio; Artigo 2º- Com a finalidade de assegurar perfeita orientação pedagógica, o inspetor estadual de ensino deverá, periodicamente, ou quando lhe for exigido pela autoridade a que estiver subordinado, apresentar minucioso relatório em que fiquem evidenciados informes sobre as atividades escolares dos estabelecimentos inspecionados. (LEGISLAÇÃO DO ENSINO EM GOIÁS; RESOLUÇÃO Nº 035, DE 30 DE JUNHO DE 1964)

Ao verificar a intenção da resolução, podemos perceber uma interferência do estado no cotidiano da escola, a inspeção tinha como principal objetivo uma vigilância exacerbada sobre todos os setores da escola, característica essa que se assemelham muito as práticas do regime militar, e é muito difícil desassociar o conteúdo e o objetivo da resolução, as práticas que já foram adotadas imediatamente a quando os militares assumiram o poder. O artigo 3º do segundo decreto deixa claro as funções do inspetor dentre ela podemos destacar:

(...) Verificar e fiscalizar a execução das lei e das normas baixas pelos Conselhos Federal e Estadual de Educação; g) suspender, total ou parcialmente, a realização de atos escolares atentatórios às leis e regulamentos de ensino, levando ao conhecimento da Secretaria da Educação os fatos constatados. (LEGISLAÇÃO DO ENSINO EM GOIÁS; RESOLUÇÃO Nº 035, DE 30 DE JUNHO DE 1964)

As funções do inspetor declaradas na resolução deixam clara a preocupação em se adequar com todas as exigências federais no âmbito da educação, a função de inspetor, delegava poder a um individuo que seriam os olhos das autoridades educacionais, e por que não mais do que isso? Esse documento pode nos oferecer uma possibilidade de análise de como é a situação das escolas e da Educação de Goiás

durante a Ditadura Militar, ou seja partimos do pressuposto de que existia como em outras regiões do Brasil, uma forte vigilância, oriunda da preocupação em manter a ordem em todas as instituições, e a escola como articuladora do conhecimento não poderia ficar de fora, e além disso servia como aliado, no objetivo de manutenção e propagação do poder pelos militares.

Outra preocupação do Regime militar era a valorização do Nacionalismo, e uma exaltação dos líderes, dos heróis nacionais. Em Goiás, pode-se perceber essa valorização no âmbito educacional, principalmente na tentativa de reformulação do ensino, em uma resolução da legislação do ensino, que sugere a inclusão dos aspectos mais notáveis da Organização Social e Política do Estado de Goiás, principalmente no Plano Administrativo do Governo, no estudo da matéria Organização Social e Política Brasileira. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS - RESOLUÇÃO N°042, DE 20 DE OUTUBRO DE 1964)

As duas resoluções interferem diretamente na atuação educacional, nesse artigo ainda discutimos de forma inicial, o que levará a uma pesquisa sobre como era desenvolvido o ensino de História de Goiás, durante o período da ditadura, inicialmente as duas resoluções abordadas nos remetem a algumas hipóteses que vão ser analisadas durante o trabalho de dissertação do mestrado. Dentre essas hipóteses iniciais podemos levantar aqui algumas principais, a primeira está ligada a qual o ambiente nas escolas, durante a ditadura militar? Com quantas e quais interferências o professor sofria em na composição e na prática das suas aulas? Partimos do pressuposto de que nesse período devido ao grande empenho do regime militar em fazer a manutenção do seu poder, o professor de História estava subordinado a uma grande pressão que acabava por delimitar o seu trabalho, já que estava todo o tempo sendo vigiado, e qualquer tipo de desvio de conduta, que ultrapassasse os limites impostos pelo regime, existiria uma punição, que por muitas vezes, pelos mais variados motivos levaram até mesmo a morte de quem fosse considerado “subversivo”.

Outra questão a qual podemos levantar era Como o currículo elaborado no período do regime poderia interferir o ensino de História em Goiás? Podemos perceber que além da educação moral e cívica, a uma preocupação na valorização dos heróis

regionais através a inserção da matéria ligada a “Organização Social e Política do Estado de Goiás” esse tipo de orientação também não acaba por interferir no trabalho do profissional em História? (Já que entra em campos de estudo muito fortes do ensino de História, e da própria Historiografia) Quais eram os “heróis” que deveriam ser lembrados? Qual deveria ser a abordagem por quem fosse considerado “inimigo” do regime?

Todas as questões acima, nos levam a uma abordagem que tenta identificar a total interferência do regime militar no Ensino de História em Goiás, seja no currículo, na composição e utilização do material didático, na formação do professor, e até mesmo de forma subjetiva, pelo contexto de vigilância e pressão em que os professores eram subordinados. A partir dessas possibilidades, começamos aqui uma caminhada na descoberta de como o Ensino de História em Goiás, durante a ditadura era composto e praticado, e principalmente se existia ou não a interferência do regime militar nesse ensino, e é claro tentando perceber quais os tipos de interferência que existiam, se elas realmente forem claras e notórias. Temos aqui o início de um trabalho árduo, até o amadurecimento dessas problemáticas e dessas hipóteses, que podem ser a base para um trabalho de dissertação, o que irá depender do desenvolvimento da pesquisa.

Considerações Finais

Não há como desvincular o projeto de manutenção do poder pelos militares, do que os mesmos pretendiam em relação a educação no Brasil, talvez por encontrar nesse segmento um espaço condutor de ideias, e que deveria ser usado como ferramenta para que o regime continuasse com sua força política, já que muitas vezes as ideias são mais eficazes do que a força para conseguir alguns objetivos.

No que se refere ao ensino de História, podemos perceber que existe uma tentativa de que esse ensino seja moldado as maneiras convenientes ao regime militar, talvez pelos militares, perceberem como a História tem o poder de manipular ou esclarecer, qualquer fração do tempo o passado, o presente e até mesmo o futuro. Podemos constatar que:



O presente passou a explicar-se a partir de si mesmo. O perigo de ignorar o passado público pode também acarretar a perda da visão dialética da História e da vontade política que leva a crítica e a construção de projetos futuros. A História não é o terreno do “interessante” e do mundo privado enquanto tal. Este cresce em relação direta à redução das atividades da vida pública. (JANOTTI,2001, p.43)

É justamente a capacidade de ignorar a reflexão, é o que toda a estrutura política militar se pautava, reconhecendo a História como o alicerce da identificação de uma sociedade com sua nação, coibir e controlar a reflexão livre sobre os aspectos em que se forma e principalmente se muda a nação foi um dos objetivos encontrados através do ensino de História. Esconder esse processo de reflexão, só foi possível graça a um projeto de valorização na nação, que ofuscava não só a reflexão mas principalmente qualquer crítica a situação do país. O entusiasmo gerado ao escolher inimigos da nação e a ter um projeto de união em prol de um objetivo de construção de uma nação unida, era o trajeto encarado pelos militares como a possibilidade de efetivar de forma substancial os seus projetos de governo e principalmente os projetos de governar com tranquilidade a longo prazo.

Diante de todo esse contexto é impossível não tentar refletir sobre a atuação do professor em meio a esse período completamente conturbador. Ser conivente com a perpetuação do poder do regime militar ou arriscar até mesmo a vida em propor uma reflexão aos alunos que poderia ir muito além do combativo discurso comunista, fielmente perseguido pelos militares? Nesse período essas questões fazem muito sentido para a atuação dos professores em sala de aula, mas para prosseguir refletindo e analisando essas questões não será possível sem a possibilidade de contato direto com cada vez mais documentos e até mesmo com a utilização da metodologia da História Oral.

Mas a principio como professor de História sobre essa questão da atuação, levanto a seguinte questão, se nós como professores em um período “democrático” “pós moderno” e que de fato possui uma maior liberdade de expressão, temos dificuldades em tratar assuntos como a Homofobia e a Religião, imaginem a ousadia de um professor

que buscasse uma reflexão político-social em um período controlado por um regime totalmente opressor? De fato é um exercício simples que proponho a introdução da jornada de um trabalho que tentará perceber a atuação do professor de História e como o ensino era desenvolvido no período da Ditadura Militar especificamente em Goiás.

Fazer uma conexão entre o passado e o presente, por meio dessa temática pode ser uma possibilidade dos profissionais de História refletirem sobre sua prática, esse trabalho é uma tentativa de usar a História do Ensino de História, não só como uma produção exclusiva do passado, mas que pode ser utilizada para pensar a prática atual, principalmente em uma geração em que a formação é cada vez mais rápida e por vezes deixa de ser a ideal.

Por fim espero que a partir desse exercício inicial possamos construir um trabalho que tenha uma contribuição não só para o ensino de História, mas que seja também uma forma de compreender o período da Ditadura Militar, já que sabemos da importância para o estado militar o controle do estado na educação, levando em conta principalmente a importância da História e todos as suas possibilidades de discursos, composição e prática.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelho Ideológico de Estado (AIE)*; tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; 1ª edição; Rio de Janeiro: ed. Graal, 1983.

CHIAVENATO, J. J. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 2004.

FERREIRA JR, A. BITTAR, M. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura militar. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.29, p. 3-25, set. 2006 – ISSN: 1676-2584

FERREIRA JR, A. BITTAR, M. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)*. São Paulo: Edições Pulsar, 2006. 108 p.

FONSECA, T; N. L. O ensino de História do Brasil concepções e apriações do conhecimento histórico (1971-1980) In: CERRI, Luis Fernando (org) O ensino de História e a ditadura militar – Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003. p. 35-55.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1989 (coleção educação contemporânea)

GERMANO, J. W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)* 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 297p.

JANOTTI JANOTTI, M. L. M. *História, política e ensino* In: BITTENCOURT, C. M. F. (org.) *O saber histórico na sala de aula* São Paulo: Contexto, 2001. P. 42-54.

LEGISLAÇÃO DO ENSINO EM GOIÁS; RESOLUÇÃO Nº 035, DE 30 DE JUNHO DE 1964.

_____ ; - RESOLUÇÃO Nº042, DE 20 DE OUTUBRO DE 1964.

MARTINS, M,C. Currículo, *Cultura e Ideologia na Ditadura Militar Brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor*. In: CERRI, Luis Fernando. (org.) *O ensino de História e a ditadura militar* – Curitiba: Aos quatro ventos, 2003, p. 17-35.

A FUNÇÃO DO PASSADO NO EXISTENCIALISMO (“ANTIHISTORISTA”) DE SARTRE E NA FENOMENOLOGIA (“HISTORISTA”) DE MERLEAU-PONTY

Rodrigo Oliveira Marquez

Rodrigo32marquezz07@outlook.comUniversidade Federal de Goiás
Mestre (UnB) / Doutorando (UFG)
CAPES**Resumo**

Klaus Bergmann afirma que a Didática da História deve se preocupar com questões de tipo fundamental relacionadas com a *necessidade*, com os objetivos e com as funções do ensino de história. A questão de saber se a história é necessária ou dispensável para a vida depende de *o modo como o passado é concebido em suas relações com o mundo presente*. Neste contexto, a comunicação visa a apresentar a concepção existencial “antihistorista” de Sartre, que desvincula a categoria “passado-presente-futuro” em instantes independentes, a partir dos conceitos *facticidade* e *transcendência*. Em contrapartida, será apresentada a réplica fenomenológica e “historista” de Merleau-Ponty, que reunifica as três dimensões do tempo numa unidade indissolúvel a partir dos conceitos *corporificação* e *habitualização*. Finalmente, é possível ver em ambos os autores a justificação existencial de dois tipos de historiografia originados no século XX: a *História das Mentalidades*, em Merleau-Ponty, e a *Microhistória*, em Sartre.

Palavras-Chave: Função do passado; Sartre; Merleau-Ponty, História das Mentalidades, Micro-História

Abstract

Klaus Bergmann says the history didactics should be concerned with issues of fundamental type related to the *need*, with the objectives and functions of the teaching of history. The question of whether the story is necessary or dispensable for life depends on *how the past is conceived in its relations with the present world*. In this context, the communication is to present the design existential "antihistorist" of Sartre, which decouples the category "past-present-future" in moments independent from the concepts *facticity* and *transcendence*. In contrast, the replica will be presented phenomenological "historist" Merleau-Ponty, which reunites the three dimensions of time into an indissoluble unity from the concepts of *embodiment* and *habitualization*. Finally, it is possible to see both the authors existential justification of two types of historiography originated in the twentieth century: the *History of Mentalities* in Merleau-Ponty, and *Microhistory* in Sartre.



Know-Works: Function of the past; Sartre, Merleau-Ponty, History of Mentalities, Micro-History

1. INTRODUÇÃO:

O *historismo* será aqui definido a partir da articulação complementar entre uma pressuposição ontológica acerca da relação entre o ser humano, o mundo e o tempo, e uma correspondente perspectiva epistemológica referente à abordagem adequada desta relação. Como categoria ontológica abrangente, pressupõe-se que a temporalidade (passado-presente-futuro) cobre a vida humana em suas múltiplas manifestações individuais e coletivas no mundo sócio-cultural. Para o *historismo*, portanto, todo e qualquer acontecimento que existe em um momento presente possui raízes fincadas no passado. Em decorrência, este acontecimento só poder ser epistemologicamente compreendido de forma correta se for analisado como o resultado de uma evolução histórica precedente. (ANKERSMIT, 1994, p. 333-334). O *historismo*, como se vê, eleva a dimensão temporal do passado ao status de condição *sine qua non* para a verdadeira compreensão do mundo humano, em geral, e da vida sócio-cultural presente, em especial. Sob esse aspecto, o *historismo* é uma corrente de pensamento histórico, nascida e concluída ainda no século XIX, que responde positivamente à questão de saber se o ensino e o aprendizado da história são publicamente relevantes para a vida sócio-cultural contemporânea. Assim, o *historismo* está relacionado com a Didática da História como possível *suporte* para a sua principal pretensão teórica, isto é, a de *legitimar a necessidade da história na vida prática vivida contemporaneamente pelos indivíduos em sociedade*.

Assumir a interdependência ontológica entre passado e presente, e admitir o presente como derivação contínua das transformações ocorridas no passado são propriamente os pressupostos exclusivos do *historismo* que interessam aos propósitos desse trabalho: **1)** comparar o existencialismo de Jean-Paul Sartre e a fenomenologia de Merleau-Ponty, **2)** com respeito àquilo que importa para a análise do tempo humano (passado-presente-futuro), concebido ou como continuidade (Merleau-Ponty) ou como descontinuidade (Sartre), **3)** de forma a extrair três implicações que favoreçam: **a)** a

legitimação da história como forma de reflexão socialmente relevante e indispensável (Merleau-Ponty); *b*) a condenação da história como forma de pensamento existencial não somente desnecessária como eticamente irresponsável (Sartre), *c*) ou, contrariamente, a possível defesa de uma forma de pensamento histórico que reveja as suas relações com o passado em bases extra-historistas, rejeitando a continuidade temporal como condição ontológica para a formulação de uma ética da liberdade e da responsabilidade (também em Sartre).

Observa-se que é unicamente no sentido de *atribuir ou rejeitar importância decisiva ao tempo passado para condução e compreensão da vida presente*, tanto com relação à vida individual ou quanto coletiva, que afirmamos ver no existencialismo humanista de Sartre o elemento essencial do antihistorismo e, em Merleau-Ponty, contrariamente, a justificação fenomenológica da premissa fundante do historicismo. Com respeito as relações do existencialismo de Sartre (teoria da ação humana) com a Didática da história (função do passado para a vida) duas leituras serão apresentadas, conforme mencionado acima. Ambas igualmente plausíveis, embora impliquem conseqüências opostas para legitimação sócio-cultural da pesquisa e do ensino de história.

A primeira foi feita por Hayden White, em seu famoso ensaio *O Fardo da História*, que viu na teoria da ação humana de Sartre uma tentativa deliberada de atacar a história como forma de conhecimento relevante, uma vez que — em termos ontológicos— nenhuma causa externa à consciência, algo como *um passado*, seria capaz de funcionar como motivo interno das nossas decisões e ações realizadas no presente. Sartre defende abertamente esta posição. A segunda leitura, proposta neste artigo, vê na teoria ontológica da ação humana de Sartre a possibilidade de justificar o saber histórico a partir de um modo de relação específico com o passado. Este modo não vê obstáculo à legitimação cultural da história pelo fato de a categoria temporal da continuidade ter sido rompida, e a sua confirmação se encontra conscientemente expressa na prática historiográfica da *Microhistória*. Por outro lado, será mostrada que a concepção existencial de Merleau-Ponty (referente à sua teoria do modo de ser

especificamente humano) não somente compartilha da principal pressuposição do historicismo do século XIX, como também possui visivelmente afinidades com um tipo de historiografia originada no século XX, a *História das Mentalidades*.

2. A ESTRUTURA ONTOLÓGICA DA EXISTÊNCIA HUMANA: A DISPENSABILIDADE DO TEMPO PASSADO

O *magnum opus* de Jean-Paul Sartre, “*O Ser e o Nada: ensaios de ontologia fenomenológica*”, será aqui recortado tematicamente a partir do propósito de trazer a luz a relação ontológica que o ser (humano) estabelece com o tempo (passado). “Ontologia” significa doutrina do ser; questionamento e investigação dirigidos ao ser enquanto tal (HEIDEGGER, 7, 2012). Em sua acepção moderna, a ontologia é compreendida de forma filosoficamente interdisciplinar: quer-se afirmar com isso que o questionamento ontológico é elaborado e a reflexão encaminhada a partir da estreita relação com a fenomenologia (HEIDEGGER, 8, 2012). O subtítulo da obra de Sartre, mencionado acima, indica a sua perspectiva metodológica de indagar e investigar o ser no interior dos limites teoricamente contornados pela fenomenologia. O campo filosófico da reflexão fenomenológica pode ser identificado pelo conceito de redução eidética, segundo o qual todo ente é reduzido a mero fenômeno, isto é, a *algo para a consciência* e, por esta razão, os objetos são considerados segundo o modo pelo qual eles vêm a ser constituídos por aquela e não em si mesmos (BONOMI, 2009, 27). Nesse sentido, a ontologia moderna articula uma dupla orientação, procurando encontrar a *estrutura peculiar do ser* no interior do modo em que ele aparece à *consciência subjetiva*.

A chave para a compreensão da fenomenologia existencialista de Sartre está contida na máxima que se segue: nos entes humanos, diferentemente dos entes não-humanos, a existência precede e condiciona a essência. Isto quer dizer que na ontologia de Sartre os seres humanos não possuem alma (religião), natureza (jusnaturalismo) ou essência (metafísica) que os definam *a priori* e os forcem subsequentemente a ser aquilo que são (REYNOLDS, 83, 2013). Diferentemente de uma caneta, por exemplo, que possui uma essência anterior a sua existência, uma vez que ela é criada ou vêm a existir no mundo para desempenhar uma função prescrita anteriormente à sua aparição, os

entes humanos, ao contrário, *primeiro existem*, e somente depois definem a sua essência — aquilo que são (*identidade*) — em conformidade com o modo prático como vivem e conduzem a suas vidas. Não havendo tais coisas como uma natureza ou essência para definir o ser humano, *cada um é livre para buscar e construir a sua própria essência (identidade) segundo o modo como desejar*. A liberdade não é, portanto, uma coisa que possa ser conquistada ou perdida, mas *um aspecto necessário* do ente humano (REYNOLDS, 88, 2013). Entretanto, o ente humano está no mundo, cercado por circunstâncias presentes e herdeiro de fatos passados que pesam sobre ele e dos quais reconhecidamente não escolheu.

Através desta última observação, podemos compreender a ontologia da existência humana de Sartre — a sua concepção de *humanidade* — constituída pela transcendência, de um lado, e pela a facticidade, de outro. *Facticidade* é o conjunto amorfo de tudo aquilo que vivemos e que não foi criado ou escolhido por nós, incluindo assim os pesos da nossa genética, nacionalidade, as nossas poses de nascimento e também *o nosso passado*. A *transcendência*, por sua vez, atua como força contrária em direção a facticidade, consistindo fundamentalmente na capacidade “nadificadora” da consciência humana de negar tudo o que é “dado”, tanto por meio da *ação prática* quanto através da *interpretação* (capaz de ressignificar as situações passadas e presentes que nos cercam e constroem).

As dimensões da transcendência e da facticidade são retrabalhadas por Sartre no interior de duas categorias ontológicas que as redefinem: o ser-para-si e o ser-em-si. *Ser-para-si* refere-se aos entes que se são capazes de *se interpretar*, ou seja, aos entes que são algo para si mesmos — e se definem parcialmente pela *capacidade de autorreflexão*. A autoflexividade, portanto, da qual nasce a consciência e que a define originalmente, é o resultado de uma *operação puramente negativa diante do mundo*:

A consciência é consciência *de* alguma coisa: [isto] significa que a transcendência [negatividade] é a estrutura constitutiva da consciência, quer dizer, a consciência nasce tendo por objeto um ser que ele não é [tudo o que não é consciência]. Chamamos isso de prova ontológica. (SARTRE, 1997, p. 34)

Consciência é faculdade transcendente acerca do mundo e esta se explica por uma operação básica: *a negação*. O ser-em-si, implicado logicamente na definição do ser-para-si, compreende tudo o que não é a consciência, portanto, refere-se aos objetos em seu estado bruto. A implicação lógica e a imbricação ontológica das duas categorias, que visa a dissolver o dualismo epistemológico cartesiano (sujeito-objeto), reaparecem na segunda definição de Sartre para o conceito de consciência: “*a consciência é um ser para o qual, em seu próprio ser, está em questão o seu ser enquanto este ser implica outro ser que não si mesmo*” (SARTRE, 35, 1997)

Segundo Reynolds, a importância conferida à negação, compreendida como o *nada*, torna Sartre visivelmente herdeiro de Hegel e, especialmente, de Heidegger (que na obra “Ser e Tempo” levantou as seguintes questões):

Alguém alguma vez formulou um problema sobre a fonte ontológica da negatividade ou, antes disso, procurou pelas meras condições sobre as quais se funda o problema do “não” e de sua negatividade, e a possibilidade desta negatividade? (REYNOLDS, 2013, p. 92)

Dar resposta a estas questões é para Reynolds um projeto básico da ontologia de Sartre. Com efeito, pois a concepção de Sartre acerca da liberdade humana é o elemento nuclear da sua filosofia existencial, e a negatividade é a sua condição preliminar ou até mesmo se confunde com a noção de liberdade. A liberdade é demonstrada a partir da consideração dos modos em que a consciência nega o Em-si, instituindo no seio do ser *o nada*. Em Sartre, ser livre é negar, e negar é o mesmo que anular, nadificar. De três maneiras a consciência (Para-si) é capaz de negar o Em-si e afirmar a sua liberdade: a) através do *questionamento*; b) interpretando a mera mudança como *destruição*; c) e pela percepção da *ausência*.

O *questionamento* conduz a suspensão do juízo enquanto ainda não se tem propriamente uma resposta a ele, que é uma forma de assumirmos a existência do nada, e a resposta quando oferecida pode ser negativa, e esta possibilidade revela outra forma de se afirmar o nada a partir de uma simples indagação. No mundo ocorrem apenas mudanças, não destruição. A *destruição* é uma maneira de a percepção nos desconectar

do que está imediatamente dado (um objeto físico destruído) para o apreendermos retrospectivamente em termos daquilo que ele já não é (a configuração do objeto físico antes da destruição). Objetivamente, houve apenas mudança. A destruição é introduzida pela consciência. Finalmente, a terceira forma de nadificação é a nossa percepção da *ausência* das coisas e pessoas no interior da expectativa da presença delas. A apreensão da ausência mostra que a consciência é radicalmente separada das outras coisas do mundo, do ser como a totalidade de tudo aquilo que é: ao perceber a ausência a consciência outra vez reafirma o não ser bem como a sua capacidade de nadificação.

Em todos os três casos a consciência interrompe, quebra e ultrapassa o que é dado, o que é, ou *o ser*, e postula o que não é dado, o que não é, ou o não ser, *o nada*. O nada é interior ao ser e emerge sempre que o ser é interrompido. A ruptura do ser e o aparecimento do nada são obras da negatividade que fundamenta a consciência através da liberdade humana. No entanto, a consciência não impõe o nada ao ser, antes reflete uma dimensão interna ao próprio ser — o não ser. *O ser* e *o nada* são, portanto, *duas categorias ontológicas* fundamentais na ontologia existencialista de Sartre. Assim, para Sartre, aquelas instâncias particulares da negação (questionamento, destruição e ausência) não criam o nada, ao contrário, elas são tornadas possíveis pela categoria ontológica do não ser, intrínseca ao ser, mas refletida na consciência humana, tal como o confirma a nossa humana liberdade de negar o mundo.

Para o nosso propósito, que visa a avaliar o existencialismo de Sartre na perspectiva da função do passado para a vida, importa considerar as implicações da sua ontologia para o campo prático da ação (livre), denominado *ética*. O fato de a consciência ser pura negatividade — portadora das condições necessárias para ultrapassar aquilo que é “dado” e capaz de propor teórica e praticamente outra coisa para-si mesmo e para-o-mundo — leva Sartre a rejeitar qualquer determinismo causal de origem externa sobre a ação humana (Deus, Sociedade e História).

Como já fora mencionado acima, a ênfase na capacidade humana de escolher, como resultado lógico da consciência como negatividade (nadificação), é desdobrada

em duas manifestações: escolha com respeito a possíveis alternativas de ação prática, e escolha com respeito a possíveis significados que podemos atribuir às situações que vivemos (passadas e presentes). *Escolhemos* tanto no âmbito do *agir* quanto na esfera do *modo de ver* as coisas que nos afetam de alguma maneira.

Mesmo um estímulo físico como a dor não estabelece relação determinística ou semanticamente unívoca com a consciência, uma vez que é dada a cada ser humano a possibilidade de responder a ela através da associação com diferentes significados: entre a dor concebida como desafio e a sua significação como impedimento insuperável, há indefinidas possibilidades de concepção ético-significativa. Por definição, uma escolha — com respeito ao agir e ao modo de ver — é livre somente se ela puder ser diferente do que é ou foi. E para Sartre o fundamento da consciência (negatividade) sempre traz esta possibilidade, pois o ente humano não tem uma natureza dada ou essência que determinem o seu comportamento, já que o Para-si é absolutamente *nada*, não-ser, pura liberdade. Diz Sartre, “nenhum estado factual, qualquer que ele possa ser, é passível por si mesmo de motivar ato algum” (REYNOLDS, 2013, p.103).

A conseqüência existencial de tamanha liberdade de fazer as coisas diferentes do que são é a igualmente incomensurável *responsabilidade*. Se nenhum ato ou interpretação que realizamos possuem algum suporte ou dependência externa, tudo o que nos acontece, diz Reynolds, é de inteira responsabilidade pessoal nossa. Decorre que o indivíduo não tem razões para culpar o Outro pela vida que possui e pela situação (difícil) em que se encontra. E se nenhuma causa externa pode determinar o que sentimos, como vivemos e o que somos, *o ato de reclamar* ou perde o sentido, pois não faz sentido reclamar de si mesmo, ou é mero subterfúgio para não assumir os próprios atos práticos no e interpretativos do mundo.

O problema da consciência das experiências fenomenológicas da liberdade e da responsabilidade se resolve dialeticamente, de forma hegeliana, em uma terceira experiência, que as reincorpora como que em uma síntese através do sentimento de *angústia*. A angústia é a prova fenomenológica (não prova racional) da liberdade, como

podemos ver na distinção entre ela e o medo. O medo é experienciado como o temor diante da ameaça dos objetos externos e independentes da consciência. O *medo*, portanto, é experienciado dentro de situações ameaçadoras cujos eventuais danos sobrevivendo contra nós estão completamente fora de nosso controle e responsabilidade. A *angústia*, ao contrário, é a perspectiva que se abre à consciência a partir da reflexão sobre como devemos reagir diante de uma situação que requer resposta adequada (escolha) da nossa parte. Assim, a angústia é a insegurança que sentimos diante de uma situação que impõe sobre nós a necessidade de escolhermos uma forma de agir. Conseqüentemente, a angústia pressupõe simultaneamente o reconhecimento da nossa liberdade e a consciência da responsabilidade por nossas escolhas. Enfim, a angústia é o efeito fenomenológico “[d]a consciência de que nada externo pode nos compelir a ser ou fazer coisa alguma e, conseqüentemente, que as falhas e sucessos de nossas vidas dependem somente de nós mesmos.” (REYNOLDS, 2013, p. 107).

O *sentimento de angústia* pode ser reconhecido pela consciência como a prova irrefutável da sua liberdade diante do mundo ou, inversamente, devido ao peso intimidador da *responsabilidade* que nos é revelado através dele, o sentimento de angústia pode ser rejeitado ou negado a partir de uma atitude inautêntica. Sartre chamou esta atitude negativa da consciência, negatividade voltada sobre si mesma, de *má-fé*: “o ser humano não é somente o ser pelo qual se revelam negatividades no mundo. É também o que pode tomar atitudes negativas em relação a si” (SARTRE, 92, 1997). Em razão da relevância desta atitude humana do ponto de vista existencial, Sartre escreveu: “Convém escolher e examinar determinada atitude que, ao mesmo tempo, seja essencial à realidade humana e de tal ordem que a consciência volte sua negação para si, em vez de dirigir-la para fora. Atitude que parece ser a *má-fé*.” (SARTRE, 93, 1997).

A *má-fé*, portanto, consiste em uma autonegação. Em vista de a concepção de Humanidade de Sartre ser constituída pela articulação entre facticidade e transcendência, ambas reunidas na consciência (Para-si) como condições da sua *liberdade concreta* no mundo, a *má-fé* representa a negação e fuga do reconhecimento da nossa humana capacidade de escolher. A *negação do fato de que nossos sentimentos*,

nossa vida e nossa identidade são criadas e escolhidas por nós mesmos. A boa-fé, contrariamente, exige de nós o reconhecimento de que todo *projeto pessoal* que lançamos mão em nossa existência cotidiana (expresso em objetivos de curto, médio ou longo prazo) nunca está fundado ou apoiado de uma vez por todas em alguma causa, motivação ou estímulo externos. Somos livres porque o passado se rompe a todo instante com o momento vivido presentemente e, por isso, se quisermos atingir algum objetivo projetado para o futuro, teremos que escolher e escolher uma vez mais, todos os dias, já que a nossa liberdade absoluta impede a estabilização de uma decisão permanente. Por isso mesmo temos a experiência inevitável e constante do *sentimento de angústia*, tanto com relação ao *futuro* (expresso na consciência de que podemos tomar qualquer decisão hoje com respeito ao amanhã), quanto com relação ao *passado* (expresso na consciência de que as nossas decisões tomadas no passado não nos obrigam a segui-las no presente, e que estas decisões passadas, portanto, não conferem sentido algum (orientação) à nossa vida atual). Isso faz de Sartre um *antihistorista*, segundo o modo como definimos o termo no início desse trabalho. O que faz do passado uma dimensão temporal absolutamente dispensável à vida é simplesmente o fato ontológico de a *liberdade* ser a condição prévia de todo agir humano.

A tríade *liberdade-responsabilidade-angústia* é a base da ética existencialista de Sartre. Esta ética, que coloca a questão de como deveríamos agir na vida prática, impõe duas orientações complementares de conduta: 1) o ser humano deveria agir no sentido de jamais permitir que a sua identidade fosse definida por qualquer elemento externo (Deus, Sociedade, História, Riqueza, o Outro): cada um está encarregado de criar a própria identidade a partir de escolhas livres e deve, *igualmente*, permitir a mesma oportunidade de autocriação para os outros indivíduos humanos; 2) o ser humano deveria se interpretar a partir da *boa-fé*: isto significa que deveria reconhecer o máximo possível que as suas ações e a sua identidade são preponderantemente produto de escolhas próprias, assumindo responsabilidades diante de si e do mundo. A radicalização desta ética, como é natural, *não pode contar com o passado*. Na visão antihistorista de Sartre a sua utilização ética é um dos recursos da *má-fé*, ou seja, o

passado funciona como negação da liberdade e da conseqüente responsabilidade essencialmente humanas.

3. A EXISTÊNCIA HUMANA CORPORIFICADA: FORMAÇÃO DE HÁBITOS E A INTRINSICABILIDADE DO PASSADO NA VIDA PRESENTE

Maurice Merleau-Ponty dedicou parte da sua obra a criticar e reformular as posições existenciais de Sartre (REYNOLDS, 162, 2013). As críticas endereçadas a Sartre podem ser divididas em dois tipos: 1) uma *interpretação dualista da sua ontologia*, compreendendo-a como cartesiana em seus fundamentos, uma vez que estaria apoiada na dicotomia mente-corpo (ser-em-si e ser-para-si); 2) uma *reformulação restritiva do conceito sartreano de liberdade* a partir de ponderações que insurgem da teorização pontyana acerca da experiência humana corporificada.

As duas modalidades de críticas a Sartre estão unificadas no interior do propósito fundamental de Merleau-Ponty, em sua obra “Fenomenologia da Percepção”. Segundo Jack Reynolds, este propósito visa à demonstração de que *o corpo não pode ser visto somente como um objeto ou entidade material no mundo* (REYNOLDS, 165, 2013). Trata-se de uma tese que se dirige claramente contra a concepção corporal de Descartes que, em “Paixões da Alma”, definiu o corpo em contraste com a mente, como uma substância extensa, ou seja, como uma entidade cuja qualidade essencial é a de ocupar lugar no espaço. Assim, Descartes compreendeu o corpo de forma mecanicista, como um mero objeto material a serviço da dos comandos da mente, dotado de *status* semelhante aos outros objetos físicos que povoam o mundo, tais como árvores e mesas.

A compreensão cartesiana do corpo, como mero objeto material extenso, é possível no interior da sua valoração opositiva/contrastiva diante da mente, caracterizada como substância imaterial, pensante, que emite comandos ao corpo físico. Dizer que o corpo não pode ser visto como objeto, como quer Merleau-Ponty, implica dirigir-se contra a dicotomia mente-corpo que sustenta a definição cartesiana do corpo.

Segundo a leitura de Reynolds, o corpo não pode ser trivialmente visto como mero objeto por ao menos duas razões: a) o corpo está sempre aí, conosco, e a sua



ausência (para nós mesmos) é inconcebível. Isso quer dizer que o corpo não pode ser visto como um objeto, pois *objeto é tudo o que pode ser separado de mim, do meu corpo*. Assim, o objeto possui uma presença que traz consigo a sua possível ausência, contrariamente à *onipresença do nosso corpo* que, não podendo ser separado de nós mesmos por um único instante, não pode ser tratado simplesmente como um objeto dentre outros no mundo; b) dada esta sua onipresença, o corpo não pode ser concebido como objeto ou coisa *em-si*, ou no interior da moderna categoria filosófica *em-si*, porque os objetos e seus aspectos só podem existir *para ele*, isto é, são revelados conforme a perspectiva posicional em que o corpo se encontra diante do mundo: o corpo é a condição para experienciarmos os objetos como objetos (REYNOLDS, 2013, p. 166).

Jack Reynolds, mostra que existem implicações importantes relacionadas à autopercepção fenomenologicamente evidente de que estamos sempre e necessariamente com os nossos corpos (onipresença). Uma vez que nos movemos em união com o corpo e não podemos nos livrar dele por nenhum instante, torna-se plausível que na sua interação com o mundo ocorram processos de *corporificação* responsáveis por sedimentar em um nível profundo, mais primário que o do pensamento reflexivo, *motivações que orientam o agir humano independentemente de escolha, intenção e decisão conscientes*. Assim, o processo de corporificação — em razão da onipresença do corpo — compreende uma motivação ou impulso fundamentais para as ações humanas sem pressupor os elementos da ação de tipo racional avaliadas pela hermenêutica analítica: a consciência da relação calculada entre os fins almejados e os meios requeridos. A corporificação como móbil da ação humana se resolve na tendência primária de o corpo buscar atingir *um equilíbrio* com o seu meio ambiente, isto é, refere-se a uma busca irreflexiva — corporificadamente aperfeiçoada — por *aclimação*¹.

¹ Aclimação é o potencial inerente ao corpo de ajustar-se ao meio e as suas modificações a partir de reações ou respostas satisfatórias, oferecidas em conformidade com as exigências das circunstâncias externas.

Esta motivação básica *no* corpo (corporificação), capaz de dirigir irreflexivamente uma multiplicidade de ações cotidianas com vistas à *aclimatação*, é ramificada em dois tipos corporificados de conduta, que é o mesmo que dizer que a corporificação assume duas formas de ação na vida prática: formação de *hábitos* e desenvolvimento de *habilidades*. São destes dois modos que o corpo alcança o equilíbrio com o meio ambiente, são através deles que valores e significados são incorporados ou encarnados nele, orientando-o irreflexivamente para objetivos acimatativos: “nossos corpos se ajustam inevitavelmente às circunstâncias nas quais estão, e, quanto mais treinados estão a fazer isso, melhor se tornam em se ajustar (REYNOLDS, 2013, p. 174).

Isso significa que, para Merleau-Ponty e diferentemente de Sartre, *o nosso ser* não é fundamentalmente uma capacidade negativadora do ser-em-si, o nada, mas sim *uma habilidade*. Esta habilidade se desenvolve ou aperfeiçoa formando hábitos que permite ao nosso ser ajustar-se com êxito ao ambiente, respondendo eficazmente as exigências das situações externas. No interior dos diferentes contextos adaptativos que se sucedem, o corpo manifesta a sua inteligência, uma inteligência corporificada, que jamais pode dispensar o passado e iniciar as suas experiências presentes como que do nada, a partir do “zero”. Para Merleau-Ponty, esta habilidade corporificada, uma inteligência do corpo, não pressupõe atividade reflexiva ou interpretativa e opera como uma técnica cujas regras são seguidas cegamente pelo corpo. Enfim, o corpo mantém intenções de agir que estão aquém das nossas intenções conscientes e operam positivamente em relação ao ambiente circundante a partir da aquisição de *um tipo de saber* inteiramente baseado em experiências passadas (habitualização ou corporificação de habilidades). Por outro lado, o passado não é somente *incorporado* de forma positiva, vale dizer, acimatativa, por meio de habilidades que se transformam continuamente em hábitos irreflexivos em benefício da vida corpórea. O passado, de forma diretamente inversa, atua como atmosfera de opressão, uma vez que o hábito pode corporificar condutas que tornam improvável o agir de outra maneira que não propriamente aquela referente aos ditames dos dispositivos opressores (família, escola,

Estado, sociedade). Diferentemente de Sartre, portanto, a opressão não precisa ser consentida pela consciência negatadora para subsistir, pois igualmente à aquisição de habilidades que formam um “saber à mão”, prático com destino a aclimação positiva do corpo, a opressão também penetra e opera no nível pré-reflexivo da habitualização corporificada, fazendo-nos agir em *conformidade com* — e não contra — os poderes imperantes.

No fim das contas, *as experiências passadas desempenham em nossa consciência um papel inexpugnável*. Isto é assim porque o corpo se relaciona com o meio circundante (os Outros) e com o tempo (o Passado) segundo uma modalidade de interação que é o da intrinsecabilidade, do entrelaçamento e da intersecção. Por isso, a constituição do ser (humano) no mundo é melhor compreendida pela figura do *quiasmo*. Esta figura de linguagem expressa ponto de convergência entre pares de entidades ou conceitos inicialmente concebidos como diferentes ou mesmo opostos. Uma noção invade e sobrepõe o outra sem contudo perder a sua característica divergente que a especifica². O gráfico abaixo exemplifica o quiasmo pontyano:

Corpo — determina— Ambiente

² O quiasmo é uma das figuras que usa a linguagem a partir da noção de contraste e oposição, tais como a ironia, o paradoxo e o oxímoro. O termo quiasmo (de origem grega, Khiasmós = disposto em cruz) deriva da letra grega [X] qui. Esta figura é produzida pelo *cruzamento invertido* de dois grupos sintáticos paralelos (que somam quatro vocábulos). O grupo de dois vocábulos do primeiro grupo sintático se repete no segundo grupo, mas em *ordem inversa* ou *oposta* (AB → BA). Por exemplo, “Melhor é *merecê-los* (A) sem os *ter* (B), que *possuí-los* (B) sem os *merecer* (A) (<http://www.recantodasletras.com.br/gramatica/1191690>). Quando transposto para uma organização discursiva complexa acerca de um determinado tema, o quiasmo estabelece divisões de um assunto em elementos diferentes, associando-os primeiramente numa determinada ordem (AB), para reuni-los em seguida de forma invertida, oposta, cruzada (BA), de tal modo que a influência que um dos elementos identificados (A) exerce sobre o outro (B) na primeira ordenação (AB) é *inversamente* a mesma que ele sofre na reordenação invertida (BA). O resultado (lingüístico) é a dificuldade de se reconhecer em termos absolutos, isto é, de hipostasiar (fixar), a posição ou o lugar ontológico definitivo dos elementos que constituem os *pares* de categorias científica ou filosoficamente operativas no conhecimento, como as de sujeito-objeto; corpo-ambiente; passado-presente; ação livre-determinada, causa-efeito, analítico-sintético, linguagem-realidade. Enfim, o quiasmo pré-figura os seus temas de análise dentro de uma percepção de mundo em que *a reciprocidade inextrincável dos elementos* em jogo constitui o modelo básico da reflexão ou, em termos lingüísticos, *constitui o padrão de associação entre as palavras/conceitos no discurso*.

Ambiente — determina — Corpo

A consequência da concepção *quiásmica* da relação do corpo com outros elementos externos (ambiente e passado) permite a Merleau-Ponty atacar Sartre em dois pontos: a) o seu suposto dualismo (ser-em-si e ser-para-si), b) que justifica a ética da liberdade absoluta. Assim, a importância do passado na vida presente é salvaguardada e a liberdade é defendida nos termos de uma gradação, que pode ser maior ou menor conforme os contextos concretos em que ocorrem os processos positivos (habilidade) e negativos (opressão) de corporificação. Isso implica uma *ética* distinta da induzida por Sartre, uma vez que reconhece a presença de elementos externos corporificados à subjetividade e dos quais não podemos nos livrar por um ato de negação da consciência. Dentre estes elementos está *a força do nosso passado pessoal e sócio-cultural*. Este reconhecimento de elementos externos constituintes da subjetividade corporal implica uma ética diferente da proposta por Sartre, uma vez que visa a projetar *um ideal de indivíduo que se conforme a sua condição existencial de uma forma emancipadora*. Esta concepção *quiásmica* da ética (que cruza reciprocamente liberdade e determinismo na compreensão do sujeito moral) decorre do inexpugnável processo de irreflexivo de corporificação (habitualização) que constitui a nossa subjetividade individual. Finalmente, a ética *pontyana*, *quiásmica*, concebe a condição humana no interior do que ele chama *ambigüidade*, isto é, a dificuldade que temos de separar, por exemplo, na proposta pessoal de um projeto de vida aquilo que é propriamente individual, *autêntico* (oriundo de escolha livre e consciente) do que poderia ser classificado como pertencente a influências de ordem externa (família, sociedade, história): a ética de Sartre estaria fundada num individualismo inatingível, justamente por ser dualista e não *quiásmica*. E somente por ser dualística em seus fundamentos (ser-para-si e ser-em-si; o ser e o nada), que Sartre conseguiu desprezar o valor funcional do passado em nossas vidas vividas cotidianamente no presente.

4. A JUSTIFICAÇÃO EXISTENCIAL DA MICROHISTÓRIA E DA HISTÓRIA DAS MENTALIDADES: LIBERDADE E CORPORIFICAÇÃO

De acordo com a ética existencialista de Sartre, podemos indagar qual pode ser a importância da história para a vida. Nós temos duas alternativas de respostas. A primeira foi dada por Hayden White, que viu na ontologia da existência humana de Sartre um argumento contra a função pragmática da história e a expressão do momento de crise através da qual instituiu à disciplina aquilo que ficou conhecido como *o fardo da história*: não se tratava de saber como o passado devia ser investigado e representado na escrita, mas de indagar se o passado devia ao menos ser estudado (WHITE, 1992, p.50). Disso se seguia que *o fardo do historiador contemporâneo* era restabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si mesmo, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente de um modo tal que contribuíssem para a solução dos problemas peculiares do seu tempo (WHITE, 1992, p.52). Isso quer dizer que o fardo da história não é nada mais que o resultado da perda da crença na consciência histórica, a dúvida quanto ao seu valor em desempenhar a função de responder questões histórico-existenciais colocadas pela vida contemporânea. A concepção de Sartre acerca da liberdade da ação humana pode efetivamente expressar a dispensabilidade da história para a vida.

Por outro lado, é possível oferecer uma *resposta positiva* à questão de saber se a concepção de Sartre da existência humana (como *liberdade*) pode de alguma maneira salvaguardar o nosso vínculo com o passado. Em vez de rejeitar os estudos históricos em razão da inutilidade pragmática do passado para a vida, podemos ver no existencialismo humanista de Sartre uma proposta alternativa de nos relacionarmos com o passado. Naturalmente, esta proposta visa a uma *constituição retórica* do passado (intencionada pelo autor) cuja *finalidade estética* (recepção do leitor) seria a de ampliar a nossa autoconsciência com respeito à liberdade e responsabilidade diante do mundo em que vivemos. Esta possibilidade retórica e estética, em certo sentido, se desenvolveu com a Microhistória. Para Giovanni Levi, a Microhistória é essencialmente uma prática historiográfica que não pode ser definida em relação às microdimensões do seu objeto de estudo. O que a define de um modo especial é o seu pressuposto metodológico característico e dominante:

[A Microhistória] emprega um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece a sua — relativa — liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante *negociação, manipulação, escolhas e decisões* do indivíduo diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante *oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais* (LEVI, 1992, p. 135. Grifos meus)

A Microhistória reconhece a facticidade, da mesma forma que Sartre, mas enfatiza o modo como ela pode ser transcendida pela ação e pela interpretação simbólica do indivíduo humano a partir das *brechas* constituintes dos sistemas normativos em geral, dando a ele possibilidades de exercitar a sua faculdade de escolha. Assim, a Microhistória “(...) acentua as ações mais insignificantes e mais localizadas, para demonstrar as lacunas e os espaços deixados em aberto pelas complexas inconsistências de todos os sistemas.” (LEVI, 1992, p. 155). Ao acentuar as lacunas dos sistemas normativos, a microhistória logicamente enfatiza a liberdade do agir humano.

Por outro lado, a corporificação teorizada por Merleau-Ponty coincide com o modelo de ação humana pressuposto pela *História das Mentalidades*: refiro-me essencialmente ao reconhecimento de que o agir humano tem uma motivação profunda, irreflexiva, impulsionado pelo sistema de crenças, valores e representações coletivas de uma época. A história das mentalidades, tal como se configurou no livro *Os Reis Taumaturgos* de Marc Bloch, tinha uma grande preocupação com a *coesão social* originada em crenças e representações coletivas, isto é, no modo socialmente *compartilhado* de os indivíduos interpretarem a si mesmos e o seu mundo. Um dos melhores exemplos desses laços de dependência constituídos no nível profundo da sociabilidade é a *cura régia* descrita por Bloch (DOSSE, p.28-29). Para usar os termos de Merleau-Ponty, a crença empiricamente infundada no poder de cura dos reis estava socialmente *corporificada*, o que garantiu a sua *continuidade* da Idade Média até o século XVIII.

A comparação entre Microhistória e História das Mentalidades demonstra, a partir das suas diferentes fundamentações existenciais (no agir livre e no agir corporificado), que o passado *em si mesmo* não possui relevância funcional e pragmática para a vida presente. A relevância pública da história e o seu papel político-cultural dependem muito mais de *como* o mundo passado é reconstituído retoricamente e comunicado esteticamente aos leitores contemporâneos. Que isto é assim tentou-se demonstrar pelas duas maneiras opostas, mas igualmente plausíveis, de se conceber *significativamente* o passado em suas relações com o mundo presente, seja como continuidade (Merleau-Ponty) ou como descontinuidade (Sartre).

REFERENCIAS

ANKERSMIT, R. Frank. *Historia y Topologia: ascenso y caída de la metáfora*. Fondo de Cultura Económica. México. 2004.

BONOMI, Andrea. **Fenomenologia e Estruturalismo**. São Paulo. Perspectiva. 2011.

BERGMMAN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. v. 9, n°19, p.29-42, set.1989/fev. 1990.

HEIDEGGER, Martin. **Ontologia**. Petrópolis. Editora Vozes. 2012.

LEVI, Giovanni. Micro-história. pp. 133-162, in: **A escrita da História: novas perspectivas**. Org: Peter Burke. São Paulo. Editora UNESP. 1992

PONTY-MERLEAU, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo. Martins Fontes. 2011.

REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Petrópolis. Editora Vozes. 2013.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada: ensaios de ontologia fenomenológica**. Petrópolis. Editora Vozes. 1997.

WHITE, Hayden. O Fardo da História, in: **Trópicos do Discurso**. Edusp. 1992.

OS “FENÔMENOS CULTURAIS” COMO OBJETO DA HISTORIOGRAFIA EM GOIÁS: UM ITINERÁRIO REFLEXIVO A PARTIR DOS ESTUDOS SOBRE O COTIDIANO (DÉCADAS DE 1980 E 1990)

Rogério Chaves da Silva

rcmcbr@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Doutorando em História

Bolsista FAPEG

Resumo

Neste texto, busco analisar como, nas duas últimas décadas do século XX, os estudos sobre o cotidiano se constituíram numa importante via para a interpretação de fenômenos culturais em se tratando da produção historiográfica regional fabricada em Goiás. Da visibilidade emprestada à esfera da produção e aos aspectos sociais, na década de 1980, percebemos que, na segunda metade dos anos 1990, o enfoque nas pesquisas acerca do cotidiano se desloca para o caráter simbólico das relações humanas, abordagem esta que cada vez mais se aproximou das perspectivas teóricas e metodológicas da história cultural.

Palavras-chave: História da historiografia; história do cotidiano; historiografia regional

Abstract

In this paper, I analyze how, in the last two decades of the twentieth century, studies of the everyday life constituted a major way for the interpretation of cultural phenomena in the case of regional historical production elaborated in Goiás. In research of the 1980s, there was an emphasis on the sphere of production and social relations, while in the second half of the 1990s, the interest of research into the everyday life turns to the symbolic character of human relations, approaching gradually cultural history.

Keywords: History of historiography, history of everyday life, regional historiography

Este texto é produto de uma das fases da pesquisa¹ que venho desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado) da Universidade Federal de Goiás e que consiste no propósito de analisar a produção historiográfica brotada em Goiás, no século XX, especialmente àquela que produziu conhecimento histórico sobre fenômenos pretéritos inscritos à Goiás e que comumente é chamada de historiografia regional. Logo, meu intento reside na elaboração de uma história da historiografia em (sobre) Goiás no novecentos, sobretudo no quadrante temporal da década de 1920 ao entardecer do século em questão.

Acreditando que o esforço de se produzir uma história da historiografia adquire importância na medida em que dialoga com a teoria da história, pretendo refletir sobre questões e problemas relevantes atinentes à prática de historiar, seja ela acadêmica ou não, e partir desse exercício, perquirir sobre os caminhos trilhados, em diferentes momentos, pela produção historiográfica em Goiás.

Como parte desse labor, tenho me ocupado em refletir, dentre outros assuntos e temas, na caracterização e historicidade de alguns “campos de abordagens” que brotaram em Goiás, e um deles é o território da história cultural. Não obstante, é preciso ressaltar que o interesse pelos fenômenos históricos situados no âmbito da cultura não foi, em Goiás, um caminho historiográfico pavimentado, inicialmente, pelas diretrizes teóricas da história cultural. Preliminarmente², aponto que o enfoque gradativo ao estudo dos fenômenos culturais, no tocante à produção histórica regional, se deu pelas diferentes vias teóricas: primeiramente, na década de 1980, através de um marxismo menos ortodoxo (Georg Lukács e Lucien Goldmann), e da sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, influências manifestadas nas penas do historiador Luis Palacín³; na transição dos 80 para os 90, por meio de discussões ainda matizadas pelas balizas

¹ Título provisório: “Reflexões sobre o fazer histórico: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (1920 a 2000)”

² Essa hipótese precisa ainda ser melhor verticalizada em minha pesquisa.

³ Discuto essas apropriações teóricas e conceituais por parte de Luis Palacín na segunda seção (“Ampliando as perspectivas: outros caminhos historiográficos”) do terceiro capítulo (“O jesuíta Palacín e a construção do conhecimento histórico”) de minha dissertação de mestrado publicada pela editora da UCG, hoje PUC-Goiás. Sobre esse assunto ver SILVA (2009, p. 138-145).

teóricas do marxismo, via Escola de Budapeste e também pelos pressupostos da *Nouvelle Histoire*, seguindo essas trilhas destacam-se os estudos sobre o cotidiano e as mentalidades; já na década de 1990, além da influência dos *Annales* permanecer, encontramos traços da Escola Social Britânica, sobretudo dos trabalhos de E. P. Thompson, o pós-estruturalismo de Michel Foucault e, finalmente, o estreitamento da relação com os esteios teóricos da história cultural, especialmente através das reflexões apresentadas por Carlo Ginzburg, Michel de Certeau, Roger Chartier, dentre outros.

Considerando, então, os objetivos inscritos a esse texto, saliento que a mira analítica estará apontada para os estudos sobre o cotidiano como uma das primeiras propostas de abordagem que, na historiografia em Goiás, acessou, de maneira mais contundente, aos fenômenos culturais subsumidos à história regional.

Para a montagem desse empreendimento reflexivo, foi necessário o manejo de alguns trabalhos que, de modo cêntrico ou tangencialmente, investiram no estudo sobre o cotidiano como forma de abordar determinadas experiências humanas do passado. São dissertações produzidas no antigo Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, hoje Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Federal de Goiás, nas quais me debrucei: o trabalho Leny Anzai, *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*, defendida em 1985; a pesquisa de Maria Lúcia V. Tomazini, *A mulher gari: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988)*, de 1990; a dissertação de Maristela Gumiero, *Os tropeiros na história de Goiás: séculos XVIII e XIX*, de 1991; a investigação de Eliana Sersocima, *Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)*, de 1995; *Coronelismo e Mandonismo Local – Morrinhos (1880-1930)*, defendida por Maria Fonseca em 1997; o trabalho de Maria de Fátima Oliveira, *Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910)*, de 1997; a pesquisa de Deuzair J. Silva, *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980)*, também de 1997; e o texto de Roseli M. Tristão, *Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX*, defendido em 1998.

O escopo aqui perseguido é o de demonstrar que os estudos sobre o cotidiano, nas duas últimas décadas do século XX, acabaram se constituindo numa perspectiva de

abordagem que, gradualmente, foi se voltando para o enfoque dos fenômenos culturais atinentes à história regional. Da visibilidade emprestada aos aspectos sociais, na década de 1980, percebe-se que, na segunda metade dos anos 1990, o foco nas pesquisas acerca do cotidiano se deslocou para o caráter simbólico das relações humanas, abordagem esta que cada vez mais se aproximou das perspectivas teóricas e metodológicas da história cultural.

Não me encarrego, para as finalidades buscadas nesse texto, de travar uma discussão teórica e conceitual acerca das diferentes acepções de “cotidiano” que já foram elaboradas por autores(as) como Henri Lefebvre, Michel Maffesoli, Agnes Heller, Jacques Le Goff, Michel de Certeau, dentre outros. A intenção é a de mostrar como as pesquisas aludidas se apropriaram, cada qual a sua maneira, de algumas dessas referências teóricas para pensar o cotidiano de diferentes fenômenos históricos; assim como a de expor quais elementos historiográficos comuns essas investigações apresentaram e, *pari passu*, esboçar como esses trabalhos, gradativamente, foram destinando maior realce aos fenômenos no âmbito da cultura. Por conseguinte, o itinerário analítico será composto por dois percursos. No primeiro, divido essas pesquisas em três blocos para a reflexão de como determinados instrumentais teóricos dirigiram os estudos sobre o cotidiano nessas pesquisas. Por derradeiro, trato de questões teóricas, metodológicas e de abordagem mais amplas no que se refere a essas investigações.

Inicialmente, faz-se imperioso mencionar que, durante os anos 1980 e primeira metade dos anos 1990, havia, na produção historiográfica em Goiás, uma sobrepujança de pesquisas marcadas pela ancoragem teórica marxista⁴. Nessa esteira reflexiva trafegaram os trabalhos de Leny Anzai, *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)* e de Maria Lúcia V. Tomazini, *A mulher gari: história e memória*

⁴ O predomínio dos referenciais teóricos marxistas foi comum à maioria dos Programas de Pós-Graduação em História do país nos anos 1970 e 1980. Além disso, acredito que a hegemonia teórica do marxismo também se deve ao fato da própria influência da USP na formação dos primeiros professores do Programa da UFG. A instalação do Mestrado em Goiás se deu por meio de um convênio firmado com a USP, além do fato de que a maioria dos docentes da UFG e UCG terem feito doutorado também na Universidade de São Paulo. Sobre a hegemonia teórica do marxismo na historiografia brasileira nos anos 1970 e 1989 ver MALERBA (2009).



da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988). Embora na investigação de Anzai a abordagem sobre o cotidiano seja central e na de Tomazini subsidiária, os elementos teóricos do materialismo histórico punham ambas as análises, seja sobre os trabalhadores rurais do município de Goiás, seja sobre a mulher gari. Nesse sentido, no que toca ao interesse acerca do cotidiano desses diferentes sujeitos históricos, o olhar esteve mais mirado para as relações sociais em meio as quais estavam imersos do que para as experiências simbólicas desses personagens. Embora recorressem a excertos de historiadores da *Nouvelle Histoire* que problematizaram o cotidiano, não aleatoriamente, essas pesquisadoras foram buscar, precipuamente, em Agnes Heller⁵ os subsídios conceituais para se pensar no cotidiano desses sujeitos. Também não arbitrariamente, estiveram preocupadas em recuperar as experiências históricas de agentes sociais pertencentes a classe trabalhadora.

Ademais, o próprio tratamento e a posterior interpretação das narrativas fornecidas pelas fontes orais vieram marcados pela inquietação em perceber a dimensão do conflito entre as classes sociais envolvidas, a exploração a que eram submetidos esses trabalhadores, bem como as experiências vivenciadas por eles no interior da categoria profissional a qual pertenciam. No entanto, embora esses exames acerca do cotidiano estivessem voltados para a esfera da produção pela própria ancoragem teórica adotada, alguns elementos no âmbito da cultura foram trazidos à baila por essas narrativas em questão. Anzai, em parte considerável do quarto capítulo, analisou os espaços internos das moradias desses camponeses, os diferentes aspectos ligados a vivência feminina no ambiente público e privado, o significado das casas como espaço de sociabilidades, a importância das “solidariedades vicinais”, as peculiaridades da alimentação, os sentidos atribuídos à medicina popular e à religiosidade por esses sujeitos históricos. Já Tomazini, na parte final de sua dissertação, buscou “desvelar o cotidiano” da mulher gari, seja no ambiente de trabalho ou no ambiente doméstico, e

⁵ A húngara Agnes Heller fez parte de um grande grupo de intelectuais, conhecido com a “Escola de Budapeste”. Discípulos de Georg Lukacs, esses estudiosos elaboraram um marxismo crítico não só da experiência soviética como também de alguns pressupostos ortodoxos do marxismo. Recuperando alguns escritos de Marx, Heller restituiu o papel do sujeito na teoria marxista e se voltou para questões situadas na relação entre ética e vida social, sobretudo acerca do cotidiano.

através desse exercício, tentou reconstruir, por meio dos conceitos de mentalidade e de visão de mundo, algumas formas de pensar e de conceber a própria vivência parte dessas trabalhadoras.

Apesar de defendida um ano depois do que a pesquisa de Tomazini, a dissertação de Maristela Gumiero, *Os tropeiros na história de Goiás: séculos XVIII e XIX*, de 1991, é exemplar no sentido de apresentar o momento de inflexão a que passava a produção historiográfica em Goiás àquela época. Da aurora ao crepúsculo dos anos 1990, a produção historiográfica em Goiás passou várias transformações de ordem teórica e metodológica. Essas alterações, na forma de conceber e produzir conhecimento histórico, teriam sido reflexos da crise “ontológica”, vivenciada pelo mundo ocidental, e pela crise “epistemológica”⁶, experimentada pela comunidade dos historiadores (FALCON, 2002) desde fins da década de 1960. Outro fator que concorreu para o incremento dessas mudanças nos “modos de historiar” em Goiás, em meu ponto de vista, foi o ingresso de professores de outros centros de produção histórica, por volta de 1991, quando da aposentadoria de muitos docentes pioneiros no Programa de Pós-Graduação em História da UFG.

Em que pese a prevalência da perspectiva teórica marxista persistisse até a primeira metade da década, percebe-se o alargamento das fronteiras teórico-metodológicas, o que resultou em novas abordagens não ancoradas nas balizas do materialismo histórico. Na primeira metade dos anos noventa, a recorrência aos estudos das “mentalidades” e da “história do cotidiano” demonstra as primeiras tentativas de se desvencilhar das escoras teóricas marxistas e de adesão às “novas abordagens” preconizadas por autores ligados à chamada Nova História. A pesquisa Maristela Gumiero, por exemplo, tentou capturar a importância econômica, social e cultural de um sujeito histórico até então não analisado pela historiografia regional: os tropeiros.

⁶ Essa crise “ontológica”, grosso modo, teria se constituído na crise dos grandes modelos de desenvolvimento, das construções utópicas dos séculos XIX e XX, baseadas em conceitos como otimismo histórico, progresso e desenvolvimento. Já a crise “epistemológica” manifestou-se por meio da implosão das chamadas grandes teorias, herdeiras dos pressupostos cientificistas do iluminismo, assim como pelas críticas dirigidas pelo chamado *Linguist Turn* quanto a real possibilidade do tratamento científico do objeto histórico.

Assumindo a influência teórica dos *Annales* em seu trabalho, inclusive da “história das mentalidades”, Gumiero ressaltou que o instrumental que melhor possibilitou a compreensão da realidade vivenciada pelos tropeiros foi aquele fornecido pela “história do cotidiano”. Segundo a historiadora, o tropeiro foi de suma importância para a história da região, pois

ao intermediar negócios, realizar transportes, difundir notícias e ideias, o tropeiro foi responsável, ao longo dos anos pela integração entre arraiais, povoados, vilas, distritos e municípios goianos, além de se converter em um agente de ligação entre Goiás e as demais provinciais, sobretudo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Neste sentido, o tropeiro se manteve, ao longo de praticamente dois séculos, “a figura, por excelência, da comunicação em Goiás (GUMIERO, 1991, p. 09).

Além de sua importância econômica; tendo em vista que era o agente que viabilizava o comércio com outras regiões; social, pois integrava os diferentes povoados; os tropeiros foram responsáveis pelo intercâmbio de ideias, costumes, tendo em vista que traziam notícias dos últimos acontecimentos políticos, os modismos dos grandes centros do país, fazendo, assim, “[...] circular também a riqueza cultural, mantendo vivos os aglomerados humanos espalhados pelo imenso Goiás” (GUMIERO, 1991, p. 59). Daí sua importância também sob o ponto de vista cultural. Nos capítulos em que analisou o cotidiano dos tropeiros, a autora privilegiou elementos socioculturais ligados à vivência desses sujeitos: as particularidades das viagens, a alimentação, a higiene pessoal, o transporte, os pousos, as distâncias, além das delongas acerca das manifestações festivas as quais os tropeiros participavam, além de sua relação, afetiva e social, com a família.

O trabalho de Maristela Gumiero é revelador de um momento em que, na historiografia em Goiás, os aportes teóricos marxistas vão se arrefecendo como “perspectivas orientadoras” (RÜSEN, 2001) de interpretação da experiência do passado. Do mesmo modo, representa um período em que novos pressupostos teóricos vão sendo adotados, inclusive nos estudos sobre o cotidiano.

Os novos ventos historiográficos que já sopravam em Goiás no início da década de 1990 tornaram-se mais intensos na segunda metade do decênio. Trabalhos no âmbito da etno-história, antropologia histórica e, principalmente, da história cultural confirmam essa nova atmosfera que envolvia as narrativas historiográficas em Goiás. A influência daquilo que Burke (1997) chamou de “terceira geração dos *Annales*” também pode ser sentida, notadamente por meio de pesquisas nos domínios da cultura e que abordaram temas como a sexualidade, a religiosidade, a(s) identidade(s), o imaginário, imagens e as representações (“em substituição” às mentalidades), as sociabilidades, a família e a infância. Investigações sobre história das mulheres, confeccionadas no início do decênio, deram lugar à perspectiva das relações de gênero no entardecer dos noventa.

Nesse quadrante histórico, insiro os trabalhos de Eliana Sersocima, *Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)*; de Maria Fonseca, *Coronelismo e Mandonismo Local – Morrinhos (1880-1930)*; de Maria de Fátima Oliveira, *Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910)*; e o de Deuzair J. Silva, *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980)*. Pesquisas que tratam do cotidiano sedimentando um diálogo com a história cultural e, portanto, dedicando maior visibilidade aos fenômenos simbólicos.

Investigando as sociabilidades existentes no interior das comunidades rurais do município de Goiás, Sersocima recuperou a importância das relações vicinais e dos laços solidários para a organização social e para a própria vivência dos pequenos produtores rurais daquela região. Esses elementos de solidariedade foram se esvaindo, segundo a autora, com a implantação de relações capitalistas no campo após os anos 1930. Buscando reconstruir experiências do cotidiano desses trabalhadores, a autora apropriou-se de elementos teóricos e conceituais oriundos da história cultural, calcada na antropologia histórica (Le Goff, Burguière e Lyn Hunt), além de dialogar com a sociologia rural. Sua análise procurou configurar uma espécie de “cultura rural” que se fundou nessas comunidades rurais de Goiás. O capítulo terceiro foi ponto alto dessa abordagem do cotidiano em que, através de fontes orais, se reconstituiu o mundo sociocultural do pequeno produtor rural e a importância das relações vicinais no seu dia-a-dia. O círculo de vizinhança era caracterizado pelo amparo assistencial nas várias

circunstâncias da vida de seus membros, produzindo, assim, princípios elementares e vitais dessa sociabilidade, dentro de determinadas condições naturais e históricas adversas.

Maria da Fonseca, embora trate de um fenômeno eminentemente político, o coronelismo em Morrinhos, aposta em um outro viés; não observa exclusivamente a elite política, mas também o povo. Neste sentido, além de estudar o coronelismo que se estabeleceu na cidade (e sua relação com o “coronelismo” presente no estado), Fonseca se atenta para a experiência do cotidiano, intentando compreender como esse fenômeno político esteve entremeadado ao cotidiano de uma cidade, nas diferentes instâncias da vida comunitária (comércio, escolas, igrejas, na música, nos poderes constituídos). Como um trabalho inscrito à nova história política, a historiadora se aproximou da história cultural, via Lyn Hunt. Na tentativa de acessar aos “modos de vida e a visão de mundo” subjacentes ao cotidiano dos morrinhenses, as reflexões produzidas por Le Goff, Michel de Certeau e Carlo Ginzburg foram de extrema valia. O trabalho se esforçou ainda por demonstrar, através da experiência do coronelismo e do cotidiano, os elementos que propiciaram a formação de uma identidade local para Morrinhos: a “Atenas de Goiás”, a “cidade dos pomares”, uma cidade com vocação para a cultura. O ápice dessa proposta se encontra no último capítulo da dissertação, quando a autora analisou os significados dos diferentes locais que constituíam espaço urbano de Morrinhos, o papel da religiosidade, das manifestações culturais, da convivência comunitária e de como alguns aspectos do mandonismo local engendrou determinadas representações acerca da cidade.

Já em “Um Porto no Sertão”, a professora Maria de Fátima Oliveira debruçou-se sobre a cultura e o cotidiano na cidade de Porto Nacional (nas últimas décadas do XIX e início do XX). Atentando-se para as singularidades de Porto Nacional consubstanciadas na presença dos dominicanos na cidade, no aparecimento de uma imprensa escrita através de periódicos e no fato de ostentar um médico de formação oriundo da própria cidade, Oliveira se envidou por analisar as teias existentes entre os diversos segmentos da sociedade portuense, realçando as experiências do cotidiano (como os habitantes viviam, pensavam, se manifestavam, se divertiam), além de examinar as trocas culturais

que se deram entre os habitantes do Porto Nacional e os dominicanos franceses que ali se estabeleceram. Valorizando os fenômenos de ordem sociocultural, a autora deitou seu olhar sobre a relação da população local com o Rio Tocantins: sua importância econômica, os aspectos simbólicos que envolviam a navegação e o uso diário do rio. Com os olhos fitados no cotidiano, Oliveira percebeu elementos relativos às sensibilidades, subjetividades, sociabilidades (visão de si e a visão do outro, a visão de mundo, anseios, frustrações, realizações) e aos conteúdos ideológicos que caracterizaram a população de Porto Nacional no final do oitocentos e início do novecentos, além, é claro, de examinar como se deu o encontro de duas culturas (a local e a francesa trazida pelos dominicanos). Para construção desse empreendimento com vigas culturais, a historiadora recorreu a esteios teóricos da antropologia de Clifford Geertz. Como nos outros trabalhos aludidos, o último capítulo foi empregado para o estudo, mais apurado, sobre o cotidiano dos portuenses. A autora enxergou dois elementos fundamentais no cotidiano dos habitantes de Porto Nacional desse período, fundadores de duas temporalidades distintas: as festas (principalmente as de cunho religioso) e a rotina dos dias. Esta última representava a dureza da vida ordinária voltada para o trabalho e para a sobrevivência, contrastando (não se opondo) com a alegria, descontração e a vivência comunitária que envolvia os períodos de festas.

Na pesquisa de Deuzair Silva, *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980)*, o objetivo intrínseco foi o de compreender a história da formação do município de Fazenda Nova e a própria dinâmica cotidiana da comunidade local. Perquirindo as forma de trabalho; as relações vicinais e de ajuda mútua; a dieta; a obtenção dos alimentos; as mudanças ocorridas na comunidade; a formação da família e seu estilo de vida, Silva intentou perceber a dinamicidade da organização da vida diária da comunidade fazendanovence. Recorrendo, do ponto de vista metodológico, à história serial na sua intersecção com elementos da história demográfica, o autor reconstituiu importantes aspectos da vida familiar e social da população de Fazenda Nova. Estribando-se teoricamente nas propostas da micro-história de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi e também da história cultural, Silva se incumbiu da análise das mínimas manifestações da cultura local na tentativa de capturar as nuances que envolviam aquele

universo sociocultural. Além disso, para a abordagem do cotidiano evocou instrumentos da “descrição densa” da antropologia de Clifford Geertz. Depois de um capítulo inicial em que a preocupação esteve voltada para explicar a formação do município de Fazenda Nova no contexto regional, Deuzair Silva construiu os dois capítulos seguintes estreitando a relação entre cotidiano e cultura. Deste modo, concentrou-se na análise da família, o modo de sua constituição; a sexualidade; as relações de parentesco; a religiosidade na família e as festas religiosas, o estilo de vida, as particularidades do lar, a dieta da população e o trabalho.

Realizado esse breve apanhado acerca das especificidades de cada trabalho, incumbir-me-ei de traçar alguns aspectos gerais de ordem teórica e metodológica referentes a essas pesquisas que se dedicaram ao estudo sobre o cotidiano. Na maioria das investigações tratadas, há preocupação explícita em trazer à lume sujeitos históricos, regiões, vivências que não foram contempladas pelas linhas escritas pela historiografia regional: os trabalhadores rurais, a mulher gari, os tropeiros, os murrinhenses, os portuenses (também o norte de Goiás), os fazendanovences. Buscou-se, destarte, dar vez e voz às classes subalternas, aos “excluídos da história”, aos homens e mulheres comuns em sua vivência diária, nas ocasiões ordinárias e, algumas vezes, nas situações extraordinárias. Um estudo sobre o cotidiano guiado por uma

história dos anti-heróis e das anti-heroínas, de criaturas ordinárias, do “homem sem qualidades” [...] a história da vida cotidiana e privada é, finalmente, a história dos pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas “de lado”. Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma (PRIORE, 1997, p. 274).

Nesta incessante procura por resgatar a experiência histórica daqueles que não tiveram a oportunidade de registrar sua história de próprio punho, as fontes orais foram o meio primordial de acesso a essas vivências do passado. Entretanto, é necessário ressaltar que nem sempre as narrativas orais foram tratadas como registros de memória, portanto, merecedores de maior problematização, de reflexão sobre seus lugares e modos de enunciação, sobre os valores subjacentes a cada fala. Nesse trânsito



metodológico, a inquietação não era somente a de reconstituir as experiências desses agentes históricos marginalizados pela historiografia, a produção de fontes históricas também foi outro objetivo perseguido nesses trabalhos. Prova disso foi a constante confecção de anexos pomposos nessas pesquisas; seções nas quais as longas transcrições de entrevistas, os documentos inéditos, os registros inesperados foram adicionados pelos pesquisadores ao corpo do trabalho acadêmico como forma até de propiciar novas interpretações sobre o tema.

Outra questão a ser levantada é que quase todas as dissertações elencadas se tratam de análises voltadas para uma determinada história local (os trabalhadores rurais no município de Goiás, a mulher gari em Goiânia, as comunidades rurais no município de Goiás, a identidade morrinhense, os traços culturais dos portuenses, a dinâmica da vida cotidiana de Fazenda Nova). Nesse sentido, as tentativas de relacionar essa história local com a história regional e/ou com a história nacional se materializaram, em geral, na construção de um primeiro capítulo voltado para o contexto histórico abarcado. No que tange propriamente à análise do cotidiano dos diferentes objetos tratados, alguns trabalhos ficaram muito subsumidos a aspectos locais, desprovidos de qualquer tentativa de ilação com aspectos sociais ou culturais mais amplos. Embora ancorados em pressupostos da *Nouvelle Histoire*, muitos desses historiadores não seguiram a máxima de Le Goff de que “o cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento” (1995, p. 93).

A premissa dos *Annales* consistente na elaboração de uma história-problema nos remete a outra questão muito comum em alguns desses trabalhos. Para Le Goff (1995, p. 90), as mais recentes abordagens acerca do cotidiano só foram possíveis pelo cruzamento de alguns novos interesses da história: a transformação da arqueologia tradicional em arqueologia da cultura (e a conseqüente ênfase na cultura material típica do cotidiano); a bandeira da “democratização da história” desfraldada por Lucien Febvre; a erupção da história das mentalidades (que preconizou os modos de pensar, de sentir e agir das coletividades) e, sobretudo, com o casamento da história com a etnologia, o que possibilitou a formação de uma antropologia histórica. Neste ponto,

algumas ponderações devem ser feitas no tocante à forma como esse enlace disciplinar foi aplicado em alguns dos textos historiográficos regionais. Provavelmente pelas constantes aproximações com teorizações e procedimentos oriundos da antropologia, algumas dessas pesquisas abordaram o cotidiano numa postura muito mais descritiva do que analítica. Embora seja inegável que a descrição de determinados personagens, objetos, situações, comportamentos, modos de pensar, sentir, agir consista em um exercício muito interessante para o leitor, especialista ou não, penso que, para além da caracterização desses elementos de ordem material ou simbólica, que acabam deixando a abordagem muito “localista”, o grande desafio que se coloca é o de relacionar esses elementos e experiências locais com fatores sociais, econômicos, culturais ou políticos mais amplos. Não obstante, é preciso ressaltar que existiram alguns esforços de relacionar esse cotidiano local com aspectos socioculturais mais gerais relacionados a Goiás ou ao país.

Ainda que alguns posicionamentos encontráveis nessas investigações sejam, em meu ponto de vista, passíveis de críticas como as apresentadas, esses trabalhos se mostraram prechos de méritos e com certeza contribuíram, sobremaneira, com a construção de conhecimento histórico em Goiás. Dentre essas posturas exitosas estão: a recuperação de determinadas fontes, especialmente as orais, que se perderiam no tempo; a assunção ao palco historiográfico de alguns personagens históricos que foram invisibilizados pela produção historiográfica de até então; a elaboração de textos históricos que contribuíram para o conhecimento de regiões/municípios cuja história não havia sido objeto das penas de historiadores; a apresentação de novos objetos, temas e abordagens que não haviam sido praticadas na historiografia regional.

REFERÊNCIAS

ANZAI, Leni C. **Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1985.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**. Brasília, vol. 11, nº 1/2, p. 145-171, 2003.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa na Historiografia**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FALCON, F. J. C. O campo problemático da historiografia contemporânea. In: _____. **História Cultural: Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 17-32.

FONSECA, Maria L. **Coronelismo e Mandonismo Local – Morrinhos (1880-1930)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

GUARINELLO, Norberto L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.13-38, 2004.

GUMIERO, Maristela P. da P. **Os tropeiros na história de Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1991.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 3ª ed. Trad. Carlos N. Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra. 1989.

LE GOFF, J. História do Cotidiano. In: ÀRIES, P.; DUBY, G.; LE GOFF, J. **História e Nova História**. 3ª Ed. Trad. Carlos da V. Ferreira. Lisboa: Teorema, 1995, p. 85-96.

MALERBA, J. **A História na América Latina: ensaios de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

OLIVEIRA, Maria de F. **Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

PETERSEN, S. R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. **História & Perspectivas**, Uberlândia, 6, jan./jun., 1992, p. 25-44

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 259-274.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SERSOCIMA, Eliana A. **Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

SILVA, Deuzair J. **Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

SILVA, Rogério Chaves da. **O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacín sobre o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen.** Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

TOMAZINI, Maria L. V. **A mulher gari: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; _____. (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

_____. História Cultural e Historiografia Brasileira. **História: Questões & Debates,** Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun., 2009.

O USO DA ETNOGRAFIA ENTRE ARTISTAS E CIENTISTAS

Rosana Horio Monteiro
rhorio@gmail.com

Universidade Federal de Goiás (UFG)
Pós-doutora

Resumo

A partir de uma perspectiva dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia e de um diálogo entre os Estudos de Cultura Visual, a História da Arte e a História da Ciência, esse artigo, derivado de uma pesquisa que investiga as aproximações e hibridações entre os saberes produzidos colaborativamente por artistas e cientistas, problematiza o uso da etnografia pelos artistas. O processo colaborativo obrigou os artistas a se tornarem observadores-participantes para melhor entender as comunidades com as quais eles trabalham. Com base em entrevistas com artistas e cientistas e na análise das obras e de seus processos de criação, o artigo se concentra no estudo de dois projetos colaborativos desenvolvidos pelos artistas Marta de Menezes (*Decon*) e Herwig Turk (*Blindspot*) no interior de laboratórios científicos portugueses entre 2004 e 2009.

Palavras-chave: Arte, Ciência, etnografia

Abstract

From a perspective of Social Studies of Science and Technology and a dialogue between the Visual Culture Studies, Art History and History of Science, this paper, derived from a research that investigates the similarities and hybridizations between the knowledge produced collaboratively by artists and scientists, discusses the use of ethnography by artists. The collaborative process forced the artists to become participant-observers to better understand the communities with which they work. Based on interviews with artists and scientists and the analysis of the artworks and the artists' creative processes, the paper focuses on the study of two collaborative projects developed by artists Marta de Menezes (*Decon*) and Herwig Turk (*Blindspot*) within Portuguese scientific laboratories from 2004 to 2009.

Keywords: Art, Science, ethnography

Os estudos STS

Os anos 1970 testemunharam o fim da hegemonia mertoniana na sociologia da ciência. Com a grande repercussão do trabalho de Kuhn (1962), essa sociologia começa a receber fortes críticas já no final dos anos 1960 e algumas de suas premissas básicas, tais como a existência de uma lógica interna própria do conhecimento científico e a neutralidade da ciência, são discutidas e revistas. Começam a surgir então alternativas programáticas que se propunham, por exemplo, a rever a dissociação entre os aspectos sociais e os aspectos cognitivos da atividade científica.

Os seguidores dessa nova orientação na sociologia da ciência tenderam inicialmente a se referir à área como “Estudos de Ciência” (*Science Studies*) em contraste com aquela orientada mais institucionalmente. E na medida em que a tecnologia passou a ser incorporada também como objeto de interesse, a área passou a ser referida como “Estudos em Ciência e Tecnologia” (ou STS — *Science and Technology Studies*), para alguns, ou “Ciência, Tecnologia & Sociedade” (*Science, Technology & Society*), para outros.¹ A área, marcadamente interdisciplinar, tem refletido o diálogo entre cientistas sociais, historiadores, filósofos, antropólogos, incorporando contribuições dos estudos culturais e feministas em torno da ciência e da tecnologia.

Dentro dessa nova perspectiva da sociologia da ciência, o conhecimento passa a ser visto como o resultado de — e necessariamente envolvido em — processos sociais, e para tanto se constituem em metas dessa nova sociologia mostrar, de um lado, que o conhecimento é uma construção social, que ele é produzido mais do que descoberto, e, de outro, que o conhecimento pode ter qualquer forma — que ele não é somente verbal, ou proposicional.

Assim, a ciência deixa de ser vista como um fenômeno único, separado dos outros setores sociais. Dentro da perspectiva dos chamados STS, o conhecimento é

¹ Adoto nesse texto a terminologia STS, de *Science and Technology Studies*.

considerado como situado (*situated knowledge*) e a sua alegada objetividade passa a ser entendida como relativa, na medida em que ela é contextualizada. Em vez de cultura científica, mais adequado seria pensarmos em culturas científicas.

Mais recentemente, os STS têm voltado sua atenção para as transferências, traduções e mudanças de registro entre diferentes formas de conhecimento, passando a estudar, por exemplo, as relações entre a ciência e as artes, o que implica uma investigação de como o conhecimento científico afeta a arte e como ele é por ela apropriado.

Cada vez mais os pesquisadores em STS têm explorado o campo das artes, como se pode observar nas programações do encontro anual da 4S (*Society for the Social Studies of Science*) e nos artigos publicados nos principais periódicos da área (*ST&HV*, *SSS*)², além de outros mais voltados para a história da ciência e da tecnologia, como *ISIS* e *Technology and Culture*. A arte — e os trabalhos colaborativos entre artistas e cientistas — configuram um novo objeto de estudo para os STS, trazendo novos desafios para a área.

Que contribuição os estudos de STS — teórica e empiricamente — podem trazer para o estudo das relações entre arte e ciência? Como essas contribuições se relacionariam com as pesquisas já existentes na área de artes (estética, história da arte, sociologia da arte etc.)? Que tipo de diálogo pode ser estabelecido entre as áreas? Como os estudos de STS — e seus métodos — podem contribuir para um entendimento das mudanças de papéis e fronteiras entre a arte, a ciência e a tecnologia? Como os conceitos de expertise e experiência são (re)construídos entre artistas e cientistas? São questões exploradas pela pesquisa da qual esse artigo é derivado. O presente trabalho foca, em particular, nos trabalhos colaborativos desenvolvidos por artistas em espaços considerados de ciência, sobretudo o laboratório, e na apropriação pelos artistas de um método específico — a etnografia.

² *Science, Technology & Human Values* e *Social Studies of Science*.

Trabalhos colaborativos em Portugal

Portugal, através do programa Ciência Viva, em parceria com a Dgartes (Direção Geral das Artes), criou em 2007 a *Rede de residências: experimentação, arte, ciência e tecnologia*. Através desse programa foi definida uma rede de instituições científicas de acolhimento para artistas, onde são desenvolvidos projetos artísticos de caráter experimental e transdisciplinar, utilizando-se ferramentas e processos próprios dos laboratórios de investigação científica. Em cada centro de acolhimento, o trabalho do(a) artista é acompanhado por um(a) investigador(a) durante o período de residência. As áreas artísticas contempladas pelo programa são arquitetura, artes visuais, dança, design, música, teatro e outras apontadas como pluridisciplinares. Para a primeira edição, em 2007, foram apresentados 33 projetos, entre os quais oito foram selecionados. Os resultados dessas parcerias foram tornados públicos através de um ciclo de palestras — “Falar sobre arte e ciência” — e pela exposição “Experimentação arte, ciência e tecnologia”, no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa, eventos que aconteceram no decorrer de 2008. O segundo programa de residências recebeu 53 inscrições e foram selecionados 10 projetos artísticos, que foram desenvolvidos entre dezembro de 2009 e agosto de 2010. O segundo programa de residência foi estudado durante minha pesquisa de pós-doutoramento, em que acompanhei o artista austríaco, radicado em Lisboa, Herwig Turk, e seu trabalho no Instituto de Medicina Molecular (IMM), da Universidade de Lisboa.³

Ainda em Portugal foi criado em 2006 o Ectopia (do grego, fora do lugar), definido por sua idealizadora, a artista portuguesa Marta de Menezes, como um espaço para a criação de arte experimental em institutos de investigação científica. Ectopia oferece a artistas portugueses e estrangeiros residências artísticas em locais de investigação científica, formando uma rede de conexões que permite o trabalho colaborativo entre artista e cientista. Ectopia proporciona aos artistas residentes acesso à

³ A pesquisa de pós-doutoramento foi realizada no período de agosto de 2009 a agosto de 2010, com financiamento da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). *Prototype #1* apresenta os primeiros resultados da residência de Turk no IMM e pode ser visualizado em <http://www.herwigturk.net/works/prototype1/intro.html>



pesquisa biológica, que é desenvolvida no Instituto Gulbenkian de Ciência, em Oeiras. Durante o período de residência, os artistas são expostos à pesquisa através de seminários e discussões informais com cientistas, sendo encorajados a desenvolverem projetos em parceria. Além disso, os pesquisadores são convidados a estabelecerem parcerias com os artistas em seus projetos científicos.

Em Portugal, muitos espaços dedicados à ciência, tais como os museus, têm recebido exposições de arte contemporânea. Um exemplo é o Museu de História Natural de Lisboa e sua sala do Veado.⁴ Por outro lado, espaços de arte, como o Centro de Arte Manuel de Brito (CAMB), também oferecem atividades científicas, promovidas por instituições como o Instituto Gulbenkian de Ciência e o Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB).

Marta de Menezes se dedica há alguns anos a estudar a interação entre arte e biologia e é uma das artistas também investigadas por mim. Sua primeira experiência em bioarte, fruto de um trabalho de colaboração com o cientista Paul Brakefield, da Universidade de Leiden, na Holanda, foi *Nature?* (1999-2000). Em *Nature?*, produzida de acordo com os protocolos correntes do laboratório holandês, a artista cria um padrão específico para as asas de uma borboleta através de uma alteração no nível celular.

A artista relata, nos textos que acompanham o trabalho, que a alteração é feita somente no nível celular, e não genético. As asas da borboleta não têm nervos, sendo assim a microcauterização não provoca dor e os tecidos são completamente regenerados, com a ausência de cicatriz e células mortas.

No nível microscópico a manipulação é indistinguível, sendo a alteração apenas visível na aparência do padrão. As borboletas têm uma vida normal e as alterações não têm qualquer domínio sobre a evolução da espécie, ou seja, não se transmitem geneticamente. O padrão reinventado só pode ser visto uma única vez na natureza, como única hipótese, apenas durante o tempo de vida da borboleta. A apresentação do

⁴ Para conferir a programação, ver <http://www.mnhn.ul.pt/>.

trabalho é feita dentro de uma espécie de estufa que recria o ambiente natural com plantas, onde a artista processa a intervenção nas borboletas, que ali vão se desenvolver.⁵

Outro trabalho produzido por Marta de Menezes que destaco é o projeto *Decon*: Desconstrução, descontaminação e decomposição (2006), que em 2009 foi publicado em livro.⁶ Projeto desenvolvido durante residência no Laboratório de Tecnologia Enzimática e Microbiana do ITQB, *Decon* é uma pintura viva que se apropria da técnica de bioremediação — a descontaminação de rios através de bactérias “comedoras” que degradam pigmentos.⁷

Sobre Decon

Em *Decon*, Marta de Menezes utiliza métodos e materiais de biotecnologia para a criação de quadros literalmente vivos, que se desconstroem enquanto expostos. São réplicas de quadros geométricos de Mondrian (1872-1944) em meio — suporte — para crescimento de bactérias.

Os quadros têm cerca de 50x50x6cm e preenchem caixas retangulares de acrílico transparente em presença de Agar, meio de crescimento para bactérias. Essas caixas são uma versão gigante das denominadas placas de Petri, onde habitualmente se cultivam tais microorganismos. As bactérias ao serem incorporadas ao quadro degradam progressivamente os pigmentos das tintas enquanto se multiplicam. Com o passar do tempo, os quadros que compõem *Decon* perdem a cor. Cada quadro em decomposição é justaposto a outro similar, mas sem a presença das bactérias, formando o que em ciência se convencionou chamar de grupo controle.

⁵ Esse trabalho foi apresentado em 2000 na Ars Electronica, em Linz, Áustria. Ver <http://martademenezes.com/portfolio/projects/>

⁶ *Decon* participou da exposição Bios4-Arte biotecnológico y ambiental, realizada no Centro Andaluz de Arte Contemporânea (CAAC), em Sevilha, em 2007.

⁷ Ver <http://martademenezes.com/portfolio/projects/>

Os quadros que compõem *Decon* só existem como obras de arte enquanto em processo de decomposição. Segundo Marta de Menezes, esses quadros podem ser interpretados como um processo de morte e decomposição da obra de arte, um conceito que a artista já explorava em *Nature?*, trabalho em que as borboletas constituem-se em obras de arte que também vivem e morrem.

As bactérias em *Decon* atuam como colaboradoras ou assistentes no processo de criação da artista, além de serem igualmente parte da obra. Segundo a artista, em *Decon* é possível a visualização da desmaterialização da obra de arte: “aquilo que é habitualmente classificado como um objeto final — as reproduções de quadros de Mondrian — é progressivamente desconstruído ou decomposto ao longo do período de exposição da obra. *Decon* reúne elementos da história da arte e da investigação biotecnológica para criar obras de arte cujo suporte permite uma leitura do dinamismo dos seres vivos” (MENEZES, s/d).⁸

Marta investiga, tanto em *Nature?* como em *Decon*, as possibilidades que a biologia oferece para a criação artística, procurando retratar não só os avanços da ciência, mas sobretudo a incorporação de técnicas e materiais biológicos como novos meios artísticos: DNA, proteínas, células e organismos vivos, que oferecem oportunidade para a artista explorar novas formas de representação e comunicação.

Se em alguns casos o laboratório científico passa a ser utilizado como ateliê, em outros, assiste-se à própria transformação de uma galeria de arte em laboratório, como observa-se em *Nature?*, de Marta de Menezes, ou, então, em trabalhos desenvolvidos pelo Symbiotica⁹, como *Disembodied cuisine* (2003), que consistiu no cultivo em laboratório de bifes de células de rã. Esse projeto questionava a possibilidade de se criar

⁸ <http://www.nada.com.pt/?p=artigos&a=va&ida=8&l=pt>. Acesso em 20/07/2011.

⁹ SymbioticA, criado em 2000 na Austrália, pela bióloga celular Miranda Grounds, pelo neurocientista Stuart Bunt e pelo artista Oron Catts, foi o primeiro laboratório artístico dedicado à pesquisa, ao aprendizado e à crítica das ciências da vida. Instalado na School of Anatomy and Human Biology at The University of Western Australia, Symbiotica foi reconhecido a partir de 2008 como centro de excelência em artes biológicas.

alimentos de origem animal sem o abate. Os bifés produzidos durante a exposição foram consumidos ao final do período de exibição.

Outros artistas, como o brasileiro Eduardo Kac, por exemplo, não trabalham diretamente em laboratórios e suas obras são realizadas em parceria com cientistas, com os quais colaboram. Um exemplo é *Alba*, a coelhinha bioluminescente criada por Kac em 2000. Alba, uma coelha albina, cujo nome enquanto obra de arte é GFP Bunny, quando exposta a uma determinada luz resplandece em verde, tornando-se fluorescente. Alba foi criada artificialmente na França, com a ajuda dos cientistas Louis Bec, Louis-Marie Houdebine e Patrick Prunnet, utilizando uma mutação sintética do gene GFP da fluorescência da medusa *Aequorea Victoria* e é um dos primeiros exemplos de arte transgênica — a criação, por meio da genética, de um ser vivo orgânico complexo, artificial, para fins artísticos. Alba, no entanto, foi proibida de ser exibida como obra artística pelo laboratório onde foi geneticamente modificada.

Alguns artistas, ainda, têm mostrado que é possível trabalhar com biologia, por exemplo, sem utilizar laboratórios científicos, como é o caso de George Gessert, que cria plantas ornamentais com características novas fazendo cruzamentos seletivos de plantas no jardim de sua casa.¹⁰

Laboratório invisível

O austríaco Herwig Turk, radicado em Lisboa, trabalha em parceria com o cientista Paulo Pereira¹¹ desde 2004. Juntos desenvolveram o projeto “Blindspot”, cujas obras foram reunidas na exposição “Laboratório invisível”, no Museu de Ciências da Universidade de Coimbra (2009).

¹⁰ http://www.viewingspace.com/genetics_culture/pages_genetics_culture/gc_w02/gc_w02_gessert.htm.

¹¹ Paulo Pereira é biólogo molecular, pesquisador do Centro de Oftalmologia do Instituto de Pesquisa Biomédica em Luz e Imagem da Universidade de Coimbra, Portugal.

Todas as obras que integram o projeto *Blindspot — uncertainty, tools, agents, gaps, DNA film e referenceless* — foram criadas no contexto de um determinado laboratório científico, em colaboração com cientistas, sendo a maioria delas no laboratório coordenado por Paulo Pereira.¹² Produzindo vídeos, fotografia e instalações, em *Blindspot*, diferentemente da maioria dos trabalhos colaborativos entre artistas e cientistas, são abordadas questões relacionadas à percepção pública da ciência e à produção do conhecimento. Nas séries que compõem *Blindspot*, os equipamentos de laboratório mais do que simplesmente objetos são apresentados como personagens.

Também diferentemente da maioria dos trabalhos colaborativos em arte e ciência, Paulo Pereira assume-se como coautor em algumas obras.¹³ Artista e cientista definem de fato uma parceria em que ambos voltam seus olhares para a prática científica, para o que (e como) os cientistas de fato fazem, e não mais somente para os produtos da ciência, especialmente o seu produto intelectual, o conhecimento. Entenda-se cultura nesse contexto como denotando o campo de recursos sobre o qual os cientistas se baseiam em seu trabalho, e prática referindo-se aos atos de fazer (e desfazer) que eles realizam nesse campo. Nesse sentido, cientista e artista incorporam, por exemplo, conceitos desenvolvidos por autores tais como Latour & Woolgar, em *Vida de laboratório* (1979).¹⁴

Embora Marta de Menezes e Herwig Turk desenvolvam trabalhos colaborativos com cientistas, a partir de residências artísticas no interior de laboratórios científicos, e experimentando a prática etnográfica, a abordagem dos dois é bastante diferente. Marta é representante, como destaquei anteriormente, dos artistas que vêm trabalhando com bioarte e concentram o desenvolvimento de seus processos no interior mesmo dos laboratórios, se apropriando de procedimentos científicos, que são reproduzidos nos espaços expositivos. Turk, ao contrário, ao adotar uma postura etnográfica latouriana,

¹² Ver <http://www.herwigturk.net/index.html>

¹³ A questão da autoria nos trabalhos colaborativos, sobretudo no contexto da prática etnográfica, será discutida mais adiante.

¹⁴ Retomarei adiante a abordagem etnográfica proposta por Latour & Woolgar, que orienta Turk em suas residências em laboratórios científicos.

preocupa-se mais com a vida no e do laboratório onde ele está inserido; é a prática científica que interessa a ele. Segundo o artista, se “ficas muito ocupado com as entidades físicas e técnicas perdes a distância do observador, deixas de poder fazer a mediação e a tradução para algo mais geral, para um mundo exterior ao laboratório.” (URBANO, 2010)

A prática etnográfica

Na prática etnográfica, o pesquisador, ao retornar do campo, frequentemente se depara com algumas inquietações. Essas inquietações dizem respeito, de um lado, à especificação do discurso etnográfico — Quem fala? Quem escreve? Quando e onde? Para quem? Sob que circunstâncias históricas, institucionais, políticas? — e, de outro, à forma textual usada — Como alcançar através dos meios escritos o que a fala cria e fazer isso sem simplesmente imitar a fala?

No relato etnográfico proliferam-se muitas vozes, e a uma voz, em geral a do etnógrafo, é dada a função autoral, central, e às outras o papel de fontes, informantes, para serem citados e parafraseados. Como Clifford & Marcus (1986, p. 17) atestam, etnografias são arranjos hierárquicos de discursos, em que o etnógrafo assume o papel de arquivista e observador-intérprete, cabendo aos informantes a posição de coautores. Mas, como os mesmos autores afirmam, ninguém lê a partir de uma posição neutra e final, o que vale tanto para o pesquisador-autor como para o leitor-observador, já que, tendo em vista a perspectiva de análise desse trabalho, o que se convencionou como verdade é fruto de uma construção social: as verdades etnográficas são inerentemente parciais, visto que “é impossível saber alguma coisa segura sobre outras pessoas”, pois “conhecimento é poder e não se deve nunca revelar tudo o que se sabe” (CLIFFORD & MARCUS, 1986, p. 17).

Ao descrever um determinado ambiente social e as atividades dos atores que atuam nesse ambiente, o trabalho etnográfico está representando relações de poder. E o que é descrito como realidade nada mais é do que um conjunto de códigos sociais e

convenções, dentro dos quais os intérpretes constantemente constroem a si próprios através dos outros que eles estudam. Por isso, como nos mostram Clifford & Marcus (1986, p. 12), “na etnografia, a voz do escritor penetra e situa a análise, substituindo as metáforas dominantes do olho observador para a da fala expressiva”. Assim, espera-se que através das práticas textuais, das representações textuais adotadas, o leitor possa identificar esses contextos de poder. O caso dos artistas estudados, que assumem o papel de etnógrafos, tais práticas são também visuais.

No contexto dos STS, já no final dos anos 1970 aparecem os primeiros estudos etnográficos de laboratório, a partir dos quais novas visões sobre a heterogeneidade das culturas científicas e tecnológicas começaram a ser desenvolvidas. Hess (2001) aponta duas gerações ou redes de pesquisadores que trabalham com etnografia no campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia. A primeira geração atuou nos limites da corrente de STS conhecida como sociologia do conhecimento científico (SSK)¹⁵, cuja ideia central era a construção social do conhecimento. Essa geração colocava-se contrária à visão ingênua de que o trabalho científico era um processo puramente racional de representação da natureza que se revelava em observações transparentes.

Uma segunda geração de etnografias mostrou-se mais orientada em direção aos problemas sociais, abrindo-se para outros campos de estudo, além do laboratório e das controvérsias científicas, que predominaram nos estudos da primeira geração, dedicando mais tempo ao campo. Característica marcante dessa nova geração é a maior centralidade dos conceitos de cultura e de poder em relação à ideia de construção social do conhecimento, já amplamente aceita.

A etnografia entre os artistas

Pouco ainda tem sido escrito sobre a presença na arte contemporânea do que Hal Foster (1999) chamou de o “artista como etnógrafo”, sobretudo no contexto brasileiro.

¹⁵ Sociology of Scientific Knowledge.

Esse movimento dos artistas em direção à etnografia assinala uma mudança no entendimento do artista como produtor de objetos para o de facilitador, educador, coordenador, burocrata, arqueólogo e etnógrafo (DESAI, 2002).

É a partir dos anos 1970 e 1980, com a aproximação entre teoria crítica e arte, impulsionada pelos movimentos feministas, de direitos civis, pelo movimento gay, que artistas encorajam-se para confrontarem a hegemonia das instituições artísticas, resultando em um subsequente dismantelamento de definições limitadas de arte e do próprio artista. Várias práticas artísticas emergiram a partir de então, tais como a arte pública, o *site-specific*¹⁶, a arte baseada na comunidade e a performance. De acordo com Desai,

essas práticas desafiaram entre outras coisas a ideia de um objeto artístico autorreferencial independente de seu contexto ou localização, a autoridade artística, a canonização de meios artísticos específicos e a qualidade transcendental de uma obra de arte que determinasse seu apelo universal. Essas novas práticas inseriram a arte em um campo cultural mais amplo. (2002, p. 308)

O entendimento do processo artístico nessa forma mais ampliada privilegiou o processo colaborativo em detrimento do produto artístico, característica dos trabalhos desenvolvidos por artistas e cientistas, conforme já apontado anteriormente, inserindo a experiência como palavra de ordem. O processo colaborativo obrigou os artistas a se tornarem observadores-participantes para melhor entender as comunidades que eles escolhessem para se engajar. Em outras palavras, os artistas passaram a dispendar tempo em diferentes comunidades, conversando informalmente com várias pessoas, lendo sobre a comunidade e frequentemente conduzindo entrevistas na expectativa de compreenderem as experiências da comunidade, o que em certo sentido transformou os artistas em etnógrafos. (DESAI, 2002)

Foster (1999), no entanto, argumenta que essa mudança paradigmática para a etnografia na arte contemporânea é altamente problemática, pois encoraja o que ele

¹⁶ O termo *site-specific* refere-se a obras criadas de acordo com o ambiente e com um espaço determinado.

chama de “pseudoetnografia”, uma vez que muitos artistas não seguem a metodologia etnográfica de modo tão fiel. Ao contrário, como Foster aponta, o artista entra numa determinada comunidade por um dia ou uma semana, entrevista algumas pessoas, e depois produz o seu *site-specific* baseado naquela breve interação. Essa prática, contudo, não é observada nos trabalhos de Marta de Menezes, cujas obras desde *Nature?* têm sido produzidas a partir de longa inserção nos laboratórios onde suas experimentações artísticas são desenvolvidas. Em muitos casos, tais experimentos transformam-se em pesquisas de doutoramento desses artistas, como é o caso da própria Marta, que é aluna regular no *The Arts and Genomics Center* da Universidade de Leiden, na Holanda.

Para Desai, o problema com as ditas “pseudoetnografias” é que “precisamente as relações sócioeconômicas e políticas, que sublinham a representação, são escondidas” (2002, p. 310). Outro problema relaciona-se à autoridade artística, que permanece intacta, através da assinatura da obra, sem a identificação de outros atores colaboradores, com o artista, mantendo, assim, a autoria exclusiva da obra. Paulo Pereira e Herwig Turk, em *Blindspot*, apresentam-se como uma contracorrente nesse contexto, uma vez que ambos reconhecem-se como autores e participam conjuntamente das exposições de seus projetos artísticos.¹⁷ Segundo Marta de Menezes, existe uma resistência por parte das galerias de arte em exibirem tais trabalhos colaborativos, com a identificação dos cientistas também como autores.¹⁸

Entre nativos e nativos

No contexto dos STS, o termo “trabalho de campo” inclui vários pontos de exposição e triangulação, tais como participar de conferências, trabalhar em laboratórios e escolas, participar de *chats* virtuais, entrevistar uma ampla variedade de pessoas

¹⁷ Ver o cartaz da exposição *Blindspot*, em que a figura central é a de Paulo Pereira, cientista:
<http://www.theblindspot.org/typo3/index.php?id=3>

¹⁸ Comunicação informal feita à autora desse artigo.

associadas com a comunidade estudada, ler uma vasta literatura técnica, trabalhar em arquivos, desenvolver relações de longa duração com os informantes, entrevistar pessoas leigas e externas ao ambiente de pesquisa, fazer parte de organizações de ativistas e de movimentos sociais e promover, em alguns casos, serviços que possam ajudar a comunidade (escrever ou apresentar palestras sobre aspectos sociais, históricos, ou políticos da comunidade).¹⁹ Como escreveu George Marcus (1998), ser capaz de informar alguém de sua própria comunidade (acadêmica ou outras, inclusive artística) sobre o que está acontecendo no cenário de seu projeto e no campo de tal forma que satisfaça a curiosidade de seu ouvinte/leitor ou observador/espectador, no caso das obras de arte.

Na perspectiva de um suposto padrão de qualidade da prática etnográfica, o pesquisador desenvolve uma competência quase nativa nos aspectos técnicos da ciência e da tecnologia envolvidas. Isso significa que o pesquisador deve mostrar controle da literatura equivalente àquele dos expertos e, em alguns casos, até superior a eles (quando o pesquisador debruça-se sobre arquivos que não são em geral lidos pelos pesquisadores contemporâneos). Ou seja, os pesquisadores quase nativos são capazes de entender o conteúdo e a linguagem do campo estudado — sua terminologia, teorias, descobertas, métodos, e controvérsias — e são capazes de analisar o conteúdo de forma competente com respeito às relações sociais, estruturas de poder, significados culturais e à história do campo.

Mas, como saber o quanto desse conhecimento é necessário para que o pesquisador possa conduzir sua pesquisa? A aquisição de conhecimento técnico específico à área a ser estudada por parte dos pesquisadores-etnógrafos tem sido bastante discutida pela literatura. Em *Vida de laboratório* (1979), estudo pioneiro de etnografia de laboratório, Latour e Woolgar defendem a observação da ciência em ação por observadores *naïve*, completamente estranhos à cultura dos modernos laboratórios. Conforme os autores, somente um observador totalmente *naïve* pode evitar os riscos de

¹⁹ Ver Hess (2001).

uma aceitação não crítica do ponto de vista do cientista. Um completo estranho é capaz de perceber os aspectos igualmente estranhos do mundo observado, questionar as práticas e as crenças vistas como autoevidentes pelos nativos, e por isso lançar nova luz sobre as atividades familiares.²⁰ Talvez isso explique, em parte, as referências a Latour presentes no discurso de Herwig Turk sobre o seu processo de criação.

Collins (1984), por outro lado, defende uma abordagem para o estudo da ciência que ele chama de ‘compreensão participante’, baseada na aquisição de uma ‘competência nativa’. O autor afirma que “o pesquisador necessita desenvolver na medida do possível as competências nativas do grupo científico em estudo”, pois, sem isso, “os atos ou símbolos que são parte da sociedade nativa permanecem sem interpretação” (1984, p. 91). Por competência nativa Collins entende a compreensão das regras da cultura sendo investigada, que faz com que os significados, as percepções e os atos do membro nativo sigam seu curso naturalmente. O autor considera que somente um contato com a literatura técnica não é o suficiente. O pesquisador necessitaria adquirir o “conhecimento tácito” dos cientistas nativos, o qual, segundo ele, seria mais bem alcançado através do contato face a face. Em alguns trabalhos colaborativos os artistas frequentam inclusive eventos científicos da área como convidados, apresentando comunicações individualmente ou em parceria com os cientistas com quem trabalha.

Good & Good (1993) referem-se à competência como sendo uma qualidade do conhecimento e das habilidades, ou seja, ao que alguns autores chamam de conhecimento explícito e conhecimento tácito. O primeiro corresponderia à informação ou instruções que podem ser formuladas em palavras ou símbolos e por isso podem ser estocadas, copiadas e transferidas por meios impessoais, tais como documentos escritos ou arquivos de computador. O conhecimento tácito, por outro lado, é o conhecimento que não foi (e talvez não possa ser) formulado explicitamente e, por isso, não pode efetivamente ser estocado ou transferido inteiramente por meios impessoais.

²⁰ Para uma leitura crítica das ideias latourianas a partir da perspectiva da antropologia da ciência e da tecnologia, ver Martin (1998).

Em torno do conhecimento tácito

Conforme Collins (2001, p. 72), pode-se definir ‘conhecimento tácito’ como o “conhecimento ou habilidades que podem ser transmitidas entre os cientistas através de contato pessoal, mas que não podem ser, ou não foram, dispostas ou transferidas para fórmulas, diagramas, ou descrições verbais e instruções para a ação.”

Polanyi (1958), com *Personal knowledge*, foi quem primeiro introduziu de uma forma mais sistemática a ideia de um conhecimento tácito em ciência. Para ele, falar em conhecimento tácito significa compreender dois conceitos — o de habilidade e o de expertise (ou *connoisseurship*). O primeiro seria a arte de fazer; o outro, a arte de saber.²¹

O exemplo clássico de Polanyi é o de como se aprende a andar de bicicleta. Muitos de nós sabemos perfeitamente como andar de bicicleta, ainda que achemos impossível colocar em palavras como fazer isso. Não há livros que ensinem a andar de bicicleta e quando alguém ensina uma criança não lhe dá longas listas de instruções escritas ou verbais, apesar de tentar mostrar o que fazer e encorajá-la no processo inevitavelmente demorado de tentativa e erro da aprendizagem. Aprende-se, portanto, a andar de bicicleta sem saber como se faz, isso porque, como Polanyi argumenta, “sabemos mais do que podemos dizer” (1958, p. 70).

Uma característica comum do conhecimento tácito, presente tanto nas habilidades como na expertise, é que a forma de comunicá-lo é por exemplos e não por descrições explícitas. A aquisição da competência, tanto por parte do pesquisador-observador — ou do artista-pesquisador — como pelos atores estudados, está diretamente relacionada à aquisição de conhecimento e experiência. Como defende Collins (1990, p. 8), “sabemos mais do que podemos dizer, e se chegamos a saber mais do que podemos dizer é porque aprendemos pela socialização e não pela instrução”.

²¹ Para uma revisão da literatura que investiga o papel do conhecimento tácito na ciência, ver Oliveira (2000).

Com relação ao papel do investigador/artista, não defendo aqui que ele/ela deva tornar-se um experto na área em estudo, mas sim um indivíduo “bem-informado”, ou como Atkinson (1995) bem define, alguém com bom conhecimento de receita (*recipe-knowledge*). Cabe ao investigador/artista ser capaz de se perguntar como o conhecimento especializado do outro é produzido, usado e garantido nos ambientes sociais em análise.

Concordando com Löwy (1997), observadores, *naïves* ou nativos, podem distorcer o ambiente observado. Discutir com os atores, entrevistá-los sobre os seus papéis, confrontá-los com documentos e outras declarações passadas, pode mudar a forma como eles percebem eventos passados, mas também influenciar suas ações presentes. Tornar-se nativo talvez seja útil no estudo da ciência contemporânea, mas os investigadores que observam as atividades dos cientistas ainda necessitam decidir o quão “nativo” devem ser, e por quanto tempo. E essa observação aplica-se também ao artista que em algumas circunstâncias assume o papel de etnógrafo em espaços considerados de ciência.

Considerações finais

Concomitantemente ao lugar ocupado pelo laboratório nas atividades artísticas, nos trabalhos colaborativos desenvolvidos por artistas e cientistas o componente fundamental passa a ser o processo de criação artística, não mais o objeto artístico, o que faz com que a própria natureza artística de algumas obras seja questionada, sobretudo aquelas menos visuais e mais conceituais, como as criadas por Joe Davis, apontadas muitas vezes como puramente científicas.

Davis tem trabalhado em laboratórios e criado ele mesmo moléculas de DNA contendo imagens ou frases codificadas. O artista concluiu em 1988 o projeto *Microvenus*, iniciado em meados de 1980 e considerado o primeiro trabalho artístico criado com técnicas recombinantes de biologia molecular. *Microvenus* foi construído a partir de moléculas sintéticas de DNA e desenvolvido em cooperação com a geneticista molecular Dana Boyd, no Departamento de Microbiologia e Genética Molecular da Faculdade de Medicina de Harvard e em Berkeley, na Universidade da Califórnia. Davis refere-se a *Microvenus* como moléculas artísticas que contêm um ícone visual codificado representando a genitália externa feminina. Davies codificou em DNA a imagem dos genitais femininos e introduziu essa molécula de DNA em bactérias.

Alguns autores destacam o papel dos artistas envolvidos nesse tipo de projeto como mediadores entre as aplicações da ciência e o público. Segundo Costa,

enquanto algumas criações artísticas são celebrações da tecnociência, outras expressam as suas ambivalências e ainda outras expõem uma mistura de reações que englobam a reverência, o maravilhamento, a esperança, o medo, o ceticismo e a crítica (2007, p. 18).

Os trabalhos em arte e ciência permitem, em particular, debater as fronteiras entre a arte e a ciência, o humano e o não-humano, o natural e o artificial, o vivo e o não-vivo. Alguns trabalhos celebram a hibridação dos seres e de saberes, completa Costa (2007). As obras de alguns artistas podem contribuir para substituir a imagem da ciência e da técnica como uma fonte inesgotável de progresso, e, por outro lado, promover o debate crítico sobre o papel da ciência e das suas aplicações na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

Atkinson, P. *Medical talk and medical work*. London: Sage, 1995.

Clifford, James and Marcus, G. E. *Writing culture*. The poetics and politics of ethnography. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1986.

Collins, Harry M. Tacit knowledge, trust and the Q of Sapphire. *Social Studies of Science* 31/1 (February 2001) 71-85.

Costa, P. F. da (Org.). *Ciência e bioarte: encruzilhadas e desafios éticos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007.

Desai, D. Working with people to make art: oral history, artistic practice and art education. *The Journal of Social Theory in Art Education*, 21, 72-90, 2000.

Foster, H. The artist as ethnographer? In Foster, H. *The return of the real*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1999, p. 171-204.

Good, B. J. and Good, M.-Jo D. Learning medicine. The constructing of medical knowledge at Harvard Medical School. In S. Lindenbaum and M. Lock. *Knowledge,*

power, and practice. An anthropology of medicine and everyday life. Berkeley and Los Angeles, CA: University of California Press, 1993, pp. 81-107.

Haraway, D. Situated knowledges: The science question in feminism as a site of discourse on the privilege of partial perspective. *Fem. Stud.* 14(3): 575-99, 1988.

Hess, D. Ethnography and the development of Science and Technology Studies. In Atkinson, P. et all. (ed.). *Handbook of ethnography.* London: Sage, 2001, p. 234-245.

Hess, D. *Science Studies.* An advanced introduction. New York: New York University Press, 1997.

Kac, E. *Signs of life: bioart and beyond.* Cambridge, Mass.: MIT Press, 2007.

Latour, B. & Woolgar, S. (1979). *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

Löwy, I. Participant observation and the study of biomedical sciences: Some methodological observations. In Söderqvist, T. (ed.) *The historiography of contemporary science and technology.* Amsterdam: Harwood Academic Publishers, 1997, p.91-107.

Martin, E. Anthropology and the cultural study of science. *Science, Technology & Human Values*, vol. 23, nº 1, winter 1998, p. 24-44.

Menezes, M. de. Decon: desconstrução, descontaminação, decomposição. *Nada.* Revista sobre tecnocultura, pensamento, arte e ciência. <http://www.nada.com.pt/?p=artigos&a=va&ida=8&l=pt>. Acesso em 20/07/2011.

Menezes, M. de. *Decon: deconstruction, decontamination, decomposition.* Portugal: Ectopia, 2009.

Menezes, M. de e Graça, L. Bio-Arte: intersecção de duas culturas. In: Costa, P. F. da (Org.). *Ciência e bioarte: encruzilhadas e desafios éticos.* Lisboa: Caleidoscópio, 2007, p. 23-36.

Monteiro, R. H. Videografias do coração. Um estudo etnográfico do cateterismo cardíaco. *Tese de doutoramento.* Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

Oliveira, V. P. de. O conhecimento tácito na transferência de conhecimento científico: Mr. Data aprende a dançar. *Textos para Discussão*, nº 31, Campinas, SP: DPCT/IG/Unicamp, 2000.

Panofsky, E. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2002, 3ª. edição.

Polanyi, M. *Personal knowledge*. Towards a post-critical philosophy. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

Turk, H. e Pereira, P. *Blindspot*. Catálogo da exposição. Portugal, 2009.

Urbano, J. O ponto de vista da cegueira: restos e sobras da vida em laboratório. Entrevista a Herwig Turk e Paulo Pereira. *Nada*. Revista sobre tecnocultura, pensamento, arte e ciência, n. 14, março, 2010, p. 112-131.

ÁGUAS URBANAS COMO ELEMENTOS DE ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO: USOS E VALOR NA CIDADE CONTEMPORÂNEA¹

Sandra Catharinne Pantaleão

sandrinhapanta@gmail.com

Universidade Estadual de Goiás

Mestre em Geografia

Resumo

Londrina, cidade planejada sob a égide do modernismo, apresenta um processo de ocupação intrínseco aos elementos naturais do sítio sobre o qual se implantou, em que é possível definir momentos chaves da expansão urbana, analisando-se o papel das microbacias como elemento de ordenação e regulação deste crescimento, definindo-se fenômenos desta tessitura. Para tanto, foram selecionadas três microbacias², pois estão inseridas no espaço urbano de Londrina no sentido oeste-leste, a saber: o Ribeirão Cambé; o Ribeirão Jacutinga e o Córrego Esperança. São estudos empíricos que pretendem elucidar melhor os elementos reguladores do crescimento urbano de Panerai (2006), a fim de identificar às relações existentes entre as microbacias urbanas e a organização do ambiente construído.

Palavras-chave: análise urbana; microbacias urbana; Londrina

Abstract

Londrina is a planned city with modernists 'principle. The process of occupation was influenced by the natural elements. There is a relationship between territory and urban design which it is possible define key moments of urban expansion from the analysis it. The watersheds were considered as elements of planning and regulation in growth, becoming important elements of urban configuration. In this survey, three watersheds were selected to analyze due to its contribution to urban form east to west, namely: Ribeirão Cambé; Ribeirão Jacutinga e o Córrego Esperança. This survey is an empirical study that seeking to elucidate the regulatory elements of urban growth's Panerai (2006), in order to identify the relationship

¹ O presente artigo apresenta algumas discussões desenvolvidas na Dissertação de Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, "*Rugosidades Urbanas em Londrina: descompassos socioambientais na apropriação dos corpo d'água*", sob a orientação da Professora Dr.^a Yoshiya Nakagawara Ferreira.

² São nove as microbacias hidrográficas que cortam o município de Londrina, a saber: Cafezal, Cambé, Limoeiro, Jacutinga, Lindoia, Três Bocas, Apertados e Ribeirão dos Cágados. Dessas, seis estão inseridas no perímetro urbano com inúmeras nascentes que estruturam e configuram a paisagem urbana da cidade.

between the watersheds and the organization of the urban built environment.

Palavras-chave: urban analysis; urban watersheds; Londrina.

Introdução

Londrina, localizada no norte paranaense, caracteriza-se como uma cidade planejada e implantada desde meandros dos anos 20 do século passado, integrada a um projeto de organização espacial regional de áreas à esquerda do Rio Tibagi. Nesta organização de caráter inicialmente colonizador, os recursos hídricos foram fundamentais para a estruturação do território, demarcando locais e regiões no interior do país. A partir daí, observa-se uma ocupação territorial em que vários fenômenos interferem nas relações entre os elementos naturais e construídos ao longo do tempo.

O processo de crescimento de Londrina se desenvolveu a partir de permanências e dinâmicas urbanas, à medida que a expansão territorial foi conformando diferentes tessituras, em que fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais se expressam por meio de paisagens sínteses de cada um dos períodos de maior transformação da cidade, que coincidem com as primeiras ocupações em cada uma das microbacias presentes em seu perímetro. Nessa pesquisa, foi utilizada a abordagem de Panerai (2006) acerca dos elementos reguladores de crescimento urbano.

A partir deste método de análise urbana, foi possível cartografar três períodos de grandes transformações do tecido urbano de Londrina, que coincidem com a ocupação das três microbacias: Cambé, Jacutinga e Esperança, entre 1929 e 2009. Desse modo, foram considerados: os aspectos fisiográficos do sítio, as condicionantes socioeconômicas, as intervenções municipais de normatização, por meio de legislações urbanísticas; pontos-chaves para compreender o quadro da cidade atual, evidenciando o espaço-tempo e suas características. Na distinção da cidade, pelas suas três microbacias urbanas, são expressos também três períodos distintos, sendo também importantes elementos de configuração da paisagem urbana, permitindo análises sobre as nuances do processo de crescimento.

1. Cidade contemporânea: justaposição de tecidos urbanos

A abordagem desenvolvida, nesta pesquisa, baseia-se no método desenvolvido por Panerai (2006) de análise urbana, apoiando-se em dados iconográficos, que foram objeto de leitura, tendo em vista que a fragmentação do território da atualidade supera as análises visual e sequencial das paisagens urbanas, pois não existem mais conjuntos isolados ou elementos

contínuos que possam ser aprendidos em sua totalidade, considerando que a escala de abordagem é metropolitana, isto é, a cidade construída por *rugosidades urbanas*.

É preciso habituar-se a visões fragmentárias, perder a ilusão de tudo ver, aceitar o engarrafamento e a impossibilidade de estacionar. Memorizar aquilo que mal se teve tempo de antever. Orientar-se e encontrar-se, ler mapas rodoviários, saber parar, trabalhar com amostras sem perder um entendimento de conjunto. (PANERAI, 2006, p. 43)

Além disso, a constituição do tecido urbano se processa ao longo do tempo, resultando em configurações espaciais distintas e em diferentes níveis, o que resulta em áreas distintas, a saber: tecidos com sedimentação histórica, tecido em consolidação ou tecidos em estágio inicial de formação. Londrina apresenta estas três tipologias de tecido urbano apontadas por Panerai (2006), que podem ser delimitados, considerando a macroescala urbana, pelas próprias microbacias, constatando a influência dos cursos d'água na estruturação da paisagem da cidade.

O autor também explicita (2006, p. 62) que a formação do pólo de crescimento marca no tecido urbano, “[...] um lugar singular, um local de concentração que indica a acumulação histórica, o valor comercial, a carga simbólica [...]”, sendo o centro da cidade, o lócus, que nas palavras de Rossi (2001, p. 147) são definidos como “[...] aquela relação singular mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar”. No entanto, como bem observa Panerai (2006), o caráter simbólico do pólo de crescimento foi se perdendo em função das transformações que a as outras atividades foram impregnando no processo de urbanização, assumindo um caráter econômico e de indução de crescimento sem considerar os próprios elementos naturais.

Desse modo, a análise busca identificar a concentração das atividades que se desenvolvem pelas vias ou margens do tecido urbano; em seguida, o território percebido, a visão tridimensional dessas áreas lindeiras e, por fim, o território historicamente constituído, com a leitura de dados históricos e cartográficos, associados ao conhecimento das características do sítio, visando identificar o sistema que gerou a atual organização espacial. Com isso, entendemos que esses três níveis colocados pelo autor, permite-nos discutir e refletir sobre o papel das microbacias urbanas ao longo da construção da cidade de Londrina.

Panerai, em suas proposições (2006, p. 51): “[...] o conjunto de fenômenos de extensão e adensamento apreendidos de um ponto de vista morfológico, isto é, a partir de sua

inscrição material no território.”, além das questões referentes “[...] a história local, a estrutura de poder e os conflitos políticos” que interferem na constituição do tecido urbano, definindo relações complexas entre crescimento e desenvolvimento:

Se uma certa prosperidade – ou ao menos algum recurso financeiro – é necessária também uma vontade política forte e de longo prazo. Tal vontade pode existir em períodos de recessão ou estagnação econômica e valer-se justamente de projetos de extensão ou ordenamento urbano como motor para a retomada e antecipação do desenvolvimento. (PANERAI, 2006, p. 52)

Nesse particular, reportamos à especificidade dessas ações em relação aos cursos d’água urbanos, tendo como referência os tipos de uso e a evolução da ocupação urbana e as ações de ordenamento territorial. Para tanto, observamos as funções urbanas que assumem os corpos d’água, os quais possuem um caráter universal, tendo em vista a sua transposição para diferentes contextos e épocas distintas.

Os períodos escolhidos para a análise se reportam, primeiramente, desde os antecedentes da ocupação norte paranaense até a formação do núcleo pioneiro de Londrina, contextualizando a dinâmica socioeconômica pós-período colonial brasileiro, referente à economia cafeeira, transição de Império à República. A importância desse panorama, em termos nacionais, tornou-se pertinente devido à própria criação de Londrina: núcleo sede da Companhia de Terras Norte Paranaense (CTNP), formada por ingleses e fazendeiros paulistas, a qual financiou a construção dos eixos férreos da região, até então, meados da década de 1920, esquecidas pela Província do Paraná, transformando o Planalto Apucarana numa das mais dinâmicas regiões do interior brasileiro, quase sempre “desvalorizado”, se comparado com a faixa litorânea, historicamente.

São os aspectos econômicos que predominam nesse período, cuja dinâmica rebate-se também sobre a escolha dos locais e da distribuição dos núcleos urbanos, estruturados ao longo da via férrea e suas relações com os aspectos fisiográficos. Passamos, desse modo, a uma análise intra-regional do espaço norte paranaense, para, depois, em escala intraurbana, evidenciar as relações existentes entre os corpos d’água e a sociedade, elegendo como objeto de análise, a microbacia do Ribeirão Cambé, no perímetro urbano de Londrina. Delimitamos a gênese de formação de suas vertentes entre as décadas de 1930 e 1950, para retomarmos, aos dias atuais, após a apresentação da gênese de formação das outras duas bacias escolhidas para a presente pesquisa.

O segundo momento refere-se à expansão norte do núcleo urbano de Londrina, tomando como principal referência a atuação dos agentes públicos, das três esferas – municipal, estadual e federal – na implantação de áreas voltadas para a habitação de interesse social, cujo pano de fundo é a microbacia do Ribeirão Jacutinga, inserida às margens do perímetro urbano, no limiar da área rural.

A gênese de formação dessa espacialidade inicia-se na década de 1960, com o Plano Diretor de 1968, responsável por definir o zoneamento da cidade, uso e ocupação, bem como prever as áreas sujeitas a absorver a expansão urbana, ainda próxima à região central, mas em direção à vertente dos Rios Quati e Lindoia. Na década de 1970, a expansão da cidade é incitada pelas políticas públicas de habitação, conjugada às crises da produção agrícola, dando uma nova fisionomia à região norte. Tomamos assim, como delimitação temporal, meados da década de 1960 e 1970 como o período de formação das relações entre os corpos d'água urbanos e a sociedade, para, em seguida, caracterizá-las nos dias atuais.

Como terceiro momento de estruturação da paisagem intraurbana de Londrina, consideramos o período final da década de 1980 até os dias atuais, pontuando o uso e a ocupação do solo na microbacia do Esperança, integrante da bacia hidrográfica do Ribeirão Cafezal, localizado no setor sul da cidade.

Ainda, verificamos a instalação de instituições de ensino, redes de abastecimento e serviços, bem como a inserção de elementos exógenos à realidade das cidades médias (SPOSITO, 2001), mas que tem sido um fenômeno recorrente: a implantação de condomínios residenciais fechados na periferia das cidades, que, para proporcionar segurança e qualidade de vida, valorizam a natureza como uma amenidade aos problemas urbanos.

O processo de configuração da paisagem de Londrina, evidenciando os corpos d'água, possibilita trazer algumas reflexões acerca da dinâmica urbana, com seus atores e aspectos de diversas naturezas, contribuindo para que o entendimento desse processo, seja ferramenta fundamental nas ações, propostas, projetos e intervenções sobre o espaço.

2. Microbacias urbanas: entre permanências e dinâmicas na configuração de Londrina

A análise engendra pela perspectiva evolutiva dinâmica, o que possibilita entender a cidade como um conjunto, pois adentramos pelos momentos de ruptura: ampliações importantes até a sua estabilidade e avanços bruscos que resultaram em impactos na cidade como um todo. Assim, ainda que a leitura percorra a configuração da paisagem atual, sabemos

que esta é, também, um período “transitório da evolução”, com partes mais estáveis ou mais dinâmicas.

Para tanto, a cartografia produzida evidencia a relação intraurbana do tecido, onde estão demarcadas as continuidades ou descontinuidades de crescimento, especialmente pela ampliação do núcleo urbano original. Outro aspecto importante da análise intraurbana consiste em identificar os elementos reguladores do crescimento, os quais condicionam ou determinam o crescimento. “Fisicamente, o crescimento das cidades pode ser regulado pela relação entre dois tipos de elementos: aqueles que organizam a expansão (linhas e polos) e aqueles que as contém (barreiras e limites).” (PANERAI, 2006, p. 60).

Com esse mapeamento e a análise temporal, marcamos as transposições aos limites iniciais, quanto aos cursos d’água, criando-se a distinção entre centro e periferia. A diferenciação do desenho das quadras e lotes também revela essa adição de traçados e tecidos urbanos, o que provoca a criação de linhas axiais para o sistema viário. Para que esta análise se tornasse mais clara, contrapomos a situação anterior da área com a atual, verificando o crescimento descontínuo, isto é, as rugosidades, no conceito de Milton Santos (1986).

Ao analisar a macroestrutura da cidade, observamos o conjunto e os elementos característicos que reforçam a interferência direta dos cursos d’água na construção da fisionomia urbana, quanto ao crescimento e adensamento urbanos, bem como destacar sua presença nos mais diferentes períodos de construção do ambiente construído de Londrina: na formação do núcleo pioneiro; na expansão à norte e na formação do Setor Sul, respectivamente pela ocupação das microbacias Cambé, Jacutinga e Esperança (figura 1).

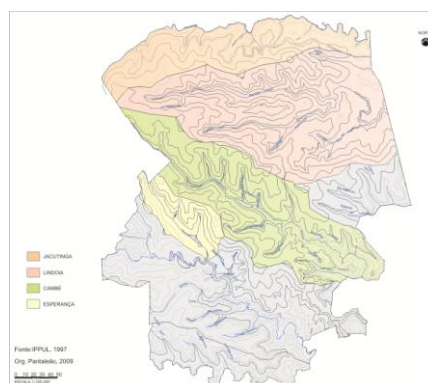


Figura 1: Microbacias Hidrográficas do Município de Londrina. Fonte: IPPUL, 2005. Org. Pantaleão, 2010.

Assim, a formação da estrutura urbana da cidade foi esboçada no planejamento regional definido pelos ingleses, constituindo o que hoje denominamos como rede norte

paranaense, sendo o tecido urbano com sedimentação histórica a área localizada na margem esquerda do Ribeirão Cambé, cujo processo de transformação foi mais intenso entre 1960 e 1980, dada a expansão de novos loteamentos e a verticalização da área mais antiga.

O traçado rural e o parcelamento do solo são os principais elementos de caracterização do Setor Norte de Londrina, cujo processo de consolidação ainda está em curso, definindo novas áreas de atratividade e indução de crescimento, bem como a transformação do próprio tecido, reforçando a dinamicidade desta região de Londrina. Em relação ao Setor Sul, verificamos que seu tecido ainda está em estágio inicial de formação, especialmente pela franca expansão dos condomínios fechados horizontais de alto padrão, cujo processo de consolidação é mais acelerado se comparado com as duas áreas anteriores.

A análise foi realizada a partir dos mapas oficiais, de mapas históricos e do levantamento de campo a fim de identificar e caracterizar os “elementos reguladores” (PANERAI, 2006) de crescimento urbano e suas relações com os corpos d’água. Partimos da paisagem dos dias atuais, na qual as permanências e as dinâmicas estão materializadas, moldando, definindo e redefinindo as várias “sub-paisagens” nesse contexto.

Assim, a cidade é pautada por três estágios distintos de ocupação territorial, desde a constituição do seu centro histórico, até o panorama contemporâneo, em que se verifica um ordenamento territorial fragmentado, principalmente pela expansão à Norte, reforçando-se os termos centro e periferia e, por outro lado, a afirmação do capital especulativo à Sul, com extensas áreas residenciais.

Na microbacia do Ribeirão Cambé, encontramos a área mais consolidada da cidade, cujo crescimento foi orientado pela topografia e cursos d’água. Esta é a “sub-paisagem” marcante em Londrina, pois constitui-se por traços das dinâmicas e permanências justapostos e entrepostos, especialmente quando captamos os volumes edificados: são casas de madeira e assobradadas em alvenaria, entre edifícios de habitação coletiva ou uso misto, os quais comportam estilos arquitetônicos de diversas épocas, como a chegada dos pioneiros, o registro da pujança cafeeira dos fazendeiros de café, a verticalização das cidades modernas, com a oferta do comércio e serviços vicinais.

Somam-se, ainda, nessa microbacia, as linhas predominantemente comerciais, como a Avenida Paraná, Higienópolis, JK e Rua Sergipe. Quanto mais ao sul do Lago Igapó caminhamos, maior é a diversidade de comércio e serviços, desde concessionárias de veículos importados e de serviços, como as redes bancárias, de supermercados, de farmácias, de

escolas de línguas, além de vários bares e restaurantes que conferem à área mais antiga de Londrina uma heterogeneidade de atividades. Essa impressão é da escala humana, que permite a diferenciação detalhada de uso e ocupação do solo, dando-nos parâmetros das permanências e dinâmicas a nível setorial.

A visão panorâmica da microbacia do Ribeirão Cambé permite distinguir os traços da estrutura urbana, identificando os elementos que a caracterizam, tais como quadras, lotes, ruas e edifícios. Conforma uma macroestrutura registrada e identificada por croquis.

A área central de Londrina (figura 2) caracteriza-se como o primeiro núcleo formação do tecido urbano, com destaque aos equipamentos e espaços públicos no eixo central do tabuleiro xadrez, sendo em vermelho a marcação da Igreja Matriz, ladeada por espaços públicos – praça e bosque, marcando a paisagem urbana entre as décadas 1940 e 1960. Já entre as décadas de 1960 e 1970, é possível perceber a extensão sobre Microbacia do Ribeirão Cambé, tendo o Lago Igapó como barreira ao crescimento e, até mesmo, limite (figura 3). Ao fundo, a transposição da ferrovia, que passa de limite à pólo de crescimento, induzindo à ocupação de parte da Microbacia do Ribeirão Jacutinga.

Com as políticas habitacionais dos anos 1970-80, induzidas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), houve uma transposição das barreiras anteriores, tornando o Lago Igapó e a ferrovia pólos de crescimento (figura 4). Destaca-se início da ocupação da Microbacia do Ribeirão Jacutinga, engendrada pelas ações governamentais, com financiamento do Banco Nacional de Habitação (BNH) para a construção de conjuntos habitacionais de baixa renda, isolados e descontínuos em relação à ocupação anterior.

Com as políticas neoliberais e alterações da legislação urbanística municipal, em meados dos anos 1990 e início do anos 2000, tem-se a expansão no vetor Sul, em que se nota um crescimento contínuo em relação à Área Central, notadamente a instalação do *Catuai Shopping Center* na vertente esquerda do Ribeirão Esperança, induzindo o adensamento da antiga área “Fazenda Palhano” (figura 5). Ao mesmo tempo, é nota-se a verticalização do tecido histórico, com transformações já consolidadas nesse mesmo período, conformando uma cidade mais compacta e vertical ao centro, rodeada pelo tecido mais espreado e horizontal.

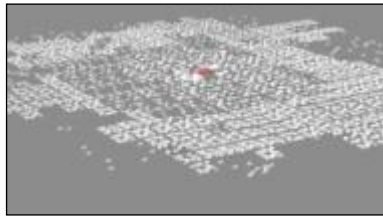


Figura 2: Esquema volumétrico da paisagem urbana. décadas de 1940-60 Desenho: Jean Fogaça, 2010.

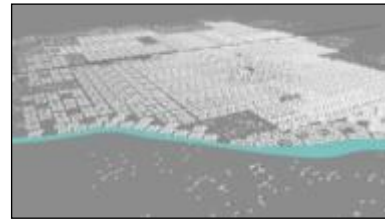


Figura 3: Esquema volumétrico da paisagem urbana décadas 1960 a 1970. Desenho: Jean Fogaça, 2010.

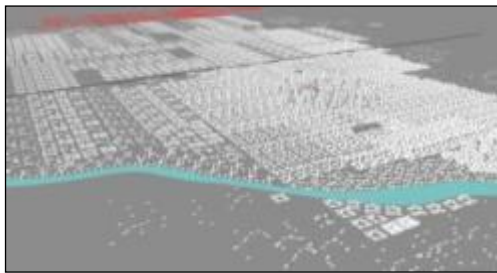


Figura 4: Paisagem Urbana décadas 1970 a 1980. Desenho: Jean Fogaça, 2010.

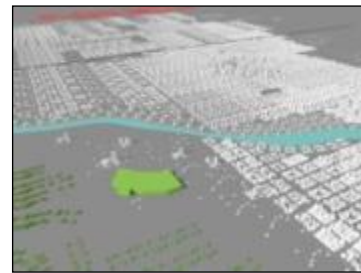


Figura 5: Esquema Volumétrico atual. Desenho: Jean Fogaça, 2010.

A partir desses esquemas gráficos, percebemos que Londrina perpassa pelos fenômenos urbanos existentes em outras cidades, cuja configuração espacial se distingue pela singularidade do suporte físico-territorial: as microbacias, as quais agiram diretamente na constituição daquilo que Panerai (2006) considera como particular aqui representado pelos três tecidos identificados a partir da ocupação das microbacias.

As formas de crescimento de Londrina reforçam a importância e a presença dos corpos d'água como elemento estruturador, assumindo ora o caráter de limites e barreiras de crescimento, ora pólos indutores do adensamento. Podemos caracterizar cada microbacia por uma tipologia de tecido urbano predominante, não excluindo os demais tipos. (figura 6).

A Microbacia do Ribeirão Cambé possui tanto tecidos urbanos com sedimentação histórica quanto em consolidação. A sua vertente esquerda destaca-se no tecido urbano, face ao adensamento de edifícios de múltiplos pavimentos, enfileirados ortogonalmente, expressando a malha do tabuleiro de xadrez como um elemento regulador da estrutura urbana, já consolidada e com poucos indícios de dinâmicas, os quais são pontuais e pouco interferem no conjunto dessa estrutura (figura 7).

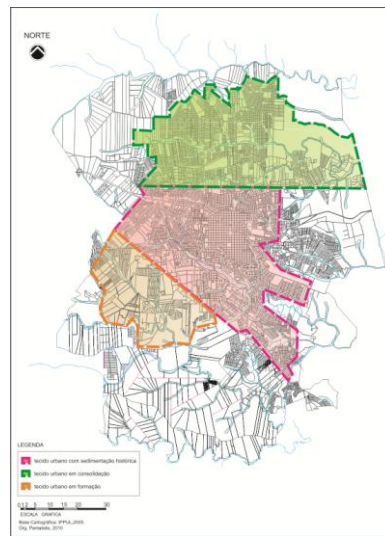


Figura 6: Caracterização do tecido urbano e relação com bacias hidrográficas. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010.

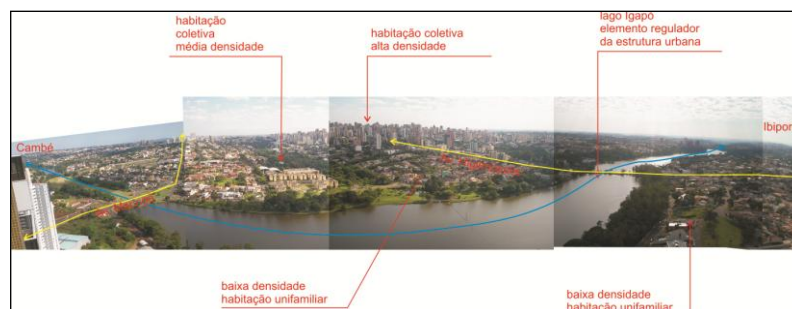


Figura 7: Elementos da estrutura urbana de Londrina. Fonte: Acervo da autora, 2009.

A área inicial da cidade encontra-se consolidada, sendo as permanências mais expressivas do que as dinâmicas urbanas, pois o adensamento e crescimento vertiginoso ocorreram durante a fase de expansão na direção norte, com a transposição das barreiras iniciais. Já sua vertente direita, na direção sul, ainda não está totalmente consolidada, com áreas em franca expansão, retomadas pela apropriação da microbacia do Ribeirão Esperança entre os anos 1980 e 1990 e, com maior dinâmica, nos últimos dez anos.

O processo de verticalização, a reestruturação do sistema viário e a inserção de vias predominantemente comerciais e de serviços, mostram-se como elementos de transformação da paisagem, consolidando a continuidade entre essas duas microbacias, cabendo ao lago Igapó o papel de conector entre ambas áreas, pelas vias que transpõe suas margens, substituindo seu aspecto de barreira.

A área inicial da cidade encontra-se consolidada, sendo as permanências mais expressivas do que as dinâmicas urbanas, pois o adensamento e crescimento vertiginoso

ocorreram durante a fase de expansão na direção norte, com a transposição das barreiras iniciais. Já sua vertente direita, na direção sul, ainda não está totalmente consolidada, com áreas em franca expansão, retomadas pela apropriação da microbacia do Ribeirão Esperança entre os anos 1980 e 1990 e, com maior dinâmica, nos últimos dez anos.

O processo de verticalização, a reestruturação do sistema viário e a inserção de vias predominantemente comerciais e de serviços, mostram-se como elementos de transformação da paisagem, consolidando a continuidade entre essas duas microbacias, cabendo ao lago Igapó o papel de conector entre ambas as áreas, pelas vias que transpõe suas margens, substituindo seu aspecto de barreira (figura 8).

A integração da área central com o Setor Norte, é menor que a do Setor Sul, revelando os processos de apropriação e consolidação de duas áreas distintas, pois, entre elas, há a presença de eixos rodoviários e ferroviário que atraem atividades específicas, e caracterizam barreiras e limites ainda não modificados, impedindo que sejam elementos contíguos. Além disso, o Setor Norte possui uma ocupação densa, de caráter residencial, vislumbrando as próprias ações da municipalidade sobre o espaço. As áreas mais dinâmicas se situam nas vias arteriais, com a concentração de comércio e serviços nas Avenida Brasília-Wilson Churchill, Avenida Saul Elkind, e áreas recreativas, como o Lago Norte nas imediações da Avenida 10 de Dezembro. São os elementos do sistema viário que se destacam nessa área da cidade, e se caracterizam como elementos reguladores. No entanto, não se verifica uma tendência de ruptura das barreiras iniciais, mas apenas a consolidação de áreas, que se transformam, sendo que as principais vias arteriais assumem o papel de pólos de crescimento da região, separando ainda mais as duas áreas. A mudança da estrutura ocorre pela inserção de novos pólos, constituídos como antagônicos ao próprio centro urbano histórico consolidado.

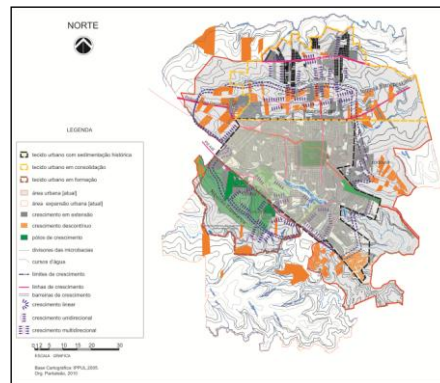


Figura 8: Elementos de estruturação urbana anos 2000. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010.

No Setor Norte, são as linhas de crescimento no sentido norte-sul que permitem a comunicação com a área central, o que provoca o adensamento nas intermitências dessas duas áreas, num crescimento em extensão de dois tecidos urbanos descontínuos. A formação do Setor Norte representa a ruptura do tecido rural abruptamente sem que as relações afetivas com o tecido urbano preexistente fossem contempladas, pois houve um rápido adensamento da área destinada às HIS, incrustada entre cafezais, que foram arrancados para o assentamento de residências unifamiliares, isoladas das demais atividades da vida urbana (figura 9).

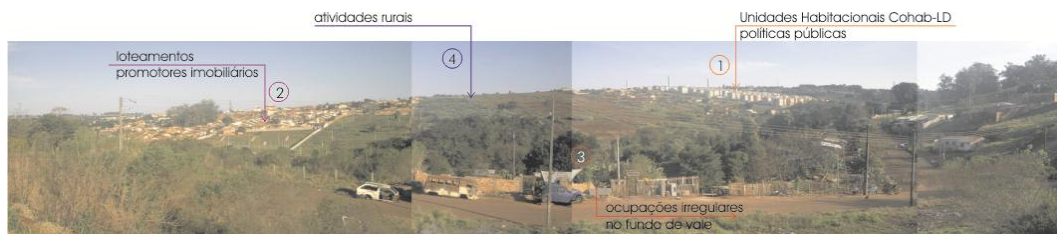


Figura 9: Ocupação da Microbacia Jacutinga – usos residenciais e diferentes promotores; 1. Ocupação por políticas públicas; 2. Ocupação por promotores imobiliários; 3. Permanência das atividades rurais e 4. Ocupações irregulares.

Os cursos d'água que constituem a microbacia do Ribeirão Jacutinga são barreiras que denotam a ruptura dos tecidos urbanos, pois apenas as vias arteriais é que permitem a conexão entre as áreas, tornando-os barreiras indissolúveis da cidade, além de caracterizar bem a distinção das paisagens urbanas: no centro, a cidade verticalizada e compacta e a norte, a cidade espalhada e dispersa, destituída de infraestrutura adequada e forte caráter residencial, sendo, na macroescala, uma paisagem quase homogênea.

Não há uma continuidade de traçado, nem tampouco de transformações que integrem as duas áreas, constituindo-se territórios distintos, gerando, em consequência, a

fragmentação da cidade de Londrina, seja no campo econômico, político, cultural e socioambiental.

Na escala setorial, as transformações da paisagem do Setor Norte são menos intensas que do Setor Sul, pois há uma dependência das ações públicas, como a implementação de obras de infraestrutura urbana, as quais nem sempre ocorrem de maneira a propiciar ambientes urbanos com menos riscos socioambientais. É uma área em que os corpos d'água não tiveram o tratamento adequado para se incorporar à malha urbana, sendo muitas vezes depositários de resíduos urbanos, ou ainda, local para a instalação de atividades vinculadas a informalidade, como os catadores de papel, que ocupam os fundos de vale e transformam suas margens em áreas informais não reconhecidas pela municipalidade. São elementos reguladores que impõem barreiras ao desenho da cidade, propiciando a degradação do tecido urbano, pois suas margens são apropriadas de forma a caracterizá-los como pólos de repulsão ao crescimento e integração dos diversos loteamentos existentes em suas vertentes.

Além disso, as indústrias de pequeno e médio porte que se instalaram ao longo da BR-369, via paralela aos cursos d'água, aí lançam seus efluentes, gerando graves problemas ambientais. Os cursos d'água localizados na Microbacia do Ribeirão Jacutinga não adquiriram a força de atratividade do Lago Igapó, dificultando a conexão entre suas vertentes, especialmente no seu afluente Lindoia que assistiu ao adensamento desordenado do tecido urbano, com a pulverização dos loteamentos urbanos privados – muitas vezes como mecanismo de valorização fundiária, com pouco adensamento e grandes empreendimentos públicos (HIS) que aceleraram a transformação da paisagem, anteriormente rural.

Convivem, pois, nas suas margens, diversos tecidos, uns mais consolidados e outros em processo de consolidação, como mecanismo da ação especulativa do empreendedor imobiliário, sem de fato, prover o Setor Norte de qualidade ambiental, especialmente pela falta de espaços públicos que pudessem modificar tais características.

Em contraposição, o Setor Sul, apesar de sua urbanização ser mais recente e apresentar-se como um tecido em fase inicial de formação, a continuidade com o tecido de sedimentação histórica é muito mais evidente que o do Setor Norte, devido ao tratamento dado aos cursos d'água: se de um lado, foram renegados e atribuídos a função de barreiras ao crescimento, por outro, tornaram-se linhas de crescimento e, posteriormente, pólos, induzindo a extensão no sentido sul, alcançando a vertente direita do Ribeirão Esperança (figura 10).

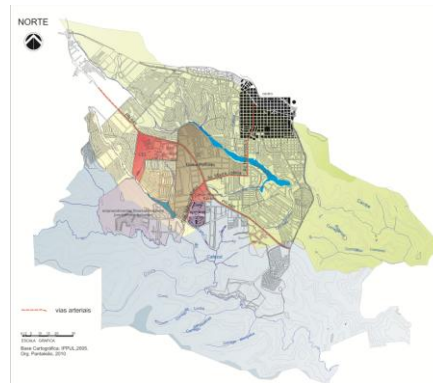


Figura 10: Elementos estruturadores do Setor Sul. . Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010.

Observa-se no mapa, o destaque dos eixos viários que possibilitaram a interligação com a área central [tecido urbano consolidado], tornando-se, de certa forma, um tecido contínuo, devido ao caráter especulativo e a atuação do setor público em prol dos agentes privados. O Setor Sul, portanto, tem como elementos característicos o Catuaí Shopping Center e os condomínios fechados de alto padrão, configurando-se uma paisagem rarefeita e espriada.

Isso coloca o Lago Igapó como o principal elemento de integração e continuidade na constituição desses tecidos urbanos, vislumbrando uma paisagem urbana verticalizada no alto do espigão e, à medida que se aproxima das margens dos corpos d'água, há o predomínio de residências unifamiliares de alto padrão, que até certo ponto, apropriam-se individualmente dos fundos de vale. Tal aspecto também concorre na formação do tecido urbano na vertente direita e em partes da vertente esquerda do Ribeirão Esperança, com a implantação dos condomínios residenciais fechados de alto padrão.

No entanto, o tecido do Setor Sul não é uniforme, com variações, pois o tecido mais antigo, datado em meados dos anos 1960, caracteriza-se pelo crescimento descontínuo, ao contrário dos elementos de continuidade ao tecido histórico, que são posteriores às décadas de 1990 e 2000. Tais aspectos definem a fragmentação do tecido, seja pelo traçado ou pela tipologia dos edifícios implantados em toda a extensão do Ribeirão Esperança.

Essas questões deixam claro que a heterogeneidade tanto pela ocupação inicial quanto pela apropriação subsequente com usos diversos, evidenciam que Londrina possui tratamentos específicos para cada uma das microbacias analisadas, o que constrói diferentes *habitat*, mesmo que os cursos d'água se consolidem como elementos reguladores e ordenadores do crescimento urbano e da distinção dessas regiões, tendo em vista que vão

sendo incorporados à paisagem urbana muito mais pela necessidade de expansão das áreas urbanas do que pelas suas qualidades ambientais.

Nessas grandes faixas de ocupação, a relação com a água se evidencia mais fortemente do que os demais elementos naturais, constituindo o espaço de ação dos diferentes agentes promotores do espaço. Num primeiro momento, e, em seguida, o *lócus* daqueles que se apropriam da estrutura imprimida no território, cuja dinâmica revela também a presença da escala regional como um dos elementos estruturantes do espaço urbano.

A abrangência de sua influência regional propicia a valorização fundiária, atraindo para a cidade grandes investidores do mercado imobiliário, que também atuam na diferenciação da inserção dos elementos naturais nas três microbacias urbanas analisadas.

Um novo vetor de indução a expansão urbana reforça a especulação do investidor imobiliário, concretizando os eixos viários propostos no Macrozoneamento do Plano Diretor (1998) como importantes elementos de indução do crescimento, que, na atualidade, se direciona para leste. Esse novo flanco de expansão ocorre com a implantação de empreendimentos pensados conjuntamente, isto é, diversas atividades concentradas entre a área central e o Setor Leste, em que a atuação do poder público local está condicionada a valorizar ainda mais essa região, esboçando novos processos de dinâmica evolutiva.

As atividades, empreendidas nessa nova zona de expansão, compreendem desde investimentos imobiliários residenciais com o lançamento de vários blocos de apartamentos para a classe média, até investimentos públicos que se concentram na construção de um Teatro Municipal. Destaca-se, ainda a instalação de uma instituição federal de ensino tecnológico e superior e a instalação de um mercado privado altamente qualificado com atividades de lazer e serviços, em que se enfatiza a gastronomia.

3. Crescimento de Londrina e formação de tipologias urbanas

A área do primeiro percurso de campo compreende a região central de Londrina, ou ainda, o tecido urbano constituído por sedimentação histórica (PANERAI, 2006). Esse tecido não deve ser entendido como o fragmento estático ou estagnado da cidade, pois, apresenta transformações, ainda que em menor grau, quando comparado às outras duas microbacias em análise e detém alta significação na memória coletiva da população, sendo símbolo da cidade dois elementos reguladores e definidores desta área: o traçado urbano do *quadrilátero central*, hoje, altamente verticalizado e o Lago Igapó, cujas margens têm passado por um processo de revalorização e adensamento, prolongando a verticalização já presente no

tecido histórico. Essa reconfiguração espacial é mais nítida na vertente direita, notadamente na região antes delimitada como Fazenda Palhano.

A constituição de áreas adensadas por edifícios de múltiplos pavimentos na vertente direita do Ribeirão Cambé caracteriza a continuidade de crescimento e adensamento da área central, modificando as funções desempenhadas pelo Lago Igapó, sob o ponto de vista da estrutura urbana. Se, na fase inicial, o Ribeirão Cambé constituía-se como uma barreira ao crescimento, juntamente com a Fazenda Palhano, hoje são elementos que permitem o crescimento em extensão, prolongando a paisagem do centro histórico, já consolidado.

No empreendimento de organização espacial, definida pela CTNP, o parcelamento da região norte paranaense em lotes rurais e núcleos urbanos definiu a estrutura urbana de Londrina, interpondo sobre o traçado, elementos reguladores, sendo estes elementos fatos urbanos, que passa a caracterizar a fisionomia urbana em construção.

O traçado ortogonal pode ser entendido como um *tipo urbano* aplicado na formação de cidades novas e é uma constante na historiografia urbana. Mesmo sendo um elemento homogêneo, sua configuração nem sempre é idêntica no processo de formação de cidades novas, pois podem sofrer alterações, conforme as necessidades de cada época e também sofrem adequações relacionadas aos aspectos socioeconômicos, fisiográficos, políticos e culturais da própria sociedade que se apropria deste elemento e o concretiza sobre o sítio escolhido.

Os tipos urbanos da cidade de Londrina são intrínsecos ao processo de crescimento, em que é possível observar o constante processo de transformação temporal, explicitando o caráter dinâmico de crescimento e adensamento, a partir da identificação dos elementos reguladores, que, por sua vez, assumem o papel de tipos urbanos. São eles:

- a) Linhas de crescimento: Rodovia Celso Garcia Cid, Ribeirão Cambé, hipsometria, a rede férrea e a fixação de núcleos urbanos sobre esse eixo e, posteriormente, Avenida Saul Elkind, Avenida Higienópolis, Avenida Maringá, Avenida 10 de Dezembro, as quais permitem a conexão entre os diferentes tecidos urbanos de Londrina;
- b) Pólo de crescimento: *quadrilátero central*, ferrovia, BR-369, Aeroporto, PR-445, Ribeirão Cambé, Gleba Palhano e Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha, nas microbacias do Ribeirão Cambé e Esperança Uel e Unopar e a Avenida Saul Elkind, Avenida Wilson Churchill, Avenida 10 de Dezembro, no Setor Norte da cidade.

São os elementos reguladores que organizam a expansão urbana, definindo a direção do crescimento, a relação com o sítio, e a formação de barreiras e limites como bordas do tecido, que, à medida que se consolida, rompe com essas bordas, constituindo novos limites ou, ainda, a partir do próprio limite induz o adensamento das áreas em consolidação.

As linhas de crescimento de Londrina reportam à organização do tecido urbano, configurando o processo de expansão do tecido num primeiro momento, e, posteriormente, induzem o crescimento para além das suas margens, evidenciando a estruturação subordinada ao desenho da própria rodovia, assentando o tecido urbano a partir do topo do divisor das microbacias do Ribeirão Cambé e do Ribeirão Lindoia/Quati.

Podemos dizer, a partir dessas colocações, que a rodovia, como linha principal de orientação do crescimento, acompanhada pela ferrovia, a norte e o Ribeirão Cambé, a sul, definem os limites da área urbana de Londrina, entre as décadas de 1930 a 1950. O estágio de formação do tecido urbano no espigão das microbacias é superado, quando assumem o papel de pólos de crescimento. A expressão pólo de crescimento foi utilizada conforme o conceito definido por Panerai (2006), visando uma metodologia de análise das cidades sob o aspecto de suas permanências e dinâmicas, que imprimem o tecido, atribuindo-lhe o significado de regiões de difusão do crescimento na escala intraurbana.

A demarcação dos limites e das linhas de crescimento é acompanhada também pela estruturação dos pólos de crescimento, os quais se constituem pelo adensamento da área inscrita no perímetro que as próprias linhas definiram. Assim, podemos dizer que, nas primeiras décadas, Londrina possuía o núcleo urbano como pólo de crescimento, cercado pelos lotes rurais, atribuindo aos elementos periféricos o sentido de barreiras, assumindo o significado de “fim” da cidade, ponto de transição entre o espaço urbano e rural (figura 11).

A dinâmica da cidade e seu destaque na rede norte paranaense permitiu que, rapidamente, as linhas de crescimento abarcassem o sentido de pólos de crescimento devido à presença de atividades que agregaram características urbanas, como a instalação de comércio varejista nas proximidades da ferrovia, residências para seus funcionários e a transposição sobre a mesma, fixando-se indústrias de pequeno e médio porte nas margens da BR-369, já em meados da década de 1950 e, ao longo da década de 1960, a instalação do Aeroporto a sudeste favorece a concentração de loteamentos residenciais, bem como na vertente esquerda do Ribeirão Cambé, com a construção da barragem do Lago Igapó, somadas às ações iniciais de saneamento dos fundos de vale (figuras 12 e 13).

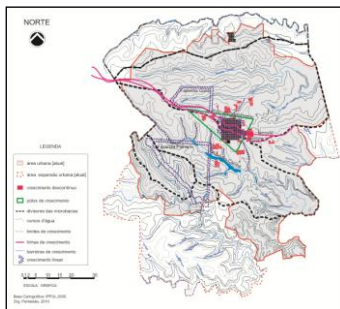


Figura 11: Elementos reguladores e estruturação urbana, década de 1940. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010.

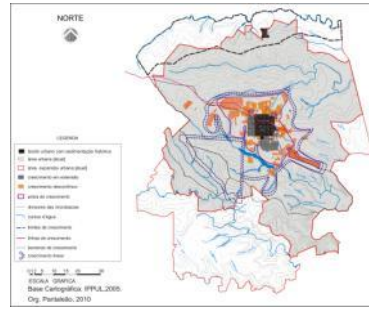


Figura 12: Elementos reguladores e estruturação urbana, década de 1950. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010

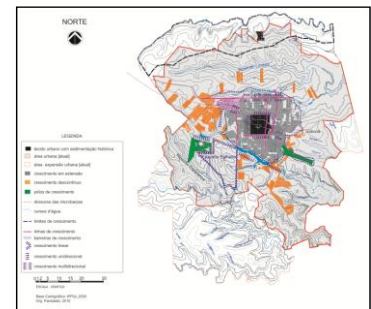


Figura 13: Elementos reguladores e estruturação urbana, década de 1960. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010.

A instalação do *campus* da UEL nas margens da PR-445 (figura 14), além de ser uma ruptura aos limites iniciais, forma um pólo de crescimento menos dinâmico nas décadas de 1970 e 1980, tornando-o mais consolidado com a construção do *Catuai Shopping Center*, que se assenta sobre a vertente esquerda do Ribeirão Esperança, induzindo novos elementos de adensamento do Setor Sul de Londrina: os condomínios residenciais horizontais fechados, no seu entorno. Com isso, a Fazenda Palhano e o Lago Igapó, antes barreiras de crescimento, tornam-se pólos, aferindo à paisagem atual, a área de maior transformação e adensamento do tecido urbano (figura 15 e 16).

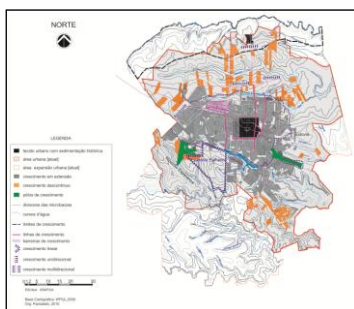


Figura 14: Elementos reguladores e estruturação urbana, década de 1970. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010

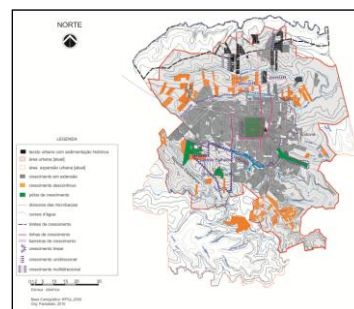


Figura 15: Elementos reguladores e estruturação urbana, década de 1980. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010

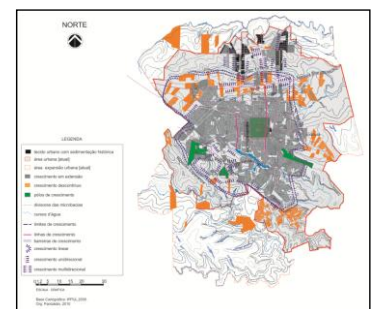


Figura 16: Elementos reguladores e estruturação urbana, década de 1990. Fonte: IPPUL, 2005. Org. da autora, 2010

As transformações e diferenças temporais dos tecidos urbanos em Londrina também ficaram mais evidentes após a instalação do Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha, na margem esquerda do Lago Igapó II. A implantação desse equipamento possibilitou a retomada do crescimento e adensamento do Setor Leste da cidade, primeiro com a valorização

das áreas que contornam o Lago, e, posteriormente, a Avenida Inglaterra. Nos dias atuais, o processo é acentuado, tendo como o Concurso Público para projeto do Teatro Municipal o atrativo principal, desencadeando a implantação de outros equipamentos urbanos, conferindo também à Avenida 10 de Dezembro e ao próprio Centro Cívico o papel de elementos reguladores de uma nova área de atratividade imobiliária.

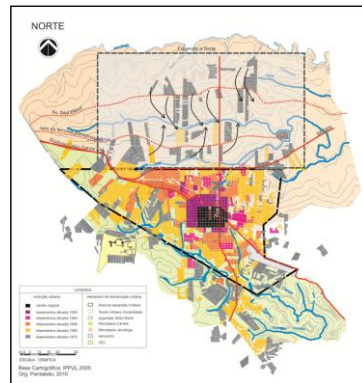


Figura 17: Avenida 10 de Dezembro e Setor Norte ao fundo. Acervo da autora, 2010.

Os elementos reguladores permitem a análise da dinâmica urbana, que podem ser, primeiramente, definidores das linhas de crescimento e constituição do tecido urbano de sedimentação histórica, e, em consequência disso, tornam-se pólos de crescimento da cidade, formando as paisagens urbanas calcadas por aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais. Ao afirmarem a dinâmica urbana no processo de consolidação do tecido, os elementos que desempenhavam o papel de limites ou barreiras também adquirem as características de pólos, reconfigurando a paisagem da cidade pela transposição do limite inicial, como é o caso do Setor Leste da cidade.

No caso dessas cidades, a expansão urbana apresenta pólos de crescimento atrelados à sua dinâmica, seja na escala intraurbana ou regional, como é o caso de Londrina. São a rodovia e a ferrovia, que imprimem uma certa unidade à expansão do traçado urbano, conferindo o crescimento em extensão e induzem a localização das atividades: comércio nas margens da rodovia, residências na parte sul e indústrias de pequeno e médio portes a norte. Assumem, pois, o papel de eixos de circulação e de orientação do ordenamento territorial, aferindo a leitura da função regional da cidade, como principal característica da expansão urbana, quando analisamos a microbacia do Ribeirão Cambé, entre as décadas de 1930-1950.

A rodovia e a ferrovia, mais do que linhas de crescimento, distribuem e conferem ao ambiente construído, elementos de significação, reforçando a presença de afetividade dos

pólos de crescimento na escala intraurbana: a formação do eixo cívico de norte a sul e a construção da imagem identitária da cidade, localizada no ponto central do *quadrilátero central*, local de implantação da Igreja Matriz da cidade e distribuição de espaços públicos característicos da vida cotidiana.

Os elementos que se caracterizam como pólos de crescimento se referem ao *Catuai Shopping Center* na vertente esquerda da Microbacia do Ribeirão Esperança, cuja atratividade inverte alguns processos de estruturação da cidade: não mais é o traçado o elemento de definição da estrutura urbana, mas o próprio edifício, aqui representado pelo próprio *shopping*, responsável pela expansão descontínua do tecido urbano no Setor Sul, definindo eixos de crescimento, como a Avenida Madre Leônia Milito, Avenida Maringá-Ayrton Senna, Rodovia Mábio Gleba Palhano e Avenida Harry Prochet (figura 18).

São, pois, linhas de crescimento que se confundem com pólos, devido às atividades econômicas que concentram, e a especulação imobiliária de suas adjacências, especialmente pela verticalização, voltadas para habitações coletivas e escritórios de alto padrão, condomínios residenciais horizontais fechados de alto padrão, formando uma periferia urbana com alta atratividade, conformando o pólo de consolidação do Setor Sul de Londrina.

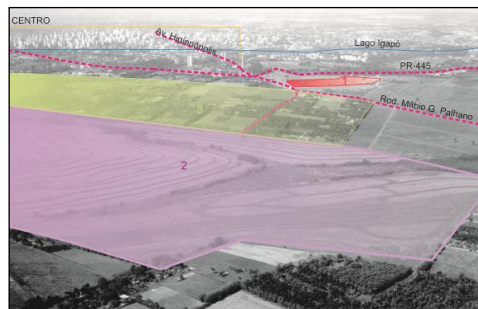





Figura 18: novos elementos de estruturação da paisagem:: 1. *Catuai Shopping Center*; 2. Empreendimentos Teixeira & Holzmann e 3. condomínios fechados para classe média-média.

Esse fenômeno indica o crescimento em extensão do Setor Sul, destacando-se o processo acelerado de sua formação, onde estão presentes atividades rurais – como permanências da estrutura regional da década de 1930/1940; áreas residenciais consolidadas situadas às margens do Lago Igapó, indicando sedimentos históricos, principalmente pela presença de algumas edificações em madeira, e, que passam por processos de transformação, menos dinâmicos que a área da microbacia do Ribeirão Esperança, justapondo áreas em consolidação e áreas em estágio inicial de formação. São, portanto, pólos de crescimento, os elementos que definem uma atratividade ou concentração de atividades que induzem a

expansão da cidade, demarcando a característica heterogênea de cada uma de suas partes, quando apreendidas na totalidade da configuração espacial da paisagem urbana (Quadro 1).

Quadro 1: Sentido de crescimento de Londrina e caracterização do tecido urbano por microbacias

Microbacia	Sentido de Crescimento de Londrina	Imagens
Ribeirão Cambé	Crescimento contínuo com ocupação no sentido noroeste para sudeste, constituindo-se um tecido contínuo; a sul: volumetria das edificações que afirmam o processo de consolidação da Gleba Palhano.	
Ribeirão Jacutinga	Crescimento descontínuo: ocorre a partir do espigão que divide o Setor Norte da área central de Londrina, tendo os corpos d'água como barreiras e resultam na formação de tecidos descontínuos com duas paisagens diferenciadas tanto pelo desenho do traçado quanto pela volumetria da massa edificada.	
Ribeirão Esperança	Crescimento multidirecional: ocupando as duas vertentes do Ribeirão Esperança de forma acelerada e voraz, substituindo grande parte das atividades rurais por atividades urbanas, que convivem com interstícios de tecidos rurais;	

Fonte: Organizado pela autora, 2013.

Ao tomarmos os corpos d'água como linhas direcionais e orientadoras do sentido de crescimento, podemos observar que a constituição do tecido urbano se diferencia pelas microbacias. A caracterização dos tipos de crescimento em linhas direcionais, a partir das microbacias, explicita também os elementos reguladores da estrutura urbana, notadamente nas relações intraurbanas, isto é, a formação de tecidos contínuos ou descontínuos, destacando os elementos de organização da estrutura urbana, que podem sofrer alterações em função dos fenômenos urbanos que materializam a dinâmica da cidade.

4. Considerações Finais

O processo evolutivo de crescimento e adensamento constitui-se pela soma de tecidos urbanos contínuos ou descontínuos historicamente determinados que avançam sobre as Microbacias de Londrina. Os diferentes modos de produção do sistema capitalista que, rebatem e se materializam no espaço pela divisão social do trabalho, imprimiram diferentes modos de apropriação dos corpos d'água e sua inserção no tecido urbano, cujas “subpaisagens” são frutos da relação espaço-tempo dentro de uma estrutura maior que reconfigura e ordena a totalidade dessa paisagem.

O estudo aqui realizado sobre a natureza da relação entre o homem e o ambiente construído, tendo como suporte desse ambiente as Microbacias, tomadas como um recorte para uma avaliação mais aprofundada dessa relação, permitiu compreender que há uma dependência intrínseca entre o poder público e privado, em maior ou menor grau dependendo da região estudada ou dos tipos de infraestrutura urbana assentada nos vários quadrantes do espaço urbano de Londrina.

Foi percebido nitidamente que o setor público influenciou decisivamente na estruturação urbana do Setor Norte da cidade, principalmente, através da sua ação voltada à política habitacional. Enquanto que no Setor Sul e também na área central, onde se alinham as Microbacias do Ribeirão Esperança e do Ribeirão Cambé, a participação do poder privado foi decisiva e tem sido muito importante até a presente data nas formas de apropriação, estruturação e organização do espaço dessas regiões.

Mediante os resultados dessa pesquisa, surgem várias indagações, afirmações ou dúvidas, sendo que uma delas é questionar a importância do planejamento ou seu papel na evolução e organização do ambiente construído de Londrina, como principal agente promotor do ordenamento territorial. Era de se esperar que o fio condutor dos seus planos, projetos e ações de intervenção sobre o espaço visasse uma maior interdependência e efetividade do seu papel como planejador e executor e fiscalizador do ambiente construído.

5. Referências

- ASPLAN. **Londrina**: plano diretor de desenvolvimento urbano. São Paulo: ASPLAN, 1968.
- BARNABÉ, M. F. **A organização do território e o projeto da cidade**: O caso da Companhia de Terras do Norte do Paraná, 1989, 286p. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BORTOLOTTI, João B. **Planejar é preciso**: Memórias do Planejamento Urbano de Londrina. Londrina: Midiograf, 2007.
- BUCHMANN, A. C. **Os vales na paisagem urbana de Londrina**: uma análise do uso e ocupação do solo das áreas lindeiras ao Ribeirão Cambé. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001.
- HORNER, Rudolpho. **Os vales na formação da paisagem de Londrina**. 12 de jul. 2009. Entrevista concedida a Sandra Catharinne Pantaleão Resende.
- LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 2ed. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

- LIMA, Fausto C. de. **O plano de Prestes Maia em Londrina: moderno em que sentido?** Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- LONDRINA. Prefeitura. Londrina: **Políticas do plano de desenvolvimento urbano**. Autor: Londrina. Prefeitura. [S.l.]: [s.d.].
- NAKAGAWARA, Y. Questões agrárias e urbanas. Interdependência e subordinação: o caso norte paranaense. In: **Terra e Cultura**, Londrina, CESULON, ano 1, n. 1, p. 93-115, 1981.
- _____. **O papel da Cia. de Terras Norte do Paraná no crescimento de Londrina e da região norte-paranaense**. Londrina: 1984 (mimeo).
- PANERAI, Philipe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- RAZENTE, Nestor. **Ocupação do Espaço Urbano de Londrina**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 1984.
- RESENDE, Sandra Catharinne Pantaleão. **Rugosidades Urbanas em Londrina: descompassos socioambientais na apropriação dos corpos d'água**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, UEL, Londrina.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo, Hucitec, 1994.
- _____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3ed. São Paulo, Hucitec, 1986.
- SANTOS, Rosely Ferreira dos. **Planejamento Ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos, 2004.
- SECCHI, B. **A cidade do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- SPOSITO, M. E. B. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A; LEMOS, Amália I. G (Org.). **Dilemas urbanos**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 295-298.

PRÁTICA SOCIAL DE RESSIGNIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA TERENA: IDENTIDADE E CIDADANIA¹

Sandra Nara da Silva Novais²

novaisnara@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás – UFG/Jataí

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - PPGE/UFSCar

Resumo

O trabalho tem por objetivo discutir como os Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue no Mato Grosso do Sul na prática social de ressignificação da educação escolar em seus territórios tem buscado redefinir o papel desse espaço/tempo educativo, no sentido de que a escola possa instrumentalizá-los, assegurando-lhes autonomia para elaborar e avaliar os projetos que concretizem o bem-estar, os anseios e sonhos do grupo. Ao ressignificarem a escola em seus territórios esta tem se configurado como uma interface possibilitando comunicações e interações entre o mundo indígena Terena e o mundo não-indígena, constituindo-se para os Terena numa região de fronteira e de tradução entre esses dois mundos. Na contemporaneidade a escola se configura para os Terena como ponto de referência, articulação, legitimação, fortalecimento identitário e de cidadania.

Palavras-chave: Prática social – Educação escolar – Cidadania Terena.

Abstract

The paper aims to discuss how the Indigenous Terena Taunay / Ipegue in Mato Grosso do Sul in the social practice of reframing of school education in their territories has sought to redefine the role that space / time education, in the sense that the school can instrumentalize them, assuring them the autonomy to develop and evaluate projects which implement the welfare, the desires and dreams of the group. Resignificarem to school in their territories that have been configured as an interface enabling communications and interactions between the indigenous world Terena and non-indigenous world, constituting up to the Terena in the border region and translation between these two worlds. In contemporary schools are set up for Terena as a reference point, articulation, legitimacy, strengthening identity and citizenship.

Keywords: Social practice - School Education - Citizenship Terena

¹ O artigo apresentado se constitui parte do meu trabalho de doutorado em educação defendido na Universidade Federal de São Carlos - PPGE/UFSCar - na Linha de Pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos. Ver: NOVAIS, Sandra Nara da Silva. *Prática Social de ressignificação da educação escolar indígena*: compreendendo os processos educativos do cotidiano Terena do município de Aquidauana – MS. São Carlos: UFSCar, 2013. 271f. Tese (Doutorado).

² Possui Graduação e Mestrado em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Doutorado em Educação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora do curso de História da Universidade Federal de Goiás (UFG/Jataí).



Os Terena³ — grupo indígena integrante da família linguística Xané/Guaná⁴, filiado ao tronco Aruak⁵ —, definem-se como *íhae poké`e*, que significa na língua Terena, aquele que vive da terra. A terra que os alimenta, gera e transmite saberes e resguarda suas memórias e identidade. Enfatizam sempre a importância da agricultura para a reprodução e manutenção física e cultural do grupo. Afirmam que nas aldeias a luta de todos os dias é com o *kavâne*, ou seja, com as roças de onde tiram o alimento para o sustento das suas famílias e das suas crianças. Nas roças produzem os alimentos básicos que fazem parte da dieta tradicional, destacando-se: mandioca, feijão, abóbora e milho.

Ao pontuarem as relações estabelecidas em torno do cultivo da terra, dizem os mais antigos que também plantavam muito arroz, mas que nos últimos anos, devido às mudanças climáticas e ambientais provocadas pela interferência do ser humano na natureza, tem feito muito calor na região e não conseguem mais realizar esse cultivo. Afirmam que “antigamente a plantação era em fartura, tinha muita abóbora, muito milho, muito arroz e feijão. A gente comprava pouca mercadoria de fora, da cidade” (Roda de conversa realizada em 18/07/2010 na aldeia Água Branca).

Além dos produtos das roças, nas aldeias Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue⁶, nos quintais localizados nos fundos de cada unidade habitacional⁷,

³ A grafia do nome dos povos indígenas e suas respectivas línguas obedecem à convenção preconizada pela Associação Brasileira de Antropologia de 1953, cujos pontos principais são os seguintes: “a utilização dos nomes de povos e de línguas indígenas serão empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero (falaremos da língua Bororo e não língua Borora); nem flexão de número (serão os indígenas Bororo e não os indígenas Bororos)”. Ver: ROGRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 10.

⁴ Os Guaná também são chamados de Xané por alguns cronistas.

⁵ A classificação linguística dos povos indígenas no Brasil se faz pelo modelo genético. São três os troncos linguísticos que permitem compreender a diversidade de línguas indígenas dos mais de 230 povos indígenas brasileiros, que falam em torno de aproximadamente 180 línguas: Tupi, Macro-Jê e Aruak. Os troncos linguísticos se dividem em famílias, línguas e dialetos.

⁶ A Terra Indígena Taunay/Ipegue é formada por um conjunto de sete aldeias: Imbirucú, Água Branca, Lagoinha, Morrinho, Bananal, Ipegue e Colônia Nova.

⁷ As habitações Terena são compostas por mais de uma unidade habitacional, ou seja: a cozinha constitui uma unidade, o banheiro outra e o lugar de dormir outra — ambas independentes. Essa forma de organização, que é entendida pelos Terena como uma única casa, é vista pelos técnicos da Funai de forma diferente.

encontram-se os pomares com grande variedade de frutas. A coleta de produtos da mata complementa a dieta tradicional, na qual se destacam as frutas silvestres: guavira, araçá, bocaiúva, araticum e as castanhas que são extraídas de algumas palmeiras típicas da região. Também se dedicam à extração do palmito e do mel — este muito apreciado pelos Terena.

Os produtos das roças e dos pomares que cada família cultiva, assim como os coletados na mata, destinam-se ao consumo da própria comunidade, garantem o abastecimento das aldeias e o excedente é vendido na cidade pelas mulheres Terena, cabe a elas a venda dos produtos da roça, do artesanato e da cerâmica. Galan (1994) em estudo com as mulheres Terena que se dedicam às atividades de feirantes e ceramistas nas cidades, observou que elas utilizam inúmeras estratégias de negociação com a sociedade não-indígena, o que não implica em perda identitária, pois são reconhecidas e se reconhecem como Terena.

No conjunto das práticas vivenciadas no cotidiano das aldeias Terena, as agrícolas proporcionam ao grupo o sentimento de pertencimento étnico, imprimem ritmo às aldeias, garantem a subsistência das famílias e conferem fator identitário. Os indígenas costumam falar, com muito orgulho: “sou índio Terena porque nunca deixei de cultivar minha roça, de plantar na terra” (Roda de conversa realizada em 19/07/2010). Nas aldeias as famílias estão sempre “cuidando das roças” — esta é a maneira carinhosa com que se referem às práticas agrícolas. Cuidar das roças se articula a várias dimensões da vida social, política, econômica, religiosa e cultural, e faz circular uma série de conhecimentos da educação indígena, pela qual se ensina e se aprende através das atividades cotidianas e da coletividade.

O trabalho nas roças envolve momentos de sociabilidades em que se exercita a solidariedade étnica; por isso deve reunir todos os membros da família, inclusive as crianças. No horário em que não estão na escola, as crianças Terena estão com seus pais ou avós cuidando das roças. Assim, desde pequenas, de forma lúdica, brincando de trabalhar, são inseridas nas práticas agrícolas que garantem a subsistência das aldeias. Cuidar das roças se traduz em algo mais significativo do que simplesmente produzir alimentos; significa, como enfatiza Muñoz (2003), uma prática que implica cuidar e

respeitar a vida que cresce, assim como crescem as crianças na aldeia. E por permitir a articulação com os saberes da memória ancestral, o trabalho nas roças assume o caráter de sagrado.

Historicamente os Terena têm se mostrado abertos à exterioridade (HALL, 2011) por meio dos contatos que estabelecem com outros grupos indígenas e com a sociedade não-indígena local, regional, nacional e internacional. Nesses contatos vão se apropriando de novos códigos culturais, acrescentando a estes as particularidades que caracterizam o *ethos* Terena. O fato de os Terena em sua trajetória histórica compreenderem-se “somando culturas” remete à proposição de Morin (2005a, p. 26) de que “[...] toda cultura está aberta ao mundo exterior, de onde tira conhecimentos e idéias migram entre culturas”. Em suas relações com o outro e com o mundo, somando culturas, os Terena se apropriam de novos conhecimentos, ressignificando-os a partir de suas próprias experiências e vivências sem nunca deixarem o jeito Terena de ser e de viver, de estar no mundo e com o mundo.

Somando culturas e se apropriando de novos códigos culturais, no cotidiano de suas aldeias os Terena mantêm um conjunto expressivo e significativo de práticas sociais por meio das quais se fazem diferentes e que são transmitidas a todos para que o jeito Terena de ser permaneça vivo e pulsando no coração das crianças, jovens e velhos, para que nunca esqueçam suas raízes históricas e culturais, seu lugar de origem, sua identidade. Na alteridade legitimam o pertencimento étnico e resistem às tentativas sutis de anulação identitária por parte daqueles que têm como principal objetivo a negação de direitos (CUNHA, 1998) que lhes são assegurados, como o direito aos seus territórios tradicionais.

Compreender parte das práticas sociais por meio das quais os Terena se educam no cotidiano de suas aldeias implica perceber as táticas e resistências que muitas vezes, por parecerem estranhas à lógica acadêmica, podem passar despercebidas para muitos pesquisadores que insistem em afirmar, por exemplo, que os Terena, por viverem em intenso contato com a sociedade envolvente não-indígena, sofreram um processo de assimilação da cultura e dos bens culturais do outro. Mas o que percebo, por meio da convivência com esses indígenas, é que eles, ao se utilizarem de inúmeras práticas

inventivas, como sugere Certeau (1994), ao invés de assimilar a cultura e os bens culturais do outro, operam uma terenização de tais bens, objetos e códigos culturais de acordo com seus interesses e necessidades e a seu modo.

Procurando compreender parte das práticas sociais e dos processos educativos que permeiam o cotidiano das aldeias Terena, utilizo o conceito de “experiência” proposto por autores como Maffesoli (2010, p. 80), para quem “a experiência do eu é uma experiência do mundo: mundo resumido, mundo circundante, mundo que partilho com outros”, e Thompson (1981), que entende a experiência como a ação dos homens em suas relações e em meio a um contexto cultural em que o “fazer-se” é a sua própria vivência, uma vez que:

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...] Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas [...] (THOMPSON, 1981, p. 189).

Para ambos os autores, a experiência se constitui por meio da vivência coletiva em determinados contextos sociais e culturais. Desse viver em grupo resultam estratégias, mediações, apropriações, ressignificações, práticas e intervenções que permitem revelar como os sujeitos se pensam no mundo e com o mundo.

Meliá (1979, p. 9) ao refletir sobre a presença da escola entre os indígenas afirma que a perspectiva oficial de escolarização para essas populações se fundamentou no entendimento etnocêntrico de que “o índio não tem educação”, e considerou-se então necessário fazer a educação do índio, desprezando seus processos próprios de aprendizagem, línguas, culturas e tradições. Nesse contexto, o Estado brasileiro decidiu por “uma escola para os índios”, cujo objetivo principal consistia em transmitir os conhecimentos e os valores da sociedade nacional para que, aos poucos, a presença indígena pudesse ser apagada da história.

A mudança de paradigma quanto aos processos de escolarização indígena se deu com a Constituição de 1988 que possibilitou vislumbrar novos modelos de escola pelos

quais os povos indígenas têm lutado e que, segundo Maher (2005, p. 23) traduz-se em exigência deles por uma escola indígena “específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e de qualidade, [que] tornou-se hoje o moto daqueles que, renegando os modelos assimilacionistas, lutam pela implantação de programas de educação escolar que estejam a serviço das comunidades indígenas e não contra elas”.

Ao reconhecer os direitos indígenas e assegurar o uso das línguas maternas, bem como dos processos próprios de aprendizagem nas escolas indígenas, a Constituição Federal de 1988 possibilitou o fortalecimento de experiências de formação de professores indígenas e permitiu visualizar a construção de novos modelos de escolas, não mais orientadas pela política integracionista ou missionária, mas caracterizada pela perspectiva de conferir às comunidades indígenas o papel de protagonistas da docência, das políticas públicas no campo da educação escolar indígena e da gestão das escolas em seus territórios.

Nessa perspectiva, segundo Silva (2002, p. 113), “[...] concebe-se a escola não como o único lugar de aprendizagem, mas como um novo espaço e tempo educativo que deve integrar-se ao sistema mais amplo de cada povo”, cabendo aos indígenas a definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e do exercício das práticas pedagógicas que estejam sintonizadas com os anseios e as reivindicações de cada etnia, e de acordo com a trajetória histórica e cultural vivida.

Atualmente se verifica que a escola tem sido cada vez mais solicitada e reivindicada pelos povos indígenas que, ao se apropriarem e ressignificarem (CERTEAU, 1994) esse espaço/tempo em suas comunidades, imprimiram novo significado a tal instituição. Tais reivindicações mostram que, se num passado não muito distante, a escola foi o principal instrumento utilizado pelo Estado brasileiro para promover a homogeneização e integração cultural, na tentativa de, em nome do Estado-nação, apagar ou anular as especificidades étnicas e culturais, no presente essa instituição assumiu novo papel e tem contribuído para o fortalecimento das culturas e identidades indígenas e possibilitado o diálogo entre os diferentes saberes dos sujeitos envolvidos nessa realidade de ensino.

Ao refletir sobre a presença da escola entre os povos indígenas, as considerações feitas por Grupioni (2004) apontam no mesmo sentido:

De algo historicamente imposto, a escola passou a ser tomada e depois reivindicada por comunidades indígenas, que pressentiram nela a possibilidade de construção de novos caminhos para se relacionarem e se posicionarem frente aos representantes da sociedade envolvente, com a qual estão cada vez mais em contato. Novos modelos de escola estão surgindo, pautados no paradigma de respeito ao pluralismo cultural e de valorização das identidades étnicas (GRUPIONI, 2004, p. 43).

Dado o contato com a sociedade envolvente não-indígena, a escola, para a maioria dos povos indígenas, vem sendo entendida na contemporaneidade como o espaço/tempo do diálogo intercultural e de fortalecimento identitário, colaborando para a organização e reivindicação dos seus direitos. Através da escola, diferentes povos indígenas buscam alternativas concretas para os problemas que atingem suas comunidades e têm se apropriado da escrita na construção de documentos contendo suas pautas de reivindicações junto aos órgãos governamentais e outras entidades. Essa é uma preocupação presente nas comunidades Terena.

Ao assumir os processos de escolarização em seus territórios, os Terena, vivendo o tempo do despertar (MIRANDA, 2006), legitimam a conquista de uma identidade nova pela escrita que tem oportunizado aquisições que a escrita sozinha, em outros momentos da trajetória histórica e cultural vivida pelo grupo, não foi capaz de promover (MELIÁ, 1989). Fazendo uso criativo e político dos códigos escritos, os Terena reivindicam a retomada de seus territórios tradicionais e elaboram documentos dos encontros, contendo suas pautas de reivindicações. Esse fato confere a eles a possibilidade, como aponta Grupioni (2004), de construção, através da escola, de novos caminhos para se relacionarem e se posicionarem em defesa de seus direitos perante os representantes da sociedade envolvente não-indígena.

Na construção de uma pedagogia libertadora (FREIRE, 2005), na qual o diálogo deve ser entendido como condição e caminho a percorrer, num processo em que

educadores e educandos, partindo da problematização de suas reais condições de existência, possam transformam as aprendizagens obtidas na escola em algo significativo em suas vidas, os Terena entendem que ainda estão caminhando. Nesse caminhar, consideram que precisam investir na formação e capacitação dos professores indígenas, aos quais atribuem importância significativa por buscarem promover o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os conhecimentos universais. Nesse sentido, a escola indígena se configura como uma interface que, ao ser apropriada e ressignificada pelos Terena, tem possibilitado comunicação e interações entre o mundo indígena e o não-indígena, constituindo-se numa região de fronteira entre esses dois mundos e em espaço/tempo de tradução do mundo de fora para dentro das aldeias (BERGAMASCHI, 2005).

Como protagonistas dos processos de escolarização em seus territórios, os Terena lutam por autonomia para que possam responsabilizar-se pela construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, traçando seus objetivos perante os alunos, os professores e a comunidade; definir o currículo das escolas indígenas, cujo eixo norteador deve ser a questão da terra; elaborar o calendário escolar, articulando-o ao ciclo de subsistência do grupo que envolve as relações que os Terena estabelecem com o mato, a roça e a coleta; fixar os horários de entrada, recreio e saída dos alunos de acordo com suas concepções de tempo; acompanhar o planejamento das aulas com os professores; organizar os diários de classe; realizar eleições para o cargo de diretor; dispor de um coordenador pedagógico Terena para auxiliar nas atividades e organizar encontros e momentos de socialização e troca de experiências para que possam avaliar as práticas pedagógicas e o trabalho realizado na e pela escola.

Os Terena da terra Indígena Taunay/Ipegue de Aquidauana – MS também reivindicam autonomia quanto à gestão dos recursos destinados à educação escolar indígena para que possam destinar parte deles à elaboração de materiais de apoio didático-pedagógico na língua Terena para a alfabetização e investir em cursos de capacitação e formação continuada de professores indígenas, a fim de que eles estejam preparados para auxiliar a comunidade na elaboração de projetos que tragam melhorias para a coletividade. Entendem que compete à escola discutir o acesso às novas

tecnologias, tanto no espaço escolar como no cotidiano da aldeia, bem como as implicações relativas à apropriação dessa ferramenta, principalmente pelos jovens.

Quanto à prática pedagógica na escola indígena, consideram importante que tanto os professores Terena como a própria comunidade compreendam a importância do ensino bilíngue e intercultural nas escolas, que os professores se utilizem de diferentes metodologias de ensino, busquem desenvolver projetos que estimulem a leitura, saibam inovar diante das dificuldades e despertar o interesse dos alunos pelos estudos, promover o convívio e a familiaridade das crianças Terena com a escrita e reforçar a leitura, cobrar as tarefas e trabalhos, diversificar as formas de avaliação, ser flexíveis com os alunos, investigar os motivos pelos quais estão faltando às aulas e oferecer reforço para aqueles que estejam enfrentando dificuldades no processo de alfabetização, para que todos possam caminhar juntos, e que os professores partam da vivência dos alunos, valorizando seus saberes, para que assim despertem o interesse das crianças pelas atividades desenvolvidas na escola.

Para esse grupo indígena, a formação de seus filhos não depende necessariamente de carteiras bonitas ou de materiais caros, mas sim do trabalho de professores com vocação, gosto e amor pelos alunos. Consideram importante que os professores possibilitem maior participação dos pais, mães e responsáveis nas atividades realizadas em sala de aula, para que assim tenham condições de ajudar os filhos em casa com as tarefas da escola, e que compreendam que nem sempre conseguem auxiliar os filhos em razão do pouco estudo que tiveram, mas que incentivam e aconselham os filhos sobre a importância da educação escolar em suas vidas.

No que diz respeito à parceria escola/comunidade, reforçam a necessidade de atuarem em parceria com a escola, compreendendo a importância da alfabetização na língua materna, incentivando as crianças e jovens para que continuem frequentando a escola, ajudando e participando das atividades realizadas, auxiliando seus filhos com as tarefas, incentivando a leitura e aconselhando a respeitar os mais velhos, professores, funcionários da escola e os colegas. Ressaltam que os alunos devem estar conscientes sobre seus direitos e deveres.

Os alunos Terena anseiam por uma escola que buque compreendê-los em suas dificuldades, trazê-los para perto, incentivá-los quando ficam desanimados e tristes porque não conseguem corresponder e tiram notas baixas, que procure promover maior interação entre os alunos indígenas com os professores não-indígenas, organize atividades diferentes (como gincanas, eventos culturais e semana de jogos), que possa oferecer a eles uma educação de qualidade e incentivá-los para que frequentem uma universidade. No entanto, consideram que a escola deve diminuir a quantidade de tarefas para casa em todas as disciplinas, para que tenham condições de conciliar as tarefas da escola com as atividades cotidianas.

Observando o envolvimento das comunidades Terena com “as coisas da escola”, como dizem, foi possível compreender que desejam ter, em seus territórios, escolas que possam instrumentalizá-los, assegurando-lhes a possibilidades de, por meio dos conhecimentos adquiridos, ter autonomia para elaborar, implementar e avaliar os projetos que concretizem o bem-estar, os anseios e sonhos dos moradores das aldeias. E para isso a educação escolar indígena deve ser entendida como uma questão de políticas públicas, gestão, financiamento, e diretrizes compatíveis com práticas pedagógicas que de fato estejam sintonizadas com as concepções de educação e de ensino adotadas pelo grupo e capazes de assegurar que os povos indígenas assumam o protagonismo dos processos de educação formal em seus territórios etnoeducacionais.

No processo de apropriação e ressignificação da escola em seus territórios, anseiam os Terena por uma educação escolar que possa contribuir no sentido de promover o fortalecimento identitário, cultural e político do grupo e ao mesmo tempo possibilitar inserções em outros espaços, como na universidade, para que, de posse do conhecimento adquirido nas instituições de ensino superior, possam estabelecer diálogos igualitários com a sociedade envolvente não-indígena, com a qual intensificam contatos e estabelecem trocas, lutar pela retomada dos seus territórios tradicionais e traçar políticas públicas para a educação escolar indígena.

Ao ressignificarem o papel social da escola em seus territórios, os Terena a percebem como lugar do diálogo intercultural, das trocas de experiências e vivências, que, ao instrumentalizá-los, tem contribuído positivamente para ampliar o diálogo

democrático e respeitoso entre os diferentes jeitos de ser, fazer, sentir e viver desses sujeitos. Ao se apropriarem desse espaço/tempo educativo, destacam a importância da parceria entre a escola e a comunidade como possibilidade de resolver questões que afetam diretamente os moradores das aldeias. Na medida em que a escola se sobrepõe aos interesses dos grupos existentes, e de certa forma neutraliza os conflitos internos, transforma-se no espaço/tempo do diálogo e do encaminhamento das principais decisões que afetam a coletividade, tornando-se um ponto de referência, de articulação, legitimação e fortalecimento identitário e de cidadania.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. *Nhembo'é: enquanto o encanto permanece!* Processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRASIL. Constituição. *A Constituição da república Federativa do Brasil*. Promulgada em 05/10/1988. Imprensa Oficial. Brasília: DF, 1988.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo. Cia das Letras, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GALAN, Maria Cristina. *As Terena*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Um território ainda a conquistar. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. *Educação escolar indígena em Terra Brasilis: tempo de novo descobrimento*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 33-55.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraeira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: LP&A, 2011.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAHER, Terezinha Machado. A formação do professor indígena: uma discussão introdutória. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). *Formação de professores indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2005. 11-37.

MELIÁ, Bartolomeu. *Educação Indígena e Alfabetização*. São Paulo: Loyola, 1979.

_____. *Educação indígena na escola: educação indígena e interculturalidade*. Cadernos Cedes, nº. 49. p. 11 – 17. 1999.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. *Territorialidade e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2006.

MORIN, Edgar. *O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

MUÑOZ, Maritza Gómez. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In: LEFFET, Enrique (org.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 282-322.

SILVA, Rosa Helena Dias. Afinal, quem educa os educadores indígenas? In: GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (org.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 113-133.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Watencir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

A ADMINISTRAÇÃO ULTRAMARINA LUSA: ASPECTOS GERAIS SOBRE O PODER E SUA IMPLEMENTAÇÃO NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA NA AMÉRICA PORTUGUESA (SÉCULO XVI)

Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva

simoneschmaltz@bol.com.br

SME/UFG

Mestre

Resumo

O tema que se propõe a discutir trata da arquitetura de poderes existentes na estrutura administrativa portuguesa a partir do século XVI e de como foi adaptada no período colonial na América. Desde a criação do Estado nacional português, a busca do fortalecimento em torno da monarquia foi considerada uma necessidade. Um dos prismas para a sua consolidação partia da referência de poder estabelecida dentro de limites territoriais definidos e a estrutura mais geral do aparato administrativo português partia de uma referência central, que procurava ligar Portugal às suas possessões ultramarinas na América.

Palavras-chave: América portuguesa; Nova história política; Administração colonial.

Abstract

The issue in which we intend to discuss is about the architecture of the existent Power on the administrative portuguese structure from XVI century and how it was adapted on colonial America. Since the creation of the Portuguese nacional state, the search of strengthening around the monarchy was considered a necessity. One of the prisms to its consolidation starts of the stablished power in its territories limited and the general structure of the administrative apparatus portuguese starts of a central reference, that sought to turn Portugal ace their overseas possessions in America.

Keywords: Portuguese America; New political history; Colonial administration.

Desde a criação do Estado nacional português, a busca do fortalecimento em torno da monarquia foi considerada uma necessidade, uma vez que um dos prismas para a consolidação de um estado nacional no Antigo Regime partia da referência de poder estabelecida dentro dos limites territoriais definidos. Na época, o poder representado pela figura do rei mostrou-se eficiente para a sustentação do projeto de formação de um estado nacional.

Porém a estruturação do estado nacional português não dependia exclusivamente da figura do rei: sua governabilidade estava ligada a diversos setores da sociedade, como o comercial, o religioso e o aristocrata. As elites locais representavam uma parcela significativa desse poder.

As instituições locais formalizadas existentes no território continental da monarquia portuguesa estavam longe de esgotar os focos de poder, autoridade e sociabilidade locais. No entanto, a sua presença multissecular fora suficientemente importante na estruturação do espaço social e político local (...). (MONTEIRO, 1998, p.270)

As autoridades portuguesas existentes no âmbito local eram representadas fundamentalmente pelos senhores de terra, detentores de um poder político tradicionalmente forte que remontava ao final da Idade Média. Fazia-se então necessário o estabelecimento de uma boa relação da realeza com esse poder local, visando ao estreitamento de suas relações e à conseqüente formação e consolidação de vínculos entre eles.

O poder monárquico, ao perceber a relevância dessas estruturas de poder local, historicamente estabelecidas, e desejando manter a sua governabilidade, buscou estabelecer uma convivência que se mostrasse harmônica e, principalmente, que comportasse a estabilidade e o fortalecimento do Estado. Para tanto, aliou aos seus desígnios o respeito, tanto pelas diferenças regionais quanto pela autonomia, ainda que relativa, dos detentores dessas estruturas.

António Manuel Hespanha afirma que o poder político nas sociedades modernas encontrava-se não absolutamente concentrado nas mãos do rei mas, sim,

repartido entre outras instituições como, por exemplo, a igreja, o senhorio, os concelhos (sic) e a família, como se pôde verificar no caso português. (HESPANHA, 2000,p.128)

A monarquia portuguesa buscou, desse modo, a consolidação de seu poder político, utilizando-se de estratégias que não chegaram a romper com outros poderes já estabelecidos. Pelo menos até a segunda metade do século XVIII, essas estratégias permaneceram, o que tornou o espaço do estado nacional português moderno muito mais ligado ao naturalismo medieval, à tradição e aos costumes, do que à teoria individualista, que havia dado o suporte ideológico originário dos governos absolutistas em outros países da Europa.

Tudo isso estava abundante e solidamente sedimentado na teoria política que, até o pombalismo, não cessou de repetir os tópicos corporativos, descrevendo o poder real como um poder limitado, a constituição como o produto indisponível da tradição, o governo como a manutenção dos equilíbrios estabelecidos, o direito como um fundo normativo provindo da natureza. (HESPANHA, 2000, p.129)

Durante parte dos séculos XVI e XVII, o reino português esteve sob o poder da Coroa espanhola, no período denominado União Ibérica (1580-1640).¹ Com a Restauração, em 1640, finda-se o domínio hispânico sobre os lusos, e a Coroa portuguesa readquire sua autonomia e inicia a reestruturação do poder real, com o princípio da Dinastia de Bragança, sob o reinado do Duque de Bragança, Dom João IV.

O século XVIII assistiu, pelo menos ao longo de sua primeira metade, à permanência da estratégia política praticada pela monarquia de, com o apoio das estruturas de poder das elites locais, manter sua governabilidade e procurar um

¹ Após a morte do rei D. Sebastião, em 1578, ascende ao trono português o Cardeal D. Henrique, último rei da dinastia de Avis, que governa até a morte, em 1580. Inicia-se então uma crise de sucessão dinástica, em que Felipe II, rei da Espanha, reclama para si a sucessão do trono português, por ser tio de D. Sebastião. Com o apoio de grande parte da nobreza portuguesa, Felipe II invade Portugal e, através das armas, une as coroas portuguesa e espanhola.

constante fortalecimento do estado nacional português. A monarquia passou, então, a tomar medidas que visaram à otimização administrativa, principalmente em relação aos domínios ultramarinos.

A primeira fase, que remonta ao século XVII, e abrange o período da Restauração até o final do reinado de D. João V (1640-1750), foi caracterizada politicamente por um período de busca do fortalecimento do poder monárquico em Portugal, diferentemente do que teria sido o desenvolvimento de um processo de centralização do poder político exclusivamente nas mãos do rei.²

Para além das correntes que defendem a rígida centralização do poder nas mãos do soberano ou, ainda, a absolutização desse poder na segunda metade do século XVIII, o que se pôde perceber, na verdade, foi o advento de uma reordenação das estratégias políticas no espaço geográfico consolidado como o Estado nacional português. A estrutura político-administrativa do território lusitano, qual seja, o continente, a Madeira e os Açores, organizou-se levando em conta as estruturas de poder existentes. Assim, ao perceber a relevância desses poderes para a estruturação do poder real, as observações dos historiadores convergem para a conclusão de que o regime monárquico lusitano não teria sido absolutista. "Nestes termos, todos os acenos da teoria política moderna para um governo baseado na vontade, nomeadamente na vontade arbitrária do rei, eram geral e enfaticamente rejeitados". (HESPANHA, 2000, p.129)

Ao analisar a estratégia política usada pela monarquia portuguesa que buscava, no apoio aos demais poderes existentes em seu território, a consolidação de seu próprio poder, chega-se à conclusão de que o regime monárquico lusitano poderia ser conceituado como corporativo. Segundo Hespanha,

² A historiografia, ao tratar sobre a centralização do poder régio no período setecentista em Portugal, afirma que ela estaria mais fortemente ligada à segunda metade do século, mais precisamente no reinado de D. José, quando foram realizadas reformas significativas no âmbito político-administrativo luso.

- o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia;
- o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (ius commune) e pelos usos e práticas jurídicos locais.
- os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizadas em redes de amigos e de clientes;
- os oficiais régios gozavam de uma proteção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real. (FRAGOSO, 2001, p.166-167)

1 A geografia do poder no território lusitano

Segundo António Manuel Hespanha é no espaço geográfico português que, mais claramente, podem ser percebidos outros pólos de poder, através das circunscrições jurisdicionais civis ou religiosas, hierarquicamente organizadas.

(...) nas sociedades tradicionais como a do Antigo Regime português, era claro que o espaço não era o mesmo para toda a gente nem para todos os efeitos. Cada grupo (...) <<via>> um espaço diferente: diferentemente limitado, diferentemente organizado, diferentemente hierarquizado. (HESPANHA, 1998,p.35)

De acordo com Hespanha, a jurisdição do poder laico português era definida pelas Ordenações Filipinas e cobria todo o território do reino, ou seja, tanto o continente quanto as regiões da Madeira e dos Açores. O poder laico, então, era dividido em concelho, comarca, provedoria e ouvidoria.

O concelho ocupava o menor espaço de jurisdição civil, sendo a sede jurídica e política de primeira instância do reino. Os concelhos desempenhavam as funções mais imediatas para a sociedade por estarem situados nas vilas e povoados.

Sob a responsabilidade do corregedor, estava a comarca. O corregedor executava funções de inspeção do governo local, muitas vezes com poder decisório em algumas causas. Realizava também visitas anuais aos concelhos, embora as fizesse apenas naqueles que lhes fossem subordinados, o que restringia o seu poder, uma vez que havia concelhos localizados nas terras senhoriais, e estes não estavam sob a sua jurisdição.

A provedoria consistia na sede do provedor que, ao contrário do corregedor, detinha o poder jurisdicional também sobre as terras senhoriais. Embora menor que o poder do corregedor, o provedor tratava de assuntos importantes, como os relativos aos órfãos, defuntos, ausentes e aos cativos. Também eram da jurisdição da provedoria os assuntos referentes a testamentos, capelas, hospitais e confrarias.

A ouvidoria tinha poder nas terras senhoriais que tivessem sido conferidas aos proprietários, através de cartas de doação. Sede do ouvidor, a ouvidoria teve pouca relevância administrativa, pelo fato de os domínios senhoriais sofrerem constante mudança territorial, o que dificultava o trabalho do órgão.

Em relação à estrutura do poder da Igreja Católica em Portugal, pode-se afirmar que ela também possuía subdivisões administrativas territoriais.

A freguesia era a sede do pároco, possuidor de formação intelectual e que se ocupava de funções relativas à Igreja em âmbito local exercendo, portanto, influência direta nas populações que residiam em seus arredores.

Hierarquicamente superior, estava a diocese, sede do bispo, a quem cabia a função de inspecionar as freguesias, que visitava periódica e sistematicamente. O bispo também compunha o tribunal episcopal, tomando parte das decisões, quando referentes às causas consideradas mais importantes.

Existiam, em algumas localidades do território português, órgãos considerados hierarquicamente superiores às dioceses e às freguesias. Os denominados distritos das Relações Arquiepiscopais eram superiores às dioceses e localizavam-se em Lisboa, Évora e Braga, e os denominados Isentos eram superiores às freguesias.

O poder eclesiástico foi relevante durante o Antigo Regime, por estar distribuído por todo o território português, estabelecendo o poder da fé cristã pelo reino. Bom exemplo deste fato foi o advento das freguesias, existentes em cada concelho, o que comprova a situação sistemática da igreja, com alcance e poderio sobre grande parte da sociedade portuguesa. Isto representava, porém, para a monarquia lusitana, tanto um fator de centralização como de dispersão do poder.

A Igreja participava diretamente das decisões e da vida social das populações dos territórios circunscritos a cada freguesia, o que contribuía para a administração régia. Ao mesmo tempo, sua hierarquia ultrapassava as fronteiras e os limites do poder real português, porque os eclesiásticos seguiam, em última instância, as diretrizes do Papa. O ápice centralizador a ser alcançado pela Igreja Católica não era o reino português, mas sim Roma, sede do poder espiritual. Sabe-se que a Igreja Católica tinha autonomia de governo e de regulamentação perante a monarquia lusitana, e até um direito específico, o direito canônico.

Uma rápida descrição da estrutura da administração lusitana em território português, sob a ótica do espaço geográfico, de maneira geral, permite melhor visualizar o quadro da distribuição do poder, embora muitas vezes seja complexa a definição exata das fronteiras espaciais e de poder deste ou daquele órgão durante o Antigo Regime.

A constatação de que a estrutura administrativa do território lusitano era calcada no poder local e, por conseguinte, de alguma forma caracterizada por certo tipo de descentralização, converge com o que a historiografia mais recente, relativa à história política, propõe em termos de novas concepções que expliquem a organização institucional portuguesa, a partir da desconstrução de conceitos amplamente

cristalizados e utilizados, como o de "estado centralizado", e o de "poder absoluto dos reis".

As estruturas de poder estabelecidas e vigentes em Portugal durante a era moderna caracterizaram-se pela complexidade de suas formas. Pode-se afirmar que uma análise do mundo português do período só faz sentido quando realizada levando-se em conta o significado de poder para a época. A análise de sua estruturação, bem como do relacionamento entre o poder público e o privado, sob a ótica das concepções contemporâneas, não se mostra eficiente para a compreensão de tais significados no mundo português setecentista.

(...) enquanto o Poder, na auto-representação das sociedades contemporâneas, tem um centro,(...) "interesse público", diferente e contraditório dos interesses particulares, as sociedades do Antigo Regime se representavam como politicamente plurais, dotadas de uma série de pólos políticos, cada um autônomo no seu âmbito, e prosseguindo interesses particulares (...) compatibilizados em função do "bem comum"(...).(MATTOSO, 1998, p.13)

2 Portugal e a estrutura administrativa ultramarina

A monarquia portuguesa, durante o século XVIII, procurou criar instituições que possibilitassem a administração tanto de Portugal quanto de suas possessões ultramarinas. No caso específico da América, a ordenação de tais instituições e a distribuição dos poderes foram divididas em duas fases, consideradas, para este trabalho, as mais relevantes e que podem ser visualizadas sob a forma de organogramas, sendo que a primeira fase vai da Restauração até o ano de 1750 e a segunda, de 1750 até 1770.

Os organogramas evidenciam que o aparato administrativo da Coroa lusitana procurava ligar Portugal às suas possessões ultramarinas na América.³ Toda a estrutura mais geral da administração portuguesa partia de uma referência central, que era constituída pela Coroa, e que se desdobrava em diversos órgãos. Isto não significava que, em determinados momentos, a autoridade real não pudesse ser suplantada por outros *direitos* já existentes e que, muitas vezes, ultrapassavam os da realeza, como os dos costumes, das tradições e da religião.

Podem-se citar, como exemplos, os tribunais coloniais, pois de suas decisões o rei não poderia recorrer, uma vez que eles possuíam prerrogativas reais.

Durante a primeira metade do século XVIII, no reinado de D. João V (1707-1750), a administração da Coroa portuguesa organizava-se em diversos segmentos, como o civil, o militar, o judiciário, o fazendário e o eclesiástico. Os órgãos da administração seguiam, de modo geral, a mesma organização instituída a partir da Restauração até fins do século XVII.

A expressão <<administração da coroa>> corresponde, nesta sociedade de poderes concorrentes, à área de acção (sic) do poder do príncipe. Esta área não é, como veremos, homogênea, mas a sua organização interna também pouco tem a ver com as sistematizações – <<por matérias>> – que hoje fazemos da actividade governativa. (SUBTIL, 1998, p. 141)

D. João V redefiniu algumas atribuições de órgãos já existentes, porém manteve a estrutura em vigor. As funções exercidas em cada segmento não seguiam a estreita e bem definida divisão dos poderes nos âmbitos executivo, legislativo e judiciário presentes na administração contemporânea.

³ Tal fato permite a utilização, pela historiografia mais recente, de uma terminologia específica para definir melhor o Portugal moderno, qual seja, "império", pelo fato de o reino e as possessões estarem interligadas em sua estruturação e funcionamento.

No reinado de D. José, esta estrutura sofreu algumas modificações ligadas, sobretudo, ao aspecto econômico. Essas mudanças funcionaram como mais uma reordenação, que não chegou a abalar a estrutura já tradicionalmente estabelecida, mas que apontava para um caminho de maior controle da administração lusitana sobre sua colônia na América.

O Conselho Ultramarino, criado por Decreto de 14 de julho de 1642, foi o órgão consultivo responsável pelos assuntos relativos às colônias no ultramar. Durante o período da União Ibérica (1580-1640), a estrutura existente não contemplou órgãos para, com autonomia, lidar com as questões e os problemas cotidianos ultramarinos.

(...) Sob o domínio espanhol, em Julho de 1604, fora organizado um Conselho das Índias, segundo o modelo do que existia para o Império Espanhol. Funcionava junto do Vice-rei, em Lisboa, e tratava, em parte, dos problemas respeitantes às colônias, dando apenas pareceres a título consultivo.(...) De facto, desde 1613, os problemas eram resolvidos, quer pelo vice-rei, quer, em última análise, pelos próprios secretários de Estado dos reis de Espanha. O Conselho das Índias não passava de uma câmara de registo e, segundo parece, desapareceu em 1614. (SERRÃO, 1991, p.54)

Na prática do Conselho Ultramarino, diversos atos eram realizados. Citem-se como exemplos o recebimento de pedidos diversos de governantes e de particulares habitantes de alguma colônia e a elaboração de pedidos de informações diversas sobre o estado em que se encontrava uma região ultramarina, entre outros. Como resposta, os membros do Conselho Ultramarino elaboravam pareceres, que definiam, muitas vezes, quais os assuntos que seriam mais relevantes para a administração do reino luso e, conseqüentemente, deveriam chegar ao conhecimento do soberano.

As atribuições e práticas do Conselho Ultramarino evidenciaram o auxílio direto deste órgão nas decisões do monarca. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de

uma prática fundada no exercício de seleção de documentos e assuntos, por grau de importância. Mesmo realizada sob premissas que, muitas vezes, se mostravam subjetivas, essa prática pode ser percebida como uma tentativa de se estipularem bases gerais e mais uniformes para a administração monárquica relativa ao ultramar.

A estrutura administrativa central portuguesa permaneceu sem alterações mais significativas até o final do século XVII e veio modificar-se durante a primeira metade do século seguinte, no reinado de D. João V.

Em 1736, por meio de alvará, as secretarias de estado portuguesas foram reorganizadas, ficando a Secretaria de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra encarregadas da administração das possessões no ultramar e de Portugal, no tocante aos negócios e à burocracia.⁴

Apesar de tratarem sobre os assuntos referentes ao ultramar, essas secretarias coexistiram com o Conselho Ultramarino, que perdeu algumas de suas funções, mas continuou como órgão deliberativo. Este fato reforça a afirmação de que os órgãos do Antigo Regime português não possuíam uma divisão de poderes e atribuições que seguissem a lógica contemporânea.

Há, está claro, uma divisão de trabalho, pois os mesmos órgãos e pessoas representantes do Estado não poderiam desenvolver sua atividade, simultaneamente, em todos os terrenos; (...). Mas uma tal divisão é mais formal que funcional; corresponde antes a uma necessidade prática que a uma distinção que estivesse na essência das coisas, na natureza específica das funções estatais. (PRADO JUNIOR, 1999, p. 299)

⁴ O governo português, durante o reinado de D. João, era formado pelos seguintes secretários: Pedro da Mota e Silva, António Guedes Pereira e Marco António de Azevedo Coutinho, que ocuparam respectivamente a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a Secretaria de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e, finalmente, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Durante o período de transição, no início do reinado de D. José, os secretários Diogo Mendonça Corte Real (filho) e Sebastião José de Carvalho e Melo ocuparam, respectivamente, as secretarias da Marinha e a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O secretário Pedro da Mota e Silva permaneceu na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino.



O Desembargo do Paço, que recebeu um novo regimento em fins do século XVI, tratava de questões relativas ao aspecto jurídico do reino português. Espaço dos desembargadores, este órgão propunha a nomeação, no âmbito judicial, de provedores, corregedores, juízes e procuradores da Coroa. Era através deste órgão que se resolviam os conflitos de jurisdição, legislava-se sobre justiça, e decidia-se sobre os processos já julgados pelas casas do Cível e da Suplicação, e que posteriormente seriam levados ao conhecimento real, evidenciando seu caráter de instância de nível superior.

Ligada ao Desembargo do Paço, havia a Casa da Suplicação de Lisboa e o Tribunal da Relação do Porto. Definidos como tribunais de última instância, a eles cabia decidir sobre questões relativas à justiça e à graça ou mercê. Eram membros destes tribunais os desembargadores do Paço, além de diversas autoridades da justiça e do poder civil.

A primeira (...) era o tribunal de justiça da corte e de um distrito de jurisdição que abrangia as comarcas da Estremadura (com exceção de Coimbra e Esgueira), Algarve, Entre Tejo e Guadiana, Castelo Branco e ainda as Ilhas e o Ultramar, onde não houvesse conhecimento de relação(...) a segunda (...), exercia a sua jurisdição nas comarcas e ouvidorias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira (com exceção de Castelo Branco) nas de Esgueira e Coimbra. (SUBTIL, 1998, p.151)

No aspecto militar, a Mesa de Consciência e Ordens foi a responsável pelas três ordens militares, também nos casos de crimes cometidos por seus membros. Durante o reinado de D. João III (1521-1557), especificamente em 1551, a Coroa portuguesa incorporou a administração dos mestrados das três ordens militares: de Cristo, de Santiago da Espada e de São Bento de Avis, anteriormente sob o poder da Igreja Católica. Essa incorporação ampliou significativamente o poder do rei pela importância de tais ordens.

A estreita relação entre o poder militar e a Igreja Católica pode ser percebida também em relação à administração, pois a Mesa de Consciência e Ordens possuía a prerrogativa de conceder benefícios à Igreja no ultramar.

Com relação à economia, foi o Conselho da Fazenda o responsável por cuidar dos assuntos referentes à pensão, provisão de frotas e regulamento das alfândegas no reino, além de ter o poder de escolher os oficiais responsáveis pelas finanças. O Conselho da Fazenda era auxiliado pelo órgão denominado Contos do Reino e da Casa que, no reinado de D. José, deixou de existir.

A Junta da Administração do Tabaco, responsável pela regulamentação da cobrança de impostos referentes à produção de tabaco, foi um órgão de referência, visto que este produto oriundo do Brasil era importante para a economia lusitana na época. Em 1755, no reinado de D. José, essa junta deu lugar à Junta do Comércio que, posteriormente, ficou subordinada ao Real Erário. Criado em 1761, o Real Erário instituiu atividades de maior controle das rendas e direitos reais. Essas mudanças evidenciam que as atividades comerciais portuguesas não eram ligadas apenas à exploração e comercialização do tabaco, e sim mais diversificadas, o que tornava necessária a existência de um órgão responsável pela administração das atividades mercantis.

Pode-se perceber que o período entre o final do reinado de D. João V e o início do de D. José, em 1750, foi considerado um marco histórico do Império português, na medida em que representou um momento de transição. Com a ascensão de D. José ao trono, surgiu a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo que, com o apoio real, instituiu modificações sensíveis na forma de governar, através de táticas que objetivavam um maior controle do poder real português, e não a sua absolutização.⁵

⁵ Tais idéias sobre o poder, advindas dos novos estudos sobre a história político-administrativa moderna e do aprofundamento da pesquisa sobre o assunto desde a década de 1980, não foram totalmente trabalhadas, o que possibilita novas perspectivas de análise.

A política centralizadora realizada por Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (1759) e, posteriormente, elevado ao título de Marquês de Pombal (1769), foi tratada, pela historiografia clássica, como fruto da absolutização da monarquia portuguesa, advindo de um processo de centralização anterior. A descrição do poder real português como poder absoluto pode ser explicada pelo fato de que, muitas vezes, a análise de uma determinada realidade histórica pode cair na armadilha da generalização. Assim, o que aconteceu no caso português foi a transposição dos mesmos modelos utilizados para outras nações européias, que no período adotaram o regime absolutista monárquico para explicar a organização política lusa.

A visão a respeito da prática política implementada pelo Marquês de Pombal, denominada *pombalina*, foi definida tradicionalmente como aquela que teria levado à absolutização do poder e ainda passa por revisões realizadas pela historiografia mais recente. Para um reino de proporções continentais como o português, a redução da dispersão legal e a ampliação da centralização administrativa eram necessidades imperativas para a manutenção da governabilidade. As atitudes tomadas pelo Marquês de Pombal eram referendadas pelo monarca e buscaram, fundamentalmente, a construção de uma arquitetura de poderes que fossem, antes de tudo, interligados e não paralelos.

3 A legislação portuguesa no século XVIII

A legislação portuguesa setecentista caracterizou-se pela dispersão de suas leis e regulamentos. Como importantes pontos de referência para os estudos referentes à política e à administração moderna lusa utilizam-se as chamadas Ordenações do Reino, no caso as Ordenações Filipinas, Afonsinas e Manuelinas. As Ordenações Filipinas

trouxeram, a partir de 1603, reordenado e incrementado, o conteúdo das Ordenações Afonsinas, de 1446-1447, e das Ordenações Manuelinas, de 1521, das quais foram revogadas todas as denominadas "leis extravagantes".

As Ordenações Filipinas, instituídas no reinado de Filipe de Castela, com Portugal sob o domínio da Espanha, de modo geral, estabeleciam as estruturas e as diretrizes de funcionamento de diversas instituições do reino, relativas a Portugal e às colônias.

O Livro I apresentava os regimentos dos magistrados e oficiais de justiça; o Livro II definia as relações entre o Estado e a Igreja, bem como os privilégios da nobreza e os direitos de fisco; o Livro III tratou do processo civil; o Livro IV considerou os contratos, os testamentos e as tutelas; o Livro V se dedicou às questões penais (...). (VAINFAS, 2000, 436)

Havia também as "leis extravagantes", que complementavam os assuntos das ordenações e eram formadas por tipologias legais diversas, como, por exemplo, cartas, alvarás, portarias, decretos, entre outras. Já as "leis pragmáticas" tinham força de lei, por se tratarem de decisões régias.

Segundo Rodolfo Garcia, o código filipino teria sido mais do que uma nova edição das ordenações do reino. Além de conter disposições feitas nos reinados posteriores a D. Manuel, o fundo de sua legislação também teria sido formado por parte do direito romano, sendo por isso considerada uma ordenação que trouxe progresso ao direito português. (GARCIA, 1975, 34)

Nas políticas relativas ao ultramar, constata-se que não havia uma uniformização da administração das colônias. Para cada uma, e de acordo com o contexto vivido, utilizava-se um corpo legal que poderia unir uma legislação antiga a leis elaboradas para cada situação específica.

A análise dessa legislação permite também perceber que os diplomas legais geralmente não eram revogados quando eram editados outros mais recentes sobre o

mesmo assunto, embora isto também ocorresse. Tais modificações ampliavam competências, direitos e/ou concessões de diplomas já existentes. Também ocorria que, muitas vezes, partes de um diploma legal ou o seu todo ficavam revogadas por um determinado tempo, voltando a vigorar posteriormente. Essas ocorrências evidenciam que o princípio da *lex posterior revogat priorem*, ou seja, de que uma lei nova revogaria uma antiga, não era seguido plenamente pelas autoridades portuguesas modernas.

Deste modo, percebe-se é a ausência de um conjunto delimitado e ordenado de normas jurídicas relativas a Portugal e às suas conquistas do ultramar, o que mostra também o caráter de pluralidade do direito português durante o Antigo Regime.

REFERÊNCIAS

- FRAGOSO, João et al (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil: 1500-1810*. 2 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília:INL, 1975.
- HESPANHA, A. M. *Poder e Instituições no antigo regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- Idem*, . *As estruturas políticas em Portugal à época moderna*. In: MATTOSO, José et al. *História de Portugal*. 2 ed. São Paulo: Edusc; Unesp, 2000.
- MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998 (v.4: O Antigo Regime: 1620-1807).
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SERRÃO, Joel de; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) *Nova História da expansão portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991 (v.7: O império luso-brasileiro: 1620-1750, coord. Frédéric Mauro).
- VAINFAS, Ronaldo (dir.) *Dicionário do Brasil colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO NA PERSPECTIVA CULTURAL

Suelene Maria dos Santos

suellene@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás

Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Território e Expressões
Culturais do Cerrado
Bolsista UEG

Poliene Soares dos Santos Bicalho

poliene.soares@hotmail.com

Universidade Estadual de Goiás

Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Territórios e Expressões
Culturais do Cerrado

Resumo

O trabalho apresenta as reflexões acerca da construção da identidade, levando em consideração os aspectos culturais, com enfoque na identidade cultural indígena no Cerrado. O estudo faz um mapeamento do que vem a ser cultura, considerando os posicionamentos de diversos autores que tratam do tema e como acontece o processo de construção identitária também sob o olhar de autores que abordam o assunto como, por exemplo, Stuart Hall. Antes de aprofundar a temática, o texto apresenta alguns critérios a respeito da definição de índio, adotando as ideias expostas na obra de Júlio Cezar Melatti (1986). Além de apresentar e discutir trechos da legislação brasileira que trata das questões indígenas, sobretudo da cultura do indígena.

Palavras-chave: Identidade. Cultura. Etnicidade.

Abstract

The paper presents the reflections on the construction of identity, taking into account cultural aspects, with a focus on indigenous cultural identity in the Cerrado. The study makes a mapping that comes to culture, considering the positions of many authors who treat the theme and how does the process of identity construction also under the eyes of authors who address the subject, for example, Stuart Hall. Before delving into the topic, the text presents some criteria regarding the definition of Indian, adopting the ideas presented in the work of Julius Cezar Melatti (1986). Besides presenting and discussing excerpts from the Brazilian legislation dealing with indigenous issues, especially the indigenous culture.

Keywords: Identity. Culture. Ethnicity.



Introdução

Antes de iniciarmos uma discussão aprofundada a respeito da temática é preciso compreender dois conceitos em questão: Cultura e Identidade. O que vem a ser cultura? O que é preciso para se construir uma identidade? Vários autores abordam perspectivas diferentes em relação a ambos os conceitos.

As reflexões que direcionam este diálogo fazem parte das inquietações percebidas durante as pesquisas realizadas na construção da dissertação do Mestrado Interdisciplinar do programa de Pós-Graduação em “Território e Expressões Culturais do Cerrado”, onde procuro dialogar com autores que buscam a compreensão das diversas culturas e como se dá a construção da identidade cultural, a fim de compreender como se dá as relações entre indígenas e não indígenas, considerando a identidade cultural de cada um desses grupos. Procuro perceber a significação, a representação e a descrição da cultura indígena para entendê-la enquanto momento de vivência do cotidiano, que se transforma (re) atribuindo um sentido especial ao dia-a-dia, diferenciado daqueles não pertencentes aos grupos indígenas. Ao mesmo tempo, busco compreender melhor como ocorre esse processo de ressignificação de espaços e de valores culturais e sociais contidos no âmbito de cada etnia.

Com a pretensão de compreender esse processo de construção da identidade cultural iremos adotar os posicionamentos expostos nas obras *Multiculturalismo*, de Andrea Semprini; *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall; a obra *O que é cultura*, de José Luiz dos Santos, e ainda, os conceitos atribuídos por Clifford Geertz na obra “*Uma descrição densa: Por uma análise interpretativa da cultura*”, bem como Roque Laraiá com sua obra “*Cultura: Um conceito antropológico*”, entre outros autores que tratam da temática, a fim esboçar uma definição para Cultura e Identidade.

Ao se referir a identidade logo vem à mente a cultura de um povo, seus costumes, suas crenças, seu modo de ver o mundo e agir nele. Não se pode falar em identidade sem levar em consideração os caminhos que foram trilhados para se efetuar tal identidade. Cada indivíduo ou comunidade passam por processos históricos que

tornam possível a construção de sua identidade. Ninguém nasce pronto, com uma identidade acabada e imutável, o ser humano passa por diversas mudanças que vai moldando a sua identidade.

Na teoria social, a questão da identidade é bastante discutida, haja vista que “estão surgindo novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”, como bem salienta Stuart Hall (2006, p.43). O conceito de identidade é bastante complexo e pouco compreendido na ciência social, logo, não se pode oferecer afirmações conclusivas sobre o conceito com o qual estamos lidando. Como expõe o crítico cultural Kobena Mercer, “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER *apud* HALL, 1990, p. 43).

Na tentativa de compreender os processos de construção de identidade, Hall (2006) apresenta três concepções diferentes de identidade, identificadas da seguinte forma: sujeito do iluminismo; sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. Para este autor, o primeiro é baseado numa ideia da pessoa humana como indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. Trata-se de uma concepção muito individualista do sujeito e de sua identidade, o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Na concepção de sujeito sociológico, a identidade é formada através da interação entre o eu e a sociedade, ou seja, a relação com outras pessoas mediava para o sujeito os valores, sentidos e símbolos do mundo que ele habitava. E, por fim, na concepção de sujeito pós-moderno, o indivíduo é visto como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada, estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2006, p. 12).

Pensar a trajetória de mudança de identidade do sujeito apenas como inicialmente unificada e coerente e agora totalmente deslocada é uma forma simplista de contar a história do indivíduo moderno. É preciso ir além e ter a noção de um descentramento da identidade, já que numa discussão sobre o “jogo de identidades” é necessário considerar, entre outras coisas, que a “identidade muda de acordo com a

forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2006, p. 21).

Stuart Hall (2006) afirma que a teoria psicanalítica de Freud também contribuiu para a conceptualização da identidade do indivíduo, uma vez que ele apresenta a identidade como algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Para Freud, a identidade está sempre em processo, sempre sendo formada. O sujeito do iluminismo visto como portador de uma identidade fixa e estável foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno e, de acordo com alguns teóricos, os efeitos profundamente desestabilizadores sobre a forma como o sujeito e a questão da identidade são conceitualizados não podem ser negados.

Após essa reflexão a respeito de como as mudanças conceituais de identidade emergiram, é necessário pensar a forma como este “sujeito fragmentado” é colocado em termos de suas identidades culturais, já que no mundo moderno as culturas nacionais constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Antes de prosseguirmos com essa discussão, tentaremos dar uma definição para a palavra *cultura* de acordo com os posicionamentos de José Luiz dos Santos (2007), já que cultura é também uma preocupação contemporânea. Segundo este autor, cultura diz respeito à humanidade como um todo e, ao mesmo tempo, a cada um dos povos, nações, sociedades ou grupos humanos. Para conhecer uma realidade cultural é preciso conhecer suas práticas, costumes, concepções e as transformações que acontecem em sua lógica interna para que façam sentido. “É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos” (SANTOS, 2007, p. 8). Para uma melhor compreensão da cultura é preciso que se pense nos diversos povos, sociedades e grupos humanos, pois eles estão em interação e ajudam a pensar nossa própria realidade social.

Cliffortt Geertz (1989) parte de um viés em que a cultura poderia ser considerada como um texto e, portanto, interpretada. Assim sendo, caberia ao antropólogo não apenas descrever acontecimentos sociais, comportamentos, etc., mas interpretá-los dentro de contexto em que se encontram, de maneira que façam sentido a

alguém que esteja à parte dessa sociedade. Para Geertz (1989), uma etnografia seria, portanto, uma descrição densa e nela poderia diferenciar uma piscadela de um tique nervoso, ainda que as duas consistissem no ato de contrair a pálpebra direita.

Outro autor que contribui com a discussão a respeito do conceito de cultura é Roque Laraia (2005), que percebe a cultura como algo intrínseco ao ser humano, tendo em vista que ele é um ser social. Segundo este autor, a cultura pode se desenvolver das mais variadas e semelhantes formas possíveis em qualquer lugar do mundo, sejam eles próximos ou longínquos. Para Laraia (2005), a cultura é tida como uma diretriz e formadora da visão de mundo de um indivíduo, que sem ela adocece, morre, como quando um órgão essencial para de funcionar adequadamente.

Vale ressaltar que identidade e cultura são indissociáveis para os indivíduos, porque cada pessoa ou grupo de pessoas se expressa e produz em um determinado espaço, além de apresentar culturalmente aquilo com o que se identifica em um tempo e em um espaço diferente, de acordo com Antônio Ferreira Leite (2013) e Alex Ratts (2013). Desta forma, o respeito à cultura e à identidade cultural é uma forma peculiar e necessária de cada grupo fazer sua história cultural, no que diz respeito à condição econômica, gênero, cor, classe social ou grupo étnico. “A identidade e a cultura não se caracteriza apenas pela herança, ela se compõe de todas as invenções e atividades praticadas por uma sociedade” (LEITE & RATTTS, 2013, p.164).

No século XIX foram feitos muitos estudos procurando hierarquizar todas as culturas humanas existentes. Nessa época, a diversidade de sociedade existente representaria estágios diferentes da *evolução* humana, por exemplo, “sociedades indígenas da Amazônia poderiam ser classificadas no estágio da selvageria, reinos africanos no estágio da barbárie e a Europa no estágio da civilização” (SANTOS, 2007, p. 14). Este século indicava os caminhos de uma civilização mundial em que muitas culturas humanas deveriam inevitavelmente encontrar o seu destino, quando não o seu fim. O estudo das culturas e suas transformações são fundamentais para compreender essa civilização mundial, levando em consideração que culturas e sociedades humanas se relacionam de modo desigual, já que, na história contemporânea, as relações

internacionais registram desigualdades de poder em todos os sentidos, relações estas que hierarquizam de fato os povos e nações.

Desde o século XX tem havido preocupações sistemáticas em estudar as culturas humanas e discutir sobre elas. Quanto maior for o contato, mesmo que não sejam pacíficos, entre povos e nações, os estudos acerca da cultura se intensificavam. Essas preocupações são válidas tanto para a compreensão das sociedades modernas quanto para as culturas que vão desaparecendo ou perdendo sua originalidade em virtude dos contatos com outros povos, no entanto, essas preocupações com o conceito de cultura não produziram uma definição clara e aceita por todos do que seja cultura. Contudo, alguns autores ensaiaram algumas definições do conceito em questão. Assim, Santos (2007) nos ajuda a compreender melhor a definição de cultura da seguinte maneira:

Ao se falar na cultura da nossa época ela é quase que identificada com os meios de comunicação de massa, tais como o rádio, o cinema e a televisão. Ou então, cultura diz respeito às festas e cerimônias tradicionais, às lendas e crenças de um povo, ou modo de se vestir, à sua comida, a seu idioma. (SANTOS, 2007, p. 22).

No entanto, os posicionamentos de Santos (2007) a respeito de cultura ultrapassam essas ideias. Ele fala de cultura de maneira mais genérica, preocupando com tudo que caracteriza uma população humana. Segundo este autor, não há por que nos confundirmos com tantas variações de significado, o interessante é pensar sobre os motivos de tanta variação, o que importa é localizar as ideias e temas principais sobre os quais elas se sustentam. Para ele, é preciso localizar os sentidos básicos da concepção de cultura, mostrar como eles se desenvolveram. A partir disso poderemos entender, afinal, o que é cultura e dar andamento às nossas discussões.

Santos (2007) apresenta ainda duas concepções básicas de cultura. A primeira remete a todos os aspectos da vida social; a segunda refere-se mais especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças de um povo. Na primeira concepção a cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação ou então de grupos no interior de uma sociedade, como uma etnia indígena, por exemplo. Segundo ele, nessa concepção cultura se refere a realidades sociais bem distintas. Já a

segunda concepção de cultura se refere especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social.

Ao adotar a cultura como interpretativa, Geertz (1989) faz alguns apontamentos fundamentais para se perceber a cultura sob esse enfoque. O autor afirma que “o pecado obstruidor das abordagens interpretativas de qualquer coisa é que elas tendem a resistir, ou lhes é permitido resistir, à articulação conceitual e, assim, escapar a modos de avaliação sistemáticos”. Segundo Geertz (1989) ou você aprende uma interpretação ou não, vê o ponto fundamental dela ou não, aceita-a ou não.

Ao afirmar que a cultura em nossa sociedade não é imune às relações de dominação que a caracterizam, Santos (2007) foi feliz em seu posicionamento. Segundo ele, é ingênuo pensar que a cultura é usada para fortalecer interesses das classes dominantes. O que interessa é que a sociedade se democratize, e que a opressão política, econômica e cultural seja eliminada. E finaliza, “a cultura é um aspecto de nossa realidade e sua transformação, ao mesmo tempo a expressa e modifica (...) cultura é o legado comum de toda a humanidade”. (SANTOS, 2007, p.79 e 86).

Retomando à temática da identidade, que será também objeto de análise no decorrer do texto, as ideias de Semprini (1999) são plausíveis ao explicitar que a identidade individual é concebida como uma estrutura oca, que toma forma somente no cotidiano do processo de educação e aprendizagem. Isto fornece ao indivíduo um sistema de valores e normas de conduta, o que lhe permite compreender melhor o mundo e sua posição no interior dele. A partir desse posicionamento, compreende-se melhor porque a valorização da diferença é parte fundamental das reivindicações multiculturais. Para o autor, se a identidade individual fica definida por sua inscrição num quadro de pertença, esse quadro representa ao mesmo tempo o potencial e os limites da experiência identitária do sujeito.

A cultura tem exercido papel determinante na definição da identidade. A cultura funciona como uma fábrica de identidade, essa identidade permite uma estruturação do espaço social tanto mais sólida que ela pode operar simultaneamente em duas direções. Como bem expõe Semprini (1999), de um lado, fabricando valores positivos, internos ao espaço social, ela solicita a identificação e o endosso destes valores. Tal operação

permite delinear a trama e a geografia deste espaço. Por outro lado, ao denunciar valores negativos externos ao espaço social, ela fornece um antimodelo. Tal operação permite bloquear as fronteiras do espaço social, conforme uma lógica alternativa de inclusão e exclusão. (SEMPRINI, 1999, p. 163).

É interessante ainda apresentar alguns conceitos de Cultura nas teorias de vários outros autores, das décadas de 70 e 80, como o de Ashley Montagu (1977) ao afirmar que, para o antropólogo, cultura é o que se pode denominar como a parte do meio ambiente feita pelo homem ou apreendida: leis, instituições, potes e panelas, arte, mitologia, religião, etc. “Tudo o que um determinado grupo de pessoas, que vivem juntas como uma população em funcionamento, aprendeu a fazer como seres humanos, o seu modo de vida, em suma, deve ser considerado cultura”. (MONTAGU, 1977 *apud* FILHO & SANTOS, 1989, p.19).

Outro importante conceito sobre cultura é o de Laraia (2005) que considera a cultura como dinâmica e, segundo ele, qualquer sistema cultural está num contínuo processo de modificação. Laraia (2005) apresenta dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e outra que é resultado do contato de sistema cultural com um outro sistema cultural.

Oracy Nogueira (1975) faz outro posicionamento, não menos importante, em relação à cultura. Segundo ele, o homem reage ao mundo físico ou geográfico não diretamente, dando respostas automáticas e cada um de seus elementos constituintes, mas indiretamente, através da cultura. Esta é, segundo Nogueira, o produto da interação entre o grupo e o meio exterior. “Os elementos materiais de que o grupo se utiliza, bem como suas atitudes, crenças, ideias e costumes, fazem parte integrante de sua cultura que pode, assim, ser dividida em material e imaterial”. (NOGUEIRA, 1973 *apud* FILHO & SANTOS, 1989, p. 21). Em Eunice Ribeiro Durham (1980), “a cultura constitui um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica, que é atributo fundamental de toda prática humana” (DURHAM, 1980 *apud* FILHO E SANTOS, 1989, p. 22).

Em suma, de acordo com Hall (2006), as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Para este

autor, a cultura nacional é um *discurso*, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. E conclui, as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), “a identidade nacional é uma comunidade imaginada”. (ANDERSON, 1983 *apud* HALL, 2006, p. 51).

Identidade e Cultura indígena

A legislação brasileira, no âmbito da Carta Constitucional de 1988, garante aos povos indígenas o direito de manterem suas culturas, especificamente no Artigo 8.1, que determina que os povos indígenas e as pessoas indígenas têm o direito a não sofrer assimilação forçada ou a destruição de sua cultura. No Brasil o espaço para as tradições socioculturais dos povos indígenas é bastante reduzido. Os movimentos sociais indígenas também são pela garantia e pelo reconhecimento das suas tradições culturais, pois mesmo que estas tenham sofrido modificações em virtude do contato com os não índios e pelo processo histórico no qual os indígenas foram inseridos, elas ainda estão vivas.

Embora os direitos culturais dos índios estejam previstos Constituição Federal de 1988, na prática é preciso repensar esses direitos a fim de concretizá-los. Por direitos culturais, de acordo com Ana Valeria Leitão (1993), citada por Poliene Bicalho (2013), entende-se “os valores culturais de cada povo, seus usos, costumes e tradições, identificam-no e distinguem dos demais, sendo esta identidade representada por bens, materiais ou imateriais, que se tornam juridicamente protegidos em virtude da lei” (LEITÃO *apud* BICALHO, 2012, p. 67).

A partir dos posicionamentos de Leitão (1993), podemos compreender que a cultura fortalece a construção da identidade indígena, independente da etnia à qual pertença o indivíduo, uma vez que seus costumes e tradições os diferenciam dos demais

grupos, quer sejam indígenas ou não indígenas. Neste sentido, é necessário que se aprenda a conviver com a diversidade, haja vista que só no Brasil existem mais de duzentos povos com valores e culturas diferentes. Os povos indígenas, como demonstrado por Bicalho, “têm seus sistemas próprios de valores, crenças e costumes, logo, a forma de pensar o direito para uma comunidade indígena é diferente da maneira como se pensa o direito no âmbito estatal”. (BICALHO, 2012, p. 71).

Antes de prosseguir a discussão a respeito da construção identidade cultural dos povos indígenas, vamos tentar compreender a definição de “índios” e quais os critérios propostos para distinguir os indígenas das demais populações que hoje habita a América, a partir das contribuições de Júlio Cezar Melatti (1986). Segundo este autor, foram adotados cinco critérios para essa definição. São eles, o racial, o legal, o cultural, o de desenvolvimento econômico e o de auto identificação étnica. Vamos analisar cada um desses critérios na tentativa de compreender essa definição. O critério racial define o índio com uma entidade racial evidenciada por caracteres físicos distintos daqueles dos conquistadores europeus. (O termo índio foi um equívoco gerado pelo erro geográfico de Colombo que denominou assim os povos encontrados na América por acreditar ter chegado às Índias). Este critério se choca com duas dificuldades, primeiro, os índios não constituem uma única etnia, mas populações que apresentam profundas diferenças entre si; segundo, desde o início houve cruzamento de índios com brancos e negros, o que dificulta a classificação sob esse viés. Aqui só considera os caracteres biológicos dos índios, deixando de considerar a distinção cultural entre índios e não índios. Para Melatti (1986), no critério legal toda pessoa que satisfizesse às características definidas por lei como peculiares aos índios seria classificada como indígena. Leis articuladas pela população não indígena.

Já no critério cultural elencam os costumes indígenas propriamente ditos, as tradições de origem não indígena, mas sim europeia ou africana e os elementos mistos, produtos das combinações das duas culturas. Desta forma, “um determinado povo, não importa seus caracteres biológicos, seria classificado com indígena, branco ou mestiço, conforme a porcentagem de elementos culturais de cada conjunto acima discriminado de que fosse portador” (MELATTI, 1986, p. 22). Melatti afirma ainda que tal critério

seria insuficiente para explicar a situação de alguns grupos indígenas como, por exemplo, os do Nordeste do Brasil. Tais grupos adotaram maior parte dos costumes da população brasileira, sendo que alguns esqueceram a própria língua em favor do português.

Para os autores do critério do desenvolvimento econômico a definição de índio tem, sobretudo, caráter prático e visa principalmente auxiliar aqueles que estão encarregados de fomentar melhoramentos nas regiões menos desenvolvidas. Na realidade este critério confunde dois problemas distintos: a situação do índio com a situação de subdesenvolvido. Embora quase toda etnia indígena habitem regiões subdesenvolvidas, estas regiões não são ocupadas apenas por índios. E, por fim, no critério da auto identificação étnica o indígena é a expressão de uma consciência social vinculada com os sistemas de trabalho e a economia, com idioma próprio e com a tradição nacional respectiva dos povos indígenas. Segundo esse critério, o que decide se um grupo de indivíduos pode ser considerado indígena ou não, seja qual for sua composição racial, estejam em que estado estiverem suas tradições pré-colombianas, é o fato de eles próprios se considerarem índios ou não pela comunidade que os cerca. Este critério, da auto identificação étnica, é o mais satisfatório e o único comumente utilizado na atualidade, defendido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), sob fortes debates e embates políticos, na década de 1980, quando a FUNAI tentou impor indicadores de indianidade baseados em princípios raciais, já então expressamente condenados pela comunidade acadêmica-científica, pelos próprios indígenas e as organizações indigenistas daquele tempo.

Feito isso, vamos tentar esmiudar o entendimento sobre a etnia nacional, visto que o processo construção da identidade étnica cultural perpassa este viés. Essa ideia de etnia nacional traduz-se na ideia de unidade que restou de um processo continuado e violento de unificação política por meio de supressão das identidades étnicas. O surgimento de uma etnia brasileira, de acordo com Kabengele Munanga (2004), passa tanto pela anulação das identificações étnicas de índios, africanos e europeus, quanto pela indiferenciação entre várias formas de mestiçagem.

A respeito de identidade étnica, para Roberto Oliveira (1976) o conceito de grupo étnico deve ser concebido como um “tipo de organização social” que possui características de auto atribuição e atribuição por outros com propósitos de interação que se relaciona diretamente a identidade étnica. Um grupo étnico agrega uma população que partilha uma cultura comum. Os indivíduos ou os grupos étnicos têm sido classificados a partir de seus traços culturais particulares que são visíveis. As diferenças passam a ser agora entre culturas, não entre organizações étnicas que podem ser relacionadas como um conjunto de traços culturais, os quais conduzem as análises sobre as formas culturais manifestas.

O modelo sincrético tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica. Apesar de haver uma resistência cultural dos povos indígenas, suas identidades foram inibidas de se manifestarem em oposição à chamada cultura nacional. Munanga (2004) acrescenta que “a construção dessa unidade, dessa identidade dos excluídos, supõe (...) o resgate da cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil”. (MUNANGA, 2004, p. 110).

Concordamos que o Brasil de hoje vive um momento novo, no qual transparece a nossa realidade, ou seja, a de um país de pluralidade cultural, partilhadas por todos, e cuja contribuição do indígena é inegável. O reconhecimento da diversidade, ou seja, das pluralidades culturais, faz com que a cultura nacional não impeça a produção cultural dos povos etnicamente diferenciados. Neste sentido, Munanga (2004) contribui com o seguinte posicionamento: “se, do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológicos-políticos e as relações de poder”. (MUNANGA, 2004, p.118). E acrescenta:

O exemplo de alguns países ocidentais construídos segundo o modelo Estado-Nação, que passavam a imagem de que havia uma unidade cultural conjugada com a unidade racial e onde ressurgem hoje os conflitos étnicos e identitários, iluminaria o processo brasileiro e, sobretudo, a ideia de que existe uma identidade mestiça. Uma tal identidade resultaria, a meu ver, das categorias objetivas da racionalidade intelectual e da retórica política daqueles que não

querem enfrentar os verdadeiros problemas brasileiros. (MUNANGA, 2004, p. 119).

Na história do Brasil, o discurso sobre a identidade começou a se impor nitidamente quando o país deixou de ser uma colônia para se constituir uma nação. Neste contexto histórico, a diversidade étnica foi vista pela maioria da elite como um obstáculo ao processo de construção da nação e do povo brasileiro. Todas as sociedades resultantes da invenção colonial, a exemplo do Brasil, desenvolveram um pluralismo étnico-cultural. O já então formado Estado nacional brasileiro obrigou as sociedades indígenas de diversas origens geográficas, étnicas, históricas, genéticas etc. a conviver em um mesmo e único espaço por ele definido. Nestas circunstâncias aconteceram inúmeras trocas e empréstimos culturais, ou seja, os fenômenos da transculturalidade entre povos culturalmente diferentes.

Considerações Finais

Com a realização deste trabalho pôde-se perceber que identidade e cultura são importantes para a afirmação do indivíduo ou da comunidade étnica em sua relação com a sociedade. As discussões aqui expostas contribuíram para o entendimento desses aspectos que são fundamentais para a caracterização de homens e mulheres, indígenas e não indígenas, enquanto seres que se relacionam. São essas relações de identidades e culturas diferentes que dão uma configuração ao espaço e à vida das pessoas, como expõe, de maneira feliz, Leite e Ratts (2013) ao acrescentarem que “através da cultura é possível que aconteça o aprendizado em cada um de nós, o qual nos faz participantes e atores ao mesmo tempo, em outros momentos, espectadores”. (LEITE & RATTS, 2013, 167). É importante perceber que é justamente essa relação constante entre pessoas, seja do mesmo grupo de pertença ou não, que possibilita a diversidade da identidade cultural, seja de maneira individual ou coletiva.

O trabalho utilizou conceitos de autores de épocas diferentes, desde a década de 70 até os dias atuais, propositadamente, com intuito de abarcar uma boa gama de

conceitos a respeito dos termos ‘cultura’ e ‘identidade’, já que estas são questões contemporâneas, com preocupações de definição de conceitos em tempos remotos, que ainda instigam e causam inquietações em quem lida com os temas. As questões pontuadas aqui foram interessantes para se pensar sobre a construção da identidade nacional sob uma perspectiva cultural, não perdendo o olhar democrático para as questões étnicas, principalmente referentes aos indígenas, que são o foco deste trabalho.

Levando em consideração que a cultura contribui para a construção da identidade dos indivíduos, seja ele de qualquer etnia, é fundamental o respeito e a preservação da pluralidade cultural existente no Brasil, haja vista que sem ela não existe uma identidade definida, ou seja, as representações simbólicas atribuídas às diversas culturas precisam ser consideradas e mantidas por determinados grupos para que os indivíduos pertencentes a estes grupos não percam sua essência, sua posição no mundo e, conseqüentemente, sua identidade, uma vez que, como sabiamente expôs Rogerio Haesbaert (1999), “o papel de uma identidade individual pode se tornar fundamental na formação de uma identidade social muito mais ampla” (HAESBAERT, 1999 *apud* LEITE & RATTS, 2013, p.164). Neste sentido, o respeito à cultura e à identidade social é uma forma peculiar de cada grupo fazer sua história.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Entre discursos e vivências: direito à igualdade e direito à diferença.** In: NETO, José Elias; RODRIGUES, Sirlene Antônia; SILVA, Valtuir Moreira da (orgs). Discursos, representações e paisagens: múltiplos olhares. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

FILHO, Américo Pellegrini; SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Antropologia cultural & Folclore.** São Paulo: Olympia, 1989.

GEERTZ, Cliffordt. **Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. In: SILVA, Tadeu Tomaz da; LOURO, Guacira Lopes. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 18 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 82-111.

LEITÃO, Ana Valéria Nascimento Araújo. **Direitos culturais dos povos indígenas – aspectos de seu reconhecimento**. In: SANTILLI, Juliana (Coord.). *Os Direitos Indígenas e a Constituição*. Porto Alegre: Núcleo de Direitos Indígenas e Antônio Sérgio Fabris Editor, 1993, p. 225-240.

LEITE, Antônio Ferreria; RATTS, Alex. **Produção familiar, Território e Identidade na comunidade negra rural Água Limpa, Faina-Goiás**. In: BICALHO, Poliene Soares; MIRANDA, Sabrina do Couto; OLIVEIRA, Hélvio Frank de (orgs). *Educação e Diversidade: múltiplos olhares*. Anápolis: UEG, 2013, p. 167.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. 5 ed. São Paulo: HUCITEC; (Brasília): Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 19-26.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Helvio Frank de; BICALHO, Poliene Soares dos Santos; MIRANDA, Sabrina de Couto. **Educação e Diversidade: Múltiplos Olhares**. Goiânia: UEG, 2013. p. 163-164.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade étnica, identificação e manipulação**. São Paulo: Tomson, 1976.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução: PELEGRIN, Laureano. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

A RETÓRICA NA HISTORIOGRAFIA LATINA: AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA NARRATIVA DE TITO LÍVIO (SÉC. I A.C.)

Suiany Bueno Silva
suianybs@hotmail.com
Universidade Federal de Goiás
Bolsista CNPq

Resumo

Nosso trabalho visa à compreensão das representações femininas na corte imperial como modelo de comportamento social, à medida que a *castitas* da matrona tornava-se exemplo memorável de conduta cívica. Partindo-se deste pressuposto, a obra *Ab urbe condita* de Tito Lívio, datada aproximadamente em 27 a. C., permiti uma interessante reflexão acerca das personagens femininas, tais como o de Lucrecia e o de Túlia, que extrapolavam o espaço doméstico e, em função de seus comportamentos virtuosos ou até mesmo execráveis, emergiam a cena pública como símbolos da degeneração dos valores dos ancestrais; logo, a recriação das imagens femininas no discurso do historiador, orientariam os leitores-ouvintes às ações do presente em prol do desenvolvimento da república romana.

Palavras-chave: Feminino, Poder, Virtude.

A escrita da História, na Antiguidade, define-se por sua forma, antes que por seu conteúdo. Os discursos historiográficos são verdadeiros exercícios de retórica. Neste sentido, pretendemos discutir como a narrativa de Tito Lívio representa um tipo específico da arte da retórica, aquela que vislumbra as origens dos acontecimentos, dos tempos remotos de Roma. Ao contemplarmos os argumentos expressos na narrativa de Lívio nos debruçamos sobre a história das personagens Lucrecia e Túlia (Livro I), mulheres de caracterizações opostas e que, pelos seus comportamentos, emitem uma mensagem aos leitores. A história narrada por Lívio perpetua as ações dos personagens, seja pelos exemplos de virtudes de comportamentos cívicos, seja pelas ações corrompidas pelos vícios, e assim tais atitudes são legados às gerações posteriores. Ao lermos sua obra historiográfica, com seus discursos estruturados e elaborados sob as



regras da retórica, compreendemos que a pretensão do autor não é somente modificar a opinião dos leitores, mas é, sobretudo, estimulá-los à mudança, remodelar os comportamentos sociais. Trata-se de discutir o papel da escrita da História em Tito Lívio e como essa escrita define e consolida uma latinidade romana a partir dos modelos de comportamentos cívicos de seus personagens que por meio de suas ações definem o ser romano. Pretendemos observar como a estrutura da narrativa aponta na compreensão de uma História concebida como “mestra da vida” (*magistra vitae*), possibilita olhar para o passado e extrair dele exemplos históricos. Como acentua Matthew Roller o passado, na percepção de Cícero, *magistrae vitae*, orienta as ações a partir dos *exempla* (ROLLER, 2009, p. 214-215), na medida em que as virtudes cívicas se projetam no presente, na comunidade política da contemporaneidade, permitindo, desta feita, a remodelação dos comportamentos sociais (CONNOLLY, 2009). A partir destas questões, verificamos que o valor do estudo da história não reside apenas em lições específicas, mas também no exercício de como e o que se olhar desse passado. Ao escrever a história de Roma, *ab urbe condita*, no início do principado de Augusto, “em que o tema da identidade romana e de suas raízes no tempo tornara-se, particularmente intenso” (GUARINELLO, 2006, p. 285), Lívio pretende definir o que é a latinidade romana, apontando ao longo de sua narrativa, pelos artifícios retóricos, valores romanos, retomando suas origens, nos costumes dos ancestrais: o *mos maiorum* romano (GUARINELLO, 2006) compreendido como um coletivo dos valores e das práticas consagrados pela tradição dos costumes dos ancestrais (PITA, 2010, p. 38).

Importa-nos compreender as relações entre virtudes cívicas e degradação de valores a partir dos usos do passado na contemporaneidade de Tito Lívio, na obra *História de Roma*¹. Importa também acentuar aqui, que ao estruturar seus discursos a cerca das histórias de Lucrecia e Túlia, Tito Lívio quer tratar sobre os papéis dessas

¹ Consensualmente sua composição é datada por volta do ano 27 a.C., e compreendia 142 livros dos quais nos restam apenas 35. Destes 35 livros realizamos um recorte específico no livro I, *A Monarquia*, pois a partir desta narrativa obtemos uma leitura das origens lendárias e míticas dos primórdios de Roma até a instauração da República. O historiador latino esquematiza sua narrativa a partir da caracterização dos reis, incluindo a construção das virtudes, as quais simbolizam o surgimento dos diversos atributos morais, cívicos e religiosos do povo romano (MARQUES, 2007, p. 51).

mulheres em suas *domus* e sobre seus familiares, inferimos que Lívio não discute sobre quaisquer mulheres, mas daquelas pertencentes a um grupo específico – a aristocracia romana (era à elite romana a quem os discursos historiográficos de Tito Lívio eram acessíveis).

Esse passado que é lembrado pela escrita de Lívio, possui os aspectos essenciais de uma memória que é selecionada e trabalhada no presente, isto é, a memória dos antepassados que está em consonância com as expectativas de um contexto presente que se pretende reformular. A memória é, portanto, fundamental no processo de constituição da legitimidade política de Augusto, processo que exige o reconhecimento de subjetividades, pois embora o sujeito se forme no presente, o faz baseado em uma memória. Os atos de preservar e comunicar a memória é que lhe dão permanência social (MITRAUD, 2007, p. 17). Trata-se de uma reflexão sobre o passado, um debruçar-se sobre esses vestígios presentes com o intuito de selecioná-los e agregá-los, de modo que eles permitam uma compreensão da mudança como dimensão inerente do tempo das sociedades humanas. A memória é, portanto, um produto social, confere um sentido de permanência e de unidade no tempo (GUARINELLO, 1994). Diante dessas possibilidades podemos inferir que Tito Lívio, enquanto historiador, se move em uma temporalidade. Neste sentido, o tempo torna-se “humano” precisamente quando é “organizado exatamente à maneira de uma narrativa”, e a narrativa de Tito Lívio extrai o seu sentido exatamente da possibilidade de “retratar os aspectos da experiência temporal”, ao preservar e comunicar a memória dos antepassados (RICOEUR, 1994, p. 61).

Quando se escreve a história por vezes recorre-se à tradição como meio mais confiável para compreender e ditar o passado, entretanto, “a 'tradição' não transmitia meramente o passado, ela o criava” (FINLEY, 1989, p.18). Na antiguidade clássica a tradição representada pelo *mos maiorum* criava uma espécie de unidade na constituição política. Interessavam-lhes as lições e as mensagens do passado, e para tanto, recorriam à memória social (GUARINELLO, 1994), às experiências temporais dos homens de outrora. Os historiadores (tais como: Heródoto, Tucídides, Políbio, Salústio, Tácito) assim como Lívio concentravam-se em realizar uma leitura do passado sob as

estratégias retóricas que permitiriam, a partir de uma elaboração textual, comunicar dar a ler uma narrativa com uma função social (FOX, 2007). Vê-se que o uso da retórica na historiografia antiga definiu-se para além de uma arte persuasiva, mas desempenhou um papel importante na definição de uma identidade social que marcasse de forma significativa o desenvolvimento da literatura romana. Em outras palavras, a arte da Retórica foi um mecanismo relevante utilizado na fala e na escrita, tendo um papel vital no espaço público, interferindo na vida social e política de Roma. Como pontua Matthew Fox, a literatura foi uma expressão escrita desse esforço de definir o “ser romano” pautado nos elementos retóricos que auxiliaram a afirmar a cultura romana.

Em vista disso, ao lermos a *História de Roma*, compreendemos que a narrativa histórica utiliza-se como um dos seus aparatos de convencimento a forma, palavra latina que significa, a aparência, isto é, a estruturação e ordenação dos argumentos (FUNARI, 2011). A argumentação retórica produz, em seu ato de comunicação, dois efeitos distintos, mas complementares: “os leitores/ouvintes são cognitivamente convencidos quando aceitam uma afirmação como verdadeira; e são volitivamente persuadidos, se a sua conduta ou motivação é afetada” (JÚNIOR, p. 7). Tal afirmação pode ser vislumbrada na leitura da obra de Tito Lívio, ao compreendermos a utilização dos instrumentos retóricos como meio eficaz de denotar a utilidade da narrativa e do conteúdo nela inscrito. Trata-se de sublinhar o sentido utilitário da História, construído em sua narrativa a partir da elucidação de seus leitores sobre a importância dos costumes passados na orientação do agir humano, dos comportamentos sociais direcionados a *res publica*. De acordo com Tito Lívio:

O que é sobretudo salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos em tão célebre tradição. Daí, para si mesmo e para o seu estado, pode-se apreender o que imitar, daí poderia ser evitado o que é vergonhoso. (LÍVIO, *Prefácio*).

Assim, para Lívio, a possibilidade de definir uma consciência romana decorre da contemplação e da emulação dos modelos antigos de conduta virtuosa. Chaplin (2000, p. 27-28), em sua obra *Livy's exemplary history*, mostra que o historiador Lívio interessava-se em perceber a mutabilidade dos *exempla*, e a maneira com que os



romanos poderiam utilizá-los como possibilidade de renovação. O autor compreende que ao estudar Tito Lívio, estabelece-se um propósito de compreender a utilidade dos exemplos, das virtudes essenciais para os romanos, como a *fides*, a *pudicitia* e a *castitas*, essenciais aos comportamentos das matronas romanas, como observado na história da personagem Lucrecia.

A personagem Lucrécia era esposa de um Collatinus (Lúcio Júnio Bruto) amigo dos filhos do rei Tarquínio. Numa campanha contra a cidade de Ardéia, os príncipes e Collatinus organizaram um banquete e festas, bebiam em casa de Sexto Tarquínio, o assunto recaiu sobre mulheres. Cada um elogiava mais que o outro os dotes de suas esposas. A discussão tornava-se acalorada quando Colatino declarou que não valia a pena discutir. Dentro de algumas horas poderiam ter a certeza da superioridade de Lucrécia sobre as demais. Pegaram seus respectivos cavalos e foram pessoalmente observar o comportamento de suas mulheres. Cada um dirá em que se ocupava a esposa na chegada inesperada do marido, e as rédeas soltas foram para Roma. Dirigiram-se a Colácia, onde encontraram Lucrécia em atitude bem diferente das noras do rei. Estas outras para ocupar o tempo, participavam com as amigas de um suntuoso banquete. A matrona, ao contrário, encontrava-se no interior de sua casa, sentada junto com suas servas, e fiava lã apesar da hora avançada. A comparação com as outras mulheres terminou por exaltar a figura de Lucrécia. Ela acolheu amavelmente seu marido e os Tarquínios, e o vencedor convidou gentilmente os jovens príncipes a permanecerem em sua casa. Foi então que o desejo culpado de possuir Lucrécia, violentando-a, apoderou-se de Sexto Tarquínio. A beleza aliada à virtude seduziram-no. Alguns dias mais tarde, às ocultas de Colatino Sexto Tarquínio voltou a Colácia. Como ninguém suspeitasse de suas intenções, foi bem recebido e depois do jantar conduziram-no ao quarto de hóspede. Quando lhe pareceu que todos dormiam e não corria perigo, tomou a espada e ardendo em desejo aproximou-se de Lucrécia adormecida. Pondo-lhe com força a mão esquerda sobre o peito disse: “Silêncio, Lucrécia, eu sou Sexto Tarquínio e tenho a espada na mão, se disseres uma palavra, morrerás. Tarquínio confessou-lhe seu amor, dirigiu-lhe súplicas, misturou ameaças às súplicas, lutando para perturbar os sentimentos daquela mulher. Diante de sua firmeza que não cedia nem pelo temor da

morte, acrescentou ao medo a ameaça da desonra. Assim, quando ela resiste, ele ameaça matá-la. Com essa ameaça, a paixão criminosa de Tarquínio triunfou da obstinada virtude, e ele partiu contente por ter destruído a honra de uma mulher. (LÍVIO, *A MONARQUIA*, Livro I).

Abatida por tão grande infortúnio, Lucrecia envia um mensageiro a Roma e a Ardéia para pedir ao pai e ao marido que viessem imediatamente. Era necessária e urgente a presença de ambos. Chegaram juntos pai e marido encontrando Lucrecia acabrunhada e vertida em lágrimas, quando da chegada dos dois Lucrecia anuncia o estupro cometido por Sexto Tarquínio. Após obter a garantia que não a deixariam sem vingança, Lucrecia pronunciou que mesmo isenta de culpa, não se sentia livre do castigo. Nenhuma mulher há de censurar Lucrecia por ter sobrevivido a sua desonra. A mulher crava no peito o punhal que havia escondido em suas vestes e tombou agonizante em meio aos gritos do pai e do marido. (LÍVIO, *A MONARQUIA*, Livro I).

A Lucrecia de Tito Lívio encarna a mulher idealizada pelos romanos e a sua morte representa um nobre exemplo de como a castidade era moralmente valorizada. Esse ideal ligava-se ao ritual simbólico da fabricação da lã, atividade que teve no passado uma grande importância na economia doméstica. A esposa que se dedicava a essa função simbolizava a boa matrona. O simbolismo tomou forma concreta na roca de fiar lã carregada pela noiva romana, mas era também comumente evocado em epitáfios e nos meios aristocráticos durante a era de Augusto, enfatizando o conceito de *pudicitia*. Esse simbolismo foi muito valorizado por Augusto, e Tito Lívio recriou-o em seu livro, na história de Lucrecia (MITRAUD, 2007). Em vista disso, é como um modelo de *Virtus* feminina que Lucrecia entra na história de Tito Lívio, já que é vencedora do concurso de virtudes femininas, e é por permanecer virtuosa que a matrona insiste na necessidade de sua morte e se recusa a permanecer viva, escolhe ser vista como um precedente para outras mulheres e desafia, assim, seu papel como representação passiva² (MATTHES, 1964) e decide o que é apropriado para si mesma, tendo suas ações dirigidas à comunidade cívica.

² Não pretendemos fazer uma leitura das representações femininas na narrativa de Tito Lívio em separado das representações masculinas, porque compreendermos que a atuação do feminino está em sintonia com

Como pontua Milnor (2009), Lucrecia representa o modelo de feminilidade doméstica romana e ainda é diretamente responsável pela mudança política significativa da história romana - passagem da monarquia para a República. Compartilhando desta ideia, Snyder (2011) acrescenta que por representar o ideal de matrona romana e ter sua *pudicitia* violada pelo estupro, a narrativa de Lucrecia marca o declínio dos costumes romanos. A partir da leitura de Lívio compreendemos que a história de Lucrecia articula a relação entre violência sexual³ e fundação. Importante mencionar que o suicídio cometido pela personagem, para além de ser um ato contra sua violação moral e

o masculino. Em outras palavras, seus atos são realizados em meio a um contexto de ação por parte desses homens. Mas isso não significa que as mulheres se mobilizassem apenas em função das atuações do gênero masculinos. Partimos do pressuposto de que é “necessário estudarmos a história da mulher no seu contexto, junto com a história dos homens. [...] É preciso considerar igualmente o masculino e o feminino na análise histórica” (CIRIBELLI, 1995, p. 141 *apud* OMENA, GOMES, 2011, p. 158). Buscamos “enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação” (SOIHET, 1997, p. 278 *apud* OMENA, GOMES, 2011, p. 159). Refletir a condição feminina dessa forma significa não aceitar as interpretações que consideram que a ação desenvolvida pelas mulheres são ações subordinadas e sem importância. Uma compreensão feita a partir desses pressupostos anuncia que não compartilhamos de interpretações historiográficas, as quais consideram as mulheres na antiguidade romana como seres passivos, sem voz, que sofriam violências por parte dos homens e não possuíam qualquer meio de ação em prol de seus anseios pessoais. Ver mais em: (OMENA, Luciane M. de; GOMES, Erick M. C. O. Casamento e magia nas Metamorfoses, de Lúcio Apuleio (século II d. C.). *MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES*, 12 (30), 2011 (jul./dez).

³ Violência sexual é aqui compreendida como uma agressão ao corpo e à moral a que a matrona romana está imbuída de exercer enquanto uma mulher pertencente à uma comunidade cívica, ou seja, está violência é compreendida como um desregramento afastado das práticas de virtudes cívicas. Além disso, cabe lembrar que o estupro era uma relevante forma de atuação durante o período de guerras. Interessante lembrar que, em 387 a.C., quando Roma foi conquistada pelos gauleses e várias mulheres romanas correram o risco de ser vítimas desse invasores, os romanos criaram o estratégia de enviar numerosas escravas ao acampamento dos inimigos (WEEBER, 2003, p. 431, *apud* CANELA, 2012, p. 15-20). Ainda no que tange à guerra, é possível fazer referência a partir da leitura de nosso documento, do legendário início de Roma, com o rapto das sabinas, classificado como violência sexual, legitimado, desta feita, por um contexto militar caracterizado como “medida de emergência” de Roma, em razão da carência de mulheres. O rapto foi essencial para assegurar a continuidade da população da nova cidade (CANELA, 2012, p.16). Em vista destes aspectos, observamos que o primeiro livro, *A Monarquia*, da *Ab Vrbe Condita* de Tito Lívio trata sobre a violência sexual precedendo a maior parte dos grandes eventos políticos, como exemplo disto tem-se o caso do estupro da Virgem Vestal Rea Sílvia por Marte, gerando Rômulo, o fundador de Roma. Ariete (1997, p.209, *apud* CANELA, 2012) destaca a relevante relação existente na literatura, entre política e estupro. A violência contra Lucrecia derrubou a monarquia e estabeleceu a República. O rapto das sabinas permitiu o estabelecimento e a manutenção de uma cidade; o estupro de Virgínia ocasionou a dissolução do segundo decenvirato e o retorno da República. Embora estas histórias nos mostrem o estupro como marco para a ocorrência de transformações políticas, certamente também demarca um aspecto de aversão pela sua prática, repulsa que desdobrava-se no indivíduo sofredor da violação, e pelos próprios familiares, uma vez que violava o *mos maiorum* a domus dos membros familiares. Tal característica nos parece relevante ao percebemos como Brutus recebe apoio da plebe rumo à vingança e expulsão dos Tarquínios de Roma.

corporal, é o meio pelo qual a matrona corrompe a possibilidade de gerar um filho de uma linhagem etrusca e tirânica. Sendo assim, o corpo de Lucrecia controla o desdobramento da narrativa (MATTHES, 1964), com sua morte sucedem simultaneamente o caos e o retorno à ordem.

A exibição simbólica do corpo de Lucrecia após seu suicídio motiva os cidadãos romanos contra o monarca despótico e incita modelos de comportamentos virtuosos para as mulheres republicanas. Vê-se, a partir do discurso de Lívio, que Lucrecia exemplifica a virtude feminina sem ser uma ameaça à masculinidade, mas sim a mulher que possibilita e cria condições para a realização do homem virtuoso (MATTHES, 1964). Quando de seu funeral, o corpo da matrona sendo levado para o fórum, é a própria exibição de seu cadáver que evidencia, pelas atitudes de Brutus, o quanto necessário é a prática das virtudes naquele momento. Não havia espaço para lágrimas, pois Lucrecia, enquanto um exemplo, merecia ações que a vingassem, o sangue e o punhal de seu suicídio tornaram as ferramentas que restauram a força, a masculinidade de Brutus. Como menciona Melissa Matthes (1964), há aqui uma demonstração da relação de complementaridade entre a exibição do corpo de uma mulher e os efeitos das palavras de um homem. Com o corpo de Lucrecia sendo levado de sua casa à praça pública e as palavras de Brutus, os romanos são incitados à ação em memória a matrona que era exemplo de virtude no trato do corpo feminino e do corpo social a qual estava inserida (JOSHEL, 2009).

Para além deste exemplo de matrona romana, Lívio pontua também que não há falta de mulheres que tenham seus comportamentos afastados das virtudes essenciais aos romanos, deixando de atuar como mulheres e/ou imitando as qualidades dos homens. Por exemplo Túlia, esposa do último monarca de Roma, Tarquínio, o soberbo. O casamento com Lúcio Tarquínio não foi o único ato de Túlia para alcançar o poder:

pois de um crime a mulher já vislumbrava um outro. Nem durante a noite, nem durante o dia, deixava o marido sossegado, para que não fossem gratuitas as mortes anteriores. Dizia que não lhe faltara um homem do qual fosse dita esposa, nem um com o qual silenciosa se submetesse; faltara-lhe um homem que se julgasse digno do reino, que se lembrasse que era filho de Tarquínio Prisco, que preferisse ter o reino a aspirar por ele: “Se tu és aquele com quem julgo estar

casada, não só te chamo de marido mas também de rei. Se a situação foi pouco alterada, pior agora, porque nesse momento junto à inação existe o crime. Por não te armares? Não tens necessidade de te esforçar por reinos estrangeiros, como teu pai proveniente de Corinto ou de Tarquínios. Os deuses Penates e nacionais, a imagem do teu pai, o palácio e o trono real que nele se encontra e o próprio nome Tarquínio te fazem rei e assim te chamam. Mas se tens pouca disposição para isso, por que enganas a cidade? Por que consentes em chamar a atenção como um herdeiro? Vai-te embora daqui para Tarquínios ou Corinto; recuar para a tua estirpe, mais semelhante ao irmão do que ao pai” (LÍVIO, *A MONARQUIA*, Livro I).

À fúria de Túlia somava-se a inveja, incomodava-a o fato de Tanaquil, a mãe de Lúcio, uma mulher estrangeira, ter conseguido levar dois homens ao trono de Roma consecutivamente, o marido Tarquínio Prisco e Sérvio Túlio. O ódio de Túlia estava acima do seu amor pela família, pois Tanaquil era avó tanto dela como de Lúcio, seu esposo, e o rei de quem desejava tomar o poder era seu pai e sogro de seu marido. Por fim, Lúcio invadiu o Senado e tomou, pela força, o lugar de Sérvio. O rei foi assassinado pelos homens de Lúcio Tarquínio. Segundo Lívio, tal crime foi ideia de Túlia. Logo após o assassinato de Sérvio ela chegou ao Foro em uma carruagem, mandou Lúcio vir do Senado e chamou-o de rei. O marido ordenou-lhe que saísse daquele tumulto e que voltasse para a *domus*. No caminho de volta o condutor da carruagem se deteve apavorado, freou e mostrou à Túlia seu pai Sérvio que jazia trucidado. Como exemplo de uma mulher fria, sem limites, envolta em ambição política, tão carente da *pietas* filial, ela ordena que passe a carruagem por cima do corpo de seu pai, uma vez que se encontrava na rua (MITRAUD, 2007).

Milnor (2009) nos alenca que mulheres como Túlia são úteis para os historiadores romanos, como forma de caracterizar os homens ao seu redor, e neste episódio da narrativa de Tito Lívio as atitudes de Túlia se refletem na definição do caráter de seu marido Tarquínio, o soberbo. A partir destas duas narrativas verificamos que a presença das mulheres na vida pública foi utilizada na historiografia romana para representar tanto a degeneração dos valores sociais tradicionais, como também a representações das praticas de virtudes na *domus* e para além desta no espaço publico. O propósito de Lívio na elaboração de seus argumentos vai além da relação entre homens

e mulheres, mas sim da articulação e negociação entre as diferentes esferas e valores que os homens e as mulheres representam. Sendo assim, estas narrativas atestam as reais possibilidades históricas em que as mulheres romanas utilizaram seus papéis tradicionais nas esferas domésticas para influenciar e intervirem em eventos cívicos.

Os comportamentos sociais pautados pelas virtudes cívicas, narrados por Lívio, como o de Lucrecia, são também os elementos essenciais da restauração moral empreendida por Augusto em seu arranjo político e no meio social, como as reformas matrimoniais introduzidas pelo imperador com a *Lex Julia* de 17 a.C. O objetivo, com a implementação da lei de regulamentação das relações matrimoniais e de adultério, era fortalecer a unidade familiar com seus valores tradicionais e com a divisão dos papéis entre o *pater familias* e a matrona; outra intenção contida neste arranjo da reforma moral e social foi estimular a taxa de natalidade e reforçar a *pudicitia* nos comportamentos femininos (BAUMAN, 1992). Importante compreendermos que a família romana estava inserida no espaço da *domus* e, para além dele, no espaço público, representando a legitimidade legal e social no qual os papéis sociais são definidos e redefinidos. As relações sociais no seio familiar são orientadas pelas figuras que, antes de tudo, devem ser modelos de condutas cívicas para a manutenção da unidade familiar: a *auctoritas* do pater familias e a *castitas* da matrona (GEORGE, 2005).

Trata-se de compreender como ocorre o uso e uma seleção do passado à medida que ele se torna necessário às ações políticas do governante. Pelas medidas de renovação moral e social, Augusto será identificado, aos olhos dos seus contemporâneos, como sendo a autoridade necessária para empreender a tarefa de restaurar a República (SILVA, 2001, p. 39). Este passado que é resignificado contribui para o aumento da *auctoritas* (influência) do imperador, auxiliando na legitimação da sua posição política.

Nesse sentido, o imperador Augusto, na argumentação de Chaplin, soube olhar para esse passado como uma fonte de legitimação e de autoridade para o seu exercício político. Augusto e Tito Lívio reconhecem os *exempla* não como pontos fixos, mas sujeitos a diferentes usos ao longo do tempo (CHAPLIN, 2000, p. 195-196).

Segundo Chaplin (2000) Tito Lívio, assim como Augusto, utilizou os dois tipos de relações temporais que contêm os *exempla*: passado e presente, presente e futuro. Augusto como um político se baseou em precedentes republicanos para solidificar suas inovações constitucionais e fornecer modelos para o futuro. Tito Lívio empregava os *exempla* como um meio de mostrar uma história monumental de valores, mas ele também vê isso como um meio de salvar Roma de seu passado recente (guerra civil).

Sendo assim, esse debate aponta, a nosso ver, no mínimo uma confluência de interesses entre Tito Lívio e Augusto. De fato, os elementos e conceitos da história romana são expressos e fundamentais na narrativa de Lívio, como *pietas*, *fides*, *auctoritas*, *pudicitia*, *castitas* e *iustitia*, examinados nas narrativas aqui mencionadas, são também parte essencial das reformas promovidas pelo imperador durante o seu governo. Augusto procurou resgatar esses valores romanos como forma de legitimar seu poder, um poder fundado na tradição, através de reformas institucionais, religiosas, urbanísticas, artísticas (Ver em: AUGUSTO. *Res Gestae* IV), e fundamentalmente na literatura do período (MARQUES, 2007, p. 42).

Tendo por referência o debate aqui estabelecido, concluímos que a leitura da narrativa de Lívio nos desperta algumas questões inquietantes, pois ao reviver esse passado, Tito Lívio busca um retorno às raízes dos valores humanos e políticos (VITORINO, 2008, p. 17). O tempo que é retomado por Lívio é o tempo da fundação de uma Roma gloriosa, o que nos possibilita associá-lo ao momento do governo de Augusto e seu projeto de refundação. É indubitável, diante de nossa leitura, a compreensão de que o poder necessite das origens, por isso, não se trata somente de um uso do passado ou apenas narrar histórias dos tempos remotos, mas de refletir um passado com exemplos históricos e possibilitar um futuro com comportamentos sociais direcionados a uma comunidade cívica. Compreendemos que a história de Tito Lívio estruturalmente trata a fundação como um processo e não como momento que se desdobra de uma só vez. Aqui, o fundador na narrativa é visto como renovador dos laços da comunidade (MATTHES, 1964).

Em nossa perspectiva de abordagem compreende-se que ser historiador, na Roma antiga, não era uma profissão, era uma prática literária e que mantinha uma



estreita ligação com os eventos públicos que eram seu assunto. O historiador Lívio pode muito bem ter dedicado quase toda a sua vida adulta a escrever sua história, mas devemos nos lembrar que Lívio foi treinado, como todos os romanos de qualquer preeminência social na arte da retórica. Neste sentido, todo o discurso público romano e a história foram orientados para os objetivos tradicionais da arte retórica, isto é, não apenas de instruir seu público, mas também de movê-los e, conseqüentemente, de transformar os seus comportamentos. As conexões entre a historiografia escrita e realidade histórica eram, portanto, múltiplas e complexas: os acontecimentos do passado, e todos os exemplos históricos advindos da observância das praticas de virtudes como pelos vícios permitiam uma autoridade ao texto. (FELDHERR, 2009).

Em vista destes aspectos, Damon acrescenta que a arte da retórica foi importante por dois pontos: em primeiro lugar porque a fala a expressão oral e escrita foi vital na vida social e política em Roma; em segundo lugar era fundamental a familiaridade com o contexto o qual estava inserido, pois a necessidade de persuasão ia ao encontro das carências da contemporaneidade do orador ou do autor (DAMON, 2007.). Observamos a partir do discurso de Tito Lívio que os historiadores antigos reconheciam a importância da memória do passado, da origem, e é por isso que a narrativa de Lívio pretende concentrar-se no relato dos acontecimentos mais antigos, na retomada de um passado que é selecionado e modelado, e determinam as realizações sociais do povo romano- tal como apontado na leitura de contraponto entre os modelos pautados nos comportamentos de Lucrecia e Túlia. Deste modo, faz-se necessário termos em mente que a história antiga é mais arte do que ciência e, portanto, não se pode julgar um historiador antigo com os critérios atuais. Ele não é um pesquisador científico, mas, sobretudo um escritor, um observador da tradição oral e dos testemunhos dos autores que o precederam. A história dos acontecimentos mais antigos pertence, para esses historiadores (como Tito Lívio), à área da tradição. A função da historiografia pauta-se em uma busca da consciência romana, uma maneira de retornar às raízes dos valores morais e políticos (MITRAUD, 2007, p. 9-10).

DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL

AUGUSTO. *Res Gestae Divi Augusti*. Tradução e comentários de G. D. Leoni. São Paulo: Polítipos, 1957.

CICERO, M. T. *De Oratore*. Books I-II. Vol. 1. With an English translation by E. W. Sutton. (Edição Bilingue).

LÍVIO, Tito. *História de Roma*- livro I: a monarquia (Ab Vrbe Condita, líber I). Tradução Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. *Historia y mito en el mundo antiguo: Los orígenes culturales de Egipto, Israel y Grecia*. Tradução: Ambrosio Berasain Villanueva. Ed: Gredos, 2011.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, R. (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Trad. de Luiz T. C. de Moura. Brasília: Ed. UnB, 1982.

BAUMAN, Richard A. WOMEN IN THE AUGUSTAN PRINCIPATE. In: WOMEN AND POLITICS IN ANCIENT ROME. Routledge, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CANELA, Kelly Cristina. O estupro no direito Romano. São Paulo: cultura acadêmica, 2012. 195p.

CAUCANAS, Sylvie; CAZALS, Rémy; PAYEN, Pascal. *Retrouver, imaginer, utiliser l'Antiquité*. Actes du Colloque international tenu à Carcassone les 19 et 20 mai 2000. Toulouse: Editions Privat, 2001.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. *Revista Memória em Rede*, v. 2, pp. 7-16, 2010.

CAVALLO, G.; FEDELI, P.; GIARDINE, A. Apresentação In: CAVALLO, Guglielmo (et alii) (eds.) *O Espaço Literário da Roma Antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 13-16.

CHAPLIN, Jane D. *Livy's exemplary history*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

CONNOLLY, Joy. Virtue and violence: the historians on politics. In: FELDHERR, Andrew. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 181\194.

DAMON, Cynthia. Rhetoric and Historiography. In: DOMINIK, William. HALL, Jon (ed.) *A companion to Roman Rhetoric*.: Blackwell, 2007.

EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 13-32.

FARRELL, Joseph. The Augustan Period: 40BC–AD14. In: HARRISON, Stephen (ed.). *A companion to Latin literature*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2005, p. 44-57.

FELDHERR, Andrew. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009

FINLEY, M.I. *Uso e abuso da História*. SP: Martins Fontes, 1989.

FUNARI, P. P. A. Memória e esquecimento: narrativa sobre imperador romano e senado. *História* (São Paulo) v.31, n.1, p. 163-184, 2012.

FOX, Matthew. Rhetoric and literature at Rome. In: DOMINIK, William. HALL, Jon (ed.) *A companion to Roman Rhetoric*.: Blackwell, 2007.

GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_____. Introduction. In: GALINSKY, Karl (ed.) *The Cambridge Companion to the Age of Augustus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 1-9.

GEORGE, Michele. Family Imagery and Family Values in Roman Italy. In: *The Roman Family in the Empire: Rome, Italy, and Beyond*. GEORGE, Michele. New York: Oxford University Press, 2005, p. 37-66.

GOODMAN, Martin. *The Roman World: 44 BC - AD 180*. London: Routledge, 1997.

GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1992.

GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: as formas da História Antiga. *POLITÉIA: Hist. e Soc. Vitória da Conquista*, nº 1, v 3, 2003, p. 41-61.

_____. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 49-62, 1994.

_____. Roma, o poder e a História. In: SILVA, Gilvan V. da; NADER, Maria B.; FRANCO, Sebastião P. (orgs.) *As identidades no tempo: Ensaio de gênero, etnia e religião*. Vitória, UFES, 2006, p. 281-293.

HARTOG, François. O confronto com os antigos. In: *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: UNB, 2003, pp. 115-154.

_____. *Memória de Ulisses*. Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2004.

HINGLEY, Richard. *O imperialismo Romano*. Novas perspectivas a partir da Bretanha. Tradução Luciano César Garcia Pinto. São Paulo: Annablume, 2010.

JUNIOR, Manuel Alexandre. Eficácia retórica: A palavra e a imagem. Centro de estudos clássicos, faculdade de letras da universidade de Lisboa. *Revista Rhêtorikê*.

JOSHEL, S. R. The Body female and the body politic: Livy's Lucretia and Verginia In: CHAPLIN, Jane D; KRAUS, Christina S. *Oxford readings in classical studies Livy*. Oxford. 2009.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. RJ. Ed: PUC-Rio, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão et al. —Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1990.

LEVENE, D. S. Roman Historiography in the Late Republic. In: MARINCOLA, John. *A companion to Greek and Roman historiography*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2007.

MARINCOLA, John. *A companion to Greek and Roman historiography*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2007.

MARQUES, Juliana Bastos. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. (Tese de Doutorado) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MATTHES, Melissa M. *Livy and the Repetition of Republican Foundations*. In: *The Rape of Lucretia and the Founding of Republics Readings in Livy, Machiavelli, and Rousseau*. The Pennsylvania State University Press University Park, Pennsylvania, 1964.

MATTINGLY, David J.. *Imperialism, power, and identity*. Experiencing the Roman Empire. Princeton: Princeton University Press and Princeton and Oxford, 2011.

MILNOR, Kristina. *Women in Roman historiography*. In: FELDHERR, Andrew. *The roman historians*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 276\287.

MITRAUD, Carlos Augusto. *História e Tradição no livro I de Tito Lívio*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de letras da UFMG. Belo Horizonte. 2007.

MORA, Fabio. *Storiografia greca e romana*. In: *Dialogues d'histoire ancienne. Institut des Sciences et Techniques de l'Antiquité*. 25/1 1999. Presses Universitaires de Franc-Comtoises 1999. Diffusé par Les Belles Lettres. Paris.

MUSTI, Domenico. *O Pensamento Histórico Romano*. In: CAVALLO, Guglielmo (et alii) (eds.) *O Espaço Literário da Roma Antiga*. Belo Horizonte:Tessitura, 2010, pp. 187 – 254.

OLGIVIE, R. M. *A Commentary on LIVY: Books 1 – 5*. Oxford: At the Clarendon Press, 1965.

OMENA, Luciane M. de; GOMES, Erick M. C. *O Casamento e magia nas Metamorfoses, de Lúcio Apuleio (século II d. C.)*. *MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES*, 12 (30), 2011 (jul./dez).

FUNARI, P. P. A. *Memória e esquecimento: narrativa sobre imperador romano e senado*. *História* (São Paulo) v.31, n.1, p. 163-184, 2012.

PESAVENTO, Sandra J. *Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 15, nº 29, p. 9-27, 1995.

_____. *História e Literatura: uma velha-nova história*. In: COSTA, C. B.; MACHADO, M. C. T. *História & Literatura: Identidades e Fronteiras*. Uberlândia: Ed. UFU, 2006.

PITA, Luiz Fernando Dias. *Visões da identidade romana em Cícero e Sêneca*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

POTTER, David S. *A Companion to the Roman Empire*. Blackwell: Blackwell Publishing, 2006.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. Social e cultural indissociavelmente. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 123-137.

REIS, José Carlos. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3. Ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papiros, 1994.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SCHIAVONE, Aldo. *Uma história Rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SHOTTER, David. *Augustus Caesar*. New York: Routledge, 1991.

SILVA, G. V. da. Política, Ideologia e Arte Poética em Roma. *POLITEIA: Hist. e Soc., Vitória da Conquista*, v. 1, n. 1, p. 29-51, 2001.

SILVA, Glaydson. *Antigüidade, Arqueologia e a França de Vichy : usos do passado*. Campinas : Unicamp, 2005 (Tese de Doutorado).

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

SNYDER, Ellen. Virtue, Violence, and Victors: The Role of Pudicitia in Livy's *Ab Urbe Condita*. UCLA Center for the Study of Women. 2011, P. 1-8.

WALLACE-HADRILL, Andrew. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WOOLF, Greg. Inventing Empire in Ancient Rome. In: ALCOCK, Susan E. (ed.) *et alli. Empires*. Cambridge: University Press, 2001, p. 311-322.

NO RASTRO DA CIÊNCIA, REINVENTARAM O BRASIL CENTRAL: OS MÉDICOS DO SERTÃO E O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA EM GOIÁS (1947-1960)

Tamara Rangel Vieira

tamararangel@yahoo.com.br

PPGHCS - COC/Fiocruz (RJ)

Dra. em História das Ciências

Agência financiadora: CAPES/FAPERJ

Resumo

Identificado como sertão durante boa parte de sua história, Goiás foi reconhecido mais pelas ideias negativas que a categoria encerra, ligadas ao atraso, ao isolamento, à pobreza e à doença, do que pelas positivas, relacionadas à originalidade da cultura sertaneja. A trajetória exitosa dos goianos no processo de institucionalização da medicina em GO, no entanto, ajuda a relativizar essa percepção, evidenciando um sertão mais dinâmico. Por meio da participação em congressos, atuação na associação médica local e publicação em periódico científico próprio, estes médicos ganharam notoriedade e consolidaram um campo de pesquisas centrado nas doenças regionais. Situando-se entre História da Ciência e História Regional, este trabalho se baseia no percurso destes médicos para refletir sobre a reinvenção dos vastos sertões do Brasil Central.

Palavras-chave: sertão, medicina goiana, Brasil Central**Abstract**

Identified as backcountry for a long time, Goiás has been acknowledged by negative ideas attributed to this category, associated to the delay, isolation, poverty and disease, more than the positive ideas, related to the originality of country culture. However, the successful trajectory of Goiás in the institutionalization of its medicine helps to relativize this perception, showing a more dynamic backcountry. Through participation in conferences, acting in local medical association and publishing in their own scientific journal, doctors from Goiás gained notoriety and consolidated a research field focused on regional diseases. Situated between History of Science and Regional History, this work reflects on the reinvention of the vast backlands of Central Brazil based on the trajectory of these doctors.

Key-words: Backcountry/ backlands, medicine from Goiás, Central Brazil.

“Vocês, prezados colegas, se constituíram numa plêiade impar no interior deste imenso país. Todos os emboras são mesquinhos para incentivar ainda mais esta epopeia que estão escrevendo em letras de ouro. (...) Que vocês continuem, sem desânimo, levando este fogo simbólico pelas futuras gerações de médicos goianos”

(RGM/ Recebida – remetida por Alfredo Lima Jr. em 19/01/1959).

Este trabalho deriva da minha tese de doutorado cujo objetivo mais amplo foi analisar o processo de institucionalização da medicina em Goiás. Durante boa parte de sua história, Goiás foi identificado como sertão e reconhecido mais pelas ideias negativas que esta categoria encerra do que pelas positivas, relacionadas à originalidade da cultura sertaneja que refletiria o Brasil autêntico (AMADO, 1995; LIMA, 1999; SENA, 2003; OLIVEIRA, 1998; 2008b). Entre as imagens negativas que constituem o sertão figuram a decadência, o atraso, o isolamento, o abandono, a estagnação, a pobreza e a doença – ideias que aparecem em variados tipos de fontes relacionados à Goiás até pelo menos meados do século XX e que acabaram sendo reforçadas pela historiografia local, ajudando a perpetuar uma imagem pessimista sobre a região (LIMA, 1999; SENA, 2003; FREITAS, 2008; CHAUL, 2010; GARCIA, 2010). Embora as ideias negativas sobre o sertão ainda permeiem a imagem que os goianos fazem de sua própria região, a trajetória exitosa dos médicos goianos no interior do país reforça os estudos mais recentes que vêm redefinindo e relativizando tal percepção.

Nas fontes de que lancei mão para a realização da pesquisa, o sertão ‘decadente’ e ‘atrasado’ estava muito presente na voz dos médicos goianos. A percepção do território goiano, e do Brasil Central como um todo, como região onde predominavam dificuldades de toda ordem e local em que os médicos teriam que lidar com poucos recursos se quisessem continuar a exercer a profissão, além do espírito altruísta que os deveria mover, já que sempre preocupados em recuperar a saúde do homem do interior, aparece e é reforçada em diversos eventos e oportunidades. Por outro lado, o que a atividade destes médicos também deixa entrever é que tais dificuldades não eram incontornáveis, havia intercâmbio entre os goianos e médicos provenientes de

instituições dentro e fora do país viabilizando pesquisas locais relevantes do ponto de vista da ciência. Do mesmo modo, a preocupação com o homem do interior e suas mazelas não deixava este profissional esquecer-se da importância de se manter atualizado por meio da participação em cursos e eventos que congregavam grandes nomes da ciência nacional.

Ao abordar o processo de institucionalização da medicina em Goiás, me detive sobre as redes de intercâmbio e colaboração criadas e mantidas pelos médicos. Através destas, foi possível identificar os múltiplos círculos – pessoais e profissionais – nos quais estavam inseridos e que acabaram por repercutir sobre a manutenção e ampliação das atividades científicas locais. Neste sentido, me interessou a circulação destes médicos em diferentes espaços regionais e institucionais e os mecanismos e estratégias através das quais acabaram por consolidar um campo de pesquisas privilegiado com ressonância dentro e fora do país. O entrecruzamento com uma abordagem regional foi fundamental para levar a cabo a análise proposta. Apesar de alguns trabalhos na área da história das ciências atualmente já considerarem a importância das relações entre região e ciência, não são muitos os autores que tomaram regiões fora do eixo Rio - São Paulo como seus objetos de pesquisa (SCHWEICKARDT, 2011; SANJAD, 2010; ARDIGÓ, 2011).

Motivados pelos estudos de história da ciência desenvolvidos nos anos 80, que passaram a considerar museus naturais, periódicos médicos, escolas médico-cirúrgicas e comissões científicas, entre outros espaços institucionais, como objetos legítimos das análises históricas (FIGUEIRÔA, 1997; 1998; LOPES, 1997; DANTES, 2001), multiplicaram-se os trabalhos que tinham como foco recortes temporais até então negligenciados por serem considerados inexpressivos do ponto de vista científico. Tendo em vista que se tomavam por quase inexistentes as atividades e instituições científicas brasileiras até o final do século XIX, muita coisa havia para ser explorada. O mesmo entusiasmo, no entanto, não foi percebido do ponto de vista dos recortes espaciais. De um modo geral, pouquíssimos foram os trabalhos que se dedicaram a uma reflexão mais acurada sobre a atuação médica no interior do Brasil ou sobre a

institucionalização da ciência nestes espaços, principalmente no período em questão. A maior parte deles privilegiou as principais capitais urbanas do país e seu recorte temporal priorizou o período Imperial e a República Velha.

Segundo Janaína Amado (1990), a partir da década de 1970 o número de pesquisas de história regional aumentou em função principalmente da instalação de cursos de pós-graduação em todo o país, viabilizando em algumas regiões a formação de profissionais interessados nos temas locais. A maior parte da literatura existente sobre a medicina e a ciência em Goiás, entre livros, teses, dissertações e artigos, é fruto de pesquisa realizada em instituições goianas, o que corrobora a afirmação da autora. Apesar disso, os estudos sobre o tema ainda configuram uma produção bibliográfica bastante tímida no âmbito da História das Ciências e da Saúde¹. Para alguns autores isto seria reflexo de uma espécie de etnocentrismo que tomaria conta não apenas dos autores dedicados a esta vertente da pesquisa histórica, mas também das agências financiadoras do governo, que dariam prioridade para estudos interessados no eixo Rio – São Paulo. Outros motivos seriam as péssimas condições dos arquivos locais – de onde viria a matéria-prima para os estudos regionais – e a tendência dos historiadores em investir em temas já sedimentados (AMADO, 1990).

As origens do processo de institucionalização da medicina goiana se confundem com a consolidação de Goiânia como nova capital de Goiás entre 1937, ano em que a mudança se efetivou concretamente, e 1942, quando aconteceu o ‘batismo cultural’ da cidade oficializando sua inauguração (PALACÍN, 1974; CHAUL, 1988; VIDAL E SOUZA, 2002; PEREIRA, 2002). Atraindo inicialmente médicos recém-formados que apostaram nas perspectivas profissionais abertas com a nova cidade, ao chegarem se depararam com um quadro sanitário que não era dos mais favoráveis para uma capital construída a partir de um plano diretor que objetivava modernidade e higiene (FREITAS, 1999). Embora a nova capital não configurasse de imediato o lócus da

¹ Deve-se ressaltar alguns trabalhos que vêm ajudando a compor um quadro menos obscuro sobre a medicina e a institucionalização da ciência em Goiás, entre eles: MORAES, 1995; AGE, 2003; MAGALHÃES, 2004a 2004b, 2005; SILVA, 2003, 2005, 2008a; FREITAS, 1999.



saúde no estado, como ressalta Freitas em seu trabalho, já nos anos 40 é possível notar-se um aumento significativo no número de casas de saúde e clínicas particulares. Muitas delas pertenciam a médicos que também atuavam na Santa Casa de Misericórdia e futuramente integrariam a Associação Médica de Goiás – sociedade que significou o pontapé inicial no processo de institucionalização da medicina goiana.

Ao iniciarem suas atividades em Goiânia, estes médicos não contavam inicialmente com nenhum órgão oficial que os agregasse. Tais órgãos associativos já eram bastante comuns no país e se encontravam plenamente difundidos pelo território nacional desde o século XIX (TEIXEIRA, 2007). No entanto, em Goiás ele ainda não era uma realidade e só o seria na década de 1950. Teria sido no espaço proporcionado pelos congressos médicos regionais que a ideia de fundar uma entidade associativa médica local surgiu.

Os Congressos Médicos do Triângulo Mineiro e Brasil Central, a princípio tímidos conclaves de âmbito regional, configuraram-se como um dos principais canais de expressão destes ‘médicos do sertão’ e espaço para a divulgação de suas pesquisas (PORTO & PORTO, 1970). Com o tempo, passaram a atrair um público cada vez maior e formado por colegas provenientes de diferentes regiões do Brasil, conformando-se também como arena importante de diálogo e interação entre os pares, no qual se reforçava o sentimento de pertença à comunidade médica nacional (ALMEIDA, 2006). Nestes eventos, os médicos do interior tinham a oportunidade de apresentar seus trabalhos e chamar a atenção das autoridades governamentais para os problemas mais comuns nas regiões onde atuavam. Respaldados pela possibilidade de ‘ver com os próprios olhos’ a gravidade com que grassavam certas doenças, alertavam os representantes do governo – cada vez mais assíduos nestas ocasiões. Inicialmente estruturados como regionais, estes congressos se tornariam nacionais tanto pela ampla audiência conquistada, como pelos temas que priorizava. Embora nestes congressos se debatesse todo o tipo de questão, o destaque ficava por conta das doenças locais, que ocupavam a pauta principal em mesas redondas e conferências. Tratava-se de patologias que tinham uma geografia própria, específica, mas que eram nacionais na medida em

que acometiam grande parte dos trabalhadores rurais, nas mãos dos quais estava depositado o desenvolvimento da nação, segundo a retórica que povoava os discursos políticos em meados do século passado (KUBITSCHKE, 1955; SILVA, 2008b; HOCHMAN, 2009).

A doença de Chagas era uma das que mais despertava o interesse, tanto entre os clínicos do interior como entre seus pares atuantes em regiões de maior prestígio e o governo. Por ser uma enfermidade que acometia principalmente indivíduos adultos em plena idade produtiva, chamavam a atenção seus elevados índices de prevalência no Brasil Central (KROPF, 2009). Com dados provenientes exclusivamente da pesquisa clínica, os médicos do interior evidenciaram um panorama bastante crítico da saúde na região em função desta doença. Mas, não só isso. Munidos destes dados, provenientes da grande quantidade de pacientes que recebiam em seus consultórios, chegaram a conclusões originais a respeito da possibilidade de uma nova forma clínica para a enfermidade chagásica. Para respaldar seu trabalho, buscaram o auxílio de centros munidos de melhores recursos para realização de exames laboratoriais confiáveis e buscaram a comprovação anatomopatológica, tão exigida no período. Os colegas de Ribeirão Preto seriam, ao longo da jornada que envolveu a confirmação das suspeitas dos clínicos e a aceitação pela comunidade médica mais ampla, seus principais colaboradores. A rede que construiriam no interior do país, envolveria, no entanto, outras instituições e personagens.

Foi no âmbito destes congressos regionais, organizados em ‘benefício da coletividade’ segundo slogan de uma de suas edições, que os médicos goianos deram o pontapé inicial para seu processo de institucionalização. Inicialmente desorganizados e sem objetivos concretos, os médicos goianos aos poucos foram percebendo a importância de se agregarem em torno de uma instituição que os representasse e vocalizasse suas demandas. A Associação Médica de Goiás seria esse espaço. Fundada em 1950, teve sua primeira diretoria empossada em 1951. Seu primeiro presidente foi Luiz Rassi, médico que teve papel importante à frente da nova instituição em seus primeiros anos de vida. Reeleito duas vezes como presidente da associação, durante os

quatro primeiros anos de sua gestão a sociedade médica se consolidou como espaço legítimo de reunião dos médicos atuantes em Goiás, sendo reconhecida como sua portavoz junto a entidades médicas de cunho nacional, como a Associação Médica Brasileira, e junto ao governo em suas diferentes esferas. Inicialmente configurada como um projeto dos médicos atuantes em Goiânia, aos poucos ela foi ganhando uma abrangência maior e envolvendo também os médicos de cidades do interior, onde foram fundadas suas sedes regionais (MORAIS, 2009).

Inicialmente reunindo um pequeno número de médicos, aos poucos a entidade foi ultrapassando fronteiras e estendeu seus braços pelo interior do Estado, em uma busca incessante por agregar cada vez maior número de sócios e, assim, garantir sua legitimidade. Neste movimento, promovia também a circulação do conhecimento médico entre os colegas residentes na capital do Estado e aqueles que atuavam em cidades menores e longínquas. Através de convites para palestras e cursos, os goianos atraíam médicos de grandes centros e estreitavam seus laços de colaboração. Cientes dos problemas sanitários da região, se engajavam na resolução dos mesmos de braços dados com o governo local, do qual recebiam total apoio. Luiz Rassi foi o grande responsável pelo êxito da associação, que desde o início transformou o sonho de fundar uma faculdade médica em meta pela qual seus membros deviam se empenhar.

A criação da Revista Goiana de Medicina fez parte dessa estratégia mais ampla dos goianos de levar para Goiás uma instituição de ensino superior. O investimento neste projeto editorial ‘ambicioso’, segundo eles próprios consideraram, rendeu bons frutos para um grupo médico que em 1955 contava apenas cinco anos de existência formalizada. Por meio de suas páginas, foi possível constatar a ampla movimentação dos médicos do Brasil Central, cujo isolamento foi se percebendo cada vez mais relativo. O periódico e a correspondência institucional mantida pela RGM, fontes privilegiadas da pesquisa, deixaram entrever a grande circulação dos médicos goianos, participando de eventos importantes da área médica no Brasil e no mundo, se relacionando normalmente com figuras de vulto da ciência nacional e com ampla liberdade de a eles se dirigirem para pedir-lhes artigos para a revista, por exemplo.

Através do periódico goiano foi possível identificar também os principais interlocutores destes médicos, entre os quais se destacaram seus colegas no Triângulo Mineiro e em Ribeirão Preto, mas também médicos do Rio de Janeiro e de São Paulo (VIEIRA, 2012).

A análise quantitativa das fontes mostrou que o periódico goiano teve grande circulação dentro e fora do país, o que já era um indício do prestígio que aos poucos adquiria. Demandada principalmente por aqueles que se interessavam pela doença de Chagas, a revista contou com nomes de peso entre seus articulistas como José Lima Pedreira de Freitas, Emmanuel Dias, C. Magarinos Torres e Samuel Pessoa. Como foi possível observar, no entanto, a maior parte das colaborações era de médicos atuantes no interior do país. Embora priorizando a enfermidade chagásica em sua linha editorial, a RGM foi uma revista voltada para as patologias regionais em geral. A visibilidade alcançada pelo periódico, e pelos médicos do Brasil Central como um todo, em função dos trabalhos relacionados com aquela doença específica, explica o investimento no tema. Esta estratégia também deixa transparecer o interesse particular de seu editor Joffre Marcondes de Rezende, que se destacaria pela associação até então inédita entre ‘mal de engasgo’ e doença de Chagas e seria o grande responsável pelo êxito alcançado pela revista (REZENDE, 1998; 2001; KROPF&RASSI, 2009).

Ao elegerem a tripanossomíase como seu objeto de estudo por excelência, os goianos se projetaram nacional e internacionalmente. Conforme divulgavam seus enunciados e proposições, chamavam cada vez mais atenção para o trabalho que desenvolviam no interior do país, aumentavam sua visibilidade e se fortaleciam enquanto grupo. A originalidade do conhecimento que produziam, fruto das vantagens advindas da maior proximidade com o campo de pesquisas, fomentou uma rede interessada nas patologias tropicais da qual participavam médicos e cientistas, nacionais e estrangeiros, que em sua maioria não tinham a mesma facilidade de acesso aos seus objetos de investigação. A partir do interesse despertado por suas pesquisas fundamentalmente clínicas, os médicos do interior, e os goianos em particular, fizeram o conhecimento médico-científico circular em um fluxo contínuo e profícuo entre litoral

e sertão, entre centros e periferias. Sem os recursos disponíveis nos grandes centros de pesquisa e universidades, estes médicos lançaram mão do trabalho que realizavam em suas clínicas e consultórios particulares e, por meio dele, lograram inserir-se em um circuito médico-científico que se nutria do interesse pelas endemias rurais. Tais enfermidades, entre elas malária, esquistossomose, bócio endêmico e doença de Chagas constituíam o rol de enfermidades com os quais estes médicos estavam acostumados a lidar diariamente. Manejando bem os preceitos que regiam a investigação clínica, calcada em uma observação atenta e apurada, estes médicos tinham à sua disposição inesgotável material de pesquisa. Com base nele, chegaram, em última instância, a conclusões bastante originais que interessaram a médicos de plagas mais distantes. Os resultados deste intenso e rico intercâmbio podem ser reconhecidos através da efetivação do projeto de instalação de uma faculdade de medicina em Goiás.

Fundada em 1960, a Faculdade de Medicina de Goiás significou a consolidação do processo de institucionalização da medicina goiana, iniciado dez anos antes por um pequeno grupo de médicos que decidiu se organizar para sediar um congresso regional. Favorecidos por um contexto no qual o combate às endemias rurais estava em voga e pela amizade nutrida entre o ex-governador do Estado e Juscelino Kubitschek, os goianos, liderados pelo médico Francisco Ludovico de Almeida Neto, conseguiram concretizar seu objetivo mais ambicioso. No seio da faculdade, que tinha como prioridade o compromisso com a formação de médicos para o interior do país, os goianos puderam dar continuidade às pesquisas que até então haviam conduzido dentro de seus consultórios e clínicas (ALMEIDA NETO, 1957; 2001). Munidos de mais recursos, por meio da faculdade, especialmente no âmbito de seu Hospital das Clínicas e do Instituto de Patologia Tropical, estes médicos garantiriam a reprodução de uma tradição de pesquisas voltada prioritariamente para as doenças regionais ao incutir nos seus alunos um interesse profundo pelas mesmas (VIEIRA, 2012).

FONTES E REFERÊNCIAS

AGE, Mônica de Paula Pereira da Silva. *As parteiras na Cidade de Goiás – século XIX*, 2003. Dissertação de Mestrado. Goiás: Universidade Federal de Goiás.

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol.13 (03): 733-757, jul-set. 2006.

ALMEIDA NETO, Francisco Ludovico. Relatório: Ensino Médico e Assistência Médica Rural. *Revista Goiana de Medicina*, 03 (1): 33-40, 1957.

____. *A Faculdade de Medicina de Goiás*. Goiânia: Cegraf UFG, 2001.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (coord.). *República em migalhas – história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

____. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 08 (15): 145-151, 1995.

ARDIGÓ, Fabiano (org.). *Histórias de uma ciência regional – cientistas e suas instituições no Paraná (1940-1960)*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE GOIÁS – Correspondência Expedida: 1955-1960

ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE GOIÁS – Correspondência Recebida: 1958-1959

CHAUL, Nasr N. Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora da UFG, 2010.

____. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Editora da UFG, 1988.

DANTES, Maria Amélia. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclépio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, Madrid, L (02): 107-123, 1998.

_____. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FREITAS, Lena Castello B. F. de (org.). *Saúde e Doenças em Goiás – a medicina possível*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

_____. *Goiás: história e cultura*. Rio de Janeiro: Descubra, 2008.

GARCIA, Ledonias Franco. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Cânone Editorial/ Editora PUC-Goiás, 2010.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.16 (suplemento 01): 313-331, 2009.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

_____. & RASSI, Anis. A pesquisa clínica no interior do Brasil: a etiologia chagásica do megasôfago. In: CAVALHEIRO, José da Rocha (org.) et al. *Clássicos em Doença de Chagas: histórias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Programa de Saúde Pública do candidato*. São Paulo: L. Nicollini, 1955.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, Iuperj/ Ucam, 1999.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Alimentação, saúde e doenças em Goiás no século XIX*. Tese de Doutorado – Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004a.

_____. Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 11(3):661-83, 2004b.

_____. O cenário nosológico de Goiás no século XIX. *Varia Historia*, Belo Horizonte, 21 (34): 456-473, 2005.

MORAES, Cristina Cássia Pereira de. *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás (1825-1843)*. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

MORAIS, Ana Maria. *AMG 60 anos: história da Associação Médica de Goiás*. Goiânia: Contato Comunicação, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. 5 (suplemento): 195-215, 1998.

_____. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política & Sociedade*. 07(12): 13-21, 2008b.

PALACÍN, Luís. A construção de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás. *Separata dos Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1974.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. Goiânia, filha mais moça e bonita do Brasil. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (et al). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

PORTO, Calil & PORTO, Celmo Celeno. História do megaesôfago nos Congressos Médicos do Brasil Central. *Revista Goiana de Medicina*, 16 (1/2): 117-136, 1970.

REZENDE, Joffre M. *Vertentes da Medicina*. São Paulo: Giordano, 2001.

_____. Megaesôfago chagásico (mal de engasgo): dados históricos sobre o reconhecimento de sua etiologia. *Gastroenterologia Contemporânea*, 02 (2): 06-15, 1998.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República: 1866-1907*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

SCHWEICKARDT, Júlio C. *Ciência, nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no Estado do Amazonas (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

SENA, Custódia Selma. *Interpretações Dualistas do Brasil*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

SILVA, Leicy Francisca da. *Saúde Pública e Medicina Popular em Goiás – 1930-1945*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

_____. Colônia Santa Marta e a hanseníase em Goiás. In: Serpa, Élio Cantalício, Magalhães, Sônia Maria de. (orgs.). *Histórias de Goiás: memória e poder*. Goiânia: Editora da UCG, 2008a.

_____. A persistência de um saber: medicina popular em Goiás de 1930 a 1950. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz*, Londrina: Editorial Mídia, 2005, v.23, p. 1-580.

SILVA, Renato da. *Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008b.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Na arena de Esculápio – a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

VIDAL E SOUZA, Candice. Batismo cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de Marcha para o Oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. (orgs). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

VIEIRA, Tamara Rangel. *Uma clareira no sertão? Saúde, nação e região na construção de Brasília (1956-1960)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

_____. No coração do Brasil, uma capital saudável – a participação dos médicos e sanitaristas na construção de Brasília (1956-1960). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 16 (suplemento 01): 289-312, 2009.

_____ & LIMA, Nísia Trindade. A capital federal nos altiplanos de Goiás – medicina, geografia e política nas comissões de estudos e localização das décadas de 1940 e 1950. *Estudos Históricos*, vol.24 (47): 29-48, 2011.

_____. *“Médicos do sertão”: pesquisa clínica, patologias regionais e institucionalização da medicina em Goiás (1947-1960)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

Controle e autoritarismo: a experiência agrária do governo Mauro Borges (1961-1964)

Tereza Cristina Pires Favaro

crisrina_gyn@hotmail.com

Assistente social do Hospital das Clínicas (UFG)

Mestre em serviço social

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFG

Resumo

A proposta deste artigo é discutir aspectos da política agrária implementada no Governo maurista. Com a construção de Brasília e de rodovias interligando os centros urbanos nacionais, tornou-se imperioso para esse governo reorganizar o espaço agrário de Goiás, para contrapor-se ao atraso e à pobreza, por meio da modernização com adoção de métodos científicos de organização e à infiltração comunista no campo. Isso implicou a criação dos Combinados Agroubano - ocupação de terras devolutas situadas no norte do estado por famílias de camponeses - Desse modo, não contrariou os interesses das elites agrárias, ao preservar a estrutura fundiária tradicional, sem operar a desapropriação de terras, consistindo em estratégia para o controle social e a reprodução das relações de dominação, com vistas a acelerar o processo de expansão capitalista do agro goiano.

Palavras-chave: Política agrária. Modernização. Controle. Capitalismo.**Abstract**

This article aims at discussing the agrarian policy aspects implemented in maurista's Government. After Brasilia and the roads construction connecting the national urban centers, it became imperative for this govern to reorganize the agrarian area of Goiás, to counteract and backwardness poverty through modernization and the adoption of

scientific methods of organization and communist infiltration in the countryside. This involved the creation of the Agro-Urban Combined - occupation of vacant land in the northern of the state by farm workers families. Thus, it wasn't against the interests of agrarian elites of Goiás preserving the traditional agrarian structure, without lands expropriation, consisting in a strategy for social control and reproduction of relations of domination, aiming at accelerating the process of capitalist expansion of Goianos agrobusiness.

Keywords: Agrarian policy. Modernization. Control. Capitalism.

A imagem de Mauro Borges Teixeira (1920-2013) administrador resiste, permanece sendo constantemente referenciado por políticos e por governos que o sucederam. Como administrador forjou o líder político, entretanto, não produziu o fenômeno do maurismo, mas deixou de legado um modo racional de administrar e guiar-se pelos princípios republicanos no trato das questões públicas do Estado de Goiás.

Militar – graduado pela Escola de Estado-Maior do Exército, com especialização em transportes, distinguiu-se Mauro Borges, como defensor da ordem legal, das garantias institucionais, das ideias nacionalistas, do anticomunismo com pronunciamentos contundentes nas horas de crise. Essa formação foi determinante na construção de sua visão de mundo tecnocrática, assegurando-lhe princípios de racionalidade e capacidade de planejamento e execução. São esses elementos que distinguem Mauro Borges e seu governo, e só podem ser compreendidos dentro de um plano maior.

Seu ingresso na vida pública expressa o desejo de realizar uma obra por Goiás e pelo Brasil. Sustentado por uma conjugação favorável de fatores, Mauro Borges Teixeira apresenta-se à sociedade goiana como candidato ao Governo estadual em 1960, pelo Partido Social Democrático (PSD), adotando o slogan *nacionalismo e*

desenvolvimentismo. Seu oponente foi José Ludovico de Almeida (UDN-PSP). Já nos debates iniciais emitia sinal que promoveria mudança político-institucional no Estado de Goiás, voltada para adequá-lo ao momento nacional em curso, em torno do desenvolvimentismo, da internacionalização da economia, um processo deflagrado pelo presidente Juscelino Kubitschek (1956 -1960).

Nesta disputa eleitoral, Mauro Borges havia construído alianças políticas com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de maneira informal com partidos de esquerda e com o movimento estudantil. Ampliar esse leque de aliança se colocou como um desafio por causa da classe operária e do movimento sindical insignificante; a pequena classe média rejeitou as *propostas progressistas* apresentadas por Mauro Borges, contidas no Programa de Governo (RABELO, 1989). Se de um lado o caminho é a mobilização rural, por outro, havia um entrave em relação a isso, sua agremiação partidária, o PSD, identificado como o partido dos fazendeiros, dos chefes políticos locais. Entretanto, a condição de filho de Pedro Ludovico Teixeira, principal liderança política de Goiás, que comandava o PSD de modo autoritário e personalista e “sobre quem pesava a memória de desmandos e prática de jaguncismo”, conseguia acomodar em partes esses conflitos (SOUZA, 1990, p. 51).

Eleito, indicou os novos rumos que desejava imprimir: romper com as velhas práticas clientelistas concentrando as ações políticas no poder executivo, com argumento que a função e o papel do estado e da burocracia pública seriam garantir as mudanças econômicas e sociais em Goiás. Sob o manto do governo planejado, ele se associa ao discurso da modernização ao implementar o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás - Plano MB, com proposta de promover a expansão do progresso capitalista em Goiás.

Com base em estudo empreendido por técnicos da Fundação Getúlio Vargas (RJ), o Plano MB foi elaborado, colocando em evidência, na nova ordem desenvolvimentista, Goiás, como estado *atrasado*, uma vez que carecia dos requisitos técnicos, científicos, infraestruturais e econômicos necessários a figurar entre os estados desenvolvidos. O parâmetro do desenvolvimento era São Paulo e RS, centros industriais.

Dáí a proposta de construção de um arcabouço institucional, centrado no planejamento intervencionista, com fortalecimento do papel do gestor, com respaldo do controle burocrático, direcionado para a modernização da infraestrutura articulado a uma máquina pública eficiente e moderna. No Plano MB, fica claro o objetivo do aperfeiçoamento das Condições Gerais de Produção (CGP), manifesta por João Bernardo (2009, 1998, 1979) como mecanismos necessários e indispensáveis à organização geral e progresso do capitalismo, de grande amplitude por envolver diversas áreas, envolvendo infraestrutura material, tecnológica, sanitária, social, cultural e repressiva necessárias, traduzidas na ampliação dos meios de transporte, abastecimento de água, a expansão da iluminação pública, comunicação, abertura de estradas, pavimentação, além da construção de escolas, hospitais, posto de saúde, escolas profissionalizantes, creches.

Interessa lembrar que, com sua obra, Mauro Borges projetava longe: “[...] modificaremos a estrutura do estado de Goiás [...] se pudermos levar o estado de Goiás por mais dois governos planejados, ficaremos abaixo somente de São Paulo e Rio Grande do Sul, ainda com uma população que não será das maiores” (GOIÁS, 1963a, p.1- 2)¹.

Ao delinear as linhas de atuação, o Plano MB constituiu-se em instrumento valioso de propaganda do governo e de formação de uma cultura política pelo viés do planejamento. Naquela conjuntura, o planejamento emerge na busca pela eficiência e racionalidade, mas, sobretudo, para viabilizar acordos de cooperação e assistência técnico-financeira de interesse dos estados brasileiros e do próprio governo federal, por exemplo o Programa *Aliança para o Progresso*, do governo estadunidense, negociado diretamente com alguns governos estaduais — identificados pelo embaixador americano Lincoln Gordon, como *ilhas de sanidades administrativas* (DREIFUSS, 1981); em contrapartida, adoção de programa de investimento e de reforma orientados pelo princípio do planejamento governamental. Dentre as propostas de financiamento indicadas por esse programa, conforme contrato celebrado com a gestão maurista e

¹ Esse documento está depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Mimeografo.

aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Resolução 1.119/1963, a construção de 528 salas de aulas em municípios goianos. Expressão disso, em Goiânia, o Grupo Escolar Presidente Kennedy (20/7/1964), sua inauguração contou com a presença do embaixador estadunidense no Brasil, Lincoln Gordon.

Mauro Borges engajado com as questões do seu tempo, de uma conjuntura marcada pela busca incessante do desenvolvimento econômico e de turbulências com muitos enfretamentos dadas às correlações de forças, com rápido processo de industrialização, da introdução do capital estrangeiro e das multinacionais, resultando no crescimento da camada urbana, bem como na ampliação da participação política das classes populares, no fortalecimento do movimento operário, dos trabalhadores do campo, como as ligas camponesas em luta pela posse da terra, como foi o caso de Trombas e Formoso, região de terras férteis e devolutas. A região de Trombas encontra-se no distrito de Formoso, município de Uruaçu. Fundou-se ali, a Associação de Lavradores de Trombas e Formoso², presidida por José Porfírio. Tendo em vista esta conjuntura, a mobilização no campo preocupava os setores conservadores da sociedade goiana/brasileira e também Mauro Borges. Em Goiás, foi significativo o crescimento da organização camponesa.

Na eleição de Mauro Borges não houve apoio formal dessa Associação nem do PCB, o que PEREIRA (2006) considerou fator importante para a vitória maurista, tendo em vista a formação de Goiás, de bases conservadoras, reacionárias e oligarcas. Contudo, recebeu apoio de parcela dos camponeses. Na plataforma política apresentada, Mauro Borges assumia o compromisso de regularizar a posse de terras no estado, buscando adesões à sua candidatura, além de bases de apoio ao incorporar a

² Na região os camponeses construíram suas casas e cultivaram suas roças e se organizaram em Conselhos de Córrego (transformado posteriormente na Associação de Lavradores de Trombas e Formoso), assim denominados por aglutinarem posseiros que compartilhavam áreas banhadas pelos mesmos córregos. Talvez, seja a experiência mais significativa e mais duradoura, cultivada pelos camponeses, uma *rede de vizinhos* organizada pelos cursos d'água que recortavam o cerrado em busca do vale do Tocantins, configurou em eficiente forma de autogoverno, capaz de responder aos desafios da produção e da defesa de suas lavouras contra grileiros, jagunços e a polícia, nos momentos mais agudos do conflito. Deste movimento emergiram lideranças de projeção estadual e nacional como José Porfírio, Geraldo Marques, Nego Casseiro e outros (COELHO; BARREIRA, 2007; GUIMARÃES, 1983).

mobilização dos trabalhadores rurais e das camadas populares para colocar em marcha seu programa de governo.

Com o acordo político eleitoral, o PTB reivindicou a representação dos trabalhadores, e desse acordo foi proposto e criado a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETAS) em 1961, deflagrando a massificação de sindicato de trabalhadores rurais, garantindo conforme o titular desta secretaria, Erides Guimarães (PTB), o controle dos trabalhadores e da infiltração comunista. Essa articulação empreendida no entendimento de Rabelo (1978) traduz no populismo rural. Curiosamente, a conjuntura que insere o governo Mauro Borges, o populismo começava a esgarçar-se no plano nacional, contudo, é nele que o governador de Goiás e seus auxiliares apoiam a mobilização social, na tentativa de respaldar o Plano MB, e assegurar ao executivo a expressão do interesse de todos, inclusive também frações de classe dominante (RABELO, 2009).

Isso fica bastante evidente no enfrentamento da questão agrária, pois, canalizou esforços com ações diversas, na tentativa de acomodar diferentes interesses. Indo além, nas ações empreendidas a intenção foi garantir o estabelecimento das condições em que a ordem seria mantida. Cumpriu-se o compromisso de campanha eleitoral, com a entrega de títulos de propriedade de terra para os camponeses. Motivado, sobretudo, em razão da luta e da pressão empreendida pelos camponeses. Por outro lado, a ampla massificação dos sindicatos e sindicalização dos trabalhadores rurais se configurou como forma de tutela, o que contribuiu para desmobilizá-los. Ao estimular a sindicalização dos trabalhadores rurais, recusava a condição desses espaços de lutas de classe, com vistas à coesão e harmonia entre governo, patrões e trabalhadores. Consequentemente, [...] “procurava fomentar a cooperação entre as classes e a paz social como forma de combate ao comunismo” (WEINSTEIN, 2000, p. 133). O Governador Mauro Borges assim trata a questão:

[...] estamos resolvendo dentro de um espírito de justiça, sem ferir interesses legítimos, sem violentar o direito de propriedade, através de negociações ou indenizações [...] Já estamos chegando a um resultado da medição da posse [...] mas o problema não é fácil. Logo iremos lá distribuir os lotes aos posseiros [...] resolvendo [...] um problema que

há anos desafia a sua solução [...] lá é um foco de atritos contra a propriedade privada, a partir do momento que eles forem se tornando donos do terreno serão defensores da propriedade privada. [...] A liderança de José Porfírio [...] se fez presente pela energia em defesa daqueles interesses, cessará de existir [...] o dia em que terminarmos de entregar os títulos dos lotes aos posseiros [...] é essa a razão atual dessa liderança dele [...] poderão surgir outras [...] mas na verdade o que existiu lá foi uma cooperativa de defesa mútua [...] José Porfírio foi o chefe da cooperativa [...] o governo tergiversou nessa ação quando houve uma invasão organizada na Fazenda São Carlos [...] mandou para lá a polícia inteira, inclusive foi o coronel Joel [Marcos] pessoalmente e reprimiu com energia e em pouco tempo limpou toda a área [...] não há meio termo [...] é compreender o problema até onde vai o justo direito dele e onde ultrapassa esse direito (GOIÁS, 1962a, p. 11)³.

Tal argumento coloca em evidência a mobilização construída em torno dessa causa, demonstrando como foi intensa, agressiva e autoritária a atuação da gestão maurista. Com efeito, a postura do governador responde aos interesses dos grupos dominantes, contrários a qualquer alteração da ordem ou pela preservação da estrutura agrária.

Por tudo, a dinamização da região e os conflitos sociais no campo mostraram nesta disputa eleitoral ao Governo de Goiás ser imperiosa a reorganização do espaço agrário goiano, com intensificação das Condições Gerais de Produção. Por assim compreender, a gestão maurista contratou a assessoria do escritório privado de Paulo de Assis Ribeiro/ETPAR (RJ), eminente membro do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)⁴. Destacado organismo anticomunista, sofisticado e com pretensões científicas, juntamente com a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) produziu estudos sobre as questões nacionais para elaboração de um planejamento estatal. Em torno do IPES aglutinavam empresários brasileiros ligados aos interesses do capital internacional, políticos, intelectuais, profissionais liberais e militares. E, conforme atesta Dreifuss (1981, p.164), se por um lado, em seu estatuto afirmava a intenção de contribuir para a solução dos problemas nacionais, promover a educação cultural, moral e cívica do indivíduo, por outro, na

³ Esse documento está depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Mimeografado.

⁴ O minucioso trabalho de Dreifuss (1981) é uma preciosa fonte de consulta sobre o IPES.

prática escancarava a face oculta que articulava uma sofisticada campanha política, ideológica e militar, com manipulação de opiniões e guerra psicológica, ao se opor às estruturas populistas, ao executivo nacional-reformista e às forças sociais populares. “Um verdadeiro partido da burguesia”.

Em Goiás, foi significativa a atuação do IBAD, em 1962, no financiamento de candidaturas, como por exemplo, da UDN de José Luiz Bittencourt, Hermano Vieira da Silva, Benedito Vaz, Emival Caiado, do PSD de Castro Costa e Anísio Rocha, e do PSP de Alfredo Nasser, e ainda, por meio de um programa na Rádio Difusora: *Semana em Revista*, dos padres redentoristas, dando notícias dos acontecimentos semanais e entoando o discurso anticomunista (SOUZA, 1990).

Disso resultou em ações afinadas com diretrizes de intervenção na agricultura, formuladas pelo IPES nas bases da modernização capitalista no campo e da retomada da política de colonização agrícola. Foi proposto: desenvolvimento técnico com empreendimento de mecanização da agricultura e fomento à produção capitalista para o sul de Goiás, próximo à fronteira com a região sudeste do Brasil; Colonização com bases cooperativistas, com ocupação de terras devolutas situadas no norte do estado, por meio de colônias agrícolas, sob a gestão estatal (ESTEVES, 2011). Na proposta de colonização, este artigo apresenta suas contribuições.

É importante mencionar ainda que a atuação política desse escritório e sua “elite técnica” significavam a incorporação de projetos privados de classe como demandas para as políticas públicas. Em suma, na prática não colocavam em risco os interesses dos latifundiários, mas contrapunha a ofensiva camponesa com a colonização em bases cooperativistas, estratégia que se aproximava, em parte, da experiência adotada em 1941 pelo governo estadonovista de Getúlio Vargas, ao criar, no município goiano de Ceres, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (GANG), dentro da proposta da Marcha para o Oeste, de ocupação e interiorização do país, com início pelo Centro-Oeste, deflagrando forte processo migratório para Goiás.

Essas considerações em torno do IPES são importantes na tentativa de apontar o projeto maior em curso, no qual a proposta de modernização do agro em Goiás estava inserida. Ainda, com a intenção de interferir na questão e solucionar conforme o seu

interesse, Mauro Borges mobilizou esforços na operacionalização das Condições Gerais de Produção traduzidas nas diretrizes apontadas pelo ETPAR em relação à intervenção no agro goiano, e contou com a “participação inestimável” (TEIXEIRA, 2006, p. 47): da assessoria dos técnicos franceses na indicação do local e dos israelenses na organização das cooperativas e na construção do projeto de irrigação; do Serviço Geográfico do Exército delimitou as áreas a serem instalados os combinados, com base em levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Brasileira (FAB); do Departamento de Psicologia e Psicotécnica da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) na seleção dos colonos, utilizando-se de testes psicológicos — uma inspiração taylorista — como estratégia para reduzir a ocorrência de desajustamento no ambiente de trabalho e aumentar a produtividade e a satisfação dos trabalhadores.

Sem deixar dúvida do empenho e do compromisso desta gestão na condução da política agrária, foi criado o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), agência responsável para colocar em marcha a promoção das transformações técnicas, econômicas, estruturais e institucionais da agropecuária goiana para “cumprir a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social de forma equilibrada e democrática” (GOIÁS, 1963b).

A presidência do órgão inicialmente foi ocupada por Archimedes Pereira Lima⁵, depois coube a um militar, o Coronel do exército Petrônio Maia Vieira do Nascimento Sá, que como gestor, organizou, comandou e controlou. Buscou garantir as Condições Gerais de Produção necessárias à consolidação do projeto político-ideológico para assegurar o progresso e a modernização do agro, com ênfase na técnica e na defesa da ordem pública, controlando as agitações no campo e combatendo o inimigo - o comunismo.

Não há dúvida, o posicionamento de Mauro Borges articulado às Condições Gerais de Produções retrata a maneira como ele buscou agregar a prática militar com a ação política. Suas práticas institucionais refletiam sua visão de mundo. Encontro na *visão de mundo* de Lucien Goldmann (1979, p. 20): “conjunto de aspirações, de

⁵ Presidente da Fundação Brasil Central, agência instituída no Estado Novo destinada a promover a ocupação das regiões despovoadas do centro-oeste brasileiro, dentro da proposta da *Marcha para o Oeste*. (ESTEVES, 2011)

sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo e os opõem aos outros grupos”, o entendimento da postura assumida por Mauro Borges, sua coerência nas decisões políticas tomadas para aquele contexto e fortalece o sentido ideológico desse posicionamento:

As agitações rurais encontradas em curso por meu governo e proteladas em suas soluções por administrações passadas, e outras promovidas por elementos suspeitos para tumultuar a vida do Estado, como em Trombas, Formoso, Porangatú, Juçara, Salobrinha, Itaporã, Canuana, Gurupi e Almas, foram energeticamente debeladas, estabelecendo-se por vias legais e atendendo a princípios sociais, a verdadeira paz social na maioria da localidade mencionada (2006, p. 48).

Ou seja, a luta pela posse da terra, uma questão social, foi tratada como caso de polícia. Uma evidente tentativa de criminalizar o movimento de luta camponesa. Naquela região norte do Estado de Goiás, hoje Tocantins, alguns camponeses construíram suas casas e cultivaram suas roças. No entanto, a modernização do campo com a extensão das condições objetivas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias despertou o interesse dos fazendeiros por mais terras. E, nesse clima de valorização das terras, ocorre uma ação mais organizada e ostensiva de fazendeiros e de grileiros, na ocupação destas, restando pouco ou quase nada de terras livres para os camponeses, e, diante da pressão imposta como alternativa de luta e resistência, muitas vezes, os camponeses recorrem às armas para defender seu pedaço de terra (CAMPOS, 2009).

É preciso considerar, o IDAGO, com prestígio político e autonomia, executou o planejamento, a organização e o controle por meio das Condições Gerais de Produção, tornando-se o protagonista da modernização do agro, proposta pelo Governo Mauro Borges, com o auxílio direto de outros órgãos como: Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), Companhia de Armazéns e Silos do Estado (CASEGO), Companhia de Abastecimento do Estado de Goiás (CIAGO) e Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás (EFORMAGO).

Dentro da proposta de reforma agrária, a colonização agrícola implantada pelo Governo Mauro Borges tinha por fim “levar prosperidade ao homem rural [...] não será

oferecida como prenda numa bandeja, paternalisticamente”, mas, de maneira efetiva, assegurando condições necessárias para que “o esforço de homens pobres, doentes, analfabetos em sua maioria possa ser vitoriosos” e atingir, assim, “a realização econômica social”. Em documento, afirma-se que a finalidade da reforma agrária somente é alcançada com a melhoria dos índices de produtividade agropastoris; isso implica afirmar que tal melhoria está na “razão direta do progresso da tecnização agrícola”, com adoção de medidas como revolvimento (mecânico) da terra, adubação, combate a erosão, irrigação se possível, seleção de sementes, defesa sanitária, colheita, armazenagem e ensilagem, “comercialização (envolvendo somas vultuosas de dinheiro)”. A proposta governamental era “transformar o homem rural [...] fazer uma revolução agrícola, conduzindo a uma verdadeira mudança social” (GOIÁS, 1963b).

Nesse entendimento, implementar a reforma agrária seria contrapor-se ao atraso e à pobreza advindos da agropecuária arcaica, por não utilizar de métodos científicos de organização e fazer uso intensivo da força humana, do manejo de técnicas agrícolas consideradas rudimentares e artesanais em relação às técnicas mais modernas, tais como o uso da enxada, a queimada, o arado de tração animal. Com baixa produtividade, produzia-se somente o necessário para a subsistência familiar.

Em termos de Condições Gerais de Produção, a modernização da agropecuária, com utilização de técnicas, insumos, mecanização da lavoura buscava a obtenção de maior produtividade, de competitividade, de maiores lucros. Isso reforça a modernização da agricultura para atender a lógica capitalista. É importante destacar que, no contexto da década de 1960, esse processo se concretizaria com a instalação, no país, de um portentoso parque industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura, necessários à intensificação produtiva (ESTEVAM, 2004).

No argumento de Marx (1988), a perpetração no campo expressa a subordinação da agricultura à lógica industrial. Isso resulta em alterações provocadas nas relações de trabalho, na produção agrícola e na forma de propriedade da terra. O modo de produção orientado para a subsistência é superado pelo capitalista, ou seja, os produtos perdem a natureza de utilidade para a vida, como alimentos e valores de uso, ao se transformarem em mercadoria, capaz de produzir valores de troca, o que se traduz na questão central a

acumulação e valorização do capital.

Nas palavras de Esteves (2011, p. 57), a ideia da reforma agrária associada ao atraso embasava um discurso reformista e expunha uma preocupação social. Nesse sentido, a superação da pobreza, das situações fomentadoras de conflitos agrários, dependia de uma ação governamental capaz de implantar um aparato tecnológico na agricultura, englobando “desde insumos agrícolas industriais à disciplinarização do trabalhador rural através da educação e do cooperativismo”.

Nos moldes propostos, a colonização contrapunha-se ao modelo distributivista. Para assegurar a política agrária, idealizaram os Combinados Agrouurbanos (CAU), carro-chefe da gestão maurista, constituídos por núcleos coloniais semelhantes, destinando-se, em cada núcleo – a vila, Rurópolis – área para construção de 200 casas residenciais com água e eletricidade para famílias de colonos, e também escola primária, posto médico, cooperativas de produção de insumo, centro social, quadra de esporte, templo religioso. A Compra e venda dos produtos, efetivadas por cooperativas. Foram instaladas sucursais da CAESGO, CASEGO e patrulha agrícola mecanizada na localidade (GOIÁS, 1963b).

Os Combinados Agrouurbanos, identificados como “novo procedimento científico”, baseou-se nas experiências de Israel com o cooperativismo⁶, com intuito de atender as necessidades do campesinato e superar as condições de subdesenvolvimento das regiões de Goiás. Para seus idealizadores, os Combinados deveriam promover a “integração regional e nacional de comunidades segregadas”, e ser um elemento harmônico dentro das particularidades e características do nosso meio físico e rural (TEIXEIRA, 2006, p.64).

A proposta inicial sinalizava para a criação de Combinado Agrouurbano em três regiões: CAU1, no município de Arraias (1º instalado), CAU2, no município de Tocantinópolis; e CAU3, no extremo norte goiano, em Araguacema. Alguns fatores

⁶ Orientado pelos modelos israelenses de cooperativismo identificados como: Kibutz (altamente socializado, tanto na produção quanto no consumo); Moshav Ovdim (mais liberdade de produção e de consumo); Moshav Shitufi, beneficiando-se dos elevados índices de produção dos kibutzim e do maior liberalismo de consumo dos moshavin. Tiveram início na década de 1930, a partir de um projeto de colonização norte-americana na região (ESTEVES, 2008).

foram preponderantes na implantação do CAU, como: região longínqua e a possibilidade de obter terras planas a preço baixo (GOIÁS, 1963b). Abaixo, o Mapa do Estado de Goiás com a localização dos Combinados Agrourbanos,



Fonte: IDAGO (1963)

O detalhamento do CAU e seus objetivos estão expressos na *Cartilha para o Combinado Agro-Urbano*, desenvolvida pelo IDAGO, contendo regras de funcionamento e de comportamento a serem seguidas pelos colonos e familiares. Em cada Rurópolis, haveria uma central para controle das contas e despesas das famílias, com advertência em caso de excederem nos gastos; o dia de trabalho dos agricultores não tinha limite, “quanto mais horas trabalhar maior será o lucro”. Para membros não agricultores, a jornada compreendia 8 horas (GOIÁS, 1963b). O capitalismo é isso, intenta passar da fiscalização do comportamento no mundo do trabalho para estendê-la à vida privada, o [...] “controle dos próprios processos psíquicos dos trabalhadores” (BERNARDO, 2009, p.225).

Com criteriosa avaliação médica, os candidatos jovens, mais fortes e saudáveis, aptos a desempenhar grandes esforços físicos, eram selecionados. Tendo a família como base para ocupação do CAU, com modelo padrão, casais jovens com filhos pequenos. Casais com filhos adultos não eram aceitos. Colonos demonstrando pouca capacidade física eram dispensados sob alegação de tornarem onerosos para o Combinado (GOIÁS,

1963b). Seguindo essa lógica, foram excluídos os idosos. Segundo Bernardo (2009, p.166) [...] “procura-se evitar a existência de estômagos inúteis, de pessoas que sejam suficientes vivas para alimentar, mas demasiado fracas para trabalhar”.

Conforme definido pelo regulamento, dentro da Rurópolis era vedada a contratação de trabalho assalariado. Cada membro cuidava da sua terra com apoio da mulher e filhos. A Cooperativa de Produção encarregava-se da compra e venda de sementes e adubos para os colonos, e a Cooperativa de Consumo, além da comercialização dos gêneros alimentícios, medicamentos e roupas. Cada uma dessas despesas era debitada na conta do colono, e, por fim, a terra na Rurópolis era de propriedade do IDAGO, não podendo ser vendida, subdividida nem transferida. Arrendada para os colonos por 49 anos, anualmente eles pagavam taxa ao IDAGO, sendo-lhes vetada a venda dos seus produtos no mercado externo ao Combinado (GOIÁS, 1963b).

O quadro apresentado é o que interessa ao capitalista, ou seja, introdução de inovações técnicas com aumento de produtividade por meio da utilização da força de trabalho da família camponesa, que, inserida numa estrutura social pré-capitalista valoriza o produto final, sem levar em conta as horas de trabalho no custo dessa produção e o aumento marginal do esforço empreendido, não remunerado, gratuito. O modelo é típico do regime de produção arcaica de sobrevivência, o capitalismo aproveita e mantém, na medida em que propaga técnicas que ampliam o rendimento do solo, sem dispensar a força de trabalho (BERNARDO, 2009).

Note-se, o esforço para o aproveitamento do tempo diferenciado da rotina capitalista. Nesse caso, a educação dos colonos, é nela e por meio dela que se efetua o sentido do trabalho disciplinado, ou seja, orientada para outra mentalidade, dentro dos princípios e regras formulados para a *nova vida* e para técnicas modernizantes de trabalho. Porém, não se trata da educação formal – ainda que aproximadamente 70% dos colonos fossem analfabetos, estava direcionada para o aprendizado de novas técnicas de plantio e cultivo (GOIÁS, 1963b). Assim, buscou-se romper com a velha prática de manejo da terra, com processos artesanais e rudimentares, para construir um

saber novo, centrado na técnica. Isso implica afirmar que ao impor esse novo saber, negava-se o conhecimento prático dos colonos adquirido na labuta diária.

A modernização recusa o empirismo prático em favor do conhecimento científico. A formação orientada dentro desses princípios interessa ao capital, ou seja, disseminar regras de comportamento, formar mão-de-obra com certa escolarização, disciplinada, coesa, apta para receber formação técnica. Como resultado, maior eficiência e produtividade. Para João Bernardo (1998), no capitalismo o que importa é aumentar as habilitações da força de trabalho para acelerar os mecanismos de produção. Para tanto, a escola é fundamental porque qualifica o indivíduo para utilizar novas tecnologias.

O financiamento da política agrária, proveniente dos recursos do estado, com possibilidade de captação em fontes federais e do capital externo, como por exemplo, da *Aliança para o Progresso (Corpos da Paz e o Alimento para a Paz)*⁷. O Plano MB previa aumento da arrecadação dos impostos, sendo propostas diversas ações e campanhas para atingir esse propósito. Dentre elas, destaca-se o *Almanaque Anhanguera*⁸, uma cartilha em forma de quadrinhos, incentivando a população a exigir nota fiscal nas suas compras, como garantia do sucesso do Plano MB. A edição intitulada *Plano MB: nasce um sol para os Goianos*, apresentava o personagem Zé Goiano, trabalhador rural, doente, pobre, a roça com baixa produtividade e sugeria, como solução para acabar com aquele *atraso*, a adoção de técnicas mais modernas, como mecanizar o processo produtivo (ESTEVES, 2011). Conforme argumenta ele, a tecnização do trabalho estava atrelada ao discurso ideológico propagando um novo modo de vida espelhado nos aspectos da vida urbana, da modernização, do desenvolvimentismo.

A campanha não surtiu efeito, como não veio o apoio financeiro da União. Sucessivas crises se abateram nos Combinados, conforme atesta a pesquisadora na

⁷ Programa desenvolvido pelo governo estadunidense de John Kennedy, com objetivo de financiar políticas de reformas estruturais na América Latina. Mas na prática não conseguiu descolar do viés ideológico imposto pela Guerra Fria, e as reformas transformaram-se em iniciativas contra o avanço do comunismo no continente.

⁸ Esse documento está depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Mimeografado

documentação examinada. Em carta endereçada aos gestores do Combinado de Arraias, os trabalhadores reclamam da

[...] falta de alimentação, vestimentas, falta de assistência médica, sendo que estão sujeitos a verminose, maleita, cobras, barbeiro, acidentes e a maleita por causa da diminuição da resistência orgânica [...] atraso constante de pagamento, trabalho sem condições e meios, dificuldade de transporte dentro da CAU-1 e região, gastos anormais de roupas devido ao mato e a poeira, falta de festas sociais e diversões de qualquer espécie, falta de energia elétrica e água encanada” (GOIÀ, 1964, p. 14)⁹.

Com isso, impondo um quadro desalentador: “[...] O combinado tinha 300 operários, [...] atualmente temos menos de 100 [...] tudo praticamente paralisado [...] mantendo o que tem que ser mantido. [...] Quanto ao problema de pagamento, há quatro meses que não sai” (IDEM p. 8).

Em relação aos colonos, o quadro não é diferente, o gestor expõe a dramática situação: “[...] grande número de colonos estão pedindo para deixar o Combinado, alegando questões de família, doença, falta de alimentação e vestimenta [...] acha que não tem futuro no Combinado” (IDEM, p. 1). Toda essa situação foi agravada com a baixa produtividade da lavoura, acometida por uma praga e a lentidão para combatê-la. Conforme esse gestor, o inseticida chegou tarde: “[...] foi séria demais, comeu até abóbora. Para alguns colonos a praga atingiu 50 % da roça dele” (IDEM, 1964, p. 1). Isso corrobora de maneira decisiva para a crise:

[...] a situação financeira de 26 colonos é de saldo devedor [...]16 colonos ainda faltam acertar, desses, 10 não conseguirão acertar. [...] os demais colonos não aceitam que eles fiquem para acertar o ano que vem, mas é um problema social seríssimo botar essas famílias na rua (IDEM, p. 1).

Esse mesmo gestor tenta eximir a responsabilidade dos colonos pela situação de penúria e miséria a que foram sucumbidos: “[...] a culpa quando o colono é

⁹ Esse documento está depositado no Fundo Mauro Borges – Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Mimeografado.

preguiçoso, e não trabalha é justa, mas a culpa não cabe somente a ele e sim ao IDAGO que falhou em assistência técnica, em planejamento” (GOIÁS, 1964, p. 2).

Como era de se esperar, a oposição, leia-se União Democrática Nacional (UDN), denunciou as condições precárias de vida e trabalho impostas aos colonos. Assim, em linhas gerais, a oposição buscava demarcar uma posição não só para o presente, sobretudo para o futuro. Surtiu efeito com a deposição de Mauro Borges do poder.

Mas não foi apenas a gestão maurista que se mobilizou para conter a organização camponesa em luta por um pedaço de terra e a influência comunista. Um aliado de peso foi a Igreja Católica de Goiás, sob a liderança do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes do Santos, na defesa da reforma agrária, dentro da filosofia da Encíclica *Mater et Magistra*, expressa durante o papado de João XXIII¹⁰. Nesse sentido criou a Frente Agrária Goiana (FAGO) com atuação incisiva na mobilização e sindicalização do trabalhador rural de Goiás, com apoio da Juventude Universitária Católica e das Comunidades Eclesiais de Base. A articulação católica, em defesa da paz e bem-estar social no campo, buscava contrapor-se às influências políticas de esquerda ali presente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião.

Princípios da *Mater et Magistra* também influenciaram Mauro Borges ao afirmar ter buscado nesta encíclica inspiração para levar a efeito a reforma agrária, cristã e democrática, do seu governo, conforme destaca Esteves (2011).

Em linhas gerais, a política agrária implementada pela gestão maurista manteve inalterada a estrutura fundiária centrada no grande latifúndio, aspecto contestado pelas organizações camponesas em todo o estado. E, ao propor a criação de núcleos coloniais a serem ocupados por trabalhadores rurais provenientes de regiões de conflito, reforçava os interesses que “sustentavam a reprodução do pacto conservador entre a burguesia industrial nacional e as frações da oligarquia agrária regional”, com vistas a manter o controle sobre o acesso à terra ao mesmo tempo em que amenizaria os conflitos no

¹⁰ A Carta papal manifestava uma visão liberal para os problemas econômicos, garantindo o estímulo à iniciativa pessoal, reconhecia a propriedade privada como natural, fazia a defesa da lógica urbano industrial como condição para o desenvolvimento rural e o bem-estar dos rurícolas (ESTEVES, 2011).



campo. Destaca-se ainda que a criação dos Combinados Agrourbanos estava inserida numa proposta maior de integração agrária capitalista, com o deslocamento do eixo da questão fundiária para a ausência de técnica, induzindo ao aparecimento de um *novo trabalhador rural* vinculado à produtividade e à lógica empresarial do agro (ESTEVES, 2008. p. 56).

Toda a rede de sentido desse projeto agrário, em face das Condições Gerais de Produção colocadas em marcha, reforça o sentido ideológico da proposta agrária maurista e sua vinculação a um plano maior. A utilização de técnicas, de insumo, da mecanização da lavoura, do disciplinamento da força de trabalho, visa maior produtividade, maior competitividade e maiores lucros, ao tempo em que atendia a lógica capitalista de impulsionar naquele contexto, o promissor mercado industrial de equipamentos e insumos voltado para a agricultura, atendendo a exigência da intensificação produtiva. Sob essas diretrizes, a política agrária colocada em marcha pela gestão maurista de modo incontestado, legitimou e efetivou as estratégias necessárias à consolidação do projeto político-ideológico que asseguraria o progresso e a modernização do agro, com ênfase na técnica e na defesa da ordem pública, em sintonia com a estratégia de segurança nacional, controlando as agitações e combatendo a subversão no campo, identificadas nas ações empreendidas pelas esquerdas, sobretudo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelas Ligas Camponesas.

Mauro Borges foi protagonista do movimento civil-militar de 1964. Entretanto, foi apeado do poder (26/11/1964) pelos militares golpistas e seus aliados civis em uma disputa pela hegemonia militar na condução do Estado, travada entre o grupo militar da ESG e os militares de *linha dura*, tomando como pano de fundo a disputa partidária regional, conforme argumenta Souza (2004). Com isso ocorre a interrupção do Plano MB, e uma brutal perseguição ao movimento camponês, com a prisão de suas lideranças, colocando fim ao movimento de luta pela posse da terra e fomentando iniciativas para intensificação da expansão capitalista no campo.

Posto isto, há pontos de contacto não desprezíveis a serem notados. Esteves (2011) destaca que com a ascensão dos militares ao poder, no que tange a política agrária, foram as diretrizes construídas no âmbito dos escritórios de consultorias para as

administrações estaduais, que constituíram as bases do Estatuto da Terra, com vigência a partir de 1964, reforçando a atuação do Estado de Goiás, como *laboratório* das propostas formuladas pelo IPES para a modernização do agro e sistematizadas pelos escritórios técnicos.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *A silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. *O Inimigo Oculto*. Ensaio sobre a Luta de Classes. Manifesto Anti-Ecológico. Porto: Afrontamento, 1979.

CAMPOS, Itami. *A Política Tradicional: (1930-1960)*. In: SOUZA, Dalva Borges (Orgs). *Goiás: sociedade e Estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, p. 12-47.

COELHO, José Braga; BARREIRA, Celene Cunha Antunes Monteiro. *Esperança Camponesa no Estado de Goiás: A Luta Pela Terra*. *Revista Educação e mudança*. Nº 18 e 19. Unievangélica:Anápolis, 2007. (ISSN 2179-5215) Disponível: <http://revistas.unievangelica.edu.br>. Acesso: 8 maio 2011.

DREIFUSS, Renée Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ESTEVAM, Luiz. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás*. 2ª ed. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. *Estado e agricultura em Goiás: escritórios privados de consultoria e políticas públicas no Governo Mauro Borges (1961 – 1964)*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

_____. *Homem certo para o lugar certo: colonização, educação rural e tecnização da agricultura dos Combinados Agro-Urbanos de Goiás durante o governo Mauro Borges (1961 – 1964)*. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; OLIVEIRA., Márcia Menendes da Motta Oséias de. *História Agrária: Propriedade e conflito*. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008.

GOIÁS. Ata de reunião do governador e secretariado, Palácio das Esmeraldas. Goiânia. 1964.

_____. Ata de reunião do governador e secretariado, Palácio das Esmeraldas. Goiânia. 1963a

_____. *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges*. Instituto de Desenvolvimento Agrário. Goiás, 1963b. CERNE: Goiânia.

_____. Ata de reunião do governador e secretariado, Palácio das Esmeraldas. Goiânia. 1962.

_____. 1º Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (síntese)/Governo Mauro Borges. Goiás (não consta ano).

_____. *Plano de Desenvolvimento Econômico do Governo Mauro Borges*. Vol. I

- Análise da Estrutura Econômica do Estado. Vol. II – Diretrizes para 1961 – 1965. Goiânia, 1961.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Maria Tereza C. *Formas de Organização camponesa em Goiás (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1982.
- MARX, Karl *O Capital: crítica da economia política*. Tradução Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed. Nova São Paulo: Cultural, 1988 (1887).
- PEREIRA, Sebastião Lázaro. *De fazendeiros a Agronegociistas: Aspecto do desenvolvimento capitalista em Goiás*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006.
- RABELO, Francisco Chagas E. *Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás*. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciência Política/UFMG, Belo Horizonte, 1978.
- SOUZA, Dalva Borges. *O Golpe em Goiás*. In: SOUZA, Dalva Borges (Orgs). *Goiás: sociedade e Estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, p. 85-130.
- _____. 1964 em Goiás: o ovo da serpente. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Letras/UFMG. Goiânia. 1990.
- WEINSTEIN, Bárbara. *Organização Racional e reforma Social*. In: (Re) Formação da Classe trabalhadora no Brasil (1920-1964). Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez, 2000. 71 – 134.
- TEIXEIRA, Mauro Borges. *Tempos idos e vividos. Minhas experiências*. Goiânia: Ed. do Autor, 2002.
- _____. *O Golpe em Goiás: História de uma grande traição*. 2. ed. Goiânia: UCG; Vieira, 2006 (1965).

AVICULTURA E RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO, OESTE DO PARANÁ, 1970-2013

Vagner José Moreira
moreiravagner@terra.com.br

Professor da Graduação e do Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Pós-doutorando em História Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Resumo

Na comunicação apresento os resultados parciais da pesquisa sobre os mundos dos trabalhadores vinculados a cadeia produtiva do frango do Oeste do Paraná, no período de 1970 a 2013. A pesquisa objetiva articular a investigação historiográfica e empírica ao perscrutar a literatura e periódicos, mas privilegia a produção de entrevistas para dimensionar em perspectiva histórica a experiência vivida pelos sujeitos, privilegiando as trajetórias ocupacionais de pequenos agricultores-avicultores, trabalhadores dos aviários e dos trabalhadores pegadores de frango e batedores de caixa, pejorativamente chamados de “graxains”, problematizando a inserção desses trabalhadores no processo de produção e agroindustrialização de aves, a organização do trabalho, relações de trabalho, com dinâmicas, rotinas, ritmos visando sempre à intensificação do trabalho.

Palavras-chave: trabalhadores, capitalismo no campo, história.

Abstract

In the present communication the partial results of research on the worlds workers bound chicken production chain the West of Paraná, in the period 1970-2013. The research aims to articulate the historiographic and empirical research to scrutinize the literature and periodicals, but emphasizes the production of interviews to scale in historical perspective the experiences of subjects, focusing on occupational trajectories of small farmers, poultry farmers, poultry workers and workers handles chicken and batters box, pejoratively called "graxains", questioning the inclusion of these workers in the process of production and agro-industrialization of poultry, work organization, working relationships, with dynamic routines, rhythms always aimed to work intensification.

Keywords: workers, capitalism in the countryside, history.

O objetivo desse artigo é dar visibilidade aos resultados parciais da pesquisa sobre os mundos dos trabalhadores e movimentos sociais no Oeste do Paraná, delimitado a experiência social de trabalhadores rurais vinculados a cadeia produtiva do frango do Oeste do Paraná, no período de 1970 a 2013 (MOREIRA, 2011; 2013).

A pesquisa objetiva articular a investigação historiográfica e empírica do processo histórico, a partir da tradição historiografia marxista da história social do trabalho. A avicultura compreende a produção de aves por pequenos, médios e grandes proprietários de terra, os avicultores, que fornecem a produção para frigoríficos da região para o processo de industrialização. Assim, a pesquisa perscruta a literatura produzida pela historiografia e pelas ciências sociais e humanas, coteja a imprensa regional e privilegia a produção de entrevistas com os sujeitos, como o fim de colocar em perspectiva histórica a experiência vivida por estes trabalhadores, privilegiando as trajetórias ocupacionais de pequenos agricultores-avicultores, trabalhadores dos aviários e dos trabalhadores “pegadores de frango” e “batedores de caixa”, pejorativamente chamados de “graxains”, problematizando a inserção desses trabalhadores no processo de produção e agroindustrialização de aves, a organização do trabalho, relações de trabalho, com dinâmicas, rotinas, ritmos visando sempre à intensificação do trabalho.

A partir das compilações dos dados auferidos pelo IBGE, o Estado do Paraná mantém-se como segundo Estado brasileiro no valor da produção agropecuária ficando atrás apenas do Estado de São Paulo (TSUNECHIRO; COELHO, 2009). A produção agropecuária na região Oeste do Estado do Paraná é significativamente apresentada no conjunto da produção nacional, destacando-se a produção de leite, de suínos e de galináceos (IBGE, 2008). A produção de aves, principalmente, parece envolver um número significativo de trabalhadores no campo e na cidade. Esse processo compreende a produção de aves por pequenos, médios e grandes proprietários que fornecem a produção para, entre outras, cooperativas agroindustriais.

As projeções do agronegócio no Brasil pelo governo tem se apresentado de modo otimista, em particular o aumento na produção e do consumo da carne, do leite e da soja, mas sem dimensionar a exploração e os impactos sobre os trabalhadores vinculados a essas cadeias produtivas, que a cada dia amplia os índices de adoecimento

e mutilação (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2012).

A produção de aves pelos avicultores constitui em uma etapa da cadeia produtiva do complexo agroindustrial de aves, seja essa produção organizada por cooperativas agroindustriais (Copagril, Cooperativa Agroindustrial Lar, C. Vale, Coopavel, entre outras), ou de empresas, tais como, a BRF Brasil Foods, com aviários integrados a um determinado frigorífico de aves, na região Oeste do Paraná, data do início da década de 1970.

A cadeia produtiva da avicultura de corte apresenta uma trajetória das mais interessantes dentre as cadeias produtivas agroindustriais no Brasil, marcada por constantes evoluções técnicas, um adensamento constante e estreitas colaborações entre seus integrantes que resultaram na conquista do mercado interno, gradativamente suplantando concorrentes na oferta de proteína animal ou no mercado externo, superando os principais fornecedores avícolas mundiais. Da adaptação da tecnologia de integração de aviários por abatedouros industriais, passando pela importação de pintos avós por via aérea (que foi capa da primeira revista Manchete Rural em 1987) para chegar aos aviários totalmente automatizados dos dias de hoje passaram-se cerca de 40 anos. (JESUS JUNIOR, 2007, 193).

A agroindustrialização está imbricada às perspectivas políticas, sociais e econômicas do agronegócio no Brasil expandindo para o campo as relações capitalistas de produção. Esse processo reorganizou a produção e o trabalho no campo nas últimas décadas, expropriando o trabalhador rural da terra e de direitos consuetudinários duramente conquistados (MOREIRA, 2009, 2010).

A problematização do processo de integração de avicultores às diversas agroindustriais tem se mostrado um processo perverso, uma vez que os leva ao endividamento dos pequenos proprietários para a instalação dos aviários, a sua manutenção e a pressão para atualização tecnológica (BOSI, 2011; TOEBE ZEN, 2009).

Por exemplo, é o que relata Loreci Dias do Prado Gomes, avicultora há cinco anos da Colônia Barretos de Cascavel. A avicultora afirma que se sente desestimulada com a atividade. Atualmente trabalha sozinha em um aviário com 13,7 mil aves, pois

diante dos prejuízos com a avicultura e das necessidades para a manutenção da família o marido sentiu-se pressionado a buscar trabalho fora da pequena propriedade: “No começo falaram que ia dar, mas a gente foi vendo que o lucro não dava nem para pagar a prestação do barracão, água, luz e mercado, ele teve que ajudar trabalhando fora”, nos informa Loreci (HIRATA, 2010, p. 2).

A lógica do processo de integração adotado pelas agroindústrias de aves parece constituir-se em um sistema global, pois as mesmas dinâmicas adotadas na organização da cadeia produtiva de aves, bem como a sujeição dos avicultores integrados a empresa integradora, como ocorre na região Oeste do Paraná, foram verificadas por Robert Kenner no documentário “Food, Inc”. No documentário investigativo Kenner desvelou o sistema de produção industrial de alimentos estadunidense marcado pela adulteração, manipulação e monopólio das cadeias produtivas de alimentos, vinculados a grupos políticos com forte presença nos negócios de Estado. Sobre a avicultura de aves Kenner entrevistou avicultores do estado de Kentucky, Estados Unidos, integrados a Tyson, Perdue, entre outras empresas. Todavia, muitos avicultores não aceitaram que suas imagens ou de seus aviários fossem divulgados por força de contratos e temerosos quanto à retaliação das empresas. Carole Morison, uma das criadoras de aves entrevistadas que permitiu a publicidade de sua entrevista, denunciou as condições contratuais impostas pelas indústrias para a integração, como as exigências para a manutenção, atualização da estrutura e organização dos aviários (KENNER, 2009).

Nesse início desse século parece avançar a passos largos o projeto de concentração do capital a partir de “empreendimentos” capitalistas sob a alcunha de “cooperativas” na região Oeste do Paraná, ideologicamente fomentado pelo agronegócio. Desnudar esse processo histórico pode possibilitar compreender os diferentes modos de exploração capitalista do trabalho e da concentração do capital. Assim, problematizo as cooperativas agroindustriais como mais uma prática do capitalismo nas suas relações contraditórias entre o campo e a cidade e suas diversas formas de exploração dos trabalhadores na produção de mais-valia, procurando entender sua a instalação aqui na Região Oeste do Paraná (MOREIRA, 2011). Investigar as experiências e modos de vida dos trabalhadores e suas diversas lutas, mediados por esse

processo histórico, apresentam-se como possibilidade para inverter a lógica ou pontuá-la a partir de uma totalidade de relações sociais.

A prática do cooperativismo que se constituía, tradicionalmente, em uma prática de organização dos trabalhadores frente à exploração capitalista foi apropriada por capitalistas de diversos setores produtivos, com os benefícios e incentivos legais e fiscais do Estado, para a concentração da propriedade privada e do capital no Brasil. Esse processo histórico tem levado a burguesia, como classe, hegemonizar interesses de pequenos proprietários rurais, configurando como parte da burguesia agrária e industrial no Oeste do Paraná. Cogitamos que esse processo histórico está relacionado à formação da classe trabalhadora no campo e na cidade, com seus diversos movimentos sociais, organizações e lutas sindicais e políticas dos trabalhadores nas últimas décadas do século XX. Algumas evidências nessa direção são os diversos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no presente na região Oeste do Paraná e a organização de trabalhadores em sindicatos e luta pela reforma agrária, tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguazu, que iniciou a organização dos trabalhadores na luta pela terra já no final da década de 1970 (CHRIST, 2010; MORAES JUNIOR, 2011).

Nessa relação dialética, os capitalistas experimentaram formas diversas de exploração do trabalho e de concentração do capital. Esse processo forjou novas dinâmicas de organização e exploração capitalista, em que se passou a enfatizar e disseminar práticas relacionadas à “agregação de valor” a atividades produtivas agropecuárias diversas para a produção de mercadorias – as cadeias produtivas.

O deslocamento de trabalhadores do campo para a cidade ou do trabalho rural para o trabalho industrial e urbano não mudou apenas o ambiente social, mas foram deslocadas rotinas, ritmos, valores relacionados ao trabalho. Problematizar e investigar esse processo histórico e social é premente para compreendermos a constituição da cidade e do campo na passagem do século passado para o presente e as relações sociais vividas pelos sujeitos da pesquisa.

A avicultura contemporânea constitui-se numa atividade produtiva imbricada nas relações capitalistas de produção. Essa assertiva propalada sem constrangimentos

pela literatura do “desenvolvimento regional” e pelos agentes do agronegócio é por nós apresentado como um problema de investigação e leva-nos a problematizar as relações sociais no campo e os custos para os trabalhadores da expansão das relações capitalistas sobre o ambiente rural e suas relações com a cidade: como compreendermos os modos de vida e de trabalho dos sujeitos que habitam o campo na região Oeste do Paraná, que foram impactados pelos limites e pressões das atividades capitalistas no campo? Como a concentração capitalista, seja em forma de cooperativas agroindustriais ou não, tem pressionado e modificados os modos de viver e os modos de trabalhar no campo? As culturas vividas e praticadas em ambientes rurais passaram por processos de mudanças à medida que as atividades produtivas e o trabalho no campo foram reorganizados?

Parte significativa da produção sobre a temática, mesmo que a partir de um viés crítico, tem insistido em tratar esses sujeitos bem como seus modos de viver como “camponeses” (MARTINS, 1995, 1996; STORTI, 2010) no Brasil do final do século XX e início do século XXI. A nossa proposta de investigação visa problematizar essas construções sociológicas e históricas.

Para Irma Storti (2010), a avicultura organizada em moldes agroindustriais, em sua dissertação de mestrado na área de Geografia, em que afirma:

A avicultura é uma atividade econômica, realizada em pequenas propriedades destes municípios e está basicamente voltada para o comércio da produção. Mas, os avicultores também desenvolvem, na sua pequena propriedade, um conjunto de atividades não-mercadoológicas, o que indica a reprodução de relações não-capitalistas para se expandir, semelhante à “produção capitalista de relações não-capitalistas”, como destacado por Martins (2004) ao estudar o “cativeiro da terra”. (STORDI, 2010, p. 10).

O objetivo da pesquisa em desenvolvimento e que aqui apresentamos os resultados parciais é ir além dessas análises sócio-econômicas e historiar o processo realmente vivenciado pelos sujeitos, os contextos reais, o mundo vivido pelos trabalhadores vinculados ao trabalho na avicultura, bem como os pequenos proprietários integrados a agroindústria do frango, os sujeitos chamados de “avicultores”. Parte significativa da literatura que trata do trabalho de avicultores na região Oeste do Paraná

parece limitar o olhar para a realidade pressionado por imagens nostálgicas de um viver no campo em que as relações sociais e modos de vida “camponeses” permanecem inalterados entre os avicultores a despeito da expansão capitalista de produção por meio da agroindustrialização de aves.

Concordo com Raymond Williams (1990) em suas assertivas sobre o processo contínuo de elaboração de imagens sobre o campo e a cidade, vendo-os a partir de relações não dicotômicas, com temperadas críticas sobre os estereótipos e idealizações abarcadas por essas realidades. O autor discute a história rural da Inglaterra e do capitalismo agrário inglês e afirma que no século XVIII com o processo de cercamentos das terras e concentração fundiária “não havia mais um campesinato, no sentido clássico do termo, e sim uma estrutura cada vez mais regular de arrendatários e trabalhadores assalariados: as relações sociais que podem ser consideradas próprias do capitalismo agrário.” Diante desse processo histórico, a produção agrícola era regulada por meio do mercado, “na qual tudo aquilo que acontecia no mercado, em qualquer lugar, quer na produção industrial, quer na agrícola, terminava afetando tanto a cidade quanto o campo” (WILLIAMS, 1990, p. 88, 140). Nas pesquisas realizadas tenho afirmado que é um equívoco utilizar o termo “camponês” para nomear e descrever os trabalhadores rurais no Brasil, já que o país está inserido no processo de formação do capitalismo, ainda mais no contexto do século XX e início do século XXI (MOREIRA, 1998, 2009).

O “pequeno proprietário”, compreendido como “produtor”, ao integrar-se como avicultor a uma determinada agroindústria de aves, muitas vezes não limita sua atividade produtiva ao aviário e se dedica a produção de outras mercadorias agropecuárias, tais como, a soja, o milho, o leite, entre outros. Essas outras atividades produtivas estariam desvinculadas da lógica capitalista? É possível afirmar que os modos de vida no campo vivenciados por trabalhadores rurais e pequenos proprietários constituem como “modos de vida camponeses” se no Brasil não experimentamos historicamente nenhum “modo de produção feudal”? Como que o tempo do avicultor é organizado no trabalho com a avicultura? Não estaria esse tempo dividido e organizado pela lógica e disciplina capitalista vinculado aos interesses da empresa que fornece os pintainhos e a ração ao avicultor? O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST), que até meados da década de 1990 utilizava sem reservas a categoria histórica “trabalhadores rurais” passou a utilizar a partir do final da mesma década e início desse século a categoria histórica “camponês” para referir-se aos mesmos sujeitos. Esse processo que altera o uso dos termos está relacionado à vinculação política do MST ao movimento internacional da Via Campesina. No Brasil, o uso do termo “camponês” para identificar o conjunto de trabalhadores que habitavam e trabalhavam no campo iniciou-se com a militância política dos comunistas desde a segunda metade da década de 1940 (MEDEIROS, 1995; MOREIRA, 2009). Assim, no presente, o uso no movimento social e acadêmico tem apresentado muito mais como proposição política para a afirmação de outro(s) projeto(s) para o campo vinculado a valores agroecológicos e a constituição de outros modos de viver e trabalhar.

Objetivamos problematizar essas assertivas sobre o modo de organização da produção relacionado à cadeia produtiva de aves e suas implicações para o modo de organização da vida e do trabalho no campo, discutindo as premissas dos modos de viver dos trabalhadores, principalmente os pequenos proprietários que tem em sua trajetória de trabalho a agricultura familiar e problematizar as pressões capitalistas com a integração da produção de aves aos frigoríficos.

A nossa proposição para investigação perpassa essas obras com o objetivo de construirmos um referencial teórico-metodológico capaz de interpretar a realidade sem anacronismos históricos e conceituais (THOMPSON, 1998; WILLIAMS, 1990).

Na pesquisa procuraremos cogitar e problematizar esse processo de concentração de capital, a procura de ambientes e localidades para a exploração dos trabalhadores, diante da precariedade de formas de organização sindical e partidária. Problematicamos ainda o argumento disseminado no senso comum que afirma o estabelecimento de indústrias, em formas de cooperativas, apenas para “agregar valor” aos diversos produtos oriundos da produção agropecuária, de uma determinada cadeia produtiva. Parece-nos que o processo histórico e social é muito mais complexo (ALMEIDA; CALVO; CARDOSO, 2005; BOSI; VARUSSA, 2006; 2008; 2009; KHOURY, 2009; MOREIRA, 2009). Parece-nos que o processo histórico e social é muito mais complexo. O presente vivido pelos trabalhadores na região Oeste do Estado

do Paraná tem tornado-se diverso e complexo à medida que as relações de trabalho, os modos de vida e os movimentos sociais têm sido mediados e pressionados pelo processo histórico de produção e agroindustrialização do leite, suínos, trigo, soja, entre outros, não limitado a avicultura. Embora constitua num mesmo processo histórico nessa pesquisa a totalidade de atividades agropecuárias e suas respectivas cadeias produtivas e agroindustrialização não serão contempladas.

A pesquisa também procura colocar em perspectiva histórica o presente vivido pelos trabalhadores “pegadores de frango” e “batedores de caixa”, tendo como objeto as experiências sociais e as relações de trabalho no processo histórico de produção e agroindustrialização de aves, na região Oeste do Estado do Paraná.

A atividade desses trabalhadores está intimamente relacionada com a avicultura e a industrialização do frango produzido nos aviários e que são deslocados para a indústria frigorífica. Lucinéia Fagnani (2010), em sua pesquisa sobre a produção de pintainhos para a Cooperativa Agroindustrial Lar, afirma que:

Durante o período de crescimento do frango nos aviários, os veterinários da empresa acompanham o crescimento, mortalidade, fazem orientação técnica e prescrição de medicamento e informam sobre peso das aves ao frigorífico. A ordem para recolha para o abate parte de Matelândia, que o determina de acordo com sua produtividade e dependendo da disponibilidade de mão-de-obra e funcionamento das máquinas. A “recolha de frangos” é divulgada pela emissora de rádio em um programa para o qual a empresa comprou o espaço, transmitido nas cidades onde tem atividades da Lar. As pessoas que trabalham na “recolha” normalmente residem nas comunidades onde o integrado tem o aviário. Estes trabalhadores, não têm um trabalho fixo, se sustentam, na maioria, de ocupações temporárias e têm suas remunerações estabelecidas por aviário recolhido, costumam migrar de um distrito e/ou linha a outro(a) para trabalhar (Algumas pessoas costumam os chamar de graxains devido a atividade de recolha de galinhas). São contratados pelo integrado para recolher os frangos dos aviários e armazenar nos caminhões da empresa, que saem das propriedades diretamente para o município de Matelândia para o abate. (FAGNANI, 2010. p. 31).

O trabalho dos “pegadores de frango” e “batedores de caixa”, nomeados popular e pejorativamente como “graxains”, vinculados a cadeia produtiva de aves, constitui em

uma atividade fundamental para o processo de agroindustrialização de aves e na manutenção da cadeia produtiva do frango – sem essa atividade os frigoríficos de aves teriam sua produção parada por falta de abastecimento da matéria-prima e a mão de obra familiar do avicultor é insuficiente para a atividade. Porém, até o presente momento, não há uma pesquisa densa sobre as experiências sociais e as relações de trabalho vivenciadas por esses trabalhadores.

Irma Storti (2010), ao tratar da “pega do frango” junto aos avicultores integrados a COPAGRIL, de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Paraná, enfatiza traços de solidariedade e amizade entre “camponeses” avicultores no trabalho de deslocamento das aves para o caminhão que transporta para o frigorífico. De acordo com a tabulação de sua pesquisa quantitativa, 58% dos avicultores pesquisados recorrem a solidariedade de vizinhos para a recolha das aves:

Existe uma equipe que realiza esta “pega do frango”, contratada pela COPAGRIL. A equipe é paga pelos camponeses, geralmente no valor de R\$ 500,00 por lote de frangos. Entretanto, o trabalho da equipe não é suficiente, considerando que cada aviário possui até 23 mil frangos. O pagamento não é feito em produtos, é feito com a troca de dias de serviço entre os avicultores. (STORTI, 2010, p. 82-83).

Os diversos frigoríficos de aves da região Oeste do Paraná usam da mão de obra desses trabalhadores, geralmente, por meio de empresas terceirizadas, cujo custo é assumido pelos avicultores, hoje em torno de R\$ 700,00. Em Marechal Cândido Rondon estima-se que há, pelo menos, uma empresa terceirizada que presta serviço aos avicultores integrados ao frigorífico da cidade, com no mínimo cinco equipes de até doze trabalhadores, sendo que oito são “pegadores de frango” e quatro “batedores de caixa”, exercendo suas atividades basicamente à noite, recolhendo e transportando as aves prontas para o abate. O salário de um trabalhador pegador de frango gira em torno de R\$ 850,00, recebendo R\$ 36,00 por aviário. Já os batedores de caixa recebem em torno de R\$1.200,00, recebendo R\$ 40,00 por aviário. Os relatos colhidos junto a esses trabalhadores nos informam que não é raro trabalharem na pega do frango em mais de um aviário por dia chegando, às vezes, a trabalharem mais de 24 horas seguidas. Os

trabalhadores atuam, por vezes, não apenas na área rural da cidade, se deslocando para outros municípios da região Oeste do Paraná.

A historiografia sobre a avicultura ou agroindustrialização de aves na região Oeste do Paraná não é vasta. Parte significativa da literatura sobre a temática foi produzida por diversas áreas do conhecimento e investiga e problematiza um número variado de questões. Durante a pesquisa propomos investigar e problematizar essa produção (ALVES, 2007; BELUSSO, 2010; BOSI, 2011; DALA COSTA, 1997; FAGNANI, 2010; FAVARIM, 2010; FINKLER, 2007; NELI, 2006; SEPULCRI, 2005; STORTI, 2010; TOEBE ZEN, 2009; SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 2008).

O processo de formulação dos referenciais teórico-metodológicos é um processo contínuo, ativo e dinâmico, que exige sempre a reflexão e sistematização sobre as problemáticas relevantes. Nessa perspectiva apontamos os caminhos a partir dos quais pensamos trilhar.

A pesquisa sobre as relações de trabalho, os modos de viver de trabalhadores e os movimentos sociais, imbricados nas relações de produção e as consequentes relações sociais oriundas do processo histórico da produção e agroindustrialização privilegia como referencial o diálogo com a literatura específica, ainda parcialmente levantada para esse projeto, a tradição marxista inglesa da historiografia do trabalho e dos movimentos sociais (HOBSBAWM, 1988, 1998, 1999, 2000; THOMPSON, 1981, 1987, 1988, 1997, 1998, 2001; WILLIAMS, 1990). Acreditamos que a partir dessa historiografia é possível redimensionar a noção de classe e incorporar a experiência e a cultura da classe trabalhadora, como a pluralidade de modos de viver dos trabalhadores. Assim, tecemos críticas sobre a história operária tradicional ou a história militante de perspectiva teleológica e economicista.

A perscrutação de materiais históricos diversos, provenientes de pesquisa empírica, pautados dialeticamente em premissas teórico-metodológicas que compreende a História como um campo de possibilidades em aberto, provisório, incompleto, seletivo, limitado pelas perguntas do historiador, mas não por isso inverídico. Como prática diversa entre os historiadores e diferenciada de outras áreas do conhecimento, o ofício do historiador se expressa pelo cotejamento das evidências materiais possíveis do



universo do objeto de pesquisa delimitado. Nessa perspectiva, o historiador problematiza teorias e hipóteses confrontadas pelas evidências e (re) elabora suas noções e conceitos. De maneira imbricada, a pesquisa empírica e o diálogo/problematização de noções e conceitos (teorias, hipóteses), presentes na literatura teórica e específica ao universo temático, define a narrativa histórica – a história real (THOMPSON, 1981).

A partir desses referenciais deslocamos nossas preocupações investigativas do reducionismo estrutural, para problematizarmos as experiências sociais a partir de um campo de relações sociais vividas, em que a “vida material” fixa limites e exerce pressões sobre o processo histórico peculiares, perscrutando modos de viver, morar, lutar, trabalhar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R.; CALVO, C. R.; CARDOSO, H. H. P. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. In: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (orgs.). **Histórias: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005.

BELUSSO, D. A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná. 2010. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

BOSI, Antônio de Pádua. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). **Revista de História Regional**, v. 16, n. 2, p. 400-430, 2011.

_____; VARUSSA, R. J. Trabalhadores e trabalho no Oeste do Paraná: trajetórias de pesquisa. In: BOSI, A. et al. **História, poder e práticas sociais**. Marechal Cândido Rondon, PR: Edunioeste, 2006.

_____. Trabalho e movimentos sociais: refletindo sobre o compromisso social do historiador. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 12, p. 183-191, 2008.

CHRIST, Flaviane Mônica. Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguazu/PR (1970-2009). 157 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

DALA COSTA, A. J. Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura. 1997. 352 f. Tese (Doutorado – Autos Estudos em América Latina) – IHEAL, Université De La Sorbonne Nouvelle, Paris III.

FAGNANI, L. Experiências dos Trabalhadores da Unidade de Produção de Pintainhos da Cooperativa Agroindustrial Lar, Vila Celeste – Santa Helena/Paraná. 128f. Monografia (TCC em História), Colegiado do Curso de História, UNIOESTE, 2010.

FAVARIM, E. A. O papel do cooperado no processo de construção da Copagril. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

HOBBSAWM, E. J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.

_____. **Sobre a história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HIRATA, F. Avicultores paranaenses reclamam de preços recebidos. **Gazeta do Paraná**, 3/05/2010. Disponível em: <
<http://www.avisite.com.br/clipping/default.asp?CodNoticia=14752&Pag=1>> Acesso em: 15/10/2011.

JESUS JUNIOR, C. et al. A cadeia da carne de frango: tensões, desafios e oportunidades. **BNDES Setorial. Agroindústria**. Rio de Janeiro, n. 26, p. 191-232, set. 2007. Disponível em: <
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/c_onhecimento/bnset/set2607.pdf > Acesso em: 24/08/2011.

KENNER, Robert. **Food, Inc**. New York, 2009. DVD, 94 min.

KHOURY, Y. A. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, A et al; VARRUSSA, J. R (org.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e

perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Brasil do agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. Brasília, Abril de 2012. Disponível em: < [http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022\(2\).pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/Projecoes%20do%20Agronegocio%20Brasil%202011-20012%20a%202021-2022(2).pdf) > Acesso em: 20/06/2012.

MORAES JUNIOR, L. R. MASTRO: a formação do movimento dos agricultores sem terra do Oeste do Paraná. 151 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

MOREIRA, V. J. A experiência social de trabalhadores ovejeiros e a produção de ovos e aves no tempo do “tubarão de galinhas”. **II Simpósio Nacional em História – Trabalho, Cultura e Poder: “O Ofício do Historiador”**. UNIOESTE – *campus* de Marechal Cândido Rondon – PR 2010.

_____. Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis-SP, 1946-1964. 2009. 266 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, 2009.

_____. Trabalho, trabalhadores e movimentos sociais no Oeste do Paraná. In: MOREIRA, V. J. Proposta de Atuação e Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE, *Campus* Marechal Cândido Rondon, 2011.

_____. História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1979-2013). Projeto de Estágio de Pós-doutorado, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produção da Pecuária Municipal 2007. Rio de Janeiro, 2008.

SEPULCRI, O. Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (EMATER – PR). 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) – Centro de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SORJ, B; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. Camponeses e agroindústria: transformação social e representação na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

Disponível em: < <http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=37>
> Acesso em: 14/04/2010.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1997.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. II: A maldição de Adão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. (NEGRO, A. L; SILVA, S. orgs.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOEBE ZEN, R. O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A.: controles, mediações e autonomia. 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

TSUNECHIRO, A.; COELHO, P. J. Valor da produção agropecuária do Brasil em 2007, por unidade da federação. **Informações Econômicas**. São Paulo, v. 39, n. 1, p. 68-84, jan. 2009. Disponível em: < <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2009/tec7-0109.pdf> > Acesso em: 20/03/2009.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TRÊS TEMPOS DA IMAGEM EM PROCESSOS AUTORAIS DE CRIAÇÃO: O CASO DA FUNDAÇÃO IBERÊ CAMARGO, PORTO ALEGRE, RS, EM PROJETO DE ÁLVARO SIZA

Valquíria Guimarães Duarte

Valgd44@hotmail.com

FAV/UFG

Doutoranda

Co-autor: Márcio Pizarro Noronha

Marcio.pizarro@hotmail.com

FEF/FH/UFG

Doutor

Resumo

Este artigo enfoca a apresentação de um objeto de estudo visual-tridimensional e subjetivado-assinado, na forma de uma "história edificada" (do edifício da Fundação Iberê Camargo - Porto Alegre, RS, Projeto do arquiteto português Álvaro Siza). No aspecto imagético consideraremos um tripé de análise nos conceitos de imagem, performance e narrativa, demonstrando os momentos em que o edifício é identificado visualmente e seus processos de estranhamento (*unheimlich*), experimentado como performance e comentado narrativamente. No aspecto autoral, trataremos de demonstrar as relações entre a história dos processos criativos e autorais com a dimensão autobiográfica-ficcional e biográfica, relacionando assim a história do edifício com diferentes momentos da história do seu entorno.

Palavras-chave: história edificada; teoria da imagem; performance e narração; processos autorais de criação e (auto)biografias.

Abstract

This article focuses on the presentation of a three-dimensional and subjectified-undersigned object of study, in the form of a "story built" (building Iberê Camargo - Porto Alegre, RS, design by portuguese architect Álvaro Siza). In terms of imagery we consider a triple analysis on the concepts of image, performance and narrative, showing the times when the building is visually identified and their processes of estrangement (*unheimlich*), experienced as performance and commented narratively. In respect of authorship, we will demonstrate the relationship between the history of creative processes and authorship with the autobiographical-ficcional and biographical dimensions, relating the story of the building with different moments of the history of its surroundings.

Keywords: history built, image theory, performance and narration; processes of creation and authorship (auto) biographie.

O OBJETO DE PESQUISA

O artigo que se segue toma o edifício da Fundação Iberê Camargo (instituição museológica, Porto Alegre, RS, const. 1998-2008) como objeto de pesquisa¹. O objetivo é a compreensão de seus espaços a partir de conceitos da imagem, performance e narrativa. Considerando insuficiente buscar sentidos somente nas leituras e interpretações dos documentos escritos e de natureza projetiva (fachadas, plantas) buscamos a noção de performance como contribuição ao processo hermenêutico. Ao

¹ O edifício da Fundação Iberê Camargo é emblemático: construído em dez anos (1998-2008), abriga uma instituição museológica que tem como função principal a gestão patrimonial do artista gaúcho Iberê Camargo (1914-1994). O edifício é a concretização do desejo do artista em construir um memorial em seu nome; embora postumamente, ele consegue se tornar imortal através das ações do mecenato contemporâneo, que resultam na alocação de recursos de leis de incentivo (via redução fiscal) para a construção da sede da instituição. O português Álvaro Siza, conhecido pela autoria de outros espaços museais, como o Museu Serralves e o Museu de Santiago de Compostela, é o arquiteto contratado para o projeto da nova sede. Com este projeto, ele inova em uma abordagem preservacionista no terreno, criando uma arquitetura expressionista marcada pela arte e tecnologia. O terreno ocupado pelo edifício, considerado difícil, mas com uma vista impressionante, nas próprias palavras de Siza, lhe permite sonhar. Assim, surge, às margens do Guaíba, um edifício de concreto branco com área total de 9.363,59m², que se desenvolve em dois volumes, sendo um deles com cinco pavimentos, que integra as salas de exposição, o auditório, com recursos audiovisuais, a recepção e o átrio. O outro “bloco” se desenvolve em 02 pavimentos, concentrando usos complementares, como ateliês, administração, sala de reuniões, biblioteca. Paralelo ao corpo principal do museu, sob a avenida Padre Cacique, desenvolve-se um estacionamento para 93 veículos e a área técnica. O edifício integra o contexto de formação do Mercosul e de invenção de instituições culturais que acompanham esse processo. O edifício contribui para a legitimação da cidade de Porto Alegre como capital cultural, uma antiga reivindicação da sociedade em se criar um polo cultural na cidade, projeto há muito tempo idealizado pelos profissionais da cultura, mas não concretizado por falta de apoio político e financeiro. Nos anos 90, em função de uma iniciativa promovida pela lei de incentivo fiscal estadual, a capital assiste ao surgimento simultâneo de duas instituições culturais, que devem ser analisadas em conjunto, visto que mudam o cenário das artes no estado do Rio Grande do Sul: a Fundação de Artes Visuais do Mercosul - criada para organizar a Bienal de Artes do Mercosul, com pretensões de se equiparar a outras bienais sul-americanas, como a Bienal do Fim do Mundo, na Argentina, e a Bienal de Arte Contemporânea, de São Paulo -, e a Fundação Iberê Camargo, instituição que tem como projeto ser um novo paradigma institucional museológico, ou seja, busca se enquadrar no que se denomina “modelo contemporâneo de museu”. O edifício faz parte, juntamente com outros projetos de grande porte, do projeto de requalificação da cidade de Porto Alegre, que busca equipará-la às cidades contemporâneas que investem em grandes arquiteturas, como Bilbao, Barcelona e Dubai. O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade divide a orla do Lago Guaíba em 19 setores, sendo que, para a Fundação Iberê Camargo, é destinado um terreno no setor 7, na região centro-sul da cidade, contíguo a dois dos projetos mais polêmicos das margens do lago, o *Gigante para Sempre* (complexo que integra o estádio do Esporte Clube Internacional) e o projeto *Pontal do Estaleiro* (complexo que integra torres comerciais, marina, praça, torre residencial). O edifício faz parte da estratégia urbanística no processo de metropolização da cidade e de criação de novas centralidades, um plano político-econômico da malha urbana, que posiciona este e outros projetos como peças de uma *bricolagem* urbana.

longo do tempo a arquitetura tem sido capaz de oferecer muito mais do que uma solução técnica para uma necessidade pragmática: com seu próprio universo de discurso, seu significado se encontra além da epiderme do edifício. Sua realidade é infinitamente complexa, fruto de sua relação com a história e a cultura. O reconhecimento de que a *arché* arquitetônica não é apenas uma equivalência semântica, ao contrário, ela ocorre na experiência espacial, sugerimos que a arquitetura se assemelha ao campo das artes da literárias: o significado de um romance é inseparável da experiência do próprio romance. Portanto, a circunscrição dos fundamentos epistemológicos da disciplina exige a compreensão do objeto arquitetônico enquanto *experiência*. Portanto, sugerimos uma análise que inclui a performance - no edifício, e do edifício. Este se atualiza nos processos enunciativos que implicam e derivam de uma dimensão performativa - na inserção do corpo edificado no território e em seus diversos tipos de uso (de apropriação do espaço).

Nesse sentido, chamamos a atenção para o conceito de *Performance (In)Doors/(Out)Doors*. A *Performance (In)Doors/(Out)Doors* propõe a reflexão sobre de que maneira o espaço funciona como modo de afecção e provocação para o movimento, de uma arquitetura performática (performativa), que adota o sentido dos mapas cognitivos e afetivos (Giuliana Bruno, 2007) e do sentido de *comissuras* (Kristine Stiles, 1998). Há o comprometimento entre as ações performáticas, e os objetos e significados que delas derivam: há, como o conceito de *comissuras* propõe, o encontro entre partes - o corpo e o espaço -, situações ou realidades. Os significados surgem na medida de uma experimentação háptica, aquela que aborda o espaço como um mapa de itinerários, abrindo novas camadas de interpretação.

A arquitetura permite pensar na provocação entre o corpo do edifício e o corpo 'da' e 'na' cena (do terreno, da paisagem e da cidade), gerando desafios aos modos de se pensar o corpo e o movimento num jogo entre interior e exterior (INDOORS, OUTDOORS), surgindo daí novas visualidades, e formas oníricas e fantasmáticas. Cada espaço se abre em múltiplos *plots* dramáticos, e neles faz-se do incidental, um modo constelacional, abrindo-se rumo aos passados e aos futuros, em formações aleatórias e elípticas que abrem e fazem fulgurar significações. No plano fantástico ou fantasmal,

o Grande Corpo do Edificado é a apresentação-presentificação imagética não necessariamente de uma fenomenologia (o fenômeno construtivo propriamente dito, a descrição fenomênica do processo de edificação) e tampouco há uma garantia de que a imagem nos conduza diretamente ao plano estrutural, sendo fantasmal ou autônoma em relação a ambas as dimensões. O que se presentifica no corpo-imagem são dimensões arcaicas e outras temporalidades não hegemônicas ou dominantes, princípios não-estruturantes do edificado, mas ordenações e flutuações de cunho estético. Assim, uma construção tecnologicamente contemporânea pode estar mergulhada em passagens estéticas de outros tempos recalcados (nossa pesquisa considera o que Freud denomina *Unheimlich* - ou o estranho familiar² -, em diálogo com a perspectiva da *dobra*, de Deleuze, e do traço, de Derrida).

A *dobra* (Deleuze, 1991) se torna uma ferramenta teórica útil, já que buscamos uma forma específica de abordar o espaço. A dobra exprime tanto um plano subjetivo quanto o processo de produção desse plano, ou seja, ela revela propriamente o caráter

² “Este termo resulta do artigo “Das Unheimliche” (1919), de Freud, que aborda numa perspectiva psicanalítica a estética presente na obra de E. T. A. Hoffmann. *Das Unheimliche* é o terror que remonta ao que é desde há muito conhecido e ao qual se está há muito acostumado. Sendo o contrário de *heimlich*, conhecido, familiar, que provoca uma sensação difusa de medo e de horror. Contendo *heimlich* igualmente o significado de em segredo, escondido, o efeito do *unheimlich* surge, quando o que deveria ficar oculto sobressai. *Unheimlich* é algo de *heimlich*, *íntimo-estranho*. Na obra de Hoffmann o efeito do *unheimlich* é conseguido através da utilização do duplo nos seus diversos graus e tipo de formações, como, entre outros, a identificação, a duplicação do eu, a divisão do eu, a troca do eu e o constante retorno do igual nas personagens em sucessivas gerações. Este retorno do mesmo, por aparecer de forma repetida, tem origem numa compulsão, segundo Freud. A repetição que no nosso inconsciente se sobrepõe para além do princípio do prazer às outras pulsões. Sentimos como *íntimo-estranho* o que nos evoca a compulsão à repetição. O pensamento todo poderoso que advém de uma sobrevalorização narcísica e que é próprio de uma fase infantil do desenvolvimento individual, encontrando o seu correlato no animismo e pensamento mágico dos povos primitivos, deixou em todos nós resíduos que se evidenciam sempre que temos a sensação do *íntimo-estranho*. Partindo da validade da afirmação na teoria psicanalítica que cada afecto se transforma em medo através do recalçamento, então, por entre os casos de medo, haveria um grupo, no qual fosse possível demonstrar que se trata do retorno do recalçado. Esta espécie de medo é a inquietante estranheza. Assim, a inquietante estranheza acontece, quando convicções primitivas e já ultrapassadas parecem reconfirmadas ou quando complexos infantis são reativados. O prefixo *un* da palavra *heimlich* é a marca do recalçamento. O efeito do *unheimlich* é atingido na ficção quando o autor se situa aparentemente no campo da realidade, ou, não esclarecendo o seu ponto de partida, extravasa para o mundo do fictício, induzindo em dúvida e enganando o leitor. É condição, que o leitor se tenha posto por dentro da personagem que vivencia a inquietante estranheza, sendo esta mais resistente, quando proveniente de complexos infantis recalçados”. Dicionário de Carlos Ceia.



coextensivo do dentro e do fora. A *dobra* abre caminho para se pensar forças que escapam das armadilhas do poder, ou do conhecimento instituído. Ou melhor, é a partir do próprio espaço do poder que emerge uma potência de subversão, de um Fora que é sempre sua resistência. A *dobra* possibilita ultrapassar fronteiras instituídas, desalojando as certezas e os códigos representativos que unificam a “escrita” institucionalizada, abrindo caminho para diferentes reflexões (por isso, ela admite a revelação do estranho no edifício).

O conceito compreende o que Deleuze denomina “obra infinita” (o labirinto borgeano, o leque, a curva de Koch), permitindo o surgimento de novas visualidades. Cada espaço se abre rumo aos passados e aos futuros, em formações elípticas que abrem e fazem emergir significações. Chega-se, assim, à noção de multiplicidade, que não é apenas o que possui muitas partes, mas – a partir da própria etimologia da palavra, oriunda do termo latino *plicare* – o que é dobrado de diversas maneiras (Deleuze, 1991, p. 13-14).

O plano refigurativo admite este ato operatório, pois o edifício da Fundação Iberê Camargo apresenta uma estética de múltiplas facetas, fragmentos justapostos, que permitem a combinação de diferentes narrativas, de acordo com cada lance produzido pela *performance*. Os fragmentos constituem um *puzzle* de elementos advindos de diferentes contextos (reforçando a construção da obra *ad infinitum*), uma estrutura móvel, em expansão e recriação contínua. Os espaços são governados pelo princípio da metamorfose³, com suas perspectivas cambiantes e diferentes recursos de *trompe l’oeil*. Assim, na condição de signo de memória, a arquitetura é marcada pela ambiguidade quanto à reinscrição do passado, que aparece como a repetição em diferença. O edifício condiciona uma nova relação da obra com o passado histórico, uma nova concepção da memória como *rememoração* e *interpretação*. Assim, o edifício da Fundação apresenta imagens rememoradas, da lembrança, e também imagens alucinadas – fantasiosas, fantasmiais. Uma mesma imagem pode ser submetida a diferentes regimes de funcionamento da visualidade. Em outras palavras, tudo já se encontra

³ Deleuze busca a alegoria da casa barroca, repartida em dois andares, para ilustrar a relação de *sobreimpressão* entre o material e o imaterial nos fenômenos. Para o Barroco, a alma é projetada no corpo, sendo dele inseparável e mantendo com ele uma relação complexa (o que é propriamente barroco é a distinção e repartição de dois andares. Conhecia-se a distinção de dois mundos em uma tradição platônica. Conhecia-se o mundo de inúmeros andares, composto segundo uma descida e uma subida que se enfrentam em cada andar de uma escada que se perde na eminência do Uno e se desagrega no oceano do múltiplo: o universo em escada da tradição neo-platônica. Mas o mundo com apenas dois andares separados pela dobra que repercute dos dois lados segundo um regime diferente, é a contribuição barroca por excelência.

escrito, como em uma biblioteca infinita de J. L. Borges, mas cada revelação depende do ato performativo. Vejamos:

O CORPO-MONSTRO.

Em arquitetura, costumamos pensar o edifício como sendo um corpo – “o corpo do edifício”. No campo do (*Out*) *Doors* observamos no edifício da Fundação Iberê Camargo a marca de um corpo tal como o acentua Bakhtin (2010) em seus estudos sobre a dramaturgia medieval-renascentista⁴. Um pequeno espaço se encontra acentuado e invertido pela instalação de uma forma que gera os efeitos de um gigantismo e monumentalismo desequilibrado, apontando em diferentes direções, instalado ali, nas condições limitantes para o seu crescimento. O personagem monstro – figura teratológica da dramaturgia da terra – promove não apenas a transformação do tempo em espaço para o movimento, como também instaura um estado de permanente instabilidade, uma *Duração* (a duração como estado da eterna mudança do *bergsonismo*). Assim, a forma teratológica ganha em suas tecnologias e em sua estruturação, um esqueleto móvel e dinâmico e convoca a pensar na instável direção do tempo na arquitetura.

O “corpo” da Fundação Iberê Camargo é comparado, por Siza, a um “*bloco cataclísmico estendendo-se pelo tórax de uma forma grávida*”, que é apresentada com “*tendões fraturados de algum monstro calcificado*”. (Siza *apud* Frampton, 2008, p. 95). O “monstro” é um convite para a compreensão do edifício dentro do círculo hermenêutico, uma vez que acena para novos métodos exploratórios de perceber a história, a história da arquitetura, e a história da representação humana. Diante do monstro se está diante de um momento cultural, ligado a uma lógica de mudanças, “*o monstro aparece, de forma notável, em épocas de crise*”, é interrupção do tempo linear. Para Cohen (2000), a figura do monstro é sempre um deslocamento; ele aparece no momento da convulsão que o criou, somente para ser lido: o *monstrum* “é aquele que revela”, “aquele que adverte”. O monstro é a *différance* de Derrida.

⁴ *Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

O monstro é a expressão de certo modo de representação na história, um conhecimento do discurso humano, “*um discurso que é mais sagrado na medida em que ele surge de Fora*”. Para entender o personagem monstro, ou perceber o que aparece por trás dele é preciso pensar em tudo o que reprime e é reprimido. A figura do monstro não esconde, na verdade *dramatiza* o monstro real como sendo a “ideologia dominante”, por isso o monstro é ao mesmo tempo, corpóreo e incorpóreo, e sua ameaça é a sua propensão a mudar.

O monstro está por trás de todo um modo cultural de ver (e criar em arte e arquitetura), ele reside em um lugar que pode estar simultaneamente longe e próximo de nós. A dialética que reside no termo “estranhamente familiar” (*Unheimlich*) - a repulsão e a fascinação com o estranho, o monstruoso - revela como as “aparentes certezas” da representação em arquitetura são tomadas pelas operações do desejo e do terror. O personagem monstro da Fundação Iberê Camargo, portanto, está ligado ao conceito do estranho, interpretado por Todorov (1973) como *fantástico* na literatura, e por Fuão (1999), como *fantástico* na arquitetura. Por isso, ele aparece e é percebido – como o percebe Siza -, na duração de uma hesitação, como um monstro às margens do Guaíba.

As obras fantásticas, em contraste com a ilusão de conhecimento e coerência do realismo, trazem uma natureza ilusória e incerteza cognitiva. No edifício fantástico, o real e o irreal se imbricam e deixam transparecer um índice de algo inadmissível. Há uma singularidade em sua aparência, na qual o misterioso salta à vista e ativa nossos sistemas referenciais sobre o mundo. Há, sobretudo, tempos espacializados que fazem com que pensemos em passado e em futuro.

O monstro é um *sintoma* (Didi-Huberman, 2000), faz emergir estruturas latentes e fundantes que atravessam a obra involuntariamente, interrompendo a normalidade e a ordem das coisas. O monstro é o que sobrevive enquanto gesto de memória, é a própria abertura da imagem em sua relação com a história, é fragmentação, crise, interrupção do

tempo linear, revelando uma multiplicidade de tempos. Pensamos no monstro também como *traço* (Derrida), aquele que convoca o fantasma⁵.

Pode-se dizer, então, que o corpo do edifício constitui uma narrativa dupla: uma que descreve como o monstro pode ser e outra — seu testemunho — que detalha a que uso cultural o monstro serve. Antes de buscar decodificar quais as ansiedades sociais e psíquicas reprimidas na figura do monstro, é preciso saber como a narrativização da fantasia produz este monstro. Vejamos:

AS CAVIDADES DO CORPO-MONSTRO: O LABIRINTO

⁵ A noção de desconstrução de Derrida (1995, 2004) nos permite redimensionar os sentidos do edifício, uma vez que acena para noções de espaço e tempo em que o devir da obra se circunscreve, ou seja, há um campo com temporalidade própria que a escritura possibilita acessar. A desconstrução sugere que nos binarismos (racional x irracional, corpo- homem x corpo-monstro), o termo e seu outro são coparticipantes do significado: na relação entre os opostos está o processo gerador do sentido. O fantasma da monstruosidade estabelece uma dinâmica da desordem, confundindo as categorias de hierarquia, diferenciação e similitude que constituem a natureza da ordem (monstruosidade x humanidade, natureza x cultura). Com a desestabilização da superioridade de um dos termos, não acontece uma simples inversão, mas uma oposição, um transbordamento que dá oportunidade para o surgimento de outra voz – uma voz média, ou um terceiro termo, um ato -, que, a partir de si, recria o quadro, o desloca, quebrando a dicotomia (1995, p. 37).

A impressão (*empreinte*) é a referência temporal do traço. E o traço puro, para Derrida, é a *différance*. O traço é algo que fica da passagem da coisa. Embora totalmente arbitrário, no sentido de que não figura, não representa, ele é a origem de toda e qualquer significação. Não figura, mas sugere uma relação de figuratividade: é a partir dele, como uma pegada de animal, que se pode, pela forma do sintoma, saber de qual animal se trata. A metáfora e a metonímia são indispensáveis porque esclarecem o sentido do traço em geral, e por consequência, o sentido da escrita visível. Não é uma simples manobra de metáforas, no sentido de fazer alusão ao desconhecido através do conhecido. Mas é uma pegada que acessa o *fantasma* que está à espreita.

Os fantasmas aparecem como signos que rodeiam a cena psíquica da escritura, sendo permanentemente reinscritos e transcritos em outros termos. Isso se dá na relação entre consciência e inconsciente. O fantasma é inseparável ao antagonismo da imagem enquanto visibilidade de uma presença que não se vê diretamente, mas que está lá, cingindo o fenômeno, naquilo que, a partir do visível, imagina-se, projeta-se, segundo o que nele se quer ver. Esse caráter imaginário do fantasma acompanha-se de uma temporalidade específica: o que doa valor de presença à presença não se situa na mesma dimensão temporal do fenômeno visível, e sim, preexiste a este, espreita-o sem ser visto, constitui-se como ameaça contínua de entrar em cena, de re-aparecer ao lado do visível ou de fundir-se a ele: é uma virtualidade. O fantasma seria a repetição de uma aparição mais originária. Por relações de semelhança, a figuração evoca uma percepção prévia, que, todavia, não se constitui por si como presença perceptiva⁵.

A desconstrução tem como objetivo reconhecer o fantasma como “alteridade radical”, trata-se de desmontar, des-sedimentar, no interior da leitura da escritura, o fantasma que ali habita e que ameaça passar despercebido. Isto é a escrita. É a “complicação primária”: espaçamento, *différance* e apagamento originário de uma origem presente. Por isso, a sugestão de se pensar a monstruosidade como fantasma que habita o corpo do edifício. A ideia de repressão aponta para o sujeito. Se é que ele existe, não passa de simples inscrição, é pura exterioridade.

Frampton (2008, p. 95) assinala que o edifício da Fundação Iberê Camargo se parece com um bloco erodido, e as rampas, com suas formas sinuosas internas e seccionais externas, “levam a metáfora do labirinto até os seus limites”: a espiral desfigurada mostra o sentido labiríntico que ocorre no jogo do “agora você vê, agora você não vê”, com uma poética visual e uma dinâmica de surpresas ao longo do caminho de reconhecimento do percurso do museu, principalmente quando é possível, através de aberturas que lembram escotilhas, ver a paisagem do Lago Guaíba. Neste edifício as rampas também não se destinam à exposição, sua função é de circulação entre as salas expositivas, cujas formas e dimensões são diferenciadas e flexíveis.

Refletir sobre a relação do espaço do museu como um labirinto, é pensar mais em uma ‘sensação’ de desorientação do que propriamente na experiência de se ‘perder’ no espaço. Perder-se tem uma conotação muito mais simbólica do que física. Observando o espaço, é possível notar que não há apenas um único centro como meta a cumprir, e sim muitos centros. Mas a sensação de desorientação é provocada mais pelos planos sobrepostos dos pavimentos, as soluções de linhas verticais e horizontais que criam uma complexidade visual, e pelas surpresas das entradas e saídas das rampas, onde o visitante não tem a percepção do todo, não sabendo como irá chegar ao próximo nível. Uma ilusão labiríntica. A real importância do labirinto nesta experiência espacial é o efeito de esconder a parte seguinte, uma solução que ganha maior intensidade pelas pequenas dimensões dadas às rampas fechadas, que se assemelham à *fingers* de aeroportos.

Os mecanismos de desorientação que aparecem nesse curioso “labirinto” trazem à tona o conceito de *Unheimlich* – ou o estranhamente familiar, para se usar o termo de Freud. A respeito do estranhamente familiar, Fuão (2008) comenta que os mecanismos que passam do sentido ao não-sentido podem ser vistos através de um estudo sobre a orientação:

Didi-Huberman em sua obra “O que vemos, o que nos olha”, nos explica que Freud propunha ainda um último paradigma para explicar a inquietante estranheza: a desorientação, experiência na qual não sabemos mais exatamente o que está diante de nós e o que não está; ou então se o lugar para onde nos dirigimos já não é aquilo dentro do qual seríamos desde sempre prisioneiros. Propriamente falando, o

estranhamento inquietante seria sempre algo em que, por assim dizer, nos vemos totalmente desorientados (Fuão, 2008, p.1).

O *Unheimlich* também desestrutura a lógica do que se denomina topologia do sentido, quando apresenta no espaço uma reação contra a formação do sentido em arquitetura, ligada à perspectiva e sua representação em profundidade, sua “linguagem”. A arquitetura, que desde o Renascimento usa esse modelo como concepção do espaço (oposta à representação medieval), agora é indagada por outros modos de ver.

Portamos o espaço diretamente na carne. Espaço que não é uma categoria ideal do entendimento, mas o elemento despercebido, fundamental, de todas as nossas experiências sensoriais ou fantasmática” (Didi-Huberman, 1998, p. 246).

O *Unheimlich* encerra uma oposição, uma duplicidade que traz à tona a afirmação de que o estranho não é tão somente o desconhecido, mas algo familiar e há muito estabelecido, que se ocultou pelo processo de repressão. É o duplo ameaçador que, tal como afirma Freud acerca da religião, transformou deuses em demônios. Há um “outro” na arquitetura contemporânea que desafia a perspectiva e o modo de ver. Contudo, o *Unheimlich* deve ser distinguido do horror e dos sentimentos fortes relacionados ao temor, visto não estar presente em tudo o que parece estranho, pois é oposto ao distorcido e à caricatura que, por seu exagero, recusa-se a provocar o medo. Ele surge das coisas familiares, que se tornam inesperadamente estranhas, representam um questionamento dentro da lógica social, e emerge dessa ordem para questioná-la. É justamente com base nessa premissa que somos tomados pelo estranhamento no labirinto de Siza.

Quando falamos do labirinto, pensamos mais de uma construção de ordem visual do que propriamente de percurso. A questão que se coloca neste museu é se o labirinto está determinado *a priori* ou se é espaço-tempo construído a cada passo: o labirinto é uma produção espacial dada para ser acessada e assimilada ou é uma experiência que se constrói no processo da visita? A metáfora do labirinto da qual nos fala Frampton nos auxilia a ir em direção à dimensão da experiência ((*out*)doors, (*in*)doors). Em outras palavras, a visita é que garante uma experiência labiríntica. O espaço dispõe de

possibilidades, abertas às demandas do visitante. Como um terreno de sinuosidades e pluralidades visuais que possibilitam diferentes formas de construção de textualidade, que vai além da estrutura linear de ler e perceber. Sendo assim, o labirinto não está pronto. Ele é um espaço que se desdobra diante dos passos de quem o explora. A experiência com o labirinto é o caminhar, e quem faz o labirinto é o visitante. Sem ele, não existiria ‘sua’ experiência de arquitetura; o espaço projetado por Siza é um terreno que se desdobra diante de seus passos e dos livres trajetos. Trata-se de um movimento, de uma reação de um corpo sobre outro: o corpo do visitante e o corpo do labirinto.

L'INTERNO DELLA RAMPA INSOLITA

Há uma forte “presença” do Museu Guggenheim de Nova Iorque (construção 1943-1956, inauguração em 1959), de Frank Lloyd Wright – no projeto da Fundação: “Eu diria que o museu se assemelha ao Guggenheim de Nova York, a diferença entre ambos é que no Iberê Camargo as rampas são independentes dos pisos onde se dão as exposições” (Siza, em AU n.113, 2003, p. 62). No museu de Wright, a rampa branca e contínua que percorre todo o edifício é o ponto alto e o que dá forma ao projeto – e já é o espaço expositivo propriamente dito. Na Fundação Iberê Camargo, ao contrário, com forma assimétrica, ela se distingue por entrar e sair do corpo do edifício, sendo parcialmente interna e parcialmente externa, criando um percurso dinâmico, em uma “sugestiva” *promenade architecturale*. Ali ela não se destina à exposição, sua função é de circulação entre as salas expositivas.

A visita de forma descendente é a proposta do museu de Siza e de Wright, no Guggenheim. Contudo, a experiência da *promenade* de Siza não poderia ser mais diversa. No projeto de Wright não se perde de vista o vão central que percorre todos os pavimentos. No projeto de Siza são raros os momentos em que nos são permitidas visões globais, portanto, há uma contraposição ao projeto de Wright. E em termos de percurso o sistema de Siza implica experiências muito particulares.

A sensação nos interiores das rampas-sacadas é desconcertante. Os espaços são estreitos, o pé-direito baixo, o silêncio só é interrompido pelos passos dos visitantes.



Cada pisada provoca um som “oco” característico do contato com o piso de madeira. Algumas janelas estrategicamente posicionadas possibilitam visualizar o exterior, em visadas pontuais. Há uma sensação de isolamento completo. E interrupção do fluxo. Intervalo. O espaço fechado da rampa provoca um distúrbio, uma sensação diferente das que até então foram informadas pelos outros espaços do museu: é “o espaço absurdo”. Há um corte sintomático na *promenade* modernista, que reflete um pensamento específico em arquitetura. É a desconstrução da noção de *continuidade*, que é um dos fundamentos básicos da noção de experiência arquitetural da corrente mais hegemônica do movimento moderno. Essa noção liga o modernismo arquitetônico ao pensamento científico e filosófico da época, centrado na interdependência entre visão, movimento e conteúdo da consciência⁶.

A característica principal da *promenade modernista* (e a de Le Corbusier) é a de ensejar uma experiência marcada por encadeamentos fluidos e contínuos, um dispositivo análogo ao fluxo da consciência que, imersa no tempo e no espaço da realidade fenomênica, opera uma síntese de visadas jamais desconexas. A experiência do espaço, nesse sentido, é articulada a um bem-estar inteligível e consciente proporcionado pela continuidade - correspondente à coerência e unidade intrínseca da forma, e a ordenação na experimentação da paisagem arquitetônica. A *promenade* propõe um andar ordenado e pré-definido em projeto, estabelecendo uma pluralidade de visadas possíveis, em pontos de vista estratégicos, essenciais para uma flutuação controlada da interpretação.

A *promenade* de Siza opera por interrupção de fluxo. O edifício da Fundação Iberê Camargo demonstra que é na *descontinuidade* e *desconexão* que o arquiteto encontra o aspecto verdadeiramente inovador de seu projeto. O deslocamento da rampa externa, suas características estruturais e materiais, apresentam uma descontinuidade e

⁶ Aqui tratamos se trata de uma relação entre arquitetura e o pensamento filosófico da virada do século, de autores como Henri Bergson, que afirma que o dado crucial do processo da consciência se dá na forma de uma fusão de instantâneos, os quais adquirem um aspecto de continuidade e movimento. O processo da consciência se dá na forma de uma “narrativa visual integrada”, com seu “fluxo constante de imagens tematicamente interligadas”. A continuidade da experiência visual é, nesse sentido, reveladora do próprio processo da consciência. Um processo que revela os mecanismos cerebrais que conferem coerência à percepção.

desconexão da narrativa visual proposta no restante do edifício, provocando uma sensação perturbadora do estado da consciência, que agora é tomada pelo descentramento, dessituação e instabilidade. Essa sensação é ampliada pela experiência que o silêncio do interior do túnel provoca. O isolamento dos ruídos externos articula a experiência e o entendimento do espaço, que uma vez analisado também pelo ouvido se torna uma cavidade esculpida diretamente no interior da mente; “*uma experiência poderosa de arquitetura silencia todo o ruído externo, ela foca nossa direção e nossa própria existência, e, como se dá com qualquer forma de arte, nos torna cientes de nossa solidão original*” (Pallasmaa, 2010, p. 49). As experiências mais tocantes relacionadas ao silêncio em arquitetura nos ligam momentaneamente ao arcaico e ao eterno. Eis o fantasma.

O deslocamento que a rampa provoca se assemelha à experiência da escultura surrealista, uma sensação de se estar desligado momentaneamente das regras construtivistas da escultura moderna (Leonídio, 2010). No edifício da Fundação, há uma abertura na superfície contínua da realidade: as rampas em balanço, deslocadas do edifício, fazem parte do espaço real e ainda assim estão apartadas dele. A sensação é a da coexistência paradoxal e enigmática entre interioridade e exterioridade, uma vez que o vazio que envolve as rampas do edifício, pode ser sentido, de algum modo, como um vazio sólido. A sensação que a rampa desperta, é a de distúrbio, próprio da consciência de um fracasso do não entendimento do espaço: estamos fora, mas dentro, ou seja, estamos em uma dobra (o trompe l’oeil). O que se apresenta como lugar de maior externalidade ao edifício é também experimentado como a máxima interioridade. O vazio existente entre o plano virtual que encerra a fachada norte e o plano sinuoso que se desenvolve a partir dele é a matéria que envolve e sustenta as rampas sacadas. É o vazio do absurdo, oposto ao vazio moderno, cuja função é permitir a plena visibilidade e a continuidade fluida entre interior e exterior. Como se percebe, o fantasma do vazio contemporâneo de Siza não é o cheio, mas um outro vazio, opaco e intransponível – a dobra.

Nesse momento o edifício revela as operações do fantástico e da *dobra* (Deleuze): a aparição do insólito, que não tem êxito ao inserir-se nos modelos existentes

de regularidade, chega às vezes a mostrar-se uma força mais potente que estes próprios modelos, capaz de desestabilizá-los e de transformá-los, de desestabilizar e transformar por uma beleza subversiva, até criar novas conceitualizações. A palavra para definir o fantástico, segundo Todorov, é o insólito. É ele que se manifesta e perturba as informações preestabelecidas do mundo real. O autor de uma obra fantástica cria sempre um quadro realista de modo que o leitor possa fazer uma correspondência com o mundo onde vive. Neste cenário entra em cena o elemento insólito. A sua intrusão (sua territorialização, para se usar o termo de Deleuze) questiona a validade das normas estabelecidas e desconstrói o quadro realista elaborado com o objetivo de lhe interrogar ou mesmo contestar. O acontecimento fantástico é apenas uma dobra nas infinitas possibilidades da realidade.

O MONSTRO, O UNHEIMLICH E O EDIFÍCIO.

Muitas arquiteturas recentes operam uma ruptura da longa tradição de corporificação antropomórfica clássica, com consequências na representação no presente. A distorção e a desmaterialização do objeto arquitetônico acompanha um progressivo distanciamento entre o corpo e a edificação e, por conseguinte, provoca o questionamento da existência do sujeito centrado, unificado e homogêneo da tradição humanista. Com a Fundação Iberê Camargo, Siza propõe a reinserção do corpo na arquitetura, mas de forma diferente da tradição humanista: ele agora é parte mutilado e parte em fragmentos, aparece de forma ambígua, externa e internamente.

O edifício confirma a tendência contemporânea da concepção da arquitetura a partir de uma noção mais complexa do belo, aquela que inclui o feio (ou o estranho), ou uma racionalidade que contenha o irracional, em uma visão que define a natureza como o “outro”. O edifício é um exemplo de expressividade que opera na evocação do *estranho familiar*: O *unheimlich* – ou o *estranho familiar* - desestrutura e desestabiliza as noções tradicionais de centro e periferia, uma vez que as coisas feitas de modo estranho questionam o que é hegemônico: o monstruoso aparece como uma forma de

“transgressão” das ilusões compensatórias da beleza, da graça e da razão (e da razão em arquitetura).

O objeto arquitetônico não precisa parecer feio ou aterrorizante para despertar a sensação de estranheza, uma vez que agora é a distância entre sujeito e objeto, a impossibilidade da posse, que provoca a ansiedade da compreensão. E é no estranho que se atinge a substância do indizível, o supostamente não-natural. A imagem de um eu aparentemente coerente a reprimir o irracional - o diferente - recusa a fragmentação da subjetividade, que é uma implicação das ideias de inconsciente e repressão. Neste caso, o excesso e a irracionalidade são úteis já que permitem conceber o não-apresentável. A apresentação da monstruosidade no edifício demonstra o que está latente em nossa experiência com o espaço, há algo inominável que toma conta, e faz com que todas as abstrações se tornem insuficientes à sua compreensão.

A imagem - monstro designa uma rede híbrida e frouxa de significação, a natureza teratológica sugere um corpo maleável que é capaz de assumir estados variáveis. Como afirma Cohen (2000), o monstro sempre escapa porque não se presta a uma categorização fácil. Por sua limiaridade ontológica, aparece em épocas de crise epistêmica, como uma espécie de terceiro termo que problematiza o choque entre extremos, ou seja, ele aparece e questiona o pensamento binário introduzindo uma crise. É o “suplemento” *derridiano*, que desestrutura a lógica bifurcante do binarismo, e transforma o “isso ou aquilo” em “isso e/ou aquilo” (Cohen, 2000, p. 30-31). O monstro é qualquer tipo de alteridade inscrita através do corpo monstruoso, uma diferença que ameaça o aparato cultural por meio do qual a individualidade é constituída e permitida. Por isso ele sempre volta para encenar o drama da satisfação do desejo, demarcando fronteiras que reforçam o sistema de relações da cultura, ou seja, a imagem-monstro encerra o *interdito* e demonstra o limite que não deve ser ultrapassado. Por meio dele são possíveis fantasias de dominação e inversão, em um espaço claramente delimitado, mas permanentemente situado em um ponto de limiaridade. Por isso o monstro atrai e sempre ameaça retornar.

ARQUITETURA DOS DEVIRES.

Os fantasmas anunciam o que está lá desde sempre: o edifício atrai o olhar como uma espécie de ponto de fuga de significações, sua distorção acena e revela, de algum modo, aquilo que Deleuze e Guattari (1992, 1995, 2007) denominam registro de *devires*: ao criar, Siza entra em processo de *devir*, captando e absorvendo o mundo. Nessa assimilação, insurgem pré-individualidades e singularidades anteriores a toda a forma de sua constituição como indivíduo ou sujeito. O devir é um fenômeno que diz respeito ao mundo dos *afectos* e dos *perceptos* puros, onde a vida surge como vida imanente e emancipada da subjetividade, uma vida independente das existências pessoais. No devir os *afectos* e os *perceptos* existem por si, como potências.

O arquiteto-artista Siza, em meio à sua arquitetura, é aquele que entra em processo de devir, aquele que encontra e se junta ao mundo, que se entrelaça à Natureza, que entra numa zona de indiscernibilidade com o universo. Pode-se dizer que há um “espírito” habitando *aquela* corpo, um traço em particular. Um “traço que é tratado como a sombra de seu dono”. Há uma memória em forma de devires, sem, no entanto, ser um retorno ao estado primitivo da vida. É, antes de tudo, a sua recriação. O objetivo da arte - e da arquitetura enquanto arte - é extrair esse “*bloco de sensações*” (Deleuze & Guattari, 2007, p. 217). O que a “arquitetura-monstro” territorializa é um composto de *sensações* marcado pelo entrelaçamento entre o homem e o animal, o homem e a natureza, e o homem e uma natureza que também inclui o artificial. Siza cria, recria e deriva sintomas, e mostra como a potência do devir é registrada por uma dimensão estética.

Tal como afirma Deleuze (1991), todo objeto, bem como todo indivíduo ou toda singularidade, possui duas metades impossíveis: a metade virtual e metade atual. É na região virtual onde encontramos todas as facetas sub-representativas, a-subjetivas e pré-individuais, enquanto campo problemático da Diferença. Assim, podemos pensar a multiplicidade como realidade substantiva, uma dimensão do ente que pertence ao atualizado, e uma dimensão potencial enquanto Ser que pertence ao virtual. Assim, a imagem-monstro assinala o ser enquanto *virtualidade*, a arquitetura da Fundação marca a semelhança entre o humano e animal a partir de uma metamorfose: o *afecto* não opera um retorno às origens como se a reencontrasse, em termos de semelhança, a existência

de um homem primitivo sob o civilizado. Mas o edifício levanta a questão do Outro: o híbrido pode funcionar como um *alter ego*, como uma projeção do eu (um Outro eu). Esse eu, que vive ao nosso lado, é o monstro. Um monstro que aparece como excesso da realidade, com o objetivo de induzir, por oposição, a certeza da necessidade da existência da normalidade humana. Ele é o veneno do homem, mas também o *phármakon*, já que é fugindo dele, afastando-se de seus limites, que o homem torna-se cada vez mais humano. No entanto, o monstro não se situa além do domínio humano: encontra-se no seu limite. O Outro do humano se configura e aparece no intervalo que se situa entre o ego-homem e o animal, o que resulta sempre de uma transformação da humanidade do homem. Esse Outro se apresenta naturalmente no lugar dele, é seu duplo. O edifício, se observado sob essa ótica, apresenta um excesso que garante uma visão multiperspectivada: a imagem-monstro é memória e esquecimento (repressão). O sentido do espaço agora destitui a razão de seus atributos universais, levando à compreensão da condição híbrida do homem. Assim, é possível pensar que o monstro não só espelha a sociedade, como lhe é constitutiva. Ou seja, a animalidade não é algo exterior que reside num lugar além da razão. Ao contrário, a própria razão pode ser considerada como um efeito produzido a partir de um estado que lhe é imanente.

ARQUITETURA DO INFORME, ONDE O DESEJO PODE MORAR.

O edifício da Fundação Iberê Camargo é uma arquitetura do *informe*: nos fantasmas da figuratividade surge o que Bataille denomina “baixa sedução”, que atinge o limite do horror, onde a estética cede à violência do desejo, e recorre à imagem deformada como a recusa no saber de toda significação transfigurada. Na figura do homem subsiste um movimento que excede os limites da razão, que nunca pode ser reduzido senão parcialmente. Esse movimento vive sensivelmente, e se manifesta: há “um “materialismo baixo” [que] procura desmentir o ideal da “Figura humana” [...]” (Bataille *apud* Filho, 2005, p.27). O edifício traz em si um gesto transgressor do clássico acadêmico da mimese antropomórfica: há um poder de deriva, de

deslocamento, de deformação – do *informe*⁷ – que é capaz, sobretudo, de subverter toda declaração de identidade. O tumulto das formas, a “extravagância positiva” daqueles braços quebrados, aparece como princípio de uma deformação que permite romper com as genealogias oficiais e representar a Natureza em sua completude. Os signos da monstruosidade aparecem para demonstrar a antítese entre dois mundos: o regular e o informe. Essa dinâmica - de alguma coisa que subverte o modelo canônico – há consequências, as alterações das formas figuram como principal sintoma de mudanças. Talvez um indicativo de um futuro da arquitetura do *informe*, de uma materialidade insubmissa, onde o desejo pode morar. O edifício faz falar uma voz silenciosa do *pathos*, que transgride a estética imposta pela razão.

O *informe* é a própria operação de transgressão, e se relaciona ao sistema de violência e exclusão, tipos de proibições universais da sociedade. Há um relacionamento entre esses aspectos e o conjunto de condutas da ordem das ideias - que fundamentam o proibido e a transgressão -, com consequências na formação da subjetividade. A experiência interior, as vivências mais diversas e de intensas atividades emocionais, como o erotismo, a contemplação da morte e do horror, dimensionam experiências fantasmáticas e traz sensibilidade para a angústia que funda o interdito, e o desejo que leva a transgredi-lo: “*Derrubar uma barreira é em si algo atraente; a ação proibida toma um sentido que antes não tinha, quando um terror, que dela nos afasta e envolve de um halo de glória*” (Bataille *apud* Martins, 1990, p. 418). O ponto extremo da experiência de repulsa e atração leva a transcender os limites. Bataille afirma que é somente no mal que esculpimos os traços efetivamente humanos de nossa fisionomia. E no mal que se rompe a integridade social, se transborda o erotismo e, através da recusa e criação do real, se alcança o impossível. Por isso, imagens que representam o horror

⁷ O *informe* é um conceito explorado inicialmente por Heinrich Wölfflin. Em seus estudos da Renascença e do Barroco o autor considera que houve uma progressão que transforma a arquitetura renascentista no seu oposto, a arquitetura barroca, através do abandono da ‘rigidez geométrica’ em favor da ‘liberdade formal’: “*Na Itália encontramos uma progressão interessante que vai de um estilo exato para um ‘livre e pictural’, do formado para o informe, um desenvolvimento no qual os povos do norte não participaram.*” (Renascença e Barroco. São Paulo: Perspectiva, 1989, p.26-29). O *informe* de Bataille opera em uma forma que gera uma lógica da contradição, há uma estrutura interna à forma que, quando é trazida à tona, gera o *informe*. Pode-se pensar no *informe* como forma heterológica, (forma dupla) que oscila a alternância e a alteração, mas não a forma deformada.

seduzem o observador, por possuírem um conteúdo que entrelaça o belo e o hediondo, o visível e o invisível. Essa é a poética do absurdo da qual a arquitetura se vale para a construção de um saber.

O edifício marca a experiência do desejo, do horror, e da morte. O horror, aqui, está vinculado ao sentido de negação, do estranhamento do desconhecido que está diante do sujeito (que traz à tona seu repúdio). O sujeito busca o objeto do desejo, que por sua vez responde ou descreve sua interioridade. Nesse exercício, a escolha do objeto é particular a cada sujeito, o importante é o que acontece na reconstrução do ser dentro da consciência. A negação varia conforme a pessoa e nos escapa à razão. A experiência interior é uma livre expressão corporal e mental, que se relaciona à experiência de superação dos limites. Essas experiências afetivas são ilimitadas, pois que escapam a uma ordem cognitiva, não se tem como nomear sentidos. As perturbações internas são o que ocorrem, de certo modo, com o prazer e o desejo, por serem reprimidos pela consciência. A relação que existe entre a perversidade e o erotismo é o que provoca a transgressão da razão – e da razão social. Da mesma forma, é onde ocorre igualmente a subversão, gerando autenticidade ao ser humano, ou seja, a arquitetura é onde o arquiteto Siza consegue se libertar, se desprender e se livrar da tensão da repressão, com ações que são essenciais às suas necessidades. Essas ações significam descartes e aceites de substâncias íntimas produzidas pelo sujeito arquiteto. Por isso o *informe* toca a fragilidade dos limites, a fragilidade da distinção espacial entre o interior e exterior⁸.

CONCLUSÃO

⁸ O *informe* pertence ao que Deleuze e Guattari (1997) denominam “espaço liso”, um espaço livre, sem referências, oposto ao espaço estriado, que por seu turno, é um espaço geograficamente determinado. O espaço liso não é dimensional, é ocupado por eventos, *hecceidades*, mais do que pelas coisas formadas. É um lugar de *afectos*, mais do que propriedades, e é objeto de uma percepção mais háptica do que óptica. O espaço liso é marcado por intensidades que lhe serve de sintomas. É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas. A qualidade principal do espaço liso é a liberdade, uma vez que implica um “*poder de desterritorialização*”. Com o *informe* também coexiste o conceito de rizoma, de erva daninha, invasiva, que nasce em qualquer lugar, nos interstícios, nas margens, nas entrelinhas, nas probabilidades, no deserto, sempre nos meios de conexões de multiplicidades e heterogeneidade de elementos, no Entre (Deleuze, Mil Platês, vol. 5).

No desafio da compreensão do edifício da Fundação Iberê Camargo emerge um plano dos estados artísticos, advindo da proposta deleuziana dos devires (devir-animal e devir-máquina (tecnológico)), que implica uma nova pragmática da subjetividade. A arquitetura expressionista de Siza compõe um nível de intensidades eivado de *afectos* e de *perceptos* destituído de uma individualidade ou de uma subjetividade. Esta sensorialidade é uma composição ritualizada de diversas sensações primárias reunidas, que desterritorializam nosso sistema de opiniões estáveis (de representações), unificado em torno de um determinado contexto (natural, cultural, social, histórico). Siza reinventa uma nova territorialidade, um novo plano, pela reunião de sensações. O edifício provoca aquilo que é essencialmente humano – a alma -, ele re-sensualiza a experiência arquitetônica como uma experiência existencial. A experiência do espaço separa o corpo do pensamento, o espectador quebra a barreira de sua pele e ocupa o lado dos sentidos. A atração pelo corpo-monstro amarra a produção estética: temos o corpo humano, fragmentado e mutilado, que sugere elaborar a discussão do *informe*, que se desenvolve além dos princípios do prazer. Entre os devaneios estão sensações de existência sensível e temporal, até a intensidade da repulsa e do horror.

A arquitetura surge como forma expressiva sobre a qual as reflexões (políticas e das vicissitudes humanas) nascem a partir do intraduzível e do caótico, do visível e do invisível. Este olhar estético se estende ao pensamento de Deleuze sobre o papel da obra de arte, que, possuidora do mais alto grau de verdade, apresenta-se como um signo maior perante a materialidade dos signos que circundam o mundo do pensamento. Ela deve ser entendida como a “diferença última e absoluta”. A arquitetura - enquanto obra de arte -, apresenta-se singularmente, revelando a imaterialidade e a essencialidade absoluta do sentido. Essa singularidade exhibe sempre um começo do mundo, um retorno, em diferença, de elementos únicos e singulares, que perpetuam a recriação, redefinindo um tempo em estado puro. É o que Deleuze denomina “estado complicado do tempo”, “a complicação suprema” (Deleuze, 2010, p.43).

O edifício permite a descoberta de imagens de um tempo enredado na essência. O arquiteto, enquanto artista, se torna o sujeito capaz de redescobrir o tempo no instante de seu nascimento. E a obra, por seu turno, desperta no artista o papel transgressor, uma

vez que a transgressão é, nos termos de Bataille, um movimento da *poiésis* que se abre ao indizível, uma espécie de arrebatamento e erotismo capaz de vislumbrar o impossível, ao mesmo tempo rejeitando e criando o *real*. Siza realiza sua função transgressora e tenta dar ao mundo um sentido, apresentando-se como crítico da sociedade ocidental contemporânea. Ele não apenas representa as relações do homem com o mundo, mas as traduz, as questiona. Essa atitude estética produz uma atitude ética no espaço político. Ou seja, há uma conversão da estética na política, visto ser possível, através da arquitetura, a realização plena de um universo de representações onde se manifesta uma filosofia da experiência e do vivido.

O edifício demonstra uma tendência que questiona a tradição do espaço modernista, e com seu “gesto antropomórfico”, também questiona a tradicional ficção do sujeito humanista. A dinâmica da memória joga em vários quadros de tempo e revela uma obra que pode ser compreendida como símbolo próprio da propensão para o choque e a perturbação. Assim, por trás da monstrosidade está um movimento paralisado, como um devir começado que abortou, está inacabado, mutilado. Os signos da monstrosidade se prestam a anunciar, deixando em aberto os acontecimentos que inauguraram. No futuro se efetuará o que apenas foi em parte formado. A monstrosidade aparece em épocas de crise, como uma espécie de elemento que problematiza o choque entre extremos - como aquilo que questiona o pensamento hegemônico e introduz uma crise. Os monstros desempenham, nesse sentido, um papel político como delimitador de fronteiras. A estranheza parece uma consequência natural de uma concepção da história, da inelutável impulsão do tempo que, enquanto carrega o passado em favor do futuro, está necessariamente incerto sobre o presente. A arquitetura é testemunho de uma pré-história e pós-história, como se o arquiteto Siza estivesse, de alguma forma, comprometido com uma identidade dividida.

Através da primeira dica de Frampton – o “monstro cataclísmico com os braços quebrados” - o edifício da Fundação produz o monstro através da operação fantasmática. E nesse sentido, é possível não só desvendar um Siza crítico do modernismo, mas um arquiteto que se aproxima do abstracionismo expressionista contemporâneo, do qual também fazem parte os arquitetos Peter Eisenman e Frank

Gehry, ou seja, em uma posição vanguardista que atravessa o tempo, emergindo ao longo da história com ideias de movimento, devir, forma em formação. A arquitetura de Siza traz em si um coeficiente de utopia, entendendo utopia como a forma mais radical de crítica do presente. Siza entende que o presente exige tal crítica: a mudança do visual para o háptico não deve ser confundida no edifício como estar perdido na “tirania do espetáculo”. O edifício de Siza é palco de *eventos-ruptura* (Sperling, 2006), principalmente no sentido da profundidade fenomenológica, do estar imerso em um universo de sensações - dos sentidos, de nosso corpo, do corpo do edifício - como uma utopia que interpreta o outro como um desconhecido, para ser encontrado e potencialmente re-descoberto. Naturalmente ele garante o desencadear de um sentimento de estranheza, é visto como emblemático do *unheimlich*, como signo cultural do estranhamento em um período específico de mudanças. O que é um privilégio da ficção, agora é deslocado para a arquitetura, que reflete a condição humana, uma condição essencialmente instável, da impressão e sentimento de nunca se sentir “confortável” no mundo. Siza consegue fazer dessa arquitetura uma experiência avassaladora; o edifício devolve - com seu labirinto e corpo monstruoso – todas as nossas questões existenciais.

REFERÊNCIAS

BRUNO, G. *Atlas of emotion: journeys in art, architecture, and film*. New York: Verso, 2007.

COHEN, Jeffrey Jerome. *A cultura dos monstros: sete teses*. In: **SILVA**. Tomaz Tadeu da. *Pedagogia dos Monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DELEUZE, Gilles; **GUATTARI**, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.

_____. *Percepto, Afecto e Conceito*. In: *O que é Filosofia?*
Trad. Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon. Lógica da Sensação*. Rio de Janeiro: Jorge Zaar Editora, 2007.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 42.).

DELEUZE G; GUATTARI F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, Tratado de Nomadologia*.(a) Rio de Janeiro: Ed. 34, vol. 5, 1997.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo. Historia del arte y anacronismo de las imágenes* (FUNES, O. A. Trad.). Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2000.

DUARTE, Valquíria G.; NORONHA, Márcio Pizarro. *Performance e arquitetura: uma transmutação conceitual a partir do estudo do edifício da Fundação Iberê Camargo, de Álvaro Siza*. In: *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG de Jataí*. Jataí, 2011.

_____. *INDOORS, OUTDOORS: Dança-teatro e Arquitetura, Híbridos, Sincretismos e Performance a partir de Álvaro Siza (projeto e edificação da Fundação Iberê Camargo, Porto Alegre – RS)*. Anais III Seminário e Mostra Nacional de Dança Teatro de Viçosa, 2010.

FRAMPTON, Kenneth. *O museu como labirinto*. In: **KIEFER**, Flávio (org.). *Fundação Iberê Camargo. Álvaro Siza*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

FUÃO, Fernando Freitas (Org.). *O fantástico na arquitetura*. In: *Arquiteturas fantásticas*. Porto Alegre: Editora da Universidade /UFRGS, Faculdade Ritter dos Reis, 1999.

LEONÍDIO, Otávio. *Álvaro Siza Vieira: outro vazio*. *Arquitextos*, São Paulo, 11.121, Vitruvius, jun 2010 Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.121/3439>. Acesso 15.05.2012.

MARTINS, Luiz R. *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.418.

NORONHA, Márcio Pizarro. *Interartes e Dança: uma pequena história entre o háptico e a scinestesia*. In: ENGRUPE – DANÇA – Encontro de grupos de Pesquisa em Dança. São Paulo: UNESP, 2007 – B. Publicação em CD-ROM e em DVD.

_____. *Teoria Interartes: “Scinestesia”, Embodied Experience [Performance? Body Art?, Paradigma Audio Visual e a arte no tempo recente*. Mimeo. 2008 - A.

_____. *Arcaico, Moderno, Popular. Reflexões em torno da noção de Arcaísmo e a Cultura Visual*. 2008 - A. Disponível em: <http://www.marciopizarro.wordpress.com>. Acesso 23. 08. 2008.

_____. *Reflexões teóricas em torno de interfaces: psicanálise e interartes e as relações tempo-espaco. Agenda e pesquisas em andamento*. 2008 – B. Disponível em: <http://www.marciopizarro.wordpress.com>. Acesso 23.08.2008

_____. *O Historiador e a “Scinestesia”: conceito e experiência na História e Teoria Interartes*. In: **PESAVENTO**, Sandra J. (org). *Sensibilidade e Sociabilidade: Perspectivas de Pesquisa*. Goiânia, Ed. UCG, 2008- D.

PALLASMAA, Juhani. *Os olhos da pele. A arquitetura e os sentidos*. Porto Alegre: Bookmam, 2011.

SPERLING, David.. *Event: Architecture and Art in the Era of Mediatized Experience*. 2006. Disponível em: http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2006_p008e.content.pdf. Acesso: 08.05.2010.

STILES, Kristine. *Uncorrupted joy: international art actions*. In: **SCHIMMEL**, Paul. *Out of actions: between performance and objects, 1949-1979*. Los Angeles: MoCAThames and Hudson, 1998, pp. 227-329.

VIDLER, Anthony. *The architectural uncanny: essays in the modern unhomey*. Londres: The Mit Press, 1992.

REVISTA AU - ARQUITETURA E URBANISMO, nº113, Agosto. São Paulo: PINI, 2003.

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: A FESTA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA CIDADE DE SILVIANÓPOLIS-MG

Vanessa Junqueira Megale
vanessamegale@uft.edu.br
Universidade Federal do Tocantins
Mestre em Turismo e Meio Ambiente

Resumo

O trabalho teve como objetivo estudar as diferentes representações culturais o sagrado e o profano da Festa de Nossa Senhora do Rosário, que ocorre desde o ano de 1780 em Silvianópolis, MG. O festejo é uma prática que envolve aspectos turísticos, religiosos, e lazer, tornando-se um exemplo das atividades turísticas na região. Por ser uma manifestação religiosa, a festa traz consigo em si elementos importantes da construção da religiosidade afro-brasileira. Metodologicamente trabalhamos com a história oral, através de histórias de vida com os moradores locais, organizadores da festa e os visitantes, investigando as permanências e transformações de tal prática no Brasil. O festejo na contemporaneidade está em constante transformação, sobretudo porque as atividades turísticas que a envolvem, produza tempos históricos no espaço e tempo.

Palavras-chave: Turismo, cultura e memória

Abstract

The research aimed to study the different cultural representations of the sacred and profane Feast of Our Lady of the Rosary, which occurs since the year 1780 Silvianópolis, MG. The celebration is a practice that involves aspects tourist, religious, and leisure, becoming an example of tourist activities in the region. Because it is a religious event, the festival brings with itself an important element of the construction of african-brazilian religiosity. Methodologically work with oral history through stories of life with locals, party planners and visitors, investigating the continuities and transformations of such practice in Brazil. The feast in the contemporary is constantly changing, especially as the tourist activities that involve producing historical times in space and time.

Keywords: Tourism, culture and memory.

A religião é um campo de experiência humana voltada para a convivência com o que considera sagrado e tem sua eficácia no simbolismo. Possui um dos mais poderosos sistemas objetivos de sentido conhecidos até hoje, além de uma semântica estabilizada dentro de uma comunidade social. Todo esse corpo de valores não deve ser criticado ou desprezado, pois essas formas objetivas foram fundadas e criadas durante a história da humanidade.

A fé tem a força de atrair as pessoas e, ao mesmo tempo, mudar radicalmente os espaços, transformando-os e sacralizando-os, criando verdadeiros roteiros de fé, espaços abençoados pela constante busca do sagrado e pelos espetáculos causados pela experiência mística das pessoas, que não só transforma um determinado local em santuário, mas toda uma região que deverá ser influenciada por esta sacralização.

A fé é e continuará sendo uma qualidade híbrida – divina/humana, sagrada/profana – capaz de justificar imediatamente grandes viagens em busca de algo que transcende o cotidiano. A fé remove montanhas [...] com fé pode-se ir muito além das montanhas, planícies, campos e desertos [...] as idéias de fé e sacrifício estão na origem do ato religioso que motiva uma peregrinação. (OLIVEIRA, 2004, p. 14)

Os interesses religiosos influenciaram um grande volume de longas viagens de peregrinação cristã permitindo um maior desenvolvimento de serviços de atendimentos aos viajantes, como estruturas de hospedagem e acolhida aos turistas religiosos, que, segundo Oliveira (2004, p. 14), são também chamados de *peregrinos*, que “apenas atualizam essa prática (turismo religioso) adaptando suas viagens às características do processo turístico, conforme o contexto socioeconômico do fenômeno religioso”.

O ato de peregrinar tende a ser, antes de tudo, um ritual das origens nômades dos grupos humanos. Peregrina-se em busca de algo mais significativo; em busca da vida que supera a simples sobrevivência. Neste sentido, simbolicamente, a peregrinação

comporta-se como uma viagem de volta, um retorno. Peregrinar é voltar ao campo, ao espaço aberto, ao lugar de origem, à terra dos antepassados, ao centro ou umbigo do mundo. (OLIVEIRA, 2004, p. 15)

A peregrinação – viagens a lugares sagrados ou de devoção – tem objetividades diversas, desde render graças, cumprir promessas ou até fazer pedidos de intervenção do sagrado sobre a realidade cotidiana, ou seja, está ligada a “conformação histórica, política, cultural e religiosa de cada país ou região” (RIBEIRO, 2002, p. 19). Assume, portanto, lugar de destaque no turismo religioso.

No Brasil é possível identificar a importância dada à religião pela quantidade e diversidade de locais e atividades religiosas, tais como santuários, eventos, caminhadas, romarias, etc. Além disso, não há como deixar de notar no calendário brasileiro as inúmeras datas comemorativas referentes a santos, santas e acontecimentos religiosos. (AUGUSTI; BOSCHIERO; RUY, 2005)

turismo está nos lugares especialmente delimitados pelas forças divinas, sagradas. O turismo religioso é aquele turismo que não perdeu sua raiz peregrina e continua motivado pelo exercício místico da celebração. (OLIVEIRA, 2004, p. 16)

Toda cidade é composta por objetos. Os objetos, o modo como são pensados ou dispostos ou até usufruídos, transformados dentro da sociedade depende do modo como as pessoas ali vivem, vêm e sentem o local no qual residem. Deste modo, todos os objetos produzidos por homens e mulheres nas mais diversas sociedades são representações de seus sentimentos: devoções, anseios, necessidades, paixões. Assim, todos os objetos podem ser considerados objetos de arte, porque expressam as experiências vividas pelas pessoas. O que diferencia um objeto comum de um objeto de arte é o modo como nesta sociedade lhe atribuem valor ou não (ARGAN, 1984) No caso da festa religiosa não é diferente. Ela não é um objeto tangível nem definível do ponto de vista material, mas é constituída de vários deles, construídos para que esta se realize. É o caso das bandeiras e das roupas usadas na festa. É necessário que se criem mecanismos, atrativos, capazes de seduzir não somente aqueles que são responsáveis pelo acontecimento, como aqueles que assistem a tais eventos.

Nesta dinâmica a relação que se estabelece entre “fazer a festa e assisti-la” os costumes e as tradições passam a compor o universo daqueles que se tornam responsáveis por suas realizações periódicas. O mais significativo neste processo é perceber que a atratividade da festa está intimamente ligada ao modo como tais costumes são realimentados e transformados para que esta seja constantemente visitada por pessoas que vêm de fora da comunidade. Informações sobre elas são divulgadas, as vezes pelo contato de um turista com a comunidade local, ou por um simples artigo de jornal, as vezes por um comentário singelo de uma revista. Entretanto, mais importante é que o movimento que se cria em torno dela garante não somente a dinâmica de produção periódica da festa, mas sua sustentabilidade, não somente no plano econômico, mas político e social, já que a visita de turistas proporciona o incentivo para sua “manutenção e transformação”.

Não é acaso que tais eventos religiosos têm se propagado ao longo da história do Brasil. Estes (como ainda acontece hoje) têm sido instrumento de manobra política ou às vezes de manutenção de poder. No entanto, são tais engendramentos que constituem a festa ao mesmo tempo como um campo de manutenção de poder e estímulo à sobrevivência da religiosidade – e ambos acabam por agir como instrumentos de manutenção da cultura. A história das festas religiosas no Brasil nos remete a isso.

Desde o período do Império no Brasil, a religiosidade brasileira na forma das festividades passou a ser celebrada por meio de símbolos, garantindo a presença da imagem do imperador em cada uma das procissões. Nelas, mescladas à imagem de sonhos e de custo, uma bandeira retratando o imperador foi incorporada, de forma a tornar forte o símbolo do império para um Brasil que se fizera independente. (DEUS, 2000)

Nesse sentido, não é atual a história da atração em torno dos eventos religiosos no Brasil. A articulação entre necessidades políticas e atividades culturais vem, então, de longa data. Atualmente, essa relação também é evidente, já que as políticas públicas de turismo têm se engendrado às tradições dos povos e, junto a eles, re-significando tais

eventos, incrementando-os, ampliando-os e trazendo novos elementos conforme as expectativas de moradores e turistas. Exemplo disso é a crescente preocupação estética de *folders* turísticos que tendem a ser mais coloridos e norteiam o trajeto do turista na cidade, criando mapas dos pontos a serem visitados. (GOMIDE, 2005)

Essa iniciativa visa guiar, seduzir aquele que se propõe a ser expectador de eventos como as festas religiosas, mesclando religioso e profano, reza e lazer. Apesar do *folder* da procissão do Fogaréu ser em preto e branco, os demais *folders* da cidade são extremamente elaborados, garantindo que este cumpra seu papel de sedução.

As festas devocionais que celebram a vida dos santos constituem-se num dos principais atrativos turísticos no Brasil, sendo hoje grande motor do turismo nacional. Esta afirmativa serve para ressaltar a grande importância do estudo das festas folclóricas religiosas e/ou profanas, buscando, com isto, o reconhecimento de seus símbolos e características para incentivar seu possível uso no turismo. (MACENA, 2003).

Estas são atividades culturais que representam as necessidades culturais das diversas sociedades, que expressam seus sentimentos e devoções, costumes e tradições por meio dos ritos recriados na época dos eventos, representando seus sentimentos e necessidade e, portanto, sua “arte”.

Neste processo de construção da festa, que mescla turista e morador local, elementos de sua cultura são colocados em cena. Isto significa dizer de acordo com Macena (2003) que a concepção de uma festa popular está entrelaçada aos símbolos do lugar, compondo a identidade do grupo social que promove o evento.¹ Tal fator nos indica a importância de se registrar as festas populares, afinal o seu registro terá como objetivo a preservação deste grandioso bem imaterial da cultura de um povo.

Fazer festa de acordo com Ferreira (2001)² apud Dias (2003, p. 16) significa:

¹ Lembremos que a identidade de um povo ou pessoa, está intimamente ligada ao modo como estes são externamente vistos.

² FERREIRA, Maria Mazareth . **As festas populares na expansão do turismo: a experiência italiana**. São Paulo: Arte & Ciência – Viliipress, 2001.

Colocar-se diante do espelho, procurando a si mesmo e à sua identidade; é buscar reencontrar as garantias histórico – culturais, reafirmando-as na força da representação, no ato comunicativo e comunitário. Esta ação de resgatar (ou restaurar) a própria identidade é fundamental para encontrar-se a si mesmo e recuperar um equilíbrio que pode estar ameaçado. Este resgate, entretanto, é um ato conflitivo, porque significa incorporar novos valores àqueles tradicionais.

Fazer a festa é então não uma forma de manutenção das tradições, mas um veículo dinâmico de demonstração da tradição, que está em constante transformação, conforme nossas necessidades do presente. Neste sentido, as atividades turísticas são efetivas a partir das atividades culturais expressas por meio de diversos símbolos. Lopes (2001, p. 66) faz a seguinte reflexão sobre a utilização dos símbolos:

Símbolos são utilizados entre seus membros para a identificação com essa comunidade, cujo sentido é uma cultura partilhada para a identificação nacional. Ressalta –se a necessidade de observar o posicionamento de quem está enunciando as características sobre esse sentimento do que é nacional, ou seja, deve-se atentar de que modo o sujeito está inserido na estrutura social: raça, grupo, etnia, classe social.

Os símbolos são então, e também, uma forma de inserção da comunidade no plano nacional, que cria para si e para os outros que a vêem, uma identidade. A Recomendação da Unesco (1993 apud Abreu 2003, p. 83)³ diz que:

é preferível assegurar que os detentores do patrimônio imaterial continuem a adquirir conhecimento e “saber fazer” e os transmitam às gerações seguintes. Levando em conta estes detentores de “saber fazer” e os reconhecer oficialmente.

Trata-se de preservar a memória imaterial de um povo através das atividades culturais, como no caso, a festa. Tal preservação traz consigo inúmeras expressões da cultura, como a dança e a música. A preservação da memória de manifestações, como

³ UNESCO. **Material de divulgação do sistema de tesouros humanos vivos**. 142ª reunião do conselho executivo. Paris, 1993.

interpretações musicais e cênicas, rituais religiosos, conhecimentos tradicionais, culinárias, dentre outras, a que é atribuído valor de patrimônio cultural, tem uma série de efeitos elencados abaixo conforme Fonseca (2003, p. 72):

- aproxima o patrimônio cultural, passado e presente;
- viabiliza leituras da produção cultural dos diferentes grupo sociais, sobretudo daqueles cuja tradição é transmitida oralmente, que sejam mais próximas dos sentidos que essa produção tem para seus produtores e consumidores, dando-lhes voz não apenas na produção, mas também na leitura e preservação do sentido de seu patrimônio;
- cria melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do direito à memória como parte dos direitos culturais de toda a sociedade brasileira;
- contribui para que a inserção, em novos sistemas, como o mercado de bens culturais e do turismo, de bens produzidos em contextos culturais tradicionais possa ocorrer sem o comprometimento de sua continuidade histórica, contribuindo, ainda, para que essa inserção aconteça sem o comprometimento dos valores que distinguem esses bens e lhes dão sentido particular.

O turismo não é, portanto, somente uma questão mercadológica. Este é ou deveria ser, sobretudo uma forma de “apresentação” da história das manifestações culturais de um povo. Assim, a invenção de festas criadas com o intuito único de serem comercializadas aos visitantes vai contra os costumes locais, gerando a perda da autenticidade, tão estimada pelos turistas. Está claro para Getz que:

(...) quando os festivais e outros eventos especiais são desenvolvidos conscientemente e promovidos como atração turística, há o risco de a comercialização se chocar com a celebração; do entretenimento ou espetáculo ocupar o lugar dos significados mais profundos da comemoração. Em outras palavras, o turismo pode destruir a autenticidade cultural, o principal objetivo que os turistas atuais parecem buscar. O dilema, contudo, é que os benefícios obtidos com o turismo também fornecem os meios para criar ou expandir os festivais, restaurar e cultivar tradições e fomentar e repartir o espírito comunitário. (Getz, 2001, p. 424).

Lembremos das observações de Thompson (1988) e Williams(1979) sobre a re-significação das tradições conforme anseios e necessidades presentes. Isto implica em dizer que o turismo é parte do mundo atual e das atividades por ele e com ele realizadas.

Ainda que nos utilizemos dele ou que este se utilize da cultura como forma de mercado, estamos construindo coisas que partem de algum lugar, trazemos do passado o que necessitamos e incorporamos ao presente, criando as atividades turísticas. Isso gera renda e também estimula a comunidade local. Não se trata de dizer se é bom ou ruim, mas sim de apresentar o movimento da comunidade em torno da festa, e isso é uma tendência que cresce cada vez mais.

Além da liberação momentânea, as festas apresentam um caráter ideológico uma vez que comemorar é, antes de tudo, conservar algo que ficou na memória coletiva. Há sempre uma crença a ser defendida. Toda festa tem uma longa história que aponta uma enorme quantidade de interesses espirituais e materiais, constantemente alterados no decorrer de sua existência. E em face de tais interesses podemos esboçar uma caracterização das festas populares brasileiras, começando por seus componentes estruturais abordados por Moura (2003, p. 38):

- religiosos: ministrados por sacerdotes ou por pessoas autorizadas pela Igreja, como missa, procissão, bênção, novena e reza;
- profano – religiosos: ministrados por leigos com aprovação do sacerdote, homenageando as figuras sacras, de modo alegre e festivo: levantamento de mastro, bailados como congados, folia de reis, Império do Divino, Reinado do Rosário, Pastorinhas;
- profanos: têm caráter de diversão. Visam segurar os visitantes mais tempo nas festas: leilões, danças, comidas, barraquinhas e folguedos como malhação do Judas, bumba – meu – boi, pau – de – sebo, cavalhada e outros.

A sedução das festas que celebram as vidas dos santos nem sempre conservam a autenticidade de suas origens devocionais, mas constituem-se num dos principais atrativos turísticos do Brasil, tanto nos grandes centros como nas cidades mais humildes. Ao mesmo tempo o caráter folclórico, pouco a pouco, vai cedendo lugar ao caráter popular. Na festa folclórica, o lendário, a música, a dança, o cortejo, o auto e o culto estão efetivamente ligados a realidade de seus atores. Estes representam objetivamente os problemas do trabalho e da vida com os quais se encontram envolvidos. (MOURA, 2003).

Callois (1988)⁴ apud Oliveira (2005, p. 326), afirma que:

Não há sistema religioso algum, mesmo entendido em sentido largo, em que as categorias do puro e do impuro não desempenhem um papel fundamental. À medida que os diversos aspectos da vida coletiva se diferenciam e se constituem em domínios relativamente autônomos (política, ciência, artes, etc.), vê-se paralelamente as palavras puro e impuro adquirirem acepções novas, mais precisas que o sentido antigo, mas, por essa mesma razão mais pobres.

Para ilustrar a especificidade do que estamos dizendo sobre as festas religiosas, valemo-nos de dois exemplos citados por Moura (2003), sendo que o segundo é completado com informações do site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).⁵

A primeira festa que vamos relatar, até a presente data não foi registrada pelo Iphan, é a Festa do Divino que ocorre no domingo de Pentecostes, 42 dias depois do domingo de Páscoa.

Conforme Moura (2003, p. 44) a festa era uma forma de exaltar o poder do rei como agente de Deus na Terra. A simbologia dos componentes da Festa do Divino conferem com o ideário de Joaquim de Flora. Os imperadores europeus, pela graça do Divino Espírito Santo, são representados como justos, caridosos, inteligentes e ricos. Daí as cavalcadas de mouros e cristão; o cortejo do império, a alegria e a farta distribuição de comidas e bebidas; diversas formas de bailados; queima de fogos. Nas épocas colonial e imperial, durante a festa, armava-se um trono para o imperador do Divino que, na Bahia e no Rio de Janeiro, era uma criança. O imperador eleito para realizar a festa era investido de um poder invejável, pois bastava um simples gesto seu para que fossem libertos presos comuns.

Na dinâmica de supressão ou substituição de componentes da Festa do Divino, o que mais resiste é a bandeira, conhecida também como folia. Depois o cortejo do

⁴ CALLOIS, R. **O homem e o sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1998.

⁵ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 29 abr.2007.

império que deixou de existir em algumas festas. Por último a missa solene para os devotos. A Bandeira do Divino (Folia) era conhecida também como rancho. A Festa do Divino localiza-se nas regiões Sudeste e Centro – oeste, antigos berços da mineração e suas ligações históricas mais estreitas, como Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. A bandeira, é, portanto, um forte atrativo visual da vivência e apresentação da festa, tanto para moradores envolvidos, moradores locais como turistas, garantindo a “permanência” de atividades religiosas no Brasil.

Vitarelli (2001, p. 25) ao comparar as principais festas religiosas brasileiras e os respectivos pontos turísticos entre si, faz menção especial a Minas Gerais. O autor sustenta que:

[...] é especificamente em Minas Gerais, onde se comemoram datas religiosas como a Semana Santa, Corpus Christi, os jubileus, as festas de padroeiros e demais santos, que o turismo religioso pode conseguir um avanço condizente com uma de suas vocações. Atualmente, esta atividade vive um imenso desenvolvimento informal. Minas Gerais, além de ser o Estado onde se concentra o maior número de católicos, possui uma grande riqueza em manifestações religiosas, e por todo o estado existem curandeiros, rezadeiras, médiuns, aparições de santas milagrosas, romeiros e demais manifestações místicas. No norte do estado existe uma forte presença de rezadeiras, curandeiros e crendices em milagres atribuídos a Nossa Senhora e a outros santos; no leste, romeiros fazem penitência, carregando pedras na cabeça, pedindo chuva; no Triângulo, o médium Francisco Xavier é a expressão máxima do espiritismo, e a cidade de nome Romaria recebe inúmeros visitantes; no sul, encontram-se as várias seitas e dois religiosos indicados para beatificação, Nhá Chica e Padre Vítor; restando ainda as cidades históricas, onde ocorrem autênticas manifestações católicas [...]

A segunda Festa que iremos relatar - o Círio de Nazaré foi indicada pelo Conselho Consultivo de Patrimônio Cultural para a aplicação experimental dos procedimentos de registro a categoria celebrações. O pedido formal de registro foi apresentado ao Iphan pela Arquidiocese de Belém, pela Diretoria das Festividades de

Nazaré e pelas obras Sociais da Paróquia Nazaré.⁶ O Círio de Nazaré ocorre no segundo domingo de outubro na cidade do Belém do Pará.

A pesquisadora Maria Ângela Vilhena (2003, p.20) nos lembra que:

A festa religiosa (sacro-profana) é a “animação geral, o *animus* que vivifica a cidade e aos que a ela retornam, como só se retorna à casa paterna, fonte de vida, em sua data mais importante. Por isso essa peregrinação é uma celebração, ação que tora publicamente célebre algo decisivo para a vida do grupo”.

Essa é de acordo com Moura (2003), talvez a mais comovente festa religiosa do país. A história da festa é uma extensão da história da província do Grão – Pará. Conta-se que no começo do século XVIII um mulato de nome Plácido José de Souza venerava em sua casa a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Portugueses e nativos construíram uma capela de taipa para a Santa. Em 1793 o governador da capitania, Dom Francisco de Souza Coutinho, que instituiu o Serviço de Proteção aos Índios, determinou a instalação de uma feira em que pudesse reunir a população da vila de Belém, incluindo os indígenas, durante a festa de Nossa Senhora de Nazaré. O próprio governador determinou que se levasse a imagem para a ermida do palácio. Depois da celebração da novena, a imagem seguiu para a sua igreja em procissão. A procissão foi composta de alas de pedestres e cavaleiros militares. No cortejo seguia o governador e capitão – general, em uniforme de gala. O trajeto é percorrido pela procissão luminosa do Círio de Nazaré, com mais de 200 anos de tradição. O andor de Santa é protegido por uma corda empunhada por pagadores de promessas.

Segundo o parecer de Ana Cláudia Lima e Alves (Gerente de registro),

(...) não se pode esquecer que esta celebração, como as demais festas dos santos, é também espaço permanente de conflito, entre os modos de expressão da devoção popular e as tentativas de controle e manipulação dos aspectos sagrados e profanos da festa, por parte das autoridades eclesíásticas e dos poderes públicos. (...) É no embate entre essas duas visões que ocorrem as transformações da celebração,

⁶ De acordo com o Processo nº 01450.01.010332-2004-07 foi registrada no Livro das Celebrações no dia 05 de outubro de 2005 conforme dados do Iphan.

quando procissões e rituais são inventados ou suprimidos, quando novos símbolos são construídos ou resignificados, como é o caso da corda (Iphan. fl 4-5).

O Círio de Nazaré⁷ uma festividade cristã atrai todos os anos aproximadamente 2 milhões de participantes. Entretanto, são vários os roteiros e festividades religiosas turísticas no Brasil.

O segmento do turismo religioso é operado pelas pequenas agências de viagens em roteiros das festas tradicionais. “As grandes operadoras não oferecem esses roteiros”, diz o diretor da Travel In Turismo, Francisco Rocha, que faz o receptivo de um dos maiores eventos do país, o Círio de Nazaré, em Belém (PA)”.

Oliveira (2004) diz ainda que:

Em um levantamento via internet foi possível identificar dez agências com estrutura nacional e especializadas nesse tipo de turismo emissor internacional, estabelecendo roteiros nos históricos santuários do cristianismo entre Europa e Oriente Médio, e em termos nacionais, ao contrário, é praticamente nula a ação desses agentes.

No Brasil, temos inúmeras manifestações religiosas, que são misturadas à cultura local, valorizando sua identidade cultural e preservando a história de um povo, transformando em verdadeiros espetáculos de devoção e atraindo inúmeros visitantes que querem vivenciar junto com a comunidade a manifestação cultural religiosa.

Dias (2006) diz que:

Se uma manifestação cultural popular não apresentar pessoas que integram a comunidade retratada, ela não poderá reforçar a identidade cultural dessa comunidade, pois não existe a condição fundamental da continuidade – existência de integrantes da cultura local – da manifestação tradicional. (...) a participação de membros da comunidade na manifestação é condição necessária para que cumpra sua função social de fortalecer a identidade do grupo.

⁷ Natureza, religião e pesca esportiva. O estado mais visitado da região norte busca ampliar seu leque de roteiros turísticos. **Revista Anuário Exame Turismo 2007-2008**. São Paulo, p.122, abr 2007.

Essas peculiaridades regionais juntamente com o fator fé fazem com que o turista vá até a festa. A festa é a reunião de vários elementos, onde sagrado e profano se entrelaçam.

Araújo (2004) destaca:

As diferenças regionais, relacionadas a fatores socioeconômicos, étnicos, à tradição e à memória coletiva fazem de cada Festa a história e a cultura de um lugarejo, de uma cidade e de um estado. Em algumas cidades, as comemorações limitam-se à missa e à quermesse, em outras se busca manter vivas a pompa, as tradições, o colorido que faz da festa religiosa uma festa popular.

As comemorações são expressões da cultura, uma memória re-significada de forma lúdica, representando coesão grupal e sentimentos coletivos que apontam os sentidos de proteção e solidariedade. (Araújo, 2004, p. 422).

Oliveira (2005) traz em seu artigo os eventos cadastrados no roteiro da fé católica no Brasil. Esses roteiros são subdivididos da seguinte forma:

- roteiro padrão: a festa acontece como dimensão dicotômica da fé, ou seja, é permitida na periferia (temporal e espacial) da parte sagrada, dos ritos e cerimoniais. O lado profano (bailes, apresentações, desfiles e competições) é realizado em uma certa marginalidade, como se não integrasse o turismo religioso;
- roteiro ritual: a força do sincretismo e a incorporação dos costumes pela necessidade da divindade sair de seu espaço fixo proporcionam uma mistura de polaridades sagradas e profanas. O que marca tais roteiros são as procissões e há também o prolongamento do tempo para realização de todo o cerimonial (com diferentes fases e lugares), o que contribui para enriquecer as possibilidades culturais de manifestação;
- roteiro espetáculo: representa o ideal desenvolvimento do atrativo religioso em produto turístico.

Conforme Caio Luiz Carvalho⁸ (2006), que presidia a Embratur na época da criação dos roteiros e ex-ministro do turismo no governo Fernando Henrique Cardoso, o

⁸ EXPOCATOLICA. Feira Internacional de produtos e serviços para igrejas, livrarias e lojas de artigos religiosos. Disponível em: <<http://www.expcatolica.com.br>>. Acesso em: 03 mai. 2007.

Ministério do Turismo catalogou mais de cinquenta destinos religiosos no que se chamou de “Roteiros da Fé Católica no Brasil”.

O ex- ministro do turismo disse ainda que:

(...) a surpresa pela demanda gerada por agentes de viagens pelo catálogo e pela procura de muitos outros destinos religiosos para serem incluídos na lista fez com que o setor passasse a ser observado mais de perto.

Entretanto, o que aconteceu foi que a Embratur não chegou a desenvolver o projeto. “Parece que a troca de governos fez o projeto ser arquivado. Pretendemos enviar ao ministério do turismo, uma lista mais atualizada e um pré-projeto para promoção do setor”⁹.

Além desta discussão sobre os roteiros turísticos e o modo como os projetos de alargamento de atividades turísticas são postos em prática, outras questões são responsáveis pelo modo como as festas religiosas se tornam fortes atrativos para moradores externos às comunidades que as realizam. Existem discussões, por exemplo, no âmbito das pequenas cidades, responsáveis por receber esse turista que se sente atraído por tais eventos religiosos. Estas atividades religiosas, acabam assim, por mesclar sagrado e profano na mesma intensidade, ainda que a religiosidade seja o motivo de sedução daqueles que vão ao encontro do evento periodicamente realizado. Essa é uma tendência atual.

Para Oliveira (2005, p.338) os produtos turísticos efetivos, encontram-se na interação do sagrado/profano e podem ser dividido em três esferas operacionais de planejamento turístico, capazes de projetar o desenvolvimento territorial em função desses Santuários. São as seguintes:

- esfera natural tradicional: o grande elemento desta esfera é a inclusão da natureza junto ao universo religioso. Exemplo: Santuário do Bom Jesus de Iguape;
- esfera da metropolização dos santuários: o exemplo mais evidente é justamente o Santuário de Aparecida, onde a construção da

⁹ Fábio Castro para o site da expocatolica no dia 05 abr. 2006.

Basílica mobilizou uma série de esforços urbanísticos (não religiosos) na efetivação da estrutura receptiva da localidade, conforme as novas demandas dos visitantes. Aqui os santuários religiosos configuram-se como centros (complexos) para um turismo cultural.

- esfera da população de eventos nas festas religiosas: são festas tradicionais que podem ser incluídas na dinâmica da esfera natural – tradicional, como eventos folclóricos. A qualificação do turismo de eventos requer algum nível de revelação dessa essência religiosa de manifestações tão espetaculares como observamos nas festas do Rosário, Procissão do Fogaréu, Círio de Nazaré, dentre outros.

Isto é significativo para compreendermos que as festas se fazem no âmbito dos moradores, das iniciativas públicas e privadas e, sobretudo, movimentadas pela presença de turistas. Dessa forma, as festas religiosas se tornam um forte atrativo tanto para religiosos quanto para visitantes comuns, incrementando a vida local e a economia do país.

A atividade turística engloba uma série de serviços e equipamentos capazes de movimentar a economia, gerando empregos, renda e desenvolvimento local. Segundo Oliveira (2002, p. 45):

O turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Nele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura encontram-se. Os resultados do movimento financeiro decorrentes do turismo são por demais expressivos e justificam que esta atividade seja incluída na programação da política econômica de todos os países.

O turismo religioso lidera as estatísticas como o segmento que mais tem se desenvolvido. Ainda não está claro o impacto sócio – cultural provocado pelo turismo religioso, no entanto, segundo a análise de especialistas, é possível observar que tem favorecido o redimensionamento das economias locais. Fatores como hospedagem, comércio, alimentação e lazer são diretamente afetados pelo afluxo turístico, implicando na reconfiguração de uso do espaço, planejamento de infra-estrutura receptiva e organização econômica. (Ribeiro, 2002)

O uso dos espaços é, conforme temos falado no decorrer deste trabalho, representação de re-significações nas quais estão inseridas as atividades culturais. No caso de seu uso pelo turismo, podemos dizer, portanto, que este é não somente recurso turístico, mas é, sobretudo, patrimônio. Vendo o turismo religioso como patrimônio, o vemos também como expressão da cultura. Entender o turismo religioso como expressão da cultura é novamente remetermo-nos à idéia de cultura com a qual temos lidado até então. Isso implica tratar a cultura como ponto de tensão e confronto, ao mesmo tempo, que é produtora de um mundo presente – dinâmico e em movimento conforme as necessidades e expectativas da atualidade.

Como uma atuação eminentemente presente, o turismo é então, de alguma forma constituinte de uma identidade. Isto implica em dizer que este se produz em meio a esse turbilhão de tensões inerentes à história do patrimônio no Brasil, que, desde 1937 tem se preocupado com monumentos e acervos patrimoniais extremamente religiosos-militares e ligados à autoridade dos períodos colonial e imperial.

Ora, isso ocorre porque o turismo religioso se apropria de tradições que estão em constante transformação, atualização, absorvendo e rejeitando coisas, dialogando com uma memória na qual se rememorar de acordo com coisas com as quais você possa ou necessita conviver. O turismo religioso se apropria então, de representações que trazem vestígios do real, constituído por visões de mundo diversas. Este se constitui, consolida, fortifica e dinamiza por possibilidades do presente e das atividades futuras.

A Festa do Rosário na cidade de Silvianópolis, iniciava-se no dia 13 de junho com o levantamento do mastro (DUTRA, 2000), que tem no alto a esfinge de Nossa Senhora do Rosário. Pela manhã, cânticos e fogos de artifício anunciam, os primeiros sinais do evento, mobilizando toda comunidade local, funcionando como um chamamento para o primeiro dia de Festa – no dia de Santo Antônio. Às treze horas ocorre a reunião dos membros de Nossa Senhora do Rosário, na capela de Nossa Senhora do Rosário e também na sede da Associação e ali se escolhem os festeiros do próximo ano.

Ao realizar a leitura das atas da Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário¹⁰ verifica-se que os rituais de cerimônia para o primeiro dia de festa segue da seguinte maneira: após o levantamento do mastro com a efígie de Nossa Senhora do Rosário, os devotos da Nossa Senhora cumprem a tradição de rezar aos pés da virgem do Rosário para lhe pedir graças, bençãos e também agradecer – lhe os favores obtidos. Nessa reunião na Capela são escolhidos os festeiros para o ano seguinte. Essa escolha pode ser por aclamação dos membros da diretoria ou por eleição secreta, se houver vários candidatos, ou por sorteio. Importante ressaltar que antes da aclamação todos os participantes saem em cortejo pelas ruas da cidade rumo a capela de Nossa Senhora do Rosário para assistirem dentro da capela a nomeação dos novos festeiros. Os festeiros deste ano chegam a capela e são apresentados para o próximo festeiro, lembrando que os festeiros devem ser da cidade de Silvianópolis ou estão pagando algum tipo de graça a Nossa Senhora.

A segunda fase da festa se dá no último final de semana de junho e não nos dias 28, 29 e 30 de junho como era antigamente. O ápice da festa é no sábado em que se dá a “subida do reinado”, os “reis” festeiros, sobem as ruas íngremes da cidade tendo às mãos as coroas de prata, antiquíssimas que em 1996, na Festa de Antônio Carlos Corrêa e Valquíria conforme entrevista¹¹ realizada com D. Carlina, foram restauradas.

Estas coroas são o símbolo da Festa. Ao chegarem à Capela do Rosário, os festeiros acompanhados de todos os ternos de congo¹², da cidade e das cidades vizinhas, ao som de tambores, repiques, cantos, louvações e fogos, são recebidos pela Mesa do

¹⁰ Ata da Associação de caridade de Nossa Senhora do Rosário, datado em 13 de junho de 1997, p.25.

¹¹ Carlina de Moraes Dutra, entrevista realizada em 30 de junho de 2006, em sua residência na cidade de Silvianópolis – MG.

¹² Ternos de congo são grupos de homens e mulheres entre 30 ou 40 pessoas, que usam como vestimenta roupas coloridas de azul e branco, amarelo, cores que representam os santos ou eventos nacionais como por exemplo, a Copa do Mundo, onde alguns ternos de congo se vestiram de brasileiro para lembrar o momento vivido no país, usando cores verde e amarelo. Além das capas esvoaçantes, de cetim ou tecidos bordados, fitas nos chapéus, nas violas, nos tambores, nos estandartes, nos instrumentos de corda, etc. são usados ainda pelos congadeiros: apitos, chocalhos, cavaquinhos, reco – recos, pratos, etc.

Conselho. Em seguida essas coroas, a do Rei e da Rainha (festeiros) são depositados no altar de Nossa Senhora do Rosário.

De acordo com o depoimento de Joaquim¹³, que já foi festeiro da festa de Nossa Senhora do Rosário, que nos fala um pouco do que representa a coroa:

A coroa simboliza o rei e a rainha da festa, é feita de material maciço (bronze e prata) originária das França. Este festeiro ainda diz que a coroa foi o primeiro símbolo que veio para Silvianópolis assim que a festa foi fundada, ela veio como símbolo de sincretismo religiosos e foi trazida conforme este festeiro pelo Padre Manoel Negrão, e que também a coroa passou por um processo de restauração. O casal de festeiros dizem que os corações deles estão a mil, que não tem nem como explicar tamanha emoção que é segurar a coroa, de ser festeiro, que só sendo para saber.

D. Carlina¹⁴, membro da Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário, exercem a função de secretária a mais de dez anos, também faz questão em suas narrativas de falar sobre o significado da coroa dizendo que:

Estas coroas têm significado muito importante, sem elas não pode realizar a Festa. Diz ainda que existe até uma lenda que se faz contar, e começa então a falar: que em 1921 o Sr Bispo Diocesano daquela época: Dom Otávio Chagas de Miranda chamou a ordem a Diretoria da Irmandade, por julgar que ela cuidava mais da parte profana que da parte religiosa, como lhe competia. A autoridade religiosa, o Bispado, sediado em Pouso Alegre – Minas Gerais, deveria ser obedecido pela diretoria da festa e, no entanto, a Festa estava servindo mais para jogos, vendas de quinquilharias, barracas de comestíveis, etc. Conta também que o verdadeiro motivo da separação da Irmandade e a Diocese foram que o Bispado desejava que a Festa do Rosário deveria realizar-se em outubro, que é o mês do Rosário e não em junho. O Bispado houve por bem, ou por mal (não sei realmente o porque) mandar demolir a linda igreja de Nossa Senhora do Rosário, centenária, cuja imagem da meiga santinha, provavelmente foi esculpida por algum artista que, pouco ficava a dever às obras de Aleijadinho. Essa imagem, hoje, se encontra com a família do Sr. Iolando Santos, professor de artes em Santos – São Paulo. Os outros

¹³ Joaquim (nome fictício) entrevista realizada em 30 de junho de 2006, em sua residência na cidade de Silvianópolis-MG.

¹⁴ Carlina de Moraes Dutra, entrevista realizada em 30 de junho de 2006, em sua residência na cidade de Silvianópolis-MG.

objetos, toalhas, alfaias, imagens, foram distribuídos em procissão as famílias de devotos. Hoje D. Carlina diz que não resta mais nada.

Outro aspecto importante da festa é o comércio ambulante. Barracas dos mais variados tipos se enfileiram nas ruas centrais da cidade nos dias da comemoração vendendo todo tipo de objetos e quinquilharias, desde alimentos típicos da região, bebidas, passando por roupas e utensílios domésticos, até ferramentas, brinquedos e pequenas lembranças artesanais. Outras barracas, oferecem jogos permitidos, diversões, serviços de som, lanches e leilões de prendas.

As barracas são localizadas sobre as calçadas laterais das ruas, de um ou de ambos os lados deixando livre um corredor central por onde passam os cortejos de congo e da subida do reinado ou reisado, conduzindo a imagem da santa acompanhada das coroas, levadas pelos festeiros (reis) e os devotos. Neste momento é que se dá a união saudável do profano e do sagrado vivenciados pelos fiéis e por aqueles que ali estão só por lazer.

O cortejo é o ápice da festa. Cada personagem ocupa seu lugar, obedecendo a hierarquia e a ordem das figuras representadas. Destacam-se os guarda – coroas que, como o nome indica, têm a função de proteger e guardar a coroa de Nossa Senhora do Rosário, e os festeiros (reis). A autoridade e a força dos guarda – coroas são representadas por suas espadas.

Chegando o cortejo à Capela, o rei e a rainha (os festeiros), escoltados pelo guarda – coroas entram e colocam as coroas no altar de Nossa Senhora. Enquanto isso, lá fora os congadeiros continuam cantando e dançando com suas bandeiras, tudo acompanhado por um grande número de pessoas.

Após este ritual, há uma coleta de donativos, de acordo com a chamada feita por membros da Diretoria. Em seguida, há um cerimonial de grande significado, que assim pode ser relatado: o presidente convida um componente da mesa para, em primeiro lugar, agradecer os festeiros atuais. Em seguida, recebe as coroas das mãos dos festeiros, passando-as aos festeiros escolhidos para organizarem a comemoração do próximo ano, os quais fazem o juramento e a promessa perante Nossa Senhora do Rosário e o povo, de bem desempenharem o encargo.

Segundo depoimento de D. Carlina há ainda, uma tradição, que é do agrado de muitas pessoas, que querem prestar, durante o Reinado, homenagem especialíssima a Nossa Senhora do Rosário a se candidatarem a ser:

Juiz da Vara Grande, Juiz da Vara Grande e Juiz do ramallete ou rosa grande, Juiz do ramallete. Todos eles levam uma vara enfeitada de flores. Outro costume que deverá ser resgatado: as festas deverão usar sombrinhas bonitas, coloridas, durante o reinado.

Depois todos os festeiros, congadeiros, população local vão para o barracão onde estão sendo confeccionadas as comidas nos tachos de ferros e os doces caseiros (abóbora e mamão em pedaço, além de casca de laranja).

Dona Maria¹⁵, participante ativa da festa desde adolescente, ao lembrar suas experiências diz que:

todo ano junta cerca de 15 pessoas no barracão para ajudar a descascar as frutas, picar as coisas que vão fazer de almoço. Que faz tudo no panelão de alumínio, que é só passar cinza em baixo da panela e colocar no fogo, porém gasta muito sabão de cinza e o sabão eles não ganham.

D. Carlina¹⁶ traz em sua fala detalhes importantes da organização e fé que envolve a festa, explicando-nos que:

a Festa não deve ser entregue à pessoas que não estejam estreitamente ligadas a Associação, ou a cidade porque se corre o risco de ser enterrada. Diz ainda que isso é pura desconfiança, jamais ocorreu ou ocorrerá, ela sempre será realizada, porque o povo quer, pela fé, pela tradição. É digna de nota, a demonstração de devoção e fé pura e profunda à Nossa Senhora do Rosário, desde as pessoas mais simples até as mais cultas, de todas as classes sociais, sem discriminação de cor ou religião.

¹⁵ Maria Patrocínio da Conceição, entrevista realizada nos dias 30 de junho e 01 de julho de 2006, na cidade de Silvianópolis-MG.

¹⁶ Carlina de Moraes Dutra, entrevista realizada em 01 de julho de 2006, na Casa do Rosário na cidade de Silvianópolis-MG.

Atualmente, os rituais do congo e da Festa do Rosário sofreram fortes influências, por exemplo, do carnaval. Esta é uma das representações da re-significação da santa no Brasil. Esse contato das culturas que enfim, resulta nessa dinâmica que hoje acontece, é instrumento da festa tornada atrativo turístico. Entendemos que a festa, como atividade de lazer propiciada pelo turismo religioso, vista nestas e nas procissões e romarias a ela inerentes, se constituem em representações da cultura popular. Tais elementos da cultura são o que comumente conhecemos como folclore, representações das tradições brasileiras, e etc. Na verdade, a realização da Festa e a participação da comunidade no evento traz uma forte ruptura no cotidiano dos romeiros, que nas procissões e no evento de modo geral, encontram também uma forma de divertimento.

É interessante notar, que nesse processo de efetivação da festa, nesse misto entre tradição e lazer, política e instrumento de atividade turística, alguns conservam as danças folclóricas da congada.

A festa é um evento que acontece dentro de um universo político, que envolve a ação de órgãos públicos, como prefeituras e secretarias (cultura, educação, turismo, por exemplo), mobilizando as esferas econômica, social, cultural. Ela dinamiza a tradição, trazendo à tona âmbitos das memórias criadas em torno desta. As múltiplas ações dos personagens que compõem a festa. São múltiplos os papéis que podem ser percebidos não somente entre aqueles que se tornam responsáveis por sua realização, como também por aqueles que a assistem e, por isso, a incrementam como espectadores. Estas são representações do modo como a Festa se constitui como uma das referências culturais locais. (ROSA, 2002, p. 22).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Maria Ramalho Câmara. A cultura e a memória da Festa do Divino de Mogi das Cruzes. **Revista do Programa de Estudos Pós – graduados em História e do Departamento da PUC - SP.** Festas, ritos, celebrações. São Paulo: Educ, nº 28, p. 419- 424, 2004.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

AUGUSTI, Valquíria Maria; BOSCHIERO, Daniela; RUY, Daniele Poletti. **A festa e a igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção: patrimônio a serem reservados**. Caderno Virtual de Turismo. vol. 5, nº 2, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=254&article=86&mode=pdf>>

CALLOIS, R. **O homem e o sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1998.

DEUS, Maria Socorro de; SILVA, Mônica Martins. **História das festas e religiosidade em Goiás**. Goiânia: Alternativa, 2003.

DEUS, Maria Socorro de. **Romeiros de Goiás: história da romaria de trindade no séc. XX**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.

DIAS, **Reinaldo**. **Turismo e patrimônio cultural** – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUTRA, Carlina de Moraes. (Texto mimeo). **“Festa do Rosário em Silvianópolis antiga Sant’Ana do Sapucaí”do ano de 2000**, localizado na Associação de Caridade de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Silvianópolis.

FERREIRA, Maria Nazareth. **As festas populares na expansão do turismo: a experiência italiana**. São Paulo: Arte & Ciência – Vilipress, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GETZ, Donald. O evento turístico e o dilema da autenticidade. In: THEOBALD, Willian F. (org.). **Turismo global**. Tradução de Anna Maria Capovila, Maria Cristina Guimarães Cupertino, João Ricardo Barros Penteadó. São Paulo: Senac, 2001. p. 423 – 440.

GOMIDE, Cristina Helou. **Folders turísticos como atrativo**. Texto em primeira versão (mimeo). Parte de uma pesquisa na cidade de Goiás que se preocupa em analisar o modo como turistas e moradores transitam pela cidade histórica. Nesta pesquisa um dos instrumentos de análise é o folder. Goiânia: Goiás, 2005.

IPHAN. Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a educação, ciência e a cultura**. Paris, 19 nov., 1968. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/porta/baixaFcdAnexo.do?id=239>> Acesso em: 10 mar.2007.

LÓPES, Tânia. Rotas nacionais: fragmentando os roteiros turísticos sobre Ouro Preto. In: BARRETO, Margarita; JÚNIOR, Álvaro Banducci. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papius, 2001.

MACENA, Lourdes. Festas, danças e folguedos: elementos de identidade local, patrimônio imaterial do nosso povo. In: MARTINS, Clerton (org). **Turismo, cultura e identidade**. São Paulo: Roca, 2003.

MOURA, Antônio de Paiva. **Turismo e festas folclóricas no Brasil**. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). Turismo e patrimônio cultural. 3ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2003. p. 37-49.

NATUREZA, religião e pesca esportiva. O estado mais visitado da região norte busca ampliar seu leque de roteiros turísticos. **Revista Anuário exame turismo 2007 – 2008**. São Paulo, p. 122, abr., 2007.

OLIVEIRA, Christian D. M. de. Turismo religioso no Brasil: construindo um investimento sociocultural. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro**. São Paulo: Roca, 2005. p. 325 – 344.

_____, Christian D. M. de. **Turismo religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.

RIBEIRO, Heloisa. Andar com fé e o sentido do chegar. **Caderno virtual de turismo**. vol. 2, nº 4, 2002. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=79&article=25mode=pdf>>

ROSA, Maria Cristina, et al. (org). **Festa, lazer e cultura**. Campinas: Papyrus, 2002.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO, **Material de divulgação do sistema de tesouros humanos vivos**. 142ª reunião do conselho executivo. Paris, 1993 (mimeo).

VITARELLI, Flávio. **O turismo religioso da Mesopotâmia a Minas Gerais**. Revista Sagarana – turismo e cultura em Minas Gerais: Belo Horizonte. nº 5, ano II, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DO LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981) A JÚNIOR (2013): A VIOLÊNCIA CONTRA HOMOSSEXUAIS E O SEU SILENCIAMENTO NA MÍDIA IMPRESSA GAY NO BRASIL

Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso¹
ymariusso@hotmail.com
Universidade Federal de Uberlândia
Mestrando em História Social

Resumo

O meu objetivo por meio dessa comunicação é discutir como a mídia impressa gay atual se comporta em relação à violência que é praticada contra homossexuais no Brasil, partindo da hipótese de que ela (representada pela revista *Junior* (2007-) se silencia em relação a esses fatos. Para isso, iremos contrapô-la com o primeiro jornal feito por e para homossexuais a circular nacionalmente no Brasil, o *Lampião da Esquina* (1978-1981), que entendemos se comportar de forma oposta a *Junior*, expondo a violência sofrida por alguns homossexuais naquele período. Desta forma podemos construir uma historicização da violência contra os homossexuais, questionar há presença/ausência da violência nos periódicos, pensar a manutenção do discurso agressor contra os homossexuais, e principalmente, perguntarmo-nos qual é o papel social da mídia.

Palavras-chave: Imprensa gay. Homossexualidade. Violência.

Abstract

My goal through this communication is to discuss how the current gay print media behaves in relation to the violence that is committed against homosexuals in Brazil, on the assumption that it (represented by *Junior Magazine* (2007 -) is silent regarding these facts. For this, we will to contrast it with the first newspaper made by and for homosexuals to circulate nationally in Brazil, the *Lampião da Esquina* (1978-1981), we understand behave opposite to *Junior*, exposing the violence suffered by some homosexuals that period. This way we can build a historicizing of violence against homosexuals, for questioning the presence / absence of violence in the periodic maintenance of the speech thinking aggressor against homosexuals, and especially, to ask ourselves what is the role of social media.

Keywords: Press gay. Homosexuality. Violence.

¹ Mestrando em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, graduado em Turismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CAQ) e membro do grupo de pesquisa: Universo Dialógico - Grupo de Pesquisa em Cultura, Política & Diversidade, da UFMS/CAQ.

A capacidade humana de praticar crueldades contra os outros tem sido muito maior do que a capacidade de imaginar os outros (SCARRY, 2002).

Pode-se negar o visível? Os assassinatos de homossexuais no Brasil

Para a análise dos objetivos que aqui propomos, resolvemos estruturar esse texto em três partes. Desta forma, nesse primeiro tópico apresentaremos e discutiremos – com apoio de um cabedal teórico-metodológico dos estudos de gênero – sucintamente, alguns dados e características de assassinatos contra homossexuais no Brasil em um período de cinco anos (2007-2012). É preciso destacar que, devido ao espaço e a amplitude do assunto, não poderemos nos aprofundar na discussão, pois, nossa intenção é expor há existência de uma violência diária contra homossexuais masculinos no país; em seguida apresentar o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) e a presença de reportagens que abarcam a violência contra homossexuais; finalizando com a revista *Junior*, a partir da seguinte pergunta: porque a mídia impressa gay atual, representada pela *Junior* se silencia perante esses acontecimentos? Notório assinalar que esse texto é fruto de uma pesquisa de mestrado iniciada neste ano, o qual surgiu de um incômodo no espaço e no tempo presente, no qual como pesquisador e ser humano me senti incomodado, ou seja, ainda trabalhamos com hipóteses nas quais pretendemos “responder”.

Pensar a violência contra homossexuais no Brasil, é pensar num discurso construído para legitimar e manter a mesma, o discurso que ensina a excluir, a maltratar, a “varrer para debaixo do tapete” o “outro”. Essa questão é bem colocada por Françoise Héritier, quando afirma que “nenhuma sociedade dá inteira permissão para matar os outros, assim como nenhuma sociedade o impede inteiramente” (2000, p. 25). E assim fazem com os homossexuais. Mas o que é essa violência que exclui o outro?

A violência é a linguagem daquele que não se exprime mais pela palavra. A violência é também a linguagem da intolerância, que gera o ódio. O ódio é irracional, impulsivo, implacável; suas forças sinistras impulsionam o que há de destruidor no homem. Seu ritmo é rápido,

seu objetivo ameaçador, seu movimento inexorável (WIESEL, 2000, p. 7).

A violência pode ser observada em vários âmbitos da sociedade, como na religião, na qual o ódio esconde a face de Deus, na política, em que o ódio destrói a liberdade dos homens, no campo das ciências, no qual o ódio está a serviço da morte, e também na literatura, deformando a verdade, desnaturalizando o sentido da história e encobrindo a própria beleza sob uma grossa camada de sangue e de fúria (Cf.: Ibid., p. 8). “Insidioso, dissimulado, o ódio insinua se na linguagem, como no olhar, para perturbar as relações entre um homem e o outro, uma comunidade e a outra, um povo e o outro” (Idem). E como vencer esse ódio?

Observemos alguns dados e formas de assassinatos contra a população LGBTTT (Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros), que o Grupo Gay da Bahia nos traz, para que possamos refletir o caso dos homossexuais masculinos.

De 2007 até a primeira semana de dezembro de 2012, o Grupo calcula um total de 1.341 homicídios contra a população LGBTTT, ou seja, uma média de 1,3 homossexuais mortos por dia, e 268,2 por ano. Uma estatística que supera, e muito, a média anual de mortes de palestinos ante a intervenção militar de Israel. O Centro de Informação Israelense para os Direitos Humanos nos Territórios Ocupados contabilizou 115 mortes de civis na Faixa de Gaza, no decorrer do ano passado, por exemplo (GGB, 2012). Detalhemos os dados: em 2007 morreram 122 homossexuais², aumento de 30% de casos em relação ao ano anterior. Quanto aos assassinos, 80% são desconhecidos e 65% são menores de 21 anos, sendo 31% executados dentro de casa a facadas. A Bahia é pela primeira vez o estado mais violento com 18 assassinatos. O Nordeste nesse mesmo ano e nos seguintes vem se destacando como a região mais perigosa do país: um

² É necessário destacar que o Grupo Gay da Bahia (GGB), coleta seus dados através de um levantamento limitado em jornais e internet. Para o grupo, a falta de estatísticas oficiais sobre crimes de ódio, tais como nos Estados Unidos, que possuem coleta rigorosa de estatísticas sobre “hate crimes”, colabora para menosprezar os dados. O Relatório Anual é realizado desde 1980 pelo GGB, entidade de utilidade pública municipal e estadual, a mais antiga ONG de defesa de direitos humanos dos homossexuais na América Latina.

gay nessa região corre 84% mais riscos de ser assassinado do que no Sul e Sudeste. As vítimas em sua maioria têm entre 20-40 anos (Cf.: Idem).

Em termos relativos, os estados mais ameaçadores são Rio Grande do Norte e Alagoas, ambos com pouco mais de três milhões de habitantes, ostentando respectivamente nove e oito assassinatos, enquanto São Paulo com uma população de 40 milhões teve número inferior de mortes, sete homicídios. O Maranhão, com população quase sete vezes inferior à de São Paulo, teve o mesmo número de gays assassinados (Cf.: Idem).

O ano de 2008 aparece com um total de 187 assassinatos, sendo 121 deles destinados aos homossexuais masculinos. Pernambuco com 27 mortos, Bahia com 24 e São Paulo com 18, lideram o número de homicídios contra gays nesse ano, sendo as principais formas por meio de tiros, facadas e espancamento. As profissões das vítimas variam bastante, desde profissionais do sexo a professor, cabeleireiro etc. (Cf.: Idem).

A ausência de limite traduz-se pela desmedida em ação na fluidez e liquidez das sociedades contemporâneas, o que nos leva a recolocar com veemência tanto a questão do outro como do eu. A desmedida entrava e dificulta a percepção, a representação, a existência do outro e leva a condições inéditas de formação, estruturação e desestruturação do eu e do outro e, em conseqüências, de suas possibilidades de interação (HAROCHE, 2009, p. 38).

A ausência desse limite sem fim, entre outras coisas, como, por exemplo, a manutenção dos discursos médico e religioso apoiados pelo Estado, fez com que o número de assassinatos contra homossexuais aumentasse no ano de 2009, fato que acontecerá também com os anos posteriores. Assim, o ano de 2009 apresenta 198 mortos, no qual 117 eram gays masculinos. A Bahia se destaca com 21 mortos a homossexuais, três vezes mais que São Paulo, que ficou em terceiro com sete mortes. Assim como nos outros casos, as profissões das vítimas são variadas e as formas das mortes são parecidas: tiros, facadas e espancamento, tanto na residência quanto nas ruas. Mais adiante, destacaremos alguns crimes bárbaros contra essas pessoas (Cf.: GGB, 2012).

Já no ano de 2010, o total de mortos chega a 260, no qual 140 deles são contra os homossexuais masculinos. E novamente, a região nordeste se apresenta como a mais violenta com 112 mortes, 62 delas de homossexuais, mantendo-se assim, a mais violenta nesses cinco anos analisados. Nesse ano, foram assassinados 15 na Bahia, 16 em São Paulo e 14 no Rio de Janeiro (Cf.: Idem). Norbet Elias ao analisar a formação de um processo civilizador, do período correspondente da Idade Média a Moderna (entre os séculos XV e XVIII) em sociedades, tanto europeias quanto norte-americanas, observou dentro dos padrões sociais criados nessas sociedades, a figura do “anormal”, elemento importante para observamos como ela ainda prevalece em relação aos homossexuais atualmente, dessa forma as contribuições de Elias nos ajudam a pensar a formação do “outro” no decorrer da história, assim ao falar das sociedades passadas, parece falar dos nossos tempos:

Os divertimentos criados pela sociedade para seu prazer materializaram um padrão social de emoções dentro do qual todos os padrões individuais de controle das mesmas, por mais variados que possam ser, estão contidos. Todos os que caírem fora dos limites desse padrão social são considerados “anormais” (ELIAS, 1994, p. 201).

O número de assassinatos contra a população LGBTTTT só vem aumentando. O ano de 2011 aparece com seis mortes a mais do que o ano de 2010, ou seja, 266 mortos, sendo 60% homossexuais masculinos (dando um total de 162 assassinatos), o que representa um aumento de 118% nos últimos seis anos (pois em 2007, esse número era de 122). A Bahia lidera essa lista com 28 homicídios. Os estados mais homofóbicos são Alagoas e Paraíba, cuja população conjunta representa 3,6% dos brasileiros e não obstante concentraram 16% destes crimes. O total de mortes registradas nestes dois estados nordestinos é de 42, sendo assim, 60% superior a todos os estados da região Norte, onde ocorreram 27 hominídeos (GGB, 2012). Rondônia e Tocantins estão entre os estados mais perigosos do Norte do país: representando apenas 2% da população nacional, neles foram assassinados 5% de LGBT em 2011.

O Nordeste confirma ser a região mais homofóbica do país: abrigando 30% da população brasileira, registrou 46% dos assassinatos, enquanto no Sudeste/Sul, embora abrigando 54% de nossa população, registrou 34% dos “homocídios”. As idades das vítimas variam: 4% tinham menos de 18 anos ao serem assassinados, sendo o mais jovem um estudante gay paulista de 14 anos, 46% dos mortos tinham menos de 30 anos e 11%, mais de 50 anos. A faixa etária que apresenta maior risco de assassinato, com 55%, situa-se entre 20-40 anos (Cf.: Idem).

Em relação a causa das mortes ocasionadas pelo ódio nesse mesmo ano de 2011, podemos assinalar que: 70 dos assassinatos com arma de fogo; 67 assassinatos por arma branca (faca, foice, machado, tesoura); 56 espancamentos (pauladas, pedradas, marretadas); 8 enforcamentos. Constan ainda afogamentos, atropelamentos, carbonização, degolamentos, empalamentos e violência sexual, asfixiamentos e torturas. Nove das vítimas levaram mais de 10 facadas e três mais de 10 tiros no ano de 2011 no Brasil. (Cf.: Idem).

O professor Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, crítica o Governo Federal por se recusar a construir um banco de dados sobre os crimes de ódios (palavras dele) contra homossexuais, sendo assim, o grupo precisa se basear em notícias de jornais e internet, que certamente estão longe de cobrir a totalidade desses sinistros³.

Para finalizar, coincidentemente ou não, o ano mais violento, 2012. Nunca antes na história desse país foram assassinados e cometidos tantos crimes homofóbicos como no ano passado, um total de 338, no qual os gays completam 56% dessas mortes com 188 mortos, ou seja, um assassinato a cada 26 horas, e um crescimento de 177% nos últimos sete anos. Em 2012 também foi assassinado brutalmente um jovem heterossexual na Bahia, confundido com gay, por estar abraçado com seu irmão gêmeo. O Brasil ocupa primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo o planeta (Cf.: Idem).

³ O Governo Federal a partir do ano de 2011 começou a realizar o levantamento dos dados de mortes dos homossexuais, porém da mesma forma que o GGB, por meio de notícias, boletins de ocorrência etc. (Cf.: RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/relatorio-sobre-violencia-homofobica-no-brasil-ano-de-2011>>. Acesso: 12 mai. 2013. / RELATÓRIO sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de

O estado de São Paulo em 2012, devido ao grande número de habitantes, continua a morrer mais homossexuais (45 no total), porém, Alagoas permanece como o estado mais perigoso para os homossexuais (18 no total), com um índice de 5,6 assassinatos por cada milhão de habitantes, sendo que, para toda a população brasileira, o índice é 1,7 vítimas por milhão de brasileiros⁴ (Cf.: Idem). O nordeste região mais homofóbica do Brasil, pois abrigando 28% da população brasileira, aí concentraram-se 45% das mortes, seguido de 33% no Sudeste e Sul, 22% no Norte e Centro Oeste. Teresina é a capital mais homofóbica, com 15,6 homicídios para pouco mais de 800 mil habitantes. Dos 338 casos, somente em 89 foram identificados os assassinos. Nesse ano de 2012, 8 homossexuais foram queimados no Brasil (Cf.: Idem).

Poderíamos passar páginas e páginas discutindo esses e outros dados, porém outras questões ainda precisam ser postas. Mesmo assim, algumas questões devem ser consideradas, e para isso invoco Norbet Elias novamente, no sentido de ter observado como os padrões sociais construídos por meio de um processo civilizador criou outros tipos de violência que não só a física. Para essa discussão, destacamos o autocontrole do ser, ou seja, “o código social de conduta grava-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma que se torna elemento constituinte do indivíduo” (ELIAS, 1994, p. 189), o que implica diretamente em um tipo de violência uma vez que:

A aprendizagem dos autocontroles, chama-se a eles de “razão”, “consciência”, “ego” ou “superego”, e a conseqüente moderação dos impulsos e emoções mais animais, em suma, a civilização do ser humano jovem, jamais é um processo inteiramente indolor, e sempre deixa cicatrizes (ELIAS, 1993, p. 205).

2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso: 12 mai. 2013). Além do programa Brasil Sem Homofobia criado em 2004. (Cf.: BRASIL. Ministério da saúde. *Brasil Sem Homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da saúde, 2004a. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/dsexuaisreprod/Brasil%20sem%20Homofobia.pdf>>. Acesso: 12 mai. 2013).

⁴ Destacamos que no estado do Acre, aparentemente, nenhuma morte com característica homofóbica, foi constatada nos últimos dois anos; e que o estado de Minas Gerais, nos últimos dois anos, foram registradas 13 ocorrências, representando assim 0,6 mortes para cada milhão de habitantes.

A sociedade criou no decorrer da história, formas de controle dos desejos e das emoções capazes de fazer com que o próprio sujeito barre suas atitudes, o sentimento de vergonha é bom um exemplo disso. A vergonha “é uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força de hábito. Considerado superficialmente, é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais de gestos de superioridade de outras pessoas” (Ibid., p. 242). Quisemos aqui observar, como a violência contra homossexuais no Brasil existe e é real, e, que esta é capaz de produzir outros tipos de sentimentos repressivos e de exclusão, ou seja, “o poder de negação do outro não se manifesta apenas pelas ameaças de violência física, mas por uma violência de natureza simbólica – o desprezo aos valores próprios de outras culturas” (ANSART-DOULEN, 2009, p. 28).

A título de exemplo, apresentaremos de forma breve, alguns crimes bárbaros contra os homossexuais. Um dos crimes mais impactantes, dentre os vários que poderíamos destacar, são: o caso do gay Wilys Vitoriano, negro de 26 anos, que em fevereiro de 2012, foi encontrado morto dentro da casa em que morava, na cidade de Vila Velha, no estado do Espírito Santo. O cenário na casa era de horror. “Havia manchas de sangue em várias partes da residência. A vítima estava apenas de sunga e apresentava 68 perfurações no corpo, causadas por diferentes objetos cortantes e na parede da casa de um dos vizinhos, apareceu uma pichação com a palavra: VIADOS” (Idem). Em Alagoas, no município sertanejo de Olivença, com uma população de 10 mil habitantes, uma travesti de 39 anos (Soraia), foi amordaçada, teve pedaços de madeira introduzidos no ânus e o pênis queimado com álcool. “Sobreviveu alguns dias, com muitas dores, exalando odor de podridão, até que foi operada, sendo retirado do intestino grosso um pedaço de madeira de 15 cm, morrendo logo a seguir com infecção generalizada” (Idem).

Em abril deste mesmo ano, outro crime bárbaro chocou a cidade de Bequimão, no Maranhão. Um adolescente de 14 anos foi assassinado pelo padrasto de 25 anos, porque não aceitava que o enteado fosse gay assumido. “A vítima foi encontrada enterrada em um terreno nas proximidades de onde morava e segundo a polícia, havia indícios que o garoto teria sido enterrado vivo pelo padrasto, que conseguiu fugir”

(Idem). Como o caso de Lucas Fortuna de 28 anos, jornalista de Goiânia, destacado ativista gay, morto aos 19/11/2012 por dois assaltantes numa praia na região metropolitana de Recife. Seu corpo com o rosto desfigurado foi encontrado com profundas marcas de espancamento. Irresponsavelmente o Departamento de Homicídios de Pernambuco declarou tratar-se de latrocínio, descartando ódio homofóbico. Presos os dois assassinos confessaram ter na mesma noite assaltado quatro indivíduos, limitando-se a roubar-lhes o celular. No caso de Lucas, espancaram-no, saltaram encima de seu corpo e jogaram-no ao mar de um penhasco de dez metros. Porque mataram com tanto ódio apenas o gay? (Cf.: GGB, 2012). Estes são apenas alguns casos, entre tantos outros, que diariamente ocorrem em nosso país.

E a imprensa gay, o que diz? O Lampião da Esquina e a violência contra os homossexuais

Esse tópico é um retorno ao jornal *Lampião da Esquina*, para que possamos perceber como o primeiro periódico feito por e para homossexuais, com uma circulação nacional, se posicionou em relação à violência contra a população LGBTTTT, algo que já era constante nas décadas de 1970 e 1980. Desta forma, refletiremos também sobre uma das perguntas que abarcam esse trabalho, que é pensar o porque da revista *Junior* se silencia perante essa violência contra os homossexuais no Brasil, uma vez que a revista é feita para homossexuais. Para isso, apresentaremos de forma breve o surgimento do jornal e algumas reportagens que destacam esse tipo de violência, concomitantemente, observaremos como o mesmo se comporta.

O *Lampião da Esquina* surgiu no ano de 1978, dez anos depois da emergência do movimento de afirmação homossexual (termo usado na época), que já havia se mobilizado na Europa e na América do Norte⁵. Esse período é marcado na história

⁵ Sobre as “ondas” do movimento de afirmação homossexual no mundo e sua visibilidade no ano de 1969 com o episódio que ficou conhecido como *Batalha de Stonewall Inn*, ver: MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. Movimento LGBT e Mídia no Brasil Contemporâneo: o *Lampião da Esquina* (1978-1981). In: *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí: História e Mídia*. Jataí, 2011. Disponível em: <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link%2058.pdf>>. / SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de. *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambigüidades e paradoxos*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

brasileira pelo declínio do regime militar e o início da “abertura política”. O jornal também foi responsável pela propulsão do movimento homossexual no país, que surgiria alguns meses depois de sua fundação com o *Grupo Somos-SP*, idealizado por um dos editores do periódico, João Silvério Trevisan.

A ideia que proporcionou a criação do jornal partiu de um grupo de escritores, jornalistas e intelectuais, após uma reunião que tinha por meta a criação de uma antologia Latino Americana de literatura homossexual. Essa proposta partiu de Winston Layland, editor e dono da revista *Gay Sunshine* (San Francisco/Califórnia). Layland mandou uma carta ao único assinante da revista na América Latina, o advogado e ativista João Antônio Mascarenhas, o qual reuniu algumas pessoas, as quais não produziram essa antologia, mas criaram o jornal *Lampião da Esquina*.

A edição (experimental) número zero, que saiu em abril de 1978, aparece com onze nomes no editorial, sendo eles: Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clovis Marques, Gasparino Damata, João Antonio Mascarenhas (jornalistas, no caso Mascarenhas, advogado também), Darcy Penteado (artista plástico), Jean Claude Bernardet (critico de cinema), Peter Fry (antropólogo), Francisco Bittencourt (poeta e crítico de arte) e João Silvério Trevisan (o cineasta e escritor). A função de coordenador de edição era desempenhada por Aguinaldo Silva. O seu número experimental, apareceu com sete seções: “Opinião” (o equivalente ao editorial), “Ensaio”, “Esquina” (seção com artigos e notas variadas), “Reportagem”; Literatura), “Tendência” (seção cultural que se divide em “Livro”, “Exposição” “Peça”, etc), e “Cartas na mesa”. A partir do número cinco, é publicada uma nova seção, “Bixórdia”, de fofocas em geral.

Ente abril de 1978 e junho de 1981, o jornal publicou 37 edições e três extras, sem deixar em momento algum de criticar aqueles/aquelas que eram hostis não só com os homossexuais, mas a todas as minorias que o jornal tentou abarcar, como os negros, travestis, mulheres, índios, presidiários, ambientalistas etc. No seu primeiro editorial, intitulado “Saindo do gueto”, deixava claro que não pretendia abordar apenas as questões dos homossexuais, mas de todos que sofriam com a repressão da época por estarem “fora das normas” da sociedade:

Para acabar com essa imagem-padrão, *Lampião* não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraicocristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. [...] Nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados - dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias (SAINDO do Gueto, in: LAMPIÃO da Esquina, 1978, p. 2).

Podemos observar a diversidade de assuntos de que se tratava o jornal, mas sem deixar de dar ênfase à questão da sexualidade, do desejo e do prazer. Apresentaremos devido ao objetivo aqui proposto, algumas reportagens publicadas pelo periódico relacionadas à violência sofrida por homossexuais, e, de forma breve de travestis, mesmo porque, não são eles o foco da pesquisa, mas por se tratarem de figuras que também são relacionadas aos “seres perversos” que devem ser excluídos de nossa sociedade por afligirem a norma vigente. A sociedade que desvaloriza os indivíduos, “a singularidade, a criatividade e imaginação, a pessoa em cada um, entrava e destrói a subjetividade na medida em que interdita a capacidade psíquica que requer um tempo necessário à reflexão, à relação a si, à consciência de si” (HAROCHE, 2009, p. 53). Sendo assim, destacaremos algumas reportagens e tentaremos refleti-las com apoio de alguns escritores, além de pensar o comportamento e o interesse de quem as publicam e de certa forma do jornal como um todo, ao apresentar essas notícias⁶.

A edição de n. 1, datada de maio de 1978, traz duas reportagens interessantes para serem expostas aqui, pois tratam de uma violência física, e outra simbólica⁷. A

⁶ Ressaltamos que, o Grupo Gay da Bahia fez um levantamento de assassinatos de homossexuais no período em que surge e chega ao fim o *Lampião da Esquina*, o qual revelou os seguintes dados: de 1970 à 1979, 41 homossexuais mortos, e, de 1980 à 1989, 503 (Cf.: GGB, 2012).

⁷ A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. (Cf.: BOURDIEU, Pierre. *A Dominação*



primeira trata-se da história de um *michê* conhecido como “Gaúcho” que, junto com um companheiro de crimes, saiu por Copacabana, no Rio de Janeiro, em busca de uma vítima para ser assaltada. Encontra o capitão-de-corveta Thales de Aquino Coelho, a quem chama de viado. O militar reage, e é agredido a golpes de karatê, vindo a morrer, ali mesmo, sob forte pancadaria. “Gaúcho” foge, mas é preso no Hotel Miraman onde, calmamente, se misturara aos hóspedes, assistindo televisão, para fugir da polícia (Cf.: CHRYSÓSTOMO, in: LAMPIÃO da Esquina, 1978, p. 4-5). O segundo caso de violência, e agora de ordem simbólica, é apresentada por meio da reportagem de Alexandre Ribondi, colaborador do jornal, que apresenta o caso do deputado Aluizio Paraguassu do MDB. Paraguassu foi repreendido várias vezes na Câmara dos Deputados em Brasília, por usar camisas leves, às vezes com o peito de fora, e calçar alpargatas ou sandálias. A reação da Câmara foi ríspida: “a moral das instituições havia sido ferida, houve reunião extraordinária que apreciou o assunto e o Deputado Aluizio Paraguassu foi punido com censura escrita. Assim, trocou as camisas leves por um conjunto safari e sapatos mais sociais” (RIBONDI, 1978, p. 8).

A edição de número seis é uma das que mais se destacam quando o tema é violência, trazendo em sua capa o título “Crimes Sexuais”, apresentando no decorrer das páginas casos de assassinatos a homossexuais, no qual destacaremos alguns. Décio Escobar foi estrangulado com um fio de náilon grená, com o qual seu pescoço foi amarrado ao gradil da cama colonial. Sua mãe, disse que tinham sumido apenas duas coisas do apartamento: Cr\$ 660 e uma vitrola. Os criminosos repetiram a mesma história: mataram Décio para roubar, sem que fosse premeditado o crime, este foi decidido na hora. Parece que os assassinos roubaram algo apenas para dizerem que mataram por isso, e se esqueceram de dizer que Décio era homossexual e, que eles (os assassinos) frequentavam sua casa. Na parede do quarto da vítima havia uma frase

Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 50). Na edição de número 10 do jornal, temos uma matéria sobre caso de um síndico que não queria mais que a travesti Veruskha se vestisse como mulher, enquanto ali morasse, pois se a mesma quisesse continuar naquele local, deveria vestir gravata e paletó. (Cf.: SILVA, in: LAMPIÃO da Esquina, 1979, p. 3). Assim como caso de lésbicas que sofrem com esse tipo de violência. (Cf.: ENTÃO, por que tanta repressão?, in: LAMPIÃO da Esquina, 1979, p. 8, 9, 10).

escrita de sangue “Vingamos o nosso irmão às 23 horas do dia 17-4 (quinta-feira)” (Cf.: SILVA, in: LAMPIÃO da Esquina, 1978, p. 5).

Na mesma página, encontramos o caso de morte do Padre Antônio Carneiro, que no dia 21 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro, foi assassinado com um soquete de carne por Nikon Sino Martins, de 23 anos, com quem vivia há alguns meses (Cf.: Idem). Percebemos nesses casos, por exemplo, uma forma de matar a homossexualidade que existe dentro do próprio assassino, por meio desses atos.

Em suas formas mais evidentes – a exclusão ou o aniquilamento de grupos inteiros -, a intolerância é sempre, essencialmente, a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como que saído de Si, idêntico a Si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta. Não se trata, jamais, de um mero acidente de percurso: existe uma lógica de intolerância. Ela serve aos interesses que se julgam ameaçados. (HÉRITIER, 2000, p. 24).

Ainda na página cinco deste exemplar, temos mais dois assassinatos. O do pianista Fred Feldman, encontrado sem vida dentro do seu apartamento, no bairro de Copacabana, em 1970. “Fred pegou um pedaço de pau que tinha no apartamento, perto da cama e deu-me uma pancada no ombro, ferindo-me também o nariz. Tomei-lhe o pau e dei-lhe a primeira pancada no frontal. Ele caiu na cama. Dei mais dois golpes. Ele agonizava” (SILVA, in: LAMPIÃO da Esquina, 1978, p. 5). Foi assim que, Anibal Fonseca de 23 anos, contou no dia 12 de novembro de 1970, como foi que matou três dias antes o pianista. E o caso de Juarez Bezerra Viana, o qual era conhecido nos concursos de fantasia do Teatro Municipal como “O Cupido de Ouro”. O crime, supostamente praticado pelo mesmo motivo, o de roubo, teve características de violência diferentes do caso Décio Escobar, por exemplo. Juarez resistiu desesperadamente aos assassinos (com um deles pouco antes, segundo a confissão do próprio, tinha mantido relações sexuais), levando por causa disso, 22 facadas (Cf.: Idem). Segundo Aguinaldo Silva, autor das reportagens:

O que não se pode aceitar é que os próprios homossexuais de uma maneira geral, encarem a coisa também dessa maneira, administrando

de tal modo o seu sentimento de culpa que acabam por procurar um possível matador em cada esquina: cabia aos amigos de Décio, de Juarez e de Fred, e à extensíssima lista de clientes dos seus matadores, tornar pública, sem nenhum medo, a verdadeira natureza da relação que estes - os criminosos - procuravam. Mergulhados no silêncio e no medo, cada um rezando para não ser a próxima vítima - e alguns até ansiando pelo carrasco que os punirá -, os homossexuais acabam aceitando a tese de Anival: bicha tem mais é que morrer? (Idem).

Nessa mesma edição, João Silvério Trevisan escreve sobre o “esquadrão” que matava homossexuais na região do Vale do Paraíba, em São Paulo. Com o título “No Vale do Paraíba, a caça às bruxas-bichas”, apresentando três mortes na região (Cf.: TREVISAN, in: LAMPIÃO da Esquina, 1978, p. 7). Uma matéria, publicada na edição de número 20, de janeiro de 1980, irá trazer quase o mesmo título, porém agora assinada por Aguinaldo Silva, “Um esquadrão mata-bicha”, a qual relata casos de linchamentos contra homossexuais nas cidades brasileiras, e a indignação do autor:

Os freqüentes casos de linchamento ocorridos nos últimos meses em várias cidades brasileiras me deixam particularmente inquieto; basta ler o noticiário a respeito para perceber que na raiz de cada um deles esteve, sempre, a questão da diferença: alguma coisa nos linchados na tornava à parte aos olhos da multidão, e era esta exceção detectada no comportamento de cada um o que dava razão a violência (SILVA, in: LAMPIÃO da Esquina 1980, p. 3).

Após a apresentação de algumas matérias que tratam sobre a violência sofrida por homossexuais no jornal *Lampião da Esquina*, e antes de partirmos para revista *Junior*, pensemos a respeito do *Lampião*, pioneiro da imprensa gay nacional, que durante o período que circulou, não perdoou e nem deixou de mostrar como os que fogem da norma, “os anormais” foram (e ainda são) tratados em nossa sociedade brasileira. Logo após a abertura política no país, *Lampião* não passou a ser o único a trazer esses tipos de reportagem, porém a maneira com a qual tratava as mesmas, não chega nem perto da maneira preconceituosa e machista que os veículos da grande imprensa iriam tratar. Assim, enquanto “vivo”, o periódico foi uma ferramenta fundamental, não só para denunciar esses tipos de violência, a repressão sofrida pelas

minorias, mas também para passar a imagem do homossexual de maneira positiva, expondo outros artigos e reportagem que legitimavam os homossexuais e não os excluía, mostrando que essa imagem do homossexual como pecaminoso, doentio, perverso, anormal etc., não passava de uma construção histórica preconceituosa, machista, patriarcal etc., procedente de discursos médicos e religiosos. Assim, para finalizar esse tópico, gostaríamos de destacar as palavras de Silvia Duschatzky e Carlos Skliar:

A Modernidade construiu várias estratégias de regulação e de controle da alteridade que, só em princípio, podem parecer sutis variações dentro de uma mesma narrativa. Entre elas a demonização do outro: sua transformação em sujeito *ausente*, quer dizer, a ausência das diferenças ao pensar a cultura; a delimitação e limitação de suas perturbações; sua invenção, para que dependa das traduções *oficiais*; sua permanente e perversa localização do lado externo e do lado interno dos discursos e práticas institucionais estabelecidas, vigiando permanentemente as fronteiras – isto é, a *ética* perversa da relação inclusão / exclusão-; sua oposição a totalidades de normalidade através de uma lógica binária; sua imersão e sujeição aos estereótipos; sua fabricação e sua utilização, para assegurar e garantir as identidades fixas, centradas homogêneas, estáveis etc. [...] A modernidade inventou e se serviu de uma lógica binária, a partir da qual denominou de diferentes modos o componente negativo da relação cultural: marginal, indigente, louco, deficiente, drogadinho, homossexual, estrangeiro etc. Essa oposição binárias sugerem sempre o privilégio do primeiro termo e o outro, secundário nessa dependência hierárquica, não existe fora do primeiro mas dentro dele, como imagem velada, como sua inversão negativa (2001, p. 121, 123).

***Junior*??? Quem é você? A (não)violência nas páginas da Junior**

Aqui apresentaremos a revista *Junior*, e por meio de seus objetivos, discutiremos se a mesma se preocupa com essa violência constante aos homossexuais no Brasil. É notório destacar que por se tratar de uma pesquisa em andamento, a ideia de que esta se silencia perante esses casos é uma hipótese, porém devido o contato com essa revista

em outra ocasião (minha monografia a respeito do consumo na mídia impressa gay)⁸ na qual houve uma pequena análise na revista em relação a outro assunto que não esse, quase nada pode ser visto sobre violência contra homossexuais, o que merece uma análise mais detalhada no decorrer da pesquisa.

Vinte e seis anos depois do fim da circulação do *Lampião*, é lançada em outubro de 2007, a revista *Junior* (que circula até hoje), com uma tiragem média de 30 mil exemplares. A princípio, era publicada trimestralmente, após algumas reformulações, diminuiu a tiragem, mas aumentou a sua periodicidade. Atualmente é mensal e distribuída para 158 cidades brasileiras e 18 portuguesas (Cf.: PÉRET, 2011, p. 91).

A escolha do seu nome, segundo André Fischer, seu editor e criador, é que: “*Junior* é o teu filho, é o filho que o gay não tem, então é um nome de todo homem, mas ele dá essa conotação de ser jovem também. O gay de 50 anos quer se sentir com 30” (FEITOSA, 2010, p. 2). Podemos deduzir então, que a revista busca alcançar o homossexual masculino que se sinta jovem. Em relação ao seu conteúdo, a revista busca se desvincular da relação com o erótico: “No contexto nascente da publicação, desvincular a sensualidade do “erótico” sugere o desejo de se distinguir das revistas que investem no nu masculino, ou em conteúdos sexuais explícitos destinadas às prateleiras mais escondidas das bancas de revista, reservadas aos títulos “eróticos” ou “pornôs”” (Cf.: Idem). Mas quem a folheia talvez não perceba isso, pois a revista pode não haver o nu, mas o erotismo preenche as páginas dos ensaios de moda e em outras seções.

Este periódico é dividido em várias seções, destacando-se com mais páginas as seções de moda e ensaio (fotos com modelos masculinos). A revista surge com mais de 100 páginas, e mantém aproximadamente esse número pelas 15 primeiras edições, diminuindo aos poucos e variando a partir da edição 16, de 84 até 100 páginas.

⁸ MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Da invisibilidade ao Mercado: movimento LGBTTTT e consumo no Brasil Contemporâneo* [trabalho de conclusão de curso]. Aquidauana: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Curso de Turismo, 2013.

Em um artigo da revista, assinado por André Fischer diretor da revista, é relatado o desejo do diretor, em criar uma revista voltada para gays, mas que não fosse militante e nem erótica, mas que fosse destacada a beleza dos homens e com informações para se pensar e entreter. É relatado ainda, as conquistas que os homossexuais brasileiros foram obtendo nos últimos anos, o que permitiu uma maior visibilidade para os mesmos. Todavia, em nenhum momento, Fischer localiza em qual campo foram essas conquistas, nem o que foi feito para que as mesmas viessem a ocorrer (SILVA, 2008, p. 21).

Em relação aos ensaios fotográficos, as reportagens, as matérias e as representações que geram, Fábio Ronaldo Silva, analisando as capas da *Junior*, contribui para finalizarmos, por ora, a percepção que possamos ter da revista:

Percebemos assim que a representação que a *Júnior* faz dos homossexuais é que os mesmos, para serem bem sucedidos, basta apenas cuidarem de si e do corpo, sem se preocupar com questões políticas ou a elas referentes, mas buscar estar sempre bem, buscando sempre entretenimento, sem buscar muitos questionamentos. É interessante perceber ainda que nem nas matérias analisadas, nem nas outras trazidas por essa revista, quase não há fotos ou situações nas quais estejam inseridos homossexuais pobres ou negros, como que, ser pobre ou negro fosse algo ruim ou como se os mesmos não existissem entre os gays (Idem).

Perguntemos. O que faz a *Junior* na sociedade brasileira? Qual o seu papel? Está claro devido aos seus objetivos, que não importa mostrar homossexuais mortos, mas sim ricos, fortes, brancos e viris? O que ela pretende com isso? Apenas ganhar dinheiro? E seu papel como ferramenta política? E um jornal como o *Lampião da Esquina* nos faz falta na sociedade atual? Essas e outras perguntas nos instigam a continuar a pesquisa para perceber como o primeiro jornal gay feito por e para gay se comporta em relação a essa violência; uma possível historicização das mortes dos homossexuais; pensar o papel social da imprensa gay por meio do *Lampião da Esquina*.

REFERÊNCIAS

ANSART-DOULEN, Michèle. A noção de alteridade: do sujeito segundo a razão iluminista à crise de identidade no mundo contemporâneo. In: NAXARA, Marcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade; MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Org.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 23-35.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Ministério da saúde. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da saúde, 2004a. Disponível em: <<http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/dsexuaisreprod/Brasil%20sem%20Homofobia.pdf>>. Acesso: 12 mai. 2013.

CHRYSÓSTOMO, Antônio. Os caubóis, seus clientes: todos querem ser felizes no triângulo da badalação. *Lampião da Esquina*, n. 1, p. 4-5, mai. 1978.

DUSCHATZKY, Silvia; SKLIAR, Carlos. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. (Org.). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 119-138.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v I.

_____. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. II.

ENTÃO, por que tanta repressão? *Lampião da Esquina*, n. 12, p. 8, 9, 10, mai. 1979.

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. “We’re Queer” (?): Representações de Gênero nos Editoriais da Revista Junior. In: *IX Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamento*. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278019511_ARQUIVO_ArtigoRicardoFeitosa.pdf>. Acesso: 03 mar. 2013.

GRUPO Gay da Bahia. *Assassinatos de Homossexuais no Brasil*. In: *Quem a homotransfobia matou hoje?* 2012. Disponível em: <<http://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/ultimo-relatorio/>> Acesso: 12 jun. 2013.

HAROCHE, Claudine. O outro e o eu na fluidez e desmedida das sociedades contemporâneas. In: NAXARA, Marcia Regina Capelari; MARSON, Izabel Andrade;

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. (Orgs.). *Figurações do outro na história*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 37-62.

HÉRITIER, Françoise. O Eu, o Outro e a Intolerância. In: BARRET-DUCROCQ (Org.). *A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância*, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 24-27.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. Movimento LGBT e Mídia no Brasil Contemporâneo: o Lâmpião da Esquina (1978-1981). In: *Anais do II Congresso Internacional de História da UFG/Jataí: História e Mídia*, 2, 2011, Jataí. *Anais...* Jataí: UFG/Jataí, 2011. Disponível em: <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link%2058.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Da invisibilidade ao Mercado: movimento LGBTTT e consumo no Brasil Contemporâneo* [trabalho de conclusão de curso]. Aquidauana: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Curso de Turismo, 2013.

PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011.

RIBONDI, Alexandre. Dá-lhe, Paraguassu. *Lâmpião da Esquina*, n. 1, p. 8, mai. 1978.

SAINDO do Gueto. [Editorial]. *Lâmpião da Esquina*, n. 0, p. 2, abr. 1978.

SCARRY, Elaine. The difficulty of imagining other people. In: NUSSBAUM, Martha; COHEN, Joshua (ed.). *For love of country?* Boston: Beacon Press, 2002. p. 98-110.

SILVA, Aguinaldo. “Anormal assassinado em Copacabana...” (Cada um tem a morte que fez por merecer?). *Lâmpião da Esquina*, n. 6, p. 5, nov. 1978.

SILVA, Aguinaldo. Síndico que Veruskha usando gravata e paletó. *Lâmpião da Esquina*, n. 10, p. 3, mar. 1979.

SILVA, Aguinaldo. Um esquadrão mata-bicha? *Lâmpião da Esquina*, n. 20, p. 3, jan. 1980.

SILVA, Fábio Ronaldo da. *A representação de homossexuais nas revistas Dom e Junior*. Campina Grande, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-fabio-representacao-dos-homossexuais.pdf>>. Acesso: 03 mar. 2013.

SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de. *Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações, ambigüidades e paradoxos*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

TREVISAN, João Silvério. No vale do Paraíba, a caça às bruxas-bichas. *Lampião da Esquina*, n. 6, p. 7, nov. 1978.

WIESEL, Elie. Prefácio. In: BARRET-DUCROCQ (Org.). *A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância*, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 7-9.

EDGAR GRAEFF e NARCISA CORDEIRO: METODOLOGIA DO PROJETO URBANO E HISTÓRIA DO URBANISMO NO CINQUENTENÁRIO DE GOIÂNIA

Wilton de Araujo Medeiros
Wilton_68@hotmail.com
Universidade Estadual de Goiás
Doutor

Resumo

O contexto em que os livros *1983 – Goiânia: 50 anos* de Edgar Graeff e *Goiânia: Evoluções do plano urbanístico* de Narcisa Cordeiro foram publicados, remetem a um período em que a memória da cidade estava sendo valorizada, pesquisada e preservada. Interessante observar o modo como os referidos autores inserem formulações sobre teorias e metodologias do projeto urbanístico no contexto da história da cidade e do urbanismo, as quais passaram a ser revisitadas por diversos pesquisadores. Isso por um lado revela a necessidade que se tinha à época por publicações que elaborassem uma história da cidade, mas também um campo do saber urbanístico específico dialógico com a história oficial e com a academia, sem contudo perder o compasso da oportunidade comemorativa.

Palavras-chave: História do urbanismo; Goiânia; memória.

Abstract

The context in which the books *1983 – Goiânia: 50 years* of Edgar Graeff and *Goiânia: evolutions of the urban plan* of Narcisa Cordeiro were published, refer to a period in which the memory of the city was being developed, researched and preserved. Interesting to note the way in which these authors insert formulations on theories and methods of urban design in the context of the history of the city and of urbanism, which began to be revisited by several researchers. This on the one hand reveals the need that had at the time by publications to draw up a city history, but also a field of knowledge specific to urban dialogic with the official story and with the Academy, without however losing the compass of commemorative opportunity.

Keywords: history of urbanism; Goiânia; memory

Introdução

A escrita do presente texto surgiu ao iniciar a revisão bibliográfica referente à pesquisa intitulada *Metodologias do projeto urbano: mudanças contextuais e morfológicas em Goiânia (1933 –1973)*¹, quando ficou constatado que dentre as diversas obras atualmente constituintes da bibliografia sobre a história do urbanismo em Goiânia, apenas *1983 – Goiânia: 50 anos* de Edgar Graeff e *Goiânia: Evoluções do plano urbanístico* de Narcisa Cordeiro foram publicadas anteriormente aos anos de 1990.

Apresentando características inteiramente diferentes entre si, essas obras e suas características não somente fazem parte de biografias e trajetórias profissionais distintas, como são determinadas por estas. Graeff expressa a sua trajetória consolidada como professor, pesquisador e crítico de arquitetura, reconhecido nacionalmente. Cordeiro, uma arquiteta de atuação local, cujas pretensões eram ser inseridas dentre os chamados “intelectuais goianos”, cujos *locus* de atuação são o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), a Academia Feminina de Artes e Letras Goiana (AFLAG).

O que ambos os livros tem em comum, é que os referidos autores e seus livros sobre Goiânia, desde os anos de 1990 até o presente passaram a servir de modelo para desenvolvimento de diversas pesquisas sobre a história do urbanismo em Goiânia, das quais resultaram quantidade considerável de publicações, além de monografias acadêmicas, dissertações e teses. Eles irão disseminar, por exemplo, o vasto uso do termo “urbanismo barroco” no caso de Graeff, e, no caso de Cordeiro, forte associação entre urbanismo e história oficial da cidade.

¹ Pesquisa cadastrada na Pro-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás, na qual constam cadastrados dois alunos de PIBIC/UEG.

O texto a seguir vai mostrar alguns aspectos que distinguem esses autores, sem procurar deter tanto nos usos que foram feitos deles por outros autores que trabalharão com a história do urbanismo em Goiânia. São estilos de trabalhos tão dispares, que as diferenças entre ambos acabam por serem úteis para reforçar a tese de que a abordagem oficial sobre a história do urbanismo continua na prática seguindo o modelo de escrita histórica produzido por Ofélia Monteiro em 1938.

Embora a ênfase de Monteiro tenha sido produzir uma história oficial de Goiânia, utilizando o urbanismo como discurso de racionalidade e modernidade, esse estilo de escrita foi reproduzido quase cinquenta anos depois por Narcisa Cordeiro, a qual, embora tenha dado mais ênfase ao urbanismo, continuou associando-o a todos os elementos que ancoram a história oficial da cidade.

Como os dois livros acima citados, além das questões acima citadas também estão ligados à construção de uma memória da cidade, um mais diretamente e o outro um pouco mais indiretamente ligados às comemorações do cinquentenário, o texto a seguir fará abordagens sobre eles e seus autores, a fim de procurar elementos que contribuam para reflexão sobre história e teoria do urbanismo em Goiânia.

Edgar Graeff: “cogitações” em torno da “identidade profunda” de Goiânia

Conforme foi dito acima, Graeff e Cordeiro apresentam características inteiramente diferentes entre si, seja no contexto de abrangência profissional, seja na metodologia de pesquisa, ou mesmo no estilo de escrita, que se expressa no padrão gráfico e no formato dos livros que publicaram sobre a cidade de Goiânia. Tais obras e suas características não somente fazem parte de biografias e trajetórias profissionais distintas, como são determinadas por estas. No caso de Edgar Graeff, é marcante a inserção de suas reflexões sobre a questão teórica sobre a “escala humana”:

A escala humana é fundamentalmente a escala das percepções estéticas do ser humano. Não se baseia em qualquer dimensão do corpo, mas nasce de uma medida de consciência humana – consciência que não pode ser definida por meio de deduções matemáticas e malabarismos geométricos, mas somente através de sínteses históricas e culturais. (GRAEFF, 1979, p. 28).

Esclarece o autor, que essa abordagem sobre a arquitetura brasileira pelo viés histórico-cultural deu-se como respostas às críticas internacionais, que vinham ocorrendo nos anos de 1950. (GRAEFF, 1979, p. 1). E, como dá a entender também o próprio Graeff, essa defesa teórica sobre a arquitetura brasileira foi se consolidando nesse período, em que o próprio autor também se consolida como teórico e crítico de renome nacional, publicando em diversos lugares do meio acadêmico brasileiro:

Quando se tornou publico o resultado do concurso nacional para obtenção do ‘Plano Piloto’ para a nova capital do Brasil, os estudantes da Faculdade de Arquitetura do Rio Grande do Sul me pediram que comentasse o assunto. Da palestra então proferida resultou o presente ensaio critico publicado em 1957 na Revista Brasiliense, de São Paulo, e, posteriormente, em 1959 na Coletânea de meus trabalhos escritos, organizada e editada pelos estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais sob o título *Arquitetura e o homem*. (GRAEFF, 1979, p. 21).

Conforme é possível observar no relato acima pelas datas citadas, nesse período Graeff era professor no Rio Grande do Sul. Pelo que constam nos seus dados biográficos, exerceu intensa atividade profissional e didática, tendo sido um dos fundadores dos cursos de arquitetura em duas universidades federais: no Rio Grande do Sul, em meados nos anos de 1940 e em Brasília no início dos anos de 1960.

Ao longo dessas duas décadas, a sua principal linha de defesa da arquitetura brasileira se deu em torno da noção teórica de “escala humana”, ou seja, da arquitetura como síntese histórico-cultural. Ainda no primeiro quartel dos anos de 1960, nos primeiros anos de funcionamento do curso de arquitetura, Graeff foi expulso da

Universidade de Brasília e também da Universidade do Rio Grande do Sul pela ditadura dos militares.

Conforme consta em seus relatos,

Para sobreviver e defender o direito ao trabalho no meu ofício docente, precisei realizar cursos de curta duração e palestras em quase todas as escolas de arquitetura do país. Nessas andanças pelos quatro cantos do Brasil, comecei a perceber que há traços de família entre cidades como Brasília, Goiânia, Olinda, Recife, Fortaleza, Belém, Londrina... (GRAEFF, 1980, p. 106).

Goiânia aparece dentre esses locais estudados por Graeff “nessas andanças pelos quatro cantos do Brasil” no decorrer dos anos de 1960, em plena ditadura militar. Nesse período de sua trajetória profissional, Graeff não tinha emprego fixo, porém, essa condição o favorecia a continuar desenvolvendo a temática da “escala humana” como principal característica da arquitetura brasileira, precisamente por causa das oportunidades de deslocamentos para diversos locais do país.

Como era muito conhecido por rebater as críticas de teóricos internacionais como Bruno Zevi à arquitetura brasileira, era chamado para dar cursos de curta duração do Norte ao Sul do país. Portanto, esta condição de deslocamentos pelo país veio não apenas a consolidar ainda mais as suas ponderações sobre arquitetura brasileira, como o levou a ampliar as suas observações sobre o que as unia nas diferenças locais: “É como se essas arquiteturas falassem dialetos diferentes, mas todas com o mesmo sotaque”. (Ídem).

O contato com as diversas manifestações da arquitetura brasileira, também o levou, por consequência a analisar os vínculos entre teoria e prática, já que as diferenças locais eram expressões de práticas locais, e desse modo a pensar acerca da prática da teoria no Brasil e no mundo (GRAEFF, 1979, pp. 77-82).

Todos os fatos e processos do campo da arquitetura constituem naturalmente objetos de aplicação da reflexão crítica, mas destacam-se entre eles a obra executada e o processo da sua realização. Este, porque constitui a própria prática da arquitetura e aquela porque é o seu produto. (GRAEFF, 1979, p. 79).

Como se vê, os aspectos da “arquitetura como obra” e “o processo de sua realização” foram se destacando nas reflexões feitas por Graeff nesse período: a prática da arquitetura vai influenciar nas suas proposições teóricas. Com isso um dos principais frutos das reflexões de Graeff sobre o campo da arquitetura foi o desenvolvimento da noção de arquitetura a partir da proposta de um “edifício-tipo”, ao qual denomina “morada do homem”.

Esses frutos são imbricações de suas análises sobre teoria e prática da teoria, tendo como base as observações diretas das práticas da arquitetura (GRAEFF, 1979, p. 77). Foi também nesse período que passou a trabalhar na pesquisa *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira*, ou seja, a partir do início dos anos de 1970, e daí em diante trabalhou com essa temática por cerca de quinze anos.

Em 1979 Graeff publica nos Cadernos Brasileiros de Arquitetura da Editora Projeto o livro *Edifício* essencial sobre as suas análises até então apreendidas acerca da noção de “morada do homem” – “a arquitetura só poderá recuperar efetivamente seu prestígio na medida em que lhe for dado concentrar suas atenções no planejamento e na construção da “morada do homem” (GRAEFF, 1979, p. 71)².

No terceiro capítulo de *Edifício*, Graeff amplia a noção de “morada do homem” compreendendo o espaço arquitetônico a partir da necessidade humana de morar, desde o edifício até o espaço urbano como um todo. Essa ampliação de escala vinha ocorrendo desde que Graeff passa a trabalhar em uma pesquisa para o Ministério da Educação, intitulada *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira*, cujo

² O referido livro foi prefaciado por Lucio Costa, “a modo de prefácio” datado de 1975. Conforme esclarece na introdução o livro o livro foi feito a partir de uma encomenda de Otto Maria Carpeaux para a redação do verbete Edifício da Enciclopédia Mirador Internacional. (GRAEFF, 1979, p. 7).

produto lhe rendeu várias publicações, dentre as quais o livro *1983 – Goiânia: 50 anos*, sobre o qual serão abordadas algumas especificidades adiante.

Sobre essa ampliação de escala da noção de “morada do homem”, Graeff faz as seguintes ponderações na revista projeto, em edição de 1980:

Uma casa é uma casa, duas já constituem paisagem urbana. Nesse processo de complexidade crescente e especialização das atividades humanas – e de conseqüente desenvolvimento da cultura de morar –, a morada humana alcança dimensões que ultrapassam os limites do espaço edificado, do espaço rural e do espaço urbano, chegando hoje, graças às velocidades mecânicas e às telecomunicações, às fronteiras do agenciamento do espaço regional.

(...) Essa compreensão nova das origens das arquiteturas levou-me à reformulação da hipótese das “Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira”, em que venho trabalhando há quase dez anos. (GRAEFF, 1980, pp. 105; 106).

Goiânia foi uma das cidades que Graeff estudou para elaborar o processo de ampliação da escala da morada humana do edifício para a cidade como um todo, conforme exposto na citação acima. Embora apresentada de modo bastante sintético no folheto nº 2 da coletânea *Oito vertentes e dois momentos de Síntese da arquitetura brasileira / 1983 – Goiânia: 50 anos* é possível compreender a noção de morada humana observada na cidade de Goiânia:

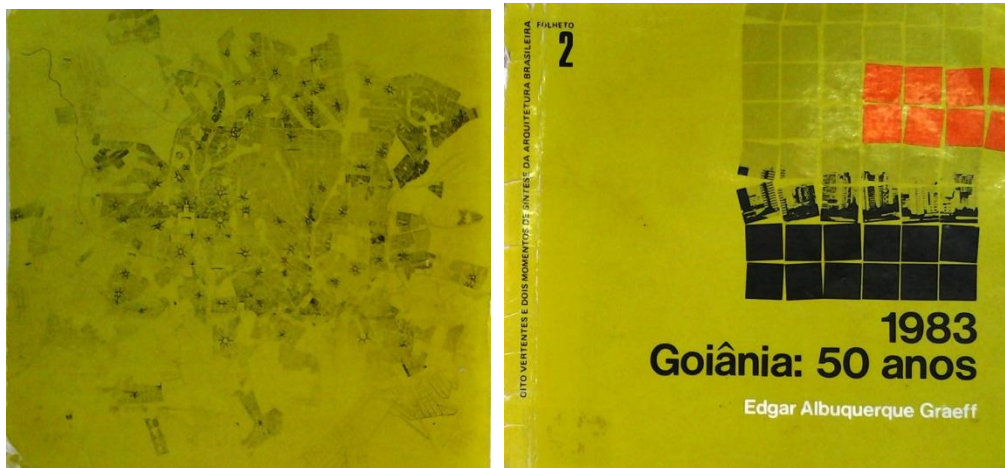


Figura 1: verso da capa do livro, mostrando o mapa da cidade e seus grafismos característicos. Fonte: NDD da PUC-GOIÁS / Figura 2: frente da capa do livro. Fonte: NDD da PUC-GOIÁS.

Conforme está estampado na capa do livro, do lado esquerdo (Figura 1) a escala “humana” da cidade aparece nos grafismos do mapa, e, do lado direito no conjunto de edifícios expresso artisticamente, por causa das interpretações que faz sobre as elaborações do plano original, mas também, como explica, pelo modo como o grafismo de Atílio Correia Lima foi apropriado por inúmeros desenhistas de loteamentos que configuraram a expansão urbana.

No decorrer de suas análises sobre Goiânia, Graeff procura caracterizar Atílio Correia Lima não como um herói ou demiurgo, mas como um ser humano cheio de contradições. Procura explorar ao máximo os aspectos que julga serem contraditórios, para minimizar ao máximo as possibilidades de tecnicismo que porventura houvesse no plano de Atílio para Goiânia. Isso ocorre, porque a escrita de *1983 – Goiânia: 50 anos* também recebe outras marcas das reflexões que Graeff fazia desde os anos de 1950, quais sejam os embates “tecnicistas *versus* organicistas”, a partir do qual procurou justamente formular o “conceito integral de ser humano”, ou um modo sistemático de erigir crítica aos chamados “arquitetos da era maquinista”.

Graeff identifica os arquitetos “tecnicistas” ou “maquinistas” como os que resolvem problemas da arquitetura “na prancheta” ou “na ponta do lápis, de pouco valendo perder tempo com ‘teorias’”. Para Graeff, estes arquitetos, “bebericam em fontes da Sociologia, da Economia Política, da Psicologia, da fisiologia etc., constroem um

Homem – com H maiúsculo – ao qual passam a servir, (...) à margem dos desejos e da cultura da gente de carne e osso”. (GRAEFF, 1979, p. 44).

No entanto, para o caso de Goiânia, a escala de humanidade observada não foi medida pela *plus* de teoria, mas do confronto entre o pensamento e a vida, ou entre a teoria e a prática:

Esse tipo de confronto entre o pensamento e a vida – ou entre a teoria e a prática – está na raiz mesma do processo de formação e desenvolvimento das cidades. Mas no caso particular de Goiânia parece que as contradições se instalaram antes mesmo da cidade começar a tomar forma no espaço. (GRAEFF, 1983, p. 16).

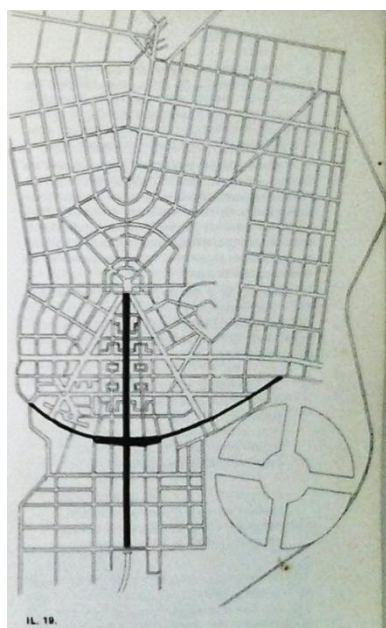
Com isso, ao ressaltar as contradições da cidade, Graeff pode ter parecido também contraditório, já que no decorrer de *1983 – Goiânia: 50 anos* tenha parecido ser muito menos elogioso do que o usual, levando-se em conta que o livro também seria um presente à cidade em seu aniversário.

Ao que parece, a maneira que o autor encontrou para ao mesmo tempo homenagear a cidade e também não descurar de sua própria atividade teórica foi ressaltando a “humanidade”, estampada precisamente em suas “contradições”. Talvez Graeff estivesse dizendo que, o melhor presente para Goiânia ao fazer 50 anos fosse a sua própria atividade teórica e crítica, já que dessas atividades teóricas e críticas é que surgiria a compreensão de sua “identidade profunda”.

E Goiânia, depois de tudo, não ficaria satisfeita apenas com o gesto amável: ela precisa, inclusive para se defender e sobreviver íntegra, de uma explicitação menos aleatória de sua identidade profunda. (GRAEFF, 1985, p. 31).

Como se vê, Graeff acreditava em uma “identidade profunda” de Goiânia, e, acreditava que a fim de conhecê-la, as suas observações críticas lhes seriam mais

proveitosas do que talvez as elogiosas prefigurações de Brasília, ao modo de Yves Bruand³.



Figuras 3 e 4: correspondentes às ilustrações 18 e 19 sobre a crítica a grafismos poucos significativos no projeto urbano original de Goiânia. Fonte: GRAEFF, 1983, p. 33.

Para Graeff, o “sinal da cruz” que alguns estudiosos identificam no cruzamento da avenida Goiás com a Anhanguera não constitui elemento de maior aproximação entre a estrutura urbana de Goiânia e a de Brasília. “O que aí temos não passa de um sinal gráfico, pouco expressivo, como tantos outros. O cruzamento da avenida Goiás com a Paranaíba, também evoca o cruzamento dos eixos de Brasília, mas esta é uma semelhança irrelevante” (GRAEFF, 1983, p. 33). Ao contrário do que poderia parecer, essa crítica aos estudiosos que vêem grandiloquências no traçado urbano de Goiânia não a desmerecem, ao contrário, é um forma de desconstruir as superficialidades em busca do que chama de uma “identidade profunda”.

³ Para Bruand (2002, p. 352), Goiânia é a prefiguração de Brasília.

Conforme diz à página 31, a cidade de Goiânia o teria cativado desde 1965, à maneira da raposa de Saint-Exupery. É interessante perceber, contudo, que ao falar da “identidade profunda” de Goiânia, ou mesmo ao dizer que a cidade “não ficaria satisfeita apenas com um gesto amável”, Graeff não está personalizando a cidade, mas sim falando da medida que escolheu para aferir a “escala humana” de Goiânia, a “contradição” inerente em vários pontos que julga relevantes.

Tais contradições estariam mesmo no coração da cidade, e por isso teriam impregnado em seus moradores, aos quais vai destinar o seu livreto comemorativo em forma de “cogitações”:

As presentes cogitações não se destinam aos colegas de ofício, que estão cansados de saber o que vai por trás das posições assumidas pelos dois urbanistas [Correia Lima e Armando de Godoy] – elas, as cogitações, destinam-se aos moradores de Goiânia, que mal conhecem os fundamentos do desencontro entre eles. Motivo pelo qual convém esclarecer alguns pontos do confronto. (GRAEFF, 1983, p. 16).

Então, são a esses moradores, os quais definem a cidade como “morada humana” que Graeff prefere “cogitar” sobre as contradições que delineiam a sua morada, e, quiçá, a sua identidade mais profunda, qual seja, eles mesmos por sua vez impregnados do que tinham na cabeça e no coração dos arquitetos que conceberam Goiânia.

Tentar descobrir o que esses arquitetos tinham na cabeça e no coração quando conceberam Goiânia, constitui o primeiro objetivo deste trabalho, que não presume ser um ensaio e muito menos uma pesquisa científica e, se faz falta uma classificação,



um rótulo, creio que se pode arquivá-lo no escaninho das *cogitações cordiais*, se é que existe isso. (GRAEFF, 1983, p. 11).

Para Graeff, falar em cogitações cordiais não se tratava apenas de uma licença poética, mas sim uma forma de compreender o que estava além dos grafismos do projeto urbano, no caso do uso do *patte d’oie* acreditava tratar-se de um equívoco, porque “o famoso pé-de-pato não passa realmente de uma imagem gráfica, um rosto capaz de esconder diferentes corações” (GRAEFF, 1983, p. 18).

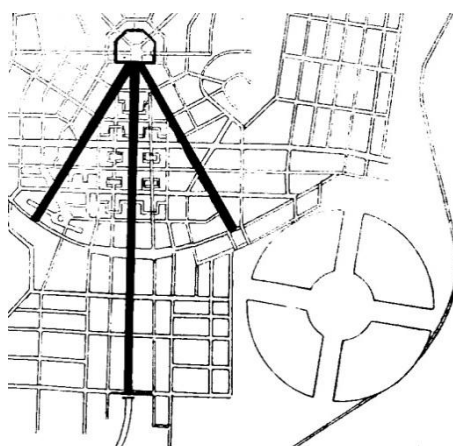


Figura 5: grafismo de Goiânia, *patte d’oie* corresponde à ilustração 13. Fonte: GRAEFF, 1983, p. 26.

Conforme diz à página 27, o traçado em asterisco por si só não constitui patrimônio ou ideologia de quem quer que seja, existindo simplesmente em disponibilidade, o que vai imprimir sentido e significado às suas potencialidades funcionais e expressivas é o uso que delas se faz. Novamente parodiando Saint-Exupéry, vai dizer que, “essencial na arquitetura não é o grafismo que *marca*, mas a ambiência que *anima* o espaço, que lhe dá alma – o ‘coração’ da arquitetura é como a luz que o círio liberta”. (Idem). No caso de Goiânia, o uso dado ao grafismo, é o espraiamento das

contradições e equívocos do grafismo barroco, o qual pode ser observado em quase todos os bairros da cidade.



Figuras 6, 7 e 8: asteriscos tornaram-se à “cultura de morar” impregnando a contradição como “identidade profunda”. Fonte: GRAEFF, 1983, p. 19-22.

Ao analisarmos algumas observações feitas por Graeff sobre o urbanismo em Goiânia, podemos perceber que o autor desenvolve as análises que vinha fazendo sobre a arquitetura brasileira, especificamente sobre as relações entre arquitetura e cultura. Como diz á página 27, o que ao seu modo seria um elogio a Goiânia, talvez dessas “contradições” das quais se ocupa no decorrer do livro, “tenham resultado a vitalidade e a graça que ainda hoje Goiânia exhibe, apesar de todos os pesares, e das deformações que vem sofrendo sob o impiedoso império do capitalismo selvagem”. (GRAEFF, 1983, p. 27). Sem duvidas, essa foi uma forma heterodoxa de elogiar Goiânia por seus cinquenta anos.

Porém, ao identificar a contradição e o equívoco do grafismo como inerente à cultura de morar, finda por constituir uma vertente uma vertente bem menos explorada

da história do urbanismo em Goiânia, qual seja, a vertente crítica, que se recusa a seguir os ditames da história oficial.

Breve comentário sobre a história urbana de Narcisa Cordeiro

A arquiteta Narcisa Cordeiro, formada pela Universidade Católica de Goiás em 1974, prestou diversos serviços para a ENCOL uma das maiores empresas que atuava no setor da construção civil nos anos de 1970 em Goiânia, para quem fez os projetos urbanos do conjunto residencial Parque das laranjeiras na região Sul da cidade, e o conjunto residencial Goiânia II na região Norte. Após atuar cinco anos como arquiteta e urbanista autônoma, foi convidada para atuar na Secretaria Municipal de Planejamento no ano de 1979, onde juntamente com as funcionárias da biblioteca passou a organizar um acervo documental baseado em depoimentos de antigos moradores, com os quais também foram coletados mapas e fotos.

Ao ser indagada sobre a pertinência desse trabalho memorialístico por uma Secretaria de Planejamento, Cordeiro assegurou ser fruto de sua própria história de vida, já que desde tenra idade foi influenciada por “goianos ilustres” que residiam em sua vizinhança a ser também uma espécie de guardiã da memória da cidade⁴. Dentre esses Goianos ilustres cita Euridice Natal e Silva, mãe de Colemar Natal e Silva, sendo este último o fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, uma das instituições que reúnem tais “goianos ilustres” e da qual Cordeiro veio a tornar-me membro.

Além dessa justificativa baseada na sua própria história de vida havia também o contexto das preocupações memorialistas dos chamados “intelectuais goianos”, como por exemplo José Mendonça Teles havia publicado em 1977 no livro *Fronteira* uma crônica intitulada *A cidade em memória*, em que propunha que o Palácio das

⁴ Entrevista feita no dia 29/08/2013. Fonte: acervo do autor.

Esmeraldas fosse transformado em Museu Histórico de Goiânia, além de listar todo o patrimônio edificado que encontrava-se descaracterizado.

Segundo Cordeiro, o trabalho de pesquisa memorialística que realizou na SEPLAN desde 1980, tinha como objetivo a publicação de um livro comemorativo em 1983, durante o cinquentenário de Goiânia, tal como fez Graeff. Contudo, conforme seus relatos, o referido órgão municipal se recusou a se responsabilizar pelas interpretações, conceitos, teorias e críticas que viessem a ser feitas pela autora. Assim sendo, o livro que veio a se chamar *Goiânia: evoluções do plano urbanístico* só veio a ser publicado a expensas da própria autora, seis anos após o previsto, após Cordeiro já ter deixado de trabalhar na Secretaria.

Na verdade, o teor do livro nada tinha a ver com a homenagem heterodoxa que Graeff tinha feito em 1985 a Goiânia. Muito pelo contrário. Contendo as mesmas formalidades e aspectos oficiais que tem *Como nasceu Goiânia* de Ofélia Monteiro (1938), *Goiânia documentada* e *Goiânia Global* de Oscar Sabino Junior (1960 e 1980), *Evoluções do plano urbanístico* reproduz as versões oficialmente conhecidas pela “plêiade dos intelectuais goianos”. Com o diferencial de que se detem mais detalhadamente nos projetos de Atílio Correia Lima e dos engenheiros Coimbra Bueno, tratando de reunir e publicar informações oficiais referentes ao assunto. E é esse diferencial que, embora ancorado na historia oficial, vai transformar Cordeiro em uma das primeiras autoras a fazer uma historia do urbanismo em Goiânia.



Figura 9: Colemar Natal e Silva, fundador do IHGG; Figuras 10 e 11: Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno; Figura 10: Venerando de Freitas Borges; Figura 11: Gercina Borges e Pedro Ludovico Teixeira. Alguns personagens que compõem a narrativa oficial sobre a história de Goiânia. Fonte: CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, p. 8; 11.

O modo como Cordeiro estabelece seus vínculos com os personagens e a política oficial, fica ainda mais evidente um ano após ter publicado *Evoluções do plano urbanístico*, quando juntamente com a sua ex-colega de SEPLAN resolve ampliar o livro publicado em 1989, intitulando a nova obra de história do urbanismo em Goiânia de *Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original*, também edição das autoras.

Logo nos agradecimentos e dedicatória do referido livro, podemos ver a vinculação que tem com o trabalho feito na SEPLAN no início dos anos de 1980, ao citar as funcionárias da biblioteca do órgão público, também os personagens que em geral cederam o acervo documental que ainda hoje existe:

Agradecemos a Colaboração de Dra. Moema de Castro Olival, das historiadoras Júlia Maria Magalinsky (in memoriam), e Vanda Maria Boaventura, como também da biblioteconomista Maria de Lourdes Sousa.

Aos nossos pais, pioneiros de Goiânia, Antero Batista de Abreu Cordeiro, Lina Carvalho Cordeiro e Henrique Ribeiro de Queiroz (in memoriam), Josefa Rodrigues da Silva Queiroz.

Fonte: CORDEIRO e QUEIROZ, 1990, página de agradecimentos e homenagens.

Em *Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original*, Cordeiro e Queiroz farão maior uso das entrevistas feitas com Abelardo e Jeronimo Coimbra Bueno, e esse é um aspecto interessante para a história do urbanismo em Goiânia, porque coloca esses personagens como decisivos para a configuração da cidade. Partindo dos relatos das memórias dos Coimbra Bueno, as autoras irão narrar acontecimentos que envolveram a feitura dos planos, o que até então pouco ou quase nada havia sido nesse sentido.

O resultado é que, o nome de Armando de Godoy, que aparece diversas vezes na história narrada por Graeff (1985) e até mesmo por Bruand 1980⁵, pouco aparece na narrativa de Cordeiro e Queiroz. No lançamento de *Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original*, ocorrido no CREA-GO Abelardo e Jeronimo Coimbra Bueno foram homenageados pelas autoras.



⁵ A primeira edição da conhecida obra *Arquitetura contemporânea no Brasil*, de Yves Bruand, data de 1980.

Figura 12: Abelardo e Jeronimo Coimbra Bueno foram homenageados por Narcisa Cordeiro no lançamento do livro *Goiânia: embasamentos do plano urbanístico original*. Fonte: arquivo de Narcisa Cordeiro.

Interessante observar que, reforçando novamente a tendência à oficialidade de sua escrita, as autoras procuram filiar-se ao discurso ecológico (CORDEIRO e QUEIROZ, 1990: 28) então em voga na prefeitura de Goiânia no início dos anos de 1990.

Ao se lançar à cuidadosa tarefa de analisar o plano urbanístico original de Goiânia, as autoras se inserem neste esforço geral para que os próximos ciclos evolutivos sejam pautados pela valorização da vida individual e social, preservando-se acima de tudo o meio ambiente, assegurando-se às gerações futuras uma cidade próspera e equilibrada.

Prefeitura Municipal de Goiânia

Considerações

As análises dos livros considerados nesse texto, podem ser úteis para, por um lado mostrar a genealogia do uso indiscriminado do termo “urbanismo barroco”, tão amiúde propagado na historiografia do urbanismo de Goiânia, sem, contudo atentar para o contexto da teoria que Graeff vinha desenvolvendo sobre o espaço arquitetônico brasileiro, e somente no escopo dessa teoria pode-se compreendê-lo com maior clareza no uso específico que deu no livro *1983: Goiânia 50 anos*. Importa com isso salientar a complexidade que o referido livro esconde, e atentar para os cuidados de sua leitura apressada, o que pode resultar em práticas superficiais, tão criticadas ao longo de todo o texto em busca de uma “identidade profunda” para Goiânia.

Por outro lado a forte presença da história oficial tecendo as narrativas escritas em *Evoluções do plano urbanístico* e *Goiânia: embasamentos do plano original* podem também esconder um viés de aparente superficialidade. Ao inserir os personagens

Jeronimo e Abelardo Coimbra Bueno na história do urbanismo de Goiânia pelo viés de suas próprias memórias, ocorre uma abordagem inusual desses personagens que foram estigmatizados por suas atividades políticas e imobiliárias. Talvez a característica triunfante da história oficial acabe dando o tom maior e mais influente no trabalho empreendido por Cordeiro. Porém, um olhar mais atento às contradições, como queria Graeff, poderá contribuir para o conhecimento da identidade mais profunda da história do urbanismo em Goiânia, e, por meio dessa perspectiva conhecer as metodologias do projeto que antecederam as superficialidades de seus grafismos.

REFERENCIAS

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 [1980].

CORDEIRO, Narcisa. *Evoluções do plano urbanístico*. Goiânia: Edição da autora, 1989.

_____ e QUEIROZ, Normalice de. *Goiânia: embasamentos do plano original*. Goiânia: Edição das autoras, 1989.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *1983: Goiânia 50 anos*. Goiânia: MEC/SECU, 1983.

_____. *Relações de parceria: cultura e arquitetura*. In Revista MODULO, edição 61 / novembro de 1980.

_____. *Edifício*. Cadernos Brasileiros de Arquitetura. São Paulo: Editora Projeto, 1979.

_____. *Cidade utopia*. Belo Horizonte: Vega, 1979.

_____. *Arte e técnica na formação do arquiteto*. São Paulo: Studio Nobel: Fundação Vilanova Artigas, 1995.

MONTEIRO, Ofélia. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

Revista Projeto, nº 50. Notícias – *Nos 50 anos de Goiânia, discussões sobre a cidade*.

SABINO JUNIOR, Oscar. *Goiânia documentada*. Goiânia: Serviço de documentação Museu Estadual, 1960.

_____. *Goiânia Global*. Goiânia: Oriente, 1980.

Arquivos consultados:

Núcleo de Documentação e Divulgação (ndd) da PUC/GOIÁS.

Arquivo particular de Narcisa Cordeiro.

Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN.

TEMPOS DE REVOLTAS NO BRASIL OITOCENTISTA: A “REVOLUÇÃO CABANA” EM SANTARÉM NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS PARAENSE (1834-1838)

Wilverson Rodrigo Silva de Melo
w.rodrigohistoriador@bol.com.br

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE
Bolsista da CAPES

Resumo

A Guerra da Cabanagem (1835-1840) completou neste ano, 178 anos. Estudos e pesquisas recentes mostram que o Baixo Amazonas foi à área de maior resistência depois de Belém na província do Grão-Pará. A partir de leituras de documentações do Arquivo Público do Estado do Pará e expedições pelo Baixo Tapajós, é possível identificar importantes variações nos relatos e memórias sobre esta revolta/revolução. Tal fato desencadeou uma série de questionamentos e inquietações que visam discutir esta “Revolta” sob uma ótica que possibilite historicizar a tomada de Santarém (“capital do Vale Amazônico no Baixo Amazonas”) pelas tropas cabanas; a Guerra da Cabanagem do ponto de vista dos “descendentes dos cabanos” de Cuipiranga, a derrocada do reduto cabano no Tapajós, bem como discutir o sujeito e uso do termo “cabano”.

Palavras-Chave: Cabanos, Santarém, Cuipiranga.

Abstract

The Cabanagem War (1835-1840) completed this year, 178 years. Studies and recent research shows that the Lower Amazon was the area of greatest resistance after Bethlehem in the Province of Grão-Pará. As from reading of documentation of the Public Archives of the State of Para and expeditions by the Low Tapajós, it is possible to identify important variations in the stories and memories about this revolt / revolution. This fact triggered a series of questions and concerns aimed at discussing this "revolt" in a perspective that allows historicizing the invasion of Santarém ("capital of the Amazon Valley in the Lower Amazon") by the troops huts; The Cabanagem War in the point of view of "descendants of cabanos" of Cuipiranga, the collapse of the cabano stronghold in the Tapajos, as well as discuss the subject and use of the term "cabano".

Keywords: Cabanos, Santarém, Cuipiranga.

O Historiador sucateiro (Lumpensammler ou Chiffonnier) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer.

O Historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nomes, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua “narrativa afirma que o inesquecível existe” mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente).

Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquico: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados.

JEANNE MARIE GAGNEBIN

INTRODUÇÃO

Como já mencionado, a Guerra da Cabanagem ocorrida em meados do século XIX (1835-1840) completou no ano de 2013, 178 anos. Segundo, Caio Prado Junior (1933, p. 137-138), foi “um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. [...] a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva de poder”. Mesmo que ainda esteja forte na mente dos mais velhos as imagens da violência da repressão aos rebeldes, também persiste a cortina de silêncio e desinformação sobre este fato histórico.

E é a partir do embalo da Nova Historiografia – Nova História Cultural ou Escola dos Annales -, que visa rediscutir a História a partir das Teorias da “Micro-História de Carlo Ginzburg” e da “Questão do Outro de Tzvetan Todorov”, que este trabalho lança como proposta rever, analisar documentações da época, registrar as histórias e memórias dos descendentes dos cabanos, bem como dá novos significados e interpretações aos discursos e publicações de teóricos sobre o movimento cabano, desmistificando construções dogmática e elitista que se registrara sobre a visão “dualista” (de heróis e vencidos) e a visão maniqueísta (de “bons” e “maus”) desta guerra, na História Oficial (Tradicional).

A partir de leituras e expedições pelo Baixo Tapajós, notara-se muitos levantamentos antropológicos concernentes à etnogênese dos povos indígenas e ribeirinhos no baixo amazonas, em que na maioria dos discursos tanto de teóricos, quanto da população desta região soara muitos correlatos e memórias sobre o movimento da Cabanagem. Tal fato desencadeou uma série de questionamentos e inquietações a respeito desta “Guerra” pouco conhecida e democratizada aos brasileiros, especificamente aos amazônidas.

Segundo Melo (2011, p. 108), em comparação a outros movimentos regenciais, nota-se quão esquecida e alienada é a Cabanagem para os alunos nas escolas e para a população do Brasil, de um modo geral. Tornando-se isso propositalmente, nada mais do que a imposição da ignorância e do obscurecimento desse movimento ao povo do Brasil, haja vista que, seu caráter revolucionário-popular fundamentado nos ideais da Revolução Francesa fora capaz de depor governantes, intimidar um Império, organizar-se não apenas enquanto insurreição, mas sim como uma “revolução” que tomara de forma efetiva o poder na Província do Grão-Pará. Daí o temor de tomar este movimento como símbolo ou marco histórico de um Brasil Pós-Independência, pois se a Farroupilha - Também uma revolta do período regencial - já virara Minissérie na televisão brasileira, a Cabanagem nem sequer ganhou espaço e difusão na região do ocorrido – antigo Grão-Pará e atual Região Norte do país -, o que por si só denota o exímio esquecimento.

Vale ressaltar que desde a “Evolução Política do Brasil (1933)”, os estudos antropológicos e historiográficos caracterizam a Guerra da Cabanagem como uma das, senão a principal revolução política ocorrida no Brasil, em toda sua História após 1822. Muito além, o antropólogo inglês David Cleary *apud* Lima (2008, p. 294), destacou no ano de 1998, que ela deve ser pensada como uma das maiores e mais abrangentes revoluções políticas de todo o Novo Mundo.

Estes delineamentos também buscam auxílio na história escrita por Vicente Salles no livro “O Negro na formação da Sociedade Paraense”, em que o autor procura escrever a história defendida por Michelet, “a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos” (Apud BURKE, 1997, p. 19).

Por tudo isto, que esta pesquisa fundamenta-se nas premissas de uma (re)análise dos documentos do APEP, relatos e memórias dos descendentes dos cabanos, no intuito de fazer uma releitura dos pequenos traços dessa revolta popular sob a ótica da Micro-História.

Sendo que o teor deste trabalho se constitui de levantamento documental e bibliográfico, relatos e memórias. As fontes utilizadas se constituem de registros escritos (tais, como documentos oficiais, jornais), registros bibliográficos, registros orais (tais como as narrativas e memórias de indígenas, ribeirinhos e quilombolas, coletados durante a Caravana da Memória Cabana no ano de 2010. As entrevistas tiveram duração variante entre 30 minutos a 1 hora e 30 minutos..

Quanto à análise documental, boa parte dela é proveniente do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). É Salutar destacar que, esta pesquisa se situará na interface de estudos historiográficos, antropológicos e etnográficos.

A Cabanagem no Baixo Amazonas: nos meandros da Revolta/Revolução

No que tange a cabanagem propriamente dita no Baixo Amazonas, infere-se que esta região nunca enclausurou-se ou se pôs ao estado de ostracismo mediante os acontecimentos políticos ocorridos na província do Grão-Pará. Existem relatos de uma insurreição de rebeldes em Santarém datado de 2 a 3 de Agosto de 1834, os quais se apoderaram de armamentos e munições ali existentes¹, ou seja, tal motim foi anterior até mesmo a tomada de Belém em 7 de janeiro de 1835.

Todavia, instaurada a Cabanagem na capital, segundo Reis (1979, p. 113) “as autoridades do Baixo Amazonas decidem por criarem uma liga defensiva que seria comandada por Santarém e Óbidos, na perspectiva de autodefesa mediante os revoltosos”. Entretanto, devido as frequentes incursões e estratégias guerrilheiras, as vilas, freguesias e cidades do Baixo Amazonas passam a serem tomadas pelos cabanos que organizaram-se rapidamente no controle das respectivas localidades, conforme afirma REIS, (1979, p.114):

E numa infiltração desagregadora, começaram a atingir as vilas cobiçadas, não em operações militares imediatas, mas pela circulação de notícias tendenciosas, boatos alarmantes, que começavam a quebrar, se não a harmonia das populações, mas o espírito de reação. Os receios de que não pudessem vencer, e talvez fosse melhor abrir as portas da casa aos cabanos que propriamente resistir-lhes sem perspectivas de êxito, entrou a frutificar.

A vias de fato, segundo Barriga (2007, p. 42), a Cabanagem começa a ter êxito no Baixo Amazonas em 1836, quando, com muita dificuldade, os cabanos conseguem tomar Santarém, desarticulando a liga defensiva do Baixo Amazonas, passando Óbidos a comandar a união desses municípios.

¹ Informação presente no documento - **Correspondência de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, Tenente Coronel Comandante do Batalhão, ao Presidente da Província do Pará – sem nomenclatura** -, remetido de Santarém em 04 de Agosto de 1834; CÓDICE 888; DOCUMENTO 109; ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ.

Concernentemente, para Santos (1999) *apud* Vaz (informação verbal) ², a realidade em Santarém às vésperas da Cabanagem explica porque era grande a insatisfação da maior parte da população. Segundo ele a economia girava em torno da produção de cacau (cultivado e selvagem) e criação de gado, principalmente nas fazendas localizadas no Lago Grande, pertencentes a portugueses ou filhos de portugueses, que usavam o trabalho escravo de *tapuios* e negros. Os donos dos *regatões*, que subiam e desciam os rios da região, dominavam através do sistema da dívida aqueles que não eram formalmente escravos e que se dedicavam principalmente à agricultura e à pesca.

Neste período histórico Santarém dividia-se em três bairros: Prainha, Centro e Aldeia. Sendo que o **Centro** abrigava alguns poucos fidalgos, o bairro da **Prainha**³ consistia na moradia da elite luso-santarena e o bairro da Aldeia abrigava os marginalizados (tapuios, negros alforriados e fujões, comerciantes de baixo poder aquisitivo, etc). Deve-se enfatizar que a tomada de Santarém não ocorreu de forma “hollywoodiana”, haja vista que o povo insatisfeito que aderiu a cabanagem, eram os próprios moradores da Aldeia – composta por uma miscelânea de “paganus”⁴ que mantinham fortes laços familiares e comerciais com comunidades ribeirinhas do Baixo Tapajós. Dessa forma, em março de 1836, quando os líderes de Cuipiranga tomaram Santarém, foram apoiados por uma massa de cabanos armada de facões e armas bélicas (provenientes do saque de armistícios do quartel de Santarém) que saíram exatamente do bairro da Aldeia, ou seja, foi uma dominação do bairro da aldeia com reforços ribeirinhos sobre o Centro e a Grande Prainha.

Em síntese, a tomada de Santarém pelos cabanos ocorreu de forma rápida, violenta, pré-meditada e anunciada, tendo como fato marcante deste episódio, a morte do Pai do Barão de Santarém homônimo ao nome do filho – Miguel Pinto Guimarães. É

² Informação concedida pelo Antropólogo Prof.º Dr. Florêncio Almeida Vaz durante o II Encontro da Cabanagem em Cuipiranga/Santarém, 06-08 de janeiro de 2012.

³ Devido abrigar a elite santarena, este bairro passa a sofrer um acréscimo em seu nome, sendo denominado “Grande” Prainha.

⁴ Termo latino que significa “habitante do campo”, “rústico”, circunvizinho as cidades.

salutar destacar, que a tomada da capital do Vale do Tapajós, ocorreu sob a liderança de Antonio Maciel Branches (que liderava os ataques pelos rios Arapiuns e Tapajós, e foi um dos responsáveis pela tomada de Santarém e domínio da Vila de Alter-do-chão) e Miguel Apolinário Maparajuba “Firmeza”, o qual era homem dotado de natural vivacidade e de tal e qual coragem, sendo forjado na luta e muito acatado pelos cabanos, o qual intitulava-se o “General cabano no Tapajós”. Segundo Dutra (2009), “Maparajuba era religioso, um líder que utilizava citações bíblicas para compelir seus comandados à obediência: ‘A desobediência lançou Lúcifer no inferno e pela desobediência de Adão entrou o pecado no mundo’, pregava ele aos revoltosos, incentivando a acatarem as suas ordens”.

Dutra ainda assevera que a estratégia de Maparajuba Firmeza incluía viagens noturnas a Santarém, onde os cabanos aliciavam mestiços, negros e índios para a sua causa, inclusive para roubarem armas e munição do quartel da força anti-cabana. Ainda segundo o autor, há dados que comprovam que os cabanos conseguiram aliciar um número impreciso de soldados de forças imperiais, obviamente militares de patente inferior, pertencentes às classes oprimidas pelos lusos.



O Cabano Paraense. Pintura de Alfredo Norfini, 1940.

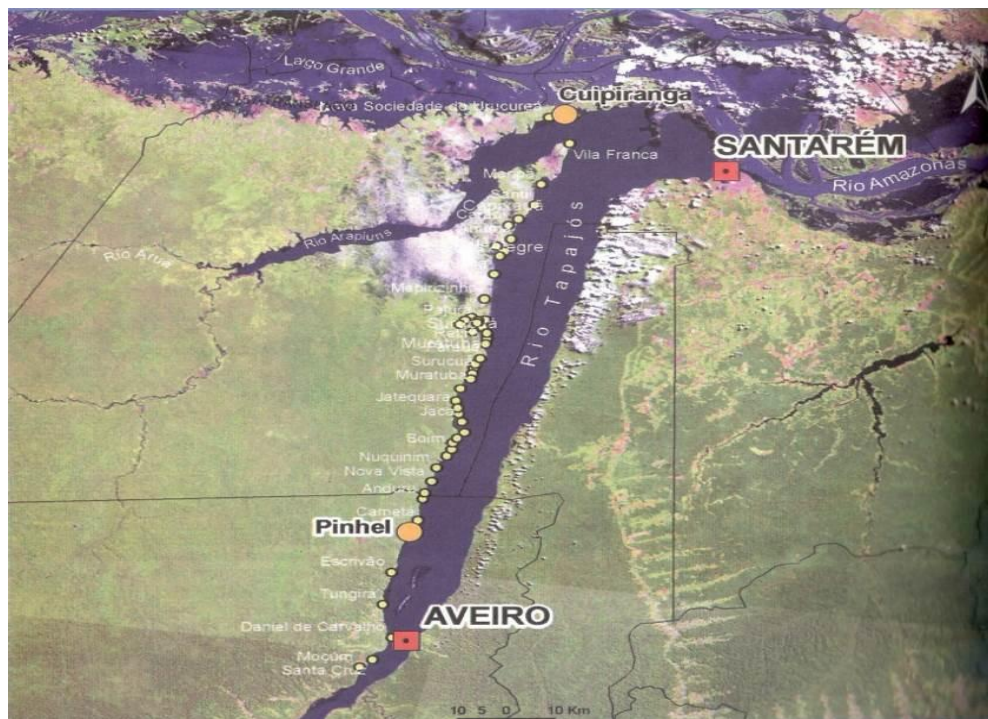
Fonte: <http://somostodosedmilson.blogspot.com>

Ano: 2013

Para Vaz (2012), de diferentes formas, a guerra iniciou em vários pontos do interior da Amazônia (não só em Cuipiranga) e culminou naquele janeiro de 1835 em Belém. Após a tomada da capital, os rebeldes de Cuipiranga intensificaram sua luta, chegando a forçar a Câmara de Santarém a aderir ao movimento cabano, em 9 de março de 1836. O *reduto cabano* continuou de pé, mesmo após a queda definitiva de Belém (13.05.1836), e até se tornou o centro do movimento rebelde e a fortaleza mais bem sucedida no interior da Amazônia.

Um comandante das forças imperiais escreveu que o acampamento era o “berço de toda a anarquia” e o lugar onde os cabanos tinham “suas últimas esperanças de salvação”. O padre Antônio Sanches de Brito, um dos líderes anti-cabanos, escreveu que lá era “o lugar para onde todos os demônios iam” (HARRIS, 2010). Era imperioso mesmo destruir aquele foco de “últimas esperanças de salvação” para as “classes infames” da Amazônia nos anos 1830 (FREITAS, 2005).

Domingos Antônio Raiol (1970), na sua conhecida e sempre referida obra *Motins Políticos*, escrita desde um ponto de vista em nada simpático aos cabanos, diz, baseado em um escrito do oficial João Henrique de Matos, “que Cuipiranga era um lugar ‘célebre’ e ‘terrível’ que abrigava infames anarquistas”. Mas nem todos tinham sobre os cabanos uma visão como esta, própria das forças da repressão.



Mapa dos Redutos Cabano no Baixo Tapajós

Fonte: Caderno especial “Jornal Gazeta de Santarém”

Ano: 2009

Em 1832 um grupo de soldados se amotinou e tomou Manaus, e em abril eles fugiram para se refugiar em Cuipiranga. Harris (2010) afirma quem no final de 1836 o acampamento tinha mil homens e suas famílias. A maioria eram trabalhadores e moradores da região: brancos, mestiços, índios, *tapuios* e negros livres que desertavam das fazendas onde eram escravos ou semi-escravos. Era gente que trabalhava nas pequenas roças, na pecuária nas fazendas, na pescaria ou no artesanato. Essas pessoas buscavam a segurança em Cuipiranga. O acampamento havia crescido muito após a queda de Belém em maio de 1836, quando inúmeros rebeldes subiam o rio Amazonas fugindo da repressão que se espalhava desde Belém.

Segundo pesquisas de Harris (2010), em meados de 1836, Cuipiranga chegou a abrigar cerca de 1000 homens fortemente armados com muitas reservas de material bélico, ao contar com mulheres e crianças, estima-se que a população de Cuipiranga tenha atingido um percentual de 3.000 pessoas, população semelhante ou até mesmo

superior a da cidade de Santarém – Centro e Prainha. O antropólogo ainda assevera que o reduto cabano vivia em constantes contrastes, pois comemoravam festas, celebrações e homenagens religiosas que na maioria das vezes eram interditas e paralisadas em virtude de um ataque de tropas anti-cabanos ou quando não, pela simples notícia da derrota de uma comunidade ou tropas aliadas.

De acordo com seu Manoel Godinho, em entrevista a Caravana da Memória Cabana (2010), “os idosos falavam que os pontos de maior resistência da cabanagem no Baixo Amazonas foram Cuipiranga e a Ponta do macaco na Vila de Arimum, próximo a Vila Brasil (Arapiums)”. Segundo o entrevistado, as tropas anti-cabanos investiam em avançados armamentos para depor os cabanos, sendo que apenas uma embarcação decide abrir fogo contra Cuipiranga, desde a ponta do Jarí até deparar-se com toras de madeira presentes na vila – tornando este acontecimento, como o maior vexame e vergonha das tropas opositoras aos cabanos.

Segundo a entrevista de Seu Cláudio José (Coruja), o mesmo afirma que a coloração das vestimentas cabanas era devido à quantidade de sangue aspergida das matanças de portugueses, assim como também era de costume dos cabanos tingirem suas roupas com casca de crajiru, muruci, urucum ou axuá na tentativa de evitar que seus companheiros fossem mortos, ou seja, o vermelho, o coral, funcionavam como uma forma de identificação entre os cabanos.



Seu Cláudio José (coruja)

Fonte: Arquivo Pessoal

Ano: 2010

Nas entrevistas a Caravana da Memória cabana ocorrida em maio de 2010 na região do Baixo Tapajós, o relato dos descendentes dos cabanos em Cuipiranga e comunidades adjacentes, apontam que a Comunidade de Cuipiranga em Santarém, por se localizar num delta de confluência do Rio Tapajós, do Rio Arapiuns e do Rio Amazonas aos fundos, fora palco do foco de maior resistência da Guerra da Cabanagem no período regencial, nos discursos soa de forma uníssona, que em Cuipiranga ou Ecuipiranga⁵ nomeada por Silveira Bueno (1987), os cabanos venceram e perderam. Venceram no sentido de resistir as tropas anti-cabanas durante dois anos, utilizando como estratégias criar trincheiras ao longo da geografia “cuipiranguense” e camuflar troncos de palmeiras cobertos de breu, no intuito de fazer-lhes passar por canhões para afastar as tropas militares e/ou ganhar tempo para fuga – relatos evidenciados também no discurso do antropólogo Mark Harris (informação verbal)⁶ e do escritor amazônida REIS, Arthur Cezar (1965, p. 121-149).

⁵ Segundo o dicionário de Tupi-guarani de Silveira Bueno, professor lingüista da USP - Ecuipiranga significa “areia vermelha”; Cuí: ária; Piranga: Vermelho.

⁶ Informação obtida numa Palestra ao Curso de Comunicação social/jornalismo do Instituto Esperança de Ensino Superior (IESPES- Santarém) em 15 de Dezembro de 2006.





Cuipiranga – último reduto de resistência cabana no Grão-Pará

Fonte: Caderno especial “Jornal Gazeta de Santarém”

Ano: 2009

Esta era a Cuipiranga de 1836 narrada por Mark Harris, um reduto de resistência com suas particularidades e seus paradoxos, se por um lado vigiava, planejava estratégias de vitória na guerra, por outro, não deixava se abater pela seriedade das circunstâncias.

A Derrocada de Cuipiranga: um processo paulatino do fim da Cabanagem no Baixo Amazonas

Tão certo como não podemos narrar com perfeição e êxito nossa própria história desde nossa infância, é bem certo que os fatos históricos não são resgatados em sua plenitude. No entanto, o ofício de historiador aplica-se a interpretar os vestígios de acontecimentos (documentos, bibliografias, história oral, memórias, etc) e unir a tese de

lançar hipóteses sobre tais objetos de estudo na anuência de tentar montar uma teia de fatos que tentem explicar alguns traços da história do acontecido que está em vigência.

Partindo de tais pressupostos, infere-se que o aniquilamento de Cuipiranga inicia-se num processo gradual. Segundo REIS⁷ o início da derrocada dos cabanos no interior do Grão-Pará se inicia a partir das expedições de Ambrósio Pedro Aires, quando este passa a utilizar pequenos barcos, como já faziam os cabanos. Descendo o rio Amazonas, a contra-ofensiva vai resgatando vila por vila, inclusive as mais importantes. Para os cabanos ainda restava o “vale do Tapajós e largos trechos do Baixo Amazonas”, além de Cuipiranga.

A derrocada de Cuipiranga, ocorre muito aquém das expedições de Soares D’andréa. O principal mobilizador e responsável por este acontecimento fora o padre Sanchez de Brito.

Antônio Manoel Sanchez de Brito, segundo BARRIGA⁸, conhecia muito bem a região que cercava Cuipiranga - era amigo exímio do cônego Batista Campos e também discípulo do Bispo Dom Romualdo de Sousa -, foi vigário de Juruti, e depois juiz de Paz de Faro e posteriormente de Óbidos. Seu trabalho missionário com os índios mundurucus contribuía para seu conhecimento adentro da floresta. Entretanto, seu temperamento e disputas de liderança com Ambrósio Pedro Aires nas expedições a Cuipiranga contribuiram para o retardamento da derrota do reduto cabano no Tapajós.

Todavia, segundo uma releitura das documentações do APEP, o padre Sanchez de Brito organizava expedições particulares no Baixo Amazonas em pequenas embarcações, o qual realizava uma espécie de recrutamento forçado de tapuios, caboclos e negros alforriados no intuito de fazer múltiplas incursões, ataques e extermínio do reduto cabano no Tapajós. Praticamente, a estratégia do padre obtém grandes êxitos, pois quando as escunas de D’andréa iniciam os combates a “Ecuipiranga” não encontram grandes resistências.

Durante os anos finais da Cabanagem, Cuipiranga resistira valentemente, porém, com os avanços tecnológicos da marinha britânica que auxiliava as tropas brasileiras,

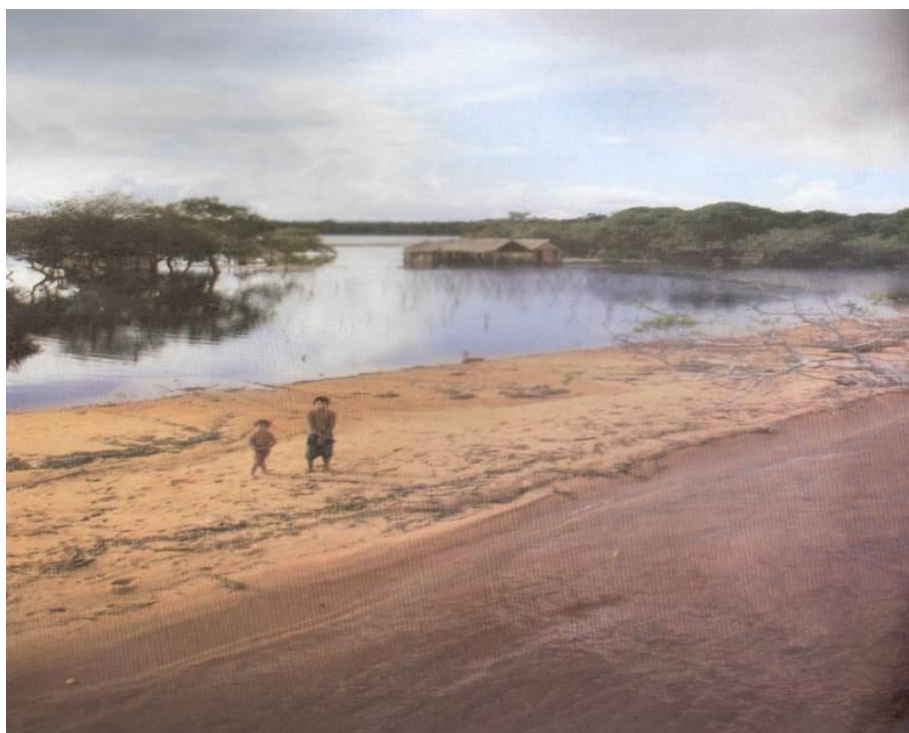
⁷ REIS, op. Cit., p. 117

⁸ BARRIGA, op. Cit., p. 44-45

fora possível desarticular e trucidar os cabanos do baixo amazonas, sendo que muitos foram levados presos para Belém (dos quais não se obteve mais notícias, nem tão pouco retornaram ao reduto); muito sangue fora derramado e muitos tiveram como túmulos o próprio rio e valas comuns.

Mas também acredita-se que os poucos que conseguiram escapar com vida fugiram para Lúzea – atual Maués – e por outras regiões da Amazônia Legal, na perspectiva de reorganizar o movimento para tomar novamente o poder – o que nunca ocorreu.

Cuipiranga: uma construção mítica para reafirmar uma crença de signos e identidade? Prospecções e discussões acerca do sujeito e uso do termo “cabano”



Praia de Cuipiranga

Fonte: Caderno especial “Jornal Gazeta de Santarém”

Ano: 2009

Atualmente a comunidade de Cuipiranga, bem como a região do Baixo Tapajós vive na interface entre o mito e aquilo que convencionou-se adotar como verdade no que tange a nomenclatura “Cuipiranga” – vermelha devido a fruta piranga? Ou vermelha devido o sangue dos cabanos?

Muitos “cupirangueses” sustentam como “verdade” a concepção de que a areia da praia desta pequena comunidade, diferencia-se das demais areias da região pelo fato de sua tonalidade ser “muito avermelhada” – concepção atribuída a época da Cabanagem (1834-38) na região, os quais afirmam que foi responsável por derramar muito sangue na areia da praia e de igual modo deixou muitas “almas a solta, sem alcançarem seu destino”. Como afirma Seu Cláudio José: “Os mais antigos dizem que em algumas noites viam brotar sangue da areia da praia”.

Concomitantemente a isto, na região de Cuipiranga, assim como também em outras regiões da Amazônia sustenta-se o mito e/ou as estórias de “tesouros revelados por espíritos” as pessoas, em forma de sonhos. Nessa penumbra de sonhos e misticismos, é muito comum ouvir estes acontecimentos dos povos ribeirinhos e boa parte dos Amazônidas, acredita-se que essas “almas presas” foram pessoas que morreram na época da Cabanagem, principalmente negros que estão buscando o seu “descanso eterno”.

Em princípio de 1835 já a situação era sombria. Os sediciosos se espalhavam em grupos armados que assaltavam povoações, fazendas, sítios, matando, devastando, saqueando, [...] Quem podia fugir, fugia, enterrando seus haveres, jóias e objetos de valor, esperando recuperá-los mais tarde, quando chegasse o fim da guerra-civil... (SANTOS, 1999, p. 197-198).

Como podemos observar nas falas dos amazônidas, assim como neste breve relato de Paulo Rodrigues dos Santos, muitos luso-brasileiros pertencentes a famílias aristocratas ou simplesmente ricas, com o medo de perderem todas as suas riquezas durante a guerra, acabavam por enterrarem seus pertences mais valiosos para que passado a Guerra, pudessem recuperá-los com segurança. Alguns enterravam na Alcova dos quartos de suas mansões (Melo 2009, p. 414), outros prometiam a alforria a seus

escravos desde que estes acompanhassem seus senhores num último trabalho: os Senhores de Engenho e/ou os membros da elite aristocrata do Baixo Amazonas faziam o escravo cavar um buraco profundo em um ambiente localizável e próximo a algo que o identificasse posteriormente, assim que pronto, enterrava suas jóias, dinheiro, baixela de prata, pratos de porcelana, e todos os tipos de riqueza que julgavam ser de alto valor. Feito isto, o senhor acabava assassinando o escravo que levava consigo (devido este último conhecer o segredo e o local certo do tesouro) jogando-o no buraco e em seguida fechando. Estes acontecimentos ocorridos durante a Cabanagem alimentam o misticismo amazônida de que estes “supostos negros” que foram assassinados e tiveram suas almas presas nestes buracos, revelam em forma de sonhos estes tesouros na ânsia de alcançarem sua paz de espírito e descanso eterno.

Estas histórias, estes mitos, acabam por se fazerem recorrentes nas memórias dos amazônidas que juntamente com suas lembranças sobre a época da borracha e o recrutamento para a Guerra do Paraguai (1865-70), produzem uma memória sincrética que mistura elementos de temporalidades e acontecimentos diferentes, produzindo uma característica muito peculiar da região amazônica – seus mitos, encantos e saberes.

Isto implica dizer, que as “desmistificações” sobre a Cabanagem, giram entorno do descortinar de acontecimentos, mitos e fatos históricos vindouros de uma carga cultural hereditária.

Os mitos nacionais não são um reflexo das condições em que vive a grande maioria do povo, mas o produto de operações de seleção e transposição de fatos e traços escolhidos conforme os projetos de legitimação política, como enuncia Bartra apud Canclini (2006, p.190).

Entretanto, devemos ter em mente a forma – astuta e sagaz- pela qual esses mitos, essas culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade, como afirma Hall, 2006, p.65. Estas discussões com respeito ao uso do “termo cabano” e aos significados dados aos simbolismos adotados por estes, giram intrinsecamente sobre a noção de identidade, como infere Elíade (1998).

O termo “cabano”, segundo Gonzaga Duque (1898), seria uma expressão corriqueira entre a elite imperial brasileira em meados de 1830: as diversas revoltas de homens de cor, em diversas regiões do Brasil, eram classificadas como “cabanadas”, de modo pejorativo. Segundo o autor teria sido em Pernambuco e Alagoas, durante a “revolta das panelas ou cabanada”, que a expressão “cabano” teria ganhado importância. A expressão teria sido também transladada para os “rebeldes do Pará” juntamente com as tropas de Pernambuco e Alagoas.

Já Basílio de Magalhães (1940) destaca que nos dicionários, “cabanada” passou a ser a denominação dada tanto para os rebeldes de Alagoas e Pernambuco, quanto para aqueles do Grão-Pará. Afirmar que um ato é “cabano” significa dizer, que se trata de ação desprezível, selvagem e atroz; os próprios dicionários definem cabano como selvagem, ou como atroz. Segundo o autor, o nexos entre Alagoas e Pernambuco e o Grão-Pará não teria sido estabelecido entre os rebeldes de parte a parte, mas sim entre aqueles que os teriam reprimido.

A condição cabana, como ressaltam tais autores, é negativa. Trata-se daquele que questionou a ordem do Império e que deveria ser reprimido. Todavia, segundo Lima⁹, se levanta uma dúvida. Teriam os rebeldes do Grão-Pará tomado para si o “título de cabanos, apenas como um nome de guerra” ou seria tal expressão apenas utilizada de forma depreciativa pelos seus inimigos? O autor propõe que não há, efetivamente, indícios que sugiram que os rebeldes tenham, eles próprios, se autointitulados cabanos, exatamente pelo caráter depreciativo da expressão. Ninguém parecia querer ser cabano. Tal figura é a expressão da perspectiva do inimigo. Não se trata da positividade daquele que se auto define, mas da negatividade daquele que o observa como algoz na guerra.

Para o historiador Balkar Pinheiro (1998) o estudo da expressão “cabana” deve fundamentar-se em enfatizar a diversidade de agentes envolvidos nos conflitos, fazendo com que sejam interpretados sob a perspectiva da multiplicidade de inserções, uma vez que, para as tropas anti-cabanas, com a formulação da noção de cabano, tornou-se

⁹ LIMA, op. Cit., p. 63

possível manter como um único e mesmo inimigo, todos os diferenciados sujeitos a quem confrontavam.

Em suma, segundo Lima¹⁰ o termo “cabano” propriamente dito fora introduzido pelo Marechal Francisco José de Souza Soares d’Andréa que por não encontrar na lei formas de condenar os rebeldes; criou o chamado crime geral cabano, passando a unificar todos que indistintamente eram rebeldes, turbulentos, ladrões, [...], ou seja, tornou-se uma expressão pejorativa, forjada para caracterizar a unidade dos contrários a “legalidade”, passíveis de serem exterminados.

Isto também pode ser evidenciado no discurso que Francisco Jose de Sousa Soares D’ Andréa (então presidente da Província do Grão-Pará) fez para a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial em 2 de março de 1838¹¹:

Vós sabeis Senhores, a que estado de furiosa anarquia chegou esta malfada Província arrastada ao abismo pela liberdade, eu antes licença da imprensa; pela impunidade seguida e sistemática de todos os crimes, especialmente dos que se encaminhavam a subversão da ordem; pela insubordinação de todos os empregados militares, ou civis; pelo desprezo, menoscabo, e insulto feito impudentemente às primeiras autoridades; e finalmente pela jactância descarada com que homens ignorantes ostentam a sua imoralidade, a sua irreligião, o seu profundo desprezo pelas formas estabelecidas do Culto devido ao Ente Supremo; atrevendo-se até a negarem a sua existência, quando não são capazes de compreenderem nem os movimentos do Mundo que habitam.

Partindo de tais inferições, nota-se quão desprezíveis e opulentos eram os “cabanos” para D’ Andréa, o governador do Grão-Pará descreve com grande repúdio as ações dos revoltosos, classificando-as como subversores e homens sem religião, forte evidencia que assevera a posição de Lima (2008), ao afirmar que Soares D’Andréa fora

¹⁰ Idem, p. 8; 176; 180

¹¹ Discurso com que o Presidente da Província do Pará, fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial, em 2 de Março de 1838. Impresso na Tipografia Restaurada de Santos, e Santos menor, Rua d’ Alfama, número 39.

o grande responsável por instituir o crime cabanal e a homogeneidade dos partícipes da Grande Revolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta imposição de esquecimento sobre a cabanagem e conseqüentemente alienação quanto à identidade do amazônida, se deu devido os inúmeros discursos ideológicos que apregoavam os cabanos como revoltosos, bandidos, assassinos, etc. Essa apologia da semelhança da figura do cabano com a de “filhos dos demônios” (vindo para destronar os “filhos de Deus”), fez com que nas comunidades e vilas do Baixo Amazonas perpetuasse um sentimento de medo e o próprio laconismo com respeito a tais acontecimentos – externando muitas vezes o temor de acontecimentos violentos, por anacronizar e arremeter a um novo “resurgimento da cabanagem”.

Entretanto, podemos afirmar que o próprio silêncio do amazônida e de seus descendentes no que concerne a cabanagem, converteu-se numa estratégia de protesto, resistência e de perpetuação deste fato histórico por meio da história oral, levando as elites regenciais a acreditarem que haviam efetivado a alienação histórica e a promoção do povo enquanto bestializados – o que prova que estavam errados, pois essa estratégia ideológica de se pseudoalienar e fingir-se de matuto muito contribuiu para a transmissibilidade da história as gerações futuras sob a ótica dos “vencidos” e tem propiciado o descortinar de fatos e o rompimento do silêncio, trazendo a tona um novo enfoque sobre esta revolução (o discurso dos descendentes dos cabanos de Cuipiranga).

Fato é que ainda há muito a ser estudado sobre a Guerra da Cabanagem, sobre o seu palco de conflitos, sobre como se denominavam e qual era a ideologia dos cabanos, todavia é um massacre que a história daqueles que foram suplantados permaneça sepultada e caia no esquecimento perpétuo. Deve-se refazer uma releitura e uma interpretação histórica sobre os descendentes das muitas vozes que se calaram e dos muitos corpos que jorraram sangue, deve-se estender e tecer os fios historiográficos que

encontram-se amalgamados nas tessituras historiográficas da Revolta/Revolução da Cabanagem, assim como deve-se buscar entender o que *se passa entre* e quais relações se constituem o verdadeiro, falso e fictício no acontecimento da Cabanagem na perspectiva de reescrever a história da Cabanagem sob a ótica dos vencidos, desmistificando a historiografia tradicional que até hoje permeia nos livros e nas histórias disseminadas pelos discursos político-partidários – assim apresentando um novo enfoque de uma historiografia cabana, ainda que este tema ainda seja movediço, complexo e escorregadio para a Historiografia da História Social da Amazônia.

No entanto, se a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e a Revolução Russa até hoje são cultuadas e referenciadas na compreensão de fatos históricos ligados a História Cultural e Social, porque não, dar a tamanha importância e enfoque a uma das maiores – se não a maior – Revolução do continente Americano: a Revolução Cabana, a qual trouxe mudanças de pensamento para as classes sociais amazônicas, quiçá brasileiras do século XIX, pois o teor de “revolução” se efetivou na medida em que a subjetividade e o rompimento da cortina do silêncio saíram da mente cabana e ganharam espaço nas ações concretas destes, na ânsia de modificar sua realidade e os múltiplos contextos que os permeava.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Códice 1048. 1836-1840.
Correspondências de Diversos com o chefe da Expedição do Amazonas.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Códice 1049. 1836-1841.
Correspondências de Diversos com o chefe da Expedição do Amazonas.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. CÓDICE 888; DOCUMENTO 109.
Santarém 04 de Agosto de 1834. **Correspondência de Manoel de Azevedo Coutinho Raposo, Tenente Coronel Comandante do Batalhão, ao Presidente da Província do Pará – sem nomenclatura.**

BARBOSA, Aline Patrícia da Silva. et. al. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**. Canoas: Ulbra, 2006. 98 p.

BARRIGA, Letícia Pereira. **Ecuipiranga: o berço revolucionário no Baixo Amazonas (1835-1837)**, 2007, 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BARTRA, Roger. *La Jaula de la Melancolía y Metamorfosis Del Mexicano*. México: Grijalbo, 1987, p. 225-242.

BUENO, Silveira. **Vocabulário Tupi-Guarani – Português**. 5 ed. São Paulo: Brasiliavros Editora e Distribuidora Ltda, 1987.

BURKE, Peter (org). **A Escrita da História: novas perspectivas**, (trad. de Magda Lopez), São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 385 p.

DISCURSO COM QUE O PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARÁ, FEZ A ABERTURA DA 1ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL, EM 2 DE MARÇO DE 1838. Impresso na Tipografia Restaurada de Santos, e Santos menor, Rua d' Alfama, número 39.

DUQUE, Gonzaga. “Os Cabanos do Pará”. In: **Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)**. Rio de Janeiro: Typ. Do ‘Jornal do Commercio’ de Rodrigues e Companhia, 1898, p. 155-168.

DUTRA, Manuel. **Maparajuba Firmeza, o estrategista**. Gazeta de Santarém, Santarém, 22 de junho de 2009. Cuipiranga, aqui os cabanos ganharam e perderam. p. 6.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. Lisboa, Livros do Brasil (col. Vida e cultura), 1998.

FREITAS, Décio. **A Miserável Revolução das Classes Infames**. Rio de Janeiro & São Paulo: Record, 2005.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, 102 p.

HARRIS, Mark. Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race and Popular Culture in the Brazilian Amazon 1798-1840. [v.95 de Cambridge Latin American Studies](#). Londres: Cambridge University Press, 2010, 331 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003, 310 p.

LIMA, Leandro Mahalem de. Rios Vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835, 2008, 300f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MAGALHÃES, Basílio. “A Cabanagem”. In: **Estudos de História do Brasil.** São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, p. 129-142.

MELO, Wilverson R. S. de. Taperinha um engenho do Tapajós: Relações e Discussões Acerca da Produção Canavieira, Escravidão, Estudos de Sítios Arqueológicos e Cabanagem. In: **VI Congresso de Ciência e Tecnologia da Amazônia e IX Salão de Pesquisa e Iniciação Científica do CEULS/ULBRA,** 2009, Santarém. Amazônia, Ciência e Sustentabilidade (Anais) ... Santarém: CEULS/ULBRA, 4-6 de Novembro de 2009. p. 411-415 (CD-ROM).

MELO, Wilverson R. S. de. A Cabanagem em Santarém (1836-1840): um novo olhar historiográfico. In: **VII Congresso de Ciência e Tecnologia da Amazônia e XI Salão de Pesquisa e Iniciação Científica do CEULS/ULBRA,** 2011, Pesquisa e Tecnologia (Anais) ... Santarém: CEULS/ULBRA, 9-11 de Novembro de 2011. p. 107-111(CD-ROM).

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Nos subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem, 1998. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. 421-438

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira. Empresa gráfica ‘Revista dos Tribunais’, São Paulo.

RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos: ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, 3v.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. A Autonomia do Amazonas. Ed. Gov. do Estado do Amazonas, Manaus, 1965, p. 121-149.

_____. Cabanos e Legais Disputam o Domínio do Baixo Amazonas, In: **Santarém: seu desenvolvimento histórico.** 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL. Belém: Governo do Estado do Pará, 1979, p. 113-117.

SALLES, Vicente. O Negro na Formação da Sociedade Paraense. Belém:Paka-Tatu, 2004, 250 p.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. Tupaiulândia. 3 ed. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1999. 544 p.

**PERSONALIDADE DIVIDIDA? SOBRE AS DIFICULDADES DE
COMPREENDER VERTENTES CONTRADITÓRIAS EM BIOGRAFIAS**Wolfgang Döpcke
wolfgang@unb.br

Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília

Resumo

Este trabalho pretende apontar algumas dificuldades encontradas na elaboração de um trabalho sobre a relação em a ciência da arqueologia regional – (Pré-História) e o regime nacional-socialista na Alemanha.¹ O trabalho focaliza na personagem do arqueólogo Karl-Hermann Jacob-Friesen, um dos mais conceituados entre os arqueólogos e diretores de museus na Alemanha entre os anos 1920 e 1950. A leitura das fontes, principalmente do período dos anos 1920, não mostra este protagonista como uma pessoa integrada e harmonizada acerca das tendências políticas e sociais da sociedade alemã. Suas idéias políticas indicam uma forte identificação com a extrema direita. Porém, academicamente e na sua prática profissional como curador e arqueólogo, ele defendeu uma abordagem de História Cultural e radicalmente rejeitou as doutrinas do nacionalismo étnico sobre raça e a suposta superioridade racial dos alemães e se projetou como um dos principais representantes de uma arqueologia liberal e progressista. Como podemos compreender este imenso abismo entre as convicções políticas e acadêmicas no personagem Jacob-Friesen? Neste trabalho, ofereço uma interpretação que destaca o papel do indivíduo e as limitações intelectuais e pessoais do nosso personagem. Argumenta-se que as contradições na personalidade e na individualidade do protagonista tiveram um impacto muito profundo sobre a sua trajetória nos anos 1920 e no Terceiro Reich, e com isto sobre a relação entre o projeto ideológico do Nacional-socialismo e a ciência da Pré-História na Alemanha.

Palavras-chave: biografia, Alemanha, arqueologia**Abstract**

This paper intends to discuss some problems of interpretation which arose in writing a book on the relation between the science of German Arqueology (Prehistory) and the nationalsocialist policy and ideology. Key personality of the book is the German arqueologist and “Prehistórian” at the Provincial Museum of Hannover (Germany). During the 1920s and during the nationalsocialist dictatorship Jacob-Friesen was one of

¹ O livro será publicado, talvez ainda neste ano de 2013, sob o título: Pré-história e Nacional-socialismo – o exemplo do arqueólogo Karl-Hermann Jacob-Friesen, de Hannover, Alemanha.

the most renowned archeologist in Germany who, after 1945, boasted with his alleged opposition against the official nationalsocialist doctrines about the Germanic prehistory. This key protagonist reveals himself principally during the 1920s as a highly contradictory personality. He did not succeed in integrating and harmonizing his political views with his academic and scientific posture. His political ideas indicate a strong affinity with the extreme political right, the *völkisch* movement, especially with its racial doctrine. On the other hand, as a scientist and curator he radically rejected the racial doctrines of Germanic purity and superiority and projected himself publicly as one of the main representatives of a progressive and liberal science of Prehistory. The paper suggests a personal and individualistic explanation of this antagonism between political views and academic convictions. It was not in the first instance the political and social environment of Germany after the First World War but the character of his personality which explains these fundamental contradictions.

Keywords: biography, Germany, archeology.

Este trabalho pretende apontar algumas dificuldades encontradas na elaboração de um trabalho sobre a relação entre a ciência da arqueologia regional – (Pré-História - *Ur- und Vorgeschichte* em alemão) e o regime nacional-socialista na Alemanha.² O trabalho se focaliza na personagem do arqueólogo Karl-Hermann Jacob-Friesen, um dos mais conceituados entre os arqueólogos e diretores de museus na Alemanha entre os anos 1920 e 1950. No entanto, o trabalho não terá por foco apenas a biografia do protagonista: sua história de vida servirá como fundamento e ponto de referência na interpretação de sua área acadêmica. O método biográfico é empregado como recurso para a reconstrução e interpretação da história científica, tomando como exemplo a sua pessoa, sua atuação, suas idéias e publicações científicas para analisar a história da ciência arqueológica na Alemanha e sua relação com a sociedade e política alemã desde o século XIX até a época do Nacional-socialismo. A relevância do Jacob-Friesen consiste no fato de que ele, mesmo sendo membro do partido nacional-socialista desde 1933, entrou em choque severo com a dominante fração da escola nacional-socialista da

² O livro será publicado, talvez ainda neste ano de 2013, sob o título: Pré-história e Nacional-socialismo – o exemplo do arqueólogo Karl-Hermann Jacob-Friesen, de Hannover, Alemanha.

ciência da Pré-História, defendendo uma arqueologia mais “científica” e menos abertamente ideológica.³ Depois da Segunda Guerra Mundial, esta sua postura servia como um dos principais exemplos do mito de uma oposição da ciência da Pré-História contra sua subordinação sob os interesses do projeto ideológico do regime nacional-socialista da glorificação do passado germânico.

Porém, a parte biográfica se revelou de difícil interpretação. A leitura das fontes, principalmente do período dos anos 1920, não mostra o protagonista como uma pessoa integrada e harmonizada acerca das tendências políticas e sociais da sociedade alemã. Suas idéias políticas indicam uma forte identificação com a extrema direita: ele defendeu, por exemplo, a “pureza racial” do povo alemão e sugeriu, já em 1923, a exclusão dos judeus da “nação alemã” com base em pesquisas genealógicas científicas – algo que o Nacional-socialismo introduziu como as Leis de Nuremberg em 1935. Porém, academicamente e na sua prática profissional como curador e arqueólogo, ele defendeu uma abordagem de História Cultural e radicalmente rejeitou as doutrinas do nacionalismo étnico sobre raça e a suposta superioridade racial dos alemães. Ele se projetou como um dos principais representantes de uma arqueologia liberal e progressista e, por isto, sofreu severas críticas dos seus colegas que, na sua maioria, compartilhavam o ideário do nacionalismo étnico como base paradigmática nas suas interpretações do passado pré-histórico alemão. Como podemos compreender este imenso abismo entre as convicções políticas e acadêmicas na personagem do Jacob-Friesen?

³ Os seus adversários se encontraram principalmente no *Amt Rosenberg* (1928 ou 1933 - 1945) e na *Reichsbund für Deutsche Vorgeschichte* (Associação Nacional de Pré-História Alemã) (1933–1945). O *Amt Rosenberg* reuniu as várias funções exercidas por Alfred Rosenberg e as repartições controladas por ele. Dedicou-se principalmente à doutrinação ideológica, à *Gleichschaltung* e ao controle da ciência no Terceiro Reich. Hans Reinerth dirigiu o Departamento de Pré-História (e as instituições sucessoras) no *Amt Rosenberg*. A Associação Nacional de Pré-História Alemã, era originária da “*Deutsche Gesellschaft für Vorgeschichte*” (Sociedade Alemã de Pré-História), fundada por Kossinna em 1909. Por iniciativa de Reinerth transformada na “*Reichsbund*”. Depois de 1933, virou sob a presidência de Reinerth e com apoio de Rosenberg, em instrumento da política da (malfadada) *Gleichschaltung* das instituições da Pré-História da Alemanha.

1. Jacob-Friesen nasceu em 1886, em Reudnitz, perto de Leipzig, filho de professor escolar, e se chamava então simplesmente “Jacob”. Em 1921, acrescentou-lhe o “Friesen”, “para distingui-lo melhor dos inúmeros portadores do mesmo nome”, conforme observou seu biógrafo Peter Zylmann⁴. Desde cedo se interessou pela Pré-História e fez contato com o Museu Etnológico de Leipzig que, sob o comando de seu diretor Karl Weule, dispunha também de grande acervo arqueológico. Estudou Geologia, Geografia, Etnologia e História em Leipzig, com vários professores, entre eles Partsch, Lamprecht e Karl Weule, e passou uma temporada estudando em Kiel e Estocolmo. Doutorou-se em 1909 com uma tese sob o título “Sobre a Pré-História do Noroeste da Saxônia” e, em 1910, ocupou o lugar de assistente no Museu Etnológico de Leipzig (Museu Grassi). Em 1913, tornou-se assistente de diretor no Museu Provincial de Hannover.⁵ Ali assumiu, em 1917, a diretoria do Departamento de Pré-História e Etnologia que, em 1924, passou a acumular com o cargo de Primeiro Diretor do Museu, posto que manteve até sua aposentadoria em 1953. Em 1929, ele começou lecionar Pré-História na Universidade de Göttingen, onde iniciou uma carreira acadêmica paralela e fundou a Faculdade de Pré e Proto-História, única até hoje na Baixa Saxônia. Em 1936, foi nomeado professor [*persönlichen Ordinarius*] em Göttingen e, em 1939, pouco antes da eclosão da Segunda Guerra, promovido ao cargo de Diretor da Faculdade de Pré e Proto-História. A disciplina acadêmica de Pré-História ganhou enorme expansão sob o domínio nacional-socialista, mas, mesmo assim, não foi criada uma cátedra em *Ur- und Frühgeschichte* em Göttingen, o que impediu Jacob-Friesen de ser nomeado para o

⁴ Zylmann, Peter. Karl Hermann Jacob-Friesen. Leben und Werk. In: Peter Zylmann (org.). Zur Ur- und Frühgeschichte Nordwestdeutschlands. Neue Untersuchungen aus dem Gebiete zwischen Ijssel und Ostsee. Hildesheim 1956, p. 1.

⁵ Museu Provincial de Hannover, a partir de 1933, Museu Estadual (1856 até hoje) – Originário do “Museu de Ciência e Arte”, fundado em 1856, que abrigava acervos históricos, de Ciências Naturais, etnográficos e arqueológicos e coleções de arte de sociedades culturais civis de Hannover. A coleção de Pré-História é uma das mais importantes da Europa.



cargo de professor titular, pelo qual vinha lutando desde 1934, juntamente com colegas que o apoiavam⁶.

Além de diretor de museu, arqueólogo e professor universitário, Jacob-Friesen trabalhou também como editor, educador de adultos e, após a sua nomeação para a Câmara Municipal de Hannover, em 1936, como político. Participou ativamente de várias associações científicas e políticas, não raro como presidente. O Governo municipal e o Ministério da Educação do Reich o designaram para outros cargos importantes: arqueólogo estadual e curador de museus do município de Hannover. Fortemente pressionado por Hans Reinerth, do *Amt Rosenberg* e por representantes locais do NSDAP, ele teve que renunciar algumas dessas posições de relevância política. A partir de 1940, Jacob-Friesen participou da Segunda Guerra Mundial, primeiro como Capitão-Tenente e, mais tarde, como capitão de corveta sem, no entanto, perder contato totalmente com o museu e seus colegas.

2. Em 1921, já como servidor público na nova e democrática República de Weimar, o arqueólogo Jacob-Friesen entrou na vida política com uma manifestação que lhe destacou como fiel seguidor do movimento da extrema direita e do movimento do nacionalismo étnico (*völkisch*) e das suas doutrinas raciais. Neste ano, ele publicou dois artigos sobre “Consciência racial e pesquisa genealógica”, na sua função de “Alter Herr” (membro sênior) da agremiação estudantil *Saxo-Thuringia*, na Revista “*Der Wehrschafter*”.⁷ Esta revista era o órgão de comunicação oficial da agremiação

⁶ Dahms, Hans-Joachim. Einleitung. In: Becker, Heinrich, Dahms Hans-Joachim, Wegeler, Cornelia. Die Universität Göttingen unter dem Nationalsozialismus. Munique: K.G. Saur 1998, p. 52. Nds 171 Hannover, 11302. Jacob-Friesen an Entnazifizierungsausschuss, 24.3.1947 (Widerspruch gegen Entlassung), Anlage 12: Stellungnahme von Prof. Dr. Hans Plischke, 19.3.1947. Kulick-Aldag, Renate. Die Göttinger Völkerkunde und der Nationalsozialismus zwischen 1925 und 1950. Münster [unter anderem]: Lit, 2000.

⁷ (BA) NS 21/1632, Jacob-Friesen para Dr. Petersen, 23.11.1934. A revista „Der Wehrschafter“ era o órgão oficial de comunicação da organização guarda-chuva das agremiações estudantis *völkisch* “Deutsche Wehrschaft”. Os artigos certamente teriam “desaparecidos” se o próprio Jacob-Friesen não teria lhes mencionado orgulhosamente várias vezes nos anos 1930, com o intuito de comprovar que ele, já

federativa “*Deutsche Wehrschaft*”, uma organização para-militar, antisemita e *völkisch*, que já no ano de 1930 buscou cooperação com a Associação Estudantil Nacional-socialista (NS-Studentenbund). Nestas publicações Jacob-Friesen se revelou com convicto seguidor das doutrinas raciais *völkisch* e insistiu, já em 1921, na introdução no *Deutsche Wehrschaft* de um *Arierparagraph*, isto é, na rejeição de candidatos de “sangue não alemão”. Ele escreveu:

“Promover a pureza racial e alcançar uma aristocracia racial através da consciência racial – estes são objetivos principais, com os quais nós queremos liderar o caminho do povo alemão. (...) Para assegurar um testemunho incontestável de sangue alemão (“*Blutsbekenntnis*”) nós temos que realizar pesquisas genealógicas com ajuda de árvores genealógicas (“*Ahnentafelforschung*”). (...) O sangue proveniente dos antepassados determina as qualidades do candidato. A língua alemã e a confissão cristã sozinhas não definem um alemão. Se alguém pensa de usar estas duas características para esconder a sua descendência racial estranha (“*Fremdrassigkeit*”), nós responderemos com a pesquisa genealógica na sua família.”⁸

O estilo da linguagem e a reivindicação concreta de aplicar o critério de “sangue alemão puro” (que mirava na exclusão de “judeus”, “racialmente” categorizados e, mesmo assim, fisicamente indistinguível dos “arianos”) não somente antecipam as Leis de Nuremberg, mas representam também o início de um caminho que terminará mais tarde em Auschwitz.

em 1921, teria defendido a “doutrina racial nacional-socialista”, mesmo sendo servidor público “sob um regime marxista-judaico”. Ibid.

⁸ Citado em: (BA) NS 21/1632, Jacob-Friesen para Dr. Petersen, 23.11.1934. O contraste desta citação com as afirmações feitas, seis anos mais tarde, no seu manual *Grundfragen der Urgeschichtsforschung*, é gritante. Nesta publicação, ele escreveu: “A categoria de “povo” deve ser separada estritamente da categoria de “raça”. Um povo pode ser homogêneo mesmo consistindo de várias raças, como mostra melhor o exemplo do povo alemão. A categoria “povo” representa um consciente grupo humano com idéias e sentimentos em comum, que compartilha a mesma língua ou religião e costumes e que, assim, é diferente de outros grupos.” Jacob-Friesen, K. H. *Grundfragen der Urgeschichtsforschung. Stand u. Kritik d. Forschung über Rassen, Völker u. Kulturen in urgeschichtl. Zeit.* (Festschrift z. Feier d. 75jähr. Bestehens d. Prov.-Museums). Veröffentl. d. urgeschichtl. Abt. d. Prov.-Museums zu Hannover 1. Hannover (Helwing) 1928, p. 3.

No mesmo ano, ele também acrescentou ao seu nome “Jacob” com a parte de “Friesen”, transformando-o em “Jacob-Friesen”. Consideramos a associação popular deste seu nome (“Jacob”) com descendência judaica, é possível entender a sua insistência na pesquisa ancestral científica também como um apelo em interesse próprio. De qualquer jeito, não existem dúvidas sobre a sua identificação com as doutrinas raciais *völkisch* e a sua simpatia com a ultra-direita na República de Weimar. Estas publicações não representam deslizes isolados de um jovem idealizador do velho Império Alemão, assustado pela guerra perdida e pela Revolução Alemã. Ele manteve esta postura política durante os anos 1920 e 1930 e viu na tomada do poder pelo Nacional-socialismo a realização dos seus sonhos. Também um dossiê da SS sobre a Pré-História na Alemanha do ano de 1939 associa Jacob-Friesen com a direita na República de Weimar: ele teria sido membro do grupo paramilitar “Stahlhelm” (Capacete de Aço), o braço armado do Partido Popular Nacional Alemão (Deutschnationale Volkspartei – DNVP).⁹

Estas suas convicções políticas e a aceitação das doutrinas raciais da extrema direita o aproximaram das posições defendidas pela Pré-História *völkisch*, representadas principalmente pelo arqueólogo Kossinna e seus seguidores. O movimento *völkisch* surgiu na época do Império Alemão, no final do século XIX, sobretudo na classe média protestante, como uma irracional “demarcação retrógrada e anacrônica e uma declaração de guerra contra a modernidade” e como resposta às inseguranças e traumas provocados pela dramática industrialização da Alemanha e reestruturação social.¹⁰ No

⁹ Simon, Gerd (org.). Vorgeschichtlerdossier (da SS), 1939. acesso: <http://homepages.uni-tuebingen.de/gerd.simon/DSVorgesch.pdf>, p. 27. Porém o dossiê menciona Jacob-Friesen também como ex-membro da Maçonaria e do clube Rotary International. No questionário de desnazificação depois da Segunda Guerra Mundial, Jacob-Friesen menciona ter sido membro, entre 1932 e 1936, no Rotary International. Ele também alega ter votado nas últimas duas eleições dos anos 1930 (1932 e março de 1933) no insignificante partido da direita, “Deutsch-Hannoversche Partei”. A partir do dia 1 de maio de 1933, ele se tornou membro do NSDAP.

¹⁰ Jung, Walter. Ideologische Voraussetzungen, Inhalte und Ziele außenpolitischer Programmatik und Propaganda in der deutschvölkischen Bewegung der Anfangsjahre der Weimarer Republik – Das Beispiel Deutschvölkischer Schutz- und Trutzbund Dissertation zur Erlangung des philosophischen Doktorgrades an der Philosophischen Fakultät der Georg August-Universität zu Göttingen. Göttingen 2000, p. 10.

centro da sua ideologia heterogênea, sincretista e eclética estava a glorificação do próprio povo alemão, entendido como um organismo racialmente homogêneo, distinto e fechado. A ideologia *völkisch* era parte do nacionalismo radical do final do século XIX, que se estendeu à República de Weimar. Sontheimer a definiu como “um deslocamento da política pan-germânica para a esfera da emoção”. O pensamento central de seu programa se baseava em “dicotomias primitivas” entre “o próprio” e “o estranho”, em um tosco darwinismo social como estratégia para a “salvação” da própria raça, na idéia da “purificação” do povo alemão e de seu “sangue” de toda e qualquer miscigenação racial.¹¹ O ideário *völkisch* era profundamente antisemita, antieslavo e anticatólico. Todavia, o que não era “próprio da espécie” se manifesta na mistura racial biológica, mas não apenas nela: o “não alemão” se encontra também nos símbolos políticos e culturais modernos, como no iluminismo, na democracia, em partidos políticos e no movimento trabalhista, na modernidade, na arte abstrata, na emancipação feminina e na cultura urbana¹².

No centro do pensamento *völkisch* encontra-se uma concepção histórica retrógrada: a pré-História germânica (e também a história medieval germânica) servia como uma alternativa idealizada para o presente. A contribuição do principal representante da Pré-História *völkisch*, Gustaf Kossinna, para essa visão histórica era altamente significativa. Todos os elementos básicos da doutrina da superioridade germânica foram acolhidos por Kossinna e “cientificamente” justificados: a definição biológica e racial dos germanos, a tese da suas características especiais, da sua superioridade, predestinação e missão; a crítica à “mentira bárbara” e a idéia da “superioridade cultural pan-germânica”; a chamada tese da continuidade com a equação germânico=alemão; a substituição da doutrina da *ex oriente lux* [“a luz que vem do Oriente”] pela chamada idéia nórdica, segundo a qual as civilizações européias teriam

¹¹ Sontheimer, Kurt. *Antidemokratisches Denken in der Weimarer Republik*. Munique 1978 (4a. ed.).

¹² Puschner, Uwe. *Grundzüge völkischer Rassenideologie*, in: Leube 2002, p. 49-72 und Breuer, Stefan: *Die Völkischen in Deutschland. Kaiserreich und Weimarer Republik*. Wiss. Buchges., Darmstadt 2008.

se formado por meio da emigração germânica; e a visão antirromana e antieslava do passado¹³.

3. Entretanto, esta afinidade política com a extrema direita *völkisch* da Republica de Weimar está em profundo desacordo com as publicações científicas e com a prática como curador no museu do Jacob-Friesen. Estes seus posicionamentos profissionais e acadêmicos devem ser chamados de *antivölkisch*. Já durante a Republica de Weimar, abriu-se um grande abismo entre as suas convicções políticas e a sua postura científica, uma fossa que nem nos tempos do Nacional-Socialismo se fechou completamente.

Já na sua tese de doutorado, concluído em 1910 e publicado em 1911, ele mostra as características das suas futuras publicações sobre a pré-história da Alemanha. O cerne da publicação consiste na descrição empírica prosaica, para não dizer monótona, dos sítios e artefatos arqueológicos e sua classificação tipológica e cronológica.¹⁴ Ele evita entrar em debates interpretativos com base nos paradigmas da histórica cultural. Especialmente ele se nega a comentar sobre classificação étnica dos artefatos, sublinhando que estes objetos não permitiriam uma associação com os povos do

¹³ Ver: Puschner, Uwe. Die Germanenideologie im Kontext der völkischen Weltanschauung, in: Göttinger Forum für Altertumswissenschaft 4 (2001), p. 85-97. Puschner, Uwe. Germanenideologie und völkische Weltanschauung. In: Germanisch-Deutsch, RGA-E Band 34, Berlin 2004, pp. 103-129. Wiwjorra, Ingo. „Ex oriente lux“ – „Ex septentrione lux“. Über den Widerstreit zweier Identitätsmythen, in: Leube 2002, p. 73-106. Mees, Bernard. Völkische Altnordistik. The Politics of Nordic Studies in the German-Speaking Countries, 1926–45. In: Geraldine Barnes/Margaret Clunies Ross (org.), Old Norse Myths, Literature and Society. Proceedings of the 11th International Saga Conference, Sydney, July 2–7/2000, Sydney: Centre for Medieval Studies, University of Sydney 2000. Wiwjorra, Ingo. Die deutsche Vorgeschichtsforschung und ihr Verhältnis zu Nationalismus und Rassismus, in: Puschner/ Schmitz/ Ulbricht 1996, p. 186-207. Lund, Allen A. Germanenideologie im Nationalsozialismus. Zur Rezeption der „Germania“ des Tacitus im Dritten Reich, Heidelberg 1995. Wiwjorra, Ingo. Der völkische Germanenmythos als Konsequenz deutscher Altertumswissenschaft des 19. Jahrhunderts. In: Hein-Kirchner, Heidi & Hahn, Hans Henning (orgs.). Politische Mythen im 19. und 20. Jahrhundert in Mittel- und Osteuropa. Marburg (Verlag Herder-Institut) 2006, pp. 157-166. Pastenaci, Kurt. Das Licht aus dem Norden. Eine kurzgefaßte Darstellung der frühesten Kulturschöpfungen des nordischen Menschen. Berlin (Nordland Verlag) 1935.

¹⁴ Jacob, K.-H. Zur Prä-historie Nordwest-Sachsens. (...) Inaugural-Dissertation zur Erlangung der Doktorwürde (...) der Universität Leipzig. Halle 1911.

passado.¹⁵ A tese se destaca tanto pelo excesso de mera descrição empírica e pela aberta recusa de uma contextualização e interpretação frente aos paradigmas da histórica cultural que o ex-aluno de Kossinna, Ernst Wahle, que depois criticaria o Grande Mestre com argumentos semelhantes aqueles do Jacob-Friesen, duvidava na sua resenha de que o trabalho satisfizesse as exigências de tal prova de trabalho científico. A simples sistematização cronológica que o Jacob-Friesen ofereceu como resultado da sua pesquisa e que não traria nada de novo para o especialista, não representaria, segundo Wahle, um avanço no conhecimento.¹⁶ A resenha negativa da tese por Wahle foi influenciada certamente pela crítica que Jacob-Friesen fez junto ao método da arqueologia de povoamento (“*Siedlungsarchäologische Methode*”) de Kossinna. Ele menosprezou este método em tom meio arrogante sem tê-lo avaliado seriamente: “Para qualquer um com um certo conhecimento da etnologia parece muito ousada a idéia”, escreve Jacob-Friesen, “de transpor o nome de um povo para tribos que habitaram a mesma área 2000 anos atrás, quando o único vínculo entre os dois povos seria o mesmo domicílio. Recentemente o Kossinna, que nunca apresentou provas para sustentar esta opinião, tem encontrado na pessoa de Schuchhardt um adversário valente.”¹⁷ Pelo menos a partir destas colocações, Jacob-Friesen é atribuído como membro do grupo dos adversários de Kossinna.

No seu manual “*Grundfragen der Urgeschichtsforschung*” (Problemas básicos da pesquisa pré-histórica), publicado em 1928, ele avançou significativamente na crítica da Pré-História *völkisch*.¹⁸ Neste, na época único manual sobre a teoria e os métodos da

¹⁵ Jacob, K.-H. Zur Prä-historie Nordwest-Sachsens.

¹⁶ Wahle, Ernst. Resenha de: Jacob, Karl-Hermann: Zur Prähistorie Nordwest-Sachsens. *Mannus*, 5, 1913, p.143.

¹⁷ Jacob, K.-H. Zur Prä-historie Nordwest-Sachsens. p. 193. É importante mencionar que, apesar desta crítica, o próprio Jacob-Friesen, bem como outros adversários de Kossinna, não conseguiu se livrar completamente do método da projeção para um passado pré-histórico de categorias de identificação e identidade que sugeriram muito tempo depois. Por exemplo, na sua tese de doutorado, ele alega que a área da sua pesquisa (Saxônia) tinha sido habitada por “povos indo-germânicos” no neolítico e que os representantes da cultura da idade de cobre e da idade de bronze inicial teriam sido povos “germânicos”. *Ibid*, p. 22 e p. 25.

¹⁸ Jacob-Friesen, K. H. *Grundfragen der Urgeschichtsforschung*.

Pré-História, ele sistematicamente rejeitava as principais suposições da escola de Kossinna.

Partindo do postulado da unidade humana, Jacob-Friesen criticava acima de tudo uma projeção para o passado pré-histórico do paradigma da nação (e do Estado-nação) e uma suposta congruência entre raça, cultura, língua e povos. “Raça”, segundo Jacob-Friesen, seria uma categoria das ciências naturais e, assim, com pouco valor de conhecimento para a Pré-História como ciência da cultura. Esta categoria não teria lugar na análise histórico-cultural do passado e deveria ser separada claramente da categoria de “povo”, que descreve uma união humana consciente numa base cultural ou religiosa.¹⁹ Ele rejeita veementemente o dogma da “primazia da raça” (na história humana), defendido pela Pré-História *völkisch*, e menospreza muito ironicamente as idéias dos teóricos de raça Gobineau (“Réquiem melancólico sobre a glória ariana em decadência”) e Chamberlain (“Hino triunfal da glória germânica vitoriosa”).²⁰ A, por ele assim chamada, “filosofia de raça” seria “degenerada em nossos dias em um fanatismo racial e entrado até na política”, critica Jacob-Friesen.²¹ “Raças” mudam as suas características, argumenta ele, mesmo sem se misturarem, como comprovaria a transformação dos povos tipo europeu, inclusive dos judeus, na América e na Austrália.²² O biologismo do Kossinna, acima de tudo a sua diferenciação entre “raças dolicocefalias sendo aventureiras, conquistadoras, progressistas, aristocratas e idealistas” de um lado, e as raças “conservadoras e democráticas” com crânios braquicéfalos de outro, colocaria o Kossinna na proximidade da Ariosofia de um Guido von List.

Ele contesta também com muita clareza o paradigma de uma congruência concludente entre “raça” e “comunidade lingüística” e, com isto, rejeita a idéia do Kossinna da existência de um “povo indo-germânico originário”: “Nós temos que aceitar como um fracasso a tentativa de deduzir de comunidades lingüísticas para

¹⁹ Ibid, p. 229 e 3.

²⁰ Ibid, p. 32. Estas caracterizações irônicas foram feitas através de publicações de outros autores.

²¹ Ibid, p. 35.

²² Ibid, p. 193 e p. 33-4.



grupos raciais e de reconstruir um grupo originário, reconhecível pela antropologia física, de seres humanos de fala indo-germânica. Devemos deixar o povo indo-germânico para os lingüistas, que criaram este povo, porém ainda não sabem se trata ou não de um povo.”²³ Jacob-Friesen se posicionou também contra o “migracionismo germanófilo”, especialmente porque esta explica a difusão de culturas exclusivamente pela migração ou conquista. Conseqüentemente ele rejeita, por consideração empírica e teórica, a suposição de Kossinna e da Pré-História *völkisch* das quatorze “migrações germânicas” (“*Germanenzüge*”) que teriam espalhado a raça germânica (e a sua língua) pela Europa e até a Índia.²⁴

No seu “*Grundfragen der Urgeschichtsforschung*”, Jacob-Friesen demonstrou também grande ceticismo sobre o método da „arqueologia de povoamento“ de Kossinna, rejeitando principalmente a projeção para um passado pré-histórico de tribos germânicas e de sua identidade coletiva, mencionadas nas fontes romanas. A equação “cultura = povo”, a base dogmática da Pré-história *völkisch* do Kossinna, ele aceitaria quanto muito como hipótese. “De qualquer jeito”, escreve ele, rejeitando o principal interesse de conhecimento da Pré-História *völkisch*, “a adivinhação sobre qual povo seria o representante de uma área cultural deveria parar. (...) E quando se juntam a estas hipóteses ainda tendências chauvinistas, como se pode observar entre os *celtamanos*, *eslavamanos* e *germanomanos*, nós temos que rejeitar estas tentativas rigorosamente.”²⁵

Esta leitura crítica e a rejeição dos postulados centrais da Pré-História *völkisch* no seu manual, não mais como jovem doutorando na sua tese em 1913, mas como Primeiro Diretor no Museu Provincial de Hannover, lançou Jacob-Friesen para ser um dos críticos mais destacados e competentes da escola de Kossinna na Republica de

²³ Ibid, p. 70 e 194.

²⁴ Ibid, pp. 149 e p. 231. Ver também a sua resenha do livro do Kossinnas „Ursprung und Ausbreitung der Germanen in vor- und frühgeschichtlicher Zeit“ (1926). In: Nachrichten aus Niedersachsens Urgeschichte, Bd. 1.1927, p. 117.

²⁵ Jacob-Friesen, K. H. Grundfragen der Urgeschichtsforschung, p. 230-1.

Weimar.²⁶ Ainda hoje, a literatura especializada reconhece a relevância e a progressividade desta crítica.²⁷

A distância do Jacob-Friesen junto aos postulados do pensamento *völkisch* se reflete também na sua atuação como curador. Na concepção das suas exposições, ele defendeu veementemente o método da “comparação etnológica” (*ethnologischer Vergleich*); uma abordagem, com raízes no evolucionismo universal, que pressupõe a comparabilidade e a existência de semelhanças entre as culturas pré-históricas da Europa e culturas contemporâneas “primitivas” e sem escrita, acima de tudo, da África.²⁸ Ele mostra estas semelhanças, usando exemplos da etnologia para explicar técnicas da época pré-histórica. Ele demonstra sua adesão ao evolucionismo universal também no ano de 1919 quando lançou sua proposta de reordenação e reforma do conjunto dos museus da cidade de Hannover. Ele sugeriu unir as coleções de três áreas distintas, da Pré-história, da Etnografia e do Folclore alemã em um único museu, denominado de “Museu da Pré-História da Cultura” (*Museum der Urgeschichte der Kultur*). Este museu deveria expor “todos os objetos na sua evolução causal que representam as mais antigas manifestações da vida intelectual e material da humanidade

²⁶ Ver por exemplo: Petzsch, W. Die Ausbreitung der nordischen Kultur. Praehistorische Zeitschrift, 20, 1929, pp. 145-154. O manual de Jacob-Friesen serviu também como ponto de referência para representantes da ciência da filologia germânica, como Ludwig Schmidt und Gustav Neckel, que, durante os anos 1930, se distanciaram das idéias de Kossinna baseando-se na publicação do Jacob-Friesen. Grünert, Heinz. Gustaf Kossinna (1858–1931). Vom Germanisten zum Prähistoriker, p. 342.

²⁷ Steuer, Heiko. Deutsche Prähistoriker zwischen 1900 und 1995 – Begründung und Zielsetzung des Arbeitsgesprächs. In: Steuer 2001, p. 1-54. Steuer, Heiko. Das „völkisch“ Germanische in der deutschen Ur- und Frühgeschichtsforschung. Zeitgeist und Kontinuitäten. In: Beck, Heinrich (et. al.) (orgs.). Zur Geschichte der Gleichung „germanisch-deutsch“. Ergänzungsband zum Reallexikon der germanischen Altertumskunde, vol. 34, Berlin 2004, pp. 357-502. Grünert, Heinz. Gustaf Kossinna (1858–1931). Vom Germanisten zum Prähistoriker. Leube, Achim. Die Ur- und Frühgeschichte an der Friedrich-Wilhelms-Universität zu Berlin. In: Vom Bruch, Rüdiger (org.). Die Berliner Universität in der NS-Zeit, vol. II: Fachbereiche und Fakultäten. Stuttgart (Steiner) 2005. Kossack, Georg. Prähistorische Archäologie in Deutschland im Wandel der geistigen und politischen Situation. Bayerische Akademie der Wissenschaften. Sitzungsberichte, 4. Munique 1999, p. 52.

²⁸ Já no seu manual „Grundfragen der Urgeschichtsforschung“ o Jacob-Friesen defende um „parentesco“ íntimo entre a Etnologia e a Pré-História e rejeita, com palavras muito ásperas, a crítica contra a “comparação etnológica” feita por Kossinna.

do passado europeu e aquelas da atualidade (dos povos sem escrita).²⁹ Com esta proposta Jacob-Friesen dá continuidade a uma abordagem que já tinha sido praticada pelo Diretor do Museu de entre 1890 e 1910, Jacobus Reimers. Este também definiu no Museu a relação entre Pré-História e Etnografia com base no modelo da “comparação etnológica” e no universalismo evolucionista da humanidade e das culturas. “A coleção de objetos etnográficos pelo Museu”, estipula Reimers em 1910, “terá a única função de ajudar a compreensão da Pré-História alemã.”³⁰ Ainda em 1934, Jacob-Friesen defendeu ofensivamente o método da “comparação etnológica”.³¹

Para a Pré-História *völkisch*, a comparação etnológica representava uma espécie de pecado original, uma vez que igualizava as “raças germânicas” com sua “grandeza cultural” e sua “alma racial” individual como os povos “primitivos” do mundo colonial. Kossinna se pronunciou muito decididamente contra esta abordagem: “Eu tenho que desaconselhar fortemente contra o emprego da Etnologia [nos estudos da Pré-História alemã]. A cultura da Europa e aquela não-européia – sempre eram dois mundos diferentes e apartes. A Europa sempre era, tanto quanto nós retrocedemos no passado, muito diferente e muito mais dotada que as regiões não-européias.”³²

A concepção de Jacob-Friesen de uma proximidade entre a área da Pré-História e aquela da Etnologia se deve certamente da influência do seu orientado acadêmico em Leipzig, do etnólogo Karl Weule, e da sua formação universitária nas duas áreas. A escola de pensamento histórico-cultural na Universidade de Leipzig (*Kulturhistorische Schule*), representada pelos historiadores, geógrafos e etnólogos Lamprecht, Wendt, Ratzel, Frobenius e Weule, pertencia a uma tradição intelectual universalista e

²⁹ Jacob, K.-H. Denkschrift über den Plan einer Neugestaltung der Museen in der Stadt Hannover, Hannover 1919, p. 11. StAH, XCO No. 6, Jacob para Senator Dr. Engelke, 14.12.1920.

³⁰ Hann. 152, Acc. 55/68. No. 159: Reimers para Landesdirektorium, 9.1.1910.

³¹ Jacob-Friesen, K. H. Die kulturgeschichtlichen Museen und die Schule. *Museumskunde*, N.F. vol. VI, 1934, pp. 64-71.

³² Kossinna 1911, citado em Grünert, Heinz. Gustaf Kossinna (1858–1931). *Vom Germanisten zum Prähistoriker*, p. 344. Eggers, H. J. *Einführung in die Vorgeschichte*. München (Piper) 1974, p. 239. Jacob-Friesen, K. H. *Grundfragen der Urgeschichtsforschung*, p. 139.

comparativa que rejeitava a redução paroquial da Pré-História a uma pré-história nacional da Alemanha, como defendido por Kossinna. Weule lutou por uma “união da das ciências de Etnologia, Pré-História e Antropologia na solução dos principais problemas [da humanidade]”. O historiador Karl Lamprecht, cujos cursos na Universidade de Leipzig Jacob-Friesen também requeitou, lecionou na sua disciplina “História comparativa dos povos” sobre “o paralelismo no desenvolvimento entre os povos europeus e não-europeus”.³³ Karl Weule implementou também as idéias da “comparação etnológica” nas suas exposições no Museu Etnológico em Leibzig (Grassimuseum), onde era Diretor. Conseqüentemente, quando Jacob-Friesen pretendeu estudar um tempo fora de Leipzig, seu orientador Weule sugeriu procurar a arqueóloga Johanna Mestorf (Kiel), a primeira mulher com título de professora numa universidade prussiana, o arqueólogo dinamarquês Sophos Müller e o sueco Oscar Montelius, a não o corifeu alemão Gustaf Kossinna.³⁴

Além da sua formação intelectual na Universidade de Leipzig e das suas primeiras experiências profissionais no Grassi Museum sob a direção de Karl Weule, foi o assim chamado “Movimento de Reforma dos Museus” (*Museumsreformbewegung*) em torno do Diretor da Galeria de Artes da cidade de Hamburgo (“Kunsthalle”), Alfred Lichtwerk, que influenciou a concepção museológica de Jacob-Friesen. A implementação do “princípio pedagógico no museu”, como Jacob-Friesen chamou o uso da didática no museu, seria o veículo para aproximar os museus a um público maior e mais popular e transformá-los em instituições de educação popular (“*Volksbildungsstätten*”).³⁵ Numa série de publicações, Jacob-Friesen explicou o “princípio didático”, reconhecendo a influência fundamental que um evento organizado

³³ Blesse, G. Karl Weule und seine Bedeutung für die Völkerkunde in Leipzig. In: Deimel, C., Lentz, S., Streck, B. (org.); Auf der Suche nach Vielfalt. Ethnographie und Geographie in Leipzig. Leibniz-Institut für Länderkunde, Leipzig 2009, p. 143-170.

³⁴ Segundo Grünert, Heinz. Gustaf Kossinna (1858–1931). Vom Germanisten zum Prähistoriker, p. 156.

³⁵ O termo “Museumspädagogik” (pedagogia nos museus) teria as suas origens, segundo Gaedtker-Eckardt, nas publicações do Jacob-Friesen. Ver: Gaedtker-Eckardt, Dagmar-Beatrice. Kunst zum Anfassen. Medaillen als Teil eines neuen Museumskonzepts. Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte 58, 2008, p. 161-170.

a 12ª. Conferência da Associação Central Berlinense do Bem-Estar dos Trabalhadores tinha sobre ele. Nesta conferência, que aconteceu no ano de 1903 na cidade de Mannheim sob o lema: “Os Museus como Instituições de Educação Popular”, o Alfred Lichtwerk proferiu a palestra-chave e iniciou o “Movimento de Reforma dos Museus”.³⁶ Jacob-Friesen ficou influenciado pelas idéias deste evento e de Lichtwark e incorporou, ao contrário da maioria dos seus colegas curadores, as abordagens deste movimento no seu trabalho no museu.³⁷

Jacob-Friesen justificou esta militância em prol de uma reforma dos museus com uma feroz crítica dos “velhos museus”. Estes seriam “depósitos de uma confusa massa de objetos” e “cemitérios para as artes e a ciência”.³⁸ O *Provinzialmuseum* em Hannover, palco principal da sua vida profissional, correspondeu bastante a estas caracterizações. “Não seria exagerado dizer”, lamenta o jornal *Hannoversches Tageblatt* em fevereiro de 1902, que para a grande maioria dos visitantes do museu os objetos etnográficos, pré-históricos e aqueles da história natural não servem para nada. Por isto, as salas de exposição ficam, desde sempre, desertas.” Até os anos 1920, a apresentação

³⁶ A sua primeira feroz crítica dos „velhos museus“ e a apresentação do conceito dos museus como instituições da educação de adultos o Jacob-Friesen fez, no contexto da discussão publica sobre seus planos de reestruturação dos museus da cidade de Hannover, em um artigo publicado no jornal „Deutschen Volkszeitung“, o órgão oficial do partido da direita “Deutsch-Hannoverschen Partei” no ano de 1920. Ver: Jacob, K. H. Das Museumswesen. In: Lerche, Otto (org.). Die Wissenschaftliche Anstalten Hannover und die Volksbildungspflege (=Sonderdruck aus der Deutschen Volkszeitung), Hannover 1920, p. 15-24. Depois: Jacob-Friesen, K.-H. Die museumstechnische Auswertung vorgeschichtlicher Sammlungen nach dem pädagogischen Prinzip. *Museumskunde*, vol. XVI, 1922, p. 56-100. *Provinzialmuseum Hannover. Jahrbuch des Provinzial-Museums zu Hannover*. Hannover, n.F. vol 3, 1928. Jacob-Friesen, K. H. Das Museum im Dienste der Volksbildung. In *Memoriam Karl Weule*, 1929, p. 365-372. Jacob-Friesen, K. H. Die kulturgeschichtlichen Museen und die Schule. *Museumskunde*, N.F. vol. VI, 1934, pp. 64-71. Jacob-Friesen, K. H. Wesen und Zielsetzung der Museen im Wandel der Zeiten. In: Jacob-Friesen, K. H. (org.). *Hundert Jahre Niedersächsisches Landesmuseum zu Hannover 1852 – 1952*, Hannover 1952, p. 27-52. Para um resumo das palestras e discussões da 12ª. Conferência da Associação Central Berlinense do Bem-Estar dos Trabalhadores no ano de 1903, ver: Volkmann, Ludwig. Die Museen als Volksbildungsstätten. *Pädagogische Reform: eine Vierteljahrsschrift*. Vol 1, 4, 1904, pp. 35 – 43. Para uma documentação mais extensa: Zentralstelle für Arbeiter-Wohlfahrtseinrichtungen (Berlin). *Die Museen als Volksbildungsstätten: Ergebnisse der 12. Konferenz der Centralstelle für Arbeiter-wohlfahrtseinrichtungen*. Berlin (Heymann) 1903.

³⁷ Gaedtker-Eckardt, Dagmar-Beatrice. Kunst zum Anfassen. Medaillen als Teil eines neuen Museumskonzepts. *Jahrbuch für Numismatik und Geldgeschichte* 58, 2008, p. 169.

³⁸ Jacob-Friesen, K.-H. Die museumstechnische Auswertung vorgeschichtlicher Sammlungen nach dem pädagogischen Prinzip. *Museumskunde*, vol. XVI, 1922, p. 58. Estas formulações ele repetiu em vários lugares e ocasiões

dos artefatos provocou muitos comentários críticos e até sarcásticos. Fala-se muito em “quarto de bagunça”, “gabinete de raridades” e “álbum filatélico super-lotado”.³⁹

Jacob-Friesen objetou: os museus devem ser “escolas de educação para adultos” e “intermediários entre as ciências e o público”.⁴⁰ Porém, enquanto Lichtwerk viu os novos museus como parte de uma cultura democrática e participadora, o Jacob-Friesen se localizou neste contexto e defendeu uma pedagogia “de cima para baixo” e meio autoritária. De qualquer jeito, ele não temia ser associado publicamente ao movimento progressista da Pedagogia Reformista e a um Alfred Lichtwerk progressista e da esquerda.⁴¹

Segundo Jacob-Friesen, a missão do museu seria a educação também das camadas sociais mais populares, abaixo das classes médias e altas, fregueses tradicionais dos museus e das galerias. O museu não deveria ser mais um gabinete de maravilhas ou um artifício de ostentação arquitetônica da cidade mas, em vez disto, uma instituição da educação para aquele “visitante sério” que “buscava a instrução”.⁴² As exposições deveriam ser iguais “a um manual científico, estruturado logicamente e plástico.” A única diferença entre um manual científico e uma exposição seria que a última não se comunica através de textos e ilustrações mas via os objetos expostos, que seriam explicados por textos.⁴³ O princípio de “um livro transitável” necessitava não somente uma nova concepção didática de exposição, mas também a divisão do acervo dos objetos em exposição (permanente) e depósito fechado ao público ou uma coleção

³⁹ Ver: Katenhusen, Ines. 150 Jahre Niedersächsisches Landesmuseum, p. 32 und Döpcke, Wolfgang. Exotik in der Provinz. Zur Ausstellungsgeschichte der ethnologischen Sammlung des Niedersächsischen Landesmuseums. In: Anna Schmid. (org.). Mit Begeisterung und langem Atem. Ethnologie am Niedersächsischen Landesmuseum Hannover. Hannover: Niedersächsisches Landesmuseum, 2006, p. 38-72.

⁴⁰ Jacob-Friesen, K.-H. Die museumstechnische Auswertung vorgeschichtlicher Sammlungen nach dem pädagogischen Prinzip. Museumskunde, vol. XVI, 1922.

⁴¹ “Os museus, acessíveis para o povo inteiro, que servem para tudo mundo e que não conhecem nenhuma diferença [social], são expressão do espírito democrático.” Lichtwark 1904, cit. por: Fingerle, Karlheinz. Fragen an die Museumsdidaktik am Beispiel des Deutschen Museums, Kassel 2005. (versão online).

⁴² Jacob-Friesen, K.-H. Die museumstechnische Auswertung vorgeschichtlicher Sammlungen nach dem pädagogischen Prinzip. Museumskunde, vol. XVI, 1922.

⁴³ Ibid, p. 68.

de estudo para especialistas. No museu em Hannover, Jacob-Friesen realizou esta separação tanto na coleção da Pré-História tanto naquela da Etnografia.

No “novo museu”, os objetos, no nosso caso os artefatos arqueológicos, permaneceriam no foco das exposições, porém deveriam ser complementados por uma série de recursos didáticos explicativos, entre quadros com textos, mapas e modelos e encenações em dioramas. Jacob-Friesen não hesitou em imitar objetos originais com cópias de gesso – um grande sacrilégio nos museus de então. Os objetos, assim, não falaram mais exclusivamente por si mesmo, mas foram amplamente explicados e contextualizados. O visitante deste “livro transitável” foi submetido a um percurso obrigatório no qual até a velocidade da leitura tinha sido pré-determinada. Grandes cartazes esperavam o visitante na área da entrada do museu e o acompanhavam durante toda exposição, para “permanentemente martelar os avisos e advertências na memória de cada um”, como explicava Jacob-Friesen.⁴⁴ Estes avisos sublinhavam: “Para todos os visitantes! Não adianta percorrer a exposição às pressas. Cada visitante deve seguir na ordem dos números fixados nas vitrinas e nos quadros, e estudar cuidadosamente as explicações escritas. Limitem-se ao estudo profundo e minucioso de um pequeno grupo de objetos.”⁴⁵ Assim, a visita ao museu perde seu caráter de passeio domingueiro com encantamento estético ou patriótico do cidadão e vira um duro trabalho de aprendizado.

Já no ano de 1914, Jacob-Friesen tinha reorganizado a Sala do Paleolítico no Departamento de Pré-história do Museu, implementando os novos “princípios pedagógicos”. Aos poucos, todas as salas deste Departamento, e depois o resto do Museu, foram transformados nesta maneira. Estabeleceu-se no museu uma nova didática de exposição e um novo arranjo dos objetos que não mudaria nos próximos quarenta anos.⁴⁶ A nova apresentação dos artefatos arqueológicos foi recebida com

⁴⁴ Ibid, p. 69.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ Kurzynski, Katherina von. Zwischen Wissenschaft und Öffentlichkeit. Zur Geschichte der archäologischen Ausstellung im niedersächsischen Landesmuseum Hannover. Die Kunde N.F. 46, 1995, p. 157-172. Jacob-Friesen, K. H. Wegweiser durch die urgeschichtliche Abteilung des Landesmuseums. Hannover 1938.

aplausos, tanto nacional como internacionalmente, e fortaleceu o renome do Jacob-Friesen como um dos curadores mais conceituados na Alemanha.⁴⁷ O museu estendeu as suas atividades também para fora das salas de exposição, realizando, desde 1923, inúmeros cursos de educação adulta principalmente para professores secundários sobre a pré-história da região, que durante os primeiros dez anos conseguiu atrair mais de 1.500 participantes.⁴⁸ Estes cursos e as muitas palestras públicas e populares que Jacob-Friesen proferiu na Baixa Saxônia, após ter assumido a posição no Museu, renderam a ele alto prestígio e criaram uma rede de apoio mútuo que o ajudou muito, depois de 1933, na sua oposição contra a política de *Gleichschaltung* enfocada por Amt Rosenberg e por Hans Reinerth.

O “princípio pedagógico” defendido por Jacob-Friesen era progressista e inovador na época e se distanciava ofensivamente dos velhos museus da classe média instruída do século XIX. Porém, por uma perspectiva de hoje, a concepção e os seus princípios didáticos, favorecendo controle e coação e desestimulando imaginação, exploração e iniciativa própria na experiência de aprendizagem, parecem muito ultrapassados e bastante repressivos. Era também possível transmitir, com a didática então progressista e moderna do Jacob-Friesen, conteúdos reacionários, como ele mesmo comprovaria com as exposições coloniais nos anos 1930.

A relação de Jacob-Friesen, durante os anos 1920, com a Arte Moderna – segundo o ideário *völkisch* sendo um dos grandes símbolos da decadência e do “espírito não-alemão” da época de Weimar – não é muito bem documentada.⁴⁹ Durante os anos 1920, a cidade de Hannover chegou a ser chamada, com a presença do Kurt Schwitters e os Dadaístas e muitos outros artistas, representantes da Arte Abstrata, de “subúrbio da Arte Moderna” ou de “Capital da Arte Abstrata”. O Museu Provincial sob a direção do

⁴⁷ Katenhusen, Ines. 150 Jahre Niedersächsisches Landesmuseum, p. 73.

⁴⁸ Jacob-Friesen, K. H. Die kulturgeschichtlichen Museen und die Schule. In: Museumskunde, N.F. vol. VI, 1934, pp. 64-71.

⁴⁹ Ver entre outros: Steinweis, Alan E. Weimar Culture and the Rise of the National Socialism: The Kampfbund für deutsche Kultur. University of Nebraska. Faculty Publications, Department of History. Paper 79, 1991, pp. 402-423. <http://digitalcommons.unl.edu/historyfacpub/79>.

Jacob-Friesen participou nesta promoção da Arte Moderna, porém muito mais em virtude da iniciativa individual do Diretor da Galeria de Artes do Museu, Alexander Dörner, do que como política do Diretor-Geral. A instalação do internacionalmente renomado “Gabinete Abstrato” do artista construtivista El Lissitzky no ano de 1927 representa o auge do envolvimento do museu com a Arte Moderna.

No campo da etnologia, que, fazendo parte do Departamento de Pré-História e Etnologia, esteve também sob a responsabilidade de Jacob-Friesen, ele apresentou duas exposições que refletia um pouco o *Zeitgeist* mais livre e uma percepção das Artes na República de Weimar. No ano de 1922, ele montou uma pequena exposição com o título de “Arte Exótica”, na qual mostrou moldagens de terracotas de Ife, antigo reino dos Iorubas na então Nigéria, cópias de arte rupestre dos San da África Austral e esculturas da região da Oceania. Com esta exposição, ele reconheceu a popularidade da “arte exótica” na Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial e a sua recepção pelos artistas modernos. De outro lado, ele se distanciou da modernidade artística e reclamou com muita presunção a valorização da arte etnológica pela ciência da etnologia. Este trabalho científico teria dado muito resultados “que os poucos palavrórios dos entusiastas pelo exótico.”⁵⁰

Em julho e agosto de 1926, ele encenou na sala da cúpula do Museu uma exposição sobre Oceania, focando as ex-colônias alemãs nesta região. Nesta exposição, ele não somente aplicou os novos princípios pedagógicos, mas apresentou os objetos também num ambiente estético e até romântico, apoiado por palmeiras e outras plantas exóticas, que foram emprestadas pelo jardim botânico da cidade. A exposição foi resenhada na imprensa como “exposição de arte da Oceania” e diferiu na sua apresentação e seu impacto significativo das “Exposições Coloniais” dos anos 1930.⁵¹

⁵⁰ Jacob-Friesen: „Exotische Kunst im Provinzialmuseum“. Hannoverscher Kurier (Sonderdruck), 7.2.1922.

⁵¹ Siehe dazu: Döpcke, Wolfgang. Exotik in der Provinz. Zur Ausstellungsgeschichte der ethnologischen Sammlung des Niedersächsischen Landesmuseums. In: Anna Schmid (org.). Mit Begeisterung und langem Atem. Ethnologie am Niedersächsischen Landesmuseum Hannover. Hannover: Niedersächsisches Landesmuseum, 2006, p. 38-72.

Para resumir: no seu pensamento científico e na sua atuação profissional, Jacob-Friesen se revela nos anos 1920 como o principal arqueólogo *antivölkisch* e liberal. Porém, nas suas convicções políticas, ele defendeu o mesmo ideário *völkisch* e particularmente seu dogma racial.

Este antagonismo entre as convicções políticas e suas implicações, principalmente no que concerne à aceitação das doutrinas raciais da extrema direita de um lado, e a sua postura como cientista e acadêmico de outro, é gritante. Quem “comprova cientificamente” a irrelevância do conceito de raça na história humana e na formação das sociedades humanas, inclusive do “povo alemão” simplesmente, e quem ironiza e menospreza a “filosofia de raça”, não deveria defender a “purificação do sangue alemão” para salvar a sua raça. Estas duas posições não se harmonizam entre si, chocam-se absolutamente e revelam uma profunda divisão e fragmentação na personalidade do nosso protagonista. Como se explica este abismo entre as reflexões acadêmicas e das convicções políticas e sociais do Jacob-Friesen? A interpretação deste abismo é imensamente dificultada pela ausência de qualquer documento de natureza pessoal⁵². Aquela explicação que Jacob-Friesen mesmo oferece – aquela da estrita separação entre ciência e política – não convence porque ignora o caráter político e público da ciência da Pré-História na Alemanha. A Pré-História era uma das principais ciências ideológicas e vinculada às diversas maneiras de se pensar a identidade alemã. Igualmente, a sua postura acadêmica e profissional não pode ser interpretada como uma espécie de concessão oportunista junto às exigências da política democrática da República de Weimar. No meu trabalho, ofereço uma interpretação que destaca o papel do indivíduo e as limitações intelectuais e pessoais do nosso personagem. Jacob-Friesen simplesmente não conseguiu harmonizar os diversos elementos da sua vida. Atrás da fachada de uma personalidade forte e teimosa, que, nos anos 1930, não hesita em buscar brigas com representantes poderosos do Estado nacional-socialista, encontra-se uma pessoa fragmentada que não conseguiu reunir todos os fios do seu pensamento

⁵² O “espólio” (“*Nachlass*”) do Jacob-friesen depositado no Arquivo da Biblioteca da Universidade de Göttingen é extremamente escasso e também de natureza “não-pessoal”.

intelectual para formar uma perspectiva de vida harmonizada. Esta falta de harmonização e fricção entre o seu “conhecimento científico” e as suas perspectivas sociais e políticas, ele compensava por demonstrações de autoconfiança e até arrogância, principalmente contra os seus adversários. Nas disputas acadêmicas e políticas, ele agiu muito cabeçuda e emocionalmente, acusando os seus adversários de mostrar falta de “honra”. Esta insistência teimosa em posições uma vez defendidas impediu uma reflexão mais profunda sobre as conseqüências e implicações das progressistas posições acadêmicas por ele sustentadas. Estas contradições na personalidade e na individualidade do protagonista impactaram seriamente a sua trajetória nos anos 1920 e no Terceiro Reich, e com isto influenciaram a relação entre o projeto ideológico do Nacional-socialismo e a ciência da Pré-História na Alemanha.